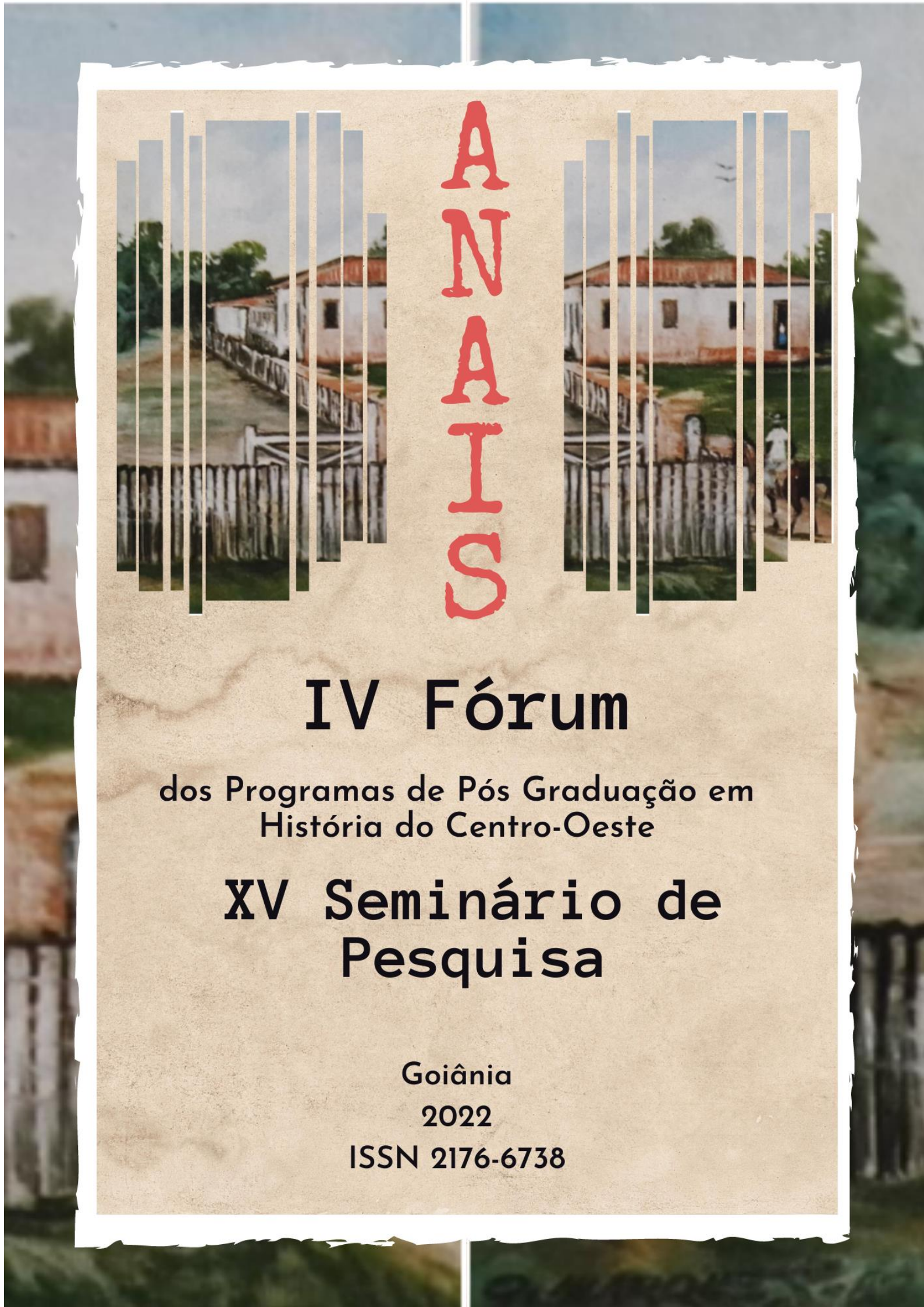




A
N
A
I
S

IV Fórum

dos Programas de Pós Graduação em
História do Centro-Oeste

XV Seminário de Pesquisa

Goiânia

2022

ISSN 2176-6738

**IV FÓRUM DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA
DO CENTRO OESTE E XV SEMINÁRIO DE PESQUISA UFG/PUC-
GOIÁS**

Realizado entre os dias 15 e 16 de agosto de 2022

**Elias Nazareno
Renata Cristina de Sousa Nascimento
Thaís Alves Marinho**

**GOIÂNIA
2022
ISSN 2176-6738**

ANAIS DO IV FÓRUM DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO CENTRO-OESTE E DO XV SEMINÁRIO DE PESQUISA UFG/PUC-GOIÁS

Realizado entre os dias 15 e 16 de agosto de 2022

REALIZAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG)
Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás
(PUC Goiás)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB)
Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso
(UFMT)

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio
(PROMEP/UEG)

Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História (UFCAT/ Catalão)
Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados
(UFGD)

Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória/UFG)

ORGANIZAÇÃO GERAL

Elias Nazareno
Renata Cristina de Sousa Nascimento
Thaís Alves Marinho

MONITORES

Adrielly Santos Ribeiro
Ana Christina de Souza Correia

Débora Dayane de Oliveira Rosa
Deborah Abreu de Oliveira
Fernanda Aparecida V. Aleluia Ribeiro
João Marcelo Farias Rodrigues
João Victor Nunes Bernardes
Laura Rodrigues de Queiroz
Pollyana Custodia Ferreira Santos
Raquel Magalhães Corte Miranda
Taís Nathanny Pereira da Silva
Thiago Nunes Martins
Wemerson dos Santos Romualdo
Yuri Miguel Guimarães Barbosa dos Santos

EDIÇÃO DOS ANAIS

Wemerson dos Santos Romualdo



Universidade Federal
da Grande Dourados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GRANDE DOURADOS

O conteúdo dos artigos é de inteira responsabilidade dos autores. Os textos foram extraídos dos trabalhos submetidos sem que tenha havido alterações realizadas pelos organizadores desta publicação.

Em caso de citação de um artigo desta publicação:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *In*: IV FÓRUM DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO CENTRO-OESTE E XV SEMINÁRIO DE PESQUISA UFG / PUC GOIÁS, 4 / 15, 2022. Goiânia. **Anais eletrônicos** [...] Goiânia: Editora PUC Goiás, 2022, página inicial – página final (do artigo).

NAZARENO, Elias.; MARINHO, Thaís A.; NASCIMENTO, Renata Cristina de S. (organizadores). Anais do IV Fórum dos Programas de Pós-Graduação em História do Centro-Oeste e XV Seminário de Pesquisa UFG / PUC Goiás. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2022.

ISSN 2176-6738

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	00
A HISTÓRIA COMO “VÓRTICE”: A CATEGORIA FILOSÓFICA DA ORIGEM EM WALTER BENJAMIN	17
<i>Danillo Freire Pacheco</i>	
A COLONIZADORA SINOP S.A ENTRE A PUBLICIDADE COMERCIAL E A PROPAGANDA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	28
<i>Alex Filipe Gomes dos Santos</i>	
A CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO SUDOESTE GOIANO E OS IMPACTOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL ARQUEOLÓGICO DE SERRANÓPOLIS GOIÁS (2000-2020)	38
<i>Mario Pereira Mamede</i>	
A ESCRITA COMO DENÚNCIA: VISLUMBRES DA (DES)COLONIALIDADE EPISTÊMICA NO LIVRO “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA”	50
<i>Bianca Francisca da Silva Santos</i>	
A ESPIRAL, O DISCURSO, A MORTE E A HISTÓRIA: UMA ANÁLISE SOBRE OS EPITÁFIOS PIONEIROS DO CEMITÉRIO CAMPO DA ESPERANÇA EM BRASÍLIA	59
<i>Sócrates Alves Bastos</i>	
A ETNIA CIGANA E AS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS GYPSY ETHNICITY AND BRAZILIAN PUBLIC SCHOOLS	74
<i>Dulce Batista Chaves Buzeli</i>	
A FORMAÇÃO DA ATIVIDADE DO LEITEIRO	85
<i>Erick Marcus dos Reis e Cruz</i>	
A IDENTIDADE QUILOMBOLA E OS REMANESCENTES RESIDENTES ALÉM DO ESPAÇO TERRITORIAL DO QUILOMBO: UMA REALIDADE DAS COMUNIDADES ABOLIÇÃO E MATA CAVALO (1988-2020)	94
<i>Cléia Batista da Silva Melo</i>	
A MODA PASSA, O ESTILO FICA: A ATEMPORALIDADE DE CHANEL ...	107
<i>Karen Pereira Freitas Silva</i>	
A PAISAGEM CULTURAL EM ÁGUAS DE SÃO JOÃO-GO: IMAGENS & SENTIDOS	119
<i>Marlon Teixeira de Faria</i>	

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES LÉSBICAS NO JORNAL GAY LÂMPIÃO DA ESQUINA 132

Nayara Brito Pereira

A PEQUENA ÁFRICA DO RIO DE JANEIRO E AS POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA FUNDAÇÃO DARCY VARGAS: RESULTADOS PARCIAIS 142

Thamires da Costa Silva

A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA EM PERSPECTIVA: JORNAIS COMO FONTE E OBJETO DA HISTÓRIA 152

Kaique Rodrigues Vieira

A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 NO BRASIL E A QUESTÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE 165

Francisca Vilandia de Alencar

A RELAÇÃO CIDADE-EDUCAÇÃO: A ESCOLA É UMA IMPORTANTE FERRAMENTA DE CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA CIDADE 179

Carla Rúbia Gomes Lopes

A RELEVÂNCIA DAS FONTES JUDICIAIS NAS PESQUISAS DE HISTÓRIA 193

Elisaura de Fátima Marins Carrijo

A TRANSFORMAÇÃO DO PASSADO EM HISTÓRIA: O SENTIDO HISTÓRICO PARA JOHAN HUIZINGA 205

João Pedro Guelhardi Costa Ferreira

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, SUA BANALIZAÇÃO E O NASCIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA 215

Joseângela Oliveira Santana

ALÉM DA FANTASIA E DA CIÊNCIA: TRAJETÓRIA DO MERCADO DE FICÇÃO CIENTÍFICA NA ARGENTINA, DO SENHOR NIC-NAC AO ETERNAUTA 226

Renata Alves dos Santos

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA ENTRE O SÉCULO XIX E O SÉCULO XX 240

Jhon Steerolein Vallon

Giseli Dalla-Nora

ANOTAÇÕES SOBRE TEORIA DE ESTADO NAS OBRAS DE “18 BRUMÁRIO” E “A GUERRA CIVIL NA FRANÇA” DE KARL MARX 248

Rodolfo Belchior Fernandes de Paula

ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A IMPORTÂNCIA DA ARQUEOLOGIA EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RESTAURO EM CIDADES HISTÓRICAS – ESTUDO DE CASO SOBRE A CIDADE DE GOIÁS 261

Jaslane Maria Castro

AS FOLIAS DE REIS DE ITAGUARI, MARCOS LEGAIS PARA RECONHECIMENTO PATRIMONIAL: ALTERIDADE DA POLÍTICA PATRIMONIALISTA INSTITUCIONAL 272

Magno Florentino Dutra

AS HISTÓRIAS INDÍGENAS E OS GRAFISMOS RUPESTRES EM TORRES DO RIO BONITO: UM DESAFIO PARA UMA ARQUEOLOGIA PÓS-COLONIAL 284

Grazieli Pacelli Procópio

LIGAS CAMPONESAS EM DIANÓPOLIS-TO 297

Camila de Jesus Silva

ASPECTOS ACERCA DAS MEMÓRIAS TÉCNICAS DE GRUPOS ORIGINÁRIOS OCUPANTES DE ALGUNS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS MAIS ANTIGOS DE SERRANÓPOLIS – GOIÁS 309

Katherine G. de Oliveira

ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROTAGONISMO FEMININO NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA 318

Esdra Basilio

AUTORIDADES COLONIAIS E GUERREIROS BORORO NA GUERRA JUSTA CONTRA OS KAYAPÓ 327

Higor Coutinho

BACURAU, RÜSEN E A HISTÓRIA VISUAL: O CONFLITO COMO POSSIBILIDADE 333

Filipe Artur de Sousa Queiroz

CAMINHOS E DESCAMINHOS NA EDUCAÇÃO DO CORPO EM GOIÂNIA: AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 348

Suellen Peixoto de Rezende

CIVILIDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DO MANUAL TESOURO DE MENINAS 361

Lêda Cristina Borges Pereira

COLETIVO FEMINISTA TODAS PUTAS: UMA EXPERIÊNCIA ARTÍSTICA NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO INTERIOR DO ESTADO DE GOIÁS 373

Raíssa Alves da Silva

COLONIALIDADE DO VER: OS CAMINHOS E AS POSSIBILIDADES DE UM CONCEITO	387

Lucas Henrique dos Reis

CONSTRUÇÃO DA ARQUEOLOGIA COMO CIÊNCIA NA EUROPA OCIDENTAL EM UMA ANÁLISE HISTÓRICA ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX	398

Ester Vinhandelli Fernandes Bastos

COZINHA GOIANA, GÊNERO E REPRESENTAÇÕES CULTURAIS: O PAPEL DA MULHER NA PRODUÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR GOIANA	410

Alessandro Pereira da Silva

CRÍTICA A UMA SOCIEDADE ALIENADA E SEU SISTEMA ECONÔMICO	423

Sheila Luiz de Sousa

DA CIÊNCIA À FICÇÃO: O ENTRE-LUGAR DE NIKOLA TESLA NA PROFISSIONALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES CIENTÍFICAS NOS ESTADOS UNIDOS EM FINS DO SÉCULO XIX	433

Aline Alves Lima

DEMOCRACIA E EMANCIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE	446

Maria Imaculada Correia de Miranda

DIALOGISMO E RESPONSABILIDADE EM MRS. DALLOWAY (1925) E THE HOURS (2000)	458

Natália Gomes da S. Machado

DISCURSOS MÉDICOS SOBRE A SAÚDE INFANTIL NO MEDIEVO (SÉCULO XIII-XIV)	468

Larissa Lacé Sousa

Dulce Oliveira Amarante dos Santos

DO ERRO AO USO LIBERAL: SENTIDOS POLÍTICOS NA FENOMENOLOGIA POLÍTICA DE HANNAH ARENDT NAS FOLHAS D'O ESTADO DE SÃO PAULO	476

Álvaro Ribeiro Regiani

DOGMA 95: ENTRE A VANGUARDA E O PÓS-MODERNISMO	489

Felipe Monteiro Pereira de Araujo

EDUCAÇÃO EM TEMPOS NEOLIBERAIS: O DISCURSO DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO	499

Amanda Canedo Pimenta

EDUCAÇÃO ESCOLAR EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DE MATO GROSSO	508

Lilian Santos de Andrade

Bruno Pinheiro Rodrigues

ENSINO DE HISTÓRIA E SEXUALIDADE: ANÁLISE DE NORMATIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E DE PROJETOS ORIUNDOS DE SETORES CONSERVADORES DA SOCIEDADE CIVIL 1996 – 2017 520
Geovana Carla Santana Arantes

ENTRE CENAS E PROMESSAS: A PROPAGANDA POLÍTICA ELEITORAL TELEVISIVA E AS POSSIBILIDADES DE SEU USO NA HISTÓRIA 531
Suellen Cerqueira da Anunciação de Souza
Jonh Érick Augusto da Silva

FLORESTAN FERNANDES E CLÓVIS MOURA: ALGUMAS QUESTÕES SOBRE INCORPORAÇÃO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA ... 544
Gustavo de Almeida Reis

FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI: PRESERVANDO MEMÓRIAS E HISTÓRIAS NA ANTIGA CAPITAL DE GOIÁS 554
Paulo Henrique Pereira Freitas

GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SALVAGUARDADO NO NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: UMA PERSPECTIVA DE CONSERVAÇÃO E USO SOCIAL DAS COLEÇÕES EM LOUÇA SÉCULO XVIII E XIX 568
Síntia de Cássia Gomes Pereira Cavalcante

HISTÓRIA E ARTE FUNERÁRIA DOS CEMITÉRIOS AMAPAENSES AO LONGO DO SÉCULO XX 578
Tiago Varges da Silva

HISTÓRIA E MEMÓRIA: CAMINHOS E POSSIBILIDADES DA PESQUISA HISTÓRICA SOBRE FOLIA DE REIS EM IPORÁ-GOIÁS 593
Kelli Cristina Alves de Sousa

IMPRESSÕES DE VIAGENS DE DUNGA RODRIGUES 604
Viviane Gonçalves da Silva Costa

INTERPRETAÇÕES E USOS NA OBRA DO DRAMATURGO DE JORGE ANDRADE 617
Sandra Rodart Araújo

INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS E A VALORIZAÇÃO MERCANTIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SETOR CENTRAL DE GOIÂNIA (GO) 630
Jordana Gouveia e Silva

LIGAS CAMPONESAS EM DIANÓPOLIS-TO 642
Camila de Jesus Silva

MATO GROSSO EM REGISTRO: APONTAMENTOS PARA ANÁLISE DO JORNAL “O MATTO-GROSSO” (1918-1935) 654
Sandra Miria Figueredo Sousa

MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DAS VESTES DA PROCISSÃO DO FOGARÉU NA CIDADE DE GOIÁS	664
<i>Denize Maria dos Santos Freitas</i>	
MOVIMENTOS PELA PATRIMONIALIZAÇÃO E O JÓQUEI CLUBE DE GOIÁS	676
<i>Natane Rincon Azevedo</i>	
MULHERES E O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UMA BREVE DISCUSSÃO A PARTIR DO FILME QUE HORAS ELA VOLTA? (2015)	688
<i>Jackeline Kojima Matias Ikuta</i>	
MULHERES QUE BENZEM: HISTÓRIA DE CUIDADO E FÉ NO OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS	697
<i>Kelenn Souza Lima</i>	
MUSEU, PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIAS: UM ESTUDO SOBRE O MUSEU CASA DE CULTURA EM ITABERAÍ-GO (1993 – 2022)	705
<i>Rodrigo Lúcio de Almeida</i>	
NOTAS DE REFLEXÕES TEÓRICAS NA HISTÓRIA DA LOUCURA ATRAVÉS DOS PROCESSOS DE INTERDIÇÃO	717
<i>Letícia Luchese Yoshida</i>	
O “ABRASILEIRAMENTO” DA GUARÂNIA E DA POLCA PARAGUAIA: O HIBRIDISMO CULTURAL QUE CRIOU O RASQUEADO	726
<i>Henrique Rodrigues Jabur Maluf</i>	
O ANHANGUERA E O MITO FUNDADOR: USOS E ABUSOS DA MEMÓRIA	740
<i>Rafaela Cavalcante Gonçalves Souza Melo</i>	
O CALVINISMO E A SOCIEDADE BRASILEIRA: MUDANÇAS	750
<i>Dayvison Santos</i>	
O CONTROLE DA MEMÓRIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS PELA ORDEM FRANCISCANA: UMA ANÁLISE DAS HAGIOGRAFIAS DE TOMÁS DE CELANO E SÃO BOAVENTURA (1228-1263)	759
<i>Mayara Stephane Gomes</i>	
O DECORO RETÓRICO E A REPRESENTAÇÃO DO POVO NAS NARRATIVAS HISTORIOGRAFICAS DOS SÉCULOS XVII E XVIII	770
<i>José Alves de Oliveira Júnior</i>	
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA	782
<i>Esdranne da Silva Santos</i>	

O IMAGINÁRIO SOCIAL NA CIDADE DE GOIÂNIA: UM ESPETÁCULO OU UMA PARANOIA? 793

Ilana Mara Borges Barreto dos Santos

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE O OUTRO: UMA PROPOSTA DE PESQUISA HISTÓRICA NA PERSPECTIVA INTERCULTURAL 806

Carla Maria Monteiro de Souza

Adriana Aparecida Pinto

O USO DA MEMÓRIA POR PARTE DOS MISSIONÁRIOS PROTESTANTES 818

Camila Aparecida De Souza

O USO POLÍTICO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA COMO ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL DE COMBATE À SUBVERSÃO DURANTE OS ANOS DE CHUMBO (1964-1985) 826

Tattiussa Martins

FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI: PRESERVANDO MEMÓRIAS E HISTÓRIAS NA ANTIGA CAPITAL DE GOIÁS 839

Paulo Henrique Pereira Freitas

JACQUES LE GOFF OPERACIONALIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO 853

Winicius Rosa Martin

OS ANÔNIMOS E A HISTÓRIA: EXCLUÍDOS DA FALA 863

Matheus Fellipe Rodrigues Braga

OS CURSOS DE HISTÓRIA DAS IES PÚBLICAS EM GOIÁS: UMA ANÁLISE DOS PPCS (2012–2019) 874

Ewerton Silva

PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTAS FECHADAS? IGREJA SÃO FRANCISCO DE PAULA E IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ABADIA NA CIDADE DE GOIÁS 885

Aline Cristina Pinheiro Barroso

PELO MENOS AGORA TU ARRUMOU UM EMPREGO, NÉ? EMPREGO NÃO, ESTÁGIO: VIOLÊNCIA, COMUNIDADE FRATURADA E AUSÊNCIA DE CIDADANIA EM CIDADE DE DEUS (2002), DE FERNANDO MEIRELLES E KÁTIA LUND 897

Felipe Biguinatti Carias

POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL E ANTIRRACISTA 909

Millena Gonçalves Magalhães Brandão

PRÁTICAS MÉDICAS E SAÚDE NA REVISTA DE EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE - DE 1937 A 1946 918

Maraísa Aparecida de Lima

**“QUE OS SÉCULOS CONTEMPEM O QUE TEU CORAÇÃO PRODUZIU”:
HISTÓRIA, MEMÓRIA E OS SENTIDOS DO MONUMENTO EM
HOMENAGEM A LÍGIA REBELO NO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR
PEDRO GOMES 928**

Vinícius Felipe Leal Machado

**RACISMO, POLÍCIA E SAMBA: CRÔNICA DE UMA VIOLÊNCIA
COTIDIANA 941**

Lellison de Abreu Souza

**REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL: TEORIAS E OUTRAS
POSSIBILIDADES 951**

Eneida Ferreira da Silva Escarião

**RELIGIÃO, POLÍTICA E CARISMA: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO
SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS PADRES JOÃO DA BOA VISTA
(GOIÁS) E CÍCERO ROMÃO BATISTA (CEARÁ): 1844-1947 965**

Raylinn Barros da Silva

**SALVE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE! SALVE VEIGA VALLE: UM
OLHAR MUSEOLÓGICO SOBRE A IGREJA DA BOA MORTE DA CIDADE DE
GOIÁS 975**

Recírio José Guerino

Edson Arantes Júnior

**SPECULUM DOMINARUM E A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE
GOVERNANTE CRISTÃ 988**

Lara Fernanda Portilho dos Santos

**TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO ESPAÇO E A QUESTÃO DA
HABITAÇÃO 1000**

Eduardo José Silva Lima

**UM RELATO DE VIAGEM JUDAICA MEDIEVAL: ANÁLISE DO
ITINERÁRIO DE BENJAMIN DE TUDELA (SÉCULO XII) 1013**

Taís Nathanny da Silva

**UMA ANÁLISE EM DOCUMENTOS JURIDICOS POLICIAIS: MERETRÍCIO
NA CIDADE DE GOIÁS, ENTRE 1876 A 1880 1023**

Naelma Mendes do Nascimento

**UMA ANÁLISE FÍLMICA SOBRE A RELIGIOSIDADE EM ODIN NA SÉRIE
VIKINGS ATÉ A MORTE DO PERSONAGEM RAGNAR LOTHBROK (COM
SPOILERS) 1032**

Leonardo Gonçalves Vieira

**USOS E ABUSOS: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS NOS DISPOSITIVOS DE
CONTROLE EM GOIÁS (1825-1882) 1044**

Ruan Lucas Marciano

**VERA VERÃO E OLGA DEL VOLGA: HUMOR, ESTÉTICA E TRAVESTISMO
CÊNICO NA TV BRASILEIRA (1980 E 1990) 1056**

Nathally Almeida Sena

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, A LEI MARIA DA PENHA E AS
VULNERABILIDADES SOCIAIS: O DIREITO E A HISTÓRIA: UM DIÁLOGO
PARA O ENTENDIMENTO DAS VULNERABILIDADES DA CONDIÇÃO DA
MULHER FRENTE AO FUNCIONAMENTO DA LEGISLAÇÃO DE
PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 1067**

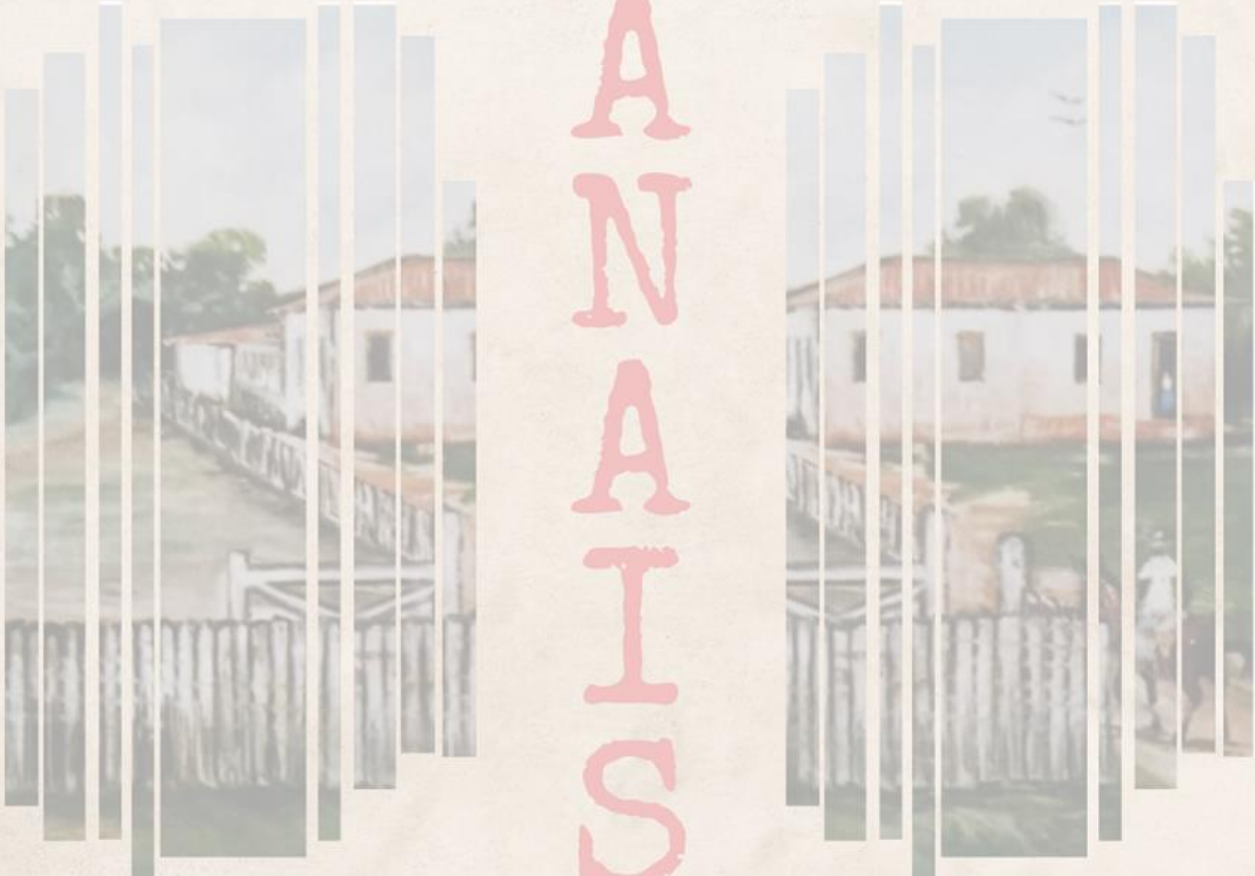
Jeanne Silva

APRESENTAÇÃO

O Fórum dos Programas de Pós- Graduação em História, representa um grande esforço dos programas de Pós-Graduação em História da região no fortalecimento e divulgação das pesquisas desenvolvidas no Centro Oeste, contando nessa edição com nove programas (UFG/ PUC-Goiás/ UnB/ UFMT/ UFCAT/ UEG/ UFGD/ PROEMEP-UEG/ ProfHistória - UFG).

Em 2016, visando ampliar as redes de solidariedade e pesquisa, foi organizado pelo PPGHIST/PUC Goiás e UFG, o I Fórum dos Programas de pós-Graduação em História do Centro-Oeste, que contou com a participação da UFG, PUC Goiás, UnB, UFMT, UFGD e Universidade Federal de Catalão (UFCAT), com a pretensão de realização a cada dois anos.

Em função do sucesso do evento, em 2018 organizamos o II Fórum dos Programas de Pós-Graduação em História do Centro-Oeste e XI Seminário dos Programas de Pós-Graduação em História da UFG/PUC Goiás. O III Fórum foi organizado entre os dias 09 e 10 de novembro de 2020 – (online). O Fórum dos Programas de Pós- Graduação em História do Centro- Oeste é resultado da ampliação e do amadurecimento dos Seminários da Pós-Graduação em História, realizado anualmente (há 15 anos) entre a Universidade Federal de Goiás (UFG), e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).



ANAIS

IV Fórum

dos Programas de Pós Graduação em
História do Centro-Oeste

XV Seminário de Pesquisa

Goiânia

2022

ISSN 2176-6738

A HISTÓRIA COMO “VÓRTICE”: A CATEGORIA FILOSÓFICA DA ORIGEM EM WALTER BENJAMIN

Danillo Freire Pacheco¹

RESUMO

Em *Origem do drama trágico alemão* (1928), Walter Benjamin elabora uma reflexão teórica em que o conceito de “Origem” (*Ursprung*) se apresenta como pré e pós-história. A presente pesquisa propõe investigar a maneira como o conceito de *Origem* é desenvolvido e se constitui como alternativa à ideia da história-progresso. A hipótese é a de que o conceito está indissociavelmente relacionado a uma história fragmentária, não linear e catastrófica. A crítica à ideia de progresso concentra-se na obra tardia de Benjamin, principalmente nas teses *Sobre o conceito de História* e na *Passagens-Werk*, nas quais atribuem que as classes revolucionárias são a força motriz que vão fazer explodir o *continuum* da história. Desse modo, a categoria filosófica da *Origem* configura-se como chave para interpretação da modernidade do século XIX e XX, no qual a evolução histórica conduz à catástrofe.

Palavras-chave: *Origem*. Teoria da História. Walter Benjamin.

A CRÍTICA DE BENJAMIN À IDEIA DE PROGRESSO

O pensamento de Walter Benjamin (1892-1940) é marcado pelo caleidoscópio de temas que perpassa toda sua obra: filósofo da linguagem, crítico da cultura e teórico da modernidade, crítico da arte e suas técnicas, tradutor e poeta. Dentre essas interfaces, destaca-se um Benjamin preocupado com a história, principalmente com a crítica à teleologia (progresso) em sua fase tardia. No qual, ao vivenciar a catástrofe que o desenvolvimento do progresso técnico-material nas duas Guerras Mundiais produziu, enfatizou na obra *Sobre o conceito de História* (1940), na tese XIII um “progresso que nunca estaria concluído” (BENJAMIN, 2020: 17), sustentando a ideia de um progresso heterogêneo e vazio em detrimento da filosofia defendida por Immanuel Kant (1784).

O conceito de progresso requer uma atenção, como afirma Theodor Adorno: “O conceito de progresso resiste ainda menos que outros à exigência de especificação daquilo a que realmente se refere, como uma pergunta sobre o que progride e o que não” (1992: 217). Mediante sua ambiguidade, ao tentar buscar a precisão da ideia de progresso, pode-se correr o risco de obstrução do objeto. Como

¹ Mestrando em História pelo PPGHIS/UEG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8237562610255624>. E-mail: danillo.pacheco@aluno.ueg.br. Orientador: Dr. Tiago de Jesus Vieira (UEG).

se trata de um termo filosófico, o de progresso tem seus equívocos, como também tem seus aspectos em comum (ADORNO, 1992). A esse respeito, Reinhart Koselleck (2006) explicita que as sociedades outrora ao século XVIII, estavam à mercê da ordem natural ou divina. A título de exemplo, a expectativa do fim do mundo, passava-se gerações até o final do ciclo, de modo que a experiência e expectativa não se colidissem até o fim do mundo.

Sob a óptica da terminologia, o “progresso” sofre alteração durante sua construção. Ao abrir um novo horizonte de expectativa, “o ‘*profectus*’ espiritual foi substituído por um ‘*progressus*’ mundano” (KOSELLECK, 2006), isto é, a finalidade de uma perfeição divina foi posta ao melhoramento da sociedade terrena, corroborando para uma ideia de um *télos* universal, bem supremo de uma sociedade. Como afirma Koselleck:

O conceito de “progresso” só foi criado no final do século XVIII, quando se procurou reunir grande número de novas experiências dos três séculos anteriores. O conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam (KOSELLECK, 2006: 316).

A formulação de uma história universal prometia a emancipação e liberdade do indivíduo, uma fraternidade global e o desenvolvimento científico da humanidade tendo o fio histórico-progressivo (LEITE, 2013; ADORNO, 1992). Esse ideário de progresso, foi primeiramente formulado por Leibniz, o qual afirmava o “progresso para perfeição infinita” (KOSELLECK, 2016), mas foi na obra *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita* de Immanuel Kant (1784), que este conceito ganha lugar enfático na filosofia da história. Através do *Aufklärung* (Iluminismo), Kant elabora a tese de que as nações esclarecidas atingirão o aperfeiçoamento da constituição política, ou seja, propõe a “ideia de uma história universal através de um fio condutor *a priori*”:

Uma tentativa filosófica de elaborar a história universal do mundo segundo um plano da natureza que vise à perfeita união civil na espécie humana deve ser considerada possível e mesmo favorável a este propósito da natureza. É um projeto estranho e aparentemente absurdo querer redigir uma história (Geschichte) segundo uma ideia de como deveria ser o curso do mundo, se ele fosse adequado a certos fins racionais – tal propósito parece somente poder resultar num romance. Se, entretanto, se pode aceitar que a natureza, mesmo no jogo da liberdade humana, não procede sem um plano nem um propósito final, então esta ideia poderia bem tornar-se útil [...] (KANT, 2016: 20) [Grifos do original].

No entanto, esse progresso empreendido por Kant reunia experiências e expectativas diversas afetado pela temporalidade. A divergência técnica, intelectual e/ou material de uma dada sociedade pode ser colocada superior ou inferior a outrem, do mesmo modo que possibilita a disputa de sempre alcançar ou ultrapassar os outros. Assim, cria-se entre as sociedades um grau de hierarquia, gerando

uma “intolerância racionalizada” (LEITE, 2013: 24). É contra esse amálgama entre progresso e humanidade que Benjamin busca criticar nas *Teses*, ocupando-se do conceito de *catástrofe*² como constante fluxo da história, recuperando o conceito nietzschiano de “eterno retorno”. Em *A Gaia Ciência*, Nietzsche (1882) no aforismo § 341 coloca em conflito duas concepções de eternidade: temporal e atemporal. A hipótese do eterno retorno cosmológico é a urgência mediante a existência. Urge a pergunta: E se tudo apenas retornasse?

[...] “*Esta vida, como você a está vivendo e já viveu, você terá de viver mais uma vez e por incontáveis vezes; e nada haverá de novo nela, mas cada dor e cada prazer e cada suspiro e pensamento, e tudo o que é inefavelmente grande e pequeno em sua vida, terão de lhe suceder novamente, tudo na mesma sequência e ordem – e assim também essa aranha e esse luar entre as árvores, e também esse instante e eu mesmo. A perene ampulheta do existir será sempre virada novamente – e você com ela, partícula de poeira!*” Você não se prostraria e rangeria os dentes e amaldiçoaria o demônio que assim falou? (NIETZSCHE, 2012: 205) [Grifos do autor].

Benjamin, no *Passagens-Werk* e nas *Teses*, tece suas críticas ao progresso técnico ao analisar a história sob a óptica dos vencidos, isto é, o proletariado. A crença no desenvolvimento técnico/científico, por conseguinte, com o avanço das máquinas iria propiciar a liberdade do indivíduo moderno. No entanto, essa mesma crença determinou a maldição deste indivíduo, a eterna punição de Sísifo, ou seja, o proletário está condenado a eterna exploração. O operário moderno “seria prisioneiro da linha de montagem” (LEITE, 2013), esse aprisionamento caracteriza a pergunta nietzschiana: “Esta vida, como você a está vivendo e já viveu, você terá de viver mais uma vez e por incontáveis vezes; e nada haverá de novo nela, mas cada dor e cada prazer e cada suspiro e pensamento?”.

No comentário da Tese XVII, Michael Löwy recupera uma definição de Louis-Auguste Blanqui,³ o qual define os “proletários como escravos modernos” (2005: 114), a designação demonstra a voz amaldiçoada que Nietzsche elucida, o trabalhador moderno condenado ao castigo de Sísifo. No *Passagens-Werk*, Walter Benjamin descreve que “a essência do acontecimento mítico é o retorno. Nele está inscrita, como figura secreta, a inutilidade gravada na testa de alguns heróis dos infernos (Tântalo, Sísifo ou as Danaides). [...] A eternidade de um ciclo sideral é substituída pela eternidade dos sofrimentos” (2018 [D 10a, 4]: 223). Nas *Teses* XIV e XVIII, ao explorar esse círculo da eternidade, fornece uma alternativa pela categoria de “Agora” (*Jetztzeit*), uma “história do tempo

² Arthur Nestrovski e Márcio Seligmann-Silva abordam a etimologia da “catástrofe” na obra *Catástrofe e Representação* (2000), na qual afirmam que toda catástrofe traz consigo um problema de representação: “A palavra ‘catástrofe’ vem do grego e significa, literalmente, ‘virada para baixo’ (*kata* + *strophé*). Outra tradução possível é ‘desabamento’, ou ‘desastre’; ou mesmo o hebraico *Shoah*, especialmente apto no contexto. A catástrofe é, por definição, um evento que provoca um trauma, outra palavra grega, que quer dizer ‘ferimento’” (2000: 7).

³ Louis-Auguste Blanqui (1805-1881), revolucionário da Comuna de Paris (1871) (BARRENTO, 2020: 17).

presente”, como Löwy descreve “o passado contém o presente, *Jetztzeit* – ‘tempo-de-agora’ ou ‘tempo atual’. [...] o *Jetztzeit* é definido como um ‘material explosivo’ ao qual o materialismo histórico junta o estopim” (2005: 120).

Através da óptica dos vencidos da história, o progresso iluminista é posto em xeque por Benjamin, pois o progresso técnico tende a exploração e marginalização dos indivíduos. A análise sobre o progresso corre a contrapelo, sendo o fim do *télos* na redenção (ADORNO, 1992), desse modo, Benjamin crítica dois fatores em ascensão na Alemanha de 1930 e que permeiam as *Teses*: o fascismo e a socialdemocracia.

A Tese XIII é o ponto nevrálgico da crítica benjaminiana à ideia de progresso da socialdemocracia, pois demonstra a limitação de uma história-progresso baseado no *Aufklärung*, na qual a humanidade se dirige infinitamente para uma perfeição. Entretanto, a consolidação do fascismo demonstra o fracasso desse “progresso socialdemocrata”. Pois, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento técnico, promove também um “retrocesso simultâneo da sociedade” (LÖWY, 1989: 97), ao passo que esse demasiado avanço promove guerras, corroborando para uma ideia de barbárie. Logo, o Benjamin marxista afirma que a classe trabalhadora é a única que levará a consequência de libertação, por conseguinte, “não há luta pelo futuro sem memória do passado” (LÖWY, 2005: 109). O fio condutor que lograra essa libertação é: a revolução.⁴

É a revolução proletária que pode e deve operar a interrupção messiânica do curso do mundo. Só ela é capaz, por se alimentar das forças da rememoração, de restaurar a experiência perdida, abolir o “Inferno” da mercadoria, romper o círculo maléfico Immergleichen [sempre-igual], libertar a humanidade da angústia mítica e os indivíduos da condição de autômatos. [...] A revolução não é a continuação do “progresso”, mas sua interrupção, e a atualização da Erfahrung [experiência] pré-histórica e/ou pré-capitalista (LÖWY, 1989: 106) [Grifos do original].

A modernidade é caracterizada como “inferno” por Benjamin, pois dominado pelo círculo de repetição, seja da mercadoria ou do labor, o indivíduo moderno é o “novo” Sísifo, condenado à eterna produção/consumo de mercadoria. Esse sempre-igual demonstra a característica devastadora do progresso. À vista disso, destacando o proletário como agente dessa interrupção do progresso iluminista, no ensaio *Alarme contra Incêndio*,⁵ Benjamin não atribui a revolução como fator inevitável, mas como “interrupção de uma evolução histórica que conduz à catástrofe” (LÖWY,

⁴ Destaca-se a definição de Noberto de Bobbio *et al.*, afirma que a Revolução é uma ruptura abrupta com a vigente estrutura política, social e econômica de um dado período histórico: “A Revolução é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera sócio-econômica. [...] Será, enfim, Marx quem dará uma forma completa e um fim ainda mais grandioso à Revolução. Ela surgirá não só como instrumento essencial para a conquista da liberdade, identificada com o fim da exploração do homem pelo homem [...]” (1998: 1121-1123).

⁵ BENJAMIN, Walter. *Alarme contra incêndio. Rua de Mão única: Infância berlinense: 1900*. Edição/Tradução: João Barrento (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 42.



2019: 140) [Grifo do original], a revolução é o “freio de emergência” da *tempestade* denominada de *progresso* da Tese IX. O Anjo da História expressa um caráter dialético, ao mesmo tempo profético e profano. O mal-estar da modernidade, essa crença no *télos* como finalidade do bem supremo idealizado por Kant, angustia profundamente o Anjo, virando-se de costas para a profana tempestade que sopra do Paraíso – o progresso –, enquanto o amontoado de ruínas se empilha a seus pés.

Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo que chamamos o progresso é esse vendaval (BENJAMIN, 2020: 13-14).

A esse respeito, Michael Löwy descreve: “O Anjo da História gostaria de parar, cuidar das feridas das vítimas esmagadas sob os escombros amontoados, mas a tempestade o leva inexoravelmente à repetição do passado: novas catástrofes, novas hecatombes, cada vez mais amplas e destruidoras” (2005: 90). A história da humanidade está arraigada sobre os escombros das catástrofes, composta por cinzas e destroços. Este progresso que caminha rumo à catástrofe, por sua vez, é símil ao “eterno retorno” nietzschiano, o qual determinada que as ações estão predestinadas a se repetir, como é o caso dos conflitos, guerras e/ou revoluções.

A crítica à teleologia subverte a fase tardia da obra de Walter Benjamin (1936), abordando a estrutura da modernidade como arraigada nessa ideologia de progresso kantiano. A influência de Nietzsche de *A Gaia Ciência* (1882) e da *II Consideração Intempestiva* (1874), é fundamental para a concepção de história de Benjamin. No comentário sobre a Tese XIII, Reyes Mate assevera que: “Para alguém como ele [Benjamin], convencido de que progresso e retorno eterno coincidem, foi a coisa mais dramática ver agora no inferno do retorno o crítico feroz do progresso” (MATE, 2011: 279). Portanto, Benjamin formula o conceito de *origem* como crítica ao progresso, mas não o separando de um tempo homogêneo e vazio.

HISTÓRIA COMO “VÓRTICE”: CATEGORIA FILOSÓFICA DO *URSPRUNG*

O conceito de “origem” (*Ursprung*) desenvolvido no “Prólogo epistemológico-crítico” na obra *Origem do drama trágico alemão* por Walter Benjamin (1928), apresenta-se como conceito-chave a crítica à história-progresso. Na obra *História e Narração em Walter Benjamin*, Jeanne Marie Gagnebin (2013) ressalta o “grande buraco negro” no pensamento de Benjamin é sua Teoria da História, mas notadamente a “escritura da história e de sua ligação com uma prática transformadora, ao mesmo tempo *redentora* e *revolucionária*” (GAGNEBIN, 2013: 1) [Grifo do autor]. Como

salientado, a história desenvolvida por Benjamin é a “história a contrapelo”, identificada com os “excluídos” da história, os vencidos, párias; apenas através da revolução que os indivíduos lograram a libertação.

Assim, Benjamin recupera a crítica de Nietzsche ao historicismo de escovar essa história identificada com os “grandes nomes”. Nietzsche criticava os historiadores que praticavam a história factual e admiravam os “grandes” acontecimentos históricos; defendia que o verdadeiro historiador:

deve ter a força capaz de transformar uma verdade comum numa descoberta inaudita e de anunciar as generalizações de uma maneira tão simples e profunda, que a profundidade faça esquecer a simplicidade, e a simplicidade faça esquecer a profundidade. [...], porém, não se deve desprezar os operários que carregam, acumulam e selecionam os materiais da história, até porque eles jamais se tornarão grandes historiadores (NIETZSCHE, 2005: 126-127).

A *origem* em Walter Benjamin manifesta-se como crítica à essa história factual, cronológica e finalista. *Origem* é, ao mesmo instante, pré e pós-história de um determinado evento. Benjamin retrata que a *origem* é “tomada como princípio essencial, não emerge do factual” (CANTINHO, 2015: 31), mas sim, do devir. Assim, o conceito de *origem* diverge da gênese (*Entstehung*) – início, marco zero –, pois lança-se no fluxo do redemoinho. A concepção de História em Benjamin tem essa característica, não linear, fragmentária e catastrófica, isto é, a História como vórtice.

“Origem” não designa o processo de devir de algo que nasceu, mas antes aquilo que emerge do processo de devir e desaparecer. A origem insere-se no fluxo do devir como um redemoinho que arrasta no seu movimento o material produzido no processo de gênese. O que é próprio da origem nunca se dá a ver no plano factual, cru e manifesto. O seu ritmo só se revela a um ponto de vista duplo, que o reconhece, por um lado como restauração e reconstituição, e por outro como algo de incompleto e inacabado (BENJAMIN, 2020: 34).

Denota-se que a *origem* é “profundamente histórica”, pois a restauração desta não pode ser feita via retorno às fontes, mas pela “nova ligação entre o passado e o presente”. Assim, demonstra a dialética da *origem*, a qual necessita da história, mas “não é o início imaculado da história, mas, sim, a figura temporal de sua redenção” (GAGNEBIN, 2013: 16). Desse modo, a *origem* é o salto (*Sprung*) em direção ao novo, que emerge do “vir-a-ser da extinção” (ROUANET, 1984: 19). *Origem* é, portanto, o horizonte de expectativa infinitamente aberto, na qual não se concentra a ideia de *télos*, mas sim, de eterno retorno (nietzschiano). A história-progresso é substituída pela categoria “a-histórica”, libertando-a desse fluxo do contínuo.

Sérgio Paulo Rouanet afirma que cabe ao historiador dialético o papel de libertação da história desse fluxo contínuo, “salvando-o, sob a forma de um objeto-mônada: fragmento de história, agora intemporal, que o olhar de Medusa do historiador mineraliza, transformando-o em natureza” (1984:

19). Sob esta óptica, Rouanet propõe-se relacionar a *origem* com o conceito de estrutura, apresentando-se ao mesmo momento como uma categoria totalmente histórica e a-histórica que emerge do vir-a-ser. Logo, esse é o fio condutor do acesso a pré e a pós-história do objeto.

Ressalta-se, portanto, a definição de Rouanet sobre a “pré e pós-história” como categoria estrutural, na qual se passasse apenas pelo crivo de uma investigação historicista, considerando apenas a ordem cronológica, iria se restringir apenas ao “antes” e “depois” de um dado objeto, mas não sua pré e pós-história. Assim:

a *pré-história* do drama barroco não é a tragédia renascentista, e sim o diálogo socrático. Esse diálogo “restaura o mistério, que se havia secularizado gradualmente nas formas do drama grego: sua linguagem é a do novo drama, e em particular do drama barroco” (*apud* BENJAMIN, 1984: 141). E sua *pós-história* não é o teatro classicista, e sim o drama expressionista, que se assemelha ao Barroco tanto pela situação histórica como pelas características de sua linguagem (ROUANET, 1984: 21) [Grifos do autor].

Essa interpretação estrutural da *origem*, Benjamin leva a compreensão crítica do drama barroco, de modo que não reconhece os limites da investigação histórica, referindo tanto ao passado como ao futuro. A *origem* atribui-se a “ideia a sua dimensão de totalidade. A sua estrutura, marcada pela totalidade, em contraste com o seu inalienável isolamento, é monadalógica. A ideia é uma mônada”⁶ (BENJAMIN, 2020: 36). Está contida na mônada a “representação dos fenômenos”, quanto mais alto o grau da ordem das ideias, mais ideal será a representação dos objetos. Logo, “origem, enteléquia, mônada: trata-se sempre da mesma ideia de totalização a partir do próprio objeto e nele” (GAGNEBIN, 2013: 11), portanto, a ideia em Benjamin se apresenta como “constelações eternas”,

e se os elementos se podem conceber como pontos em tais constelações, os fenômenos estão nelas simultaneamente dispersos e salvos. E aqueles elementos, que os conceitos têm por tarefa destacar dos fenômenos, são mais claramente visíveis nos extremos da constelação (BENJAMIN, 2020: 23).

Os fenômenos históricos apenas serão salvos na constelação, quando “tais estrelas, perdidas na imensidão do céu, só recebem um nome quando um traçado comum as reúne” (GAGNEBIN, 2013: 15), este caráter é notório nas *Teses*, onde Benjamin expressa-se a crítica a ideia de *télos*, afastando-se do *continuum* da história-progresso, representando a constelação como salvadora. O salto da história apresenta-se como “espetáculo triste”: *Trauerspiel* [tragédia]. O surgir da *origem* rompe a linha temporal, passa a atuar com cortes, fragmentos e ruínas dos fenômenos históricos. Portanto,

⁶ Mônada, etimologicamente surge, “a partir de 1696, Leibniz lançou mão desse termo para designar a substância espiritual enquanto componente simples do universo. [...] Como tal, não pode desagregar-se e é eterna; só Deus pode criá-la ou anulá-la. [...] A totalidade da mônada é o universo” (ABBAGNANO, 2012: 793).

Benjamin desenvolve uma nova concepção de história, isto é, fundamentada na ideia de catástrofe. Nos fragmentos de *Zentralpark* (1938-1939), afirma que:

O conceito de progresso tem de assentar na ideia da catástrofe. Que as coisas “continuem como estão”, é isso a catástrofe. Ela não é aquilo que a cada momento temos à nossa frente, mas aquilo que já foi. O pensamento de Strindberg: o inferno não é nada que tenhamos à nossa frente – é *esta vida aqui em baixo* (BENJAMIN, 2020: 181) [Grifos do original].

Destina-se ao barroco o caráter de antecipação da catástrofe. Esvaziada da intenção messiânica, a história se manifesta *ad infinitum* de uma sucessão de catástrofes. Esta é o eterno retorno. A História configura-se como “vórtice”, é o *continuum* salto, emergindo do fluxo do devir e do vir-a-ser, onde um fenômeno pode ter inúmeros desfechos. Ao analisar a *origem* e a relação com a história, Giorgio Agamben (2018) desenvolve o exemplo de um rio para explicar essa história-fragmento. Logo, o “movimento arquetípico da água é a espiral”, a qual a todo instante através do fluxo do redemoinho, ao chegar no ponto “zero”, gera outro fenômeno. E continua, “se a água que corre no leito de um rio encontrar um obstáculo, seja ele um galho ou o pilar de uma ponte, será gerado, em correspondência com esse ponto, um movimento em espiral que, se estabilizado, assume a forma e a consistência de um vórtice”, essa característica da história apontada por Benjamin, não tem por finalidade o bem hegemônico da humanidade defendido por Kant.

A mesma coisa pode ocorrer se o encontro for de duas correntes de água de temperaturas ou velocidades diferentes: aqui também veremos formar-se redemoinhos, que parecem *permanecer imóveis no fluxo das ondas ou das correntezas*. Mas também a *voluta que se forma na crista das ondas é um vórtice*, que, por efeito da força da gravidade, arrebenta, formando a espuma (AGAMBEN, 2018: 83) [Grifos do autor].

Desse modo, a história não linear está inserida no fluxo do devir histórica, a crítica de Benjamin à teleologia apresenta-se na *origem*, como: atualização (LÖWY, 1989: 92; BARRENTO, 2013: 87). Ou seja, a história é arrastada pelo redemoinho produzindo/atualizando em seu ápice o processo da gênese, “assim como o redemoinho no curso do rio, a origem é contemporânea ao devir dos fenômenos, dos quais extrai sua matéria e nos quais, todavia, permanece, de algum modo, autônoma e parada” (AGAMBEN, 2018: 85).

A *origem* é impulsionada pela dialética, pois caracteriza a forma de “remontar” e “desmontar” a história, como afirma Georges Didi-Huberman (2017). O descontínuo da história se caracteriza como estilo filosófico em Benjamin, assim, a *montagem* é o novo método de análise dos fenômenos da constelação. Retirar os fenômenos do contínuo, o aspecto de tempo linear se extingue, empregando os conceitos de *heterocronia* e *anacronia* a fim de explicar os fenômenos históricos, além das narrativas e das singularidades eventuais: “as *heterocronias* (empreguemos essa palavra se quisermos

sublinhar seu efeito de heterogeneidade) ou as *anacronias* (empreguemos essa palavra se quisermos sublinhar seu efeito de anamnese) dos elementos que compõem cada momento da história” (DIDI-HUBERMAN, 2017: 121) [Grifos do original].

A concepção de história em Benjamin, se apresenta no conceito da catástrofe. A remontagem é o método de análise dos fenômenos dispersos e salvos na constelação das ideias. Esta concepção expõe, segundo Benjamin, como um “caleidoscópio nas mãos de uma criança”, onde “os conceitos dos dominantes foram sempre os espelhos graças aos quais se formou a imagem de uma ‘ordem’. O caleidoscópio tem de ser quebrado” (BENJAMIN, 2020: 156), essa constante ordem e desordem, assim se caracteriza a *origem*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A originalidade da concepção de história em Benjamin, está no fato de propor uma ruptura com o *télos* do *Aufklärung* (Iluminismo) do século XVIII, ou seja, a ideia de uma história universal, desenvolvida principalmente por Immanuel Kant na obra *Ideia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita* (1784), pois este visava que as nações esclarecidas iriam atingir uma perfeita união civil. No entanto, esse progresso produz apenas catástrofes, deixando como resultado de seu desenvolvimento, ruínas, fragmentos, resíduos. A história, portanto, não chegaria a uma união harmônica universal idealizada pelo iluminismo.

A história para Benjamin, é preenchida pelo tempo saturado de *agoras* (*Jetztzeit*), como bem descreve nas teses XIV e XVIII, rompendo com o *continuum*. Objetivando libertar a história desse fluxo, o desenvolvimento da categoria de *origem* é o conceito-chave para compreender o fenômeno do sempre-novo. A *origem* nunca vai emergir no plano factual e/ou cru, mas sim, do devir. Ela sempre estará ligada a pré e pós-história de um dado fenômeno histórico, sendo representada como um vórtice.

Portanto, a concepção de história em Benjamin se apresenta no conceito da catástrofe. Onde os fragmentos históricos estão dispersos e salvos na constelação das ideias. Esta concepção expõe, segundo Benjamin, como um “caleidoscópio nas mãos de uma criança”, essa constante ordem e desordem, assim se caracteriza a *origem*. Esta que contribuiu para que a noção/ideia de história benjaminiano se torna tão atual. Desse modo, refletir sobre o passado, não é narrar tal como foi (na concepção de Leopold von Ranke), mas sim, compreender os vestígios, ruínas, as decadências de um dado período; sendo tarefa do historiador recuperar as memórias, transformando-as em significações.

REFERÊNCIAS

Obras de Walter Benjamin

BENJAMIN, Walter. Zentrapark. In: *Baudelaire e a modernidade*. Edição/Tradução: João Barrento (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 151-190.

BENJAMIN, Walter. Notas D e N. In: *Passagens*. Willi Bolle (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2018.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da História*. Edição/Tradução: João Barrento (Org.). 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. Edição/Tradução: João Barrento (Org.). 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

BENJAMIN, Walter. *Rua de Mão única*: Infância berlinense: 1900. Edição/Tradução: João Barrento (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

Bibliografia Geral

ADORNO, Theodor. Progresso. Tradução: Gabriel Cohn. *Revista Lua Nova*, n. 27. p. 217-236. São Paulo, CEDEC, 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n27/a11n27.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

AGAMBEN, Giorgio. Vórtices. In: *O fogo e o relato*: ensaios sobre criação, escrita, arte e livros. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 83-89.

BARRENTO, João. “Percepção é leitura”: a cidade, o olhar, a memória. In: *Limiares sobre Walter Benjamin*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p. 85-110.

CANTINHO, Maria João. *O Anjo Melancólico*: Ensaio sobre o conceito de alegoria na obra de Walter Benjamin. Paris: Nota de Rodapé Edições, 2015.

DIDI-HUBERMAN, Georges. A Interposição dos Campos: Remontar a História. In: *Quando as imagens tomam posição*. Belo Horizonte: UFMG, 2017. p. 119-127.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. 4. ed. Ricardo R. Terra (Org.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-RIO, 2006.



LEITE, Augusto Bruno de Carvalho Dias. *A ideia de História em Walter Benjamin*: passado, a forma e a tradução. Dissertação (Mestrado – História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2013. 194 f.

LÖWY, Michael. Distante de todas as correntes e no cruzamento dos caminhos: Walter Benjamin. In: *Redenção e Utopia*: o judaísmo libertário na Europa Central. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 85-111.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*: Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATE, Reyes. *Meia-noite na história*: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”. Tradução: Nélcio Schneider. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação. In: *Catástrofe e representação*: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000. p. 7-13.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre história*. Tradução: Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2005.

ROUANET, Sérgio Paulo. Apresentação. In: BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução/Organização: Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 12-47.

Verbetes de Dicionário

MÔNADA. In: ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p. 793.

REVOLUÇÃO. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 1121-1130.

A COLONIZADORA SINOP S.A ENTRE A PUBLICIDADE COMERCIAL E A PROPAGANDA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Alex Filipe Gomes dos Santos⁷

RESUMO

Este trabalho é um recorte de nossa pesquisa de doutoramento realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso. Nele, buscamos analisar, concisamente, duas peças publicitárias da Colonizadora Sinop S.A – empresa paranaense ligada ao ramo da colonização privada – que teve forte atuação na região norte do estado do Mato Grosso a partir da década de 1970. Por meio da análise das peças de publicidade produzidas pela Sinop S.A. pudemos observar como elas dialogaram com diversos elementos típicos produzidos pela propaganda política dos governos militares, enfatizando o papel da Colonizadora no processo de “integração nacional”, o “espírito patriótico” de “conquista da Amazônia”, o “pioneirismo”, a “coragem” e a “bravura” dos envolvidos. O uso desses recursos teve por objetivo não apenas legitimar o empreendimento da Sinop S.A, como atrair colonos dado o contexto histórico e o valor que algumas dessas noções possuíam em si.

Palavras-chave: Publicidade; Propaganda; Sinop.

A Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (Grupo Sinop) iniciou suas atividades colonizadoras no ano de 1938 na região noroeste do Estado do Paraná e se estabeleceu como uma importante agente na criação de diversas cidades na região como Formosa do Oeste, Terra Rica, Jesuítas etc.

Estimulado pelos incentivos fiscais e creditícios concedidos pelo Governo Federal em favor da região da Amazônia Legal após a criação da chamada “Operação Amazônia⁸” e do Programa de Integração Nacional⁹ (PIN) o Grupo Sinop adquiriu no ano de 1970 uma grande porção de terra no Estado do Mato Grosso.

⁷ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Bolsista financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orientador: Dr. Edvaldo Correa Sotana.

⁸ A denominada “Operação Amazônia” foi o primeiro grande ato de intervenção estatal na Amazônia após o início da ditadura civil-militar brasileira e representou a reformulação das diretrizes políticas do governo federal para região. Dentre as medidas que integraram a “Operação Amazônia” estiveram a criação do BASA, da SUDAM e da Lei número 5.174, de 17 de outubro de 1966, que dispôs sobre a concessão de incentivos fiscais em favor da região amazônica.

⁹ Promulgado pelo Decreto-Lei número 1.106, de 16 de junho de 1970, e trazia como sua primeira etapa a construção imediata de duas rodovias: a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. O traçado rodoviário da Cuiabá-Santarém passava no meio das possessões da Colonizadora Sinop S.A., a rigor ao lado da cidade de Sinop.

Já no ano de 1972, a empresa deu início ao “Núcleo Colonial Celeste” – que mais tarde seria rebatizado como Gleba Celeste – o ponto de partida para as atividades colonizadoras da Sinop no Mato Grosso. No total as áreas da Colonizadora chegariam a 645.000 hectares na região e de suas atividades seriam criadas quatro cidades, sendo elas: Vera (1972), Sinop (1974), Santa Carmem (1974) e Cláudia (1978).

De acordo com Souza (2008a, p.39), o Grupo Sinop¹⁰ atuava em várias atividades ligadas à Gleba Celeste “como a compra e venda de terras, divulgação, instalação dos lavradores, agroindústria, cooperativa e projetos correlatos, a exemplo da criação de gado”. Contudo, deve-se ponderar que essa ampla atuação empresarial não incide num módico papel econômico da colonização nos projetos do Grupo, mas sim que “o quadro político-econômico em que os interesses da colonização¹¹ e as outras atividades empresariais na Amazônia se encontravam intimamente relacionados”. (GUIMARÃES NETO, 2021: p.117).

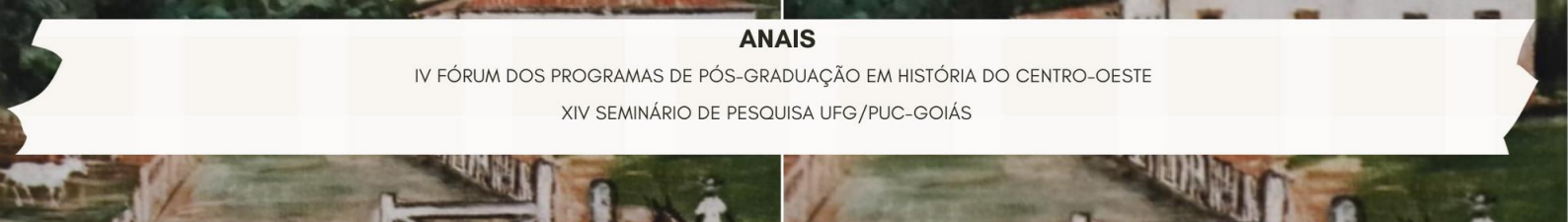
Neste sentido, de acordo com os diferentes interesses empresariais – e também políticos – do Grupo, elemento fundamental para o desenvolvimento dos lucrativos negócios da Sinop era a arregimentação de compradores (colonos) dos lotes colocados à venda pela empresa, de modo que para tal a Colonizadora lançava mão de uma vasta rede de “propaganda¹²” visando criar um fluxo de atração de pequenos produtores:

A venda de terras da Gleba Celeste se deu através de difusão e propaganda efetuadas pela Empresa no Sul e Sudeste do País, especialmente no Norte e Noroeste do Paraná, região de origem da Colonizadora (...) As pessoas compraram terras em Sinop com o objetivo precípua de melhorarem suas condições de vida sua e da sua família; o fizeram sob os efeitos da propaganda realizadas pela Empresa através dos meios de comunicação e de seus corretores, que buscavam enfatizar a qualidade das terras, o potencial das madeiras nobres existentes na área, as condições climáticas, boas aguadas, enfim, área propícia ao desenvolvimento da cultura do café, da pimenta e de cereais (...) Existiam filmes e fotos, que punham em evidência a beleza dos cafezais produzindo, a exuberância da selva como expressão de bons solos – onde o efeito propagandístico também era feito por amigos e parentes (OLIVEIRA, 1983: p.83).

¹⁰ O Grupo Sinop era composto por seis empresas: Colonizadora Sinop S.A., Sinop Terras S.A., Sinop Agro-Química S.A., Imobiliária e Construtora Maringá S.A., Agropastoril Celeste Ltda. E Becker Consultoria de Empreendimentos Industriais (SCHAEFER, 1985).

¹¹ Ainda conforme Guimarães Neto (2021: p.117-118), no âmbito desse quadro de atividades que os empresários poderiam desenvolver na Amazônia originou-se diferenciadas formas de colonização, em concordância com a atuação e os objetivos delimitados por esses grupos empresariais na região.

¹² A diferenciação aqui estabelecida entre propaganda e publicidade segue uma corrente bibliográfica que atribui a finalidade das duas áreas como principal elemento distintivo entre ambas. Enquanto a propaganda tem como objetivo a promoção de uma ideologia, a publicidade almeja o lucro, embora em alguns casos essa relação possa estar mais nuançada do que sugere essa simples dicotomia. Sobre o assunto ver: OLIVEIRA, Raphael. **Otimismo em tempos de repressão: A publicidade inspirada em propaganda do Governo Médici**. 2014, 155 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói.



Segundo Schaefer (1985: p.120) essa ampla rede de publicidade incluía “escritórios espalhados no interior do Paraná, patrocínio de programas de música sertaneja nas rádios do interior do Estado, apresentação de slides feitos em Mato Grosso (ou no Paraná?)”, periódicos produzidos pela própria Colonizadora, a publicação de matérias¹³ e anúncios publicitários em revistas e jornais, cartazes, panfletos, além de uma publicidade informal realizada pelos próprios colonos, familiares e amigos entre si.

A escolha pela difusão de peças publicitárias em rádios interioranas, pelo local de estabelecimento dos escritórios da empresa e pela divulgação de filmetes, cartazes, panfletos e de periódicos em determinadas regiões do país está diretamente ligada ao público que a Colonizadora Sinop S.A pretendia atingir: pequenos produtores, sobretudo, do Norte-Noroeste do Paraná, mas também de outras regiões do Sul e do Sudeste do país. Ainda neste sentido, deve-se ponderar não apenas o local de veiculação desses materiais publicitários, mas também o suporte (rádio, televisão, revista, jornal, cinema etc.) em que foram difundidos, pois ambos os aspectos (região e suporte) informam sobre o público de destino que os anúncios publicitários pretendem atingir.

No que diz respeito à produção agrícola, desde o início do projeto deu-se maior ênfase à produção de café por duas razões: a) pelo seu elevado valor comercial; e b) pela sua capacidade de atrair colonos, já habituados à produção desta cultura nas regiões Sul e Sudeste (IANNI *apud* SOUZA, 2008a: p.31).

A utilização do café como elemento mobilizador por parte da Sinop pode ser observada na peça publicitária de divulgação da Gleba Celeste na região Sul do Brasil “A Sinop nos caminhos do futuro”.

¹³ Muitas dessas matérias possuíam um forte viés sensacionalista e, eventualmente, eram pagas para circularem em periódicos locais e regionais, aliando os esforços da Colonizadora ao discurso do progresso, valorizando o empreendedorismo, a coragem e o patriotismo dos “líderes” e “pioneiros” do processo de colonização da região. Sobre isso ver: SOUZA, Edison Antônio. **O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte do Mato Grosso**. 2008, 256 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói.

Figura 1 – A Sinop nos caminhos do futuro: Um passo de conquista na Amazônia



Fonte: SOUZA *apud* TOMÉ, 2014: p.97.

Na composição do anúncio podemos observar diversas imagens: plantações de diferentes culturas, uma imagem aérea da nascente estrutura urbana de Sinop e a fotografia de uma estrada.

Na esteira do supramencionado, uma das imagens apresenta uma plantação de café com a seguinte frase sobreposta: “Em terra livre de geada”. Tal referência alude às intempéries que assolam o sul do país. Esse discurso dialoga, por exemplo, com evento da Geada Negra ocorrida na região norte do Paraná nos meados da década de 1970 que devastou a produção cafeeira daquela região. Com forte atuação nas regiões norte e noroeste do Paraná – local de origem do Grupo Sinop – a apresentação de uma “terra livre de geada” e a divulgação deste material publicitários nessas espacialidades reforça a utilização desse recurso discursivo como um elemento de mobilização socioafetiva dos pequenos produtores cafeeiros. Pois, “a publicidade de uma terra apresentada como livre de geada induz o agricultor a sonhar com a possibilidade de acordar pela manhã e não ver sua lavoura queimada, imagem por si só incentivadora para a migração rumo ao Oeste”. (TOMÉ, 2014: p.96).

Os elementos formais do anúncio (composição visual, elementos gráficos, diagramação etc.) apontam ainda para uma representação *caminística* da terra ao apresentar a produção de diferentes tipos de culturas, induzindo a uma ideia de prosperidade e fartura. Tal aspecto é instrumentalizado na peça publicitária, novamente, como um elemento de atração de produtores agrícolas que poderiam por intermédio deste anúncio vislumbrar que naquela terra “em se plantando tudo dá”.

Contudo, cumpre destacar que essa representação das terras amazônicas como férteis por excelência foi um tópico bastante destacado por agentes e agências públicas e privadas no período da ditadura militar brasileira:

Finalmente, Delfim fazia uma afirmação¹⁴ totalmente não científica levado pelo seu entusiasmo sobre os recursos da região ao declarar que “existe na Amazônia uma mancha de terra roxa comparável à de qualquer estado da região Centro-sul. Aqui ele repetia o mito da fertilidade dos solos amazônicos, que na verdade são constituídos principalmente por laterita e portanto contra-indicados para a agricultura por causa da rápida lixiviação do solo provocada pelas chuvas torrenciais. Com efeito, o ecossistema amazônico era e é extremamente frágil e seu potencial agrícola fortemente limitado, como se verifica, pelos seus solos. Mas na impetuosa atmosfera do governo Médici não havia tempo para dúvidas (SKIDMORE, 1988: p.292).

Segundo Souza (2008a: p.31), *pari passu* em que o esforço publicitário da Colonizadora se mostrava efetivo, ao chegarem os colonos iam enfrentando dificuldades na aclimação como, por exemplo, em relação à produção do café que requeria técnicas de correção não praticadas anteriormente além de um solo que se apresentava fértil mais nos anúncios publicitários do que na realidade encontrada pelos produtores.

Nessa mesma esteira percebe-se que a estratégia publicitária das empresas colonizadoras atuava em diferentes dimensões:

A estratégia de atuação dessas empresas colonizadoras estava fundamentada na ideologia que ‘valorizou o trabalho do pequeno produtor’, lançada pela propaganda nos locais de captação desses trabalhadores, num jogo comercial, tanto quanto a ilusão das terras férteis, a possibilidade de ascender socialmente, juntamente com o discurso ‘patriótico de integração da Amazônia’ (SOUZA, 2008b: p.55).

No âmbito dessas diferentes dimensões dos materiais publicitários produzidos pelas colonizadoras privadas, em especial pela Colonizadora Sinop S.A, destacamos o fato de que eles também repercutiam diversos elementos típicos da propaganda política produzida pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar.

A utilização de um padrão difundido pela propaganda institucional do governo militar, produzido notadamente pela Assessoria Especial de Relações Públicas¹⁵ (AERP/ 1968-1973), foi comum pelo setor publicitário ao longo da ditadura militar brasileira. De forma que é possível identificar uma série de anúncios publicitários que falavam de “amor à pátria”, “participação”, “dedicação ao trabalho”, “integração”, “progresso” etc. em jornais e revistas do período.

¹⁴ A afirmação de Delfim apontada por Skidmore foi publicada na revista *Finanças Públicas* em outubro de 1970 (SKIDMORE, 1988: p.292).

¹⁵ Sobre os sentidos da propaganda política dos governos militares ver: FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.



Destarte, neste movimento as empresas privadas buscavam maximizar as vendas de seus produtos e consolidar suas marcas no âmbito de determinados segmentos de consumidores brasileiros e, simultaneamente, reiteravam a retórica e o projeto político-econômico dos militares e associavam suas marcas ao ambiente otimista do período (OLIVEIRA, 2014).

No caso da Colonizadora Sinop a relação entre os governos militares e o Grupo transpõe tão somente esse diálogo entre propaganda política e publicidade comercial, uma vez que se pode identificar a “presença de dinheiro público investido em obras de infra-estrutura social e econômica” (SOUZA, 2008a: p.47) em quase todas as etapas do projeto. Sem o acesso a esse volume maciço de verbas públicas o projeto da empresa, desde o seu início, não teria sido tão atrativo e, tampouco, lucrativo para os empresários ligados ao Grupo Sinop.

No que tange especificamente a relação estabelecida entre a propaganda política dos governos militares e a publicidade comercial produzida pela Sinop, Souza (2008b) aponta uma série de materiais publicitários elaborados pela Colonizadora que trataram dos tópicos do “pioneirismo”, “integração”, “bandeirantismo”, “patriotismo” etc, aspectos bastante trabalhados pela propaganda institucional do período.

A natureza do empreendimento da Sinop (colonização) bem como sua localização (Amazônia Legal) favorecia a empresa na produção de peças publicitárias que dialogassem com a propaganda ideológica dos militares, uma vez que ia ao encontro dos pressupostos da Doutrina de Segurança Nacional, de (re)ocupação da Amazônia e de uma certa ideia de desenvolvimento econômico que se projetou sobre o espaço amazônico durante a ditadura militar brasileira.

Dessa forma o discurso produzido nos materiais publicitários não apenas justificava a ação e atuação da Colonizadora Sinop por estar em sincronia com os “interesses nacionais” como também instrumentalizava este tema para reforçar a capacidade de mobilização de sua publicidade em atrair eventuais colonos. Tal recurso de legitimação se sustenta na capacidade de criação de uma mobilização social dos afetos que as ideias de pioneirismo, desbravamento e aventura carregam consigo (MENEZES, 2007).

Um exemplo sintomático do diálogo entre a publicidade comercial e a propaganda política nos materiais produzidos pela Colonizadora é a peça “Iniciativa particular coloniza a Amazônia” publicada na revista *Veja* em agosto de 1972.

Figura 2 – Iniciativa particular coloniza a Amazônia

INICIATIVA PARTICULAR COLONIZA A AMAZÔNIA

Uma área de 200 000 hectares de mata virgem no norte do Mato Grosso, com cedros, mognos, castanheiras, faveiros pretos, angelinas, araputangas, guanandins, coqueirais, rios, córregos, onças, macacos, cobras, pássaros de todas as cores. Era assim a Gleba Celeste, até o dia em que um empresário brasileiro a sobrevoou. Ai começou sua transformação.

Exportar para o mundo — Os primeiros habitantes da Cidade Vera não terão dificuldades de comunicação e transporte, pois a Gleba Celeste é cortada pela nova rodovia Cuiabá—Santarém, em andamento. Assim, os colonos poderão exportar sua produção por via marítima, através do porto de Santarém, e se comunicar com o mercado interno através de Cuiabá. A Gleba Celeste, portanto, está de acordo com a política de integração nacional, proposta e executada pelo governo da Revolução.

A Sinop trabalha apenas com recursos próprios: o investimento na Gleba Celeste já se eleva a mais de 8 milhões de cruzeiros, embora ainda esteja em sua primeira fase de execução. Do governo, porém, não faltam incentivos ao empreendimento, com medidas como as que foram anunciadas na solenidade de inauguração da Cidade Vera pelo ministro Costa Cavalcanti: financiamento para os colonos da Gleba, através dos Bancos da Amazônia e do Brasil, da compra de casas, instalação de popes, bombas e dependências sanitárias e isenção de impostos e taxas, aprovada pela Sudam, para a importação de máquinas e equipamentos no valor de Cr\$ 24 174 944,12.

Na verdade, a Cidade Vera foi obra eminentemente particular, tanto pela iniciativa da Sinop como pela coragem de famílias que compraram os lotes de 80 alqueires ao preço de 110 cruzeiros cada e agora já poderiam vendê-los por 800 cruzeiros, devido à sua sucessiva e intensa valorização.

A emoção e o mérito — Quando pediu a palavra na inauguração da Cidade Vera, o ministro Costa Cavalcanti afirmou que "nunca senti tanta emoção como quando tive a grande honra e o privilégio mesmo de hastear a nossa bandeira nacional aqui neste pedacinho de chão. Isso realmente nos faz acreditar no Brasil de hoje e isso nos faz, principalmente, antever o Brasil de amanhã. Nossa presença mostra que, de fato, acreditamos neste empreendimento, um verdadeiro empreendimento que é obra de integração nacional". Ao agradecer a presença das autoridades, o colonizador Enio Pipino, por sua vez, recordou a colaboração heróica dos seus funcionários e disse que "transfereiros do Paraná para esta região, a Colonizadora Sinop quer prestar uma homenagem a essa grande governo de integração do presidente Medici e auxiliar, naquilo que nos for possível, o desenvolvimento de Mato Grosso, que nos ofereceu, por parte do governador José Fragelli, uma acolhida empílica, de fé e entusiasmo".

O grandioso futuro — A visita às instalações já prontas da Cidade Vera foi marcada pela antevisão de um futuro grandioso para a região. Dentro de cinco meses, no máximo, a Sinop já estará inaugurando o segundo núcleo populacional da Gleba Celeste, a Cidade Carmem, ligada à Cidade Vera por uma estrada de 45 quilômetros de extensão, em tudo semelhante à primeira. Posteriormente será implantada a Cidade Sinop, planejada para suportar, de início, uma população de 30 000 habitantes, só na região urbana. Ela será cortada em toda a sua extensão pela rodovia Cuiabá—Santarém.

Os colonos da Gleba Celeste gozarão de recursos modernos de colonização, já previstos pelo planejamento da Sinop: financiamentos para a compra de equipamento e material agrícola, cooperativa agrícola que se encarregará da assistência técnica, jurídica, contábil, médica e científica das terras de toda a gleba. A Sinop também está tratando de todos os problemas de comercialização dos produtos via porto de Santarém, e posto de abastecimento da Cuiabá, para fornecimento de gêneros aos colonos.

O ministro Costa Cavalcanti, na cerimônia de inauguração da Cidade Vera

Fonte: Revista Veja de 9 de agosto de 1972, edição número 295: página 67-68.

Souza (2008b: p.18) descreveu como as datas comemorativas, sobretudo, os aniversários de fundação das cidades erigidas pelas colonizadoras eram seguidas por peças publicitárias encomendadas que enfatizavam a “‘bravura, o bandeirantismo, o progresso, a disciplina, a obediência’ adequando-se aos interesses do grupo político que estava no poder (representantes dos setores: imobiliário, madeireiro, agrícola e pecuário)”. O material acima se encaixa neste padrão, pois foi publicado em razão da inauguração da cidade de Vera.

Neste caso, merece atenção especial o modelo escolhido para divulgação do conteúdo publicitário da Colonizadora Sinop S.A. Trata-se de um informe publicitário e não de um “anúncio publicitário comum”. Um informe publicitário tem por objetivo o fortalecimento da empresa e/ou produtos e serviços que a mesma comercializa. Busca se assemelhar ao estilo editorial do veículo em que está sendo divulgado, possui um caráter mais informativo e uma aparência mais “sutil” do que outros tipos de peças publicitárias – com uma sinalização “discreta” da empresa responsável pelo anúncio – almejando dissuadir seu caráter publicitário.

Destarte, o não assinalamento da peça enquanto informe publicitário pode, eventualmente, promover um baralhamento no leitor mais incauto fornecendo a impressão de estar lendo e



acompanhando uma matéria jornalística ao invés de um material publicitário. No caso em tela, por exemplo, a publicidade veiculada no semanário não consta discriminada a sua natureza (informação/informe publicitário), ainda que o logo da empresa conste duas vezes na diagramação da peça publicitária.

A opção da Sinop de publicar um informe publicitário em *Veja* está intimamente relacionada com os objetivos da colonizadora e o público que se pretende atingir. No caso desse periódico, um público que não, necessariamente, é o alvo da Colonizadora (pequenos agricultores do Sul e Sudeste do Brasil), ou seja, o objetivo dessa peça é menos publicizar a venda de lotes por parte da Sinop e mais fazer fortalecer e legitimar o projeto de colonização perante outros setores da sociedade brasileira.

No informe publicitário publicado em *Veja* podemos observar a presença de algumas fotografias, um mapa do Estado do Mato Grosso, o logo da Sinop, textos mais extensos e também de entrevistas. Uma das declarações contidas no informe é a do então Ministro do Interior José Costa Cavalcanti (1969-1974):

nunca senti tanta emoção como quando tive a honra e o privilégio mesmo de hastear a nossa bandeira nacional aqui neste pedaço de chão. Isso realmente nos faz acreditar no Brasil de hoje e isso nos faz, principalmente antever o Brasil de amanhã. Nossa presença mostra que de fato, acreditamos neste empreendimento que é obra da integração nacional. (COLONIZADORA, 1972: p.67-68).

De acordo com Skidmore (1988: p.293), os projetos de intervenção estatal na região amazônica “eram ideais para campanha triunfalista de relações públicas do governo que exaltava a ‘grandeza’ do Brasil e seu inexorável salto para o status de potência mundial”. Entretanto, podemos observar pelo discurso de Costa Cavalcanti que os grandes projetos privados na região da Amazônia Legal também eram instrumentalizados para “antever” ou afirmar a construção do “Brasil Grande” e de um futuro opulento para o país.

A visita e a fala do Ministro, tais quais a do Presidente João Baptista Figueiredo (1979-1985) anos depois, servem, como dimensionou Souza (2008a: p.40), do “ponto de vista psicológico (...) como um aval do governo para reafirmar seu propósito (da Colonizadora Sinop S.A.), confirmando e assegurando seu projeto de colonização”.

Tal aspecto – reafirmação do propósito da Sinop em consonância com os “interesses nacionais” – é realçado no decorrer do informe publicitário: “A Gleba Celeste, portanto, está de acordo com a política de integração nacional, proposta e executada pelo governo da Revolução” (COLONIZADORA, 1972: p.67-68).

Destarte, a Colonizadora se apresenta como um instrumento de “progresso” e “desenvolvimento” da região, como uma “homenagem” ao “governo da integração” que viabiliza –

economicamente, politicamente e ideologicamente – o “sonho” da empresa, como pode ser observado nas palavras de Ênio Pipino, presidente do Grupo Sinop:

transferindo-se do Paraná para esta região, a Colonizadora Sinop quer prestar uma homenagem a esse grande governo de Integração do presidente Médici, e auxiliar naquilo que nos for possível, o desenvolvimento de Mato Grosso, que nos ofereceu, por parte do governador José Fragelli, uma acolhida simpática de fé e entusiasmo (COLONIZADORA, 1972: p.67-68).

Por fim, a reprodução de um discurso de um “futuro grandioso” operou ainda como uma ferramenta de dominação, que almejava “manter os colonos na área, sempre na esperança de dias melhores” (SOUZA, 2008b: p.61). Contudo, para muitos desses pequenos agricultores, sobretudo, os mais descapitalizados, esse porvir argentário ficou restrito à laudatória publicidade (em diálogo com a propaganda política) da Sinop que escamoteava os inúmeros conflitos e percalços passados pelos colonos no seu processo de fixação as terras mato-grossenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo entre a publicidade comercial e a propaganda política durante a ditadura foi bastante profícuo, sobretudo, durante os anos do “milagre econômico”. Muitas empresas buscavam associar suas marcas e produtos aos “sucessos” (programas, projetos, obras públicas etc.) dos governos militares objetivando fortalecer suas companhias e atingir determinados segmentos do mercado consumidor brasileiro.

A relação entre a Colonizadora Sinop S.A. e a ditadura militar desde o início do empreendimento em terras mato-grossenses foi bastante próxima. De forma que os materiais publicitários da empresa sempre buscaram se aproximar da retórica do governo militar, enfatizando o papel da Sinop no processo de “integração nacional”, o “espírito patriótico” de conquista da Amazônia, o “pioneirismo”, a “coragem” e a “bravura” dos envolvidos, dado o contexto histórico e o valor que essas noções possuíam em si.

Por meio das peças publicitárias analisadas é possível perceber como as mesmas se alicerçavam em uma dimensão socioafetiva que buscava não apenas atrair colonos para o empreendimento da Colonizadora, mas que também operavam como instrumentos de dominação ao reiterar continuamente para estes a proximidade de um futuro portentoso.



REFERÊNCIAS

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde: política de colonização do Brasil contemporâneo*. Recife: Ed. UFPE, 2021.

COLONIZADORA Sinop S.A. Iniciativa particular coloniza a Amazônia. *Veja*. São Paulo: n.205. 9. ago. 1972, p.67-68.

MENEZES, Fernando Dominience. *Enunciados sobre o futuro: ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”*. 2007, 155f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Brasília, Brasília.

OLIVEIRA, João Mariano. *A esperança vem na frente: contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop*. 1983, 144 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

OLIVEIRA, Raphael. *Otimismo em tempos de repressão: a publicidade inspirada em propaganda do Governo Médici*. 2014, 155 f. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas, Niterói.

SCHAEFER, José Renato. *As migrações rurais e implicações pastorais: Um estudo das migrações campo-campo do Sul do país em direção ao Norte de Mato Grosso*. São Paulo: Loyola, 1985.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Edison Antônio. História de Sinop: A Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná. In: BARROZO, João Carlos (Org.). *Mato Grosso: do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, Carlini & Caniatto Editorial, 2008a, p.27-49.

SKIDMORE, Thomas. *O poder na fronteira: hegemonia, conflitos e cultura no norte do Mato Grosso*. 2008b, 256 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói.

TOMÉ, Cristinne Leus. Os sentidos sobre o progresso no início da colonização de Cláudia – Mato Grosso: um recorte discursivo-imagético. *Revista Acta Semiótica et Lingvistica*, João Pessoa, ano 38, vol. 19, nº2. p.95-108, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/actas/article/view/23456/12901>>. Acesso em: 10. jul. 2022.

A CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO SUDOESTE GOIANO E OS IMPACTOS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTUAL ARQUEOLÓGICO DE SERRANÓPOLIS GOIÁS (2000-2020)

Mario Pereira Mamede¹⁶

RESUMO

O projeto tem como objetivo abordar os aspectos relevantes da história da ocupação agrícola da região sudoeste de Goiás, especificamente no município de Serranópolis, buscando estabelecer a relação entre o cultivo da cana-de-açúcar e os impactos sobre o patrimônio cultural, arqueológico no período de 2010 a 2020, além da proposição de um plano de gestão para o uso do solo visando a proteção e preservação do patrimônio cultural.

INTRODUÇÃO

De acordo com Borges (2005) as fronteiras agrícolas assumiram formas variadas nas diversas regiões do país. Tais variações no tempo e no espaço ocorreram não apenas da diversidade da origem dos Imigrantes que ocuparam as várias áreas de expansão, mas também, principalmente, das relações de produção que nortearam o processo de povoamento e ocupação dos territórios.

Em se tratando da perspectiva histórica o deslocamento humano dessa região se dá pela problemática do desenvolvimento territorial através do processo de colonização e desenvolvimento de fronteiras agrícolas, integradas ao território e ao modelo de desenvolvimento nacional iniciado em 1930 que obedecia a meta da integração territorial e a expansão das fronteiras agrícolas em vista da expansão do mercado interno e posteriormente já nos anos de 1964, na política agroexportadora (Schneider,

2010)

A expansão da fronteira agrícola em Goiás, como em quase todo o país envolveu simultaneamente ou sucessivamente duas modalidades de ocupação distintas: uma de simples povoamento por posseiros ou ocupantes das novas áreas até então não ocupadas ou escassamente

¹⁶ Mestrando de História – PUC –GO

habitadas; e outra de apropriação formal por empreendimento onde a terra e os diversos recursos naturais passaram a ser controlados pelo capital (Borges,2005)

O plantio da cana-de-açúcar e a produção de álcool combustível iniciou-se historicamente nos anos 70 (Séc. XX), década de grandes investimentos no país, onde predominava a cultura do desenvolvimento e do crescimento do bolo econômico. Para o desenvolvimento dessa ideia de energia alternativa, o governo federal criou um programa chamado de Proálcool.

Foi um programa energético desenvolvido pelo Governo brasileiro capitaneado pelo então presidente da república General Ernesto Geisel, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos com base no decreto nº 76.593 de 14 de novembro de 1975.

(www.biodisel.com.br/cesso22-08-11).

“Este programa apesar de suas falhas, injetou considerável soma de capital no setor fomentando o início do desenvolvimento tecnológico em todos os segmentos econômicos relacionados com a produção de álcool a partir da cana de açúcar, principalmente. (Rossel, 2007)

Foi também nesse período que a produção de energia mundial atingiu seu limite principalmente com a crise do petróleo nos anos de 1973. Desta forma, o Proálcool contava com grandes investimentos e incentivos fiscais do governo brasileiro para a construção das usinas. Fator que trouxe novas perspectivas de rendimentos para áreas agrícolas como as do sudoeste goiano. (Rossel, 2007)

Como o fim do programa, o Proálcool passou por um período de décadas sem incentivo do governo nessa área, ou que trouxe um momento de desinteresse por parte das políticas públicas no crescimento desse segmento mantendo assim sua produção apenas voltada para o mercado interno de automóveis. (Rossel, 2007)

Desta maneira, no início dos anos 2000 (Séc. XXI) iniciou-se por parte do governo federal um novo impulso na expansão da produção de cana-de-açúcar, em resposta também a uma crise internacional, desta feita a ambiental, motivada pelo aumento do aquecimento global e a contribuição dos Gases de Efeito Estufa (GEE), em grande parte derivado dos combustíveis fósseis (petróleo, carvão), e a subsequente busca por alternativas de fontes limpas e renováveis, como o etanol da cana de açúcar (Barbalho, 2011).

Novamente uma política pública é proposta, o Plano Nacional de Agroenergia – PNA (Brasil, 2006), o qual busca conduzir o processo de expansão das áreas de cultivo de forma planejada. Assim, o incremento de áreas de cultivo da cana-de-açúcar, objetivando a produção de biocombustível,

sobretudo etanol, se dá paralelamente à produção de açúcar, na qual o país também se destaca segundo dados da CONAB de 2011 (Barbalho, 2011).

Iniciou-se nas regiões onde a proposta do plano seria implementado uma efetiva profissionalização e modernização desse segmento em busca de novas alternativas de rendimento, a partir de 2006, por parte dos produtores da região. Aproveitando o momento de expansão desse setor econômico e energético, o estado de Goiás com suas terras férteis e topografia favorável passou a ser um dos caminhos e interesse de empresários em investir na região com uma nova fronteira agrícola para o desenvolvimento de usinas e lavouras de cana-de-açúcar durante o início do século XXI, mais precisamente no governo de Alcides Rodrigues de 2006 a 2010 (Silva, 2011).

Nesse período o estado de Goiás passou por uma fase de grande expansão das áreas de cultivo de cana-de-açúcar, a qual foi chamada de “nova expansão de fronteiras agrícolas”. O Estado de Goiás passou então a se destacar no cenário sucroalcooleiro brasileiro, ocupando a segunda posição no ranking, com área plantada equivalente a 939 mil hectares (ha), superando o Estado de Minas Gerais, que nesta época era de 841 mil ha (Silva, 2011).

Em Goiás, diferente do que aconteceu no resto do Brasil, a fronteira agrícola não desmatou áreas de floresta ou terra devoluta ou degradada, ocorreu a substituição de culturas, ou seja, a cana-de-açúcar é inserida em áreas já preparadas para outros cultivos, havendo, portanto, apenas uma substituição de lavoura (Silva, 2011). Está polarização permitiu um incremento nos eixos de expansão da cana de centro/sul para sudeste e sudoeste de Goiás.

“ O PNA sugere que as áreas para expansão na produção se situem em regiões tidas como menos desenvolvidas, dentre as quais as terras do Cerrado, que haviam sido apontadas anteriormente como inaptas ao cultivo pela Planalsucar. Tal fato se justificaria pela evolução da tecnologia industrial e de produção agrícola (melhoramento genético, manejo do solo, controle de pragas, irrigação etc.) permitindo a transformação de solos antes inaptos em aptos. Foi decisivo o fato das terras apresentarem posição geográfica privilegiada, o que facilita a distribuição da produção, a aptidão climática e pedológica favorável, além, da disponibilidade de áreas antropizadas, ou seja, áreas com pastagem degradada, sendo estas da ordem de 50 milhões de hectare” (Barbalho, 2011).

Concidentemente, o Proálcool que trouxe transformações sociais e históricas na vida desse mundo rural, contemporâneo ao início das pesquisas arqueológicas no Estado de Goiás e a descobertas de sítios arqueológicos em locais que posteriormente vão ser inseridos no processo de expansão dessa agroindústria.

Oliveira (2016) afirma que na década de 1970, o Estado de Goiás foi contemplado com o primeiro programa de pesquisa arqueológica. Refere-se ao Programa Arqueológico de Goiás, coordenado por Pedro Inácio Schmitz. Surgiu de uma parceria entre a então Universidade Católica



de Goiás e o Instituto Anchietano de Pesquisas, vinculado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com o objetivo de realizar uma caracterização ampla e geral de sítios arqueológicos distribuídos em diversas áreas do estado. O programa foi dividido em três subprogramas: Subprograma Amazônia Legal; Subprograma Serra Geral e Subprograma Centro Sul de Goiás. Cada um desses subprogramas foi composto por diferentes projetos.

Dentro desse subprograma o que se desenvolveu na região de Serranópolis foi o subprograma alto Araguaia que foi parte das pesquisas no centro sul de Goiás. Esse programa catalogou 42 sítios arqueológicos (Oliveira, 2016).

Segundo Barbosa (1995) a ocupação pré-colonial da área que se deu a pelo menos 12.000 anos A. P. (Antes do Presente) por grupos de caçadores e coletores que ocuparam a região desde o final do Pleistoceno até início do Holoceno, impulsionada pelos fatores naturais que a área em estudo possui, sendo uma região de grande abundância de recursos naturais. Além da grande diversidade de recursos hídricos possui também um clima que é favorável para o estabelecimento destes grupos por possuir estações chuvosas e secas bem definidas, facilitando a obtenção de recursos alimentares e pela geomorfologia por proporcionar diversos abrigos rochosos naturais (Schmitz, 1989, 2004).

Schmitz e sua equipe pesquisaram alguns sítios arqueológicos em Serranópolis entre as décadas de 1970 e 1990, os quais foram agrupados em seis núcleos: A, B, C, D, E e F. O Núcleo A possui 11 sítios; o Núcleo B cinco; o Núcleo C cinco; o Núcleo D 11; o Núcleo E 14; e o Núcleo F cinco (figura 1), nem todos ainda foram estudados (Souza, 2020). Nesse complexo, se destaca o sítio arqueológico GO-Ja-01 (Núcleo A), com uma rica cultura material, destacadamente lítico e representações rupestre, com estratos mais antigos do início do Holoceno.

Seus materiais líticos pertencem a fase Paranaíba datada de 11.500 a 8.500 anos A.P., caracterizada por algumas pontas bifaciais e, por instrumentos unifaciais denominados de “lesmas”, marcadores crono-culturais da Tradição Itaparica, uma vez que ocorre em todos os sítios da fase Paranaíba. Para este sítio foram obtidas uma série de datações entre 925+/- 60 A.P. (SI-3690) e 10.580+/-115 anos A.P. (Schmitz et al, 1989 e 2004).

Conforme Schmitz (2004) em Serranópolis há variedade de pinturas rupestres que cobrem os paredões de arenito, apresentando uma ocupação humana antiga, com datação de aproximadamente 11.000 anos A.P. Segundo ele, Serranópolis contém uma das áreas arqueológicas mais importantes do país e com alto potencial para as pesquisas relacionadas com a ocupação do território a partir do final do Pleistoceno.

O sítio Go-Ja-03 (Núcleo D) também apresenta um destacado conjunto de vestígios culturais, principalmente líticos, além dos principais painéis com pinturas rupestres da região. Conhecido como Gruta das Araras apresenta 191 pinturas naturalistas, 263 figuras geométricas e 158 não identificadas.

A maioria das imagens encontra-se em paredes acessíveis a partir do chão, sendo que algumas se acham em certas alturas que supõem o uso de andaimes ou suportes semelhantes, como galhos de árvores, para a sua criação. Este sítio, que se localiza dentro dos domínios da Pousada das Araras, é um abrigo muito aberto, possui oitenta metros de extensão e sua profundidade varia entre seis e quatorze metros. Para esse sítio foram obtidas as datações de 9.765 +/- 75 anos A. P. e 5.720 +/-50 anos A. P. (Schmitz et al. 1989 e 2004; Melo, 2012).

O sítio GO-Ja-14 (Núcleo F) apresenta a datação mais antiga obtida para a região até o momento, 10.740 +/- 85 anos A.P. Nesse sítio, assim como nos demais, os petroglifos estão associados a um segmento onde o arenito Botucatu é mais friável em consequência da variação da intensidade de cimentação da rocha, o que facilita a realização das gravações.

São formados por linhas retas e curvas que se justapõem cruzam e/ou se encontram; figuras que lembram pisadas de aves; formas elípticas; formas triangulares; círculos ou depressões circulares; pisadas de felinos; figuras que lembram pés humanos; figuras fechadas sem simetria figuras fechadas de tendências quadráticas; ocorrem ainda figuras que lembram escudos, lagartos, estrelas, cruzes, outras formas (Beber, 1997)

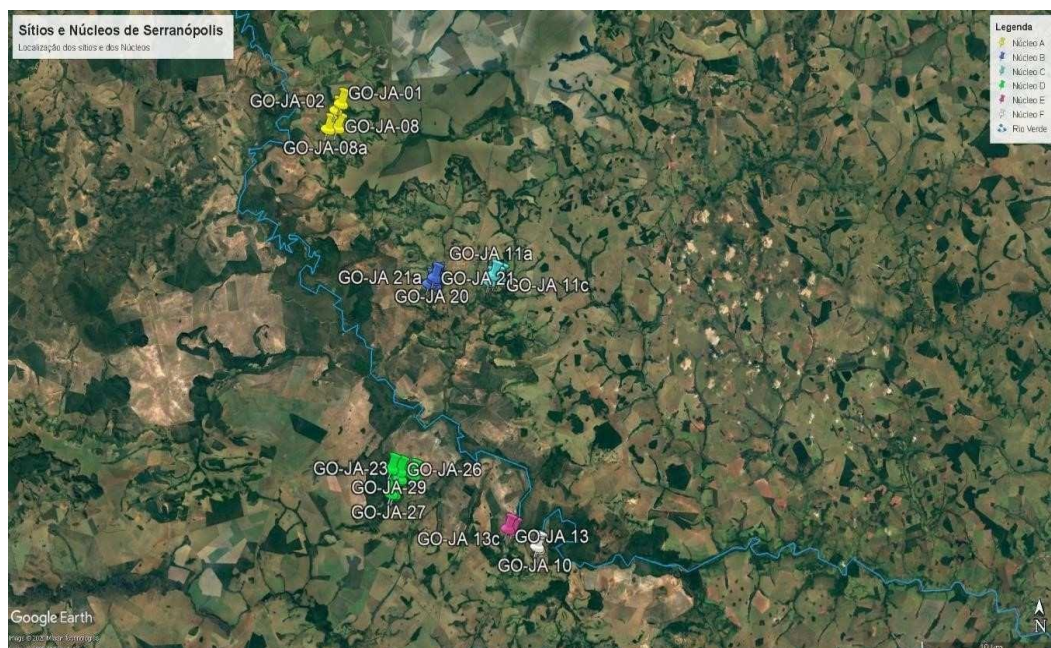


Figura 1: Distribuição dos sítios Arqueológicos de Serranópolis distribuídos por núcleos. Fonte: Souza 2020.

Recentemente em 2011 os estudos na área foram retomados com o projeto Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás, coordenado pela Dra. Aparecida Viana. O objetivo era

dar continuidade à investigação acerca do “processo de ocupação pré-histórica da região sudoeste do Estado de Goiás, nas regiões arqueológicas de Jussara, Caiapônia e Serranópolis, assim como colaborar para a preservação deste patrimônio” (Oliveira, 2016).

Em 2014 foi elaborado pela empresa Griphus Arqueologia um plano de ação arqueológico que foi encaminhado a Superintendência do IPHAN em Goiás indicando entre outras propostas ações que deveriam ser necessárias para a proteção à arte rupestre na região de Serranópolis (Griphus, 2014).

Desde 2017 vem sendo desenvolvido o projeto Escavação do Sítio Go-Ja-02, Serranópolis, Goiás, coordenado por Julio Cezar Rubin de Rubin, cujo objetivo principal é ampliar a área de escavação em relação à pesquisa pioneira, 30 anos mais tarde, orientada por novas problemáticas em relação a estratigrafia, cronologia, paleoambiente e formação do registro arqueológico (Rubin, 2017).

Com aprovação de um novo plano governamental para o desenvolvimento de energia, o PNA (Programa Nacional de Agroenergia) de 2006, a região que sempre foi uma referência no agronegócio para o estado de Goiás começa seu processo de construção de usinas de álcool e o cultivo em grandes extensões de área de cana de açúcar.

Nesse período, foi necessário a publicação de uma nova instrução normativa pelo IPHAN específica para as lavouras de cana-de-açúcar e seu processo para a obtenção do Licenciamento Ambiental (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2007).

O número de pesquisa arqueológicas decorrentes do processo de Licenciamento Ambiental aumentou, o que possibilitou a descoberta de novos sítios arqueológicos na região. A tabela 1 apresenta alguns dos sítios arqueológicos identificados nas áreas com edificações ou em vias de edificação por projetos associados a expansão sucroalcooleira nas regiões sudoeste e sudeste de Goiás e desenvolvidos pela empresa Griphus Arqueologia.

Tabela 1 – Sítios Arqueológicos descobertos em áreas onde foram construídas usinas de álcool. Dados de 2008.

N	USINAS	MUNICIPIOS	QUANTIDADE DE SÍTIO
01	Usina São João	Quirinópolis	09
02	Usina Boa Vista	Paranaiguara	03
03	Usina Vale Verde	Goiatuba	02
04	Usina Camem	Morrinhos	08
05	Usina Nardini	Aporé	01
06	Usina Rio Claro	Caçu	01
07	Usina Cosan	Jataí	0
08	Central Itumbiara de Bioenergia	Itumbiara	02
09	Usina Tropical	Edéia	02.

10	Usina São Marcos	Goiatuba	01.
11	Usina São Simão	São Simão	01.
12	Usina Santa Fé	Santa Fé	01
13	Usina Cosan	Paraúna	01
	TOTAL		30

Fonte: MAMEDE, & MELO. (2008)

O trabalho do Licenciamento Ambiental além de acrescentar novas informações aos resultados das pesquisas da década de 70, ratificou que a região é de extrema importância para o estudo arqueológico, e que as áreas de lavoura apresentam registros arqueológicos importantes para compreensão do processo de ocupação pré-colonial do Planalto Central Brasileiro, como evidenciado na tabela 2. As áreas de lavouras foram os locais onde mais se encontraram sítios arqueológicos e não estiveram contemplados com trabalhos de estudo de licenciamento devido a legislação específica, que apenas legitimava as pesquisas nas áreas da indústria das usinas de álcool.

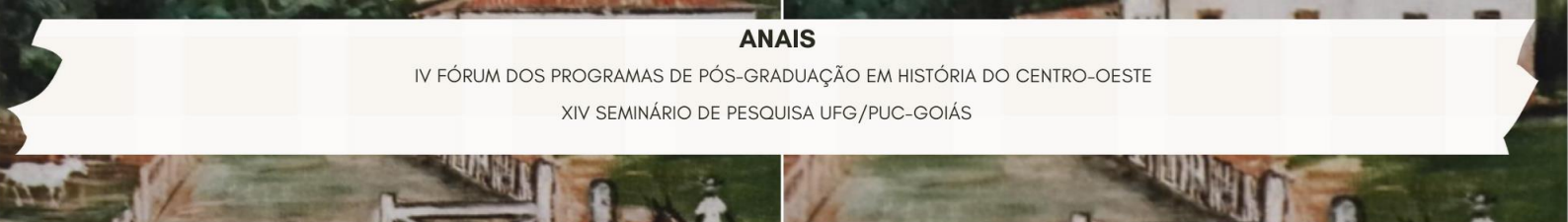
“INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 001/2007

Art. 1º - O licenciamento ambiental para os novos empreendimentos do setor sucroalcooleiro se dará obedecendo aos critérios a seguir:

XV. Fica restringido a implantação da unidade industrial e o cultivo da cana para suprimimento da unidade em áreas, de interesse científico, histórico, arqueológico, de manifestações culturais ou etnológicas da comunidade, definidos em legislação própria”.

Tabela 2- Sítios arqueológicos encontrados em áreas de cultivo de cana-de-açúcar em usinas de álcool na região Sudeste e Sudoeste de Goiás.

EMPREENHIMENTO	NOMECLATURA SÍTIO	TIPOLOGIA	IMPLANTAÇÃO
Usina São João	USJ 1	Lítico	Plantação
Usina São João	USJ 2	Lítico	Plantação
Usina São João	USJ 3	Lítico	Plantação
Usina São João	USJ 4	Lítico	Plantação
Usina São João	USJ 5	Lítico	Plantação
Usina São João	USJ 6	Lítico	Plantação
Usina São João	USJ 7	Lítico	Plantação
Usina São João	USJ 8	Lítico	Plantação
Usina São João	USJ 9	Líto-cerâmico	Plantação
Usina Boa Vista	S Martinho 1	Lítico	Plantação
Usina Boa Vista	S Martinho 3	Lítico	Plantação
Usina Camem	U. Camem 1	Cerâmico	Plantação
Usina Camem	U. Camem 2	Lítico	Açude



Usina Camem	U. Camem 3	Lito -ceramico	Plantação
Usina Camem	U. Camem 4	Ceramico	Plantação
Usina Camem	U. Camem 5	Ceramico	Plantação
Usina Camem	U. Camem 6	Ceramico	Plantação
Usina Camem	U. Camem 7	Lito-ceramico	Açude
Usina Camem	U. Camem H1	Histórico	Plantação
Usina Rio Claro	Rio Claro	Lítico	Plantação
Usina São Marcos	São Marcos	Lítico	Plantação
Usina Vale Verde	Pontiere	Lítico	Plantação
Usina Vale Verde	Vale Verde	Lítico	Plantação
Usina Nardine	OC. Nardini	Lítico	Plantação
Bioenergética	OC. BIO 1	Lítico	Plantação
Bioenergética	OC. BIO 2	Lítico	Plantação
Usina Santa Fé	GO-JU-25	Petroglifos	Plantação
Cosan Paraúna	Torre Alta	Lítico	Plantação

.Fonte: MAMEDE, & MELO. (2008).

As pesquisas voltadas para o licenciamento ambiental juntamente com uma produção acadêmica que vem sendo realizado nos últimos anos (Lima, 2016, Oliveira, 2016, Moura, 2019, Souza, 2020), vem consolidando, entre outras ponderações, a importância da região para a presença de sítios arqueológicos e a constituição de um patrimônio cultural e ambiental de extrema relevância para o Sudoeste Goiano, Centro-Oeste e do Brasil.

JUSTIFICATIVA

Os constantes relatos e denúncias de destruição de sítios arqueológicos em áreas de lavouras revela uma questão preocupante, pois, o espaço dedicado hoje as fronteiras agrícolas se configuram em uma barreira para que esse Patrimônio Cultural Arqueológico se mantenha protegido e preservado.

A atual normativa do IPHAN (IN 2015) estabelece que em casos específicos, empreendimentos como indústrias de destilação de álcool combustível precisam realizar estudos para o Licenciamento Ambiental em sua área industrial e demais obras de edificação deixando de lado as áreas de plantio, locais onde devido a sua funcionalidade sofrem o maior número de intervenções no solo conforme a dinâmica do uso do mesmo se faz necessário.

A expansão da agroindústria continuará a fazer uso do solo, com construção de residências, com pisoteio de animais, arados, e plantio de culturas, tornando assim a perda do Patrimônio Cultural algo irreversível. A ausência de uma pesquisa, de arqueologia preventiva, para obtenção de

informações sobre o processo de ocupação pré-histórica dessa região de forma ampla e em todas as áreas, permanecerá sendo a lacuna que limita o conhecimento.

O presente projeto de pesquisa para a região de Serranópolis se justifica pelo fato de, que o processo histórico da entrada da agroindústria na região impactou ou destruiu uma parcela significativa do Patrimônio Cultural, principalmente o arqueológico.

Com a expansão da agroindústria e a presença específica do cultivo da cana-de-açúcar, como opção econômica enraíza-se nessa localidade uma coletividade em constante mudanças e tendências com relação ao Patrimônio Cultural, ora visto como um importante elemento a ser protegido e preservado (sentido de pertencimento e identidade cultural), ora visto como um empecilho ao “desenvolvimento”.

OBJETIVOS

O entendimento da dinâmica dos deslocamentos humanos e suas motivações são fatores relevantes e determinantes para constituição da história dessa região.

De acordo com Robrahn (1996), a região centro oeste do Brasil é um local de confluência onde aconteceram diversos deslocamentos de grupos pré-coloniais, principalmente os grupos ceramistas.

A partir do que foi exposto, a pesquisa tem como objetivos:

- Analisar a expansão sucroalcooleira e os impactos ao Patrimônio Cultural
- Arqueológico, com base na legislação e nos resultados obtidos pelos projetos de
- Licenciamento Ambiental;
- -Identificar áreas no município de Serranópolis com potencial de uso pela Indústria Sucroalcooleira, que ainda não foram utilizadas;
- Identificar áreas utilizadas para plantio de cana-de-açúcar correlacionando-as com os sítios arqueológicos cadastrados para o município e elaborar um diagnóstico e um prognóstico em relação aos impactos;
- Elaborar um plano de gestão básico para o Patrimônio Cultural Arqueológico frente a expansão sucroalcooleira, considerando os resultados obtidos com os objetivos 1, 2 e 3.

METODOLOGIA

Gabinete:

- Identificar como o processo de ocupação da região de Serranópolis pelo advento da agroindústria açucareira foi determinante para os impactos ou destruição de sítios arqueológicos.

- Análise e interpretação de imagens de satélite e de mapas temáticos (geologia, geomorfologia, solos e cobertura vegetal) para identificar as áreas com potenciais de uso pela indústria Sucroalcooleira;
- Caracterização das áreas identificadas no item anterior;
- Correlação das áreas com os sítios arqueológicos identificados nas pesquisas pioneiras (Schmitz 1989 e 2004);
- Elaboração de um plano de gestão para o Patrimônio Cultural Arqueológico;
- Identificar as estratégias das políticas governamentais acerca do processo de colonização dessas novas fronteiras agrícolas, além de estabelecer uma relação do desenvolvimento da agroindústria e os impactos desse processo em sítios arqueológicos (Rossi 2015, Viana 2003, Viana, 2016, Rubin et al. 2017, Oliveira 2016), que ainda carece de ponderações sistemáticas para elucidações de lacunas ainda não preenchidas pelas pesquisas realizadas, como a relação expansão das fronteiras agrícolas e impactos diretos aos sítios arqueológicos.

Campo:

- Vistoria em algumas áreas para complementar e ajustar as análises e interpretações realizadas em gabinete;
- Registro fotográfico de unidades do relevo, perfis de solos, afloramentos rochosos e da paisagem;
- Realização de Prospecção Superficial Visual em determinadas áreas visando a identificação de vestígios culturais. Para este procedimento que envolve apenas a observação visual não é necessária a obtenção de portaria junto ao IPHAN.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se produzir uma discussão em relação a expansão sucroalcooleira sobre o Patrimônio Cultural Arqueológico indicando os pontos problemáticos da legislação e apresentando sugestões, visando as correções em relação ao sudoeste goiano e subsidiar situações semelhantes que certamente vão ocorrer.

Espera-se também que o Plano de Gestão Básico previsto seja um elemento de consulta quanto a utilização do solo no município de Serranópolis.



BIBLIOGRAFIA

- BARBALHO, Maria Gonçalves da Silva. *A expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar na região sul do estado de Goiás de 2001 a 2011*. Revista Brasileira de Ciências Ambientais – Número 29 – setembro de 2011.
- BARBOSA, A.S. *Peregrinos do cerrado*. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo. 1995.
- BEBER, Marcus Vinicius. *Pinturas de Índios no Brasil Central – Alto Sucurú, Serranópolis e Caiapônia*. Instituto Anchietano de Pesquisas / UNISINOS. BIBLOS. Rio Grande. 9: 107-116. 1997.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional: 1930 – 1960*. Goiânia: Ed. da UFG. 2005.
- BORGES, Helena de Moraes, et.al. *Expansão da Fronteira Agrícola e a Constituição de Complexos Agroindustriais no Sudoeste de Goiás*. Universidade Federal de Goiás-UFG. 2012.
- BRASIL Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011)*. Brasília: Embrapa, 2006.
- GRIPHUS. *Pré-Projeto de Medidas Compensatórias Planos de Trabalho das Medidas Compensatórias para Licença de Operação da PCH Queixada, Município de Serranópolis*. Goiânia. 2014
- LIMA, Ana Paula Gonçalves De. *Patrimônio Arqueológico de Serranópolis/GO: Reflexões Para Busca de uma Tutela Compartilhada e Efetiva*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutorado. São Paulo. 2016.
- MAMEDE, M.P. & MELO, J.I. *A implantação de Usinas Sucroalcooleira e a Geração de Impactos sobre o Patrimônio Arqueológico*. SAB – Florianópolis/ SC. 2008.
- MELO, Pollyanna de Oliveira Brito. *Resignificando identidades culturais: A relação da comunidade de Serranópolis com as imagens rupestres da Pousada das Araras*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás/UFG. 2012
- MOURA, E. C. *Ocupação da área de Serranópolis a partir do século XIX e implicações quanto a preservação dos sítios arqueológicos*. Relatório Final de Iniciação Científica. Goiânia. 2019.
- OLIVEIRA, Fernanda Fonseca Cruvinel de. *O olhar do outro: a arte rupestre de Palestina de Goiás e a comunidade local*. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História Cultural, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2016.
- ROBRAHN, E. M. *A ocupação ceramista pré-colonial do Brasil Central: Origens e Desenvolvimento*. São Paulo. Dissertação de Mestrado. 1996.

ROSSI, Maria Amélia. *Análise Tecnofuncional do Material Lítico do Sítio Arqueológico GO-CP. 34 – Palestina de Goiás*. IGPA- PUC-GO. Bacharelado em Arqueologia Orientadora: Professora Doutora Sibeles Aparecida Viana. 2015.

ROSSEL, Carlos Eduardo Vaz. *O Setor Sucroalcooleiro e o domínio tecnológico*. NAIPE/USP Apoio: CNPq Pró-reitoria de Pesquisa USP. 2007.

RUBIN, Júlio Cezar Rubin de. et al. *Efeitos da Erosão em Sítios Arqueológicos no Estado de Goiás. Casos de Serranópolis e Palestina de Goiás*. Clio Arqueológica 2017, V32N1, p. 37-67, 10.20891/Clio. V32N1p37-67 Indexadores: Latindex, ISIS, Google Academic 37.

SILVA, Adriana Aparecida. *Os Caminhos da Cana - de - Açúcar em Goiás: do Proálcool ao Plano Nacional de Agro energia*. IV Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão. Universidade Estadual de Goiás. 2011.

SOUZA, Mariana Garcia De. *Análise Macrorregional do Complexo de Sítios Arqueológicos de Serranópolis: Relação e Interação entre Paisagem e Caçadores Coletores*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), como requisito à obtenção do título de bacharel em Arqueologia. Goiânia. 2020.

SCHNEIDER, Iara Elisa. *Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital*. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 25, p. 202222. 2010.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Horticultores Pré-Históricos do Estado de Goiás*. São Leopoldo: Ed. Da UNISINOS. 1985.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. *Arqueologia nos Cerrados do Brasil Central*. In: SOUZA, Harley Anderson de. *O desgaste da pintura rupestre e dos abrigos sob rocha na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Pousada das Araras em Serranópolis-Goiás: condicionantes naturais*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) – Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia: Ed. Da Universidade Católica de Goiás. 2004.

VIANA, S. A. et al. *O Complexo Arqueológico de Palestina de Goiás/Brasil: uma avaliação dos conjuntos líticos mais antigos em contextualização macrorregional*. Estudos arqueológicos regionais – v. 29, n. 45 (Dez/2016) – ISSN 2175-0173 DOI: <http://dx.doi.org/10.22562/2016.45.07>

VIANA, S. A. *Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás. Projeto Araguaia II*. Projeto de Pesquisa. Instituto de Pré-história e Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2013.

Site Consultados:

www.biodisel.com.br – acesso 22-08-2011

A ESCRITA COMO DENÚNCIA: VISLUMBRES DA (DES)COLONIALIDADE EPISTÊMICA NO LIVRO “QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA”

Bianca Francisca da Silva Santos¹⁷

RESUMO

Este artigo se propõe analisar a representação da mulher negra na sociedade brasileira, tendo o livro da escritora Carolina Maria de Jesus “*Quarto de Despejo: diário de uma favelada*” (1960) como objeto de pesquisa. O livro é escrito em forma de diário que coloca questões que estão em diálogo com a realidade vivida pela autora, mulher negra, pobre, catadora de papéis, mãe solteira de três filhos, com pouquíssima escolaridade. Carolina Maria de Jesus se tornou uma das mais importantes escritoras negra brasileira, sua escrita representa ainda hoje a realidade de muitas mulheres negras periféricas. Nesta perspectiva, abordarei o livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) afim de fazer uma análise decolonial analisar e problematizar a realidade destas mulheres na periferia, bem como compreender as questões posta na obra, que nos possibilita compreender o Brasil e sua relação com as questões raciais, de gênero e de classe, sobretudo, associada às memórias e experiências de vida da própria autora, este que por sua vez, fala a partir de uma mulher negra da periferia.

Palavras-chave: Mulheres Negras; História e Literatura; Decolonialidade.

INTRODUÇÃO

O livro “*Quarto de Despejo: diário de uma favelada*” (1960) produzido pela escritora Carolina Maria de Jesus teve um grande impacto no ano da sua publicação por ser um livro que narra a trajetória da autora Carolina na favela do Canindé –SP nos anos 50 a 60, um período em que o Brasil divulgava seus avanços tecnológicos, no governo do Juscelino Kubitschek com o plano de desenvolvimento deixado pelo governo do Getúlio Vargas, tendo uma proposta de modernização. Além disso, foi o ápice da contracultura que é um movimento que se opõe às normas e padrões estabelecidos pela sociedade. No livro a situação da personagem Carolina Maria de Jesus estava

¹⁷ Graduada em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista Capes. E-mail: bianca.francisca1999@gmail.com.

inserida em um contexto de miséria na favela um lugar abandonado pelos políticos, onde a maioria sobrevivia com as sobras dos lixos.

Carolina Maria de Jesus nasceu 1914 na cidade de Sacramento, no interior de Minas Gerais, em berço de escravos libertos. Aos 33 anos mudou para São Paulo na busca por condições melhores, mas sem opção de trabalho foi morar na favela do Canindé, primeira favela da cidade de São Paulo por volta de 1948. Mulher negra, pobre, catadora de papéis, mãe solteira de três filhos, com pouquíssima escolaridade e, por fim, importante escritora negra brasileira, “foi à publicação da obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960) que deu visibilidade e fama à escritora, tornando-a conhecida internacionalmente, traduzida em mais de 14 idiomas e publicada em diversos países.” (BASSANI, 2018, p. 15).

O livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* foi publicado em 1960, quando o jornalista Audálio Dantas, que havia sido designado para fazer uma matéria sobre o cotidiano da favela, encontrou Carolina Maria de Jesus com seus manuscritos com relatos de sua trajetória na favela, com isso o jornalista percebeu que ninguém melhor que uma pessoa de dentro da favela para revelar seu cotidiano. Ao ler a obra é possível perceber que ao escrever sua personagem, Carolina Maria de Jesus escreve sobre si, apresenta ao leitor sua história e trajetória de vida. Neste sentido, acredito que a escrita da autora dialoga com o conceito de *Escrevivência*¹⁸ de Conceição Evaristo. O livro *Quarto de Despejo: diário de uma favela* foi publicado em mais de 40 países e traduzida para 14 línguas.

A dimensão internacional, garantida pelo noticiário especializado, colocava em destaque a problemática de uma nação que emergia no cenário capitalista com potencial a ser testado. Carolina, neste espaço, negra, era o contraste perfeito de uma sociedade, branca, que queria exibir-se moderna, progressista, organizada. (LEVINE; MEIHY, 1994, p. 19)

A perspectiva da autora sobre São Paulo naquele período, “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 1960, p. 28). A realidade exposta pela escritora Jesus fez um grande efeito naquele período, principalmente por esta em um cenário de “progresso e modernização”, Carolina Maria de Jesus expõe exatamente que essa ideia de modernização trazida pelo presidente era para um público específico. Além disso, essa situação não difere muito do contexto atual do Brasil, ainda vivemos em uma condição de muita desigualdade. No livro a escritora faz uma representação

¹⁸ De acordo com Conceição a “escrevivência” é uma escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria autora e do seu povo, ela compõe romances, contos e poemas que revelam a condição do afrodescendente no Brasil.

das relações sociais que estava inserida, com um olhar mais crítico para as questões de poderes de gênero, classe e raça.

Proponho uma análise decolonial sobre o livro *“Quarto de Despejo: diário de uma favelada”* (1960) da escritora Carolina Maria de Jesus com o intuito compreender como ela constrói ao longo de seu livro a representação das desigualdades brasileira vivenciada por uma mulher negra da periferia. Carolina Maria de Jesus é uma resistência desse modelo eurocêntrico, que sai do projeto de silenciamento imposto pelo colonialismo.

UM PROJETO DA MODERNIDADE: UM DISPOSITIVO BEM ARQUITETADO DA RELAÇÃO DE PODER

No livro *Quarto de Despejo* a escritora Carolina Maria de Jesus expõe esse processo de um ideário de modernidade no Brasil que é possível relacionar com as relações de poder. Na perspectiva do sociólogo peruano Aníbal Quijano (2003) a modernidade é marcada por dois processos determinante para as formas que a sociedade se relaciona como na política, economia, a subjetividade. Desses dois processos tem a criação do conceito de raça e a criação do capitalismo que estão interligados.

De acordo com Quijano o conceito de raça foi criado a partir da modernidade com a invasão da América para legitimar essa relação de dominação, então com o início da modernidade¹⁹ foram criadas várias identidades sociais, como os índios, negros, mestiços. Essa categoria é um instrumento básico de classificação da população nos papéis sociais, lugares na estrutura de poder na sociedade. A ideia de raça esta associada diretamente nas divisões de trabalhos sendo designados os papéis inferiores para as populações que foram colonizadas. Segundo Aníbal Quijano

A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das raças inferiores pelo mesmo trabalho dos brancos, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial. (QUIJANO, 2003, p. 110)

O cenário apresentado por Carolina Maria de Jesus no livro demonstra exatamente essa relação de poder na divisão de trabalho, como os moradores da favela que buscam sua renda na rua, mas principalmente a Carolina que já buscou fazer de tudo um pouco para se sustentar, “trabalhou

¹⁹ A perspectiva da modernidade referida no texto é eurocêntrica, criado por europeus que desconsideravam qualquer outro tipo de modernidade dos não-europeus.



como empregada doméstica. Foi também faxineira em hotéis, auxiliar de enfermagem em um hospital, vendeu cerveja. Algumas vezes tentou ser artista de circo.” (LEVINE; MEIHY, 1994, p. 21). Quijano aborda nesse trecho o que ele vai chamar de Colonialidade de poder que seria basicamente um projeto bem articulado de dominação da pós-colonialismo, como forma de controle desses povos colonizados pelos europeus, impondo uma estrutura de poder, uma cultura, um conhecimento eurocêntrico. No entanto, Quijano determina que a ideia de raça vai ser a principal categoria dessa relação de poder.

Maria Lugones (2010) entende as contribuições de Quijano para a inseparabilidade de raça e classe, no entanto critica-o a forma que ele compreende gênero somente como um termo sexual da mulher. Lugones traz a colonialidade de gênero, pois entende que essa colonialidade não ocorre somente na questão de classe e raça, mas na intersecção dessas opressões, como raça, classe e gênero. Além disso, o termo gênero também exerce um poder colonizador, porque essa categoria gênero enquadrar as mulheres em uma estrutura colonial, em uma forma de viver. Então “a intersecção entre “mulher” e “negro” revela a ausência das mulheres negras em vez da sua presença. Isso porque a lógica categorial moderna constrói as categorias em termos homogêneos, atomizados, separáveis, e constituídos dicotomicamente.” (LUGONES, 2010, p. 942) A Carolina Maria de Jesus se encontra nesse ausência na sociedade.

Como bem nos coloca Lélia Gonzalez “Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão.” (GONZALEZ, 1982, p.50). As múltiplas faces das desigualdades representadas por Carolina Maria de Jesus pode ser relacionado ao conceito de interseccionalidade²⁰, esse conceito também vêm em diálogo com o movimento feminista negro propondo discussões de questões como raça, gênero, classe e sexualidade para discutirem no interior de outros movimentos. Carla Akotirene (2019) aborda que a interseccionalidade é uma sensibilidade analítica para compreender que o racismo, patriarcado e capitalismo são opressões que agem de forma conjunta, então não é possível lutar somente contra a discriminação de gênero sem considerar as outras divisões sociais que está ligado.

²⁰ O conceito interseccionalidade referido vai ser na perspectiva da feminista Kimberlé Crenshaw e Carla Akotirene.

A ESCRITA COMO DENÚNCIA: VISLUMBRES DA (DES)COLONIALIDADE EPISTÊMICA

A escritora Carolina Maria de Jesus pode ser considerada uma escritora decolonial que foi uma mulher negra, pobre, mãe solo que transgrediu com esse padrão de dominação. A decolonialidade não é somente uma palavra nova, pois uma pessoa pode exercer uma prática decolonial e não necessariamente se classificar como decolonial. A decolonialidade se caracteriza com práticas de resistência e é possível observar essas práticas no livro Quarto de despejo: diário de uma favelada, quando uma mulher negra luta contra essa relação de poder, escrevendo nos seus cadernos encontrados no lixo suas denúncias dessas opressões vivenciadas, poemas, ficção. Então Carolina estava resistindo à dominação da colonialidade, por está entrando em um meio de dominação que é a literatura que naquele momento tinha e ainda tem grande influência de homens brancos da elite.

O eurocentrismo construiu um modelo de controle epistêmico como forma de manter a subalternização, pensando nessa perspectiva Carolina Maria de Jesus foi uma escritora transgressora e decolonial, mesmo sem tomar consciência disso, porque o discurso da Carolina Maria de Jesus é exatamente dar voz e visibilidade aos povos subalternizados e oprimidos que durante muito tempo foram silenciados, então ela está quebrando esse silêncio. Em várias partes narrada pela autora no livro ela aponta aspectos dessa colonialidade.

Hoje amanheceu chovendo. [...] É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. [...]
[...] nas prisões os negros eram os bodes espiatórios. Mas os brancos agora são mais cultos. [...].
Que deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz. [...]
E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome! (JESUS, 1960, p. 32).

Eu estava pensando na festa comemorativa da Abolição da escravidão. Mas temos outra pior – a fome. Conversei com um preto que é artista e ele disse que gosta de ser preto. E eu também. Fiquei encantada com o preto João Batista Ferreira. É bonito estar satisfeito com que somos. [...] A noite os barracões são todos negros. E negra é a existência dos favelados (JESUS, 1960, p. 20).

Nesse relato podemos observar um pouco esse processo de colonialidade que a Carolina Maria de Jesus expõem. O livro Quarto de despejo aponta exatamente essa reprodução do poder colonial, no trecho anterior é possível analisar que a escritora coloca a sua vivência com uma continuidade do período da escravidão. Carolina Maria de Jesus traz momentos no seu livro que dialoga com o pensamento de Aníbal Quijano e María Lugones.



A colonialidade resultou em grandes consequências para a sociedade da América Latina, sendo um projeto bem sucedido para a subalternização de alguns povos com o controle de trabalho e no controle da intersubjetividade. Santiago Castro Gómez (2005) aborda que com o projeto de modernização foram criando perfis de subjetividade que ele vai compreender como a invenção do outro. “Ao falar de invenção não nos referimos somente ao modo como um certo grupo de pessoas se representa mentalmente a outras, mas nos referimos aos dispositivos de saber/poder que servem de ponto de partida para a construção dessas representações.” (CASTRO GÓMEZ, 2005, 81)

Apesar do livro “Quarto de despejo: diário de uma favela” ter feito uma grande sucesso no Brasil e internacionalmente no início dos anos 60, essa fama foi muito curta. A Carolina Maria de Jesus caiu no esquecimento, mesmo saindo da favela para uma casa de alvenaria, após a sua publicação teve varias criticas voltada para ela e para o livro, então por ser uma mulher e negra Carolina M. de Jesus incomodou muitas pessoas. No livro Cinderela negra: a saga de Carolina Maria de Jesus mostra algumas ações que poderia ter levado o esquecimento da escritora.

Por razões diversas e algumas de explicações indireta _ como a inadequação da mensagem do seu livro ao padrão proposto pelo golpe militar de 1964, que evitava a crítica social_, mas especialmente pela reação estranha da escritora em fase da atitude impertinente da imprensa, da classe média paulistana e brasileira e da elite intelectual, a queda de seu prestígio foi tão brusca quanto o fora sua ascensão. Brusca, dramática e consequente. Em pouco tempo, ela foi forçada a voltar à condição de pobre, com dificuldades de sobrevivência. Na miséria viu terminarem seus dias. (LEVINE; MEIHY, 1994, p. 17).

O silenciamento da escritora Carolina Maria de Jesus foi resultado desse projeto da colonialidade que desqualifica qualquer forma de conhecimento dos povos colonizados impondo seus conhecimentos como legítimos. Então como Carolina M. Jesus estava violando essa epistêmica eurocêntrica, seria atacada. Grada Kilomba (2016) deixa evidente essa forma de silenciamento que muitas mulheres negras sofrem como se fosse à máscara usada no período colonial para prender as bocas dos africanos escravizados. Como afirma a autora Grada Kilomba: “Falar torna-se, então, praticamente impossível. Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes têm sido constantemente silenciadas através de um sistema racista.” (KILOMBA, 2016, p. 02). Desse modo, por mais que Carolina M. Jesus tenha quebrado o silenciamento entrando em um espaço de poder, ainda conseguiram silenciá-la, no entanto, ainda tem muitas pessoas produzindo sobre a escritora, a voz de Carolina M. Jesus ainda continua.

A literatura de Carolina Maria de Jesus contribui muito para os estudos voltados para a compreensão das especificidades do movimento feminista negro, um lugar de fala com muitos aspectos. As mulheres negras buscaram dentro do movimento feminista e o movimento negro um lugar para lutar pelos seus direitos, no entanto, essas mulheres se viram a margem desses movimentos,



além disso, muitas mulheres negras vivenciaram opressões dentro dos movimentos, sendo que este deveria ser um espaço para serem acolhidas. O movimento feminista foi criado em um contexto diferente e com pautas que as mulheres negras não necessitava no momento, então quando as mulheres brancas lutavam pelo direito ao trabalho, ao estudo, ao voto, as mulheres negras ainda se encontravam em um momento pós-abolição sem direito algum na sociedade. Com isso, ocorreu o esquecimento da questão racial nas lutas feministas. A filósofa Sueli Carneiro ressalta a importância de ter um debate anti-racista no movimentos de luta das mulheres.

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira. (CARNEIRO, 2003, p.03)

Além disso, é importante entender que o movimento negro não foi muito diferente, as mulheres negras ainda sofriam com o patriarcado no movimento, em virtude do movimento negro ser dominados por homens. Contudo, as mulheres negras têm mais experiência dentro do movimento negro, visto que segundo Gonzalez, “um fato importante de nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região e também para as ameríndias, a consciência da opressão ocorre antes de tudo por causa da raça.” (GONZALEZ, 1988, p. 134). Apesar dos conflitos nos movimentos negros e movimentos feministas, esses movimentos contribuíram para que essas mulheres negras participassem mais ativamente dos processos políticos das sociedades. Dessa forma essas mulheres buscaram um movimento que não abortassem essas opressões de forma separa, então o feminismo negro pauta o debate sobre a questão de raça, classe, gênero e sexualidade de forma conjunta, posto que essas opressões não podem ser tratadas separadamente.

Também, é muito importante trazer a análise obra Quarto de despejo: Diário de uma favelada (1960) de Carolina Maria de Jesus: que apresenta um profícuo diálogo com as questões sociais, políticas e culturais do Brasil. hooks aborda que são intelectuais aqueles que fazem “fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. Intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla” (hooks, 1995, p. 467). A escritora traz o cotidiano da sua vida e ao mesmo tempo faz denúncias sobre as opressões vivenciadas.

A herança colonial e o racismo impacta negativamente nas maneiras como as mulheres negras se percebem na sociedade, fazendo com que elas internalizem a inferiorização, a sensação de

não pertencimento de certos lugares. Isso corrobora para a negação da identidade negra, que já foi muito discutido por Frantz Fanon no seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952). O movimento de mulheres negras trabalha muito sobre a descolonização da subjetividade das mulheres negras, pois muitas mulheres negras tentaram inserir no padrão de beleza da mulher branca. No Livro *Quarto de Despejo* Carolina referia a sua pele com satisfação: “Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rustico.” (JESUS, 1960, p. 64), apesar de todo racismo e preconceitos Carolina ressaltava a sua identidade de mulher negra. Fanon, aponta da dificuldade do(a) negro(a) assumir sua identidade.

A questão é saber se é possível para o negro superar seu sentimento de inferioridade, expulsar de sua vida o caráter compulsivo que tanto o aproxima do comportamento fóbico. No negro existem uma exacerbação afetiva, uma raiva por se sentir pequeno e uma incapacidade para qualquer comunhão que o confinam em uma insularidade intolerável. (FANON, 1952, p. 48)

Diante disso, é possível perceber a importância do livro “*Quarto de despejo: diário de uma favela*” para compreender a construção de uma representação das relações de poder no Brasil que foi resultado de um severo colonialismo que essa relação de dominação se perpetuou após o fim do colonialismo. A escritora Carolina Maria de Jesus foi uma mulher que rompeu com o silenciamento e a estrutura de dominação, principalmente por escrever todas suas denúncias, saindo do espaço de invisibilidade. Além disso, pensar sensivelmente como tal obra, escritas por uma autora que narra a sua própria experiência como mulher negra e periférica na sociedade brasileira foi fundamental para entender essa construção de um imaginário social muito presente na atualidade.

BIBLIOGRAFIA

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- AZEREDO, Edson Guimaraes de et al. **As muitas vidas e identidades de Carolina Maria de Jesus: o uso do biográfico e do autobiográfico no ensino das relações étnico raciais**. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA. Dissertação de Mestrado, São Gonçalo, 2018.
- BASSANI, Sandra Lucia Dimidiuk. **Discurso, Poder e Virilidade do Sujeito-Mulher Carolina Maria de Jesus em Quarto De Despejo**. Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO, Dissertação de Mestrado, Guarapuava, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. VV. AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.
- EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, 1996.

CASTRO-COMEZ, Santiago **“Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro”** In: Lander, Edgardo (org). Colonialidade do Saber. CLACSO: Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. 80-87. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624102434/9_CastroGomez.pdf Acessível em: 21.07.2022

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Isis Internacional — Mujeres por um desarrollo alternativo , Santiago, v. 9, pp. 133-41, jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político econômica**. Publicado originalmente em LUIZ , Madel (Org.). Lugar da mulher: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual . Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FANON. **Pele Negras, mascaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2018.

HOOKE, Bell. **Intelectuais negras**. Estudos feministas, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

KILOMBA, Grada. **A máscara**. Caderno de Literatura em Tradução, v. 16, p. 171-180, 2016.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em 06/07/2022. ISSN 1806-9584

MEIHY, José Carlos S. B.; LEVINE, Robert M. **Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1994.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 118-142. (Colección Sur Sur).

A ESPIRAL, O DISCURSO, A MORTE E A HISTÓRIA: UMA ANÁLISE SOBRE OS EPITÁFIOS PIONEIROS DO CEMITÉRIO CAMPO DA ESPERANÇA EM BRASÍLIA

*Sócrates Alves Bastos*²¹

RESUMO

O Cemitério Campo da Esperança, a principal necrópole de Brasília, guarda em si especificidades que fazem dele um caso sui-generis dentro dos cemitérios do país. Fundado junto com a Capital tem formato espiralado, lápides muito baixas e foi concebido originalmente como cemitério jardim. O cemitério alberga dentro de sua área dois subcemitérios autônomos, um israelita e o outro islâmico, e áreas de sepultamento exclusivas para pioneiros e autoridades. É a partir dessa estratificação geoespacial e, por conseguinte, social que se desdobra o estudo de caso de seis lápides escolhidas e suas inscrições epigráficas e epitáfios, em sepulturas analisadas entre a Praça das Autoridades e a Quadra dos Pioneiros. A partir dos epitáfios analisados se pode observar uma narrativa, quase hegemônica, do imaginário do pioneiro, do desbravador dos sertões do Brasil Central, além dos silêncios, das plegárias por indulgências no porvir post-mortem. Este artigo é o ensaio de uma pesquisa sobre epitáfios, memória e narrativas migratórias para sertões dos antigos limites do Estado de Goiás nas primeiras décadas da Capital Federal.

Palavras-chave: Cemitério. Epitáfios. Brasília. Migração. Fundadores

1 INTRODUÇÃO

1.1 O CEMITÉRIO DA ESPIRAL DE MEMÓRIAS

Apresenta-se aqui, como artigo, uma síntese de pesquisa, ora em curso, para consecução de titulação de 'mestre em história' atribuída pela Universidade Federal de Goiás, em oferta ordinária, que terá como fruto primeiro a dissertação acadêmica, cuja temática abraça os estudos cemiteriais e seus desdobramentos a partir do locus irradiador do estudo, ou seja, do sítio estudado para seu entorno com finalidades históricas, culturais, cívicas e simbólicas.

Estudar o Cemitério Campo da Esperança, Asa Sul, o primeiro de Brasília, como agente da história e gerador de mitos e devoção é, ao mesmo tempo transitar pela tênue linha entre os estudos da história social, história cultural, história da arte, além de antropologia histórica. O cerzimento dessa teia com elementos bibliográficos, documentais e de narrativas históricas tão intimamente imbricados e variados é o desafio cujo norte é apresentar o principal cemitério da Capital Federal como

²¹É Graduado em Comunicação Social, jornalista profissional e pesquisador dos estudos cemiteriais; estudos da morte e ritos fúnebres. Pesquisador filiado à Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC)

protagonista e espaço aglutinador e difusor de produção histórica, com desdobramentos sociais, devocionais, culturais, identitários e étnicos tendo como objeto a análise de inscrições tumulares numa área pré-delimitada a partir de marcadores históricos associados ao influxo de migrantes que ocuparam a Capital em seus primeiros anos, e até antes de sua fundação oficial.

Ao se observar as reflexões de Peter Burke sobre a elasticidade e simbiose nas práticas epistemológicas da História Social e da História Cultural, pode-se julgar que os estudos cemiteriais no Brasil e, em toda parte, suscitam fluidez de procedimento e interdisciplinaridade das práxis:

Não importa como descrevamos o que está acontecendo, se é a história social engolindo a história cultural ou o contrário, estamos assistindo ao aparecimento de um gênero híbrido. O gênero pode ser praticado de diversas maneiras, e alguns historiadores colocam a ênfase mais na parcela cultural, enquanto outros, no aspecto social (BURKE, 2005, p. 2073.E-book).

Para muitas sociedades, lidar com a morte e seus rituais fúnebres subsequentes pode ser uma empreitada indigesta, rodeada de mistérios, cautelas e burocracia, sobretudo no ocidente, cujo cristianismo, em suas muitas vertentes de culto, quase que “monopolizou” a tônica dos rituais do bem morrer descritos por Phelippe Ariès (ARIÈS, 1977).

Há quase uma obrigação social a ser cumprida que inclui a publicização da passagem do ente querido, o comunicado às pessoas próximas, a realização de funeral e exéquias, por fim, sepultamento, enterro ou cremação fecham o ciclo das demandas sociais em que se submete a família do defunto. Sobre esses ritos, pactos sociais de conduta silentes e consentidos, reflete o historiador português Fernando Catroga: "Não há sociedade sem ritos, aqui entendidos como condutas corporais mais ou menos estereotipadas, às vezes codificadas e institucionalizadas, que exigem um tempo, um espaço cénico e um certo tipo de actores" (Catroga, 2010).

Brasília não teve que passar por esses dilemas metafísicos e religiosos porque seus cemitérios já nasceram laicizados, públicos e modernos e, desde 2002, são explorados por uma concessionária, de capital privado, prestadora de serviços funerários que leva o mesmo nome do principal cemitério do Distrito Federal, Campo da Esperança Serviços LTDA.

O modelo anglo-saxônico de cemitérios, que é adotado aqui, usando-se uma interpretação livre e desprestenciosa do que diz Nobeit Elias, em seu livro *A Solidão dos Moribundos*, funciona como uma tentativa de higienização da própria morte, de afastamento de seus símbolos lúgubres intimamente ligados à ideia do morrer, à medida em que oferece à sociedade uma imagem menos iconoclasta e espectral como àqueles, à moda europeia, amplamente difundidos em território nacional.

A morte é um dos grandes perigos biossociais na vida humana. Como outros aspectos animais, a morte, tanto como processo quanto como imagem mnemônica, é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador (ELIAS, 2012, p. 149.E-book).



O Campo da Esperança abriga as tumbas de muitos personagens que fizeram história na Capital em diversas áreas de atuação, como políticos, artistas, diplomatas e aquelas que atraem pessoas, não somente do Distrito Federal, para o interior do maior cemitério da cidade pelo magnetismo da mística criada em volta deles. Judeus e muçulmanos, além dos pioneiros e 'autoridades' têm alas específicas dentro da necrópole do Plano Piloto, com regras próprias de solenidade funerária e sepultamento.

O construtor do Cemitério Campo da Esperança, o engenheiro e, na altura de seu falecimento, vice-governador do estado de Goiás, Bernardo Sayão, foi o primeiro defunto sepultado ali. Sayão foi atingido por um tronco de árvore enquanto trabalhava nas cercanias de Imperatriz, no Maranhão, durante a finalização das obras da rodovia Belém-Brasília. Quando o corpo do engenheiro chegou à cidade, o cemitério nem mesmo havia se constituído formalmente, como se pode deduzir na leitura de um trecho publicado na revista *Brasília*, de janeiro, daquele ano de 1959. “O cortejo seguiu até o local onde será construído o cemitério da futura capital, onde foi sepultado o grande extinto”. (O bandeirante..., 1959).

Quando o projeto piloto da construção da nova capital foi entregue à Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), em 1957, pelo urbanista Lúcio Costa, havia lá o registro de que uma capital nova e moderna contemplaria cemitérios à moda inglesa, sem segregação de origem, formação, gênero ou etnia. Não se pode afirmar, mas pode-se deduzir que a cabeça do urbanista gestava, naquela altura, uma cidade, além de moderna, igualitária. No item 19, em seu Relatório do Plano Piloto ele diz:

Os cemitérios localizados nos extremos do eixo rodoviário-residencial evitam aos cortejos a travessia do centro urbano. Terão chão de grama e serão convenientemente arborizados, com sepulturas rasas e lápides singelas, à maneira inglesa, tudo desprovido de qualquer ostentação (COSTA, 2018).

A história da construção do Cemitério Campo da Esperança já guarda em sua gênese alguns pontos *suis-generis*, uma planta heterodoxa, em formato de espiral, e especulações de várias ordens (AMADOR, 2016). Não há registros conclusivos ou críveis disponíveis sobre o porquê da escolha pelo modelo espiralado para construção do Campo da Esperança. Deixando de lado o anacronismo e deslocamento temporal dos possíveis julgamentos de 2022, as notícias de fatos extraordinários sobre a necrópole brasiliense não são uma novidade, de acordo com esse trecho de Valladares:

Outro exemplo envolvendo a prática da macumba, incluindo o noticiário criminal de sacrifício de vidas humanas é o do cemitério de Brasília. Os atos e sacrifícios se processam em diferentes áreas do imenso território das covas rasas e, para devoção das velas às almas, se escolheu, por ser o epicentro da necrópole, o túmulo consagratório do engenheiro Bernardo Sayão (Valadares, 1973, p. 438).

Figura 1 — Imagem de satélite do Cemitério Campo da Esperança



Fonte: Google Earth

Mais de um século antes de Brasília se haver feito capital da República, as teorias de higienização das urbes, os conceitos de contaminação pelos miasmas maléficos, importados da Inglaterra Vitoriana e da França de Napoleão III (ARIÈS, 2014), ditaram os padrões para os enterramentos e sepultamentos civilizados no ocidente, em espaços especialmente construídos para isso, geralmente afastados dos centros urbanos.

Excetuando-se seu formato inusual, uma espiral, o Cemitério Campo da Esperança não chama muita atenção pelas construções tumulares e, tampouco, por suas instalações. É um espaço relativamente moderno, comparando-se às demais capitais brasileiras e notadamente dividido entre áreas com sepulturas muito baixas, porém adornadas e com semelhanças estéticas às sepulturas modernas de qualquer cemitério e outra totalmente fiel ao projeto original de Lúcio Costa, com plaquinhas negras e letras em alto-relevo que identificam seus defuntos, todas elas adornadas por lanternas que lhes guarnecem o contorno e ajudam a delimitar o espaço de cada sepultamento.

Figura 2 — Quadra Jardim Cemitério Campo da Esperança Sul



Fonte: O autor (2022)

Este texto trata da análise e estudo das inscrições epigráficas e epitáfios nas lápides do Cemitério Campo da Esperança, em Brasília, nas quadras referentes aos sepultamentos de autoridades e dos pioneiros migrantes, e suas famílias, na construção e povoamento da Nova Capital, a partir dos últimos anos de década de 1950.

O raio de estudo abrange 11 quadras, cuja estratificação social e primazia geoespacial, dentro da maior necrópole do Distrito Federal, têm sua gênese lastrada em ordenamento legal, conforme Art. 10 do Decreto 40.569, de 2020 que dispõe sobre "As áreas especiais dentro dos cemitérios do Distrito Federal" (DISTRITO FEDERAL, 2020).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 OS ESPITÁFIOS

Conforme visto em sucessivas visitas—realizadas até julho de 2022—às quadras dos pioneiros e de autoridades, o que chama atenção, ao contrário do que se pode observar em uma simples leitura em lápides dispersas ao longo de 1,2 milhão de metros quadrados do Campo da Esperança, são textos epigráficos enaltecendo aos feitos desbravadores daqueles candangos visionários e com matizes de epopeias heroicas, que enaltecem à chegada às terras hostis da Nova Capital; da dificuldade da adaptação na terra ocre e indômita, que falam de sucesso, enaltecem cargos e títulos--ora políticos, ora da 'corte administrativa'-- numa espécie de criação brasiliense do 'mito fundador', do novo bandeirante, desbravador dos sertões de Goiás, como se soía dizer àquela altura



em publicações como a Revista Brasília, publicação mensal da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, Novacap, dedicada às notícias da construção capitalina (O BANDEIRANTE..., 1959).

Em alguns epitáfios, nessas quadras, inexitem quaisquer registros ou menções a alguma devoção religiosa e isso muito se contrasta com centenas e centenas de túmulos com dizeres religiosos e passagens bíblicas, onde recortes do Salmo 91 são repetidos ,exaustivamente, em lápides em quadras vizinhas.

Mesmo nas construções tumulares baixas, porém largas, das quadras reservadas aos sepultamentos de pioneiros e autoridades, percebe-se que em alguns túmulos as inscrições epigráficas são superlativas, não necessariamente na originalidade textual, mas na verborragia religiosa e outros tantos, com maior afinidade a este estudo, estão ligados às façanhas pessoais e profissionais de um determinado indivíduo que em vida conseguiu driblar adversidades e se estabelecer na nova capital, 'na terra prometida' no coração do Brasil.

Do ponto de vista da edificação não há nada opulento como as construções em mármore que mimetizam pequenos palácios ao gosto francês ou italiano, estátuas magníficas adornadas de anjos ou ninfas jazentes sobre túmulos, como atesta Maria Elízia Borges em seu trabalho de pesquisa no Cemitério de Ribeirão Preto, interior de São Paulo. (BORGES, 2017).

Aqui não há mausoléu algum. Nenhuma agulha se sobressai na cimeira de qualquer simulacro de igreja gótica. Não há anjos rechonchudos a adornar estelas funerárias; os portões com ampulhetas aladas aqui não se têm registro. Não se trata de um cemitério monumental pelos adornos ou obras de arte, mas monumental e superlativo no conjunto de tudo, na leitura realizada pelo passante que se vê imerso na espiral gigante em simbolismos sutis.

Talvez, a modéstia constitutiva de alguns túmulos seja compensada pelo esmero possível no registro de suas lápides, tal e qual, aconteceu na Atenas clássica administrada por Demétrio de Faleros, que após determinar que as construções nas necrópoles de sua capital fossem menores--conforme alegam Rosa Ostos Mariño e Antonio Espinosa Ureta em sua obra o Cemitério Presbítero Matías Maestro em Lima, Peru--observou o florescer da epigrafia fúnebre no interior dos cemitérios atenienses.

Como nos textos, a iconografia funerária foi ficando cada vez mais detalhada e completa. Assim, de uma simples utilização de elementos decorativos nas pedras funerárias, passou-se a elaboradas representações do defunto (cenar de sua vida, circunstâncias de sua morte etc.) que dialogavam, em muitos casos, com os textos registrados nas lápides. Essa evolução, que continuou até ser substituída pelas estátuas funerárias por parte das famílias endinheiradas, viu-se comprometida ,no século IV antes de Cristo, por causa de uma determinação de Demétrio de Faleros, que ordenou limitar a suntuosidade das sepulturas gregas, permitindo-se o uso, unicamente, de estelas funerárias e de pequenas colunas que não necessitassem de nenhum elemento ornamental. [...] É difícil compreender que isso terá contribuído



para o decisivo protagonismo do epigrama como meio privilegiado para honrar e perpetuar a memória do defunto. (URETA; MARIÑO, 2014, p. 26)²².

A proposta original de estudo é trazer à tona a análise de desdobramentos históricos de duas dezenas de lápides com elementos permitam alusão a momentos relevantes na concepção da sociedade e na afirmação dos elementos que reafirmem a existência de Brasília como uma cidade legitimamente constituída não só por equipamentos arquitetônicos, mas como a urbe que acolheu (e acolhe) milhares de pessoas desde a década de 1950 do século passado até os dias de hoje.

Não é possível reproduzir aqui a totalidade do quantitativo a ser analisado com mais profundidade e tempo, conforme se pode observar no resultado de uma proposta de pesquisa, já executada e transfigurada como uma dissertação final, mas, pode-se aqui oferecer, à guisa de entendimento os três epitáfios que se seguem.

2.1.1 **Bernardo Sayão, sua carne em holocausto e a primazia de se ofertar à sua obra**

Uma cidade que nasce, lutas vencidas ou a vencer, elementos alegóricos textuais que denotam a ruptura entre o morrer antigo e morrer novo, em todos os sentidos pioneiro [Sayão] em seu próprio cemitério. Na lápide do engenheiro lê-se o seguinte: "A Luta por vezes é ingrata, mas é fecunda porque já estamos vendo a nova cidade que surge. Homenagem de Brasília." Sinaliza-se ao passante sua data de nascimento e óbito: 18 de junho de 1901 e 15 de janeiro de 1959, respectivamente.

²²Versão aportuguesada pelo autor deste artigo de sua versão original em língua espanhola: Al igual que los textos, la iconografía funeraria fue haciéndose cada vez más detallada y compleja. Así, de la simple utilización de elementos decorativos en las estelas funerarias, se pasó a elaboradas representaciones del difunto (escenas de su vida, circunstancias de su muerte, etc.) que dialogaban, en muchos casos, con los textos grabados. Esta evolución, que continuó hasta dar lugar al empleo de estatuas funerarias por parte de las familias adineradas, se vio truncada en el s.IV a.C merced a una disposición de Demetrio Falereo, quien ordenó limitar la suntuosidad de las sepulturas griegas, quedando permitido, únicamente, el uso de estelas funerarias y de pequeñas columnas que debían prescindir de todo elemento ornamental. [...] Nos es difícil entender, entonces, que ello habría contribuido al decisivo protagonismo del epigrama funerario como medio privilegiado para honrar y perpetuar la memoria del difunto.

Figura 3 — Lápide de Bernardo Sayão



Fonte: O autor (2022)

Phillipe Ariès diz em seu livro ‘O homem diante da morte’ que uma das funções do epitáfio era alertar ao passante, aquele indivíduo que trafega pelo cemitério, para o dilema do defunto ali jazente, para chamar atenção para as vicissitudes terrenas ou para retirar daquele quem passa uma prece de conforto e instantes de reflexão. Foi assim a partir da influência do cristianismo na Idade Média (ARIÈS, 2014, p. 296).

Nesse túmulo pioneiro não há nada que remeta ao sofrimento, às tristezas da vida ou a solidão eterna das lajes sepulcrais. Vê-se aqui o júbilo pela conquista, pela finalização, pelo dever cumprido no combate do labor. A cidade que nasce traz a esperança de tempos novos, o progresso que chega ao oeste, aos sertões e a capital que brota do Planalto Central.

A ideação aqui é a antítese do padecimento impelido pelo autor da inscrição epigráfica tumular, que pode ser ou não, redigida pelo próprio homenageado, em vida. São duas linhas, somente um par de linhas, mas menções ocultas que devem despertar no passante as reflexões para as circunstâncias, para a saga daquele que morreu antes que a capital estivesse pronta, em 1959, a vida



dada em holocausto no último ano da construção da nova capital; a luta perene, que já se podia ver o fim em ascensão das avenidas, palácios monumentais da administração pública capitalina e das lajes do Campo da Esperança.

Recorre-se aqui, mais uma vez, aos pesquisadores peruanos para quem a figura do dedicante é quase sempre da família, daqueles que partilhavam com o defunto laços de consanguinidade ou de afeto. Ao contrário do habitual, quem lhe rende homenagens, neste exemplo, é a própria *polis*, a Capital em uníssono e em comunhão com todos os seus habitantes, pioneiros e que continuam a chegar mais de seis décadas após sua fundação. Duas linhas somente, mas ao ‘passante’ ,atento à necessidade de interpretações hermenêuticas, terão sido vãs.

2.1.2 Joffre Mozart Parada, o demarcador: o primeiro engenheiro a chegar a terra prometida

A escolha de quaisquer linhas temáticas de pesquisa está ligada intimamente às peculiaridades idiossincráticas e emotivas de quem pesquisa e seu objeto de estudo e, tomando isto em mente, não é nada difícil de dizer que para qualquer brasiliense ,nascido ou agregado, com algum conhecimento da história da construção de Brasília, reserva à Joffre Mozart Parada o papel preponderante na edificação da cidade nova —há um gosto aqui em se escrever ‘cidade nova’ com todas as referências em antítese conceitual à obra magistral de Foustel de Coulange. Parada foi o primeiro engenheiro a chegar nessas terras do Planalto Central, herdeiro do labor e dos sonhos dos homens pioneiros do ‘Quadrilátero Cruls’, demarcou as primeiras fazendas que tiveram suas áreas expropriadas pela União para a construção da capital.

Figura 4 — O Epitáfio de Joffre Mozart Parada



Fonte: O autor (2022)

Mozart foi professor da Universidade de Brasília, primeiro coordenador do seu departamento de geociências, prefeito da Cidade Livre ,entre outras ocupações registradas em linhas e mais linhas ,nas páginas dedicadas, a ele nos sítios do Arquivo Público do Distrito Federal e do Conselho Federal de Agronomia e Engenharia. Sua lápide é discreta e está na Praça dos Pioneiros, dentro do Cemitério Campo da Esperança, e nela se pode ler: “O Primeiro engenheiro a chegar: Jofre, o teu exemplo de amor e dedicação e trabalho norteará nossas vidas repletas de saudades tuas. De tua esposa e filhas.” Ainda, em conformidade à sua inscrição epigráfica, o primeiro engenheiro nasceu no dia 18 de dezembro de 1924 e decesso na data de 9 de dezembro de 1976.

Poder-se-á inferir aqui algumas análises: em primeiro lugar, excetuando-se a iconologia cristã, bem demarcada pela cruz que se sobrepõe ao seu túmulo, não há nenhuma menção às passagens bíblicas ou de quaisquer outros credos religiosos. Depois, sua família lhe dedica seu sentimento na intimidade da segunda pessoa, remete-se assim à conversa do seio familiar, da informalidade do bate-papo com suas filhas e sua mulher: “De tua esposa e filhas”. Ariès sugere que os epigramas dedicados pelas famílias podem ser entendidos como forma de publicização da morte, um ato social e que não era muito difundido até o século XV, no mundo ocidental.

No século XV, e principalmente, nos séculos XVI e XVII, torna-se comum a toda a família; associa ao primeiro que morrer seu cônjuge e filhos, ou, quando é jovem, seus pais. Trata-se de um fenômeno novo e extraordinário, que consiste em afirmar publicamente sobre um túmulo visível, uma relação familiar, até e então negligenciada nesse momento supremo da verdade. (ARIÈS, 2014, p. 296).

2.1.3 Primo Scussolino: o fundador espiritual da Capital Federal

Absolutamente nada chama a atenção na sepultura do Pe. Primo Scussolino, exceto estar ele sepultado na Praça das Autoridades e de haver expirado a vida menos de um mês antes da inauguração oficial da cidade, por seu amigo, o presidente Juscelino Kubitschek. Scussolino nasceu no início do século XX, em 1906, na Itália, formou-se clérigo sob a égide dogmática das orientações do Concílio Vaticano I —aquele que ainda orientava que toda a liturgia católica fosse exercida em latim e de costas para os fiéis e reafirmava a infalibilidade papal— foi vigário Rio Claro, Campinas e São Caetano do Sul, em São Paulo e, antes de se estabelecer em Brasília, foi padre em Luziânia e Morrinhos, em Goiás.

Figura 5



Fonte: O autor (2022)

Ariès, em retrospecto aos sepultamentos de religiosos, a partir da Idade Média, diz que com o passar do tempo, notou-se uma simplificação no estilo tumular eclesiástico, uma espécie de exercício de humildade compulsória, ao passo que o túmulos ‘começavam a tagarelar’ com o passante sobre as virtudes heroicas e morais do defunto ali jazente. (ARIÈS, 2014).

Em uma breve passagem, é revelado que a publicização dos atos de bravura e de honra de religiosos ficaram especialmente atrelados às algumas ordens, como a dos Cavaleiros Hospitalários



(Cavaleiros de Malta), que tinham suas façanhas retratadas nas epígrafes sepulcrais. Mais de seis séculos separam as façanhas de guerreiros religiosos de outrora às atividades missionárias de Scossolino nos sertões de Goiás, mas seu túmulo fala mais pelo silêncio e discrição do que pela forma.

A rigor, um epitáfio é um epigrama tumular, ou seja, algo riscado na pedra sepulcral e na do Padre ,de Udine, a simplicidade das palavras quase ,poder-se-ia dizer, que é mais um demarcador demográfico, como a justificar seu sepulcro naquele local, cheio de autoridades do que uma elegia simpática à memória do falecido: “Primo Scussolino. 10/12/1906 a 23/07/1960. Ao padre Primo Scussolino, o pioneiro da fé católica em Brasília. Estigmatino” (PROVÍNCIA SÃO JOSÉ. CONGREGAÇÃO DOS SAGRADOS ESTIGMAS DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO).

A primeira constituição republicana, de 1891, estabeleceu a ruptura completa, pelo menos na letra da lei, entre a Igreja Católica e o Estado, mas, como se pode ver, a assinatura católica nessa área do Cemitério Campo da Esperança é tão simbólica como soía centenas de anos antes.

Primo Scossolino era estigmatino, oriundo, portanto, da Congregação dos Sagrados Estigmas, presente no Brasil desde 1910. Pode-se dizer, bem rasamente, que essa congregação funciona como linha de frente às ações dos bispados onde atuam. Naquela época, Brasília estava ligada à Arquidiocese de Goiânia.

Nas exéquias de Scossolino, antes da fundação da cidade, o Arcebispo de Goiânia, naquela altura, Dom Fernando Gomes dos Santos, deu-lhe a alcunha de 'Fundador Espiritual da Capital Federal'.

3 CONCLUSÃO

Brasília nasceu para ser moderna e pioneira e, por isso mesmo, foi erguida sem ser tributária das necrópoles neobarrocas das antigas e senhoriais capitais brasileiras, sem que pudesse sepultar seus dignitários em faustosas catedrais douradas de Salvador e as imperiais do Rio de Janeiro, escolheu para si o modelo conhecido como cemitério parque ou jardim, inspirado nos moldes anglo-saxônicos, sóbrios, quase sem lápides, mausoléus e o esplendor dos ritos fúnebres do passado, mas, não obstante à mudança das práxis contemporâneas, constrói uma história peculiar com seu cemitério parque, no coração da capital que cobre às necessidades de descanso eterno de sua contígua área urbana.

O elemento distintivo aqui é ,senão, a segregação espacial dentro da necrópole, quando se atribui a determinados grupos honrarias e medidas traduzidas ,exatamente, no local de repouso eterno de cada defunto, cujo verniz social funciona como elemento construtor da identidade capitalina e os epitáfios desses espaços segregados das quadras reservadas ao sepultamento dos pioneiros e



autoridades— explicitam honrarias e, mais do que isso, epopeias daqueles que chegaram às terras do Planalto Central desejosos de mudança e prosperidade.

A Capital Federal do Brasil não teve que passar por esses dilemas metafísicos e religiosos porque seus cemitérios já nasceram laicizados, públicos e modernos e, desde 2002, são explorados por uma concessionária, de capital privado, prestadora de serviços funerários que leva o mesmo nome do principal cemitério do Distrito Federal, Campo da Esperança Serviços LTDA.

O modelo anglo-saxônico de cemitérios, que é adotado aqui, usando-se uma interpretação livre e despreocupada do que diz Norbert Elias, em seu livro *A Solidão dos Moribundos*, funciona como uma tentativa de higienização da própria morte, de afastamento de seus símbolos lúgubres intimamente ligados à ideia do morrer, à medida em que oferece à sociedade uma imagem menos iconoclasta e espectral como àqueles, à moda europeia, amplamente difundidos em território nacional.

A morte é um dos grandes perigos biossociais na vida humana. Como outros aspectos animais, a morte, tanto como processo quanto como imagem mnemônica, é empurrada mais e mais para os bastidores da vida social durante o impulso civilizador (Elias, 2012, p. 149.E-book).

Tal 'higienização' de elementos efusivamente adornados dessas sepulturas brasilienses, sobretudo dessas com marcadores sociais assinalados pela própria geografia cemiterial, podem ser encontrados, como contrapartida, talvez de forma inconsciente pela família enlutada ou pelo riscador de mármore nas letras, frases e versos dos epitáfios que marcam glórias, pedem preces e enaltecem falecidos pioneiros no Campo da Esperança.

Vê-se aqui, portanto, a convergência milenar dos desejos de gente de agora, com aqueles que precederam às sociedades ocidentais em milhares de anos e fazem, sem o saber, o que os atenienses da época de Demétrio de Faleros faziam para seus mortos queridos quando suas sepulturas tiveram que ser simplificadas por força de lei daquele autarca clássico: a distinção pela epigrafia, pela memória, pelas trajetórias escritas em campas que almejam a celebração eterna dos feitos e honrarias que pretendem marcar para sempre na laje de uma sepultura (URETA; MARIÑO, 2014).

Assim como no mundo dos vivos, as sociedades de corpos mortos, as necrópoles de cada cidade, seguem-se cambiantes, mudam de forma, crescem-se de novos túmulos desfazem-se de outros, transformam-se noutras tumbas, mausoléus ou cenotáfios e é, por isso, uma cópia idealizada do mundo extramuros dos cemitérios e, neste caso, é a referência e reflexo do mundo dos vivos que margeiam seu área. Assim sendo, conforme se esticam os anos, os recortes de tempo, distanciam-se as análises de uma leitura mais apropriada a narrativas visuais mais isentas.

Os túmulos aqui apresentados, neste exercício dirigido, são materializações prováveis do desejo dos vivos, de familiares enlutados ansiosos por conforto e eternização de vínculos a partir de



construções tumulares, mais ou menos simples, mais ou menos imponentes e sempre diferentes umas das outras, amalgamadas de elementos identitários para classes, ofícios, gênero e geração e seus epigramas funerários são o reflexo dessa somatória conjuntural múltipla.

As imagens apenas são o registro puro e simples, mas a leitura do conjunto de seus elementos conta histórias para além das datas gravadas em registros de livros de sepultamentos ou eternizados nas certidões de óbito.

Os epitáfios e, por sua vez, os cemitérios, são, num trocadilho irônico, um organismo vivo e refletem os gostos estéticos de quem respira do outro lado de seus muros.

REFERÊNCIAS

ARIËS, Phillipe. **O Homem diante da morte**. 1 ed. São Paulo: Unesp, 2014.

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil, 1890-1930**: ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto. Goiânia: Cegraf/UFG, 2017.

COELHO, Beatriz. **Citação direta**: diferença entre citação curta e citação longa nas normas da ABNT. Blog Mettzer. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/citacao-direta-curta-longa/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

COELHO, Beatriz. **Conclusão de trabalho**: : um guia completo de como fazer em 5 passos. Blog Mettzer. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/conclusao-de-trabalho/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

COELHO, Beatriz. **Introdução**: aprenda como fazer para seu trabalho acadêmico. Blog Mettzer. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/introducao-tcc/>. Acesso em: 10 mai. 2021.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. 4 ed. Brasília: Iphan-Secult/DF, 2018. 23 p. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/lucio_costa_miolo_2018_reimpressao_.pdf. Acesso em: 25 jul. 2022.

DISTRITO FEDERAL. PODER EXECUTIVO. Decreto n. N°40 A, de 26 de março de 2020. **Diário Oficial**: Seção 01, BRASÍLIA, 27 de março de 2020, ano 2020, p. 01. Disponível em: https://www.dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2020/03_Mar%C3%A7o/DODF%20040%2027-03-2020%20EDICAO%20EXTRA%20A&arquivo=DODF%20040%2027-03-2020%20EDICAO%20EXTRA%20A.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.). **Cadernos metodológicos**: diretrizes da metodologia científica. 5 ed. Chapecó: Argos, 2001. 123 p.



ELIAS, Nobert. **A Solidão dos Moribundos**. Rio de Janeiro, RJ: José Zahar Editor, 2012.

MARTINS, Everton. **Artigo acadêmico**: importância, como escrever e formatação na ABNT. Blog Mettzer. Florianópolis. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/artigo-academico/>. Acesso em: 25 jul. 2022.

O BANDEIRANTE do século XX. **Brasília**, Rio de Janeiro, v. 25, p. 2-9, janeiro 1959. Ano 3, NOVACAP.

PROVÍNCIA SÃO JOSÉ. CONGREGAÇÃO DOS SAGRADOS ESTIGMAS DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO. Disponível em: <http://estigmatinos.org.br/wp-content/uploads/2021/05/PE.-PRIMO-SCUSSOLINO.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

URETA, Antonio Espinosa; MARÍÑO, Rosa Ostos. **Parca voz**: los epitafios del Cementerio Presbítero Matías Maestro de Lima, f. 110. 2014. 219 p.

VALLADARES, Clarival do Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**: Um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura-Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

A ETNIA CIGANA E AS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS²³

GYPSY ETHNICITY AND BRAZILIAN PUBLIC SCHOOLS

Dulce Batista Chaves Buzeli²⁴

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão teórica sobre a presença da etnia cigana nas escolas públicas brasileiras, trazendo uma contextualização histórica sobre as teorias que buscam esclarecer a origem dos(as) ciganos(as) pelo mundo e sua chegada ao Brasil. Visto que, essa pesquisa manifesta a seguinte problemática: Como os direitos dos(as) alunos(as) ciganos(as) são atendidos pelo sistema educacional brasileiro? Objetiva investigar sobre a garantia e o acesso à Educação Básica de forma pública a esses(as) alunos(as). Tendo como hipótese salientar que os direitos à educação são contemplados, mas as particularidades identitárias não são reconhecidas no ambiente escolar. Aborda uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica e como resultado verifica a aplicabilidade dos direitos que asseguram a criança e o/a adolescente o acesso gratuito à Educação Básica, ou seja, o Ensino público desde a Educação Infantil até o Ensino Médio.

Palavras-chave: Identidade cultural, preconceito racial, direitos educacionais, ensino público.

ABSTRACT

This article presents a theoretical discussion about the presence of the gypsy ethnicity in Brazilian public schools, bringing a historical context to the theories that seek to clarify the origin of gypsies around the world and their arrival in Brazil. Since this research manifests the following problem: How are the rights of Roma students met by the Brazilian educational system? It aims to investigate the guarantee and access to Basic Education in a public way for these students. Having as a hypothesis to point out that the rights to education are contemplated, but the identity particularities are not recognized in the school environment. It approaches a methodology based on bibliographic research and, as a result, it verifies the applicability of the rights that guarantee the child and the adolescent free access to Basic Education, that is, public education from Kindergarten to High School.

Keywords: Cultural identity, racial prejudice, educational rights, public education.

²³ Artigo científico sobre a etnia cigana e as escolas públicas brasileiras. Apresentado à Pontifícia Universidade Católica de Goiás - Mestrado em História 2021/1.

²⁴ Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC-GO. Orientanda da Professora Doutora Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro. Graduada em Pedagogia pela FAFICH, atual Unicerrado (2002). Letras-Português/Inglês pela Universidade Estadual de Goiás – UEG - Unidade Morrinhos (2007). Pós-graduada em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO (2004). Ensino de Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Goiás – UEG - Unidade Morrinhos (2009). dulcebuzeli@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma discussão teórica sobre a presença da etnia cigana nas escolas públicas brasileiras. Trata-se de um recorte bibliográfico que abrange um breve contexto histórico das teorias que buscam esclarecer como se deu o surgimento da etnia cigana pelo mundo e como ela está inserida atualmente na Educação Básica.

Por se tratar de um grupo étnico proveniente de várias teorias sobre sua origem e o porquê de migrarem de um local para outro desde os primeiros tempos, não há a definição de uma única teoria como definidora do surgimento dos grupos ciganos pelo mundo.

Por serem nômades e estarem espalhados por todo o planeta, com uma cultura própria repassada por gerações, o que se formou ao longo dos anos foram estereótipos pejorativos envolvendo: conduta moral, higiene pessoal, religiosidade, heresia, bruxaria. Entretanto, o que a sociedade não levou em consideração é que tais grupos dispõem de características culturais identitárias que os define como etnia. Dessa forma, essa pesquisa visa apresentar a seguinte problemática: Como os direitos do(as) alunos(as) ciganos(as) são atendidos pelo sistema educacional brasileiro? Tendo como objetivo principal, investigar sobre a garantia e o acesso dos(as) alunos(as) ciganos(as) à Educação Básica pública e gratuita. Enfocando como objetivos específicos: identificar se as particularidades identitárias ciganas são reconhecidas no ambiente escolar; analisar o processo de inclusão das chamadas minorias étnicas no ensino público; pesquisar sobre a preservação cultural das etnias ciganas no Brasil.

Como âmbito hipotético desse estudo, faz-se presente ressaltar que os direitos à Educação Básica são contemplados documentalmente, mas as particularidades identitárias não são reconhecidas no ambiente escolar. Na verdade, há uma escassez no que se refere às obras sobre a etnia cigana, muitas lacunas são encontradas no processo histórico sobre a origem desse grupo étnico, o que dificulta a inclusão sociocultural no contexto educacional.

A proposta metodológica utilizada é uma pesquisa bibliográfica, tendo como base a fundamentação teórica embasada nas obras e pesquisas de autores(as), os(as) quais se destacam por apresentarem textos concisos sobre o tema.

Como resultado desse estudo, destaca-se a aplicabilidade dos direitos que asseguram a criança e o(a) adolescente à Educação Básica, envolvendo seu grupo étnico como parte integrante do processo formador do(a) cidadão(ã) promovendo a igualdade sociocultural entre as etnias atuais, como forma de integração e mudança social.

A DEFINIÇÃO DO CONCEITO DE CULTURA

A primeira definição etnológica formulada sobre o conceito de cultura se deve ao antropólogo britânico Edward Burnett Tylor²⁵, uma definição clara e simples. Tylor relata:

Cultura e civilização, tomadas em seu sentido etnológico mais vasto, são um conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade. Tylor (1871: 11).

Com base na definição acima, Tylor se refere a cultura como uma expressão de totalidade da vida social do homem e da mulher, e que ela envolve mais do que apenas a hereditariedade biológica, mas também sua origem e suas crenças.

Para Tylor a definição de cultura é “todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. (apud Laraia, 2006: 25)

Para Clifford Geertz²⁶ (1989), o conceito de cultura se definiu da seguinte forma:

Padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação a vida. Geertz (1989: 56).

Ambos os autores concordam que o conceito de cultura envolve aspectos relacionados à simbologia, crenças e expressões artísticas e religiosas. Seguindo essa conceituação, é plausível a inserção da etnia cigana no contexto histórico mundial.

O autor Rodrigo Corrêa Teixeira²⁷ em seu prefácio, relata que:

A história dos ciganos é a história de um povo mundializado desde os seus primeiros tempos. Essa característica os aproxima dos judeus, tanto na longa duração e ampla distribuição geográfica, quanto nas perseguições sofridas. A diferença fundamental entre o antissemitismo e o racismo anticigano é que aos judeus é retirado o seu valor, enquanto aos ciganos não é reconhecido valor algum. (apud KARPOWICZ, 2018: 14).

A etnia cigana recebeu historicamente muitos rótulos pejorativos, como ladrões de cavalos, trapaceiros, sujos, homens vagabundos, pessoas que praticavam heresias e bruxarias, sendo vistos pela população não cigana como uma ameaça.

²⁵ Edward Brunett Tylor – antropólogo britânico, considerado o pai do conceito moderno de cultura e um representante do evolucionismo social.

²⁶ Clifford James Geertz – antropólogo estadunidense, professor da Universidade de Princeton, seu trabalho no Institute for Advanced Study de Princeton se destacou pela análise da prática simbólica no fato antropológico.

²⁷ Mestre em História (UFMG), doutor em Geografia (UFMG) e professor do Departamento de Relações Internacionais na PUC Minas.

Pelo fato dos(as) ciganos(as) serem nômades e migrarem de um lugar para outro, alguns povos chegavam a considerá-los(as) como uma sub-raça, e até mesmo ao extremo de nem serem considerados seres humanos. Como comprova registros históricos em que eles tiveram parte da orelha cortada para serem identificados como escória, em outro momento foram submetidos a cobaias de vacinas em desenvolvimento e também vítimas do holocausto.

Segundo Teixeira, a definição identitária cigana se dá da seguinte forma:

Uma identidade única entre todos os ciganos só existe quando o contexto das relações sociais entre comunidades minoritárias diversas se unem (na diversidade) para fazer frente ao “outro” hegemônico (isto é, neste caso, a sociedade nacional não cigana). (apud KARPOWICZ, 2018: 19).

Os ciganos se definem como uma nação sem um território compacto e, sobretudo, sem pretensões de tê-lo. Não reivindicam o espaço senão o direito e a justiça. As comunidades ciganas desejam situar-se numa dinâmica progressiva orientada à integração social, a igualdade de direitos, o rechaço da exclusão e o respeito mútuo de todas as identidades representadas no mundo. (apud KARPOWICZ, 2018: 20).

Quando se reporta ao termo identidade cultural cabe salientar que não existe nenhuma cultura em estado de pureza total, o que significa que todas sofreram e promoveram interferências no meio ao qual estão inseridas. Sendo na verdade, um constante processo de construção, desconstrução e reconstrução identitária.

AS LEIS QUE GARANTEM O ACESSO AO ENSINO PÚBLICO E GRATUITO AOS ALUNOS(AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

No Brasil a Educação Básica é ofertada de forma gratuita aos alunos(as) que compõem a rede pública. Para tanto, há leis que normatizam e garantem a acessibilidade ao ensino.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)²⁸, o(a) aluno(a) em direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, como prevê o Art.53.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. ECA (2019: 43-44).

²⁸ Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990, de 13 de julho de 1990. É considerado um marco para a ampliação do direito das crianças e adolescentes no país.

Apesar da criança e do(a) adolescente estarem legalmente amparados, o índice de analfabetos e semianalfabetos se faz significativo na sociedade brasileira atual, e esse quadro se agrava ainda mais no contexto étnico cigano, devido a situações sociais que acabam por se tornarem empecilhos ao acesso à Educação.

Entretanto, o ECA em seu Art. 54 e a LDB²⁹ em seu Art. 4º, fala sobre o dever do Estado em assegurar o ensino gratuito à criança e ao(a) adolescente.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016);

V- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII – atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola. ECA (2019: 44).

A obrigatoriedade proposta no artigo acima citado presente no ECA e na LDB, deve ser respeitado e cumprido pelo Poder Público, como forma de disseminar a Educação Básica de forma igualitária a todos(as) cidadãos(ãs).

Já o Conselho Nacional de Educação (CNE)³⁰ na resolução de nº 3, de 16 de maio de 2012, define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância, como fundamenta os artigos abaixo citados:

Art. 1º As crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância deverão ter garantido o direito à matrícula em escola pública, gratuita, com qualidade social e que garanta a liberdade de consciência e de crença.

Parágrafo único. São considerados crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância aquelas pertencentes a grupos sociais que vivem em tal condição por motivos culturais, políticos, econômicos, de saúde, tais como ciganos, indígenas,

²⁹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – apresenta sua primeira sanção em 1961 (lei nº 4.024/61) e última em 1996 (lei nº 9.394/96).

³⁰ O atual Conselho Nacional de Educação-CNE, órgão colegiado integrante do Ministério da Educação, foi instituído pela Lei 9.131, de 25/11/95, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação.



povos nômades, trabalhadores itinerantes, acampados, circenses, artistas e/ou trabalhadores de parques de diversão, de teatro mambembe, dentre outros.

Art. 2º Visando à garantia dos direitos socioeducacionais de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância os sistemas de ensino deverão adequar-se às particularidades desses estudantes.

Art. 3º Os sistemas de ensino, por meio de seus estabelecimentos públicos ou privados de Educação Básica deverão assegurar a matrícula de estudante em situação de itinerância sem a imposição de qualquer forma de embarço, preconceito e/ou qualquer forma de discriminação, pois se trata de direito fundamental, mediante autodeclaração ou declaração do responsável.

§ 1º No caso de matrícula de jovens e adultos, poderá ser usada a autodeclaração. (BRASIL, 2012: 14).

Dessa forma, os(as) alunos(as) em situação de itinerância possuem a seguridade ao direito à Educação sem distinção étnica ou qualquer outro tipo de preconceito.

E ainda segundo a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, prevê como crime resultante de preconceito de raça ou de cor sob a pena de reclusão, como especificado nos seguintes artigos:

Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. (BRASIL, 1989: 1).

Art. 6º Recusa, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

Pena: reclusão de três a cinco anos.

Parágrafo único: Se o crime for praticado contra menor de dezoito anos a pena é agravada de 1/3 (um terço). (BRASIL, 1989: 2).

Nenhuma instituição de ensino pode recusar a matrícula de um(a) aluno(a) por questões étnicas. Entretanto, se acontecer, os responsáveis legais pela unidade escolar responderão legalmente pelo crime de preconceito e discriminação.

Sendo assim, cabe ressaltar que legalmente as instituições de ensino público são gratuitas e acessíveis a todos(as) educandos(as) sem distinção de grupo étnico ao qual pertencem.

O AMBIENTE EDUCACIONAL E A ETNIA CIGANA NO BRASIL

Os ciganos descendem de três ramificações étnicas: os Rom ou Roma, oriundos da Romênia, Turquia e Grécia; os Calon, da Espanha e Portugal; e os Sinti, da Alemanha e a França.

Apesar de pertencerem a uma mesma etnia, os(as) ciganos(as) são heterogêneos(as), ou seja, os Rom estão historicamente ligados à burguesia, à produção e ao comércio de bens de alto valor, sendo comum o processo de sedentarização; os Calon são nômades, com pouco acesso à Educação e à produção de bens e serviços, vivem do trabalho informal e da arte da leitura das mãos; e os Sinti que estabeleciam forte relação com os locais em que viviam, não havendo presença significativa deles no Brasil.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³¹ no Brasil há uma população estimada entre 800.000 à 1.000.000 de pessoas que se identificam como ciganos(as). Não há um número exato porque durante o censo populacional muitos grupos ciganos migram de um lugar para outro e acabam não sendo contabilizados, outras vezes são contados mais de uma vez.

O primeiro mapeamento dos acampamentos ciganos existentes no Brasil realizado pelo IBGE foi em 2011, de acordo com o levantamento 849 cidades em 21 estados do país possuíam abarracamento.

A etnia cigana traz consigo um histórico cultural marcado pelo preconceito e pela discriminação sociocultural. Sendo a eles vinculados estereótipos que se desenvolveram durante o processo histórico por parte da população não cigana.

Apesar de alguns grupos ciganos viverem em situação de itinerância e condições precárias, há muitos ciganos(as) sedentarizados que ocupam cargos de prestígio socioeconômico. Mas para isso, ocultam sua origem ocorrendo assim, um apagamento forçado de suas culturas para não sofrerem discriminação étnica.

Os levantamentos realizados sobre a etnia cigana no Brasil ainda são inexatos, não se sabe ao certo quantas crianças, jovens e adultos são alfabetizados. Pois, somente a partir de 2003 que algumas iniciativas de integração para os povos ciganos à sociedade foram criadas. Desse modo, o distanciamento que ainda existe entre os grupos ciganos e o ensino público é o reflexo de um passado de segregação, e exclusão social.

Como garantia de políticas públicas voltadas a etnia cigana no Brasil, foi publicada no Diário da Oficial da União a Portaria nº 1.315, de 23 de novembro de 2016, que dispõe a elaboração do Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos, como prevê os seguintes artigos:

Art. 1º Ficam instituídas as diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos – PNP/Ciganos.

Art. 2º O Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos - PNP/Ciganos será construído intersetorialmente, em diálogo com a sociedade civil, considerando as proposições e resoluções referentes a estes povos e aos povos e comunidades tradicionais, aprovadas nos documentos finais de conferências e em outros fóruns de caráter nacional, promovidos pelo Poder Executivo Federal.

Art. 3º São diretrizes do PNP/Ciganos:

I - promover o acesso às políticas públicas voltadas à promoção e à proteção dos direitos sociais básicos e dos direitos humanos essenciais dos povos ciganos, como documentação, educação, saúde, segurança alimentar e nutricional, moradia adequada, infraestrutura e saneamento básico;

II - valorizar as identidades étnicas e suas organizações sociais, considerando as particularidades culturais, territoriais e organizativas dos povos ciganos;

³¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil.

III – promover a autonomia, o protagonismo e a sustentabilidade econômica e cultural dos povos ciganos, observadas suas características culturais e dinâmicas territoriais, priorizando o atendimento àqueles em situação de vulnerabilidade social; IV – promover a superação de todas as formas de discriminação étnico-racial contra os povos ciganos;

V - assegurar a intersetorialidade, transversalidade e participação social em todas as etapas de gestão de políticas públicas orientadas aos povos ciganos;

VI – assegurar o direito à informação, à transparência e ao controle social, consideradas as características e os idiomas das populações a que se dirige;

VII – promover o fortalecimento, a universalização e coordenação dos instrumentos voltados para os povos ciganos, considerando o disposto no art. 3º, inciso I, do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007;

VIII – monitorar e avaliar as políticas que atuam para a promoção e proteção dos direitos individuais e coletivos dos povos ciganos;

IX – incentivar a gestão integrada das ações junto aos entes federados por meio do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial;

X – apoiar iniciativas de promoção da igualdade étnico-racial dos povos ciganos em âmbito internacional;

XI – identificar, analisar, divulgar e atuar sobre os fatores condicionantes para a efetivação da igualdade de oportunidades, defesa dos direitos individuais e coletivos e o combate à discriminação e violência étnico-raciais contra os povos ciganos;

XII – articular programas e ações de diversos setores que respeitem, protejam, promovam e provejam a promoção da igualdade étnico-racial dos povos ciganos, observando suas especificidades; e

XIII – promover a valorização das identidades étnicas ciganas, assim como prover meios e canais de denúncia, assessoramento e acolhimento das vítimas da discriminação e demais formas de intolerância.

Art. 4º O Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos – PNP/Ciganos deverá:

I - ser preferencialmente quadrienal e ter vigência correspondente ao plano plurianual;

II – conter análise da situação nacional do acesso aos direitos individuais, coletivos e difusos dos povos ciganos;

III – consolidar os programas e ações relacionados às diretrizes designadas no art. 3º e indicar as prioridades, metas e requisitos orçamentários para a execução;

IV – incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas dos povos ciganos, com atenção para suas especificidades e para aqueles grupos em situação de vulnerabilidade social, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial e a equidade de gênero; e

V – definir seus mecanismos de monitoramento e avaliação. (BRASIL, 2016: 23).

Apesar de terem direitos legalmente fundamentados, os quais regem o acesso ao ensino público gratuito, muitos alunos(as) ciganos(as) ainda sofrem com a discriminação étnica. Há também outros obstáculos que influenciam muitas crianças ciganas a não frequentarem a Escola, sendo eles: o fato de várias instituições requererem o histórico escolar para realização da matrícula; comprovante de endereço, embora uma resolução do CNE defina que tal quesito não é obrigatório; o posicionamento enfileirado na sala de aula, pois elas estão acostumadas com as formações em roda; o uniforme escolar, geralmente composto por camiseta, calça e sapato fechado.

Como os(as) alunos(as) ciganos(as) itinerantes geralmente permanecem pouco tempo em cada local, o processo de ensino-aprendizagem proposto pelo sistema de ensino público, acaba por ficar



comprometido devido ao rodízio de escolas que frequentam durante o ano letivo. Assim, a vertente cultural desses educandos não é contemplada no ambiente escolar. Pois, o sistema educacional brasileiro prevê uma educação igualitária a todos(as) alunos(as), sem distinção de classe, etnia ou gênero.

Entretanto, uma temática que preocupa tanto pesquisadores quanto os próprios grupos ciganos(as), é que como parte das crianças e os(as) adolescentes frequentam a Escola com o intuito de serem alfabetizados, eles acabam por adquirir conceitos provenientes de outras etnias, o que pode resultar em um processo de anulação identitária, como forma de evitar o preconceito e a discriminação social. Deixando de lado suas características étnicas tais como: seu idioma de origem o Romaní, a itinerância, os mitos e rituais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características culturais de um grupo étnico provêm de seus ancestrais e são repassadas de geração a geração por meio do vestuário, religião, comportamento social, culinária e crenças. É um processo contínuo que está sujeito a mudanças em sua estrutura mediante as influências do meio em que estão inseridas, formulando novos padrões éticos e morais.

Atualmente, a forma mais evidente de representação cultural, visando a preservação de crenças folclóricas e sagradas; linguagem; vestuário; culinária e religião, só se fazem presente em eventos específicos como o carnaval e festivais artísticos. Dessa forma, quando se trata da etnia cigana esse quesito é ainda menos respeitado pois esse grupo acarreta um passado de marginalização social evidente nos registros históricos da humanidade.

A etnia cigana possui como características étnicas identitárias: a utilização do Romaní como idioma; o nomadismo; os mitos e rituais que se fazem presente principalmente nos casamentos; a hierarquia familiar e a divisão do trabalho, em que o homem é responsável pelo sustento e pela contratação dos casamentos, a mulher e as crianças pelas tarefas domésticas e o cuidado com os animais.

Entretanto, quando se trata do aspecto educacional a quantidade de pessoas ciganas que tem acesso à Educação Básica ainda é pequena, porque apesar de estarem legalmente amparados, nem sempre esse direito é respeitado.

As crianças e os(as) adolescentes ciganos(as) sedentarizados apresentam melhores resultados no desenvolvimento escolar do que os de procedência itinerante. Pois nem sempre encontram instituições de ensino público que os recebem como alunos(as), e uma série de obstáculos surgem como empecilho para realização da matrícula desse(a) aluno(a).

Vale ressaltar que ainda se fazem necessárias políticas públicas que realmente integrem os ciganos(as) à sociedade atual, respeitando seus direitos, preservando sua cultura. Como forma de derrubar estereótipos historicamente criados pela população não cigana, que os rotula como indivíduos de má índole.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOAS, Celso Castro (org.). **Antropologia cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BONFIM, Paulo Leonardo. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006. *Ensaio e notas*, 2013. Disponível em: https://faex.edu.br/arquivos/revistas/537748001371674290_11.pdf. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Sanciona a lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. 168º da Independência e 101º da República. Brasília, DF, 1989.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 16 de maio de 2012**. Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância. **DOU Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, suplemento nº 95, 17 de maio de 2012.

_____. Ministério da Justiça e Cidadania. **Portaria nº 1.315, de 23 de novembro de 2016**. Dispõe sobre a elaboração do Plano Nacional de Políticas para os Povos Ciganos. **DOU Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, suplemento nº 225, 24 de novembro de 2016.

CEVASCO, M. E. **Dez lições sobre estudos culturais**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOLDFARB Maria Patrícia Lopes. BATISTA Mércia Rejane Rangel (org.). **Discutindo ciganos em múltiplos contextos: história, demandas por direitos e construções identitárias**. Ed. UFPB. João Pessoa, PB. 2019.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. In: THOMPSON, Kenneth (org.). *Media and Cultural Regulation*. Londres: SAGE Publications, 1997.

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KARPOWICZ Débora soares. **Ciganos: História, Identidade e Cultura**. ed. Fi. Porto alegre, RS. 2018.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

A FORMAÇÃO DA ATIVIDADE DO LEITEIRO

Erick Marcus dos Reis e Cruz

A IMPORTÂNCIA DO LEITE

O leite é um dos mais antigos alimentos consumidos pela humanidade, e isso ocorre devido aos seus efeitos benéficos para a saúde. O consumo do leite de origem animal pelo homem cresceu muito rapidamente após o desenvolvimento da agricultura e a domesticação dos animais.

O leite é muito produzido em todo o mundo devido ao seu alto valor nutritivo, bem como por ser responsável pela geração de emprego e renda. Do leite se produz também muitos derivados, como iogurte, queijo, requeijão, probióticos, que compõem uma parte importante da indústria alimentícia. O leite extraído da vaca, é o mais utilizado, tanto na alimentação humana, como na indústria laticínea, embora se consuma também leite de cabra, ovelha e outros animais, como búfalo e camelo. O seu processo de extração pode ser manual, ou pode se dar através de ordenha mecânica.

No processo manual, a extração geralmente é executada por um servidor contratado especificamente para essa tarefa, o chamado tirador de leite. O procedimento é bastante simples, embora seja cercado de preparativos e cuidados. A primeira medida a ser tomada pelo tirador de leite, consiste em amarrar a vaca junto a um poste firme, como forma de impedir que ela saia. Em seguida, o tirador procede com a limpeza e lubrificação das glândulas, sentado num banco, o qual é amarrado em sua cintura. Realizado esses preparativos, finalmente inicia-se a sucção do leite, que é feita espremendo-se a teta do animal, num movimento que deve ser executado ininterruptamente, até que se extraia o leite, que é colocado inicialmente num balde localizado abaixo da teta do animal, para depois ser armazenado nos latões, para em seguida ser transportado até o laticínio pelo leiteiro.

Por outro lado, existe um outro método de extração, realizado por meio de uma ordenha mecânica. Esse processo diferencia-se basicamente em dois aspectos da ordenha manual. Em primeiro lugar utiliza-se uma bomba de sucção que extrai o leite a vácuo, gastando-se menos tempo. Em segundo lugar, o leite extraído é levado diretamente ou ao latão, ou aos tanques de resfriamento, para depois ser transportado por caminhões tanque até o laticínio e de lá para o consumidor.



De acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), “o leite é um dos seis produtos mais importantes da agropecuária brasileira, sendo essencial no suprimento de alimentos e na geração de emprego e renda para a população em todas as regiões do país” (EMBRAPA, 2016 apud MORAES et al, 2018 p.01).

1.1 A Evolução da Pecuária Leiteira no Brasil

Nesse tópico, procuramos discutir como a evolução da pecuária leiteira e o aumento do consumo do leite, associadas a intervenção do Estado por meio de legislações sanitárias rígidas, contribuíram para o aparecimento das indústrias de beneficiamento lácteo.

No Brasil, a pecuária e o consumo de leite praticamente iniciam-se com a colonização, quando os portugueses trouxeram o gado que servia tanto como alimento, como para auxiliar a produção açucareira, movimentando as moendas de cana dos engenhos entre os séculos XVI e XVII, conforme aponta Medeiros Neto (1970):

Iniciada a colonização lusa, em seguida tratou-se de introduzir no Brasil o gado bovino, visando inicialmente colaborar com a cultura canavieira, grande fonte de riqueza da época, porquanto os bois eram indispensáveis aos engenhos e para a alimentação dos que neles trabalhavam. (MEDEIROS NETO, 1970, p. 46)

Embora a pecuária tenha sido muito importante no processo de colonização, seja movimentando as moendas de cana dos engenhos entre os séculos XVI e XVII, seja na alimentação, seja colaborando com a mineração e interiorização do Brasil no século XVIII, ainda assim, ela era considerada uma atividade secundária, conforme observa o historiador Caio Prado Júnior (1976):

Neste setor da subsistência também entra a pecuária, ela também se destina a satisfazer as necessidades alimentares da população. A carne de vaca será um dos gêneros fundamentais do consumo colonial. Mas a pecuária apesar da importância relativa que atinge e o grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, é assim mesmo uma atividade nitidamente secundária e acessória. [...] O seu lugar será sempre de segundo plano, subordinando-se as atividades principais da grande lavoura, e sofrendo-lhe de perto todas as contingências (PRADO JÚNIOR, 1976, p.44).

Porém, na segunda metade do século XIX, mais especificamente a partir de 1870, devido a decadência da cafeicultura na região do Vale do Paraíba, a pecuária leiteira se apresenta como uma nova atividade para os cafeicultores, conforme enfatiza Santos (2004):

No tocante ao Vale do Paraíba, região que se constituiu na principal área produtora de café no Brasil na segunda metade do século XIX, esta teve seus solos esgotados e o café gradativamente deixou de ser cultivado, uma vez que havia novas terras a serem ocupadas com esta lavoura no interior de São Paulo. Esta região aos poucos foi ocupada pelos fazendeiros mineiros, uma vez que o Sul de Minas não tinha mais condições de atender à grande demanda de produtos lácteos de cidades como o Rio



de Janeiro e São Paulo. Aos poucos o Vale do Paraíba foi conquistando uma posição de destaque na produção de leite no Brasil, posição esta que ainda é ocupada pelo Vale do Paraíba paulista até os dias atuais. (SANTOS, 2004, p.53)

Mas é no início do século XX, com o advento da República, que a pecuária leiteira caminha para a consolidação através da intervenção Estado. Nesse sentido, em dezembro de 1906 é criado o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a partir do desmembramento do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Em 1909 foi criada a Diretoria de Indústria Animal focada no progresso da pecuária. Essa diretoria atuou na realização de estudos sobre criação de animais, melhoramento de raças e sobre modernos processos da indústria de laticínios.

Mais tarde em 1910 foi criado o Serviço de Veterinária com o objetivo de proporcionar a fiscalização sanitária do gado. Ainda em 1910 organizou-se o ensino agrônômico com a criação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, escolas médias ou teórico-práticas, aprendizados agrícolas, escolas permanentes de laticínios entre outras.

A partir de 1930 houve outras transformações no Ministério da Agricultura, Indústria e comércio, que teve seu nome mudado para Ministério da Agricultura após a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Brasil 1913, p.581).

Em 1952 é assinado pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, o decreto que aprovava o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RISPOA). Ele pode ser considerado um divisor de águas da organização da produção leiteira.

Era um acontecimento de grande importância histórica, pois tratava-se do primeiro código higiênico sanitário do Brasil, que estabelecia um prazo de 180 dias para que as indústrias de produtos de origem animal (carne, leite, ovos, pescado, mel e seus derivados) se adequasse a ele.

O Rispoa expunha em seu primeiro artigo:

Art. 1º Este Regulamento estabelece as normas que regulam, em todo o território nacional, a inspeção e a fiscalização industrial e sanitária de produtos de origem animal, destinadas a preservar a inocuidade, a identidade, a qualidade e a integridade dos produtos e a saúde e os interesses do consumidor, executadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos estabelecimentos registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção Federal.

No segundo artigo ele definia quais os produtos estavam sujeitos ao regulamento:

Art. 2º Ficam sujeitos à inspeção e reinspeção previstas neste Regulamento os animais de açougue, a caça, o pescado, o leite, o ovo, o mel e a cera de abelhas e seus produtos e subprodutos derivados.

Ao longo dos anos o antigo Rispoa teve muitas modificações. Em 2007 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento iniciou uma nova revisão no documento que só foi finalizado em 2010 e enviado a apreciação da casa civil da Presidência da República. Ainda em 2010 ele voltou



da casa civil e passou por novas modificações que só foram finalizadas em 2017 com a publicação do decreto 9.013/2017 que definiu o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Todo esse conjunto de medidas com regras e normas sanitárias mais rígidas expedidas e controladas pelo Estado, associadas a proibição do comércio direto entre o produtor e o consumidor, deficiências das estradas, dificuldades de transporte e conservação do leite, provocaram significativas modificações na organização produtiva da agroindústria láctea.

A consequência mais geral foi o aprofundamento da regionalização produtiva, fazendo surgir empreendimentos de beneficiamento lácteo de atuação regional. Essas novas empresas contribuíram para o aparecimento do leiteiro, o responsável por transportar a matéria prima do campo para a indústria. Coube a esse leiteiro, o papel de intermediador da relação entre o camponês e a indústria. Em Goiandira, sua constituição se dá com o aparecimento dos laticínios Wanda, uma indústria especializada na produção de manteiga, um produto lácteo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade do leiteiro, ao que tudo indica, aparece pela primeira vez em Goiandira, nos primeiros anos da década de 1950, atrelada ao surgimento dos laticínios Wanda na referida cidade, intermediando a relação entre o camponês e a indústria.

Entretanto, é importante destacar que, a atividade do leiteiro e sua complexa relação com a indústria e o camponês, sofreram transformações ao longo dos anos de 1950 até os dias atuais. Essas mudanças estão associadas a evolução industrial moderna do Brasil, a modernização da agricultura, a expansão da fronteira agrícola, ao tipo de produto transportado, ao formato da contratação dos serviços pela indústria, bem como aos papéis desempenhados pelos transportadores, e podem ser divididas em três estágios.

O primeiro estágio, ou primeiro momento dessa metamorfose, marca praticamente também o início da atividade do leiteiro e ocorre nos anos de 1950, quando os leiteiros eram chamados de “cremeiros” pelos próprios produtores e pelo laticínio, tendo em vista que transportavam o creme, um derivado do leite que era utilizado como matéria-prima para a produção de manteiga, percorrendo uma rota que era chamada de linhas do cremeiro.

Nesse primeiro momento o leiteiro ou cremeiro, se constituiu a partir de uma relação formal de trabalho com os laticínios, cujo o vínculo era a carteira de trabalho assinada como motorista. Cabia a ele recolher o creme nas propriedades rurais e transportá-lo até a indústria em um veículo



(caminhão), que era de propriedade do laticínio, realizando a coleta apenas uma vez na semana. De forma que era o leiteiro o responsável pela chegada da matéria prima para fazer até a indústria.

Até aquele momento praticamente não havia veículos automotores na cidade e muitos produtores também não possuíam veículo próprio, o que nos faz crer que o camponês possuía dificuldades de transportar qualquer produto do campo para a cidade, sobretudo o leite, devido ao seu processo natural de azedamento. O transporte de produtos do campo para a cidade era feito por tração animal, fato que praticamente impedia a entrega da matéria prima com a rapidez e qualidade que o laticínio exigia, o que levou o laticínio a adquirir um caminhão, bem como contratar um motorista para realizar o transporte da matéria prima para a fabricação da manteiga.

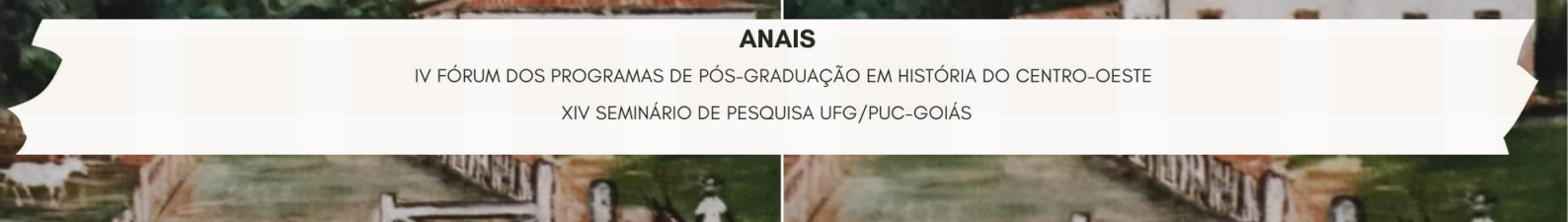
Esse formato inicial do transporte, implicou em uma menor submissão do campesinato à indústria, em virtude de dois fatores: Primeiro porque não havia uma coleta diária do creme, ao contrário, o leiteiro/cremeiro percorria a linha (rota), uma vez por semana, conseqüentemente visitava a propriedade também uma única vez na semana, conforme. Em segundo, porque o produtor poderia destinar o leite e o soro por exemplo, para tratar de sua criação de suínos, ou até de outras criações. Esses dois fatores a nosso ver caracterizava, portanto, uma maior autonomia e controle sobre sua produção por parte do camponês.

Um outro aspecto que merece ser observado é que nesse primeiro momento de constituição da atividade do leiteiro, ele não exerceu um papel educativo e disciplinador sobre o camponês, acerca da observância de cuidados com questões sanitárias, como higienização pessoal, ou das dependências, ou dos utensílios, conforme se pode verificar nas palavras do senhor João Teles:

Então despejava, o creme vinha da roça, o creme que vinha da roça - tinha até lixo no creme na época, que fazendeiro deixa latão destampado -. Então chegava, aí nós dissolvíamos aquele creme, despejava primeiro no tanque de mil, despejava tudo (TELES, 2019, p12)

Esse primeiro estágio da atividade do leiteiro/cremeiro e da sua relação com a indústria e o camponês, praticamente chega ao fim nos primeiros anos da década de 1970 quando o laticínios Wanda entra em processo de falência, inaugurando -se um novo estágio na atividade do leiteiro, e uma nova relação entre a indústria, o camponês e o leiteiro, que combina elementos econômicos e culturais.

A falência do laticínios Wanda, e o aparecimento de um novo ciclo, onde o produtor começa a vender leite e não mais creme, inicia-se ainda em meados da década de 1960 e finda-se nos primeiros anos da década de 1970, e ao que tudo indica, estaria associado ao processo de evolução industrial moderna no Brasil e a nova divisão territorial, que trouxeram como consequência a modernização da agricultura, a expansão da fronteira agrícola, que articulados produziram impactos sobre a



agroindústria laticineira brasileira, regional e local, colaborando para o aparecimento do segundo estágio da atividade do leiteiro.

Nesse novo estágio, o leiteiro é um trabalhador autônomo, que exerce o protagonismo no processo de subordinação do produtor à indústria, na medida em que se coloca não só como mediador entre camponês e a indústria, mas ele se insere no processo produtivo visitando e recolhendo o leite das propriedades rurais todos os dias e levando-o à indústria, desempenhando um papel educativo e disciplinador da produção e estabelecendo cotidianamente outras relações para além das relações econômicas e mercadológicas.

Por outro lado, observa-se que durante muito tempo o leiteiro se tornou uma alternativa de sobrevivência para os produtores, que por não conseguirem se adequar as normas sanitárias cada vez mais rígidas, que entre outras proibições impedia a comercialização do leite direto com consumidor, viam no transportador a única forma de complementar sua renda e a permanecer na zona rural, através da venda do seu produto ao laticínio intermediada por ele.

Nesse sentido, a regulação sanitária estatal foi extremamente prejudicial aos camponeses, que não conseguindo se adequar a legislação, tendem a vender suas propriedades, ou arrendá-las para a produtores de soja, e posteriormente migrar para a cidade.

A solução encontrada para esses camponeses que não conseguem se adequar as normas sanitárias de maneira individual, é a associação para aquisição de um tanque de resfriamento de leite que possa ser utilizado de maneira coletiva. O equipamento é instalado na propriedade de um destes e os outros levam sua produção até lá.

Contudo é oportuno lembrar que mesmo os tanques comunitários precisam se adequar as normas e só podem funcionar temporariamente, além do que as propriedades só podem estar distantes no máximo 5 km do tanque, o que nos leva a crer que a tendência será o abandono da atividade pelo produtor.

Uma outra estratégia adotada pelo camponês e que vem aumentando ano a ano é venda informal do leite. Contudo não se sabe até quando a indústria não acionará o Estado para coibir tal prática.

Em relação aos leiteiros, constatamos que nesse segundo estágio o leiteiro além de desempenhar o papel de protagonista na subordinação do camponês à indústria, ele se colocou como elo entre o campo e a cidade, na medida em que além do transporte do leite, se encarregou de trazer as "modernidades" da cidade para a zona rural.

Pudemos constatar através das entrevistas, que a maioria dos entrevistados, diante do avanço da regulação sanitária estatal e da reestruturação da agroindústria laticineira, perderam seus empregos

e se dedicaram ao frete de produto ligados à pecuária leiteira, mas também ao frete de produtos ligados a atividades urbanas que não possuem nenhuma relação com a agropecuária.

REFERÊNCIAS

ADAS, M.. **Panorama Geográfico do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1983.

ALVES, Daniela Rodrigues. Industrialização e comercialização do leite de consumo no Brasil. ... Produção de leite e sociedade: uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil. Belo Horizonte, FEP-MVZ Editora, 2001, cap. 4, p. 75-83.

ALVES, D. R. Industrialização e comercialização do leite de consumo no Brasil. IN: MADALENA, F. E.; MATOS, L L de; HOLANDA JUNIOR, E. V. (Eds.). **Produção de leite e sociedade: uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil**. Belo Horizonte: Editora FEPMVZ, 2001. p.75-83.

ANDRADE, F. F.. **Coreografia do Município de Goiandira**. 1950. Monografia. [S. l.]. Paginação irregular.

BAER, W. **Industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1966.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F.. O Financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, S. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre – RS: Editora da UFRGS, 2001. p.95 – 120.

BRASIL. Decreto n. 7.622, de 21 de outubro de 1909. Cria a Diretoria de Indústria Animal. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 581-587, 1913.

_____. Decreto n. 8.331, de 31 de outubro de 1910. Cria o Serviço de Veterinária, no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, e aprova o respectivo regulamento. *Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, p. 1.171-1.180, 1915a.

BURKE, P.. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. In: BURKE, P.. (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CAMPONÊS. **Wikipédia: a enciclopédia livre**, 2019. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/camponês>. Acesso em: 29 ago. 2019.

CARDOSO, C. F.. **A América Pré-Colombiana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

CARDINI, F.. **A memória coletiva no pensamento de M. Halbwachs**. Conferência proferida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo em 10 de novembro de 1993.

CHAYANOV, A.. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: CHILDE, V. G.. **A Evolução Cultural do Homem**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1981.

CHARTIER, R.. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990
DELGADO, G. C.. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: ICONE; UNICAMP, 1985.

- DIAS, J. C. **As raízes leiteiras do Brasil**. São Paulo: Barleus, 2014.
- DOBB, M.. **Os Salários**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- FURTADO, C.. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.
- GUEDES-PINTO, Ana Lúcia & PARK, Margareth Brandini (1998) "Ética e História Oral" (mimeo).
- SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HALBWACHS, M.. **A memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- HALBWACHS, M.. **A Memória Coletiva**. 2. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.
- KAUTSKY, K.. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LESSA, C.. **A estratégia de desenvolvimento: sonho e fracasso**. Brasília: FUNCEP, 1988.
- LUZ, N. V.. **A luta pela industrialização no Brasil: 1808 a 1930**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.
- MEDEIROS NETO, J. B.. **Desafio à Pecuária Brasileira**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1970.
- MEIRELES, A. J. **A desRazão laticinista: a indústria de laticínios no último quartel do século XX**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996; Cultura Editores Associados, 1986.
- . J Medrado. **Do pastoreio à pecuária. A invenção da modernização rural nos sertões do Brasil Central**. J MEDRADO. Niterói, tese, UFF, 2013 Tese (Doutorado em História).
- MARX, K.. **Capítulo VI: inédito de O Capital**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- MAZZALI, L.; COSTA V. M. M.. **Formação e evolução do complexo agroindustrial do leite: uma perspectiva histórica**. In: XIII Encontro dos Grupos Temáticas do PIPSA. **Anais do XIII Encontro de Grupos Temáticos do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA)**. Rio de Janeiro, 1988, v. 1, p. 293 – 354.
- MORAES, Maria Rayanne Lima De et al.. **Atual conjuntura do setor industrial de leite: estudo da industrialização do leite no Brasil e no Nordeste**. **Anais III CONAPESC... Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/42959>>. Acesso em: 20/05/2021 16:59**
- MÜLLER, G.. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- PAULILLO, L. F.; ALVES, F. (org.). **Reestruturação agroindustrial: políticas e segurança alimentar regional**. São Carlos – SP: Edufscar, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro, pp. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf>; Acesso em: 08 jul. 2009.

PORTELLI, A.. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, abr. 1997. p. 13 – 49.

PORTELLI, A.. O massacre de Civitella Val diChiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

PORTELLI, A.. Forma e significação na história oral. A pesquisa como um experimento de igualdade. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 7 – 24.

PRADO JÚNIOR, C.. **História econômica do Brasil**: 1500-1820. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, [s.d.].

SANTOS, J. C.. **O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente – SP**. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/92839>. Acesso em: maio de 2021.

SIMONSEN, R. C.. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

SODRÉ, N. W.. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo:Difel, 1982.

STEIN, S. J.. **Origens e Evolução da Indústria têxtil no Brasil 1850 – 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

THOMPSON, A.. Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História**, v. 15, abr. 1997. p. 51 – 84.

THOMPSON, E. P.. **A Miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P.. **A Formação da Classe Operária Inglesa**: Volume 1, A Árvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VILELA, D.; RESENDE, J. C.; LEITE, J. B.; ALVES, E.. A evolução do leite no Brasil em cinco décadas. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, ano XXVI, n. 1, jan./fev./mar. 2017, p. 5 – 24. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/>. Acesso em: 12 jun. 2018.

A IDENTIDADE QUILOMBOLA E OS REMANESCENTES RESIDENTES ALÉM DO ESPAÇO TERRITORIAL DO QUILOMBO: UMA REALIDADE DAS COMUNIDADES ABOLIÇÃO E MATA CAVALO (1988-2020)

Cléia Batista da Silva Melo³²

RESUMO

Este texto faz parte da minha pesquisa de doutorado e propõe investigações acerca dos remanescentes quilombolas das comunidades Abolição, localizada na Serra de São Vicente no município de Santo Antônio do Leverger, e da comunidade Mata Cavalo, localizada no município de Nossa Senhora do Livramento no estado de Mato Grosso. Essa investigação pretende compreender através de entrevistas, pesquisa documental e levantamento de dados, as circunstâncias que levaram a população quilombola desses territórios a se evadirem de suas terras. População essa que passou a residir além do espaço quilombola tradicional e que buscam através da luta, o reconhecimento de suas ancestralidades, histórias, contribuições, reparações, e sobretudo o direito e regresso à terra.

Palavras- Chave: Remanescentes; Quilombos; Quilombolas; Direitos

INTRODUÇÃO

Em pesquisa desenvolvida ainda durante o mestrado na Comunidade Quilombola de Abolição, entre os anos de 2018 e 2019, foi constatada que um número significativo de famílias residiam além do território quilombola³³. Situação que me chamou a atenção pela quantidade de pessoas que se autodeclararam quilombolas daquela localidade, inscritas na associação, mas que não viviam nas terras do quilombo. Cenário semelhante ocorre na Comunidade Mata Cavalo³⁴.

³² Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Orientanda do prof. Dr. Ernesto Cerveira de Sena. Mestra em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Integrante do Grupo de Pesquisa EPIFAN/UFMT. Historiadora e professora da Rede Estadual de Educação de Mato Grosso. Endereço Eletrônico: cleiabsmelo@gmail.com

³³ Durante o período de pesquisa do Mestrado identificamos 22 famílias morando no território quilombola de Abolição. Em relação aos remanescentes que viviam além do espaço territorial quilombola identificamos 140 famílias que estavam registradas na Associação Rural Quilombo Abolição. Ver: MELO, Cléia Batista da Silva. Quilombo Abolição: história e identidade (2005-2018). Dissertação de Mestrado. UFMT: Cuiabá, 2020.p.163.

No ano de 2021, em contato com lideranças da Comunidade, principalmente com o presidente da Associação, o Sr. William Olegário nos informou que o número de famílias associadas aumentou, passando para 183 famílias. Dessas, apenas 20 residem no espaço quilombola, diminuindo em relação ao período da pesquisa de Mestrado (2018-2019).

³⁴Em relação a Comunidade Mata Cavalo, o Relatório do INCRA de 2006, informa que 418 famílias viviam no espaço territorial quilombola. Ver: Relatório Técnicos para Identificação, Titulação e Registro de Terras. Comunidade Remanescente



Esse cenário fez com que questionamentos surgissem. Entre esses questionamentos estão os motivos que levaram essas populações quilombolas a deixar suas terras. Esse e outros questionamentos resultaram no anseio de pesquisar e conhecer essas histórias. E é nesse sentido que essa pesquisa se constrói.

O recorte temporal escolhido transcorre entre os anos de 1988 a 2020. A Constituição Federal brasileira é escolhida como marco inicial porque traz em seu texto alguns direitos relacionados as comunidades quilombolas. Posteriormente ocorrem conquistas, especialmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT); e, finalmente, adentramos em um período de retrocessos durante os governos Temer e Bolsonaro, chegando até o ano de 2020 com início da pandemia.

Nesse sentido pretendemos investigar a luta dos remanescentes que entre 1988 a 2020 tiveram que residir, por diferentes circunstâncias, em cidades e lugares externos ao território quilombola. Preliminarmente notamos que as suas lutas relacionadas à terra são mais árduas, pois a Constituição Federal de 1988, em seu art. 68, afirma que o direito do remanescente só é possível se estiver ocupando o território. Dessa forma, fica a pergunta: mas e os que por diversos motivos tiveram de sair de seus territórios? A eles, não resta nenhum direito sobre a terra?

A priori pretendemos entrevistar cerca de 20 famílias que residem além do espaço quilombola, com faixa etária entre 20 e 70 anos. Com algumas informações junto as comunidades, iniciamos alguns levantamentos nesse sentido.

A realidade dos remanescentes que vivem além do espaço quilombola, ainda é pouco pesquisada e diante desse cenário, propomos uma investigação que venha a contribuir para que a trajetória e luta desses sujeitos seja conhecida, mas também que possa provocar discussões e reflexões sobre ancestralidades, memórias e histórias vinculadas à terra.

Analisando a exigência da legislação brasileira de que só tem direito a terra quem está vivendo nela, podemos indagar se a obrigatoriedade de ocupação do território é uma exigência justa, considerando o ponto de vista das inúmeras circunstâncias que dificultam a permanência dos remanescentes quilombolas em seus territórios – desde condições difíceis de sobrevivência, como falta de atendimento de saúde, falta de emprego, falta de incentivo governamental para o trabalho e o cultivo da terra, até interferências externas, como conflitos com fazendeiros e grileiros. Por esses motivos, devemos refletir sobre os remanescentes que tiveram de sair de seus territórios, mas que

Mata Cavalo (Nossa Senhora do Livramento). Incra-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2006.p.15. Porém neste ano de 2021, em visita a comunidade e informações coletadas com algumas lideranças como as presidentes de duas das 6 associações, a senhora Arlete e a senhora Laura nos informaram que atualmente, estão cadastradas 355 famílias nas associações, estando 215 famílias residindo no quilombo, e cerca de 140 vivendo além do espaço quilombola.



ainda mantêm o vínculo com os que ficaram e possuem histórias e memórias ligadas à ancestralidade negra que fincou raízes naquela terra por séculos.

Nossa hipótese é de que mesmo fora de seus territórios esses remanescentes também devem ter garantidos seus direitos, inclusive sobre a posse e titularidade da terra. Pois precisamos levar em consideração que muitos tiveram de abandonar suas terras para viver hoje em outros lugares, mas que ainda têm a esperança e o desejo de regressarem e se fixarem em seus locais de vivências e pertencimento histórico, simbólico e de memória.

Essas indagações deveriam ser feitas durante as pesquisas e análises realizadas pelos órgãos governamentais, ONGS e pesquisadores, para identificar os reais motivos que afastaram os remanescentes de seus territórios e os possíveis interesses de retornar para eles.

É necessário que órgãos governamentais e, inclusive, pesquisadores tenham um olhar mais direcionado para essas questões, uma vez que, dessa forma, talvez possamos compreender a dinâmica social e a relação dos remanescentes dentro e fora de seus territórios.

Embora essas pessoas tenham saído de seus territórios em determinado momento de suas vidas, ainda na infância ou na idade adulta, é necessário considerar o tempo de convivência coletiva, social, cultural e simbólica que fortalece os vínculos entre o passado e o presente. Um passado que está na memória viva dos remanescentes, na qual a simbologia, hábitos e práticas são elementos necessários para legitimar a história de uma ancestralidade que permanece viva no presente através dos herdeiros dos quilombos.

Desse modo, o fato de não estarem presentes fisicamente no território não significa que essas pessoas não sejam remanescentes quilombolas pertencentes àquela comunidade e àquele território, pois carregam dentro de si todo aprendizado e vivência adquirida no tempo em que viveram naquela sociedade. Práticas, hábitos, culturas, saberes, aprendizados e todas as demais características que ligam tais remanescentes àquela ancestralidade, tornando-os pertencentes ao território étnico quilombola. E o que os levam constantemente estarem presentes e manterem relações junto a comunidade em diversos momentos.

Em suma, julgamos ser necessário refletir acerca dos direitos materiais e imateriais desses agentes sociais, sobretudo, o direito à terra também para os que residem além do espaço territorial, alguns dos quais manifestam desejo de regresso ao território quilombola.

Nessa perspectiva alguns autores da historiografia mato-grossense ajudaram diretamente a pensar a história dos quilombos no MT. Entre eles estão Amélia Alves, Silvânio Barcelos, Suely Castilho, Monique Lordelo, Bruno Rodrigues, Ernesto Sena e Cristiane dos Santos Silva.³⁵

Pretendemos com essa pesquisa, levantar o perfil dos remanescentes que estão fora dos territórios das Comunidades Abolição e Mata Cavalo. Investigar onde estão vivendo esses remanescentes, quais suas relações com a comunidade e o interesse em regressar ao território. Mas também compreender o que levou essas pessoas a abandonarem suas terras e analisar a dinâmica dos quilombos contemporâneos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Como aporte teórico, discorrerei nesse projeto com alguns autores que dialogam sobre conceitos centrais a serem utilizados na pesquisa.

Inicialmente, vale ressaltar que este estudo se beneficia diretamente das pesquisas realizadas no bojo da história social, história dos subalternizados e estudos pós-coloniais. Sendo assim pretendo aprofundar as leituras dos seguintes autores: E. Thompson, Homi Bhabha, Spivak, Mignolo, Stuart Hall e Haesbaert. O primeiro, ao longo da sua trajetória, legou diversos trabalhos relativos à história vista de baixo, a história das relações sociais e significados culturais sob a ótica das discussões sobre organização social, suas articulações e transformações. Rememorando a história da população subalternizada.

A história escrita com outros olhares, com a versão da população excluída, que por muito tempo foi invisibilizada, silenciada e ficou a margem da história. Thompson³⁶ traz uma historiografia para além dos que detinham o poder. Chama a atenção para o registro e a reflexão da história da gente comum que

³⁵ ALVES, Amélia. *Memórias Kilombolas: os kilombos angolanos nos Quilombos do Brasil*. Cuiabá: EDUFMT, 2015. BARCELOS, Silvânio Paulo de. *Quilombo Mata Cavalo :terra, conflito e os caminhos da identidade negra*. TM, Cuiabá: UFMT/ICHS, 2011. CASTILHO, Suely Dulce de. *Culturas, família e educação na comunidade negra rural de Mata-Cavalo-MT*. TD, São Paulo: PUC-SP, 2008. LORDELO, Monique Cristina de Souza. *Indígenas, escravizados negros e homens livres na fronteira do Mato Grosso, Bolívia e Paraguai: fugas, contrabando e resistências (1750-1850)* Tese de doutorado. São Paulo, 2019. RODRIGUES, Bruno Pinheiro. *“Homens de ferro, mulheres de pedra”: Resistências e Readaptações identitárias de africanos escravizados. Do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola – fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809)*. Tese de Doutorado. Cuiabá: UFMT, 2015. SENA, Ernesto Cerveira. *Fugas e reescravizações em região fronteiriça – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais*. Revista Estudos Ibero-Americanos. 2013. SILVA, Cristiane dos Santos. *Mãos negras em solo hostil: A luta do trabalhador negro representada pelos escritos de Feliciano Galdino de Barros nos jornais de Cuiabá na Primeira República*. Tese de Doutorado. Cuiabá: UFMT, 2020

³⁶ Thompson, Edward Palmer. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.



sofre injustiças, que tem suas vozes silenciadas e que sofrem com a desigualdade e a exclusão. Sujeitos históricos que são fundamentais para entendermos o percurso da sociedade na história.

Homi K. Bhabha, por sua vez, associado aos estudos pós-coloniais, trabalha com conceito de hibridismo, conceito fundamental para entendermos o processo de transformações e adaptações culturais as quais trataremos no decorrer da pesquisa. Pois não podemos desassociar nessa dinâmica de transformações a ideia de hibridismo cultural, que é o encontro, a miscelânea e as ambivalências que fazem parte do processo de construção identitária de uma sociedade. O hibridismo não é somente o encontro de diferentes culturas, precisamos compreender o hibridismo como “um questionamento perturbador das imagens e presenças da autoridade”. (BHABHA, 1998. p.165)

Gayatri Spivak, crítica do colonialismo e dos intelectuais ocidentais, enfatiza a necessidade da visibilidade dos grupos marginalizados que devido a seu *status* social não possuem voz ou representatividade. Chama a atenção também pelo fato das estruturas organizadas por aqueles que detém o poder terem o objetivo de silenciar e invisibilizar os sujeitos subalternizados. Que segundo a autora são, “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010. p.12)

Essa estruturação de neutralizar, silenciar e invisibilizar os sujeitos que estão à margem do poder dominante, tem como objetivo eliminar qualquer possibilidade de protagonismo e representatividade.

Ainda nesse contexto buscarei dialogar com Walter Mignolo, que nos traz o conceito de “pensamento fronteiro”, conceito importante para analisarmos as narrativas construídas até aqui nas regiões ditas periféricas, sem ignoramos o pensamento da modernidade, mas com cautela para não nos subjugarmos a ele. Pois segundo o autor, o pensamento fronteiro é o pensamento que foi negado pelo pensamento dominante da Modernidade, onde:

As histórias locais não-ocidentais (e conhecimentos) não podem ser constituídas sem enredos com a história local Ocidental. O pensamento de fronteira torna-se, então, a epistemologia necessária para desvincular e descolonizar o conhecimento e, no processo construir histórias locais decoloniais, restaurando a dignidade que a ideia ocidental da história universal tirou de milhões de pessoas. (MIGNOLO, 2012, p.10).

Esse conceito, é fundamental para pensarmos a descolonialidade, para que as regiões ditas periféricas possam ser vistas a partir de seus próprios pensamentos, produções, de suas próprias representatividades e ações políticas, econômicas, sociais e culturais. Não mais vistas, interpretadas e controladas pelo colonizador europeu ou estadunidense.

Ao tratarmos dos conceitos identidade, território e territorialidade busquei como aportes principais Stuart Hall e Haesbaert, pois a identidade a qual estamos pesquisando é uma identidade em constante construção, onde as articulações das dinâmicas sociais exigem essa movimentação. E Hall corrobora com

essa afirmação quando nos faz refletir que a identidade não pode ser vista como algo definitivo, fixo e unificado, pois a identidade é uma construção social e histórica:

Essa identidade é definida historicamente e não biologicamente. Como explica Hall (2006): [...]o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2006.p. 13)

Segundo Hall, é natural que haja interação social. O autor desmitifica a ideia de unidade, de preservação total, de pureza, visto que essa dinâmica híbrida e de transformação é o que molda as novas identidades. Muitas vezes, o surgimento dessas novas identidades gera conflitos e não aceitação por parte daqueles que acreditam no conservadorismo, na manutenção da tradição única e homogênea, sem levar em consideração as mudanças e transformações que toda sociedade passa ao longo dos tempos e as necessidades comuns de adaptações diversas.

Essas novas identidades, a identidade construída social e historicamente, e a necessidade que toda identidade tem daquilo que lhe falta, bem esclarecidas por Stuart Hall, vêm ao encontro da construção identitária dos remanescentes quilombolas, que estão em constante busca e construção de suas identidades.

Haesbaert nos contempla com reflexões acerca de território e territorialidade, sendo esses objetivos e subjetivos. Território e territorialidade como conceitos imprescindíveis para a construção identitária de um povo. O autor nos leva a refletir que a organização do espaço onde se desenvolvem economias, políticas, sociedades e culturas é o território. Organização essa que remonta aos tempos das organizações dos primeiros quilombos lá pelos idos dos séculos XVI, onde os aquilombados dentro dos seus territórios formados construíam a territorialidade do grupo, com seus saberes e fazeres. Essa organização do território se dá por meio das relações sociais que se constituem no espaço; relações simbólicas, políticas, culturais e de poder que delineiam os interesses e objetivos do grupo. Poder político e poder simbólico caminham juntos, como afirma Haesbaert:

O poder não pode de maneira alguma ficar restrito a uma leitura materialista, com se pudesse ser devidamente localizado e “objetificado”. Num sentido também aqui relacional, o poder com relação, e não com coisa a qual possuímos ou da qual somos expropriados, envolve não apenas as relações sócias concretas, mas também as representações que elas veiculam e, de certa forma, também produzem. Assim, não há como separar o poder político num sentido mais estrito e poder simbólico. (HAESBAERT, 2007.p. 93)



Podemos pensar que a territorialidade quilombola está relacionada a tudo o que aquele espaço de vivências comuns em grupo representa, culturalmente, socialmente e historicamente para os seus agentes, trazendo, da ancestralidade aos dias atuais, a dinâmica de construção, reconstrução e fortalecimento da identidade dos herdeiros dos quilombos.

Todos esses atos e significados marcam a territorialidade de um povo, suas características, objetivos e vivências, culminando na construção de um território próprio.

Percebemos que a ocupação do território e a demarcação da territorialidade fazem parte da construção identitária de um povo. Contudo, precisamos atentar para o fato de que essa ocupação pode ser temporária, móvel e dinâmica, pois, no caso dos remanescentes quilombolas de Abolição e Mata Cavalo, a movimentação dentro e fora do território sempre existiu e continua existindo. Ora, algumas famílias saem do território para trabalhar em fazendas vizinhas ou mais distante, mas mantêm o vínculo com a terra; sempre que podem, estão ali cuidando, visitando familiares e, inclusive, cultivando alimentos. Em outros casos, mudam para a cidade buscando melhores condições de vida, como emprego, escola para os filhos e tratamento de saúde. Ainda assim, continuam se relacionando com a comunidade e suas atividades simbólicas, culturais, religiosas e sociais, participando das reuniões da Associação Quilombola, por exemplo.

Ao se mudarem temporariamente, muitos remanescentes deixam a terra aos cuidados de familiares da comunidade ou, muitas vezes, voltam nos finais de semana para cuidar e cultivar para, inclusive, ajudar nas despesas. Alguns conseguem regressar depois de certo tempo e continuar a vida na terra e na coletividade. Outros, porém, não têm a mesma sorte, pois, em muitos casos, a terra já foi invadida ou redemarcada e cercada pelos fazendeiros da região. Sendo assim, mesmo longe ou não fixados fisicamente por um tempo contínuo e imóvel, esses remanescentes viveram e participaram da construção dessa identidade por um determinado tempo, possuindo vínculos familiares, históricos, simbólicos e de resistência³⁷. Tais vínculos os tornam pertencentes e asseguram, assim, sua autodeclaração como remanescentes quilombolas. Esses fatores precisam ser levados em consideração quanto às questões que garantem os direitos legais aos quilombolas, não somente para aqueles que estão ocupando o território, mas também para aqueles que já ocuparam, que marcaram ali suas histórias e que desejam regressar.

Estando esta pesquisa relacionada a comunidades quilombolas não poderíamos deixar de enfatizar os conceitos de quilombos e quilombolas. Para isso dialogaremos com autores como Flávio Gomes e João José Reis que traçam um histórico e perfis dos quilombos brasileiros no período escravista.

³⁷ Situação atual dos remanescentes quilombolas da Comunidade Abolição, objeto de minha pesquisa de Mestrado. Ver: MELO, Cléia Batista da Silva. Quilombo Abolição: história e identidade (2005-2018). Dissertação de Mestrado. UFMT: Cuiabá, 2020.



Contrapondo a perspectiva de que os quilombos seriam locais isolados sem contatos externos, sem articulações e estratégias, sem comércio, sem negociação e sem trocas culturais, ou seja, isolados de tudo e de todos, os autores através de suas pesquisas, estudos e publicações vem mostrando o outro lado da história, a história de negros escravizados e quilombados articuladores, negociadores, astutos e hábeis no sentido de negociar os conflitos, organizarem seus espaços e estruturar suas vidas para além do cativeiro. Sendo responsáveis pela autolibertação, pelo confronto com o sistema, pela luta por direitos e protagonizando as pressões necessárias para o processo de abolição da escravidão no Brasil, não demonstrando a passividade que traz a história tradicional, mas principalmente como sujeito atuante nesse processo.

Os quilombos brasileiros tiveram características estruturais e organizacionais diversas, porém com consequências em comum: desestruturar o sistema escravista vigente no Brasil, buscar a liberdade e buscar exercer o papel de cidadãos com todos os direitos que ainda lhes eram negados. E não representando apenas um local de fuga, como discorre Flávio Gomes:

A formação de quilombos significou muito mais do que apenas escravos fugindo para as matas e tentando escapar das perseguições. Escolhiam locais para se estabelecer, procuravam dominar florestas, reinventavam práticas econômicas e tentavam contatos com outros setores da sociedade com os quais pudessem ampliar suas bases econômicas, autonomia e redes de proteção e solidariedade. Assim fizeram esses quilombos do Maranhão com índios, vendeiros, nas senzalas, traficantes de ouro e até mesmo administradores estrangeiros de empresas mineradoras. (GOMES, 2005.p.03)

Para João José Reis, “a soma de fugas individuais e coletivas frequentemente resultava em quilombos onde os fugitivos tentavam inventar a liberdade na “terceira margem” do regime escravocrata”. (REIS, 1989. p.09).

Quilombos brasileiros existiram e coexistiram em diversas partes do Brasil, de norte a sul, de leste a oeste, nas matas e florestas, no litoral, no cerrado, na caatinga, nas encostas, nas cidades e por toda a parte. E cada um com sua dinâmica de estruturação e organização.

Ao avançarmos para o período pós abolição Hebe Mattos e Martha Abreu, discorrem sobre o conceito de remanescentes quilombolas, a vida da população negra brasileira a partir do pós-abolição suas dificuldades, lutas e conquistas. Para as autoras remanescentes quilombolas são:

(...) descendentes das últimas gerações de africanos trazidos como escravos ao Brasil. Todos eles, de uma forma geral, remanescentes de um campesinato negro formado no contexto da desagregação do escravismo no país, ao longo da segunda metade do século XIX. (MATTOS e ABREU, 2011.p.04)

Hebe Matos e Martha Abreu destacam a relevância do ouvir as memórias dos herdeiros dos cativeiros, pois é através dessas memórias que as histórias muitas vezes apagadas ganham cor, vida



e protagonismo. São memórias de vida, de pertencimento, e de continuidade de histórias de antepassados que construíram símbolos e raízes capazes de permanecerem vivas até hoje. E são essas memórias que fundamentam a existência de uma identidade quilombola fortalecida, independente se esse remanescente vive dentro ou fora do território.

FONTES E METODOLOGIA

A pesquisa pretende ser desenvolvida a partir de um processo investigativo de abordagem qualitativa, através da análise de fontes documentais, observação, pesquisa de campo e entrevista.

Em relação as fontes documentais, já encontramos alguns manuscritos (requerimentos e cartas de sesmaria) que identificam a ocupação e pertença dessas comunidades quilombolas naqueles territórios).³⁸ Analisaremos Anais de Governos que trazem questões administrativas e políticas frente as movimentações da população negra em MT.

Aprofundaremos as análises dos Processos que se encontram no INCRA, como os Relatório Técnicos para Identificação, Titulação e Registro de Terras referentes as comunidades quilombolas de Abolição³⁹ e Mata Cavalo⁴⁰ como meio para compreendermos como ocorre os processos de regularização desses territórios, quem são os beneficiários e os que estão de fora desse direito. Assim como documentos da legislação brasileira que tratam sobre os direitos e reparações das comunidades e remanescentes quilombolas.

Utilizaremos também como fonte, registros que nos forneça informações sobre nascimentos, batismos, casamentos, festividades, religiosidades e as relações estabelecidas entre quilombolas que vivem no território e os que não residem, mas que estão sempre presentes no espaço, pelos laços familiares, festas tradicionais, participações em associações e demais eventos coletivos.

A fonte que sustentará essa pesquisa será a fonte oral. E como alicerce, utilizaremos a historiografia de Paul Thompson e Michael Pollack.

A fonte oral permite rememorar o passado do sujeito em vida, sua vivência coletiva, sua relação familiar e social. E essa memória é uma memória coletiva, fundamental para construção identitária do sujeito histórico e do grupo a qual está inserido, pois a memória de um pode ser a memória de muitos, como afirma Paul Thompson:

³⁸ Ver: MELO, Cléia Batista da Silva. Quilombo Abolição: história e identidade (2005-2018). Dissertação de Mestrado. UFMT: Cuiabá, 2020. p.63-64

³⁹ Relatório de Caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural Território Quilombola Abolição (Santo Antônio do Leverger). Incra-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária., 2019.

⁴⁰ Relatório Técnicos para Identificação, Titulação e Registro de Terras. Comunidade Remanescente Mata Cavalo (Nossa Senhora do Livramento). Incra-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2006.



(...) a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos. (THOMPSON, 1992. p. 17).

O(a) pesquisador(a) deve ter um olhar que perpassasse seu objeto, tendo uma visão mais ampla daquilo que envolve sua pesquisa, principalmente no que diz respeito as fontes orais, a relação entre “entrevistador e entrevistado, entre sujeito e objeto de estudo; isso leva o historiador a afastar-se de interpretações fundadas numa rígida separação entre sujeito/objeto de pesquisa, e a buscar caminhos alternativos de interpretação.” (AMADO e FERREIRA, 2005. p. 14)

Muitas vezes o (a) pesquisador(a) passa a impressão de estar invadindo o que não se deve invadir, cabe a nós que vamos a campo ter a sensibilidade e a sabedoria de não sermos invasivos, pois em muitas situações as pessoas ou grupos que estão sendo pesquisados tem receio de expor seus pensamentos, histórias e objetivos.

É nesse momento que entra a observação cautelosa por parte de quem está fazendo a pesquisa, pois o entrevistado precisa se sentir confortável naquela situação, precisa sentir confiança no (a) pesquisador (a). A observação cautelosa não significa indiferença, significa que o (a) pesquisador(a) precisa manter uma postura de observar sem se posicionar no momento da pesquisa e da observação, tendo a responsabilidade de saber que “toda história tem uma finalidade social”. (THOMPSON, 1992.p.20)

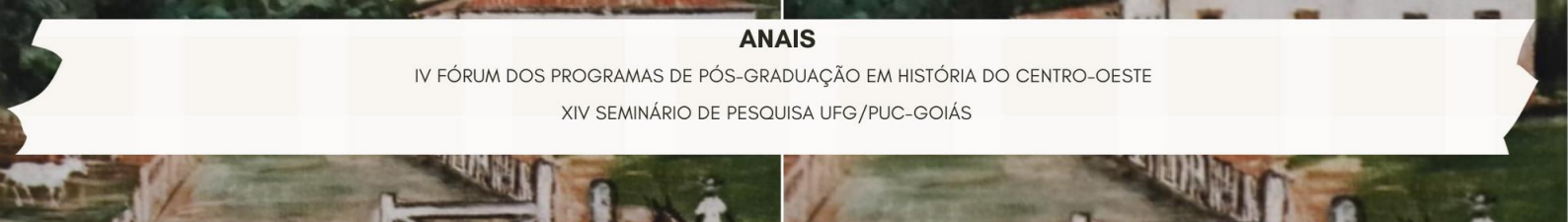
O pontapé para o desenvolvimento da pesquisa precisa ser o alinhamento das fontes bibliográficas com os objetivos e conceitos pré-estabelecidos, de forma que essas ofereçam suporte necessário para o desenvolvimento do trabalho científico.

Para além dessas fontes acreditamos que esta proposta de pesquisa se beneficiará principalmente das “fontes orais”.

A história oral como importante fonte de pesquisa passa a ser utilizada para além dos documentos oficiais, tendo em vista que na maioria das vezes os grupos minoritários e subalternizados não aparecem nesses documentos, e quando aparecem estão ligados a relatos de crimes, histórias estereotipadas, diminutas e humilhantes.

O método da oralidade será realizado *in loco*. A coleta de informações através da oralidade será realizada através de entrevistas, anotações e gravações realizadas com os remanescentes quilombolas das comunidades objeto dessa pesquisa.

A entrevista como fonte oral precisa ser realizada de modo com que o entrevistador já conheça o ambiente, o espaço e os entrevistados, para que não cause situações constrangedoras ou que limitem o



entrevistado em responder aquilo que seria importante para pesquisa, pois para “ser bem-sucedido” ao entrevistar exige habilidade. (THOMPSON, Paul. 1992.p.254)

Paul Thompson chama a atenção para os diferentes estilos de entrevistas, que podem ir desde uma conversa informal descontraída e amigável até mesmo uma entrevista mais formal e controladora em relação as perguntas a serem feitas. Enfatiza ainda que “o bom pesquisador acaba por desenvolver uma variedade do método que, para ele, produz os melhores resultados e se harmoniza com sua personalidade.” (THOMPSON 1992.p.254)

A história oral surge como meio de proporcionar a visibilidade daqueles que por muito tempo se encontraram em situação de desigualdade nas escritas da história. Cabe ao pesquisador, historiador saber conduzir a oralidade para construção de uma narrativa coerente, sensata, honesta e que contribua para transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com isso, buscamos chamar a atenção, neste texto, para os remanescentes que estão fora de seus territórios aguardando a titulação de suas terras para retornarem. A dificuldade enfrentada está na própria legislação, que reconhece o direito apenas daqueles que estejam ocupando a terra. Não levam em consideração que a sociedade está em constante transformação e uma dessas transformações refere-se ao fato de muitos remanescentes não estarem ocupando as terras de seus territórios. A ocupação física não pode significar exclusividade de direitos ou sua exclusão, uma vez que o quilombola não deixará de ser quilombola por encontrar-se distante fisicamente do seu território. Por mais que a identidade seja móvel, construída e reconstruída, a partir do momento em que a pessoa se autodeclara, tem o reconhecimento do grupo étnico, tem uma história de vida dentro de uma territorialidade construída com base naqueles ancestrais e deseja regressar ao seu território, é preciso considerar seus direitos quanto à questão identitária, direitos materiais e imateriais, inclusive, direitos relacionados à posse e titularidade da terra.

A situação desses remanescentes que estão fora do território nos possibilitou lançar um outro olhar sobre o ser quilombola e sua relação com o espaço físico. A distância do território físico não distância da história, da memória, da continuidade simbólica e do pertencimento àquela ancestralidade.

Readequações precisam ser feitas para dar visibilidade, garantia e efetivação de direitos para esses grupos, os quilombos contemporâneos, pois só assim poderemos pensar em reparações concretas e justas para aqueles que ainda estão à margem do olhar do poder público e da justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BHABHA, HOMI K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Avila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Glaucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séc. XVII- XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP: Ed. Polis 2005

HAESBAERT, Rogério. *Território e Multiterritorialidade: um debate*. Artigo *Geografia* - Ano IX – Nº 17 – Universidade Federal Fluminense. 2007.

HALL, Stuart. *A identidade cultural da pós-modernidade*. São Paulo: DP&A, 2006.

_____. *Quem precisa da identidade?* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença a perspectiva dos estudos culturais*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2009.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. *O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012

_____. *“Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação*. ANPUH: São Paulo, 2011

MIGNOLO, Walter. *Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2012

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. ProHistória, SP, 1993

POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989

RELATÓRIO Técnico para Identificação, Titulação e Registro de Terras. Comunidade Remanescente Mata Cavalo (Nossa Senhora do Livramento). INCRA-2006. RELATÓRIO de Caracterização histórica, econômica, ambiental e sociocultural: território quilombola Abolição (Santo Antônio do Leverger). INCRA, 2019

REIS, João José & GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina G. Almeida; Marcos P. Feitosa; André P. Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. RJ: Zahar, 1981.
_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

A MODA PASSA, O ESTILO FICA: A ATEMPORALIDADE DE CHANEL

Karen Pereira Freitas Silva⁴¹

RESUMO

Gabrielle Chanel (1883-1971) é uma francesa pobre e órfã, que adentrou o mundo artístico e burguês, tornando-se uma das mais influentes criadoras de Moda do século XX. Mitificada como uma revolucionária, ela se apropriou de itens do vestuário masculino e construiu uma indumentária feminina com maiores facilidades para movimentar-se. Mais que isso, transformou este vestir feminino, juntamente com outros adornos e acessórios, em um estilo, o estilo Chanel, considerado clássico, atemporal. O anseio que fomenta este estudo é compreender quais são os fatores que tornam as criações da estilista atemporais, ou seja, como elas são permanentes, ainda que o sistema cíclico da Moda se transforme constantemente. As reflexões sobre memória cultural, oficial e subterrânea, bem como as categorias espaço de experiência e horizonte de expectativa são instrumentalizadas para a leitura das duas fontes elencadas nesta análise. Ambas são de natureza biográfica, porém, possuem diferentes intuítos na narrativa, possibilitando um panorama mais amplo para o levantamento de indícios que conduzam minimamente à resolução da inquietação que mobiliza esta pesquisa.

Palavras-chave: Atemporalidade; Chanel; Memória; Moda.

INTRODUÇÃO

Gabrielle Chanel e o estilo que ela cria a partir de suas vivências são cruciais para o desenvolvimento e entendimento da Moda do século XX. Grife de luxo, sua identidade foi construída por itens de vestuário e acessórios que são produzidos há mais de um século. A maioria das mulheres em vários grupos sociais já usou ou ouviu falar sobre o uso do *pretinho básico* ou reconhece como elegante os *colares de pérolas* e as *bolsas de matelassê com alças de correntes*. Isso sem falar do *corte de cabelo* da estilista ou os seus *sapatos bicolores*, ambos carregam seu sobrenome. Estas referências permanecem e são reverberadas no mundo feminino como símbolos de elegância e distinção, mesmo que a Moda se transforme e os signos também.

⁴¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (UEG Campus Sul/Morrinhos). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Orientadora: Dra. Michelle dos Santos.



Atualmente, a marca Chanel mantém os elementos identitários, insinuando sua influência. Alguns exemplos recentes de sua relevância global são a mostra da coleção Résort em 2016, em Havana, Cuba. Foi o primeiro desfile da grife em terras latinas, em um país em abertura ao capitalismo e às relações que ele implica. Outro exemplo da atuação mundial da grife se volta ao oriente, quando ela é usada por modelos e artistas asiáticos.

O anseio que fomenta este trabalho, portanto, é a atemporalidade atribuída à Chanel: como e por quê ela é atemporal? O intuito deste estudo é, a partir da criadora e de suas criações, compreender como a memória e as categorias históricas de tempo auxiliam no entendimento das permanências do estilo Chanel no sistema cambiante de Moda.

A quem ou a que serve pensar sobre o tempo ou a temporalidade de uma estilista e sua grife? “A função do Historiador não é amar o passado ou emancipar-se do passado, mas dominá-lo e entendê-lo como a chave para compreensão do presente” (CARR, 2006: 61). As ponderações consideradas aqui são um *produto historiográfico* (Certeau, 2017), ou seja, resultantes de uma reflexão histórica científica. Segundo Rüsen (2010), as inquietações ou *interesses* surgem de demandas na atualidade, na *vida prática*. Neste sentido, o sistema de Moda, filho e herdeiro do capitalismo, como define Lipovetsky (1989), coopta para seu ciclo de mudança e significação, não somente a indumentária, mas também práticas sociais e costumes. Assim, compreender seu funcionamento auxilia na percepção e compreensão da cultura como um todo.

A pesquisa histórica possui a *função de orientação existencial* (Rüsen, 2010). Desta feita, adotar Gabrielle Chanel e sua marca como objeto de estudo para observação das permanências e mudanças na Moda, ajuda a ponderar, por exemplo, sobre consumo desenfreado que movimentava cadeias de produção e descarte nocivos, ainda que haja exceções, como o Slow Fashion⁴². Outra contribuição da observação histórica crítica deste objeto é a desmistificação de alguns discursos construídos ao redor de Chanel e como ela, mulher de seu tempo, lê o mundo ao seu redor e estabelece padrões estéticos que se tornam um estilo adaptável ao sistema de mudanças, cada vez mais efêmeras de Moda.

As fontes instrumentalizadas são de natureza biográfica. A obra da jornalista francesa Edmonde Charles-Roux, *A Era Chanel*, foi publicada originalmente em 1979, mas traduzida e publicada no Brasil em 2007. A autora teve acesso a um imenso material de pesquisa, desde documentos pessoais da estilista até o acervo da marca. A biografia é rica em fotografias e ilustrações originais. Além disso, a jornalista reserva uma narrativa especial às mulheres e homens - em menor

⁴² Marcas de Moda que cuidam do seu processo produtivo observando o meio ambiente e a sustentabilidade da matéria prima até o descarte, resguardando também a mão de obra empreendida em todo o processo.



medida - que rodearam e influenciaram a criadora de Moda, historicizando suas vidas. Importante apontar que o trabalho de Charles-Roux foi referência não somente para outras biografias da estilista, mas também da produção fílmica sobre ela.

A jornalista e literata norte americana Karen Karbo é autora de *O evangelho de Coco Chanel: lições de vida da mulher mais elegante do mundo*, publicado em 2010 no Brasil. O texto de Karbo reconstrói a vida e obra de Gabrielle Chanel sob uma perspectiva educadora: o próprio título faz alusão ao evangelho, ou seja, narra aspectos que devem ser observados e seguidos desta representação monumental que foi edificada ao redor do nome Chanel. Trata-se de uma biografia não linear, organizada tematicamente com assuntos que as mulheres devem aprender com a vida e ações da estilista.

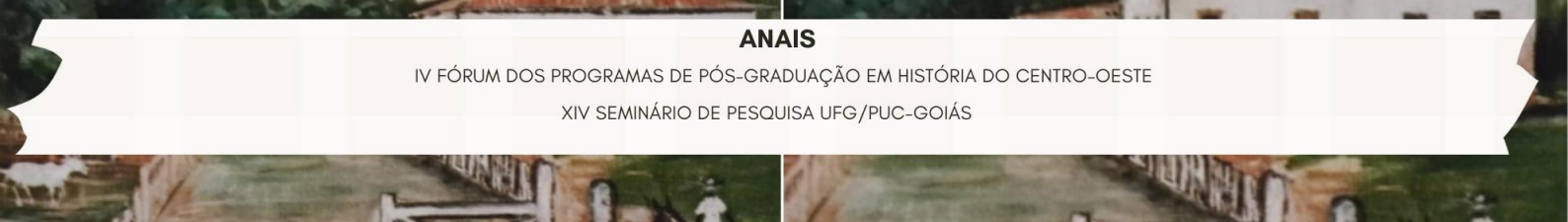
Uma vez formatada a inquietação norteadora desta reflexão, o percurso metodológico se deu no sentido da revisão bibliográfica que, por sua vez, guiou uma leitura crítica das fontes à luz do problema instaurado. O intuito é compreender minimamente como as obras de Chanel se perpetuam ao longo do século XX - até a atualidade -, mantendo em sua identidade permanências que resistem à temporalidade mutante própria do ciclo de Moda. Gabrielle Chanel e sua marca se mesclam, uma vez que a estilista criou aquilo que ela mesma vestiu e considerava pertinente. A grife e a criadora parecem simbioses. Portanto, o recurso metodológico adotado foi separar a criadora e sua criação, de modo a observá-las mais atentamente, sobre as possibilidades fornecidas pelos autores, para, em seguida, traçar pontos de inflexão entre elas.

A MODA, A ALTA COSTURA E GABRIELLE CHANEL

Quando se fala de Moda, o vestuário é a primeira imagem que vem à cabeça. Contudo, ela é um fenômeno sistêmico que se apropria de diversos objetos, não somente da vestimenta. De pronto, roupa, Moda e costume são termos que se tocam, ainda que sejam distintos. A roupa, indumentária ou vestimenta é a peça de vestuário que envolve o corpo e atua com as funções de *proteção*, *pudor* e *adorno*. Quando ela é produzida e significada no ciclo de mudanças sistemáticas, ela se torna um item de Moda. O costume é uma palavra de uso preferível para tratar em hábitos ou práticas sociais. Ele pode ser estático, tradicional ou mesmo que ele também esteja sujeito à Moda, não é, necessariamente, cumulativo.

O historiador João Braga (2014) historiciza a construção da palavra Moda:

Voltando à palavra moda, esta tem sua origem etimológica na língua latina e deriva de *modus*, que significa modo, maneira. Em algumas línguas neolatinas como o



português, o espanhol e o italiano, originaram palavra moda; em francês, outra neolatina, deu a palavra mode. (...) No caso da língua inglesa, de origem anglo-saxônica, a palavra moda, assim como modo, é fashion. Há algumas explicações para a origem desta palavra. Alguns teóricos dizem que se origina de facon, em francês, que significa modo, maneira, pois durante a formação do conceito de moda, que se deu entre o final da Idade Média e o princípio da Idade Moderna, período que coincide com a Guerra dos Cem Anos entre França e Inglaterra, e de um facon mal falado na Europa Insular, originou-se a palavra fashion. Para outros teóricos, a origem de fashion vem do latim facio, que significa fazer. Seja por intermédio de facon hoje facio, vale ressaltar que o étimo das duas palavras é o mesmo, portanto, acabam tendo uma mesma origem em relação com a palavra modo (BRAGA, 2014: 38).

Em seguida, Braga (2014) define etimologicamente a palavra Estilo:

(...) trata-se de um vocábulo de origem latina que provém de stilus, que por sua vez deriva da língua grega, especificamente stzlin, que significa ‘fazer um sinal com instrumento agudo’. Na Roma Antiga, o stilus era um objeto pontiagudo com o qual os romanos escreviam sobre superfícies (tabuinhas) enceradas, assemelhava-se à atual caneta. (...). Portanto, o stilus era um prolongamento do braço e da própria mão (BRAGA, 2014: 36).

É viável estabelecer uma relação entre os termos e compreendê-la. A Moda é um modo de fazer, de estar, e aqui, de vestir. Já o estilo diz respeito a algo forjado, incisivo, contudo, carrega em sua produção as subjetividades e senso estético de seu produtor. Assim, a Moda enquanto sistema de mudança pode ser alimentada por subjetividades momentâneas, efêmeras, que subsistem apenas ao seu breve ciclo de vida, ou pode ser perpassada constantemente por um estilo construído, consolidado, ainda que submetido à engrenagem da novidade.

As justificativas para o aparecimento da Moda são diversas, mas possuem um fator comum. O sociólogo pós-moderno Gilles Lipovetsky (1989), defende que a Moda é herdeira do sistema econômico capitalista. Ele e Frederic Godart (2010) – também francês e sociólogo - se aproximam quando defendem que ela é um fenômeno restrito ao Ocidente na Modernidade. É neste cenário que se desenvolvem as cidades. De acordo com a brasileira Gilda de Mello e Souza (2019), o gatilho para a engrenagem da Moda é o contato pessoal em função do cotidiano urbano, porque este fomenta um desejo de competir e o hábito de imitar. Ela adota as diferenças de classe e gênero para explicar o processo de imitação e diferenciação. A historiadora italiana Daniela Calanca (2011) manuseia a noção de amor por si mesmo para delinear o paradigma da Modernidade, que se justifica, de modo geral, na ascensão do humanismo e rompimento com a cosmovisão medieval. Ela entende que a Moda surge como um valor mundano a ser seguido, pois expressa valores da Modernidade como individualismo, estetização das formas e investimento no parecer.

Compreendido o pano de fundo em que a Moda se manifesta, é plausível apontar as primeiras mudanças e como elas se dão ao longo do tempo. A diferenciação do vestuário masculino e feminino no século XIV – e parece que há um consenso entre os autores sobre isso – é uma das primeiras mudanças relevantes e os homens jovens são os primeiros a adotar o vestir diferenciado.

Lipovetsky (1989) desenvolve uma *cronologia ficcional*⁴³ que é apropriada para a Moda. Ele a divide nos seguintes períodos: 1) A Moda Aristocrática; 2) A Moda de Cem Anos; 3) A Moda Aberta e 4) A Moda Consumada. A Moda Aristocrática começa em torno do século XIV, quando há uma diferenciação no vestuário a partir dos sexos. Este momento segue até o século XIX, quando a Alta Costura passa a direcionar a Moda, algo em torno de 1858, na Moda de cem anos. Por volta dos anos 1950 e 1960, o predomínio da Alta Costura é descentralizado pela Moda Aberta, com a ascensão da produção serial e democratização do acesso à Moda, nas figuras do *prêt-à-porter* ou *ready-to-wear*⁴⁴. Por fim, a Moda Consumada se dá a partir dos anos 1980 e 1990, quando é permeada por diversas instâncias como a publicidade, a beleza, disseminação, consumo, etc.

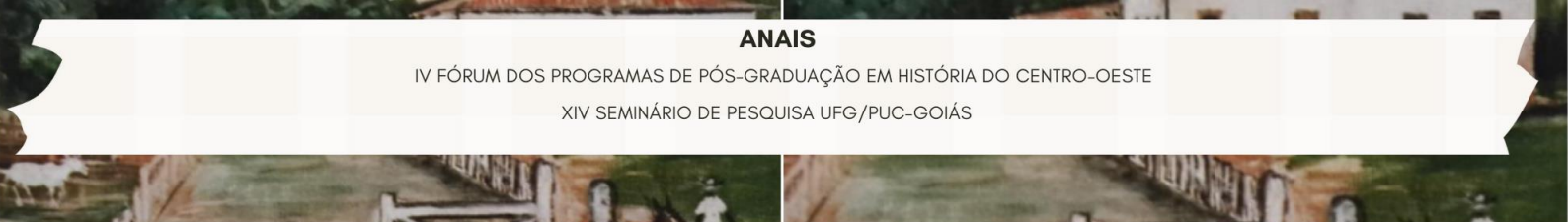
Partindo da cronologia de Lipovetsky, a reflexão segue para o período da Moda de Cem Anos. Ela é, inicialmente, um modo de produção singular de trajes femininos. O despontar deste *modus operandi* inusitado ocorre por volta da segunda metade do século XIX, ilustrado pelo criador inglês Charles Frederick Worth em seu ateliê em Paris.

Ele instaura como padrão o seu modo de produção quando funda a *Chambre Syndicale de la Couture, des Confectionneurs et des Tailleurs pour Dames* (1868) para respaldar os interesses dos costureiros parisienses. Desta feita, é considerado precursor e até fundador da Alta Costura por boa parte da historiografia de Moda. O estudo aqui proposto rechaça este *ídolo das origens*⁴⁵ e possui diversas críticas a este posicionamento historiográfico, porém, não cabe aqui discuti-lo. Esta instituição passou por diversas nomenclaturas e perdura até os dias de hoje sob o nome de *Fédération de la Haute Couture et de la Mode*. Ela se constitui de três sindicatos - Alta Costura, Moda Feminina e Moda Masculina - e é parceira do *Institut Français de la Mode (IFM)* no fomento e criação de escolas voltadas a todo o processo produtivo de Moda.

⁴³ “Os resultados da pesquisa se expõem de acordo com uma ordem cronológica. Certamente, a constituição de séries, o isolamento de ‘conjunturas’ globais, tanto quanto as técnicas do romance ou do cinema, tornaram flexível a rigidez dessa ordem, permitiram a instauração de quadros sincrônicos que renovaram os meios tradicionais de fazer interagir momentos diferentes” (CERTEAU, 2017: 93).

⁴⁴ Termos em francês e inglês, respectivamente, para as roupas com características de Moda prontas para vestir, advindas da confecção em série e não mais da Alta Costura.

⁴⁵ Título de texto na obra de Marc Bloch, **A apologia da História ou o ofício do historiador** (2001), que problematiza a ânsia em demarcar inícios para eventos históricos, quando eles são, geralmente, processuais.



Após esta breve historicização da Alta Costura enquanto gatilho da engrenagem de Moda, uma pausa se faz necessária para observar o objeto desta pesquisa – Chanel e sua grife - e, em seguida, estabelecer cruzamentos.

Gabrielle Bonheur Chanel nasce no interior da França em 1883, fruto da relação entre seu pai Albert Chanel, vendedor ambulante, e sua mãe, Jeanne Devolle, que oficializam a união apenas no ano seguinte. Com a morte da mãe, o pai envia Gabrielle e sua irmã ao orfanato Aubazine. Aos vinte anos trabalha como vendedora em Moulins. Ela tenta a vida como cantora em um café - que lhe rendeu o apelido Coco -, porém, sem muita perspectiva de sucesso. Junto disso, trabalha como costureira em um ateliê. Em sua vida noturna, conhece Étienne Balsan com quem vai viver, abandonando o trabalho no ateliê e no café. É nas rodas de amigos e no estilo de vida burguês de Balsan que ela se insere, frequentando as festas e corridas de cavalos. Para tanto, ela busca seu vestuário no guarda roupa do companheiro, ressignificando-o para si mesma. Neste momento em que há todos os excessos possíveis na indumentária feminina característica da Belle Époque, ela é o diferente, o desvio⁴⁶ ou o *extraordinário*⁴⁷. Ela produz chapéus para algumas mulheres deste círculo de amizades e roupas, em menor escala.

A ascensão profissional se dá, com o apoio financeiro de Arthur Capel, quando abre uma loja na cidade marítima de Deauville, em 1913. Ao início da primeira Grande Guerra, a estilista, diferentemente de outros costureiros em Paris, não fecha suas portas. As fontes mencionam que os conselhos estratégicos de Capel a ajudaram nesta decisão: as famílias ricas abandonaram rapidamente a capital e se refugiaram em Deauville. Onde mais as senhoras poderiam abastecer seus armários? É no contexto da guerra que a criadora prospera.

Ela continua a crescer abrindo lojas em Paris e Biarritz. Circula nas rodas de artistas e figuras emblemáticas. Estas relações, em boa medida, fomentam seus status: ela produz diversos figurinos para peças teatrais, roupas e acessórios para mulheres e artistas destes meios e, em contrapartida, teve seus modelos e nome reverberados em revistas, jornais e na literatura.

A década de 1920 denota seu sucesso quando, ao fim, é convidada para produzir figurinos do cinema hollywoodiano, operacionalizado na tentativa de animar uma população empobrecida pela crise de 1929. Na década de 1930 surge uma rival à sua altura: a italiana Elsa Schiaparelli. A disputa, ao contrário do que se imagina, rende bons frutos. Entretanto, ao ser declarada a explosão da Segunda

⁴⁶ Conforme Certeau (2017), o desvio é o trabalho dos historiadores para as diferenças existentes na continuidade, não mais o que é padrão. A observação se dá nas exceções e particularidades.

⁴⁷ “Essas situações únicas, feitos ou eventos, interrompem o movimento circular da vida diária no mesmo sentido em que a *bíós* retilinear dos mortais interrompe o movimento circular da vida biológica. O tema da História são essas interrupções - o extraordinário em outras palavras” (ARENDT, 2016: 72).



Grande Guerra, Chanel fecha suas lojas em Paris e se refugia na Suíça, retornando apenas ao fim da guerra.

O regresso é marcado pela convocação a depoimentos, haja vista que a estilista namorara um soldado nazista e o clima de divisão e revanchismo havia tomado conta de Paris. Pela intervenção de sua rede de contatos, ela não teve o mesmo tratamento das demais mulheres consideradas colaboracionistas. Retoma sua produção e reabre suas lojas nos anos 1950 quando a opulência da silhueta A, o New Look, de Dior, parecia ter suplantado a silhueta H, tão característica da modelagem de Chanel. Após o primeiro desfile ser considerado um fracasso, o segundo é divulgado nas revistas americanas como o retorno triunfal da já idosa costureira, que falece em 1981.

ATEMPORALIDADE E CHANEL, ALGUNS CRUZAMENTOS

Gabrielle Chanel é uma mulher que transita em diversos grupos sociais - subalternos, burgueses e artísticos. Neles, o mote da *liberdade de movimento* rege parte da sua ideia de vestimenta. Seja para o lazer efetivo ou a prática de esportes, e, posteriormente, o mundo do trabalho, a estilista tem uma experiência de quem vive, observa e pratica estas demandas. É neste *espaço de experiência*⁴⁸ que há alguns fatores que favorecem a perpetuação do estilo Chanel e a tal atemporalidade.

Produzir toda a sorte de roupas e acessórios com referências masculinas para um mundo feminino restrito às mulheres que frequentam a casa de Balsan poderia despontar um *horizonte de expectativa* muito breve, efêmero que é característico do sistema de Moda. “Quanto menor o conteúdo de experiência, maior a expectativa que se extrai dele. Quanto menor a experiência tanto maior a expectativa - eis uma fórmula para estrutura temporal da modernidade, conceitualizada pelo ‘progresso’” (KOSELLECK, 2006: 326). Esse movimento não acontece com as propostas de Chanel. As referências ao corte mais reto, adaptado da vestimenta masculina, não cai em desuso com o tempo, mesmo depois de bem explorados.

O Espaço de Experiência (EE1) da Belle Époque é o momento em que há toda a sorte de laços, flores, detalhes e excessos, além da desconfortável silhueta S garantida por espartilhos e anquinhos; é também o contexto em que Gabrielle Chanel está inserida. Ele projeta um Horizonte de Expectativa (HE1) em que a estrutura da modelagem se mantém a mesma, a mudança ocorrendo apenas em detalhes e cores. Contudo, ao apropriar-se da estética da indumentária masculina – silhueta H - para

⁴⁸ O espaço de experiência, como as palavras se propõem, diz respeito às vivências e recordações - ou vivências de outros - que se reúnem no agora, em uma espécie de passado no presente mais o presente. O horizonte de expectativa é o que há de vir a ser, algo que tende a, e é projetado a partir de um espaço de experiência (KOSELLECK, 2006).

cumprir o mote da liberdade de movimento, Chanel se torna diacrônica⁴⁹, ou seja, cria um novo Espaço de Experiência (EE2) que coexiste com o anterior (EE1).

Avançando, ela é uma *mulher produzindo para mulheres* e é a modelo de sua própria marca. Este desdobramento na temática de gênero - ainda que careça de maior respaldo teórico - pode ser mais uma hipótese de resposta para a permanência ou atemporalidade do estilo Chanel.

Quando lhe perguntaram a que se deve a sua vitória, ela mencionava noções muito simples: ‘é preciso que uma roupa tenha a lógica’, e era isso que ela respeitara. Na sua opinião, os modelos desses senhores - referindo-se a seus concorrentes masculinos - eram todos o contrário da lógica: ‘Ah! decididamente, os homens não são feitos para vestir as mulheres’. (CHARLES-ROUX, 2007: 359).

A apropriação do vestuário masculino pela estilista é, em boa medida, o cerne das memórias e identidades que constituem sua grife. Ela utiliza itens do guarda roupa masculino burguês - em alguns momentos as biógrafas dizem que isso é literal -, para formatar um modo de vida burguês feminino. “Usa sem nenhum constrangimento um sobretudo emprestado do barão Foy e uma gravata de Balsan. Ambos estão perplexos com sua estranha mania de ‘roubar’ suas roupas” (CHARLES-ROUX, 2007: 60).

A vestimenta masculina adequada ao corpo feminino insere a mulher como indivíduo autônomo no mundo público, ou seja, da mulher que circula e se movimenta fora dos ambientes privados, mesmo que sob a tutela de maridos ou pais. Historicamente, os excessos da aristocracia são abandonados pela moda masculina a partir da Revolução Francesa, enquanto a feminina não. É como se os homens vivessem o mundo burguês da Revolução Industrial e o vestuário feminino fosse uma permanência do Antigo Regime, um modo de vestir descompassado, mesmo com as mudanças próprias ao sistema de Moda. Ao que tudo indica, o que Chanel fez foi atualizar a vestimenta feminina que, cheia de excessos, parecia uma continuidade do Antigo Regime, enquanto, a indumentária masculina já havia sido transformada após as Revoluções Burguesas. Ao apropriar-se dela, a criadora parece ter formatado um modo de vestir feminino adequado para o mundo burguês. Ressalte-se que esta reflexão se dá à luz da historiografia de Moda e das fontes elencadas; reforçando, novamente, a carência de um respaldo teórico sobre as discussões de gênero.

Em se tratando da memória, o debate que auxilia nas discussões aqui propostas é a de *memória cultural*: ela é institucionalizada em suportes de memória - aqui, itens de vestuário - e trata de um passado distante, mítico. Seu objetivo é honrar os mortos, uma fama póstuma ou lembrança histórica.

⁴⁹ “Bem diferente é a estrutura temporal da expectativa, que não pode ser adquirida sem experiência. Expectativas baseadas em experiências não surpreendem quando acontecem. Só pode surpreender aquilo que não é esperado. Então, estamos diante de uma nova experiência. Romper o horizonte de expectativa cria, pois, uma experiência nova” (KOSELLECK, 2006: 313).

(ASSMANN, 2011; ASSMANN, 2016). Portanto, entende-se que Gabrielle Chanel atua em uma brecha: ela atualiza o vestuário feminino, adaptando-o para o mundo burguês. Deste modo, ela modela uma forma de ser e estar neste mundo e, conseqüentemente, constrói uma memória cultural que, conforme Rüsen (2009), possui longa permanência e, neste sentido, constitui identidade histórica.

Lançando mão das reflexões de Pierre Bourdieu e sua teoria dos campos, outro aspecto da atemporalidade atribuída a Chanel é que ela constitui seu *capital de autoridade*⁵⁰ no campo da Moda quando está imersa em grupos influentes. Os demais criadores o constroem marginalmente trabalhando em grandes *maisons* até se dissociarem, isto é, de *pretendentes*⁵¹ a *dominantes*. “Os recém-chegados são, na maior parte das vezes, desertores das ‘maisons’ estabelecidas que devem seu capital inicial de autoridade específica à passagem anterior por uma grande ‘maison’” (BOURDIEU; DELSAUT, 2001: 25). Já a estilista adentra o campo da Alta Costura, mas migra muito rapidamente de pretendente a dominante, e por produzir o diferente, arrebanha para si mais e mais autoridade.

Gabrielle Chanel soube quais memórias silenciar e quais produzir e oficializar sobre si mesma, bem como trabalhar suas redes de relações a seu favor. Ela desconversava sobre as suas memórias pessoais, principalmente as da infância e adolescência, vividas no orfanato e, posteriormente, em empregos subalternos. “O primeiro ato consciente de rebelião de Chanel foi mentir” (KARBO, 2010: 35). Em outro capítulo, a mesma autora diz que “ela repudiava o seu passado e mentia sobre seu lugar de origem” (KARBO, 2010: 87). Charles-Roux (2007) é mais sutil ao dizer que a criadora desconversava quando inquirida sobre o passado.

Neste sentido, o par dicotômico *memória oficial* e *memória subterrânea*⁵² cunhado por Michell Pollak, pode auxiliar no entendimento desta questão. Chanel relegava ao subterrâneo as memórias às quais julgava talvez traumáticas, infelizes. Quanto à mentira, não há maiores evidências ou fontes deste caso. Acredita-se que a construção narrativa da autora tem o intuito de provocar o público leitor ao dizer que ela era mentirosa. Contudo, ainda que exista a possibilidade da mentira, ela pode ser pensada, ainda à luz de Pollak, como uma ressignificação de uma *memória subterrânea modulada como memória oficial*. Retomando a discussão de Bourdieu sobre os entes participantes de

⁵⁰ O capital de autoridade é o acúmulo de recursos ou mecanismos de poder de um determinado campo. Ele é mensurado quando os pretendentes reconhecem o poder exercido pelos dominantes, mantendo, assim, a lógica da distinção (Bourdieu, 2007).

⁵¹ Para este grupo Bourdieu usa também os termos: recém-chegados, arrivistas, chegados tarde.

⁵² “A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (POLLAK, 1989: 8).



um campo, esse movimento de *silenciamento*⁵³ pode ter sido manuseado pela estilista no intuito de entrar no *campo* e angariar *capital de autoridade* mais rapidamente, uma vez que ela não trabalhou com criadores de Alta Costura antes, nem possuía um *capital cultural* significativo.

Seguindo, a biógrafa francesa reproduz algumas de suas falas que relatam como Chanel soube operacionalizar suas relações.

Empreguei pessoas da alta sociedade não para alimentar minha vaidade ou para humilhá-las - tive outras desforras, admitindo que as buscasse -, mas, como eu disse, porque me eram úteis e porque circulavam em Paris fazendo meu trabalho, enquanto eu descansava. (...) Graças a elas, eu estava a par de tudo (...) Como eu saía pouco, era necessário que estivesse informada do que se passava nas casas onde meus vestidos eram usados; adquiri o hábito, então inédito, de cercar-me de pessoas influentes para fazer a ligação entre mim e a gente fina (CHARLES-ROUX, 2007: 287).

Quando desponta o *prêt-à-porter*, sua proposta atende às demandas da nova burguesia, das mulheres transitando no mundo público. Então, ela é dominante em ambos campos - Alta Costura e *Prêt-à-porter* - e a reprodução de uma memória cultural e, conseqüentemente, as identidades sua e de sua grife, ligadas à emancipação do vestuário feminino corroboram para o aumento e permanência de seu capital de autoridade mesmo depois da morte de sua criadora.

Retomando o conceito de estilo apresentado no início deste texto, Gabrielle Chanel é consciente e materializa em diversos produtos de vestuário e adorno um modo de viver experienciado e adequado por ela mesma. Como as incisões do *stilus* romano nas tábuas, o estilo chanel é uma incisão no vestuário feminino do século XX. Ainda que as mudanças sistêmicas da Moda atuem, o molde estabelecido pela estilista se adapta e permanece. Suas roupas são resultado não somente das demandas cotidianas vividas por ela, mas também da sua percepção de mundo.

Por fim, ela soube manejar algumas situações inusitadas a seu favor - o acaso instrumentalizado -, como a manutenção de sua loja aberta durante a Primeira Grande Guerra, seus trabalhos nos figurinos hollywoodianos após a Crise de 1929, entre outros. Reavendo a ideia da Moda filha do capitalismo, e pensando que este sistema se retroalimenta das próprias crises, Chanel com seu estilo fez da Moda uma herdeira obediente.

FONTES

CHARLES-ROUX, E. **A era Chanel**. São Paulo: Cosac Naify, 2007. 384p.

⁵³ “Na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio – diferente do esquecimento – pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio ambiente” (POLLAK, 1989: 13).

KARBO, K. **O evangelho de Coco Chanel**: lições da mulher mais elegante do mundo. São Paulo: Seoman, 2010. 216p.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. O conceito de História - antigo e moderno. In: _____. **Entre passado e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016. p.69-126.

ASSMANN, A. Introdução. In: _____. **Espaços da Recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas, Unicamp, 2011, p. 15-27.

ASSMANN, J. Memória comunicativa e memória cultural. **História Oral**, v.19, n.1, 2016, p.115-128.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. A dinâmica dos campos. In: _____. **A Distinção**: crítica social do julgamento. 2ed. Porto Alegre (RS): Zouk, 2011. p.212-239.

_____. Alta Costura e Alta Cultura. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 154-161.

_____. Gênese e estrutura do campo religioso. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. Perspectiva: São Paulo, 2007, p.27-78.

_____.; DELSAUT, Y. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, nº 34, dez/2001, p.7-66.

BRAGA, J. Histórias: estilo e moda. **Rev. Dobras**, v. 7, n. 16, p. 36–38, 2014. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/28>. Acesso em: 28 jun. 2022.

CALANCA, D. **História Social da Moda**. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

CARR, E. H. O Historiador e seus fatos. In: _____. **Que é História?** 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.11-27.

_____. A causa na História. In: _____. **Que é História?** 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.75-91.

CERTEAU, M. de. **A cultura no plural**. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

_____. **A escrita da história**. 3ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

COLLINGWOOD, R. G. A imaginação histórica. In: _____. **A ideia de história**. Portugal: Editora Presença, 1981, p.287-306.

DEBOM, P. Worth, o precursor da alta-costura. **Rev Dobras**. Vol. 10, nº 21, mai 2017. p.80- 98. Disponível em: < <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/555/450> >. Acesso em: 26 ago. 2019.

GODART, F. **Sociologia da Moda**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

HUMBOLDT, W. Sobre a tarefa do historiador. In: MARTINS, E. R. (org). **A História pensada: Teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010. p.82-101.

KOSELLECK, R. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. p.305-327.

LAVER, J. **A roupa e a Moda: uma história concisa**. 1a ed. 14a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEHNERT, G. Os primeiros passos da Alta Costura. In: _____. **História da moda do século XX**. Colônia: Könemann, 2001.p. 6-9.

LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, p.3-15.

ROCHE, D. **A Cultura das Aparências: uma história da indumentária (século XVII-XVIII)**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia: International Journal and History of Historiography**, Ouro Preto, 2009, v.2 n.2,p.163-209.

_____. Tarefa e função de uma teoria da história. In: _____. **Razão histórica. Teoria da história. Fundamentos da ciência histórica**. Brasília: Ed. UnB, 2010. p.25-51.

SILVA, R. M. M. História da Alta Costura. In: _____. **Alta Costura e as aproximações da Moda com a Arte**. Dissertação de mestrado. Design de Moda. Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2018. p. 47-63. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.6/9343>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SOUZA, G. de M. **O espírito das roupas: a moda no século XIX**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2019.

A PAISAGEM CULTURAL EM ÁGUAS DE SÃO JOÃO-GO: IMAGENS & SENTIDOS

Marlon Teixeira de Faria⁵⁴

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade analisar o simbolismo existente na relação da religiosidade cristã e as minas de águas sulfurosas e a tradição dos milagres e curas obtidos pelo seu uso, no distrito de Águas de São João-GO. Ademais, buscou-se apresentar elementos da pesquisa de mestrado em desenvolvimento cujo objeto de estudo é o referido distrito goiano. O conceito de paisagem cultural norteará a análise, uma vez que, por ele, a relação entre o distrito e seus habitantes pode ser apreendida no campo da percepção. Parte-se da ideia de que nenhuma mudança na sociedade está esvaziada de sentido, dessa forma pensar na paisagem cultural de Águas de São João implica pensar em suas constituições sociais e identitárias. Visando entender como a tradição dos casos de milagres das águas sulfurosas, pode coexistir com a influência cristã no distrito, essa pesquisa se fundamenta metodologicamente por meio de: revisão bibliográfica sobre os temas águas, simbolismo, paisagem, lugar, identidade e religiosidade; análise de visualidade, a partir da identificação dos símbolos existentes no espaço físico do distrito; e pesquisa de campo, com a realização de entrevistas, que permitiram entender localmente a constituição identitária do distrito.

Palavras-chave: Águas Sulfurosas; Águas de São João; Paisagem Cultural; Religiosidade.

INTRODUÇÃO

O ser humano tem como uma de suas marcas a transformação do meio em que vive, seja no sentido superficial/estrutural e/ou profundo/simbólico. O distrito de Águas de São João-GO, pertencente à cidade de Goiás, não foge ou escapa a tais modificações. Inicialmente, o local está onde dava-se lugar a uma fazenda, nomeada *São João da Gurita* estando localizada numa região conhecida por *Piedade*. Ao longo dos anos foi habitada tendo como pano de fundo narrativas que se traduzem em expressões de fé e esperança, além da busca por trabalho.

Para refletir sobre a constituição social do distrito a partir da temática do simbolismo religioso, se faz necessário o diálogo com o conceito de Paisagem Cultural. Apresentado por Carl Sauer (2012), o conceito pode ser definido da seguinte maneira: “é modelada a partir de uma paisagem natural por

54 Graduado em História, mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina – Cidade de Goiás-GO. E-mail: marlon.hist.inf@gmail.com. Orientadora: Professora Dr.^a Luana Nunes Martins de Lima. Bolsista do programa de bolsas da UEG.



um grupo cultural. A cultura é o agente; a área natural, o meio; e a paisagem cultural, o resultado.” (2012: 209). Desse modo, os elementos elencados nesta pesquisa são as minas de águas sulfurosas e a Capela em homenagem a São João Batista⁵⁵, considerando a dimensão social e simbólica que ambos trazem ao distrito.

Em Águas de São João, a religiosidade pode ser percebida na realização das missas, celebrações, com destaque para a Festa em adoração a São João Batista, padroeiro do local e, que dá nome ao local onde está localizada. Já, sobre as águas sulfurosas, segundo Dantas (2014), carregam em si diversas narrativas de curas, milagres e descobertas. Logo, o interesse em questão é refletir sobre a coexistência entre esses dois elementos.

Após analisar as ponderações feitas por Mircea Eliade (2018) sobre as categorias de sagrado e profano, esta pesquisa passa a se atentar às seguintes questões: como a religiosidade e a tradição das águas sulfurosas se intercalam, aproximam e distanciam? E como uma reflexão no campo da visualidade pode ajudar a entender o simbolismo construído no distrito ao longo dos anos?

Destarte, a pesquisa utiliza de conceitos históricos e geográficos, tais como simbolismo, paisagem, paisagem cultural, lugar e monumento de modo que seja possível analisar a historicidade local e a constituição de sentido que ali são produzidas a partir dos indivíduos.

A MINAS DE ÁGUA SULFUROSAS E A CAPELA: O ESTRUTURAL E O SIMBÓLICO EM ÁGUAS DE SÃO JOÃO

O distrito possui atualmente uma população de 498 pessoas⁵⁶, tendo em vista se tratar de um local pequeno, a população local muitas vezes necessita se deslocar em busca de serviços que não são ofertados no distrito, tais como instituições escolares de nível médio e superior, tratamentos médicos, entre outros. Nesses casos, os municípios vizinhos Matrinchã, Itapirapuã e Jussara são os mais procurados, tendo em vista a proximidade.

Segundo Dantas (2014), o surgimento do povoado de São João ocorre por entre os anos de 1920 e 1930, tendo como principais atividades econômicas a criação de gado e a agricultura. Todavia, segundo o autor, as águas sulfurosas já eram conhecidas antes desse período. A descoberta das águas até o momento não possui registros de quando ocorreu, porém, relatos locais, como observado por

55 Conforme apresentado pela Arquidiocese de Sorocaba (2022): “São João Batista nasceu em Aim Karim, cidade de Israel que fica a 6 quilômetros do centro de Jerusalém. Sua mãe Santa Isabel, era prima de Maria Mãe de Jesus. São João Batista foi consagrado a Deus desde o ventre materno. São João Batista é o primeiro mártir da Igreja e o último dos profetas. Sua festa é celebrada no dia 24 de junho – solenidade da Natividade de São João. Em sua missão, ele pregou a conversão e o arrependimento dos pecados manifestos através do batismo. João batizava o povo daí o nome João Batista, ou seja, João aquele que batiza”.

56 Dados referentes ao Censo de 2010, base de consulta utilizada: sinopse por setores.



Dantas (2014), trazem uma série de narrativas que mantém viva na memória coletiva local a importância das águas para as pessoas que por ali já passaram ou ainda vivem.

Um evento de destaque sobre a simbologia das Águas Sulfurosas ocorreu em 1934, quando são publicadas duas edições da revista Informação Goyana, na cidade do Rio de Janeiro-RJ. Na primeira publicação foi abordado de forma geral a importância das águas e sua exploração como forma de dinamizar a economia local, trazendo comparações com outros locais do Brasil, tais como Poços de Caldas, em Minas Gerais. Já a segunda publicação conta com relatos da localidade até benefícios do uso das águas sulfurosas para a saúde, como a fala de Eduardo Sócrates: “O que há de positivo é o seu grande poder curativo verificado por parentes meus, que a usaram vantajosamente.” (1934: 14).

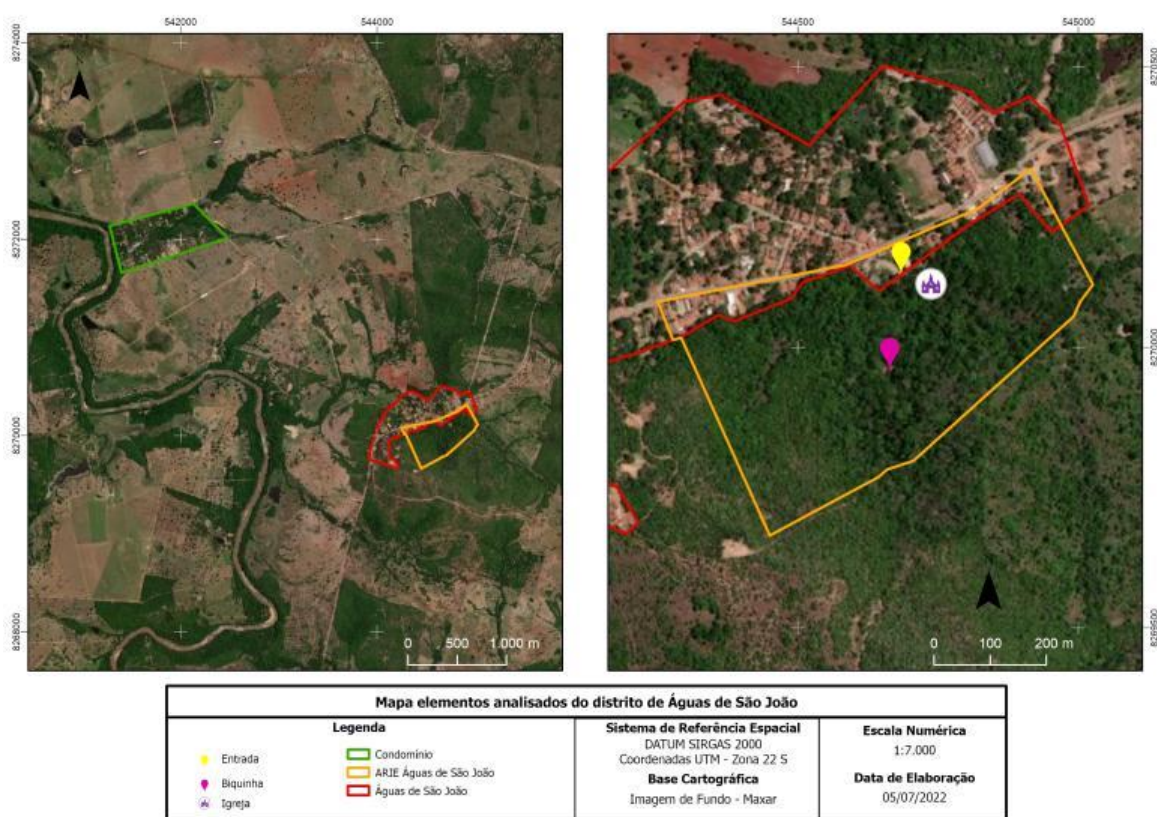
As pesquisas de campo realizadas por Oliveira (2003), Dantas (2014) e Monteiro *et al* (2016), apresentam trechos de falas pelas quais fica evidente que uma parcela da população, mesmo nesse período de tempo (cerca de 69 a 80 anos), mantém as águas sulfurosas como um elemento milagroso, que consegue trazer para enfermidades diversas. Entre os relatos orais que os autores citados identificaram em suas pesquisas, nota-se que o uso das águas sulfurosas foi feito por motivos distintos, dentre os quais destaca-se para o tratamento da lepra, doença atualmente conhecida como hanseníase.

Já nos relatos obtidos durante as entrevistas realizadas para a pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento, alguns dos entrevistados falaram sobre outras formas de uso para as águas, como tratamento para problemas estomacais, bem como em benefício para pele e cabelo⁵⁷. Um ponto comum nas falas dos entrevistados é a relação entre o costume do uso das águas e a melhora das dores corporais.

Conforme Dantas (2014)⁵⁸, após os anos 2000, a região das minas de águas sulfurosas ganhou foco e maior cuidado: por meio do Decreto Nº. 5.182, de 13 de março de 2000, a área foi oficializada como Área de Relevante Interesse Ecológico (ÁRIE). Em termos legais, essa medida tem como objetivo à preservação do local, instituindo normas que visam resguardar os bens naturais do distrito, tal como pode-se observar no “Art. 2º - A Área de Relevante Interesse Ecológico instituída no artigo anterior destina-se a preservar os mananciais, a flora, a fauna e o paisagismo na área de surgimento das águas sulfurosas do Distrito de São João.” (GOIÁS, 2000, p. 1).

57 Mais detalhes estão em andamento. Entretanto, até o momento, percebe-se que as águas estão associadas às enfermidades de maior gravidade e a simples ações simples como o banho.

58 Conforme exposto pelo autor: por volta dos anos de 1960, Carvalho Franco que gerenciava o Grande Hotel em Goiânia conseguiu, por meio do Decreto nº 44.972, de 2 de dezembro de 1958 explorar as águas que das minas brotava. A ideia foi de aproveitá-las para fins mercadológicos. Com o intuito de aumentar a vazão de águas das minas foi considerada a ideia de implodir as minas. Entretanto, a população se posicionou contra levando o empresário a desistir da ideia.

Figura 1: Localização do distrito, ÁRIE, Minas de águas sulfurosas e Condomínio.**Fonte:** Pequim Mapas, 2022.

Atualmente o distrito de Águas de São João possui o turismo como um dos elementos que dinamizam sua economia⁵⁹. Um dos principais locais onde ocorrem as atividades turísticas e movimentação decorrente da realização da Festa em adoração a São João Batista é a praça, próxima à capela e às minas d'água sulfurosas. Para além do espaço urbano, é possível identificar no trecho praça-capela-mina a composição de um simbolismo que mescla a tradição local – entre a crença em milagres – e, a existência da tradição religiosa, marcada pela existência da capela.

A partir da análise deste trecho, retorna-se ao conceito de paisagem e partindo as reflexões de Carl Sauer (2012), que afirma que cada paisagem “(...) tem uma individualidade, bem como uma relação com outras paisagens, e isso também é verdadeiro com relação às formas que compõe a paisagem.” (2012: 188). Esse conceito, conforme exposto, deixa de ser uma visão enquadrada da natureza limpa da ação humana, mas sim a paisagem enquanto resultado da relação desenvolvida entre o ser humano e o meio ambiente em que habita. Nesse sentido, as mudanças e/ou transformações

⁵⁹ Tendo em vista o turismo local, no ano de 2010 foi realizada construção do Condomínio Paraíso do Rio Vermelho, figura 1, o que significou maior fluxo de pessoas pela região.

não figuram apenas nas formas materiais (estruturas e construções), mas também como sentidos e simbolismo que são produzidos mediante a intencionalidade humana. Segundo Sauer (2012):

As ações do homem se expressam por si mesmas na paisagem cultural. Pode haver uma sucessão dessas paisagens com uma sucessão de culturas. Elas derivam, em cada caso, da paisagem natural, com o homem expressando seu lugar na natureza como um agente distinto de modificação. [...] A paisagem cultural, então, é sujeita à mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas. (SAUER, 2012: 209)

Deste modo, pensar a paisagem a partir do conceito de paisagem cultural é levar em consideração a ação humana para com o meio em que se vive, bem como quais as suas motivações e interesses, individuais ou de grupos.

Abaixo, duas fotografias⁶⁰ que buscam ilustrar de forma prática a localização de uma das minas de água sulfurosas e os banheiros, construções que promovem a aproximação e permanência das pessoas no espaço. Segundo relatos dos moradores, eram comuns no local a realização de passeios, piqueniques familiares, bem como a visita de pessoas em busca - das águas e do barro – que segundo alguns moradores, também possui propriedades curativas.

Figura 2: Fonte e Bica d'água sulfurosa	Figura 3: Banheiro
	
Fonte: Acervo pessoal, 2022.	Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Conforme observado por Dantas (2014) e por Oliveira (2003), o vilarejo que antes atendia a uma demanda local, com foco em atividades rurais, agora recebia visitantes de outros municípios e até mesmo de outros estados, que vinham em busca de tratamento para doenças e enfermidades. A

⁶⁰ As fotografias foram tiradas em janeiro de 2022. Tendo em vista o contexto pandêmico, notou-se pouco fluxo turístico. No entanto, até então o local recebia manutenção de modo a atender o público local e os turistas.

crença em curas e milagres, nesse aspecto, contribuiu para o desenvolvimento local e ainda para a difundir as narrativas e tradições culturais presentes no distrito e vinculadas à sua origem.

Contudo, as águas sulfurosas não foram as únicas responsáveis pela construção do simbolismo que existe em Águas de São João. Como anteriormente abordado, a religiosidade era uma das características do local, antes mesmo de sua elevação à condição de distrito, o que, em certo sentido, pode ser percebido pelo nome local e da região. No ano de 1963 foi construída a Capela em homenagem a São João Batista, mesmo ano de realização da primeira Festa em louvor a São João. De acordo com Dantas (2014) a capela em homenagem a São João Batista fora construída em 1963 com a ajuda dos fazendeiros e moradores da região. Cinco anos depois, em 1968, conforme Lei Estadual Nº. 6.944, de 19 de junho de 1968, o vilarejo passa à condição de distrito.

Figura 4: Capela e Salão Paroquial	Figura 5: visão do local da Capela
	
Fonte: Acervo pessoal, 2022.	Fonte: Acervo pessoal, 2022.

Ao se observar as figuras 4 e 5, considera-se pertinente o diálogo com o conceito de monumento, apresentado em Roberto Lobato Corrêa (2013), pois, ainda que o ponto central da análise seja o simbolismo oriundo das águas sulfurosas, a capela construída próxima das minas faz com que ali seja criada uma relação simbólica entre a fé no elemento e a fé no santo, remetendo, de certa forma, a uma proximidade entre costumes e sacralidade.

Segundo Corrêa (2013), a construção de um monumento não deve ser vista de forma neutra, entendendo que uma determinada construção consegue exprimir valores e ideias a quem a observa. Em vista disso, é possível perceber que a construção da capela não mudou a religiosidade que ali já existia, no entanto, “sua construção representou um marco na organização social daquele lugar” (DANTAS, 2014: 33).



Um exemplo que apresenta similaridades com o distrito de Águas de São João é o caso do Lago Saint-Andéol, na cidade de Montes Aubrac, na França, conforme apresenta Eliade (2016). Segundo o autor, a devoção às águas nesse local ocorria mediante a realização de festas que duravam cerca de três dias, nas quais as pessoas chegavam em carroças e permaneciam em volta do lago. Segundo o autor, as pessoas

levavam, em sinal de oferenda, roupas brancas, peças de vestuário, lãs, queijos, bolos, etc. No quarto dia levantou-se grande tempestade seguida de chuva (tratava-se, evidentemente, de um rito bárbaro para conjurar a chuva). Um padre, Parthenius, depois de ter tentado, em vão, convencer os camponeses a renunciarem a este cerimonial pagão, construiu uma igreja, para a qual os homens acabaram por levar as oferendas destinadas ao lago. No entanto, o hábito de jogar na água do lago objetos usados e bolos conservou-se até o século XIX: os peregrinos lançavam ao lago camisas e calças, sem compreenderem o sentido desses atos. (ELIADE, 2016: 163)

A análise do caso do Lago Saint-Andéol pode oferecer elementos sobre um cenário no qual passam a coexistir duas percepções: uma sagrada e outra profana. A religiosidade, nesse caso, não se manifesta como oposição ou combate aos peregrinos que prestavam oferendas ao lago, mas sim como um elemento a mais, que passou a centrar algumas das práticas que eram destinadas ao lago. Não cessaram as oferendas e nem fora santificado o lago, ambas seguiram coexistiram.

Desta maneira, tanto no caso do Lago Saint-Andéol como na área onde estão localizadas a capela e as minas de águas sulfurosas, existe um espaço atravessado por narrativas e crenças distintas. Por meio da pesquisa realizada e da revisão bibliográfica, pode-se classificar o ambiente de cada uma, como espaço sagrado e profano. No entanto, na medida em que foram realizadas as entrevistas percebeu-se que não há uma postura de afastamento ou negação. Há a convivência entre ambos os aspectos de sacralidade e profanação. Não se percebe um combate entre as duas, mas uma coexistência na qual os fiéis participam, tanto das missas bem como fazem uso das águas. Um exemplo que pode ser apresentado está na fala do entrevistado 4:

uma religiosidade muito forte... na... na figura de São João Batista... porque na tradição bíblica... ele é um batista... é aquele que batiza... Então... muitos pais faziam promessas... ao... muitos anos atrás de levarem os filhos *pra batizar* em Águas de São João... por conta do padroeiro... então por exemplo... se hoje se vai... na paróquia responsável... pela igreja de São João... que é a paróquia São Domingos em Itapirapuã...vai perceber que há centenas de registros de batizado realizado sempre no mês de julho...de pessoas que não são do município... gente que ia de Goiânia... Brasília... da redondeza também é claro... mas de diversos lugares... *pra batizar* em Águas de São João... por conta de uma tradição... se batizar na cidade do Batista... daquele que batiza na bíblia... daquele que... batizou Jesus né? Então... por muito tempo se teve essa cultura... até que ((entrevistador pigarreou)) por volta de *deiz* anos *atrás*... mais ou menos... acabô... o antigo pároco que passou pela



cidade... ele achava que não podia fazer mais batizado durante a festa... que batizado deveria ser feito... ao longo do ano... e nunca *num* festejo... assim... eh por isso acabô... (ENTREVISTADO 4, 2022)

Essa fala condiz com as formas de coexistência que aqui são exploradas. Sabe-se da presença do elemento águas no batismo, algo então trivial. Seja feito numa igreja, no momento específico ou num rio, como se vê em determinadas religiões. No caso de Águas de São João, soa diferente devido a pessoa ter que deslocar de um local para ser batizada com as “águas do São João”, tal como apresentado pelo entrevistado 4. A relação, neste caso, ultrapassa a nomenclatura, adentra a vida prática e conecta o religioso e o profano de maneira em que as “águas milagrosas” do distrito passem a representar as águas de São João Batista que serão utilizadas no batismo.

Outro relato coletado versa sobre um fato que se perde entre as memórias e tradições que o local sustenta, apresentando uma visão sobre as duas tradições locais juntas, não se excluindo, mas se acolhendo. Segundo a Entrevistada 3, considerando a relação entre a religião e as águas sulfurosas: “(...) eu não sei se foi um caso que me contou ou se tá no livro... éh... que encontraram uma imagem de São João na fonte dessa água... e aí... ah... Daí passou a ser as águas de São João... éh... As águas milagrosas de São João.” (ENTREVISTADO 3, 2022)

A fé e a busca pelo milagre e a crença marcam o distrito, que atualmente sempre se encontra vinculado à religiosidade e o uso das águas sulfurosas. Considerando as falas obtidas durante a pesquisa de campo realizada foi possível identificar que, para os moradores, não há problemas entre a coexistência do sagrado e do profano. A questão que passa agora a centralizar nossa atenção é como ocorre simbolicamente essa coexistência de narrativas e tradições.

A HISTÓRIA, O OLHAR E A IMAGEM: O QUE SE VÊ E COMO SE VÊ?

Se um monumento construído não está separado da intenção de transmitir uma mensagem, qual foi a pretensão pela qual a capela fora construída próxima às minas de água sulfurosas? Para responder tal indagação, se faz necessário pensar sobre aspectos da visualidade e como podem criar um sentido/mensagem a quem os vê.

Ao analisar a Figura 6, a seguir, podem ser observadas as seguintes características: um ambiente marcado pela existência da ação humana em meio a natureza, um espaço sagrado devido a presença de uma capela, um local turístico devido a presença das minas de águas sulfurosas ou mesmo um espaço de lazer, a praça.

Figura 6: Minas d'água, Praça, Capela e Salão Paroquial**Fonte:** Acervo pessoal, 2022.

Destarte, não basta que sejam apenas identificados os elementos que compõe essa paisagem. O olhar aqui empreendido está baseado nas ponderações feitas por Corrêa (2013) e Gomes (2013), que, por de suas reflexões mostram a importância de questionar nos locais, edificações ou elementos construídos em busca de compreender as pretensões por trás de suas localizações.

Segundo Gomes (2013), “(...) a visibilidade depende da morfologia do sítio onde ocorre, da existência de um público e da produção de uma narrativa, dentro da qual aquela coisa, pessoa ou fenômeno encontra sentido e merece destaque.” (2014: 90). Entende-se, dessa forma, que refletir sobre a visualidade de uma construção/monumento vai além da observação estrutural, mas de uma compreensão do contexto e simbolismos dos elementos em questão. Pode-se dizer que a disposição estrutural do que fora construído faz parte de um conjunto de táticas com finalidade de produzir/criar uma mensagem.

Outrossim, pode-se entender a existência de uma estratégica no que se refere a apresentação ou construção de um bem, ou monumento. Sobre as imagens, segundo Gomes (2013: 92): “(...) competem pela visibilidade: quanto mais ampla, melhor. Quanto maior o público atraído para a contemplação das imagens, maior a sensação de que elas atenderam aos objetivos de fixar a atenção.”



(GOMES, 2013: 92). Esse trecho expõe uma reflexão em que o autor analisa a percepção das imagens na modernidade, entretanto tais ponderações podem ser bem evidenciadas no cotidiano atual, basta perceber o alto número de propagandas cada vez mais elaboradas e na arquitetura das construções modernas. E em Águas de São João de forma implícita, considerando a dimensão, profundidade e distância entre os elementos observados.

A Figura 6, nesse sentido, passa de uma mera fotografia, mostrando alguns elementos do distrito que expõe uma relação social/estrutural que projeta um simbolismo que pode ser evidenciado através da posição de um elemento em detrimento de outro. A forma em que se encontram dispostos cada um dos bens apresentados expõe a tendência de que a capela passe a ter um ângulo de visão superior, ficando no alto se comparada a presença das minas de água sulfurosas.

Na relação entre a religiosidade e o espaço, observa-se que:

As instituições religiosas, por outro lado, ao construírem seus templos e outras formas simbólicas, materializam o local do culto e exibem o poder da instituição ao comunicar a mensagem religiosa proclamada, que une e identifica a comunidade de seus fiéis. (CORRÊA, 2013: 75)

Ao visualizar a Figura 6, o leitor na posição de observador, perceberá que a capela se encontra no alto, no fim de um pequeno percurso. Para se chegar a esse ponto mais elevado deve-se sair de sua base, local onde se encontram algumas minas de águas sulfurosas. Toda caminhada que se inicia próximo às minas se encerra no espaço da capela, lugar com maior destaque e visibilidade para quem ali se encontra.

Para fins de exercício de percepção, pode-se tomar como formas comparativas as Figuras 4 e 5. A primeira apresenta o campo de visão de quem chega, já a segunda a de quem está retornando à base. Assim, para quem segue o percurso sempre vê a capela como ponto de chegada no alto, já, para quem retorna, a visão que se tem será das minas de águas sulfurosas na parte mais baixa do terreno.

Com base nos estudos realizados, até o momento, compreende-se que a construção da capela em um local superior, em detrimento de onde são encontradas as minas de água sulfurosas não foi desprovida de sentido. Mas pode revelar uma relação simbólica que, em certo sentido, expressa os interesses de um grupo, bem como de uma cultura, marcada pela influência cristã. Levando em conta as proposições de Gomes (2013) e Corrêa (2013), a disposição desses elementos pode revelar a pretensão de se colocar com grau de maior importância os valores e a fé cristã, se comparadas às Águas e suas narrativas de milagres. Em outras palavras, pode-se perceber a sacralização de um espaço não sagrado, local em que se fala de milagres, lembrados pela tradição e narrativa popular.



Por meio das pesquisas de Oliveira (2003), Dantas (2014) e Monteiro *et al* (2016), fica expresso que a religião não interfere no ato de conhecer as águas, nesse sentido não há uma postura religiosa que leve o fiel a negar ou deixar de usar as águas. Considerando algumas conversas realizadas com moradores foi possível perceber que quando missas/celebrações são realizadas por membros da Igreja, vindos de outras cidades, não há menção alguma sobre elementos que possam caracterizar ou ressaltar o caráter de ‘água milagrosa’. Postura distinta, segundo a Entrevistada 5, ocorre no dia de São João⁶¹. O Entrevistado 4, seguindo a mesma lógica, explica que no que se relaciona a Igreja não havia menções e/ou preocupações com as águas e as narrativas dos milagres. Ressalta ainda que quem mantém essa tradição viva são os ‘leigos’ que vivem no local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que fora exposto, percebe-se que a relação entre a sacralidade cristã e relatos de milagres das águas sulfurosas coexistem no distrito em um sentido que pode-se presumir harmonioso. A população, bem como os turistas, sentem-se à vontade ao presenciar uma celebração religiosa e depois fazer uso das ‘águas milagrosas de São João’. Fazendo dessa uma das características locais que promovem uma acolhida às pessoas que passam a notar a história do distrito amalgamada entre as relações do sagrado com as narrativas de esperança e fé dos moradores locais.

De acordo com Oliveira (2003), Dantas (2014-2016) e Monteiro *et al* (2016), percebe-se não haver no entendimento das pessoas uma ligação das águas sulfurosas e seus milagres com a religiosidade cristã. No entanto, com base nas entrevistas realizadas para esta pesquisa, percebe-se que ainda existem algumas falas que associam as duas visões, as águas com o divino, como por exemplo, dizer que quanto descobertas as águas sulfurosas fora encontrada numa das minas uma imagem de São João Batista.

Não se pretende criar uma reflexão que contribua com a segregação dos elementos e/ou das histórias, mas pensá-las em suas aproximações e distanciamentos. Essa ótica pode abrir as portas para se pensar nas relações de simbolismo que foram desenvolvidos ao longo dos anos e que foram importantes no processo de construção da identidade local.

O sagrado e o não sagrado, o popular e o divino, tais ideias, em certo sentido, se juntam de forma a compor formas de ver e sentir o distrito. Ficou perceptível, até o momento, que Águas de São João se forma nessa relação. Não apenas a religiosidade e nem as Águas, ambas. Essa coexistência

61 Segundo a Entrevistada 5, os assuntos pouco se misturam com exceção na missa do dia de São João em junho onde são feitos comentários sobre o Santo e sobre as Águas.



faz do distrito um espaço com grande potencial simbólico (e turístico), no qual as populações, assim como turistas, convivem entre essas duas visões que, acima de qualquer credo, se manifesta pela marca da fé e esperança.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE SOROCABA. **São João Batista, o precursor de Jesus**. Disponível em: <<https://arquidiocesesorocaba.org.br/sao-joao-batista-o-precursor-de-jesus/>> Acessado em 08 de junho de 2022.

ARTIAGA, Zoroastro. **Águas de São João**. In: DAHER, Nice Monteiro. Velhos portais. Goiânia: Kelps, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Monumento, política e espaço**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: uma antologia 2. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

DANTAS, Dallys. **A formação do distrito de São João (município de Goiás) e sua dinâmica territorial**. Ateliê Geográfico, Goiânia-GO, v. 10, n. 3, p. 215-233, dez./2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/44856>. Acesso em: 30 set. 2020.

DANTAS, Dallys. **O distrito de São João, município de Goiás-GO: Formação e dinâmica territorial**. Monografia de graduação. Curso de Graduação em Geografia, Institutos de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**: a essência das religiões. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

ELIADE, Mircea. **Tratado de História das Religiões**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

GOIÁS (Estado). **Lei Nº. 6.944, de 19 de junho de 1968**. Cria o Distrito de São João, no município de Goiás. Diário Oficial [do] Estado de Goiás, Goiânia, n. 10.597, 14 ago. 1968.

GOIÁS (Estado). **Decreto Nº. 5.182, de 13 de março de 2000**. Dispõe sobre a criação de Área de Relevante Interesse Ecológico (ÁRIE) Águas de São João, no Distrito de São João, pertencente ao Município de Goiás e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado de Goiás, Goiânia, n. 18.386, 16 mar. 2000.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **O lugar do olhar**: elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

IBGE. **Sinopse por setores**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: 01 junho. 2022.

MONTEIRO, Ana Maria Antunes; NETO, João Damasio da Silva; NOVAIS, Kaito Campos de; GUIMARÃES, Luisa; SIGNATES, Luiz. **Águas de São João: da legitimação religiosa ao surgimento do mito**. Mídia e Desigualdade. Goiânia: PPGCOM/Gráfica da UFG, v. 1, p. 106-127, 2016.

OLIVEIRA, Márcio Nunes. **Águas Sulfurosas em Águas de São João**. Monografia de graduação, Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Goiás. Goiás, 2003.

SAUER, Carl O. **A morfologia da paisagem**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia Cultural: uma antologia 1. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

SÓCRATES, Eduardo Arthur. **Águas sulfurosas em Goyaz**. In: Revista A Informação Goyana. Rio de Janeiro, ano XVIII, nº 3, v. 19, p. 14, out. nov. 1934.

ENTREVISTAS

Entrevistado 3 - M, S, G. Entrevista concedida a Marlon Teixeira de Faria. Jussara, 24/04/2022.

Entrevistado 4 - G, C. Entrevista concedida a Marlon Teixeira de Faria. Jussara, 03/05/2022.

Entrevistado 5 - O, S, T, P. Entrevista concedida a Marlon Teixeira de Faria. Jussara, 06/07/2022.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES LÉSBICAS NO JORNAL GAY LAMPIÃO DA ESQUINA

Nayara Brito Pereira⁶²

RESUMO

Em abril de 1978 foram distribuídas cópias da primeira edição do jornal *Lampião da Esquina*. Sendo a primeira de 37 edições veiculadas entre 1979 e 1981, o *Lampião* foi idealizado, produzido e publicado por homens gays, tendo como objetivo alcançar homossexuais por todo Brasil, em um movimento de debater e se desfazer de estigmas, retirando os homossexuais das trevas e da “vergonha” de ser quem se é. Não apenas isso, o periódico afirmou discutir e abranger questões relacionadas aos negros, mulheres e indígenas. Diante dessa afirmação encontramos a seguinte questão: teriam as mulheres lésbicas de fato participado de um jornal produzido por e para homens gays? Com isso, o presente projeto de pesquisa de dissertação de mestrado acadêmico tem como objetivo compreender como se deu a presença das mulheres lésbicas no jornal *Lampião da Esquina* em todo seu período de publicação.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no mestrado acadêmico em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Ingressante no programa no ano de 2021, o trabalho está em fase de escrita do relatório para qualificação previsto para o segundo semestre do corrente ano.

O jornal *Lampião da Esquina* foi um periódico publicado inicialmente em abril de 1978, perdurando mensalmente até julho de 1981, somando 38 edições regulares e 3 edições extras. Formado por homens gays oriundos das mais diversas áreas como Jornalismo, Letras, Artes Plásticas e Cinema, apresentaram o periódico com o objetivo de viabilizar a saída dos homossexuais dos guetos e sombras na sociedade, com a garantia de discutir os estigmas, preconceitos, discriminação, dos medos e silêncios das minorias oprimidas. E por minorias oprimidas o jornal afirmou oportunizar também a expressão das mulheres, negros e indígenas, se apresentando enquanto um meio de luta e resistência frente às opressões (CONSELHO EDITORIAL, 1978, p. 2). Por se tratar de um jornal

⁶² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso sob orientação do professor Dr. Edvaldo Correa Sotana, bolsista CAPES. Email: nayarabrto@gmail.com.



homossexual feito principalmente por e para homens gays, a seguinte questão foi levantada: as mulheres lésbicas estiveram presente no periódico? Essa pergunta aparece principalmente ao encontrar na edição de nº 12 de março de 1979 um texto provocativo assinado pelo editor e colaborador Aguinaldo Silva, afirmando que as lésbicas se furtavam de publicar no Lampião, mesmo o periódico estando de “portas abertas” para a participação das mesmas (SILVA, 1979, p. 2). Diante disso essa pesquisa tem como objetivo compreender em que medida as mulheres homossexuais estiveram presente no jornal Lampião da Esquina no decorrer das suas publicações.

JUSTIFICATIVA

O estudo dos jornais pela historiografia teve início na década de 70, ao mesmo passo em que a imprensa começou a ter a sua história estudada, também foram despertados os estudos por meio dos periódicos (LUCA, 2008, p. 118). É possível visualizar iniciativas pioneiras nesse sentido com os trabalhos de Arnaldo Contier, Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado. Contier em 1973 realizou estudo a partir da Linguística e Semântica para investigar o vocabulário político social em um conjunto de jornais publicados entre 1827 e 1835 (LUCA, 2008, p. 118). Já Capelato e Prado realizaram pesquisas de mestrado posteriormente publicadas em 1980 em livro intitulado *O bravo matutino*. As autoras analisaram os editoriais do periódico *O Estado de S. Paulo* (1927 – 1937) e evidenciaram a autuação do matutino enquanto um porta voz de interesses dos setores dominantes em São Paulo (LUCA, 2008, p. 118). Posteriormente Capelato deu continuidade investigando os fundamentos do liberalismo abrangendo maior quantidade de periódicos em um período maior, periódicos esses que tiveram longa participação na política paulista. Outro trabalho a ser destacado é o de Vany Pacheco Borges em 1979 com sua investigação das relações entre Getúlio Vargas e a oligarquia do estado de São Paulo a partir da grande imprensa paulistana, sendo *O Estado de S. Paulo*, *Correio Paulistano* e *Diário Nacional* (LUCA, 2008, p. 119). Com isso podemos constatar uma tradição em trabalhos de pesquisa realizados com fontes impressas.

Homens e mulheres ocupam a sociedade em formatos completamente distintos. Historicamente, os espaços públicos foram dominados por homens brancos e heterossexuais que moldaram as relações sociais de acordo com seus próprios interesses, sem levar em conta a pluralidade da sociedade. Para além do controle explícito, Pierre Bourdieu em *A dominação masculina* (2014) levanta reflexões sobre princípios e valores velados na sociedade que se escondem em meio ao senso comum, se voltando à percepção da dominação masculina em uma perspectiva mais abrangente da ordem social. O autor afirma que as mulheres foram "excluídas do universo das



coisas sérias, dos assuntos públicos e mais especialmente dos econômicos" com isso "ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às atividades associadas à reprodução biológica e social da descendência" (BOURDIEU, 2014, p. 116). De fato, “muito tempo” ainda é pouco para descrever não só a ausência das mulheres no meio econômico e político no decorrer da história como também a sua falta na historiografia. A contar dos anos 70 com a renovação historiográfica, pesquisadores realizam diversos estudos sobre a história das mulheres, mas que comparado ao volume da história dos homens, acaba sendo insignificante. Os registros de atividades de mulheres na imprensa brasileira datam no século XIX, onde a partir do surgimento de periódicos fundados por mulheres e crescente número de reportagens escrita por jornalistas e escritoras, tem-se não apenas as publicações relacionadas a moda e literatura, mas também as discussões em defesa dos direitos das mulheres, como o caso de Francisca Senhorinha Diniz e suas discussões sobre o voto feminino e a educação especificamente das mulheres (WOITOWICZ, 2012, p. 4).

DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

O jornal *Lampião da Esquina* enquanto objeto de pesquisa tem sido amplamente explorado por diversos pesquisadores de diversas áreas. Rogério Reis dos Santos (2017) no trabalho de dissertação na área de Direitos Humanos e Cidadania discutiu a partir do *Lampião da Esquina* a resistência dos homossexuais no decorrer do período de ditadura civil-militar. O autor afirma que os grupos que divergiam em sexualidade eram perseguidos pelo regime repressor por seu caráter “imoral” e eram indiferentes para a esquerda política por considerar suas causas insignificantes perante a luta maior contra o regime (SANTOS, 2017, p. 13). Alexandre Magno Maciel Brito (2016) em dissertação em História desenvolveu a partir do periódico uma análise das representações de violência contra homossexuais e representações sociais das identidades de gênero. Também com recorte de violência, Victor Mariusso (2015) discutiu em sua dissertação a violência e a imprensa brasileira nos anos de declínio da ditadura civil militar brasileira tendo como objeto de pesquisa o *Lampião da Esquina*. O autor discorreu sobre o surgimento e desenvolvimento da imprensa alternativa assim como os sujeitos envolvidos, privilegiando os homens homossexuais e o periódico a ser discutido. Partindo das concepções de Pierre Bourdieu, Joan Scott, Judith Butler, Roger Chartier e outros, o autor realizou diálogo, a partir dos estudos de gênero e representações, entre o contexto da História do Brasil durante o período, as homossexualidades e a imprensa, além de discutir a importância do jornal enquanto ferramenta política e as violências físicas e simbólicas contra os homossexuais. É simbólica a conclusão escolhida por Mariusso, que ao tecer um comparativo com



as violências contra os homossexuais noticiados na imprensa a parti dos anos 2010, identificou que as violências permaneceram.

Outros aspectos também são abordados por pesquisas acadêmicas, como a seção “Cartas na mesa” do jornal, em virtude de seu caráter de publicação de expressões e impressões enviadas por leitores sobre o próprio periódico, além de sugestões, reclamações, experiências vividas e outros assuntos, constituindo um vasto panorama sobre os leitores do jornal. Nesse sentido Simões Junior (2006) discorreu a partir da seção “Cartas na mesa” o processo de construção de identidades nos discursos das cartas dos leitores do periódico. O autor discutiu a partir das concepções de identidade social na perspectiva de Michael Pollak e o lugar de memória de acordo com Pierre Nora. A análise através do espaço em específico é relevante por contemplar múltiplas identidades homossexuais por meio do que era exposto pelos leitores a partir de suas cartas. Simões Junior parte da contextualização do jornal e perpassa a discussão sobre a memória, entendendo o periódico como produtor de uma memória concebida como elemento de disputa e gerada segundo determinação na posição contextual social.

Em relação a tensionamentos e assuntos relacionados a mulheres e o Lampião da Esquina, João Lúcio Mariano Cruz (2019) realizou análise sobre tensionamentos entre mulheres, pessoas negras e homossexuais veiculadas nas páginas do jornal percebendo identidades complexas e uma experiência carregada de conflitos e diálogos que inauguraram uma forma de fazer política e experienciaram uma cidadania em construção. Já Tanganelli (2019) desenvolveu pesquisa sobre os discursos dissidentes no periódico, incluindo gênero e sexualidade. A autora dedicou um tópico para discutir sobre as contribuições realizadas pelas mulheres no decorrer das publicações do jornal, além de incluir uma discussão em outro tópico específico a respeito das mulheres homossexuais, ressaltando a dupla repressão das mesmas em decorrência do gênero e da sexualidade.

No tocante as discussões específicas de gênero com foco nas mulheres, podemos destacar o trabalho de Daniel Henrique de Oliveira Silva (2016), problematizando a relação entre os homens do jornal, editores e colaboradores, os movimentos feministas e as representações do feminino veiculados através das matérias durante os três anos de duração do jornal. Partindo do questionamento sobre como seriam as representações do feminino construídas e transmitidas mediante um jornal escrito e editado por homens homossexuais, o autor discute a presença das mulheres no periódico privilegiando as reportagens publicadas sobre os movimentos políticos realizados por e para as mulheres, como os Congressos da Mulher Paulista ocorridos em 1979 e 1980. Débora de Souza Bueno Mosqueira (2015), em artigo publicado, analisou as representações produzidas sobre as mulheres durante a tentativa de construção de um espaço de visibilidade no jornal. A autora apresenta para



discussão algumas presenças pontuais de mulheres no jornal, como a da escritora Cassandra Rios e da cantora Lecy Brandão. Em conclusão, Mosqueira afirma que a inclusão das mulheres nas discussões apareceu no decorrer do jornal, principalmente após um ano de circulação, entretanto, não deixa de mencionar a existência de conflitos internos que fomentaram a necessidade de as mulheres criarem seus próprios veículos de imprensa. Ambas as pesquisas partem da perspectiva de gênero para discutir as representações punhadas no periódico acerca das mulheres. Diferente disso, o presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar a atuação das mulheres lésbicas no decorrer das publicações do periódico Lampião da Esquina entre 1978 e 1981.

OBJETIVOS

O objetivo central desta pesquisa é compreender como se deu a presença das mulheres homossexuais no jornal Lampião da Esquina no decorrer de suas 38 edições, publicadas mensalmente entre abril de 1978 e julho de 1981. Quanto aos objetivos específicos, pretende-se analisar a inclusão e recepção das mulheres lésbicas no jornal, além de problematizar as ausências e os discursos de justificativas proferidos pelos editores. Além disso, investigar tensionamentos políticos em meio ao grupo de homossexuais homens e mulheres, muito longe de viverem uma harmonia centralizada em um posicionamento político unificado. E por fim, analisar os conteúdos produzidos por mulheres lésbicas no periódico, a fim de investigar manifestações de resistência através da escrita publicada no próprio jornal.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Esta pesquisa será realizada a partir do diálogo entre História e Imprensa. Para desenvolvimento desta pesquisa recorreremos à Roger Chartier (2002) e a concepção de que a História Cultural tem como objetivo "identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, data a ler." (2002, p. 17). Tal como compreende o autor, as lutas de representações são tão importantes quanto as lutas econômicas para compreensão dos mecanismos através dos quais um grupo tenta, ou mesmo impõe, a própria concepção do mundo social, os valores que são seus e de seu domínio (Ibidem). Sendo as representações do mundo social determinadas pelos interesses do grupo que as forjam, desobrigando-se de neutralidade, entendemos a necessidade de análise dos interesses veiculados pelos editores e colaboradores, principalmente ao se tratar da participação das mulheres no Lampião da Esquina.



Outra compreensão importante para essa pesquisa é a do conceito de poder, empregaremos a compreensão de Bourdieu sobre O poder simbólico (2000) , na qual o autor afirma que as relações de comunicação são sempre relações de poder dependentes do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes envolvidos (2000, p. 11). Além do mais, aproveitaremos da contribuição do autor com A dominação masculina (2014), obra pela qual o autor ajuda a pensar as relações entre homens e mulheres na sociedade e as relações de dominação veladas e naturalizadas, para que se possa pensar os aspectos sociais que dificultaram e dificultam a vida social das mulheres, mesmo que quando comparadas aos homens homossexuais, também vítimas de violência física e simbólica.

Ao longo de toda a produção do jornal O Lampião da Esquina, seus editores buscaram construir uma identidade para o jornal, nesse sentido, objetivando um diálogo sobre identidade, buscaremos a compreensão de Hall em “A identidade cultural na pós-modernidade” (2006). Compreendemos a partir desse diálogo que a identidade é formada através de processos inconscientes que estão sempre em andamento e em formação. Com isso, é possível falar em identificação, ao contrário de apenas identidade (HALL, 2006, p. 38-39). O autor apresenta também o aspecto da identidade cultural moderna que é formado por meio do pertencimento, onde discutiremos sobre o intuito do periódico de ter uma identidade diferente dos outros e também a identidade da produção realizada por mulheres.

Para trabalhar a respeito de gênero, dialogaremos com Joan Scott (1995) e Tânia Navarro Swain com os debates sobre “A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário” (2000) e sobre Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão (1999). Para Scott, gênero possui duas definições, sendo "um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos" e também "gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder." (1995, p. 21). Swain (2000, p. 52) afirma que são as práticas sociais diferentes que criam a importância cultural e o papel das mulheres e que a construção e inferiorização do "ser mulher" se apresenta essencialmente atrelado ao corpo que é deficiente em relação ao corpo do homem.

METODOLOGIA

Os jornais enquanto objeto de pesquisa na historiografia é entendido enquanto instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, com isso, para o uso deste tipo de fonte é fundamental que não se estude um jornal de forma isolada (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19) por

se tratar de uma produção humana carregada de subjetividades e questões que não estão alheias à sociedade.

Antes de adentrar a análise dos discursos expostos no jornal, é preciso recorrer à metodologia para primeira abordagem do periódico, organizado por Zicman (1985) em quatro grandes eixos, sendo: Aspectos formais e materiais do jornal; Aspectos históricos do jornal; Aspectos econômicos do jornal; Aspectos da clientela do jornal: o público-leitor alvo. A autora sugere ainda como metodologia para o "levantamento de Índices e Elaboração de Indicadores de Análise" a categorização e codificação, etapas realizadas após a definição da fonte e formulação dos objetivos.

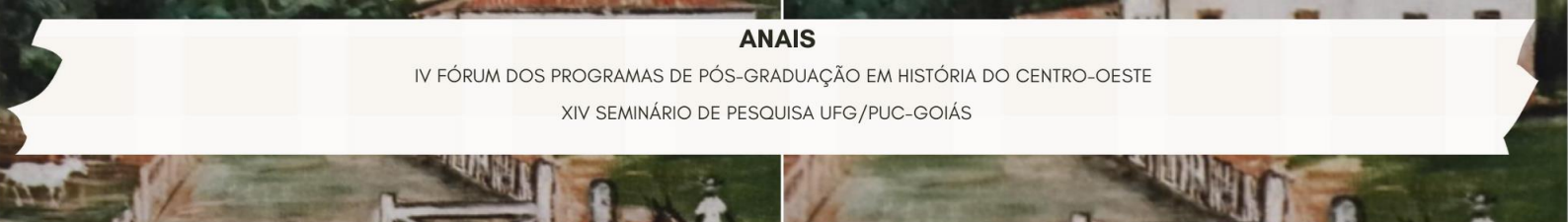
Para a codificação, interessa à esta pesquisa o que Zicman (1985) definiu como "presença (ou ausência)" entre os três aspectos a serem seguidos após a categorização:

Verificação das presenças ou ausência das unidades-temas e categorias em cada um dos artigos analisados, funcionando como um indicador significativo para a análise. Cabe aqui observar que em alguns casos a variável de ausência é mais importante que a própria presença do tema nos artigos, daí a ênfase dada na análise dos "silêncios" do discurso e Imprensa. (ZICMAN, 1985. p. 97).

Ou seja, no decorrer da investigação junto ao objeto, é importante olhar e questionar os momentos de ausências, neste caso, referente aos momentos de ausências das mulheres lésbicas no decorrer das publicações do jornal *Lampião da Esquina*.

Realizado esses processos, pretende-se seguir a escrita da dissertação de acordo com os objetivos elencados, analisando a presença das mulheres lésbicas no decorrer das publicações do periódico gay *Lampião da Esquina*, correspondendo a abril de 1978 e julho de 1981, estando as referidas fontes de pesquisas as edições elencadas a seguir:

Nº	Edição
01	Lampião da Esquina, nº 0, abril de 1978.
02	Lampião da Esquina, nº 1, 25 de maio a 25 de junho de 1978.
03	Lampião da Esquina, nº 2, 25 de junho a 25 de julho de 1978.
04	Lampião da Esquina, nº 3, 25 de julho a 25 de agosto de 1978.
05	Lampião da Esquina, nº 4, 25 de agosto a 25 de setembro de 1978.
06	Lampião da Esquina, nº 5, outubro de 1978.
07	Lampião da Esquina, nº 6, novembro de 1978.
08	Lampião da Esquina, nº 7, dezembro de 1978.



09	Lampião da Esquina, nº 8, janeiro de 1979.
10	Lampião da Esquina, nº 9, fevereiro de 1979.
11	Lampião da Esquina, nº 10, março de 1979.
12	Lampião da Esquina, nº 11, abril de 1979.
13	Lampião da Esquina, nº 12, maio de 1979.
14	Lampião da Esquina, nº 13, junho de 1979.
15	Lampião da Esquina, nº 14, julho de 1979.
16	Lampião da Esquina, nº 15, agosto de 1979.
17	Lampião da Esquina, nº 16, setembro de 1979.
18	Lampião da Esquina, nº 17, outubro de 1979.
19	Lampião da Esquina, nº 18, novembro de 1979.
20	Lampião da Esquina, nº 19, dezembro de 1979.
21	Lampião da Esquina, nº 20, janeiro de 1980.
22	Lampião da Esquina, nº 21, fevereiro de 1980.
23	Lampião da Esquina, nº 22, março de 1980.
24	Lampião da Esquina, nº 23, abril de 1980.
25	Lampião da Esquina, nº 24, maio de 1980.
26	Lampião da Esquina, nº 25, junho de 1980.
27	Lampião da Esquina, nº 26, julho de 1980.
28	Lampião da Esquina, nº 27, agosto de 1980.
29	Lampião da Esquina, nº 28, setembro de 1980.
30	Lampião da Esquina, nº 29, outubro de 1980.
31	Lampião da Esquina, nº 30, novembro de 1980.
32	Lampião da Esquina, nº 31, dezembro de 1980.
33	Lampião da Esquina, nº 32, janeiro de 1981.
34	Lampião da Esquina, nº 33, fevereiro de 1981.
35	Lampião da Esquina, nº 34, março de 1981.
36	Lampião da Esquina, nº 35, abril de 1981.
37	Lampião da Esquina, nº 36, maio de 1981.
38	Lampião da Esquina, nº 37, julho de 1981.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BOURDIEU, Pierre. **A dominacao masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. **O lampião da esquina : uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)**. [S. l.], 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CONSELHO EDITORIAL. Saindo do Gueto. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, abr. 1978. Opinião, p. 2.

CRUZ, João Lúcio Mariano. **Qual é a tua, oh Lampião? Tensionamentos em um jornal editado na e pela Esquina**. [S. l.], 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JUNIOR, Almerindo Cardoso Simões. **‘...E havia um lampião na esquina’- Memórias, identidades e discursos homossexuais no Brasil do fim da ditadura**. 2006. - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. *Em*: PINSKY, Carla Bassanesi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 112–153.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)**. 2015. Dissertação - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/16505>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MOSQUEIRA, Débora de Souza Bueno. “Então chegamos”: representações do feminino nas páginas d’O Lampião da Esquina (1978-1981). **albuquerque: revista de história**, [s. l.], v. 7, n. 13, p. 25–43, 2015.

SANTOS, Rogério Reis dos. **“Uma bicha atrevida pede a palavra” : o lampião da esquina e a resistência de homossexuais durante a ditadura civil militar brasileira**. [S. l.], 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, Daniel. **Lampião da esquina: lutas feministas nas páginas do “Jornal Gay”, luzes em tempos sombrios (Brasil, 1978-1981)**. 2016. - Universidade Federal de Uberlândia, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17838>. Acesso em: 22 maio 2022.

SILVA, Aguinaldo. Lésbicas vendem mais jornal?. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, mar. 1979. Opinião, p. 2.

SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou a hora e a vez do nomadismo identitário. **Textos de História**, [s. l.], v. 8, n. 1, 2000. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27803>.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 12, p. 109–120, 1999.

TANGANELLI, Larissa de Rezende. **Há perigo na esquina: discursos dissidentes no jornal Lampião (1978-1981)**. [S. l.], 2019.

WOITOWICZ, Karina Janz. Imprensa feminista no contexto das lutas das mulheres: ativismo midiático, cidadania e novas formas de resistência. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.**, [s. l.], n. 3, 2012. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/27915>. Acesso em: 29 jun. 2022.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [s. l.], v. 4, 1985. Disponível em: Acesso em: 14 set. 2020.

A PEQUENA ÁFRICA DO RIO DE JANEIRO E AS POSSIBILIDADES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA FUNDAÇÃO DARCY VARGAS: RESULTADOS PARCIAIS

Thamires da Costa Silva⁶³

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa de mestrado profissional, intitulada “A pequena África do Rio de Janeiro e as possibilidades de educação patrimonial da Escola Fundação Darcy Vargas” que faz parte do Programa de Pós Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Compreender a relação entre educação patrimonial e a herança africana na Pequena África do Rio de Janeiro, é o objetivo central da pesquisa que desenvolve um longo arcabouço teórico, uma ação educativa e um produto para a comunidade escolar da Escola Fundação Darcy Vargas (FDV). A pesquisa se divide em três grandes etapas e com o objetivo de entender como a Escola FDV contribui para a preservação do patrimônio local, desenvolvendo o espírito crítico e formação cidadã dos alunos na região portuária do Rio de Janeiro. Depreende-se que a educação patrimonial é uma ferramenta eficaz para a preservação da memória e que pode ser capaz de despertar o interesse da população, para que esses se tornem também propagadores da memória.

Palavras Chaves: Educação Patrimonial, Pequena África, Memória e Identidade.

INTRODUÇÃO

Os temas chave a serem trabalhados neste artigo são: educação patrimonial e herança africana na Pequena África, para isso foram trazidos os resultados parciais da metodologia utilizada na Ação Educativa com professores da Escola Fundação Darcy Vargas (FDV). A Pequena África é um marco na história da população negra e conseqüentemente possui grande importância para a preservação do patrimônio de origem afro-brasileira. Essa região está localizada na Zona Portuária do Rio de Janeiro, sendo composta pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

A Pequena África era um local de encontro da população afro-brasileira, pois os negros trazidos da África, através do processo conhecido como diáspora africana, chegavam no Brasil pelo Cais do Valongo, um dos muitos pontos importantes dessa região. Entre os anos de 1774 e 1831, estima-se que somente no Cais do Valongo chegaram cerca de 1 milhão de escravizados (PAULA e HEREDIA: 2018). Também faziam parte deste esquema de compra e venda de seres humanos, o Cemitério dos

⁶³ (Mestranda em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio PROMEP- Universidade Estadual de Goiás UEG)
thamiresdacostasilva41@gmail.com

Pretos Novos, o Quilombo da Pedra do Sal, mercados onde a população negra era vendida e muitos outros locais.

A Pequena África não é só símbolo da dor do período escravista brasileiro, mas também é um lugar de memória (NORA: 1993) da resistência para a população negra. Portanto, a ideia principal da pesquisa de mestrado, ao qual esse artigo está vinculado é entender em que medida a Escola Fundação Darcy Vargas (FDV), que está inserida dentro da Pequena África, contribui para a preservação desse patrimônio local.

A pesquisa possui três grandes partes, que são: a investigação bibliográfica sobre os temas centrais, que são educação patrimonial, memória, história e identidade. A aplicação prática, com uma ação educativa e questionários. E por fim, a construção de um produto destinado a comunidade escolar, que consiste em uma história em quadrinhos para estudantes de ensino fundamental e médio, além de um pequeno manual de uso destinado aos professores. O foco deste artigo será na segunda parte, especificamente na metodologia utilizada na oficina de educação patrimonial.

METODOLOGIA UTILIZADA NA OFICINA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A definição de educação patrimonial utilizada atualmente pela Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é que:

A Educação Patrimonial se constitui de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos de base democrática devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas. (FLORÊNCIO et al, 2014: 19)

Partindo dos pressupostos de construção coletiva e democrática do conhecimento que se optou pela criação de uma ação educativa para promover e desenvolver possibilidades de educação patrimonial focadas na herança africana da Pequena África. Por mais que na pesquisa de mestrado sejam abordados a região como um todo, foram selecionados somente três lugares de memória da região para aprofundamento na ação educativa, pois foi preciso adaptar todo o conteúdo ao tempo disponível para a realização da ação.

Durante anos os órgãos voltados para a preservação decidiam de forma unilateral o que seria protegido e o que seria condenado ao esquecimento. Os bens que representavam a cultura afro-brasileira não ganharam destaque e nem almejavam cuidado por parte do Estado, o que reforça o

patrimônio como um campo de lutas e conflitos. É imprescindível o trabalho constante de discussão e problematização do patrimônio protegido pelos órgãos oficiais, afinal o patrimônio deve representar toda a população brasileira e não somente um grupo da sociedade.

Questionar esse universo de patrimônio desigual é também tarefa de uma Educação Patrimonial de perspectiva libertadora e emancipatória. Isso não significa, de forma alguma, desconsiderar o conjunto de bens já constituído, jogar tudo fora, mas enxergar esse nosso legado a partir de outras perspectivas mais problematizadoras e críticas. (SCIFONI, 2012:34)

O público participante foram os professores da Escola FDV, uma vez que eles são capazes de desempenhar o papel de propagadores do patrimônio negro local, que durante anos foi silenciado na história. Um exemplo disso, é o próprio Cais do Valongo que ficou soterrado durante anos e só foi redescoberto em 2011 em função das obras na região portuária carioca e desde 2017 é considerado patrimônio mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Segundo Freire (2011), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Isso significa utilizar a mediação como forma de ensino/aprendizagem, na qual não é somente a figura que ensina que detém todo o saber, mas sim o conhecimento construído de forma coletiva. Na ação educativa, foram utilizadas múltiplas dimensões, como as rodas de conversa, exibição de vídeos, a visitação, prática musical e prática de turbante.

A educação que se vislumbra é aquela que se caracteriza como mediação para a construção coletiva do conhecimento, a que identifica a comunidade como produtora de saberes, que reconhece, portanto, a existência de um saber local. Enfim, a que reconhece que os bens culturais estão inseridos em contextos de significados próprios associados à memória do local. (FLORÊNCIO, 2015:26)

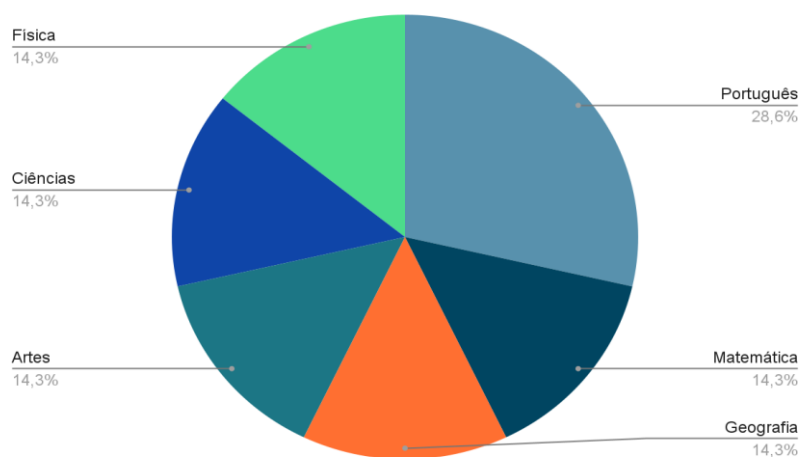
O projeto de ação educativa na Escola Fundação Darcy Vargas, se dividiu em cinco etapas, sendo a oficina de educação patrimonial na Pequena África, uma das etapas de todo o projeto. A primeira etapa do projeto foi a análise bibliográfica com a conceituação de cultura, identidade, memória, patrimônio cultural e educação patrimonial. Foi preciso também realizar um profundo estudo sobre o Cais do Valongo, o IPN e a Pedra do Sal, que foram os locais escolhidos para serem aprofundados durante a oficina. Além disso, a primeira etapa contou com o planejamento para a criação do conteúdo específico a ser disponibilizado para o público participante, além de um *folder* de divulgação.

Na segunda etapa foi feita a apresentação da proposta para a equipe pedagógica da Escola Fundação Darcy Vargas, através de trocas de email. Foi apresentada a proposta de ação educativa a ser oferecida para os professores e gestores, além disso foi marcado o melhor dia e horário para execução da oficina, no caso dia 25 de abril de 2022, às 14:30h.

A terceira etapa aconteceu na Escola FDV, de forma presencial, e consistiu na apresentação da proposta junto aos professores, no dia 07 de março de 2022. No total, dezessete professores e gestores se interessaram em participar da Oficina de Educação Patrimonial Pequena África. Foi enviado aos interessados o questionário apresentado no item 1.3 deste relatório, entretanto somente cinco pessoas responderam.

Na quarta etapa, que foi a execução da própria oficina, somente sete professores participaram, sendo dois homens e cinco mulheres, de diversas idades e escolaridade. A oficina durou duas horas. No gráfico abaixo é possível ver as disciplinas que os participantes ministram na escola.

Gráfico 01 - Disciplinas Ministradas pelos participantes



Fonte: autoral

Quando a Oficina de Educação Patrimonial foi proposta, esperava-se grande participação de professores de linguagens, mas de forma surpreendente participaram professores de Física, Matemática e Ciências. Destaca-se que 80% dos participantes possuem menos de 30 anos, enquanto 20% possuem de 30 a 40 anos de idade.

Após análise dos dados dos questionários, descobriu-se que 80% dos participantes moram na cidade do Rio de Janeiro e 20% habitam em outra cidade. Outra pergunta do questionário é em qual bairro eles residem. Descobriu-se que nenhum desses cinco professores participantes do questionário moram no entorno da Escola FDV. O professor que reside mais próximo a escola, enfrenta mais de 10 km para ir e mais 10 km para retornar para casa. Ter um professor que mora na região poderia aproximar mais os alunos de uma conexão com a história local.

Dos cinco professores participantes, dois deles trabalham a mais de quatro anos na escola e os outros três trabalham a menos de quatro meses. Sendo assim, infere-se que o corpo docente se renova

com constância. A última etapa da ação consistiu na elaboração dos certificados e entrega aos participantes.

Tabela 01 - Roteiro da Ação Educativa

1º Etapa	2º Etapa	3º Etapa	4º Etapa	5º Etapa
Análise Bibliográfica e Planejamento (análise de autores que abordam os temas principais do projeto. Além da criação de conteúdo específico para os professores e <i>Folder</i> de divulgação da oficina);	Apresentação da proposta a equipe pedagógica da Escola Fundação Darcy Vargas;	Apresentação da proposta junto aos professores e gestores da Escola Fundação Darcy Vargas;	Oficina de Educação Patrimonial Pequena África;	Confecção e entrega dos certificados;

Fonte: autoral

A Oficina de Educação Patrimonial Pequena África é a parte central de todo o projeto de ação educativa e foi dividido em quatro etapas. A primeira consistiu na apresentação das justificativas e objetivos da oficina, além da criação de uma roda de conversa para sensibilizar os professores para os conceitos básicos, como patrimônio cultural, memória, identidade e educação patrimonial. Os professores se apresentaram brevemente, dizendo quais as disciplinas que eles lecionam e a sua relação com o entorno da escola. Somente um professor conhecia um pouco da história da região, os outros tinham pouco contato com o entorno.

Na segunda etapa da oficina, cada professor ganhou um mapa da Zona Portuária e foi solicitado que eles marcassem coletivamente os locais que eles acreditam que sejam importantes para a memória africana, criando desta forma um mapa de memória. Scifoni, em seu artigo “Para repensar a educação patrimonial” já alertava sobre a importância da cartografia colaborativa social:

Mapas colaborativos são experiências compartilhadas de escolhas, que se dão de forma coletiva. Ao contrário da cartografia oficial, na qual os profissionais da área identificam e selecionam o que entra ou não em um mapa, a cartografia colaborativa divide as escolhas sobre o que deve ser representado no mapa, fortalecendo e valorizando um olhar local sobre o patrimônio e não uma perspectiva imposta de fora para dentro. (SCIFONI: 1999)

Foto 01: Professores analisando os mapas.



Fonte: arquivos da autora. Abril de 2022.

Além do mapa coletivo, foram apresentados mapas da região e os dois principais circuitos da herança africana. O circuito mais abrangente da Pequena África possui 18 pontos importantes para a memória da comunidade negra, seria impossível abordar todos esses locais no tempo disponível para a execução, dessa forma foram escolhidos três locais: o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos e o Quilombo da Pedra do Sal. Foi apresentada a história dos locais, consequentemente sobre a história da escravidão e toda a memória de dor e sofrimento que está atrelada a vida que os escravizados levavam quando chegaram ao Brasil.

Após o término da apresentação histórica dos três locais escolhidos, os professores falaram quais locais eles selecionaram no mapa e apontaram a dificuldade em escolher os bens que representam a herança africana na Pequena África. Alguns dos professores sugeriram circular toda a região, pois tudo seria importante, não somente os bens, o que aponta uma preocupação com os bens e seus entornos. A maioria dos participantes selecionou somente os três bairros que compõem a Pequena África, que são: Gamboa, Santo Cristo e Saúde. Outros perguntaram se somente deveriam marcar os bens relacionados a memória da escravidão, ou se a visão de herança africana poderia ser ampliada.

As reflexões feitas pelos professores demonstram como a educação patrimonial consiste em um prática social e é facilmente conectada aos contextos culturais e espaços cotidianos das pessoas. (FLORÊNCIO, 2015: 23). O mapa abaixo é de uma das professoras que ampliou esse olhar da

Pequena África, pois ela selecionou bens ligados à cultura negra em geral, como a Cidade do Samba, o Saara e a Central do Brasil.

Foto 02: Um dos mapas produzidos pelos professores



Fonte: arquivos da autora. Abril de 2022.

Na terceira etapa, os professores foram convidados a compreender que a memória e identidade da população negra vai além da dor, e também pode demonstrar força e resistência. A Pequena África é um espaço de dor, de luta e de resistência, que está presente não só nos monumentos, nas edificações, mas também nos hábitos, nos modos de fazer, na música e nos corpos de seus descendentes. E como forma de valorizar a cultura negra que é plural, foi proposto uma breve prática de turbantes. Mais do que um acessório estético, o turbante significa um resgate de identidade. Reconexão de pessoas pretas com estéticas ancestrais. Enquanto acontecia a prática, sambas produzidos na região eram reproduzidos em uma pequena caixa de som.

Foto 03: Quatro professores participantes da Oficina de Educação Patrimonial, após a prática de amarração de turbantes.



Fonte: arquivos da autora. Abril de 2022.

Foto 09: Palestrante e seis professores participantes da Oficina de Educação Patrimonial, após a prática de amarração de turbantes.



Fonte: arquivos da autora. Abril de 2022.

Por fim, última etapa foi a avaliação feita através de uma roda de conversa com os professores, a ideia era sugerir dois vídeos que eles pudessem trabalhar essa temática na sala de aula, o primeiro “A memória da Pequena África” (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=e3opnjse0Tk>), um documentário de 2015 feito pelo CEAP - Centro de Articulação de Populações Marginalizadas e

o segundo o curta metragem “Elekô” (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EdcguHwyY_Y), que narra as dificuldades de ser mulher negra na cidade do Rio de Janeiro.

Os professores foram questionados como eles poderiam levar a temática do patrimônio negro para as disciplinas que eles ministram e a avaliação da oficina. Todos sugeriram ideais de levar a Pequena África para a sala de aula. Os professores gostaram bastante da oficina, mas é válido destacar o desconforto de uma participante durante a prática de turbante, pois ela teve um familiar que teve câncer e teve que utilizar turbantes.

Durante a última roda de conversa, os participantes disseram que tentarão abordar a temática em suas aulas e destacaram que a maioria dos alunos da Escola FDV são negros e que seria interessante abordar a beleza negra em sala de aula. Além disso, eles comentaram a crescente especulação imobiliária sofrida na região.

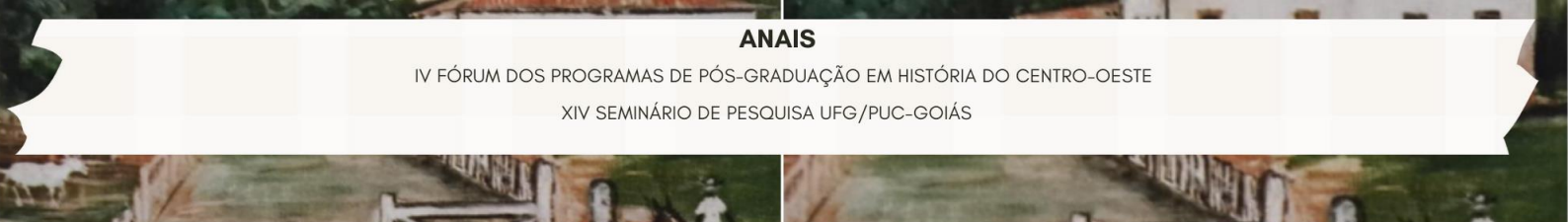
Florêncio et al (2012: 21) diz que qualquer que seja a ação implementada ou o projeto proposto, sua execução supõe o empenho em identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu Patrimônio Cultural, incentivando a participação social em todas as etapas da preservação dos bens, por isso a relevância de todas as etapas metodológicas propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pequena África é um marco na luta da população negra brasileira, dessa forma propor uma pesquisa com uma ação educativa nessa região significa romper um ciclo de apagamento da história e da memória que só enxerga os corpos negros como sinônimo servidão e dor.

Segundo Souza e Thompson (2016: 13), ainda que a educação patrimonial esteja em ascensão, sua condição ainda é secundarizada ou marginalizada nos procedimentos de patrimonialização, preservação e salvaguarda, é entendida como acessória às demais iniciativas. Portanto é extremamente importante a promoção da educação patrimonial como ferramenta de gestão do patrimônio cultural, especificamente de herança africana.

Os resultados parciais da pesquisa de mestrado demonstram que além de pesquisas teóricas, a prática é essencial para que o conhecimento produzido nas universidades não se restrinja ao seu espaço físico e ao diálogo com seus pares. É importante que a universidade transborde para a cidade e dialogue com a sociedade. A Pequena África vai muito além de um mero objeto de pesquisa, é um local de resistência e sendo essa pesquisa mais um passo na manutenção da história e memória local.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FLORENCIO, Sônia R. R; et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**, Brasília – DF: Iphan, 2014.

FLORENCIO, Sônia R. R. Educação Patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 74º ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Projeto História (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/, PUC-SP), São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993.

PAULA, Angela Teberga de; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **A “turistificação” de um lugar de memória é possível? um estudo sobre o sítio arqueológico do Cais do Valongo (Rio de Janeiro, Brasil)**. Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET. Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 8-22, janeiro/abril, 2018.

SCIFONI, Simone. **Para repensar a educação patrimonial**. In: Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

SCIFONI, Simone. **Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema**. In: , Átila Tolentino (Org.), In: Educação Patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: IPHAN PB, 2012, p. 34.

SOUZA e THOMPSON, Igor Alexander Nascimento e Analucia. In: BRAGA, E. O.; TOLENTINO, A. (Org.) **A educação patrimonial no âmbito da Política Nacional de Patrimônio Cultural**. In: Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. IPHAN, 2016.

A PRÁTICA HISTORIOGRÁFICA EM PERSPECTIVA: JORNAIS COMO FONTE E OBJETO DA HISTÓRIA

*Kaique Rodrigues Vieira*⁶⁴

RESUMO

Encarado inicialmente pela historiografia tradicional como uma fonte documental suspeita, de caráter político e opinativo até meados do século XX, os jornais impressos, antes usados apenas como fonte histórica passou a ser visto também como um relevante objeto de pesquisa por um vasto grupo de historiadores a partir da História Nova. O presente artigo propõe um balanço historiográfico com o objetivo de traçar um panorama das devidas abordagens teóricas e metodológicas necessárias para uma análise crítica e meticulosa dos periódicos de época, com intenção de investigar cuidadosamente seu material discursivo e narrativo através do conceito de representações sociais. A análise dos impressos por meio das representações possibilitou detectar e admitir um vasto horizonte nas finalidades deste material para a História, que atualmente revelam um rico contexto histórico e narrativo daqueles que os liam e que os fizeram.

Palavras-Chave: Jornais impressos; Objeto da História; Historiografia; Representações;

INTRODUÇÃO

Os jornais impressos até o início do Século XX ocupavam-se predominantemente da tarefa de publicar os acontecimentos ocorridos para o conhecimento das populações locais, sem a cumprir de maneira despropositada, visto que a veiculação das notícias não ocorria de maneira objetiva e apartidária, como mostraremos mais a frente neste estudo. Na verdade, os periódicos dessa época eram repercutidos a fim de transmitir ideias e interesses particulares de determinados grupos partidários que os financiavam (SODRÉ, 1999). Somado a esses fatores, sua interpretação deve ser realizada levando em consideração os questionamentos que devemos fazer ao enfrentar as fontes históricas, visto que elas ecoam vozes distintas que podem ser decifradas por meios das representações sociais, por exemplo.

Neste sentido, este estudo tem como pressuposto fazer um balanço historiográfico para destacar as devidas preocupações dos pesquisadores na lida com este tipo de fonte histórica que são

⁶⁴ Mestrando no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail de contato: kaaahvieira@gmail.com. Orientador: Prof. Dr. Bruno Pinheiro Rodrigues



os jornais, considerando as problemáticas levantadas por autores referências na área sobre os estudos historiográficos acerca da escrita da História, em especial, como os jornais passaram a ser utilizados como objeto de pesquisa. O que levou os historiadores da segunda metade do século XX a buscar nos jornais respostas sobre determinado contexto histórico? ainda mais sendo os jornais um tipo de fonte nenhum pouco dotada de neutralidade? Como os jornais eram notados pela historiografia do século XX? Em qual movimento ocorreram as mudanças nas correntes historiográficas? são essas questões que pretendemos dialogar neste trabalho e pô-las em perspectiva.

Desta maneira, torna-se imprescindível demarcar os passos que levaram as viradas epistemológicas dentro da historiografia no trato das fontes históricas, como também, identificar as mudanças na visão do historiador sobre quais seriam as possibilidades de abordagens para resgatar os vestígios do passado e registrá-los em seus estudos de maneira criteriosa e analítica. Para fomentar a discussão sobre a escrita da História e o ofício do Historiador, precisaremos levantar alguns apontamentos de autores importantes como, Paul Ricoeur, Hayden White, Roger Chartier, entre outros. Assim como, apresentar e articular as obras que passaram a reconhecer os jornais como importantes fontes e objeto da História, a partir de 1960 no Brasil, igualmente preocupados em registrar trabalhos acadêmicos que trazem as devidas discussões entre teoria e método associados também às representações sociais para a análise historiográfica e suas implicações na lida com as fontes históricas, como no caso dos jornais.

A ESCRITA HISTORIOGRÁFICA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Até o final da década de 1920, os jornais como fontes não tinham credibilidade de neutralidade pelas escolas historiográficas positivistas e historicistas. Fontes periódicas eram vistas apenas como enciclopédia do cotidiano. A partir de 1929, com o advento da Revista Francesa da História dos Annales, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, muda-se as concepções em como encarar a busca pela verdade. Evento traduzido como uma revolução na historiografia do século XX (BURKE, 1991).

De acordo com LE GOFF (2005), a História Nova substitui as anteriores concepções de Langlois e Seignobos acerca da História, outrora, partiam da premissa de que apenas os documentos textuais escritos dariam legitimidade ao ofício do historiador. A partir da Escola dos *Annales* e da História Nova, se tornou possível reconfigurar a História ao recorrer às várias possibilidades de documentos, sejam eles escritos, visuais, materiais ou orais.

Quando falamos das novas perspectivas para os jornais como objeto possível para análise acadêmica, precisamos compreender os desdobramentos que ocorreram na historiografia, sobretudo,



a partir da 3ª geração dos annales sobre os novos olhares de diferentes abordagens teóricas de análise na pesquisa histórica. Apesar dos novos desafios, autores *pós-estruturalistas*, por exemplo, participaram inclusive, da reformulação em como os jornais passaram a ser utilizados pelos historiadores, antes mal vistos, agora passaram a fazer parte de um importante campo de pesquisa nas diversas áreas da história, em suas representações sociais na construção da realidade.

Sob a ótica de Sandra Pesavento (2013) a crise dos paradigmas argumentativos da realidade teria surgido nos entraves da década de 1970, talvez, fomentado pela guerra do Vietnã, surgimento dos movimentos sociais, ascensão do feminismo e decadência do utópico desejo da paz mundial no pós-guerra. A crise dos paradigmas teria provocado abissais rupturas epistemológicas nos pontos conceituais hegemônicos na História. A partir disto, surgirão os questionamentos e denúncias sobre os regimes de verdades, concepções totalizantes da realidade humana, que vão gerar o fim das certezas de análise da história.

A partir dessas circunstancias, pensadores como Paul Ricoeur, reflete já a partir de 1950 acerca da história, ao questionar se o campo de estudo do historiador adquiriria o conhecimento verdadeiro de acordo com os métodos de desígnios objetivo e científico. “Paul Ricoeur discutia não só a possibilidade de obtenção da verdade, mas a própria existência de uma finalidade na história” (PESAVENTO, 2013: 14). Questionamentos que levavam a História em profundas dúvidas sobre suas bases como ciência. A partir da Hermenêutica que Ricoeur (2013) vai destrinchar as causas das proporções da verossimilhança e verdade dos discursos dispostos nos textos, destacando as aproximações e distanciamentos existente entre narrativas históricas e literárias.

A primeira “localidade” que a hermenêutica procura desenclavar é certamente a da linguagem, e, de modo mais especial, a da linguagem escrita. Importa-nos reconhecer os contornos desse primeiro lugar, pois meu próprio empreendimento, no segundo estudo, poderá aparecer como uma tentativa de novamente regionalizar a hermenêutica mediante a noção do texto. Convém, pois, precisarmos por que a hermenêutica possui relação privilegiada com as questões de linguagem. Basta, parece-me, partirmos de um caráter absolutamente notável das línguas naturais, exigindo um trabalho de interpretação no nível mais elementar e mais banal da conversão [...] digamos, provisoriamente, que, com a escrita não se preenchem mais as condições da interpretação direta mediante o jogo da questão e da resposta, por conseguinte, através do diálogo. São necessárias, então, técnicas específicas para se levar ao nível do discurso a cadeia dos sinais escritos e discernir a mensagem através das codificações superpostas, próprias à efetuação do discurso como texto (RICOEUR, 2013: 24-25).

Para Paul Ricoeur (2013), símbolo e interpretação, tornam-se conceitos correlativos, há interpretação onde há sentido múltiplo, na interpretação que a pluralidade dos sentidos se torna manifesta. A discussão historiográfica da narrativa história situada próxima da década de 1970 já

abarcava pensadores como Roland Barthes que indagava as aproximações de História e ficção, por exemplo. Com os desdobramentos desses acontecimentos, nas últimas décadas muitos autores tem apontado a proximidade entre história e literatura, em virtude do relativismo historiográfico que flexiona a ideia de verdade dos acontecimentos factíveis, surgindo também tal ideia de história e ficção.

Hayden White (1994) retrata a História registrada, como uma forma de ficção, como produções de livros de romance, em uma configuração de representação histórica. Em uma aproximação entre História e literatura, ao ser visualizado como representações discursivas, o historiador se calcava das estratégias tropológicas das narrativas recorridas originalmente por escritores romancistas, ao utilizar-se das metáforas, metonímia, ironia, sinédoque.

De toda forma, não cabe em nossa discussão, fazer um aprofundamento das críticas de Paul Ricoeur e Hayden White, mas abordar as principais questões acerca dos embates enfrentados nos desafios cotidianos do fazer historiográficos na construção da narrativa histórica. O historiador, ao usar a intuição, tato e curiosidade alinhados à uma análise crítica do documento pode obter excelentes resultados em um trabalho, como diria Ginzburg (1989).

Ao levarmos em consideração, as críticas desses autores, quando formos trabalhar com os jornais, precisamos pensar em nossa metodologia de análise, considerando as observações feitas pelos mestres da historiografia, se atentando onde se pisa, a modo de sempre desconfiar por onde está passando para não cair em ciladas daquilo que está sendo visualizados nos periódicos. Não podemos ser ingênuos, mas nem rudes no trato com as fontes de impressos periódicos. Pensar a técnica, contexto, discurso produzido nessas obras é praticar o ofício historiográfico de maneira mais competente. A obra “A operação historiográfica”, Michel de Certeau nos relata também que “em história, tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, de, dessa forma, transformar em documentos determinados objetos distribuídos de outra forma” (CERTEAU, 1982: 30).

Pensando nisso, ao manusear os materiais jornalísticas, enquanto fonte e objeto de análise, ressaltamos o aporte conceitual das representações⁶⁵ sociais para os investigarmos a fundo. Nessa finalidade, as representações revelam o contexto no qual pessoas, grupos e instituições estão situados,

⁶⁵ Sobre a origem do termo representar, é relevante destacar que os sentidos da própria palavra em si “O verbo representar possuía, originariamente, um significado restrito: “apresentar de novo”. Com o tempo, o termo passou a ser usado, em latim, como sinônimo de “substituir”, “fazer as vezes de”, no sentido de que a pintura de um rei “estaria no lugar” do soberano retratado [...] De forma análoga, o termo designa, também, o uso dos variados sistemas significantes disponíveis (textos, imagens, sons) para “falar por” ou “falar sobre” categorias ou grupos sociais, no campo de batalha simbólico das artes e das indústrias da cultura” (FREIRE FILHO, 2005: 18). Inclusive, o termo representação nos dicionários vai mostrar que significa ato ou efeito de representar, a forma como um objeto poderá ser exibido, ou até uma ideia que criamos do mundo, de alguém ou de algo. Como pudemos perceber, a própria palavra representar deixar a entender que existe alguém que fala por um outro alguém, numa dupla apresentação, da “re-presentação”.



interferindo na bagagem cultural que fornece os símbolos, códigos, valores e ideologias para que possam construir os mapas mentais a partir dos quais projetam e interpretam uma dada realidade. Dessa forma, “[...]tem em mira uma história social dos usos, das práticas, das interpretações e das “representações” que resultam em “produções de sentido” e formas determinadas de práticas sociais em geral[...]” (OLIVEIRA, 2018: 80).

Roger Chartier, na busca por uma nova abordagem para a História Cultural, revela a possibilidade de superarmos a dita “tirania social”. O autor acredita na efetiva superação das divisões sociais pré-estabelecidas que determinam a apropriação dos bens culturais. Como proposta, o teórico aposta e parte, portanto, da análise dos códigos e não das classes sociais. (CARVALHO, 2005).

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso está investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social — como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas —, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais (CHARTIER, 1990: 17).

Portanto, tais representações surgem de uma intencionalidade de determinados grupos, requerendo observação analítica da posição daqueles que a utilizam. Roger Chartier não nega a existência de uma luta econômica pela hegemonia da sociedade que atua como órgão controlador da representação, mas destaca que existe também uma luta de representações, onde cada setor tenta condicionar seus próprios valores aos demais. Logo, o autor não elimina a objetividade das estruturas em detrimento da subjetividade das representações (SILVA; SILVA, 2009).

Como retrata Espig (1998), as representações sociais conceitualizadas por Roger Chartier pode nos guiar ao resgate na forma como uma realidade social é dada a ler, construída e pensada, gerando-se as práticas identitárias, das quais os grupos se reconhecem. Para a autora, os imaginários sociais como referências dentro do sistema simbólico produzem a comunidade que irão elaborar suas finalidades, havendo a designação de sua identidade e representação de si, com distribuição dos papéis e funções sociais, expressando ideias em comuns e fixam-se protótipos de atuação.



JORNAIS COMO FONTES HISTÓRICAS E OBJETO DE PESQUISA

Por muito tempo, o olhar para os impressos foi de desconfiança e negação devido as compreensões positivistas de que os jornais não eram considerados uma fonte fidedigna, devido este pensamento estar em voga até o começo do século. Os jornais não são espelhos do real, como nos ressalta Laura Maciel (2004), na verdade são fontes que modelam formas de pensar e agir, define os papéis sociais, banaliza colocações e interpretações que se pretendem direcionar de forma universal.

Ainda em 1971, a autora Ana Camargo, em seu texto “A Imprensa Periódica como fonte para a História do Brasil”, já introduzira a imprensa periódica enquanto documento e fonte de documentos como objeto de análise. De acordo com Camargo (1971), o jornal é um amplo veiculador de comunicação da opinião pública e também um meio propício para a ação dos poderes públicos ou privados. Quando aliado ao governo, o jornal faz uma abordagem de exaltação, enquanto um outro de oposição mostra as defasagens do governo em voga (ESPIG, 1998).

A imprensa periódica até 1970 era pouco utilizada nas pesquisas de História do Brasil, e, quando usada, era realizada para reforçar hipóteses já confirmadas por determinados autores em uma correlação direta com o que encontravam em seus objetos de pesquisa, sem antes analisar criticamente o que detectavam (CAMARGO, 1971). Na tentativa de registrar a verdade histórica, os jornais acabam apresentando porções fragmentadas e simplificadas de Histórias plurais, que representadas fazem parte de realidade oriunda um todo mais complexo do que é observado (DOSSE, 1992). Segundo Camargo (1971), o documento, por mais formativo que seja, ao dar pistas ao historiador sobre a consciência que as pessoas tinham das questões de sua época, não estavam isentos de apresentar versões opinativas e até omissivas de um determinado evento histórico. Por isto, sempre teremos uma ideia parcial dos acontecimentos ocorridos, em uma distorção da realidade provocada pela proximidade pessoal e ideológica dos escritores com os fatos cotidianos representados. De toda forma, Capelato (1988) acrescenta que os jornais como fonte suspeita merece revisão, a pesquisadora ressalta as redefinições deste campo de pesquisa e as novas configurações possíveis nas análises desse documento.

A historiadora Márcia Espig, referência nos estudos que analisam o impacto dos jornais enquanto objeto de pesquisa, desde a década de 1990, ressalta que o material impresso dos periódicos não divulga a história e entrega informações genuínas de qualquer período analisado, aleatoriamente. Para a autora, apenas uma leitura interpretativa admitidamente exaustiva em diálogo, inclusive, com outros documentos históricos, possibilitará preencher as lacunas contextuais existentes neste tipo de fonte. Os jornais são bem uteis para a pesquisa histórica por conta de sua periodicidade que abarca o



cotidiano de uma sociedade, da qual podemos capturar a cronologia dos fatos históricos para a investigação da história cultural, por exemplo. Ainda neste sentido;

O noticiário dos jornais, a partir do momento em que a imprensa se torna informativa por excelência, constitui importante repositório de dados - que exigem, é claro, meticulosa crítica e confronto com outros, extraídos de fontes diferentes [...] quanto à matéria formativa, no que são abundantes os jornais e revistas mais antigos, tem servido para caracterizar as ideologias políticas na quase totalidade de sua argumentação (CAMARGO, 1971: 226-230).

A crítica de Rafael Lapuente (2015) vai de encontro com o ensejo da autora citada neste aspecto sobre as problemáticas do uso acrítico das fontes praticado por muitos pesquisadores, sem ponderar a influência do jornal no contexto em que estava inserido. As autoras CRUZ e PEIXOTO (2007) também são enfáticas ao afirmar que as fontes não são passivas, pois elas falam de um lugar em especial. O tratamento teórico e metodológico criterioso é essencial para esmiuçar as historicidades e peculiaridades que precisam ser desvendadas nessa relação simultânea da imprensa e sociedade. Concomitantemente, como as pensadoras nos indicam, podemos incorporar diversas interpretações das partes dos jornais em nossa análise, seja de charges, editoriais, gibis, classificados, artigos assinados, crônicas, entre outros. No entanto, mesmo havendo tantas possibilidades de materiais jornalísticos para trabalharmos, nos deparamos com diversos entraves de preocupação metodológica quando se trata de materiais ligados aos jornais, “parece que temos avançado pouco naquela outra dimensão de que falam os parâmetros e diretrizes, ou seja, na formação específica que prepare os profissionais da área para o trabalho de crítica histórica desses materiais” (CRUZ; PEIXOTO, 2007: 256).

Lapuente (2015) alerta que antes mesmo de 1970 os jornais já eram vistos como documentos históricos, mas sem fazer uma análise intensa sobre as transformações das discussões historiográficas. Em sua obra também destaca que foi com o surgimento dos Annales que ocorrem as mudanças de percepção do que poderia ser considerado fonte documental, passando a ser aceitos objetos de cultural material e obras literárias, estatísticas, imagens iconográficas, testamentos, diários, etc. - uma inovação na área da historiografia -. Nessa primeira geração dos Annales, abrange, portanto, novas ideias para uma abordagem de história-problema, trabalhando com problemáticas e hipóteses. Com a terceira geração na acentuação da "História Cultural, pós-movimentos de maio de 1968, que o quadro da historiografia brasileira passa por alterações em sua relação com o jornal como documento-fonte" (LAPUENTE, 2015: 3).

A obra “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa” de Cruz e Peixoto, põe em foco principalmente as questões estruturais e metodológicas nos usos dos impressos para uma séria pesquisa historiográfica, com uma abordagem muito próxima, possivelmente inspirada na

trabalhada por René Barata Zicman na obra “História através da imprensa – algumas considerações metodológicas”, ainda em 1985. Como nos indica esses trabalhos, a parte estrutural dos jornais são parâmetros de análise, sendo possível capturar os objetivos dos destaques, tamanho, periodicidade de circulação, letras maiores das capas e manchetes (CRUZ; PEIXOTO, 2007); ZICMAN (1985).

A materialidade e o formato dos periódicos também são importantes fatores de atenção para compreendermos a relevância dentro dos jornais em suas publicações. A própria linguagem utilizada denuncia para quem está sendo direcionada uma determinada notícia. Todos estes fatores, irão motivar, inclusive, o valor do preço dos jornais dependendo do público-alvo (LUCA, 2006). Os propósitos de registro dessas fontes históricas, calcados, inclusive pela intencionalidade assumida pelo historiador, vai investigar as intenções ocultas do documento e seus personagens inseridos neste enredo histórico. Por mais que estejamos analisando um evento passado, ele ocorre a partir de problematizações formuladas que tem um motivo no presente, em acordo com demandas históricas específicas. "Neste sentido, avaliar este microcosmo e encontrar os elementos que compõe e determinam um fenômeno, sem perder-se nos debates acerca das particularidades culturais, parece-nos um dos desafios mais atuais para os historiadores das diferentes áreas" (TOLEDO; JÚNIOR, 2012: 266).

René Barata Zicman (1985) menciona quatro grandes eixos sobre a caracterização geral da imprensa na análise do material jornalístico, das quais destaca-se: A) aspectos formais e materiais do jornal, B) aspectos históricos do jornal, C) aspectos econômicos do jornal. D) aspectos da clientela do jornal: o público-leitor alvo. Como abordagem metodológica, o autor elenca sobre a análise de conteúdo ao recorrer as técnicas de pesquisas para um estudo quantitativo e qualitativo realizado de maneira sistemática. "É um método que se aplica prioritariamente à análise dos discursos, abrindo-se sobre um vasto campo: a rigor toda forma de comunicação pode ser analisada e descrita pelo método de análise de conteúdo" (ZICMAN, 1985: 94).

O autor nos apresenta, portanto, um guia de como catalogar as informações desejadas dos documentos investigados, destacando as divisões a serem feitas para organizar o trabalho na pesquisa. Um método bem estabelecido e executado, evita a contaminação do pesquisador em sua interpretação subjetiva sobre a fonte, ao adotar metodologicamente os passos dados para evitar também, o anacronismo e demais equívocos de interpretação sem se deixar levar pelas suas próprias convicções. Entretanto, Zicman (1985: 100), admite que o método pelo método por mais esclarecido que seja não resulta precisamente em um valor científico, pois pode ser na verdade, uma grande superficialidade. Mais uma vez, como é argumentado pelos pesquisadores da área, reforçar a necessidade de uma

análise interna e externa ao material jornalístico é crucial, não podendo ser encarado apenas como um fato histórico próximo da realidade.

Ainda, em sua obra, Zicman (1985), destrincha as várias vantagens em recorrer aos impressos para utilizá-los como ferramentas de fonte documental, dentre elas, podemos destacar sua periodicidade, disposição espacial da informação e tipo de censura. Os jornais como agentes do cotidiano, possibilitaria uma cronologia dos fatos históricos, estariam sobretudo, localizado dentro de um recorte espacial de circulação territorial e sofrer uma censura apenas instantânea e imediata. Aqui cabe um contraponto desta perspectiva inofensiva dos jornais como fontes pacíficas e verificas, visto que o autor coloca de forma breve que esses escritos detêm um teor político-ideológico em sua formulação que deve ser levado em consideração para aqueles que irão pesquisá-los.

Igualmente preocupadas com a análise de conteúdo, Cruz e Peixoto (2007), elaboraram um roteiro de análise da imprensa periódica em que destacam as devidas etapas que devem ser respeitadas e seguidas na pesquisa. Entre elas, podemos citar a “identificação do periódico, projeto gráfico (organização e distribuição de conteúdo), grupos produtores, circulação e distribuição, projeto editorial (movimentação e posicionamento político na conjuntura)” (CRUZ; PEIXOTO, 2007: 266). Ou seja, deve-se seguir uma série de procedimentos na investigação de todo o reportório em análise.

Espig (1998), fala sobre a necessidade de cruzamento das notícias contidas nos periódicos com outras fontes históricas para fortalecer a qualidade da pesquisa e evitar certos equívocos de análise empírica, usando por exemplo, os escritos do norte-americano Robert Darnton em sua obra de 1988, justamente em uma época da virada dos estudos culturais. Ligado também ao que José de Assunção Barros (2010) vai falar sobre uma nova visão historiográfica sobre o uso de testamentos, certidão de batismo, jornais, como fonte e objeto da história nas pesquisas historiográficas a partir de 1990, Robert Darnton (1996) apud Espig (1998) sobressalta que o cruzamento de informações para ressignificar o valor das informações jornalísticas deve estar ressaltado no texto, a partir de usos dos relatórios, fontes folclóricas e testemunhais.

Nos jornais entre os séculos XIX e XX, o que antes tinha uma participação isolada de indivíduos, passa de instrumentos políticos de combate no espaço público, para empresas jornalísticas, surgindo como produtos para fins capitalista, se colocando como empresas privadas que visam o lucro, antes da notícia em si (BAHIA, 2009). Entre os séculos XIX e XX, os jornais eram notáveis meios de expressão e conformação do debate público, não ficando restritos apenas às camadas letradas, já que o conteúdo era bastante transmitido oralmente entre as pessoas. Assim, aqueles que não sabiam ler e escrever, ouviam. E, dessa forma, os conteúdos e suas representações circulavam pelas províncias brasileiras, influenciando a construção do imaginário social sobre a



população (BARBOSA, 2010). Contudo, outra importante estratégia para atingir um maior contingente de pessoas, estava presentes nas ilustrações dos periódicos, como era o caso das caricaturas que, através da abordagem imagética em formato de sátira e humor, transmitira àquilo que era desejado, como as que figuravam a situação dos dados eventos decorridos da oligarquia do começo do século XX (MARTINS, 2011).

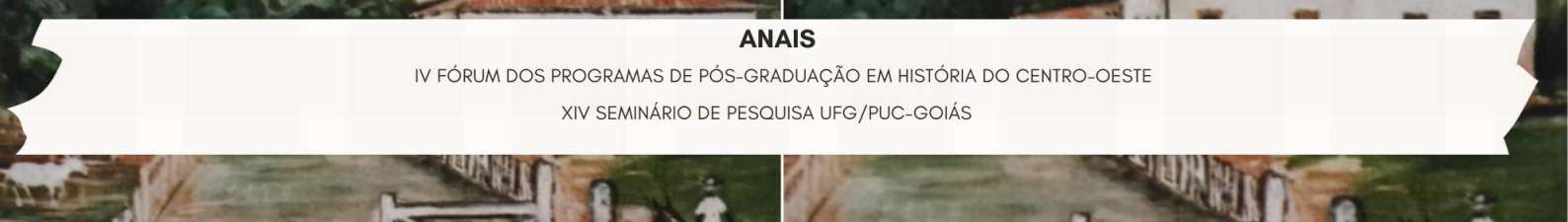
Os jornais são encarados como veículos de formação de opinião por meio das representações sociais (BACELLAR, 2006). Conceitos, por exemplo, como estigma e estereótipo ⁶⁶sempre acabam presentes nos escritos dos jornais representando o que um distinto grupo pensa sobre determinado lugar ou indivíduo - visto como estranho, na percepção sobre o “outro” -. Uma forte ferramenta ilustrativa da materialização do estereótipo nos periódicos, era o uso recorrente de caricaturas para denunciar ou ironizar algum fator que causasse incomodo, como em períodos de eleições, reconhecida como uma crítica social ou fortalecimento do estigma, quando faziam caricaturas de ex-escravos. "pela caricatura penetramos na intimidade e na sutileza das relações sociais, às vezes pouco tangíveis, de difícil abordagem" (CAMARGO, 1971, p. 231).

Em outro sentido, Zicman (1988) aponta que a mudança de jornal de opinião para jornal de informação passa a acontecer entre os anos de 1930 e 1950, aparecem com mais força também, as empresas jornalísticas com a nova presença de grandes grupos de Imprensa, ocasionando na eliminação dos pequenos jornais de grupos políticos, forjando a objetividade nas notícias. Surge nesta década a imprensa sensacionalista popular, que foca na cultura da violência e pela dramatização da vida cotidiana, com grandes destaques nos títulos das matérias (ZICMAN, 1988, p. 92).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que sejam muitos os desafios ao lidar com os jornais, temos historiadores brasileiros que estão empenhados a produzir pesquisas que partam de um arcabouço sólido e crítico antes de manusear o conteúdo de periódico apenas para endossar suas hipóteses e perspectivas de análise. De pesquisas pioneiras e renomadas como as de ZICMAN (1988), CAMARGO (1971) e ESPIG (1998) a outras mais recentes como as de LAPUENTE (2015); MARTINS E DE LUCA (2013); BARBOSA (2010), TOLEDO E JÚNIOR (2012), ambas, independentemente de atuarem em áreas distintas - História, Educação e Comunicação Social - apontam para questionamentos importantes que precisamos fazer como historiadores antes de executar pesquisas precipitadas ao recorrer aos jornais.

⁶⁶ Para ler mais, ver ELIAS; SCOTSON, 2000; GOFFMAN, 1975.



As pesquisas acadêmicas, desde TCC's/monografias, dissertações, teses e artigos devem permanecer em alerta para não acabar reproduzindo apenas uma réplica de outros trabalhos quando falam de questões metodológicas. Visitar as obras basilares que dialogam com a história da historiografia, escrita historiográfica e a narrativa histórica ao investigar fontes históricas como os jornais, usando, por exemplo, as representações sociais, nos faz enxergar o quão relevante deve ser os critérios teóricos e metodológicos adotados. Apesar da apresentação sistemática e engessada que antigos autores apresentavam, não devemos os enxergar como ultrapassados manuais de instruções para o historiador aventureiro. As obras discutidas neste trabalho, apesar da breve apresentação, dão sinais importantes para denotarmos o cuidado e zelo em nosso ofício como escritores da História.

Ainda que os periódicos estejam sendo mais utilizados nas pesquisas historiográficas como objeto de pesquisa, ainda não é uma área que explora tanta a vastidão de material disponível em arquivos, repositórios e acervos espalhados por todo o país. Neste ínterim, o leque de opções para pesquisas está aberto para os pesquisadores que estejam preparados e preocupados em exercer sua função de maneira cautelosa e criteriosa. Plataformas digitais de instituições como a Biblioteca Nacional, oferecem uma vasta gama de materiais digitalizados prontos para serem analisados sob a ótica do historiador, que estando armado com as devidas ferramentas teóricas e metodológicas estarão prontos para executar o seu ofício na área da História.

REFERÊNCIAS

- BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais. Uso e mau uso dos arquivos In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARROS, José D.'Assunção. Fontes históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. *Albuquerque: journal of history*, v. 2, n. 3, 2010.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. *Simpósio Nacional de Professores Universitários de História*. São Paulo: FFCH-USP, 1971.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, Maringá, v. 9, n. 1, p. 143-165. 2005.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, v.1, p. 12, 1990.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, v. 35, n. 2, 2007.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ESPIG, Márcia Janete. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico: o caso do Contestado. *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, v.24, n. 2, 1998.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa: a imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: Edusp, 1996.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos “Annales” à Nova História*. Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FREIRE FILHO, João. Força de expressão: construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. *Famecos*, Porto Alegre, n. 28, p. 18-29, quadrimestral. 2015.

GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. Porto Alegre: Encontro Nacional da História da Mídia - UFRGS, v. 10, 2015.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo Notícias e Histórias: Algumas Questões em torno da Relação Telégrafo e Imprensa – 1880/1920. In FENELON, Déa et ali. *Muitas Memórias, Outras Histórias*, São Paulo: Olho d'água, 2004.

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2011.

OLIVEIRA, Cícero Josinaldo da Silva. Chartier e Foucault: poder, cultura e representação. São Paulo: *Poliética*, v.6, n.2, p.68-87, 2018.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Autêntica, 2013.

RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e Ideologias*. Petrópolis: Vozes, 2013.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck, *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; JUNIOR, Oriomar Skalinski. *A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método*. Campinas: Revista HISTEDBR On-line, v. 12, n. 48, p. 255-268, 2012.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

ZICMAN, René Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP*. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.

A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 NO BRASIL E A QUESTÃO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

Francisca Vilandia de Alencar⁶⁷

RESUMO

O presente trabalho visa expor a reforma trabalhista de 2017 no Brasil à luz das questões sobre capitalismo dependente expostas por Florestan Fernandes na obra *“Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”* e de Francisco de Oliveira em *“Crítica à razão dualista”*. Nossa hipótese é a de que as alterações legislativas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 2017 no Brasil, em grande medida prejudiciais ao trabalhador assalariado, representam uma dinâmica social das relações de poder que é histórica e remete aos interesses de uma mesma burguesia que nos anos pós 1930 também influenciou a criação da normativa trabalhista à época visando o desenvolvimento do processo de acumulação de capital industrial em detrimento da classe dominante antecessora que eram os grandes proprietários rurais.

Palavras-chave: Reforma trabalhista. Florestan Fernandes. Francisco de Oliveira. Capitalismo dependente.

INTRODUÇÃO

A quem interessa a questão da reforma trabalhista de 2017 no Brasil? Na prática, pelo menos dois eixos centrais lidam com o tema e sofrem seus impactos, a saber, teóricos e militantes do mundo do trabalho, os quais também podem ou não pertencer ao segundo eixo que é composto pelos próprios trabalhadores: primeiro celetistas⁶⁸, mas também toda a “classe-que-vive-do-trabalho⁶⁹” porque precariza ainda mais as relações de trabalho, dentre outras consequências. Faz-se necessário destacar quem são os primeiros alvos desta reforma porque quando o debate público não é ocupado pela classe subalternizada, se consegue propagar uma narrativa generalista de enfraquecimento da luta de classes

⁶⁷ Mestranda em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG-PPGHIS). E-mail: vilandiaalencar01@gmail.com. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves. Bolsista de Demanda Social Capes.

⁶⁸ Trabalhador celetista é aquele que possui registro formal na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e, portanto, se submete a CLT e não a legislação específica como ocorre com o funcionário público, por exemplo. Na categoria do trabalhador celetista também está presente aqueles que embora não possuam registro formal na CTPS se submetem a CLT e podem pleitear direitos trabalhistas junto a Justiça do Trabalho, a exemplo do próprio reconhecimento do vínculo formal que se fez inexistente, seja por ausência de registro intencional, seja por prática da “pejotização” como forma de burlar as leis trabalhistas.

⁶⁹ Expressão cunhada por Ricardo Antunes e exposta em diversas obras tratando a questão do trabalho, a exemplo da obra “os sentidos do trabalho”.



no Brasil, mas que deve ser combatida cabalmente, pois, talvez em razão do fato de que significativo número de brasileiros não se submeta a CLT e/ou aqueles que tem voz e poder na dinâmica das relações de poder também não sofram com as alterações ou, ao contrário, delas se beneficia. Assim, iniciamos com importante destaque para a questão de que houve resistência à aprovação da reforma, mas não forte e organizada o suficiente para impedir sua concretização.

Lembremos ainda da instituição da CLT em 1943, durante a “Era Vargas”, cuja produção de normas relativas ao trabalho ganha fôlego com a “revolução⁷⁰” de 1930 e vem no bojo das transformações multifacéticas de um projeto capitalista que visava convencer que os direitos estavam sendo “dados” ou “concedidos” pelo Estado, e não emergiam da luta dos trabalhadores, silenciando os movimentos, os sindicatos e qualquer possibilidade de revolução vinda de baixo. Nesse sentido, Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves afirma que “escreve-se assim a História do Brasil como revolução-passiva, como se os direitos conquistados pelos trabalhadores fossem dádiva gratuita da classe dominante, e não fruto de sua luta mais ou menos aberta.” (GONÇALVES, 2020, p. 31). Fato é que somos educados para não enxergar a luta dos subalternos quando não se é parte da luta e a olhamos de fora.

É nesse sentido que o presente trabalho visa expor a reforma trabalhista de 2017 no Brasil à luz das questões sobre capitalismo dependente expostas por Florestan Fernandes na obra *“Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina”* e por Francisco de Oliveira em *“Crítica à razão dualista”*. Para tanto, primeiro nos propomos a tratar da compreensão acerca do capitalismo dependente na visão dos autores supramencionados e após exporemos algumas alterações efetivadas através da reforma e a diferença entre a forma anterior, com a finalidade de corroborar nossa hipótese que é a de que as alterações legislativas à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em grande medida prejudiciais ao trabalhador assalariado, representam uma dinâmica social das relações de poder que é histórica e remete aos interesses de uma mesma burguesia que nos anos pós 1930 também influenciou a criação da normativa trabalhista à época visando o desenvolvimento do processo de acumulação de capital industrial em detrimento da classe dominante antecessora que eram os grandes proprietários rurais.

Por último, temos que o delineamento da presente pesquisa é bibliográfico, cujo material de pesquisa é constituído por livros e artigos científicos e assim a partir de dados secundários, especialmente no que tange a questão do capitalismo dependente. Trata-se de uma pesquisa também

⁷⁰ Para Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves “Quando 30 é colocado como “Revolução” perde-se a relação histórica das lutas de classes, o que permite aos historiadores da ordem caracterizar a classe trabalhadora em sua suposta passividade.” (GONÇALVES, 2020, p. 31).

documental porque nos valem da lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017 que altera a CLT como fonte primária. Quanto a abordagem trata-se de uma pesquisa qualitativa. (GIL, 2008).

SOBRE CAPITALISMO DEPENDENTE

A obra “capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” de Florestan Fernandes, trata-se da reunião de três de seus textos escritos entre 1969 e 1971, a saber, “padrões de dominação externa na América Latina”, “classes sociais na América Latina” e “sociologia, Modernização Autônoma e Revolução Social.” Nestes textos percebemos um esforço para tentar sintetizar seus estudos sobre o tema e explicar a crise estrutural que passava (passa) a América Latina pela ocorrência do capitalismo dependente.

Os países latino-americanos entram no jogo do capitalismo global como “produtos da ‘expansão da civilização ocidental’.” (FERNANDES, 2009, p. 21). Essa qualidade de produto persiste porque tais países não reúnem as condições culturais, econômicas e políticas de impedir a incorporação dependente das nações de capitalismo hegemônico, assim como a ausência destas condições também os impede de acompanhar a evolução do capitalismo que ocorre cada vez mais rápida. Tais ausências tem fundo histórico, pois desde o processo de colonização há a persistência de uma forma social dominada por estratos privilegiados que concentram a riqueza, sobretudo a propriedade, e o poder político que se organiza sob um estilo democrático subserviente a dominação externa e com exclusão do povo. Desta forma, os interesses da nação são na verdade interesses particulares dessas camadas que se mantem no poder desde a colonização, as quais nenhum compromisso com o desenvolvimento local o tem. (Ibidem).

Fernandes, ao tempo que escreve, identifica que do ponto de vista sociológico a América Latina está diante de dois grandes problemas:

O primeiro é a nova forma de imperialismo e a sua difusão sob a hegemonia de uma superpotência capitalista, os Estados Unidos. O outro consiste em como enfrentar o imperialismo, na época das grandes empresas corporativas e da dominação implacável por parte de uma nação americana, dadas as debilidades econômicas, socioculturais e políticas predominantes, mesmo nos países mais avançados da região. (Ibid. p. 22).

Reiteramos que quando Fernandes desenvolve sua análise, o mundo vivia momentos singulares do capitalismo global, como por exemplo, a entrada no fim da era de ouro do capital e as disputas por hegemonia entre EUA e URSS. Mais de cinquenta anos depois da análise feita por nosso autor, ainda pairamos sob os mesmos problemas identificados por ele que acima destacamos?



Preliminarmente, faz-se necessário destacar a descrição que ele faz acerca das fases e formas da dominação externa. Inicia esboçando como ocorreu o antigo sistema colonial, o qual vigorou nos países da América Latina por aproximadamente três séculos. Tanto Portugal quanto Espanha trouxeram para o novo continente mecanismos para o desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu, sem nenhuma intenção de constituir aqui uma sociedade autônoma, uma pátria. Os territórios da América eram para eles um prolongamento de Estado para extrair riquezas, diferentemente do que ocorre com a colonização inglesa que foi livre das injunções da metrópole desde o início e fundou na nova terra uma pátria. Assim, os padrões de dominação fixados na América Latina são orientados para manter uma lógica de dominação coerente com a sociedade colonial.

A realidade de dominação imperialista que gesta e mantém os países da América Latina até hoje sob a lógica do capitalismo dependente trata-se de uma construção histórica e bastante enraizada. O primeiro tipo de dominação externa se manifesta primeiro pelo interesse dos agentes privilegiados da colonização como colonizadores e países financiadores romperem com lógica dura de exploração na qual obtinham menos lucros do que as coroas de Portugal e Espanha; depois, no território europeu, Holanda, França e Inglaterra disputam pelo controle econômico das colônias da América com as potências que exerciam seu controle externo neste antigo sistema colonial, movimento que era preciso ser apoiado pelos habitantes do território dominado com nível de poder político e econômico para impor sua emancipação. (FERNANDES, 2009).

Sobre o segundo tipo, Fernandes aponta que

Surgiu como produto da desagregação do antigo sistema colonial. As nações europeias, que conquistaram o controle dos negócios de exportação e de importação na América Latina (a Inglaterra em particular), estavam mais interessadas no comércio que na produção local. Durante quase quatro ou cinco décadas – do fim do século XVIII até as primeiras três ou quatro do século XIX – esses países ocuparam o vácuo econômico deixado pela desagregação do antigo sistema colonial, em vez de exercerem o papel de um “poder imperial”. (Ibid. p. 24).

Podemos falar aqui que passou-se de um processo de dominação direta, para um processo de dominação indireta ou como o autor supra chama de neocolonialismo. A produção local estava preparada para a exportação imediata, mas ainda não tinha conseguido desenvolver aqui nenhum produto de alto valor econômico ou sequer possuía um mercado consumidor capaz de orientar alguma autonomia econômica e financeira para o país. Tanto as ex-colônias não possuíam recursos quanto os setores dominantes desejavam continuar exportando, mas agora sem ter que repassar parte significativa do lucro para a Coroa. Na realidade houve uma conservação da mesma lógica economia anterior.

O esforço para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico



secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas constituídas sob o antigo sistema colonial. (Ibid. p. 25).

“O terceiro tipo de dominação externa apareceu como consequência da reorganização da economia mundial, provocada pela revolução industrial na Europa.” (Ibid. p. 25). A dominação indireta foi chave para a revolução industrial e ajudou sobretudo a Inglaterra em seu crescimento capitalista. A forma pela qual foi conduzida a articulação do capital internacional com o desenvolvimento autônomo das economias periféricas da América Latina influenciou o modo de ser destas sociedades em todas as esperas, não apenas econômica, o que para Fernandes resulta na dominação imperialista e no capitalismo dependente como movimento histórico profundamente enraizado. (FERNANDES, 2009).

O autor em debate, por fim, identifica o quarto tipo de dominação externa que a seu tempo se apresenta com a fixação de multinacionais nos países de economia dependentes, especialmente indústrias leve e pesada, mas também no campo dos serviços, comércio e financeiras. Estas empresas usam estrategicamente os países da América Latina para se fixarem porque as condições sociais, econômicas e políticas são bem mais favoráveis à produção e acumulação de capital, sobretudo com barateamento da matéria prima, incentivos fiscais e a superexploração do trabalho. Trata-se também de mais uma forma de orientar a economia interna pelos interesses externos, ao que Fernandes (2009) identifica como “capitalismo corporativo ou monopolista.” (Ibid. p. 27).

Este novo *modus operandi* é denominado de “imperialismo total”, no qual não apenas uma, mas várias nações compartilham o controle externo destes países, conforme explica Fernandes

O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, à modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. (Ibid. p. 27).

Esse tipo de imperialismo demonstra como as economias dependentes não reúnem as condições necessárias à sua autonomia e porque mesmo diante de tantos séculos de capitalismo não conseguem sair da categoria de subdesenvolvimento. A burguesia interna com influência na dinâmica destas relações de poder também se orientada por interesses egoístas e empenham a superexploração local ao grande capital internacional. Este é um panorama mais ou menos geral que verifica na história da formação sociocultural da América Latina onde estamos e por que estamos nesta qualidade de economia periférica. Nesse sentido, entende-se que as relações de dependência não são relações entre estados soberanos, pois não são o motor que move a expansão do capitalismo. O que o move são as contradições das relações de classes criadas pelo regime de produção econômica dominante. Tanto a

classe dominante interna quanto os grupos externos donos do capital tiram proveito da condição de dependência e subdesenvolvimento dos países periféricos, porque a burguesia local é “parceira” da burguesia internacional, ainda que menor e subordinada.

A questão que se colocou Florestan Fernandes e que ainda é atual para nós é se é possível que estes países consigam atingir a “integração nacional e a autonomia econômica, sociocultural e política através do capitalismo?” (Ibid. p. 34). Para ele, duas realidades se colocam:

- 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e autônoma. (Ibid. p. 34).

Olhemos para a distribuição e concentração de riquezas que tradicionalmente concentra em pequenos grupos dominantes rendas exorbitantes em detrimento de rala distribuição de renda para a maior parte da população. População esta, que mal consegue vender sua força de trabalho ou se consegue é de forma precária. Se o neocolonialismo é tão asfixiante quanto o antigo sistema colonial, “pode o capitalismo privado, sob condições de extrema concentração interna da renda (e, em consequência, do prestígio social e do poder) e sob condições de dominação externa e de drenagem de riquezas permanentes, enfrentar realmente e mudar uma tal realidade?” (Ibid. p. 35). Olhando para condições históricas da formação social destes países até nos parece que Fernandes faz uma pergunta retórica.

O desenvolvimento histórico material do sistema capitalista, sobretudo a manifestação cada vez mais curta das crises estruturais e cíclicas deste sistema, assim como as tentativas de contornar as crises através de políticas neoliberais que “arroçam” cada vez mais a população e a classe trabalhadora com a retirada de direitos e aumentos exponenciais das taxas de juros mormente, corrobora com a tese de que a lógica deste panorama não será alterada através do aprofundamento do próprio sistema e ainda mais quando o tipo presente é o capitalismo dependente.

Pensando especificamente a questão socioeconômica do Brasil, Francisco de Oliveira também contribui para o presente debate com o texto “Crítica à razão dualista” (1972) e que vai nos ajudar a compreender o objeto de pesquisa atual. Para Oliveira, no Brasil, o desenvolvimento capitalista recebe novos contornos a partir da “Revolução”⁷¹ de 1930 que encerra a hegemonia agrário-exportadora e inicia um ciclo de predominância com base na produção industrial urbana. Muito

⁷¹ Quando 30 é colocado como “Revolução” perde-se a relação histórica das lutas de classe, o que permite aos historiadores da ordem caracterizar a classe trabalhadora em sua suposta passividade. Escreve-se assim a História do Brasil como revolução-passiva, como se os direitos conquistados pelos trabalhadores fossem dádiva gratuita da classe dominante, e não fruto de sua luta mais ou menos aberta. (GONÇALVES, 2020, p. 31).

embora, somente em 1956 é que a renda do setor industrial será maior do que a da agricultura, a forma pela qual o processo de predominância do novo setor se consolida é que é fulcral. (OLIVEIRA, 2013). Gonçalves (2020) e Ianni (1979) entendem que este é o ano que marca a constituição do Brasil como um novo tipo de estado burguês já que o encerramento de ciclo a que Oliveira se refere é o fim de um estado oligárquico caracterizado pela relação de dominação-subordinação e início de uma ação estatal caracterizada pela dominação hegemônica.

Neste processo, a imposição de uma regulamentação legal estatal sobretudo em relação ao trabalho e o seu preço tinha dupla finalidade: “de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de *criação* das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno.” (OLIVEIRA, 2013, p. 35). Neste ponto, a legislação trabalhista começa a ser elaborada. Há uma virada de chave no que tange a questão da hegemonia, pois segundo Gonçalves (2020), a República Velha exercia sobre a classe trabalhadora um tipo de hegemonia cujo sustentáculo era a dominação pura e simples, o que não se sustenta, ao passo que a Nova República se consolida no tipo de dominação hegemônica clássica com uso da força, mas também do consenso.

Nesse sentido, as leis trabalhistas tiveram importante papel no processo de acumulação capitalista voltado ao setor industrial que se torna concreto a partir de 1930, por esta e por outras razões, é equivocada a ideia de que no capitalismo o estado deve ser mínimo, afastado das questões de mercado, “pois precisamente o papel do Estado é ‘institucionalizar’ as regras do jogo.” (Ibid. p. 37). No que se refere ao jogo do capital, estas leis cumpriram o papel de transformar a população brasileira, especialmente as da cidade, em “exército de reserva”. (OLIVEIRA, 2013). O autor aponta duas razões para essa conversão a partir da lei:

De um lado, propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto do pesadelo de um mercado de concorrência perfeita, no qual ele devesse competir pelo uso dos fatores; de outro lado, a legislação trabalhista *igualava reduzindo* – antes que incrementando – o preço da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2013, p. 38).

Desta forma, foi, na verdade, uma manobra que beneficiou a acumulação, uma vez que tanto calculou por baixo quanto estabeleceu regras que equiparavam todas as categorias, qualificadas ou não. Mas isso não quer dizer que o simples rebaixamento de salários deu conta da acumulação, pois de acordo com Oliveira “não era necessário que houvesse rebaixamento de salários anteriormente pagos, mas apenas *equalização dos salários dos contingentes obreiros incrementais*; isto é, da média dos salários.” (Ibid. p. 39). Um objetivo não declarado da legislação, é claro, que confere impulso à acumulação e assinala a nova fase da economia brasileira.



O trabalho não é o único fator de regulamentação sob o qual o Estado intervém com o objetivo de criar as condições necessárias para a acumulação capitalista do setor industrial, mas sua atuação camuflada, porém intencional e direcionada, faz emergir ideias de um Estado Patriarcal e preocupado com a questão social. Ideia que não passa de uma utopia, pois basta lembrar como as leis trabalhistas excluíram o trabalhador do campo da regulamentação legal do trabalho e da previdência social e cooptou a agricultura na sua forma de produção primitiva para sustentar as condições de acumulação industrial. (OLIVEIRA, 2013).

Nas condições concretas da expansão do capitalismo no Brasil, o crescimento industrial teve que se produzir sobre uma base de acumulação capitalista razoavelmente pobre, já que a agricultura fundava-se, em sua maior parte, sobre uma “acumulação primitiva”. Isso quer dizer que o crescimento anterior à expansão industrial dos pós-anos 1930 não somente não acumulava em termos adequados à empresa industrial, como não sentou as bases da infraestrutura urbana sobre a qual a expansão industrial repousasse: antes da década de 1920, com exceção do Rio de Janeiro, as demais cidades brasileiras, incluindo-se nelas São Paulo, não passavam de acanhados burgos, sem nenhuma preparação para uma industrialização rápida e intensa. (Ibid. p. 55).

Muito embora a questão do capitalismo dependente seja realidade dos países da América Latina verificada por Florestan Fernandes, na análise de Francisco de Oliveira, o Brasil, além de estar enclausurado neste tipo de capitalismo, também possui uma certa especificidade particular relativa ao processo econômico no pós-anos 1930. Para ele não se verifica neste período histórico do Brasil (nem nos posteriores) uma economia capitalista do tipo “clássica” porque não se reproduz nem tem o resultado das estruturas econômicas dos países mais desenvolvidos. Ele destaca duas questões particulares da experiência local neste processo: a revolução burguesa e o *modus operandi* da acumulação industrial adotada, aqui pincelada linhas acima.

A expansão do capitalismo no Brasil atravessa uma dinâmica de poder que visava a substituição da cúpula do poder anteriormente centrado nos grandes proprietários rurais para o empresariado industrial que se fazia como a nova classe burguesa. Mas a especificidade do Brasil é que a revolução burguesa não se concretizava com uma ruptura total da dinâmica anterior. O populismo vai ser o meio de conexão entre o modelo “arcaico” e “novo”, o qual, por sua vez, se materializará sobretudo através da legislação trabalhista, a qual cria “novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação,” (OLIVEIRA, 2013, p. 64). As novas leis do trabalho não apenas possibilitam a acumulação industrial, mas também um instrumento para que a burguesia industrial capture o apoio das classes trabalhadoras das cidades para se fazer hegemônica em relação aos seus predecessores e isso se será fundamental inclusive para que as novas posições dialéticas não sejam revertidas depois dos impactos dos eventos externos como a



II Guerra Mundial. O autor confirma nossa interpretação quando afirma que “seu sentido político mais profundo é o de mudar definitivamente a estrutura do poder, passando as novas classes burguesas empresário-industriais à posição de hegemonia.” (Ibid., p. 64).

Como as novas classes burguesas não totalmente excluem as classes dominantes anteriores da dinâmica das relações de poder, nem dos ganhos, já que o tipo de acumulação primitiva baseada na exportação subsistia, as leis do trabalho também cuidaram de não alcançar esta seara das relações de trabalho e produção. Ou seja, a normativa trabalhista foi peça chave para a virada hegemônica. Essa dinâmica das relações de poder sociais que é histórica nos permite conhecer como se constituíram, se constitui e se mantem as relações fundamentais de dominação da sociedade, seus conflitos, contradições e realizações. Essas relações fundamentais são, na verdade, apenas o ponto inicial para compreender o momento atual, mas não se esgotam aqui e sequencialmente esboçadas no trabalho dissertativo do qual este trabalho é um fragmento. De toda forma, a exposição acerca do capitalismo dependente aqui realizada, ao nosso ver, indica aos interesses de quem a reforma de 2017 serve. Um giro na dinâmica das relações de trabalho que não é novo, porque novamente leis trabalhistas são usadas para preservar o processo de acumulação do capital.

“REFORMA” TRABALHISTA DE 2017 NO BRASIL: UM MEIO PARA FORMALIZAR A SUPEREXPLORAÇÃO

Por que foi fraca a resistência a “reforma” trabalhista de 2017 no Brasil? De início, disseminou-se um consenso de que apenas a aprovação dessa reforma (ou contrarreforma, como denomina ANTUNES) geraria mais emprego e reestruturaria a economia do país após o governo Dilma Rousseff, e assim foi possível um processo legislativo de aprovação de uma reforma que suplanta direitos, mas que emergiu em desfavor da classe trabalhadora. A dita reforma representa um retrocesso legislativo no âmbito dos direitos trabalhistas e isso vem no bojo de transformações multifacéticas no mundo do trabalho que remontam às décadas anteriores, como o que ANTUNES (2020) chama de “uberização” do trabalho.

Em momento anterior a aprovação da Reforma, a qual foi sancionada em 13 de julho de 2017 pelo então Presidente Michel Temer, muito se disseminou através de canais de TV aberta como o SBT e Record, redes sociais, diálogos de empregadores com seus empregados e diversas outras formas para construir um consenso de que a dita “atualização” das normas trabalhistas seria benéfica ao trabalhador e isso reverberou na classe trabalhadora para enfurecer a resistência à medida. O



argumento era de que somente a aprovação da reforma geraria mais emprego e reequilibraria a economia do País, supostamente destruída pela ex-presidente Dilma.

Para não nos estendermos demasiadamente, elencaremos algumas das principais alterações que foram tanto da ordem do direito material quanto processual. Assim, a alteração mais significativa no que tange ao processo do trabalho foi relativa a Justiça Gratuita para o trabalhador, o qual pode ter inúmeras razões para ingressar com um processo trabalhista, mas a principal delas é o não pagamento de verbas rescisórias. Ocorre que o processo normalmente tem um custo e os benefícios da gratuidade da justiça é que possibilitam pessoas de baixa renda demandarem em juízo, pois ficariam isentas, caso sucumbam no processo.

Há que se ressaltar, também, o fato de que a justiça gratuita no Direito do Trabalho depois da Reforma possui aspectos bastante prejudiciais que acabam por barrar o trabalhador de ingressar com a demanda por medo de perder a causa. Antes era possível que o benefício fosse concedido a todos pelo juiz mediante declaração formal de insuficiência de recursos para arcar com custas processuais sem prejuízo próprio e de sua família, ao passo que o novo texto não prevê mais esta possibilidade, restringido apenas a quem possuir renda não inferior a 40% do teto da previdência.

Ainda como consequência das novas nuances no processo do trabalho diz respeito ao pagamento de honorários do perito. Ocorre que alguns processos só podem ser julgados mediante a produção de prova pericial e alguém terá que pagar os honorários do perito, por isso, agora o reclamante só deverá fazer um pedido que dependa de prova pericial se tiver certeza de que ganhará, porque se perder no pedido, mesmo que beneficiário da justiça gratuita, deverá pagar os honorários, inclusão do artigo 790-B da CLT. Os casos mais comuns que necessitam de perícia são o pedido de adicional por insalubridade, adicional por periculosidade, acidente de trabalho. Após a reforma, o número de ações trabalhistas com esses pedidos caiu drasticamente.

Outra consequência das novas diretrizes da justiça gratuita (JG) é quanto aos honorários de sucumbência. Quando uma parte perde em algum pedido da ação deverá pagar honorários advocatícios chamados sucumbenciais ao advogado da outra parte que venceu. Antes, se alcançado pela JG não pagaria, após a Reforma esse pagamento ficará em condição suspensiva, de modo que em até dois anos após a sentença o advogado da parte vencedora poderá executar o valor se demonstrar mudança na situação econômica do devedor. Ou seja, o trabalhador poderá sair do processo devendo.

Assim, mediante tais pressupostos, torna-se imperioso ressaltar que mudanças na ordem dos direitos materiais atingiram, por exemplo, aspectos da remuneração, pois no caso do ganho por produtividade era previsto um pagamento base obrigatório sendo referência o piso da categoria ou o



salário-mínimo, assim como qualquer variável como comissões, premiações e gratificações seriam incorporados ao salário, o que é relevante para efeitos previdenciários e rescisórios. Agora o trabalhador tem a pseudo possibilidade de negociar com o empregador como a base será paga e se incorporada ou não ao salário base.

Apesar da complexidade do assunto, é necessário reforçar que para a maioria dos trabalhadores a jornada de trabalho poderia se dar em 8 horas diárias, 44 horas semanais e 220 horas mensais, com o máximo de 2 horas extras por dia, em regra (artigo 58, CLT). Agora a jornada diária poderá atingir até 12 horas de trabalho, com 36 horas posteriores de descanso. A carga semanal (44 horas) e mensal (220 horas), bem como a quantidade diária de horas extras permitida (2 horas), continuam iguais.

O trabalho por tempo parcial também sofreu alteração, pois possui jornada de 25 horas por semana, sendo proibidas as horas extras. Agora a duração poderá atingir até 30 horas semanais ou 26 horas semanais com possibilidade de até 6 horas extras. Nessa modalidade de trabalho não se poderia “vender” as férias, agora poderá vender até um terço dos 18 dias de que tem direito.

É interessante reiterar que a legislação anterior não previa a possibilidade de trabalho intermitente, sendo incluído pela reforma que possibilita o trabalhador ser remunerado por período, cujo recebimento será tão somente pelas horas trabalhadas ou diárias, essa modalidade é o que ANTUNES (2005) chama de empregados sem trabalho, porque ficará à disposição, mas não necessariamente estará trabalhando, sendo que as horas não trabalhadas também não incidirão direitos nem previdência. Outra modalidade que também não tinha previsão legal era o teletrabalho, também chamado de trabalho remoto ou *home office* (art. 75-E, CLT), tais modalidades poderão gerar inúmeros pontos a serem debatidos nos processos trabalhistas, especialmente porque no teletrabalho insumos como energia, alimentação, internet, podem ficar a cargo do empregado, o que significa arcar com o custo do trabalho, situação prejudicial ao trabalhador. No caso do trabalho intermite o lumpem de pessoas aceitando trabalhar por salários menores aumenta, especialmente se considerarmos a taxa de desemprego, o que, por sua vez, aumenta a superexploração da mão de obra com baixos salários.

Outra categoria não prevista e inaugurada na legislação trabalhista pela reforma foi o dito autônomo, tipo de contratação que permite a contratação de um trabalhador por determinada empresa, com ou sem exclusividade, de forma contínua ou não, de modo que o indivíduo somente receberá pelos serviços prestados, sem direito a férias, 13º ou FGTS. Quem pagará por direitos tão importantes que inclusive tem natureza de saúde e segurança do trabalho? Caso queira, o próprio empregado.

Sobre o descanso intrajornada, antes, para uma jornada comum de 8 horas diárias, o trabalhador tinha direito ao mínimo de 1 hora e o máximo de 2 horas de descanso, para repouso e



alimentação. Agora esse período poderá ser de 30 minutos. Um período extremamente pouco para alimentação, descanso e higiene. Isso certamente contribui para aumentar o número de acidentes no trabalho.

Como dissemos, as férias têm natureza de saúde e segurança do trabalho e por isso antes o trabalhador tinha direito a 30 dias de férias, podendo fracioná-las em dois períodos, sendo que um não poderia ser inferior a 10 dias. 1/3 do período total poderia ser pago em forma de abono pecuniário. Agora as férias poderão ser fracionadas em até três períodos, sendo um período de 14 dias corridos e os demais não inferiores a 5 dias corridos.

Outros pontos como transporte, banco de horas, plano de cargos e carreiras, convenção e acordo coletivo, validade das normas coletivas, contribuição sindical, representação de empregados, demissão, rescisão contratual (homologação), atividade insalubre para mulheres grávidas e lactantes, terceirização e o trabalho temporário também sofreram alterações negativas para o bem-estar físico e mental do trabalhador, cujos aspectos serão abordados em pesquisa mais extensa.

Desta maneira, podemos perceber que com a reforma inúmeros direitos foram suplantados e nada foi oferecido em substituição, assim como a economia não se reergueu e mais empregos não foram criados. Mas a classe trabalhadora segue trabalhando e se conformando. Por isso, buscamos compreender o processo histórico do que está sendo, de contextos vivos enquanto estão acontecendo, e entendemos que a luta de classes não venceu ou foi vencida em dado marco temporal, mas, necessita de renovação hodiernamente porque a dinâmica capitalista perpétua a exploração e se sustenta pela cultura simbólica da dominação.

Há ainda que mencionarmos que este período foi influenciado por duas crises: (I) uma política, que tem nas manifestações de junho de 2013 seu marco, passando pela deposição de Rousseff, cassada em 31 de agosto de 2016, e pelo governo de Temer, que tinha baixíssimos índices de aprovação, sendo responsável pela Reforma Trabalhista; (II) a crise econômica internacional, que atingiu a economia do país de forma mais contundente a partir de 2015 e acabou desacreditando o projeto “neodesenvolvimentista”, abrindo espaço para o retorno do neoliberalismo que marcaria o governo de Temer.

Portanto, é possível perceber a partir da narrativa exposta que existe um enfraquecimento da consciência de classe, ausência do sentido de pertencimento e luta de classes que vem permitindo a supressão de direitos em detrimento a conquista de pautas como o trabalho digno e de qualidade. Hodiernamente, o trabalho possui novos sentidos, sentidos que não se conectam na coletividade, que tornam a classe-dos-que-vivem-do-trabalho fragmentada, heterogênea e complexa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por último, reiteramos o presente trabalho trata-se de um estudo preliminar e introdutório de uma pesquisa dissertativa mais ampla, por isso, as presentes considerações finais se encontram parcialmente limitadas. Pelos estudos de Fernandes e Oliveira compreendemos que a questão do capitalismo dependente nos países da América Latina não é geográfica ou pela qualidade anterior de colônia, é essencialmente capitalista e naturalmente desigual, sendo a condições de dependência um tipo específico de capitalismo e se que se revela sobretudo na fase monopolista do capitalismo.

No capitalismo dependente não apenas temos uma enorme concentração da indústria capaz de criar monopólios – processo de monopolização – como há também a dominância do capital financeiro. Ademais, também não se trata de uma dominação externa jurídico formal, mas uma dominação politicamente orientada a partir de uma dominação interna que se conjuga com uma dominação externa porque a burguesia local é parceira da burguesia internacional, ainda que subordinada. Ao passo que a dominação externa só se faz por intermédio da dominação interna, porque a burguesia local é aquela que assume o poder e faz funcionar todos os mecanismos para a burguesia internacional poder auferir os resultados da dominação que ela impõe em termos imperialistas. Uma não se faz sem o fortalecimento da outra. Por isso as burguesias locais tem enorme responsabilidade pelo caráter dependente pelo qual a dominação externa se faz, por isso nunca serão parceiras do trabalho contra a dominação externa. Esse é o caminho que nos permite chegar na questão da sobreapropriação e sobre expropriação do capitalismo dependente que orienta ações contra a classe trabalhadora como a Reforma Trabalhista de 2017.

Também é importante mensurar que não há interesse da burguesia interna em fazer a integração das economias dependentes com as economias imperialistas já que não se mostra tão lucrativo como a forma já enraizada pela qual se desenvolve. Ao passo que, a transformação efetiva da sociedade capitalista necessita que as classes subalternizadas disponham de conhecimento acerca da dominação burguesa, um conhecimento que seja capaz de apreender as relações fundamentais da sociedade, as quais serão aprofundadas no texto dissertativo da autora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo et al. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm Acesso em: 21 jun. 2022.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. rev. São Paulo: Global; 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Rodrigo Jurucê Mattos. **A restauração conservadora da filosofia: o Instituto Brasileiro de Filosofia e a autocracia burguesa no Brasil (1949-1964)**. Goiânia: Edições Gárgula; editora Kelps, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. 1. Ed., 4. Reimpr., São Paulo: Boitempo, 2013.

⁷²A RELAÇÃO CIDADE-EDUCAÇÃO: A ESCOLA É UMA IMPORTANTE FERRAMENTA DE CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA CIDADE.

⁷³*Carla Rúbia Gomes Lopes*

The city-education relationship: the school is an important tool for knowledge and appreciation of the city's history

RESUMO

A escola representa a mais importante ferramenta de formação para as pessoas que vivem na cidade, é a partir dela que o cidadão se apropria dos conhecimentos básicos para a vida social. Porém, esse mesmo espaço de dinâmicas intelectuais reproduz lacunas quando se trata de Educação Patrimonial e História Local. Essa pesquisa pretende refletir sobre as possibilidades que a educação possui em promover o conhecimento e a valorização sobre a história da cidade, partindo do princípio de que há uma ausência de representações sociais sobre a cidade, já que há um foco na macro história e negligencia-se a história local. Nesse sentido a proposta é tentar responder a seguinte questão: A escola é atuante no ensino sobre o conhecimento e a valorização da história da cidade? Para esse estudo foram realizadas pesquisas históricas e bibliográficas sobre a relação cidade-educação, educação patrimonial, educação histórica, representações sociais e história local. Foi realizado também a análise de discurso sobre o Projeto Pedagógico da Escola Municipal Padre Conrado, situada no município de Guaporé-Goiás. Ao desenvolver essa temática surge a inquietação em agregar aos estudos escolares assuntos e informações relacionados a construção material e imaterial da cidade, para assim ocupar os espaços de esquecimento e garantir que as gerações contemporâneas e futuras possam se reconhecer como parte da história da cidade.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Educação Histórica, Representações Sociais, História Local, Projeto Pedagógico.

ABSTRACT

The school represents the most important training tool for people who live in the city, it is from there that the citizen appropriates basic knowledge for social life. However, this same space of intellectual dynamics reproduces gaps when it comes to Heritage Education and Local History. This research intends to reflect on the possibilities that education has in promoting knowledge and appreciation of the history of the city, based on the principle that there is an absence of social representations about the city, since there is a focus on macro history and neglect the local history. In this sense, the proposal is to try to answer the following question: Is the school active in teaching about the knowledge and appreciation of the history of the city? For this study, historical and bibliographic research were

⁷² Artigo científico.

⁷³ Mestranda no Programa de Pós-graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – Goiás). Professora da rede Estadual de Educação em Goiás. E-mail: carlarubia2807@gmail.com



carried out on the city-education relationship, heritage education, historical education, social representations and local history. A discourse analysis was also carried out on the Pedagogical Project of the Padre Conrado Municipal School, located in the municipality of Guapó-Goiás. When developing this theme, the concern arises in adding to school studies subjects and information related to the material and immaterial construction of the city, in order to occupy the spaces of oblivion and ensure that contemporary and future generations can recognize themselves as part of the history of the city.

Keywords: Heritage Education, Historical Education, Social Representations, Local History, Pedagogical Project.

APRESENTAÇÃO

A Educação Histórica apresenta fundamentações com pesquisas e metodologias que promovem uma ampliação nos estudos da História, nas salas de aula. Segundo Silva (2011), “A educação histórica apresenta possibilidades de pesquisas no campo do ensino da história nas escolas, das aprendizagens e, ainda, contribui com as inovações das metodologias de aulas” (p. 200). O maior avanço da Educação Histórica refere-se ao rompimento com o paradigma de que o ensino de História deveria ser pautado em uma História geral das civilizações, tendo como referência a Europa (Ocidental), como principal modelo de civilização superior, Maria da Conceição Silva em seu Artigo: Educação Histórica: perspectivas para o ensino de História em Goiás (2011), destaca a respeito das preocupações que surgiram sobre o ensino de história no século XIX, “objetiva-se ensinar o culto de uma civilização superior, cujo sentido se daria pelo viés “colonizador e colonizado”, criticado pela historiografia brasileira entre as décadas de 1980 e 1990, e atualmente, mas permanecem em propostas curriculares” (SILVA, 2011, p. 17).

Os avanços na Educação Histórica possibilitaram a inclusão de temas essenciais à compreensão da História, além de considerar que as interações sociais apresentam como resultado produções culturais imprescindíveis para o conhecimento, e reconhecimento, da trajetória humana, ou seja, a sua história. Para o historiador alemão Jörn Rusen (2009), os estudos da História devem considerar a existência da consciência histórica em que as pessoas se identificam como atores temporais e espaciais, e a partir dela passam a denotar sentidos à sua vivência, atribuídos por aprendizados em acontecimentos passados, e movidos por expectativas em relação ao futuro. Em relação à consciência histórica, Rusen afirma que:

[...] pode ser compreendida como um elemento universalmente humano que, enraizada na historicidade da própria vida, denota um conjunto de ações ou intenções no tempo. Nesse sentido, a consciência histórica é um processo cognitivo que estabelece uma relação imediata entre passado e presente, garantindo projeções de futuro. Além disso, contribui com a formação da identidade, fenômeno capaz de



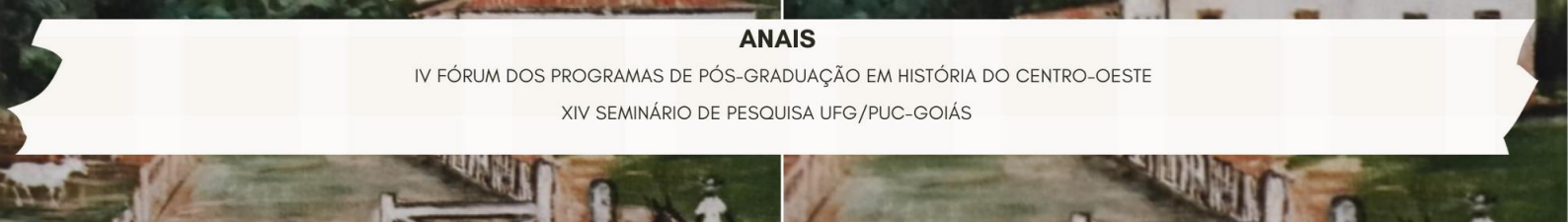
moldar o “mundo da vida humana” e prover o eu com “continuidade e consciência” em uma relação cultural com seu grupo (Rusen, 2009, p.174).

O cenário atual do ensino de História apresenta inovações no que se refere ao currículo, com a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída em dezembro de 2017. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2017). Assim como as demais disciplinas, a História está estruturada em Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento, e Habilidades (direitos de aprendizagens).

Dentre as contribuições que a BNCC oferece consta também a fundamentação para a elaboração das Propostas Pedagógicas das escolas, presentes nos Projetos Pedagógicos das instituições de ensino. Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares (BRASIL, 2017).

Pensando na proposta pedagógica para o ensino de História a Base Nacional Comum Curricular apresenta as Competências Específicas das Ciências Humanas para o Ensino Fundamental, visando garantir que os alunos possam ter a oportunidade de desenvolver habilidades e conhecimentos na área:

- | |
|--|
| 1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos. |
| 2. Analisar o mundo social, cultural e digital e o meio técnico-científico-informacional com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo. |
| 3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social. |
| 4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da |



diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
5. Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.
6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
7. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

Fonte: Portal do MEC. Base Nacional Comum Curricular. 2017, p. 357.

Diante das informações compreende-se que as escolas possuem grandes oportunidades de articulação do currículo, não apenas com a macro história, mas também considerando a história local, a educação patrimonial, e demais áreas que se integram às ciências humanas e que complementam as informações necessárias na compreensão e valorização das produções materiais e imateriais do decorrer da vida humana.

E assim a escola passa a fazer valer o esforço daqueles que se dedicaram, pela Educação Histórica, para que os partícipes das aulas reconheçam o sentido de se estudar fatos, acontecimentos, lugares, construções, ações e reações, ao se sentirem integrados, de certa forma, à essa engrenagem que gera uma sequência interligada pelos elementos passado, presente e futuro, chamada de História.

EDUCAÇÃO HISTÓRICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Educação Histórica é uma linha de pesquisa cujas perspectivas estão voltadas para a fundamentação teórica e metodológica da disciplina de História. Surgiu da necessidade de reelaboração do currículo com vistas a abranger temáticas essenciais à compreensão da atuação humana no tempo e no espaço. Tendo como contribuição teórica Jorn Rusen (2009) ao defender que os historiadores deveriam discutir as regras e os princípios da composição da história como problemas



de ensino e aprendizagens. Este, parte do princípio de que as pessoas possuem uma consciência histórica capaz de contribuir com a construção e compreensão da história.

Dentre os conceitos utilizados na Educação Histórica encontra-se o de Representações Sociais, pois este aciona inquietações que correspondem aos fatores resultantes em lacunas no que se refere às identidades culturais, sejam elas individuais ou coletivas, sendo assim definidas por Pesavento (2006), “Representações são presentificações de uma ausência, onde representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento” (p. 05). Esses estudos emergem do fato de que algumas pessoas não se identificam nas identidades culturais representadas socialmente, pois estas refletem os ideais elaborados historicamente, como corretos e promissores.

Ao contrário, Moscovici (2011), defende que a humanidade faz parte de um processo dinâmico e com a autonomia para criar e modificar suas próprias representações, “[...] longe de serem receptores passivos, (as pessoas e os grupos) pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam” (p. 45). Assim, ele define a representação social como; “[...] entidades sociais, com uma vida própria, comunicando-se entre elas, opondo-se mutuamente e mudando em harmonia com o curso da vida; esvaindo-se, apenas para emergir novamente sob novas aparências” (Moscovici, 2008, p. 38).

As Representações Sociais alargam as discussões acerca da identidade cultural, cuja essência encontra-se em crise, conforme explica Stuart Hall na sua obra *A identidade cultural na pós-modernidade* (2006). O autor traz reflexões sobre uma possível “crise de identidade” cultural vivenciada pelas sociedades modernas a partir da afirmação de que “as identidades modernas estão sendo descentradas, isto é, deslocadas ou fragmentadas” (Hall, 2006, p. 08).

As mudanças nas estruturas da sociedade ocorridas no final do século XX são as bases para a explicação de como as identidades culturais modernas entraram em “colapso”, o autor referido, destaca: “Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (Hall, p. 09). Destacando, tais transformações que provocaram os teóricos sociais a questionamentos acerca do sujeito pós-moderno, e as implicações das mudanças na identidade cultural, sobre isso discorre no texto: “a afirmação de que naquilo que é descrito, algumas vezes, como nosso mundo pós-moderno, nós somos também pós relativamente a qualquer concepção essencialista ou fixa de identidade [...]” (p.17). Nesse sentido podemos perceber os impactos da globalização na formação da identidade cultural, apontando para as constantes e permanentes

mudanças sociais, mediada pelo mercado global o que criam identidades partilhadas e a homogeneização cultural.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A noção que se tinha da preservação de fatos históricos e culturais, ligados também a identidade, passou por longo processo de apropriação, marcados por uma ação colonizadora, em que excluía grupos de diferentes culturas. A mudança, com o reconhecimento da relevância cultural desses grupos só veio na virada do século XIX para o XX. Desta maneira, é importante refletirmos sobre a importância da história e as ferramentas que são possíveis para a educação e para pesquisa, evitando o apagamento e esquecimento de um fato histórico que constitui a sociedade.

O patrimônio histórico e cultural apresenta diversas manifestações além da materialidade dos bens imóveis, é uma expressão na música, na literatura, em danças, pinturas, entre outros aspectos, dessa maneira podemos compreender o patrimônio como parte de valores atribuídos, de forma material e imaterial, ou seja, lugares, culturas, tradições, ambientes naturais ou construídos, em que apresenta uma amplitude a identidade e memória de diferentes grupos sociais. Nesse sentido a discussão de patrimônio histórico e cultural, nos leva a refletir sobre as possibilidades que a educação histórica possa estar contribuindo para a valorização das culturas locais e regionais em um processo educativo.

O Patrimônio Cultural brasileiro faz parte das prioridades do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), desde a sua criação, em 1937, o (IPHAN). “Manifestou em documentos, iniciativas e projetos a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade [...]” (IPHAN, 2012 p. 5). A educação patrimonial possibilita a compreensão e a identificação dos bens culturais que são produzidos a partir da interação das pessoas entre si, no tempo e no espaço, que se transformam na própria identidade de determinado grupo social.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) destaca diretrizes e conceitos para um projeto de potencialidades do patrimônio entre as ações educativas:

[...] a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p. 19).

No documento do IPHAN, fica evidente que a educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Nesse sentido a educação patrimonial em diálogo com o ensino de história visa ter uma problematização e valorização da diversidade cultural do nosso território, a partir de métodos, da história oral, memória regional e estudos etnográficos.

De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro a educação patrimonial é definição:

[...] um processo permanente e sistemático de formação educacional, que coloca o patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. É o ensino centrado nos bens culturais (evidências e manifestações da cultura), que propõe desenvolver com crianças e adultos, através da experiência e do contato direto, um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de suas heranças (Horta, Grunberg e Monteiro, 1999, p. 37).

A efetivação da Educação Patrimonial nas escolas viabiliza o rompimento de paradigmas construídos ao longo da história que privilegiam, na maioria das vezes, monumentos, obras de artes e eventos considerados como marcantes nas representações culturais da sociedade. Sobre a Educação Patrimonial, Segala (2003, p. 02) ressalta, “O material didático disponível, o calendário das festas e dos feriados, as comemorações de um dia só na escola reforçam a apreensão da história cultural como um repertório de cenas e tipos caricatos, esvaziados de qualquer sentido relacional”.

Esse processo de educação promove a conscientização de que a preservação e a continuidade das produções culturais, sejam elas materiais ou imateriais, são de total responsabilidade daqueles que dela se propiciam. Porém é necessário que, como todas as propostas para uma educação eficaz, a Educação Patrimonial desenvolva uma postura de participação ativa e crítica, como parte do exercício de cidadania, como aponta Grunberg (1999) ao direcionar o objetivo da Educação Patrimonial com objetivo de capacitar os cidadãos para o usufruto de sua herança cultural e propiciar sua participação na criação da cultura, que é um fazer contínuo da sociedade.

Desse modo devemos levar em consideração que o ambiente educacional é um espaço ocupado pela diversidade cultural, e deve ser levado em consideração, a origem étnica, social, cultural e regional. Para que se possa ampliar o ensino em questões críticas, em diálogo com a pluralidade em respeito às diferenças (CANDAU, 2008).



HISTÓRIA LOCAL E A EDUCAÇÃO

Os estudos sobre a História Local fazem parte do exercício do historiador como peça principal na compreensão de significados atribuídos pelos atores ocupantes de determinado espaço. O historiador Michel de Certeau afirma que “o gesto que liga as ‘ideias’ aos *lugares* é, precisamente, um gesto de historiador. Compreender, para ele, é analisar, em termos localizáveis, o material que cada método ins- taurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência” (Certeau, 2007, p.65, grifo no original). Ou seja, enquanto uma determinada área da ciência se encarrega de estudar as ideias e as ações humanas, e outra de compreender os espaços físicos e geográficos, o historiador se utiliza dessas ciências para reconhecer os significados estabelecidos nas ações e relações vivenciadas no tempo e no espaço.

A História Local não se restringe ao espaço físico e geográfico, mas vai além quando se propõe a refletir as relações políticas estabelecidas nas relações pessoais e ocorridas em um determinado lugar. Erinaldo Cavalcanti em seu Artigo “História e história local: desafios, limites e possibilidades” (2018), afirma que “O espaço – seja ele nomeado como local ou global – é uma construção política e simbólica, antes de ser físico-geográfica, porque são as práticas políticas e as relações de poder que nomeiam, inventariam e produzem sentido, visibilidade e reconhecimento do espaço físico.”

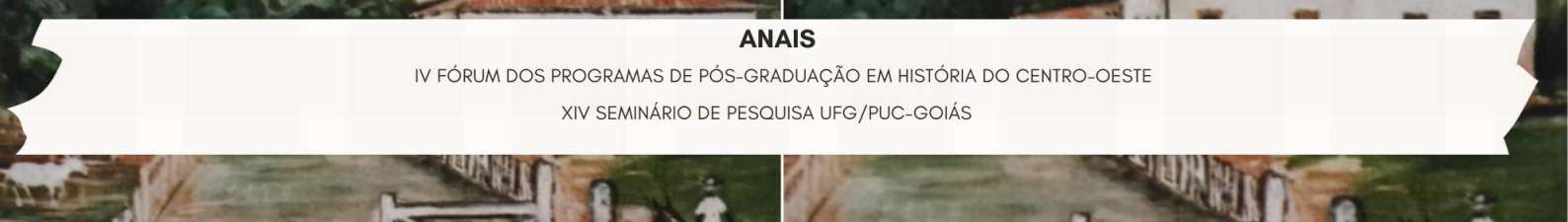
Na educação, a História Local é uma importante ferramenta na que se refere a compreensão dos acontecimentos ocorridos no cotidiano daqueles que vivem e convivem na cidade, no bairro, na escola. Assim destaca a professora e historiadora Circe Bittencourt:

[...] a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer – igualmente por situar os problemas significativos da história do presente” (Bittencourt, 2009, p.168).

É importante destacar que ao se trabalhar a História Local o professor faça as delimitações apropriadas à pesquisa com a clareza das dimensões que serão analisadas, considerando as particularidades de cada lugar e de cada acontecimento, sendo um trabalho minucioso que busca retratar a realidade com destaque para as histórias de “pessoas comuns”.

Nesse sentido, Cavalcanti ressalta que:

O professor pode deslocar o ângulo de percepção movido pelo fundamento básico da Ciência Histórica ao compreender que as experiências são singulares no tempo e



no espaço. Que a construção histórica dos acontecimentos da rua, do bairro ou da cidade não está determinada pelas forças externas de uma história supostamente nacional ou global. Pode potencializar a interpretação mostrando que os homens e mulheres que habitam os espaços onde as histórias são construídas são sujeitos que atuam e interferem na construção e nos desdobramentos das experiências. Que fazem escolhas, constroem redes de sociabilidades, criam sindicatos, associações de bairro, que têm poder e tensionam as relações, interferindo no processo de construção das histórias (Cavalcanti, 2018, p.19).

COMO A BNCC APRESENTA A HISTÓRIA LOCAL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

A disciplina de História é apresentada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na área das Ciências Humanas, e propõe estudos que possibilitem aos estudantes articular o passado com o presente, As questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação das crianças e jovens na escola são as originárias do tempo presente. O passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga com o tempo atual (BRASIL, 2017).

Para atingir um dos principais objetivos do ensino de história, a autonomia de pensamento, a BNCC compreende a importancia de se desenvolver com os alunos habilidades essenciaos durante o processo educativo, sendo elas as de identificar, comparar, contextualizar, interpretar e analisar objetos e acontecimentos, nesse contexto, um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania. (BRASIL, 2017).

A divisão do currículo no Ensino Fundamental é estabelecida por duas etapas, sendo a primeira denominada “Ensino Fundamental Anos Iniciais”, e a segunda “Ensino Fundamental Anos Finais”. A proposta para o ensino de História é apresentada de forma gradual, a partir do reconhecimento da identidade própria, e a dos demais semelhantes, os alunos são conduzidos a percorrer um caminho de descobertas em relação ao mundo em que estão inseridos. Nesta proposta a História Local é uma das possibilidades de aprendizagem que a BNCC apresenta para o Ensino Fundamental,

Convém observar que é pressuposto dos objetos de conhecimento, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, analisar como o sujeito se aprimorou na pólis, tanto do



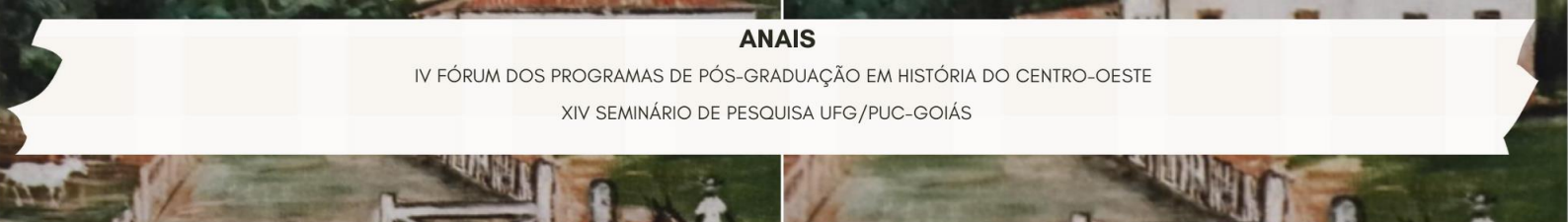
ponto de vista político quanto ético. Entretanto, respondendo aos desafios contemporâneos marcados por grandes movimentos populacionais e pela globalização, considerou-se uma nova dimensão para o projeto pedagógico (Brasil, 2017, p 405).

Ainda sobre a História Local, a Base Nacional Comum Curricular visualiza o desenvolvimento, nos anos finais do ensino fundamental, no que se refere a reconhecer os processos de mobilidades, produções e transformações sociais ocorridos no tempo e no espaço, sempre com um olhar nas ações políticas, nos conflitos e nas relações de poder.

Se a ênfase no Ensino Fundamental – Anos Iniciais está na compreensão do tempo e do espaço, no sentido de pertencimento a uma comunidade, no Ensino Fundamental – Anos Finais a dimensão espacial e temporal vincula-se à mobilidade das populações e suas diferentes formas de inserção ou marginalização nas sociedades estudadas. Propõe-se, assim, o desenvolvimento de habilidades com um maior número de variáveis, tais como contextualização, comparação, interpretação e proposição de soluções (Brasil, 2017, p. 417).

Todas essas possibilidades apresentadas são parte de um currículo extenso, que aborda também outras temáticas importantes. Conforme o quadro abaixo, a disciplina de História no Ensino Fundamental deve garantir aos alunos o desenvolvimento das seguintes Competências Específicas de História para o Ensino Fundamental:

- | |
|--|
| 1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo. |
| 2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica. |
| 3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito. |
| 4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, |



culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais

Fonte: Portal do MEC. Base Nacional Comum Curricular. 2017, p. 402.

Desta maneira a BNCC busca ampliar o dialogo das competências específicas com as competências gerais, com bases em princípios éticos, possibilitando o educando a exercitar a capacidade de problematizar, questionar, interpretar, e argumentar. Entretanto a BNCC busca uma visão universalizante, na qual o currículo está estruturado em uma base eurocêntrica com abordagens voltadas apenas para os direitos humanos, não abordando de forma eficaz as particularidades na questão da pluralidade dos sujeitos que devem exercer estas habilidades.

O PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL PADRE CONRADO EM GUAPÓ-GOIÁS, E A EDUCAÇÃO HISTÓRICA, COM FOCO NA HISTÓRIA LOCAL

O Projeto Político Pedagógico integra os objetivos e as ações administrativas e educacionais que a equipe escolar elabora, com a participação de representantes dos alunos, das famílias e da comunidade local, para serem executados no decorrer do ano letivo. Essa elaboração é fundamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB nº 9.394/1996), que em seu Artigo 12, define: “Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de : I – elaborar e executar sua proposta pedagógica [...]”

Ao analisar o Projeto Pedagógico da Escola Municipal de Tempo Integral Padre Conrado, situada em Guapó – Goiás, foi possível verificar as informações administrativas, filosóficas e os

objetivos gerais para educação. É também possível observar um breve histórico da fundação da Unidade Escolar:

A Escola de Tempo Integral Padre Conrado foi criada em 15 de junho de 1.946, com o nome provisório de Grupo Escolar Orivaldo Borges Leão, nome que conservou até setembro de 1.949, quando passou a designar-se Grupo Escolar Padre Conrado. Sem prédio próprio e tão necessário a comunidade, funcionou em um imóvel alugado que teve sua sede definitiva inaugurada em princípios de 1952. Sabemos que o terreno onde se construiu a Unidade Escolar foi uma doação de Cidalina Maria de Souza, sendo que a escritura só foi legalizada no ano de 2013 pelo Secretário da Educação Idaíbes da Pascoa da Silva (Projeto Político Pedagógico, Escola Municipal de Tempo Integral Padre Conrado, 2021, p. 8).

No que se refere a Educação Histórica a escola apresenta em sua filosofia de ensino a essencialidade no que se tange a equidade de oportunidades para que os alunos tenham contatos com os elementos culturais necessários aos desenvolvimentos cognitivo, humano e social, deste modo, destacamos a importância deste documento para que as atividades sejam desenvolvidas a partir da necessidade dos sujeitos envolvendo no ensino.

Pressupõe-se uma escola moderna, renovadora, prática, democrática, inclusiva e, sobretudo humana, devendo tornar possível a todos os educandos que a frequentam indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento, a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção social, a busca da identidade própria de cada educando [...] (Projeto Político Pedagógico, Escola Municipal de Tempo Integral Padre Conrado, 2021 p. 9).

Os objetivos da Instituição Escolar para a educação priorizam o atendimento aos alunos, da faixa etária de 05 a 10 anos, com foco no desenvolvimento integral dos estudantes, e considera a importância do reconhecimento em relação a cultura:

[...] considerando o conhecimento e os valores culturais que os educandos já possuem, incentivando a sua ampliação de forma a possibilitar a construção da autonomia, cooperação, consciência crítica, criatividade, responsabilidade e a formação do conceito positivo, contribuindo, assim, na formação de cidadãos autônomos, solidários e participativos (Projeto Político Pedagógico, Escola Municipal de Tempo Integral Padre Conrado, 2021 p. 10).

Sobre o currículo, o Projeto Pedagógico em questão apresenta apenas os fundamentos legais que regem o planejamento dos conteúdos, e ressalta a importância do trabalho interdisciplinar e da valorização das experiências vivenciadas pelos alunos durante as aulas.

Os conteúdos curriculares foram selecionados de acordo com as normas estabelecidas pela LDB nacional, estadual e municipal, e Resolução 05/2011, onde buscamos a interdisciplinaridade dos conteúdos adequando-os a realidade do educando, levando em conta as experiências já adquiridas por eles (Projeto Político Pedagógico, Escola Municipal de Tempo Integral Padre Conrado, p. 19, 2021).



Pensando em História Local não foram encontrados elementos que fazem referência ao estudo sobre essa temática em sala de aula. A proposta curricular se apresenta de forma geral, e não especifica os conteúdos a serem planejados. Nesse sentido podemos destacar a relevância do trabalho para a perspectiva da educação patrimonial, no sentido de valorizar a questão da historiografia local e regional, para que seja problematizado entre os alunos o pensamento crítico e político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há dúvida de que a escola é o espaço mais privilegiado no que se refere às oportunidades de formação e informação. Nesse espaço as ações de ensino e aprendizagem são planejadas e elaboradas de acordo com fundamentos legais que regem a educação. Dentre esses destacam-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e o Projeto Político Pedagógico elaborado periodicamente nas Unidades Escolares.

O documento que norteia o planejamento de conteúdos nas escolas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), oferece um princípio do que o aluno necessita para se desenvolver cognitivamente nos Ensinos Fundamental e Médio. No que se refere a Educação Histórica, constam na BNCC as possibilidades de estudos relacionados tanto a macro História, quanto a História Local, dentre as demais disciplinas da base.

A escola é atuante no ensino sobre o conhecimento e a valorização da história da cidade? Ao retomar essa pergunta ressalta-se a intenção em estimular os pensamentos dos que se dedicam a ensinar para a possibilidade em intensificar as práticas de pesquisas e investigações sobre a História Local. Neste sentido emerge a necessidade de adequação nos Projetos Pedagógicos, considerando as possibilidades apresentadas, e proporcionando a oportunidade aos alunos em conhecer, valorizar, e participar da história local, reconhecendo-se participantes do processo de ocupação e transformação do espaço físico e social onde habitam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação: **Base Nacional Curricular Comum.** Portal do MEC, 2017.

CANDAUI, Vera Maria. **Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença.** Puc-RJ departamento de educação. Vol. 13. 2008.

CAVALCANTI, Erinaldo. História e História Local: desafios, limites e possibilidades. Revista História Hoje. V. 7, nº 13, p. 272-292, 2018.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Guia Básico de Educação Patrimonial/ Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grumberg, Adriane Queiroz Monteiro - Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade, 11ª edição. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. DP&A, Rio de Janeiro, 2006.

IPHAN. Educação Patrimonial Histórico, conceitos e processos. Iphan, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cultura e Representações, uma trajetória. Anos 90, Porto Alegre, V.13, n. 23/24, p. 45-58, jan./dez. 2006.

PROJETO, Pedagógico. Escola Municipal de Tempo Integral Padre Conrado, Guapó, 2021.

REIS, Aron Sena Cerqueira, Joilson Pereira Silva., Consciência Histórica e Representações Sociais: um estudo acerca das percepções de jovens e estudantes sobre o Brasil. Educ. Pesq. São Paulo, V.47, e226702, 2021.

RUSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis Educativa. Ponta Grossa, V. 1, n. 2, jul/dez. 2006. P 8.

SEGALA, Lygia. Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do Laboep. IPHAN 2003.

SILVA, Maria da Conceição. Educação Histórica: perspectivas para o ensino de História em Goiás. SA:CULUM Revista de História, João Pessoa, jan/jun., 2011.

A RELEVÂNCIA DAS FONTES JUDICIAIS NAS PESQUISAS DE HISTÓRIA

Elisaura de Fátima Marins Carrijo⁷⁴

RESUMO

A história é escrita pelo historiador com base nas chamadas fontes históricas. O conceito de fonte histórica ampliou-se no percurso da história das próprias fontes. Com a Escola de Annales a abrangência das fontes evoluiu de documentos verdadeiros para quaisquer vestígios interpretáveis a apreciação do historiador. Os documentos continuaram guardando seu valor, dentre eles cabe destaque aos documentos judiciais, os quais abrangem os processos e seu conteúdo. Estes compreendidos em diversas áreas do direito guardam em si intenso conteúdo histórico social, bem como foi concebida através de sua análise a chamada micro história, justamente por volta de 1970 quando tais documentos passaram a ser apreciados como fontes históricas. Diante da grande valoração de análise das fontes judiciais, o presente trabalho faz um recuo histórico sucinto e projeta na contemporaneidade sua reflexão ao embasar-se na Resolução nº 324/2020 do Conselho Nacional de Justiça pela qual é normatizada no poder judiciário a gestão de documentos e da memória, visando resguardar o acervo dos arquivos judiciais dos diversos tribunais do país com planos de seleção e classificação dos processos e encaminhamento ao arquivo permanente daqueles com conteúdo histórico.

Palavras Chave: Fonte judicial histórica; arquivos judiciais; preservação documentos jurídicos.

INTRODUÇÃO

Escrever a história traduz um longo caminho de encontros e desencontros até o exato momento do embate adequado entre o problema de pesquisa e a fonte histórica a ser utilizada. O historiador em seu métier é responsável pela escolha de seus instrumentos de trabalho, a fonte, o recorte, a metodologia. Ao longo da história da humanidade as fontes históricas se constituíram e se formam inúmeras. Distribuídas sobre várias tipologias encerram na contemporaneidade uma gama infindável de propostas e respostas, bastando-se que as perguntas certas sejam realizadas frente ao objeto proposto.

Advindas de longínquo tempo, as fontes históricas constroem sua própria história. A partir da evolução documental após revolucionária aceção dos Annales a expansão destas alcançaram as mais diversas áreas como o cinema, a literatura, as pinturas, objetos arqueológicos,

⁷⁴ Mestranda em História pela Universidade Estadual de Goiás – Campus Morrinhos
Bolsista Capes
E-mail: lisa_dra@hotmail.com



documentos textuais, digitais, dentre tantos. Neste sentido, a presente análise propõe uma breve revisitação ao historicismo das fontes históricas, coadunando na contemporaneidade na relevância das fontes judiciais para a pesquisa de história, com um recorte temporal no século XXI, metodologicamente propõe-se uma reflexão dedutiva bibliográfica sobre a utilização de processos judiciais e sua forma de interpretação pelos historiadores, bem como se aprecia como fonte a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 324/2020 a qual institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname.

Diante desta indicação legal de gestão de documentos do poder judiciário averigua-se na norma cogente algumas de suas previsões diante da necessidade de preservação e conservação dos processos judiciais enquanto documentos do poder judiciário e fontes históricas. Salientando que, o intuito não é tratar todo o instrumento normativo, posto que este trabalho não comporte tamanha singularidade. Assim, sucintamente, verifica-se a forma de gestão de documentos utilizada e almejada pelo poder judiciário na condução seletiva de incineração e manutenção de documentos permanentes para compor o acervo dos arquivos judiciais, físicos e digitais; procura-se distinguir os critérios e percursos de seleção adstritos para as concepções de quais documentos são dotados de conteúdo histórico, e assim concluir sobre a eficácia de tais procedimentos diante do resguardo da historicidade que os contemplam e a importância que estes comportam.

FONTES HISTÓRICAS: HISTORICISMO E APLICABILIDADE

Árdua tarefa do historiador, reconstruir o passado através do presente. Difícil imaginar como tal tarefa se cumpriria se não se firmasse nas chamadas fontes históricas. Como averiguar os fatos se não houvesse resquícios de existência dos mesmos? Certamente as fontes históricas constituem-se como a essência histórico-social capaz de impulsionar a escrita da história, a qual através de fragmentos reconstituem na narrativa os complementos para a reconstrução do passado, delineando assim a compreensão no presente. Barros (2020, p. 04) “é possível falar de história sem evocar fontes históricas e sem trabalhar metodologicamente com elas – mas não é possível falar cientificamente de história, e de maneira original, como os historiadores estão sempre fazendo, sem lançar mão das fontes históricas”.

Diante disto sendo a fonte histórica peculiar ao historiador e intrinsecamente interligada ao processo de escrita da história, em primeiro momento cabe defini-la. O dicionário de conceitos históricos traz:



O termo mais clássico para conceituar a fonte histórica é documento. Palavra, no entanto, que, devido às concepções da escola metódica, ou positivista, está atrelada a uma gama de ideias preconcebidas, significando não apenas o registro escrito, mas principalmente o registro oficial. Vestígio é a palavra atualmente preferida pelos historiadores que defendem que a fonte histórica é mais do que o documento oficial: que os mitos, a fala, o cinema, a literatura, tudo isso, como produtos humanos, torna-se fonte para o conhecimento da história (SILVA, 2009, p.158).

Note-se que o conceito de fonte histórica ampliou-se significativamente com o decorrer do tempo, podendo ser pautado na contemporaneidade como:

Fonte histórica é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes em certa trilha; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural (BARROS, 2019, p. 1).

Certamente, as fontes históricas constituem marcas delineáveis no tempo, as quais se fazem a matéria prima do historiador. Estas se apresentam em diversas formas, conforme as concepções contemporâneas. Se tornando infindáveis diante das tantas produzidas ao longo do percurso humano, bem como das produzidas no tempo presente e produzíveis no futuro. As fontes históricas são o diário do tempo. E para serem utilizadas pelos historiadores necessitam passar por uma análise aprofundada, necessário ponderar que uma fonte não pode ser vista de forma isolada, é preciso que todo o contexto que lhe envolve seja averiguado, para que o pesquisador não conclua erroneamente sobre a mesma. Uma pesquisa pode englobar a observação de diversas fontes conjugadas durante o percurso de desenvolvimento ou apenas uma só fonte avaliada à luz de inúmeras interdisciplinidades o que coaduna em um leque imenso de averiguações e constatações. Lembrando que o historiador ao escrever a história faz uma reinterpretação dos fatos representados nas fontes apreciadas, não lhe cabendo à afirmação de verdades absolutas.

As verdades da história são relativas e parciais por duas razões fundamentais e concordantes.

Por um lado, os objetos da história são considerados sempre contextos; assim, ao apresentar seu objeto, o historiador refere-se sempre a tais contextos. As regularidades da história só podem ser enunciadas com a seguinte condição: em igualdade de circunstância. [...]

Por outro lado, os objetos da história são construídos sempre a partir de um ponto de vista que é, em si mesmo, histórico (PROST, 2008, p. 257).



Paul Ricoeur em sua obra *Tempo e Narrativa* traz que toda a configuração de uma narrativa alude refiguração de uma experiência temporal. O ato de escrita da história ocorre sobre a tensão da construção de uma narrativa que chegue ao real, ao verdadeiro esperado pelo leitor. O historiador constrói então textos com pretensão à verdade e firmados em um passado real, entretanto, a representação e reconstrução se fazem presentes na estratégia narrativa refigurante da temporalidade. O texto histórico concebe a compreensão de um ter sido, ou de forma problemática se apresenta como memorável, por não mais passível de reexperimentação e de observação (PESAVENTO, 2012, p. 19).

A produção do texto histórico edifica-se a partir da análise realizada pelo historiador nas fontes fundamentadoras. Cumpre ao mesmo ser objetivo sem, contudo, perder a subjetividade necessária ao peculiar desenvolvimento da narrativa, não confundindo subjetividade com parcialidade. Alguns autores como Marc Bloch em alguns momentos assemelharam o historiador ao juiz, em uma comparação clássica, em sua obra *Apologia da história* este traça caminhos para que a crítica das fontes seja cautelosa. Ao analisar os documentos, as provas, as fontes, o historiador exerceria então um viés judicioso no intuito de promover uma investigação para selecionar fatos verdadeiros ou presumíveis e assim interpretá-los na reconstrução da realidade. Bloch separando a imparcialidade do cientista e a do juiz aduz que ambas se firmam na busca pela verdade, porém, o cientista ao provocar o experimento fica sujeito à inversão de suas próprias teorias, já o juiz não, simplesmente busca conhecer os fatos, tais como se deram. “Trata-se, dos dois lados, de uma obrigação de consciência que não se discute. Chega um momento, porém, em que os caminhos se separam. Quando o cientista observou e explicou, sua tarefa está terminada” (BLOCH, 2002, p. 125).

Neste sentido, tem-se que o ofício do historiador se encontra pautado como ciência onde a compreensão depende da hermenêutica aplicada as fontes para seu exercício, de forma que o tratamento destas é primordial para que o discurso construído por este seja convincente. A pesquisa deve ser conduzida sob o enfoque das hipóteses as quais traçarão os caminhos à medida que analisadas são comprovadas ou não.

Em *História*, nossos documentos e fontes guardam o melhor de sua informação para aqueles capazes de formular as interrogações pertinentes, de elaborar as hipóteses consistentes, de propor a metodologia adequada. A mera descrição — quer nas ciências naturais ou em *História* — pode ajudar o conhecimento, mas não o esgota (FONTES, 1997, p. 10).

Desde os primeiros grafitos dos homens das cavernas até a contemporaneidade da era digital, tem-se que as fontes passaram por um processo de evolução, se subdividindo em várias classificações e tipos, modificando-se também os métodos de sua apreciação conforme os períodos históricos e a própria historicidade. “O uso das fontes também tem uma história porque os interesses



dos historiadores variaram no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais” (JANOTTI, 2008, p.10). Tem-se que a escrita da história no mundo ocidental, por volta do século XVIII e início do XIX, quando a história tornou-se disciplina acadêmica, houve a intensa valorização do documento, onde os escritos e oficiais eram privilegiados em detrimento dos demais, sendo considerado pela Escola metódica no século XIX como o projetor de verdades, como provas que incumbia ao historiador seu recolhimento e apreciação sobre uma crítica externa e interna na busca de sua comprovação de autenticidade. Trazendo a concepção de que o documento falava por si, portanto, o passado era imutável e comprovado através das provas escritas, não havendo necessidade de interpretação (SILVA, 2009, p. 158). Ainda no século XIX a chamada escola de Annales viera revolucionar a conceito de documento ao apoiar-se no entendimento de Karl Marx que contestava a pretensa objetividade imparcial da história. Os Annales e materialistas abriram o campo da interpretação e da análise renovando os pensamentos das pesquisas em história. “A partir de então, o fato histórico deixou de ser entendido como dado de forma verídica e real pelo documento; ele precisaria ser construído pelo historiador a partir de uma conjunção de fatores presentes e passados” (SILVA, 2009, p. 159).

Observa-se que as fontes históricas são tratadas como sinônimo de documentos históricos. A expressão documentos históricos típica do século de XIX teve seu sentido ampliado no século XX. Com os seguidores da Nova História⁷⁵ o conceito alterou-se qualitativamente compreendendo a imagem, a literatura e a cultura material. Muitas pesquisas passaram a se pautar nas mais diversas fontes, sem, contudo, tornar menos valorado o documento, o qual passou a ser reinterpretado a partir de técnicas interdisciplinares. Neste prisma são fontes históricas os documentos textuais, vestígios arqueológicos, as representações pictóricas, as memórias colhidas na história ora e transformadas em documentos, através das entrevistas, dentre outros.

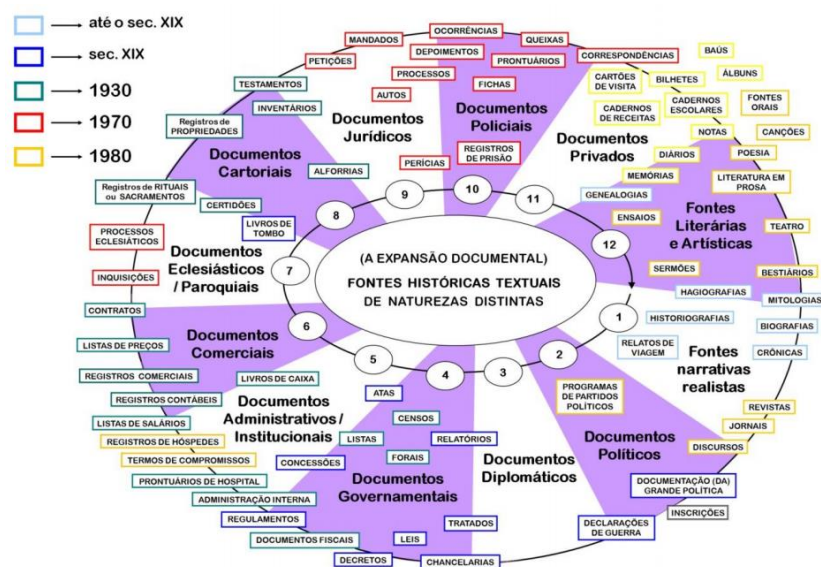
Essa extraordinária expansão do universo das fontes históricas, que abordaremos no momento oportuno, assim como a concomitante flexibilização de sentidos a partir aí proporcionados pela palavra ‘documento’, favoreceram o surgimento de outra palavra muito evocada nos dias de hoje para os mesmos conteúdos, materiais, vestígios e indícios que os historiadores tinham passado a chamar de ‘documentos históricos’. “Fonte” (ou ‘fonte histórica’) é este termo mais fluido que passou a ser empregado alternativamente à palavra ‘documento’. Pessoalmente, acredito que essa nova expressão tenda a substituir mais amplamente, no futuro próximo, o uso da palavra ‘documento histórico’, uma vez que esta última apresenta uma origem mais restrita e mais bem acomodada aos tipos de textos – frequentemente documentos escritos demarcados pelas instituições oficiais e encontráveis nos arquivos – com os quais os historiadores costumavam trabalhar mais no século retrasado, na sua cuidadosa e obstinada busca de informações (BARROS, 2019, p. 4).

⁷⁵ A chamada Nova história refere-se à corrente historiográfica formada a partir da terceira geração da Escola de Annales.

FONTES JUDICIAIS E A NECESSIDADE DE SUA PRESERVAÇÃO COMO PERCUSSORA DA HISTÓRIA

Várias tipologias das fontes históricas são propostas. Este trabalho compreende em especial as fontes judiciais, especificamente os documentos jurídicos e sobre estes prosseguiremos à análise conforme o recorte do objeto proposto. Adota-se neste texto a expansão das fontes documental proposta por Barros (2019, p.16) demonstrada no Quadro 1.

Quadro 1 – Ampliação das Fontes Historiográficas



Apesar de entender que estão interligadas no campo das fontes históricas que englobam uma intrínseca e nítida conotação jurídica os chamados documentos jurídicos (autos, processo, depoimentos, petições, mandados), documentos cartorários (entendendo serem os cartórios órgãos vinculados ao poder judiciário à medida que por estes são fiscalizados e a este se subordinam através das Corregedorias Gerais de Justiça Estaduais e do próprio Conselho Nacional de Justiça), as fontes diplomáticas (no que abrange as convenções e tratados internacionais uma vez que sua vigência no país acarreta o reconhecimento das mesmas com o patamar de leis ordinárias e em alguns como norma supralegal) e as fontes governamentais (leis, decretos). Darei ênfase no conteúdo que se segue explanando sobre as chamadas fontes judiciais avaliando as mesmas através dos documentos jurídicos, estes encontrados no âmbito e em guarda do poder judiciário.

Diante da relevante progressão do uso dos documentos judiciais enquanto fontes históricas cumpre expor sobre o uso destas fontes que, estas são encontradas em várias áreas do direito, tais como processos criminais, cíveis, do trabalho, comerciais, empresariais, dentre outros. Quanto à questão da crítica do historiador sobre tais documentos sejam eles depoimentos pessoais, oitiva de testemunhas, provas diversas (tais como perícias ou documentos escritos), decisões e



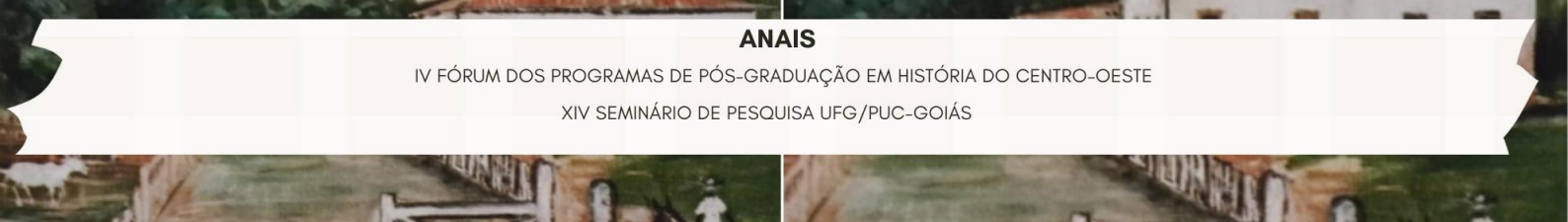
sentenças. Tem-se que a análise do conteúdo do processo necessita de conhecimentos do historiador que vão além da simples interpretação, onde todo o contexto social e jurídico deve ser considerado, tendo-se em vista a vigência das leis da época, materiais e processuais, os ritos procedimentais, os princípios norteadores de cada ramo do direito, além dos posicionamentos doutrinários, dos entendimentos jurisprudenciais; é preciso saber do que se fala conhecendo a fonte a ser utilizada. O que torna o trabalho ainda mais complexo, posto que, as peculiaridades de um processo são intensas e imensas, e o sentido de sua análise não pode ser reprimido ou isolado, para não correr o risco de interpretações errôneas ou desprovidas de hermenêutica apropriada. Sob este aspecto corrobora o seguinte entendimento ao expor sobre a pesquisa em processos criminais como fonte histórica:

Para trabalhar com qualquer documentação, é preciso saber ao certo do que ela trata, qual é a sua lógica de constituição, bem como as regras que lhe são próprias. No caso dos processos criminais, é fundamental ter em conta o que é considerado crime em diferentes sociedades e como se dá, em diferentes contextos e temporalidades, o andamento de uma investigação criminal, no âmbito do poder judiciário (GRINBERG, 2009, p. 121-122).

Tem-se que os documentos jurídicos juntamente com os documentos policiais, e os documentos eclesiásticos/paroquiais (processos e inquisições) integram as pesquisas de história desde meados dos anos de 1960 e 1970 conforme apresentado no Quadro 1. “Surgem iniciativas para contar a história dos camponeses usando materiais tanto da justiça comum como, por exemplo, de tribunais eclesiásticos: processos de anulação de casamento, processos da inquisição” (CHALHOUB, 2005, p. 3). Neste contexto, cabe destaque para o desenvolvimento da micro história⁷⁶ trazida na análise de um processo inquisitorial por Carlo Ginzburg no livro “O queijo e os vermes”. Verifica-se então, o crescimento do uso das fontes judiciais nas narrativas da história no Brasil, onde os historiadores passaram a encontrar nos arquivos judiciais fontes históricas de grande valia. Tornando os arquivos judiciais de suma importância para a construção da história social, bem como para o desenvolvimento de histórias individuais capazes de demonstrar o contexto político, econômico, social, cultural e jurídico de determinada época.

Essas circunstâncias tornam ainda mais relevantes os documentos judiciais recolhidos aos arquivos. Sendo esses o resultado dos episódios relacionados à ação judicial, transformam-se em elementos centrais para a compreensão das manifestações das personagens que envolvem, seja por seus relatos, seja pelos episódios apresentados. Através dos documentos coligidos nos autos, centenas de histórias de vida são identificáveis e fenômenos sociais podem ser mais bem investigados, o que transforma tais registros em peças de valor insubstituível para a produção do conhecimento em áreas como a História, o Direito, a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia, entre outros campos de saber (VEIGA; SCHMIDT, 2012, p. 10).

⁷⁶ A micro história surge com a análise dos marginalizados, dos desconhecidos traçando um ramo da historiografia que limita a extensão de observação de seus objetos. Teve como expoente inicial a obra de Carlo Ginzburg.



A valoração da preservação dos documentos para o resguardo da história e de pesquisas em várias áreas faz dos arquivos judiciais respeitáveis instrumentos na conservação do passado e do presente que se constrói enquanto fonte histórica para o futuro. Há, contudo, que se cogitar que mesmo com a criação de arquivos documentais em diversos órgãos governamentais, como o Arquivo Nacional criado em 1838, e inclusive a criação de arquivos do poder judiciário, ao longo dos anos muito da história se perdeu, seja das épocas mais remotas em porões que deterioram o papel com mofo e rasuras, seja mais recente nos procedimentos de incineração de autos sem a devida seleção de conteúdo e amostragem.

A Constituição Federal de 1988 e a legislação extravagante perfazem um arcabouço jurídico que dispõe sobre a proteção dos documentos históricos, sua preservação e conservação. A Constituição Federal em seu artigo 5º, incisos XIV e XXXIII elevam o direito à informação ao patamar de direito fundamental seja ele em âmbito particular ou coletivo, ressalvados as hipóteses de sigilo. O artigo 23, III a V dispõe sobre a proteção dos documentos e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, impedir sua evasão, destruição ou descaracterização e proporcionar os meios de acesso à cultura como adstritos a competência comum da união, estados e Distrito Federal. No artigo 216, caput e parágrafos 1º e 2º, é previsto à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear a consulta a quantos dela necessitem; a proteção da memória e dos acervos documentais de guarda permanente também como parte desse o patrimônio cultural. A lei nº 8.159 de 1991 dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, prevê em seu artigo 1º: “É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. Também legitimam as intenções legais sobre os documentos a Lei nº 9.605/1998 que institui proteção penal contra a destruição, inutilização ou deterioração de arquivos, registros, museus, bibliotecas, ou instalações similares protegidas por lei, ato administrativo ou decisão judicial; a Lei nº 12.527/11, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) garante o acesso a informações necessárias ao exercício de direitos e da cidadania, relacionadas à administração da justiça e que compõem a memória nacional e institucional; Lei nº 13.709/2018, conhecida Lei Geral de Proteção de Dados (LGDP) que tem por objetivo a proteção dos direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade.

Diante de tais previsões legais o Conselho Nacional de Justiça atuando no controle administrativo do poder judiciário, conforme suas atribuições legais celebrou acordo de cooperação com o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) criando em 2009 o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME). A partir disto várias normas foram



editadas pelo Conselho Nacional de Justiça neste desígnio, com destaque para a Recomendação nº 37/2011 e a Portaria nº 113/2011 atualizados pela Resolução 324/2020 com a edição do Manual de Gestão Documental e o Manual de Gestão da Memória do Poder Judiciário, os quais se pautam no sentido de implantação e acompanhamento deste programa traçando objetivos no intuito de aprimorar cada vez mais o sistema de gestão de forma a geri-lo com responsabilidade e organização.

Com relação à gestão documental está é definida no artigo 3º da Lei 8.159 de 1991 “Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”. Definição então adotada pela Resolução CNJ nº 324/2020. A qual cria em seu artigo 5º, inciso VIII o Manual de gestão documental do poder judiciário “No Manual, são expostos os critérios para a seleção de documentação judicial e administrativa dotada de valor secundário e os procedimentos relacionados à guarda permanente e ao descarte daquela que cumpriu sua temporalidade e não apresenta igual valor” (2021, p.11). O manual em questão é um dos instrumentos do Proname previstos no artigo 5º da Resolução CNJ nº 324/2020, juntamente com ele se destacam: os sistemas informatizados de gestão de documentos e processos administrativos e judiciais, bem como os metadados desses sistemas, essenciais à identificação do documento institucional de modo inequívoco em sua relação com os outros documentos; o Plano de Classificação (Tabelas Processuais Unificadas) e a Tabela de Temporalidade dos Processos Judiciais do Poder Judiciário; o Fluxograma de Avaliação, Seleção e Destinação de Autos Findos; o Plano para Amostra Estatística Representativa.

Tais instrumentos deverão utilizados pela Comissão permanente de avaliação documental, da qual deverá ser integrada dentre outros por uma pessoa graduada em Arquivologia, uma em História e uma em Direito, conforme previsto no art. 18 da Resolução CNJ 324/2020. Tal comissão avaliará desde sua produção até o estabelecer dos prazos de guarda e destinação final, os documentos e processos judiciais e administrativos, de acordo com a atribuição de valores primários e secundários. Sendo entendidos de valor primário aqueles relacionados à significância jurídica, administrativa ou financeira atribuída em função do interesse para as partes litigantes ou para o respectivo tribunal; e de valor secundário aqueles atribuídos aos documentos e autos judiciais ou administrativos, em função do interesse que possam ter para a sociedade ou para a instituição, respectivamente, em virtude de suas características históricas ou informativas; pelo que se ressalta que só poderá haver eliminação de documentos destituídos de valor secundário.

O sistema de gestão de documentos contém inúmeras especificidades contidas na Resolução CNJ nº 324/2020 e definidas nos manuais que lhe completam, entretanto, não cabe aqui



descrever por completo esta proposta do poder judiciário que visa adequar de forma plausível à gestão dos documentos, bem como de sua memória, na tentativa de regaste e consolidação do patrimônio cultural e social que este abrange. Pautei-me por demonstrar que, a preocupação do poder judiciário se perfaz teoricamente estruturada para implantação de tais sistemas de gestão, inclusive com definição de prazos para os tribunais se adequarem, tendo-se em vista que as normativas declinam aos mesmos a gerência de seus sistemas, bem como das tabelas de temporalidade. Vislumbra-se que, para prática os anseios e projeções de realidade se fixam em perspectivas de aprimoramento de tais previsões legais. Muitos tribunais dentre federais e estaduais já possuem sistemas plenamente vigentes e adequados às atualizações propostas pelo Conselho Nacional de Justiça, outros não.

Muito além do olhar legal, como historiador necessário ater-me há questões controversas. De fato o número de processos físicos produzidos ao longo de décadas cria na contemporaneidade problemas imensuráveis até mesmo em relação aos gastos para manutenção de inúmeros arquivos judiciais físicos e digitais. Mesmo que parte do acervo seja selecionada e incinerada, milhões de processos ainda persistem e permanecem sob a guarda permanente nos diversos arquivos dos tribunais do país. Outra questão que se levanta é sobre a forma de seleção dos autos que serão eliminados, o instrumento para tanto a tabela de temporalidade define o destino dos documentos depois de cumprido seu ciclo vital, certo que os critérios de análise são conduzidos conforme as previsões legais e avaliados por uma comissão de valoração, onde se separa e tipifica os processos. Entretanto, o trabalho do arquivista deve ser criterioso ao elaborará, considerando não apenas os critérios técnicos mais também o valor histórico dos documentos. Por isso a presença na comissão de historiadores que são mais familiarizados com as pesquisas e debates em seu campo. Outra preocupação se insere quanto ao conteúdo histórico identificado, certamente, não incinerariam os processos em que fossem parte ícones ou casos de repercussão mundial ou nacional, mas, e o processo da moradora ali da próxima esquina, a qual foi vítima de uma violência doméstica seria tratado da mesma forma? Quem promoverá a escrita da história vindoura? Há muito não se escreve a história apenas com fatos e pessoas vultosos ao olhar social. Necessário ater-se a percepção de que a história do povo brasileiro, em grande monta se escreve através dos processos judiciais, de forma que os arquivos judiciais tais como serviram e servem a reconstituir o passado, poderão reconstruir no futuro a visão do hoje, fazendo-se fontes históricas de imensurável valor, entretanto, essa história vai depender do que for preservado com tal intuito, construindo-se para a história que se escreverá no futuro limites projetados para ela no presente.

CONCLUSÃO

O historiador e as fontes históricas se complementam mutuamente em um percurso de descobertas, linearmente os problemas propostos traduzem nas fontes históricas respostas, assim como as próprias fontes ao serem interpretadas promovem novos questionamentos, em um ciclo infindo ambos se tornam interdependentes e responsáveis pelas conclusões chegadas pelo olhar atento do historiador. A importância das fontes históricas se perfaz no tempo, sem elas não haveria a escrita da história e sem sua expansão a narrativa se tornaria inócua no sentido de que não apenas os documentos são fontes, mas todos os vestígios deixados são fontes inigualáveis em seu valor.

Dentre inúmeras categorias de fontes históricas os documentos jurídicos, compreendidos como todos aqueles que instruem e fazem parte dos processos judiciais, se apresentam como detentoras de propenso conteúdo histórico, seja para a constituição da história social ou jurídica, seja para a constituição de micro histórias oriundas das partes litigantes, advogados, servidores, promotores ou juízes. Muito da história que conhecemos hoje foi construída a partir da análise de processos judiciais. Reconhecida a importância destas fontes, a legislação cuidou por atribuir ao Poder Público responsabilidade pela promoção de mecanismos e normas para a proteção, preservação e conservação destas fontes. O poder judiciário no cumprimento legal promove a gestão documental de forma a manter o acervo dos arquivos judiciais físicos e digitais incólumes na proporção pretendida pelas tabelas de temporalidade e classificação documental, considerando-se os documentos de valor histórico como de preservação permanente.

REFERÊNCIAS

BARROS, Jose D'Assunção. Fontes históricas: Uma introdução aos seus usos historiográficos. **História e Parcerias**. ANPUH - RJ, 2019. Disponível: <https://arquivos.ufrj.br/arquivos/202023105103d523016895ee5766c2e7a/Fontes_Histricas_Jos_DAssuno_Barros_ANPUH-RJ_2019.pdf>. Acesso em: 5 de jul. 2022.

_____. Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2020. Disponível: <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>. Acesso em: 21 de jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e dá outras providências**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em: 4 de jul. 2022.

_____. Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020. **Institui diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispõe sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário – Proname**. Conselho Nacional de Justiça: Brasília, 2020. Disponível: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3376>>. Acesso em: 7 de jul. 2022.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2002.

CHALHOUB, Sidney. O conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais. In: **Curso de Formações de Multiplicadores em “Políticas de resgate, preservação, conservação e restauração do patrimônio histórico da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul”**. Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://iframe.trt4.jus.br/portaltrt/htm/memorial/index.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

Disponível: < https://www.anpuh-rs.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=813>. Acesso em: 2 de jul. 2022.

FONTES, Virginia. **História e Verdade**. Revista Ciências & Letras n. 18, FAPA, Porto Alegre, 1997.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro Fontes históricas como fonte. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário / Conselho Nacional de Justiça. Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) – Brasília: CNJ, 2021.

Disponível: < https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/04/Manual_de_Gestao_Documental_v16-04-2021.pdf>. Acesso em: 6 de jul. 2022.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Tradução: Guilherme Joao de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

VEIGA, Alexandre. SCHMIDT, Benito Bisso. Justiça, Arquivo e História: A avaliação de Processos para além da mera temporalidade. **ANPUH – RS**, 2012. Disponível: https://www.anpuh-rs.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=813. Acesso em: 07 de jul. 2022.

A TRANSFORMAÇÃO DO PASSADO EM HISTÓRIA: O SENTIDO HISTÓRICO PARA JOHAN HUIZINGA

João Pedro Guelhardi Costa Ferreira⁷⁷

RESUMO

O presente trabalho é fruto da disciplina Tópicos Especiais da Operação Historiográfica ofertada pelo Profº Drº Cristiano Arrais. A partir das discussões propostas pelas disciplinas, a presente pesquisa engajou-se em entender o sentido que a história recebe ao longo das produções de Johan Huizinga. O historiador holandês ainda se encontrava submetido pelo regime da moderna concepção de ciência histórica, que instituía um papel de reconstrução do passado para pesquisa historiográfica. Essa reconstrução deveria ser feita de forma neutra e conseguindo retratar os fatos da maneira como esses haviam ocorrido. No entanto, esse tipo de sentido é questionado quando Huizinga produz sua própria Filosofia da História, a qual evidência um contexto de decadência para a sociedade europeia. Mediante esse cenário, o autor coloca em questão sua própria forma de refletir sobre passado e história, passando a inserir no passado um sentido de orientação para o presente “decadente” em que vive.

Palavras – Chave: História, Causa, Decadência, Orientação

INTRODUÇÃO

O passado é um elemento muito singular para os homens, embora tenha passado ainda se encontra presente (RÜSEN, 2011). Isto é, mesmo tendo ficado para trás no decurso do tempo, o passado ainda insere ramificações no presente e molda os sujeitos de acordo com os desejos que tem. É diante dessas modulações que surgem os questionamentos e inquietações. É nessa incessante busca por respostas ao passado que se insere a figura do historiador.

O historiador escrutina o passado, em busca de respostas que possam sanar os desejos que o afligem ou que atormentam a sociedade em que vive. Ele esquadrinha esse tempo que já passou em busca de respostas. No entanto, esse retorno ao passado sempre levantou questões, as quais se interligavam ao próprio status da história enquanto ciência e do historiador enquanto um produtor de cientificidade.

⁷⁷ Mestrando pelo Programa de Pós – Graduação em História da Universidade Federal de Goiás
Orientador: Profº Drº Cristiano Arrais
Email: jpgf1307@outlook.com



Essas se concentravam na capacidade de se provar verdadeiro algo que não poderia ser feito nem comprovado, discussão que acarretava uma série de empasses dentro do campo histórico. Esses impasses refletiam dentro do próprio objetivo que a história deveria possuir, uma vez que ela não era uma ciência como as demais. Logo, o principal objetivo da história era trazer ao presente aquilo que já havia ocorrido, a história deveria reviver o passado. Era necessário fazer com que os habitantes do presente vislumbrassem os fatos da forma como haviam se dado.

Inserido nesta perspectiva encontrava-se Johan Huizinga, um historiador que também vai aderir à ideia de que o passado deveria vir à tona e de forma pura. Este sentido da História fica claro para o historiador dentro de sua obra “A influência da Alemanha na sociedade holandesa”, onde ele apresenta a formação do Estado Holandês, seguindo a factualidade e a cronologia.

Contudo, é importante dimensionar a produção de seu ensaio filosófico intitulado “Nas sombras do amanhã: o diagnóstico espiritual a enfermidade de nosso tempo”, o qual define uma visão de Filosofia da História. Dentro desta obra, o autor observa a atmosfera de decadência que se instaura sobre todo continente europeu, e como os parâmetros que compõem a sociedade tem desabado, A partir desse movimento é axiomático uma reformulação do sentido que este sujeito atribui à história, o qual passa a compor suas análises.

Por fim, investiga-se como essa concepção de história forjada em Nas sombras do amanhã, se insere em um de seus manuscritos mais famosos, O Homo Ludens. É de suma necessidade entender em que consiste este sentido que Huizinga atribui, e como ele se desenvolve ao longo desta obra. Desse modo, objetiva-se responder se a filosofia construída ao longo de “Nas sombras do amanhã”, conflui para dentro de outros trabalhos.

RECONSTRUINDO O PASSADO: A INFLUÊNCIA DA ALEMANHA NA SOCIEDADE HOLANDESA

A relação do historiador com o passado é sempre permeada por aproximações e afastamentos, por concordâncias ou repúdios, por divinizá-lo ou demonizá-lo. Embora, retratem uma infinidade de relações que são constituídas ao longo da lida com o passado, elas possuem um fator comum: a inquietação. Esse sentimento de angústia é reflexo de nossa conjunção com o passado, vez que mesmo tentemos nos livrar, somos lembrados que ele é parte de nós.

Esse sentimento é oriundo de toda a experiência adquirida no mundo e na sociedade que formam esse historiador. No caso de Huizinga em específico, seu trabalho nasce da necessidade de mostrar à sociedade holandesa, a relação e o alcance que a cultura alemã incitou sobre os Países

Baixos. Sua obra “A influência da Alemanha na sociedade holandesa” é fruto de um conjunto de três palestras que o historiador concedeu ao Instituto Alemão-Holandês no ano de 1932.

A questão para o historiador é movida pelo desconhecimento que um cidadão holandês possui acerca dos Países Baixos ao longo do século XVII. Essa insciência é forjada por meio de uma abordagem histórica que se finda na arte, e que tem como foco principal a figura dos grandes estadistas e personalidades distintas.

Se alguém testasse o holandês contemporâneo médio de algum desenvolvimento e interesse histórico sobre seu conhecimento acerca de nossa civilização no século XVIII, poderia muito bem descobrir que seu estoque de representações positivas sobre isso consistia em uma extensão excessiva de impressões de pintura. Certamente, parece ser bem lido em Vondel, e aqueles em Hooft, um terço em Spinoza, todos eles anexariam certas memórias do tempo escolar ou leitura aos grandes nomes dos príncipes e estadistas, dos heróis navais e servos da companhia (HUIZINGA, 1948, p.414)

Percebe-se que Huizinga se coloca contra uma abordagem histórica que valorizasse a figura das grandes monarquias que se estabeleceram nos Países Baixos. Como o autor apresenta esse tipo de produção historiográfica se vinculava às pinturas, as quais são reproduzidas dentro do pensamento de autores célebres como Hooft e Spinoza. Dessa maneira, ele percebe que a historiografia da Holanda, tem delineado uma consciência histórica voltada às grandes figuras do estado monárquico holandês, deixando de lado os meandros que apontam a formação cultural da sociedade.

Ou seja, o autor se põe em confronto com esse tipo de historiografia, pois, segundo ele, fomentar a história da Holanda por meio das pinturas, encarregar-se-ia “um entendimento da natureza das instituições estatais ou uma imagem ordenada da memória do curso dos eventos provavelmente se provaria fraco e vago” (HUIZINGA, 1948, p.414). Sendo assim, percebe-se que a historiografia das grandes personalidades não conseguia fornecer um sentido para o funcionamento do aparato estatal dos Países Baixos, impossibilitando assim sua compreensão.

Os problemas que Huizinga elenca para a historiografia holandesa, abre espaço para dois questionamentos a respeito de dois pensamentos do autor. O primeiro está intrinsecamente ligado ao modo como ele concebe a dinâmica dos tempos. Percebe-se que sua preocupação em cronologizar o tempo é latente, principalmente por meio do ordenamento lógico dos eventos.

A submissão do tempo à ordem cronológica era de fundamental importância para o estabelecimento do caráter científico à produção histórica. O historicismo, por meio de suas histórias universais, forja a fórmula a ser seguida por todos os historiadores quando lidavam com o tempo. Ela consistia em constatar os fatos de modo a estabelecer uma relação entre eles, de modo que gerasse não somente uma ordem de sucessão, mas também, um encadeamento causal específico (SALOMON, 2018).



O segundo ponto que o autor apresenta concerne à concepção de história que Huizinga começa a construir ao longo desta passagem de seu livro. É notório que o autor parte de um problema presente, que instiga sua pesquisa. Esse problema é oriundo de suas palestras e da observação da falta de conhecimento que se tem sobre a história dos Países Baixos. E tal problemática, é fruto da historiografia vinculada às pinturas e aos grandes nomes monárquicos.

Contudo, a resposta fornecida a esse problema, também reforça seu vínculo à moderna ciência histórica. Dentro desta perspectiva, o historiador ainda se encontra vinculado à necessidade da objetividade, e de poder operar as fontes de modo a trazê-las ao campo presente sem nenhuma alteração. Segundo o autor,

O conhecimento da história do país, no sentido óbvio e político, tem sido, sem dúvida, maior e mais certo nas mentes de 1840 do que nas gerações que vivem hoje. Pelo menos alguns capítulos eram, sem dúvida, mais conhecidos por eles sobre literatura também. Todo o passado da pátria, com suas figuras e eventos, estava ainda mais próximo deles na época do que conosco. Nessa representação histórica de um século atrás, por outro lado, o elemento da arte visual ainda ocupava um lugar muito subordinado. É preciso fazer aqui com o fenômeno muito geral de uma mudança espiritual, que se aplica ao mundo inteiro e a toda a história: a mente tem como queridinha o material dando oportunidade para a apperception puramente visual do passado, que ele ameaça negligenciar a leitura sobre isso e pensar sobre isso. (HUIZINGA, 1948, p.414-415)

Isto é, para o autor as gerações de 1840 tem um maior conhecimento da vida política e da história do país pelo fato de estarem próximos a esse passado. Dessa maneira, ele delimita a necessidade em tornar-se material uma percepção do passado. Ou seja, a percepção que a história deveria fornecer acerca do passado deveria ser de modo a reconstruir os fatos assim como ocorreram. Seguindo os moldes da moderna concepção de história, ele propõe um retorno que conseguisse recompor os acontecimentos, da forma como eles realmente ocorreram e de modo a estabelecer uma ideia de causa entre eles (RÜSEN, 2011).

Toda essa liderança política e econômica já havia ficado instável ou encerrada desde 1660. Mas a perda de uma liderança não significa um declínio na prosperidade. Os últimos anos do século XVII foram o destaque para a República, tanto política quanto economicamente. Somente depois de 1700, na Guerra da Sucessão Espanhola, a inevitável tragédia do nosso Estado se segue. Forçada a participar do conflito europeu como uma grande potência, a República desempenha seu papel com honra, mas às custas dessa posição em si. (HUIZINGA, 1948, p.437)

Nota-se que a narrativa segue uma linha cronológica que estabelece sentido entre os fatos, de modo a promover uma ideia de correlação. Essa correlação, estipula uma visão de desenvolvimento, o qual acarreta um ideário do progresso histórico nos Países Baixos. Assim, é visível que a obra “A influência da Alemanha na Civilização Holandesa” apresenta uma concepção de história atrelada ao progresso, inserindo uma lógica teológica ao desenvolvimento dos Países Baixos. Essa lógica é



reflexo dos vínculos que Huizinga possui com o historicismo e com a história factual. Dessa maneira, a significação dos acontecimentos do passado para o presente ainda é permeada por meio da factualidade de tais acontecimentos (RÜSEN, 2011).

NAS SOMBRAS DO AMANHÃ: A FILOSOFIA DA HISTÓRIA DE JOHAN HUIZINGA

Nas sombras do amanhã: um diagnóstico da enfermidade espiritual de nosso tempo fora uma obra fruto das conferências proferidas por Huizinga em Bruxelas, no ano de 1935. Trata-se de um manuscrito em que o autor discute os caminhos que a sociedade europeia tem traçado, e em que sentido isso a leva para a sua total decadência. Dentro dessa discussão o autor apresenta uma filosofia da história, que nos permite observar a relação que o historiador constrói com a História.

O eixo central que estrutura “Nas sombras do amanhã” é postulado por meio da ideia de decadência. Segundo o autor, os pilares que sustentavam a sociedade europeia, como justiça, bondade, honra e coragem, já não são mais elementos que constituem a cultura da Europa. A derrocada desses elementos incitava o começo do caos no continente e a ascensão da barbárie. Parte desse pensamento, era oriundo da própria experiência do autor, a qual conflui diretamente em alguns capítulos da obra.

É importante predizer que esse tipo de abordagem, demonstra como o historiador percebe que a aproximação entre sujeito e objeto se dá pela autoexperiência, o que sugere uma união entre esse sujeito e esse objeto (ANKERSMIT, 2016). Sendo assim, observa-se que a obra funde elementos originários da experiência do próprio autor, os quais refletem o sentimento de uma derrocada da sociedade.

Por toda parte pairam dúvidas quanto à solidez da estrutura social em que vivemos, um vago receio do futuro próximo sentimentos de declínio e esgotamento da civilização. Não se trata meramente de ansiedades que nos assaltam na calada da noite, quando a chama da vida queima mais baixo. São antes expectativas nascidas da reflexão fundadas na observação e no juízo (HUIZINGA, 2017, p.19)

Ou seja, nota-se que o quadro de decadência que Huizinga enxerga se formar na sociedade europeia tem seus fundamentos propostos por meio de observações e juízos de análise. Desse modo, não se consolida como um mero sentimento de angústia, ou como o autor chama uma “ansiedade que nos assalta na calada da noite”. A decadência se trata de uma condição que se constrói ao longo da cultura da Europa, a qual o historiador experimenta ao longo de seu século.

É importante dimensionar como esse ato de experimentar será valioso a Huizinga. Para o autor “a experiência torna-se, então, a variável, determinante, pois o eixo vertical da experiência vai regulamentar a linguagem: uma experiência intensa do mundo, uma proximidade entre sujeito e

objeto.” (ANKERSMIT, 2016, p.218). Logo, percebe-se como “Nas sombras do amanhã”, vai ter suas reflexões fundamentadas nas experiências o historiador, de modo que essas vão formulando questionamentos à história, com o intuito de que esta forneça sentido ao agir humano.

Dentro da obra o autor deixa claro a existência de uma função da história. Ela teria com objetivo servir de guia a todos os espíritos que se encontravam perdidos e desacreditados no momento de crise. Segundo ele “[...] ainda que a autópsia historiográfica não prometa terapias para o presente nem sequer um prognóstico, qualquer meio que ajude a entender a natureza do mal deve ser tentado” (HUIZINGA, 2017, p.31). Identifica-se que o autor não determina que a história será capaz de corrigir os problemas que assolam ao presente, e também não promoverá um prognóstico do que estaria porvir.

A história para Huizinga já não tem um vínculo com a temporalidade futura. Ela já não se insere em uma perspectiva evolucionista que termina no ápice do progresso humano. Aliás, o autor até mesmo se refere ao fato de o termo progresso estar desaparecendo da linguagem dos sujeitos. Percebe-se que a história para ele, se aproximaria de uma teleologia da ação, ou seja, ela estaria vinculada ao agir humano no decurso do tempo. Assim,

Todo sentido de ação possui feições teleológicas uma vez que abre perspectivas de futuro diretoras do agir. Também o pensamento histórico está sempre vinculado a algum tipo de teleologia, porque se encontra sempre relacionado com o fato de que o agir é determinado por um sentido, e que um elemento teleológico sempre faz parte de tal determinação. De modo a poder ser considerado pleno de sentido, o pensamento histórico tem de ser ao menos conciliável com a teleologia da ação – pois não pode haver sentido temporal não existindo uma teleologia da ação. (RÜSEN, 2011, p.272)

A ação dentro de “Nas sombras do amanhã” se delimita como vetor primordial. Essa ação é vinculada a uma necessidade de sentido, a qual é fornecida pela abordagem histórica. Sendo assim, a abordagem histórica conferia sentido ao sentimento de crise, possibilitando que os sujeitos estabelecessem o seu agir. Embora, não pudesse atenuar os males que o presente desenvolve em meio a decadência, a explicação histórica poderia fornecer sentido ao ambiente que se desenrolava.

Logo, é perceptível que a elaboração da análise histórica em Nas sombras do amanhã é originária de inquietações do presente. Essa tomada não diverge muito da abordagem que o historiador estabelece em “A influência da Alemanha na sociedade Holandesa”, a qual também se inicia a partir de questões oriundas do tempo de Huizinga. A principal divergência em ambos os trabalhos reside na consciência de uma função da história, a qual fundamenta visões dispares. Sendo a primeira ligada à necessidade em se abordar o passado de modo objetivo e que siga uma ordem

causal. Já a segunda, mediada pela teleologia da ação, define uma história que atenta às inquietações do tempo presente e que consiga fornecer sentido aos indivíduos.

O HOMO LUDENS: O LÚDICO E A HISTÓRIA

No ano de 1938 Huizinga publicava seu livro intitulado “Homo ludens”, a qual teria como tese central o jogo. Dentro de sua obra o jogo é abordado como uma realidade originária, a qual corresponde a um dos elementos mais primitivos e enraizados na realidade humana. Assim, segundo o autor o jogo é elemento constituinte de toda a cultura, sendo subjacente em todas as artes de expressão e competição, como a poesia, a política ou até mesmo a tribuna.

É importante observar que dentro da obra se desenrolava a visão crítica do historiador que via acender uma convulsão cultural em seu tempo, e desse modo ansiava compreender o processo histórico que havia conduzido até o atual momento. Desse modo, é notório em seu prefácio a necessidade entre “escolher escrever agora ou nunca mais; e optei pela primeira opção) (HUIZINGA, 2000). Percebe-se que a inquietação com o desenrolar dos parâmetros da cultura que lhe é contemporânea, observando os percursos que a conduzem até a barbárie.

De acordo com o autor a cultura moderna promovia uma cultura puerilista, a qual incitava a operação de comportamentos imaturos aos sujeitos que acabavam perdendo seu senso de clareza e racionalidade. Nesse sentido, quanto mais analisava elementos presentes em sua época, mais difícil era determinar os impulsos culturais que se erigiam para a sociedade. Tal problema ocorria, porque somente pelo elemento lúdico presente no jogo é que a sociedade rompia com a cadeia determinista e se inseria nos parâmetros fundamentais.

A verdadeira civilização não pode existir sem um certo elemento lúdico, porque a civilização implica a limitação e o domínio de si próprio, a capacidade de não tomar suas próprias tendências pelo fim último da humanidade, compreendendo que se está encerrado dentro de certos limites livremente aceites. De certo modo, a civilização sempre será um jogo governado por certas regras, e a verdadeira civilização sempre exigirá espírito esportivo, a capacidade de fair play. Para ser uma vigorosa força criadora da cultura, é necessário que este elemento lúdico seja puro, que ele não consista na confusão ou no esquecimento das normas prescritas pela razão, pela humanidade e pela fé. (HUIZINGA, 2001, p.234)

O elemento lúdico seria elemento chave na composição da civilização, vez que implicaria no controle das tendências que implicam no fim último da humanidade. Ou seja, esse elemento proveria a determinação de limites e impõe o estatuto do que é permitido e o que é proibido. Dentro desse



universo, a civilização deve conservar sua capacidade de fair play, tornando-se assim uma força criadora de cultura.

O homo ludens traz à tona uma preocupação latente do historiador com elementos que compõem sua cultura. Partindo dos elementos que formam o jogo, o historiador reflete sobre os caminhos que seu tempo tem tomado, o qual consiste na extinção dos pilares da sabedoria e da justiça. Parte desse deslocamento, residiria em parte na distância que o presente se coloca do passado, o qual ocasiona um puerilismo da cultura e extirpa a distinção entre jogo e vida.

Temo-nos gradualmente aproximado da conclusão de que a civilização tem suas raízes no jogo, e que para atingir toda a plenitude de sua dignidade e estilo não pode deixar de levar em conta o elemento lúdico. Em nenhuma outra instância o respeito às regras do jogo é mais absolutamente necessário do que nas relações internacionais; se essas regras são desrespeitadas a sociedade cai na barbárie e no caos. Por outro lado, é precisamente na guerra moderna que o homem volta à atitude agonística que inspirava o jogo primitivo da guerra tendo em vista o prestígio e a honra. (HUIZINGA, 2001, p.234)

O jogo define-se como um elemento formador da sociedade de modo que a civilização só se mantém funcional quando fomenta a vivência do elemento lúdico em seu interior. Observa-se que até mesmo dentro das relações internacionais o jogo se faz necessário, vez que ele estabelece as regras que distanciam as nações da barbárie. Contudo, a guerra se caracteriza como um elemento de retorno ao jogo primitivo, que estimula a tendência ao prestígio e a honra. Logo, o jogo define-se como elemento fundamental na constituição cultural, sendo ele próprio fomentador de cultura.

A obra “Homo Ludens” retoma a preocupação de Huizinga acerca da função da história, uma vez que remonta uma série de análises acerca da importância do jogo na construção da cultura. Sua preocupação com os caminhos que a sociedade europeia tinha tomada, preconizava uma deturpação no âmbito cultural, a qual forjava um cenário de decadência em diversos ramos da sociedade europeia. Parte desse problema ele observa acender dentro de uma visão puerilista que se constrói em seus contemporâneos, a qual considera elementos cruciais na formação do corpo social como partes de um jogo. Ao estabelecer essa crítica, ele observa que esse tipo de pensamento, extirpa o caráter lúdico dos jogos, que é o grande responsável pela formação criativa dos elementos culturais. Desse modo, o jogo perde sua essência primitiva, adequando-se aos desígnios dos sujeitos que o utilizam.



CONCLUSÃO

Ao analisar as três obras de Huizinga percebe-se uma significativa mudança no sentido em que o historiador atribui à história. Em um primeiro momento percebe-se a necessidade em demonstrar o caráter científico da disciplina, o qual vincula-se à ideia do afastamento e da distância. Esse afastamento é reforçado por meio de uma análise que se coloca à distância dos fatos, e que os insere em uma cronologia que configure sentido a esses fatos. Enxerga-se que o princípio da história não se encontra no próprio presente, mas, no passado em si. Este passado por sua vez, deve ser remontado respeitando o juízo de causalidade que se estabelece entre os acontecimentos.

Contudo, um dos principais problemas dos historiadores reside na significação e nos status dos juízos causais, vez que é impossível isolar um fator histórico e avaliar sua significação (DRAY, 1969). Dessa forma, é impossível que um historiador reconstrua o passado da maneira que ele existiu, pois, a atribuição de significado àquela causa, parte inicialmente do próprio sujeito. Huizinga ao partir de sua concepção moderna da ciência histórica nega esse elemento, e estabelece uma pesquisa que analisa o passado como um elemento desgarrado do presente. No entanto, sua forma de lidar com os fatos conduz a uma ideia vinculada ao futuro e a possibilidade do progresso na sociedade dos Países Baixos.

Já em *Nas sombras da manhã* observamos a consolidação de uma Filosofia da História promovida pelo historiador. Ela se insere em uma perspectiva que enxerga o decadentismo da sociedade europeia e a derrocada dos valores que formam a alta civilização. O repertório utilizado por Huizinga, reúne uma série de elementos que ele considera terem sido perdidos ao longo do século XX. A partir dessa leitura dos problemas que se arregimentam na Europa, o historiador propõe o espaço que a história seria inserida. Segundo ele, não é possível fornecer soluções ao presente, e já não existia a possibilidade de prognosticar o futuro. A história se abre como o campo da orientação, para propor alternativas às novas gerações. Ela é responsável por fornecer a continuidade da cultura, concedendo assim ao *porvir* uma possibilidade da mudança.

Por fim, em o “Homo Ludens” o historiador atribui a história o papel de compreender o presente, focando principalmente no jogo, elemento o qual é formador dessa cultura. Tendo em vista isso, Huizinga aponta a formação de uma visão pueril que se desenvolve no campo social, a qual passa a considerar o jogo como formador de regras e disputas no âmbito político, científico, artístico e econômico. Contrapondo-se ao jogo primitivo e seu caráter lúdico, essa postura encerra, a capacidade criadora dos indivíduos. Neste sentido, Huizinga propõe a necessidade de um retorno ao primitivismo do jogo, o qual promove a construção cultura.

FONTES

HUIZINGA, Johan. Nas sombras do amanhã: um diagnóstico da enfermidade espiritual de nosso tempo. Tradução e notas de Sérgio Marinho. Goiânia: Caminhos, 2017.

____. Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

____. A influência da Alemanha na Civilização Holandesa. In: Trabalhos Recolhidos Parte.2 – Países Baixos. 1948.

Referências Bibliográficas

ANKERSMIT, F.R. **Experiência histórica: Além da virada lingüística**. In: A escrita da história: a natureza da representação histórica. Londrina, PR: Eduel, 2016

DRAY, W. **O juízo causal em história**. In: Filosofia da história. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

GALLIE, W. **Narrativa e compreensão histórica**. In.: MALERBA, J. História & narrativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

RANCIÈRE, J. **O conceito de anacronismo e a verdade do historiador**. In.: SALOMON, M. História, verdade e tempo. Chapecó, SC: Unochapecó, 2011. (pdf)

RUSEN, J. **Pode-se melhorar o ontem?**. In: SALOMON, M. História, verdade e tempo. Chapecó, SC: Unichapecó, 2011. (pdf)

SALOMON, Marlon. Heterocronias. In: SALOMON, Marlon (org.). *Heterocronias: estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia, GO: Edições Ricochete, 2018. p. 8-38.

WHITE, H. **O passado prático**. ArtCultura, Uberlândia, v.20, n.37, p. 09-19, 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/47235/25563>

A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, SUA BANALIZAÇÃO E O NASCIMENTO DA LEI MARIA DA PENHA

Joseângela Oliveira Santana⁷⁸

RESUMO

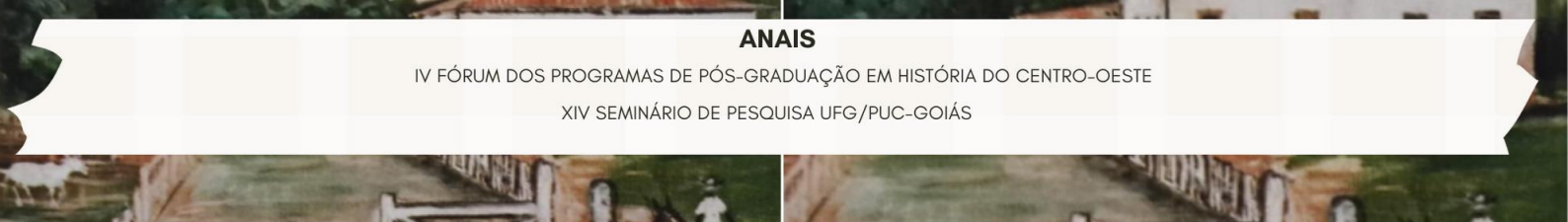
Ao longo da história as mulheres foram colocadas na subalternidade e invisibilidade, estiveram em lugares designados para elas por outros, que lhes disseram quem eram, como eram e como deveriam agir. Ao passar do tempo e diante de injustiças cometidas contra elas e muitas violências vivenciadas principalmente em seus lares, que foram os lugares onde estavam destinadas a permanecer, as mulheres se viram excluídas dos termos universal, humanidade e cidadania, utilizados para generalizar a espécie. Com isso as mulheres passaram a lutar em busca de lugares escolhidos por elas mesmas, porém a violência esteve presente contra elas em todos os contextos de lutas e aos poucos elas reivindicam e conquistam espaços, além de brigar cotidianamente para permanecer em lugares que não eram destinados as mesmas e têm vivenciado inúmeras violências pelo seu desejo de permanecer. As violências que as atingem são inúmeras psicológicas, patrimoniais, sexuais, domésticas entre outras, mas a violência doméstica tem minado a dignidade e liberdade de muitas mulheres em locais onde elas deveriam se sentir protegidas, como seus lares.

Palavras-chave: mulheres, violência doméstica, Lei Maria da Penha.

INTRODUÇÃO

Secundarizadas e discriminadas por uma história que não foi escrita por elas e que as deixou no anonimato, as mulheres enfrentaram e enfrentam lutas para conquistar espaço na sociedade e também para permanecer e garantir o que já foi conquistado por elas com muita luta ao longo dos tempos. O contexto de exclusão das mulheres levou a sérios problemas enfrentados por elas e a banalização da violência foi um deles. O que acontecia a elas dentro da esfera doméstica era muitas vezes enxergado como problema de família e elas ficaram à mercê da violência por parte daqueles que deviam protegê-las. Nesse contexto de violência dentro dos lares no Brasil, em 1983 a

⁷⁸ Mestranda do Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual de Goiás Campus Sul, Morrinhos Goiás. E-mail: profjoseangela@hotmail.com. Orientadora Prof^a Dr^a Leicy Francisca da Silva.



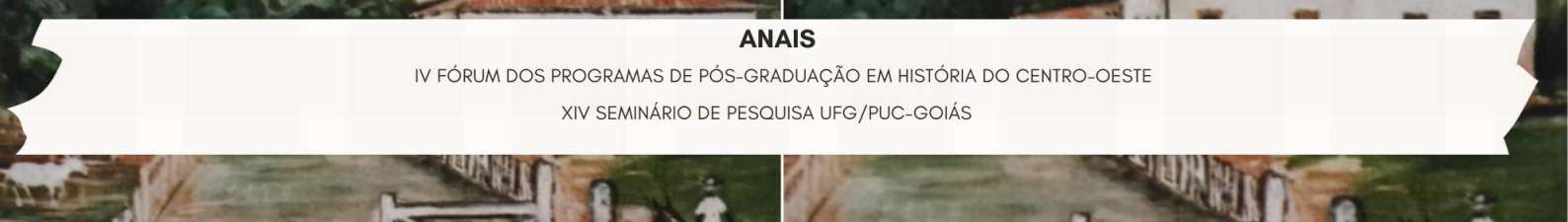
farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes foi vítima de duas tentativas de feminicídio por seu até então marido, Marco Antônio Viveros Heredia. Maria lutou por dezenove anos pelo julgamento e condenação de seu agressor. Sua luta culminou no nascimento da Lei 11.340/2006, batizada de Lei Maria da Penha em sua homenagem.

A BUSCA DAS MULHERES POR LOCAIS ANTES NÃO ACESSADOS POR ELAS E AS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS

Para Michelle Perrot “as sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível” Perrot (2019:109). Dentro da história as mulheres foram buscando estar nos lugares que desejavam, não mais aceitaram estar em lugares determinados para elas por outras pessoas. Sempre na esfera doméstica, o trabalho das mulheres foi desvalorizado por não serem vistas nas áreas públicas e por não ser também um trabalho remunerado. Porém as mulheres tiveram história sim, elas tinham construções em seus lares, em suas famílias e exerciam poder em suas relações, isso apenas não foi contado.

É evidente que quando falamos que as mulheres estavam presas a esfera privada, ao lar, não nos referimos a todas as mulheres, pois mulheres pobres e mulheres negras sempre trabalharam, a esfera pública ou privada não fazia diferença para sua mão de obra e, eram assim vistas como um instrumento capitalista para aquisição de capital/dinheiro, porém não trataremos exclusivamente de mulheres negras e pobres nesse texto. Assim, nos referimos a um modelo ocidental e europeu e falando de Brasil, que foi colônia de Portugal, Mary Del Priore acrescenta que “da Europa, os principais colonizadores trouxeram para cá a desconfiança ante a mulher e o sentimento de que a ela cabia obedecer ao homem” Del Priore (2020:19).

Desse modo o que acontecia dentro do lar era ordenado pelo homem que decidia o certo e o errado para todos os membros da família, de modo que no lar aconteciam diversas formas de violências geralmente contra o mais fraco, contra as mulheres e os filhos, de forma que as mulheres também cometiam violências contra seus filhos, e essas violências histórica e culturalmente foram sendo naturalizadas. “Longe do olhar do Estado, gestavam-se relações de dependência entre os membros da família e o patriarca.” Del Priore (2020, p: 20). Durante muito tempo havia a separação do poder público e do poder privado fez com que a violência sofrida no interior dos lares fosse ignorada, com frases como “em briga de marido e mulher não se mete a colher”, muitas mulheres sofreram e ainda sofrem agressões e até morreram sem que qualquer pessoa fizesse algo para impedir, legitimando a inferioridade da mulher em relação ao homem.



As mudanças empregadas pelo capitalismo que necessitava tanto da mão de obra masculina como feminina a vida das mulheres também mudou. A industrialização, as comunicações, os transportes e até as guerras trouxeram movimentações até então inimagináveis para a sociedade, bem como para as mulheres. Michelle Perrot acrescenta que:

“Por muito tempo aparentemente imóvel, a vida nos campos muda, e a das mulheres também. Por influência do mercado e das comunicações. Pela industrialização. Pelo êxodo rural. Pela ação das guerras, principalmente a de 1914-1918, que esvaziou o campo de seus jovens e transferiu uma parte de suas tarefas e de seus poderes para as mulheres: elas aprendem a lavrar a terra, gesto viril, e a gerenciar seu negócio. Esses fatores acumulados modificaram o equilíbrio das famílias e das relações entre os sexos e mudaram a vida das mulheres.” (PERROT, 2019.p. 113)

As guerras por exemplo serviram como meio de modificação da vida das mulheres, em tempos em que até então elas estavam ocupadas com atividades domésticas enquanto os homens se locomoviam nos mais variados espaços sociais. Ao deixar esses espaços para estar na guerra (Primeira Guerra Mundial/1914-1918), as mulheres ocuparam seus lugares, o que mudou a imagem nas ruas a partir daqueles anos, elas foram para o comércio, para a indústria e outros lugares. Ao final da guerra nem todos os homens voltaram, outros voltaram debilitados física e psicologicamente, de modo que muitas mulheres permaneceram em seus postos de trabalho, em espaços públicos.

Até então era contada a história dos homens, mas não só homens, homens ricos, grandes proprietários de terras e brancos. Não somente as mulheres eram oprimidas, mas todos aqueles que não se adequavam ao padrão social de poder estabelecido pela sociedade vigente, vemos que não é tão diferente de hoje. Porém hoje as conquistas são inúmeras, porque as pessoas ao tomar conhecimento de seus direitos, lutaram por eles e tentaram ao longo da história se colocar onde desejavam. Porém durante muito tempo as ações machistas de grande parte das sociedades, subalternizaram parte da população. Para Gerda Lerner “o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como família, as religiões, a escola e as leis. São ideologias que nos ensinam que as mulheres são naturalmente inferiores” Lerner (2019:21)

Como vemos algumas instituições mantiveram ideologias que pregavam a inferioridade das mulheres diante dos homens, que tinham seus feitos mais valorizados, enquanto o trabalho das mulheres, suas ações sempre pareceram um complemento das ações dos homens. Então ao dizer humanidade, todos ou cidadãos nunca incluiu as mulheres de verdade, eram termos que se referiam a uma parcela privilegiada da sociedade, homens, brancos e ricos.

As mulheres foram impedidas de contribuir com o fazer História, ou seja, a ordenação e a interpretação do passado da humanidade. Como esse processo de dar significado é essencial para a criação e perpetuação da civilização, podemos logo ver que a marginalização das mulheres nesse esforço as coloca em uma posição ímpar e segregada. As mulheres são maioria, mas são estruturadas em instituições sociais como se fossem minoria. (LERNER, 2019.p.29)

Na década de 1920, houve a emergência do grupo dos Annales⁷⁹, representado por Marc Bloch e Lucien Febvre e eles “diversamente da historiografia vigente, direcionam seu interesse para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, ao invés de se ater a uma racionalidade universal” (SOIHET; PEDRO, 2007: 284). A tradição dos Annales propunha-se então ampliar suas fontes de observação, nelas estavam inclusas observar a presença de pessoas comuns, o que contribuiu para que as mulheres fossem com o decorrer do tempo, incorporadas à historiografia, que como já citamos anteriormente, e também afirmam as autoras “acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade”. Essa história “centrava o seu interesse na história política e no domínio público” Soieth; Pedro (2007: 284) e que não contemplava as mulheres e outras minorias em privilégios, como pobres e negros.

O CONTROLE DO CORPO FEMININO E A CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA E LUTAS FEMINISTAS

O feminismo foi muito importante para a história das mulheres como legitimação de pautas femininas por elas mesmas ao saber e viver na pele cada uma delas, a partir do movimento feminista essas pautas aconteceram de forma sistematizada, mas antes disso não organizadamente as mulheres também reivindicaram seus direitos. Como exemplo usemos o caso da Revolução Francesa, ainda que o século XIX não seja nosso recorte. Lembremos que foi escrita a Declaração dos Direitos do Homens e dos Cidadãos na Revolução Francesa e as mulheres participaram das lutas, assim como os pobres, por exemplo, porém elas perceberam que essa Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos não englobava as mulheres, não era para os subalternizados e essa revolução fora masculina e burguesa. Então Olympe de Gouges⁸⁰ escreveu a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã e por esse e outros feitos terminou sendo guilhotinada.

As mulheres sempre lutaram pelos seus direitos que, por outro lado, sempre lhes foram negados, num mundo construído totalmente pela dominação masculina. Os movimentos feministas, além dos direitos políticos ao voto, também buscaram reivindicar direitos sociais, como educação, cidadania e igualdade, o que possibilitou transitar da esfera doméstica (privado) para o público, abrindo caminho para as discussões e debates sobre o mundo feminino. (SIQUEIRA, 2016, p. 27)

⁷⁹ A revista dos Annales foi fundada em 1929 tendo como principais mentores Marc Bloch e Lucien Febvre. Sua nova abordagem para o estudo da História trouxe consequências e influências até os dias de hoje. A revista se consagrou conjuntamente com a obra de seus principais fundadores.

⁸⁰ Atriz e escritora, autora de peças de teatro contra a escravidão dos negros, que ganhou notoriedade por ter escrito a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã. (SAFFIOTI, 2019:143)



O feminismo dentro era eminente para a luta pelos direitos das mulheres em uma sociedade que as ignorava, que fazia de conta que elas estavam na universalidade, nos termos cidadãos e todos. As mulheres tinham pautas variadas até entre elas mesmas, o que foi estabelecido durante o feminismo de Segunda Onda⁸¹, quando as mulheres perceberam que elas eram várias. E que mesmo entre elas do mesmo sexo as necessidades eram diferentes se eram negras, pobres, operárias, brancas, ricas, lésbicas, de modo que a universalidade masculina jamais se aplicaria ali.

Cotidianamente nos deparamos com mulheres empurrando carrinhos de bebês, enquanto puxam outro filho pelo braço enquanto fazem compras ou deixam a criança na escola ou vão ao médico, se exercitam com os filhos nas garupas de bicicletas ou fazem caminhadas com as crianças e ninguém se surpreende com essa cena tão normal, porém basta que um homem saia as ruas fazendo a mesma coisa para as pessoas se surpreenderem, escreverem textos nas redes sociais e postarem várias fotos salientando o quanto são bons pais. E muitas vezes, ainda que não possamos generalizar, essas observações são de mulheres, mesmo não havendo problema nenhum nisso. Saffioti explica que “a ideologia machista, que considera o homem um ser superior à mulher, não entra apenas na cabeça dos homens. Também as mulheres, majoritariamente, acreditam nestas ideias e as transmitem aos filhos” Saffioti (1987:37).

De modo que através da educação recebida vamos repetindo também na educação que damos aos nossos filhos a continuidade do machismo ou do patriarcalismo que privilegia o homem em detrimento da mulher, com concepções de que “homem não chora” e que as meninas são “mocinhas”, que se comportam como tal e que devem imitar suas mães.

Mas e as mulheres que cuidam dos seus filhos todos os dias e ainda sofrem julgamentos se o filho chora, dá birra, ou se o leva a um local não recomendado para crianças? E se elas amamentam em público então? O espanto e indignação são notórios! Aparentemente tudo que vem das mulheres em relação a comportamentos e suas decisões pessoais, ainda que afetem a elas mesmas é sempre controlado e sofre opiniões de todas as espécies, ainda que não sejam pedidas. “Há de se lembrar que o controle funda-se no corpo feminino, pois as regras eram expressivamente mais permissivas aos desejos dos homens” Barros (2017:56). Assim criaram regras de controle para as mulheres baseadas nas normas de uma sociedade patriarcal e como tal “vê no feminino os deveres de mãe-esposa casta e recatada e, no masculino o papel do provedor, valente e impulsivo, a punição vem para quem desvia da norma.” Barros (2017: p. 37 - 38). Ser homem e ser mulher nessa sociedade tem preços variados, aparentemente mais caro para as mulheres.

⁸¹ Período de atividade feminista que começou na década de 1960 nos Estados Unidos e se espalhou por todo o mundo ocidental e além.



O controle sexual sobre o corpo feminino ainda ocorre na atualidade, muitas vezes usam-se expressões como “em pleno século XXI”, atualmente, ou modernidade para sugerir mudanças que ainda não ocorreram no que diz respeito a mentalidade humana, ainda que não tenhamos condições de generalizar, nos deparamos com expressões totalmente deslocadas de desrespeito, preconceito julgamentos em situações polêmicas que dizem respeito às mulheres, principalmente quando elas são sobre aborto, sexualidade, honra, estupro e outros, são questões que não tem o mesmo peso para todas as pessoas. Elas oscilam de acordo com o gênero, a classe social e até a raça dos envolvidos, mas principalmente o gênero.

Antes do movimento feminista ⁸² ter como pauta a violência doméstica e instigar a sociedade a refletir que essas violências ocorridas no interior dos lares eram um problema social, elas não eram levadas em conta, não eram percebidas e eram tratadas como problemas particulares de família e, nos lares muitas violências ficaram “protegidas” como um segredo de família, enquanto muitas mulheres sofreram abusos e todo tipo de violência e até morreram sob a proteção de quem deveria protegê-las. “Ou seja, a violência doméstica era naturalizada, ignorada e vista como parte dos problemas afetivos de um casal e não uma questão social” Barros (2012: 80). Essa separação de público e privado contribuiu para que homens realmente decidissem sobre a vida e a morte de suas companheiras, se valendo de justificativas infundáveis.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E O NASCIMENTO DA LEI 11.340/2006

Segundo palavras de Koffi Annam, ex-secretário da Organização das Nações Unidas (ONU), a “violência contra as mulheres, causa enorme sofrimento, deixa marcas nas famílias, afetando várias gerações, e empobrece as comunidades. Impede que as mulheres realizem suas potencialidades, limita o crescimento econômico e compromete o desenvolvimento. No que se refere à violência contra as mulheres, não há sociedades civilizadas”. (FERNANDES, 2012: 33)

A violência já normalizada pelo machismo oprime as mulheres e aos homens também, ainda que de forma diferenciada, enquanto as mulheres são vistas como frágeis ou inferiores, aos homens cabe serem viris, fortes e provedores, de modo que ao não cumprir o que se espera do gênero em questão socialmente, traz danos muito grandes. O homem se sente inferior a mulher e em determinadas situações já se dão conflitos por esse motivo, levando a acusações, ciúmes e agressões. Porém se uma sociedade tem traços históricos e culturais acreditamos que são situações que podem

⁸² É o movimento social que luta contra a violência de gênero e pela igualdade de direito e de condições das mulheres na sociedade.

sofrer modificações também benéficas, isso com a consciência daqueles que estão vivenciando e construindo tal sociedade.

Neide Célia Ferreira Barros afirma que “os processos de urbanização acelerados, com as mudanças da segunda metade do século, trouxeram importantes transformações para a família.” Barros (2017: 43). Esses processos de industrialização já no final do século XIX, contribuíram para que as mulheres passassem a ter mais espaço de circulação social, mesmo que os homens ainda continuassem mantendo sua centralidade social e claro, ocupando ainda lugares e postos considerados importantes e privilegiados. “Foram adotadas práticas higiênicas e sanitaristas, oriundas de ideias importadas do Velho Mundo, para criar uma nova nação urbanizada, limpa e moderna”, Barros (2017:44). Pois a maior circulação de pessoas gerava grande concentração em pequenos espaços e era necessário planejamento para comportar os dejetos dessa população que crescia e tomava o ambiente.

Barros afirma que “a violência contra as mulheres, instituída no domínio colonial e reafirmada nas novas normas urbanas não é somente praticado, mas também aceito socialmente” Barros (2017: 69) Se antes elas eram vigiadas em suas casas, controladas por vários olhares, agora a ideia de urbanização e o discurso baseado na ciência e no progresso, como meio da construção de um estado forte e moderno colocava a mulher no papel de mãe e esposa, porém o lugar para elas era o mesmo da tradição dos valores patriarcais e mesmo com as possibilidades trazidas pela vida urbana e moderna de maior locomoção para elas e as novas possibilidades de se inserirem em na nova organização social, do acesso ao trabalho fora do lar e a educação, ainda estava definido socialmente que para as mulheres o único lugar bem aceito na sociedade era o de mãe e esposa casta.

Definições diferentes de honestidade para homens e para mulheres nos mostram o quanto existe uma vigilância sobre o corpo feminino, disfarçadamente ou muitas vezes não prevalece ainda hoje entre nós. É muito comum ouvirmos quando uma mulher é estuprada o julgamento da roupa que ela usava, ou do lugar ou horário ela estava no momento, para justificar a ação do criminoso, o que nos parece muitas vezes a culpa da vítima, como se o agressor estivesse sendo provocado e fosse ele a vítima por ser homem e não ter condições no alto de sua virilidade de resistir a tal provocação. Essas situações absurdas que acontecem todos os dias no Brasil aparentam que a verdadeira vítima precisa a todo momento provar que ela é vítima, somente suas ações são pesadas e se esquecem do agressor.

Maria da Penha Maia Fernandes, farmacêutica cearense foi casada com Marco Antônio Heredia Viveros, que tentou contra sua vida por duas vezes. Na primeira tentativa Marco simulou um assalto e ao atingir Maria da Penha com um tiro, a mesma ficou paraplégica, ainda sem saber da trama armada por Marco, ao voltar para casa Maria da Penha sofreu uma outra tentativa de feminicídio,

dessa vez ela escapou de ser eletrocutada. Durante anos Maria da Penha lutou para que Marco fosse condenado pela tentativa de feminicídio contra ela.

A repercussão do caso de Maria da Penha Maia Fernandes, funcionou como uma iniciativa no Brasil para a criação da Lei Maria da Penha, que prevê um tratamento mais rigoroso para os crimes de violência contra as mulheres, a Lei 11.340/2006, prevê medidas de proteção e medidas educativas.

Na década de 80, as notícias sobre violência contra a mulher estavam em destaque, através de denúncias feitas pela imprensa, e era comum os autores dos delitos, maridos, companheiros ou ex - amores das vítimas, serem contemplados com a absolvição, ou com penas suaves, estimulando-se assim esse tipo de crime. (FERNANDES, 2012:33)

Durante anos observamos casos de violência contra as mulheres em que pouco se fez para punir o agressor, que na maioria das vezes é alguém bem próximo, um namorado, marido ou ex companheiro da vítima que não aceita o término do relacionamento ou por ciúmes.

Em 2006 foi sancionada a Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha que “surge como um instrumento para responder de maneira mais integral a problemática e promove uma radical mudança de enfoque e tratamento ao tema, provocando a partir daí o primeiro grande desafio para sua implementação” Fernandes (2012:226)

A Lei Maria da Penha é ainda uma resposta ao legado de impunidade deixado pela Lei 9.099, de 1995, a qual considerava os crimes de maior incidência contra as mulheres no âmbito doméstico – a saber, as ameaças e lesões corporais leves e culposas – como delitos de menor gravidade, e cuja aplicação pelos Juizados Especiais Criminais (JECRIMs), nos casos concretos, resultou na banalização da violência doméstica contra as mulheres no país. (FERNANDES, 2012, p. 226)

Essa banalização citada acima se tratava muitas vezes em crimes que não eram considerados tão graves e eram pagos em cestas básicas. Legitimando o descaso com a violência contra a mulher, que muitas vezes terminou em estereótipos muito negativos às mulheres como “elas gostam de apanhar” ou como “briga de marido e mulher”. Quando o homem não era absolvido por matar sua companheira por estar “louco de amor”, ou “em defesa da honra”. De modo que honra ou honestidade tem valores distintos de acordo com o gênero “a honestidade para o homem significa aquele que honra seus compromissos, paga suas contas e não infringe a lei, para a mulher, significa aquela que controla sua sexualidade” Barros (2017:55)

A Lei 11. 340/2006, batizada como Lei Maria da Penha surge em resposta integral à problemática da violência e impunidade sofrida pelas mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares, pois até então eram leis fragmentadas, inadequadas e insuficientes para abordagem da



complexidade desse fenômeno, buscando ainda promover uma mudança de enfoque e tratamento do tema da violência, a partir de sua necessidade evidente constatava-se o primeiro desafio que era sua implementação.

Especialmente tendo em vista que a possibilidade de se avançar estava relacionada à capacidade de atender a característica multidisciplinar que a problemática determina, incluindo a criação de um sistema integrado de atendimento e de mudanças legais que implicavam um reconhecimento da cultura de impunidade relacionada à prática de violência contra as mulheres. Implicitamente estava no cenário que o Estado reconhecesse a ineficiência do aparato legal disponível naquele momento, somado a setores da administração de justiça que falhavam nas suas atribuições, não havendo instrumento eficaz para transpor tais obstáculos. O que na prática significava a disponibilidade de um enfrentamento político do Estado em seu interior e frente a uma cultura de setores da sociedade que não reconheciam o problema e a sua gravidade. (FERNANDES, 2012: 227)

Era necessário que o Estado brasileiro se comprometesse com tal norma interna, porém em 2001 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, recomendou ao Estado brasileiro “Prosseguir e intensificar o processo de reforma que evite a tolerância estatal e o tratamento discriminatório com respeito à violência doméstica contra as mulheres no Brasil” Fernandes (2012: 227). De modo que a principal motivação para que o Estado viesse a efetivar a desejada legislação, foi reforçada pela recomendação do Comitê CEDAW da ONU⁸³ ao Brasil, em 2003, para que o Brasil adotasse a legislação sobre violência doméstica com medidas práticas para seguir e monitorar a aplicação desta lei avaliando sua efetividade. O que nos faz perceber que na verdade o processo não foi natural, “tal negociação só ocorreu em decorrência da pressão efetiva realizada de forma organizada e qualificada pelas entidades de defesa dos direitos das mulheres em parceria com entidades de defesa dos direitos humanos, fortalecidas por uma decisão internacional” Fernandes (2012: 228). O Estado brasileiro então não teria tomado a iniciativa de compartilhar com a sociedade civil organizada as diretrizes de sua elaboração, aprovação e promulgação.

Hoje “a Lei Maria da Penha é considerada uma das três leis mais avançadas do mundo pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem/ONU)” Fernandes (2012:231). Ainda assim são vários os desafios enfrentados desde então para a sociedade no que diz respeito ao combate à violência contra a mulher, que serão vencidos mediante a educação social e ao desejo de ampla mudança para que todos alcancem igualdade de direitos em nosso país, pois a violência precisa ser encarada como um problema de todos e a ser tratado por todos, já que é um problema que afeta os direitos humanos.

⁸³ Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres é um tratado internacional aprovado em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das mulheres não foi contada durante muito tempo deixando-as excluídas de acontecimentos importantes e não porque não participaram, mas porque tiveram seus feitos minimizados. O fato é que a história considerada importante era a história universal que incluía homens e mulheres ao se falar em humanidade, porém essa não era a realidade. Essa questão já tornava contundente violências contra as mulheres, a violência da exclusão, dos modelos prontos entre outras. Somente na década de 1920 a Escola dos Annales começa a observar outros seres além do masculino, bem como observar também seu cotidiano, essa ampliação proposta pela Escola dos Annales trouxe as mulheres para a historiografia.

De modo que elas sempre estiveram atentas ao que queriam para si ao longo da história em seus variados cotidianos e diferenças, mas essa história jamais foi contada, as mulheres reivindicaram suas necessidades. A partir da década de 1920 a Escola dos Annales apresentou o interesse pela história de pessoas comuns “a história vinda de Baixo”⁸⁴ o que beneficiou a história das mulheres o contar de seus feitos que estiveram injustamente ausentes da historiografia.

A violência se faz presente na vida das mulheres, suas atitudes são medidas o tempo todo com afirmações masculinizadas, por exemplo, quando uma mulher recebe uma cantada ou é agredida, mas não sai da relação, as pessoas mesmo não convivendo com a vítima e sem conhecer, portanto, sua vida e afirmam que ela gosta. Reforçando frases machistas “mulher gosta de apanhar”.

Na década de 1980 muitos casos de violência doméstica aconteciam e as vítimas estavam a mercê de leis toleráveis que culpavam as vítimas de terem provocado seus ex companheiros ou companheiros, elas também não tinham o direito de terminar uma relação, se relacionar com outro parceiro, eram sempre colocadas como culpadas por provocarem os homens e os julgamentos eram muito brandos. As violências contra as mulheres hoje não deixaram de acontecer e os motivos são os mesmos da década de 1980, bem como ainda ocorre a culpabilização da vítima, porém há uma legislação específica para esse tipo de violência, para que o agressor não passe impune.

Sancionada em agosto de 2006, a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, foi um marco na luta contra a minimização dos efeitos da violência contra as mulheres, a lei foi batizada em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica cearense que foi vítima de seu companheiro na época, que com tiros nas costas e fingindo um assalto a deixou paraplégica, Maria lutou dezenove anos por justiça para seu caso.

⁸⁴ Sujeitos excluídos da história. (SIQUEIRA, 2016: 27)

A partir da repercussão de seu caso, foi criada no Brasil em 2006, uma lei que prevê tratamento mais rigoroso para crimes de violência doméstica, com medidas de proteção e medidas educativas. A Lei 11.340/2006, era ainda uma resposta a Lei 9.099/2005 que considerava os delitos contra as mulheres no âmbito doméstico como crimes de menor gravidade o que resultou numa total banalização da violência doméstica no Brasil.

Finalmente a violência contra as mulheres fere os direitos humanos e precisa ser reconhecida como um problema de todos e que exige esforços igualmente de todos para a sua erradicação, para que sigamos com uma sociedade mais digna. É uma violência que destrói famílias, sonhos e esperanças, pois atinge toda a família além de deixar sequelas.

REFERÊNCIAS

BARROS, Neide Célia Ferreira. *“Perdidos de amor?”: relatos de assassinatos de mulheres em Goiânia (1979-1984)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás. Faculdade de História, Goiânia – GO, 2017.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. – 1. ed.—São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000*. –São Paulo: Planeta, 2020.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. *Sobrevivi: posso contar*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*; tradução Luiza Sella – São Paulo: Cultrix, 2019.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2019.

PINSKY, Jaime. *As primeiras civilizações*. São Paulo: Contexto, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SIQUEIRA, Vilson José de. *Santa Dica [manuscrito]: relações de gênero em Lagolândia Goiás na primeira metade do século XX* – Goiânia, 2016 Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. *A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero (Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300 – 2007*

ALÉM DA FANTASIA E DA CIÊNCIA: TRAJETÓRIA DO MERCADO DE FICÇÃO CIENTÍFICA NA ARGENTINA, DO SENHOR NIC-NAC AO ETERNAUTA

Renata Alves dos Santos⁸⁵

RESUMO

O mercado literário de ficções científicas na argentina abarcou demandas ligadas à circulação de outros gêneros literários que compartilharam dos mesmos espaços e eventualmente se misturaram. Visando dar conta dessas multiplicidades e de entender a dinâmica deste mercado, a análise propõe identificar os fatores que contribuíram ao desenvolvimento do gênero no país. À vista disso, tomaremos como norte as questões trabalhadas por Carlos Abraham (2013) e Joanna Page (2016), sobre a produção e circulação de ficções científicas argentinas. Cenário o qual emergiram obras como, *Viaje maravilloso del señor Nic-Nac al planeta Marte* (1875) de Eduardo Holmberg; *O Eternauto* (1955- 1977), escrito por Héctor Germán Oesterheld, e também circularam revistas de ficção científica. Essas produções se encontram em contextos de transformações na sociedade argentina, o que nos permite dividir em dois períodos o cenário da trajetória das ficções científicas. Onde, os parâmetros discutidos ao longo dessa investigação, concedem margem para pensar o gênero não como algo homogêneo e de fácil definição, mas que surge através de especificidades decorrentes das transformações na sociedade argentina durante os períodos destacados.

Palavras-Chave: Literatura Fantástica, Ficção científica, Argentina.

INTRODUÇÃO

Para falar de ficção científica, principalmente nas obras literárias, precisamos antes de tudo contextualizar o que chamaremos de o caso argentino⁸⁶. A princípio, o ambiente em que o gênero floresceu foi cercado de complexidades que vão além de uma questão de definição, tema que se relaciona com os limites acerca da afirmação do próprio gênero de ficção científica enquanto uma categoria literária de modo geral.

Nesse sentido, podemos observar que a dinâmica do mercado literário na Argentina incorpora demandas ligadas à circulação de outros gêneros literários que, em escala maior, dividiram espaço e

⁸⁵ Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Orientador: Prof. Dr. Ivan Lima Gomes. Bolsista financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Contato: e-mail: santos.renataalves2@gmail.com

⁸⁶ Termo adotado para se referir a problemática da existência ou não de ficções científicas argentinas, buscando apontar que a difusão do gênero no país não é um fenômeno que surge apenas a partir da circulação de literaturas estrangeiras, mas por contextos sociais, culturais e políticos que estavam em voga durante finais do século XIX e início do século XX.

eventualmente se misturaram às ficções científicas. Tais complexidades, estabeleceram categorias literárias de difícil designação, e em determinadas situações a ficção científica foi considerada um subgênero da literatura fantástica⁸⁷, ou um gênero inferior e de menor importância, em que “no passado, era um saco-de-gatos; hoje em dia, não é menos do que uma arca-de-noé” (TAVARES, 1992:07).

Visando dar conta dessas multiplicidades e de entender a dinâmica do mercado literário argentino, a análise visa identificar autores e obras que se encaixem no gênero, ressaltando como ocorreu a circulação destes no país. À vista disso, tomaremos como norte a questão trabalhada por Joanna Page (2016), sobre a possibilidade de afirmar se existiram ficções científicas genuinamente argentinas, ou apenas adaptações das tendências estrangeiras. Essa investigação aponta o consumo de determinadas obras literárias durante meados do século XIX, como elemento importante para compreender a formação das ficções científicas argentinas.

No decorrer desse período, nota-se que as ações promovidas pelo Estado –como a criação de bibliotecas populares –, propiciaram o desenvolvimento de hábitos de leitura que resultaram na formação do mercado editorial do início do século XX, que durante esse período foi responsável pela circulação massiva de revistas de diversas categorias, nacionais e estrangeiras.

Ao que tange essa concepção, a pesquisa considera dois momentos específicos, afim de compreender os espaços em que gênero se consolidou. O primeiro, pode ser percebido na ocasião em que surge a obra *Viaje maravilloso del señor Nic-Nac al planeta Marte* (1875) de Eduardo Holmberg, e da propagação de outros gêneros literários. Em seguida, o estudo mostra como a trajetória dessas obras e a formação das editoras propiciaram à ficção científica argentina absorver elementos comuns, tanto no campo da fantasia literária como da própria ciência. Neste ponto, a análise se volta os estudos apresentados por Carlos Abraham (2013) acerca da circulação de revistas de ficção científica na Argentina, destacando o periódico *Más Alla*, cujos temas envolviam narrativas de “fantasia científica” e textos de ciências; elementos agregados ao universo das HQs posteriormente. Para tal propósito, concentraremos as atenções na HQ *O Eternauta* de Héctor Germán Oesterheld, por retratar mais adequadamente os anseios desta pesquisa.

Portanto, essa investigação aponta que a trajetória das ficções científicas em primeiro momento também é fruto da divulgação de ideias, saberes, crenças, entre outros, que foram amplamente disseminados durante meados do século XIX e início do século XX. Questão que abre portas para pensar as ficções científicas no país não apenas como uma mercadoria estrangeiros em sua essência,

⁸⁷ Jorge Luis Borges afirma que a literatura fantástica alterna entre dois caminhos, uma dentro das características da fantasia e outro científico. In: Los caminos de la imaginación. **Minotauro** nº 8, novembro de 1984. Disponível em: <https://ahira.com.ar/ejemplares/minotauro-no-8-segunda-epoca>. Acessado em 07 de julho de 2022.

mas como um produto que abrangeu cenários diversos, se misturou e se fragmentou entre materiais de divulgação científica, revistas de contos do gênero e chegando às histórias em quadrinhos.

O CASO ARGENTINO: A TRAJETÓRIA DA FICÇÃO CIENTÍFICA NA ARGENTINA

Quando se trata de definição ou mesmo reconhecimento da ficção científica como uma categoria literário, o caso na argentina não é um evento isolado acerca das adversidades que são atribuídos ao gênero. Contudo, a partir dessa questão é possível pensar sobre a trajetória das ficções científicas no país buscando identificar, se existiram escritores, quais as primeiras obras do gênero, ou em qual cenário isso se deu. Diante desses aspectos, deve-se considerar em um primeiro momento que circulação de ficções científicas do mercado argentino era fortemente impactado por produções estrangeiras, mas isso não significa ausência de produções nacionais. Partindo desse ponto, traça-se um paralelo entre essas obras literárias e à circulação de revistas de ficções científicas, que estiveram presente no mercado argentino de maneira mais massiva a partir da década de 1950.

Joanna Page coloca em evidência os debates sociais e políticos argentinos que estiveram em alta durante os meados dos séculos XIX e início do XX, assim como o papel do intelectual em relação as essas questões, não perdendo de vista à recepção do próprio público acerca das obras literárias que foram produzidas nesse ínterim. Diante desse panorama, a formação de um mercado de ficção científica, dadas as complexidades, pode ser pensando a partir da dinâmica própria da modernização –mediante especulações de cunho científicos, do advento das ideias de progresso, do ideal de modernização e das transformações sociais e culturais próprias do período–. Em contrapartida, à disseminação de outros tipos de literatura estrangeira, contribuíram para esse amadurecimento, visto que os gêneros se misturavam nas bancas.

Nesse ponto, reside uma complexidade em relação à identificação de materiais nacionais que abrangiam o gênero. A classificação “literatura nacional” não dava conta de abarcar essa multiplicidade, uma vez que incluía na mesma seção as obras de ficção científica argentinas⁸⁸ e outros gêneros nacionais (PAGE, 2016). Levando em conta, que durante o início do século XX boa parte das revistas estrangeiras que chegavam as bancas eram de fantasia ou ficção científica, podemos identificar que os principais modelos consumidos naquele período eram americanos ou europeus. Isso ocorre não por uma cristalização do gênero, mas pelo fato da ficção científica argentina não ter sido desenvolvida propriamente como um gênero, como ressalta Page.

⁸⁸ Vale ressaltar que as literaturas do gênero de ficção científica só passam a receber esse nome a partir o século XX, na primeira edição da revista *Amazing Stories* de 1926.



The view that science fiction is insufficiently developed as a genre in Argentina is perhaps an understandable response to the overwhelming dominance of generic models from the United States and Europe. The association of science fiction with foreign, imported literature is reinforced in the categories used by publishers and booksellers in Argentina: the shelves dedicated to science fiction in bookshops are exclusively stocked with literature in translation, while even widely acknowledged Argentine practitioners of the genre, such as Angélica Gorodischer and Carlos Gandini, are relegated to the “literatura nacional” section (PAGE, 2016: 1).

Indo além, ao introduzir o debate a partir de um estudo de caso, Page apresenta um paralelo da obra clássica *Viaje maravilloso del señor Nic-Nac al planeta Marte* (1875) de Eduardo Holmberg e a história em quadrinho *O Eternauta* (1955- 1977)⁸⁹, escrita por Héctor Germán Oesterheld e ilustrada por Francisco Solano López. Ambas as obras se encontram em contextos de transformações na sociedade, possibilitando dividir em dois períodos o mercado de impressos argentino –ao que diz respeito às ficções científicas. Antes de tratar da relação das ficções científicas através da obra de Holmberg e a HQ *O Eternauta*, é preciso ter em mente que o gênero no país começa a se desenvolver mediante influências sociais e culturais que se desdobram durante finais do século XIX, principalmente em relação ao consumo de temas específicos ligados às ciências e às pseudociências.

Durante os anos de 1870, é possível destacar alguns elementos que influenciaram na circulação massiva diversos gêneros literários, destaca-se o avanço econômico, o estabelecimento do Estado Nacional e o controle do ensino sendo assumido pelo Estado. A vista disso, a obra de Eduardo Holmberg se insere em um contexto específico onde a sociedade alimentava concepções de progresso, sob uma urgência de atingir a tal “modernização”. Historicamente, o período foi impulsionado por esse tipo de mentalidade, considerando que o progresso entendido era o modelo de desenvolvimento industrial além-mar.

A mediados del siglo XIX, mientras Europa se colmaba de chimeneas, máquinas y rieles y el mundo tendía a una integración económica cada vez mayor, en el espacio rio-platense, todavía no se había logrado construir una unidad política. Em su lugar, había un conjunto de provincias organizadas autonomamente, gobernadas por caudillos, unidas formalmente em uma Conderación y enfrentadas em luchas facciosos. La economía – fundamentalmente ganadera – era rudimentaria, atrasada y marginal para el mercado mundial (MARCAIDA, SCALTRITTI, 2013: 49).

Apesar do país ainda se encontrar longe do que se entendia por “avançado” durante esse período, podemos observar mudanças significativa na sociedade ao longo do século XIX. Nesse

⁸⁹ A primeira edição de *O Eternauta* foi publica durante os anos de 1955 a 1957, em 1969 com desenhos de Alberto Breccia, Oesterheld lança um remake da história. Contudo, a sequência da primeira história é lançada somente de 1976 a 1977.

sentindo, a Argentina foi o país que mais se empenhou em alcançar o modelo “progressista”, estendendo esses princípios a todos os campos culturais e sociais.

Em um estudo detalhado sobre o surgimento de literaturas de fantasia e de ficção científica na argentina, Lola López Martín (2008) apresenta um panorama dos aspectos que influenciaram à formação dos gêneros. Apontando que a independência das Américas, os primeiros passos ao equilíbrio político e o contato com a industrialização possibilitaram que a sociedade se expandisse nos mais diversos aspectos, isso ocasionou contato com outras concepções, indo dos avanços tecnológicos às crenças, ou ideologias inseridas num contexto global. Fatores que se configuraram na sociedade argentina na virada do século XIX para o XX. Contudo, nessas relações se produziu um dualismo.

Se por um lado, a adaptação ao modelo de evolução positivo –que operava no campo da razão e do progresso tecnológico –, fosse crucial para que a nação pudesse deixar de lado a concepção de “atrasada”, a urgência de alcançar tal status também pode ser reconhecida na formação da geração dos intelectuais durante meados do século XIX. Durante esse período grande nomes da literatura argentina adotaram um tipo de escrita realista que não era usual na época, são exemplos, Esteban Echeverría (1805-1851), com o conto *El Matadero* (1871); Domingo Sarmiento (1811-1888), com a publicação de *Facundo - Civilización y Barbarie - Vida de Juan Facundo Quiroga* (1845); e José Hernández, como o poema *El gaucho Martín Fierro* (1872-1879).

Porém, essas mudanças foram percebidas tanto nas esferas políticas e sociais, quanto na dos costumes e das artes. Estas últimas, em grande medida estiveram ligadas a outros tipos de elementos que se aproximavam mais dos ditos “fenômenos suprassensíveis”, do que da lógica racional e científica.

En el cuento del siglo la ciencia logra coexistir no sólo con los XIX fantasmas sino también con el hipnotismo y otras paraciencias. Hay que tener en cuenta que los estudios sobre la telepatía, el estado mediumístico o el trance magnético se basaban en teorías de Franklin, Galvani, Coulomb y Faraday acerca de la física y la electricidad. Así, los principios sobre el movimiento y la gravedad dan soporte teórico a las experiencias del espiritismo, que ideó expresiones como «telegrafía espiritista» o «electrobiología» (MARTÍN, 2008: 244).

Essas perspectivas podem ser observadas na obra *Viaje maravilloso del señor Nic-Nac al planeta Marte*, que foi classificado pelo próprio Holmberg como um romance de “fantasia espiritualista”. Em resumo, a obra relata certo alvoroço que o senhor Nic-Nac causa em Buenos Aires após uma suposta viagem ao planeta Marte. O personagem intrigado com questões metafísicas e de

natureza espiritual⁹⁰, se consulta como um Doutor espiritualista que consegue fazer a alma de Nic-Nac se separar do seu corpo e viajar até o planeta Marte. A obra evidencia aspectos relevantes sobre os interesses de leitura dos argentinos durante esse período.

Argentina manifiesta una importante fascinación por aspectos relacionados con la psiquiatría, dando lugar a investigaciones como *La locura en Buenos Aires*, de Samuel Gache, y *Los manicomios*, de Norberto Maglioni. También existe en este país una gran atracción hacia contenidos espiritistas, como los dictados por Allan Kardec (*El libro de los espíritus*, 1875); esta temática estimuló publicaciones vernáculas como *El espiritismo en la Argentina*, de Cosme Mariño. Hay que añadir que ya en 1870 se había creado en Buenos Aires la Sociedad Espiritista, a la que después se vincularían algunos autores del modernismo (MARTÍN, 2008: 245).

Além disso, no mesmo período temas ligados à astrologia, ao esoterismo e às doutrinas religiosas como o budismo se tornaram populares no país. Essa grande variedade de elementos também constituiu o pano de fundo da literatura fantástica, sendo possível perceber esses aspectos em autores como Carpentier, Borges e García Márquez (MARTÍN, 2008). Inclusive, a obra *Antologia da Literatura Fantástica* (1940), que reúne diversos contos de origens estrangeiras e nacionais, foi organizada por Bioy Casares, Silvina Ocampo e Jorge Luis Borges. O livro é uma seleção de contos, fragmentos de peças de teatro e histórias de ficções fantásticas preferidos de seus organizadores, que apresentam, sobretudo, um modo específico de reproduzir a realidade através da imaginação fantástica.

Apesar da presença de elementos diversos que na sua maioria dialogaram com fenômenos suprassensíveis, nota-se um dualismo entre os aspectos ligados às capacidades racionais ditadas pela ciência e os demais fenômenos que se encontram à margem disso. Se por um lado, os projetos modernos tiveram como princípio explicar a realidade sem recorrer às justificativas sobrenaturais, a literatura fantástica pode ser sumariamente entendida como uma tentativa de resgate do imaginário em oposição a uma consciência científica. Grosso modo, ela seria como uma forma de provocação sobre o que não pode ser concebido puramente pelo pensamento racional – ou se encontra, ainda, entre os seus limites. Desse modo, entende-se que a formação de obras tanto de fantasia como da ficção científica na argentina, remete a aspectos específicos de uma sociedade que almejava atingir um progresso proclamado pela ciência e pela tecnologia, mas ao mesmo tempo se nutria de especulações de ordem metafísica, espiritual ou suprassensível.

⁹⁰ A busca pelos assuntos voltados à espiritualidade e à psiquiatria cresceu bastante durante esse período. Estudos revelam esses panoramas ao longo do século XIX em países Latino-americanos. PIMENTEL, Marcelo Gulão; ALBERTO, Klaus Chaves; MOREIRA-ALMEIDA, Alexander. As investigações dos fenômenos psíquicos/espirituais no século XIX: sonambulismo e espiritualismo, 1811-1860. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 23, p. 1113-1131, 2016. FACCHINETTI, Cristiana; JABERT, Alexander. PSQUIATRIA E ESPIRITISMO: UM CASO BRASILEIRO. **III Encontro da Rede Iberoamericana em História da Psiquiatria**, p. 42, 2010.

O SÉCULO XX E A AFIRMAÇÃO DAS FICÇÕES CIENTÍFICAS ARGENTINAS

Segundo Carlos Abraham (2013), a partir do Renascimento se produziu no ocidente um embate entre duas concepções de mundo, uma mágico-religiosa e outra secular. Esse conflito, “[...] atingiu seu apogeu no final do século XVII e início do século XIX com o embate entre o racionalismo extremo do Iluminismo e o irracionalismo sobrenatural do movimento romântico” (ABRAHAM, 2013: 20)⁹¹. Na tentativa de resolver a separação desses paradigmas entre o “misterioso” e o “racional”, diversos gêneros literários se configuraram, como a literatura fantástica que através de fatos sobrenaturais e mágicos explorou a potencialidade imagética fora dos limites circunscritos pela secularização. Por sua vez, a literatura policial usou de elementos de base lógica, dedutiva e racional onde a ficcionalidade se aproximou e dialogou com métodos e proposições caros ao pensamento científico.

Diante desses dois gêneros de características bem delimitadas, se encontra a ficção científica que ainda carecia de uma definição apropriada, mas não era difícil de ser reconhecida. Mesmo na ausência de um termo adequado, é possível notar que o gênero possui características próprias das quais o distingue dos demais. Por exemplo, a obra *Frankenstein* de Mary Shelley de 1818, é considerada oficialmente como a primeira ficção científica, exatamente por ser possível identificar elementos que somente durante o século XX seriam reconhecidos como pertencentes à categoria – batizados como ficção científica.

Contudo, a identificação do gênero reside na relação entre o conhecido e o desconhecido, ou em situações que estão “além da imaginação” (TAVARES, 1992). Essa relação se configura através do confronto, principalmente se levarmos em consideração os anseios da humanidade em dominar à natureza, buscando não só sua dominação, mas sua superação. Como resultado disso, podemos perceber nas literaturas fantásticas que a magia se apresenta como um dos principais elementos dessa superação, já na ficção científica esse objetivo é proposto através dos aparatos tecnológicos e por intermédio das especulações científicas. Consequentemente, as possibilidades e descobertas vão além dos aspectos maravilhosos, se estabelecendo como a superação do conhecido acerca do desconhecido, quase como os processos que fazem parte do cotidiano de um cientista, por exemplo.

Diante disso, suponhamos que essa superação possa ser pensada como uma inquietação provocada no leitor diante de tal narrativa. Considerando que em primeiro momento ele não conceba

⁹¹ Texto original: “[...]llega a su cenit a finales del siglo xvii y principios del xix con el choque entre el racionalismo a ultranza de la ilustração y el irracionalismo sobrenaturalista del movimiento romântico”.



a possibilidade da existência de um experimento tão audacioso, ao ponto de dar vida a um ser composto por diferentes partes de corpos humanos a partir de uma descarga elétrica. Naturalmente, essa inquietação não encontrará meios para justificar tal fenômeno através de causas mágicas. Logo, o que se propõe pensar são as possibilidades das ficções científicas se projetarem através das especulações científica e dos limites entre os sujeitos e seus experimentos. Entendendo, que nesse ponto a ciência não opera de acordo com a idealização outrora presente nas concepções de progresso. Afinal, historicamente a ciência também revelou seu lado sombrio, basta analisar que historicamente a tecnologia também teve sua potencialidade explorada em conflitos e guerras.

Todo cientista está sujeito a passar por herói ou por vilão, principalmente na fc; mas o que nem sempre transparece para o público é que a ciência é uma atividade diretamente vinculada aos interesses dos políticos, dos grandes industriais e dos militares; e que é um profissional como qualquer outro, sujeito a horários e dependente de verbas para pesquisa. Tudo que ele tem em comum com Isaac Newton ou Dr. Victor Frankenstein é a curiosidade pelo desconhecido (TAVARES, 1992: 18-19).

Contudo, é preciso levar em consideração que a ficção científica possui articulações próprias, do mesmo modo que os demais gêneros literários, sendo ela um produto verbal estruturado a partir de um texto. Portanto, não cabe discutir os fundamentos de verossimilhança, principalmente sobre o uso da ciência, uma vez que ela ocupa apenas o papel de personagem e não precisa justificar suas ações. A exigência de um tipo de explicação realista, ou que estivesse em consonância com o esperado em termos científicos, foi um dos principais motivos para que o gênero sofresse duras críticas e fosse desmerecido enquanto uma categoria literária. As polêmicas que envolveram as ficções científicas iam desde do seu nome de batismo até os esforços em entender o gênero como oposto aos demais. Entretanto, a ficção científica “se liga, mesmo por laços indiretos, a diversas formas de literatura fantásticas; muitas de suas narrativas são transposições, para outro tempo ou outro espaço” (TAVARES, 1992: 12).

Na Argentina, tanto a literatura fantástica quanto a ficção científica se entrelaçaram, e acabaram manifestando o extraordinário a partir de uma estética oitocentista que absorveu elementos diversos na tentativa de expor os mistérios que fugiam à compreensão dos modernos, mas que colocava a prova a noção de “realidade” alimentada pelo racionalismo. Por esse fato, o apreço pelas ciências cresceu e se espalhou na sociedade argentina assim como o interesse pelas fantasias e pseudociências da época.

Durante meados do século XIX e início do século XX, o país desenvolveu políticas públicas voltadas ao ensino, pois “como ocorre com frequência nos Estados modernos, a educação foi um importante mecanismo de produção simbólica usado pelos governos argentinos” (SOARES, 2003:

134). Além do incentivo ao ensino, as políticas públicas também se voltavam para o estabelecimento de bibliotecas escolares e populares, o que ocasionou efeitos positivos no mercado editorial argentino.

O contexto favorecia e expressava o florescimento do mercado editorial, tendo sido Buenos Aires o centro da atividade no país. Em 1901 foi inaugurada a “Biblioteca de La Nación”, coleção semanal vinculada ao jornal homônimo que, ao longo de 20 anos, editaria 875 livros e venderia mais de um milhão de exemplares. O jornal qualificou o empreendimento como “um vasto meio de cultura”, o qual, além de abrir espaço para a publicação de autores nacionais, passava a oferecer, em castelhano, muitos clássicos da literatura estrangeira antes apenas disponíveis em francês (SOARES, 2003: 142).

Esses estímulos foram importantes para o surgimento de uma cultura voltava à erudição. A efeito, a expansão do mercado editorial foi uma consequência vista como positiva que resultou na circulação massiva de jornais e revistas de arte, literatura, poesia, entre outros como, *Martinho Fiero* (1924-1927); *Proa* (1924-1926); *Celuloide* (1933); *La Novela Fantastica* (1937)⁹² – esta segundo Abraham (2011), foi a primeira revista publicada em Buenos Aires a tratar de ficção científica. Vale frisar que esse tipo de categorização foi tendência nos EUA, onde as revistas dispunham de segmentos diversos.

A vista disso, os incentivos ao setor contribuíram à integração de escritores profissionais ao mercado e o surgimento de diversas editoras locais, favorecendo à ampliação do mercado de impresso, principalmente com a publicação de revistas aos moldes estrangeiros. Em síntese, o cenário também pode ser analisado como um desdobramento do movimento intelectual desenvolvido no final do século XIX, que fora atravessado por produções literárias destinadas à fantasia, à espiritualidade e à especulação científica. Além disso, o contato com outras vertentes da industrial cultural de impressos destinados aos temas de ação, aventura e tecnologia, como exemplo as *Pulps Magazines* e *Pulps fiction*⁹³, também foram importantes para a construção desses segmentos durante o século XX.

Durante meados desse período, Oesterheld teve um de seus primeiros escritos, *Truilia y Miltar*, publicado no jornal *La Prensa* de 1943, e mais tarde trabalharia em algumas editoras como roteirista de histórias infantis e HQs de ação, fantasia e ficção científica. Por volta de 1947, Oesterheld começou a trabalhar na Editora Abril com um grupo renomado de italianos, Cesare Civita, fundador da editora na Argentina; Alberto Ongaro e Hugo Partt.

No decurso da década de 1950, a editora passava por um quadro de renovação em várias seções, cuja intensão era incrementar as edições com histórias inovadoras, apostando em materiais que

⁹² Atualmente alguns exemplares podem ser acessados através do web site AHIRA. Disponível em: <https://ahira.com.ar/ejemplares/la-novela-fantastica-no-1/>

⁹³ Revistas feitas de material barato de fácil circulação que estiveram em seu auge por volta das décadas de 1920 a 1950. Geralmente, essas revistas eram voltadas a temas emocionantes como fantasia ou ficção científica.

estavam em alto como os gêneros de fantasia e ficção científica. Diante disso, a revista *Más Allá* (1953) surge como uma franquia da *Galaxy Science Fiction* (1950-1961), ambas as revistas evocam características estéticas espelhadas na pioneira do gênero, a norte americana *Amazing Stories* (1926)⁹⁴.

Sobre a estrutura interna, vale ressaltar que na maioria das edições existia um texto de abertura com informações científicas ou novidades tecnológicas. O índice poderia ser dividido entre contos ou novelas, além da divulgação de artigos científicos ou tecnológicos. A revista argentina *Más Allá* seguiu esse tipo de estética, demonstrando que o periódico além de destinar aos amantes de contos de “fantasia científica”⁹⁵ também utilizava de sua circulação como meio de difusão de conhecimento científico.

Além das traduções de obras estrangeiras, a revista publicou muitos textos de autores nacionais, como Oesterheld que teve o conto *Cuidado con el perro*⁹⁶ publicado no terceiro número da *Más Allá* do ano 1953, e a história chamada *Inocente Maquiavel reforçado*, publicada na edição vinte e nove do ano 1955. Há indícios que Oesterheld exerceu durante algum tempo o cargo de diretor da revista⁹⁷, antes mesmo de criar *O Eternauta*⁹⁸, visto que anteriormente ele participou da redação de ciências da revista *El Pato Donald* (1944) e escreveu roteiros para *Misterix* (1948-1965) e *Cinemisterio* (1950-1955). Logo, na Editora Abril Oesterheld teve espaço para explorar questões tecnológicas, sociais e até mesmo conflitos através de seus roteiros, emplacando personagens famosos de histórias em quadrinhos como *Bull Rockett* (1952) e *Sargento Kirk* (1953) que surgiram durante a “Era de Ouro” das HQs argentinas.

Após um período promissor, Oesterheld decide sair da Editora *Abril* e funda a sua própria editora, chamada *Frontera* (1956-1961). A HQs *O Eternauta* surge no ano seguinte e rapidamente se destaca no cenário de histórias em quadrinhos e de ficção científica. Inspirado no clássico *Robinson Crusoe* publicado em 1719 por Daniel Defoe, Oesterheld apresenta em *O Eternauta* personagens com características mais realistas com conflitos de natureza pessoal, moral e ética, visando apontar um

⁹⁴ O termo *Science Fiction* foi empregado pela primeira vez por Hugo Gernsback no texto de apresentação na primeira edição da revista. O que ficou conhecido “Scientifiction” para Gernsback seria o tipo de histórias escritas por Júlio Verne, H.G. Wells e Edgar Allan Poe – justamente os primeiros autores que aparecem na edição. GERNsBACK, Hugo. **Amazing Stories**. Ed. N°1, 1926: 03. Disponível em: <https://www.pulpmags.org/content/view/issues/amazing-stories.html>. Acesso em 9 abril de 2022.

⁹⁵ Essa classificação esteve presente quase como um slogan na maioria das capas da revista *Más Allá*, que mesclava em suas edições histórias tanto de fantasia, como ficções científicas. Archivo Histórico de Revistas Argentinas. **Más Allá**, n° 1, 1953. Disponível em: <https://ahira.com.ar/ejemplares/mas-alla-no-1/>. Acesso em: 16 de junho de 2022.

⁹⁶ Na ocasião, Oesterheld assinava com o pseudônimo “Héctor Sánchez Puyol”.

⁹⁷ Como o relato de Francisco Solano López. In: ABRAHAM, Carlos Enrique. **Revistas argentinas de ciencia ficción**. Buenos Aires: Tren en Movimiento, 2013:134.

⁹⁸ A HQ foi publicada pela Editora *Frontera*, fundada em finais da década 1950 por Héctor Oesterheld após sua saída da Editora *Abril*.



tipo de ficção científica com dimensões profundamente críticas aos sistemas políticos, às relações humanas, sociais e culturais. A trama se passa durante uma fria noite na cidade Buenos Aires, envolvendo quatro amigos que ao serem surpreendido por uma nevasca mortal se organizam em busca de sobrevivência. Inicialmente os personagens não desconfiam que o evento se tratava de uma invasão alienígena, pois minutos antes ouviram um comunicado no rádio sobre uma suposta explosão atômica resultante de testes nucleares realizados pelos EUA⁹⁹. Por se tratar de uma HQ semanal, Oesterheld utilizou os elementos de suspense e terror durante a narrativa como ferramenta para prender a atenção do leitor até o confronto com os seres invasores.

No entanto, nos anos em que *O Eternauta* foi publicado as crises econômicas e políticas se tornaram mais acentuadas, tendo em vista o horizonte pós Segunda Guerra Mundial. Nesse ínterim, os governos autoritários se espalhavam pela América-Latina, ações como fechamento do parlamento, proibição de partidos políticos, além do fortalecimento do discurso de segurança nacional anticomunista se tornavam mais evidentes nesse período (ROMERO, 2016).

Mas durante esse regime os conflitos sociais e políticos se acirraram: por um lado, grupos de esquerda como o Exército Revolucionário del Pueblo, de tendência trotskista e peronista de esquerda – os montoneros – promoviam ações de guerrilha urbana, e por outro lado, surgiu no final da década, uma nova forma de ativismo político estudantil e sindical que fizeram manifestações grandiosas em várias cidades argentinas (CAPELATO, 2006: 5).

Esses cenários influenciaram a escrita do autor e foram incorporados nas HQs a partir de metáforas e elementos narrativos específicos ao gênero. Contudo, Oesterheld buscou manifestar através da HQ elementos políticos, e sociais que vão além do esperado para uma narrativa de invasão alienígena. A ficção científica presente em *O Eternauta* mistura concepções psicológicas, humanísticas e sociais, propondo um tipo de narrativa que não coloca como ponto chave a ficção científica em si – com todos os elementos reconhecíveis do gênero, como alienígenas, tecnologia, viagem no espaço, etc. A intensidade do enredo se desvela em uma profunda reflexão sobre questões políticas, impactos sociais e psicológicos ligados aos abusos tecnológicos, que são apresentadas ao leitor através de metáforas de invasão, dominação e resistência.

⁹⁹ Em contexto de Guerra Fria, as nações viviam com receio de novos conflitos. Vale ressaltar que a corrida armamentista e espacial também alimentou o imaginário da sociedade em diversos aspectos, alguns deles podem ser vistos em narrativas de HQs de super heróis, invasão alienígenas ou até mesmo em distopias.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parâmetros discutidos ao longo dessa investigação, concedem margem para uma análise da difusão das obras em relação as mídias populares da época, assim como a importância de seus autores ao apresentarem outras formas de olhar à sociedade através da ficção científica, atestando a afirmativa de Page.

Although they bridge a century, these texts have much in common in their experimentation with popular genres and media for the dissemination of scientific or political ideas, and their exploration of the relationship between intellectuals and the masses. They open up reflexive spaces in which Holmberg and Oesterheld question their own roles as writers and intellectuals: in Holmberg's case, this leads to a suspicion that fiction and fantasy may be tools of oppression and obfuscation as well as liberation and education, and in Oesterheld's, to a profound uneasiness concerning the role of the intellectual in revolutionary political action. Their texts critically examine the capacity of science fiction to disseminate new scientific ideas and to bring together elites and popular classes in noninstitutional spaces (PAGE. 2016: 15-16).

Dessa forma, a ficção científica na Argentina não é algo dado e de fácil definição, visto que as primeiras fontes foram delegadas a um tipo de ramificação mal definida da literatura fantástica, ou até mesmo como um gênero inferior. As discussões propostas, buscaram evidenciar a possibilidade de pensar o gênero na Argentina como uma manifestação que se desdobrou durante o século XIX, mediante a massiva circulação de outros gêneros literários, indo das fantasias, às ciências e às pseudociências.

Particularmente, os incentivos culturais, sociais e os destinados ao ensino corroboraram com a formação de intelectuais que refletiram sobre as dimensões da ciência através de elementos ficcionais. A aproximação da literatura fantástica e da ficção científica demonstra como os dois gêneros se entrelaçaram durante a passagem do século XIX ao XX, culminando na “fantasia científica” da revista *Más Allá* não na tentativa de afirmar um gênero exclusivo, mas como uma possibilidade de ver além das definições clássicas.

Contudo, nesse entrelaço residiu um problema uma vez que a ficção científica foi reduzida por alguns intelectuais como um modelo não convencional da literatura fantástica, justamente por se mostrar difusa. Todavia, julga-se que esse tipo de concepção tende a olhar as ficções científicas nacionais como um produto mal acabado, sem considerar a interconexão do gênero com diversos outros, que estiveram ligados aos interesses de leitura na passagem do século XIX para o XX. Portanto, a ficção científica argentina pode ser entendida como, profundamente reflexiva em sua forma e, enquanto gênero, ela é caracterizada por uma intertextualidade fragmentada. Essas concepções estiveram presente nas escritas de autores como Holmberg e Oesterheld, que não foram

influenciados propriamente pela ciência e sim pela leitura de obras de fantasia, de ação, de espiritualidade e de ficção científica.

Desse modo, o que se coloca em questão não é um estilo específico de “fazer ficção científica” no país, mas sim, que houveram escritores e obras sendo produzidas nas lacunas do que eventualmente foi dado com um produto inferior. A existência dessas lacunas suscita olhar para as ficções científicas na Argentina enquanto um produto que resulta de um processo de hibridização. Justamente por não ter suas raízes firmadas em um único modelo, mas apresentando possibilidades de se conectar a outros gêneros, até mesmo aqueles entendidos como opostos à ficção científica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHAM, Carlos Enrique. **Revistas argentinas de ciencia ficción**. Buenos Aires: Tren en Movimiento, 2013.

ABRAHAM, Carlos. La novela fantástica (1937): primera revista de ciencia ficción en lengua española. **Zanzalá-Revista Brasileira de Estudos sobre Gêneros Cinematográficos e Audiovisuais**, v. 2, n. 1, 2011.

Archivo Histórico de Revistas Argentinas. **Más allá**, nº 1, 1953. Disponível em: <https://ahira.com.ar/ejemplares/mas-alla-no-1/>. Acesso em: 16 de junho de 2022.

Archivo Histórico de Revistas Argentinas. **La novela fantástica**, nº 1, 1937. Disponível em: <https://ahira.com.ar/ejemplares/la-novela-fantastica-no-1/> Acesso em: 25 de junho de 2022.

BORGES, Jorge Luis. Los caminos de la imaginacion. In: **Minotauro** nº 8, novembro de 1984. Disponível em: <https://ahira.com.ar/ejemplares/minotauro-no-8-segunda-epoca>. Acesso em 07 de julho de 2022.

CAPELATO, M. H. Memória da ditadura militar argentina: um desafio para a história. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, n. 24.1, 2015.

FACCHINETTI, Cristiana; JABERT, Alexander. Psiquiatria e espiritismo: um caso brasileiro. **III Encontro da Rede Iberoamericana em História da Psiquiatria**, p. 42, 2010.

GERNSBACK. Hugo. **Amazing Stories**. Ed. Nº1, 1926. p. 03. Disponível em: <https://www.pulpmags.org/content/view/issues/amazing-stories.html>. Acesso em 9 abril de 2022

MARTÍN, Lola López. **Radiografía del fantasma: orígenes de la ciencia ficción y el cuento fantástico en Argentina**. 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4606817>. Acesso em 01 de junho de 2022.

MARCAIDA, Elena; SCALTRITTI, Mabel. La construcción del Estado nacional argentino (1852-1880). **Historia argentina contemporânea: Pasados presentes de la política, de la economía y el conflicto social**, v. 1, 2a reimp. Dialektik. 2013.

PAGE, Joanna. **Science Fiction in Argentina: Technologies of the Text in a Material Multiverse**. University of Michigan Press, 2016.

SOARES, Gabriela Pellegrino. Conformando uma Argentina leitora: educação pública, bibliotecas e mercado editorial entre fins do século XIX e meados do século XX. **História**, v. 22, n. 2, p. 133-150, 2003.

PIMENTEL, Marcelo Gulão; ALBERTO, Klaus Chaves; MOREIRA-ALMEIDA, Alexander. As investigações dos fenômenos psíquicos/espirituais no século XIX: sonambulismo e espiritualismo, 1811-1860. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 23, p. 1113-1131, 2016.

ROMERO, Luís Alberto. **Breve história contemporânea de la Argentina 1916 – 2010**. Fondo de Cultura Economica, Buenos Aires, 2012.

TAVARES, Bráulio. **O que é ficção científica**. 2ª edição. Coleção Primeiros Passos, v. 169, Brasiliense. 1992.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA LATINA ENTRE O SÉCULO XIX E O SÉCULO XX

Jhon Steerolein Vallon¹⁰⁰

Giseli Dalla-Nora¹⁰¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina entre os séculos XIX e XX, neste artigo apresentamos o domínio dos Estados Unidos na América durante a Guerra Fria, após a Segunda Guerra Mundial o mundo foi em dois blocos: o bloco do Oriente conhecido como comunista e o bloco do Ocidente conhecido como capitalista, para lutar contra o comunismo os Estados Unidos intervêm nas atividades políticas, econômicas. Este artigo traz elementos que mostram o domínio total dos Estados Unidos na região da América e do Caribe ao longo do século XX, neste artigo a política externa na América e no mundo entre 1951-1951, os Estados Unidos se tornaram a primeira potência em o mundo. De repente, os Estados Unidos têm controle total sobre a política de certos países da América, eles estabelecem a democracia e o capitalismo em toda a América.

Palavras-chave: Hegemonia, imperialismos, Doutrina Monroe, América, Guerra Fria, internacionalismo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar e analisar algumas características do domínio dos Estados Unidos na América Latina entre o final do século XIX e o século XX, precisamente o século XX que é marcado por muitos conflitos mundiais, a exemplo das duas guerras mundiais e a Guerra Fria. Este artigo nos permitirá ver e entender um pouco a ascensão dos Estados Unidos na América nos níveis político, econômico e diplomático.

Para a realização deste artigo utilizamos o método qualitativo, nossa abordagem neste trabalho é uma abordagem histórica e também analítica. Para isso utilizamos diversos tipos de fontes como artigos científicos, trabalhos específicos sobre a Guerra Fria, trabalhos sobre a história da América Latina. Essas fontes nos fornecem informações diárias sobre as ações dos Estados Unidos na América após a Segunda Guerra Mundial. Organizamos este trabalho através de um plano temático. Fazemos

¹⁰⁰ Discente do Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: vallonjhonsteerolein@gmail.com.

¹⁰¹ Professora Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: giseli.nora@ufmt.br



essa escolha para poder abraçar os diferentes pontos, aspectos, características do domínio e poder dos Estados Unidos na América e até em todo o mundo.

Nosso trabalho é uma modesta contribuição à pesquisa histórica sobre a hegemonia dos Estados Unidos na América, é de fato nosso primeiro passo como pesquisador em história e muito interessado em aprofundar nessa disciplina científica. O resultado deste artigo nos permitirá ver e compreender um pouco a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina entre o século XIX e o século XX. estabelecer um poder a serviço dos cidadãos americanos, mas não para ajudar o desenvolvimento real dos outros países que estão na América Latina

O final do século 19 e ao longo do século 20 marcaram a hegemonia americana na América Latina, ou seja, o imperialismo americano foi crescendo em toda a América. Historicamente, o imperialismo designa em particular a política de expansão militar dos estados europeus através da conquista colonial. A noção de imperialismo foi de fato desenvolvida pelo economista John Atkinson Hobson¹⁰² que, em seu livro “Imperialismo”. A Study (1902) criticou a versão britânica (HOBSON, 1902, p 51-67). De fato, o projeto de hegemonia americana é um conjunto de princípios políticos estrangeiros do presidente “James Monro¹⁰³e” em sua famosa mensagem anual ao Congresso americano em 2 de dezembro de 1823, data esta que marcou o nascimento dessa famosa doutrina chamada “a Doutrina Monroe”. .

A ideia central é preservar o continente norte-americano e a América Latina contra quaisquer novas intervenções europeias na América. O slogan é “Américas para americanos”. Podemos ver que entre o final do século XIX e o início do século XX, os Estados Unidos deram um caráter imperialista à "doutrina Monroe" e buscaram colocar suas influências políticas, econômicas e militares na região do Caribe, às vezes no meio de intervenção militar. A “Doutrina Monroe” é a base da hegemonia americana na América.

As relações entre o Norte e o Sul do continente americano estão historicamente ligadas através da OEA "Organização dos Estados Americanos" uma organização inteiramente controlada pelos Estados Unidos, com o nascimento da "Doutrina Monroe" os Estados Unidos utilizaram a fórmula de Raymond Aron a "República Imperial" aproveitou sua capacidade territorial, econômica, financeira e cultural para estabelecer sua hegemonia em toda a América. Às vezes, os Estados Unidos usam a violência com múltiplas intervenções militares na América Central, Cuba, Granada,

¹⁰² John Akinson Hobson Economista inglês (6 de julho de 1858-1940), ele é o escritor do livro "imperialismo", o autor foi influenciado por Vladimir Lenin

¹⁰³ James Monroe lutador da guerra de independência americana, membro do congresso constituinte dos Estados Unidos, então presidente dos Estados Unidos (1817-1825)



Guatemala, México, República Dominicana, Haiti, Nicarágua de 1898 a 1934 e mesmo após a Segunda Guerra Mundial para estabelecer sua dominação(BERG,2020).

A história da América Latina na época da Guerra Fria foi uma história muito rica em termos de experiências políticas baseadas na dependência externa. Várias correntes ou formas de pensamento político surgiram durante o século XX na América Latina para lutar contra o imperialismo americano. Em particular, a revolução cubana com o socialismo. A palavra socialismo abrange um conjunto muito diversificado de correntes de pensamento e movimentos políticos, cujo ponto comum é buscar uma organização social e econômica mais justa(AYERBE,2002). O termo "socialismo" vem da palavra inglesa "socialism" criada pelo empresário e teórico socialista britânico Robert Owen¹⁰⁴ e introduzida na França em 1834 pelo tipógrafo Pierre Leroux. No século XX, a América viu surgir um conjunto de teorias políticas e sociais conhecidas, desde Marx e Engels, sob o nome de “socialismo”.

A revolução cubana foi uma revolução que colocou em grande dificuldade o imperialismo americano no Caribe, após a revolução cubana e chegada ao poder de Fidel Castro¹⁰⁵ como presidente de Cuba, os Estados Unidos não puderam intervir nas atividades políticas e econômicas de Cuba, os Estados Unidos Os Estados iam aplicar sanções diferentes a Cuba, mas Cuba conseguiu resistir em particular com a ajuda da URSS, então inimiga jurada dos Estados Unidos. Em meados do século 20, Cuba era o único país da América que não era controlado pelos Estados Unidos. Como resultado, Cuba tornou-se uma ameaça muito grande para os Estados Unidos na zona. Os ideais entre os Estados Unidos e Cuba eram diametralmente opostos, para liderar a luta contra o comunismo na região, os Estados Unidos financiaram golpes em países onde existem líderes políticos que aderiram à corrente do comunismo com o único propósito de implementar uma política de controle para impedir a propagação do comunismo na América(CHAUNU,1976).

O movimento "Nacionalismo" originou-se na América primeiro na Bolívia em 1952 e depois no Peru em 1968. É impossível definir o nacionalismo sem entender antes de tudo, o que é uma nação, pode-se ser uma nação como uma população que vive em um determinado território e que pode ser governado por um Estado (AYERBE,2002). Os termos “nação” e “país” são sinônimos, mas nem sempre em todos os casos. Podemos definir o conceito de “Nação” como um grupo de indivíduos que compartilham vários pontos em comum, por exemplo, esses indivíduos podem compartilhar sua cultura, sua cultura, sua religião, suas tradições, sua língua e sua história. O nacionalismo é uma ideologia que enfatiza o sentimento de pertencimento e orgulho que as pessoas

¹⁰⁴ Robert Owen empresário e teórico socialista britânico (14 de maio de 1771 - 17 de novembro de 1858), ele é considerado o pai do socialismo britânico

¹⁰⁵ Fidel Castro , revolucionário cubano e estadista



têm em uma nação. O nacionalismo geralmente se desenvolve em resposta a uma ameaça, como ver suas tradições desaparecerem. O nacionalismo pode ter diferentes objetivos, tais como: 1- Valorização dos elementos culturais da nação; 2- Influenciar os decisores políticos para defender os interesses da nação, como a proteção das tradições e 3- Obter a soberania da nação (DUCANGE,2021)

Um sentimento nacionalista é específico para cada indivíduo. Ou seja, a intensidade desse sentimento de pertencimento a uma nação varia de pessoa para pessoa e também varia ao longo do tempo. O nacionalismo permite que as pessoas desenvolvam um senso de patriotismo, mantendo valores morais e éticos, permanecendo fiéis e apegados ao seu país natal

Existe o sandinismo, é uma combinação de ideias, nacionalistas e anti-imperialistas, cujo modelo está na ação de Augusto César Sandino (AYERBE,2002).

No início do século 20, os Estados Unidos se esforçaram para estabelecer seu domínio sobre todo o Mediterrâneo americano. Esta é a política do “big stick”. O destino de Cuba foi apenas um pretexto. Em junho de 1901, a emenda “Platt” aprovada pelo Senado transformou Cuba em um protetorado de fato dos Estados Unidos: Haiti e Santo Domingo tiveram o mesmo destino (1916 e 1924) (MORIN,2006) . Os Estados Unidos, que haviam recomprado, em 1903, as obras iniciadas no Istmo do Panamá pela Companhia Francesa de Lesseps, conseguiram, à custa de grande esforço, perfurar o Istmo, abrindo em toda a América Latina um grande canal de comunicação global. A proteção do canal foi um pretexto para a intervenção. A pequena república panamenha foi criada em 1903 para as necessidades da causa, após uma revolta habilmente engendrada contra a Colômbia; teve que pagar o tributo de seu nascimento, cedendo aos Estados Unidos seus direitos de soberania sobre uma faixa de território de 10 milhas de cada lado do canal. Repetidas intervenções na política interna das pequenas repúblicas da América Central, intervenção armada no próprio México, em 1914; Esses foram alguns dos aspectos da política de intervenção brutal do jovem imperialismo ianque nos países limítrofes do Mediterrâneo americano onde, mesmo antes de 1914, o comércio e o capital norte-americanos desempenhavam um papel preponderante(CHAUNU,1976).

As formas de imperialismo ianque são muito mais flexíveis, quando se dirigem aos Estados mais evoluídos e mais distantes de seu domínio direto. Os Estados Unidos, os primeiros, haviam lançado na famosa Declaração (2 de dezembro de 1823) o conceito de solidariedade interamericana; Bolívar e seus emuladores hispano-americanos sempre se mostraram incapazes de colocá-lo em prática, mas os Estados Unidos fizeram dele a base de sua ação diplomática e tiveram a honra de levar adiante a política das conferências pan-americanas que às vezes trazem juntos em uma capital, às vezes em outra, os chefes dos Estados do hemisfério ocidental, para resolver amigavelmente as



dificuldades pendentes e afirmar, se necessário, a unidade do continente em relação ao mundo. A primeira conferência pan-americana foi convocada em 1889, por iniciativa de Washington, onde seria realizada; outros se seguiram: 1901, 1902, 1906, 1910, 1923, 1928...; Com a administração de Hoover (1929-1933), e sobretudo de F. D. Roosevelt, as relações entre os Estados Unidos e a América Latina ganharam um novo calor. A ascensão das potências do Eixo e a Segunda Guerra Mundial conscientizaram os Estados Unidos da necessidade de uma reaproximação com os países da América Latina, para a defesa comum do Hemisfério Ocidental(CHAUNU,1976).

A política de “Política de Boa Vizinhança” do presidente Franklin Delano Roosevelt¹⁰⁶ não deve nos fazer esquecer uma grande realidade política, a colonização da América Latina pelo comércio e pelo capital norte-americano. A política de boa vizinhança tem como missão primordial convencer os países da América Latina a se tornarem parceiros plenos. Esse caminho permite a validade de um multilateralismo baseado na necessidade da união de todos, em pé de igualdade e nos benefícios do pan-americanismo. Até 1914, a participação dos Estados Unidos no comércio da América do Sul permaneceu relativamente baixa, 1/5 do volume total. Em 1913, apenas 100 milhões de dólares de capital americano foram investidos na América do Sul, 100 milhões de dólares em Cuba, 1.050.000.000 de dólares no México, único país onde os interesses dos Estados Unidos eram preponderantes (entenda-se a intervenção de 1914); ou seja, um total de 1.250.000.000 dólares, pouco mais de 6.500.000.000 francos de ouro, um capital da ordem dos investimentos franceses na América Latina e concentrado quase exclusivamente no México; comparado aos 20.000.000.000 de francos-ouro da carteira britânica, conferiu aos Estados Unidos, no máximo, um brilhante segundo papel(CHAUNU,1976).

Com a Primeira Guerra Mundial e o duro golpe que desferiu na economia europeia, a participação dos Estados Unidos na América Latina aumentou. No volume total de comércio com os diversos estados da América Latina, os Estados Unidos passam a ocupar o primeiro lugar, muito à frente da Inglaterra (38,7% das vendas da América Latina em 1929, contra 14,9% da Grã-Bretanha, 36,1%, contra 12,2% em 1938); e para as compras nos mesmos anos, os respectivos valores dos dois países, sendo a Inglaterra aqui tomada como termômetro da Europa, permanecem muito favoráveis aos Estados Unidos (34% contra 18% em 1929, 31,7% contra 16,3% dentro 1938). Às vésperas da Depressão, o montante total de capital ianque investido na América Latina era de US\$ 4.050.000.000, ou quase 37% do investimento total dos Estados Unidos no exterior, tanto quanto a própria Grã-Bretanha(CHAUNU,1976).

¹⁰⁶ Franklin Delano Roosevelt o 32º presidente americano dos Estados Unidos de 1933 até sua morte em 1945, o iniciador da política de "boa vizinhança"



A tendência que emergiu durante a Primeira Guerra Mundial foi reforçada pela Segunda Guerra Mundial. Dramática em todos os aspectos, a situação da América Latina, especialmente da Argentina, que antes de 1939 ainda vivia em grande parte das importações da Europa. O bloqueio inglês, então anglo-americano, paralisou totalmente as relações comerciais entre a América Latina e a Alemanha, que nos últimos anos do período entre guerras desempenhou um papel comparável ao da Inglaterra. As necessidades de uma guerra total e os terríveis estragos infligidos à frota comercial britânica pela guerra submarina pararam quase completamente as exportações inglesas para a Argentina: "O tráfego de Buenos Aires é reduzido em dois terços de 1939 a 1942". milho e trigo como combustível. Em todos os lugares, durante esses anos, faltam têxteis e máquinas-ferramentas(CHARDONNET, 1945)

Os Estados Unidos ocuparam, tanto quanto possível, o lugar ocupado pela falida Europa. Eles adquiriram posições definitivas. As necessidades da economia de guerra aumentaram muito seu portfólio na América Latina. Para obter as matérias-primas necessárias para sua economia de guerra, eles fizeram um esforço financeiro muito considerável nas minas sul-americanas. A produção de estanho da Bolívia dobrou para compensar o fracasso da Malásia britânica ocupada pelos japoneses. A produção de tungstênio também aumentou. O capital tem sido investido no Brasil em plantações de borracha. Assim como os Estados Unidos ainda são, sem dúvida, os melhores clientes, os maiores vendedores, eles agora se tornaram os banqueiros da América Latina. Situação perigosa, a longo prazo. Fidel Castro, hoje, prova isso, e a brecha que ele abre em benefício do imperialismo soviético nas defesas do Hemisfério Ocidental(CHAUNU,1976).

A hegemonia americana também foi implementada na América Latina após a Segunda Guerra Mundial, com o apoio do povo e do Congresso americano para as principais orientações da política externa durante a Guerra Fria, o jornalista Henry Luce¹⁰⁷ chamou o século 20 de século americano. Após a Segunda Guerra Mundial, um novo conceito nascerá, é o conceito “internacionalismo é uma política externa ativista no cenário internacional em todas as áreas, incluindo política e militar, definida para os Estados Unidos. Assim, o internacionalismo americano tem dois aspectos muito importantes, o primeiro aspecto é político e o segundo é econômico que se origina com a presidência de Theodore Roosevelt e seu apego à Doutrina Monroe. A promoção ativa da democracia liberal torna-se o esteio do internacionalismo americano. Este novo modelo americano irá caracterizar não só a relação da América com o mundo, mas também a própria definição da América para os americanos e para o resto do mundo, e a Segunda Guerra Mundial desempenha um

¹⁰⁷ Henry Luce, o fundador das revistas “Time, Fortune and Life” era um anticomunista convicto, é também o inventor da “Newsmagazine and Photojournalism”

papel fundamental nesta evolução deste novo pensamento político americano (Kandel,2015,p 44-54).

Na época da Guerra Fria, vemos que os Estados Unidos apoiaram regimes ditatoriais em toda a América no Haiti, Nicarágua, Chile, Cuba, etc., com o único propósito de lutar contra o comunismo na região, depois que a Segunda Guerra Mundial o fez bipolar Oriente e Ocidente. Ditaduras na América unidas para eliminar o comunismo na América Latina Os Estados Unidos intervêm nas atividades políticas dos países da América Latina, geralmente os Estados Unidos financiaram golpes ao longo do século 20 apenas para manter sua hegemonia na área. Podemos ver que os Estados Unidos usaram todos os meios possíveis para estabelecer sua autoridade na região. Quais são os interesses dos Estados Unidos na região? Os interesses são principalmente econômicos porque o final do século 19 e o início do século 20 foram marcados pela revolução industrial e grandes descobertas americanas, para produzir você precisa de matéria-prima, e os Estados Unidos não têm matéria-prima suficiente. A revolução industrial. Como resultado, os Estados Unidos estavam procurando em outros lugares por matéria-prima, foi nessa época que os Estados Unidos fizeram intervenções militares em toda a América Central e no Caribe.

REFERÊNCIAS

AYERBE Luis Fernando. *Estado-Unidos e América Latina: a reconstrução da hegemonia*. São Paulo, Editora, UNESP, 2002.

BERG Eugene. *La politique des Etats-Unis en Amérique Latine: interventionnisme ou influence ?*. CONFLITS Revue de géopolitique ,2020.

BLASCO Nathalie. "Penser "l'idée panaméricaine" en Amérique Latine durant la Guerre froide » HAL archives ouverte 1^{er} juillet 2019.

CHARDONNET. J., « *Guerre ou Paix* » Paris, 1945.

CHAUNU, Pierre. ''*Histoire de l'amerique Latine*'' , Edition Difel, France, 1976.

CORVINGTON, Georges, *Port-au-Prince au Cours des Ans*, Tome VIII, Port-au-Prince, édition Henri Deschamps, 1972.

DUCANGE, Jean-Numa. *Quand la gauche pensait la nation : nationalité et socialisme à la belle époque*. Fayard Histoire, Paris 2021, 336 pages .

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Edition Loyola, Brasil, 2014.

HECTOR, Michel, *Syndicalisme et socialisme en Haïti 1932-1970* , Port-au-Prince, Imprimerie Henri Deschamps, Haïti, 1987.

HOBSON, John A. *Imperialism, A study*” James Pott & Company, New York, 1902.

KANDEL, Maya. *Politique étrangère et soutien populaire : la fin d consensus et du siècle américain ?*. Revue française d’études américaines ,2015 (no spécial 145),PAGES 44 à 54.

LENIN V.I., ‘*O Estado e A revolução: O que ensina marxismo o Estado e o papel do proletariado na revolução*’ , Editora Expressão, Sao Paulo, 2010.

LENIN V.I., ‘*O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo*’ Campinas Brasil 2011.

MORAL, Paul, *Economie haïtienne*, Port-au-Prince, édition Fardin, 2017.

MORIN, Claude. *Introduction à l’Amérique latine Analyse et documents*. Département d’histoire Université de Montréal, 2006.

RIOUX, Christian Deblock Michel. *Le libre-échange nord-américain: le joker des États-Unis?*. Les Presses de l’Université du Québec, 1992.

SAMIR Amin, ‘*A Crise Do Imperialismo*’ Edition do GRAAL, Rio de Janeiro, 1977.

STANISLAS Jeannesson « *la Guerre froide* » La découverte Paris 2002.

WESSON, Robert G., ‘*A Nova Politica Externa Dos Estados Unidos*’,ZAHAR Editores, Rio De Janeiro, 1978.

ANOTAÇÕES SOBRE TEORIA DE ESTADO NAS OBRAS DE “18 BRUMÁRIO” E “A GUERRA CIVIL NA FRANÇA” DE KARL MARX

*Rodolfo Belchior Fernandes de Paula*¹⁰⁸

RESUMO

O presente trabalho tem como foco apresentar, de modo sintético, algumas anotações sobre a concepção de Estado e sua correlação com a sociedade tendo como foco as obras “18 Brumário” e “Guerra Civil na França”, ambas de Karl Marx. Para a produção desse artigo lançamos, no transcorrer de sua escrita, de outros textos, todavia o centro está em tentar identificar uma teoria de estado nessas obras de Marx. Para tanto debatemos sobre o caráter burguês do Estado e sua atuação não neutra, mas pautada pela luta de classe onde a classe dominante se apropria desse com a intuito de manter-se no poder e reproduzir sua dominação. Todavia não se limita ao interesse privado dos indivíduos, antes o Estado corresponde a uma síntese universal de todas as vontades particulares, por esta existência universal – ideal – é que se realiza, os indivíduos não seriam capazes de tal realização.

Palavras-chaves: Estado, sociedade, marxismo, luta de classes.

Poderíamos dizer que existe um “fio condutor”, na concepção marxista sobre o a teoria do Estado? Entendemos que o ponto axiomático está na natureza do Estado, uma natureza de classe, ou seja, a visão marxista refuta a concepção neutra, imparcial, nega a noção do Estado como agente do interesse comum, ou da sociedade em sua totalidade. Nesse sentido, entendemos que Marx pôde

(..) criticar a noção de Estado de Hegel, ou seja, a ideia de que o Estado burguês é a forma racional e, portanto, ideal, de Estado, mostrando que o Estado moderno é nada mais nada menos que o Estado burguês, nascido da revolução burguesa e, portanto, historicamente datado, apesar de ele ser o primeiro Estado “como tal”, ou seja, formalmente distinto da esfera privada e de tudo o que a ela se relaciona, como a economia, a religião e os interesses particulares. (MACIEL, 2020:74)

Logo, nesse trabalho entendemos que o Estado, sob qualquer de suas formas, se configura como detentor de caráter de classe; não era a intenção primeira de Marx formular uma teoria geral e sistemática acerca do Estado, ao escrever as obras “18 Brumário” e “Guerra Civil na França” o pano

¹⁰⁸ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). Orientador professor Dr. David Maciel. E-mail institucional: rodolfobelchior@discente.ufg.br

de fundo consistia na compreensão da descontinuidade das revoluções de 1848, sendo obras que refletiam no caráter prático as análises teórico-metodológicas desse pensador.

Na obra do 18 Brumário, Karl Marx (2011a) apresenta um contexto social, político e econômico da França oitocentista, que passava por um processo de tomada de poder por Luís Bonaparte, por meio de um golpe de estado. Tal golpe, de caráter contrarrevolucionário, ocorreu em dezembro de 1851, Bonaparte prolongou seu mandato presidencial por mais uma década. Apesar da obra “18 Brumário” ter sido escrita entre dezembro de 1851 e março de 1852, Marx faz uma “profecia” que se cumpriu no fim daquele mesmo ano, “quando o manto imperial finalmente cair sobre os ombros de Luís Bonaparte, a estátua de bronze de Napoleão despencará do alto da coluna de Vendôme” (MARX, 2011a:18). Em dezembro de 1852 Luís Bonaparte proclamou-se imperado do Segundo Reinado Francês.

Um elemento importante ganha sobressalto na República Francesa às vésperas do Segundo Império francês: a burocracia estatal. Sob o comentário de Luis Bonaparte, sobrinho do famigerado Napoleão I, o que dera o golpe no 18 Brumário no contexto da Revolução Francesa iniciada em 1789, a França, a partir de 1851, ganharia uma versão pitoresca do episódio anterior, assim o título “18 Brumário” proposto por Marx, resultado do golpe de estado do sobrinho Luis Bonaparte, que tornar-se-ia Napoleão III, era uma crítica, uma paródia de um “aventureiro” que tomava o poder. Não obstante, a partir desse Luís Bonaparte, porém, acima da vontade dos cidadãos e dos anseios da sociedade civil se encontrará a vontade superior da burocracia estatal, que cada dia se ampliava, fortalecia e se especializava.

Qual a implicação disso? O Estado se configura como a máxima expressão do desenvolvimento do espírito humano e, por esse motivo, se coloca em uma posição mais elevada, mais ampla, acima das vontades dos indivíduos. Assim, como não é resultado dos acordos socialmente estabelecidos, o Estado corresponde a uma síntese universal de todas as vontades particulares, por esta existência universal – ideal – é que se realiza, os indivíduos não seriam capazes de tal realização, “pois supera o egoísmo e o individualismo nela presentes, evitando o esgarçamento e a desagregação social e conferindo sentido à evolução histórica da sociedade. (MACIEL,2020:34)

Ao contrário,

(...) as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de "sociedade civil". (MARX, 2008a:47)

Segundo Maciel (2020), para Marx, ao contrário, a sociedade civil é o sujeito e não predicado, pois é esta que engendra a configuração do Estado. Este deve ser compreendido como onde emerge

as lutas sociais, ao contrário da perspectiva hegeliana que vê no Estado uma síntese, o Estado deve ser visto como um aparelho a serviço das forças sociais dominantes e local de disputas entre as frações dessa classe dominante. Há uma ligação orgânica entre a sociedade civil e o Estado, pois esta deriva daquela.

Assim, o Estado é um instrumento particularista, e não totalizante e universal, cuja essência político-social é derivada da sociedade civil, e não o contrário. Marx, então, subverte a relação proposta por Hegel, definindo a sociedade civil como a matriz da vida social e da luta de classes, e não o contrário, demonstrando a ligação orgânica, em vez da separação, entre ambos. (MACIEL, 2020:34)

Nesse embate entre Estado e sociedade civil, a partir do golpe de Luis Bonaparte, temos o que foi conceituado como “bonapartismo”. Marx (2011b:12) explica que “o bonapartismo foi um produto de contradições sociais nas quais a burguesia encontrava-se incapacitada e o proletariado ainda estava imaturo para governar.” No curso da revolução burguesa, que tem como marco inicial a substituição do Estado Feudal por um Estado Burguês. Instaurado esse “regime bonapartista” em que a burocracia estatal toma controle e sustentação do Estado Burguês a classe dominante foi afastada do comando direto do Estado.

Na época do absolutismo o Estado Burguês emergente se colocou como um meio para a luta do conjunto social liderado pela burguesia como forma de desestruturar o feudalismo. Napoleão I, mesmo tendo implantado o Primeiro Império Francês, não o fez nos moldes de retomar a velha estrutura do Estado Feudal, pelo contrário, a tomada de poder por Napoleão I serviu, não apenas, para frear a Revolução e anular as liberdades populares, mas também, no âmbito externo, serviu como modelo para o estabelecimento do Estado Burguês na Europa, mais ou menos aos moldes francêss, eliminando assim as antigas monarquias feudais. Já analisando o processo pós 1848, Marx (2011b:126) assevera que

a luta revolucionária de 1848 ele serviu, por fim, como um meio de aniquilar aquela revolução e todas as aspirações à emancipação das massas populares. (...) O poder governamental, com seu exército permanente, sua burocracia a dirigir tudo, seu clero embrutecedor e seu servil tribunal hierárquico, crescera tão independente da própria sociedade que um aventureiro grotescamente medíocre, seguido de um bando de bandidos famintos, era o suficiente para governá-lo. (...) O poder estatal recebera sua última e suprema expressão no Segundo Império, humilhando sob seu jugo até mesmo os interesses das classes dominantes, cuja farsa parlamentar ele substituiu (...) pela reconhecida necessidade de se manter a “ordem” quer dizer, o domínio dos proprietários.

Mas por quais motivos a revolução burguesa em curso foi contida dentro desse processo? Segundo Marx (2011b) a burguesia agiu de modo a reter a marcha revolucionária no que desembocaria em uma revolução social a fim de manter-se como classe dominante. Para tanto essas “contradições sociais” que Marx (2011b) aponta é justamente o fato da burguesia, “incapacitada”

para governar, renunciou ao poder político em detrimento do poder econômico (no início da Revolução de 1789 o processo foi justamente o inverso) e viu no bonapartismo um mecanismo para continuar, mesmo que indiretamente, com seu poder político.

O Estado continua sendo burguês, mas os interesses da burguesia passam a ser mediados pela burocracia estatal. A então república parlamentarista foi tomada e, assim como no primeiro 18 Brumário, no segundo com Luis Bonaparte, teremos um líder de viés “carismático”, que controlava via burocracia estatal e aparato político-militar. Este retira da burguesia as decisões diretas, pois essa classe não conseguiu mais executar seus interesses por sua força, mas levou a cabo também o movimento socialista. O processo iniciado com o golpe de estado em 1851, teve sua concretização, no ano seguinte, com a implantação do Segundo Império Francês. Como aponta Maciel (2020:130)

(...) os trabalhadores de Paris não estavam diante de qualquer forma de dominação do capital sobre o trabalho, mas diante do bonapartismo, a forma política que levou o despotismo de classe do capital ao auge em sua aparente separação entre economia e política, ou entre sociedade civil e Estado. Uma forma política com características universais, capaz de se reproduzir em outros países, principalmente na Europa, como já vinha ocorrendo na Alemanha e na Itália de modo particular, por ser a mais adequada à dominação burguesa na era do conflito aberto entre capital e trabalho.

Marx (2011b) considerava o Estado um parasita, um usurpador das potencialidades sociais, e a experiência da Comuna se mostrou de uma relevância única visto que constituiu uma *revolução contra o Estado, um Estado não Estado*. Essa tomada política pelos *communards* se mostrou como a forma política “finalmente encontrada”, seria parâmetro para o trânsito socialista, uma nova forma social sem classes, o vislumbre do futuro. A Comuna, refletiu o ideal igualitário, gerida pelas próprias forças das massas populares e não por meio do poder estatal, “constituindo sua própria força em vez da força organizada de sua supressão -, a forma política de sua “emancipação social, no lugar da força artificial (apropriada por seus opressores) (sua própria força oposta a elas e organizadas contra elas) (..)” (MARX, 2011b:129)

Nesse sentido, apresenta-nos dois aspectos do papel e da ação do Estado. De um lado o Estado se mostra como forma política da classe burguesa e o poder estatal se expressa como poder de classes. O aparato estatal age pelos interesses da classe dominante, é uma instituição classista, parcial, mesmo que contraditoriamente possa, para a manutenção da própria classe dominante, ceder aos interesses dos dominados a fim de manter sua sustentação. Todo o aparato estatal, no sistema capitalista moderno, tem como atributo atender o capital a fim de escamotear a luta de classes ao se apresentar como uma instituição dotada de mecanismos organizacionais de iniciativa pública, que tende ao bem comum e decide de modo equitativo.



Mas qual a importância desses fatos para as discussões sobre o Estado? Podemos apontar uma teoria do Estado, uma vez que Marx (2011b) demonstra que as revoluções burguesas se apossam do aparelho estatal e utilizam tal instrumento para espoliar, oprimir, explorar as classes oprimidas. Foi nessa obra que Marx (2011b) defende que o proletariado não deve assumir o aparelho estatal, mas sim destruí-lo.

O que o proletariado tem a fazer é transformar o atual caráter capitalista desse trabalho organizado e desses meios centralizados de trabalho, transformá-los de meios de dominação e exploração de classe em formas do trabalho livre associado e em meios sociais de produção. (MARX, 2011b:134)

Como afirma Maciel (2020), Karl Marx, passa a crítica do Estado moderno, tendo em vista que este age como promotor na reprodução dos interesses da burguesia e, intrinsecamente é um instrumento de opressão de classe, logo desprovido de potencial revolucionário, não obstante, sua função é de manutenção dos privilégios e concepção da classe dominante. Por conseguinte, se apresenta a tese da supressão do Estado, não simplesmente retirar das mãos da burguesia e passar às mãos do proletariado, mas sim de sua total superação.

Logo, a superação do Estado ocorre ao minar suas bases: a luta de classes. Tal emancipação só poderia ser fruto da ação revolucionária do proletariado. Partindo dessa premissa, o Estado Moderno, burguês em suas entranhas, é incapaz de promover, mesmo sob a liderança política do proletariado, a superação das contradições entre as classes,

(...) a ditadura de classe do proletariado como ponto de trânsito necessário para a abolição das diferenças de classes em geral, para a abolição de todas as relações de produção em que aquelas se apoiam, para a abolição de todas as relações sociais que correspondem a essas relações de produção, para a revolução de todas as ideias que decorrem destas relações sociais. (MARX, 1850).

Desse modo, a tomada de poder da Comuna de Paris se apresenta não como a implantação de uma ditadura do proletariado, mas tem importante relevância pois consegue iniciar tal processo, que foi abortado pelas forças burguesas que atacaram a revolução em curso. Fica evidente que somente pela tomada dos meios de produção pela classe trabalhadora e a instauração de uma forma de sociabilidade na qual não prevaleça a exploração entre os homens, esse trânsito se consolidaria, e isso só seria possível justamente operando a expropriação da burguesia,

isso indica que Marx entendia o conceito de ditadura do proletariado de modo integral, não politicista, não só como um processo de ruptura política que quebrassem o Estado burguês e instituisse a democracia direta, mas como uma revolução social que desencadeasse a abolição das classes e todas as suas consequências sociais e ideológicas, por meio da expropriação do capital, do fim da separação entre capital e força de trabalho. Apesar de dar início a este processo, a Comuna não avançou muito em sua concretização, o que não implica dizer que ela não apresentasse na prática uma possibilidade que até então era apenas prevista teoricamente e nem que



não tenha sido um marco político e teórico na luta revolucionária. (MACIEL, 2020:143)

Como apontamos anteriormente, ao debater o golpe de estado operado por Luis Bonaparte, Marx, faz uma retomada do importante momento de contradição dentro do Estado burguês na França oitocentista, segundo este pensador o que se passava na França naquele momento não era uma expressão de “força de um indivíduo”, mas sim o resultado específico das lutas de classes. Como aponta Marx (2011b:21) “não é de admirar que Luís Bonaparte, que usurpou seu poder ao explorar a luta de classes na França (...) tenha, desde o início, tratado a Internacional como um perigoso inimigo.”.

No Manifesto do Partido Comunista Marx (2008b), afirmava que "A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes". Assim no movimento histórico dos conflitos sociais, em última instância, as lutas históricas são em menor ou maior grau disputas entre classes, visto que

(...) homens livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro das corporações e aprendiz, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em contraposição uns aos outros e envolvidos em uma luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito. (MARX, 2008b:10)

Nesse sentido a luta de classes se apresenta como uma extensão integral da realidade humana, pois abarca todas as dimensões tanto do econômico, político e ideológico, colocando-se como um elemento fundamental na análise marxista. Em Marx (2008b) entendemos que as classes sociais se constituem como resultado de determinadas fases do desenvolvimento produtivo e que a contradição entre essas classes, no caso do capitalismo burguesia e proletariado, conduzirá à ditadura do proletariado e como resultado o estabelecimento de uma sociedade sem classes. Isso sem cair em qualquer determinismo histórico, mas

ao contrário, uma vez sendo o proletariado colocado revolucionariamente em movimento, a sua luta política e social é capaz de fazer avançar as condições para sua ascensão à condição de classe dirigente e dominante e para a emancipação social, pois mesmo que estas condições não estejam suficientemente desenvolvidas elas passam a ser impulsionadas pela própria luta de classes concreta, não por qualquer determinismo histórico. (MACIEL, 2020: 93)

A análise marxista visa articular a existência econômica da classe proletária relacionada ao capital, de modo de que sem ela o modo de produção capitalista não existiria, sendo ao mesmo tempo parte desse e a força revolucionária antagônica capaz de superá-lo. Para tal, como um coletivo organizado, essa classe proletária deve adquirir consciência de sua situação objetiva no processo histórico ao qual faz parte, como aponta Lênin (2005) “para ter êxito, a insurreição deve apoiar-se



não numa conspiração, não num partido, mas na classe de vanguarda”, ou seja, o proletariado. Podemos apontar em Lênin (2005) que o pertencimento de um determinado indivíduo em sua classe estava ligado ao lugar que este indivíduo ocupa no modo de produção, qual a sua relação com os meios de produção, se é detentor ou não destes, e o papel que exerce na divisão social do trabalho e como se apropria da riqueza socialmente produzida.

Tendo como referência a sociedade moderna em que o capitalismo foi gradativamente se desenvolvendo, denominados de proletariados os que são submetidos a este modo de produção capitalista, tendo como modelo de trabalho o assalariado sendo esse salário um instrumento na mediação da efetivação das relações de produção. Quanto mais avançado o modo de produção capitalista mais as relações de produção passam a ser submetidas à subordinação do trabalho ao capita.

No texto *Trabalho estranhado e propriedade privada*, Marx (2004), destaca que o trabalho deve ser entendido não só como produtor de mercadoria, mas ele produz a si mesmo, ou seja, o trabalho é produtor e produto, fabrica mercadoria e é também mercadoria. Assim o produto do trabalho é um "ser estranho", um poder independente do produtor. Logo este se objetiva a tal ponto de não ser mais, e o produtor se relaciona como esse objeto não como seu, mas como do outro, estranho, exteriorizado.

Nesse ponto Marx (2004), observa que a questão da exteriorização não é que o produto do trabalho é apenas um objeto, mas que ele existe fora do trabalhador, este totalmente alienado ao produto que produz. O trabalho é exterior tendo em vista a relação como o produto, e é também exterior e estranho também no ato da produção. O trabalho é externo, obrigatório, o trabalhador não se satisfaz nele, pelo contrário busca negá-lo.

Esta exteriorização se torna tamanha que afeta em princípio a relação homem-natureza, tal relação, que é trabalho, é agora ressignificada uma vez que o trabalho é externo e estranho ao indivíduo que o realiza. Também houve uma ruptura entre homem-homem uma vez que o trabalho também é visto não como *meu*, mas sim *do outro*. É a perda de si mesmo. Marx (2004) aponta que a propriedade privada é o produto, ou uma consequência necessária do trabalho estranhado, e mais uma vez é estranha, externa tanto na sua execução como finalidade.

Assim, o trabalho alienado se constitui em um produto do processo violento de expropriação da classe. Na concepção marxista, não há classes em inércia pois a própria existência de duas classes antagônicas implica em conflito. Como no sistema capitalista o capital luta para impor ao proletariado sua forma social por meio de um processo de dominação baseado na expropriação e na violência, ao

analisar o contexto francês, Marx (2011b:128) aponta que seria o proletariado a classe capaz de exercer

uma nova missão social a ser cumprida em nome de toda a sociedade, a missão de eliminar todas as classes e a dominação de classe, eram os homens que podiam quebrar o instrumento dessa dominação de classe: o Estado, o poder governamental centralizado e organizado, a usurpar a posição de senhor ao invés de ser o servo da sociedade.

Vemos o proletariado não como um grupo idealizado, mas em sua historicidade, apontando sua potencialidade como sujeito revolucionário posto suas condições contraditórias em que os trabalhadores estão submetidos. Já no Manifesto Comunista, Marx (2008b), apresentava essa combinação entre a situação antagônica, quantidade e concentração dos trabalhadores como requisitos determinantes para que a posição de classe explorada se converta em luta de classes via ação revolucionária. “O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria no interesse da imensa maioria.” Todavia tal potencial foi contido pelas forças políticas de manutenção da ordem e o Estado Burguês bonapartista serviu como aio dessa ação, posto que,

assim que essa ordem foi aceita como uma necessidade incontroversa e incontestada, o poder estatal pôde assumir um aspecto de imparcialidade. Ele manteve a existente subordinação das massas, que era a ordem inalterável das coisas e um fato social tolerado pelas massas sem contestação, exercido por seus “superiores naturais” sem solicitude. (...) Após cada nova revolução popular, resultando na transferência da direção da maquinaria estatal para um grupo das classes dominantes a outro, o caráter repressivo do Estado foi mais plenamente desenvolvido e mais impiedosamente usado (...) (MARX, 2011b:170)

Qual a importância da compreensão da luta de classes para o debate que propomos aqui sobre uma teoria do Estado em Marx? Em outras palavras, em que medida a luta de classes intervém na constituição, atuação, decisões do Estado Burguês? Uma resposta é dada pelo próprio Marx (2011b:55) ao afirmar que “após toda revolução que marca uma fase progressiva na luta de classes, o caráter puramente repressivo do poder do Estado revela-se com uma nitidez cada vez maior.”

Engels (1982), corroborando com essa ideia, também apresenta essa questão das lutas de classes em sua correlação com o Estado e as revoluções, ao afirmar que

Todas as revoluções até hoje resultaram no desalojamento de uma determinada dominação de classe por outra; todavia, todas as classes que até agora dominaram eram pequenas minorias face à massa popular dominada. Uma minoria dominante era assim derrubada, uma outra minoria empunhava no seu lugar o leme do Estado e modelava as instituições estatais segundo os seus interesses (...) se abstrairmos do conteúdo concreto de cada caso, a forma comum de todas as revoluções era elas serem revoluções de minorias. Mesmo quando a maioria cooperava — ciente ou não — isso acontecia apenas ao serviço de uma minoria. Deste modo, porém, ou também pela atitude passiva e sem insistência da maioria, essa minoria alcançava a aparência de ser a representante de todo o povo. (ENGELS, 1982)



Em sua obra, *As Guerras Camponesas na Alemanha*, publicada em 1850, Engels (1970) ao contrário de se dedicar a apresentar elementos religiosos estritos, analisar simbologia ou mitologia ou mesmo fazer uma abordagem de uma “sociologia da religião”, Engels (1970) fita sua análise na interpretação do papel do fenômeno religioso como contextualizado, imerso, permeado da luta de classes. Os apontamentos teológicos-religiosos só se interessam na medida em que corroboram com a análise do pensador em identificar e categorizar as especificidades das forças religiosas enquanto expressão das classes sociais em que cada uma delas – luteranos e anabatistas – tinham afinidade.

Para Engels (1970), a religião é desprovida de qualquer essência em si, é vista sim em sua materialidade em seu aspecto histórico-social. Mesmo permeado de uma visão religiosa, de termo religiosos, de práticas religiosos, foram as condições materiais, políticas e econômicas, que impulsionaram a disputa entre esses grupos (classes sociais) e desencadearam as guerras camponesas. Retomando o que apontamos acima, a compreensão marxista-engelseana aponta a luta de classes como uma realidade que está objetivamente presente em todas as esferas da vivência, em toda sua materialidade, sendo assim, Engels (1970) aponto que o fenômeno religioso deve ser compreendido nesse âmbito: como luta de classes.

Não obstante, este Estado Burguês que tenta escamotear o conflito de classe se apresentando como “agente neutro” nos embates sociais, lança mão de mecanismos institucionais de controle, tanto controle via legislação quanto via uso legal da violência, em nome do Estado, a burguesia conta com esse corpo armado pronto a colocar, pela força, os seus interesses, controlando desse modo o processo da revolução permanente. Neste sentido, Marx (2011b) explica que o poder estatal adquiriu centralização por meio de seus aparatos de dominação: as forças armadas, a burocracia, o clero e os magistrados. Com o desenvolvimento e aprofundamento do conflito de classes e a ampliação da separação capital-trabalho, o poder estatal gradativamente intensifica seu caráter de força pública, visto como intermediária dos conflitos, mas de fato organizado para, cada vez mais, corroborar com a expropriação da classe trabalhadora, se constituindo *pari passu* em máquina de despotismo da classe dominante.

Tal fato deve ser estendido para o âmbito das disputas políticas, para Marx (2008) “toda luta de classes é uma luta política”. Em Marx (2008) e Engels (1982) no Estado Burguês, dois elementos de sua constituição capitalista apontam sua contradição: no embate entre proletariado e burguesia, duas classes que se embatem dois campos de conflito constante e a intensificação na discrepância entre ambas, pois a burguesia, minoria, cada vez mais concentra o poder, a riqueza e, direta ou indiretamente, o controle do Estado, ao passo que vemos um constante e crescente empobrecimento

da maioria proletária, essa polarização da sociedade capitalista impulsiona o potencial revolucionários de seus opositores.

Como aponto Maciel (2020), a classe proletária em seu caráter revolucionário lança mão da estratégia da “revolução permanente”, formulada teoricamente em vários textos de Marx, tal conceito deve ser compreendido como uma proposta prática de emancipação política que engendra, culmina ou está concomitante a uma emancipação social, a revolução política deve continuar a sua marcha na revolução radical da emancipação humana dos ditames capitalistas. Assim, a aproximação e aliança do proletariado para a derrubada da monarquia absolutista só se efetivou enquanto a burguesia se manteve revolucionária; uma vez tomado o poder a burguesia implanta seu poder cabe ao proletariado a manutenção da força revolucionária, agora a burguesia deixa de ser aliada e a revolução iniciada por esta deve gerar as condições para a revolução proletária, nesse sentido a revolução permanente é a continuação da ação revolucionária, desse modo

o proletariado deve manter-se vigilante e organizado, para evitar que em caso de vitória da pequena burguesia esta estabilize a revolução num patamar ainda limitado. Manter a “revolução em permanência”, após a vitória da pequena burguesia, significa impedir que em médio prazo a revolução deságue no predomínio da burguesia ou na restauração contrarrevolucionária. Para garantir a permanência da revolução, a classe operária deveria exigir o cumprimento do programa das *Reivindicações*, mas principalmente, impedir o desarmamento dos operários a qualquer custo; (...) (MACIEL, 2020: 65)

Diametralmente oposta à postura de uma permanente revolução, Gramsci (2002) apresenta seu conceito de “revolução passiva”. Este deve ser entendido como um conceito que se aplica não somente na Itália, mas em todos os Estados em que não vivenciaram a revolução política no estilo radical-jacobino. Também denominada por este mesmo autor de “revolução restauração” a revolução passiva correspondia a um transformismo no interior da sociedade, ocorrem mudanças sem necessariamente ocorrer rupturas abruptas.

Lançando mão de algumas metáforas, Gramsci (2002) aponta que enquanto a revolução permanente corresponderia a ações do tipo jacobina, como dissemos acima, é uma “guerra de movimento”, em que há uma tomada rápida, um assalto imediato do poder e que reflete uma sociedade em cujos antagonismo promoveram tais condições. Ao passo que a revolução passiva deve ser vista como uma “guerra de posição”, uma política de “trincheiras” em que a vitória da classe dominante, se dá por meio do Estado enquanto este militarmente está em tempo de paz, são “modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças (...) é a fase original daquele fenômeno que se chamou mais tarde de 'transformismo,' (...) (GRAMSCI, 2002: 317).



Em que medida esse debate sobre a revolução permanente e revolução passiva corrobora na nossa apreensão de uma teoria marxista de Estado? Aqui podemos lançar mão de uma ampliando na noção apontada em Marx, a perspectiva gramsciana lança mão de uma noção ampliada do Estado. Tendo como foco as sociedades ocidentais, Gramsci (2002) mostra que nestas sociedades o Estado se ampliou, luta de classe continua como elemento central, mas agora podemos compreender não apenas uma “guerra de movimento”, mas também uma “guerra de posição”, isto porque observa-se uma progressiva e processual busca de conquista dos espaços no seio e por meio da sociedade civil, visando à conquista de posições.

Enquanto na revolução permanente temos um momento histórico em que as condições fazem com que a estratégia de luta para a tomada do poder deve ser o ataque direto, “guerra de movimento”, há que se perceber e lutar uma “guerra de posições” em que a classe dominada busque mecanismo para que se torne classe dirigente, é a conquista de espaços e posições da classe dominada. Para Gramsci (2002: 139) “a unidade histórica das classes dirigentes acontece no Estado e a história delas é, essencialmente, a história dos Estados e dos grupos de Estados.”

Em Gramsci (2017) o Estado deve ser compreendido em sentido orgânico e mais amplo abarcando tanto a sociedade política quanto a sociedade civil, tal noção foi denominada de “Estado Ampliado” ou “Estado integral”. Logo temos a junção dessas duas esferas, de um lado a sociedade política e do outro a sociedade civil.

A sociedade política deve ser entendida como o sentido mais estrito do Estado, sua constituição jurídico-político-coercitiva, sendo os mecanismos pelos quais a classe dominante retém e reproduz seu monopólio, lançando mão do uso legal da violência exerce seu poder mediante a dominação. Complementarmente a sociedade civil deve ser compreendida como o “Estado ético”, são as organizações como escola, igreja, partidos políticos, sindicatos, entre outros, que são responsáveis pela criação e difusão das ideologias. Nesses espaços as classes visam exercer sua hegemonia. Como sociedade civil está contido no denominado amplo, ela deve ser considerada, também uma esfera estatal.

Lançando mão de uma metáfora, o Estado em Gramsci poderia ser comparado a um centauro, um ser mitológico que possui um aspecto humano e um aspecto animal. Ao aspecto humano corresponde à esfera da racionalidade, do convencimento, da persuasão, ao passo que o aspecto animalesco do Estado corresponderia ao uso da violência, da força da imposição, em outros termos teríamos de um lado a hegemonia e do outro a dominação. É nesse sentido que devemos compreender a noção de Estado Integral.



Desse modo, Gramsci (2017) aponta que a sociedade civil se compõe como um conjunto complexo de relações sociais, onde os aparelhos privados de hegemonia são utilizados para criar, propagar e manter a ideologia da classe, sendo que a classe dominante ao lançar mão desses mecanismos, somados ao seu domínio da sociedade política consegue permear toda a sociedade e reproduzir de forma ampliada sua dominação (sociedade política) e hegemonia (sociedade civil). É por este fato que Gramsci (2017), assevera que a sociedade civil é um campo de disputa, uma arena de lutas. Isso fica evidente pois a disputa pelo poder deve ser travada na sociedade civil onde os grupos sociais buscam influenciar cada vez mais a sociedade para tornar hegemônica sua visão de mundo.

Podemos apontar algumas anotações sobre a teoria do Estado em Marx. O Estado, visto como um instrumento de manutenção e reprodução da ordem burguesa se mostra como arena de disputa de classes em que coloca em funcionamento iniciativas, tanto institucionais da sociedade política, quanto em sentido ampliado, serve como exposição das construções da sociedade civil em suas ações privadas, mas que ganham espaço, voz e influenciam a esfera pública. Diante disso, cabe a classe expropriada, dominada o dever de ocupar esses espaços até então utilizados para a reprodução do capital, a fim de promover uma tomada dessa trincheira, o por meio de um movimento rápido para superar sua situação de subserviência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ENGELS, Friedrich. “Introdução à edição alemã de 1895 de ‘As lutas de classes em França de 1848 a 1850’ de Karl Marx”. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Tomo I. Lisboa/Moscú: Avante!/Progresso, 1982. pg. 189 - 208. Disponível em https://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/index.htm . Acessado em maio de 2021

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, volume 3, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2017

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, volume 5, Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002

LÊNIN, Vladimir. “Marxismo e insurreição”. In: ZIZEK, Slavoj. *Às portas da revolução: seleção dos escritos de Lênin de fevereiro à outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005: 125-130.

MACIEL, David. História, política e revolução em Marx e Engels / David Maciel. Goiânia: Edições Gárgula; Editora Kelps, 2020.

MARX, Karl. A guerra civil na França. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MARX, Karl. A Luta de Classes em França: 1848 a 1850. 1850. In: http://www.marxists.org/portugues/marx/1850/11/lutas_class/index.htm. Acesso em julho 2021.

MARX, Karl. Manifesto partido Comunista. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. Prefácio. In: Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Expressão Popular, 2008a: 45-50.

MARX, Karl. **Trabalho estranhado e propriedade privada**. In: MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004: 79-90.

ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: A IMPORTÂNCIA DA ARQUEOLOGIA EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA URBANA E RESTAURO EM CIDADES HISTÓRICAS – ESTUDO DE CASO SOBRE A CIDADE DE GOIÁS.

Jaslane Maria Castro¹⁰⁹

RESUMO

O presente trabalho visa analisar as ações que os projetos de educação Patrimonial desenvolveram nas obras de adequação urbana e de restauro da cidade de Goiás. Elas foram acompanhadas por pesquisas arqueológicas iniciadas em julho de 2000, quando a cidade pleiteava o Título de Patrimônio da Humanidade. Para nossa pesquisa, porém, optamos pelo recorte temporal corresponde ao período de 2014 a 2018, que corresponde ao andamento das obras custeado pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A cidade de Goiás é cadastrada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como sítio arqueológico histórico urbano, obras que promovem impacto de subsolo carecem de pesquisa arqueológica, conforme prevê a legislação brasileira de proteção ao patrimônio arqueológico (Lei 3.924/61 e a Constituição brasileira de 1988). São necessárias a realização de ações educativas junto a sociedade para apresentar os bens culturais pesquisados que foram pesquisados com as obras. Neste sentido, buscou-se identificar e analisar como as ações de educação patrimonial foram produzidas e qual o público contemplado. A pesquisa foi realizada por análises bibliográficas e documentais, pautando a importância da arqueologia na construção da identidade, memória e na proteção do patrimônio cultural de Goiás.

Palavras-chave: sítio urbano; arqueologia; educação patrimonial.

INTRODUÇÃO

Ao realizar o artigo analisamos quais foram as contribuições obtidas para a população por meio dos projetos de educação patrimonial. Nesta perspectiva, ressalta-se a relevância deste trabalho para haver um estímulo da população local em relação aos nossos bens culturais. Atualmente, os bens culturais elencados na sociedade nos remetem às artes, às manifestações religiosas, aos monumentos históricos. Queremos com este trabalho mostrar que, com um projeto de educação patrimonial calcado em ressaltar nossos bens culturais e neste caso arqueológicos, elementos preciosos para o estudo do cotidiano da sociedade vilaboense, é possível evidenciar uma maneira de conhecer o passado, conseguindo um melhor vínculo com nossos patrimônios. A pesquisa se justifica pelo interesse pessoal

¹⁰⁹Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: lainecas69@gmail.com, jaslanecastro@hotmail.com, Orientadora: Professora Dr^a Gislaine Valério de Lima Tedesco. E-mail: gislainevl@gmail.com.



por presenciar em diversas situações relacionadas ao patrimônio questionamentos que nos levaram a refletir sobre o mesmo.

VILA BOA DE GOIÁS: MEMÓRIA, IDENTIDADE

A cidade de Goiás está situada no noroeste Goiano, uma cidade interiorana, a aproximadamente 141 km de Goiânia, capital do estado. Por volta de 1674 partiu-se então da província de São Paulo, em viagem, para o que conhecemos hoje como cidade de Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva, pai, conhecido como “Anhanguera”. Relatos históricos indicam que, o filho de Bartolomeu, que tinha o mesmo nome e apelido do pai e que esteve na companhia deste na primeira viagem em caravanas, conhecidas como “bandeiras”, com o intuito principal de descobrir metais preciosos e pedras preciosas, volta àquela que mais tarde se tornaria Vila Boa de Goiás e encontra o metal amarelo, no Rio Vermelho, de maneira a fundar o primeiro povoado às suas margens.

Foi provavelmente em 1673 que de São Paulo partiram simultaneamente as duas notáveis bandeiras, rumo aos índios e às tentadoras riquezas; falamos da de Manoel de Campos Bicudo com seu filho Antonio Pires de Campos [...] e de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, levando em sua companhia o filho do mesmo nome e apelido (BRASIL, 1982: 15).

Devido ao crescimento que estava acontecendo em Vila Boa de Goiás, a coroa portuguesa decide torná-la capitania. Em 1749 seu primeiro governador-capitão, D. Marcos de Noronha – Conde dos Arcos, é nomeado para Vila Boa no comando político. Cabia a ele a aplicação das leis, de maneira que é deveras importante mencionar a composição populacional que por aqui havia se instalado, atraída pelo imaginário que o ouro traz consigo, esperança de dias melhores. Porém, segundo Palacin (2008: 51), grande parte da população que por aqui se encontrava era, em sua maioria, composta por pessoas escravizadas que almejavam ser livres: “Na cidade de Goiás, em 1736, havia mais de 10.000 escravos negros adultos, sendo que a população de Vila Boa era menor que 20.000”. Os escravos estabeleciam meados da população vilaboense. Já no ano de 1818, como nos relata o viajante francês Saint-Hilaire (1975: 49), “por um decreto de D. João VI Vila Boa passaria a ser chamada cidade de Goiás, como é conhecida atualmente a capitania da província”.

Fizemos até aqui uma pequena abordagem sobre a história de Goiás. O entendimento do passado para construir o futuro é fator preponderante nesse processo. A memória pode ser entendida popularmente como a capacidade que o ser humano tem de conservar e relembrar experiências. Partindo dessa particularidade incerta da memória coletiva e individual, não se pode esquecer que quase todas as memórias têm marcos invariáveis. Com esse princípio, os espaços que fundamentam

a memória seriam, primeiro, os eventos vividos pessoalmente; depois, os episódios advindos de forma indireta, ou seja, os acontecimentos que sucederam com a sociedade a qual o indivíduo pertence, podendo ser proeminentemente independente do período.

Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros (POLLACK, 1992: 205).

Para discorrermos sobre o patrimônio cultural recorreremos a conceitos que endossam o conjunto de relações em que a temática está inserida: identidade, memória e patrimônio arqueológico, noções apresentadas aqui. A memória é a aprendizagem que nos faz obter novas noções, conhecer nosso passado por experiências ouvidas ou vividas. Relaciona-se memória como algo necessário, como uma tomada histórica, tratando essa memória como vestígios, mas de forma concreta, visível e papável, com descentralização e democratização da memória, que outrora ficara nas mãos das grandes famílias abastadas, a igreja e estado.

Buscadas as relações de memória na concepção de Candau (2011), ele nos dirá que memória e identidade estão atreladas e não poderá haver uma identidade sem nossas memórias, assim como fatos que nos fazem lembrar e esquecer, pois, apenas com a memória somos capazes de nos conhecer. Como também não poderia a recordação existir sem a presença da identidade, pois nossas relações estão ligadas as nossas lembranças e identidades.

Não pode haver identidade sem memória (assim como lembrança e esquecimento) porque somente esta permite a autoconsciência da duração [...]. Por outro lado, não pode haver memória sem identidade, pois o estabelecimento de relações entre estados sucessivos do sujeito é impossível se este não tem a priori um conhecimento de que esta cadeia de sequências temporais pode ter significado para ele (CANDAU, 2011: 38).

Candau (2011) traz à memória para três níveis: a protomemória, composta por nossas experiências e saberes ligados quando estamos transmitindo um saber. O compartilhamento com outros indivíduos nos coloca no nível protomemória, ou seja, estamos socializando nos saberes; já nas memórias de alto nível nossas lembranças são incorporadas, tem-se o reconhecimento de nossas vivências; e por fim a metamemória, aquilo que cada indivíduo faz de sua própria memória, nossa ligação com o passado, como uma memória tomada para si.

Conquanto Candau (2011) aponte a experiência de semelhanças a partir da protomemória, essa dimensão proporciona duas oposições: o esclarecimento de identidade, que de fato poderá tencionar em seus contextos aspectos que consistir em domínio e os processos identitários de diversos grupos presentes nas sociedades. Assertivamente, ele nos coloca em determinada situação a respeito



da identidade, algo que só é possível concomitantemente a nossas relações com o que está em nosso redor, nos fazendo sentir pertencentes a determinado lugar e coisas, cultura etc. A relação existente entre a memória e a identidade, colocada bem evidente, de forma a fazer a identidade como algo narrado, que vai proteger uma apresentação autossugestiva lançada como um contexto para a tomada de decisões. Também nos fala sobre essa relação social que a memória tem em constituir, estabelecer, tratando-se das datas comemorativas, dos lugares de memórias que entram como uma prática relacionada à memória. O patrimônio também é abordado por ele quando afirma:

Resumindo, a elaboração do patrimônio segue o movimento das memórias e acompanha a construção das identidades: seu campo se expande quando as memórias se tomam mais numerosas; colocam, sempre de maneira provisória, seus referenciais e suas fronteiras; pode assim retroceder quando ligada a identidades fugazes ou que os indivíduos buscam dela se afastar. O patrimônio é menos um conteúdo que uma prática de memória, obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma (CANDAU, 2011: 163).

A partir desta descentralização, a memória passaria ser história, e o povo que outrora não podia conta suas histórias, passa a definir sua identidade contada por cada um. Como diz Pierre Nora (1993: 17), “o dever da memória faz de cada um historiador de se mesmo”. O entendimento do passado para construir o futuro é fator preponderante nesse processo. A memória pode ser entendida habitualmente como a capacidade que o ser humano tem de conservar e relembrar experiências e informações relacionadas ao passado, sendo estas parte de processos de interação de um indivíduo com o outro. A memória faz parte da ação identitária social acrescentando experiências que fortificam o espírito da sociedade no campo social e cultural, colaborando para a ininterruptão das tradições cunhadas e desempenhadas a respeito dos sujeitos e suas propriedades morais e sociais.

O alargamento da importância de patrimônio e a pluralidade de estudos destinados a essa temática beneficiam, de forma assertiva, os grupos que por séculos tiveram sua história silenciada, visto que atualmente diversos desses grupos identificam, adotam e afirmam o que compõe o seu bem cultural, independentemente dos poderes do estado, município, ou instâncias federais. Nessa conjuntura, a educação patrimonial desenha-se como um instrumento eficaz de preservação patrimonial, seja realizada via processo educativo ou não. O patrimônio brasileiro, que teve seu início durante o período do Estado Novo, época ditatorial da Era Vargas, esteve inserido em uma situação em que era eficaz para traçar um Estado unificado, a invenção de um homem brasileiro, público; não obstante heroico, forte, que compusesse em seus monumentos um patrimônio que incorporava o tradicional e o moderno. O patrimônio cultural e histórico sendo culturalmente constituído.

As representações acerca de um Brasil heroico, identificado com o Brasil colonial – o das bandeiras e das bandeiras e das minas –, conquistaram o domínio sobre a expressão da modernidade, tão disputada na década de 1920. Somente a elas e a



história contada por meio delas se podia identificar um Brasil moderno, distinto daquele europeizado (CHUVA, 2017: 99).

Ao falar do patrimônio de forma mais amplificada, com o discurso de Gonçalves (2015), podemos elaborar um entendimento do “patrimônio” que nos permitirá transitar entre os diferentes universos socioculturais, entre os diferentes perfis semânticos que essa categoria pode assumir histórica ou geograficamente. Uma hipótese para viabilizar essa tradução consiste em pensar os patrimônios como sistemas de relações sociais e simbólicas capazes de operar uma mediação sensível entre o passado, o presente e o futuro. A arqueologia como patrimônio cultural faz esse papel de mediações com o passado para compreendermos o nosso presente e possivelmente projetar nosso futuro. Britto (2016) nos traz também a noção sobre patrimônio sendo “algo direta ou indiretamente referente ao passado, a herdeiros e herança”, ou seja, nossa memória e identidade.

Dialogamos com Chuva (2012) para pensar na preservação do patrimônio cultural, baseada nas ações de preservação sobre o patrimônio cultural orientando as políticas públicas de preservação da nossa cultura, essas ações historicamente podem se transformar com o tempo. Existe então a necessidade de nos adaptarmos para conseguir preservar nosso patrimônio e história. É neste contexto que Mario de Andrade (um dos precursores do patrimônio brasileiro) acreditava que a identidade do nosso povo brasileiro seria um resumo de diversos costumes e formas de expressão, que esses costumes deveriam ser preservados. Diante disso, novas formas de políticas públicas em relação ao patrimônio deveriam ser adotadas para melhor compor o cenário do patrimônio brasileiro.

Seríamos compostos por múltiplas identidades, não apenas uma pronta e acabada. Alcançamos identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas a um único propósito. É possível chamar de “máscaras” nossas múltiplas identidades, como se fôssemos convidados para um festival de bailes de máscaras. A depender do público convidado, você escolheria uma determinada categoria de máscara, apresentando-se assim ao público, fazendo que todas nossas ações sejam transmutáveis.

É o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e os movimento eternos... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar... (MARX; ENGELS, 1973, apud HALL, 2006: 3).

Para a execução deste trabalho realizamos uma linha de ação voltada a pesquisa bibliográfica. Na pesquisa bibliográfica foram realizados levantamentos de artigos científicos sobre a temática, relatórios de pesquisa, dissertações e teses para termos melhor compreensão dos resultados da pesquisa. Relatórios, ferramenta extremamente importante para que se possa reportar ao órgão



responsável, pela preservação dos locais que estejam porventura em processo de restauro e requalificação. Além disso, observamos como foram realizadas as atividades de educação patrimonial, qual o público envolvido e quais as ações foram realizadas.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ENTRE DIÁLOGOS

Educação patrimonial pode ser posta como um instrumento de preservação capaz de gerar e fazer uma ponte da sociedade para o patrimônio arqueológico. A princípio pode ser concretizado na forma de ensino institucionalizado ou não institucionalizado, ou seja, na educação formal e não formal. A educação vai além das salas de aula ou das organizações de ensino, ela abarca um todo, a sociedade envolvida. Existe uma legislação específica, criada no ano de 1961, que prevê algumas normativas para que a pesquisa arqueológica aconteça de fato, que vá além do salvamento dos objetos escavados e resgatados, colocando em prática também os programas de educação patrimonial.

A educação patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para o fortalecimento de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidência a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade (FLORENCIO, 2012: 24).

Referente à temática de educação patrimonial, ela entra aqui nesta pesquisa como algo capaz de fazer uma interação nas tomadas de decisões dos indivíduos inseridos na sociedade local. A educação patrimonial é, portanto, uma extensão da cultura, uma roupagem teórica para tratar questões importantes como identidades, memória, pertencimento e os lugares. Cremos que a educação patrimonial é de extraordinária importância para valorizar e desempenhar as particularidades históricas e culturais, partindo da ideia de que é uma metodologia propositada que aponta o organismo e a apropriação de saberes a respeito de elementos e manifestações ponderadas essenciais para a sobrevivência, a identidade, a história e a memória de um indivíduo ou grupos, isto é, bens culturais comuns que remetem a certo sentimento de pertencimento. Trata-se de uma apropriação da cultura ou de parte dela que é representativa para o coletivo.

Quando se trata de mediações culturais enquadradas na educação patrimonial, é preciso destacar que a cultura, enquanto objeto de reflexões entre os arqueólogos e a sociedade poderão possuir uma expectativa composta de significação, criada socialmente de forma crítica e a partir de diálogos amplificados. Pensamos esse processo como algo dinâmico que poderá ocasionar transformações nos indivíduos sociais, capacitados para aferir criticamente fatores atrelados ao



patrimonial cultural, assim construindo seus sentimentos de que pertencem àquele lugar e de que aquele patrimônio ou bem cultural lhes pertence.

Assim como a requalificação urbana poderá abordar ações focalizadas ao espaço público e interferências de outra modalidade de remodelação do ambiente urbanizado. Entretanto, sem extrair o valor do bem patrimonializado construído bem como um componente fundamental para compor as áreas urbanas. No Brasil, os projetos de intervenção voltados para requalificação urbanística têm em sua maioria um interesse para sítios urbanos históricos. E quando falamos em sítios urbanos históricos não podemos deixar de mencionar a cidade de Goiás, agraciada com várias requalificações e restaurações e, como tal, esses projetos precisam ser seguidos por instituição pública responsável pela preservação da cultura nacional e local. Nem sempre assim acontece, contudo, com o bem patrimonial, que não terá valor afetivo para a população local, restará apenas como algo técnico sem valores e sem uso. No artigo nono da carta de restauro e conservação menciona-se o seguinte:

A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento (IPHAN, 1964: 1).

Informações são obtidas através das leituras dos relatórios de resgate e monitoramento arqueológicos, das obras de restauração e requalificação ocorridas na cidade de Goiás. Restaurações e requalificações que se iniciaram em 2014 indo até 2018, compõem nosso recorte temporal. Dentre essas restaurações e requalificações destacamos o Mercado Municipal, o Centro Diocesano, o Teatro São Joaquim entre outros mais que se encontram no perímetro urbano de Vila Boa, antiga capital do estado de Goiás, no centro da cidade. Essas restaurações são frutos do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, e que privilegiaram algumas edificações no centro histórico, este sim o que recebera o título de patrimônio histórico da humanidade nos anos 2000, não a cidade toda.

Com as leituras podemos perceber que os trabalhos referentes à arqueologia seguem duas etapas, uma de campo outra de laboratório. Segundo relatórios, as obras foram realizadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento, PAC Cidades Históricas, com o objetivo de valorizar contextos históricos, sociais e culturais, ocupação de espaços e manifestações culturais que representam memórias e identidades de diversas regiões do território brasileiro. Estas intervenções, que causaram impacto no subsolo, foram pensadas para cumprir um calendário. Em simultâneo,



conseguir dados necessários de forma significativa para compor e contabilizar os bens que a cidade possui, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa.

Assim compreendida, a metodologia destas pesquisas foi pautada conforme a perspectiva do espaço e em consonância com o conjunto da construção civil como sapatas, valas e outras necessidades que viessem porventura a surgir na obra naquele momento. A empresa que realizou as atividades arqueológicas concretizou as seguintes atividades de campo e laboratório, triagem e organização do material; elaborou croquis; mapas dos locais que sofreram intervenção, lavagem dos materiais escavados e numeração. Nos materiais resgatados podemos destacar vidros; louças; cerâmicas; metais; ossos e materiais construtivos.

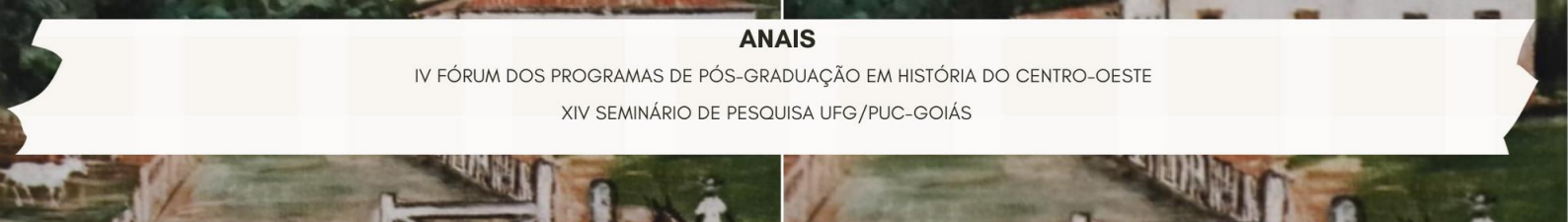
Considerando experiências anteriores, tais como o Mercado Municipal e a Casa de Veiga Valle, as estruturas denominadas sapatas foram utilizadas como unidades amostrais, pois, por possuírem espaçamento regular, são condizentes com a metodologia sistemática de escavação que garante a confiabilidade estatística (DANTAS; OLIVEIRA, 2015: 33).

Dentre os relatórios lidos e analisados, o que compôs uma amostragem positiva para a educação patrimonial foi o Projeto de Salvamento e Monitoramento do Mercado Municipal. Segundo o relatório, a equipe que compunha as atividades voltadas para arqueologia realizou essas atividades nos canteiros de obras, junto aos trabalhadores, como também mediou ações das pessoas que se aventuravam a entrar no perímetro da obra, com o material escavado no local, trabalhando assim a memória e a oralidade dos indivíduos. Essas ações educativas aconteceram também com grupos de alunos do Instituto Federal que estavam no curso técnico de edificações.

Em relação à educação patrimonial voltada para arqueologia nestas obras que ocorreram na cidade de Goiás, o que podemos checar, considerando que esta possui uma legislação própria destacando que toda pesquisa arqueológica, para acontecer, necessita, além de todas as exigências que envolvem o salvamento dos objetos resgatados do subsolo, também dos programas de educação patrimonial. Ao lermos e analisamos os relatórios destas requalificações e restauro constatamos tais fatos.

As pesquisas arqueológicas vinculadas às obras de restauração e requalificação no estado de Goiás têm promovido ações educativas em conjunto com os programas planejados pelas construtoras, contudo o PAC Cidades Históricas não possui recursos destinados à Educação Patrimonial, portanto a presente pesquisa não realizou ações desta natureza (DANTAS; OLIVEIRA, 2015: 104).

Esse trecho nos traz à memória falas de moradores (não é melhor derrubar tudo e construir outro novo?) e pessoas enquadradas nestas requalificações a questionar qual a importância de uma



arqueologia em uma obra de prédios que são bens culturais. Talvez seja hora de termos um olhar e ouvidos sensíveis às perguntas do povo vilaboense, notar suas prioridades e alcançar o que se entende dessa atenção através da educação patrimonial planejada, de forma que no nosso futuro veremos e criaremos indivíduos capazes de defender um casario histórico, pois esse também faz parte de sua história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de uma perceptiva da educação patrimonial, deve-se tê-la em mente como algo interdisciplinar, capaz de fazer uma boa interação entre as demais ciências, preocupando-se com o conhecimento adquirido ali no campo, os resgates, monitoramentos e levantamentos possam chegar à comunidade, compartilhando com o público leigo os objetos escavados. Muitas vezes a grande maioria da população se mostra interessada em saber a respeito dos objetos encontrados. O arqueólogo poderá demonstrar sua importância fazendo seu papel social, trazendo nossas histórias à superfície.

Na responsabilidade de divulgar o seu trabalho à comunidade, não podemos deixar de fora os governantes, partes que devem estar atentas aos assuntos ligados ao patrimonial, de certa forma incentivando os profissionais de arqueologia para que estes consigam desempenhar seu papel frente à comunidade no campo da pesquisa com finalidades educacionais. Sendo eles partes possuidoras dos conhecimentos sobre o patrimônio arqueológico, nada mais justo que esses profissionais possam em conjunto com a sociedade construir e desenvolver o respeito a essa categoria de patrimônio.

Acreditamos que a educação patrimonial desenhada pela equipe de arqueologia seja capaz de mudanças, proporcionando ao indivíduo aguçar seu senso crítico. Comunidade e equipe de arqueólogos poderão atuar e proteger o bem com maior rigor. Os arqueólogos poderão transmitir conhecimentos sensacionais se estiverem desempenhando seu verdadeiro papel de mostrar as variedades que possam existir no passado. O que podemos concluir com os relatórios é que havia verbas para realização de uma educação patrimonial voltada para a arqueologia, e que na cidade de Goiás existe a necessidade de educação patrimonial a respeito do patrimônio arqueológico e dos bens locais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos/Rodrigo Melo Franco de Andrade**; [com contribuição de Maria Tarcila Ferreira Guedes, Augusto Carlos da

Silva Telles e outros; organização de Maria Beatriz Setubal Rezende da Silva]. – Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/COPEDOC, 2012.

BRASIL, Antonio Americano do, 1892-1932. **Súmula de História de Goiás**, edição anotada por Humberto Cispim Borges, 3ª Ed. GOIÂNIA, UNIGRAF, 1982.

BRASIL, [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 12 jun. 2022.

BRITTO, C. C. **A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense**. Diálogos, Maringá, v. 18, n. 3, p. 975-1004, out. 2014. Disponível em, < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33914>. Acesso em 13 03 2022.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CHUVA, Márcia. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. Topoi, v. 4, n. 7, jul-dez, Rio de Janeiro: UFRJ, p. 313-333, 2003.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogêneses das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

DANTAS, C. L.; OLIVEIRA, F. F. C. **Relatório Final De Resgate e Monitoramento Arqueológico da Requalificação da Sede da Diocese de Goiás – Instalação do Arquivo Diocesano**. Relatório Técnico. Goiânia, 2015.

GONÇALVES, J. R. S. **O mal-estar no patrimônio: Identidade, Tempo e destruição**. ESTUDOS HISTÓRICOS, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 55, p. 211-328, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eh/v28n55/0103-2186-eh-28-55-0211.pdf>. Acesso em 02 jun 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Arqueológico**. Brasília, DF: IPHAN, c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1376>. Acesso 01 mai 2022.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, nº 10, p.7-28, jul/dez 1993.

MOREIRA, Maria da Graça Santos Antunes - **Requalificação urbana: alguns conceitos básicos**. Artitextos. ISBN 978-972-9346-03-3. Nº 5 (Dez. 2007), p.1 17-129. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802>. Acessado em 22/05/2022.

PALACIN, Luis, MORAES Augusta Sant'Anna. **Historia de Goiás (1722-1972)** 7º ed. Goiânia: Ed. Da UCG, Ed. Viera, 2008.



POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**; Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SAINT-HILAIRE, Auguste de, 1779-1853. **Viagem à província de Goiás**; tradução de Regina Regis Junqueira; Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. USP, 1975.

SOUSA, A. C. D. **Entre monumentos e documentos: Cidade de Goiás, Cora Coralina e o dossiê de tombamento**. 2009. 133 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e da Terra) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

AS FOLIAS DE REIS DE ITAGUARI, MARCOS LEGAIS PARA RECONHECIMENTO PATRIMONIAL: ALTERIDADE DA POLÍTICA PATRIMONIALISTA INSTITUCIONAL

Magno Florentino Dutra

RESUMO

Neste artigo pretende-se discutir e analisar as situações da ausência de atuação das instâncias legítimas do patrimônio e ações de órgãos externos no campo do patrimônio. O título desconexo tenta fazer referência a três assuntos que se interligam. Assistimos ações referentes ao patrimônio sendo empreendidas por agentes que não são do campo do patrimônio gerando uma alteridade em relação às práticas estabelecidas dentro da política de atuação dos órgãos responsáveis pelo patrimônio. Ainda faz breve discussão teórica sobre folias de Reis incluindo as relações de identidade e ativação das memórias, que são ressignificadas nessa manifestação e a partir desses processos vem a ser considerado como patrimônio. Para se chegar a problemática que instigou a escrita desse, enveredou-se pela história da criação do IPHAN, e da legislação que foi introduzida para o cuidado com os bens culturais, sua evolução e ampliação. A discussão sobre as possibilidades legais de atuação dos entes que formam a Federação, é o ponto que possibilita fazer o questionamento central. Ao fim espera-se que a análise demonstre os resultados no cotidiano das relações que envolvem o patrimônio e ainda de alguma forma contribuir para sanar essa disfunção.

Palavras-Chaves: folias, patrimônio, política

INTRODUÇÃO

A notícia da propositura de um Projeto de Lei nº 333 de 08 de junho de 2021, para reconhecer a cidade de Itaguari como a capital goiana das folias de Reis de autoria do Deputado Estadual Wagner Neto do PTB, tornou-se o grande motivo da discussão. Esse assunto traz à tona a discussão do alcance das práticas referentes ao patrimônio no Brasil. Como pode ser notado o intuito do projeto é dar um título, o que difere das ações preconizadas pelas instituições do patrimônio, como o IPHAN. Porém, sem antes fazer as devidas contextualizações a análise será inócua.

Apresentar-se-á a cidade e posteriormente a manifestação cultural que é mencionada no título. Como nos informa “O município de Itaguari situa-se no Estado de Goiás, na micro-região de Anápolis, distante 96 km de Goiânia e 220 km de Brasília” (CARDOSO, COUTO NETO, JERONIMO NETO 2013 p.35). Sua população é estimada em 4.684 habitantes (IBGE 2022) e área territorial de 142km² (IBGE 2022).



O município de Itaguari abriga três grupos de folias, que vem ao longo dos anos preservando sua tradição e, o que mais se destaca é a proporção das festas, em especial da Folia Goiana, pela sua grandiosidade, numa estimativa de mais de 10 mil pessoas segundo dados da Polícia Militar do Estado de Goiás, informação esta que consta no Projeto de Lei 333 de 08 de junho de 2021, e ainda gera um crescimento econômico no comércio local, segundo o proprietário de uma pequena mercearia na cidade, ao ser entrevistado, abordando a venda de gêneros alimentícios e bebidas durante o período, ele relata “Nesses produtos gera um aumento de que gira em torno de 15 a 20%, isso levando em consideração que minha mercearia é pequena, né, isso aumenta mais em supermercado maior, que o giro é maior” (Informação Verbal, Ednei Geraldo Resende. *apud.* DUTRA, 2010 p.37), que se comprova na distribuição de toneladas de alimentos gratuitamente na sua festa final, um jornal da cidade de Inhumas fez uma reportagem durante a festa que foi realizada no ano de 2009 procurando estimar o número de participantes e a quantidade de comida que foi preparada para aquele festejo, a reportagem informou que, foram preparadas 25 vacas, 15 porcos, 400 kilos de frango, 800 kilos de arroz, 600 de batatas, 200 kilos de feijão, 110 guarirobas, 200 kilos de macarrão, 30 balaies de milho, 1.412 litros de óleo, 10 caixas de mandioca e muitos outros alimentos e mais 1.860 kilos de doce de vários sabores (A VOZ 2009). E ressaltou: “A cidade recebeu aproximadamente vinte e cinco mil visitantes entre foliões, devotos, ambulantes e principalmente jovens. (A VOZ 2009, p.04).

No município há ainda outras folias, a Folia Mineira e também a do Brejo Grande. A primeira delas recebe este nome devido o estilo de cantar e também relacionado a origem dos primeiros foliões que vieram de Minas Gerais como explica Dutra (2009, p. 93): “Os seus foliões mais antigos eram mineiros, ou aqueles que não eram tinham descendência de mineiros, e ainda têm”, a Folia de Reis Mineira gira nas regiões Monjolinho, Cachoeira, Pastinho, Sapezinho e Limoeiro que estão bem próximas a cidade de Itaguari no sentido Oeste (DUTRA 2009). Sem incorrer em equívocos o número de participantes dessa folia também aumentou gradativamente. A Folia do Brejo Grande ocorre na região rural denominada de Brejo Grande que se situa no limite do município de Itaguari com o município de Itaguaru em 2008 um informativo paroquial registrou um pouco de sua história “Segundo a família Ribeiro, uma das mais tradicionais da região, a Folia do Brejo Grande tem hoje cerca de 127 anos” (CAMPESTRE 2008, p.02), tendo surgido antes das outras duas folias existentes em Itaguari, e como dizem muitos foliões da Folia do Brejo Grande e moradores mais antigos daquela região, essa folia já foi a maior da região e recebia muitos visitantes em seus pousos e na festa (CAMPESTRE, 2008 p. 02). Seu sistema de cantar é o goiano e a folia gira durante a noite realizando seu pouso durante o dia sendo inclusive confirmado “Entretanto, ainda há casos, como da Folia de Reis do Brejo Grande, em Itaguari (GO), em que se dá o contrario, o giro acontece à noite e o pouso



durante o dia” (FELIX, PESSOA 2007 p. 202). Quando se refere ao sistema de cantar de uma folia, essa informação é uma das classificações das folias, o canto tipo goiano consiste num coro de quatro vozes, no qual são duas vozes dobradas sobre as outras duas; no sistema mineiro de cantar, há sete vozes que entram sucessivamente (MOREIRA, 1983). Portanto, ao analisar a conjuntura relacionada aos festejos especula-se que neste município tenha o maior festejo de folias do Estado.

A TRADIÇÃO DAS FOLIAS NO BRASIL

As folias são tradições de cunho popular nessas regiões, estando presentes em todas as cinco regiões brasileiras, com maior incidência para a região Sudeste, e o Estado de Goiás contendo o maior número entre os Estados do Centro-Oeste (FELIX, PESSOA 2007). Na literatura pesquisada aponta-se que são um legado da cultura ibérica que aqui foi se adaptando, como arrisca Vigilato (2012 p.212) “Todas as pesquisas indicam que a folia teve início na Península Ibérica, no século XIII” e termina a sua idéia afirmando “Ela chegou ao Brasil pelos mesmos portugueses no século XVI” (VIGILATO 2012 p.212), ou mesmo de um modo mais analítico e menos taxativo Pessoa converge dizendo “A devoção aos Santos Reis chegou ao Brasil com os descobridores. Ela se espalho por toda a Colônia nos séculos seguintes ...”(1993 p. 110).

Essas manifestações do catolicismo popular como alcunhou Carlos Rodrigues Brandão, são descritas por pesquisadores. Jadir Pessoa refere-se a esse bem cultural como um ritual itinerante do catolicismo popular, atualizando a memória da narrativa bíblica da visita dos Reis Magos ao Menino Jesus, oferecendo cânticos e preces, e pedindo ofertas para os festejos finais do giro da cada ano.” (2007, p.96), e, por sua vez Brandão vai falar

A folia de Reis é um grupo precatório de cantores instrumentistas, seguidos de acompanhantes e viajores rituais, entre casas de moradores rurais, durante um período anual de festejos dos três Reis Santos, entre 31 de dezembro e 06 de janeiro (2004, p.347)

As definições anteriores buscaram abordar descritivamente o que são as folias, mas a dimensão simbólica adquire proporções imensuráveis. Mesmo seu aspecto religioso não abrange toda sua totalidade, pois as folias também se situam no campo da cultura. Aos olhos de estudiosos das ciências sociais as folias têm significados maiores que os religiosos, construindo significados e produzindo memórias coletivas, a partir da experiência de seus saberes e fazeres, além de sua dimensão ritualística, contribuindo, assim, para afirmação de identidades para tais comunidades.



Neste quesito autores vão discorrer sobre identidade, ligando esse elemento a manifestação cultural. Dentro dessa perspectiva adota-se o conceito identidade, a partir da definição de Stuart Hall: “as identidades devem ser consideradas como algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (2005, p.38) As identidades surgem quando indivíduos se reconhecem como tendo partilhado algo em comum ou partilhado por outros indivíduos, sejam características (físicas, morais, intelectuais, etc), sentimentos, saberes, ofícios, e etc. Seja como um ofício ou como saberes constituídos nas folias essas relações são muito presentes e perceptíveis, por isso, alega-se que as folias são lócus fértil para o compartilhamento das identidades (SILVA, 2013 p.01) no mesmo raciocínio “as folias (re)elaboram identidades, incluem pessoas ignoradas pela sociedade...” (GONÇALVES, 2008). Em outras palavras reafirmam que esta conjuntura poderia ser definida como “identidades culturais – aqueles aspectos de nossa identidade que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e acima de tudo, nacionais” (HALL 2005, p 09). A formação dessas identidades parte dos grupos de folias atingindo toda sociedade itaguarina.

Essas festas constituem uma referência identitária e também memorial para esses grupos e todos os devotos e também para a população. As memórias nas folias não são meramente lembranças que são relatadas pelos mais velhos, no ambiente da folias elas adquirem um sentido maior do que simplesmente rememorar elas dão coesão ao grupo e sedimentam as identidades. Esse tipo de memória é aquela que fornece uma estrutura definindo o que é comum ao grupo, fundamentando o sentimento de pertencimento a ele (POLLAK, 1989 p. 03), aí estão preservados informações, retidos significados e sentimentos que partilham entre os indivíduos, considerando o que nos fala Pollak “no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” (1989 p. 14). Todavia, não se deve ligar a memória estritamente ao passado, como defende Nora (1993 p.09) “A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente;”, nisto poder-se-ia inferir que a memória sempre faz renovar através das lembranças e nisto atualizando e induzindo ressignificação. Em Gonçalves (2008) temos anuência para reiterar que as folias são um evento que insiste em preservar/relembrar as memórias e a cultura local.

Sendo, portanto um processo interligado, e muito presente nas tradições populares, conforme temos “a memória coletiva é uma das bases de identidade e que se pode traduzir em consciência histórica da própria cultura...” (GONÇALVES, 2008) A cultura da região é condensada nessas tradições, exteriorizam-se nas identidades de seu povo, tida como patrimônio encontra - se sua fonte nas memórias. Os processos memoriais e identitários se entrelaçam na reprodução das folias, as grandes manifestações culturais do município de Itaguará.



Sendo uma herança cultural dos antepassados as folias de Itaguari, podem ser vistas como patrimônio do município em que “A idéia de patrimônio vem da propriedade herdada da formação de coleções. Na sociedade contemporânea, ele tem a função de representar simbolicamente a identidade e a memória de um grupo ou nação” (UMBELINO, 2014 p. 03). Cabe adotar a definição utilizada institucionalmente a qual assim estabelece o conceito de patrimônio no sentido geral:

“conjunto de bens moveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos históricos memoráveis ou por apresentarem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (IPHAN, 2004 p. 02).

Especifiquemos aqui, como temos visto essas manifestações não são material, constitui bens de natureza imaterial, expressão subjetiva dos indivíduos. Indo na linha de Cury: Entende – se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como partes integrantes de seu patrimônio cultural (CURY, 2004. apud CAMPOS 2009). Tais terminologias ainda adotadas distinguem patrimônio material de imaterial.

A história acerca do patrimônio é muito vasta, desde o surgimento com essa aceção adotada, a sua conceituação e classificações envolvem enumeráveis fatos. A formatação conceitual deste campo é o resultado de tantas ações no decorrer dos anos. Por não optar em discutir tal epopéia, fixaremos algumas notas sobre pontos que serão básicos para o desenrolar dessa pauta. As questões patrimonialistas tiveram início ainda em 1937, quando o SPHAN criado, segundo sua função desde então, é a de subsidiar ao Poder Público nesta esfera da cultura. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN passou a denominar-se, posteriormente, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Sendo o principal responsável pela proteção da cultura nacional, a preservação desse patrimônio torna-se muito importante para a população, defendido assim “Todos os bens culturais são gravados de um especial interesse público.” (SOUZA FILHO 1991 p. 155). Daí emerge sua função essencial “o instituto foi criado em 13/01/1937, pela Lei nº 378/1937 e opera no sentido da proteção dos bens culturais considerados representativos de diversos segmentos da cultura brasileira” (PELEGRINI, 2009 p. 29). Salientemos a vertente de ação patrimonialista que preponderou nos anos iniciais do SPHAN, sendo aquela que encampou os de natureza material preterindo aqueles de natureza imaterial, privilegiando praticas relativas aos bens arquitetônicos (CHUVA 2011). Inicialmente o reconhecimento era para bens monumentais e outras peças consideradas de valor referencial a idéia de nação, conforme podemos constatar na explanação



“Em relação ao conjunto de práticas implementadas pelo Sphan e consagradas pelo instituto do tombamento nos seus primeiros anos de existências, pode-se afirmar que a “arte popular”, ainda que enunciada, não foi incorporada às práticas de proteção nem ao rol de bens culturais passíveis de se tornarem patrimônio.” (CHUVA 2011, p. 154).

Muitos fatos transcorreram no tocante a legislação nesse campo, e fizeram com que houvesse abertura na legislação para além do patrimônio de “pedra e cal”, atualmente a designação de patrimônio dentro da legislação brasileira é muito maior do que a anterior, isso fora constatado por Márcia Chuva:

“Foi também nesse contexto que a perspectiva ampliada de patrimônio cultural marcou um lugar vitorioso com a Constituição Federal de 1988. Tendo acompanhado o processo de ampliação do campo do patrimônio que se deu em todo o mundo ocidental, o texto constitucional consolidou uma noção ampla e plural da identidade brasileira, trazendo para cena jurídico – política a noção de bens culturais de natureza imaterial.” (2011, p. 161)

A incumbência de proteger e promover são do Poder Público, conforme verifica – se “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso as fontes da cultura nacional, e apoiara e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. C. F. 1988 Art. 215. Chuva (2011). enxerga esta legislação como o resultado de um processo de transformação de conceitual referente a cultura, o qual fez elaborarem outras diretrizes para as políticas de governo nesse setor e seus efeito puderam ser sentidos principalmente nas décadas de 80 e 90

Alguns efeitos referentes à aplicação da legislação já foram notados em Minas Gerais, aconteceu reconhecimento como patrimônio cultural do Estado as folias de Reis espalhadas pelo por seu território, informação noticiada pelo portal EM (2017).

Fundamentados nessa legislação é que ações neste campo são realizadas. De acordo com as leis dessa área é que são estabelecidas as formas de atuação, preservação e até mesmo fomento. E o IPHAN é a instituição pública designada com aparatos técnicos e teóricos para implementar o processo de patrimonialização, como vem informar Sandra Pelegrini “O instituto foi criado em 13/1/1937, pela Lei nº 378/1937 e opera no sentido da proteção dos bens culturais considerados representativos de diversos segmentos da cultura brasileira” (2009 p.29) e segundo ela o instituto assim atua “Inicialmente, as suas ações fundamentaram-se em legislações específicas sobre cada um dos temas pertinentes ao seu universo de atuação” (2009 p. 29). Ao receber a incumbência de lidar com bens culturais, este organismo elaborou classificações e estabeleceu uma práxis para as formas de bens patrimoniais existentes, seguindo as noções adotadas para o patrimônio mundial da



humanidade, que divide o patrimônio cultural em material e imaterial, sendo o material composto de bens moveis e imóveis, ou seja, de natureza tangível, e o imaterial de natureza intangível, constituído de idéias, costumes, crenças, tradição oral, danças, rituais, saberes, etc. (PELEGRINE 2009).

A partir dessa classificação as ações e programas para a preservação e proteção do patrimônio como esclarecido

“Esses conceitos fundamentam a ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que trabalha com um universo diversificado de bens culturais materiais, classificados segundo sua natureza e registrados em quatro livros do tomo: livro do tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico; livro do tomo histórico; livro do tomo das belas-artes; livro das artes aplicadas.” (PELEGRINE 2009 p.28).

Porém, essa classificação ainda não abarcava todas as formas de manifestações culturais dignas de patrimonialização. Essa brecha foi dirimida a partir da Constituição de 1988, com essa legislação ficaram onde foram reconhecidas também as referências imateriais ligadas à memória e a identidade do povo brasileiro (PELEGRINE 2009), consequentemente:

“Essa interpretação do patrimônio no Brasil, sem dúvida, impulsionou a criação de um novo instrumento de preservação no país: o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, implementado pelo Decreto nº 3.551/2000. Essa ampliação das frentes de tombamento do patrimônio histórico nacional, manifesta no registro de “bens imateriais notáveis”, tornou imperiosa a criação de outras formas de acautelamento: livro de registro dos saberes; livro das formas de expressão; livro das celebrações; livro dos lugares. (PELEGRINE 2009 p.29).

A autora quis mostrar a evolução da legislação referente ao patrimônio cultural considerado neste sentido em sua forma ampla, isto fica confirmado a seguir “Embora a legislação cultural de proteção tenha sido permanentemente aprimorada desde 1937, a grande, profunda alteração ocorreu com a promulgação da Constituição de 1988” (SOUZA FILHO 1991 p. 157) Entre as ações sobre os bens culturais, a primeira forma foi o tombamento, mas com a ampliação das concepções de patrimônio e a incorporação das manifestações intangíveis, surgiu o inventário (PELEGRINI 2009). Estas não são as únicas formas de promover e preservar o patrimônio cultural, na Constituição Federal são indicados meios pelos quais serão promovidas ações sobre ele: “§1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (CF 1988).



CONCLUSÃO

Conclui-se que é a partir da legislação que o patrimônio se institui/constitui e a forma patrimonial se efetiva, e ainda, há linhas de ações a serem seguidas para a patrimonialização de um bem, ou mesmo quando, há uma relação com algum tipo de patrimônio, os padrões deveriam ser observados. Neste ponto não se ignora a possibilidade de municípios e Estados legislarem em prol do patrimônio presente em seu território, a partir das diretrizes da Constituição de 1988, ponto elencado em Souza Filho (1991), isto significa que “Ademais, a legislação federal influencia e orienta as legislações estaduais e municipais, desde as Constituições até as leis ordinárias” (SOUZA FILHO 1991 p. 162).

A alteridade referida no título se constata aqui, quando vemos que a propositura tem uma relação intrínseca com um bem cultural passível de receber os devidos tratamentos referentes à dimensão do patrimônio como as folias, e, no entanto, a ação é diferente do processo de patrimonialização definido pelo IPHAN que é indicada na legislação pertinente. Nesta matéria tomando o patrimônio imaterial, que é o objeto desse Projeto de Lei o Decreto 3.551/2000, que criou o registro dos bens de natureza imaterial, indica o procedimento a ser adotado, conforme o propõe a legislação “Art. 3º As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.” Ao lermos tal regulamento poder-se-ia incorrer que este é o único caminho, mas como analisou o jurista Souza Filho, a autonomia de legislar sobre o assunto não é ilimitado, havendo, portanto a necessidade de observação de configurações estipuladas pela legislação federal, ou seja, o Estado ou o município pode atuar de forma suplementar (1991).

O projeto de lei 333 de 08 de junho de 2021, ora proposto pelo deputado estadual acima citado, visa conferir ao município de Itaguari o título de Capital Goiana das Folias de Reis, e traz em sua justificativa os elementos que foram considerados sobre as folias de Reis que ocorrem em Itaguari, tais como as relações de identidade, os processos memoriais, e os aspectos celebrativos tradicionais e solidários que são desenvolvidos por essa manifestação religiosa cultural. Estas referências e elementos são considerados a sobremaneira nos processos de patrimonialização adotadas pelo IPHAN.

Cabe aqui citar a Lei Estadual 17.671/2012 cuja autoria do projeto do Deputado Claudio Meirelles, esta lei inclui no Calendário Cívico Cultural do Estado de Goiás, a Folia de Reis realizada anualmente, no dia 06 de janeiro, no município de Itaguari-GO, temos aqui outra ação referente ao

bem cultural, percebe-se a intenção de promover o patrimônio porém de uma forma diferente da práxis patrimonialista institucional.

Em ambos os casos, da referida Lei Estadual e do Projeto de Lei, há uma intenção de promover e com isso preservar o patrimônio, por um meio que visa destaque, conferir aquele evento um status de maior proporção, facultando um espaço entre os grandes eventos estaduais, referindo-se a Lei 17.671/2012; e no caso do projeto de lei o objeto e conferir um título ao município pela grandiosidade de suas festas. Não é desconhecido que os entes federativos podem criar novas formas de acautelamento dos bens culturais, conforme nos informou Souza Filho (1991).

No Brasil a partir da Constituição de 1988, estados e municípios são conclamados a legislar e atuarem para a proteção dos bens culturais, nesta feita citamos o exemplo mineiro

“Alguns poucos estados, como é o caso de Minas Gerais, buscaram estratégias para fornecer mais recursos para a área, destinando uma parte dos impostos, o ICMS Cultural (criado em 1995), para redistribuição entre os municípios através de critérios de preservação do patrimônio por parte desses.” (CALABRE 2009 p. 162).

Segundo essa autora, em nosso país a desigualdade regional, também existe em relação às políticas públicas no âmbito cultural, apontando que atualmente poucos estados e municípios têm leis próprias concernentes ao patrimônio (CALABRE 2009).

Não é o propósito rechaçar tal pleito do deputado autor do projeto, mas a partir dessa conjuntura analisar, tanto o alcance das políticas de patrimônio e sua difusão. E o quanto esse conjunto de leis e ações dos organismos do patrimônio se torna conhecidos da população. Ademais foi exemplificado uma ação efetivada por um estado que demonstra alcançar resultados mais visíveis. Não seria uma opção o legislador estadual solicitar que o IPHAN fizesse levantamentos e propusesse a devida chancela do patrimônio nesse caso. Em uma publicação do IPHAN sobre o patrimônio cultural imaterial é afirmado “Assim, o Iphan trata de preservar o patrimônio cultural tanto de natureza material quanto imaterial.” (IPHAN 2012 p. 18), neste fascículo é delineado a função desse órgão, com relação ao patrimônio cultural imaterial sendo duas formas de instrumentos consolidadas o inventário e o registro (IPHAN 2012). A ação do IPHAN não termina com a conclusão desses instrumentos, mas existe uma continuação “Quando o Iphan registra um bem, entre outras coisas, ele se obriga a continuar promovendo a documentação de tudo que acontece com essa manifestação cultural e a continuar apoiando a existência dessa prática.” (IPHAN 2012 p. 18), e isto ocorre mediante elaboração de planejamento de ações estratégicas de curto, médio e longo prazo a que denomina-se plano de salvaguarda (IPHAN 2012).

Estas citações levam-nos a reflexão de que a legislação patrimonial ainda necessita de mais implementação. Contudo o que fica de resto nesta discussão é qual o efeito real de uma ou de outra forma de empreendimento para a rotina na qual se desenrola o patrimônio e suas relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A folia de Reis de Mossâmedes**. In: _____ De Tão Longe Eu Venho Vindo: **Símbolos, gestos e rituais do catolicismo popular em Goiás**. Goiânia: UFG, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Artigo 215. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_215_.asp Acesso em junho de 2022.

BRASIL. **Decreto 3.551/2000** “Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.” de 04 de agosto de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm Acesso em junho de 2022.

CALABRE, Lia. **Diálogos sobre o patrimônio: Estado e sociedade em ação**. In: PINHEIRO, Adson R. S. (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural: Educação Patrimonial**. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015, p. 21 – 30.

CARDOSO, Joaquim Marques; COUTO NETO, José Eduardo do; JERONIMO NETO, Osmar José. **História de Itaguari: de Campestre a capital da moda íntima**. Goiânia: Scala Editora. 2013.

CHUVA, Márcia., **Por Uma História da Noção de Patrimônio Cultural no Brasil**. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília DF nº 34. 2011.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. In: CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de Campos. **Patrimônio Imaterial e Memória Coletiva em Minas Gerais**. Cadernos do CEOM – Ano 22, n. 31 – Espaço de memória: abordagens e práticas: 33-43: 2009.

DUTRA, Magno Florentino. **Folia Mineira de Itaguari – Go: versos que emanam poder e saber em um ritual do catolicismo camponês**. Monografia – Universidade Estadual de Goiás Unidade Universitária Cora Coralina – Departamento de História. Cidade de Goiás-Go, 2009. 112p.

DUTRA, Poliane Florentino. **Folia Goiana: A mercantilização da festa em Itaguari-GO**. Monografia – Universidade Estadual de Goiás Unidade Universitária Cora Coralina – Departamento de Geografia. Cidade de Goiás-Go, 2010.

ESTADO DE GOIÁS. **Lei Estadual 17.671/2012**. “Inclui, no Calendário Cívico Cultural do Estado de Goiás, a Folia de Reis, realizada no Município de Itaguari-GO.” de 27 de junho de 2012. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/89666/pdf> Acesso em junho de 2022.

FELIX, Madeleine; PESSOA, Jadir de Moraes. **As Viagens do Reis Magos**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

GOIÁS, Assembléia Legislativa. **Projeto de Lei nº 333 de 08 de junho de 2021**. Declara o município de Itaguari como “Capital Goiana da Folia de Reis”. Goiânia-GO: Assembléia Legislativa, 2021. Disponível em: <https://opine.al.go.leg.br/proposicoes/2022010203> Acesso em junho de 2022.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva. **Folias de reis: o eco da memória na (re)construção da performance e identidade dos foliões em João Pinheiro Minas Gerais**. In: IV ENECULT – Encontro de estudos multidisciplinares em cultura 28 a 30 de maio de 2008. Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14437-04.pdf>.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBGE Cidades. **Itaguari-GO**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/itaguari/panorama> Acesso em 12/06/2022.

IPHAN. **Patrimônio Natural do Brasil**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Patrimonio_Natural_no_Brasil.pdf. Acesso em junho de 2022.

IPHAN. **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais** 3ª ed. Brasília, DF 2012. 3 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1_parasabermas_web.pdf Acesso em junho de 2022.

NORA, P. **Entre Memória e História: A problemática dos lugares**. Revista Projeto História. SP, 10, dez.1993. p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. SP: Brasiliense, 2009.

PESSOA, Jadir de Moraes. **Meu Senhor Dono da Casa: Os 50 anos da Folia de Reis das Lages**. Goiânia: 1993.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Revista Estudos Históricos. RJ, vol.2, n.3, 1989, p.3-15 Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>.

SILVA, Juliana Martins. **A identidade e a devoção a Santos Reis: a comunidade dos Martírios, Catalão (GO)**. In: ANPUH – XXVII Simpósio nacional de história. Natal-RN, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364699118_ARQUIVO_ArtigoAnpuh-1.pdf. Acesso em junho de 2022.

PORTAL E M. **Folia de Reis é declarada patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais**. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/06/interna_gerais,837632/folia-dereis-edecorada-patrimonio-cultural-imaterial-de-minas-gerai.shtml. Acesso em 20/01/2019.



SOUZA FILHO, C.F.M de. **A proteção jurídica dos bens culturais.** Revista da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, Curitiba, v. III, 1991.

UMBELINO, Ana Carolina. **Folia de Reis: Indumentária e patrimônio cultural.** In: 10º Colóquio de Moda – 7ª Edição internacional 1º Congresso brasileiro de iniciação científica em design e moda 2014. Disponível em: <http://www.digitalmundomiraira.com.br/Patrimonio/FoliasBrincadeirasTorneios/TiracaoReis/CO-EIXO-3-FOLIA-DE-REIS-INDUMENTARIA-E-PATRIMONIO-CULTURAL.pdf>.

VIGILATO, José. **Folia de Reis: Povo de Deus – ensaio místico-folclórico.** Goiânia: Ed. Kelps, 2012.

Realizada a 81ª folia de Reis de Itaguari. **Jornal A Voz**, Inhumas – GO, Ano V nº 56, p.04 30 de janeiro de 2009.

Folia de Reis do Brejo Grande. **Informativo Campestre** – Paróquia São Sebastião, Itaguari – GO, Ano 2 nº 18, janeiro de 2008. p. 02.

AS HISTÓRIAS INDÍGENAS E OS GRAFISMOS RUPESTRES EM TORRES DO RIO BONITO: UM DESAFIO PARA UMA ARQUEOLOGIA PÓS-COLONIAL

Grazieli Pacelli Procópio

RESUMO

A história dos povos originários do Brasil antes dos colonizadores, ou como é tratado, a pré-história, tem sido ao longo dos anos formulada sob a ótica colonialista. Com informações generalistas, o pensamento ocidental criou uma imagem estereotipada dos indígenas, sendo apresentados como povos inertes e passivos a colonização europeia. Diante disso, pesquisadores sul-americanos de diferentes áreas e disciplinas, têm refletido sobre as perspectivas colonialistas que foram produzidas pelo conhecimento científico hegemônico e replicadas no âmbito social e educacional. Pretende-se assim, refletir sobre alternativas que sejam capazes de contribuir com o rompimento do pensamento colonial e abarcar, de uma forma mais ampla, a história dos povos indígenas no Brasil. No que tange as pesquisas arqueológicas desenvolvidas na região de Torres do Rio Bonito em Palestina de Goiás, localizada na porção sudoeste do Estado, busca-se repensar os vestígios que os povos que ocuparam essa região desde cerca de 4.000 anos antes do presente (A.P) deixaram nos diferentes espaços ocupados, sobretudo nos que diz respeito aos grafismos rupestres. Essas imagens são consideradas parcelas das histórias e memórias dos diversos grupos indígenas que viveram nessa região e que foram escritas para aqueles/as que a saibam “ler”.

Palavras-chaves: Grafismos Rupestres. Histórias Indígenas. Pensamento Colonial e pós-colonial.

INTRODUÇÃO

Os estudos arqueológicos realizados no Brasil, ainda são desconhecidos por grande parcela de pessoas na nossa sociedade, além do que, muitas dessas pesquisas não chegam ao conhecimento do público em geral, ficando retida a própria comunidade científica ou apenas as divulgações locais realizada por meio das ações de “educação patrimonial” advindas de projetos de licenciamento ambiental. Ademais, as políticas públicas no Brasil de incentivo à cultura, educação e ciência são precárias e quase inexistentes, estreitando o gargalo no que tange a história antiga ou “história profunda” (Bueno, 2019) de nosso país. O objetivo desse texto é apontar alguns problemas que concerne o conhecimento hegemônico sobre a história dos povos indígenas brasileiros no meio social e educacional, especialmente na arqueologia. A ideia é trazer a reflexão de que esses povos, foram agentes da construção, formação e transformação da nossa história, deixando suas marcas registradas



em diferentes espaços. Em Palestina de Goiás, na região de Torres do Rio Bonito, a manifestação de suas crenças, costumes, tradições e conhecimentos estão presentes nos sítios arqueológicos através dos vestígios de cultura material e imagéticos, como os grafismos rupestres. Esses espaços, considerados lugares de memórias, dialetizam entre o Pretérito e o Agora (W. Benjamin, 2007) e articulam a relação entre pessoas, imagens e lugares (Procópio e Viana, 2021). Cabe a arqueologia, contribuir com o rompimento do conhecimento hegemônico e trazer uma outra narrativa capaz de abarcar a história antiga dos povos originários no Brasil e disseminar de forma intensiva e acessível esse novo olhar no meio social e educacional.

O CONHECIMENTO HEGEMÔNICO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A ideia hegemônica de que a história começa com a escrita, uma invenção Suméria na Mesopotâmia (Rival, 2009) foi construída e reforçada ao longo do tempo baseada nos critérios dos períodos históricos europeus, desconsiderando ou inviabilizando por vez, as histórias das sociedades ágrafas, ou pré-históricas. No caso do Brasil, a escrita, nos critérios ocidentais, é algo recente para a maioria dos povos indígenas (Munduruku, 2018), enquanto o conhecimento ancestral foi apreendido ao longo de gerações através dos sons, das palavras e das oralidades, considerados instrumentos de transmissão da tradição.

Para Haber (2008), a história da humanidade começa com a invenção da disciplina ocidental da história, oriunda das ciências europeia moderna – “entendida como todo conjunto das humanidades, das ciências sociais e das ciências naturais” (MALDONO-TORRES, p. 80, 2016) – transcorrida em uma linha do tempo contínua e linear, uma forma de codificar e validar o conhecimento ocidental como legítimo. Discursos fundamentados na episteme europeia como por exemplo a civilização e a hierarquização, coloca de um lado os sujeitos considerados civilizados e do outro, os sujeitos não civilizados.

Nessa dicotomia, como apresenta Maldono-Torres (2016) cria-se uma linha divisória reivindicada pela cidadania moderna-ocidental, abrindo margem para legitimar a ideia de que esses sujeitos civilizados, e portanto superiores, foram os protagonistas da história, deixando fora da “história, os outros – não civilizados e inferiores.

No caso dos indígenas brasileiros, os outros, foram considerados por esse conceito colonizador europeu como “povos sem história”, deslocados de lugar, perdidos em um tempo antigo e desprovidos de memória. Isso criou na América uma fragmentação entre o antes e depois da invasão



européia, formando dois mundos distintos, separando as sociedades ameríndias de sua história, provocando um distanciamento temporal e territorial (Bueno, 2019).

De um modo geral, as narrativas formuladas a partir das disciplinas científicas oriundas dessa linha europeia à cerca dos povos originários na América, muitas das vezes trouxeram a noção de um passado indígena neutro e sem relação com o mundo contemporâneo, distante da realidade e do cotidiano da sociedade (Munduruku, 2012). Diante disso, a arqueologia tem replicado e reforçado através de pesquisas positivistas, essa ideia, separando o passado do presente, como se a cultura material arqueológica não tivesse relação com os povos originários e não tivessem uma história por trás desses vestígios. É necessário que falemos de uma História Indígena, dando continuidade as histórias dessas populações, que a milhares de anos habitam o nosso território.

Outro elemento importante sobre a inviabilização da história das populações indígenas, e nesse caso o Brasil, diz respeito aos estereótipos dados a esses povos, principalmente aqueles descritos pelos primeiros viajantes, missionários e outros referenciais históricos. Narrados sob a perspectiva social e política da época, eles desconsideraram as particularidades culturais e os significados singulares de cada grupo. A imagem apresentada por esses, trouxe uma visão homogênea e hostil dos povos indígenas, visto como atrasados, selvagens, canibais, pobres e como empecilhos para o progresso nacional (Munduruku, 2012). Esse estereótipo tem sido reproduzido pela historiografia tradicional e pelos livros didáticos ao longo dos anos.

A forma de pensar a história brasileira, orienta a reprodução imaginária de que os indígenas permanecem como povos ausentes, imutáveis e não sendo considerados como agentes históricos (Lima, 1995). Essas populações enquanto elementos que fazem parte do povo e da nacionalidade brasileira, aparecem como pessoas inertes a violência e transformações impostas pelos colonizadores; surgem nas narrativas como passivos ao processo histórico e não como “atores históricos concretos, dotados de trajeto próprio” (LIMA et al, p.3, 1995).

Ao contrário dessa ideia perpetuada, de vencidos e total submissão das populações conquistadas, desconsidera as resistências e lutas e/ou negociações dos envolvidos nesse processo. De uma forma estratégica, com o intuito de sobrevivência, adaptação ou interação, ambas sociedades (indígenas e europeus) articulavam critérios a personificação da cultura do outro. Através de critérios de “filtragem”, as sociedades envolvidas nesse processo de contato, adotavam ou rejeitavam aspectos culturais que achavam ser viáveis (Rogge, 2004), reelaborando e dando um novo significado a esses novos elementos assimilados.

Como apresenta Lagrou (2021), a incorporação do “outro” e das suas coisas na ontologia ameríndia Tupi, é um meio de se tornar o “outro”, uma maneira de apropriar seus potenciais e



capacidades, projetando e reproduzindo a identidade do “outro”. Ainda, segundo Lima et al (1995, p.14) “Reduzi-los uns aos outros é esquecer que a dominação é um fenômeno complexo onde se entrelaçam as relações de poder do conquistador sobre os nativos e as estratégias de luta por eles atualizadas contra seus opressores”. A partir dessa percepção é possível abrir outras interpretações e formulações da historicidade das populações indígenas, uma vez que esses não estavam sendo moldados a maneira do colonizador, sendo passíveis nas relações de identidades e menos ainda como sujeitos estagnados e intocáveis em um tempo mítico e lendário.

Na arqueologia o processo que evidencia o contato cultural entre as diferentes sociedades humanas, é manifestado nos vestígios arqueológicos encontrados em contextos diversos. O contato entre diferentes grupos, como por exemplo, de indígenas e colonizadores, é observado em algumas pesquisas, em especial quanto há ocorrência em um mesmo sítio arqueológico, vestígios de ambas as culturas. Todavia, a natureza desses contatos é diversa, e nem sempre é possível compreender se foram pacíficos ou não.

A orquestração do processo de apoderamento dos mecanismos teóricos ocidentais, permitiu a reprodução da percepção sobre a história do Brasil, na tentativa de criar uma identidade nacional e suprimir as diversidades étnicas, sobretudo as indígenas (Munduruku, 2012). Termos deterministas como “o Brasil foi descoberto”, e dentre outras informações vitais para explicar o processo histórico do passado e que refletem das questões sociais no presente, estão impregnadas profundamente no pensamento sociedade.

A imagem negativa que foi criada acerca dos povos originários, acentuada ao conto do mito fundador (Chauí, 2001), onde a nossa origem começa com a chegada dos europeus, prejudica a compreensão acerca da história antes da colonização brasileira. Essa percepção limita a sociedade brasileira a pensar de forma crítica os elementos que são valorizados, sobretudo o patrimônio cultural e arqueológico. Como apresentado por Almeida (2003):

(...) a falta de identidade do povo brasileiro com o patrimônio arqueológico advém do fato que a maior parte do povo ignora as suas raízes e as suas origens recentes e mais antigas no caso da pré-história. Acreditamos, entretanto, que o problema não está no desconhecimento e sim na forma como se conhece, e por consequência, se reconhece a/na história da nação (...) nessa perspectiva, a herança colonialista é um entrave à apresentação da pré-história, já que sua introdução desorganiza uma lógica e uma história tão enraizada que os cidadãos, em sua maioria, tratam a existência de vestígios arqueológicos, em especial o que se referem a pré-história, de forma evasiva e distante (ALMEIDA, 2003, p.285-290).

O grande problema, como explana a autora, perpassa a questão do conhecimento das origens e raízes da nossa história, sobretudo tange a forma como a reconhece. O distanciamento e a forma negativa que as informações são repassadas, principalmente nas instituições de ensino, provoca na



sociedade brasileira um certo repugno ao nosso passado. Consequentemente isso leva um afastamento e um não reconhecimento do cidadão brasileiro com o patrimônio arqueológico.

Soma-se a essa problemática as políticas públicas nacional, que têm um papel importante na perpetuação e distorção da memória, presenciada na relação do Estado brasileiro com seu patrimônio arqueológico. Configurado pelo interesse na preservação da memória dos vencedores – nesse caso os colonizadores e europeus (Lima, 1988) – percebe-se que a grande parte dos monumentos arquitetônicos ou sítios tombados e reconhecidos como patrimônio cultural, diz respeito ao poder religioso e político, como por exemplo, os grandes casarões e igrejas monumentais nos centros históricos das cidades brasileiras. As outras histórias, a dos indígenas, descendentes de africanos, sertanejos, caboclos e dentre outros grupos marginalizados, estão silenciadas, reservadas ou ocultadas em espaços discretos, não sendo representadas de fato.

O PENSAMENTO MODERNO EUROCÊNTRICO E COLONIAL

Para compreender como a arqueologia e as demais disciplinas estão orientadas a partir do conhecimento eurocentrista e colonial, precisamos entender aspectos do processo de consolidação da Europa como eixo central da dominação da modernidade e racionalidade. Como apresenta Quijano (2014), a expansão colonial e consequentemente o surgimento da América Latina e o capitalismo, coincidem no mesmo período cronológico. Essa conjuntura de fatores deu início ao eurocentrismo como padrão mundial de poder, onde houve a elaboração e formulação do modo de produzir conhecimento, levando em conta as necessidades “cognitivas” do capitalismo. Essa perspectiva “cognitiva” eurocêntrica, diz respeito ao conjunto de educados sob sua hegemonia (capitalismo colonial/moderno), produzida ao longo do tempo e que se naturalizou a partir das experiências vividas neste padrão de poder.

O nascimento da modernidade na Europa, gerou um conhecimento de padrão mundial baseado no poder colonial/moderno, capitalista e eurocentrista. No século XVI, ocorrem as primeiras discussões acerca da Modernidade, onde temas para decidir se os indígenas recém descobertos tem alma ou não, passam ser relevantes para entender o “Novo Mundo” (Maldono-Torres, 2016). Nos séculos XVII e XVIII vai se conformando a linha secular e o surgimento do novo pensamento humano, baseado na razão e na ciência. A ascensão europeia na Modernidade nos duzentos anos seguidos, levou os europeus, especificamente o centro e norte da Europa, a se verem centro da história mundial, desprezando as demais culturas e povos à condição de inferioridade (Dussel, 1993) e consequentemente sendo invisibilizados pela ciência e pela sociedade em geral.



Essa importação da racionalidade moderna e hegemônica que nós, em especial aos integrantes da América Latina, adquirimos dos países colonizadores, sobretudo dos europeus, fez com que invisibilizássemos as diferentes histórias e perspectivas. A tradição científica adotada desses países dito “desenvolvidos” ou “superiores”, forjou o conhecimento e a sistematização da ciência ao longo dos anos e consequentemente a naturalização do saber “racional”, desconsiderando, no caso do Brasil, o saber dos povos tradicionais. Diante disso, o que por vezes era conhecimento tradicional e milenar, passou a ser considerado mito e folclórico, levando a negação desses saberes e o preconceito por essas sociedades tidas como bárbaras, atrasadas e rudes (Costa, 2020).

Esse tipo poder, centrado no conhecimento hegemônico europeu é vivenciado em diversas instituições de ensino do Brasil, uma vez que a Matriz Curricular está sob as diretrizes das Secretarias de Educação e consequentemente no poder de decisão do Estado em estabelecer as propostas a serem ensinadas. Dessa forma, o conhecimento universal enrijecido é privilegiado, deixando de lado os saberes tradicionais e locais. As propostas presentes na Base Curricular Nacional Comum, tendem a replicar a visão dicotômica, privilegiando os conhecimentos universais presentes na Parte Comum por todos os estudantes brasileiros, e deixando a parte diversificada – menor parcela – aos conhecimentos locais (Paula, 2017).

A ideia errônea de um mundo pós-colonial, devido à ausência administrativa e das estruturas jurídico-político, nos trouxera a sensação de liberdade do sistema capitalista. Contudo, observa-se que, ainda vivemos sob a matriz de um poder colonial que levou a saída do colonialismo global para a entrada da colonialidade global (Quijano, 2009). Os povos não europeus continuam a viver sob a exploração e dominação europeia/norte-americana em todo os âmbitos, inclusive econômico, político, social e educacional. Para isso, faz-se necessário a compreensão na diferença entre colonialidade e colonialismo. Colonialismo e colonialidade, apesar da similaridade, possuem suas diferenças e são definidas Aníbal Quijano como:

Colonialidade é um conceito diferente de Colonialismo, ainda que vinculado. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoira que o colonialismo. Mas, foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjetividade do mundo tão enraizado e prolongado” (QUIJANO, 2009, p. 73)

Como proposto por Quijano Aníbal, a colonialidade está diretamente ligada ao movimento de ascensão do capitalismo situado na Europa, sendo um dos elementos centrais do padrão mundial de



poder. As relações intersubjetivas foram fundadas nas experiências do colonialismo e colonialidade junto com as necessidades do capitalismo sob a dominação eurocentrada. Diante disso, houve a elaboração e formulação do modo de produzir conhecimento embasado no capitalismo eurocêntrico. Essa perspectiva cognitiva eurocêntrica, diz respeito de educados sob sua hegemonia (capitalismo/colonial/moderno), produzido ao longo do tempo e que se naturalizou a partir das experiências vividas nesse padrão de poder.

O PENSAMENTO PÓS-COLONIAL

Nos últimos anos, sobretudo a partir dos anos de 1970, tem-se discutido sobre a sobrevivência da colonialidade na educação de países que foram colonizados pela Europa. Um grupo formado por intelectuais de diferentes áreas e disciplinas, tem desenvolvido um projeto epistemológico que tem por objetivo construir alternativas à modernidade eurocêntrica, tanto na parte social e educacional (Oliveira e Candau, 2010). Esses estudos pós-coloniais têm questionado fortemente a política ideológica europeia e norte-americana, como lugar primário da produção e disseminação de saberes e conhecimentos (Paula, 2017). A ideia central dessa discussão está em criticar a modernidade e o eurocentrismo imposto sobre o conhecimento tradicional e recuperar as espistemes perdidas e saberes tradicionais.

Essa corrente de pensamento pós-colonial está ligada a resistência colonialista imposta sobre as estruturas do conhecimento e a crítica às estruturas da modernidade e do eurocentrismo imposto sobre os países considerados de terceiro mundo. O pensamento decolonial, segundo Costa (2020) é um movimento do final dos anos de 1990 que integra intelectuais latino-americanos que defendem epistemologicamente, teoricamente e politicamente a decolonialidade como forma de compreender e atuar do mundo.

A pós-colonialidade que dá ênfase a agência e a abordagem do sistema-mundo que evidencia as estruturas, partilham entre si as seguintes críticas: o desenvolvimentismo; as formas de conhecimento eurocêntricas; as desigualdades entre sexos; as hierarquias raciais; e os processos culturais ideológicos. Os intelectuais da crítica pós-colonial acreditam que a cultura é o fator constitutivo que determina as relações econômicas e políticas do capitalismo global. Enquanto isso, os teóricos acadêmicos mostram a importância das relações econômicas na escala mundial como fator primordial do sistema-mundo capitalista. Contudo, Costa (2009) acredita que é justamente nessa linha de pensamento que a análise crítica pode se perder, voltando ao mesmo conceito velho da linguagem liberal. Para isso, acredita-se que é necessária uma nova linguagem

decolonial para representar o complexo sistema-mundo colonial/moderno, proposto por Quijano (2009).

ARQUEOLOGIA E A COLONIALIDADE

Tendo como os principais núcleos da modernidade/colonialidade a Europa e europeus, baseado na ideia do caminho linear, unidirecional e contínuo – ideia advinda do Iluminismo do século XVII – foi criada a teoria de evolucionismo, de primitivos à civilizados, tradicionais à modernos. O tempo vetorial é um dos suportes epistêmicos da segunda modernidade, o surgimento da disciplina arqueológica está estreitamente ligado a uma visão particular da estratigrafia, dando respaldo material para o tempo vetorial da história humana criada pelo ocidente (Haber, 2008), uma herança colonial.

Na tentativa de encontrar respostas sobre a origem da humanidade, a ciência usou de diferentes métodos para ordenar, classificar e descrever os diversos processos culturais da evolução humano, levando o surgimento de termos como sociedades primitivas, arcaicas e civilizadas. Esse tipo de posicionamento também refletiu na metodologia utilizada pela arqueologia, assim como em outras áreas das ciências humanas e sociais. A arqueologia através da identificação de vestígios culturais, tem se dedicado em obter conhecimentos sobre esses períodos, principalmente das sociedades que não detinham a escrita

Desde os primeiros momentos da pesquisa em campo até a elaboração de textos e a sua comunicação, a Arqueologia constrói diversas narrativas e, nesse processo, cria e articula com diferentes sujeitos. Enquanto isso, estabelece conexões que são dinâmicas e contextuais, onde o passado está sendo continuamente recriado e não pode ser visto como um dado inanimado, mas sim como uma trajetória, uma relação genealógica entre ele e o presente (Haber, 2008). Diante dessa reflexão, entende-se que, ao produzir conhecimento arqueológico sobre esse longo período da História é construir narrativas sobre histórias dos povos originários das Américas, como sugere Krenak (1992) e Munduruku (2012), uma História indígena.

Diante disso, é preciso elaborar discursos alternativos, fundamentados em uma revisão crítica que viabiliza a desconstrução de informações generalistas e colonialistas, que foram reforçados ao longo dos anos nas Américas, em especial o Brasil. A história dos povos indígenas, muitas vezes, é transportada para um suposto passado imemorial e neutro, quase fictício, que se pretende sem relação com o mundo contemporâneo. Nessa perspectiva, a discussão sobre povoamento inicial da América deve ser entendida como uma narrativa sobre origem dos povos ameríndios e, portanto, como marco fundador de uma História indígena.



O modo como empregamos na Arqueologia metodologias para classificar tipologias culturais e estabelecer demarcações cronológicas, transformaram-se em definidores de um único padrão de povoamento e em um paradigma que se propõe hegemônico para explicar a origem dos povos ameríndios. Essa concepção está estreitamente ligada nas relações de poder entre Norte e Sul, atribuindo a construção política do presente e sua dominação, ao contexto do passado. No Brasil, essa dissociação entre sociedades ameríndias do presente e contextos arqueológicos adjuntos ao longo do período de ocupação do continente – antes da invasão europeia – se consolidou e disseminou na sociedade brasileira, gerando implicações políticas significativas para a luta pelos direitos dos povos originários.

Esse tipo de discussão sobre a origem dos povos indígenas, acende não só a questão de outras narrativas, mas também a existência de outras temporalidades. Dessa maneira, termos como “pre” ainda persistem na historiografia, bem como na produção científica da arqueologia, criando não apenas a homogeneização, mas também a fragmentação do tempo e consequentemente a ruptura de outras narrativas (Bueno, 2019; Oliveira, 2015; Munduruku, 2012). Faz-se necessários aos pesquisadores, compreender os processos de continuidade e de mudança dessas sociedades ao longo dos anos, uma vez que são considerados sujeitos dotados de agência, que ressignificaram as relações sociais e negociaram as suas culturas.

OS GRAFISMOS RUPESTRES EM TORRES DO RIO BONITO E AS HISTÓRIAS INDÍGENAS

Os estudos dos grafismos rupestres em Palestina de Goiás, vêm com essa proposta, de desvencilhar do conhecimento colonial presente nos diferentes conceitos formulados pelas disciplinas arqueológicas. As pinturas que estão desenhadas nas rochas em Torres do Rio Bonito contam as histórias de grupos indígenas que habitaram a região por muitos anos. Não são apenas “estilos” delineados por tradições e classificações tipológicas culturais pré-determinadas na arqueologia. Antes de tudo, são manifestações de pensamentos, memórias e histórias de pessoas, que viveram nesses espaços em diferentes momentos. As suas crenças, percepções e visões do mundo, foram retratadas através de figuras identificadas como humanas, animais, geométricas e abstratas.

Os estudos que se iniciaram nos sítios arqueológicos dessa região a partir dos anos de 1970 (Schimtz et al, 1986) e posteriormente Viana (2019), e que desde 2018 (Procópio, 2020) está sendo meu objeto de análise, tem buscado analisar sob diferentes perspectivas os vestígios de culturas pretéritas encontradas nesses espaços. Nas análises e interpretações realizadas, sobretudo no



Programa de Pós-graduação em História, sob a ótica da ciência, tem se pensado nessas manifestações culturais como fatos históricos narrados ou não, e memórias compartilhadas e/ou projetadas por grupos indígenas.

A história desses povos muitas vezes nas pesquisas arqueológicas, é transportada para um suposto passado imemorial e neutro, quase fictício, que se pretende sem relação com o mundo contemporâneo. Dessa forma, entende-se que as imagens feitas nas rochas, conviveram e ainda convivem com outras pessoas. Elas não são apenas registros do passado, mas sobretudo compõe a paisagem local e interagem com as pessoas que vivem nessa região ou que procuram esses espaços para visita e/ou contemplação.

Por isso, pesquisar sobre os grafismos rupestres é um desafio, pois existe entre o ocorrido e o agora (passado e presente), uma imagem dialética ambígua, sendo analisada por uma perspectiva da época atual. Logo, buscar seu significado é inexequível, todavia a partir da leitura e análise, é possível, como proposto por Didi-Hurberman no texto de Costa (2009), “escavar” a imagem para além da materialidade, “a uma historicidade que transcende o objeto à sua frente” (COSTA, 2009, p.88).

Sabendo que esses espaços são lugares de práticas sociais, onde a arte rupestre evoca a memória, sendo a referência da presença cultural (Recalde, 2018), esses significados estruturados em torno de relações simbólicas permitem acessar o consenso sobre o sentido social do mundo daqueles que construíram a paisagem (Bourdieu, 1977) em Torres do Rio Bonito (Procópio e Viana, 2021). Esse acesso e entendimento foi dado a partir da análise dos vestígios críveis de investigação que não se findam apenas nos grafismos rupestres, mas também em todo o contexto que esses estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movimentos em direção a descolonização do pensamento arqueológico, sobretudo na América do Sul são aqueles que envolvem a transformação do conhecimento hegemônico, orientados pelo conhecimento universal e teórico-metodológico colonialista.

Na arqueologia brasileira, Pedro Funari (1989, 1992) explorou as condições diferenciais da arqueologia periférica em comparação com a arqueologia central ou metropolitana. Outros pesquisadores da arqueologia brasileira, como Jorge Eremites de Oliveira (2012; 2019) e Fabíola Andréa Silva (2021), têm colocado em evidência discussões acerca da aplicação teórica-metodológica da história dos povos indígenas na construção do conhecimento arqueológico e etno-histórico na América do Sul.



Para colaborarmos com o movimento de mudança de percepção das relações entre Estado (estruturas estatais) e povos indígenas, devemos compreender como a ciência, condicionada sob a ótica eurocentrista, entendeu por anos as populações não-ocidentais, principalmente os povos nativos da América, levando a produção e replicação historiográfica. Essa elaboração discursiva ao longo do tempo, produziu o conhecimento hegemônico que obtemos na atualidade.

Na arqueologia, o pensamento hegemônico ocidental, tem, na maioria das vezes, orientado o modo das pesquisas sul-americanas e condicionado as práticas e produções científicas. Diante disso, pesquisadores têm sido levados à interpretações epistêmicas colonialistas, muita das vezes, sem qualquer diálogo simétrico com as sociedades indígenas (Oliveira, 2015).

No caso das pesquisas em desenvolvimento em Torres do Rio Bonito, a ideia é trazer uma perspectiva pós-colonial para interpretar os espaços ocupados pelos diferentes grupos. Com base no entendimento que os sítios arqueológicos são lugares de memórias, onde houve a externalização de memórias a partir dos recursos criados coletivamente no processo de produção cultural (Procópio e Viana, 2021), os grafismos rupestres serão analisados como parte das projeções articuladas e vivenciadas coletivamente, como forma de representação de parcelas das histórias antigas desses povos. A ideia é que as imagens registradas nas superfícies rochosas sejam investigadas a luz de uma construção cultural, onde estão manifestadas a intencionalidade dessas pessoas em comunicar suas crenças, costumes, conhecimentos e tradições indígenas (Procópio, 2020).

Desse modo, ser uma arqueóloga ou um arqueólogo indisciplinado como sugere Haber (2008), significa exercer um saber fundado na ruptura metafísica, na forma cultural diferenciada adotada no conhecimento do passado. É quando a história é escrita de acordo com o cânone do estado nacional, sendo conhecido de forma particular (pós-colonial), sem os moldes propostos pelo conhecimento colonial.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, B, M. Informação, patrimônio e arqueologia: reflexões a partir da Amazônia. *Informação, patrimônio e memória: diálogos interdisciplinares* / Carlos Xavier de Azevedo Netto (org.). – João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

BOURDIEU, Pierre – Efeitos do Lugar. In: Pierre Bourdieu (org.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 157 – 160.

BUENO, L. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um ‘Novo Mundo’? *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 14, n. 2, p. 477-495, maio-ago. 2019.

CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

COSTA, C.S. Povos tradicionais e decolonialidade: diálogos emergentes. In: *Relações étnico raciais e multiculturalismo*. Danielle Ferreira Medeiro da Silva de Araújo, Jucineide Carvalho, Leonardo Lacerda Campos e Walkyria Chagas da Silva Santos (organizadores). – Rio de Janeiro: Pembroke Collins, 2020, 44-58.

DUSSEL, E. *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Rio de Janeiro, Vozes, 1993.

FUNARI, P.P.A. *Archaeology and World Archaeology: som e Remarks*. World Archaeology Bulletin, 1992 3: 60-68.

HABER, A. Arqueología indisciplinada y descolonización del conocimiento. *Ediciones del Signo*; 2016; 123-166.

JORGE, V. O. *Arqueologia, patrimônio e cultura*. Instituto Piaget, Lisboa, 2000.

KRENAK, Ailton. Antes o mundo não existia. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 201-204.

LAGROU, E. No caminho da miçanga: arte e alteridade entre os ameríndios. *Revista Enfoques*. v. 18, n. 2 (2021), 19-49.

LIMA, A. C. S. Aracy Lopez da Silva; Luiz Donisetti Benzi Grupioni. (Org.). *A Questão indígena na sala de aula. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. 1 ed. Brasília: MEC, 1995, p. 407-419.

LIMA, T. A. Patrimônio arqueológico, ideologia e poder. *Revista de Arqueologia*, v.5, n.1, 1988, 19-28.

MALDONO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

MUNDURUKU, D. Escrita indígena: registro, oralidade e literatura. O reencontro da memória. In: *Literatura Indígena Brasileira Contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

MUNDURUKU, D. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1979-1990). *Coleção educação em foco*. Série educação, história e cultura. Paulinas, 2012.

OLIVEIRA, J. E. A história indígena no Brasil e no Mato Grosso do Sul. *Espaço Ameríndio*. Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 178-218, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, J. E. Arqueologia de contrato, colonialismo interno e povos indígenas do Brasil. *Amazônica, Revista Antropologia*. (Online) 7 (2): 354-374, 2015.

OLIVEIRA, L. F. CANDAU, M. V. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, 2010, v. 26, n. 1, 15-40.

PAULA, E. D. de. Os saberes e valores indígenas transformando os processos de escolarização. *Revista de Educação Pública*, [S. l.], v. 26, n. 62/1, p. 355-372, 2017.

PROCÓPIO, G. P. VIANA, S. A. Visibilidade e intencionalidade das pinturas rupestres no sítio GO-CP-33, em Palestina de Goiás, Brasil. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*. Cienc. Hum., Belém, v. 16, n. 3, e20200050, 2021.

PROCÓPIO, G. P. *Grafismos rupestres no Abrigo do Índio em Palestina de Goiás: espacialidade e visibilidade*. Alexa Cultural: São Paulo/SP, EDUA: Manaus/AM, 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2009, p. 73-118.

RECALDE, M. A. Rock art landscape at Cerro Colorado as a negotiation space for social memory. *Archeologies of Rock Arte – South American Perspective*, 2018, p. 106-129.

SCHMITZ, P. I., BARBOSA, A. S., JACOBUS, A. L., & RIBEIRO, M. B. (1986). *Arqueologia nos cerrados do Brasil: Caiapônia*. Unisinos.

SILVA, F. A. O plural e o singular das arqueologias indígenas. *Revista de Arqueologia*. São Paulo, V. 25-n.2, 24-42, 2012.

SILVA, F. A. Povos indígenas, colonialismo e meio-ambiente – arqueologia da contemporaneidade na Amazônia. *Revista Habitus*, Goiânia, V.19-n.1,66-77, 2021.

VIANA, S. Patrimônio Arqueológico da Região Sudoeste de Goiás. Projeto de Pesquisa. Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2010.

LIGAS CAMPONESAS EM DIANÓPOLIS-TO

Camila de Jesus Silva¹¹⁰

RESUMO

As ligas camponesas se formaram na década de 1950, como uma resposta às arbitrariedades sofridas por camponeses que viviam no Engenho Galileia, situado no município de Vitória do Santo Antão, em Pernambuco. O movimento se espalhou rapidamente devido às péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos lavradores nordestinos, ganhando adeptos igualmente em outras regiões do Brasil, como a região Centro-Oeste. Rapidamente, o levante sofrera influência das teses disseminadas pela Revolução Cubana, passando, então, a defender uma reforma agrária radical, perante o lema *Reforma agrária na lei ou na marra*. Em Dianópolis foi instalado um acampamento para treinamento de guerrilha, composto, majoritariamente, por jovens estudantes, recém vinculados às Ligas Camponesas. No início da década de 1960, a reforma agrária e as Ligas atraíram outros setores, como estudantes e operários. Nesse processo, importantes lideranças estudantis do estado de Goiás tiveram contato com os ideais das Ligas Camponesas, tomando a iniciativa de organizar um acampamento guerrilheiro na região, em função do movimento, no município de Dianópolis, que atualmente faz parte do estado do Tocantins.

Palavras-chave: Ligas Camponesas; reforma agrária; Revolução Cubana; esquerda.

O texto em questão é um fragmento de nossa tese de Doutorado, intitulada *A experiência das esquerdas que lutaram contra a Ditadura Militar em Goiás (1960-1972)*. Foi preciso rememorar esse evento histórico, para entendermos como, devido a ele, Goiás teria se tornado um polo de atração para os partidos de esquerda, tanto tradicionais, quanto os que integraram a chamada Nova Esquerda Brasileira. Em nosso trabalho, estudamos a experiência dessas esquerdas em todo o território goiano, nos limites geopolíticos do recorte temporal de nosso objeto, ou seja, desde o início da década de 1960 até 1972, quando foram completamente desarticuladas pelo aparato repressivo do Regime Militar. Atualmente o município de Dianópolis faz parte do estado do Tocantins.

No que se refere à base teórico-metodológica, nosso trabalho é pautado pelo materialismo histórico-dialético, formulado por Marx e Engels. Antes de conceituarmos, minimamente, tal visão a respeito da história, é importante entendermos o conceito de *consciência* e *luta de classes*, a ele diretamente relacionado. Segundo o *Manifesto do Partido Comunista* (2004: 45): “A história de todas

¹¹⁰ Professora de História na Rede Estadual do Mato Grosso (SEDUC-MT). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás. E-mail de contato: camilajesilva@gmail.com.

as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes [...]”. Então, todas as transformações sociais seriam motivadas pela constante oposição entre exploradores e explorados, seja de forma implícita ou explícita. Consideram que a história é o processo de criação, recriação e satisfação contínuas das necessidades dos seres humanos em sua relação com o mundo, produzindo a sociedade, de forma contínua. Nesse sentido, a concepção materialista da história define que:

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (MARX & ENGELS, 2007: 94).

Na visão materialista histórica, a história da sociedade de classes é o produto das relações contraditórias entre as forças produtivas e as relações de produção, manifestadas na luta de classes. Segundo Marx e Engels, a consciência é determinada pela relação com mundo material e não o contrário. Nosso trabalho, que tem por objeto as organizações de esquerda, foi construído segundo os princípios do materialismo histórico. Ao buscarmos compreender tais tendências políticas, procuramos não nos limitar meramente às diretrizes teóricas, ou às formas de luta previstas. Partimos do debate sobre os modos de produção existentes no Brasil, este que permeou todas as organizações da esquerda tradicional e da Nova Esquerda brasileira nos anos 50, 60 e 70.

As Ligas Camponesas tiveram início em 1954, em reação às ameaças de expulsão de famílias que viviam no Engenho Galiléia, situado no município de Vitória do Santo Antão, em Pernambuco. O movimento se expandiu rapidamente devido às condições precárias pelas quais passavam os trabalhadores rurais do Nordeste brasileiro, principalmente devido à ameaça de extinção dos *foreiros*¹¹¹, que compunham a base social do movimento nessa época (SAUER, 1999: 14-15).

O aparecimento de teses desenvolvimentistas no Nordeste, primordialmente por meio do Congresso de Salvação do Nordeste, ocorrido em 1955, ampliou o espaço político de atuação das forças populares. Vários setores da sociedade daquela região, inclusive bispos da Igreja Católica, passaram a defender a necessidade de transformações nas condições de vida dos trabalhadores agrícolas. O Encontro dos Bispos do Nordeste, que se deu em 1966, deu ênfase aos problemas do setor rural, denunciando a desigualdade de desenvolvimento entre as regiões Sul/Sudeste e Nordeste do Brasil, reivindicando a expansão da indústria para a região. Com as denúncias das condições precárias dos camponeses da região, ficou clara a situação de marginalidade do Nordeste no processo de expansão do capitalismo. O clima político que se percebeu, a partir de 1955, colocava como

¹¹¹ A palavra *foreiro* remete às famílias que residiam e trabalhavam nos engenhos nordestinos pagando o *foro*, relação de trabalho semelhante ao arrendamento de terras.



urgente a necessidade de se tomar medidas para solucionar a situação. O resultado disso foi a criação de espaço político favorável às mobilizações camponesas e à manifestação de suas reivindicações (SAUER, 1999: 15).

Os líderes que surgiram vinculados a essas lutas, José dos Prazeres e Francisco Julião, aproveitaram o momento para organizar outros grupos, ampliando a base social do movimento e seu alcance. As Ligas Camponesas, então, expandiram-se pelo Nordeste, também filiando outros tipos de trabalhadores, o que provocou transformações no projeto político inicial. O movimento arregimentou principalmente arrendatários, posseiros e pequenos proprietários de terras, que fizeram parte das Ligas até o início da organização dos sindicatos (SAUER, 1999: 15).

A luta contra o *cambão*, dia de trabalho gratuito para aqueles que arrendavam as terras, uma relação de trabalho de tipo servil ou semiescrava, tornou-se uma das principais bandeiras do movimento. Por sua vez, a luta contra o latifúndio evoluiu da luta pelo direito de permanência na terra para a demanda de uma reforma agrária radical. No início da década de 1960, as Ligas Camponesas foram impulsionadas, criando federações em dez estados brasileiros e obtendo suporte nacional. Foi lançada a campanha nacional pela reforma agrária por meio do documento intitulado *Dez mandamentos das Ligas Camponesas para libertar os camponeses da opressão e do latifúndio*. Nesse texto havia a proposta, entre outras reivindicações, de medidas enérgicas contra a concentração da terra, manifestando a tese de uma reforma agrária radical e expropriatória (SAUER, 1999: 15).

Essa mudança provocou intensa divergência entre as Ligas e o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que, até então, era o principal partido em apoio ao movimento. A polêmica surgira em decorrência da divergência a respeito da ênfase da luta. As Ligas tinham a reforma agrária como objetivo principal, enquanto o PCB subordinava essa bandeira à luta anti-imperialista, considerando a burguesia nacional como progressista e aliada dos camponeses no processo de consolidação no mercado. Essa divergência foi alvo de muitos debates no congresso da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), de 1961 (SAUER, 1999: 15).

Ao final da década de 1950 existiam várias associações de trabalhadores espalhadas pelo país. A realização do congresso da ULTAB, que reunira organizações políticas existentes, tinha por objetivo discutir os problemas do campo e elaborar um programa comum. Os líderes das Ligas Camponesas, mesmo estando em minoria nesse evento, impuseram sua perspectiva e ganharam os debates. Por fim, aprovou-se uma reforma agrária radical, contra medidas graduais defendidas por outros partidos e organizações (SAUER, 1999: 16).

No I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil, realizado em novembro de 1961, o tema da reforma agrária acabou por atrair outros setores, como estudantes e trabalhadores do



setor industrial. A *Declaração de Belo Horizonte*, documento final do congresso da ULTAB, enfatizava a urgência de profundas transformações na estrutura fundiária do país. Diante disso, o grande latifúndio deveria ser substituído pela propriedade camponesa individual, associada ou pela propriedade estatal. Era reivindicado igualmente a posse e o uso da terra por aqueles que tivessem interesse em trabalhar nela (SAUER, 1999: 16).

No congresso de Belo Horizonte percebeu-se a participação de importantes lideranças estudantis, inclusive do estado de Goiás. Tarzan de Castro era um desses estudantes. Ele fora presidente do Grêmio do Colégio Lyceu de Goiânia, entre 1957 e 1958, presidente da Uges (União Goiana do Estudantes Secundaristas) por duas vezes seguidas, e naquele momento havia sido eleito vice-presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). O mesmo havia feito uma viagem a Cuba no segundo aniversário da Revolução Cubana e, segundo ele, voltara muito entusiasmado e reforçando seu engajamento. Tarzan de Castro conta, em depoimento fornecido ao projeto *Memórias Transcritas*, de 2013, que aquela experiência em Cuba o influenciou profundamente: “Essa ida a Cuba acaba me moldando dentro daquele ideário revolucionário romântico, salvador da humanidade, contra as injustiças humanas e engajado em um processo de luta latino-americana” (CASTRO, 2013: 446).

Naquele período Castro teria sido procurado, devido à sua participação em congressos estudantis, pelos principais líderes das Ligas Camponesas: Diniz Cabral, Clodomir de Moraes, ex-deputado de Pernambuco e um dos principais dirigentes, e o próprio Francisco Julião. Esses importantes integrantes também estavam ligados a Cuba e, naquele processo, Tarzan foi recrutado para as Ligas Camponesas, que, além de ter se tornado um movimento radical pela reforma agrária, também tinha como objetivo fazer uma revolução no Brasil. Nesse sentido, tornou-se o presidente do Conselho Estadual das Ligas Camponesas, do estado de Goiás, este que era composto em sua maioria por jovens, também dessa mesma linha, que hoje ele considera *radical*, em contraposição à linha do PCB, mais adequada para aquela conjuntura, segundo avaliação recente (CASTRO, 2013: 447).

Posteriormente recebeu a informação que além da parte política, de fato havia um movimento militar com campos de treinamento de guerrilha. Tarzan de Castro comenta que essa notícia foi impactante para ele:

[...] imaginava que a revolução realmente estava chegando. A ideia que se tinha era que com cinco focos de guerrilha, como feito em Cuba, você poderia pipocar com o restante do país que viria atrás. Como se houvesse um clima revolucionário generalizado, como se o país estivesse todo pronto para repetir aquela façanha cubana (CASTRO, 2013: 448).



Principalmente a *Primeira e Segunda Declaração de Havana*, proferidas por Fidel Castro, respectivamente em 1960 e 1962, teriam repercutido amplamente nas organizações da nova esquerda latino-americana, bem como as Ligas Camponesas, desde o início daquela década. O seguinte trecho, referente à segunda declaração, surtiu reações mais apaixonadas, que levaram principalmente aos mais jovens a uma atuação política permeada de espontaneísmo, que podemos chamar de *voluntarismo revolucionário*: “O dever de todo o revolucionário é fazer a revolução. Sabemos que a revolução será vitoriosa na América e no mundo, mas é indigno de um revolucionário sentar-se na porta da sua casa e esperar que passe o cadáver do imperialismo” (CASTRO, 1962 apud LÖWY, 2012: 46).

Os quadros que se formaram nas Ligas Camponesas, a partir do Congresso de Belo Horizonte, eram vinculados ao chamado Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Os grupos organizados em torno dessa linha, compostos, em sua maioria, por estudantes, se articulavam em acampamentos pelo interior do país, em prol da reforma agrária, sob a liderança de Francisco Julião e com o apoio de Cuba. O objetivo dessas etapas era promover treinamentos guerrilheiros, ao mesmo tempo em que possibilitava a arregimentação de militantes no meio rural. Segundo Élio Cabral, que foi um militante de expressão do movimento estudantil, em Goiânia, e posteriormente, filiou-se ao PCdoB: “Tínhamos sete dispositivos armados. Eram sete, mas dois nem vingaram, só começou e já acabou. Tinha um aqui em Goiás, em Dianópolis; outro em Serranópolis, no Mato Grosso; outro na Bahia, onde eu estive e comandava 30 homens com armas e tudo” (SOUZA, 2013).

O relatório de IPM instaurado em 1966 contra militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) no Distrito Federal e em Goiás levantava informação sobre as diversas atividades tidas como “subversivas”, que vinham ocorrendo naqueles anos particularmente no Distrito Federal e no estado de Goiás. Sobre as Ligas Camponesas e o Movimento Radical Tiradentes, que tiveram adeptos naquelas regiões, o documento oficial relatava:

Em Goiânia, registra-se o denominado Movimento Tiradentes, chefiado por Francisco Julião e que consistia em recrutar simpatizantes para treinamento de guerrilhas. Em fins de 1961, seguiram para a Fazenda Santa Fé, situada entre Jataí e Cuiabá, várias pessoas ligadas a esse movimento, como Diniz Gomes Cabral Filho, João Garcia Barbosa, a testemunha Sebastião Tavares de Moraes. Diniz era quem fazia o recrutamento. No campo de guerrilha praticava-se esportes, treinamento de tiro ao alvo, combate simulado, construção de armadilhas, de bombas, assim como aulas teóricas de guerrilhas baseadas em livros de Guevara e Mao. Esses treinamentos encerraram-se em princípio de 1962 (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 418-419).

No Congresso dos Trabalhadores Rurais de Belo Horizonte, Tarzan de Castro, que segundo ele também fora eleito para o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil, recebera a

determinação de enviar jovens para um campo de treinamento específico. A partir então, teria dado início à tarefa de recrutamento, em Goiás, inclusive com o apoio de José Porfírio, principal líder do movimento de posseiros sob a orientação do PCB, em Trombas e Formoso:

Recrutei várias pessoas, inclusive do Formoso porque Zé Porfírio tinha uma grande simpatia e eu tinha uma imensa amizade com ele. Ele era do Partido Comunista, mas tinha seus momentos de confronto e inclusive me ajudou a recrutar de dentro do Formoso vários ex-resistentes. Nessa situação o partido também aproveitou e mandou alguns para saber o que estava acontecendo nesse campo de treinamento. Foram pessoas para o campo de treinamento do Mato Grosso. Tinha campo de treinamento no Paraná, na região de Cascavel; na fronteira de Minas com a Bahia; tinha no Maranhão e no norte de Goiás (CASTRO, 2013: 449).

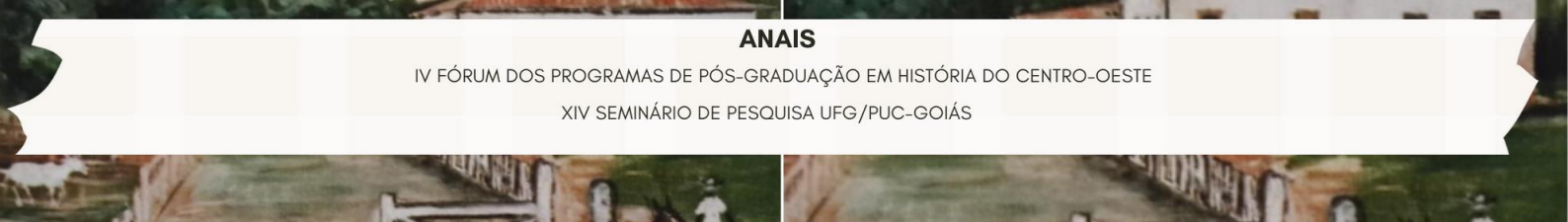
O escritor Hugo Brockes (2013), que na época era funcionário da Secretaria Particular do governador Mauro Borges e fora atuante no movimento estudantil secundarista de Goiânia, tendo estudado no Colégio Pedro Gomes e depois no Lyceu, também foi convidado para integrar as Ligas Camponesas, por Ataliba e Tarzan de Castro. Em entrevista concedida ao projeto *Memórias transcritas*, Brockes contou que participara do treinamento de guerrilha, ocorrido em Rondonópolis-MT, mais precisamente na Serra da Saudade¹¹², a partir de novembro ou dezembro de 1961 e ficou durante uns seis meses. Ali haviam estudantes vindos da região nordeste e norte de Goiás, esta última que hoje faz parte do estado do Tocantins. Entre eles quatro camponeses vindos de Formoso.

O acampamento era comandado por um nordestino de nome Adalto Freire, que ameaçava de morte àqueles que se aventurassem a fugir: “Eu sei que já havia uma ameaça, o nordestino ameaçava, olha quem sair daqui, tentar ir embora, é *teco*! Está morto, nós matamos. E era sempre essa ameaça de *teco*”. Segundo Brockes, o comandante não sabia nada de guerrilha, nem de armas. Ao mesmo tempo descumpria as regras estabelecidas, pois tomava cerveja no boteco da beira da estrada, onde faziam compras, enquanto no acampamento era proibida bebida alcoólica:

Certo dia eu cheguei lá e, conversando com a dona do estabelecimento, ela falou assim para mim: você não quer tomar uma cervejinha da geladeira do senhor Adalto? Eu perguntei que geladeira? Ela disse: eu faço um buraco em baixo do balcão, coloco as garrafas de cerveja lá no buraco, tampo com terra e jogo água. Então, quando ele chega, eu tiro do chão, lavo a garrafa e elas estão friazinhas. Ele gosta de uma cervejinha, de um rabo de galo. Eu disse, tá bom! (BROCKES, 2013: 182-183).

Sabendo dessa transgressão, comprara muita bebida alcoólica e levou para o acampamento, a fim de festejar com os companheiros. Em afronta ao comandante ele dizia:

¹¹² A Serra da Saudade faz parte da Serra da Petrovina, atualmente integrada ao município de Pedra Preta, em Mato Grosso.



Então, hoje vamos cair na gandaia, vamos encher a cara. Só tomem cuidado para não ficar bêbados e não cair lá no precipício. Lá na frente tinha um precipício. A gente ficava instalados em um platozinho, descia a serra e aí tinha um platô; tinha um rancho, tinha umas bananeiras plantadas de lado e na frente era um buracão, rocha (BROCKES, 2013: 183).

A partir desse episódio, Hugo Brockes tornou-se inimigo do comandante e logo decidiu fugir do acampamento, sendo seguido pelos jovens de Trombas e Formoso e outros colegas. O escritor comentou que os rapazes de Formoso foram mandados para lá sem saber direito do que se tratava:

O pessoal do Formoso na época que estava no acampamento foi para lá enganado. Disseram que eram fieis ao Partidão, e as Ligas não tinham nada a ver com o Partidão. O Partidão era contrário àquele movimento do Julião. Lá eles se manifestavam, eram uns quatro de Formoso, e eram olhados com certa desconfiança pelo comandante. Então, chegamos a Goiânia e a primeira coisa que eles fizeram foi procurar o Partidão para contar o que estava havendo (BROCKES, 2013: 186).

Segundo Brockes, não havia sentido fazer um movimento clandestino em pleno governo de João Goulart. O acampamento teria acabado logo depois de sua saída, e em seguida teriam sido os de Indianópolis e do Paraná.

Como já vimos, depois do congresso de Belo Horizonte, Tarzan de Castro passara a recrutar jovens para os campos de treinamento, também participando das decisões a nível nacional das Ligas Camponesas. Porém, mesmo engajado em ações fora da legalidade, ele era assessor especial de Mauro Borges, sendo pessoa de confiança em seu governo. Alguns meses depois de ter encaminhado integrantes para os acampamentos de treinamento de guerrilha, como o de Rondonópolis, no Mato Grosso, fora procurado por Clodomir de Moraes, alegando que estavam com problemas em Goiás e ele precisava resolver a situação. Havia sido instalado um campo de treinamento guerrilheiro na cidade de Dianópolis, região que hoje faz parte do estado do Tocantins, e alguns moradores do local estavam desconfiados com o movimento, porém era difícil tirar os rapazes da região sem levantar maiores suspeitas (CASTRO, 2013: 449).

Os líderes das Ligas tinham enviado jovens intelectuais do nordeste para lá. Eram jovens universitários, alguns recém-formados. Compraram um terreno no meio da região do Rio da Conceição e instalaram os militantes ali. Tarzan de Castro fora até o acampamento se encontrar com os rapazes e descobriu que eram como ele próprio – muito idealistas, e que não tinham nada a ver com a guerrilha. Segundo ele, o armamento também era muito obsoleto, descrevendo-o como “cacarecos velhos que diziam ser fuzis 1908” (CASTRO, 2013: 450). Castro ficou responsável por dar apoio ao grupo, a fim de que este fosse mantido. Deveria conversar com a população local e convence-los de que eram uma cooperativa de criação de animais, que traria empregos e beneficiaria



enormemente a região. Porém, para o então assessor de Mauro Borges e líder estudantil: “a essa altura, como a cidade de Dianópolis era pequena, já estava tudo furado e já havia virado de conhecimento público” (CASTRO, 2013: 449).

Quando voltara para a cidade, haviam pichado nos muros: “Fora Julião Mirim! Fora comunistas!”. Um parente seu que residia na cidade o informara que de que o exército já havia ido ali várias vezes. Teriam feito o levantamento e constataram que ali haviam comunistas e logo fariam o ataque. Então, Tarzan de Castro voltara rapidamente ao Rio de Janeiro, onde residia devido à presidência na Ubes, a fim de conscientizar os dirigentes da situação e pedir que retirassem com urgência os militantes do local. Além da ameaça militar, disse também que as condições em que os rapazes do acampamento se encontravam eram diferentes da que eles pensavam:

Disse ainda que aquela história de campo de guerrilha era uma brincadeira, que aquilo era uma piada, que não havia campo de guerrilha; o que tinha era um pessoal bebendo cachaça e tocando pandeiro, pois não tinham o que fazer e que tudo iria explodir (CASTRO, 2013: 451).

No entanto, segundo ele, o alerta não surtiu o efeito esperado, pois Clodomir de Moraes, em vez agir em prol da retirada dos estudantes, teria ido a Pernambuco solicitar reforços para Dianópolis: dois jipes contendo 4 ou 5 pessoas. Castro teria tentado avisar a embaixada cubana, porém o avião que transportava seu relatório ao Comitê Central da Executiva do Partido Comunista, em Cuba, caiu na região do Peru e não tempo de se fazer nada. A Polícia Federal, que na época se chamava Departamento Federal de Segurança Pública, logo atacou a região, prendendo um militante chamado “Gilvan”. Os demais teriam conseguido fugir pela mata.

Como Tarzan de Castro disse, o acontecimento rapidamente tornou-se de conhecimento público. Mauro Borges o procurou contando que já sabia de tudo, porque Érides Guimarães, seu secretário do trabalho, o havia informado. O governador dera um ultimato a Castro: se não rompesse definitivamente com as Ligas Camponesas teria de sair de seu gabinete. O então presidente da Ubes e militante das Ligas, preferiu desfazer seu vínculo com o governo do estado de Goiás, por volta dos anos de 1962 e 1963 (CASTRO, 2013: 450). Àquela altura, o governador Mauro Borges já havia expedido um mandado de prisão a Tarzan de Castro.

A imprensa igualmente já detinha informações sobre o grupo instalado na cidade de Dianópolis. Em 22 de dezembro de 1962 a revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, publicara uma matéria de título *Goiás, viveiro de guerrilhas*, denunciando a ação de um movimento da esquerda socialista, que dessa vez fugia aos meios legais, “ameaçando” a democracia brasileira:



O que está sendo denunciado com insistência pelos homens de consciência democrática, como uma vasta conspiração contra a democracia no Brasil, já vai um pouco além das simples palavras. Em Dianópolis, no estado de Goiás, como em muitos outros pontos de nosso território, treinam-se guerrilheiros e trabalha-se, objetivamente, pela implantação de um “governo popular revolucionário”, moldado à semelhança do regime dos Castros e Guevaras. É uma conspiração que se arma, com as características de uma sublevação rural. O caso de Dianópolis mostra que Sierra Maestra está de mudança para o sertão brasileiro (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 191).

Após o Golpe, por autoria dos serviços de informação instalados em Goiás, no ano de 1964, foi expedido um relatório de IPM, descrevendo alguns detalhes sobre o “Treinamento de guerrilhas” das Ligas Camponesas, instalado em Dianópolis no início da década de 1960. É importante ressaltar que boa parte dos dados apresentados fora obtida em decorrência da recuperação do relatório ditado por Tarzan de Castro à embaixada cubana:

Na documentação apreendida no Peru quando da queda de um avião naquele país, encontra-se um relatório sobre as atividades dos guerrilheiros de Dianópolis. Esses documentos são objeto da Informação Especial nº 2 (Documentos apreendidos no Peru) do SFICI, datado de 14 jan 1963. A versão peruana dos documentos, mostra que pelo menos um deles é tradução de um manuscrito de autoria de Tarzan de Castro (ARQUIVOS REVELADOS, 2013: 193).

De acordo com Tarzan de Castro, só foi possível recuperar o relatório, porque o mesmo fora guardado em mala diplomática, feita de ferro para suportar possíveis incêndios. Tal maleta teria chegado primeiro às mãos da CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos), que a repassou para o jornal *O Estado de São Paulo* e o fato veio a público. O jornalista Carlos Lacerda, vinculado à UDN (União Democrática Nacional) e um dos principais opositores do governo João Goulart, teria levado aqueles documentos à Câmara dos Deputados. Para Castro, a denúncia a nível nacional dos treinamentos de guerrilha desenvolvidos pelas Ligas Camponesas, no Brasil, teriam sido um dos pretextos para a deflagração do Golpe Militar, em março de 1964: “isso era pano quente para o golpe de Estado. Na realidade, isso foi ajudando” (CASTRO, 2013: 452).

O relatório de IPM sobre o Campo de Dianópolis, informava que em novembro de 1961 chegou à cidade um grupo de doze indivíduos, que adquiriu três fazendas: Catingueiro; Antônio Alves e Boqueirão Cascavel, a setenta e dois quilômetros de Dianópolis. Segundo o documento, era um terreno “muito difícil, escarpado, com mata fechada, com grotas profundas, na Serra Geral”. A partir de então, deram início ao processo de arregimentação de camponeses, e, segundo o registro, um dos atrativos era o salário, o dobro do usualmente pago na região. Devido a isso, supostamente, no ano seguinte o grupo já contava com 50 integrantes.



No ano de 1962, além de terem feito “ruidosas manifestações” em data do aniversário de Carlos Prestes, receberam a visita de Francisco Julião. O documento descreve que, a partir da instalação do acampamento, houve uma alta movimentação de pessoas e cargas para a região dessas fazendas, o que demonstra a fragilidade do sistema de segurança do movimento:

Os chefes do movimento viajavam frequentemente, de avião, para Belo Horizonte, Goiânia e Recife. O encarregado do aeroporto e o rádio telegrafista do DCT passaram a trabalhar para os mesmos. O segundo recebendo e transmitindo mensagens com frequência. Por avião chegavam caixas e caixotes muito pesados para seu tamanho. Construíram um campo de pouso na fazenda Catingueiro (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 192).

O relatório, por sua vez, tentava vincular a todo custo o movimento instalado em Dianópolis ao governador Mauro Borges, principalmente em razão de Tarzan de Castro ser oficial de gabinete e um dos chefes das Ligas Camponesas:

Os integrantes do movimento se diziam pertencentes se diziam pertencentes às Ligas Camponesas e tinham o apoio do governador do estado, diziam. Distribuíam livros sobre o comunismo. Um dos chefes do movimento, Tarzan de Castro, era oficial de gabinete do governador. O elemento de ligação era João Neder, igualmente oficial de gabinete do governador (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 192).

Em novembro de 1962 já havia sido instaurado um inquérito pelas Autoridades Policiais de Dianópolis. Em seguida foi decretada a prisão preventiva de João Neder, Tarzan de Castro e 24 outros integrantes do acampamento. No entanto, somente João Neder chegou a ser preso. Tarzan de Castro estava foragido no Rio Grande do Sul e, depois de alguns meses, voltou a Goiás. Foi preso rapidamente, segundo ele pelo fato de ser muito conhecido, mas foi uma prisão rápida, porque não interessava ao “Governo do Mauro”. Quem interveio na sua soltura teria sido Cristóvão do Espírito Santo, deputado estadual eleito pelos estudantes e funcionário do governo (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 192; CASTRO, 2013: 453). Tarzan de Castro foi preso novamente em 1964, na iminência do Golpe Militar, porém já como integrante do PCdoB (Partido Comunista do Brasil, dissidência do PCB). Discorreremos melhor sobre sua prisão mais adiante.

Experiências como a das Ligas Camponesas, chamaram a atenção das organizações da Nova Esquerda brasileira para Goiás. Isso se levamos em consideração que, no recorte temporal trabalhado, os limites geopolíticos do estado de Goiás compreendiam também o estado do Tocantins. Segundo a análise de ex-militantes da Nova Esquerda brasileira, como Edmilson de Souza Lima (ALN) e Aldo Arantes (AP) e do historiador e professor titular da Universidade Federal de Goiás, David Maciel, publicada no jornal *O Popular* (2014), a *Tradição de luta no estado atraiu guerrilhas*



rurais durante a ditadura militar. Foi na região que se viu o desenrolar de focos de resistência rural ao Regime, como a Guerrilha do Araguaia, ocorrida na localidade do Bico do Papagaio (O POPULAR, 2014).

Segundo David Maciel, após o Golpe, Goiás parecia ser uma das melhores opções para se colocar em prática o projeto da luta armada no meio rural: “Aqui era uma região conflagrada antes do golpe e por isso atraiu tantas organizações. Outra razão é a proximidade de Brasília, um dos centros do poder” (O POPULAR, 2014). O ex-deputado Aldo Arantes, que também foi militante da Ação Popular (AP), concorda que a região teve muita expressividade, no período: “Goiás sempre jogou um papel importante nesse aspecto. Goiás tem essa tradição de luta” (O POPULAR, 2014). Nesse sentido, a matéria cita a experiência dos posseiros da região de Trombas e Formoso, liderada por José Porfírio, que aderiu à luta armada e foi bem-sucedida. Como vimos anteriormente, durante o governo Mauro Borges, a vitória dos posseiros frente aos grileiros foi consolidada, tendo os camponeses recebido os termos de propriedade.

Eventos como este se tornaram fonte de inspiração para os movimentos de esquerda. Ao mesmo tempo, os militantes foram influenciados por teorias que pregavam a guerrilha rural “como forma de sufocar a cidade com a força das massas camponesas” (O POPULAR, 2014). Essa era a tese do *cerco da cidade pelo campo*, recebida ora pela linha cubana, muito difundida a partir de 1966 por meio do livro *Revolução na Revolução*, de Régis Debray, ora pela linha maoísta. Exemplos de organizações que transitaram por essas teorias foram o PCdoB e a AP, que igualmente tiveram muito interesse pelo interior goiano.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS REVELADOS. **A Ditadura Militar em Goiás**: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPM's, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. v. 1. Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016.

BROCKES, Hugo. Depoimento. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 179-196.

CASTRO, Tarzan de. Depoimento. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 439-466.

LÖWY, Michael. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina In: **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**, Org. LOWY, Michael. 3 edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012, pag. 9-64.



MARX, K.; & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial: 2007.

O POPULAR. Tradição de Luta no estado atraiu guerrilhas rurais. Política. **O Popular**, Goiânia, 31 mar. 2014. Disponível em: <
<https://www.opopular.com.br/noticias/politica/tradi%C3%A7%C3%A3o-de-luta-no-estado-atraiu-guerrilhas-rurais-1.509813>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SAUER, Sérgio. Reforma Agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília. Cartilha. **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura** – CONTAG. Brasília, 1999. Disponível em:<
<http://www.contag.org.br/imagens/f783cartilhaprojetocutcontagalutapelaterranoentornodebrasilia.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2020.

SOUZA, Elio Cabral de. Depoimento. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 97-126.

ASPECTOS ACERCA DAS MEMÓRIAS TÉCNICAS DE GRUPOS ORIGINÁRIOS OCUPANTES DE ALGUNS DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS MAIS ANTIGOS DE SERRANÓPOLIS – GOIÁS

*Katherine G. de Oliveira*¹¹³

RESUMO

Essa pesquisa está sendo desenvolvida sob a perspectiva de história de longa duração, tendo como foco de estudo as materialidades presentes nos sítios GO-JA-01, GO-JA-13 e GO-JA-26 e suas interrelações com o ambiente envolvente. Por história de longa duração, entende-se que os diferentes períodos da história humana estão articulados, desse modo, ainda que muitas vezes não seja possível pensar em continuidades específicas, compreende-se que fazem parte de uma ampla história da humanidade. O presente estudo trata de sociedades não remanescentes, onde os textos escritos e relatos orais, são indisponíveis, tendo assim, a cultura material e as marcas deixadas na paisagem as fontes para o entendimento dos grupos originários que habitavam no atual município de Serranópolis, região sudoeste do estado de Goiás. Sendo assim, com teorias e base metodológica adequadas, visa-se identificar aspectos das memórias tecnoculturais da cultura material produzida pelos grupos humanos daquela região, e, com isso, colaborar com o paradigma pós-colonial de desconstrução do pensamento de que as culturas anteriores a colonização europeia, são pertencentes a uma “pré-história”, compreendendo-as como não portadoras de histórias ou de “histórias menores”. Nesse viés a história humana nas américas seria oficializada a partir da chegada dos colonizadores.

Palavras-Chave: História de Longa duração; Memória Técnica; Cultura Material; Arqueologia em Serranópolis

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa o entendimento dos grupos sociais que ocuparam a região de Serranópolis, a partir dos vestígios materiais e suas interrelações com o ambiente local. O complexo arqueológico de Serranópolis é composto por dezenas de sítios arqueológicos, os quais foram escavados nas décadas de 1970 e 1980, sob coordenação do Prof. Pedro Ignácio Schmitz, no âmbito do Projeto Paranaíba. Os sítios objeto de estudo desta pesquisa são: GO-JA-01, GO-JA-13 e GO-JA-

¹¹³ Bolsista da FAPEG do Programa de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Orientadora: Dr^a Sibeli A. Viana. E-mail: olive.kathe@gmail.com



26, especificamente os vestígios datados de cerca de 8.000 a 12.000 anos antes do presente (AP), referentes ao período de transição do Pleistoceno para o Holoceno (P/H) e do Holoceno Antigo (HA) (SCHMITZ, 1989).

O desenvolvimento dessa pesquisa tem como foco a tecnologia de produção e de funcionamento dos objetos líticos dos referidos sítios, sendo esses o registro arqueológico com melhor preservação nesses sítios. Para isso, serão investigados os dados tecno-culturais relacionados ao saber-fazer e conhecimentos técnicos presentes entre os grupos humanos, observados a partir de sua materialidade e do ambiente circundante. Os dados sobre o conhecimento das tecnologias de produção dos instrumentos líticos, infere sobre como as pessoas selecionavam as matérias-primas, onde estão em jogo a qualidade das matérias, suas características volumétricas e morfológicas, assim como o local em que elas se encontram, e as técnicas utilizadas. Esses dados, investigados a partir de uma perspectiva relacional, são essenciais para ampliar a diversidade cultural dos povos antigos e aprofundar temporalmente a história do Brasil. Para isso, propondo à inclusão de grupos humanos do passado profundo que habitavam a área de Serranópolis, cujas memórias não são mais vivas, mas cujas tradições culturais foram materializadas por meio de vestígios arqueológicos e marcas na paisagem.

Para contribuir com o movimento de ampliação cultural e temporal da história dos povos no Brasil, me basearei na perspectiva de longa duração discutida por Reis (1989), baseada em Braudel (1949) e de história profunda (SMAIL, 2015). Tais perspectivas rejeitam a concepção linear e contínua da temporalidade histórica da humanidade, onde o período denominado de “pré-história” é totalmente desvinculado dos registros históricos e da contemporaneidade. Seguindo essa perspectiva, a pesquisa busca romper o entendimento de pensar o passado a partir da colonização dos grupos originários, posição ideológica eurocêntrica onde o colonizador se sobressai sobre a cultura dos colonizados/dominados (HABBER, 2016).

DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que dados históricos isolados não refletem aos modos de vida de uma sociedade em sua totalidade, em casos é apenas um recorte em um determinado momento, que reflete uma pequena parte ou acontecimento de uma sociedade, deixando de lado outras questões sociais como: as tradições, memórias e hábitos do cotidiano de uma sociedade. A construção da história e de narrativas históricas geralmente são apoiadas em documentos (oficiais ou não), nos testemunhos orais (quando



possível). Entende-se que essa perspectiva pode ser ampliada ao considerar dados sobre os conhecimentos indígenas com a incorporação de dados arqueológicos (SHRYOCK, SMAIL, 2015). A história do tempo profundo atua como um conceito aberto, livre de divisões temporais e culturais que dominaram a história tradicional.

A história de tempo profundo pode abarcar temporalidades bem remotas, como é o caso de Serranópolis, quando não é possível uma conexão direta entre os grupos do passado e os grupos indígenas da atualidade; mas também esse conceito pode abarcar grupos humanos cujas memórias sociais podem ser revividas, de modo a trazer o passado para o presente, invocando a ancestralidade. Em ambos os casos a história profunda é viva, pois transita em um espaço liminar sem limites, nem passado nem presente, nem pré ou pós, com o intuito de construir diferentes mosaicos culturais do passado - tendo como base vestígios materiais, textos, narrativas, testemunhos orais -, tornando-os em histórias coerente para o cenário atual (MROZOWSKI, 2013).

Para compreender uma sociedade antiga por meio dos vestígios materiais é preciso enfatizar como, nesse trabalho, eu compreendo tecnologia, cultura material e como a os dados obtidos poderão ser utilizados para fortalecer a descolonização do passado profundo no Brasil.

CULTURA MATERIAL, TECNOLOGIA, O MEIO E AS PESSOAS

O entendimento da cultura material não serve apenas na categorização dos vestígios, mas no entendimento de como os mesmos eram utilizados e vivenciados no cotidiano desses grupos humanos. Gonçalves (2007, p. 14), aborda que os “*objetos materiais circulam significativamente em nossa vida social por intermédio das categorias culturais ou dos sistemas classificatórios dentro dos quais os situamos, separamos, dividimos e hierarquizamos.*” Os objetos organizam e constituem a vida social, eles permitem que os indivíduos ou grupos sociais experimentem subjetivamente seus papéis sociais. Nessa perspectiva, a cultura material não é um acompanhamento, mas um elemento que tem agência sobre as pessoas. É a partir dessa perspectiva ampliada de cultura material que entendo a tecnologia, não como um simples procedimento de fazer as coisas, mas um modo de identificar possíveis expressões de “identidade” dos grupos pretéritos (COSTA & VIANA, 2019).

A cultura material e suas relações com o meio podem ser interpretados e transcritos. Suas simbologias muitas vezes não são possíveis de identificação, mas com análises sistemáticas, associadas ao meio envolvente, muito pode ser compreendido. O contexto do sítio é de suma importância, pois como fora abordado por Gonçalves (2015), objetos sem contexto de lugares e grupos diferentes, expostos lado a lado, serviriam apenas como indicadores dos estágios da evolução,



os quais a humanidade vivenciaria como um todo. Logo a tecnologia e estética seria comparada a objetos contemporâneos e poderiam ser classificados, como mais ou menos evoluídos ou complexos e não no mesmo nível social. Pois cada objeto reflete a ação, a simbologias, contextos sociais e hábitos do cotidiano, tanto antigamente, quanto contemporaneamente (LIMA, 2011).

Como já citado, dados históricos isolados não refletem aos hábitos de uma sociedade em sua totalidade. Partindo do conceito de *longa duração*, é preciso ir além dos acontecimentos e fatos relatados, buscando estruturas mais profundas, quase permanentes que regem as sociedades sem que seja percebido (REIS, 1996).

HISTORIOGRAFIA

Quando se pensa em história, temos como primeiro pensamento documentos e relatos orais, onde eram descritos sociedades e acontecimentos do passado. No caso da América do Sul, os primeiros registros “oficiais”, em sua maioria, foram redigidos por colonizadores europeus, os documentos não relatavam a memórias dos povos colonizados e sim relatos dos colonizadores e suas percepções pessoais, onde a historiografia ocidental está relacionada a dominação e exclusão do conhecimento do outro (HABER, 2016).

Segundo Hartog (2017), a evolução historiográfica, foi iniciada durante a revolução francesa, quando se buscava a uniformização da história, caracterizando-a como uma visão da história mundial, onde desconsiderava as histórias particulares e as diferentes formas de evolução cultural. Sobre essa questão, o autor argumenta que com a derrubada do muro de Berlim, inicia-se o processo de crise na qual a humanidade define uma história de longa duração, a qual o tempo passado (história) se torna relativo, colocando em questão o papel do historiador na interpretação dos fatos, e na construção dos mesmos.

Devemos entender a importância da utilização da história e da arqueologia por meio da cultura material e como ambos se complementam na interpretação historiográfica, para a obtenção de uma maior precisão de dados, onde fatos narrados de acontecimentos como guerras e conflitos, poderiam ser revistos, visando ampliar os conhecimentos das sociedades não remanescentes por meio dos vestígios materiais (LIMA, 2011).



PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DA “PRÉ-HISTÓRIA”

Quando a investigação da sociedade é aplicada em tempos mais antigos, onde o entendimento das sociedades do passado é baseado somente por vestígios materiais e marcas na paisagem, onde não existe indivíduos remanescentes e não se tem à disposição documentos escritos ou relatos orais, se faz necessário análises arqueológicas sistemáticas, como meio para compreender os diversos aspectos dessas sociedades do passado.

Porém antes de compreender os grupos do passado por meio dos vestígios é preciso pensar em um processo de descolonização, onde se rechaça a concepção de que o passado inicia a partir da colonização europeia, onde apenas quem descreve os fatos (enunciador/arqueólogo/historiador) e o ouvinte (enunciatário) são considerados enquanto o enunciado (indígena/colonizado/dominado) é excluído e tratado apenas como um objeto de pesquisa (HABER, 2016).

O colonialismo, processo histórico de dominação europeu, presente em várias partes do mundo, principalmente na América Latina, oprimiu e ainda oprime, de forma direta ou não, diversos grupos culturais de modo violento, impondo uma visão eurocêntrica aos modos de vida dos grupos originários. Com isso, a colonialidade, a herança do colonialismo, foi desenvolvida de modo a manter os paradigmas do colonialismo dentro uma estrutura de poder, escrita sobre narrativas moderna eurocêntricas (QUIJANO, 2009).

O termo “pré-história” foi globalmente difundido e refere-se a povos originários que habitavam todo o globo, porém a palavra foi introduzida por pesquisadores para diferenciar o passado tido como “primitivo” e os povos remanescentes de tais culturas, do presente “civilizado” o qual os autores viviam. Segundo Kehoe (1991), o conceito pré-história foi iniciado por Daniel Wilson (1816–1892), tratava-se de um discurso pós-colonial. A utilização desse termo segue com as obras de Wilson e, posteriormente, de Lubbock (1834-1913), que delinearão a pré-história para os leitores de língua inglesa, como forma de distinguir a vida não-ocidental (KEHOE, 2013).

Para aqueles que vivem em mundos em que a noção de “pré-história” é uma marca opressiva de privação política, cultural e econômica, os arqueólogos e historiadores não são vistos como cientistas imparciais e benevolentes (SCHMIDT, MROZOWSKI, 2013). A “pré-história” está vinculado à ascensão dos Estados nacionais, baseados em processos de colonização e estão intimamente associadas a uma fragmentação da história de povos originários, estabelecendo um novo marco para o início da história de povos que já se encontravam ali a muito tempo antes (ATALAY, 2006; GOSDEN, 2001; TRIGGER, 1984).



Nessa perspectiva colonialista, as narrativas e descrição das sociedades humanas de tempos pretéritos ou não ocidentais foram baseadas nos aspectos da mitologia clássica, onde envolve a desconstrução de suas singularidades, através de atribuições do presente, as quais podem ter sido construídas por meio do compartilhamento de aspectos que caracterizam também o passado da própria sociedade europeia (BELLUZZO, 1994; BETTENCOURT, 1994).

A pré-história, como conceito, representa um passado arqueológico caracterizado por uma forma descolada de produção de conhecimento, que perpetua noções colonialistas dos indivíduos colonizados/dominados (HABBER, 2016). Não se trata somente de substituir o termo pré-história por história de longa duração, mas implica numa mudança de atitude do pesquisador, em assumir que o uso de tal terminologia implica na exclusão e na inferiorização de culturas pretéritas e contemporâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos originários, tratados pela arqueologia, são frequentemente vistos como grupos inseridos no sistema colonial e não como habitantes locais, dotados de particularidades culturais e interagindo com o meio ambiente em seus próprios termos (LIGHTFOOT, 2013). Tendo como base inicial a compreensão da materialidade arqueológica, para o entendimento das particularidades culturais dos grupos humanos viventes no passado de Serranópolis, a tecnologia deve ser aliada, não exclusivamente como meio de compreender a transformação de uma matéria para atender um propósito, mas como uma perspectiva que quando firmada a partir da fenomenologia ganha uma dimensão mais ampla, podendo ser considerada como “*modo de vida, sobretudo na medida em que esse modo de vida, afeta outros modos em que podem prevalecer outras capacidades humanas*” (CUPANI 2004), como de “contemplação da realidade”, de agir, no sentido de “adotar decisões”, de “experimentar sentimentos” e de expressar-se.

Nessa perspectiva, não busco apenas a categorização dos vestígios materiais de Serranópolis (os objetos líticos), mas o entendimento de como os mesmos poderiam ter sido utilizados e vivenciados no cotidiano desses grupos humanos. Gonçalves (2007), salienta que os “*objetos materiais circulam significativamente em nossa vida social por intermédio das categorias culturais ou dos sistemas classificatórios dentro dos quais os situamos, separamos, dividimos e hierarquizamos*”. Eles não somente refletem a posição das pessoas nas sociedades:

Os objetos são parte de um sistema de símbolos que é condição da vida social, organizam ou constituem o modo pelo qual os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades (...) organizam ou constituem o modo



pelo qual os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e status (GONÇALVES, 2007, p. 21).

A ideia a ser aplicada, não se limitar ao traço técnico, mas na busca por elementos para o entendimento do papel ativo desses objetos, dentre dos grupos originários que ocuparam o território a ser analisado, buscando captar possíveis expressões de como tais objetos teriam sido integrados às dinâmicas socioculturais dos grupos em questão (COSTA; VIANA, 2019).

Além da cultura material, o contexto em que os vestígios se encontram no sítio e o contexto espacial da paisagem devem ser observados. Os objetos refletem escolhas, agência, simbologias e contextos sociais, seja atualmente como em tempos antigos (LIMA, 2011).

Esse trabalho está atualmente em desenvolvimento em Serranópolis e busca por meio da análise dos vestígios materiais e na paisagem local, romper com a perspectiva pós-colonial, para a interpretação dos grupos antigos que habitaram a área. A partir dos conceitos exposto nesse trabalho visto o fortalecimento do conhecimento científico sobre as ocupações mais antigas da região de Serranópolis, o qual possui grande potencial para contribuição e difusão do conhecimento arqueológico em diferentes escalas, tanto regional, quanto nacional. Ele também objetiva a ampliação da historiografia regional, pois a pesquisa expande o conhecimento acerca das variabilidades tecnológicas e culturais dos grupos originários que habitavam a região de Serranópolis durante a transição do Pleistoceno para o Holoceno e do Holoceno Antigo.

Espera-se que com essa pesquisa, seja possível identificar aspectos das memórias técnicas de tempos profundos e, com isso, distinguir, variabilidades tecnológicas, assim como, as continuidades e rupturas técnicas. Numa escala mais ampla, espera que os dados a serem produzidos colaborem para construção de quadros regionais acerca dos povoamentos ocorridos nesta região sudoeste do estado de Goiás. Assim como, contribuir com a preservação do patrimônio material e imaterial, e com o desenvolvimento sociocultural.

Logo, é necessário a mudança no modo como observamos os grupos originários, deixando de lado a visão baseada no colonialismo europeu, onde as culturas antigas sul-americanas eram/são marginalizadas. A continuidade da produção historiográfica baseada no viés colonialista leva os pesquisadores realizarem interpretações epistêmicas uniformizantes, onde os grupos do passado são tratados sob estruturas eurocêntricas onde apenas o enunciador e enunciatário, são considerados e, sem dar espaço para que o enunciado (HABBER, 2016).

Com a arqueologia, as histórias dos grupos humanos do passado, podem ser revividas por meio de seus vestígios e marcas na paisagem, onde apesar dos indivíduos não estarem presentes, a

sua passagem e seus objetos do cotidiano ou do universo simbólico, continuam vivos e com potenciais interpretativos para adensar a história cultura do Brasil.

REFERÊNCIAS

ATALAY, S. Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. *American Indian Quarterly*, v.30, No. 3/4, **Special Issue: Decolonizing Archaeology**, 2006, p. 280-310

BELLUZZO, Ana Maria de M. A lógica das imagens e os habitantes do Novo Mundo. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. Brasília: MEC, 1994. p. 47-58

BETTENCOURT, Lúcia. Cartas brasileiras: visão e revisão dos índios. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. Brasília: MEC, 1994. p. 39-46.

COSTA, D; VIANA, S. Materializando A História: O Passado Humano Através Da Cultura Material. **Revista Mosaico**, v.12, 2019, p.3-13

CUPANI, A. A tecnologia como problema filosófico: três enfoques. **scientiae zudia**, São Paulo, v. 2, n. 4, 2004, p. 493-518

GONÇALVES, J. **Teorias antropológicas e objetos materiais In: Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: IPHAN / DEMU, Col. Museu, Memória e Cidadania. 2007.

GOSDEN, Chris. Postcolonial Archaeologies: issues of identity, culture, and knowledge. In: HODDER, Ian (ed.). **Archaeological theory today**. Hoboken: Willey, 2001. p. 241-260.

HABER, A. Arqueología indisciplinada y descolonización del conocimiento. Ediciones del Signo; 2016; 123-166.

HARTOG, F. *Do lado dos historiadores: os avatares do regime moderno de historicidade*. In: HARTOG, François. *Crer na História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p.175-220.

KEHOE, A. The invention of prehistory. **Current Anthropology**, New York, v. 32, n. 4, 1991, p. 467-476

KEHOE, A. "Prehistory's History". In: SCHMIDT, Peter & MROZOWSKI, Stephen (eds.), *The Death of Prehistory Reforming the Past, Looking to the Future* Oxford: Oxford University Press. 2013 p. 31-46

LIGHTFOOT, K. "Rethinking the Archaeology of Human/Environmental Interactions in Deep Time History". In: SCHMIDT, Peter & MROZOWSKI, Stephen (eds.), *The Death of Prehistory Reforming the Past, Looking to the Future* Oxford: Oxford University Press. 2013 p. 183-200

LIMA, T. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, 2011 p. 11-23.

MROZOWSKI, S. "The Tyranny of Prehistory and the Search for a Deeper History". In: SCHMIDT, Peter & MROZOWSKI, Stephen (eds.), *The Death of Prehistory Reforming the Past, Looking to the Future* Oxford: Oxford University Press. 2013 p. 220-240

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2009, p. 73-118.

REIS, J. O conceito de tempo histórico em ricoeur, koselleck e "Annales": uma articulação possível. **Revista síntese nova fase**, v. 23 n. 73. 1996 p. 229-252

REIS, J. *O impacto de 1989 na historiografia*. In: Teoria e História. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012, p.69-109.

SCHMITZ, P. Arqueologia nos cerrados do Brasil Central. Serranópolis I. Pesquisas. São Leopoldo, n.44, 1989.

SCHMIDT, P; MROZOWSKI, S. "The Death of Prehistory Reforming the Past, Looking to the Future". In: SCHMIDT, Peter & MROZOWSKI, Stephen (eds.), *The Death of Prehistory Reforming the Past, Looking to the Future* Oxford: Oxford University Press. 2013 p. 1-32

SMAIL, D; SHRYOCK, A. History and the 'pre'. **The American Historical Review**, Bloomington, v. 118, n. 3, p. 709-757, June 2013. DOI: <https://doi.org/10.1093/ahr/118.3.709>.

SMAIL, D. Preface: 'The gift of history'. In: MCGRATH, Ann; JEBB, Mary Anne (ed.). **Long history, deep time: deepening histories of place**. Australia: ANU Press, 2015.

TRIGGER, Bruce G. Alternative archaeologies: nationalist, colonialist, imperialist. **Man**, London, v. 19, n. 3, p. 355-370, 1984. DOI: <https://doi.org/10.2307/2802176>.

ASPECTOS HISTÓRICOS DO PROTAGONISMO FEMININO NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA

*Esdra Basilio*¹¹⁴

Esta comunicação é parte da pesquisa que está sendo desenvolvida no curso de doutoramento, e tem como objetivo principal investigar, as relações de gênero na biblioteconomia, sobretudo, na região centro-oeste. O foco da minha análise são as Universidades Federais que oferecem o curso de graduação em biblioteconomia na modalidade presencial, quais sejam: Universidade de Brasília, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de Rondonópolis. Para tanto, utilizo a metodologia da história oral, com a coleta de entrevistas orais temáticas com o propósito de compreender a percepção das bibliotecárias atuantes em relação à dinâmica das relações de gênero nos locais de trabalho, isto é, nas bibliotecas universitárias. A minha escolha teórica perpassa conceitos originados por Joan Scott e Michelle Perrot. Também busco a partir da pesquisa documental, compreender os elementos que constituem a área da biblioteconomia, e os papéis das mulheres em especial na construção e na visibilidade da profissão no Brasil.

Palavras-chave: Biblioteconomia; Relações de gênero; Centro-Oeste.

GÊNERO NO CAMPO DA BIBLIOTECONOMIA

E é sintomático reconhecer que a profissão do bibliotecário foi um dos espaços mais concretos para a ocupação das mulheres em seu processo emancipatório, ao ponto de que, ainda hoje, algumas pessoas pensem ser uma profissão feminina. E as mulheres foram decisivas na evolução da profissão, a julgar pelas grandes lideranças femininas. (MIRANDA, 2000, p. 14)¹¹⁵.

Tenho como premissa que a Biblioteconomia é uma profissão dita feminina dado o número significativo de mulheres presentes na área. Nesse sentido, a categoria gênero possibilita refletir sobre as relações de gênero e ainda amplia a compreensão em relação aos elementos que compõem as representações sobre a profissão de biblioteconomia e também os aspectos da subjetividade na constituição das diferenças culturalmente determinadas entre bibliotecárias e bibliotecários. “O

¹¹⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG); orientadora: Prof^a Dra. Ana Carolina Eiras Coelho Soares (PPGH/UFG). Membro do GEPEG/FH/UFG. E-mail- basilioesdra@ufg.br.

¹¹⁵ A epígrafe é um trecho do prefácio escrito pelo bibliotecário Antônio Miranda, que se encontra no livro; CASTRO, Cesar. **História da Biblioteconomia Brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus. 2000.

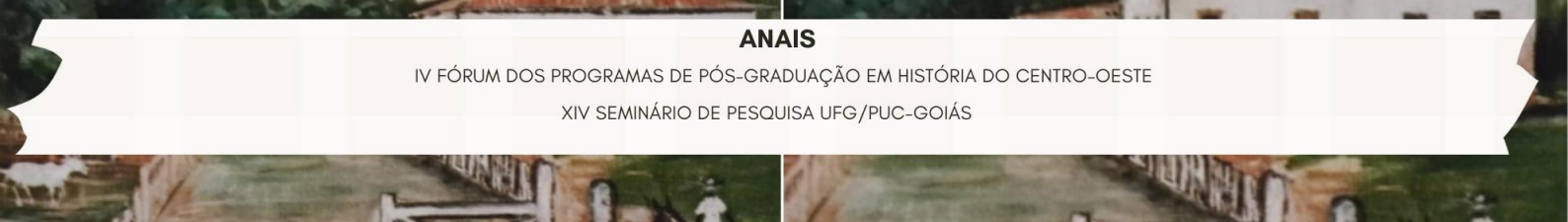
gênero tornou-se um instrumento valioso de análise que permite nomear e esclarecer aspectos da vida humana”. (RAGO, 1998, p. 96).

Utilizo, neste trabalho, a categoria gênero como uma ferramenta analítica, conceito que foi inserido no campo dos estudos feministas pela historiadora norte-americana Joan Scott em 1986, a partir do artigo Gênero: uma categoria útil de análise histórica, traduzido no Brasil apenas em 1990. Esse artigo é uma referência teórica para os estudos de gênero. Indubitavelmente, as proposições de Scott marcaram de forma significativa o campo da história das mulheres, pois a autora propõe que gênero seja utilizado como categoria de análise para problematizarmos as relações sociais entre homens e mulheres e ainda como uma potente chave metodológica e teórica.

gênero é a lente de percepção através do qual, nós ensinamos os significados de macho fêmea, masculino, feminino. Uma ‘análise de gênero’ constitui nosso compromisso crítico com estes significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos. (SCOTT, 2012, p. 332, grifo da autora).

Chamou-me a atenção a contínua ausência de mulheres, de acordo com as narrativas por mim observadas nos livros sobre o surgimento do ensino em biblioteconomia no Brasil de modo geral nas quais são enaltecidas apenas as figuras masculinas como intelectuais daquele contexto histórico. Ao realizar uma pesquisa bibliografia sobre a história da biblioteconomia brasileira, para minha surpresa, descobri que os fatos marcantes e definidores da profissão foram protagonizados por mulheres. Essa constatação indica que ocorre um silenciamento, um apagamento dessas bibliotecárias que foram protagonistas, sendo esse fato de suma importância para o desenvolvimento da profissão de biblioteconomia. Tal afirmação se consolida, pois, afinal, nos cursos de graduação, na bibliografia apresentada pelos/as professores/as durante as disciplinas aparecem majoritariamente autores e figuram apenas os nomes dos homens bibliotecários.

O gênero como categoria de análise, até o presente momento, é pouco utilizado para refletir sobre a área da Biblioteconomia. Para Corrêa e Oliveira (2018), as pesquisas realizadas com o foco na perspectiva de gênero na Biblioteconomia são poucas, e somente a partir do ano 2000 publicações com a temática gênero e feminismo começaram a aparecer. Friso que é fundamental uma compreensão da categoria relações de gênero, pois poucos trabalhos científicos dão visibilidade às mulheres que atuam como bibliotecárias, exercendo a função de diretoras nos órgãos de entidades representativas da classe, as mulheres bibliotecárias são também professoras universitárias nos cursos de graduação e pós-graduação em biblioteconomia do país, e ainda são responsáveis pelas grandes conquistas da classe.



De acordo com Ferreira (2003, p.190),

Na Biblioteconomia, estudos com enfoque de gênero ainda não estão consolidados, à exceção de alguns artigos especializados na área, que, em geral, não aprofundam as questões de gênero na profissão da/o bibliotecária/o.

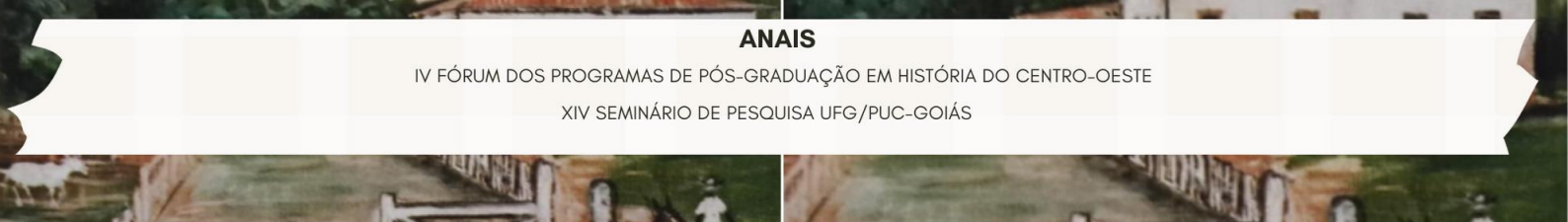
Ao realizar uma pesquisa na internet, via buscador Google, com o objetivo de levantar os trabalhos acadêmicos, sejam teses, dissertações, artigos e livros, que constassem as palavras no título ‘gênero e biblioteconomia’, realizei a busca simples digitando os termos Gênero na Biblioteconomia e pouquíssimos trabalhos foram recuperados. Constatei que existe uma lacuna no sentido de haver poucas pesquisas acadêmicas, científicas com abordagem da temática gênero na biblioteconomia, e entre os poucos trabalhos recuperados na busca, destaco a tese produzida pela bibliotecária Beatriz Alves de Souza, intitulada “O Gênero na Biblioteconomia: percepção de bibliotecárias/os”, apresentada em 2014, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Dinter, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Outro trabalho que ressalto é o artigo “A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação”, escrito pela professora de biblioteconomia no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos, Elisabeth Márcia Martucci, publicado em 1996 na revista Perspectivas em Ciência da Informação; e também o livro publicado em 2018, intitulado “O Protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação”, livro pioneiro organizado pelas bibliotecárias Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Nathália Lima Romeiro.

Os trabalhos citados - a tese, o artigo e o livro - abordam aspectos que refletem sobre o gênero na profissão de biblioteconomia. Todavia, nesta pesquisa, busco problematizar e compreender essa questão a partir dos aspectos históricos e da história oral, utilizando a chave de leitura da categoria gênero com o objetivo de descobrir se ocorre discriminação no exercício da profissão nas bibliotecas pesquisadas, com a intenção de ampliar o debate, sobretudo a partir da percepção das bibliotecárias.

Portanto, é relevante problematizar a história da biblioteconomia ao se lançar mão dos documentos sobre o surgimento da biblioteconomia e de sua consolidação no Brasil. Nesse sentido, busco em Luca (2020, p. 25) a constatação de que “a interpretação do passado está sempre em mutação”.

A escassez de pesquisas que utilizam a categoria gênero para refletir sobre a biblioteconomia “torna a discussão quase sempre difícil, já que as profissionais da informação, em geral, não relacionam a desvalorização social da profissão com o fato dela ser uma categoria predominantemente feminina” (FERREIRA, 2003, p. 193).



A primeira mulher graduada em biblioteconomia brasileira era professora e atuava na sala de aula desde 1916. O convite para atuar como bibliotecária foi aceito e encarrado como um novo desafio por Rodrigues. O diretor do Instituto *Mackenzie* contratou uma bibliotecária americana, *Miss. Dorothy Muriel Geddes*, para vir ao Brasil com a intenção de “preparar a bibliotecária do Mackenzie para fazer o curso de biblioteconomia nos Estados Unidos e substituí-la durante sua permanência nesse país”. (RODRIGUES, 1945, p. 8).

Em 1929, chega ao Brasil *Miss. Dorothy Muriel Geddes*¹¹⁶, a precursora em relação aos avanços da biblioteconomia em São Paulo, que reverberou em todo o Brasil as técnicas da biblioteconomia americana, como o método de classificar as matérias, a organização dos catálogos; todas essas práticas eram novas e diferentes das práticas biblioteconômicas conhecidas e praticadas no Brasil até então. Rodrigues consegue a bolsa de estudos de biblioteconomia na Universidade de Columbia nos Estados Unidos, que possuía a duração de um ano. Com a partida de Adelpha Rodrigues, em 1930, *Miss. Dorothy Geddes* ficou responsável pela direção da Biblioteca do *Mackenzie* e por ministrar o curso elementar de biblioteconomia, que tinha a duração de um ano.

Para Ferreira (2003, p.195), “a entrada das mulheres nos cursos de biblioteconomia dá-se no final da década de vinte, sendo Adelpha Figueiredo a pioneira”. Xavier afirma que

A Biblioteconomia passou a ser uma escolha profissional a partir de 1929, anteriormente a profissão estava conjugada ao predomínio masculino. A razão para esta mudança consiste que, a partir de 1929, a Biblioteconomia brasileira foi influenciada pelos Estados Unidos. (XAVIER, 2020, p. 31).

Nessa perspectiva, Adelpha Figueiredo foi a primeira bibliotecária brasileira a se graduar na Universidade de Columbia nos Estados Unidos. Retorna ao país em 1931¹¹⁷, reassume a direção da biblioteca do Colégio *MacKenzie* e ainda a liderança do curso de Biblioteconomia: “com a sua chegada, o curso ganha nova dinâmica e impulso, passando a ser o centro convergente do saber biblioteconômico paulista”. (CASTRO, 2000, p. 68).

¹¹⁶ Bibliotecária americana possuía 23 anos de idade quando chega ao Brasil em outubro de 1929.

¹¹⁷ A partir de 1931, Adelpha Rodrigues passa a exercer a profissão de bibliotecária e de professora de biblioteconomia.

Figura 1– Adelpha Figueiredo [192-?].



Fonte: Arquivo pessoal do Sr. Menaldo P. da S. Rodrigues apud Mulin (2011).

Adelpha Figueiredo se tornou uma referência para orientar as pessoas que a procuravam na biblioteca para aprender sobre as novas técnicas de organização das bibliotecas. Nesse sentido, infiro que a biblioteconomia, na década de 30, já tinha como característica a predominância de mulheres.

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO

As colaboradoras são graduadas em biblioteconomia e foram ouvidas, ao todo, a narrativa de cinco bibliotecárias, com idade entre 30 e 60 anos, três doutoras e duas mestras. As entrevistas ocorreram no período de fevereiro a junho de 2021, quando foram entrevistadas duas bibliotecárias que estavam à frente da coordenação do curso de graduação em biblioteconomia na modalidade presencial. Também foram entrevistadas as bibliotecárias diretoras das Bibliotecas Centrais das instituições pesquisadas. Todas as entrevistas deram-se de forma não presencial, pela interface da internet¹¹⁸. Friso que as fontes históricas foram constituídas a partir da interpretação das colaboradoras, em outras palavras, a partir da versão das narradoras sobre a biblioteconomia.

Uma professora da UFG, uma professora da UnB, a diretora adjunta da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, a diretora da Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás e a

¹¹⁸ Foi necessário realizar as entrevistas por meio virtual, tendo em vista a pandemia propiciada pelo Covid-19 que assolou o Brasil a partir de 2020.

diretora da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Rondonópolis, todas são servidoras públicas no âmbito federal. Essas bibliotecárias foram elegidas para serem entrevistadas, por estarem a frente da coordenação do curso, e da direção das Bibliotecas principais das instituições. Duas entrevistadas, a partir do Termo de consentimento livre e esclarecido, não autorizaram que sua identificação fosse citada nesta tese, portanto, para fins de padronização, utilizo nomes fictícios ao longo do trabalho; dessa forma, os nomes são Amanda, Beatriz, Cláudia, Daniela e Elisa.

A seguir, apresento alguns excertos das falas das colaboradoras que relatam a predominância de mulheres na sala de aula durante o curso de graduação em biblioteconomia.

Há trinta anos atrás, quando eu era estudante, na minha sala não tinha nenhum homem. (Daniela)¹¹⁹

na época em que eu entrei no curso, na minha turma de trinta alunos, acho que tinha cinco meninos, mas no final acho que dois desistiram e então formaram três; então, vinte e sete mulheres na turma; realmente, mulher era o público maior. (Elisa)¹²⁰

na minha graduação tinham três, se eu não me engano três meninos na turma, mas, hoje em dia, a gente tem quase a metade da turma de homens. Eu acho que como tem os estereótipos que demoram a ser desconstruídos, o estereótipo da profissão ser feminina (Cláudia)¹²¹

Convém assinalar que o predomínio de mulheres na sala de aula durante o curso de graduação em biblioteconomia é narrado pelas três interlocutoras que estudaram em instituições de ensino distintas. Cláudia menciona o estereótipo de a profissão ser feminina, e, portanto, não atrai muitos homens que têm receio de serem taxados como afeminados ou *gays*. “É muito interessante notar como o aspecto visual e comportamental dos bibliotecários realmente permeia o imaginário popular, associando a profissão a mulheres”. (WALTER; BAPTISTA, 2007, p. 27). Por consequência, esses marcadores sobre a biblioteconomia acarretam muitos estigmas.

Outro fator bastante relevante com relação aos estereótipos da profissão bibliotecária é a de que por ter sido, ao longo de seu desenvolvimento, associada a uma atividade essencialmente exercida por mulheres, isso redundou na agregação de outros estereótipos, que têm mais relação com o sexo feminino. (WALTER; BAPTISTA, 2007, p. 32).

Todos os marcadores sociais que compõem as representações em relação à imagem das mulheres permeiam a profissão de biblioteconomia, fortalecendo os estereótipos postos e ao mesmo

¹¹⁹ Entrevista em: 05 de abril de 2021.

¹²⁰ Entrevista em: 14 de março de 2021.

¹²¹ Entrevista em: 22 de março de 2021.



tempo reelaborando novos. A partir das representações que são recriadas com base no imaginário e que são reforçadas por filmes, livros, séries, de forma geral nos meios de comunicação digitais e impressos. De acordo com as bibliotecárias pesquisadoras Walter e Baptista (2007, p. 32, grifo das autoras), “Das mulheres espera-se, normalmente, comportamentos dóceis e delicados e qualquer atitude mais assertiva é considerada agressividade e pode ser associada ao fato de ser ‘solteirona’ e ‘recalcada’”. Chamo a atenção para o fato de que essas constatações sobre as mulheres foram problematizadas pelas feministas desde o final do século XIX.

Acredito que um dos elementos que contribuiu para a inserção das mulheres na área foi a institucionalização dos cursos de biblioteconomia no país e a descentralização dos mesmos. Silva e Burin (2018) ressaltam que

Desde o início da década de 1930, as mulheres vêm marcando presença forte na Biblioteconomia brasileira, onde podemos destacar a primeira mulher na área Adelpha Silva Figueiredo, que por conta da sua atuação profissional, e que junto à Rubens Borba de Moraes, instituiu a Biblioteconomia no estado de São Paulo. Desde então, a presença da mulher na Biblioteconomia brasileira só aumentou no sentido que hoje constituem mais de 80% da categoria. No entanto, por conta da existência da discriminação contra as mulheres percebe-se que por mais feminina que seja a Biblioteconomia brasileira, as bibliotecárias sofrem por conta do preconceito de gênero. (SILVA; BURIN, 2018, p. 219).

As construções sociais e culturais que compõem a profissão demonstram que as representações que constituem os estereótipos em relação à profissão ainda são latentes e reverberam no número de homens e mulheres que entram para a área da biblioteconomia. Se olharmos de forma atenta para a história do magistério, é possível perceber muitas semelhanças em relação à biblioteconomia, transformações e permanências nas duas áreas que surgiram tendo os homens como protagonistas. No entanto, ocorreu uma virada em relação à proporcionalidade de mulheres e homens exercendo o mesmo ofício; as mulheres se tornaram maioria na área do magistério e o mesmo ocorreu no campo da biblioteconomia. Outro ponto semelhante é a questão dos baixos salários e a falta de valorização social de ambas as profissões.

Neste prisma, investigando as representações ligadas à profissão, no momento presente, é possível compreender as permanências e as cristalizações em relação aos estereótipos negativos por serem relacionados às mulheres e que são reproduzidos em filmes, quadrinhos, livros.

Em relação à visibilidade e ao reconhecimento da importância do trabalho desenvolvido por essa categoria, Escarlata, Mallmann e Coutinho (2021, p. 10) esclarecem que “O estereótipo de gênero não só existe, como persiste e permeia a vida das mulheres bibliotecárias, mesmo das que ocupam cargos de chefia, embora nem sempre percebido por elas”. Concordo com essa afirmativa,

pois percorrendo as vozes das narradoras é possível perceber, em muitos momentos, que elas não identificam, não se dão conta que ocorrem interferências de gênero no exercício da profissão de biblioteconomia

Assim, compreendo que ao problematizar as relações de gênero nos espaços da biblioteca e por meio de nossas práticas sociais, como, por exemplo, questionar os estereótipos é possível avançar e fortalecer a profissão.

FONTES

Amanda. Entrevistada por Esdra Basilio em 3 de mar. de 2021, ambiente virtual.

Beatriz. Entrevistada por Esdra Basilio em 15 de jun. de 2021, ambiente virtual.

Cláudia. Entrevistada por Esdra Basilio em 22 de fev. de 2021, ambiente virtual.

Daniela. Entrevistada por Esdra Basilio em 5 de abr. de 2021, ambiente virtual.

Elisa. Entrevistada por Esdra Basilio em 19 de fev. de 2021, ambiente virtual.

REFERÊNCIAS

CASTRO, César. **História da biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus. 2000.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. OLIVEIRA, Ana Claudia D. C. Pelas mãos femininas de Lydia Sambaquy e Celia Zaher: As origens da CI brasileira. In: SILVA, Franciele Carneiro Garções da; ROMERO, Nathalia Lima (Orgs.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018. p. 17-44.

ESCALANTE, Isadora; MALLMANN, Patrícia; COUTINHO, Luciano. O impacto do estereótipo de gênero sobre a mulher bibliotecária do século XXI no Brasil. **REBECIN**, São Paulo, v. 8, edição especial, p. 01-12. 2021. Disponível em: < <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/243>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

LUCA, Tania Regina de. **Práticas de pesquisa em história**. São Paulo: Contexto, 2020.

FERREIRA, Maria Mary. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, ago. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tinf/a/b8fgrXCGZw83LwtjrL3LbcG/?lang=pt>>. Acesso em 2 jun. 2021.

MULIN, Rosely Bianconcini. **Cultura e bibliotecas em São Paulo: o pioneirismo de Adelpha Figueiredo**. 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1839>>. Acesso em: 8 jun. 2021.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, SP, n. 11, p. 89-98, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465>>. Acesso em: 2 jun. 2021.

RODRIGUES, Adelpha Silva. **Desenvolvimento da Biblioteconomia em São Paulo**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1945.

SCOTT Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**. Trad. Ana Carolina E. C. Soares. São Paulo, n.45, p.327-351, dez.2012.

SILVA, Andréia Sousa da; BURIN, Camila Koerich. A importância do letramento político: analisando o protagonismo das bibliotecárias à frente das entidades de classe. In: SILVA, Franciele Carneiro Garças da; ROMERO, Nathalia Lima (Orgs.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB,2018. p. 215- 248.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. A força dos estereótipos na construção da imagem profissional dos bibliotecários. **Informação & Sociedade: Estudos**. n. 3. v. 17, p. 27-38. set./dez. 2007.

XAVIER, Ana Laura Silva. **A Presença do feminino na Biblioteconomia Brasileira: aspectos históricos**. 2020. 143 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, da Universidade Estadual Paulista, Marília, São Paulo, 2020. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/193372>>. Acesso em 5 jun. 2020.

AUTORIDADES COLONIAIS E GUERREIROS BORORO NA GUERRA JUSTA CONTRA OS KAYAPÓ

Higor Coutinho

Por iniciativa do governador da Capitania de São Paulo, Antônio Luís de Távora – o quarto Conde de Sarzedas, em 1736 foi editada uma portaria que permitia que indígenas Kayapó fossem punidos e escravizados por sua insubmissão, manifestada principalmente pelos constantes ataques aos contingentes de mineiros, salteadores e militares que jornadeavam pelo Caminho Régio da Vila de São Paulo para a terra dos *Guayazes* (que cortava seu território), a fim de chegar às minas ou levar de lá o produto da mineração. Após o falecimento de Sarzedas no ano seguinte, assume Dom Luiz de Mascarenhas, que não só deu prosseguimento à guerra como alistou entre seus combatentes escravos forros, indígenas Carijó e outros “párias”. Também conduzido pelas autoridades paulistas, seguiu-se o recrutamento de um pequeno exército de guerreiros Bororo¹²², descidos dos arredores de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá para a capitania de São Paulo nas primeiras décadas do século XVIII e aldeados pelo sertanista Antônio Pires de Campos, o velho, para confrontar os Kayapó, seus inimigos ancestrais¹²³, em nome da Coroa Portuguesa.

Não bastassem os massacres, apresamentos e toda sorte de barbaridades cometidas contra os *gentios*, os brancos também manipularam as rivalidades tradicionais utilizando os mais suscetíveis ao “convencimento” como contingente militar auxiliar, ou mesmo como o corpo principal de um bando armado, invariavelmente liderado por um *maioral* branco. Assim, os guerreiros Bororo aldeados foram determinantes para o combate contra os Kayapó – uma vez que seu aldeamento seria um dos pilares da estratégia militar empreendida por Antônio Pires de Campos. Este “compadrio” dos brancos

¹²² Bororo é o nome de um herói dos tempos passados e significa também pátio, praça, largo da aldeia. Parece, como nos contaram velhos índios, que os primeiros civilizados, ao chegarem à aldeia, tentaram entrar nas malocas. Os aborígenes, não os querendo, colocaram-se à porta e, indicando o terreiro, pátio ou largo que existe sempre em seus acampamentos, gritaram: “Ka ba boe ba?...boróro...boróro”, o que quer dizer: “que quereis?...na praça ...ide lá, na praça”. Com a repetição da palavra boróro, os brancos entenderam ou interpretaram que os índios quisessem dizer que se chamavam assim. E, deste modo, ficou consignado o referido termo para indicar esse grupo de ameríndios que, se chamavam “boe” ou “orari”. (COLBACCHINI, ALBISETTI, 1942, p.05)

¹²³ Os Bororo eram inimigos mortais de um povo que chamavam de “Kayamo” ou “Kayuma”. Tais termos, declararam Von den Steinen e Ehrenreich, referem-se aos “Kayapó” - Von den Steinen, 1894:459; Ehrenreich, 1894:35 (TURNER, 1998, p. 313).



para com os indígenas ditos “mansos” como os Bororo (ou Boe¹²⁴), não era uma relação de parceria, ao contrário, supunha uma sólida hierarquia em que os colonizadores estavam sempre em vantagem. Porém, cabe questionar qual o grau de autonomia de que os Bororo gozavam, como conhecedores do território e do *modus operandi* Kayapó, em relação às autoridades coloniais no concernente a decisões militares, sejam de cunho tático, estratégico, geográfico, etc.

Boa parte das aldeias Kayapó do sul encontravam-se distribuídas na terra dos Guayazes e seus guerreiros constituíam uma exército numeroso, atuando justamente no território tomado pelos novos descobertos e que possuíam grandes extensões de terras agricultáveis. É manifesto que eram combatentes notáveis, mas a violência com que reagiram à invasão dos brancos ao seu território não era despropositada, uma vez que, para além da ferocidade dos assaltos sofridos, a condição dos indígenas em Goiás durante a conquista reproduziu os processos assumidos em outras ocupações europeias nas Américas, que tinham como resultado certo o cativeiro e a escravização ou o aniquilamento dos nativos. A esse respeito, Palacin comenta:

Aqui, repetiu-se, mais uma vez, o processo que desde o primeiro desembarque nas praias no século XVI fatalmente desencadeava a colonização de uma terra nova: ocupação das terras dos índios, escravização dos mais pacíficos, choques intermitentes com as tribos indômitas, aldeamento de pequenos grupos, que definham rapidamente no regime de semicativeiro. (PALACIN, 1976, apud XAVIER, 2010, p. 474)

A partir da ampliação do território de exploração, por volta de 1726, as bandeiras alcançam os domínios dos Kayapó, que intensificam os ataques a fazendas, minas e caravanas que trafegavam pelo seu território e comumente seus contingentes se avizinhavam de Vila Boa de

Goiás, causando mortes e queima de propriedades. As violentas ofensivas, somadas às suspeitas de que os bravos se alimentavam da carne de seus inimigos, serviram como justificativa para a solicitação da Guerra Justa contra os gentios na terra dos Guayazes. Segue uma *Breve notícia que dá o Capitão Antônio Pires de Campos*, em 20 de maio de 1723:

Este gentio [Kayapó] é de aldeias, e povoa muita terra por ser muita gente, cada aldeia com seu cacique, que é o mesmo que governador, a que no estado do Maranhão chamam principal, o qual os domina, estes vivem de suas lavouras, e no que mais se fundam são batata, milho e outros legumes, mas os trajes destes bárbaros é viverem nus,

¹²⁴ O termo Bororo significa “pátio da aldeia” e foi atribuído a este povo desde fora, pelos agentes coloniais. Os próprios indígenas se autodenominam Boe. Outros nomes foram usados para identificar essa nação: Coxiponé, Araripoconé, Araés, Cuiabá, Coroados, Porrudos, Bororos da Campanha (região próxima a Cáceres), Bororos Cabaçais (Bacia do Rio Guaporé), Bororos Orientais e Bororos Ocidentais (divisão arbitrária feita pelo governo do Mato Grosso – rio Cuiabá como referência). POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, Instituto Socioambiental
<<https://pib.socioambiental.org/pt/povo/bororo/241> Acesso em 23.06.2022>



tanto homens como mulheres, e o seu maior exercício é serem corsários de outros gentios e prezarem-se muito entre eles a quem mais gente há de matar, sem mais interesse que de comerem os seus mortos, por gostarem muito da carne humana, e nos assaltos que dão aqui e presas que fazem reservam os pequenos que criam para seus cativos. (CAMPOS, 1862, p. 437)

O Caminho Régio, que ligava Vila Boa de Goiás a São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, havia sido instituído pelo Conde de Sarzedas como o curso exclusivo para a movimentação do ouro das minas dos *Guayazes* e para o transporte de mercadorias de outras capitanias, pelo qual era fiscalizado e recolhido o quinto e outros impostos à Coroa, sendo que os “transgressores que se utilizassem de outro caminho que não o oficial sofreriam severas penalidades, como sequestro e confisco dos bens ou prisão” (CHAIM, 1983, p.23). Em 1736 havia sido instituída a Guerra Justa contra os Kayapó no Mato Grosso (AMANTINO, 2001, p.80), e como estes também atravancavam os planos de expansão da Coroa ao sul de Goiás, como dito, a autorização se estenderia para a terra dos *Guayazes* ainda no mesmo ano.

Dom Luís de Mascarenhas, sucessor de Sarzedas como governador da capitania de São Paulo, primeiramente nomeou o sertanista Ângelo Preto, que também mantinha um pequeno exército Bororo, para a tarefa de dar combate aos Kayapó, porém após meses aguardando o explorador, o governador convenceu-se de que ele não mais compareceria para cumprir o desígnio. Assim, como substituto, mandou fazer contato com o também sertanista Antônio Pires de Campos, que aceitou a empreitada e chegou na terra dos Guayazes em 1742 com um bando guerreiros Bororo. Assaltou os Kayapó, dizimando vários combatentes e apresando outros. Com o sucesso da ofensiva, alistou outros tantos guerreiros Boe, reforçando seu exército. Depois de imensa jornada, instituiu, a partir de 1748, vários aldeamentos Bororo para controlar e atacar os Kayapó que ainda faziam investidas na região.

Como se davam estas relações entre o branco apresador e o índio “domesticado”, submetido a tal ponto que se dispõe a lutar a guerra do colonizador e em seu nome arriscar-se para chacinar aqueles que, no limite, seriam seus iguais. E a brutalidade da guerra contra os Kayapó foi anotada também por seus contemporâneos. De acordo com Barbosa, em carta ao governador o alferes José Pinto da Fonseca narra as atrocidades do sertanista Antônio Pires Campos contra os gentios:

[...] cujos gemidos ainda hoje soam os ecos, nos ouvidos destes miseráveis, não podendo referir estas justas queixas, sem que as lágrimas testemunhem a sua dor: feito este estrago, apanhou muito prisioneiros, que conduziu em correntes para seus cativos, sendo a língua que nós trazemos uma daquela presa: passou a crueldade deste homem a mandar pelo caminho, amarrar estes prisioneiros em árvore, fazendo-lhes muitos açoites (BARBOSA, 1971, p. 134-135).

Possivelmente a ocupação do território através do jugo pela violência modificou estruturas sociais centenárias. O apresamento e a “domesticação” de indígenas Bororo, iniciados ainda no século XVII por iniciativa de missões jesuítas vindas do Grão-Pará em direção ao Rio Paraguai, acabou por dividir a etnia entre Ocidentais e Orientais. Entretanto, a despeito de terem sido mesmo divididos, escravizados, aculturados e “transformados” em soldados da causa colonial para lutar contra os Kayapó, o cacicado Bororo gozaria de certa independência militar, manifestada por exemplo na imposição de sua preferência por construir o aldeamento na paragem do Rio das Pedras, ou na rejeição peremptória de viajar para o norte da capitania. O conhecimento do território e suas aptidões guerreiras franqueavam aos Bororo certa emancipação natural que ao menos lhes facultava alguma autonomia nas questões militares.

Aparentemente os primeiros registros dos Bororo em contato com sertanistas paulistas, na documentação, são datados de 1718, provavelmente resultado do choque com Antônio Pires de Campos, o velho, que teria destruído uma aldeia Boe no território do Rio Coxipó. A família Pires de Campos era verdadeiramente um clã de devassadores do sertão, caso corriqueiro na terra dos *Guayazes*:

Antônio Pires de Campos foi o primeiro que subiu este rio [Cuiabá] em procura do gentio coxiponés. Chegado a uma aldeia deles, (...) aí prendeu muitos e voltou para baixo em procura das mais frotas que andavam por essas largas e dilatadas baías em procura das mais nações. No seguinte ano [1719] seguiu Pascoal Moreira Cabral o mesmo rumo em procura dos mesmos coxiponés e chegou ao lugar da aldeia velha já destruída. Não os achando, subiu o rio Coxipó-mirim, nominação derivada do nome do mesmo gentio, (...), e seguiu rio acima (...); aí achou o gentio em que fez muitas presas com bastantes mostras de ouro em botoques e outros enfeites e buscando os companheiros, com eles desceu a fazer pouso ao lugar chamado Aldeia Velha, (...) Ai formaram seu Arraial(...), cantando vitórias contra as fadigas da pobreza e suas largas peregrinações, dando uns aos outros os parabéns de suas fortunas, (...) todos enfim participantes dos aurinos frutos, uns colhidos da terra, outros das mãos dos gentios. Trataram logo de fabricar casa e lavouras de mantimentos pelas margens dos rios Cuiabá e Coxipó; extinguindo uma aldeia do gentio (BARBOSA DE SÁ; *apud* PRESOTTI, Tereza. p. 02, 2005)

Assim, após a breve reflexão acima, nos parece lícito concluir, por ora, que a historiografia colonial clássica relega aos Bororo (e também aos Kayapó) uma coadjuvação que se afigura inverossímil, dada sua manifesta capacidade de agência, de emancipação, mesmo no triste e alongado episódio setecentista em que cumpriam um papel de franca subordinação às autoridades coloniais. De

maneira que as palavras de John Manuel Monteiro, em seu texto *O Desafio da História Indígena no Brasil*, impõem-se aqui:

(...) cabe aos historiadores, através de uma revisão séria das abordagens vigentes — que relegam os índios a um papel fugaz e mal-explicado no início da colonização, que reservam aos mesmos índios um enquadramento etnográfico e não histórico ou, ainda, que reduzem-nos a meras vítimas do inexorável processo da expansão europeia —, não apenas resgatar mais esses ‘esquecidos’ da história, mas antes redimir a própria historiografia de seu papel conivente na tentativa — fracassada — de erradicar os índios (MONTEIRO, 1995, p. 227).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. Capítulos da história colonial (1500-1800) e caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 5 edição. UNB, Brasília, 1963.

AMANTINO, Marcia. O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais – século XVIII. Tese de doutoramento (vol. 01). Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2001.

ANDERSON, Anthony; **POSEY**, Darrel. Manejo do cerrado pelos índios Kayapó. Boletim do Museu paranaense Emílio Goeldi. Botânica. Vol. 2 (1), 1985.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. A decadência das minas e a fuga da mineração. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971.

CAMPOS, Antonio Pires de. Breve noticia que dá o capitão Antonio Pires de Campos do gentio barbaro que ha na derrota da viagem das minas do Cuyabá e seu reconcavo. Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Brasil, tomo XXV, 3o. Trimestre, p. 437449. Rio de Janeiro: Typ. de D. Luiz dos Santos, 1862.

CANCELIER, Thiago. O língua e as línguas: aldeamentos e mestiçagens entre manejos de mundo indígenas em Goiás (1721-1832). Tese (Doutorado em História) – PPGH, Dep. de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

CHAIM, Marivone Matos. Aldeamentos indígenas: Goiás, 1749-1811. São Paulo: Nobel; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

COLBACCHINI, Antônio; **ALBISETTI**, Cesar. Os Boróros Orientais: orarimogodoge do planalto oriental de Mato Grosso. São Paulo, 1942.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Monções. São Paulo: Brasiliense, 2000.



MONTEIRO, John Manuel. O desafio da história indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

PALACÍN, Luis. O Século do Ouro em Goiás, 1722-1822: Estrutura e Conjuntura Numa Capitania de Minas, Goiânia, ed. UCG, 1994.

PRESOTTI, Thereza Martha. A conquista dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso: os numerosos reinos de gentios e a “Guerra Justa” aos paiaguá (1719-1748). ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

XAVIER, Vanessa Regina Duarte. Administração ou escravidão indígena? O que dizem os documentos Coloniais goianos. Revista Signótica, v. 22, n. 2, jul./dez., ed. UFG, Goiânia, 2010.

BACURAU, RÜSEN E A HISTÓRIA VISUAL: O CONFLITO COMO POSSIBILIDADE

Filipe Artur de Sousa Queiroz¹²⁵

BACURAU, RÜSEN AND THE VISUAL HISTORY: THE CONFLICT AS POSSIBILITY OF INTERPRETATION**RESUMO**

Este trabalho busca discutir a respeito da relevância de uma história visual a partir dos limites na significação histórica de determinados aspectos teóricos da história. Tal discussão é viabilizada por meio da obra cinematográfica *Bacurau* (Kleber Mendonça filho, 2019), tendo em vista que o filme articula-se com específica logicidade em torno da representação social pautada no conflito. Assim, determinados elementos dialógicos da teoria da história acabam demonstrando seus limites quanto às suas capacidades de compreensão histórica, viabilizando, desta forma, apontamentos reflexivos que possam nortear a consolidação de uma história visual, dotada de elementos capazes de significar historiograficamente uma condição social como a expressa em *Bacurau* (Kleber Mendonça filho, 2019).

Palavras-Chave: Bacurau. Conflito. Teoria. História.

ABSTRACT

This paper seeks to discuss the relevance of a visual history from the limits of the historical significance of certain theoretical aspects of history. Such discussion is made possible through the cinematographic work Bacurau (Kleber Mendonça Filho, 2019), considering that the film is articulated with specific logic around the social representation based on the conflict. Thus, certain dialogical elements of the theory of history end up demonstrating their limits in terms of their capacities for historical understanding, thus enabling reflective notes that can guide the consolidation of a visual history, endowed with elements capable of historiographically signifying a social condition such as expressed in Bacurau (Kleber Mendonça Filho, 2019).

Keywords: Bacurau. Conflict. Theory. History.

¹²⁵ Bolsista CAPES. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Goiás (UFG).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui o objetivo geral de aproximar o cinema da história. Para tanto, acredita-se que o cinema, não apenas enquanto ferramenta de representação do movimento, mas também como viabilizador de reflexões da realidade, configura-se como meio de possibilidade de contemplação das potencialidades da história. O que se busca, afinal, é ampliar o escopo das reflexões sobre o cinema com ferramentas efetivas na contemplação do pensar histórico. Diante de tais categorias, portanto, deve-se ter em mente que a história detém consigo uma dimensão própria de (se) pensar; de (se) organizar; de (se) racionalizar e que o caminho para compreender tais dimensões operacioniza-se, efetivamente, quando se está em proximidade com outras ferramentas e com outros tipos de produção de sentido. Neste contexto, não se pretende, como é possível supor de imediato, qualquer esvaziamento do cinema enquanto campo de racionalidade especializado. Afinal, o cinema, assim como a própria história, possui uma infinidade de ferramentas teóricas capazes de significá-lo de variadas maneiras, possibilidades e gostos (a narratologia, a semiologia e a semiótica cinematográfica são alguns dos exemplos). Contudo, por questões de delimitação de espaço, de tempo e, sobretudo, de recorte, não se procura, aqui, significar densamente as dimensões da “linguagem cinematográfica”.

Deve-se elucidar que, no momento da confecção deste trabalho, possuía-se a noção da existência de ferramentas eficazes na significação da atividade fílmica dentro do contexto da contemporaneidade, como é o caso, por exemplo, da filosofia de Gilles Deleuze. Tem-se, em Deleuze (1985), dentro de sua teia filosófica, o trato do cinema como expressão fidedigna do movimento, sendo o filme, portanto, em sua base, a união da imagem com o movimento. Se, por um lado, o filósofo francês buscou articular, de maneira geral, a composição de uma filosofia sustentada em novas relações entre “diferença” e “repetição” (BERBERT JÚNIOR, 2012, p. 111) (filosofia da diferença), por outro, ao inserir, em suas reflexões, o cinema a partir de uma perspectiva filosófica do movimento (DELEUZE, 1985, p. 9), Deleuze conseguiu conceber uma nova semiótica cinematográfica, a qual se caracteriza por significar a produção de signos sustentados no entendimento da filosofia. A referência direta à filosofia deleuziana, como nos termos propostos, justifica-se na legitimação de abertura de um caminho relativamente pouco explorado na ciência histórica: a filosofia deleuziana em proximidade com a história. Esse tipo de abordagem configura-se como um campo fértil e criativo não apenas quando se observa a “atenção” que Deleuze dedica à história (RODRIGUES. 2009. p. 10), mas, também, principalmente, quando se observa como a



abordagem do cinema desenvolvida por ele fornece potentes elementos na legitimação de uma história visual, ou seja, a aplicabilidade da semiótica cinematográfica deleuziana em proximidade com elementos teóricos da história.

Nestas linhas introdutórias, é explanado que os objetivos gerais deste trabalho sustentam-se na intenção de proximidade entre história e cinema. Na composição de objetivos específicos, sugerem-se e apontam-se elementos que viabilizem e legitimem a versatilidade da história visual – a partir de um regime visual (MENEZES, 2003). Neste sentido, a ausência de exposição e de discussão de elementos que signifiquem o cinema dentro de um procedimento teórico próprio não se firma como uma falha, mas sim como entendimento de um momento primário de localização e de apontamentos de limites de perspectivas teóricas da história, a partir de análises e de levantamentos de temas cinematográficos. Pretende-se, assim, a leitura da obra cinematográfica Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) em proximidade com a teoria da história de Rüsen em um procedimento capaz de suscitar a emergência e a defesa de uma história visual, a qual, em pesquisas futuras, poderá se desenvolver a partir de um levamento detalhado de ferramentas de significação do cinema a partir da aproximação teórica da ciência histórica. Neste momento, busca-se, a partir da obra de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles (2019), identificar limites em específicas diretrizes da história e compreender, assim, tais apontamentos como elementos indicativos de uma história visual.

Este trabalho é dividido em três partes. A primeira discute e apresenta a obra Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019). Para isso, utilizam-se trechos e trabalhos que se colocaram a discutir a obra sob o viés de uma crítica especializada – mesmo em se tratando de consumo e de entretenimento. Na segunda parte, tem-se a disposição de um panorama geral colocado em perspectiva sobre como, afinal, alguns autores desenvolveram uma abordagem da relação entre história e cinema, para, a partir disso, visualizar tanto a relevância como os meios utilizados na composição de uma história visual. Em um terceiro momento, entra-se mais diretamente em contato com específicos elementos teóricos da história. Esses elementos são protagonizados por Jörn Rüsen e seu entendimento sobre a função do conhecimento histórico-científico na orientação do agir humano intencional. Pretende-se, nesta operação, evidenciar o caráter dialógico (e humanista) que as perspectivas rüsenianas detêm. A partir deste diagnóstico, então, contrastar-se-á a leitura da obra Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019), como representação da condição de conflito, com o dialogismo racional emancipatório pretendido de Jörn Rüsen. Neste movimento, portanto, começa-se a surgir a emergência das prerrogativas teóricas que possam valorizar o regime visual.



BACURAU

Na primeira vez em que ouvi falar de Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019), estava em sala de aula, não na condição de professor, mas como discente de um programa de pós-graduação. Todos que haviam assistido à obra colocavam-se a falar impressionados, quase que hipnotizados de encanto. Curioso por saber do que, afinal, poderia se tratar a história (ou o assunto da película), interpelei os amigos sobre. A resposta que obtive fora a seguinte: “Apenas assista! Certamente, um dos filmes do ano!”. Aquilo deixou-me atizado e atônito. Decididamente, precisava assistir àquela obra. E o fiz! Um sucesso! Uma beleza que, no fim, encanta-nos e lava-nos a alma de certa maneira.

Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) prende-nos e fixa-nos em uma espécie de legítima busca pela localização dos reais motivos para que todos o recomende. Contudo, deve-se reforçar que as tratativas deste trabalho não residem, em absoluto, em um mero reforço daquilo que a crítica já o fez: elogiar, discutir e defender as quaisquer razões motrizes pela defesa de Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) como a obra cinematográfica brasileira do ano (PITANGA; DEL VECHIO; CANDEIAS; AB’SABER). Minhas pretensões fixam-se, primariamente, na relação entre a história e o cinema. Ou seja, pretendo discutir como a obra viabiliza questões teóricas da própria ciência histórica. Porém, acredita-se que, para a ocasião do momento, a centralidade do uso de Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) em proximidade com a ciência do homem no tempo oportunize questões teóricas do pensar histórico no contexto atual da sociedade brasileira. Neste sentido, portanto, a história, bem como o seu potencial teórico, articula-se em algum tipo de regulamentação qualitativa do pensar temporal.

O filme de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles não se destaca apenas por suas premiações¹²⁶, originalidade de roteiro, números¹²⁷, potencialidade criativa e/ou força representativa nas alternativas de lutas sociais. A obra destaca-se, também, por viabilizar e, mais ainda, instrumentalizar uma gama de reflexões muitas vezes negligenciadas por nós (intelectuais e cientistas) brasileiros. Todavia, para iniciar quaisquer reflexões e refutações do tipo teóricas-históricas sobre Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019), é significativa a sua apresentação pormenorizada, não apenas uma apresentação de sinopse, mas, sim, um esmiuçamento de sua recepção. Desse modo, esta parte do trabalho configura-se como um levantamento sobre a crítica cinematográfica da obra. Desta forma, consegue-se, em um movimento duplo: a) saber quais

¹²⁶ 10 prêmios internacionais incluindo o Prêmio do Juri no Festival de Cannes de 2019.

¹²⁷ “Sem falar que gerou 800 empregos diretos e indiretos, levou mais de 730.000 pessoas aos cinemas e teve uma renda de mais de 11,2 milhões de reais, de acordo com a distribuidora Vitrine Filmes.” (PITANGA. 2020).

elementos do enredo do filme foram amplamente destacados e discutidos e b) elucidar a respeito da trama e do seu desenvolvimento narrativo.

Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) conta a história de uma fictícia cidade do interior nordestino que se caracteriza por suas formas de organização e disputas de poder (vide a cena da chegada do prefeito Tony Jr. (Thardelly Lima) e sua interação com os moradores). No filme, não há a figura central de um personagem, mas há a elevação da própria Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) ao status de protagonismo da trama. Toda a logicidade de pertencimento histórico e de harmonia social, que é amplamente explorada no início da trama, vê-se ameaçada quando há a constatação do desaparecimento da cidade nos sinais de satélite. O filme, desta maneira, coloca-se a narrar a trajetória de um grupo internacional de extermínio disposto a extinguir a vida no pacato vilarejo. Uma onda de misteriosas mortes e assassinatos passa a acontecer na cidade, obrigando, assim, determinados personagens, como Pacote (Thomás Aquino), a investigar os casos. É assim que toda a cidade se vê organizada: em torno da força e da rebeldia social de Lunga (Silverio Pereira) no enfrentamento e no combate ao horror do entrincheiramento que é investido a Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019).

A primeira crítica que se discute é a de Marcelo Ikeda em seu site (blog) “Cinecasulofilia”. Os parágrafos que escreveu procuram discutir criticamente a respeito da ampla aceitação de Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) por específicos setores da sociedade brasileira – bem como da ação política de seus próprios realizadores na divulgação da obra. Deve-se reforçar que o texto “postado” por Ikeda não possui finalidades e pretensões acadêmicas, tendo em vista que é uma apresentação de seu ponto de vista sobre a ampla aceitação do filme. Marcelo Ikeda inicia o seu texto em uma aproximação entre os dois últimos filmes de Kleber Mendonça Filho, “Aquarius” (2016) e Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019): ambos apresentam contextos de entrincheiramentos, utilizando, para isso, a apresentação de um longo prólogo com o intuito de reforçar que o lugar, tão importante nos dois filmes, são detentores, em verdade, de uma trajetória histórica – luta contra o progresso e o crescimento individualista do capital. No processo de construção de sua argumentação, Ikeda traz para a discussão outras obras cinematográficas que dialogam diretamente ora com a estética de Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019), ora com o enredo e os recursos narrativos fílmicos, como é o caso, por exemplo, do filme *Assalto ao 13º Distrito* (*Assault on Precinct 13*, John Carpenter, 1976).

Esta aproximação entre as obras faz sinalizar para aquilo que será a crítica substancial de seu texto: o uso de recursos, métodos e linguagens cinematográficas consagradas na indústria estadunidense para subverter o gênero, as formas e o próprio cinema. É justamente este tipo de comportamento que imprime a Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019), segundo Ikeda, uma dualidade



marcante: o uso de convenções para subverter e, então, conquistar a adesão ampla de certos setores da sociedade na composição de uma oposição à atual condição política do país. O professor salienta, ainda, os apelos aos mecanismos de violência existentes no filme que encantam determinadas faixas etárias. A impressão que se tem é a de que o autor busca denunciar algum esvaziamento estético e até mesmo político da obra. Essa ideia é reforçada quando Ikea aproxima Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) com uma das mais emblemáticas obras do Cinema Novo, Deus e o Diabo na Terra do Sol (Glauber Rocha, 1964).

Outra salutar análise de Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) está no pequeno texto do conhecido crítico cinematográfico Pablo Villaça (*site* “Cinema em Cena”). Novamente, aqui se tem uma perspectiva de análise que não se enquadra nos rigores e ditames da academia. Contudo, a visão do crítico faz suscitar algumas questões sínteses bem como históricas. Villaça também inicia o seu texto aproximando Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) de outro filme do diretor Mendonça Filho, como o “O som ao redor” (2012). Na ocasião, o crítico explora as interações sociais de uma “classe média brasileira” e sua crise de representatividade, além de continuar seu texto alegando que o real protagonismo do filme é a própria cidade de Bacurau e seu espírito de resistência histórica. Villaça finaliza sua análise reforçando a ideia de que, ao final, em síntese, Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) denuncia a continuidade do Brasil enquanto vítima da colonização.

Vale reforçar que ambos os textos aqui não possuem a articulação de aprofundamento teórico, histórico ou até mesmo filosófico – tais documentos são facilmente localizados em blogs de entretenimento. Contudo, mesmo diante destas características, algumas ponderações motrizes devem ser feitas. A reflexão proposta por Marcelo Ikea faz-se como denúncia de encantamento que alguns setores da sociedade e os próprios realizadores de Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) vêm desenvolvendo. O ímpeto que muitos possuem, como o próprio Villaça, por exemplo, em, de imediato, relacionar Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) com os acontecimentos atuais da política brasileira, pode soar como uma situação dual que é intrínseca à obra de Mendonça Filho e Dornelles. Uma outra crítica cabe também à análise de Villaça: mesmo não sendo historiador e não dominando determinados conceitos e pressupostos históricos, afirmar que existe uma contínua condição brasileira de vítima da colonização pode parecer um tanto anacrônico. Porém, aqui não se pretende dialogar teoricamente com textos e pensamentos que se firmam como leituras e escritas jornalísticas voltadas ao entretenimento.

Todos estes tipos de discussões me faz recobrar a gama de adesão ao discurso que fora produzido pelos filmes, como Tropa de Elite 1 e 2 (José Padilha, 2007 e 2010). Lembro-me de defender algumas vezes a ideia de que tais filmes, de José Padilha, deixaram a desejar do ponto de



vista ideológico, conquistando-nos no quesito produção cinematográfica, enquanto, em verdade, Wagner Moura e seu Batalhão de Operações Especiais estavam a denunciar a ineficiência de um Estado corrupto aparelhado na violência e na truculência do militarismo policial. Quando toda esta dinâmica falha, não produzindo resultados satisfatórios, o grande capital trata de reinventar suas estratégias de dominação no desenvolvimento das milícias cariocas. Todo este tipo de reflexão vem à tona novamente, pois, apenas alguns anos depois, é-se inteiramente capaz deste tipo de leitura aproximativa de uma obra cinematográfica com os problemas da sociedade brasileira. Ou seja, assim como expressa Marcelo Ikea, em seu artigo aqui trabalhado, “tenho a impressão de que “Bacurau” poderá ser melhor visto daqui a vinte anos, se pudermos vê-lo sem a aura de símbolo.”.

Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) faz suscitar uma infinidade de questões e de possibilidades reflexivas. Contudo, nas análises que aqui se apresentou, nenhuma delas faz aparecer a relação da obra como denúncia da condição de conflito e necessidade de subversão para sobrevivência que perpassa a condição dos personagens da trama (reflexo de uma condição social brasileira). Dentro das reflexões aqui trazidas, há a relação entre elementos do cangaço apontados pelo Cinema Novo de Glauber Rocha, em *Deus e o diabo na terra do sol* (Glauber Rocha, 1964), por exemplo. Essa relação persiste em praticamente todos os textos, o que abre espaço para a elevação de *Bacurau* (Kleber Mendonça filho, 2019) ao status de denúncia da emergência de conflito na condição do nordestino, de maneira específica, e do brasileiro de maneira geral.

Quando se observa a recorrência do emprego de uma estética pautada na violência como catarse, bem como forma de expurgação dos recalques¹²⁸, observa-se não apenas uma maneira verborrágica de entretenimento das massas, mas, também, por que não a apresentação de alternativas à superação de conflitos impressos em nossas condições? O que se busca problematizar aqui é o seguinte: a persistência de elementos da aproximação de *Bacurau* (Kleber Mendonça filho, 2019) com *Deus e o diabo na terra do sol* (Glauber Rocha, 1964), na denúncia de uma condição social calcada no conflito – e não no diálogo. Como, afinal, resolver uma situação de sobrevivência como a imposta à cidade de Bacurau, senão pela via do conflito bélico, violento e sanguinário? Resoluções dialógicas, portanto, certamente, em Glauber Rocha e nas retomadas cinematográficas de *Bacurau* (Kleber Mendonça filho, 2019), não se fixam como ferramentas eficazes na solução de conflitos pautados na subversão para a sobrevivência.

¹²⁸ Assunto discutido pela professora Marília Etienne Arreguy a partir da relação entre teoria psicanalítica (Freud e Lacan) e a expurgação da angústia por meio do cinema pop violento. (ARREGUY. 2012).



HISTÓRIA E CINEMA: HISTÓRIA VISUAL

Neste segundo momento, procura-se concentrar as forças reflexivas no esboço de algum material substancial sobre as diretrizes teóricas das ciências históricas, pois acredita-se que a viabilidade de entrecruzamento entre a cinematografia e a ciência histórica faz-se a partir de efetiva fundamentação teórica. Todo este procedimento inicia-se a partir do entendimento de que a história, enquanto ciência do homem no tempo, possui propriedades e categorias específicas em relação a outras disciplinas das ciências humanas – como a filosofia, a sociologia e a antropologia. Dentro destes parâmetros de especificidades, descortina-se, aos olhos do pesquisador, uma série de trabalhos desenvolvidos que buscam discutir, de maneira geral, qual a natureza do pensamento histórico. Contudo, no intuito de reforçar a relação entre história e cinema, acredita-se ser importante, primeiramente, articular, mesmo que brevemente, um panorama referente dessa relação. Para tanto, recorre-se às reflexões de Cristiane Nova (2009).

Nova (2009), em artigo publicado, apresenta um panorama geral sobre alguns trabalhos que envolvem a relação entre história e cinema, utilizando, como viés condutor, a narratividade da história e do cinema, o que faz com que a centralidade de seus argumentos fixe-se em dois pontos complementares: a autora a) esboça, apresenta e discute entendimentos teóricos da narrativa histórica – privilegiando a teoria mimética e narrativista de Paul Ricoeur e os trabalhos de Walter Benjamin; para b) coloca em perspectiva específicos estudos que aproximam os discursos cinematográfico e histórico. Nova (2009) localiza, assim, a dimensão histórica dentro da dimensão fílmica.

O que se procura articular na exposição das reflexões de Nova é justamente o que conecta história e cinema: os traços, o contorno e os tipos da composição de uma história visual. A autora fornece-nos uma quantidade significativa de autores que há muito trabalham e desenvolvem não necessariamente um campo especializado do saber historiográfico, mas, sim, uma ampliação dos modos de produção do saber histórico e que avalio como história visual. Neste sentido, enquanto Nova apresenta como determinados historiadores compreendem discursos históricos em filmes, busca-se, aqui, nestas linhas, apontamentos e questionamentos teóricos que legitimem e justifiquem uma história visual para as demandas imposta por específicos tipos de cinema.

Destarte, a partir dessa perspectiva, remete-se aos escritos de Ulpiano Bezerra de Menezes (2003), que articula direcionamentos, balanços e apontamentos em defesa de uma história visual – a partir do que ele chama de “regimes visuais” (MENEZES. 2003).

Neste fluxo reflexivo de remissão ao pensamento de Nova (2009), potencializado pelos basilares apontamentos de Menezes (2003), almeja-se evidenciar a necessidade de composição de



princípios teóricos capazes de contemplar e de sustentar uma condição como a representada no filme Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019). Ou seja, está-se a falar, neste momento, sobre tentativas de aproximações na composição de uma história visual que investigue regimes visuais, colocando em centralidade representações de interatividades do homem (sociedade) no tempo. Então, é preciso perguntar se os aparatos que orientam específicas fundamentações teóricas da história e regulamentam regras de produções de sentido histórico estão ou são cabíveis, ou mesmo válidos, a realidades cristalizadas em obras cinematográficas como Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019).

A TEORIA DA HISTÓRIA DE JÖRN RÜSEN: EMANCIPAÇÃO POR MEIO DO DIÁLOGO

Na segunda parte, apresenta-se um panorama sobre os tipos de aproximação entre história e cinema, apontando, assim, ao final, a potencialidade de uma obra como Bacurau (Kleber Mendonça filho, 2019) para as reflexões teóricas históricas. Nesta terceira parte, discute-se a dimensão teórica da história. Para tanto, a base do sustentáculo desta discussão se fixará nos escritos do Jörn Rüsen. Contudo, alguns esclarecimentos precisam ser feitos. Sabe-se que a teoria da história de Rüsen firma-se como um trabalho de fôlego e de erudição, capaz de discutir uma quantidade significativa de elementos e critérios da pesquisa histórica – contemplando desde a produção de sentido do cotidiano até o pensamento histórico da ciência histórica. Por uma questão de espaço, tempo e condições, este trabalho foca na discussão de elementos específicos da teoria rüseniana, que são fundamentais para a discussão da obra cinematográfica em questão.

Jörn Rüsen enquadra-se como um dos principais teóricos da história da atualidade, pois busca sistematizar e fundamentar a ciência histórica em meio a intensas investidas da chamada pós-modernidade. Rüsen, certamente, figura como um dos principais herdeiros do historicismo alemão (Leopold von Ranke) da virada do século XIX e início do século XX. Sintetizador teórico por excelência, fazendo confirmar toda a sua erudição, o autor articula e dialoga com elementos e reflexões de diferentes temporalidades, contextos e matrizes filosóficas. A exemplo, pode-se citar seu incansável e efetivo resgate do rigor metódico de Gustav Droysen; a manutenção da herança nietzschiana a respeito da relevância da história para a vida (conceito de didática da história); e a delimitação do papel da narratividade na prática historiográfica, perspectiva oriunda da discussão com autores, como Frank Ankersmit, Paul Ricoeur, Arthur Danto, Hayden White etc. Porém, o enfoque destacado para a ocasião fixa-se no entendimento da função do saber histórico científico na condução do agir humano intencional.



As razões para a realização do recorte aqui operado reside no intuito do autor ao desenvolver sua *matriz disciplinar* da ciência histórica. Vale destacar, ainda, que tal operação sustenta-se na fundamentação dos processos e particularidades do pensamento histórico tanto na vida quanto na prática científica: A interdependência dos cinco fatores do pensamento histórico é patente: em conjunto, eles constituem um sistema dinâmico, no qual um fator leva ao outro, até que, do quinto, volta-se ao primeiro. Os diversos fatores são, pois, etapas de um processo de orientação do homem no tempo mediante o pensamento histórico.” (RÜSEN. 2010. p. 35)

Trata-se, portanto, da discussão a respeito da relevância do pensar histórico para a orientação do homem no tempo. Este tipo de noção, vale destacar, deve se localizar dentro de um entendimento de estrutura temporal linear (passado, presente e futuro), ou seja, uma espécie de detalhamento da consciência histórica: o humano que se sente desorientado no presente (*interesses*), possuindo “carências de orientação no tempo, interpretadas”, volta-se ao passado com o objetivo de reforço identitário (*ideias*), formulando “perspectivas orientadoras da experiência do passado”. Contudo, sua volta ao passado necessita ser regulada e/ou mediada empiricamente (*métodos*), operacionalizando “regras da pesquisa empírica”, para, então, cristalizar os produtos desta empreitada (*formas*), que são suas “formas de apresentação”; e, por fim, tem-se o ser humano que, com todas as suas questionamentos existenciais, acaba por consumir este produto final (o texto historiográfico) (*funções*), conferindo-lhe, portanto, “orientação existencial” (RÜSEN. 2010. p. 35).

O tipo de fundamentação que Rüsen realiza faz sustentar toda uma série de elementos que precisam ser amplamente discutidos e bem fundamentados. Isso é exatamente o que faz o autor, ao ponto de conferir, aos seus estudos, o merecido status de uma “teoria rüseniana”. Em sua trilogia, Rüsen busca, primeiro, em “Razão histórica” (2010), discutir o que, afinal, caracteriza-se e o que fundamenta o objeto de uma teoria da história e a própria constituição (diferenciação) do pensamento histórico na vida prática e na prática científica, para, então, argumentar em defesa da legitimação (metodização) de uma ciência histórica. Já em “Reconstrução do passado” (2007), Rüsen discute como, por vias científicas, a volta ao passado deve ser regulamentada pelo rigor do método empírico. Por fim, em “História Viva” (2007b), o autor argumenta a respeito das formas e funções que existem e/ou atribuem ao conhecimento histórico cristalizado (o texto historiográfico). Portanto, por contemplar em sua trilogia, alguns dos principais aspectos da pesquisa histórica, a reflexão de Rüsen acaba por ser compreendida como um tipo de teoria da história.

Dentro destes aspectos brevemente acima resumidos, tem-se, também, a questão da didática da história em Jörn Rüsen (presente em “História Viva”), uma dimensão fundamental de seu pensamento histórico e que possui suas bases fortemente atreladas à filosofia do jovem Nietzsche



(1999): utilidade e desvantagem da história para a vida (NIETZSCHE. 1999. p. 273). Rüsen, em verdade, desconstrói, primeiramente, a corriqueira (ligada ao senso comum) associação do entendimento de didática como *formas de ensinar*, para, então, compreender e definir a didática da história como a relevância da história para a vida: “O que se entende aqui por processos de aprendizado vai bem além dos recursos pedagógicos do ensino escolar de história (quase sempre conotado com o termo didática).” (RÜSEN. 2007b. p. 87). É justamente nesta relação com a dimensão da didática da história, sobretudo no quesito “relevância da história para a vida”, que a reflexão de Rüsen, propriamente, nos é válida. A função primordial, digamos assim, desta relevância da historiografia para a vida faz-se na potencialidade/validade do conhecimento histórico em orientar a vida prática humana (RUSEN. 2007b: 76).

A efetiva compreensão da citação acima precisa ser articulada diretamente com as formulações das tipologias de historiografia que Rüsen desenvolve: constituições tradicional, exemplar, crítica e genética de sentido, pois elas são “como tipos de constituição narrativa de sentido” (RÜSEN. 2007b. p. 48) histórico que o autor localizou e sistematizou a partir de suas experiências historiográficas. Nesse entendimento que se concebeu da historiografia e de suas tipologias, o que se vê é o significativo valor atribuído à função basilar da constituição crítica de sentido: a própria crítica. Afinal, é justamente a crítica que viabiliza, em vários aspectos, a transição e melhoramento (qualificação) da constituição tradicional à genética de sentido. Ou seja, é a crítica que, por exemplo, desfigura e fragmenta modelos consagrados e postos historicamente. Desta maneira, observa-se a primazia da narrativa histórica-científica na orientação do agir humano intencional, uma vez que é ela que comporta, confortavelmente, elementos fundamentais ao reforço de pretensão universal: a) permanência dos rastros de cientificidade (métodos de pesquisa histórica) como sinal de validação e b) uma dimensão de (auto) criticidade. Devido a esses comportamentos, portanto, o tipo científico de narrativa histórica acaba por se firmar como efetivo instrumento de emancipação do homem em seu agir intencional (orientação da vida prática) (RÜSEN. 2007b. p. 57)¹²⁹.

Toda esta discussão aqui montada da teoria de Jörn Rüsen iniciou-se a partir da referência de sua matriz disciplinar e de sua perspectiva de didática da história – a relevância da história para a vida. Posteriormente, buscou-se falar a respeito das formas e dos tipos de conhecimento histórico produzido por vias da cientificidade e como eles podem, afinal, auxiliar e reforçar (qualitativamente)

¹²⁹ Vale ressaltar nesta citação que Rüsen coloca-se a falar, objetivamente, da força e das características das tipologias historiográficas. Em especial, o autor fala da constituição crítica de sentido. Contudo, acredita-se ser esta citação inteiramente cabível a toda a discussão sobre a força da cientificidade das narrativas historiográficas, pois a constituição crítica de sentido é, segundo o próprio autor, a força permanente e motriz na transição dos tipos de historiografia. Com tal citação, deseja-se, portanto, reforçar a eficácia da crítica e da cientificidade na legitimação das narrativas históricas na emancipação do ser.



a relação da utilidade e desvantagens da história para a vida, isto é, a narrativa histórica científica para a vida prática por meio da orientação do agir humano intencional. Toda esta discussão foi articulada, pois este tipo de perspectiva financia a valoração da história enquanto ferramenta de capacitação e de viabilização da emancipação do homem. Isso significa dizer que a história produzida por meio do rigor e do controle empírico acaba por possuir um papel de destaque no ciclo da matriz disciplinar rüseniana: sua existência calcada na regulação metódica e em sua dimensão crítica faz dela um seguro e eficaz meio de resolução dos conflitos da atualidade (presente).

Esta teoria da história desenvolvida por Rüsen configura-se, sobretudo, inteiramente dialógica, pois propõe a superação de entraves pautados na regularidade de um projeto de racionalidade, isto é, a resolução de situações destoantes, antagônicas, a partir da formulação de uma concepção racional de história. E acredito ser justamente este o contraponto expresso em *Bacurau* (Kleber Mendonça filho, 2019), já que a obra aponta, como superação dos conflitos, a violência e o derramamento de sangue a partir da irrupção popular armada. Isso significa que a forma que os moradores da cidade de Bacurau encontraram de resistirem à irrupção da violência dos personagens estrangeiros, certamente, não se firma como postura pautada no diálogo e desenvolvimento racional. O recorte e o resgate que o próprio diretor do filme operou de determinados elementos de obras, como “Deus e o diabo na terra do sol” (1964), de Glauber Rocha, é, de fato, uma proposta de resolução dos conflitos embasada no próprio conflito – e não no diálogo. É como se *Bacurau* (Kleber Mendonça filho, 2019) nos questionasse escancaradamente: como, afinal, lutar ou resistir de forma racional e, portanto, dialógica frente a uma situação de apagamento e de dizimação histórica, senão por meio do banditismo social? Neste momento, certamente, grita-nos a referência da estética da fome em Glauber Rocha.

É bem verdade que se tem que levar em consideração toda a especificidade de *Bacurau* (Kleber Mendonça filho, 2019) e considerar, desta feita, algumas críticas como a inicialmente expressa por Marcelo Ikeda – de que o filme mais agrada a específicos setores de nossa sociedade que outros. Deve-se, também, reforçar que a obra não possuiu ainda um estudo e, consequentemente, toda uma dedicação acadêmica em seu trato e que a sua escolha aqui, como objeto de estudo, possa se fixar, por vezes, como imprudente. Contudo, o que se deseja ao relacionar *Bacurau* (Kleber Mendonça filho, 2019) com determinados elementos teóricos da história são dois apontamentos: a) a representatividade do conflito que o filme possui, ao suportar, em seu enredo, toda uma narrativa baseada na hostilidade e que, devido a isso, b) alguns elementos da teoria da história, ao articularem-se como perspectivas históricas dialógicas e emancipatórias (humanistas, afinal), acabam por não favorecerem a legitimação de narrativas históricas e cinematográficas mais condizentes com nossos



contextos sociais (o conflito). Neste sentido, portanto, começa-se a apontar a relevância e legitimidade de uma história visual, na qual se busquem elementos teóricos da história capazes de viabilizar e de sustentar representatividades (narrativas cinematográficas) de conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deve-se ter em mente que todas as reflexões aqui expressas firmam-se, essencialmente, como apontamentos de legitimidade de uma história visual. Não se busca, nestas breves linhas, a composição de um novo espaço dentro da história. São reflexões que ainda se encontram no início de sua trajetória, evidenciando, assim, a necessidade de maiores esforços e dedicação intelectual. Este trabalho, portanto, configura-se mais como uma tentativa de ligação e união de pontos distantes, mas, quando articulados, podem convergir em uma trajetória em comum. O regime visual proposto por Menezes (2003), articulado aqui de maneira embrionária, é justamente a relação identificada entre *Bacurau* (Kleber Mendonça filho, 2019) e a teoria da história de Rüsen. Contudo, esses apontamentos ainda não são suficientes; é de fundamental importância avançar. E foi justamente o que se sugeriu quando, ainda na introdução deste trabalho, discutiu-se sobre a relevância da semiótica deleuziana que compreende o cinema como imagético – e não como propriedade da linguística. Este é apenas um dos vários caminhos possíveis na consolidação de possibilidades de tipos de história visual. Há, ainda, também, outras alternativas cabíveis.

Dentre estes caminhos viáveis para se pensar as formas de visualidade de uma determinada sociedade em um espaço-tempo, tem-se a sociolinguística de Mikhail Bakhtin (2003). A alternativa reflexiva de pensar uma semiótica (dialética dos signos) a partir de suas fundamentações, a meu ver, configura-se como uma excelente alternativa, já que seu entendimento sobre a problemática do contexto faz-se como caminho reflexivo capaz de resolver questionamentos complexos. Bakhtin (2003), de maneira geral e sintética, propõe a inserção da estrutura analítica do marxismo na linguagem. Contudo, seu arcabouço e sua envergadura teórica não residem exclusivamente neste tipo de perspectiva: ele avança! Ao rejeitar os paradigmas de sua época e desenvolver a tese do fenômeno social a partir da interação verbal, o autor favorece a relevância da categoria do contexto. Ao contrário de determinados pensadores, como Vygotsky, por exemplo, que desenvolveu uma perspectiva que compreende a formação e o desenvolvimento do indivíduo, Bakhtin busca refutar a respeito da formação da sociedade. E é precisamente nesta e por esta perspectiva de união da linguística com a filologia, na composição de uma espécie de filosofia da linguagem, que a irrupção do *contexto* surge como alternativa eficaz de leitura de obras como *Bacurau* (Kleber Mendonça filho, 2019). Se neste

trabalho, por um lado, buscou-se localizar qualquer sinal de incompatibilidade entre a forma de orientação do agir humano intencional, proposta em *Bacurau* (Kleber Mendonça filho, 2019), com a orientação emancipatória racionalista de Rüsen, por outro, em pesquisas futuras, talvez, o escopo reflexivo bakhtiniano possa cristalizar a produção de uma matriz teórica para tipos de história visual.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen: um introdução*. Goiânia: Editora UFG. 2010.

AB'SABER, Tales. *Um lugar unido resistente e psicodélico: Bacurau é aqui e não é aqui*. Carta Capital. Rio de Janeiro. 04/10/2019. Opinião. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/um-lugar-unido-resistente-e-psicodelico-bacurau-e-aqui-e-nao-e-aqui/> Acessado em: 20/01/2020.

ARREGUY, Marília Etienne. *A diversão com a dor pela via do abjeto no cinema pop violento*. Cad. psicanal., Rio de Janeiro, v.34, n. 27, p. 43-64, dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952012000200003&lng=pt&nrm=iso Acessado em: 20/01/2020.

BACURAU. Direção: Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Pernambuco: Vitrine Filmes. 2019 (132 min), son., Color.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes. 2003

BERBERT JÚNIOR, Carlos Oiti. *A história, a retórica e a crise dos paradigmas*. Goiânia: Editora UFG. 2012.

DEUS e o diabo na terra do sol. Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Copacabana Filmes. 1964 (125 mi).

DELEUZE, Gilles. *A imagem-movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense. 1985.

PITANGA, Filippo. *Porque Bacurau foi o melhor filme de 2019*. Carta Capital. Rio de Janeiro. 08/01/2020. Opinião. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/porque-bacurau-foi-o-melhor-filme-de-2019/> Acessado em: 20/01/2020.

DEL VECHIO, Angelo; CANDEIAS, Gilmar. *A importância de Bacurau ao narrar a vitória de esquecidos e invisíveis*. Carta Capital. Rio de Janeiro. 23/10/2019. Opinião. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/a-importancia-de-bacurau-ao-narrar-a-vitoria-de-esquecidos-e-invisives/> Acessado em: 20/01/2020.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares*. Rev. Bras. Hist. [online]. 2003, vol.23, n.45, p.11-36. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100002 Acessado em: 20/01/2020



IKEDA, Marcelo Gil. *As ambiguidades de Bacurau*. Cinecasulofilia. 06/10/2019. Disponível em: <http://www.cinecasulofilia.com/2019/10/bacurau.html> Acessado em: 20/01/2020.

VILLAÇA, Pablo. *Bacurau*. Cinema em Cena. 15/05/2019. Disponível em: <http://cinemaemcena.cartacapital.com.br/critica/filme/8490/bacurau> Acessado em: 20/01/2020.

NOVA, Cristiane. Narrativas históricas e cinematográficas. In. NÓVOA, Jorge;

FRESSATO, Soleni Biscouto; FEIGSON, Kristian (orgs.). *Cinematógrafo: um olhar sobre a história*. Salvador: EDUFBA; São Paulo: UNESP. 2009.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UNB. 2010

_____. *Reconstrução do passado*. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora UNB. 2007.

_____. *História viva*. Teoria III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora UNB. 2007b.

RODRIGUES, Leonardo de Melo. *Deleuze e a história: do pensamento do possível ao pensamento do virtual*. Dissertação (Dissertação em história) UFG – PPGH. Goiânia. 2009.

TROPA de Elite. Direção: José Padilha. Rio de Janeiro: Feijão Filmes, Universal Pictures do Brasil. 2007 (118 min), son., Color.

CAMINHOS E DESCAMINHOS NA EDUCAÇÃO DO CORPO EM GOIÂNIA: AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Suellen Peixoto de Rezende¹³⁰

RESUMO

O presente trabalho analisa as tensões nas discursividades em torno da educação do corpo nas diretrizes curriculares educacionais. Observa como as relações de gênero trilharam descaminhos desde a Constituição de 1988, salientando de uma série de distorções e silenciamentos reverberados nas políticas públicas educacionais em caráter nacional e no município de Goiânia. Reflete também, sobre as estruturas androcêntricas intrínsecas na produção das políticas públicas educacionais sobretudo nas Diretrizes Educacionais brasileiras. Faremos uma breve análise acerca dos caminhos e descaminhos em torno das relações de gênero, no que tange os documentos e normativas oficiais da educação, a partir do Plano Nacional de Educação e do Plano Municipal de Educação de Goiânia. Pretendemos problematizar as instituições e órgãos educacionais através dos discursos documentais oficiais.

Palavra-Chaves: Gênero, Educação, Diretrizes Curriculares.

As transformações de paradigmas estruturantes no Brasil, estabeleceram marcos substanciais na conquista de direitos sociais, políticos e econômicos, reconhecidos na problematização da construção dos saberes, das relações sociais e, sobretudo na possibilidade de efetivação democrática. Como baluarte do processo democrático, a Constituição de 1988 rompeu com as relações de poderes intrínsecas à Ditadura Militar, esgarçando as possibilidades no campo da educação, construindo documentos oficiais¹³¹ em consonância com a democracia.

Sob o viés da dialogicidade, suscitou na década de 1970 e início de 1980, uma profunda alteração na centralidade do saber, propondo como eixo norteador de reflexões, a cultura, promovendo a visibilidade de questões marginalizadas, como as mulheres, os indígenas, as crianças,

¹³⁰ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás sob a orientação da professora doutora Ana Carolina Eiras Coelho Soares. Graduação em História e Pedagogia. Docente na educação básica em Aparecida de Goiânia-GO. e-mail: suellen_hst@hotmail.com.

¹³¹ Para objeto de estudos, serão utilizados: a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2001); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394/96 (Brasil, 1996); o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei n. 0.172/2001 (Brasil, PNE, 2001) Plano Municipal de Educação de Goiânia (PME- GO).

e múltiplas questões relacionadas às experiências humanas, construindo novos discursos ante as demandas da incipiente república democrática.

As questões de gênero reverberam lutas contra discursos dominantes, porém a incorporação da categoria do gênero, embora ganhando força e consolidando uma pauta legítima na sociedade, apontam para a sexualização da experiência humana no discurso. Torna-se imprescindível discutir questões tão candentes e atuais, percebendo as possibilidades para a produção do conhecimento pelas discussões que giram em torno dos discursos oficiais dos currículos educacionais. Ademais, ao problematizarmos as relações de gênero como estruturantes dos Direitos Humanos, conquistados democraticamente, é possível mapear as opressões intrínsecas às discursividades documentais. De acordo com Foucault:

Mas não se trata aqui de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, mantê-lo em sua consistência, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às “coisas”, “despresentificá-las”; (...) substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só nele se delineiam; definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico (FOUCAULT, 1986: 54).

Partindo da premissa que culturalmente a Educação tem como estruturante basilar, concepções hegemônicas gendradas em assimetrias, percebemos profundas desigualdades sociais, em total dissonância com a perspectiva dos Direitos Humanos, rumo à naturalização de violências simbólicas, perpetuadas no campo da Educação.

Pautaremos nossas análises a partir da Constituição de 1988, considerada como marco no campo da Educação no Brasil, conhecida como “Constituição Cidadã”, concatenada à conquista e consolidação de direitos civis e políticos, base da cidadania. De acordo com Vianna e Unbehaum (2004), foi a Constituição que melhor sintetizou os anseios da população, entre eles, as demandas do movimento de mulheres. Com base na Constituição de 1988¹³² e nos aparatos legais que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹³³ – 1996, (PNE)¹³⁴ Plano Nacional de Educação e Plano Municipal de Educação de Goiânia¹³⁵, problematizaremos as narrativas das relações de gênero.

¹³² Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

¹³³ Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

¹³⁴ Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>

¹³⁵ Disponível em: https://www10.goiania.go.gov.br/DadosINTER/Trans/Plano%20Municipal/Secretaria%20Municipal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o/0/arq_405753.pdf Acesso em: 22 jul.2022



No que concerne à educação, o Art. 205 da Constituição de 1988, determina que a educação é direito de todos, bem como dever do Estado e da família, fica evidente a dimensão educacional da cidadania, por conseguinte, entendemos que o caráter cidadão da Constituição infere diretamente nas perspectivas das relações de gênero, quando analisamos o aspecto envolto às lutas democráticas. De acordo com a Constituição Cidadã:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (CF/ 1988, Art. 205).

Oriunda das discussões e dispositivos legais, o principal documento normativo para a educação brasileira, foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que estabeleceu a elaboração de um plano decenal, Plano Nacional de Educação (PNE) inicialmente entre 2001 e 2010. Discussões teóricas se efetivaram na Conferência Nacional de Educação, estabelecendo-se como ponto fundante no espaço democrático, para participação no desenvolvimento da educação nacional (BRASIL, 2010: 14).

Com o fim do primeiro decênio, a proposta do PNE contemplou as deliberações das Conferências Nacionais de Educação sobre equidade de gênero e o respeito à diversidade sexual. Com um explícito avanço nas políticas públicas, o artigo 2º estabeleceu que são diretrizes do PNE: [...] III - a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2012).

Os caminhos trilhados nas discussões teóricas da utilização científica das relações de gênero, demonstravam que a sementeira feita nos anos 1970 e 1980, frutificavam equidade no campo educacional. A utilização da expressão gênero, inserida na proposta do PNE, objetivava ser um instrumento de promoção da sensibilização quanto à equidade de gênero, uma vez que todas as discussões que o antecederam, influenciaram a construção do documento.

Entretanto, as molduras conceituais, arraigadas historicamente, permanecerão só nas narrativas oficiais do Ministério da Educação, mas sobretudo, corroborando para a generalização do senso comum, de desigualdades perenes. A urgência de se pensar gênero como categoria analítica, capaz de refletir a Educação pode impulsionar mudanças de práticas sociais que garantam os direitos fundamentais inerentes aos seres humanos.

A partir de uma reflexão sobre Educação como construto social, político e econômico, a educação perpassa pela consolidação das relações de poder. A política educacional é “tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação” (OLIVEIRA, 2010: 98).



Circundadas a retrocessos condizentes às relações de gênero, justificativas de cunho moral e religioso, tem ganhado força na deslegitimação do caráter científico do conceito analítico de gênero, cunhando de forma rasa e desqualificada, discursos como “Ideologia de Gênero,” antigênero, produzidos e reproduzidos nas mais diversas narrativas do contexto educacional, comum teor “nocivo” na discussão contemporânea, em voga.

Além disso, nas intervenções antigênero é frequente o artifício de se apresentar a produção dos estudos de gênero e afins por meio de citações fragmentadas e descontextualizadas, falseadas [...], acompanhadas (e direcionadas) por apreciações simplificadoras e desqualificadoras [...]. Ao mesmo tempo, sublinha-se que a “teoria de gênero” seria “um erro da mente humana”, sem validade científica [...] e, por isso, completamente confutada por especialistas: suas formulações seriam meramente ideológicas; e suas premissas, falsas, desmentidas pela biologia. O discurso antigênero insiste em atribuir à “teoria do gênero” um caráter especulativo, incerto e não científico, opondo-a a certeza daquilo que considera “ciência”. Engendrado a partir de processos políticos que não obedecemos a rigor da produção científica, por meio do ataque aos estudos de gênero, esse discurso tenta revestir de teor científico a polêmica que promove (JUNQUEIRA, 2018: 459).

Se por um lado, todos devem estar incluídos no princípio da garantia da cidadania, por outro, as diferenças entre os sexos, são fulcrais nas diretrizes educacionais. Desde a Constituição até a LDB/1996, uma lacuna de quase uma década é percorrida nas discussões educacionais. O pleno desenvolvimento e exercício da cidadania é permeado a silenciamentos que ecoam assimetrias. De acordo com Vianna e Unbehaum:

Se na CF/1988 podemos distinguir alguma menção explícita aos direitos relativos às diferenças entre os sexos – como é o caso da defesa do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º, IV, grifo nosso) –, o mesmo não se pode dizer quando se trata da educação. O androcentrismo característico da forma como se refere a alunos e professores, mantendo o genérico masculino indiscriminadamente, somas-se à ausência do gênero nas premissas que discutem os direitos e a organização do sistema educacional brasileiro. Nenhuma referência à palavra gênero aparece na CF/1988, o que também se deve ao contexto da época. Naquele momento gênero não era um conceito familiar às mulheres dos movimentos populares, tampouco aos políticos do Congresso. Até mesmo entre as feministas daquele período a distinção entre sexo e gênero estava ainda sendo forjada. Assim, quando tratamos da presença ou ausência de gênero na Carta Magna, reportamo-nos a qualquer alusão às mulheres e seus direitos, ou a diferenças entre os sexos. Mesmo considerando os limites teóricos e políticos da referência à questão de gênero no momento da elaboração da Constituição Federal, notamos que em seus artigos sobre educação as restrições acentuam-se, assim como na LDB, finalizada quase uma década depois (VIANNA, UNBEHAUM, 2004: 91).

A primeira normativa após a consolidação da LDB/1996 foram os Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1997, cujo objetivo era que garantir a formação básica comum em todo o território brasileiro. Compreender a cidadania como participação social e política e o ser crítico, foi implementado como temas transversais. A diretiva foi dividida em: *Apresentação dos Temas*

Transversais e Ética; Meio Ambiente e Saúde; Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, coadunando com interlocução de Gênero e Educação em uma perspectiva democrática.

Apesar disso, as mudanças garantidas pela Constituição de 1988 em diálogo com a LDBEN/1996, não foram suficientes para romper com discursos androcêntricos e conservadores no campo da Educação. Em 2014, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi sancionado após quatro anos de tramitação no Congresso Nacional. O plano tem como pressuposto melhorar a educação no país com base em 20 metas, que devem ser atingidas em 10 anos. O PNE, estabelecido pela Lei Nº 13.005, é um documento que determina as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional, a atualmente vigora entre o período de 2014 e 2024.

Dessa forma, todos os estados e municípios devem estruturar seus planos específicos, mostrando como vão alcançar e atingir as metas previstas pelo PNE. Gomez fez uma análise quantitativa e qualitativa acerca da inserção da temática de gênero nas políticas públicas, é possível perceber na pesquisa que as temáticas de gênero, ficaram às margens, são silenciadas nas políticas educacionais. Acerca do PNE, entre 2001 e 2014, Gomez afirma que:

Somando as citações sobre gênero e sexualidade dos planos de educação de 2001 e 2014 obtêm-se um número bastante inferior quando comparado às alusões feitas às outras populações específicas como mostra a Tabela 5. Em outras palavras, em relação a outros grupos invisibilizados, estigmatizados e excluídos, as populações de gênero competem em desigualdade e na pouca centralidade que têm na política educacional. (GOMEZ, 2017: 46)

No que se refere ao novo PNE, que contempla os anos de 2014 a 2024, e metas a serem alcançadas, a última versão do documento é mais sucinta, generalizou a superação das desigualdades educacionais, com ênfase nas questões de igualdade racial, regional e princípios de equidade e respeito. Há referências à “igualdade de direitos, sem distinção de raça, cor, idade ou sexo”, mas não fazem menção a gênero em seus objetivos gerais (BRASIL, CNE, 2017. p.5).

No PNE, a meta 8, refere-se à elevação da escolaridade e diversidade, pretende-se “elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros. Nesse contexto, cabe ressaltar alguns aspectos perturbadores. De acordo com Vianna e Unbehau:

A terceira forma de referência ao gênero pode ser percebida no Plano Nacional de Educação. Nele, a referência ao gênero desaparece da apresentação geral do documento, mas aparece em alguns tópicos. O texto do PNE apresentado pelo MEC, aprovado pela Comissão de Educação na Câmara dos Deputados e sancionado pelo presidente da república, considera de algum modo a Constituição Federal no item que se refere à igualdade de direitos, sem distinção de raça, cor, idade ou sexo, mas não encontramos menção a gênero em seus objetivos gerais. O tópico sobre educação infantil também não aborda a questão de gênero em momento algum, quando estudos



mostram que nessa fase de socialização os estereótipos de gênero tendem a se instituir. Trata-se de uma fase fundamental da socialização das crianças, momento privilegiado em que as diferenças de sexo e gênero deveriam ser trabalhadas por educadores. É a leitura de todos os seus aspectos posteriores, em tópicos específicos, que descobre o gênero – inicialmente oculto. Assim, a forma como a questão de gênero aparece em itens que tratam das discriminações significa um avanço em relação ao Plano Nacional de Educação anterior e também à LDB (VIANNA, UNBEHAUM, 2004: 94).

A desigualdade de gênero, é explícita quando confrontamos os dados institucionais, no PNE de 2014, das 20 metas e 254 estratégias, apenas “quatro referências ao conceito de gênero, sendo que não feitas perfeitamente” (Idem: 47).

Pelo desconhecimento ao tema, estigmatização ou repúdio a discussão das relações de gênero, a ausência e falta de espaço na implementação de dispositivos legais na educação, é um descaminho na redemocratização. Por esse viés, os direitos humanos, constituem-se como ferramenta crucial para a dialogicidade com Gênero, a fim de que educadores persigam um ensino pautado na práxis humana, reconhecendo na Educação, engajamentos e práticas sociais capazes de desconstruir androcentrismos, e agenciar potencialidades. De acordo com Meyer:

Caberia a nós, educadores, investir em projetos educativos que possibilitem mudar os focos usuais dos processos de ensino-aprendizagem vigente: da busca por respostas prontas para o desenvolvimento da capacidade de elaborar perguntas, das certezas para a dúvida e a provisoriedade; do caráter prescritivo do conhecimento pedagogizado para um enfoque que estimule a des-naturalização de coisas que aprendemos a tomar como dadas (MEYER, 2007: 11).

Acreditamos que o conceito analítico de Gênero¹³⁶, como instrumento metodológico e teórico, infere em uma construção didática transgressora de estruturas androcêntricas. O principal objetivo deste incipiente escrito, parte da proposta de identificar as práticas discursivas na Educação Básica em Goiás, por meio das políticas públicas inspiradas pela Constituição de 1988, identificando discursos narrativos caracterizados por distinções sexistas, aceitas como naturais, ou seja, androcêntricas. Bourdieu aponta que:

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos habitus dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 1999: 17).

O conceito analítico de Gênero marca o início de estudos que vão semeando terreno em novas posições sociais, porém aquém ao que seria equitativo. O controle dos corpos é incontestavelmente androcêntrico, e conseqüentemente político. O tempo presente para a proposta

¹³⁶Referência ao trabalho SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica, 1990.

do trabalho de pesquisa permeia a necessidade urgente superar contradições no campo da Educação. A pesquisa insurge contra um saber contra hegemônico, reconhecendo e valorizando a pluralidade de saberes. De acordo com Vianna & Unbehaum:

[...] documentos constituem um campo variado de estudos, desde a estrutura curricular, financiamento da educação, avaliação de desempenho e fluxo escolar, formação docente e também aspectos específicos como gênero, raça e direitos humanos. [...] a intersecção das relações de gênero e educação ganhou maior visibilidade nas pesquisas educacionais somente em meados dos anos 1990, com grandes avanços na sistematização de reivindicações que visam à superação, no âmbito do Estado e das políticas públicas, de uma série de medidas contra a discriminação da mulher. Tais medidas se revelam, porém, plenas de contradições entre a defesa da ampliação dos direitos e a ótica da restrição do papel do Estado nas políticas públicas sociais, entre elas a educação (VIANNA & UNBEHAUM, 2004: 2).

Acerca dos discursos que legitimam o poder do homem na sociedade, é preciso ler sob a ótica de como as nuances da sexualidade são construídas, através de aprendizagens e práticas. Pensando nisso, a dominação masculina subjaz as heranças culturais que mantemos tanto nas práticas pedagógicas, quanto nas leis estruturantes da Educação. Conforme Bourdieu:

Ao atribuir aos indivíduos esperanças de vida escolar estritamente dimensionadas pela sua posição na hierarquia social, e operando uma seleção que – sob as aparências da equidade formal – sanciona e consagra as desigualdades reais, a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. Conferindo uma sanção que se pretende neutra, e que é altamente reconhecida como tal, as aptidões socialmente condicionadas que trata como desigualdades de ‘dons’ ou de mérito, ela transforma as desigualdades de fato em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em ‘distinção de qualidade’, e legitima a transmissão da herança cultural (BOURDIEU, 1998: 58).

A partir das normativas oficiais, as narrativas que constituem a educação do corpo em Goiás, seguem os mesmos padrões nacionais, poucas alterações foram feitas do texto legal, demonstra, como a visão androcêntrica impõe-se de forma neutra nas discursividades sistematizadas da Educação em Goiás¹³⁷. Como base da incipiente pesquisa, o recorte do Plano Municipal de Educação de Goiânia encontra-se no cerne das discussões dispostas neste escrito. Previsto no Art. 4º do Plano Municipal de Educação de Goiânia, tem validade decenal, com fundamento na Constituição Federal, na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 as seguintes diretrizes:

- I - superação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;

137

Disponível em: https://www.goiania.go.gov.br/html/gabinete_civil/sileg/dados/legis/2015/lo_20150624_000009606.html Acesso em: 20. Jul.2022.

III - **superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na superação de todas as formas de discriminação;**

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica;

VIII - ampliação da aplicação de recursos públicos em educação que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos profissionais da educação;

X - **promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.** (Art. 4º PME, 2015. grifos nossos).

O Plano Municipal de Educação do Estado de Goiás, embora traga questões contra todas as formas de discriminação, não faz menção a gênero em seus objetivos gerais. No respeito aos direitos humanos e diversidade, não traz em seu escopo especificidades relacionadas às relações de gênero. Ainda assim, a meta de número dois, não especifica em suas estratégias, como romper com o preconceito. No Plano Municipal de Educação de Goiânia a mesma proposta da perspectiva nacional está contida na meta 2, que pressupõe universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos educandos concluam essa etapa na idade recomendada, fortalecer o acompanhamento, o encaminhamento e o monitoramento, aproveitamento e permanência dos educandos, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violência doméstica.

Ademais, as relações que constituem a Educação Básica, são conduzidas por silenciamentos carregados de discursividades de importância cultural, a favor de um status quo dominante nas relações de poder. Não se estabelecem relações com as mais variadas formas de violência e/ ou preconceitos. Fica implícito que a violência doméstica está relacionada com as mulheres, entretanto, não se propõe nada concreto ante as estratégias. Assim, encontram-se localizadas e hierarquizadas, para a manutenção da ordem vigente (FOUCAULT, 1988).

Das vinte metas do PME (GO) analisadas, apenas cinco delas, fazem menção direta ou indireta às questões de gênero. A primeira meta destacada é a de número 2. Propõe a garantia e permanência de aprendizagem na perspectiva dos excluídos, porém sem explicitar o recorte de gênero, no tópico 2.15 das estratégias propõe-se:

Garantir o acesso e condições para a permanência, aprendizagem e terminalidade de crianças e adolescentes com deficiência, negros, indígenas, quilombolas, povos do campo, povos itinerantes e quaisquer outras comunidades excluídas do ensino regular, enfrentando a discriminação, o preconceito e fortalecendo sua identidade (PME, 2015: 6).

Tomando como base a análise documental mencionada, consideramos que nossa pesquisa surge de uma necessidade presente e futura, de entender a construção histórica do conceito analítico

de Gênero como propulsor prático de equidade. A compreensão de como o controle dos corpos na concepção das narrativas antigênero se deparam na construção cultural da sociedade, é problematizar as alternâncias da inserção de gênero nas políticas públicas educacionais, problematizando avanços e retrocessos.

Por conseguinte, a igualdade almejada no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, deve ser entendida tanto como igualdade formal na isonomia, quanto na igualdade de acesso, em que as particularidades devem ser levadas em conta em busca da equidade. Os silenciamentos no escopo da lei no que concerne ao gênero, ecoam por socorro, ou seja, precisamos retirar a mordaza na prática docente” (AMARO, 2017: 145).

Imbricadas no crivo de uma perspectiva assimétrica, o projeto de Lei nº 8.035/2010, apresenta-nos o descompasso das relações de gênero no Brasil nos últimos anos. O corpo do texto para a Base Nacional Comum Curricular passou por redefinições problematizando o termo gênero, desqualificando os estudos analíticos. Após remoção da menção à **igualdade** racial, regional, de gênero e de orientação sexual da diretriz III do Art. 2º da BNCC, os termos foram substituídos por “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2014 **grifos nossos**). Impossível problematizarmos essa retirada, sem atravessarmos a violência simbólica ancorada no androcentrismo.

A Educação Básica delineia complexidades discursivas que contribuem para continuidades discursivas axiomáticas. Indagar as políticas públicas na construção de normatividades é relacionar as incoerências androcêntricas ante a Constituição de 1988, marco que suscita igualdade. Joan Scott problematiza as organizações sociais pautadas nas diferenças sexuais, portanto o Estado, a Educação e as normatizações, refletem as assimetrias. De acordo com Scoot, Gênero constitui-se como:

Uma organização social da diferença sexual. Mas isso não significa que o gênero reflita ou produza diferenças físicas fixas e naturais entre mulheres e homens: mais propriamente, o gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais. [...] Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos (SCOTT, 1998 apud NICHOLSON, 2000: 2).

As teorizações de Gênero, como uma ferramenta útil de análise histórica, questionam as concepções naturalizadas que constituem o controle dos corpos e das práticas sociais. A retirada do termo gênero supracitado elucida que o conceito analítico é um elemento constitutivo de relações sociais, pautadas nas diferenças entre os sexos, imbricadas nas relações de poder (SCOTT, 1995), assim estabelecendo padrões culturais que delineiam poderes estruturalmente construídos historicamente.



A segunda menção está contida na meta de número 3 e tem como foco universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). Na estratégia 3.7, mesmo sem fazer menção específica, propõe estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens no ensino médio, monitorar situações de discriminação, preconceitos e violências, raciais, de deficiência, intolerância religiosa e/ou qualquer outro tipo de preconceito.

Quanto aos discursos e narrativas que fazem alusão ao monitoramento de violências, discriminação ou preconceito, percebemos o trânsito entre gênero e direitos humanos, contudo, é citado de forma superficial. O recorte de gênero limita-se ao monitoramento a “qualquer outro tipo de preconceito” (PME, 2015: 7). Inferimos que a educação do corpo é uma garantia de direito fundamental e crucial, porém discursos narrativos oficiais são caracterizados por não especificar demandas específicas relacionadas nas questões de gênero.

Na estratégia, 3,12, da meta de número 3, no mesmo viés do tópico mencionado, o acréscimo fica a cargo de “implementar e apoiar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação racial, deficiência, intolerância religiosa ou qualquer outro tipo de preconceito, potencializando a rede de proteção contra formas associadas de exclusão” (Ibidem). Não há estratégia definida de como a rede de proteção pode ocorrer, não há menção ao termo gênero no texto, sobretudo, outras formas de exclusão também não são elencadas nas estratégias. Forjadas nas relações de poder, as lacunas são permeadas culturalmente por instituições. Louro afirma que “gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais” (LOURO, 1995:103).

A terceira menção que pode ser relacionada às questões de gênero, está na meta de número sete e diz respeito à garantia da qualidade da educação básica em todas as formas de atendimento, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB. A estratégia 7.20, visa garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à formação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz (PME, 2015: 7).

O combate à violência doméstica e sexual é um fator importante a ser destacado. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública¹³⁸, em 2021, no Brasil foram registrados 2.45

¹³⁸Dados disponíveis em: <https://ibdfam.org.br/assets/img/upload/files/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf> Acesso em 22. jul. 2022

feminicídios e 100.398 casos de vítimas do gênero feminino. Dados ainda mais recentes em Goiás, de acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás¹³⁹ relatam que de janeiro a junho de 2022, 7.542 denúncias foram feitas de ameaça contra mulheres, 5.291 casos de lesão corporal, 144 casos de estupro e 30 casos de feminicídios.

Isso posto, a estratégia 7. 20 não problematiza a complexidade da violência, ao confrontarmos os dados, esse ponto fulcral deve ter relevância extrema nas políticas públicas educacionais, contudo, falta clareza e direcionamento na condução efetiva no combate à violência contra as mulheres, e todas as demandas que perpassam as relações de gênero.

A quarta menção relacionada às questões de gênero está prevista na meta doze, cujo propósito é elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas. A estratégia 12.8, propõe promover o acesso e a permanência de grupos historicamente excluídos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei (PME, 2015: 22).

Não há uma especificidade de quais grupos são excluídos, a partir de qual narrativa são excluídos e como essa exclusão pode ser reposicionada historicamente. Na meta doze, fica clara a conjuntura de poder, a perspectiva de políticas afirmativas se dá de forma superficial e o Estado reproduz silenciamentos perenes na construção dos saberes, selecionando o que entra nos currículos oficiais. O currículo está situado no campo da discursividade das lutas políticas, epistemológicas e ideológicas, é, portanto, uma construção cultural histórica e se constitui “formatando corpos, regulando condutas, normalizando, dividindo, separando, hierarquizando, segregando e entristecendo muita gente” (PARAISO, 2018: 215).

A meta quatorze compõe o quinto e último aspecto que concerne às questões de gênero. Propõe cooperar para a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu. A estratégia 14.4 visa implementar políticas que estimulem a participação e permanência das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu. Pautamo-nos em convergências, que promovam o combate às desigualdades, e esse é um aspecto explícito de violência simbólica, pois a maior parte das mulheres e, sobretudo mães, não conseguem conciliar a vida acadêmica e a maternidade.

O acesso ao ensino superior e a sua permanência e conclusão, pode ser considerado como uma possibilidade de mulheres mães terem a sua independência financeira. Entretanto, conforme pesquisa recente realizada pelo módulo Educação, da PNAD Contínua 2019, e divulgada no dia 17 de julho de 2020 pelo IBGE, dentre as causas apontadas para o abandono escolar entre as mulheres, destaca-se a gravidez (23,8%)

¹³⁹ Dados disponíveis em: <https://www.seguranca.go.gov.br/> Acesso em 22. jul. 2022

e afazeres domésticos (11,5%). O problema da evasão escolar está relacionado à forma como a sociedade se configura, perpetrada pela desigualdade de gênero, patriarcado, machismo, misoginia e racismo, fatores que intensificam a desigualdade social colocando mulheres mães brasileiras em estado de vulnerabilidade (SOARES; CIDADE; SILVA, CARDOSO, 2020: 116).

Os caminhos trilhados pelas relações de gênero na educação foram fundamentais para que incipientes conquistas forjem o caráter democrático e equitativo da educação. A força dos movimentos feministas foi fulcral para a consolidação de direitos educacionais, contudo, os descaminhos rumo a deslegitimação do conceito analítico de gênero, são íngremes, com desafios constantes. Acreditamos que o conceito analítico de Gênero, como instrumento metodológico e teórico, infere em uma construção didática transgressora de estruturas androcêntricas para assim, traçarmos caminhos a fim de superar incongruências político-pedagógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARO, Ivan. A docência no armário: o silenciamento das relações de gênero nos planos de educação. Revista Espaço Pedagógico, v. 24, n. 1, 5 maio 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Barueri, SP: Manole, 2003.

_____. Ministério da Educação. Leis de Diretrizes. E Bases da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 22.jul.2022

_____. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação de 2014 -2024. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16478&Itemid=1107. Acesso em 22 jul.2022

Plano Municipal de Educação de Goiânia
Disponível em: https://www10.goiania.go.gov.br/DadosINTER/Trans/Plano%20Municipal/Secretaria%20Municipal%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o/0/arq_405753.pdf Acesso em: 22 jul.2022

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

CANDAU, (org.). Sociedade, Educação e Cultura(s). Questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMEZ, A questão de gênero nos planos nacionais de educação. Revista Café com sociologia, V.6, n. 1. p. 31-52, jan./abr. 2017.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. Estudos Feministas, v. 1, p. 1-20, 2004.

FOUCAULT, M. A ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004.

Junqueira, R. D. (2017a). “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: Ribeiro, P. R. C.; Magalhães, J. C. (Orgs). Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade. Rio Grande: FURG. 25-52.

_____. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. Psicologia Política. vol. 18. nº 43. p. 449-502 set. – dez. 2018

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. Educação & Realidade. Porto Alegre, v. 20, n.2, pp.101-132, jul/dez, 1995.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.). Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 9-27.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000, p.27.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Org.). Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo. Recife: Ed. UFPE, 2018.

PARAISO, Marlucy Alves. Currículo, gênero e heterotopias em tempos do slogan “ideologia de gênero, 2018.

OLIVEIRA, Gustavo Gilson Sousa de (Org.). Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo. Recife: Ed. UFPE, 2018.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da Experiência. Revista Projeto História. São Paulo, fev.1998.

SOARES; CIDADE; SILVA, CARDOSO, 2020. Apontamentos históricos do surgimento dos coletivos nacionais de mães nas universidades e o fortalecimento da luta materna na ciência brasileira dos dias atuais In: Mulheres Cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1: Artigos produzidos durante a Pandemia da Covid-19 em 2020 [recurso eletrônico] / Andréia Silva de Souto-Marchand; Elisandra Galvão; Morgana Fernandes (Orgs.) Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1OoYSpvRnBgP3SJmx7T4qbJ_6cKGx620z/view. Acesso em 22. Jul. 2022.

CIVILIDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DO MANUAL *TESOURO DE MENINAS*

Lêda Cristina Borges Pereira¹⁴⁰

RESUMO

Ao pensar a educação no Brasil do século XIX, enfatizamos a importância da leitura para a disseminação do saber e ao mesmo tempo uma forma de instruir e diferenciar os indivíduos que estão nesse território. Os manuais de civilidade ganham um grande espaço na transição do século XVIII para o XIX, apresentando uma tentativa de mudança de hábitos a partir da leitura. Dessa maneira salientamos o viés da educação como um instrumento de modelação dos sujeitos. Abordaremos uma breve análise sobre manual *Tesouro de Meninas ou diálogos de uma sábia aia e suas discípulas* para pensar a leitura e seus mecanismos de educação e persuasão, salientando o manual de civilidade como um instrumento de disseminação dos modelos comportamentais e morais a serem seguidos pelos indivíduos que buscavam a distinção social a partir das letras.

Palavras-chave: Tesouro de meninas; Manual de civilidade; Leitura.

INTRODUÇÃO

O manual “*Tesouro de meninas ou diálogos de uma aia e suas discípulas*” é um manual de civilidade francês escrito por Jeanne Marie Leprince de Beaumont e foi publicado em 1758, traduzido para o português em 1774. Ainda na segunda metade do século é trazido para a América Portuguesa, contudo seu título no original é: *Magasin des adolescentes, of dialogues entre une sage gouvernante et plusieurs des ses élève de la première distinction*. Neste manual de civilidade é apresentada uma forma de educar meninas de cinco a treze anos a partir de exemplos de conduta e exemplos de má conduta dentro da sociedade do século XVIII.

Existe outras versões¹⁴¹ desse manual de civilidade encontradas ao longo do século XIX, sendo uma disponível pela Real Gabinete português de Leitura, com sua edição de 1838, uma nova versão impressa na Tipologia Santos e companhia, em 1861 no estado de Pernambuco, onde

¹⁴⁰ Mestranda em História pelo PPGH- UFG. Orientadora: Dr^a. Raquel Machado Gonçalves Campos.
email: ledacristina@discente.ufg.br

¹⁴¹ Na BN Portugal podemos encontrar 29 obras escritas por Jeanne Marie Leprince, 11 são obras relacionadas ao *Tesouro de Meninas* tendo suas edições entre os anos de 1768 a 1877. A obra também é vista na América Portuguesa sendo mantida na biblioteca nacional a versão de 1761. O *tesouro de meninas (1846)*, conta com a divisão em duas partes e contabilizam 451 páginas divididas em diálogos.

o exemplar se encontra na Biblioteca Nacional. Há sua versão de 1846 que podemos encontrar digitalizada dentro do site institucional¹⁴² construído pelo projeto de pesquisa intitulado Caminhos do romance coordenado pela UNICAMP.

O tesouro de meninas possibilita a transmissão da lógica e moral da sociedade do Antigo Regime como referencial de modelo a ser seguido. O Antigo Regime é o período denominado na historiografia em que se encontra uma organização política, econômica, social e cultural, onde as redes de sociabilidades são as bases para o convívio social e para a sustentação de hierarquias pré-determinadas a partir de status de nobreza ou por algum privilégio real. Uma organização social que parte do princípio de um corpo social. Nessa formulação de sociedade podemos compreender não apenas um, mas uma teia de ações que são constituídas para a estruturação e disseminação de modelos de práticas, crenças, comportamentos que são pautadas em privilégios sejam eles adquiridos pelo sangue, ou por denominação de autoridades (HESPANHA, 2007).

Ao voltar o olhar para o Antigo Regime percebemos constatamos que na transição do século XVIII para o século XIX existe uma decadência do regime no território europeu, no entanto quando focamos esse mesmo olhar para o Brasil, foi percebido a existência uma disposição de alargamento das suas estruturas e condicionantes da sociedade. Assim existem continuidades naquilo que sustentava a sociedade que estava enviesada no modo de administração em questão.

Com esse pensamento são expostos pontos a serem tratados: a estrutura da sociedade europeia e a existência das distinções e exclusões de indivíduos na sociedade cortesã, a mudança entre o homem medieval e o homem moderno, no qual o modelo de forças serão ressignificados nessa transição. Assim o modelo de utilização da força física é transformado em força simbólica, no qual o poder exercido em sociedade pelo indivíduo será mais bem aplicado e apreendido do que a própria força física. Com tal característica a mudança dos comportamentos no meio social será o aspecto primordial para esse processo de “civilidade” no convívio com o outro. É dentro da sociedade de corte e com a convivência aristocrática que existirá a construção do que estamos chamando de modelo comportamental para a civilidade.

HISTÓRIA, LEITURA E CIVILIDADE DO SÉCULO XVIII E XIX NO BRASIL

A leitura entre a passagem do século XVIII para o século XIX ganha um grande importância, visto que “a sociedade colonial passou a valorizar mais a instrução, o acesso aos livros em geral”

¹⁴² A edição pode ser consultada a partir de um projeto realizado pela Unicamp chamado Caminhos do Romance no Brasil organizado pela Márcia Abreu e outros contribuintes acessível em plataforma digital. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicam.br/>

(VILLALTA, 2002, p.334). Assim, os livros não têm apenas o objetivo de educar, mas também passam a ser uma ferramenta para a ascensão social e a formação dos súditos constituindo uma divisão hierárquica a partir do estudo que o indivíduo se compõe. Podemos ver que existia uma apropriação da educação pelos sujeitos da elite colonial, no entanto, isso não significa que a educação foi limitada apenas a esse grupo. Seguindo o modelo da escolástica medieval, a base da instrução era a própria repetição e imitação de ações. Não é atoa que “A instrução, [assim], subordinava-se à civilidade das aparências, constituindo um ornamento a ser ostentado pelos indivíduos socialmente privilegiados” (VILLALTA, 2002, p.351).

Ao trabalhar com manual de civilidade podemos pensar a questão sobre qual local ele ocupa, em que espaço a palavra construída está sendo inserida. Nesse momento podemos a partir da reflexão de Jacques Rancière sobre o lugar da ficção, percebemos que:

“A questão da ficção é, antes de tudo, uma questão de distribuição dos lugares. Do ponto de vista platônico, a cena do teatro, que é simultaneamente espaço de uma atividade pública é lugar de exibição dos “fantasmas”, embaralha a partilha das identidades, atividades e espaços. O mesmo ocorre com a escrita: circulando por toda parte, sem saber a quem deve ou não falar, a escrita destrói todo fundamento legítimo da circulação da palavra, da relação entre os efeitos da palavra e as posições dos corpos no espaço comum.” (RANCIÈRE, 2005, p. 17)

A leitura como uma prática cultural evidenciada por Chartier estabelece que os indivíduos no seu modo de ler não podem desvincular a sua própria subjetividade, pois o próprio ato de ler é uma prática para criar, que produz uma interpretação que não pode ser barrada por como é lido o texto (CHARTIER, 1996). Dessa maneira existe naquilo que se lê um trabalho para limitar as interpretações dos conteúdos abordados para que não haja várias significações.

O interessante é relembrar que no período colonial existe a tentativa da Coroa de controlar seus súditos a tentativa de vinculá-los sempre a uma moral religiosa para a manutenção do poder e da sua representação. A leitura funciona como uma ferramenta para a difusão dos padrões cortesãos a partir de uma forma retórica que pudesse persuadir os indivíduos expostos à modelação de conduta a partir do ato de ler. Assim, ela envolve o espaço social em que a discussão está inserida.

Pode-se (...) representar o mundo social em forma de um espaço (...) construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto das propriedades que atuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço. (...) Na medida em que as propriedades tidas em consideração para se construir este espaço são propriedades atuantes, ele pode ser descrito também como um campo de forças, quer dizer, como um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irreduzíveis às intenções dos agentes individuais o um mesmo às *interações* diretas entre os agentes. (BOURDIEU, 2000, p. 133-134, grifo do autor).



Devemos notar a partir do que Bourdieu entende como espaço e redirecionar esse pensamento na leitura perceberemos que ela passa a constituir um espaço social que permite a criação de uma sociabilidade trazendo uma relação entre os leitores das obras que circulavam no território colonial. Nesse momento podemos perceber que existe um espaço para a leitura na América portuguesa que valoriza a educação na colônia no século XVIII para uma disseminação de conhecimento (VILLALTA, 1999, p.278).

O período colonial contou também com a censura na circulação e leitura dos livros que entrassem e difundissem. É necessário lembrar a proibição de equipamentos de impressão, prensas de tipos móveis, na América Portuguesa antes da chegada da Coroa nas terras coloniais. Com isso deveriam ter solicitações para que os livros pudessem vir para as bibliotecas dos indivíduos. Pois a censura dentro do território colonial existiu em variadas situações para que houvesse um controle dos livros e das ideias disseminadas pelos seus conteúdos.

A leitura no território colonial poderia ser realizada principalmente por algumas funções, pelo viés religioso, no qual é composto com a maior quantidade de livros religiosos e são pensados dentro da perspectiva de purificação da alma e nas próprias práticas religiosas. A outra forma seria o próprio saber, a leitura como forma de educar, educação essa para a constituição do súdito que o Estado necessitaria. E por fim como prazer pela em, uma prática que se disseminou no século XVIII. No entanto, o nosso foco na leitura é voltado para as duas primeiras funções, pois, dentro dos tratados de civilidade – que é a nossa fonte em questão – não é aquela que traz entretenimento e diversão, mas a que forma e modela os indivíduos (ABREU, 2008, p.198).

ARISTÓTELES, OS GÊNEROS E OS MANUAIS DE CIVILIDADE

Quando discutimos sobre manuais ou tratados de civilidade devemos compreender que existe um modelo e um gênero a ser seguido para trabalhar com esse tipo de fonte. A obra *Cortesão* de Baldassare Castiglione é entendida como uma das obras basilares e importantes para popularizar este gênero. “Trata-se sem dúvida do mais importante livro do gênero: o modelo de todos os demais tratados, geralmente na forma dialógica, que se multiplicaram nas diferentes línguas (PÉCORA, 2001, p.69)

Diálogo pode ser conceituado na visão de Pécora a partir do modelo traçado por Platão sobre o que seria este gênero:

Tendo em vista este genérico modelo platônico, (...) o modelo diálogo pode ser retoricamente definido como gênero que compõe diferentes discursos a partir do relato com uma cena dramática mínima que pressupõe a presença simultânea de personagens com distintas posições intelectuais, convivendo numa determinada



situação que exige a prática racional (...) diálogo supõe que uma estruturação narrativa de personagens dramáticas que podem ou devem ser representativas de tradições ou escolas distintas mais ou menos conhecidas em debate (...) isto dá ao gênero uma constituição complexa em coexistem e referem-se mutuamente, de um lado, o cenário narrativo em que convivem simultaneamente as personagens e de, outro, a hierarquia intelectual que vai sendo produzida pelo discurso de modo a subordinar-lhes as tradições conciliadas ou revogadas no plano racional e universal da cidade ideal (PÉCORA, 2001, p.98)

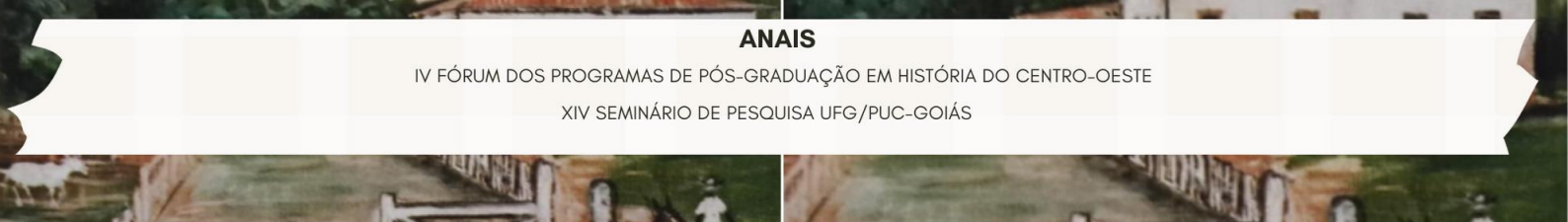
Deste modo é interessante pensar a forma dialógica como um meio de organizar as práticas dentro da sociedade a partir de um discurso. Discurso esse que privilegia o uso da própria retórica que ajudam nas ações e emulações comportamentais que os indivíduos desenvolvem para conviverem dentro das normas ditadas pela própria sociedade. O diálogo é sobretudo discurso que evidencia uma prática civil, cortês e espiritualmente refinada, sem ser professoral ou especializada, cujo modelo histórico máximo certamente se formula no Livro do Cortesão, de Castiglione (PÉCORA, 2001, p.97).

O diálogo como gênero textual possibilita uma melhor visibilidade de ações, pois temos personagens que podem construir uma narrativa rica em detalhes e utilizar da própria persuasão para inserir lições educativas. Nos manuais de civilidade encontramos com grande riqueza o diálogo, pois nele conseguimos retratar diferentes personalidades, posições sociais e intelectuais e até mesmo conseguimos lidar com exemplos comparativos que auxilia o próprio objetivo dos manuais, instruir para algo. Pécora, dá ênfase na estruturação dialógica, diante disso ele traz uma complexidade e ao mesmo tempo uma dinâmica entre o discurso construído.

Ao utilizar os manuais de civilidade ou tratados de civilidade devemos perceber os seus usos para educar de forma coesa e consistente pensar a partir das ações que os indivíduos desenvolvem em meio a sociedade. Com isso, a sua própria construção se dá por meio de instrumentos que possibilitem o melhor entendimento e uma maior facilidade de absorção dos conteúdos que são ensinados na obra. A retórica é uma ferramenta utilizada desde o período clássico para persuadir a partir do discurso para a promoção de algo. Utilizaremos os entendimentos sobre essa ferramenta a partir da obra de Aristóteles.

Podemos definir retórica como um meio de persuasão, um mecanismo de argumento lógico na qual não pode pertencer a uma única ciência. (ARISTÓTELES, 2005, p. 90). Deste modo, podemos conceituar a retórica como:

“a capacidade de descobrir o que é adequado para cada caso com o fim de persuadir (...) a faculdade de descobrir os meios de persuasão sobre qualquer questão dada. E por isso afirmamos que, como arte, as suas regras não se aplicam a nenhum gênero específico de coisas.”(ARISTÓTELES, 2005, p. 95-96)



A retórica nos ajuda a compreender a narrativa que é utilizada pelos manuais de civilidade que nos auxilia no entendimento do teor de sua persuasão. Assim é interessante pensar a persuasão da retórica como o mecanismo fundamental para instruir os indivíduos a partir do discurso. No manual *Tesouro de Meninas*, percebemos que a partir dos diálogos podemos perceber que existe a preocupação dentro do discurso de ensinar as crianças com base em exemplos e ações, conselhos, censuras, elogios. Deste modo é imprescindível analisar os gêneros que estão acoplados dentro da retórica aristotélica.

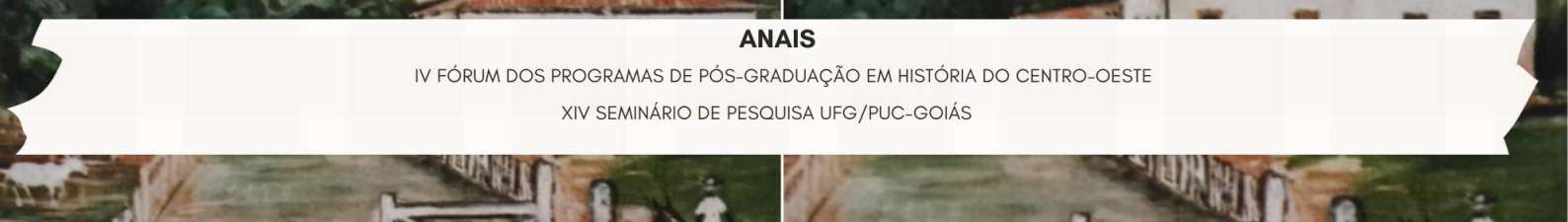
Com isso, podemos compreender que o uso da retórica dentro dos manuais de civilidade como algo indispensável, pois eles utilizam de instrumentos persuasivos para fixar o tipo de educação civil. Dentro da *Retórica* de Aristóteles existe uma divisão em três gêneros: deliberativo, epidíctico e judicial.

Numa deliberação temos tanto o conselho como a dissuasão; pois tanto os que aconselham em particular como os que falam em público fazem sempre uma dessas coisas. Num processo judicial temos tanto a acusação quanto a defesa (...) No gênero epidíctico temos tanto o elogio como a censura.(ARISTÓTELES, 2005, p.104)

Dessa mesma maneira o manual aqui tratado, *Tesouro de Meninas* encaixa-se dentro dos gêneros deliberativo e epidíctico que Aristóteles nos propõe, pois são gêneros que pensam o discurso retórico a partir de conselhos e dissuasão e elogia ou censura ações. Deste modo, os gêneros dentro da retórica mais viável para discutir os tratados de civilidade são o gênero deliberativo e o epidíctico e cada um tem um objetivo específico. O deliberativo, nos oportuniza a partir do futuro aconselhar as ações que os indivíduos possam tomar, já o epidíctico nos proporciona pensar o presente elogiando ou censurando as ações tomadas no período, mesmo podendo ter vinculações tanto com o passado e com o futuro (ARISTÓTELES, 2005, p.104).

Dentro deste excerto podemos destacar que os diálogos poderiam ser pautados dentro da moral religiosa para ensinamentos, onde cada criança é tida como modelo a ser ou não seguido de acordo com suas ações. Várias outras histórias, sejam elas bíblicas, contos ou fábulas, eram narradas por Bonna com a intenção de uma promoção de um discurso pautado nos valores morais católicos e princípios tidos como primordiais para a conduta social. No conteúdo do livro a moral encaminha-se sempre de encontro às morais religiosas, no entanto, não é necessariamente que os livros de conduta deveriam se pautar em uma religiosidade, mas o uso da crença era um bom instrumento para se encaixar nos discursos instrutivos.

Na primeira frase percebemos que a figura da Sensata é tida como um exemplo de entendimento para repassar às outras crianças, nas outras falas é uma apresentação da aplicação dos



ensinamentos dentro de situações do próprio cotidiano com a lição que elas acabaram de apreender. As personagens ficam incumbidas de demonstrarem suas características e ao mesmo tempo a tentativa de tentarem a correção. Frias deixou claro o papel do *Tesouro de meninas* na liberdade em construir uma reflexão como exercício de agir corretamente:

Ensina este precioso livro as meninas a darem liberdade aos seus discursos, e a refletir retamente; e como nós naquelas idades fazemos mil perguntas, nascidas da nossa admiração, estas mesmas se acham nestes Diálogos com aquela simplicidade, e singeleza, que produz o pouco uso do mundo; e como Madama. Leprince sabia que um menino pode saber muito se lhe responde a tempo, e sabiamente não deixa alguma pergunta sem a resposta natural, e clara (FRIAS IN BEAUMONT, 1815, p.15 grifos meus).

É interessante a forma em que Bonna trabalha com a liberdade com suas discípulas. Ela tem a metodologia do diálogo que deixa os ensinamentos interessantes e ao mesmo tempo inclui nos diálogos contos em que apresentam cenas que conduzem as discípulas a profundas reflexões de como agir nas situações que ocorrerão e saber decidir corretamente a conduta que escolherão pensando sobre os ensinamentos. A liberdade também pode ser visualizada no modo em que as lições são estabelecidas, os diálogos ocorrem em casa no espaço onde podem existir brinquedos, em meio aos chás para conversar. O chá pode ser entendido como um espaço de aprendizado pegando por base os tratados de civilidade e o *Processo Civilizador vol. 1*, nos aponta que o modo de introduzir a civilidade também compõe o espaço de como se portar à mesa, os procedimentos básicos para comer e o que falar ou conversar durante esse meio de sociabilidade.

Neste processo de civilização dos modos, os cuidados com a higiene, a correção dos modos, as boas maneiras à mesa e a adequação e a distinção no vestir passam a contar quase tanto quanto dinheiro e os títulos de nobreza. É neste contexto que proliferam na cidade do Rio de Janeiro as edições da chamada literatura da civilidade (RAINHO, 1995, p.139).

Na América portuguesa percebemos que os manuais de civilidade já estão em circulação no período colonial tentando adequar os comportamentos, mas eles tendem a ter um maior número no período em que a Coroa vem para o Rio de Janeiro, mas isso não nos prende a pensar os objetivos dos manuais dentro da América no século XVIII. Desse modo, a obra de Leprince de Beaumont nos apresenta os indivíduos que lerem seus escritos.

Em um novo diálogo a escritora pensa que as pessoas não nascem preparadas para todas as situações, mas elas adquirem os ensinamentos com o tempo e com os ajustes das pessoas mais vividas com seus exemplos e atitudes de vida. Deste modo, a autora apresenta uma esperança em

que todos podem ter a esperança em “emendar-se” não importando qual seja a condição em que o indivíduo se encontra.

“A idade romântica força de fato a linguagem a penetrar na materialidade dos traços através dos quais o mundo histórico e social se torna visível a si mesmo, ainda que sob a forma da linguagem muda das coisas e da linguagem cifrada das imagens. É a circulação nessa paisagem de signos que define a nova ficcionalidade (...) A ordenação ficcional deixa de ser o encadeamento causal aristotélico das ações “segundo a necessidade e a verossimilhança”. Torna-se uma ordenação de signos. Todavia, essa ordenação literária de signos não é de forma alguma uma autorreferencialidade solitária da linguagem. É a identificação dos modos da construção ficcional aos modos de uma leitura dos signos escritos na configuração de um lugar, um grupo, um muro, uma roupa, um rosto.” (p. 55)

Com isso, percebemos a ligação da construção do *Tesouro de Meninas* como um exemplar que ainda está ligada à poética da representação criticada por Rancière. Uma literatura que ainda nos moldes morais acreditava que a literatura seria uma forma de influenciar os vulneráveis e tutelados, neste caso as meninas que precisavam de uma correção moral dentro da sua postura diante a sociedade. Ainda temos uma leitura tutelada, controlada e que apresenta uma forma de se ler, sem ter a propriedade ressignificar os próprios signos descritos.

TESOURO DE MENINAS, UMA LITERATURA DELINEADORA DE AÇÕES E MORAL

A obra tesouro de meninas é construída tendo o diálogo com o gênero base, o livro ainda conta para os seus ensinamentos com fábulas, contos e entendimentos de trechos bíblicos. Com isso, fica exposta a versatilidade do uso do diálogo para o ensino e como meio de persuadir aqueles que o ouvem. Comenius habilita importâncias para o uso do diálogo, são algumas delas:

2. Os diálogos excitam, animam e reavivam a atenção, precisamente pela variedade das perguntas e das respostas, e diferentes motivos e formas destas, sobretudo se nelas se misturam coisas agradáveis; mais ainda, pela variedade e troca dos interlocutores, não só o espírito se liberta do tédio, como estendendo mais o campo da sua atividade, se torna sempre mais desejoso de estar a ouvir. 3. O diálogo torna a instrução mais sólida. Com efeito, da mesma maneira que recordamos melhor um fato que nós próprios vimos, que um fato que apenas ouvimos referir, assim também na mente dos alunos que permanecem mais tenazmente fixas as coisas que aprendem por meio de uma comédia ou de uma conversação (pois nestes casos, lhes parece não só ouvir, mas também ver o fato) que as que apenas ouvem contar de uma forma nua pelo professor, como o demonstram a experiência (COMENIUS, 1996, p. 290 apud SENA, 2017, p.131).

No primeiro momento podemos imaginar que um manual de civilidade não poderia ser relacionado com o refinamento e criticidade em que é desenvolvido as obras de Rancière. No

entanto quando ele traz reflexões sobre o regime da arte na “Partilha do sensível” o regime representativo é um dos princípios que se segue dentro dos manuais de civilidade:

“Do regime ético das imagens se separa o regime poético – ou representativo – das artes. Este identifica o fato da arte – ou antes, das artes – o par poiesis/mímesis. O princípio mimético, no fundo, não é um princípio normativo que diz que a arte deve fazer cópias parecidas com seus modelos. É, antes, um princípio pragmático que isola, no domínio geral das artes (das maneiras de fazer), certas artes particulares que executam coisas específicas, a saber, imitações (...) É o feito do poema, a fabricação de uma intriga que orquestra ações representando homens agindo, que importa, em detrimento do ser da imagem, cópia interrogada sobre seu modelo.” (p. 30)

Leprince de Beaumont tem uma escrita voltada para os leitores iniciantes, por isso a obra é voltada para o público infantil, desse modo ela traz uma leitura mais fluida e que cabe no entendimento de todos os públicos. Os assuntos tratados na obra partem de saberes práticos para uma conduta entendida como a correta para os indivíduos. Os ensinamentos desenvolvidos dentro do livro podem ser aplicados para os indivíduos de todas as idades que queiram “emendar” seus comportamentos sociais.

A autora do *Tesouro de meninas*, não quebra a lógica já imposta no século XVIII sobre a literatura de cunho belo, bem escrito e que condiz com uma boa moral. É importante ressaltar que a literatura era vista como algo tendencioso, com capacidade de influenciar aos seus leitores, e assim este manual de civilidade apresenta formas de se comportar diante a sociedade, onde uma configuração de verossimilhança com aquilo apresentado como ideal para a sociedade.

Para desenvolver os ensinamentos que defende, Madame Leprince de Beaumont traz como ferramenta os contos. A função social poderia ser vista como o meio que possibilita que os indivíduos compreendam o código de civilidade que está constituindo na época, ou seja, o conto tende a acrescentar algo que confirme os atos civis de acordo com o período tratado. Os relatos deveriam ser curtos para poderem ser apreendidos e ao mesmo tempo memorizados para serem repassados com um melhor desenvolvimento, com isso, os contos poderiam ser lembrados pelos que já tinham ouvido. A terceira condição envolve a censura, pois os contos eram especialmente construídos para o público infantil, com isso era necessário que tivessem um posicionamento que não prejudicasse a infância daqueles que o ouviam e liam. Outra condição para o conto era que eles tivessem o papel social como um dever moral para os indivíduos e que os mesmo pudessem ser utilizados como material pedagógico e escolar e por fim uma condição diferente das demais era o reforço da diferenciação e hierarquização social. Essa última característica sobre a funcionalidade do conto nos faz lembrar a estrutura da sociedade de corte do Antigo Regime, na qual os indivíduos são divididos

hierarquicamente e necessitam da manutenção do seu poder social e sempre estão buscando instrumentos para que haja a preservação do seu status social.

É interessante ressaltar que as crianças que estão sendo instruídas por Bonna, tendem em suas falas a mostrar que tem um bom poder econômico, ressaltando ainda mais a ideia de que a instrução era idealizada para as camadas mais altas e como se portar para aparentar como as camadas mais altas. Com isso, cabe pensar o caso colonial e a circulação dos livros de civilidade tendo em vista que os indivíduos querem aparentar e viver a lei da nobreza e podem utilizar dos manuais como instrumentos de ensino. O excerto a seguir demonstra um trecho do diálogo em que Carlota é rude com um dos seus empregados e percebe após os diálogos com Bonna que agiu de maneira errada, com isso Sensata reafirma o lugar social de Carlota, mas busca que ela não cometa os mesmos erros:

Sensata abraçando a Carlota

Não chorei, minha rica amiga, nós todas vos queremos bem, e eu fico em que vós não caíres em tais faltas. (LEPRINCE, 1815, p.130)

As dimensões das instruções não podem ser medidas para pensar a América portuguesa, mas podemos compreender que existe uma leitura da obra nos setecentos e que nos oitocentos terá uma melhor disseminação no território. *Tesouro de Meninas* é mais que um livro para entretenimento é um manual que busca constituir virtudes para aqueles que o leem em busca de polir comportamentos trazendo a partir da sua leitura elementos de civilidade, que conduz a uma junção de modelos morais e modelos comportamentais atrelados ou não a valores religiosos, no caso português aos princípios católicos.

Portanto, *Tesouro de Meninas* é uma obra que apresenta exemplos de meninas que tendem a ter atitudes indisciplinadas – que fogem aos modelos comportamentais da época – e que seus erros são utilizados como exemplos para a definição e polimento de uma melhor conduta. Retirando a personagem Sensata, tida como o modelo ideal de conduta social infantil e exemplo para ser seguido e suas virtudes conservadas, as outras personagens são construídas para pensar os modos de transformá-las em seres civilizados, compondo-as de virtudes regadas pela moral e instruídas pelos modelos comportamentais europeus. Os resultados para transformações são obtidos a partir do caminho traçado pela educação, seja ele por regras, censuras e imitações, nos quais as pessoas emulam os comportamentos civilizados até o ponto de internalizá-los.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário da historiografia constituída pelos manuais de civilidade é muito vasto que propõe tratar de um levantamento sobre o conteúdo, a forma de organização e as estruturas que são

apresentadas no manual do Tesouro de meninas. Desse modo, ver a estruturação dos diálogos como forma de modulação da conduta dos indivíduos e como os modelos dos tratados de civilidades do século XVI são recuperados e atualizados nas obras do século XIX.

A intenção da pesquisa é trazer de forma acessível e clara, juntamente com a literatura o entendimento sobre o que seriam os manuais de civilidade. Compreender como sua estrutura permitia pensar que eram objetos persuasivos de ideias, ideais e modelos para que os indivíduos seguissem aquilo que estava inserido na leitura. Dessa forma apresentar a leitura não apenas como forma de lazer/prazer, mas como um reparador dos atos compreendidos como incivilizados procurando estabelecer um modelo ideal para o convívio social. E assim, a partir do estudo do manual *Tesouro de meninas* e os seus objetivos enquanto manual de civilidade e todos os seus desdobramentos e ferramentas para instruir os leitores e apresentar as formas adequadas de aperfeiçoamento das formas comportamentais diante a sociedade do século XIX.

REFERÊNCIAS

Fonte

LEPRINCE DE BEAUMONT. *Tesouro de Meninas ou diálogos de uma sábia aia e suas discípulas*. Tradução de Joaquim Ignácio Frias. Imprensa Régia, 1815.

Referências bibliográficas

ABREU, Márcia. *Os caminhos do livro*. São Paulo: Fapesp, 2008.

ARISTÓTELES, *Retórica*. Tradução e notas de Manuel Alexandre júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. Imprensa Nacional-Casa da moeda. 2ª edição. 2005

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CHARTIER, R. “Do livro a leitura”. In: CHARTIER, R. *Práticas de leitura*. Trad. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português: revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 165- 188.

PÉCORA, Alcir. “A conversão pela política”. In: *Máquina de Gêneros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

RAINHO, M. C. T. A distinção e suas normas: leituras e leitores dos manuais de etiqueta e civilidade – rio de janeiro, século xix. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 8, n. 1-2, p. 139-152, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/43261>. Acesso em: 25 março. 2022.

RANCIÈRE, Jacques. *A Partilha do Sensível: estética e política* / Jacques Rancière; tradução de Mônica Costa Netto. – São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.

_____. Primera parte. De la poética restringida a la poética generalizada. In: _____. *La palabra muda: ensayo sobre las contradicciones de la literatura*. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2009.

_____. *Os nomes da história: ensaio de poética do saber*. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

SENA, Fabiana. *A tradição da civilidade nos livros de leitura no Império e na primeira República*. Campina Grande, EDUEPB, 2017.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: Língua, instrução e Leitura. In: NOVAIS, Fernando A.; SOUZA, Laura de Melo(org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COLETIVO FEMINISTA TODAS PUTAS: UMA EXPERIÊNCIA ARTÍSTICA NO COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER NO INTERIOR DO ESTADO DE GOIÁS

Raíssa Alves da Silva¹⁴³

RESUMO

Neste trabalho discutiremos sobre os saberes e práticas construído pelo Coletivo Feminista Todas Putas da Universidade Federal de Catalão localizada no Centro Oeste de Goiás, a partir da orientação das performances artísticas com temática relacionada a violência contra mulher nas suas diferentes formas e os seus impactos na sociedade contemporânea. Essas performances foram apresentadas pelo grupo como forma de expressão e manifestação política dentro da universidade e na comunidade de Catalão. As apresentações que serão analisadas foram intituladas: Mulamba (2017), O Grito das Benzedeiras (2019), Todas Putas na Escola (2020). Pautados na discussão teórica e análise prática dos conceitos de violência contra mulher, feminismo, e a arte, construímos um material didático pedagógico para auxiliar as práticas educativas no combate a essa violência dentro do Ensino de História.

INTRODUÇÃO

Este trabalho versa sobre a violência¹⁴⁴ contra as mulheres nas suas diferentes formas, tomando como objeto temático para discussão três apresentações de performances¹⁴⁵ artísticas do Coletivo Feminista Todas Putas¹⁴⁶ da Universidade Federal de Catalão¹⁴⁷ em Goiás, que são: Mulamba (2017), O grito das Benzedeiras (2019), Todas Putas na Escola (2020). O objetivo dessa

¹⁴³ **Mestranda** do Programa de Pós Graduação em História e Ciências Sociais da Universidade Federal de Catalão - Goiás, orientada pela Professora Doutora: Lilian Marta Grisólio, pesquisa financiada pela agência de fomento (FAPEG) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás. Email: alves.raissasilva@gmail.com

¹⁴⁴ **Violência contra mulher:** No Brasil conceituação e discussão da expressão violência contra mulher começa alavancar a partir da Convenção de Belém do Pará, que define violência contra a mulher como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Capítulo I, Artigo 1º). A Convenção de Belém do Pará do ano de 1994, foi o primeiro tratado internacional de proteção aos direitos humanos e das mulheres, que reconheceu a expressão violência contra mulher como uma violação dos direitos humanos.

¹⁴⁵ **Performance:** O termo performance nesse momento está se referindo às intervenções artísticas, musicais e teatrais escolhidas para análise nesta pesquisa do Coletivo Feminista Todas Putas. No decorrer do desenvolvimento da mesma iremos aprofundar e ampliar a discussão deste termo e suas contribuições.

¹⁴⁶ **Coletivo Feminista Todas Putas:** Grupo de mulheres que trabalham a discussão teórica e prática sobre o feminismo que utiliza a arte como manifestação política.

¹⁴⁷ **A Universidade Federal de Catalão (UFCat)** é uma instituição de ensino superior pública federal brasileira, sediada na cidade de Catalão, estado de Goiás. Foi criada em 20 de março de 2018, a partir do desmembramento da Universidade Federal de Goiás. É uma das três universidades federais do estado, ao lado da Universidade Federal de Goiás (UFG) e da Universidade Federal de Jataí (UFJ).



pesquisa se dá na compreensão das interconexões feitas pelas integrantes do grupo relacionadas a violência contra mulher, pautadas nos diferentes sentidos de feminismos circulantes dentro do grupo, e expressadas através destas performances artísticas feitas pelas participantes. Caracterizamos também como objetivo, identificar quais os impactos que as integrantes do grupo buscaram promover durante a permanência dentro do Coletivo.

Essas performances citadas foram realizadas entre o ano de 2017 e 2020, o qual se refere ao período de vigência e atuação do coletivo feminista Todas Putas dentro da Universidade e na comunidade em Catalão – Goiás. É importante dizer que utilizaremos esse período de vigência e atuação do coletivo como período de referência para esta pesquisa. O Coletivo Feminista era formado por majoritariamente alunas do Ensino Superior, em nível de graduação da Universidade Federal de Catalão. Catalão é um município brasileiro, com a estimativa populacional de 113.091 habitantes, segundo IBGE¹⁴⁸ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do ano de 2021. A cidade tem 162 anos de história desde as primeiras habitações nesta região. Sua economia é baseada na agropecuária, indústria de automotores, mineração e comércio. São essas as principais fontes de emprego e renda para a população da cidade. O campus¹⁴⁹ o qual a pesquisa foi realizada conta corpo discente que é composto por mais de 3.400 (três mil e quatrocentos) alunos. O corpo docente conta com 328 professores e o quadro de pessoal com 116 técnicos administrativos em educação, além de 138 funcionários terceirizados e prestadores de serviços. Este é o contexto o qual o Coletivo Feminista Todas Putas, trouxe a tona a discussão sobre os femininos, a violência contra mulher e a arte.

Pretende se aqui analisar os pontos de encontro entre as apresentações citadas, Mulamba (2017), O Grito das Benzedeiras (2019), Todas Putas na Escola (2020), que relatam e denunciam a violência contra mulher que se repete ainda nos tempos atuais e de diferentes maneiras, e discutir quais são as possibilidades existentes a partir dessas atuações do Coletivo Feminista Todas Putas, oferecem para elaborar um material didático pedagógico que contribua com o combate a esse tipo de violência em específico a (Violência contra Mulher). Pressupomos que essas investigações podem auxiliar na ampliação de material teórico sobre a temática da violência contra mulher, principalmente com a particularidade de um movimento atuante em uma sociedade que tem sido regada de conservadorismos e recusa de direitos a grande parte das minorias sociais, em uma cidade de médio porte no interior do Estado de Goiás.

¹⁴⁸ **O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística** - IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atende às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal.

¹⁴⁹ **UFCAT:** Para mais informações sobre a Universidade Federal de Catalão em implementação acessar: <https://catalao.ufg.br/>.

COLETIVO FEMINISTA TODAS PUTAS - ENTRE O DESEJO E O ENCONTRO SURGE A LUTA!

Sou filha do Cerrado goiano, primogênita de Nelci Maria da Silva e Aldo Valdoar Alves. Ela é doméstica e ele é pedreiro. Ambos não puderam concluir o Ensino Fundamental Básico do Sistema Educacional, em função de inúmeras vulnerabilidades sociais. Assim como meus pais, tenho construído a minha história na cidade de Catalão, no interior do estado de Goiás. Porém, diferente dos meus pais, tive a possibilidade de ocupar diversos espaços de formações e informações como escola, projetos sociais, movimentos estudantis e coletivos, que me oportunizaram o acesso e a resistência para concluir, em 2019, minha graduação no curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG), atualmente, Universidade Federal de Catalão (UFCAT).

Em 2014 iniciei o curso de Psicologia. Nesse mesmo ano conheci alguns movimentos sociais que compunham a Universidade e, logo em seguida, iniciei um caminho de luta, junto ao Diretório Acadêmico dos Estudantes, construindo pautas de interesses e direitos da luta estudantil, como a abertura do Restaurante Universitário¹⁵⁰ e a construção da Casa do Estudante da cidade de Catalão atualmente denominada (MUC)¹⁵¹ - Moradia Universitária do Cerrado. Fui ativa na representação estudantil da Regional Catalão durante dois anos. Concomitantemente, participei de projetos de extensão do Diretório Acadêmico¹⁵², como por exemplo, o projeto de atendimento psicológico para as/os estudantes do Cursinho Popular Paulo Freire¹⁵³. O cursinho, tinha como principal demanda atender alunas/os das redes básicas de Ensino da cidade de Catalão, no preparatório para o ENEM¹⁵⁴- Exame Nacional do Ensino Médio. Esses projetos foram fundamentais para minha formação política, pessoal e acadêmica. Mas em 2017, tive a oportunidade de iniciar e compor junto à algumas companheiras de curso, um coletivo feminista - Coletivo Todas Putas, que teve como base,

¹⁵⁰ **O Restaurante Universitário (RU)** da Universidade Federal de Catalão - UFCAT oferece o serviço de alimentação e nutrição, fornecendo refeições de almoço e jantar, de segunda a sexta-feira

¹⁵¹ **MUC** - Moradia Universitária do Cerrado - Universidade Federal de Catalão - de forma resumida, as **moradias** universitárias são alojamentos (casas) onde estudantes de baixa renda ou vindos de outras localidades ficam até a conclusão da graduação.

¹⁵² **Diretório Acadêmico:** Um Diretório Acadêmico (D.A.) é uma entidade estudantil que representa os estudantes dos cursos de nível superior dentro de uma instituição de ensino superior.

¹⁵³ **Cursinho Popular Paulo Freire:** Projeto que foi desenvolvido pelo Diretório Acadêmico da Universidade Federal de Catalão em implementação no ano de 2016, para acolhimento aos alunos de baixa renda que participam do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), pleiteando as vagas ofertadas para a graduação na universidade. São oferecidas aulas dos grandes eixos como conhecimentos gerais, exatas, raciocínio lógico e acolhimento psicológico.

¹⁵⁴ **ENEM** - O Enem foi criado em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes concluintes do ensino médio. A partir de 2004, a prova passou a ser utilizada como ferramenta para ingresso em instituições do ensino superior e, em 2010, com sua inclusão no Sistema de Seleção Unificada (Sisu), foi reconhecido como o maior e mais completo exame educacional do Brasil.



apresentações artísticas, que também pudesse oferecer um espaço de acolhimento e de fortalecimento das demandas das mulheres universitárias e promoveu atividades como Festivais Musicais, Cursos de Formação Feminista, Grupos de Estudos e Performances artísticas diversas.

Vivemos em um país que, nos últimos anos, encontra-se numa ascensão de políticas conservadoras e ataques à construção de um processo educativo crítico, em especial as áreas das humanidades. Entendo que a minha adesão a especificamente esse Programa de Pós Graduação - Mestrado em História e Ciências Sociais, foi em direção a encontrar possibilidades de refletir esse momento histórico que estamos vivendo, de polarização das ideias, forte redução de políticas públicas, incentivo à violência, entre outras barbáries que os atuais representantes do país têm encorajado. Para compreender como isso tem sido construído na história do nosso país, é fundamental partirmos dessa experiência atual de desgoverno e retornarmos aquilo que tem, ainda, sido elemento fundante do povo brasileiro: as desigualdades socioeconômicas, de gênero, educativas e culturais, patriarcado e a violência. É com intuito de refletir sobre essas práticas, que acredito na possibilidade de transformação, principalmente dos processos educativos.

De início podemos começar pensando no que nos remetemos ao escutarmos e/ou nos depararmos com a palavra *Putá* no nosso cotidiano. Na condição histórica e social colocada, quando nos encontramos com este termo logo relacionamos a uma mulher, transgressora, devassa, sem moral, ligando essa imagem feminina a uma prática não autorizada, a prostituição, e por isso origem de todo mal. Ao pensarmos nessa palavra, não é comum que consigamos relacionar a uma figura masculina, pois a simbologia e memória cultural sobre o feminino já está impregnado no imaginário social. Segundo a autora Saffioti (2001), o sistema de opressão e a violência de gênero estão pautados na lógica da exploração, que se incidem de maneira ainda mais violentas quando se tratam das camadas formadas pelas trabalhadoras mais empobrecidas e a partir das desigualdades citadas, como a econômica, cultural étnica/racial entre outras. A estudiosa, aborda a questão do gênero, a violência e o patriarcado como uma denúncia de crueldade e perversidade de um sistema econômico.

Ao falarmos de violência contra mulher concordamos com a autora (Saffioti) que devemos aprofundar - nós as causas e consequências dessa temática, o primeiro passo é não se restringir apenas às demandas individuais das mulheres que procuram a ajuda das delegacias, ministérios públicos de direito, e instituições que acolhem esses tipos de ocorrência. É preciso reconhecer e combater as causas sociais, culturais, históricas e econômicas, que estão atreladas a esse tipo de violência, e baseadas em uma sociedade patriarcal¹⁵⁵ e com expressões machistas. Ainda em consonância com a

¹⁵⁵ **Patriarcado** - Saffioti (2004) considera que o **patriarcado** é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A ordem **patriarcal** de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina.

autora, Heleieth Saffioti, em seu livro, *Gênero, Patriarcado e Violência*, o qual ela se debruça nos debates e pesquisas para compreender a temática violência contra mulher, ressaltamos a necessidade de construir os debates feministas em articulação com uma transformação da sociedade.

Segundo o Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID)¹⁵⁶ - 2021 do Mistério de São Paulo, as vítimas de violência contra mulher podem ser distribuídas em três grandes de grupos característicos: Mulheres adultas, que sofrem violência doméstica, física, psicológica por parte de parceiros conjugais e/ou ex-parceiros, fazem parte do primeiro, em seguida no segundo grupo, crianças e adolescentes do gênero feminino que sofrem violência sexual que por muitas vezes acontecem dentro da família, e o terceiro e último grupo, são as mulheres idosas, que enfrentam a violência intrafamiliar, com os filhos e netos.

O termo violência contra mulher e/ou violência de gênero é uma expressão recente que ganhou uma maior visibilidade no Brasil após a entrada em vigor da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Em uma breve contextualização histórica, essa lei foi aprovada no dia 6 de agosto de 2006. Antes desse feito, a violência doméstica e familiar contra a mulher era tratada comumente como crime de menor potencial, e era enquadrada na Lei nº 9.099/1995¹⁵⁷. Desse modo as audiências as quais deveriam garantir o direito de denúncia e resguardar a integridade física e psicológica da mulher, aconteciam em varas de conciliação¹⁵⁸ da Justiça, denotando ao agressor, impunidade após a execução dessas violências e principalmente aumentando a fragilidade da vítima diante dessas situações, em termos práticos a violência de gênero acabava sendo banalizada, e as penas reduzidas a pagamentos de cestas básicas, e serviços comunitários. Esse fator, por muito tempo, foi responsável pela baixa estatística de denúncia dessas violências, enquanto o número de feminicídio andava em grande escala.

A necessidade de mudar esse cenário era cada vez mais gritante, e em um debate feito pelas ONGs – Organizações não governamentais que faziam o acolhimento dessas mulheres violentadas, o Poder Legislativo¹⁵⁹ e Executivo¹⁶⁰ do Brasil em conjunto com sociedade civil, a Lei nº11.340/2006

¹⁵⁶ **GEVID** - Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID)- órgão do Ministério Público de São Paulo, atua na defesa e proteção dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, por meio da responsabilização dos/das autores/as de violência e pela consecução de ações e projetos voltados à efetivação da Lei Maria da Penha e à prevenção de situações de violência.

¹⁵⁷ **Lei 9.099/95** - Em resumo os Juizados Especiais Cíveis e Criminais previstos constitucionalmente e atualmente regulados pela **Lei 9.099/95** se destinam a julgar casos de menor complexidade decorrentes de pequenos conflitos do cotidiano, ganhando destaque entre estas ações as provenientes das relações com consumidores.

¹⁵⁸ **Vara de Conciliação** - O objetivo é prestar auxílio a qualquer cidadão na tentativa de solução de um problema, sem a necessidade de uma decisão judicial. O conciliador ou mediador, pessoa capacitada para a função, ajuda os envolvidos na demanda a encontrarem uma solução juntos, dentro da lei.

¹⁵⁹ **Poder Legislativo** - é exercido pelo Congresso Nacional - composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Na Câmara, ficam os deputados federais e no Senado, os senadores. No plano estadual, este poder é exercido pelas Assembleias Legislativas por meio dos deputados estaduais.

¹⁶⁰ **Poder Executivo** - Poder Executivo é o poder do estado que nos moldes da constituição de um país, possui a atribuição de governar o povo e administrar os interesses públicos, cumprindo fielmente as ordenações legais.

foi criada em 6 de agosto do ano de 2006. Em resumo, essa lei considera que as violências praticadas contra mulher (doméstica e familiar) que se caracterizam em física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, violam o código dos direitos humanos e, portanto, devem ser combatidas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconheceu a Lei Maria da Penha, dentre as três mais avançadas do mundo. Essa prevê medidas protetivas aplicadas à vítima, assim como a criação de dispositivos de acolhimento e combate à violência contra mulher como: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Casas-abrigo, Centros de Referência da Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar.

Apesar desse significativo feito pela instituição da Lei 11.340/2006 - Lei Maria da Penha, ainda na atualidade encontramos dificuldades no enfrentamento a violência praticada contra mulher, como exemplo podemos falar sobre a subnotificações, que se caracterizam em boletins de ocorrências não realizados, retiradas de queixa pela vítima, a falta de conhecimento sobre o que se enquadra a violência, a escassez de profissionais qualificados para o atendimento das demandas entre outras. No ano de 2022, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública antecipou os dados coletados no Anuário de Segurança Pública de violência contra mulheres relativos às violências letais e sexuais. Esses dados foram coletados dos boletins de ocorrência das polícias civis de todo país.

“Apenas entre março de 2020, mês que marca o início da pandemia de covid-19 no país, e dezembro de 2021, último mês com dados disponíveis, foram 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro e estupro de vulnerável de vítimas do gênero feminino”(Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022) .

Faço aqui uma constatação sobre a autora que vos fala, é preciso dizer que escrevo sob um olhar de pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em História e Ciências Sociais¹⁶¹, da Universidade Federal de Catalão, lugar esse que me solicita uma escrita científica e de cunho analítico. Costumo sempre destacar que escrevo sobre aquilo que me afeta e portanto, escolho desenvolver esta de maneira artística e sensível, me colocando também no processo como integrante do Coletivo Todas Putas.

A predominância de mulheres no cenário universitário é cada vez mais clara, mesmo quando se trata das modalidades presenciais ou à distância, os dados do (INEP, 2021)¹⁶² indicam que a entrada nos espaços universitários, principalmente como estudantes, tem sido significativa. Ainda que a estatística esteja a nosso favor em relação a inserção de mulheres no âmbito universitário, encontramos dentro desse mesmo espaço as dificuldades de permanência e muitas vezes, lugares

¹⁶¹ **PPGH** - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História, Cultura e Formação de Professores da Universidade Federal de Catalão em implementação.

¹⁶² **INEP**- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, foi criado há mais de oitenta anos e é praticamente um braço direito para o Ministério da Educação (MEC). organizar e aplicar a prova são funções desse órgão.



hostis para se desenvolver academicamente e profissionalmente. É preciso sempre ressaltar que essas opressões de gênero aliadas às questões de etnia/raça, identidade de gênero e orientação sexual, são ainda mais agressivas. Afinal, a universidade ainda hoje faz parte de uma sociedade que reproduz as práticas machistas, patriarcais e discriminatórias. Neste sentido, uma considerável indagação deve ser feita: Qual é o papel que os coletivos feministas têm no combate às diferentes formas de violência contra mulher no âmbito educativo?

Essa é uma pergunta desafiadora, porém usaremos como norteadora das nossas investigações a qual demanda a análise de atuação do Coletivo Feminista Todas Putas, a busca de como têm se desenvolvido esse trabalho, e qual impacto ele têm proporcionado em suas participantes, assim como em seu meio, a relevância social dessa pesquisa se dá no processo de construção de práticas educativas que estejam na linha de frente do combate a violência contra mulheres.

O Coletivo feminista Todas Putas, inicia sua trajetória no ano de 2017 na Universidade Federal de Goiás Campus Catalão, novamente a emancipada Universidade Federal de Catalão - Goiás, pela iniciativa de alunas do curso de graduação de Psicologia enquanto se preparavam para uma participação artística em um dos eventos tradicionais do curso - Sarau da Psicologia (Kayanna Harumi Miura, Luami Venâncio, Nicole, Beatrice Verdelho e Raíssa Alves).

Nesse primeiro momento foi elaborada uma performance apenas com intuito de participação e construção do evento Sarau¹⁶³ da Psicologia, que tradicionalmente acontecia na recepção dos novos alunos que estavam ingressando na graduação e principalmente no curso de Psicologia. O evento tinha como objetivo apresentar aos novos alunos seus colegas de curso e fazer a integração de todas as áreas, possibilitando assim criação de redes de apoio para os que acabavam de chegar. O palco era sempre aberto, para que todos pudessem se apresentar com músicas, poemas, performances teatrais entre outras atividades.

Esse evento possibilitou o primeiro encontro entre as integrantes que formariam o Coletivo Todas Putas (Kayanna Harumi Miura, Luami Venâncio, Nicole, Beatrice Verdelho e Raíssa Alves). Com o desejo de integrar a atividade do Sarau, e pelo fato de conhecermos umas às outras pela convivência dentro Campus, foi elaborada a primeira performance do grupo, ainda sem nenhuma identificação como coletivo, a qual provocava uma reflexão acerca da representação feminina na sociedade com a música Puta - do grupo musical artístico Mulamba¹⁶⁴, no primeiro capítulo detalharemos essa apresentação. Essa performance ganhou grande repercussão dentro do Campus, e

¹⁶³**Sarau:** se caracteriza como eventos musicais ou literários de pessoas que se reuniam com o intuito de promover a integração social e cultural de um determinado grupo.

logo então o grupo alavancou em proporção de mulheres participantes do coletivo, onde chegou em um número aproximado de 50 integrantes, com participações intermitentes.

“Quando Raíssa pede para escrevermos sobre nossas percepções, sinto um frio na barriga, um desconforto, quase um enjoo. Demorei a conseguir me concentrar para resgatar os efeitos do grupo “Todas Putas”, no corpo e na vida. Procuro no youtube¹⁶⁵, “Mulamba - P.U.T.A” e ouço com atenção a música que movimentou um tempo fértil da minha existência e continua movimentando.” (Kayanna, 2022)

Percebemos nos fragmentos desse relato o incômodo causado pela experiência do corpo feminino com a sociedade, este não pertence a si e sim ao que se espera dele. O fato de que historicamente o meio social vem criando categorias para as mulheres, é responsável também por criar inquietudes nesses corpos femininos, e o questionamento acerca das desigualdades e violências sociais baseadas nesse sistema patriarcal. “A função do papel social não nasce casualmente nem do nada, mas resulta de numerosos fatores da vida cotidiana dados já antes da existência dessa função e que continuaram a existir quanto ela já estiver esgotada.” (Heller, 1985, p.87).

Desse modo, em consonância com objetivo inicial desenvolvemos esta na proposição e elaboração de um material didático pedagógico, que consiga discutir a temática violência contra mulher, que são recursos utilizados e desenvolvidos para auxiliar na veiculação do conhecimento, entendemos que a reflexão no processo de criação desses materiais, os quais estarão presentes no cotidiano de ensino e aprendizagem sendo eles grupos, movimentos, coletivos, ambientes escolares entre outros, podem ser um fator fundamental na desconstrução de narrativas dominantes, e podem abrir espaços para as menos faladas, como as discussões de gênero, representação feminina e violência.

Esse fator, fez com que buscássemos, através da arte, um instrumento de manifestação política, que nos possibilitou a catarse de sentimentos recolhidos ao longo da existência em um corpo feminino, uma maneira de gritarmos e sermos ouvidas, de experimentarmos o próprio corpo sem restrições, de sermos completas, de nos sentirmos inteiras, mas principalmente de compartilharmos. Compartilhar, nesse contexto, significa assumir, para si, reconhecer nas nossas realidades, subjetivas e objetivas, uma identidade em metamorfose. “A possibilidade de uma produção indefinida que não se limita ao essencial, produz no homem a necessidade de modificar-se permanentemente, renovar-se, transformar-se.” (Heller, 1985).

A partir deste primeiro evento e da grande repercussão que houvera dentro da Universidade, a união entre o grupo de mulheres havia se formado, estudantes que tinham acabado

¹⁶⁵YouTube é uma plataforma digital de compartilhamento de vídeos.



de chegar e mesmo aquelas que já estavam cursando a um período mais longo começaram a entrar em contato demonstrando interesse em compor um grupo.

Diante da procura e interesse de tantas mulheres que se identificavam com a performance e buscavam um lugar de acolhimento para falar sobre as violências que cotidianamente viviam, os primeiros encontros do Coletivo Todas Putas aconteceram. Esses primeiros encontros se resumiam em escutas e compartilhamento de experiências, na grande maioria das violências que se assemelhavam, entre uma diversidade de mulheres, com idades diferentes, etnias, culturas, orientações sexuais e classes. Eram inúmeras histórias as quais todas sentiam de alguma maneira inscrita também no seu próprio corpo. Naquele momento era necessário que fizéssemos algo para manifestar e resistir às nossas vivências até ali, e a arte, a música, a performance foi o acolhimento.

Foi através das apresentações e experimentações artísticas que eram feitas desde os encontros nos corredores, aos ensaios, reuniões e o palco, que construímos a luta e principalmente um espaço pedagógico, de reflexão sobre direitos das mulheres, estudos de gênero, violências, feminismo, resistência e luta dentro da universidade.

A proposta aqui é revisitar as memórias da construção do Coletivo Todas Putas e em mais específico as apresentações/performances: Mulamba, pelos relatos das integrantes (Kayanna Harumi Miura, Luami Venâncio, Nicole, Beatrice Verdelho e Raíssa Alves) que iniciaram e deram continuidade nos trabalhos do mesmo, e a partir dessas dissertar sobre o eixo violência contra mulher, temática em comum dentro dessas performances escolhidas para análise. De antemão, o grupo em questão esteve em atividade entre fevereiro do ano de 2017 até dezembro do ano de 2020, e atualmente é considerado pelas participantes que chegou ao fim.

“Acredito que o coletivo tenha se findado em 2020, em um tempo em que nos distanciamos por muitas razões, como finalização de curso, distanciamento e entre outras, mas é fato que esse processo ainda nos afeta, na medida em tomamos outros caminhos, e de algum modo, tudo isso impactou subjetivamente cada uma de nós.”(Luami, 2022).

No dia 15 de fevereiro do ano de 2022, mais ou menos às 21h05 o reencontro aconteceria, após dois anos pandêmicos em que uma crise de saúde causada pelo Coronavírus (covid 19)¹⁶⁶ que assola o mundo, e todas as formas de vida foram modificadas. Neste dia seria diferente, nos veríamos através das telas, essas que hoje são uma das poucas possibilidades de um encontro seguro. Habitadas a nos manifestarmos com o corpo, com o toque, hoje a frieza das telas nos desafiam aos

¹⁶⁶ **Coronavírus (COVID -19)** - uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global desde 2019.



afetos, a reunião foi feita através da plataforma google meet¹⁶⁷, ferramenta digital que neste momento, oportunizou encontros, aulas, reuniões em meio a necessidade de distanciamento.

Foi enviado a cada uma o link de acesso a sala virtual para que pudéssemos conversar, todas ansiosas pelo reencontro e o que viria dali, pois já sabíamos que como sempre haveria potência. Luami Venâncio, a primeira a entrar na sala online, com um sorriso no rosto espera a entrada das companheiras a tanto tempo não vistas. Logo em seguida, Kayanna Miura, Beatrice Verdelho e Nicole. E mais uma vez emocionadas, após tanto tempo e desencontros, estávamos presentes para compartilhar e produzir mais um registro do quanto é possível construir práticas pedagógicas que minimizem as desigualdades sociais, como as relações de gênero, que acabam gerando a violência contra mulher, eixo que vamos desenvolver a partir das apresentações que serão descritas. Utilizaremos o método de pesquisa qualitativa de cunho dissertativo a partir das pesquisas bibliográficas e análises dos materiais mencionados. *“Ser mulher em uma sociedade machista e patriarcal nunca foi uma tarefa fácil, e foi pensando nas dores experimentadas por todas as mulheres pelo simples fato de existirem que o grupo “Todas Putas” foi criado (Todas Putas, 2017). São mulheres que se uniram para utilizar a arte como ferramenta política de empoderamento e transformação social. Esse objetivo se dá pela constatação através dos estudos do feminismo a ausência de narrativas femininas ao longo da história, as quais as mulheres protagonizaram a sua história, onde poderiam compor particularidades de cada vivência em diversas trajetórias e culturas do que é ser uma mulher, é necessário enfatizar que essa ausência de narrativas, acontece por inúmeros fatores sociais, culturais, econômico e históricos.*

“Muito além de ser um movimento reconfortante, o objetivo do grupo é provocar inquietação para que este desconforto seja a força motriz da desconstrução e da desnaturalização de estigmas arraigados historicamente, os quais enaltecem a posição fálica do homem e subjagam a mulher ao atribuir-lhe papéis sociais estrategicamente delimitados. É através da arte que estas atravessam o enigma tão explorado e até hoje não desvendado pelas ciências humanas, qual seja: “o que quer uma mulher”, e podem simplesmente senti-lo, literalmente, inscrito no corpo, dispensando definições e objetificação.”(Todas Putas, 2017).

De modo geral, podemos dizer que esse movimento se refere à ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais por meio do embate político, cultural, artístico conforme suas ideologias, dentro de uma determinada sociedade e de um contexto específico, permeados por tensões sociais. Historicamente, esses são caracterizados pela resistência às lutas travadas cotidianamente, de diversas formas, que podem ser configuradas por coletivos, grupos de

¹⁶⁷ Google Meet é um serviço de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google.



arte, maracatus, grupos de estudo, manifestações, eventos culturais, intervenções políticas, pautas de reivindicações, entre outras.

Podemos dizer também que no Brasil os estudos de gênero e representação feminina emergem nas décadas de 1970 e 1980 com a preocupação inicial em pesquisar as opressões enfrentadas pelas mulheres das classes trabalhadoras junto aos os movimentos sociais que iniciam a partir de grandes embates com governos autoritários, principalmente na década de 1970, com a classe dos trabalhadores e os movimentos estudantis, contra o regime militar, com o objetivo de resistir à ditadura dos governantes e promover a democracia no país.

Assim sendo, permitiu-se que novos movimentos, grupos e coletivos, ao longo das décadas, travassem também suas lutas, contra esse mesmo governo autoritarista, e contra o sistema. Um desses movimentos é o das mulheres, que busca direitos sociais, civis e políticos, e reivindica políticas públicas voltadas a elas. (Cancian, 2007).

Destaco aqui a importância de não encarar essa afirmação como marco inicial dos estudos de gênero e das lutas feministas no país, assim como se dá objetivo dessa pesquisa, e com tantos estudos já apresentados pelas comunidades científicas dos estudos de gênero e do feminismo, e as violências existe uma imensa diversidade de narrativas silenciadas que formam um rizoma na construção da história das mulheres no Brasil e suas lutas, assim como o estudos e práticas do feminismo. É importante ressaltar que utilizaremos nesta, o gênero como categoria de análise histórica pautados na construção teórica de Joan Scott, e suas contribuições para o feminismo. Sendo assim, consideramos que o conceito de gênero é derivado de uma construção histórica e social, ao qual se consolida na medida em que começa a questionar as representações sociais de homens e mulheres e o que esse fator implicaria no cotidiano do sujeito. Desse modo, a categoria gênero alavanca de mãos dadas com os estudos de feminismo, como forma de conceituação teórica para construção de pautas e reivindicações para mulheres.

De acordo com Alves e Pitanguy (1985, p. 8-9), não é possível definir exatamente o que é o feminismo. Podemos dizer que é uma forma de resistência contra um tipo de opressão que, de fato, vem sendo reproduzida ao longo da história da humanidade, como uma herança. “Em Atenas ser livre era, primeiramente, ser homem e não mulher, ser ateniense e não estrangeiro, ser livre e não escravo” (Alves, Pitanguy, 1985, p. 11). Para além dessa afirmação é correto dizer que ainda que houveram algumas reivindicações que formalmente foram atendidas através das lutas feministas, essas não garantiram a não inferiorização da mulher dentro das representações e papéis sociais.

Foi pensando na vida cotidiana de cada mulher, nas experiências vivenciadas na academia, nas lutas travadas diariamente e na resistência das mesmas dentro dos movimentos sociais e dos

grupos de expressão artística como manifestação política, que nasceu o presente estudo. A existência de um estereótipo do papel social feminino, vem sendo propagada ao longo da história da humanidade como um círculo vicioso, que implica subjetivamente e coletivamente na identidade dessas mulheres.

Partindo do pressuposto de que nós, brasileiros, vivemos uma sociedade eurocêntrica, em que as literaturas da nossa história são descritas por homens brancos, assim como nossa colonização foi realizada também por homens brancos, criou-se um sistema patriarcal de sociedade civil, em que o corpo feminino enfrenta, nas mais variadas atividades, o silenciamento, o que ocasiona a negação de um direito previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos, qual seja: a Liberdade de Expressão. Com o intuito de colaborar com as pesquisas no âmbito dessa luta que tem sido construída, de diferentes formas e com seus devidos recortes (mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres brancas, mulheres heterossexuais), incluindo o recorte de classes e principalmente colaborar com a formação de professores e construção de materiais didáticos pedagógicos que possam contribuir com uma sociedade cada vez mais igualitária, justificamos a relevância acadêmica e social dessa pesquisa.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é Feminismo. São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).

BITTENCOURT, Circe Maria F. Ensino de História: fundamentos e métodos- 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CANCIAN, Renato “Movimento estudantil: o foco da resistência ao regime militar no Brasil” Disponível <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/movimento-estudantil-o-foco-da-resistencia-ao-regime-militar-no-brasil.html>>; Acesso em 10 de janeiro de 2022.

CONQUERGOOD, D. Poetics, play, process and Power: the performative turn in anthropology. Text and Performance Quarterly, 9, 1, p. 82-88, 1989.

CERRI, Luis Fernando. Ensino de história e consciência histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CONFORTIN, Helena. Discurso e gênero: a mulher em foco. Representações do feminino. Campinas, SP: Editora Átomo, 2003.

EGAN, K. Metaphors in collision: objectives, assembly lines, and stories. Curriculum Inquiry, v. 18, p. 63-86, 1988.

FOUCAULT, Michel. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

FOUCAULT, Michel (2013). Vigiar e punir (R. Ramalheite, trad.). Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1975).

FOUCAULT, Michel. (1995b). O sujeito e o poder. In P. Rabinow, H. Dreyfus, Michel FOUCAULT: uma trajetória filosófica (V. P. Carrero, trad., pp. 231-248). Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

GOFFMAN, E. Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed. São Paulo: Editora LTC, 2004.

GONÇALVES, M. Performance, discurso e educação: (re)construindo sentidos de escola com professores em formação na Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza. 2016. 141f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

HELLER, H. O Cotidiano e a História. 6ª ed. São Paulo: Editora Terra e Paz, 2000.

LANE, S.T.M. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: CODO, W.; LANE, S. M (org.) et al. Psicologia social: o homem em movimento. 14ªed. São Paulo: Editora, 1984.

MARSHALL, H. H. Work or learning: Implications of classroom metaphors. Educational Researcher. P. 9-16, 1988.

MCLAREN, P. The Liminal servant and the ritual roots of critical pedagogy. Language Arts, 65, 2, p. 164-179, 1988.

MORENO, Montserrat. Como se ensina a ser menina: O sexismo na escola. São Paulo: Moderna; Campinas - Moderna, SP, 1999.

PINEAU, E. Nos cruzamentos entre a performance e a pedagogia: uma revisão prospectiva. Educação e Realidade, v. 35, n.2, p.89-113, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/14416> Acesso em: 20 jan. 2022.

PINTO, Andréa Márcia. A representação da mulher nos livros didáticos de História. Vitória: 2001. 1810. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFES – apud Fernanda Dias Oliveira. Abram seus livros... o discurso sobre diferença nos livros didáticos. Juiz de Fora (2006)

RÜSEN, Jorn. Razão Histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHECHNER, Richard. Between Theater and Anthropology. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985. 368p.

SCHECHNER, Richard, Performance Theory. New York: Routledge, 1988. 304 p.

SCHECHNER, R. What is Performance? In: SCHECHNER, R. Performance Studies: An Introduction. 2nd. ed. New York, NY: Routledge, 2006, p.28-51.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº2, jul-dez 1995, pp. 71-99. Disponível em: <https://archive.org/details/scottgender> Acesso em: 22/03/2015.

SCHIMIDT, M. A.; CAINELLI, M. Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004.

SINGER, Milton. When a great tradition modernizes. New York: Praeger, 1972 430pg.

TIMPSON, W. M.; TOBIN, D. N. Teaching as performing: A guide to energizing your public presentation. New Jersey: Prentice-Hall, 1982.

TURNER, Victor. From Ritual to Theatre. New York: PAJ Publications, 1982. 127 p. The Anthropology of Performance. New York: PAJ Publication.

DOS ANJOS, Karla Ferraz; SANTOS, Vanessa Cruz; SOUZAS, Raquel; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v.37, n.98, p. 504-515, 2013.

FONTE:AGÊNCIASENADO:<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/09/violencia-contra-a-mulher-aumentou-no-ultimo-ano-revela-pesquisa-do-datasenado>

COLONIALIDADE DO VER: OS CAMINHOS E AS POSSIBILIDADES DE UM CONCEITO

Lucas Henrique dos Reis ¹⁶⁸

RESUMO

A colonialidade é distinta do colonialismo: o colonialismo diz respeito a “situações coloniais” impostas pela presença de uma administração colonial”; já a colonialidade refere-se a “situações coloniais” da atualidade, em que as administrações coloniais foram praticamente erradicadas do sistema-mundo capitalista” (GROSFOGUEL, 2008: 126). Enquanto a noção de colonialidade do poder, proposta por Quijano (1998), implica “a hegemonia do eurocentrismo como perspectiva de conhecimento” (QUIJANO, 1998: 229) e a raça como “princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008: 123). No meio dessa discussão, alguns autores defendem que existe uma dimensão estética na constituição da colonialidade: ou uma colonialidade do ver. O objetivo desse texto é analisar os trajetos do conceito da colonialidade do ver, seu surgimento e desdobramentos, e refletir sobre as possibilidades abertas com a especificação dessa particularidade da colonialidade.

Palavras-chave: Colonialidade do poder, Colonialidade do ver, Estética.

INTRODUÇÃO

O grupo Modernidade/Colonialidade é um conjunto de filósofos, sociólogos, antropólogos e outros intelectuais latino-americanos que refletem sobre a fundação de um mundo moderno/colonial no contexto da expansão marítima europeia e emergência do circuito comercial do Atlântico, a partir do século XV. No processo de conquista e colonização da América, forja-se uma série de instituições e saberes que contribuem para a organização do mundo, a partir da diferença colonial. Mesmo depois dos processos de independência dos países latino-americanos no século XIX, estruturas coloniais remanescentes continuam em funcionamento na América Latina. Para o entendimento desse processo, o grupo utiliza a noção de *colonialidade*.

A colonialidade é distinta do colonialismo: o colonialismo diz respeito a “situações coloniais” impostas pela presença de uma administração colonial”; já a colonialidade refere-se a “situações

¹⁶⁸ Doutorando na linha de pesquisa “Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História”, na Universidade Federal de Goiás. Orientador: Prof. Elias Nazareno. E-mail: lucasreis769@gmail.com



coloniais' da atualidade, em que as administrações coloniais foram praticamente erradicadas do sistema-mundo capitalista" (GROSFOGUEL, 2008: 126). Quer dizer que, mesmo que as administrações coloniais tenham sido extirpadas depois dos processos de independência no século XIX e de descolonização no século XX, práticas e instituições coloniais – o Estado-nação, o capitalismo, a universidade, as ciências sociais, os modelos econômicos, o racismo, etc. – continuam existindo em países de passado colonial, já que continuaram sendo governados por elites *criollas* brancas. O termo colonialidade evidencia “as continuidades históricas entre os tempos coloniais e os chamados tempos ‘pós-coloniais’” e assinala que “as relações coloniais de poder não se limitam apenas ao âmbito econômico-político e jurídico administrativo dos centros sobre as periferias, mas possuem também uma *dimensão epistêmica*, isto é, cultural” (CASTRO-GOMÉZ; GROSFOGUEL, 2007: 19).

Nessa discussão, o sociólogo peruano Aníbal Quijano desenvolve o conceito *colonialidade do poder*. Nas Américas, a colonialidade do poder implica “a hegemonia do eurocentrismo como perspectiva de conhecimento” e sua formação é “um dos exemplos chaves desses momentos de mudanças bruscas e drásticas da experiência histórica no mundo” (QUIJANO, 1998: 229-232).

No contexto da colonialidade do poder, as populações dominadas de todas as novas identidades foram também submetidas à hegemonia do eurocentrismo como maneira de conhecer, principalmente na medida em que alguns de seus setores puderam aprender o idioma dos dominadores. [...] essas populações (“índia” e “negra”) foram presas entre o padrão epistemológico aborígene e o padrão eurocêntrico (QUIJANO, 1998: 232. Tradução minha).

Portanto, a colonialidade do poder é um enredamento de diferentes hierarquias que tem a raça como “o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008: 123); é uma “interseccionalidade de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico-racial [...] reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder” (Idem).

Posteriormente, o conceito de colonialidade do poder se desdobrou em outros conceitos – como a colonialidade do saber (LANDER, 2005) e do ser (MALDONADO-TORRES, 2007) –, com o objetivo de perceber outras dimensões do funcionamento da colonialidade, mais especificamente, as dimensões epistêmicas e epistemológicas. Enquanto isso, os aspectos imagéticos da colonialidade também começaram a ser explorados por alguns autores, como o semiólogo Walter Mignolo. O objetivo desse texto é analisar justamente os trajetos do conceito da colonialidade do ver – ou do olhar, ou do visual – e refletir sobre as possibilidades abertas com a especificação dessa particularidade da colonialidade.



COLONIALIDADE DO VER

Para Mignolo (2012), há várias trajetórias a partir das quais a estética e as imagens passam a ser problematizadas a partir do “projeto modernidade/des-colonialidade” [*proyecto modernidad/des-colonialidad*] e, para ele, um importante centro para essas discussões foi a abertura do doutorado em Estudos Culturais da Universidade Andina Simón Bolívar, em Quito, dirigido por Catherine Walsh. Em 2005, Adolfo Albán-Achinte “introduzia a questão estética no projeto decolonial”, mas, para Mignolo, foi apenas em 2009 que a discussão se aprofundou com o interesse de Achinte e outros pesquisadores desse curso de doutorado (MIGNOLO, 2012: 28).

Naquele mesmo ano, Mignolo foi convidado a escrever um artigo para a revista *Calle 14*, dirigida por Pedro Pablo Gómez Moreno (Ibid: 29). Nesse artigo, publicado em 2010, Mignolo expõe suas reflexões sobre a *aesthesis decolonial*. A partir da análise de algumas instalações museológicas, o autor dedica-se a compreender o processo pelo qual a *aesthesis* foi colonizada pela *estética*.

Os significados da palavra [*aesthesis*, que se origina no grego antigo] se aproximam de palavras como “sensação”, “processo de percepção”, “sensação visual”, “sensação gustativa” ou “sensação auditiva”. [...] A partir do século XVII, o conceito *aesthesis* se restringe e, dali em diante, passará a significar “sensação do belo”. Nasce assim, a *estética* como teoria e o conceito de *arte* como prática. [...] (MIGNOLO, 2010: 13. Tradução minha).

A transformação da *aesthesis* – “fenômeno comum a todos os organismos vivos com um sistema nervoso” – em *estética* – “teoria particular de tais sensações relacionadas com a beleza” –, para Mignolo, faz com que uma “experiência singular do coração da Europa” seja transformada numa teoria de algo que, mesmo não sendo, pretende-se universal. Para o autor, é a “colonização da *aesthesis* pela *estética*” (Ibid: 14).

Assim, a mutação da *aesthesis* em *estética* lançou as bases para a construção de sua própria história e para a desvalorização de toda experiência *aesthética* que não tivesse sido conceitualizada nos termos pelos quais a Europa conceitualizou sua experiência sensorial própria e regional (Idem).

No mesmo ano de publicação desse artigo, em novembro de 2010, aconteceu um seminário no evento chamado “Estéticas Decoloniais” [*Estéticas Decoloniales*], na Faculdade de Artes-ASAB, da Universidade Distrital Francisco José de Caldas, em Bogotá, Colômbia. Este seminário, pensado a partir de um encontro de Mignolo e Moreno, foi organizado “ao redor do problema da colonialidade/decolonialidade da *estética*, como interpelação às dimensões constitutivas e constituintes da modernidade/colonialidade” (MIGNOLO; MORENO, 2012: 11). Para Mignolo,

o que estava acontecendo era simplesmente que a esfera da *estética* ingressava no projeto modernidade/des-colonialidade como uma dimensão fundamental na colonialidade do ser, do saber e do sentir e, portanto, de sua descolonialidade. Ou



seja, se a estética se constituiu como um discurso filosófico eurocentrado no século XVIII na Europa – não na Ásia, África ou América Latina nem no Caribe –, esse discurso contribuiu, direta ou indiretamente, em desvalorizar e, portanto, colonizar expressões de sentir e dos afetos tanto em sociedades não-ocidentais contemporâneas – desde o século XVIII até hoje –, mas também no passado dessas sociedades (MIGNOLO, 2012: 29).

Este seminário deu origem à publicação do livro “Estéticas e opção decolonial” [*“Estéticas y opción decolonial”*], organizado por Mignolo e Moreno, com prefácio dos organizadores, introdução de Mignolo, e artigos de Madina Tlostanova, José Alejandro Restrepo, Alex Schlenker, Adolfo Albán-Achinte e outros (MIGNOLO; MORENO, 2012).

Em 2009, Zulma Palermo, na Argentina, lançou o primeiro tomo do livro “Arte e estética na encruzilhada decolonial” [*“Arte y estética en la encrucijada decolonial”*], com prefácio de Mignolo, introdução da Palermo e artigos de Irene López, Justo Pastor Mellado e Adolfo Albán-Achinte (PALERMO, 2009). O segundo tomo foi lançado em 2014, também com prefácio de Mignolo, introdução e artigo de Moreno, e artigos de Albán-Achinte e Tlostanova (MIGNOLO, 2014). Todos os artigos já haviam sido publicados na revista *Calle 14*. Os eventos e as publicações indicam que essa discussão acontecia entre os mesmos integrantes.

No ano seguinte, Pedro Pablo Gómez Moreno, ex-doutorando do programa de Estudos Culturais da Universidade Andina Simón Bolívar, publicou seu livro “Estéticas fronteiriças: diferença colonial e opção estética decolonial” [*“Estéticas fronterizas: diferencia colonial y opción estética decolonial”*] (MORENO, 2015). O prefácio do livro foi escrito por Mignolo, seu ex-orientador. Em seu livro, Moreno propõe-se a refletir sobre a estética como parte do projeto da modernidade:

A questão geral deste livro investiga as condições de possibilidade da decolonialidade estética, ou seja, a questão aponta para a liberação da *aiesthesis*, o mundo sensível que foi colonizado pela estética moderna. Defende-se que o espaço do sensível em geral e da arte em particular são uma porta de entrada para compreender certos domínios da matriz colonial de poder, largamente regulados pela colonialidade dos saberes e das subjetividades. A aparição histórica de um saber moderno/colonial, a estética, e da arte como um fazer regulado por esse saber, é o que torna a arte e a estética constitutivas da modernidade como problema (MORENO, 2015: 20. Tradução minha).

Outro ex-aluno do programa de Estudos Culturais dedicou-se a refletir sobre a relação entre imagens e colonialidade/decolonialidade. Alex Schlenker identifica-se como um “artista visual e cineasta interessado nos debates e processos decoloniais” (RUGERI et. al., 2019: 25). Numa entrevista, ele conta que fez ensino superior na Alemanha e, por se interessar por “cinema documental de corte antropológico”, foi para o doutorado no Equador, onde foi aluno de Catherine Walsh, Enrique Dussel, Santiago Castro-Gómez e Walter Mignolo (Idem). Parte da pesquisa de doutorado de Schlenker era analisar um arquivo de fotografias produzidas por um fotógrafo equatoriano, chamado

Miguel Ángel Rosales. O corpus documental era composto por mais de 35.000 imagens, produzidas entre 1920 e 1970. Schlenker pretendia “desenvolver uma proposta conceitual e metodológica para ler, a partir de algumas das propostas do projeto *colonialidade/modernidade*, a memória (fotográfica) construída” a partir dessas imagens (SCHLENKER, 2019: 77) ¹⁶⁹.

Em seus textos, então, Schlenker se propõe a analisar essas fotografias a partir da “triangulação memória-imagem-relato”, objetivando “descolonizar o olhar que os diferentes dispositivos da modernidade tem lançado sobre o *outro*” (SCHLENKER, 2012: 164). No seu artigo publicado no livro “Estéticas e opção decolonial”, já citado anteriormente, Schlenker, em diálogo com a perspectiva da decolonialidade, busca “desenvolver um marco teórico crítico e metodológico que permita abordar, de maneira significativa e criativa, a representação visual de gênero, classe e etnia” (Ibid: 165). Lançando mão de reflexões de Chukwudi Eze, Immanuel Wallerstein, Enrique Dussel, Frantz Fanon e Aimé Césaire, Schlenker relaciona as estratégias de nomear e classificar o outro, típicas da modernidade capitalista, com as práticas de capturar imagens através de uma câmera fotográfica, por exemplo.

Um dos pilares da modernidade, “o desenvolvimento científico e tecnológico como forma de progresso”, naturalizou a ideia de que os dispositivos do olhar – a pintura e a fotografia inicialmente, o cinema e o vídeo posteriormente – “somente” reproduzem a realidade tal qual ela é. Tal pretensão de objetividade realista desconhece e nega todo o controle político das distintas subjetividades envolvidas, convertendo a imagem-olhar e seus dispositivos em um universal de verdade realista (Ibid: 177).

Ou seja, essa aparência de real reforça uma sensação de que as imagens, principalmente as fotografias e o cinema – que seriam capturas de uma realidade com uma câmera –, são objetivas ¹⁷⁰. Por causa dessa aparente neutralidade e objetividade da fotografia, Schlenker entende que a fotografia, que é o tipo de documento da sua pesquisa, é uma “possível ferramenta colonial” (SCHLENKER, 2019: 85). “A fotografia em si não pode ser considerada colonial, é o seu uso com intenções coloniais o que leva a pensá-la como um aspecto complexo do mundo moderno/colonial” (Idem). Ao analisar uma fotografia do livro “Tipos de Índios da Colômbia e do Equador”, ele conclui que, naquele caso – e em outros –, “a fotografia serve de veículo para construir,

¹⁶⁹ Esse artigo já havia sido publicado anteriormente em espanhol na revista Calle 14. SCHLENKER, Alex. Hacia una memoria decolonial: breves apuntes para indagar por el acontecimiento detrás del acontecimiento fotográfico. **Calle 14 revista de investigación en el campo del arte**, v. 6, n. 8, p. 128-142, 2012.

¹⁷⁰ Walter Benjamin já refletiu sobre essa percepção da realidade na tela do cinema: “No teatro, a localização do palco nos faz reconhecer o caráter ilusionista da encenação. Essa localização não existe no cinema. [...] Para o homem moderno, a representação cinematográfica da realidade é incomparavelmente superior àquela da pintura, pois [...] ela oferece uma realidade livre de máquinas”. BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Benjamin e a obra de arte: técnica, imagem, percepção**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. p. 26-7.



legitimar e fazer circular esse olhar colonial que reproduz a matriz colonial” (Idem). Nos seus artigos, o autor dedica-se a refletir sobre uma maneira de analisar essas imagens e, num texto em específico, diz que pretende “pensar a fotografia como disparador de reflexões críticas que levem a um giro decolonial do olhar e, com ele, da representação visual como parte de uma *memória-outra*” (Ibid.: 78).

Para Schlenker (2010), a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza foram aparecendo nas fotografias e, assim, constituindo uma “colonialidade do visual” [*colonialidade de lo visual*] (SCHLENKER, 2010: 79). Em outro texto (2019), ele diz que “a colonialidade do saber [...] se configura de maneira mais detalhada numa colonialidade do ver e do representar, ou seja, em uma colonialidade da estética” (SCHLENKER, 2019: 79). Mesmo que, por um lado, ele se dedique a examinar as potencialidades de um giro-visual-decolonial e apresente caminhos para uma análise crítica das fotografias, por outro lado, Schlenker não parece se definir o que seria essa colonialidade do visual/do ver/do representar/da estética.

Diferente dele, outro autor analisa mais detidamente as possibilidades do que seria a “colonialidade do ver”. Em 2011, Joaquín Barriando publicou um artigo que foi uma reelaboração de materiais que ele utilizara num seminário organizado pelo coletivo La Tronkal e pela Oficina de Imagem e Visualidade da Universidade Andina Simón Bolívar, instituição de onde saíram outros autores citados anteriormente (BARRIENDOS, 2011) ¹⁷¹. No seu artigo, Barriandos entende que, assim como a colonialidade do poder, do ser e do saber, a colonialidade do ver também é constitutiva da modernidade e, para compreendê-la e desmontá-la é necessário estabelecer uma conexão entre “a origem eurocêntrica do saber etnográfico, o peso das retóricas cartográficas imperiais no processo de consolidação das hierarquias etnorraciais e o racismo epistemológico”: para ele, a colonialidade do ver seria uma “maquinaria heterárquica do poder que se expressa ao longo de todo o capitalismo”; “uma série de superposições, derivações e recombinações heterárquicas, que em sua descontinuidade interconectam o século XV ao século XXI, o XVI ao XIX etc” (BARRIENDOS, 2019: 43).

Para desenvolver seu argumento, Barriandos analisa a “os imaginários transculturais em torno do canibalismo no ‘Novo Mundo’” e, como essas narrativas, que remontam ao imaginário medieval sobre selvageria e canibalismo, mesmo iniciadas com os “cronistas das Índias e pelos viajantes protoetnográficos da primeira modernidade”, geradas “no transcurso das batalhas comerciais

¹⁷¹ O artigo foi originalmente publicado na revista *Nómadas*. Depois a versão em português foi publicada na *Epistemologias do Sul*. BARRIENDOS, Joaquín. La colonialidad del ver: hacia un nuevo diálogo visual interepistémico. *Nómadas*, n. 35, p. 13-29, 2011. No presente texto, utilizei a versão traduzida em português, publicada em 2019.



transatlânticas da primeira modernidade colonial, [ainda] fazem parte das gramáticas transculturais da última globalização e dos discursos interculturalistas da pós-colonialidade” (Ibid.: 42).

Ele apresenta os “argumentos raciais, visuais, econômicos, ontológicos e cartográficos” a partir dos quais surgiram os relatos sobre o canibalismo das Índias no início da modernidade, analisando, por exemplo, as bulas papais e o debate entre Juan Ginés de Sepúlveda e Bartolomé de las Casas, conhecido como Controvérsia de Valladolid. Esses debates acabam por territorializar o canibalismo e, junto com a “racialização epistêmica da humanidade dos caribes, a exploração da força de trabalho indígena e a ‘fome de metais’”, essa identificação de um “território ontologicamente canibal” seria mais um elemento constitutivo do mundo moderno/colonial (Ibid: 45).

Modeladas pelas visões demonológicas dos missionários, pela literatura de viagem dos conquistadores, pelos relatos dos cronistas das Índias, pelos argumentos jurídico-territoriais dos *encomenderos* e pela retórica do imperialismo cartográfico, no interior do olhar panóptico colonial [...] surgiu o que neste texto definimos como a *colonialidade do ver*. É por meio dessa colonialidade do olhar que se articularam tanto a matriz etnográfica e a racializadora do comércio transatlântico quanto o substrato imperial da cartografia expansionista (Ibid: 46). [...]

Para Barriandos, essas imagens sobre o canibalismo tem uma sobrevida nos séculos seguintes, e poderia ser rastreada desde as exposições universais do século XIX e a gestão da “mulatez” e da “pardidade” até os processos migratórios, na promoção do turismo no “Terceiro Mundo” e na divisão internacional do trabalho atuais (Ibid: 50-1).

Christian León, mestre em Estudos da Cultura também na Universidad Andina Simón Bolívar, vai além de Barriandos e propõe uma “reconceituação das tecnologias coloniais de poder na era da reprodutibilidade técnica da imagem” (LEÓN, 2019: 66) ¹⁷². De acordo com esse autor, novos dispositivos audiovisuais – a fotografia e o cinema – redefinem a colonialidade do ver proposta por Barriandos. Dentre os argumentos utilizados no seu artigo, León diz que esses dispositivos e toda a dinâmica de produção, distribuição, exibição e consumo de imagens estão “relacionados ao mapeamento geopolítico da modernidade/colonialidade”, reproduzindo as assimetrias entre centros e periferias (Ibid: 68). Para ele, as mídias audiovisuais, portanto, produziram e reproduziram uma “telecolonialidade”.

A telecolonialidade visual nos coloca diante de uma rede de dispositivos midiáticos transnacionais que se baseiam na exploração colonial de conhecimentos, representações e imaginários e que visam a reproduzir as hierarquias de classe, raça, sexuais, de gênero, linguísticas, espirituais e geográficas da modernidade/colonialidade euro-norte-americana (Idem).

¹⁷² O artigo de León foi publicado originalmente em espanhol pela revista *Aisthesis*. LEÓN, Christian. Imagen, medios y telecolonialidad: hacia una crítica decolonial de los estudios visuales. *Aisthesis*, n. 51, p. 109-123, 2012. No presente texto, utilizei a versão traduzida em português, publicada em 2019 pela revista *Epistemologias do Sul*.



Além de identificar essa transformação da colonialidade do ver numa telecolonialidade, León defende a urgência de se repensar as teorias da arte e do cinema que continuam a se basear em parâmetros eurocêntricos, fazendo com que as histórias da arte e do cinema latino-americanos são forçadas a serem inseridos a áreas ligadas ao mundo greco-latino, à tradição judaico-cristã, ao pensamento iluminista e da crítica pós-moderna (Ibid: 62). Enquanto que o ideal seriam estudos visuais “reconceitualizados a partir de nossa região” para “pensar a diversidade de histórias e a heterogeneidade estrutural que moldam a visualidade no patamar do sistema-mundo moderno” (Ibid: 63).

O autor identifica uma hierarquia entre sistemas visuais ocidentais e não ocidentais. León resgata discussões de Quijano, Mignolo, Castro-Gómez e Grosfóguel que tratam da diferença colonial: diferença essa que é colocada numa hierarquia, numa oposição entre superior e inferior.

De fato, há uma hierarquia acentuada entre sistemas visuais ocidentais e não ocidentais desenvolvida a partir de uma série de mecanismos tecnológicos, iconográficos, psicológicos e culturais integrados a sistemas coloniais de poder e conhecimento. A própria noção de *imagem* precisa ser decolonizada, uma vez que é produto da retícula óptica, da perspectiva renascentistas, do conceito ocidental de representação e do sujeito transcendental moderno. [...] Poderíamos afirmar, portanto, que um dos efeitos da colonização do poder e do saber foi a assimilação da multiplicidade de culturas visuais na ordem binária do eurocentrismo, que atribui lugares hegemônicos e subalternos para cada uma delas (Ibid: 65-66).

Ou seja, na constituição do mundo moderno/colonial, surgem diferentes esferas de dominação e os autores citados acima concordam que a raça era um “eixo vertebrador” dessas múltiplas hierarquias. Grosfóguel identifica “nove hierarquias decorrentes do estabelecimento do sistema-mundo moderno/colonial”, a saber: classe, divisão internacional do trabalho, sistema interestadual global, dimensão global étnico-racial, gênero, sexualidade, espiritualidade, epistemologia e língua. León defende que é preciso adicionar outra hierarquia: aquela “ligada aos códigos visuais e às formas de objetivar o olhar” (Ibid: 65).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse breve exame, é possível perceber que vários autores se dedicam à análise da visualidade num diálogo com as proposições do grupo modernidade/colonialidade, considerando a arte ocidental, a estética e a própria ideia de imagem como elementos fundamentais da constituição do mundo moderno/colonial.

De um lado, para a compreensão das imagens como “ferramentas coloniais” e como instrumento da colonialidade do ver, é necessário entender os processos analisados pelos autores



citados acima, como a colonização da *aíesthesis* pela estética, processo que envolve a invalidação de visualidades outras fora do padrão eurocêntrico; as imagens do canibalismo que, em conjunto com outras produções escritas, como literatura de viagem, relatos e cartografia, contribuíram para a consolidação do colonialismo e da colonialidade; e as mídias atuais que reatualizam as hierarquias colonialistas e reforçam as dicotomias entre centro e periferia.

Por outro lado, o projeto da decolonização dessa visualidade, além da compreensão, precisa considerar a *ação*: primeiro desvelar o funcionamento dessa visualidade a serviço da colonialidade e, em seguida, decolonizar o olhar: propor uma maneira decolonial de compreender essa visualidade, que envolve, sim, a crítica às imagens, às representações, mas também a crítica a essa experiência histórica de ver específica, a esse regime de visualidade moderno/colonial, problematizando a maneira como examinamos o visual.

Mesmo que alguns autores não se utilizem do conceito de colonialidade do ver, é possível perceber que todos reconhecem que existe uma dimensão visual na constituição da colonialidade. Os autores também concordam que a raça é um elemento que também perpassa a colonialidade do ver, assim como, para Quijano, a raça é um “princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008: 123). Ou seja, a raça e o racismo ocupam lugar central na engrenagem dessas hierarquias da diferença colonial (MIGNOLO, 2005: 80), por isso é tão apropriada metáfora utilizada por León: a raça é um “eixo vertebrador” dessas múltiplas hierarquias.

Esse arcabouço teórico abre caminhos para análise de processos históricos sob uma nova ótica, compreendendo a estética e as imagens não como acessórios das ciências, instituições e saberes moderno/coloniais, mas como parte constituinte da colonialidade do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRIENDOS, Joaquín. A colonialidade do ver: rumo a um novo diálogo visual interepistêmico. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 1, p. 38-56, 2019.

BARRIENDOS, Joaquín. La colonialidad del ver: hacia un nuevo diálogo visual interepistêmico. **Nómadas**, n. 35, p. 13-29, 2011.

BENJAMIN, Walter. **Benjamin e a obra de arte**: técnica, imagem, percepção. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores;

Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, setembro de 2005.

LEÓN, Christian. Imagem, mídias e telecolonialidade: rumo a uma crítica decolonial dos estudos visuais. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 1, p. 58-73, 2019.

LEÓN, Christian. Imagen, medios y telecolonialidad: hacia una crítica decolonial de los estudios visuales. **Aisthesis**, n. 51, p. 109-123, 2012.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MIGNOLO, Walter (org). **Arte y estética em la encrucijada descolonial II**. Buenos Aires: Del Signo, 2014.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: CLACSO, 2005.

MIGNOLO, Walter. Aiesthesis decolonial. **Calle 14: Revista de investigación en el campo del arte**, v. 4, n. 4, p. 10-25, 2010.

MIGNOLO, Walter. Rutas hacia la estética decolonial. In: MORENO, Pedro Pablo Gómez; MIGNOLO, Walter. **Estéticas y opción decolonial**. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012.

MIGNOLO, Walter; MORENO, Pedro Pablo Gómez. Prefácio. In: MORENO, Pedro Pablo Gómez; MIGNOLO, Walter. **Estéticas y opción decolonial**. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012.

MORENO, Pedro Pablo Gómez. **Estéticas fronterizas: diferencia colonial y opción estética decolonial**. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, Universidad Andina Simón Bolívar, 2015.

PALERMO, Zulma (org.). **Arte e estética em la encrucijada descolonial**. Buenos Aires: Del Signo, 2009.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade del poder, cultural e conocimiento en América Latina. In: **Ecuador Debate**. Descentralización: entre lo global y lo local. Quito: CAAP, n. 44, p. 227-238, agosto de 1998.

RUGERI, Maicon Rodrigo et al. Alex Schlenker: descolonizar a arte para retomá-la como expressão da vida. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 1, p. 22-35, 2019.

SCHLENKER, Alex. Cartografía visual del poder. El retrato de la Ibarra semiperiférica y sus relaciones sociales de poder/producción. LA TRONKAL, Grupo de Trabajo geopolíticas y prácticas simbólicas. **Desenganche. Visualidades y sonoridades otras**. Quito: La Tronkal, 2010. p. 79.

SCHLENKER, Alex. Hacia una memoria decolonial: breves apuntes para indagar por el acontecimiento detrás del acontecimiento fotográfico. **Calle 14: Revista de investigación en el campo del arte**, v. 6, n. 8, p. 128-142, 2012.

SCHLENKER, Alex. Imagen, memoria, modernidade: ‘perspectivas-otras’ para el abordaje de la representación visual. In: MORENO, Pedro Pablo Gómez; MIGNOLO, Walter. **Estéticas y opción decolonial**. Bogotá: Universidad Distrital Francisco José de Caldas, 2012.

SCHLENKER, Alex. Rumo a uma memória decolonial: breves apontamentos para indagar sobre o acontecimento por trás do acontecimento fotográfico. **Revista Epistemologias do Sul**, v. 3, n. 1, 2019.

CONSTRUÇÃO DA ARQUEOLOGIA COMO CIÊNCIA NA EUROPA OCIDENTAL EM UMA ANÁLISE HISTÓRICA ENTRE OS SÉCULOS XIX e XX

Ester Vinhandelli Fernandes Bastos¹⁷³

RESUMO

As origens da Arqueologia como disciplina universitária remontam ao período entre os finais do século XIX e inícios do século XX. É nesse contexto histórico que as universidades europeias passaram a contar com a Arqueologia enquanto uma disciplina científica, se integrando aos demais cursos dessas instituições. Entretanto, as origens e as práticas da Arqueologia, remetem aos primeiros contatos da humanidade com a cultura material. Este relacionamento com a materialidade, desde as primeiras práticas arqueológicas, até a institucionalização da arqueologia revela a importância da disciplina no hall de cursos universitários. Nesse sentido, abordaremos o estudo da consolidação da Arqueologia enquanto ciência na Europa ocidental através dos suportes essenciais na formação da Arqueologia enquanto uma ciência.

Palavras chave: Arqueologia; História das Ciências; Cultura Material.

INTRODUÇÃO

A Arqueologia se define enquanto “um projeto de ciência da cultura material” (CÂNDIDO, 2014, p. 76). Para entendermos esta afirmação de M. M. Duarte Cândido, precisamos analisar o processo de constituição e formação da ciência arqueológica. Essa análise tem como objetivo revelar como as sociedades se relacionavam com a cultura material e como era realizada as práticas arqueológicas até a institucionalização da Arqueologia na Universidade europeia no século XIX e XX e a formação desta enquanto ciência. Quanto à variedade da pesquisa no âmbito da cultura material, citemos como exemplo o Período Clássico. Este contexto é rico em vestígios materiais que oferecem profícua documentação para o estudo do mundo antigo. Nesse período, havia a busca e o deleite sobre as múltiplas formas de representações do passado, ou seja, a procura por uma identidade que fosse revelada ao sujeito. Os pensadores da Antiguidade não propuseram uma perspectiva de estudos propriamente arqueológica, no sentido hodierno do termo. Entretanto, pelas fontes percebemos que a preocupação com o passado não se restringia ao círculo dos historiadores. Filósofos como Platão e Aristóteles se dedicaram às reflexões sobre os contextos anteriores aos seus,

¹⁷³ Discente do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás, sob orientação do Profº. Dr. Marlon Salomon. E-mail: E-mail:esterhistoriabastos@gmail.com.

desenvolvendo diferentes possibilidades de análise. Tal respaldo desses autores, revelam que os antigos poderiam empregar uma gama razoável de palavras para definir os intelectuais responsáveis pelo estudo do passado.

Segundo o historiador Arnaldo Momigliano, substantivos como “*kritikos, philologos, polyistor, grammatikos, doctus, eruditus ou literatus*”¹⁷⁴ confundiam-se nos esforços de delimitar como os estudiosos remetiam ao estudo do passado. Contudo, não se aproximavam do sentido designado pelo termo grego *arkhaiólogos*¹⁷⁵, percebido nas fontes escritas quando Platão orienta Hípias Maior: “as genealogias de heróis e de homens, as tradições sobre as fundações das cidades e as listas dos magistrados epônimos são parte de uma ciência chamada Arqueologia” (MOMIGLIANO, 2004, p. 93).

Na busca por uma representação do passado, os estudos sobre as origens da comunidade ou das instituições políticas e sociais foram denominados estudos “arqueológicos”, publicados em tratados intitulados Arqueologia (MOMIGLIANO 2004, p. 93). Arnaldo Momigliano pontua que o sentido da “Arqueologia” para os antigos era dirigido a uma espécie de “História Arcaica”. Isso quer dizer que “os antigos nunca foram capazes de fazer uma distinção nítida entre história propriamente dita e um tipo diferente de pesquisa que se ocupa com o passado sem ser história” (MOMIGLIANO 2004, p. 94).

Tomando para a análise a fundamentação os usos da “Arqueologia” no Período Clássico, percebemos que durante a Antiguidade a Arqueologia era tratada como um meio de proximidade com os artefatos e objetos de seus ascendentes e não como pretensão de desenvolvimento de um saber específico, deixando de lado o desenvolvimento científico, resumindo-a a uma prática corriqueira.

Johnny Langer afirma que “durante a Idade Média, ocorreram alguns fortuitos registros arqueológicos, geralmente relacionados com assuntos eclesiásticos” (LANGER, 1999, p. 96). O autor cita como exemplos as coleções de objetos romanos e a construção de altares sagrados com artefatos antigos (LANGER, 1999, p. 96). Isto não indica que durante a Idade Média não houve interesse pelos artefatos e recurso à cultura material.

Essa relação entre a cultura material e o período medieval é entendida como uma busca com outras inclinações, divergentes dos interesses da Antiguidade Clássica, uma vez que, “posteriores às civilizações antigas, artefatos podiam ser valorizados como relíquias”¹⁷⁶ de determinados

¹⁷⁴ São de origem grega os termos *kritikós* (κριτικός; crítico), *philólogos* (φιλόλογος; filólogo), *polyhistōr* (πολύιστωρ; cuja tradução mais adequada é “polímata”) e *grammatikós* (γραμματικός; gramático), *Doctus* (douto), *eruditus* (erudito) e *litteratus* (literato) são termos de origem latina que descrevem um indivíduo culto, interessado pelas artes e ciências, versado em variados assuntos.

¹⁷⁵ O *arkhaiólogos* (ἀρχαιόλογος) se dedicaria à compreensão ou estudo das origens (ἀρχή).

¹⁷⁶ Enquanto estudiosos da História, não podemos concordar com a aplicação nesta pesquisa do termo empregado por Bruce G. Trigger (2004), mais corrente e comum no campo da Arqueologia. Os estudos históricos entendem por



governantes, ou de períodos de grandeza nacional, e ainda como fontes de informação sobre o passado” (TRIGGER, 2004, 37). Concluimos que o interesse pelos saberes arqueológicos se manteve restrito e pontual.

A Arqueologia enquanto ciência surgiu em estrita associação com a cultura clássica, estabelecida na Idade Moderna como recurso ao patrimônio intelectual do mundo greco-romano. Isto ocorreu devido ao anseio da sociedade europeia em resgatar suas origens, baseado na busca de novos paradigmas políticos e culturais. Grande parte desse processo foi desenvolvido durante o Renascimento, movimento devotado à intensa revalorização das referências da Antiguidade Clássica (GRAY, 1999, p. 5). O contexto imediatamente posterior também repercutiu ideais iluministas que, segundo John Gray desejavam substituir a religião cristã pela crença humanista do Iluminismo (GRAY, 1999, p. 7).

O Renascimento significa o retorno dos valores antigos, inaugurando a Idade Moderna. Foi nesse período que os intelectuais do período definiram a Idade Média como um contexto sombrio, denominado Idade das Trevas – antagonizando com a Idade das Luzes. A construção de novos valores sociais, culturais e estéticos, principalmente a volta dos padrões greco-latinos, reestruturou toda a concepção de cultura material recebida do Período Clássico. “O objetivo dos eruditos da Renascença era entender e emular, o mais que pudessem, as gloriosas realizações da Antiguidade” (TRIGGER, 2004, 44). De acordo com o professor Pedro Paulo Funari,

O próprio nome, Renascimento, deve-se não só à leitura das obras antigas, como à coleta de objetos artísticos antigos, que passavam a fazer parte de coleções privadas, papais ou de autoridades. Por alguns séculos, do Renascimento no século XVI até o século XX, esses objetos e mesmo os edifícios antigos, como o Pantheon, em Roma, faziam parte do culto ao antigo, e constitui em certo sentido, uma atividade precursora da Arqueologia (FUNARI, 2010, p. 85).

Entretanto, os modernos não conseguiram nenhum avanço em relação à proteção sistemática das construções monumentais e dos pequenos artefatos, ao passo que a expressão do interesse pelo mundo antigo contribuiu de alguma forma com as investigações da cultura material entre os renascentistas.

Embora as origens da Arqueologia como disciplina universitária ocorra entre os finais do século XIX e inícios do século XX e passou a integrar o hall dos cursos universitários na Europa, a Arqueologia foi praticada nas múltiplas civilizações em diversos períodos. Muitas vezes interpretada

“reliquias” os objetos que pertenceram a um santo, que tiveram contato com seu corpo ou uma parte em si do próprio corpo santo. Segundo Renata Cristina de S. Nascimento, as relíquias têm a função de manifestar o invisível no visível. “As relíquias são realidades materiais que têm por objetivo aproximar o homem do sagrado, cumprindo um papel cultural e espiritual, sendo fundamentais para o entendimento das práticas, dos rituais e das crenças cristãs” (NASCIMENTO, 2014, p. 106).



como uma disciplina ancilar da História, ou seja, complementava os discursos historiográficos por meio dos seus vestígios materiais. Essa problematização muito nos interessa, visto que a contextos isolados, a Arqueologia ainda pode assumir essa identidade contestável de sujeição à História.

Nesse contexto, para analisar o surgimento da Arqueologia enquanto uma ciência dentro de uma abordagem historiográfica é necessária que sejam analisadas as primeiras características que a prática arqueológica assumiu dentro dos contextos do período e suas atualizações no campo. Portanto, A partir disso, será possível perceber a construção da Arqueologia dentro da História das Ciências. De acordo com o historiador Marlon Salomon

o historiador precisa se instruir na modernidade da ciência, porque é a partir desta instrução que ele pode perceber toda uma série de nuances em sua historicidade. É a atualidade, identificada ao presente de uma ciência, que ilumina a compreensão de seu passado. Não apenas ilumina: os valores atuais ou o caráter normativo da ciência atual devem conduzir a análise histórica (SALOMON, 2011, p. 3).

Embora o conceito de cultura material e a prática arqueológica tenha se modificado ao longo do tempo, o antiquarianismo e o colecionismo¹⁷⁷ deixaram um legado de relativo progresso quanto às descobertas arqueológicas. Do mesmo modo que a abrangência realizada pelos antiquários em suas investigações não podia integrar todos os artefatos históricos, também foi escasso o seu acesso aos métodos que se desenvolveram a partir de suas próprias técnicas.

Para os antiquários e colecionadores de antiguidades, o documento não valeria senão os materiais que o compunham ou a maestria estética de seu acabamento. Essa concepção, embora divergente da mentalidade que refletia a soberania da documentação escrita, reforçou a marginalização da cultura material, convertendo-a no contraponto radical e diametricamente oposto à historiografia (MOMIGLIANO, 2004, p. 86).

Diante de tal afirmação, para analisar o papel da Arqueologia como ciência, é necessário que sejam analisadas as características que a cultura material oferece para o estudo sistemático do passado. Destarte, será possível constatar quais as foram os suportes essenciais na formação da Arqueologia enquanto uma ciência. Além disso, através da exposição dos contextos nos quais a Arqueologia fora praticada e desenvolvida, analisaremos sua abordagem enquanto uma ciência em ascensão a partir do século XVII até o século XX. A análise histórica pautará a influência política,

¹⁷⁷ Os antiquários compunham a nobreza europeia, dedicando-se ao estudo, coleta e exibição de obras de arte antigas, juntamente com artefatos e esculturas relacionados ao Período Clássico. Eram ávidos colecionadores que herdavam também de seus antepassados. Por não terem desenvolvido nenhuma técnica ou método específico para o estudo da cultura material, não eram considerados *arkhaiólogoi* (LANGER, 1999, p. 98). O interesse do antiquário se restringia ao valor estabelecido pelo material e acabamento, não por seu valor histórico e arqueológico, menos ainda por seu contexto de descoberta. Contudo, mesmo sem método próprio, seu ofício repercutiu em todo o território europeu. Os antiquarianistas preservavam a materialidade do que viria a se tornar um documento na investigação arqueológica a partir do século XIX. Os antiquários, segundo Momigliano, mantinham seus interesses voltados para o objeto histórico, porém, não se interessavam pela história em si (MOMIGLIANO, 2004, p. 85).

social e cultural que influenciou diretamente a Arqueologia e seus métodos. Tal abordagem proporcionará maior clareza dentro da História da Ciência.

Atualmente, as investigações no campo da História muito se beneficiam da produção acadêmica da Arqueologia, que nas últimas décadas têm acrescentado importantes descobertas aos saberes devotados ao conhecimento do passado. Boa parte desse arcabouço é possibilitada pelos estudos da cultura material, uma tendência para as pesquisas arqueológicas, conforme prognóstico realizado por Pedro Paulo Funari, docente da Unicamp (FUNARI, 2013, p. 23).

De acordo com essa análise, o diálogo entre a História e a Arqueologia, corresponde à interdisciplinaridade que corrobora ao estudo da História da Ciência. Segundo Lilian A. P. Martins, cabe à História da Ciência uma descrição do objeto a partir das terminologias adequadas à área de investigação. Para mais, a História da Ciência não é somente um conjunto de descrições, mas acompanham explicações e discussões dentro de seu contexto científico (MARTINS, 2005, p. 306). Tendo em vista esse cenário, são escassas as produções brasileiras que tratam da ascensão da Arqueologia enquanto ciência, numa abordagem histórica assim como está sendo proposto no presente projeto.

Nessa perspectiva, o presente projeto está enquadrado na linha de pesquisa Ideias, Saberes e Escrita da (e na) História pois se relaciona diretamente com a investigação das funções do conhecimento histórico dentro da Arqueologia. Ao identificarmos a trajetória da Arqueologia, considerada por muitos anos como um suporte e auxílio para a História e repetidamente como mera ilustração a documentação escrita, trataremos os pontos na qual ela se destaca em um período de descobertas científicas (séculos XVII a XX) levando em consideração sua forte influência política, filosófica, cultural nos usos do passado.

O interesse desse projeto é propor uma investigação que vislumbre as primeiras práticas arqueológicas e a luta pelo reconhecimento dessa disciplina enquanto ciência. A partir dessas questões apresentadas anteriormente, buscamos construir uma pesquisa que evidencie a relação da Arqueologia e a historicidade na construção do conhecimento histórico e arqueológico. Outrossim, a importância desse trabalho se justifica a partir da análise em que a Arqueologia se aprimora em métodos e pesquisa enquanto ciência, a fim atender fatores legitimadores de identidade e poder, se ressignificando e contextualizando-se pelos séculos.

Tendo em vista essa relação, as fontes que utilizaremos circundam a historiografia e demais leituras a partir de arqueólogos que contribuem para essa investigação, já que se faz necessário o conhecimento histórico do período em questão. Grandes nomes como Heinrich Schliemann (1822-1890) e John Davidson Beazley (1885- 1970), contribuíram no estudo da Arqueologia durante o



século XIX. Schliemann foi um importante arqueólogo do período, revelando sítios arqueológicos da cidade de Troia e Micenas. Beazley, historiador da arte e arqueólogo, dedicou sua vida à cerâmica antiga clássica, criando o maior arquivo de cerâmicas gregas antigas, baseado no método moreliano¹⁷⁸.

As contribuições de intelectuais a partir do século XVII no estudo da Arqueologia, dentro de uma análise historiográfica, nos oferece rasa documentação para tal pesquisa. Entretanto, durante a busca e pesquisa na investigação do tema aqui proposto, foi verificado que a bibliografia contemporânea que aborda o recorte aqui proposto é escassa. A partir do balanço historiográfico em repositórios e demais plataformas que abrigam pesquisas científicas, observamos que há uma carência de estudos com abordagens que consideram o desenvolvimento da Arqueologia como uma ciência, principalmente dos séculos XVII-XX.

Oportunamente podemos destacar pesquisas que contribuíram de forma intensa nesse campo, como os trabalhos do historiador e arqueólogo brasileiro Pedro Paulo A. Funari que em suas diversas produções ressalta a Arqueologia enquanto ciência ascendente e em construção no Brasil e exterior. No artigo denominado *A Arqueologia Histórica em uma Perspectiva Mundial*, publicado em 2007, o autor aponta que a Arqueologia está ligada a tradição na disciplina, principalmente no seu contato com as grandes civilizações ocidentais, como as Arqueologias Clássica, Bíblica, Egípcia e Médio-Oriental. Ressalta também, que a Arqueologia não é somente simples *ancilla*¹⁷⁹ dos documentos escritos, já que a cultura material é multifacetada. Em nossa pesquisa, esse debate é fundamental para uma abordagem conceitual da Arqueologia.

Aline V. Carvalho e Pedro Paulo A. Funari, no artigo *Universidades, Arqueologia e Paulo Duarte*, do ano de 2012, trabalham com a abordagem interdisciplinar e abertura de diálogos entre as ciências e a Arqueologia. Esse contato interdisciplinar entre Arqueologia e as demais ciências é essencial para a promoção de novas pesquisas e além de alcançar o público geral de forma mais ampla. Nesse sentido, apesar de todo o desenvolvimento que as pesquisas arqueológicas puderam realizar no Brasil, esses resultados costumam estar restritos aos contextos universitários, museus e grupos de pesquisas. Essa demanda, muito nos interessa, visto que parte da população brasileira desconhece as aplicações da ciência arqueológica.

Tania Andrade Lima afirma no trabalho intitulado *Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico* publicado em 1993, que a Arqueologia que fora muito ligada a monumentos e aporte

¹⁷⁸ Método desenvolvido pelo crítico de arte italiano Giovanni Morelli. Por meio do método indiciário, Morelli catalogou e classificou obras em diversos museus, por meio de análises minuciosas, focando nos pormenores mais negligenciáveis. (GINZBURG, 1989, p.144)

¹⁷⁹ Isto é, definição a qual a Arqueologia é somente um respaldo a documentação historiográfica e serve da História.



para os trabalhos de restauração, abriu-se para perspectivas que não existiam antes da Arqueologia na Universidade. A Arqueologia pode incluir, como ciência, um discurso das minorias étnicas e subalternas. O resgate das práticas dos grupos sociais inferiorizados ou apagados da História fez os quilombos, becos urbanos, povoados, fazendas e senzalas se tornarem objeto de estudo e investigação da Arqueologia.

Os estudos do professor Fábio Vergara Cerqueira têm enriquecido as pesquisas no campo arqueológico. Entre essas produções, destaca-se o trabalho com Rafaela Nunes Ramos, intitulado *Acervos arqueológicos e cultura material, de suportes de memória a bem cultural: história, patrimônio e identidade em jogo*, do ano de 2016, na qual os autores trabalham com conceitos de materialidade enquanto um vetor de relações sociais. Nesse caso, revela-se a relação íntima da cultura material com a memória social. Dessa forma compreendemos a constituição do patrimônio e identidade cultural na sua configuração como documento para o desenvolvimento de pesquisas históricas.

Com base nesse levantamento, não foram identificados recortes específicos e temas semelhantes a esta pesquisa. Poucos pesquisadores que trabalham com o recorte configuram a construção da ciência arqueológica em si em todos os aspectos ou a detalham nos enfoques distintos da História da Ciência, ou seja, em uma abordagem conceitual (interna) e não-conceitual (externa). Justificamos a proposta de trabalho aqui descrita pela contribuição no âmbito acadêmico e diretamente a História das Ciências pela relevância do tema que se encontra restrita e pontual na maioria dos trabalhos. Tal abordagem é pouco trabalhada, mesmo que haja alguns trabalhos acadêmicos específicos na temática.

Em nosso campo de hipóteses podemos vislumbrar que as práticas arqueológicas que precederam a institucionalização da Arqueologia como disciplina universitária no início do século XX, foram imprescindíveis para a construção desta ciência. A conjuntura na qual a Arqueologia foi implementada com um referencial teórico metodológico voltada ao nacionalismo do século XIX, tem suas raízes na busca por uma ancestralidade desde a Antiguidade. Essa característica foi um fator de influência que reorientou os rumos da disciplina, que ainda manteve um caráter político, incorporando-se aos debates sociais e às políticas conservadoras nacionalistas até o século XX.

Além disso, Os aspectos culturais e sociais tiveram um papel importante na Arqueologia e no contato com a cultura material. Isso porque através dos novos estudos da Arqueologia voltados para esses pontos, como a Arqueologia Histórica, busca compreender os contextos e culturas periféricas dentro da Arqueologia, como o caso da América do Sul, por exemplo. Esses aspectos imbuídos nos

avanços da Arqueologia, mostram que as culturas e ideologias políticas influenciaram os campos e áreas de estudos a fim de atender tais demandas a partir de uma revisão teórica profunda.

Durante a institucionalização da Arqueologia, a formação universitária dos arqueólogos passou por uma série de lutas na promoção de bases institucionais e legais na Universidade para a atuação do arqueólogo em campo, diferentemente do trabalho do antiquário. Com base nisso, novos métodos de desenvolvimento nas escavações foram criados através de institutos nas empreitadas europeias. Tais conquistas na área promoveu o crescimento das pesquisas nas Universidades, ligadas também as ações do Estado nas produções acadêmicas, reformulando a Arqueologia como uma ciência que atenda a essas causas.

Levando em consideração os processos históricos que acompanham o desenvolvimento da Arqueologia pelos séculos, muito nos interessa a questão arqueológica que atende o discurso das minorias étnicas e subalternas. As investigações e pesquisas arqueológicas não se diferenciavam em um contexto social. Diferentemente de uma Arqueologia que sirva a discursos elitistas e nacionalistas excludentes, a produção intelectual do século XX passou a superar pouco a pouco essa supressão de discursos, dialogando diretamente com a História através da interdisciplinaridade.

De acordo com Lilian Martins, no artigo intitulado *História da Ciência: Objetos, Métodos e Problemas*, publicado em 2005, a História da Ciência exige uma preparação por parte do pesquisador que a realizará, de acordo com a metodologia de pesquisa em História da Ciência. É imprescindível que haja um prévio conhecimento em epistemologia e prioritariamente, o domínio do conhecimento dos conceitos da ciência que será investigada e o conhecimento histórico do período que está sendo estudado.

a História da Ciência apresenta uma metodologia própria, que não é nem a metodologia da História e nem a metodologia da Ciência, uma vez que é um tipo de estudo de natureza diferente dos dois anteriores [...] Assim, não basta ser um matemático ou um historiador para fazer uma pesquisa em História da Matemática, pois as técnicas empregadas de um trabalho em História da Ciência são diferentes daquelas utilizadas em Matemática ou nas pesquisas históricas de outros tipos. Qualquer que seja a formação universitária que o indivíduo tenha obtido, ele deverá ter uma preparação longa para que se torne um historiador da ciência competente. Um bom historiador da ciência se constrói a longo prazo (MARTINS, 2005, p. 305).

Mediante tal abordagem, Carlos Augusto de Proença Rosa, afirma que o estudo da História da Ciência, exige uma delimitação ao recorte escolhido, pois se trata de uma área extensa e complexa, que por si só exige tais conceituações. Rosa conceitua *História, Ciência e pensamento científico*, na qual pretende esboçar explicações prévias dessa linha de pesquisa.

O primeiro conceito é o de História, entendida aqui como uma narrativa sequencial e sistemática de eventos e acontecimentos relevantes no domínio da Ciência. Tal exposição não deve ser limitada, contudo, à mera cronologia dos fatos científicos, como a sucessão de descobertas, mas deve abranger o complexo entrelaçamento e



interdependência da evolução da atividade humana nos diversos campos. Trata-se, portanto, de examinar a evolução da Ciência tendo presente o contexto geral em que se desenvolve, como o social, o político, o econômico, o religioso e o cultural [...] O segundo conceito é o da Ciência, sobre o qual não existe consenso. Oriunda do termo latino *scientia*, que significa conhecimento e erudição, a palavra tem sido utilizada por muitos autores para o conjunto do conhecimento humano; nesse sentido, teria havido ciência desde os Tempos Pré-históricos, como quando o Homem dominou o fogo, inventou a agricultura e a roda, domesticou os animais ou trabalhou os metais [...] O terceiro conceito é o do pensamento científico, expresso em diversas passagens como mentalidade científica ou espírito científico. Sua evolução e a da Ciência seguem paralelas ao longo dos tempos históricos e se beneficiam de mútua influência, na medida em que são partes de um mesmo processo evolutivo (ROSA, 2012, p. 22).

Tendo em vista tais demandas a serem atendidas nesta linha de pesquisa, desenvolvemos os conceitos essenciais para o trabalho. A Arqueologia, antes de tudo, se relaciona diretamente com a cultura material, como pontuado anteriormente. Essa ligação com a materialidade está implícita na interpretação dos fenômenos sociais das mudanças concretas da cultura material. A necessidade da Arqueologia em se adaptar de forma técnica e metodológica aos “aspectos concretos, tangíveis, da produção humana” (LIMA, 2011, p. 12), fez com que a Arqueologia se tornasse a “disciplina mais qualificada para investigar esse rico e complexo domínio material da cultura, cuja história é tão antiga quanto a própria espécie humana (YENTSCH & BEAUDRY, 2001 apud LIMA, 2011, p. 12).

Tendo em vista a correlação da cultura material com a história da humanidade, a principal contribuição que os estudos da cultura material trouxeram para a Academia foi justamente a possibilidade de compreender contextos históricos bastante antigos, contextos que não podem ser percebidos senão pela ampliação do conceito de fontes, dentre as quais a cultura material figura proeminentemente (MENESES, 1983, p. 103).

Definir a cultura material é importante para diferentes disciplinas, entre elas, podemos destacar a História, a Arqueologia e a Arquitetura. Para a arqueóloga e historiadora Cristiane Loriza Dantas é necessário compreender dialogicamente a relação entre as pessoas e os objetos, destacando que muitas dinâmicas sociais surgem especificamente dos processos de interação entre pessoas e artefatos (DANTAS, 2014, p. 25). A recuperação de dados a partir da cultura material permite aos estudiosos compreender o comportamento dos grupos humanos no passado, funcionando como registros fósseis “de uma ação ou [de um] conjunto de ações” (DUNNEL, 2006, p. 88 apud DANTAS, 2014, p. 73). Esta é uma importante premissa da ciência arqueológica.

Neste cenário, percebemos que a definição da ciência arqueológica é crucial na investigação acerca do desenvolvimento da Arqueologia na Europa, a partir do século XIX, e na problematização em relação a seus objetos de estudo, objetivos em uma análise histórica. Para Funari, a Arqueologia foi



Definida, na origem, como estudo das coisas antigas, a partir da etimologia, dedicada aos edifícios e objetos provenientes das antigas civilizações, como a grega e a romana, tornou-se, aos poucos, parte dos estudos das relações de poder a partir das coisas. Em comum, manteve a centralidade do estudo do mundo material, das coisas, daquilo que pode ser tocado, transformado e feito pelo ser humano, definido, por convenção como cultura material. Introduziram-se, ademais, os aspectos sociais e de poder, das desigualdades e conflitos, para propor uma disciplina menos distante das pessoas e mais útil tanto aos indivíduos, como às coletividades (FUNARI, 2013, p. 23).

Como afirma Bruce Trigger, a constituição de um estudo autônomo e sistemático da Arqueologia, diferentemente do que fora proposto pelos Antiquarianistas do século XVII, se fundamentou em dois movimentos específicos que começaram em meados do século XIX. O primeiro movimento, desenvolveu-se na Escandinávia, onde surgiram novas técnicas de datação para artefatos arqueológicos, promovendo estudos relacionados à pré-história. O segundo movimento, iniciado na França e na Inglaterra, promoveu o estudo da Arqueologia paleolítica, dando mais profundidade temporal à história humana (TRIGGER, 2004, 77).

É nesta conjuntura que percebemos os inícios da Arqueologia Científica. As universidades europeias no século XIX começaram a abrir espaço para a Arqueologia. Um exemplo é o desenvolvimento da Arqueologia na Escandinávia, cujo precursor foi Jens Jacob Asmussen Worsaae¹⁸⁰. De acordo com Trigger, Worsaae foi o primeiro arqueólogo profissional especializado em pré-história e o primeiro a ser treinado na disciplina, se tornando o primeiro professor de Arqueologia da Universidade de Copenhague em 1855 (TRIGGER, 2004, 84).

Para tal análise é importante conceituar e compreender a concepção e categorização de *Lugar*. Essa abordagem está ligada a um importante movimento concomitante ao antiquarianismo na Europa: o *Grand Tour* do século XVIII. “As viagens de exploração arqueológica tornaram-se comuns a partir do humanismo” (LANGER, 1999, p. 97). Embora nesse período ainda não houvesse a concepção e categorização de *Lugar*, havia uma percepção construída sobre espaço e lugar. Para a Rubertone e Dantas, “o espaço é definido como o entorno do lugar culturalmente construído pelo homem, e as decisões associadas a estas duas esferas estão intrinsecamente ligadas, o que resulta na combinação necessária do homem com o espaço natural” (RUBERTONE, 1986 *apud* DANTAS, 2014, p. 53).

A interação do homem com o meio é que faz do lugar o porquê, na sua ausência, o lugar é sítio de características físicas, nas quais o homem criou relações emotivas e simbólicas. Assim, o simbolismo do lugar não representa somente as características físicas do mesmo, mas também a transformação no interior do homem que permite a atribuição de um significado mítico, transformando-o em um lugar significante (FERRO 2004, p.15 *apud* DANTAS, 2014, p. 53).

¹⁸⁰ Worsaae, foi um arqueólogo e historiador e segundo diretor do Museu Nacional da Dinamarca. Seu trabalho foi fundamental na fundação da arqueologia científica. Worsaae, também foi o primeiro a escavar e usar a estratigrafia para provar a sequência de C. J.

A partir dessa conceituação percebemos que o espaço na modernidade não era percebido como a transformação do indivíduo e da sociedade, e sim concebido somente a partir de suas características físicas. As pessoas e especificamente os viajantes do *Grand Tour* não se relacionavam com essa configuração de Lugar, estavam interessados apenas em espoliar e acumular os artefatos encontrados. Baseado nessas abordagens metodológicas e quanto aos conceitos fundamentais para a pesquisa pretendemos refletir sobre os contextos na qual a Arqueologia se desenvolveu e influenciou diversas pesquisas no campo e nas demais Ciências Humanas, especificamente dentro da História.

REFERÊNCIAS

- CÂNDIDO, M. M. D. **Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia**. Revista Cadernos do Ceom, v. 18, n. 21, p. 75-90, 2014.
- DANTAS, C. L. **Fonte de memórias: Sítio Arqueológico Histórico Fonte da Carioca**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História. Goiânia, 2014.
- FUNARI, P. P. A. **Os historiadores e a cultura material**. In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo A. **A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial**. Revista de História Regional, v. 6, n. 2, 2007.
- FUNARI, P. P. A., & CARVALHO, A. V. **Universidades, Arqueologia e Paulo Duarte**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, (22), 89-96, 2012.
- FUNARI, P. P. A. Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. Ciência e cultura, v. 65, n. 2, p. 23-25, 2013.
- GARRAFFONI, R. S; FUNARI, P. P. A.; PINTO, R. **O estudo da Antiguidade no Brasil: as contribuições das discussões teóricas recentes**. In: Pedro Paulo Abreu Funari; Richard Hingley; Renata Senna Garraffoni; Renato Pinto. (Org.). O imperialismo romano. 1ed.São Paulo: Annablume, 2010.
- GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história**. (Tradução Federico Carotti) – São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GRAY, J. **Voltaire e o iluminismo**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999
- LANGER, J. **As origens da Arqueologia Clássica**. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 9: 95-110, 1999.
- LIMA, T. A. **Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993.

LIMA, T. A. **Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.

MARTINS, L. A. P. **História da ciência: objetos, métodos e problemas**. Ciência & Educação (Bauru), v. 11, n. 2, p. 305-317, 2005.

MENESES, U. T. B. **A cultura material no estudo das sociedades antigas**. Revista de História, n. 115, p. 103-117, 1983.

MENESES, U. T. B. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público**. Revista Estudos Históricos, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

MOMIGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

NASCIMENTO, R. C. de S. **As Santas Relíquias: tesouros espirituais e políticos**. Revista Diálogos Mediterrânicos, n. 6, p. 56-67, 2014.

RAMOS, R.; CERQUEIRA, F. V. **Acervos arqueológicos e cultura material, de suportes de memória a bem cultural: história, patrimônio e identidade em jogo**. Cadernos de Memória e Patrimônio.

REDE, M. **“História e cultura material”** In: CARDOSO, C. F. VAINFAS, R. (orgs.). Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, pp. 133-150, 2012.

ROSA, C. A. P. **História da Ciência: Da antiguidade ao Renascimento Científico**. Vol. I, 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2012.

SALOMON, M. **Entre museus e cemitérios, entre monstros e fantasmas: a história das ciências em Gaston Bachelard e Alexandre Koyré**. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA–ANPUH, 2011.

SOUZA, H. V. L. de. **Colecionismo na Modernidade**. Anpuh – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009. Disponível em: ><http://anpuh.org/anais/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0656.pdf>< Acesso em: 03 de março de 2020.

COZINHA GOIANA, GÊNERO E REPRESENTAÇÕES CULTURAIS: O PAPEL DA MULHER NA PRODUÇÃO DA CULTURA ALIMENTAR GOIANA

Alessandro Pereira da Silva

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho concentra-se na elaboração de uma discussão que seja capaz de abarcar o papel da mulher no seio de produção da cultura alimentar goiana. Em um primeiro viés, relacionado à possibilidade de discussão da imagem da mulher no âmbito social, deve-se frisar que o mesmo passou por uma gama de modificações ao longo da história. Em um contexto preliminar, Silva *et al* (2005) evidenciam que a relação entre gêneros no Brasil era caracterizada por estabelecimentos de diferenciações entre homens e mulheres através de perspectivas anatômico-físicas e ideológicas, atribuindo à figura feminina uma perspectiva de inferioridade que levava à dominação.

Paralelamente, Magalhães (1980) transparece que, teoricamente, as relações de dominação do homem sobre a mulher tornam-se escassas em um período simbolizado com a ascensão do Estado Moderno, uma vez que o maior embasamento da dominação era espelhado nos ideais religiosos. É urge frisar que o fim dessa relação de dominação se versa com maior vigor apenas no plano teórico porque as expectativas atreladas às ações de figuras femininas na sociedade continuam se ligando ao ideal de “mãe” ou “mulher do lar”.

Essas expectativas relacionam-se, por sua vez, com os próprios enlaces culturais estabelecidos na sociedade. Quando dispôs seu olhar a despeito das relações entre a cultura e os processos sociais, Kuper (2002, p.134) escreveu:

Qual era a função da cultura como modelo de ação? Cultura era um elemento puro e independente que se juntava a outros elementos (institucionais e psicológicos) para produzir ação social? Se fosse assim, como o elemento cultural podia ser abstraído uma vez que era observado apenas na ação social? O problema era ainda mais complexo, no sentido de que a própria cultura era moldada por processos sociais e políticos.

Dessa maneira, e levando em consideração a definição de ação social *weberiana*, onde a mesma é depreendida enquanto a ação realizada pelos indivíduos no âmago social orientada pelo *alter*, é possível concluir que a produção e a reprodução das representações de gênero convergem com os espectros culturais pré



-estabelecidos em uma determinada sociedade.

Encarregando esses ideais ao nosso objeto de estudo, orientado pelo recorte espacial da cozinha goiana, como podemos pensar sobre o papel da mulher nesse local? Como os ideais culturais estabelecidos sobre a imagem feminina influenciaram as existências que se faziam inseridas nesse recorte e, concomitantemente, como as figuras femininas também exerceram influências sobre o mesmo? Desnudar essa nuance das relações sociais no ambiente da cultura alimentar goiana apresenta-se como a inquietação que motiva a elaboração do presente trabalho.

GÊNERO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

As relações entre gênero, sexualidade e representações sociais são compreendidas, por uma vasta literatura, como elementos de construção social. Sob esta ótica, percebe-se que as representações sociais de gênero não estão inseridas em um contexto biológico, como pensava boa parte da literatura científica, mas apresenta relação com a construção da sociedade, com as relações de poder.

Nesse contexto, promover um diálogo entre gênero e representações sociais permite esquadrihar outros aspectos sociais inseridos na cozinha, na alimentação e nas práticas alimentares. Beauvoir (2009) apresenta uma discussão linear em relação a construção social dos papéis de gênero, demonstrando como ao longo da história da humanidade foi sendo estruturada uma dinâmica de hierarquia social de gênero.

Desse modo, Beauvoir (2009) compreende que nessa relação o homem estaria incumbido da guerra, do domínio e da provisão, enquanto a mulher estaria inserida no contexto da reprodução, dos cuidados familiares, entre outros. Entretanto, a autora argumenta que esse binômio em relação as representações e papéis sociais de homens e mulheres não é universal e nem preenche todo o desenvolvimento histórico da humanidade.

Além de se configurar como um processo de construção social, houve um processo de homogeneização dessas relações, onde papéis divergentes da estrutura social foram tidos como desviantes e, logo, foram retirados de uma historiografia hegemônica. De acordo com Arruda (2000), ao colocar em revisão a teoria sociológica das relações sociais, observa-se a emergência da Teoria das Representações Sociais, que busca problematizar não somente os aspectos microsociais, mas contribui efetivamente para um novo olhar acerca das relações de gênero.

Atrelado a esse processo, segundo atribui Arruda (2000), a teoria feminista buscou considerar como a construção social das representações de gênero criaram um espaço de subordinação e hierarquização social. Entretanto, argumenta a autora,



No projeto das representações sociais, o reconhecimento dos saberes locais colocados como fontes de especificidade, sem atribuir-lhes um privilégio que os hierarquize. A raiz desta diferença, e de outras entre os dois projetos, poderia situar-se nas suas origens. A teoria feminista, ao partir de um projeto político, pretende ir além da mera compreensão dos fenômenos de opressão e subordinação. Compreendê-los torna-se uma atividade-meio para a meta de transformação das relações entre os gêneros (ARRUDA. 2000, p. 127).

Embora ocorra de uma divergência epistêmica em relação a teoria das representações sociais e a teoria feminista, nota-se que esta última contribuiu significativamente para o surgimento de novos questionamentos em relação a representações sociais e papéis de gênero. Beavouir (2009) é um exemplo de processo, mas não somente.

Na perspectiva de Coutinho e Menandro (2015, p. 55):

As características socialmente prescritas, ensinadas e cobradas às mulheres por muito tempo foram marcadas por homogeneidade muito expressiva, na qual dois aspectos tinham especial proeminência: esposa prezada e dependente, e mãe afetuosa e dedicada. Com isso, o grupo principal com o qual se estabeleciam os contrastes mais nítidos era o dos homens, havendo chance reduzida (até mesmo pelo controle explícito) de grupos específicos entre as mulheres virem a se diferenciar de forma suficientemente perceptível para forçar questionamentos à identidade feminina cristalizada.

Nesse contexto, constata-se uma inter-relação entre a teoria das representações sociais, a teoria feminista e o conceito de papéis sociais. Coutinho e Menandro (2015) articulam essas produções ao considerarem, por exemplo, que durante o processo de construção sociais da mulher, ocorre a inserção de padrões de comportamento, como é o caso dos ensinamentos transmitidos, os trejeitos, vestimentas, funções, entre outros.

Outrossim, Coutinho e Menandro (2015) observam que embora essas relações não fossem tomadas como universais e a identidade feminina fosse marcada por relações socioeconômica, especificidades culturais e houvessem conflitos em relação a este processo, essas dinâmicas se caracterizavam como capazes de conter um contingente significativo de mulher. O que as autoras evidenciam é o que Fonseca, Ribeiro e Leal (2012) compreendem por dominação de gênero.

Partilhando dessa perspectiva, Nogueira (2010) apreende que na modernidade as relações sociais de gênero transformaram significativamente. Com o advento do capitalismo, a divisão sexual do trabalho se modificou, levando à inserção de novos elementos e dinâmicas sociais. Desse modo, Nogueira (2010, p. 59) destaca que:

A divisão sexual do trabalho é, portanto, um fenômeno histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Mas, na sociedade capitalista, ainda nos dias de hoje, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não.



Ademais, Nogueira (2010) constata que nessa nova configuração as mulheres passam a desempenhar uma dupla função, isto é, gerir as questões familiares (reprodução, cuidado com os filhos, trabalho doméstico) e ainda estão inseridas no mercado de trabalho. Cabe mencionar que além de exercerem dupla função, essas mulheres também possuem uma remuneração menor que os homens no exercício da mesma atividade laboral.

Com base nisso, pode-se observar que embora as relações e representações sociais de gênero tenham se alterado significativamente, os efeitos de uma estrutura de hierarquização e subordinação de gênero persiste. Esse processo implica, por sua vez, na permanência de uma perspectiva que concebe os papéis de gênero como distintos, onde a mulher é incumbida dos cuidados familiares, do trabalho doméstico e com as práticas alimentares.

Embora esse contexto não seja apresentado sob o argumento de concórdia com tais relações, evidencia-se que de maneira geral, a construção social da mulher na sociedade e o patriarcalismo logrou a mulher um papel secundário. Por isso, tornou-se necessário refletir sobre este processo, de modo a apresentar uma contraposição às essas relações.

COZINHA REGIONAL E PATRIMONIO CULTURAL: A CULINÁRIA GOIANA

As manifestações culturais e a construção das culturas humanas não são formados a partir de aspectos isolados, pelo contrário, surge da interação de diversos processos e relações sociais. Com base nisso, Lévi-Strauss considera que essas relações e trocas culturais dão origem a novas manifestações e estruturais sociais, onde a cultura torna-se um marcador importante no sentido da identidade, da organização social, da linguagem, entre outros aspectos.

Nesse contexto, a alimentação e os alimentos não aparecem apenas como aspectos puramente biológicos ou, até mesmo, como questões relativas ao clima e as condições sociais. A antropologia e, sobretudo a antropologia da alimentação, foram fundamentais para uma expansão de uma análise sobre a alimentação e seus espaços como expressões culturais.

Péclat (2008) traça uma importante discussão sobre o papel da cozinha na formação da cultura goiana, observando como as relações que são desenvolvidas nestes espaços constituem relações e dinâmicas singulares. A autora considera que embora parte significativa das relações sociais e culturais goianas sejam semelhantes à outras expressões regionais, a cozinha é um espaço proporcionalmente diferente.

À vista disso, a cozinha e alimentação refletem de maneira diametralmente recíproca as dinâmicas e relações da sociedade brasileira. Conforme constatou Da Mata (1986, p. 42) “A sociedade

manifesta-se por meio de muitos espelhos e vários idiomas. Um dos mais importantes no caso do Brasil é, sem dúvida, o código da comida, em seus desdobramentos morais que acabam ajudando a situar também a mulher e o feminino no seu sentido talvez mais tradicional”.

Nesse contexto, pode-se compreender a cozinha e culinária como expressões culturais, onde as relações que se desenvolvem nesse espaço exprimem de maneira ampla as relações culturais do ponto de vista macro. Com isso, se cozinha e a culinária são instituições culturais é possível considerar que a partir desses aspectos pode-se explicar as estruturais sociais. Carneiro (2003) buscando considerar a história da alimentação observa que as práticas alimentares refletem de maneira significativa as dinâmicas culturais. O autor observa que os “modos alimentares” de determinados grupos sociais estão diretamente relacionados as práticas culturais deste mesmo grupo.

Nessa perspectiva, Lévi-Strauss (2021) apresenta uma discussão demasiadamente importante sobre a alimentação como um elemento cultural e, conseqüentemente, como um elemento que permite identificar estruturais e dinâmicas sociais. Com isso, o autor observa de que maneira a alimentação e cozinha estão

ligadas à relações sócias, a política, a religião, isto é, as estruturas sociais.

Conseqüentemente, tratar da alimentação enquanto patrimônio cultural traz como perspectiva uma compreensão o significaria “patrimônio alimentar”. De acordo com Has, Gehrke e Faustino (2021, p. 4):

O patrimônio alimentar, em seu sentido amplo, descreve um conjunto de elementos materiais e imateriais das culturas alimentares, considerados como uma herança compartilhada, ou como um bem comum, por uma coletividade. Nesse sentido, o conceito de patrimônio alimentar diz respeito tanto aos aspectos materiais (alimentos em si, artefatos e utensílios culinários), quanto aos fatores imateriais (rituais, práticas, saberes, representações, etc.) Relacionados ao amálgama da alimentação. Não se pode compreender os bens culturais sem considerar os valores e significados neles investidos (dimensão imaterial), então é possível compreender a dinâmica do patrimônio imaterial sem o conhecimento da cultura material inserida

Com base nisso, a cozinha e a alimentação tornam-se patrimônios culturais na medida em que essas relações apresentam dinâmicas de uma herança compartilhada, dotada de formas de organização próprias, mas também coletiva – no sentido que são compartilhadas por uma mesma sociedade ou um mesmo povo. À vista disso, a alimentação não pode ser concebida apenas como uma perspectiva biológica ou geográfica, mas apresenta aspectos amplos.

A cozinha e a alimentação enquanto patrimônio cultural respondem a perspectiva impressa tanto nas discussões de Péclat (2003), quanto de Lévi-Strauss (2021). De maneira objetiva, esses autores compreendem que a cozinha, a alimentação e as relações que se constituem nesses espaços são produtos culturais, representam a identidade de grupos sociais.



De acordo com Lévi-Strauss (2015), as tradições e manifestações culturais não são formadas isoladamente, pelo contrário, é fruto de um intenso processo de incorporações, transformações e de apropriações. Com isso, pode-se aferir a existência da cozinha como patrimônio cultural, especialmente, a partir das intensas trocas culturais que culminaram em práticas alimentares singulares e, ao mesmo tempo, inseridas em um processo culinário regional.

Segundo observa Maciel (2004, p. 27),

A cozinha de um povo é criada em um processo histórico que articula um conjunto de elementos referenciados na tradição, no sentido de criar algo único - particular, singular e reconhecível. Entendendo a identidade social como um processo relacionado a um projeto coletivo que inclui uma constante reconstrução, e não como algo dado e imutável, essas cozinhas estão sujeitas a constantes transformações, a uma contínua recriação. Assim, uma cozinha não pode ser reduzida a um inventário, a um repertório de ingredientes, nem convertida em fórmulas ou combinações de elementos cristalizados no tempo e no espaço.

Maciel (2004) apresenta uma discussão que parte da perspectiva de os processos e práticas alimentares estão inseridos em um amplo processo histórico, onde ocorrem relações que são, ao mesmo tempo, singulares e coletivas. Desse modo, de acordo com o autor, a identidade cultural não é algo estática, pelo contrário, transforma-se cotidianamente e não está restrita apenas ao indivíduo, mas é um processo coletivo.

Paralelamente, Costa e Santos (2015) preceituam a relação das cozinhas com o patrimônio cultural imaterial. Na perspectiva dos autores, quando se entende por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões e conhecimentos, que as comunidades e/ou grupo sociais reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural e que percorrem um processo de transmissão de geração em geração, pode-se estabelecer uma compreensão onde a alimentação, as práticas alimentares e a culinária como patrimônio cultural. Ao mesmo tempo, pode-se considerar, segundo Costa e Santos (2015, p. 56), que:

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e sua história, com um sentimento de identidade e continuidade, promovendo o respeito pela diversidade cultural e criatividade humana. Neste caso, o patrimônio imaterial se manifesta pelos usos sociais, rituais e atos festivos que se compreende como tradições culinárias.

De acordo com Gimenes (2006) a alimentação constitui-se enquanto um bem cultural, posto que esta é algo que possibilita o conhecimento de uma cultura, bem como o conhecimento dos ritos, valores e tradições que compõem a mesma. Isso porque, segundo Nery (2006), o ato de cozinhar possibilita um forte processo de associação e contemplação entre o saber e o fazer, de modo a levar a



gastronomia à posição de um patrimônio imaterial, isto é, aquele que se refere à identidade, ação e memória de um grupo (BRASIL, 1988).

O PAPEL DA MULHER NA PRODUÇÃO DO EMPADÃO GOIANO

Ao longo das seções anteriores, verificou-se como ao longo desenvolveu-se uma hierarquia de gênero. Atrelado a este fato, observou-se como esse processo impactou na construção de representações e papéis sociais diferentes para homens e

mulheres. Ademais, observou-se nas discussões acerca da culinária regional o papel da cozinha na transmissão das culturas alimentares, transportando-se para um processo que as relações que se desenvolvem neste espaço como patrimônios culturais imateriais.

Dito isto, é importante considerar dois aspectos que se projetam no plano coletivo, mas que estão diretamente inseridos nas dinâmicas culturais e particulares da cultura gastronômica goiana, a saber: o papel da mulher através da dinâmica de hierarquização de gênero e a cozinha como espaço de transmissão cultural. A cozinha ocupa é um espaço demasiadamente importante na cultura goiana, é nela que ocorrem diversas relações, trocas culturais, transmissão de histórias, experiências, entre outros.

Imagem 1 – Cozinha de Cora Coralina



Fonte: Museu Cora Coralina (2018).

A cozinha é, conforme observa Castro (2018), um espaço privado, diferente do espaço de alimentação. É na cozinha que se encontra as relações sociais primárias, onde os indivíduos se reúnem na preparação do alimento, na escolha dos utensílios, entre outros. A cozinha ocupa na relação com a alimentação o papel de preparação dos alimentos, é um espaço restrito, logrado a poucos indivíduos, as mulheres, os criados, etc (RIBEIRO; BARBOSA; SILVA, 2019).

A dualidade entre a cozinha e a sala encontra-se expressa em Barbosa (2015) que observa que o fogão a lenha, principal recurso do período de construção do empadão goiano, ficava na cozinha. Neste ambiente eram preparadas as refeições, os alimentos eram selecionados, salgados, temperados, cozidos ou fritos. Após a preparação, estes alimentos eram transferidos para a sala, onde havia toda uma nova configuração.

Na cozinha, conforme observa-se na Imagem 1, ficavam apenas os utensílios necessários para a preparação dos alimentos, as panelas, a lenha para o fogão, a chaleira, as conchas. Em algumas casas, como constatou Barbosa (2015), havia quartos anexos em que eram reservadas as carnes, eram nestes ambientes onde ocorria a salga e a sua conservação.

Na sala de jantar, ou ainda, o espaço onde ocorriam as refeições, era dotada de outra configuração. Esses aspectos de layout dos espaços é importante, sobretudo, por demonstrar a

dualidade entre os que deveriam e poderiam ocupar estes espaços (PÉCLAT, 2008). A imagem 2 demonstra, a título de exemplo, a configuração de uma sala de jantar tradicional do período colonial na Cidade de Goiás.

Imagem 2 – Sala de Jantar do Museu do Palácio Conde dos Arcos



Fonte: Seduc s.d

A dualidade de espaços demonstra, ao mesmo tempo, a dualidade de relações. Enquanto a cozinha ocupava o papel de preparação dos alimentos, a sala de jantar estava reservada para as refeições, para os encontros públicos, o que indica também a existência de relações sociais mais amplas. A dualidade entre cozinha e sala aparece, segundo Péclat (2008), como uma forma de confirmação das relações sociais, como um espaço íntimo, que indicava confiança. De acordo com Péclat (2008, p. 138),

Situada na parte de trás da casa, é na cozinha que se prepara e se serve a comida. Além disso, mesmo fora dos horários das refeições, é a cozinha, um local de descontração onde a conversa deixa transparecer intimidade e se desenrolam inúmeros “causos” [...]. Não por acaso, a cozinha deveria ser a parte principal da casa. Antigamente até a política se tramava ali. Os antigos resolviam todos os seus problemas na mesa grande da cozinha. Muitas vezes um fulano se dirigia a alguma casa para tomar satisfações, mas dava-se um rodeio, levava o homem à cozinha, passava-se um cafezinho gostoso, e pronto: “fumava-se o cachimbo da paz”. Levar alguém para a cozinha significa amizade confiada e segura.

Neste ambiente, as mulheres ocupavam um papel importante, sobretudo, porque eram estas as que estavam diretamente envolvidas nos rituais alimentares. Desse modo, torna-se importante



considerar que eram estas que, em muitos casos, definiam os pratos que seriam preparados, quais alimentos seriam utilizados e como

deveriam ser serviços. Essas dinâmicas foram importante, conforme observou Péclat (2008), pois foi nesse processo que se formularam os pratos tradicionais da cozinha goiana, em especial o Empadão.

Costa (2016) demonstrou de maneira profunda a relação da mulher na produção da cultura goiana. De acordo com a autora, através dessa relação de papéis de gênero, as mulheres estavam inseridas tanto nas dinâmicas alimentares quanto na organização e consumação das festas religiosas. Essa observação é importante porque demonstra de maneira objetiva o papel da mulher na construção da cultura regional goiana, onde pode-se dar maior destaque para a produção da cultura da Cidade de Goiás.

Diante disso, Costa (2016, p. 85) caminha por considerar que:

O conhecimento culinário dessas mulheres foi se acumulando ao longo de suas vidas, as práticas na cozinha começaram precocemente, na infância e na adolescência ainda, aprendendo com suas mães ou avós. Tal aprendizado não é visto de forma negativa ou pejorativa, mas como um grande labor com implicações de sobrevivência, qualificação e gosto. Elas cozinham para suas famílias na função de donas de casa. Todos os dias se faz necessário o preparo de alimentos comuns tais como arroz, feijão, carnes e verduras. Cozinham também no trabalho, seja em restaurantes ou em casa de família.

Nesse sentido, pode-se aferir que há uma direta relação entre a cultura alimentar goiana e a identidade e memória, em especial às mulheres. Em relação a essa observação, Barbosa (2015) dá ênfase especial para o papel da mulher na produção da cultura alimentar goiana. De acordo com o autor, a mulher negra, muitas vezes escravas, que eram transferidas para a cozinha e realizavam o processo de preparação dos alimentos. Barbosa (2015, p. 185) argumenta que:

Esta relação ocasiona uma situação ímpar para os patrimônios culturais alimentares que carregam essas mulheres, principalmente, pois, por gerações, elas e suas antepassadas trataram de sincretizar a sua cozinha com a cozinha dos colonizadores, desde o tempo da servidão e escravidão, fazendo uma releitura da cozinha dos senhores, e, atualmente, fazendo uma releitura da cozinha das elites econômicas.

Desse modo, diversos autores atribuem a essas mulheres a construção dos pratos típicos da culinária goiana, demonstrando, por diversas vias, a sua origem e institucionalização cultural através da transmissão de memórias. Com base nisso, pode-se mencionar, por exemplo, o Frango com Pequi, a Pamonha e o Empadão Goiano, entre outros (PRADO, 2014)..

Essas mulheres não desempenharam apenas o papel de construção destes pratos, mas também foram diretamente responsáveis pela sua difusão e transmissão Inter-geracional. Através de um processo que transmissão de conhecimentos, de receitas, de modo de preparo. Essa dinâmica de relações permitiu o desenvolvimento de uma cultura alimentar singular, que não se restringe apenas

ao pratos tidos como tradicionais, mas desnuda uma ampla gama de relações, de memórias e processos sociais que culminaram em sua transformação institucionalização no imaginário sociocultural goiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do apresentado, torna-se possível vislumbrar que o ato de comer não se resguarda como uma ação meramente fisiológica, mas sim enquanto um elemento que guarda uma série de aspectos que traçam nuances da cultura de um determinado grupo social. Especificamente no caso da cozinha goiana, fica expressivo que a alimentação guarda em si uma série de relações que explicitam as ordens hierárquicas de gênero de um determinado período, além das relações de raça e classe.

Por meio disso, torna-se perspicaz trazer a cozinha enquanto um elemento que compõe a identidade do grupo social sendo, pois, um patrimônio cultural que se transmuta no decorrer do tempo, através de incorporações, transformações e apropriações, tal qual é premeditado no pensamento *lévi-straussiano*. Uma das maiores exemplificações desse entendimento, manifesta-se na supracitada incorporação de elementos da cozinha dos senhores àquela desenvolvida pelas mulheres negras que trabalhavam na cozinha, muitas vezes em uma relação de escravidão.

Ainda na reflexão acerca de como o ato de comer expressa as relações culturais de uma sociedade, as próprias disposições e divisões de lugares, dispostas na díade cozinha-sala de jantar se apresentam como um reflexo dos ideais hierárquicos de um determinado período.

Dessarte, respondendo às inquietações iniciais do presente trabalho, podemos dizer que a mulher possui um papel primordial na constituição da cultura alimentar de Goiás. O papel atribuído de tomada de decisão quanto ao cardápio a ser desenvolvido, em paralelo ao ato de cozinhar os mesmos, se apresenta enquanto bases para a formação de uma cultura alimentar no estado, tal como todo um imaginário paralelo ao mesmo.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Angela. Feminismo, gênero e representações sociais. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**, v. 8, n. 2, 2000.

BARBOSA, Filipe. **Dos usos turísticos do patrimônio alimentar formação cultural e os mercados de comida típica na Cidade de Goiás**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

BEAVOUIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal. 1988.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e sociedade**: uma história da alimentação. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CASTRO, Marlon. **Uma trajetória antropológica: alimentação, tradição e identidade através de uma perspectiva educacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

COSTA, Ewerton Reubens; SANTOS, Maria Socorro Figueiredo. Considerações sobre cozinha patrimonial e turismo. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 23, n. 2, 2015.

COSTA, Odete. **Entre a cozinha e a mesa, entre altares e rosários: alimentação e relações de gênero nas festas de reinado e congadas de Goiânia**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

COUTINHO, Sabine Mantuan; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. Representações sociais do ser mulher no contexto familiar: um estudo intergeracional. **Psicologia e Saber social**, v. 4, n. 1, 2015.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, 2012.

HAS, Murilo; GEHRKE, Marcos; FAUSTINO, Rosângela. Alimentação como um patrimônio:: definição, pesquisa e métodos de abordagem na educação escolar indígena. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 7, n. 1, 2021.

KUPER, Adam. **Cultura, a visão dos antropólogos**. Bauru: Edusc. 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In. LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural II**. São Paulo: CosacNaify, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LISBOA, Patrícia. Turismo cultural e patrimônio sob a perspectiva da gastronomia: o caso da mandioca. **Revista de Turismo Contemporâneo**. Vol.3, n.1, jan./jun.2015.

MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha à brasileira. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 33, 2004.

MAGALHÃES, Teresa Ancona Lopez de. O papel da mulher na sociedade. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**. 1980.

MUSEU CASA DE CORA CORALINA. Galeria. Cozinha de Cora Coralina. **Museu casa de Cora Coralina**, 2018. Disponível em:

<https://www.museucoracoralina.com.br/site/wpcontent/uploads/2018/03/IMG_1736.jpg> Acesso em: 15 Mai. 2022.

NERY, Marina. Gastronomia – Patrimônio à mesa. **Ipea**. 2006. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=110:reportagens-materias&Itemid=39> Acesso em: 25 Mai. 2022.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, 2010.

PÉCLAT, Gláucia Tahis da Silva Campos Empadão goiano: expressão de práticas festivas e ecológicas. **Rev. da Faculdade Estácio de Sá**. v. 1, n. 1, 2008.

PÉCLAT, Gláucia Tahis da Silva Campos. **O empadão goiano: expressão de valores e práticas tradicionais**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural) – Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2003

PRADO, Paulo. Mulheres goianas e a organização vilaboense de artes e tradições (OVAT): uma engenharia de silêncios. Anais do **XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas**, 2014.

RIBEIRO, Apoeni; BARBOSA, Otávia; SILVA, Lorraine. A gastronomia goiana como incentivadora do turismo na Cidade de Goiás. **Revista Mirante**, v. 12, n. 2, 2019.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (SEDUCE). Palácio Conde dos Arcos. Visão 360. **Seduc**, [s.d]. Disponível em:
<<http://cultura.seduc.go.gov.br/conde/>> Acesso em: 19 Mai. 2022.

SILVA, Glaucete Cerqueira. *Et al.* A mulher e sua posição na atualidade: da antiguidade aos dias atuais. **Revista da SBPH**. Vol.8, n.2, dez.2005.

CRÍTICA A UMA SOCIEDADE ALIENADA E SEU SISTEMA ECONÔMICO

Sheila Luiz de Sousa

RESUMO

Os teóricos selecionados para a produção deste trabalho vivenciaram um contexto histórico distante ao nosso, entre tanto apesar do recorte temporal e espacial de suas pesquisas abordarem questões como, a organização do Estado segundo a leitura de Gramsci, de o príncipe escrito por Maquiavel, dos quadros sociais abordados por Mészáros em Filosofia. Ideologia e ciência social, e do trabalho de Gramsci dedicado a análise da questão meridional na Itália, causada pela crise econômica e social. Se faz possível que façamos mediações relevantes para a produção deste artigo, no qual buscaremos a produção de uma análise crítica a respeito da alienação popular quanto a consciência de classe, e das relações de poder de nossa atualidade. Estes autores analisaram de forma ampla e detalhada, questões de ordem econômica, e a respeito da força do Estado como regulador de determinadas classes. Abordam também as questões referentes a expansão do capital, e adaptação do neoliberalismo. Esta análise, se faz pertinente pois as questões analisadas em seus trabalhos, nos levam a refletir quanto, a situações ainda existentes em nosso tempo.

Palavra-chave: consciência, alienação, estado, proletário

Toda via, por meio de seus estudos e análises do contexto socioeconômico, teóricos como estes buscavam capacitar a classe subalternizada rumo a se apropriar de uma consciência de classe devidamente adequada, na qual, lhes fossem possíveis combater as explorações e abusos sofridos. Entre tanto a incapacidade do indivíduo para a apropriação deste conhecimento denominado como consciência de classe, se mostra ainda hoje, um tanto quanto distante. É natural do ser humano, que em determinado momento o indivíduo busque por sua ascensão econômica e social. Mais, essa busca tem acontecido de forma, maçante, que por muitas vezes causa fadigas ao indivíduo. Normalmente estes trabalham, e lutam por habitação e por um conforto financeiro. Por uma colocação social que ele julgue que lhe seja merecida e adequada. Mas como Mészáros nos mostra esses interesses são de ordem pessoal.

Assim, a "busca do auto interesse individual" - que leva à integração de indivíduos particulares na ordem social vigente - bem como as formas coletivas da ação reformista, na medida em que são extensões diretas dessa busca do auto-interesse particularista, são apostas e transcendem, na forma de um apriorístico "dever ser numênico" impotente, mas pela realidade do desenvolvimento social, que, a longo prazo, condena necessariamente ao fracasso essas tentativas de uma integração estrutural da classe subordinada - uma contradição nos termos - em toda escala significativa. Isso não significa, naturalmente, que o problema deva ser ignorado,



mas que tem de ser mantido em sua perspectiva própria. Dizer que "na medida em que os indivíduos buscam a sua melhoria social, através da ação individual, em vez da ação de grupo, a consciência de classe vai ficando enfraquecida pelas aspirações de status é uma hipersimplificação, grosseira. A "ação de grupo", em si mesma, não é, de: forma alguma, uma garantia da consciência de classe adequada. Tudo depende da natureza real dos objetivos envolvidos, isto é, se as conquistas da ação de grupo podem ser integradas com sucesso ou não. (MÉSZÁROS, 1930: 70)

O ser humano tem por si só, á ambição de superar sua situação socioeconômica atual, a ascensão dentro de seu grupo se mostra como algo almejado a ser conquistado. Este habito nos acompanha a séculos, uma geração a pós a outra. No entanto a grande maioria das pessoas, se mantém alienadas a sua colocação e participação na organização das classes. Não se reconhecem como agentes históricos, em grande parte de suas vidas, ou por toda ela. Se mantém as margens, sem demonstrar interesse por assuntos ligados a políticas sociais ou econômicas, preferem apenas concordar, com o que lhes e imposto pelo Estado.

Tentaremos nas próximas linhas explicar, resumidamente nossa compreensão a respeito. Pois bem, como exemplo usaremos os operários de uma grande fábrica de enlatados. Dentro da organização desta fábrica estão locadas pessoas em diferentes cargos. Partindo da faxineira ao administrativo, ambos recebem o pagamento por sua força de trabalho de acordo com seu cargo. No entanto os funcionários do setor administrativo são induzidos a acreditar que eles são “superiores” a faxineira. E esta superioridade estaria pautada e assegurada pelo seu cargo que o impõe certa autoridade. No entanto ambos são assalariados! Ambos operários. Desta forma, pertencentes a uma só classe social.

Mesmo que um, aparentemente seja melhor remunerado que o outro, estes são operários vendendo a única coisa que tem para oferecer, a sua força vital, transformada em mercadoria, para a comercialização. Feita esta consideração, prossigamos com nossa contextualização. Historicamente o aparelho Estatal produz conscientemente ou de forma inconsciente, meios para a sustentação do modelo econômico vigente, no qual o acumulo de capital, se trata da mola propulsora de todo o sistema econômico e social.

A produção do indivíduo social é o mesmo processo de emancipação da sociedade de classes, que não são mais do que uma objetivação alienada da dimensão social do indivíduo. Entretanto, uma vez que as próprias classes são constituídas e continuam a se desenvolver de acordo com a divisão estrutural do trabalho, cada vez mais articulada internacionalmente, a emancipação do indivíduo social das condições de sua auto-objetivação crescente da divisão social do trabalho em escala mundial. (MÉSZÁROS, 1930: 84)



Se faz interessante que avaliemos com atenção este trecho, pois nele observamos que a própria classe produz a manutenção da malha social necessária para que o sistema se mantenha vigente. Mas ampliando nossa discussão para fora das fabricas, temos a impressão de que estamos nos detendo por demasia a questão industrial, quando buscamos a produção mais ampla da concepção das classes sociais. Para corrigir esta gafe, queremos esclarecer que usamos como exemplo inicial a indústria por se tratar de um modelo de pequena escala, da organização social. Ao nosso ver, todo o indivíduo em nossa sociedade vivência, relações de poder impostas pela divisão social, desta forma também experimenta a exploração de sua força de trabalho.

Usamos o termo exploração pois cremos que ainda na atualidade o trabalhador seja explorado, por jornadas longas de trabalho e má remuneração, seja ele intelectual ou braçal. Apesar de possuírem curso superior, também vendem sua mão de obra. Passemos ao Estado e seu papel nesta organização hegemônica, na qual ele se mostra, articulador das necessidades neoliberais, suas funções vêm sendo mantidas e aprimoradas de acordo com a necessidade do acúmulo de capital.

Se todo Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, por tanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos. A concepção do direito deverá ser libertada de todo resíduo de transcendência e de absoluto, praticamente de todo fanatismo moralista, embora me pareça que não possa partir do ponto de vista de que o Estado não "pune" (se este termo é reduzido a seu significado humano), mas apenas luta contra a "periculosidade" social. (GRAMSCI, 2007: 28)

Neste sentido o Estado como regulador e produtor de meios para o controle social e da periculosidade dos seres sociais, vem sendo nos últimos anos cada vez mais eficiente, basta que voltemos nosso olhar para nossa última eleição presidencial no qual o pleito foi realizado no ano de dois mil e dezoito. Momento no qual podemos observar a quantas andam o nível de conhecimento científico e econômico de nosso país.

Não só neste sentido, também foi possível notar a total alienação histórica, e cultural da população. A consciência histórica e política se mostrou debilitada, se fazia evidente a alienação quanto a real fonte da crise econômica na qual o Brasil e todo o globo vivenciava e ainda vivência. Este exemplo nos mostra que o objetivo de criar um certo tipo de civilização na qual a alienação política, social e econômica tem sido bem sucedido. Pois o indivíduo não questiona, e quando questiona não sabe fazer as perguntas necessárias, pois a escola como ferramenta reguladora do estado, educa a partir do maternal para o conformismo e o patriotismo. Sem que, nos seja

proporcionada a oportunidade de criarmos a consciência crítica necessária para compreensão do mundo a nossa volta.

Na realidade, o Estado deve ser concebido como "educador" na medida em que tem de precisamente em criar um novo tipo ou nível de civilização. Dado que se opera essencialmente sobre as forças econômicas, que se reorganiza e se desenvolve o aparelho de produção econômica, que se inova a estrutura, não se deve concluir que os fatos de superestrutura devam ser abandonados a si mesmos, a seu desenvolvimento espontâneo, a uma germinação casual e esporádica. O Estado, também neste campo, é um instrumento de racionalização e de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e "pune", já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida e o possível, a ação ou a omissão criminosa" devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. (GRAMISCI. 2007: 28)

Se faz interessante esta visão, pois é como educador que o Estado induz a subalternização. A aceitação de sua condição como proletário. Não que isso ocorra de forma natural, como lemos anteriormente, é necessário a manutenção do aparelho exploratório sendo assim. O Estado em busca do interesse maior da nação, se faz regulador destas ações necessárias para a manutenção. Os modelos neoliberais de articulação social e de acúmulo do capital entram e sena para que seja concebida a ideia de bem maior, desta forma seriam todos unidos em função da ascensão econômica de determinado país. Um bom exemplo são as escolas técnicas que vêm ressurgindo com força total. Sendo assim, o ensino qualificativo e a capacitação para o mercado de trabalho acontecem simultaneamente. Momento no qual deveriam ser preparados para o ensino superior, nossos jovens deverão aprender a uma profissão. Como mecânica, marcenaria e outras. De imediato pode parecer que seja uma boa educação. No entanto desestimula o conhecimento científico o aprendizado e o crítico, levando assim as próximas gerações a uma maior alienação e conformismo. O ensino técnico se mostra como uma ferramenta eficaz na produção de mão de obra barata, em grande escala, pessoas com este tipo de formação Taylorista atrai investimento de grandes indústrias para nosso país, pois se dá a lei da oferta e da procura. No entanto quando a oferta é muito grande a valorização da mão de obra se torna barata, favorecendo assim apenas os cofres do Estado. A expansão do sistema de produção e arrecadação de impostos.

Uma vez que "a atividade, por consequência, está dividida não de forma voluntária", mas regulada por algum tipo de processo "natural", dentro do quadro de confronto e concorrência internacionais, são necessárias estruturas sociais capazes de impor aos indivíduos, que constituem a sociedade, uma divisão estrutural (não simplesmente funcional) do trabalho. E as estruturas impostas dessa divisão sócio-hierárquica do trabalho são precisamente as classes. (MÉSZÁROS, 1930: 83)



Este processo "natural" entrincheira as classes subalternizadas, mantendo as sob o controle do Estado. Pois a desestimulação do conhecimento crítico, torna cada vez mais distante a possibilidade da apropriação de uma consciência de classe dos indivíduos. Pois a divisão sócio hierárquica, imposta pelo estado, pré-define as colocações dentro do desenvolvimento do estado. Dificultando, o acesso à educação adequada, para a criação de uma população que culturalmente busque o conhecimento, necessário para a superação da subalternidade. Pois é nas periferias que o acesso à educação se mostra como uma escolha difícil. Culturalmente se ouve que em diversos momentos, que frequentar a escola ou a Universidade não paga contas nem põe comida na mesa, pois quem tem fome tem pressa, a remuneração imediata, a necessidade vem antes do conhecimento. Sendo assim o conhecimento crítico e científico, fica resguardado para aqueles que advêm de hierarquias econômicas abastadas. Pessoas as quais não tem de se preocupar com a situação econômica de seu lar. Mantendo desta forma a manutenção das classes. Neste sentido a malha social se mantém na forma em que o Estado necessita, mantendo a hierarquia social. Mesmo que os subalternizados tenham acesso a alfabetização e ao ensino superior gratuito, a dificuldade de acesso ainda se faz existente.

A começar pelo tipo de educação que estes recebem no seio da família. Lugar no qual em muitos casos o hábito de levar as crianças para escola nada mais é, que um meio para que os pais possam ir trabalhar, ou em situações mais delicadas em que as crianças e adolescentes frequentam a escola para que possam ter acesso a uma refeição digna no dia. Pode parecer para o leitor que estejamos exagerando quanto a estes fatos, mais basta que abra os olhos para os últimos anos nos quais a crise econômica e social colidiu com a pandemia da covid19, situação na qual foi possível que notássemos a desigualdade já existente.

Pois muitas crianças e jovens, não tiveram acesso à educação adequada, durante este período. O mais correto seria dizer aceitável, pelo aparelho regulador do Estado. Sendo que durante a vigência do ensino remoto se fez necessário que os alunos tivessem em casa, telefone ou computador e acesso à internet, para que lhes fosse possível acompanhar as aulas. Em muitos lugares estes alunos recebiam apostilas com o conteúdo a ser estudado. Mas venhamos e convenhamos, que para as mães que em sua grande maioria são analfabetas, ou analfabetas funcionais, ensinar uma criança a ler, ou qualquer outro conteúdo no qual ela não tem o conhecimento, se faz impossível. Observamos aqui apenas a questão educacional, no entanto são várias as mazelas, ressaltadas pelos acontecimentos dos últimos anos, momento no qual a sociedade teve, "tempo" para olhar ao seu redor. Nos detemos aqui apenas a algumas questões educacionais.

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias "nacionais",



isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (GRAMSCI. 2007: 41-42)

Neste sentido o Estado, busca a manutenção e preservação em primeiro lugar dos interesses da classe dominante, de forma que seja aceitável pela classe subordinada. O conformismo da classe subordinada, se faz estrutural. Um sentimento criado e induzido no imaginário coletivo. Pois se faz uma característica cultural do grupo subordinado a servidão, sendo assim este grupo acredita, ferozmente no interesse comum entre sua classe e a classe dominante. Sendo que esta certeza lhe foi implantada, pelo inconsciente coletivo de que o que é melhor para a classe superior também é o melhor para o proletário. Sendo assim não se manifestam contra à necessidade do mercado, de uma maior produção pelo menor valor possível, em alguns casos trabalham sem benefícios, caso haja a necessidade de um auxílio para tratamento, muitas vezes não conseguem o acesso a este benefício. Após anos de trabalho mal remunerado, são jogados a própria sorte. Apesar do aparelho jurídico produzir as regulações, e mediações entre os interesses do empregado e do empregador, situações como as que citamos são recorrentes. Com a intervenção do jurídico é produzida na sociedade a sensação de justiça, assim acalmam-se os ânimos as vezes exaltados, mantendo a conformidade do proletário.

O que nos interessa diretamente é o papel específico da ideologia nesse processo de ajustamentos estruturais, pois a reprodução bem-sucedida das condições de dominação não pode ocorrer sem a intervenção ativa de fatores ideológicos poderosos, do lado da manutenção da ordem vigente. É claro que a ideologia dominante tem interesse patente na preservação do *status quo*, no qual mesmo as desigualdades mais clamorosas estão "estruturalmente" entrincheiradas e protegidas. Portanto, ela pode se permitir ser "consensual", "orgânica", "participativa" e assim por diante, reivindicando, desse modo, também a racionalidade. (MÉSZÁROS. 1930: 07)

Como é de nosso interesse, evidenciar algumas das ferramentas utilizadas para alienação quanto a consciência de classe, falemos agora a respeito de ideologias poderosas disseminadas culturalmente entre a sociedade, de forma intencional ou não. Como vimos anteriormente as condições ideológicas apropriadas podem construir ilusões como a da meritocracia. Ideologia que faz que creiamos que somos todos iguais na disputa no mercado econômico e trabalhista. Apesar das trincheiras que impedem a evolução de uma certa classe subalternizada. No decorrer deste artigo, temos buscado exemplos para demonstrar de forma dinâmica e de fácil assimilação, as ferramentas utilizadas pelo Estado para a organização, e alienação da população, quanto as relações de poder, e a



consciência de classe. Falaremos agora sobre a meritocracia. Que se trata de uma ideologia bastante conhecida e validada por alguns indivíduos. Culturalmente o indivíduo é induzido a acreditar que a concorrência é equiparada para todos, seguindo as vias da livre concorrência.

No entanto não são, a classe subalterna encontra várias dificuldades, como a dupla jornada, na qual necessita trabalhar e estudar. As vezes tripla, como é o caso das mulheres que tem ou não filhos, que trabalham, cuidam de seus lares e estudam, em muitos casos com mais de um emprego. Imaginemos uma pista de corrida, na qual para alguns dos concorrentes tenham alguns obstáculos, e para outros uma quantidade menor de obstáculos quase que insignificantes. Para que os concorrentes estivessem em pé de igualdade, não deveria haver tais obstáculos ou que estes fossem os mesmos para ambos os grupos.

Alguns fatores e características, que se mostram como obstáculos se tratam, da cor do indivíduo, sua origem étnica, os fatores econômicos, o sexo ou gênero com o qual se identifica, é etc. São inúmeros os fatores que desigalam a "livre concorrência", acreditar na utopia da meritocracia por muitas vezes impede o acesso a consciência da inferioridade imposta pelo grupo dominante. Pois, de natural nesta organização social, somente podemos validar o mais primitivo dos instintos humanos, sendo este a alta preservação. Pois é neste sentido que os detentores das posições de dominação buscam a todo custo preservar sua posição, e a de sua classe.

O auto interesse individual dos membros particulares do grupo dominante está diretamente relacionado ao objetivo geral de retenção da posição privilegiada e estruturalmente dominante que o grupo, como um todo, tem na sociedade. A "transcendência do auto-interesse individual" na direção do interesse coletivo da classe é, portanto, uma mera ficção, uma vez que essa "transcendência", na realidade, não significa nada além de uma proteção eletiva do puro auto-interesse. Consequentemente, "a busca do auto-interesse" tem de ser transformada pelos pensadores burgueses em uma "lei natural" - a suposta lei da "natureza humana" - válida para este "nosso mundo fenomênico", e a ideia de sua transcendência tem de assumir a forma de um "dever-ser" fictício. (MÉSZÁROS, 1930: 69)

Como podemos analisar nas palavras de Mészáros, a indução a busca do alto interesse se forma como algo natural dentro a sociedade, no entanto este interesse individual é direcionado para o interesse coletivo. Interesse este que mantém a divisão de classe necessária para a manutenção da ordem hierárquica da economia que mantém a burguesia como grupo dominante e beneficiado com a força de trabalho do grupo subalterno. Sendo assim a transcendência do grupo subalterno, para o grupo dominante se mostra praticamente impossível, a base para que se sustente a organização socioeconômica se dá justamente da existência dos grupos subalternizados.

As notas escritas a propósito do estudo das situações e do que se deve entender por "relações de força". O estudo sobre como se devem analisar as "situações", isto é,



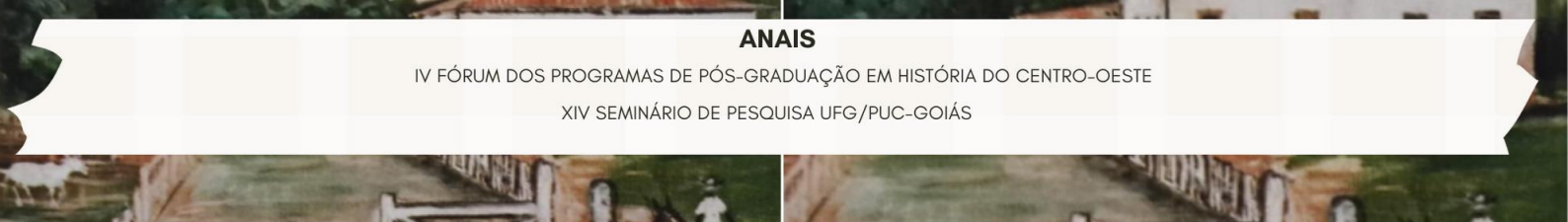
sobre como se devem estabelecer os diversos níveis de relação de forças, pode servir para uma exposição elementar de ciência e arte política, entendida como um conjunto de regras práticas de pesquisa e de observações particulares úteis para despertar o interesse pela realidade efetiva e suscitar intuições políticas mais rigorosas e vigorosas. Ao mesmo tempo, é preciso expor o que se deve entender em política por estratégia e tática, por "plano" estratégico, por propaganda e agitação, por "orgânica" ou ciência da organização e da administração em política. (GRAMSCI. 2007: 19)

Em um contexto mais amplo do entendimento das relações de força, se faz necessário compreendermos a organização estatal exigida pela organização neoliberal da economia. Até aqui abordamos questões referentes a relação de força do Estado e seus aparelhos reguladores. Abordamos também questões pertinentes a organização das classes sociais, e do poder de uma sob a outra. E de nosso entendimento quanto a importância e a necessidade da consciência de classe. No entanto não analisamos de onde vem as imposições que o Estado tem de seguir, para esta questão que surgiu durante a análise dos trabalhos anteriores. Buscaremos a partir deste ponto abordar questões pertinentes quanto ao surgimento do neoliberalismo. Política reguladora da economia, que surge a partir do liberalismo sistema econômico no qual se pregava que.

Segundo a doutrina liberal, a procura do lucro e a motivação do interesse próprio são inclinações fundamentais da natureza do homem. Elas estimulam o empenho e o engenho dos agentes, recompensam a poupança, a abstinência presente, e remuneram o investimento. Além disso, premiam a iniciativa criadora, incitando ao trabalho e à inovação. Como resultado, cria-se um sistema ordenador (e coordenador) das ações humanas, identificadas com ofertas e demandas mediadas por um mecanismo de preços. Esse sistema social revelaria de modo espontâneo e incontestável as necessidades de cada um e de todos os indivíduos. (MORAES, 2001: 05)

Apesar da ideologia liberal, parecer como algo inovador, pregando uma igualdade e a livre concorrência no mercado econômico, a realidade era um tanto diferente. Podemos ler no trecho acima a respeito da poupança, o acúmulo de capital por meio da poupança só se tornava realmente possível para uma pequena parte da sociedade, situação que se faz recorrente na atualidade. Apesar de que neste momento histórico ainda não se falava a respeito de classes sociais, é neste momento que a sociedade pré-capitalista começa a engatinhar. No entanto o Estado neste cenário agia com intervenções que regulavam o livre comércio, interferido assim nos preços tanto da mão de obra quanto do produto final.

E realmente era bastante vasto o corpo legislativo que enclausurava a nascente economia manufatureira-industrial. Um denso sistema de monopólios e privilégios especiais, concedidos pelo poder real, protegia a indústria nativa da competição aberta. Um papel relevante cabia à política econômica externa, com as leis de navegação, os regulamentos sobre as colônias, as taxas restringindo a importação de vários artigos, as subvenções e incentivos a exportadores (reembolsos e isenções



fiscais). Também as leis de domicílio, as leis dos pobres e dos aprendizes constituíam entraves, cerceando a imprescindível mobilidade e o livre uso da força de trabalho. (MORAES,2001: 08)

Força de trabalho esta, que sempre foi necessária ao capital, mesmo em seu frágil embrião, desta forma os interesses da coroa e dos pré-industriais se chocavam, sendo assim se fazia necessário parar a intervenção do Estado. As regulações impostas pelo poder real atrasavam imensamente os investimentos e a aceleração do desenvolvimento econômico, que era visto como pessoal.

Os críticos liberais se voltaram contra a hierarquia dos mestres, organização em que o indivíduo não possuía a liberdade de aprender um novo ofício ou mudar de profissão quando este achasse necessário. Apesar das dificuldades encontradas pelos liberais, na propagação de seus ideais, seus esforços foram até certo ponto produtivos. Mas como já sabemos, os sistemas econômicos passam por crises, que os forcem a reformular seus ideais estruturais.

O liberalismo havia conseguido se livrar da intervenção da coroa quanto a regulação da economia. Vivenciando assim seus anos de glória, no entanto, em 1929 o colapso da bolsa de valores sem a intervenção do Estado, como regulador de investimentos, junto a vários outros fatores que não nos atentaremos aqui, faz com que ecloda uma crise econômica mundial, uma situação crítica e aparentemente irreversível.

Dando assim espaço para que os liberais reformistas, disseminassem suas teorias. Em 1936 John Maynard Keynes, publica seu livro intitulado, Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. E neste momento que a teoria keynesiana cai nas graças do setor econômico, que buscava a todo custo a superação da crise na qual se estalava toda a economia, novamente a intervenção estatal surge como o poder necessário para a recuperação.

O poder público, desse modo, regularia as oscilações de emprego e investimento, moderando as crises econômicas e sociais. O New Deal americano e o Estado de bem-estar europeu iriam testar (e aprovar durante bom tempo) a convivência do capitalismo com um forte setor público, negociações sindicais, políticas de renda e seguridade social, etc. Em suma, em pouco tempo, o Estado viu-se em condições e na obrigação de controlar o nível da atividade econômica, inclusive o emprego, através de instrumentos como a política monetária a taxa de juros e os gastos públicos. (MORAES,2001: 14)

Sendo desta forma o Estado se fazia abrangente quanto a todos os setores, pois a teoria keynesiana, buscava reduzir ao máximo possível a autodestruição cíclica, do sistema capitalista. Por meio da assistência social, moderando os impactos do acúmulo do capital por uma parcela da sociedade. Evitando a assim o desequilíbrio social, por meio da regulação de empregos, e da manutenção de uma estrutura de serviços de bem-estar. Facilitando o acesso de todos a saúde, do

sistema previdenciário, transporte urbano, e habitação. Apesar da salvação da economia capitalista, havia quem não estivesse satisfeito quanto as regulações da economia e de outros setores.

Mesmo isolados e na defensiva, os neoliberais preservaram suas crenças ortodoxas. E voltaram à cena, na ocasião propícia, no fim dos Trinta Gloriosos, os anos de reconstrução e desenvolvimento do capitalismo do pós-guerra, tempos que pareciam entronizar o keynesianismo e a economia capitalista regulada como padrões incontestáveis de pensamento e ação. No final desse período, as companhias multinacionais espalhavam pelo mundo suas fábricas e investimentos e movimentavam gigantescos fundos financeiros envolvidos nesses processos - lucros a serem remetidos, royalties, patentes, transferências, empréstimos e aplicações. No início dos anos 70, as autoridades monetárias americanas anunciavam que as coisas estavam muito mudadas: o dólar não teria mais conversão automática em ouro. (MORAES, 2001: 15)

Após trinta gloriosos anos, a economia voltava a necessitar de reformulação, para que pudesse atender melhor às necessidades do capital. A Comissão Trilateral no ano de 1975, por meio de documentos, declara a ingovernabilidade das democracias, pois o Estado se encontrava sobrecarregado. Se tornara, então impossível a manutenção da democracia. Assim despertam os neoliberais, de modo que as regulações do sistema econômico, voltam a acontecer. Ao nosso entendimento que seguem diretrizes, que produzem uma grotesca junção dos ideais liberais e do keynismo. Nos trazendo ao nosso contexto econômico atual, no qual é possível observarmos até certo ponto o a tutela mento do Estado, quanto as massas proletárias, mas sem prejudicar o acúmulo produtivo do capital. Com tudo que analisamos neste artigo, nos foi possível a compreensão de que apesar da ilusão de que o Estado é o regulador da economia, ele nada mais é, que uma ferramenta do capital, utilizada para suas regulações. Quanto a necessidade do desenvolvimento da econômico.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

GRAMSCI, Antonio. A questão meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 135-165.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 3: Notas sobre o Estado e a política; Maquiavel. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 11-109.

MÉSZÁROS, István. Filosofia, ideologia e ciência social. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 07 54.

MORAES, Reginaldo. Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Senac, 2001.

DA CIÊNCIA À FICÇÃO: O ENTRE-LUGAR DE NIKOLA TESLA NA PROFISSIONALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES CIENTÍFICAS NOS ESTADOS UNIDOS EM FINS DO SÉCULO XIX

Aline Alves Lima¹⁸¹

RESUMO:

Esse artigo apresenta uma parte das reflexões desenvolvidas na pesquisa que investiga a polarização que se constituiu em torno da imagem de Nikola Tesla (1856-1943). Por um lado, sua representação elaborada em fins do século XIX, enquanto uma referência obrigatória no campo da eletricidade não vingou, e ele não encontrou espaço que almejou nos manuais de ciência do seu tempo e nos vintouros. Por outro lado, sua representação não desapareceu, posto que se ligou ao campo da ficção científica. Ao investigar o desaparecimento de Tesla da História da Ciência e a presença de sua representação na ficção científica, procuramos apresentar as condições que possibilitaram essa peculiaridade. Nesse artigo, mostraremos como Tesla contribuiu com o contexto científico estadunidense, e mesmo assim permaneceu as margens das comunidades científicas de especialistas, ao realizar uma reflexão; possível pela ideia de ciência, que divergia da ideia comum de ciência em fins do século XIX nos Estados Unidos; que ultrapassava os limites impostos pelo seu campo de atuação, na busca de compreender a si mesmo e ao mundo em que vivia, e que houve uma simultaneidade dessa reflexão com as convicções da ficção científica, gênero literário fronteiro, que realçou as crises, ansiedades e controvérsias da ciência, na busca de compreender e alterar a realidade existente.

Palavras-chaves: Nikola Tesla, Ciência, Ficção Científica

Em 1 de julho de 2010, o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, pronunciou um discurso diante da *American University School of International Service*, reconhecendo o papel dos imigrantes no desenvolvimento científico e tecnológico do país. “Sempre temos nos definidos como uma nação de imigrantes. Uma nação que recebe a todos aqueles que desejam abraçar os princípios da América. De fato, foi esse constante fluxo de imigrantes que ajudou a fazer dos Estados Unidos o que é”, ressaltou na ocasião (OBAMA, 2010). Na continuação, ele citou os nomes dos principais colaboradores. “As grandes descobertas científicas de Albert Einstein [diz Obama], os inventos de Nikola Tesla, as grandes aventuras empresariais como a U.S. Steele de Carnegie e o Google de Sergey Brin”. (OBAMA, 2010). Em certa medida, a declaração de Obama não apresentou novidade. A maioria dos nomes citados não careceram de explicações *a priori*. Enfatize-se, “em certa

¹⁸¹ Doutoranda no PPGH- UFG. Orientadora: Prof.^a Dra. Fabiana de Souza Fredrigo.

medida” porque Nikola Tesla não é um nome evidente. Certamente o público se questionou sobre o papel de Tesla na história do desenvolvimento científico e tecnológico naquele país, e do porquê do seu esquecimento nesse campo. Por que alguém que desenvolveu um trabalho, utilizado ainda hoje e lembrado por alguns como Obama, é esquecido em seu campo de atuação, não conseguindo vincular seu nome a suas invenções, permanecendo carente, inclusive, de referência biográfica no país?

Obama não estava equivocado quanto a contribuição desse inventor sérvio-estadunidense¹⁸² para a história da tecnologia. Ainda na Europa, Nikola Tesla descobriu como solucionar um dos principais entraves ao desenvolvimento dos motores em fins do século XIX. Seu trabalho resultou na criação de dois elementos básicos para a sociedade moderna: o motor de indução, e a aplicação prática da corrente elétrica alternada (CARLSON, 2014:73). Elementos de incontáveis possibilidades para a era da eletricidade. Nesse período já existiam máquinas elétricas. O trabalho de Michael Faraday (1791-1867) deu início a substituição dos motores de combustão pelos elétricos (KLEIN, 2008:86). Foi um grande salto no desenvolvimento científico e tecnológico, mas a era da eletricidade ainda iria enfrentar muitos impasses para se estabelecer. O motor elétrico, que utilizava os princípios de Faraday, era alimentado por corrente elétrica contínua¹⁸³ e o trabalho para a geração desse tipo de energia era considerado por muitos como dispendioso, já que produzia voltagens muito baixas e incapazes de substituir os outros tipos de energia que se transformavam em energia mecânica (JONNES, 2004:168). É nesse sentido que muitos consideram Nikola Tesla como um personagem fundamental para o início, de fato, da era elétrica (JONNES, 2004:107). Seu trabalho torna-se fundamental ao perceber que poderia construir um motor capaz de funcionar perfeitamente com um tipo de corrente elétrica que na época não tinha uso prático, a corrente elétrica alternada (CARLSON, 2014:73). Tesla descobriu que poderia fazer girar um campo magnético¹⁸⁴, se duas bobinas em ângulo reto recebessem uma corrente alternada¹⁸⁵. Isso tornou viável sua invenção, anos mais tarde, conhecida como o motor de indução de corrente alternada (CHENEY, 2009:28). Hoje os princípios do motor de Tesla são utilizados desde eletrodomésticos ao maquinário fabril. Sua invenção operava sem as escovas, elemento de possibilidade para o funcionamento do motor de corrente contínua. Seu

¹⁸² Nikola Tesla nasceu em 10 de julho de 1856, na aldeia de Smiljan, atual croácia, parte da Áustria-Hungria nesse período. Sua nacionalidade é problemática, em razão dos conflitos étnicos da região. A aldeia Smiljan, era parte do principado autônomo da Sérvia, e atualmente, esta região faz parte da Croácia. Mesmo depois de conseguir a nacionalidade estadunidense, ele reconheceu os reis sérvios. É devido a isso que muito com Miguel. A Delgado considera ele como sérvio-estadunidense. TESLA, Nikola; DELGADO, Miguel A. (Apres.) *Yo y la energía*. Madrid: Turner. 2011. p.142 e 143.

¹⁸³ Corrente em que a carga elétrica se move sempre na mesma direção. TEODORANI, Massimo. *Nikola Tesla. Vida y descubrimientos del más genial inventor del siglo XX*. Tradução: Editorial Sirio. 2.ed. Málaga: Sirio, 2011, p.18.

¹⁸⁴ Campo produzido pelo movimento de cargas elétricas que exercem uma força sobre outras cargas elétricas. Um campo elétrico determina um campo magnético ortogonal a este. TEODORANI, Massimo. *Nikola... op. cit.*, p. 117.

¹⁸⁵ Corrente com sentido alternado cuja intensidade é uma função periódica do tempo com valor médio nulo. A direção da corrente elétrica muda muitas vezes por segundo. TEODORANI, *op. cit.*, p. 118.



motor foi materializado nos Estados Unidos. Após sua chegada, em 1884, teve que enfrentar uma grande disputa com um dos principais inventores do período, e defensor do sistema elétrico de corrente contínua, Thomas Alva Edison (1847-1931). Edison projetava iluminar as principais cidades dos Estados Unidos com esse sistema elétrico que era considerado padrão, embora fosse insuficiente para produzir energia mecânica necessária para mover a indústria da época. Cobria basicamente a função de iluminação (JONNES, 2004:262). Nele, os elétrons são direcionados de forma contínua. Saem do gerador até os pontos de utilização e retornam ao ponto inicial. Os obstáculos que os elétrons enfrentavam para percorrer os fios de forma contínua, levava à necessidade da construção de casas de força a cada um quilometro percorrido (JONNES, 2004:265). Ou seja, era necessária a construção de geradores por toda a cidade. Após perceber a eficiência do motor de indução, que funcionava perfeitamente com a corrente alternada, cuja característica principal é sua variação de voltagens, Tesla desenvolveu um gerador de corrente alternada, peça chave para a era elétrica, como também todo um sistema elétrico de produção desse tipo de corrente capaz de viajar longas distâncias e fornecer altas voltagens necessárias tanto para iluminação como, e principalmente, para produção de energia mecânica nas fábricas (CARLSON, 2014: 79). A iluminação da Exposição Colombiana de Chicago, em 1893, juntamente com a construção da primeira hidrelétrica do mundo, no complexo de cataratas do Niágara, representaram o estabelecimento de um novo sistema elétrico, considerado hoje padrão. Era o início da era elétrica, possível pela construção de um novo sistema elétrico (JONNES, 2004: 302).

O motor de indução de corrente alternada já seria suficiente para demonstrar o importante papel de Nikola Tesla na história da tecnologia e assegurar a validade da afirmação de Obama. Entretanto, sua contribuição não foi apenas no desenvolvimento do sistema elétrico de corrente alternada. O estudo com as correntes de alta frequência e alta voltagens lhe permitiu ser pioneiro em muitos campos considerados fundamentais ainda hoje. Uma delas foi o conceito do controle remoto por ondas de rádio. Ele construiu um barco teledirigido¹⁸⁶. No controle que utilizou para dar os comandos, ele colocou uma bateria responsável por enviar eletricidade para um oscilador. Este convertia a eletricidade em pulso de ondas de rádio, transmitidas para um receptor no barco, enviando um impulso eletromagnético para o motor. A variação do impulso elétrico fazia com que o barco se movesse em diferentes direções permitindo assim ser teleguiado. Hoje, os controles remotos de tvs, as naves militares não tripuladas e os satélites operados no espaço utilizam dos mesmos princípios utilizados por Tesla em seu barco, o que transforma Tesla em um dos fundadores da robótica

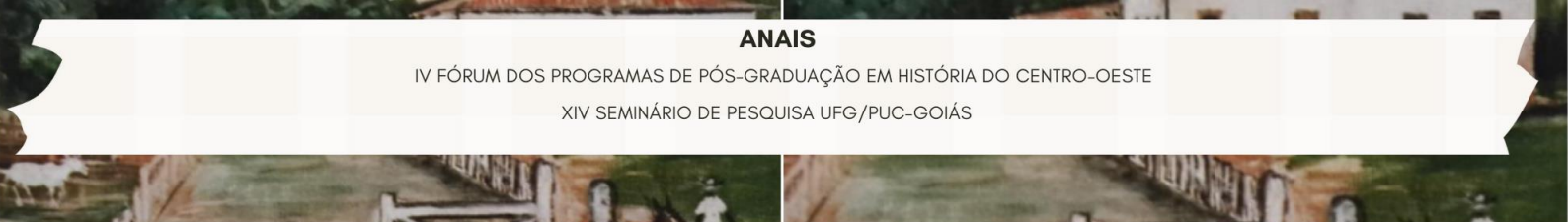
¹⁸⁶ Sua demonstração ocorreu em 8 de dezembro de 1899, no Madison Square Garden, em Nova Iorque. TESLA, Nikola; DELGADO, Miguel A. (Ed.). *Firmado: Nikola Tesla. Escritos y Cartas, 1890-1943*. Tradução: Cristina Núñez Pereira. Madrid: Turner, 2012. p. 228.



(SEIFER, 1998:193). Tesla pesquisou também formas de iluminação. Durante a Exposição Colombiana apresentou ao público lâmpadas fluorescentes, produzidas por meio da ionização de gases, caracterizadas por gerar menos calor e mais luz. Ele construiu a primeira lâmpada de descarga contendo gás sob pressão e esses tubos vibrantes e coloridos evidenciaram o início de um tipo de iluminação presente hoje nos letreiros das principais cidades do mundo (CARLSON, 2014:228). Outra invenção, e certamente uma das principais, e que muitos desconhecem, é o rádio. No início do século XX, o inventor italiano Guglielmo Marconi (1874-1937) revolucionou a história da comunicação, conseguindo enviar o primeiro sinal transatlântico – a letra S em código Morse - de Cornualles, na Inglaterra a New-foundland, no Canadá. Ele ficou conhecido como o inventor desse importante dispositivo. O que muitos ignoram é que dezessete patentes para a criação dessa invenção eram de Tesla. Só no ano de 1943 a Suprema Corte dos Estados Unidos concedeu a ele a patente do rádio (SEIFER, 1998:109). Tesla também produziu importantes trabalho com o raio-x, antes mesmo dessas ondas eletromagnéticas serem denominadas assim pelo físico alemão Wilhelm Conrad Roentgen (1845-1923), ganhador do primeiro Prêmio Nobel de Física da história, em 1901. Compartilhou as fotografias, produzidas com essa tecnologia, de suas mãos e pés, com Roentgen, que elogiou a trabalho de Tesla e inclusive lhe questionou como conseguia imagens tão boas. Tesla também foi um dos primeiros a perceber os perigos do tratamento com essas ondas. Isso o levou a escrever um artigo alertando os pesquisadores sobre os riscos com o trabalho nesse campo¹⁸⁷.

Houve também ideias futuristas que permaneceram apenas nos projetos de Nikola Tesla e que não ganharam corpo. Algumas contribuíram com criações desenvolvidas anos mais tarde, por outros inventores, e outras ainda permanecem inacabadas. Além de conseguir desenvolver um sistema elétrico diferente do existente até então, Tesla tinha em mente a construção de um projeto de transmissão de energia sem fio. Ele buscava eletrificar a terra com torres que funcionariam como transmissores gigantes por todo o planeta. Sua ideia principal partiu da construção de uma bobina batizada com seu nome. Tal aparato seria uma espécie de bomba elétrica. Ela tinha a tarefa de diminuir a corrente e elevar a voltagem, resultando então na existência de raios artificiais. A eletrificação do ambiente e o uso da terra como um condutor natural se encarregaria de fornecer energia livre, sem fio, para toda a humanidade. A bobina que Tesla chegou a construir possibilitou acender luzes a um quilômetro de distante de onde a energia estava sendo transmitida (SEIFER, 1998:223). O sistema de transmissão mundial, como denominado por ele, possibilitaria também o compartilhamento de inteligência, com o envio de mensagens, músicas, e até imagens, além de

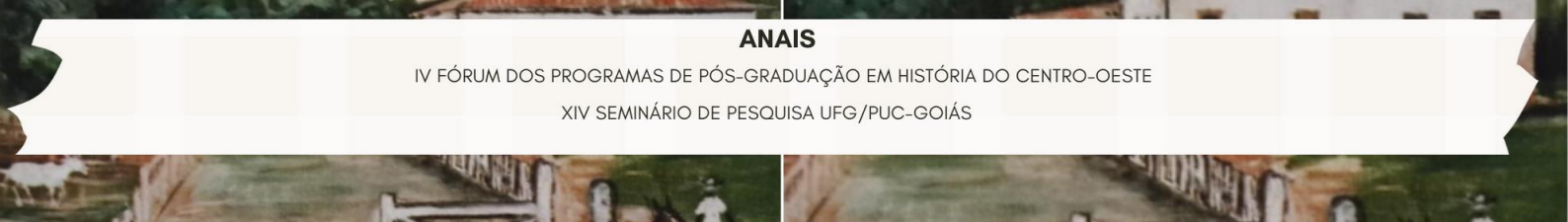
¹⁸⁷ TESLA, Nikola. "Roentgen Rays or Streams". *Electrical Review*. NEW York, Aug. 12, 1896, pp. 78,79,83.



energia (CHENEY, 2009:254). Embora sua ideia de transmissão de energia sem fio ainda se mostre visionária, ele estava certo sobre a possibilidade da tecnologia sem fio e sua funcionalidade de transmissão. Ele pode ser considerado um dos primeiros a conjecturar sobre o que hoje chamamos de internet (SEIFER, 1998: 302). Outro avanço significativo desse inventor foi sua afirmação, em 1917, de um dispositivo que poderia ser utilizado pelo governo durante a Primeira Guerra Mundial. Afirmou ser possível refletir ondas de rádio em objetos para determinar sua posição e velocidade. Seria o princípio do radar, inventado anos mais tarde, que utilizava esse mesmo conceito (CARLSON, 2014: 447).

Certamente, o estranhamento do público da *American University School of International Service*, que ouvia Obama, não foi nem pelo fato do nome de Nikola Tesla não ser evidente na história da tecnologia, e sim pela variedade de lugares que buscaram agenciar a imagem de Tesla. A representação de Tesla é deslocada de um lugar, cujo papel continua sendo importante ainda hoje, e aparece em vários lugares, a maioria ligados à ficção (DELGADO, 2011:14-15). Aqueles familiarizados com o estudo do eletromagnetismo podem encontrar seu sobrenome na unidade (tesla), que mede a densidade do fluxo magnético. Seu nome também pode ser relacionado com a *Tesla Motors*, a primeira empresa construtora de carros elétricos, em Silicon Valley. Tesla está presente na literatura, em histórias como o *Captain Swing and the Electrical Pirates of Cindery Island* (2011) de Warren Ellis e Raúl Cáceres, e *RASL* (2013) de Jeff Smith. Suas invenções influenciaram o *steampunk*, subgênero da ficção científica, resultando em histórias como as citadas acima. Ele está presente também em jogos como *Silent Hill* (1999), *Lara Croft Tomb Raider* (1996), *Tesla: The Weather Man* (2011), *Dark Void* (2010) etc. Paul Auster, um dos mais importantes escritores norte-americanos da última década explorou a figura trágica de Tesla em sua obra *O palácio da Lua* (1989). A frase “*Tesla was robbed!*” ilustra permanentemente a lousa do genial e apático doutor House da série norte-americana homônima; o pôster, com sua imagem no quarto de Flint Lockwood, o “cientista maluco” protagonista do filme *Tá chovendo Hambúrguer* (2009), completam esse quadro polarizado da representação sobre Nikola Tesla. Tal polarização poderia levar até ao seguinte questionamento: afinal, quem foi Nikola Tesla? Um sujeito histórico, ou um personagem fruto da ficção? Se ele fez parte da história do desenvolvimento científico e tecnológico, como reiterado por Obama, porque sua presença na ficção científica é tão forte, ao mesmo tempo que é esquecido pela história?

Ainda em fins do século XIX, Nikola Tesla já apresentava uma inquietação acerca do lugar que iria ocupar no futuro. No dia 22 de junho de 1888, a revista *The Electrical Engineer*, de Londres, publicou as considerações do Dr. Louis Duncan, da Universidade Johns Hopkins, a respeito do motor



de corrente alternada do inventor Nikola Tesla, juntamente com a resposta dele a tais colocações. A divulgação dessa interlocução foi resultado de uma conferência intitulada, *A New System of Alternate Current Motors and Transformers*, proferida por Tesla em 16 de maio desse mesmo ano, na Universidade de Columbia, e teve como público a elite do recém-formado *American Institute of Electrical Engineers* (AIEE). A resposta de Tesla aos apontamentos de Duncan, reflete bem a preocupação desse inventor com o lugar que seu trabalho iria ocupar no porvir.

Qualquer que seja o resultado dessas investigações, [diz Tesla,] o futuro dirá, mas o que quer que seja, e para qual este princípio pode levar, serei suficientemente recompensado se mais tarde for admitido que contribui uma parte, ainda que pequena, para o avanço da ciência. (TESLA, 1888: 583-585).

A inquietação de Tesla, naquele período, torna essa passagem ainda mais interessante pelo curioso fato de que o destaque que ele adquiria na comunidade científica estadunidense crescia significativamente e, pelo menos aparentemente, não havia lugar para essa incerteza com respeito ao resultado das suas pesquisas, sobre cuja relevância ele tinha plena convicção. Essa celeuma ocorreu mais de quatro anos após a chegada de Nikola Tesla aos Estados Unidos e esse curto período foi suficiente para que ele fosse reconhecido como uma das principais referências no campo da engenharia elétrica. A década que estava para ser iniciada, de 1890, foi a época em que esse inventor viveu o auge de sua carreira e, nesse período, última década do século XIX, suas palestras em instituições científicas foi algo recorrente. Em 20 de maio de 1891 ele pronunciou a segunda palestra na Universidade de Columbia, denominada *Experiments With Alternate Currents of Very High Frequency and Their Application to Methods of Artificial Illumination*. No mês de fevereiro do ano seguinte os trabalhos de Tesla foram divulgados na Europa. No dia 3 de fevereiro de 1892 ele se apresentou no *Institution of Electrical Engineers* e dia 4 no *Royal Institution* (ambos em Londres). No dia 19 na *Société Française de Physique*. Quando Nikola Tesla retornou a Nova Iorque, no mês de setembro, foi eleito vice-presidente do *American Institute of Electrical Engineers* (AIEE). Essa breve síntese assinala o seu lugar no restrito grupo de pesquisadores com amplo espaço entre seus pares para divulgação das suas pesquisas e experimentos, que extrapolava fronteiras continentais. E isso reforça nosso problema da polarização em torno da imagem de Tesla. Sua representação elaborada em fins do século XIX, enquanto uma referência obrigatória no campo da eletricidade não vingou e ele não encontrou o espaço que almejou nos manuais de ciência do seu tempo e nos vindouros. Entretanto, sua figura tampouco desapareceu, posto que se ligou ao campo da ficção científica e em outros espaços que ele, certamente, jamais almejou.

Investigar o desaparecimento de Tesla da História da Ciência e a presença de sua representação na ficção científica, é procurar as condições que possibilitaram essa peculiaridade.



Nesse sentido, é fundamental compreender as particularidades do contexto científico estadunidense em fins do século XIX e início do século XX, principalmente, o processo de formação das comunidades científicas de especialistas, do qual Tesla fez parte, e mesmo assim permaneceu as margens dessas fronteiras imaginárias criadas para a identificação do sujeito a um grupo pelos critérios partilhados no trabalho científico, e resultando também em crises identitárias para aqueles que já estavam envolvidos no labor científico, mas que não se enquadravam nos critérios necessários de pertencimentos das comunidades. O entre-lugar ocupado por Tesla, foi possível também por essas especificidades nesse processo. Sua ideia de ciência divergia da ideia partilhada pela comunidade científica que fez parte, e sua reflexão ultrapassava os limites impostos pelo seu campo de atuação. Reflexão essa partilhada por outros saberes, como o da ficção científica, gênero literário fronteiro, que realçou as crises, ansiedades e controvérsias da ciência, na busca de compreender e alterar a realidade existente.

O episódio do Prêmio Nobel de 1915 é um caso curioso e ilustra bem o entre-lugar ocupado por Nikola Tesla. Em 6 de novembro de 1915 o *New York Times* publicou a lista de ganhadores do Prêmio Nobel (NOBEL PRIZES, 1915). Em uma breve nota, o periódico divulgou que o prêmio de Física iria para Thomas Alva Edison (1847-1931) e Nikola Tesla (1856-1943), o de Química para Theodor Svedberg (1884-1971), e o Literatura para Romain Rolland (1866-1944), Henrik Pontoppidan (1857-1943), Troels Lund (1840-1921) e Verner Von Heidenstam (1859-1940). A informação partiu do correspondente de Copenhague, do jornal londrino *The Daily Telegraph*. No dia seguinte a informação do *New York Times*, Tesla afirmou que não havia recebido nenhuma notificação do comitê sueco, que foi informado pelo despacho de Londres. Acrescentou ainda que essa honra lhe havia sido “(...) conferida em reconhecimento a uma descoberta anunciada há pouco tempo, que diz respeito à transmissão de energia elétrica sem fios” (TESLA, 1915). Sobre Edison, Tesla afirma não saber o motivo específico pelo qual ele estava sendo honrado, mas que de uma forma geral ele merecia “(...) uma dúzia de prêmios Nobel” (TESLA, 1915). Mais de um mês após da divulgação no *New York Times*, sobre a lista dos indicados ao Nobel, e ainda sem nenhuma confirmação oficial dos responsáveis pela escolha dos vencedores do prêmio, o jornal continuou divulgando os trabalhos dos vencedores com entusiasmo. Em uma publicação a respeito da invenção de uma máquina para garantir a paz, protegendo o território de ataques inimigos o periódico informou que

Nikola Tesla, inventor, vencedor do Prêmio Nobel de Física de 1915, registrou pedidos de patentes nas partes essenciais de uma máquina cujas possibilidades testam a imaginação de um leigo e prometem um paralelo dos raios de Thor, lançados do céu para punir aqueles que enfureceram os deuses (BOLTS OF THOR, 1915: 8).



Passados dois dias desta publicação, em 10 de dezembro de 1915 a cerimônia de premiação foi realizada e o Prêmio de Física foi concedido ao físico Sir Wiliam Henry Bragg (1862-1942) e seu filho, William Lawrence Bragg (1890-1971), que desenvolveram pesquisas sobre o raio-X. Embora o periódico tenha confundido a indicação com o resultado do prêmio, existe outro problema de uma outra ordem. O jornal caracterizou Nikola Tesla como inventor, ao mesmo tempo em que o considerou o vencedor do Prêmio Nobel, maior honraria concedida a um cientista contemporâneo.

Posto de outro modo, o episódio do Prêmio Nobel 1915 possibilita pensar muitas questões. É certamente curioso o fato de Tesla não ter recebido a honraria, apresentada como certa pela imprensa estadunidense do período. Mais curioso ainda é o fato desse personagem ser retratados como inventor ao mesmo tempo em que é apresentado como o homenageado por um prêmio que em tese seria para um físico, um cientista. Isso mostra que as fronteiras entre os papéis sociais dos sujeitos envolvidos com a atividade científica, o cientista e o inventor, não estavam estabelecidas. Novos termos como ciência pura e ciência aplicada foram introduzidos ao longo do século XIX, nos Estados Unidos, e contribuíram para o processo de profissionalização das comunidades de especialistas. Esses conceitos foram utilizados no debate de construção das comunidades científicas – de físicos, engenheiros, inventores e etc –, e provocaram mudança nas práticas e organização social. Por um lado, permitia a identificação do sujeito a um grupo pelos critérios partilhados no trabalho científico. E na contramão, trouxe consigo uma crise identitária para aqueles que já estavam envolvidos no labor científico, mas que não se enquadravam nos critérios necessários de pertencimentos das comunidades. Isso permite compreender o entre-lugar ocupado por Tesla em meio a formação dessas sociedades, e principalmente, perceber que esse processo fez parte das condições de possibilidades para a polarização em torno da representação de Nikola Tesla, contribuindo assim para compreender como um dos cientistas mais reconhecidos da última década do século XIX, passou a ser desabonado na década seguinte, ao mesmo tempo que nem só suas visões futuristas como também seu nome foi sendo ancorado na ficção – tipologia discursiva oposta a que ele participava em seu tempo.

O período em que Tesla viveu o auge da sua carreira, também foi um período marcado por discussões a respeito da prática científica e do papel dos sujeitos envolvidos nessa atividade. A década de 1890 consagrou a autonomia da engenharia elétrica (KLINE, 1995:199). A contratação de físicos e químicos para lecionar nas classes de engenharia foi substituída por engenheiros com treinamentos científico, preocupados com a formação teórica que desencadearia na ciência da engenharia (KLINE, 1995:203). Os engenheiros buscavam se profissionalizar por meio da construção de instituições e revistas especializadas, distanciando-se dos amadores. Os físicos caminharam na mesma direção, se



desvinculando dos filósofos naturais (KLINE, 1995:195). Além de se consolidarem em comunidades profissionais, físicos e engenheiros negociavam os limites de atuação e demarcavam as fronteiras das disciplinas (KLINE, 1995:221). De acordo com o historiador, Ronald Kline, a processo de profissionalização, tanto dos engenheiros elétricos como dos físicos, foi uma resposta ao movimento pela “ciência pura” ocorrido no final do século XIX (KLINE, 1995:205).

O físico Henry Rowland (1848-1901) foi o dos principais representantes desse movimento. Ele apresentou seu conhecido “apelo à ciência pura” em 1883 (LUCIER, 2012: 529). Para ele a pureza da ciência estava pautada no seu afastamento do que tivesse valor monetário. A preocupação desse movimento era com a corrosão do caráter da ciência pelos lucros financeiros. Na era dourada, como ficou conhecido os Estados Unidos nesse período, a ideia de “ciência pura” buscava distanciar o cientista das possibilidades comerciais que seu trabalho poderia desembocar (LUCIER, 2012: 529).

É preciso salientar que as significações em torno do termo “ciência pura”, presente na proposta de Rowland já não eram as mesmas de períodos anteriores. O trabalho do historiador Paul Lucier mostra que “ciência pura” e “ciência aplicada” foram termos introduzidos ainda no início do século XIX. Seu uso aumentou após a Guerra Civil, mas só na década de 1890 que se tornou corriqueiro nas discussões científicas, e com novos significados (LUCIER, 2012: 505). As primeiras significações a ideias familiares a “ciência pura”, como apontadas por Lucier, estavam relacionadas ao amor pela ciência. A pureza remontava a preocupação da ciência com a própria ciência. A busca pela verdade acima de todas as coisas (LUCIER, 2012: 529). Lucier acrescenta ainda que o termo mais utilizado nas discussões científicas era “aplicação da ciência” e não “ciência aplicada”, e que esse termo não foi pensado como sinônimo de “ciência pura”. A aplicação da ciência, tão pouco foi menosprezado pelo manifesto de Rowland (LUCIER, 2012: 536).

Os sujeitos que colocavam sua vida em jogo em busca do ideal da “ciência pura”, eram conhecidos como “cientistas” (LUCIER, 2009: 699). O termo veio substituir as nomenclaturas “homens da ciência” e filósofos naturais a partir da década de 1870 (LUCIER, 2009: 706). De acordo com Lucier, os “cientistas” eram sujeitos, na maioria autodidatas, que desprezavam trabalho comercial e temiam as influências do capitalismo da era dourada. Já os profissionais eram aqueles envolvidos com a atividade científica, e ao mesmo tempo ligados ao desenvolvimento industrial (LUCIER, 2009: 720). Mas como apontou Kline, o “profissional”, com um trabalho científico organizado dentro de uma sociedade científica, distanciava-se também do amador (KLINE, 1995: 199). Situar essas distinções, significa, como alertado por Lucier, em não incorrer no erro de falar na existência de um “cientista profissional” (LUCIER, 2009: 732). Esse grupo não existia nos Estados Unidos desse período. Havia “cientistas” e os “profissionais”, e descreviam diferentes práticas do



trabalho científico, e esses diferentes papéis sociais se ligavam as noções atribuídas aos termos “ciência pura” e “ciência aplicada”.

Compreender a multiplicidade de significações que os termos vão adquirindo nos possibilita perceber o caráter político e transformador que os conceitos possuem. O movimento pela “ciência pura”, resultou na construção de uma nova ordem na organização dos papéis sociais dos sujeitos envolvidos com o trabalho científico. No processo de institucionalização das sociedades o inventor permaneceu à deriva. E isso, mesmo sendo incorporado pelas instituições, como apontado por Kline. O campo da engenharia elétrica, por exemplo, incorporou físicos e inventores (KLINE, 1995: 198). O próprio Tesla foi exemplo disso. Ele teve um papel fundamental na construção do *American Institute of Electrical Engineers*. Foi vice-presidente desta instituição. E ainda assim, permaneceu nesse entre-lugar. Certamente por não partilhar os critérios de pertencimento estabelecidos no processo de profissionalização dessas comunidades. Nesse sentido, o curioso caso de Tesla ilustra bem a crise identitária provocada principalmente nos “inventores” com a profissionalização das comunidades científicas. Isso explica a própria confusão dos periódicos do período que ora chamavam Tesla de cientista, inventor, e inclusive ganhador de um Prêmio Nobel de Física.

Diferente da Europa, nos Estados Unidos o pragmatismo não permitiu se pensar ciência ligada apenas a uma reflexão teórica sobre o funcionamento do universo. Isso permitiu uma valorização do trabalho científico prático e da valorização do inventor, intitulado muitas vezes como cientista, principalmente devido a confusão gerada pela formação dessas comunidades científicas. Isso explica por que as invenções de Nikola Tesla tiveram papel importante no desenvolvimento científico e tecnológico, e na contramão, sua reflexão sobre a atividade científica lhe deixou a margem nesse processo de profissionalização das comunidades científicas. É preciso destacar que os inventores, assim como os cientistas trabalham tendo em vista os dilemas de seu tempo. Suas criações e descobertas buscam superá-los. As invenções partem de uma visão de mundo. Elas são resultado da maneira como o inventor percebe e age na sociedade. Embora os sujeitos sejam frutos de seu tempo, não se limitam a esse. Pelo menos aparentemente, Tesla partilhava de um projeto de ciência comum no período. Em um artigo publicado em 1919 ele apresenta de forma panorâmica o papel da ciência na sociedade. “O desenvolvimento progressivo do homem, [dizia ele,] é vitalmente dependente da invenção” (TESLA, 1919: 696). E seu propósito final seria “[...] a subordinação das forças da natureza às necessidades humanas” (TESLA, 1919: 696). Tal afirmação leva-nos à constatação, pelo menos aparente, de um projeto positivista de ciência, uma ideia comum à época. Digo pelo menos aparentemente tendo em vista que o contexto é um grande influenciador do pensamento dos indivíduos, mas ressaltamos que ele não é limitador, e as ideias de Tesla demonstram isso. Ele



escreveu muitos artigos durante sua trajetória. Ainda nessa publicação de 1919 ele faz uma reflexão relacionando ciência e vida, e como a primeira garantia a existência da segunda. Destrinchou um quadro de preocupação com o que chamou de “mundo existente”, que caminhava rumo a catástrofe. A ruína para ele foi devido ao afastamento da humanidade do que ele denominava de “essência”. Para ele, a “essência” do homem é a preservação da vida, e o inventor é um indivíduo em pleno contato com seu mecanismo natural. As características dessa essência seria o pensamento criativo, imaginativo, sensível. Ele valorizava a introspecção e o instinto. “O instinto é algo que transcende o conhecimento [dizia ele]. Temos, sem dúvida certas fibras mais finas que nos permitem perceber verdades quando à dedução lógica, ou qualquer outro esforço deliberado do cérebro, é fértil” (TESLA, 1919: 907). Certamente, em Tesla, essas fibras são potencializadas pela literatura e a arte, pela erudição. Ele delineia o mundo existente a partir da ruína física e intelectual, da adoção de princípios nocivos, como o pragmatismo e o lucro, da deturpação da classe de inventores, da desvalorização do alimento, do pensamento criativo. Mas não apenas isso. A perda da essência humana, o retardo do progresso da humanidade, leva, segundo ele, também ao esgotamento das relações humanas. Os rumos do progresso tecnológico em direção ao mero desenvolvimento industrial, e a própria Grande Guerra, para Tesla, foram exemplos categóricos que ilustraram essa preocupação (TESLA, 1919: 907). Enfim, ele acreditava que suas invenções deveriam ser acompanhadas de uma reflexão sobre seu papel no mundo. Tratou-se de apresentar formas diferentes de perceber o mundo, provavelmente desconsideradas. Por outro lado, suas ideias visionárias alimentaram outro campo, o da ficção. Ele partilhava de uma visão de mundo em que o futuro estava tão perto que, por vezes, invadia o próprio presente. Isso explicaria este quadro da polarização da representação de Tesla. Não houve a preocupação em resguardar essa representação sobre o mundo. A maneira com que percebeu o mundo, a forma como buscou atuar sobre ele e os desdobramentos de sua atuação não foram capturados pela história da tecnologia.

A ideia de ciência de Tesla lhe permitiu dialogar com formas diversas de conhecer o mundo, e que simultaneamente partilhavam da reflexão feita por Tesla, como o da ficção científica. Isso explica sua aproximação com personalidades como Hugo Gernsback (1884-1967), que não por acaso é considerado um dos fundados da ficção científica. Atuando principalmente por meio de edição de revistas que contribuíram para a auto-consciência da ficção científica enquanto um gênero autônomo. Inclusive, ao longo do ano 1919, a autobiografia de Tesla foi publicada de forma seriada em sua revista, *Electrical Experimenter*. A ficção científica está vinculada a ciência desde de sua origem. É preciso ressaltar que mesmo valorizando a imaginação, ela está ancorada no real, inclusive o real de outros tempos e espaços. Enquanto a ciência produz uma narrativa a fim de conferir inteligibilidade

ao mundo, embasada nos critérios de racionalidade, por outro, a ficção científica interage no mundo, por meio de narrativas, utilizando outros critérios de validade que vão além da razão. Ambas são construídas por meio de narrativas, e não poderia ser de outra forma. Para Robert Scholes, a ficção séria o encontro entre o realismo e a fantasia, já que seria impossível relatar o mundo sem reconfigurar ou fantasiar sem copiar o já existente (SCHOLES, 1975: 5-6). Assim, mesmo valorizando a imaginação a ficção científica, nascida do contexto científico buscou trabalhar com temas do realismo, muitas vezes, evitados pela ciência, como a metafísica, por exemplo. Enquanto a ciência, em especial nos Estados Unidos, estava buscando valorizar invenções materializadas, a ficção científica buscou refletir sobre elas, sobre a mudança que ela provocaria na vida humana, de uma forma geral. Em suma, os dilemas da ciência, evocados pela ficção científica, e relacionados com a reflexão feita por Tesla, estão entre essas condições de possibilidades que tornaram possível esse caso incomum da presença de Tesla na ficção científica e seu desaparecimento da ciência.

REFERÊNCIAS:

- “Edison and Tesla to Get Nobel Prizes”, *New York Times*, November 6, 1915.
- “Tesla’s Discovery Nobel Prize Winner: Transmission of Electrical Energy without Wires, Which Affects Present-Day Problems”, *New York Times*, November 7, 1915.
- “Transcript of Obama’s Immigration Speech”. *The Wall Street Journal*. Washington. 1 julho de 2010. Disponível em: <https://blogs.wsj.com/washwire/2010/07/01/transcript-of-obamas-immigration-speech/> . Acessado em 04 de julho de 2022.
- CARLSON, W. Bernard. *Tesla. Inventor de la era eléctrica*. Barcelona: Crítica. 2014.
- CHENEY, Margaret. *Tesla. El genio al que le robaron la luz*. Tradução: Gregorio Cantera. Madrid: Turner, 2009.
- JONNES, Jill. *Empires of light. Edison, Tesla, Westinghouse, and the race to electrify the world*. New York. Random House Trade Paperback Edition. 2004.
- KLEIN, Maury. *The Power Makes. Steam, Electricity, and the Men Who Invented Modern America*. New York: Bloomsbury Press. 2008.
- KLINE, Ronald. Construing ‘Technology’ as ‘Applied Science’: Public Rhetoric of Scientists and Engineers in the United States, 1880–1945, *Isis*, 1995, n. 86, p.199.
- LUCIER, Paul. The Origins of Pure and Applied Science in Gilded Age America Source, *Isis*, 2012, n.103.
- LUCIER, Paul. The Professional and the Scientist in Nineteenth-Century America, *Isis*, 2009, n.100.
- SCHOLES, Robert. *Structural Fabulation: An Essay on Fiction of the Future*. London: University of Notre Dame Press. 1975.

SEIFER, Marc J. *Wizard. The Life and Times of Nikola Tesla. Biography of a Genius*. New
TESLA, Nikola. “My Inventions. My Early Life”. *Electrical Experimenter*. New York, v. 6, n.10,
Feb., 1919. p. 696.

“The Tesla Alternate Current Motors”, *Electrical Engineer*, Londres, June 22, 1888, p. 583-585. In:
TESLA, Nikola; RATZLAFF, John T (org.). *Tesla Said*. Millbrae: Tesla Book Company, 1984.

DEMOCRACIA E EMANCIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Maria Imaculada Correia de Miranda¹⁸⁸

RESUMO

À luz das ponderações de Boaventura Sousa Santos no livro *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*, o artigo pretende discorrer sobre democracia e autonomia da Universidade, tendo como foco a reforma universitária vivenciada pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil a partir da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), período de 2008-2012. De modo objetivo, voltará o olhar para o Reuni e suas propostas de mudanças que objetivaram a democratização do acesso ao ensino superior público. Nesse sentido, tendo por norte o debate proposto no livro citado do autor elencado, buscaremos discorrer sobre o que propôs o Reuni, especialmente no que diz respeito às dimensões do Programa, tendo por intuito perceber a relação do que foi proposta pelo Reuni e os caminhos sugeridos pelo autor em pauta, os quais se propõem a colaborar para que tenhamos uma reforma universitária que resulte em universidade verdadeiramente democrática e emancipatória.

Palavras-chave: Democracia, Reuni, Universidade.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é parte de estudos em desenvolvimento para elaboração da tese de doutorado ora nomeada “Expansão Universitária e Democratização: uma perspectiva comparada sobre o Reuni no Centro-Oeste (UFG, UFT e UFMT – 2007-2013)”, orientada pela Prof.^a Dra. Heloísa Selma Fernandes Capel e tem por finalidade cumprir requisito avaliativo do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Goiás.

A pesquisa proposta, por sua vez, resulta de um desejo meu de aprofundar estudos realizados no Mestrado, concluído em março/2019, nomeada “Expansão e Reestruturação da Educação Superior: debates sobre a implementação do Programa Reuni na UFG (2006-2008)”.

¹⁸⁸ Discente do PPGH/UFG (Doutorado), orientada pela Prof.^a Heloísa Selma Fernandes Capel, pesquisa: “Expansão Universitária e Democratização: uma perspectiva comparada sobre o Reuni no Centro-Oeste (UFG, UFT e UFMT – 2007-2013)”. E-mail: imaculada@ufg.br



As leituras e os estudos feitos para o desenvolvimento da referida pesquisa de mestrado acabaram por apresentar indícios de que houve um certo protagonismo da UFG no processo de expansão das IFES propiciado pelo governo Lula via Reuni. Essa percepção terminou por ser ressaltada pela banca examinadora quando da defesa final da dissertação, de modo que assim surgiu a intenção de abordar esse provável protagonismo da UFG sob uma perspectiva comparada, escolhendo como recorte outras duas IFES de destaque na região centro-oeste (Universidade Federal do Tocantins - UFT e Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT).

O Reuni foi um programa de expansão universitária implementado no período de 2008-2012 e que permitiu o acesso à universidade pública por parte de uma camada da sociedade brasileira historicamente excluída dessa esfera de ensino. Logo, o Reuni pode ser entendido também com uma ferramenta de resistência ao *status quo* da universidade, que desde os seus primórdios remonta ser um espaço reservado para os filhos da elite.

Assim, palavras como emancipação, democracia, inclusão, acesso, renovação pedagógica e afins, pautam a proposta do Reuni. Tais palavras encontram eco também nas reflexões feitas por Boaventura Santos¹⁸⁹ no livro *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. Assim, na elaboração do presente texto, de modo específico, optamos por trabalhar com as ideias propostas por Boaventura Sousa Santos no livro em tela, uma vez que as discussões propostas pelo autor neste livro pautam a base do Capítulo I da tese de doutorado ora em desenvolvimento.

Nesse sentido a primeira parte do artigo traz uma breve apresentação do livro de Boaventura Sousa Santos e das ideias do autor em relação a uma reforma universitária emancipatória e democrática. Em seguida trataremos do Reuni, das suas concepções e propostas. E, por fim, buscaremos relacionar as propostas contidas nas seis dimensões do Programa com as recomendações de Boaventura Sousa Santos para que a universidade pública reconquiste sua legitimidade a partir de uma reforma universitária de fato democrática e emancipatória.

¹⁸⁹ O sociólogo português Boaventura Sousa Santos é, certamente, um dos intelectuais mais produtivos e criativos da atualidade. Sua ampla produção acadêmica, assim como sua militância e diálogo com movimentos sociais de diferentes partes do mundo, expressa de forma eloquente seus múltiplos interesses e focos de pesquisa. Atravessam sua obra temas como epistemologia, democracia, movimentos sociais, multiculturalismo e interculturalidade, igualdade/diferença, direitos humanos, globalizações, justiça social e cognitiva, emancipação, entre outros. (CANDAU, 2016: 16)

A UNIVERSIDADE NO SÉCULO XXI SOB O OLHAR DE BOAVENTURA SANTOS

O livro *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade* (Editora Cortez, 2004, SP), de autoria de Boaventura de Sousa Santos nos chama para pensar sobre a universidade e sobre as crises historicamente vivenciadas por ela, assim como nos leva a olhar para as mudanças que vem ocorrendo na esfera do ensino superior, bem como para os impactos destas transformações na universidade pública. De acordo com Santos (2010: 9), a reflexão proposta neste livro retoma reflexões feitas por ele há uma década, e que “resultaram em um texto nomeado *Da ideia da universidade a universidade de ideias*, publicado em um livro de também de autoria dele intitulado *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*.”

Nesse sentido o autor começa suas reflexões retomando o que ele já tinha discutido nesse texto primeiro que identificava as três crises com que se defrontava a universidade. Para Santos (2010:15), a crise universitária é na verdade composta de três crises, as quais ele nomeia “crise de hegemonia, crise da legitimidade e crise institucional”. Sobre isso ele afirma que

apesar de as três crises estarem intimamente ligadas e só poderem ser enfrentadas conjuntamente e através de vastos programas de ação gerados dentro e fora da universidade, previa (e temia) que a crise institucional viesse a monopolizar as atenções e o propósitos reformistas. Assim sucedeu. Previa também que a concentração na crise institucional pudesse levar à falsa resolução das duas outras crises, uma resolução pela negativa: a crise de hegemonia, pela crescente descaracterização intelectual da universidade; a crise da legitimidade, pela crescente segmentação do sistema universitário e pela crescente desvalorização dos diplomas universitários, em geral. Assim sucedeu também. (SANTOS, 2010: 15)

Desse modo, na primeira parte do livro o autor se ocupa de fazer uma espécie de diagnóstico sobre a universidade, pontuando as características das crises que a afligem (e que se relacionam), bem como discorre sobre os efeitos de cada uma delas, na medida em que levanta questões sobre as mudanças recentes ocorridas no ensino superior e sobre os resultados delas para a universidade pública.

Assim, na concepção do autor, a crise universitária vivida pela universidade é produto da conexão existente entre as três crises já ditas por ele: crise de hegemonia, crise da legitimidade e crise institucional. Ele afirma que a crise de hegemonia decorre do conflito que há em relação as funções tradicionais da universidade, da qual por um lado figura desde os primórdios de sua existência como produtora de alta cultura e formadora de elites, por outro lado, dessa mesma universidade espera-se, conforme Santos (2010: 9), “a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista”.



Nesse sentido, nas concepções de Santos (2010: 10), uma vez impossibilitada de realizar de modo satisfatório esse papel controverso, a universidade passou a ser preterida pelo Estado e pelos agentes econômicos, que passaram a buscar fora da universidade caminhos outros para atingir seus objetivos. Dessa maneira, para Santos (2010: 10) “ao deixar de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, a universidade entrara numa crise de hegemonia”.

O autor afirma também que a crise de legitimidade, por sua vez, se instalou na medida em que a universidade não se mostrou capaz de suprir o acesso ao conhecimento por parte das classes populares da sociedade. A esse respeito ele argumenta:

a crise de legitimidade foi provocada pelo fato de a universidade ter deixado de ser uma instituição consensual em face da contradição entre a hierarquização dos saberes especializados através das restrições de acesso e da credenciação das competências, por um lado, e as exigências sociais e políticas da democratização da universidade e da reivindicação da igualdade de oportunidades para os filhos das classes populares, por outro. (SANTOS, 2010: 10)

Por fim, Santos (2010: 10) nos diz que a crise institucional se deu a partir da controvérsia existente entre o fato de que, se por um lado a universidade busca autonomia na definição dos seus valores e objetivos, por outro, essa mesma universidade sofre constantemente uma pressão crescente para atender “critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social”. Ou seja, conforme o autor, esse contexto de crise institucional faz com que a universidade vivencie uma tensão contínua e progressiva na medida em que ela é convocada a estreitar ou formar conexões diversas, sejam elas de cunho social, capitalista, produtivo, emancipatório e similares.

Ao passo em que Santos (2010: 12-15) nos explica sobre essa crise tríplice e seus desdobramentos nefastos, ele vai tecendo considerações históricas que nos contextualizam quanto ao cenário que envolve a universidade hoje. Nessa direção ele nos alerta que na intenção de se combater outras crises vividas pela universidade (de hegemonia e da legitimidade) deu-se um valor exagerado para a crise institucional

O autor argumenta que ao longo das últimas décadas a crise institucional foi de certo modo induzida pelo Estado com o intuito tanto de diminuir a autonomia da universidade, restringindo assim a produção e divulgação livre de conhecimento crítico, como de colocar a universidade a serviço de projetos de determinados governos, “obrigando a universidade pública a competir em condições de concorrência desleal no emergente mercado de serviços universitários” (Santos, 2010:17).

Santos (2010: 20), discorre então sobre a *chaga* (grifo nosso) nomeada neoliberalismo e pontua o avanço dessa proposta política, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, que culminou no que ele chama de “mercadorização da universidade”, de modo que o autor defende que o “que está



em curso é a globalização neoliberal da universidade”. Para o autor, a desaceleração de investimento do Estado na universidade pública, assim como a globalização mercantil da universidade são, na verdade, duas caras de uma mesma moeda, além de basilares de um amplo projeto global de política universitária que tem como meta maior alterar drasticamente a maneira como o bem público se constrói, convertendo-o em um extenso espaço de valorização do capitalismo.

Na segunda parte do livro Santos se propõe a apresentar o que ele nomeia de *ideias-mestras* que poderão contribuir para uma reforma universitária que ocorra em um sentido mais amplo e emancipatório (2010: 55). Nessa direção, o autor defende o entendimento de que as reformas nacionais da universidade pública devem ocorrer levando-se em conta o projeto do país, mas que tal projeto deve ser caracterizado pela inserção do país na sociedade globalizada, posto que as demandas e problemas sociais, independentemente de se locais, nacionais ou regionais, não encontrarão soluções viáveis sem que seja considerado a contexto globalizado da sociedade.

Em suas reflexões Santos (2010: 59) nos lembra de que “a universidade pública é hoje um campo social muito fraturado e no seu seio digladiam-se setores e interesses contraditórios.” Assim, argumenta que o projeto de globalização contra-hegemônica da universidade como bem público só será possível de ser materializado caso venha a contar a participação de três protagonistas primordiais, a saber: a universidade pública, o Estado nacional e a sociedade civil organizada.

Santos (2010: 62-65) nos explica que da posição geral destes três protagonistas a respeito da reforma da universidade pública vão decorrer os princípios orientadores para a reforma pensada por ele. Desta maneira o autor elenca seis princípios que são: 1) Enfrentar o novo com o novo; 2) Lutar pela definição de crise; 3) Lutar pela definição de universidade; 4) Reconquistar a legitimidade; 5) Criar uma nova institucionalidade e 6) Regular o setor universitário privado.

Na concepção de Santos (2010: 62), as mudanças sofridas pela universidade ao longo da última década foram profundas por demais, o que significa dizer, nas palavras dele, que são “mudanças irreversíveis”, de modo que a perda da hegemonia aparenta então ser irremediável. Assim, o autor sugere que a universidade coloque seu foco de ação principalmente na questão da legitimidade, tendo em vista “a democratização do bem público universitário, ou seja, para o contributo específico da universidade na definição e solução coletivas dos problemas sociais, nacionais e globais”. Nesse sentido Santos (2010:64), argumenta que “as reformas devem partir da constatação da perda de hegemonia e concentrar-se na questão da legitimidade”.

O autor afirma que lutar pela definição de universidade envolve a questão da hegemonia, assim como passa também pela luta pela legitimidade. Santos (2010:66) então aponta cinco áreas de ação por meio das quais a universidade deve pautar sua busca para reconquistar a legitimidade, são

elas: 1) Acesso; 2) Extensão; 3) Pesquisa-ação; 4) Ecologia de saberes e 5) Universidade e Escola Pública.

Santos nos fala também sobre a necessidade de que seja criada uma nova institucionalidade, que possa “fortalecer a legitimidade da universidade pública num contexto de globalização neoliberal da educação e com vista a fortalecer a possibilidade de uma globalização alternativa” (2010: 91). Para tanto o autor sugere que essa reforma institucional deve contemplar suas áreas principais, que podem ser resumidas nos seguintes pontos: rede, democratização interna e externa e avaliação participativa. O autor argumenta ainda que a reforma da universidade como bem público nos moldes que ele propõe não será possível de modo algum, caso não venha acompanhada de decisões políticas que alcancem a regulação do ensino superior privado e o domínio da educação transnacionalizada (Santos, 2010: 104).

Por fim, em suas considerações finais, Santos (2010: 110) nos alerta para o fato de que “a universidade pública é um bem público que vive continuamente intimidado”. No entanto esse cenário de intimidação, de acordo com ele, não provém somente do espaço exterior, pelo contrário, provém também do interior da universidade que figura como um ambiente permanentemente ameaçador, embora ele pontue que neste texto tenha mantido o foco em tratar de modo mais amplo fatores que ele considera como ameaça externa. O autor conclui suas ponderações afirmando também que universidade é bem público intimamente ligado ao projeto de país, e defende a ideia de que “a universidade no século XXI será certamente menos hegemônica, mas não será menos necessária que o foi nos séculos anteriores.” (Santos, 2010: 111).

O PROGRAMA REUNI: CONCEPÇÕES E PROPOSTAS

O primeiro momento de ampliação das vagas IFES, foi chamado de Programa Expandir – Fase I (2003-2007), também nomeado “Interiorização”. Nesse sentido, de acordo com o MEC, entre 2003 e 2007 foram criadas dez universidades federais em regiões prioritariamente não metropolitanas, dentre as quais 40% na região sudeste, 30% na região sul, 20% na região nordeste e 10% no centro-oeste. Como resultado, foram disponibilizadas 110.729 novas matrículas, 26.612 vagas e 613 cursos na graduação. (BRASIL, 2012:10).

O segundo momento de ampliação das vagas nas IFES, no qual se insere Reuni, refere-se ao período de 2007 a 2012, no qual o foco foi a Expansão e Reestruturação. Surge então o Reuni, criado

por meio do Decreto nº 6.096/2007 como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE¹⁹⁰, instituído sob a premissa da importância do papel das universidades federais no desenvolvimento econômico e social do país, tendo como prioridade a finalidade de reduzir as desigualdades sociais com relação ao acesso e à permanência no ensino superior.

Para tanto, conforme consta no Decreto nº 6.096/2007 (BRASIL, 2007a), o Governo Federal cogitou alcançar, em cinco anos, a meta de 30% de jovens, entre 18 e 24 anos, matriculados no ensino superior. Em 2007, esse percentual encontrava-se na casa dos 13,1%, ou seja, 86,9% dos brasileiros entre 18 e 24 anos não cursavam esse nível de ensino. O Reuni estabeleceu também a meta de elevar a taxa de conclusão média em cursos de graduação para 90%, e a relação de um professor para dezoito alunos de graduação em cursos presenciais.

Assim, conforme consta no artigo 1º do Decreto nº 6096/2007, o Reuni nasceu com o objetivo primário de possibilitar a criação de condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível da graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas IFES, com um acréscimo de 20% ao orçamento total destinado às IFES. (BRASIL, 2007)

Desta maneira, o Reuni foi elaborado centrado em dois eixos, o da expansão, expresso em suas metas quantitativas, e o da reestruturação, relacionado com as metas qualitativas, e apresentava duas metas globais, a saber: elevar para 90% a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, e para 18/1 a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano (BRASIL, 2007, Art. 1º, § 1º).

As coordenadas para que as metas globais do Reuni fossem cumpridas pelas IFES foram dispostas em documento acessório ao Decreto nº 6.096/2007, nomeado “Diretrizes Gerais do Decreto nº 6.096 – Reuni”, que detalha apuradamente os objetivos do Programa, estabelece prazos e dá outras orientações, além de apresentar as seis dimensões do Reuni e de especificar o papel de cada uma delas na implementação do Programa.

Por sua vez, as seis dimensões do Reuni abordam aspectos específicos para o cumprimento das metas globais e para o alcance dos objetivos do Programa, a saber: 1) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública, 2) Reestruturação Acadêmico-Curricular, 3) Renovação Pedagógica da Educação Superior, 4) Mobilidade Intra e Interinstitucional, 5) Compromisso Social da Instituição e 6) Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de

¹⁹⁰ O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado em 24 de abril de 2007, durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na gestão do então ministro da Educação Fernando Haddad (PT). O PDE foi um conjunto de programas que visaram a melhorar a educação no Brasil em todas as suas etapas. Lançado em 2007, tinha um prazo de quinze anos para ser completado, mas acabou descontinuado antes desse prazo. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>>. Acesso em 10 jan. 2021.



graduação (BRASIL, 2007). Cada dimensão especificada pelo Reuni desdobrar-se-ia em outras propostas a serem trabalhadas pelas IFES à medida que o Reuni fosse sendo executado.

Assim, o Art. 2º do Decreto 6.096/2007 afirma que o Reuni se articularia a partir desses pilares, que almejavam a flexibilização e melhoria da qualidade da graduação pública brasileira. As seis dimensões do Reuni expressas a partir do que está disposto no artigo 2º do Decreto 6.096/2007 deveriam ser consideradas nas propostas que seriam enviadas por todas as IFES interessadas em aderir ao Programa.

Em todos os Incisos do Artigo 2º do Decreto 6.096/2007 podemos identificar uma linguagem de persecução da otimização da relação de entradas e saídas, tanto por meio da ampliação da inclusão, quanto pelo melhor aproveitamento da estrutura e de novos arranjos organizacionais, o que dialoga diretamente com a perspectiva gerencial do Reuni, um dos alvos do leque de críticas vindas da comunidade acadêmica na ocasião do surgimento do programa, que considerou, não sem razão, que o Reuni feria a autonomia universitária.

A historiografia relacionada ao Reuni aponta para diferentes interpretações que sugerem que na proposta do Programa houve influências de pautas de organismos multilaterais, como o Banco Mundial e a Unesco, bem como repercussões do Processo de Bolonha¹⁹¹, dentre outros.

As tensões oriundas do Reuni evidenciam uma dubiedade existente nas entrelinhas do Programa desde a sua concepção. Ou seja, se por um lado havia a sinalização de que o Reuni permitiria grandes e necessários avanços para as IFES e a sociedade em geral, por outro lado, o modo como foi concebido (regido por contratos de gestão, metas ambiciosas, indicadores e instrumentos de avaliação) contribuiu para sua repercussão negativa junto à comunidade acadêmica.

Dessa forma, o Reuni despertou muitas críticas e preocupação no meio acadêmico quando lançado pelo Governo Federal. Uma grande parte dos envolvidos de dentro das IFES e outros estudiosos da área da educação alertaram que o Programa ameaçava elementos vitais das instituições, como autonomia universitária, indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, precarização do trabalho docente, qualidade do ensino e similares.

A despeito da pertinência (ou não) das críticas e frentes de resistências que suscitou, é fato que toda a historiografia relacionada ao Reuni revela uma clara vinculação do Programa aos desdobramentos da reforma do Estado. Isso é perceptível nos objetivos e diretrizes propostas, uma

¹⁹¹O Processo de Bolonha deve o seu nome à chamada Declaração de Bolonha, que foi assinada em 19 de Junho de 1999, na cidade de Bolonha (Itália), pelos ministros responsáveis pelo ensino superior de 29 países europeus, entre os quais, Portugal. Trata-se de um processo de reforma intergovernamental a nível europeu que se inscreve nos objetivos da Estratégia de Lisboa e que visa concretizar o Espaço Europeu de Ensino Superior. Fonte: <https://www.uc.pt/candidatos-internacionais/sistema_graus/processo-bolonha>. Acesso em 10 jan. 2021.



vez que o Reuni foi elaborado estruturado por metas quantitativas e qualitativas, com o foco voltado para elementos como resultados, eficiência, flexibilidade, mobilidade e inovações de modelos organizacionais.

Na questão do financiamento das IFES, importante pontuar que o Reuni trouxe como objetivo expresso a criação de condições de ampliação de acesso e permanência no ensino superior “pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007). Isso ocorre numa clara perspectiva de racionalização, com a premissa de que existe déficit no aproveitamento dos recursos nas IFES, discurso antigo presente nos diagnósticos governamentais sobre o ensino superior público, proferido inclusive pela ditadura militar em tempos idos.

A premissa de atrelar os recursos financeiros aos cumprimentos de metas dialoga diretamente com os princípios de corte em investimento nas políticas educacionais. Revela as concepções de eficiência e eficácia defendidas pelos organismos internacionais, e que apontam para as novas formas de gestão que estão sendo implementadas pelo governo paulatinamente nas instituições públicas, inclusive de educação.

Assim, a quantidade de vagas que seriam criadas pelas IFES e a repercussão dessa expansão para o trabalho dos docentes e para o financiamento da estrutura da universidade era um dos pontos de preocupação da comunidade acadêmica, especialmente quanto aos pesquisadores da área em pauta. O temor justificava-se diante do fato de que a liberação dos recursos para implementação do Programa só ocorreria na medida em que as metas fossem cumpridas pelas IFES, gradualmente, ao longo dos cinco anos. A posteridade revelou ter sido esse um temor injustificado, uma vez que não houve um acompanhamento rigoroso do cumprimento das metas do Programa por parte do seu proponente, o Governo Federal.

A adesão ao programa, com prazo de duração previsto para cinco anos, a iniciar em 2008, foi estabelecida como voluntária. Importante pontuar que a adesão das IFES ao Reuni aconteceu de forma maciça. Conforme dados do relatório do primeiro ano do Programa (BRASIL, 2008), as 54 universidades federais existentes naquele momento aderiram a ele. Apesar da indicação de que a adesão seria facultada às IFES, nenhuma instituição, diante do quadro de precariedade de recursos materiais e humanos, atreveu-se a recusar a proposta ofertada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto de Boaventura Santos e suas recomendações para que uma reforma da universidade pública que seja emancipatória e democrática, nos permitiu uma melhor percepção da expansão universitária¹⁹² ocorrida na via Reuni, observando as dimensões propostas pelo Programa em face das cinco áreas de ação sugeridas pelo autor para que a universidade pública possa reconquistar especialmente a sua legitimidade, quais sejam: 1) Acesso; 2) Extensão; 3) Pesquisa-ação; 4) Ecologia de saberes e 5) Universidade e Escola Pública.

Tendo em vista que as dimensões do Reuni foram assim distribuídas: 1) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública, 2) Reestruturação Acadêmico-Curricular, 3) Renovação Pedagógica da Educação Superior, 4) Mobilidade Intra e Interinstitucional, 5) Compromisso Social da Instituição e 6) Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação, entendemos que a primeira a área/ação proposta por Boaventura Santos, que trata do *acesso* à universidade pública apresenta uma vinculação direta com a primeira dimensão do Reuni, que aborda a ampliação da oferta de educação superior pública.

Outra dimensão proposta pelo Reuni que teve um papel de destaque na trajetória do Programa foi a quinta dimensão, que trata do compromisso social da instituição. As premissas dessa dimensão encontram eco no que Boaventura propõe quando enfatiza a *extensão* como ação necessária para recuperação da legitimidade da universidade pública.

Na visão de Boaventura Santos, a *pesquisa-ação* e a *ecologia de saberes* são áreas de legitimação da universidade pública que vão muito além da extensão. Esses são pontos que se relacionam com os desdobramentos propostos na segunda, terceira e sexta dimensão do Reuni, que respectivamente abordam a reestruturação acadêmico-curricular, a renovação pedagógica da educação superior e o suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação.

Quando Boaventura Santos fala da necessidade da universidade pública construir ações voltadas para *universidade e a escola pública*, ele reforça que essa é uma área de discussão muito vasta, mas que a intenção dele é de se concentrar em um tema específico, o saber pedagógico (SANTOS, 2010: 80). Na medida em que o autor discorre sobre isso, ele subdivide o assunto em três outros subtemas, quais sejam: produção e difusão do saber pedagógico; pesquisa educacional e formação de docentes da escola pública. Assim, embora essa premissa possa dialogar com a terceira dimensão do Reuni, que trata da Renovação

¹⁹² Na historiografia vigente o Reuni figura como mais uma **reforma universitária** no rol das outras tantas já ocorridas no Brasil, embora essa afirmativa seja controversa para determinados pesquisadores da área, dada a natureza e as características do Programa.

Pedagógica da Educação Superior, ela não foi contemplada de modo direto pelas propostas contidas no Programa.

A quarta dimensão do Reuni aborda a questão da mobilidade intra e interinstitucional, ou seja, versa sobre a internacionalização da universidade. Ainda que Boaventura Santos aborde o tema *transnacionalização do mercado universitário*, ele não elenca a internacionalização como uma das áreas/ações que poderiam contribuir para uma reforma da universidade pública nos moldes propostos pelo autor.

De um modo geral o livro em tela nos ajuda a melhor perceber o contexto atual vivenciado pela universidade, de modo específico, a universidade pública. Na medida em que o autor avança em suas reflexões, descortina as intenções e desdobramentos de um projeto global que vem ferindo de morte a universidade, já de longo prazo. Além de lançar luz sobre esse cenário funesto, o autor se ocupa também de apontar caminhos possíveis, de propor medidas que podem resultar em resistência e enfrentamento ao que aí está.

Nesse sentido o autor nos provoca a revisitar os conceitos que conhecemos sobre a universidade, começando com o que entendemos por crise universitária, buscando alargar nosso olhar para as nuances dessa crise que pode ser mais ampla do que dá a parecer. Ou seja, este texto de certo modo nos fala de um contexto desolador que envolve a universidade, especialmente a pública, mas também nos convida a ter esperança, na medida em que o autor se propõe a apresentar caminhos que, caso seguidos, poderiam resultar em uma possível reforma democrática e emancipatória da universidade.

Por sua vez, ao ampliar o olhar para o Reuni a partir dos apontamentos de Boaventura Santos, podemos perceber neste processo elementos sugeridos pelo autor nas propostas do Programa que avançaram a partir do processo de expansão universitária, embora alguns deles de forma incipiente, enquanto outros, de modo quase inexistentes. Claramente, para infortúnio das universidades públicas brasileiras, as propostas apresentadas pelo grupo de trabalho interministerial¹⁹³ que concebeu o Reuni em tempos idos, embora tenham elas uma boa medida de valor, ainda nos parecem estar muito aquém daquilo que Boaventura Santos aponta como alternativas para que haja uma reforma da universidade pública abrangente e passível de ser consolidada a longo prazo.

¹⁹³ Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo Decreto de 20 de outubro de 2003, foi composto por 12 membros, seis titulares e seis suplentes, dos seguintes órgãos: do MEC, o coordenador do GTI, representado por Cristovam Buarque e Carlos Antunes; da Casa Civil da Presidência da República, Kátia dos Santos Pereira e Edison Collares; da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Soares Dulci e Luiz Tadeu Rigo; do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Marcelo Feitosa de Castro e Luiz Eduardo Alves; do Ministério da Ciência e Tecnologia, Hélio Barros e Wanderley Guilherme dos Santos; e do Ministério da Fazenda, Jairo Celso Correia Marçal e Gustavo Sampaio. (SILVA, 2014: 67)



A despeito dessas insuficiências, consideramos que o Reuni contribuiu sobremaneira com o crescimento da IFES e com a democratização do acesso ao ensino público superior. Assim, compreendemos que mesmo com possíveis limitações, o Reuni permitiu o surgimento de novos sujeitos e cenários institucionais, assim como possibilitou que outras representações da sociedade passassem a compor a construção da história e da identidade das IFES.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 20 dez 2020.

_____. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Diretrizes Gerais.**2007. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 20 dez 2020.

_____. **Reuni 2008: Relatório de Primeiro Ano.** 30 out 2009. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

_____. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012.** MEC. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=&alias=12-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf&Itemid=30192>>. Acesso em 20 dez. 2020.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. “Ideias-força” do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, v.32, n.01, p. 15-34. Janeiro-Março 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/edur/v32n1/1982-6621-edur-32-01-00015.pdf>. Acesso em 02 jan. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DIALOGISMO E RESPONSABILIDADE EM MRS. DALLOWAY (1925) E THE HOURS (2000)

Natália Gomes da S. Machado¹⁹⁴

Este trabalho se direciona a possibilidade de analisar duas obras literárias, a partir da História Literária. A primeira obra literária é *Mrs. Dalloway*, escrita e publicada por Virginia Woolf em 1925, e a segunda obra literária, *The Hours*, de Michael Cunningham, publicada em 2000. Nosso interesse inicial se concentra em discorrer, brevemente, sobre como os conceitos Bakhtinianos: *Dialogismo e Responsividade*; são úteis para a construção de um texto que pense a História Literária e a estrutura do Romance como parte ativa do componente narrado. Consiste em esforços iniciais para se compreender a relação do trabalho historiográfico com a fonte literária, observando que toda produção estética está no tempo e possui sua própria historicidade. Por fim, interessa-nos o diálogo que se cria entre as obras elencadas, bem como a relação que se estabelece entre a noção de *autor criador e autor pessoa* e suas separações necessárias ao trabalho de crítica literária. Entretanto, não é nosso objetivo, neste momento, a análise dos romances, para este trabalho objetivamos traçar considerações sobre a relação entre História e Literatura.

Palavras Chaves: História Literária; Dialogismo; Romance e Intertextualidade.

A partir de situações rotineiras, como sair para comprar flores, Virginia Woolf explora em *Mrs. Dalloway* uma narrativa sobre sentimentos ocultos pela vida social. Por meio de flashbacks a narrativa cria a possibilidade de uma leitura sobre o interno dos personagens, ou seja, sentimentos e impressões. Mrs. Dalloway apresenta ao leitor a história de um dia na vida de uma mulher comum e burguesa, entre o passar das horas, a personagem principal mergulha em pensamentos sobre a vida e o passado, questiona a sua identidade e as escolhas que fez para si. Seus anseios subjetivos abrem espaço para discussões de sofrimentos universais. Consideramos que Mrs. Dalloway é uma narrativa sobre o luto e sobre esfacelamento de uma estrutura social, exteriorizados pela guerra e pelo suicídio.

Em *The Hours*, o tempo e o espaço se fragmentam, pois os atos cotidianos não são o centro, e assim como em Mrs. Dalloway, a potência da narrativa está na construção de sentimentos que se atrelam a épocas distintas. Um dia na vida de três mulheres em diferentes épocas, provando de

¹⁹⁴ Discente do PPGH-UFG,
nataliamachado@discente.ufg.br

Orientada pela professora Dr^a Fabiana Fredrigo.

O Presente Trabalho foi realizado com o apoio da Agencia de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior- Brasil (CAPES). Cód de financiamento 001.



renúncias e angustias semelhantes. *The Hours* é uma obra para se refletir sobre a subjetividade e a universalidade dos sentimentos. Tendo em vista, que *The Hours* é uma obra independente de Mrs. Dalloway e que sua construção narrativa é um construto novo e que diz respeito somente aos anos 2000, nos interessa observar a leitura que a obra propõe sobre o feminino no tempo, espaço e cultura.

Em linhas gerais, delimita-se uma narrativa sobre a imprecisão de identidades, em que a angustia e as imprecisões organizam-se como sintomas sociais em diferentes épocas e espaços. O desequilíbrio emocional, a melancolia e impotência, aproximam as três personagens e as duas narrativas, sendo estas características proeminentes e exteriorizadas pelos diferentes quadros psicológicos expressos pelos personagens. Tanto Mrs. Dalloway, quanto *The Hours* apresentam uma crítica à noção de progresso moderno, seus autores utilizam a criação estética, como ferramenta, para denunciar os discursos emulados de suas estruturas sociais. O esfacelamento das sociedades, em que estão inseridos, organizam os discursos das obras literárias.

Interessa-nos, á priori, as reminiscências deste diálogo. Assim como a História a Literatura é uma construção em movimento, não se pode abarca-la em sua totalidade, pois o trabalho literário é composto pela mudança, transformação e a criação. Porém, suas nuances são perceptíveis, este material perceptível se trata de um complexo construto de ideias e reverberações. Propor-se a encontrar vestígios literários é se aproximar de um resgate palimpsesto. Nosso trabalho não se afasta dessa forma de elaboração do conhecimento, pois nossa pesquisa se interessa pelas camadas que sustentam a casca de uma obra literária. Deste modo, este trabalho se interessa por observar os caminhos camuflados na construção intertextual de uma obra literária, observando suas implicações sociais e suas respostas políticas dentro das movimentações históricas em que estão inseridos seus autores. “Não há linha reta, nem nas coisas nem na linguagem. A sintaxe é o conjunto dos desvios necessários, criados, de cada vez, para revelar a vidas nas coisas”. (DELEUZE, 1993, P. 13).

A Literatura é obra do coletivo e tudo que possui de singularidade é obra do diálogo com o Outro, em outras palavras, a Literatura é o local das possibilidades e da falta, é o local onde a destruição significa igualmente criação, em Literatura tudo se absorve e renova. “Acontece que se felicita um escritor, ele sabe que está longe de ter acabado o seu devir [...] Aqueles que lhe perguntam o que é que consiste a escrita, Virginia Woolf responde: Quem é que vos fala em escrever? O escritor não fala disso”. (DELEUZE, 1993, p. 17). Analisar uma obra literária a partir das perspectivas históricas, não consiste em considerar que as narrativas literárias são sobre as experiências pessoais dos autores, mas que cada escolha narrativa é uma peça de um jogo complexo de possibilidades e contradições de um devir intrínseco a cultura e ao tempo.



O trabalho com a obra de arte literária é um trabalho que necessita criar espaço para a fluidez, não se pode analisar uma fonte literária a partir de um roteiro pronto, a análise é feita em decorrência da própria fonte. Trabalhar com a fonte literária é compreender que a única certeza é o indeterminado. “Para se interpretar o texto literário é imprescindível compreender o que particulariza tal modalidade de expressão escrita, seja em relação à própria narrativa histórica seja na comparação com outros tipos de texto.” (FERREIRA, 2009, p. 65). A Literatura, não se aparta da História e é detentora de sua própria historicidade, sendo arte e linguagem possui suas próprias regras e convenções, as quais o autor, está a todo o momento em diálogo, e essas intersecções nos interessam, pois são resvalos históricos.

Trabalhar com fontes literárias só é possível para o historiador literário se esse se debruça sobre os códigos de linguagem a qual essas fontes são pertencentes. Quando pensamos em obras literárias, não podemos nos esquecer de que suas produções possuem teoria e métodos próprios, “na teoria literária a definição não é fundamento, e sim consequência sempre mutável do fato literário em evolução” (TYNIÁNOV, 2020, p. 155). Devemos tomar um rigoroso cuidado com as generalizações dos termos e definições, dependendo da forma e gênero os procedimentos estilísticos possuem funções diferentes, “fica claro, então, que é impossível oferecer uma definição estática que cubra todos os fenômenos associados a um gênero; ele se desloca; ao invés de uma linha reta, diante de nós há uma linha irregular” (TYNIÁNOV, 2020, p. 157). A vitalidade dos gêneros depende de suas capacidades de transformação, pois, conforme TYNIÁNOV, o gênero literário que se isola e fixa-se sobre si mesmo, tende a desaparecer. Uma análise histórica literária descuidada acaba por ignorar que todo método literário possui sua própria historicidade e que “Cada época adota fenômenos do passado que lhe são próximos e ignora outros. Mas, esses, é claro, são fenômenos secundários, é trabalho novo sobre um material já pronto. [...] o uso desse material caracteriza apenas o próprio período” (TYNIÁNOV, 2020, p. 161).

Deste modo, para esta pesquisa acreditamos ser relevante nos determos, mesmo que brevemente, em algumas reflexões sobre a estrutura do romance. Compreendemos que o cerne da Literatura é a narração, isto implica dizer que a “narração pode ser suportada pela língua articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto e pela mistura ordenada de todas essas substâncias [...] ademais esta presente em todos os tempos, em todos os lugares e sociedades” (TOLEDO, 1928, p. VIII). Logo, não existe Literatura sem narração, como não existe História sem que os fatos sejam postos em narrativa.

Sobre a *Prosa de ficção*, gênero narrativo das obras elencadas para esta pesquisa, consideramos que sua trajetória teve início com os comentadores da *Poética* de Aristóteles, o

desenvolvimento significativo da noção de *narração* ocorreu na Idade Moderna, já a elaboração de uma teoria sobre a prosa de ficção remonta o século XX.

A publicação de *Teoria do Romance* por Georg Lukács, então ainda Diltheyano, alterou esse quadro. O romance passou a significar a forma literária mais representativa da concepção do mundo burguês. A arte deixava de ser uma entidade abstrata para representar uma determinada situação histórica”. (TOLEDO, 1928, p. X).

Toledo (1928) aponta que os teóricos ingleses foram os responsáveis pela estruturação da prosa artística, dando-lhe um lugar de dignidade literária, dividindo-a em partes e construindo sua *literariedade*, assim como a de outros gêneros. Muir (1928) orienta que não se pode abarcar a estrutura do romance em sua totalidade, o que pode ser feito é a apreensão de suas categorias, métodos e estrutura. O teórico pondera que “a primeira coisa que se deve fazer é aceitar (isto é, esquecer) coisas tais como: o romance é sobre a vida e a vida tem um padrão” (MUIR, 1928, p. 03). A obra literária, por estar dentro de uma construção linguística precisa corresponder às regras de sua linguagem, em quanto discurso, possui por gênese a necessidade de transmitir uma mensagem, a mensagem é construída em decorrência da existência de uma recepção e sua compreensão do discurso. É esta necessidade de coerência que afasta o autor do que é a vida, pois a vida é de modo algum ordenada e coerente, antes de tudo, o romance é uma manifestação artística, ou seja, a criação narrativa sobre a vida é em si uma antítese. “A razão para isto é que as leis do romance, as leis da criação imaginativa em prosa, não estão dentro dos limites de seu controle” (MUIR, 1928, p. 04). O autor não controla o que cria, não pode prever a recepção do discurso que manipula, e não pode abarcar a totalidade das experiências, pois o real jamais caberia dentro de construção artificial. Não nos esqueçamos que a arte é artifício, e só por ser produto humano é que pode ser analisada como fonte.

De igual modo nos interessa observar as obras literárias a partir de três conceitos fundamentais: *dialogismo*, *ambivalência* e *intertextualidade*. Para que possamos compreender de que modo estes três conceitos se aplicam em Literatura, faz-se necessária a observação de que “a palavra literária não é um ponto (um sentido fixo), mas um cruzamento de superfícies textuais, um diálogo de diversas escrituras: do escritor, do destinatário ou do personagem, do contexto cultural atual ou anterior” (KRISTEVA, 1974, p. 62). Isto implica dizer que Bakhtin ao introduzir a noção de estatuto da palavra como unidade nominal da estrutura, estava situando o texto na história e na sociedade. Conforme Kristeva, o estatuto da palavra define-se por: a palavra no texto pertencer simultaneamente ao sujeito da escrita e ao destinatário, “de modo que o eixo horizontal (sujeito-destinatário) e o eixo vertical (texto-contexto) coincidem para revelar um fato maior: a palavra (o texto) é um cruzamento de palavras (textos) onde se lê, pelo menos, uma outra palavra (texto) (KRISTEVA, 1974, p. 64). O

estatuto da palavra é o responsável por mediar a estrutura com o ambiente cultural, logo a tarefa semiótica está em revelar os pontos de encontro entre os espaços dialógicos e os formalismos em cada texto.

É Bakhtin o responsável por trazer para a teoria literária os eixos: *ambivalência* e *dialogismo*. Conforme Kristeva, podemos compreender que todo texto se constrói a partir de outros, como um grande mosaico. Logo, todo texto é uma absorção de outros e assim se instala a intertextualidade. Neste sentido, Bakhtin ultrapassa as concepções do formalismo Russo, pois compreende que:

O diálogo pode ser monológico e o que chamamos de monólogo, é frequentemente dialógico. Para ele, os termos remetem a uma infra-estrutura linguística, cujo estudo pertence a uma semiótica de textos literários, que não se contentam nem com métodos linguísticos nem com dados lógicos, mas constituem-se a partir de ambos”. (KRISTEVA, 1974, p. 65).

Deste modo, para Bakhtin o dialogismo não pode operar sem as funções lógicas e de significação, mas não devem ser condicionadas somente a estas duas operações, o dialogismo é inerente à própria linguagem. Nosso interesse neste trabalho está em analisar a obras literárias elencadas a partir de suas trocas dialógicas com base na ambivalência romanesca. A ambivalência em Bakhtin se liga ao que denominamos por contexto “O termo ambivalência implica a inserção da história da sociedade no texto, e do texto na história; para o escritor são uma única e mesma coisa. [...] Verifica-se, desse modo, serem o diálogo e ambivalência o único procedimento que permite ao escritor entrar na história” (KRISTEVA, 1974, p. 67).

Neste sentido, o romance polifônico se apresenta como estrutura carnavalesca. Segundo Kristeva o discurso poético se articula integralmente com o *carnaval*, pois este transgride as regras do código linguístico e da moral social. O dialogismo cria a possibilidade do autor trabalhar com duplos sentidos, inserido as palavras dos outros em suas próprias palavras. Cria-se um sentido novo preservando o sentido da palavra anterior, ou seja, a *palavra ambivalente* é resultado da junção de dois sistemas de signos. O discurso dialógico é o do carnaval, da manipéia e do romance polifônico, sendo este ultimo nosso âmbito de interesse, pois consideramos o romance *The Hours* de Michael Cunningham como tal.

O interlocutor do escritor é, pois, o próprio escritor enquanto leitor de um outro texto. Quem escreve é o mesmo que lê. Sendo seu interlocutor um texto, ele próprio não passa de um texto que se relê ao reescrever-se. A escritura dialógica surge, assim, apenas à luz do texto construindo-se com relação a outro texto enquanto ambivalência. (KRISTEVA, 1974, p. 87).

O dialogismo visa uma estrutura harmônica entre os textos, logo não segue a lógica da dialética hegeliana. O dialogismo opera em uma lógica de evocação do simbólico e suas ressonâncias. Para compreender o dialogismo é necessária uma análise do campo simbólico e de suas divisões,



quando pensamos o trabalho literário. Como bem se sabe, a evocação simbólica é múltipla, um dos modos de averiguação da distinção entre os campos simbólicos está em compreender que a “evocação visa ou não outro texto, que ela aterrissa no significante do significado. [...] Na literatura recente, esses fatos merecem o nome de interxtualidade e são extremamente variáveis em si mesmos”. (TODOROV, 2014, p. 73). É possível que o sentido de um romance se complete quando este é interpretado em diálogo com outro, isto não implica dizer que tais romances são cópias, mas que carregam sentidos ambivalentes, como no caso de *As Horas*, que pode ser lido e interpretado de forma individual e única, que de igual modo, quando posto em diálogo com outra obra, Mrs. Dalloway amplia sua cadeia simbólica e seus significantes.

Para este trabalho consideramos importante destacar não somente o conteúdo narrativo das obras literárias elencadas, mas o modo como foram criadas e quais movimentações estavam em diálogo responsivo. “O termo inventado para essa definição é *literariedade*, segundo o qual a Literatura se distingue de outras expressões escritas pela utilização de signos verbais polivalentes, [...] isto é, metáforas que representam a realidade, mas representam-na deformadamente”. (FERREIRA, 2009, p. 66). Desde já, deixamos claro que este trabalho se orienta a partir da perspectiva que a obra literária não comporta o real, e sua representação é uma forma de expressão dessa realidade. E o fato de a literatura não estar no campo da objetividade, não significa de modo algum que esta não tenha uma participação efetiva na construção do real. Sobre as ficções concordamos que “toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor criar seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem”. (FERREIRA, 2009, p. 67).

A Literatura não é um fenômeno universal natural, é, pois, um fenômeno cultural e histórico, e como todo fenômeno cultural, está passível de diferentes interpretações no decorrer da História. “Só é digno do nome de literatura aquilo que oferece um valor, e um valor literário, isto é, um mínimo de arte”. (TIEGHEM, 1994, p. 91). Neste sentido nos interessa averiguar como uma obra literária pode influenciar outra, e como uma obra literária chega a ser um clássico, observando que estas duas movimentações só ocorrem quando uma obra literária pode ser absorvida e interpretada em diferentes épocas, logo, é a atualização da interpretação discursiva que nos interessa a priori.

De igual modo, consideramos que a apreciação de obra literária pela crítica especializada ou leiga, o gosto popular e sua disseminação é intercorrida pelas posições políticas vigentes. O valor de uma obra literária não pode ser efetivamente medido, tendo em vista que as contribuições se alteram e se modificam no decorrer do tempo. O trabalho historiográfico está em “procurar compreender como tais avaliações são constituídas no interior das sociedades, de que maneira se formam e

disseminam os gostos, como representam no coletivo e permanecem ou não historicamente”. (FERREIRA, 2009, p. 71). A crítica literária por si só merece uma ampla atenção, pois, quando pensamos em estudos literários um erro comum é cair em noções metafísicas sobre as construções do conhecimento, a crítica literária como método e conhecimento, concomitantemente não escapa a História. Isto implica dizer que a crítica literária precisa ser analisada como texto, e como texto que está no tempo e que responde a uma lógica social e política. Em uma análise histórica de obra literária, quando utilizamos uma crítica literária como fonte, não podemos nos deixar seduzir pelo caráter indiciário da crítica, pois o texto crítico também está envolto de suas próprias convenções e escolhas estéticas.

Ora, a crítica é diálogo, e ela tem todo interesse em admiti-lo abertamente; encontro de duas vozes a do autor e a do crítico, sem que nenhuma tenha predomínio sobre a outra. No entanto, os críticos de diversas tendências partilham sua recusa do reconhecimento desse diálogo. Consciente ou não, o crítico dogmático, seguido pelos ensaístas impressionistas e pelo partidário do subjetivismo, faz ouvir uma única voz: a dele. Por outro lado, o ideal da crítica histórica era fazer ouvir a voz do escritor, tal como se apresenta, sem nenhum acréscimo procedente dele; o da crítica de identificação imanente, era projetar-se no outro, de modo a poder falar em seu nome; o da crítica estruturalista, descrever a obra fazendo total abstração de si. (TODOROV, 2015, 243).

Não desejamos entrar, nesta pesquisa, no mérito de cada campo de atuação da crítica literária, mas desejamos deixar evidente por quais caminhos iremos analisar as críticas referentes às obras literárias apresentadas, ou seja, como parte do diálogo da obra com o social e a cultura, diálogo este que é politicamente responsivo. De igual modo, nos interessamos pelo que Todorov classifica como crítica dialógica. “O tipo de verdade que aspiro não pode ser alcançada se não pelo diálogo, reciprocamente, nós vimos com Bakhtin, para que haja diálogo, a verdade precisa ser posta como horizonte e como princípio regulador.” (TODOROV, 2015, p. 245).

De igual modo concordamos que “a escolha de um objeto de estudo não é inocente, mas que supõe já uma interpretação prévia, inspirada por nosso interesse atual.” (STAROBINSKI, 1976, p. 132). A opção de trabalharmos com duas obras literárias está em nosso interesse de compreender as possibilidades de assimilação de uma obra literária em um tempo posterior. Nas obras literárias escolhidas para este trabalho, *Mrs. Dalloway* (1925) de Virginia Woolf e *The Hours* (1999) de Michael Cunningham, para além do interesse linguístico, nos interessa compreender como os discursos de *Mrs. Dalloway* são atualizados em *The Hours*, observando quais componentes sociais e históricos estes discursos evocam.

Nosso interesse prévio ao tema deste trabalho se submete a compreensão de que “A primeira preocupação será, portanto, garantir ao objeto a sua mais forte presença e a sua maior independência: que se consolide a sua existência própria, que ele se ofereça a nós com todos os caracteres de



autonomia”. (STAROBINSKI, 1936, p. 133). É neste sentido, que objetivamos construir uma análise que ofereça um distanciamento entre a figura do autor pessoa e do autor criador. Em *As Horas*, obra literária, nos interessa primeiro, compreender a relação dialógica entre os autores, observando Virginia Woolf enquanto escritora, Michael Cunningham como autor e também como autor/receptor da obra de Virginia. Para tal, pontuaremos lampejos biográficos sobre Virginia Woolf, enquanto *persona*, autora e figura simbólica apropriada a posteriori pela luta feminista e por Michael Cunningham como autor, professor e artista.

Toda obra literária carrega consigo um horizonte de correntes subjetivas. São estas correntes subjetivas que nos orientam a pensar que não é possível fazer apenas uma análise interna da obra, mas que sua potência está nas reverberações externas que denota. Logo, uma reverberação externa legítima de *Mrs. Dalloway* é a releitura feita em *The Hours* por Cunningham. A obra obteve folego suficiente para levar o autor Michael Cunningham a conquistar a apreciação da crítica e a conquistar os prêmios Pulitzer e Faulkner nos anos 2000. Considerando que a crítica e a recepção de uma obra de arte se incorporam as demandas políticas de seus tempos, aqui nos parece válido tentar compreender como os discursos de *Mrs. Dalloway* uma obra sobre a sociedade Londrina de 1925 se reatualiza e dialoga com a sociedade americana dos anos 2000. Interessa-nos, sobre tudo, as convergências políticas sobre o feminino que se expressam nessas obras literárias.

Outro ponto de amplo interesse nesse trabalho se relaciona as questões sobre literatura comparada. Pois, para além de compreender a obra literária como arte, consideramos necessária uma história literária que “reintegra a obra e autor no espaço e no tempo, e explica sobre ela e sobre ele tudo o que pode ser explicado”. (TIEGHEM, 1994, p. 91). Construir uma história literária é um trabalho que precisa levar em consideração múltiplas camadas, estas camadas se dividem em fatos, ideias e sentimentos, que por sua vez se respaldam em necessidades do autor, da recepção e da crítica. Composição, estilo, discurso, editoração, divulgação comercial, recepção, influências literárias e sociais fazem parte de um jogo político mais amplo de dominação dos discursos e das ideias. “Com efeito, raramente uma produção do espírito é isolada. Como um quadro, uma estátua, uma sonata, um livro também se insere em uma série, esteja o autor consciente ou não de tal fato”. (TIEGHEM, 1994, p. 92). É papel da história literária situar a obra literária em sua posição de gênero, forma linguística e a qual tradição pertence, é papel do historiador coordenar as considerações da história literária com as convergências sociais e culturais de cada tempo. Sendo os artifícios da literatura comparada um meio para tal empreitada.

Dentro da história literária, um fato já consolidado é que não se pode pensar a literatura sem considerar as influências, imitações e empréstimos existentes entre as múltiplas obras literárias. Neste



sentido, concordamos que o trabalho do historiador literário se amplifica, não se pode mais construir um trabalho comparatista, se este trabalho estiver atento somente ao objeto e ao método, é necessário “fazer o levantamento dos livros, dos artigos, que foram publicados em uma determinada época na França, sobre Shelley ou Keats, analisa-los, apreciar-lhes o valor, medir-lhes a influência, é também trabalho do comparatista”. (GUYARD, 1994, 100). Deste modo, um inventário bibliográfico sobre a obra e o autor se faz necessário para a compreensão da influência de ambos. Obra e autor devem ser analisados de formas separadas, mas é imprescindível que se contextualize os laços nos quais o autor estava inserido em sua vida particular para compreendermos o que este sabia das Letras, da cultura, da sociedade e da política que o engloba. Pois, a Literatura comparada se ocupa em geral de identificar entre o oceano de autores “personalidades que parecem ter a vocação para intérpretes de seu país junto a outro, ou mais frequentemente de uma cultura estrangeira junto à de sua pátria”. (GUYARD, 1994, p.101).

Os instrumentos e os agentes que compõe a construção final de uma obra literária são múltiplos, é esta miscelânea de caminhos que nos interessa previamente. Por considerarmos este trabalho de pesquisa como um trabalho de literatura comparada será necessário à análise da vida dos autores em questão: Virginia Woolf e Michael Cunningham como fator extra-texto. Observando as influências de um sobre o outro, nos interessa analisar o método utilizado por Cunningham para a construção de *As Horas*. Sentido e reflexões sobre o intertexto e o dialogismo de Bakhtin serão fundamentais, “para ele, só o sentido responde a perguntas; o significado não responde a perguntas e por isso está fora do diálogo” (TODOROV, 2003, p. 03). É este dialogo responsivo entre as obras literárias e a recepção que buscaremos abarcar em nossa pesquisa, a responsividade¹⁹⁵ das obras com o social, pois são os sentidos que se criam e recriam a partir das múltiplas leituras de uma obra é o que consideramos o ponto de conexão entre objeto literário e refração social.

Observamos por fim que estas obras e estes autores fazem parte de uma realidade socialmente construída, e suas obras e discursos dialogam com essas realidades. Nosso trabalho é uma tentativa de compreensão desses discursos e suas reverberações no social. Compreendemos, inicialmente, que *As Horas* é eco de *Mrs. Dalloway*, eco este que claramente possui voz e sonoridades próprias e que são dignas de atenção particular. É o sentido de realidade proposto por cada obra que nos interessa na análise discursiva das fontes literárias. Deixemos esclarecido aqui, que compreendemos que “História e Literatura são formas distintas, porém próximas, de dizer a realidade e lhe atribuir/desvelar sentidos, e hoje pode se dizer que estão mais próximos do que nunca”. (PESAVENTO, 2003, p. 32).

¹⁹⁵ Conceito Bakhtiniano que trabalharemos no decorrer dos capítulos.



BIBLIOGRAFIA

DELEUZE, Giles. **A Literatura e a vida. Critique et clinique**, Minuit, Paris, 1993, p. 11-17.

FERREIRA, Antônio Celso. **A Fonte Fecunda**, In: O historiador e suas Fontes. Org. PINSKY, Carla; LUCA, Tania. Ed. Contexto. São Paulo. 2009

GUYARD, Marius Fraçois. Objeto e Método da Literatura Comparada. In. Literatura Comparada: Textos Fundadores. Org. COUTINHO Eduardo; CARVALHAL, Tania. Rocco. Rio de Janeiro, 1994.

KRISTEVA, Julia. Introdução a Semanalise. Editora Perspectiva. São Paulo. 1974

MUIR, Edwin. A estrutura do Romance. Trad. BORDINI, Maria. Editora Globo. Porto Alegre. 1928.

PESAVENTO, Sandra. O mundo como texto : Leituras da História e da Literatura. História da Educação, ASPHE/ Fae/UfPel, Pelotas, n. 14, p. 31-45, 2003.

STAROBINSKI, Jean. A literatura: O texto e seu interprete. In. História novas abordagens. Org. LE GOFF, Jacques; NORA Pierre. Trad. MESQUITA, Henrique. F. Alves. Rio de Janeiro. 1976

TIEGHEM, Paul Van. Crítica Literária, História Literária, Literatura Comparada. In. Literatura Comparada: Textos Fundadores. Org. COUTINHO Eduardo; CARVALHAL, Tania. Rocco. Rio de Janeiro, 1994

TINIÁNOV, Iúri. Fato Literário. Literatura e Sociedade. Trad. MOLINA, David. nº 31, 2020.

TOLEDO, Dionísio. Apresentação In: MUIR, Edwin. A estrutura do Romance. Trad. BORDINI, Maria. Editora Globo. Porto Alegre. 1928

TODOROV. Tzvetan. Estética da Criação Verbal. BAKHTIN, Mikhail. Trad. Paulo Bezerra. Prefácio à edição francesa : Tzvetan Todorov. Martins fontes. 2003

TODOROV, Tzvetan. Simbolismo e Interpretação. Trad. Nícia Adan Bonatti, 1ª Ed. Editora Unesp. São Paulo. 2014.

TODOROV, Tzvetan. Crítica da Crítica: Um romance de aprendizagem. Trad. DEÂNGELI, Maria; WIMMER, Norma. 1ª Ed. Editora Unesp. São Paulo, 2015.

DISCURSOS MÉDICOS SOBRE A SAÚDE INFANTIL NO MEDIEVO (SÉCULO XIII-XIV)

Larissa Lacé Sousa¹⁹⁶

Dulce Oliveira Amarante dos Santos¹⁹⁷

RESUMO

Na Idade Média as crianças eram muito atingidas pelas enfermidades, o desconhecimento terapêutico, perigos e consequências do parto, cuidados tardios que as vezes poderiam leva-las a óbito. Além das doenças, outras ameaças cercavam em meio as brincadeiras, acidentes domésticos, casos de infanticídio, no aborto, e mudanças na alimentação que geralmente podiam desencadear problemas de saúde se não fosse feita corretamente. Desta maneira, a proposta deste trabalho é analisar alguns cuidados com os infantes presentes nos documentos: *Regime du Corps* e *Tratado de Los Niños y regimento de la ama*, compostos respectivamente nos séculos XIII e XIV. Na primeira obra Aldobrandino de Siena traz a importância da higiene, e aborda sobre cuidados após o nascimento. Na segunda, Bernardo de Gordônio em seus 28 pequenos capítulos, aborda sobre os primeiros cuidados com os recém-nascidos, a escolha da ama de leite, as doenças mais comuns que afetavam as crianças, indicando os tratamentos e os meios para conservar a saúde. Assim, nosso objetivo é compreender nessas obras, como os físicos protegiam as crianças através de suas indicações, proporcionando um seguimento de vida saudável.

Palavras-chave: Crianças; Enfermidades; Saúde; Medievo.

O presente trabalho tem como proposta analisar os cuidados médicos destinados as crianças na Idade Média, investigando assim, como essa temática era explicada pelos médicos no medievo. As fontes para análise são: o *Tratado de Los Niños y regimento de la ama*, do físico e mestre da Faculdade de Medicina na Universidade de Montpellier, Bernardo de Gordônio (1258-1318). Esse escrito, composto no início do século XIV, está dividido em 28 pequenos capítulos. Na primeira parte o autor discute principalmente sobre o nascimento das crianças e os primeiros cuidados com os bebês. O segundo capítulo é direcionado aos critérios para escolha da ama de leite. O terceiro, Gordônio

¹⁹⁶ Mestranda pelo Programa de pós-graduação em História (PPGH/UFG); sousalace@discente.ufg.br

¹⁹⁷ Orientadora – É professora titular da Universidade Federal de Goiás. Possui graduação em História pela Universidade de São Paulo (1971) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1997). Pós-doutorado em História da Medicina na Universidade de Navarra, em Pamplona, Espanha, em 2012 com bolsa estágio sênior da CAPES. doas52@hotmail.com



dedica ao período de nascimento dos dentes e mudanças na alimentação. No quarto capítulo é feito um resumo sobre as enfermidades mais comuns que afetavam as crianças e o quinto trata-se exclusivamente sobre a insônia infantil. A partir do sexto capítulo o autor cita várias doenças, explicando o que fazer para tratar cada uma delas. Algumas são: a dor nas orelhas, inflamação nos olhos, dor no ventre, febre.

O *Tratado de los Niños y regimento de la ama* integra a obra denominada *Livro sobre a Conservação da vida humana desde o nascimento até a hora da morte*, conhecido também como *Regimento de Saúde*. Esse escrito contém quatro partes práticas da medicina: a primeira trata-se do pulso, a segunda sobre a sangria, a terceira é dedicada à dietética e a última sobre a urina. É na terceira parte que está nosso direcionado aos cuidados com a saúde infantil. Ao contrário dos regimentos compostos para um paciente específico, sua obra com embasamento teórico das autoridades Galeno e Avicena, apresenta recomendações médicas para um público maior (PEÑA, GIRÓN, 2006, p. 89).

O físico Bernardo de Gordônio nasceu em uma aldeia próxima à Montpellier, local onde exerceu sua profissão de físico por quase toda sua vida. No seu percurso intelectual, identificamos também sua atuação como mestre exercido a partir de 1283 na Faculdade de Medicina da Universidade de Montpellier. Escreveu várias obras médicas e foi um dos físicos precursores em trabalhar com o assunto criança e a saúde delas na Idade Média (GUARDO, 2003, p.19).

O segundo documento é *Regime du Corps*, da autoria de Aldobrandino de Siena (1287). Se divide em quatro partes: a primeira se intitula: “De garder le corps” – Como manter o corpo, traz um panorama de higiene geral apresentando meios para manter o equilíbrio fisiológico. A segunda “De garder chacun membre par lui” – Para manter todos os membros, traz os cuidados com alguns órgãos específicos como o estômago, fígado, coração, os olhos, o cabelo e outros. Na terceira “Des simples choses” – Das coisas simples, dedica-se a dietética, trazendo as qualidades e propriedades dos alimentos sejam eles animais ou vegetais, fala sobre a importância e o valor nutritivo das coisas simples, indicações sobre o uso de cereais, o poder de nutrição das carnes de mamíferos, aves e peixes. A quarta é intitulada como “Phisanomie” – Fisionomia, que através das características físicas revela e faz reconhecer as aptidões morais dos indivíduos. Para realização desta pesquisa vamos trabalhar com a primeira parte, sendo dois capítulos: o XVIII que fala sobre *Como a mulher deve se preservar quando está grávida* e o capítulo XIX *Como devemos manter a criança depois que ela nasce*.

Na primeira fonte, Gordônio trabalha a dietética, mas em maior parte traz a terapêutica medicamentosa quando ensina como fazer cada medicamento para cada caso de enfermidade diferente. No segundo tratado, a dietética ocupa a parte principal, Aldobrandino se revela um higienista que descreve e demonstra os procedimentos, naturaliza a questão do costume das refeições

do comer e do beber e de como isso tinha relação com a saúde. Ele fala sobre os agentes físicos de conservação do bem estar: a ação do ar, sono, exercícios, descanso, os banhos, temperamentos e estações e outros aspectos. Manter um corpo saudável não era apenas o lema, mas era um objetivo que seria alcançado através do respeito às prescrições, o corpo só se manteria saudável se respeitasse os cuidados de prevenção.

Ambos os documentos utilizados compreendem-se como tratados, Gordônio que aborda sobre a saúde para as crianças e Aldobrandino que traz indicações para todos os públicos, homens e mulheres, adultos e idosos. Dentre os gêneros da literatura médica medieval, podemos compreender as fontes em análise como uma mescla de receituários e regimento de saúde, pois ao mesmo tempo em que listam as enfermidades, também receita os respectivos tratamentos para curá-las e indicações para conservar a saúde de maneira preventiva.

A medicina medieval, influenciada pelas teorias das autoridades antigas e árabes, baseava-se na observação e raciocínio dos componentes da natureza, onde tudo estava constituído por quatro elementos básicos: água, ar, terra e fogo. A teoria humoral por Hipócrates e Galeno combinava os quatro elementos naturais juntamente com as propriedades quente, frio, seco e úmido, responsáveis pelos humores no corpo: sangue (ar), biles amarela (fogo), biles negra (terra) e o fleuma (água), que dependendo do equilíbrio ou desequilíbrio poderiam gerar enfermidades. Assim, todos os alimentos, as bebidas e os medicamentos eram indicados de acordo com suas qualidades, frio, seco, quente e úmido, antes de ser recomendado ao paciente o sexo, a idade e sua a compleição deveriam ser observados para manter a saúde em harmonia (PERÉZ, 2009, p. 468-470).

O objetivo do *Tratado de Los Niños e Regimiento de la ama* é abordar sobre as crianças e os incômodos que as atingiam através das enfermidades, mas Gordônio faz mais que isso, ele aborda sobre os perigos antes mesmo do nascimento e os cuidados que as mães deviam ter para evitar problemas. O físico recomendava que quando estivessem esperando seus filhos, ficassem atentas aos perigos ou obstáculos que pudessem atrapalhar a tranquilidade da gestação. Quando a hora do parto estava chegando, que caminhassem por lugares baixos, sem pressa e tomassem banho em águas doces com ervas. Todo esse ritual de cuidado era necessário para evitar a possibilidade de aborto e outras consequências. (TNBG¹⁹⁸, p. 76).

Aldobrandino no capítulo XVIII também se preocupa com as mulheres grávidas. Ele alerta para os três primeiros meses de gravidez onde se a mulher não se preservasse poderia acabar sofrendo o aborto, não deviam comer coisas salgadas e o consumo de carnes devia ser reduzido, geralmente deviam ingerir aquelas fáceis para cozinhar como: galinha, perdiz, cabrito, carneiro. Outra coisa

¹⁹⁸ A sigla TNBG refere-se a obra *Tratado de Los Niños y Regimiento del ama* da autoria de Bernardo de Gordônio.

importante era preservar a mulher dos sentimentos ruins, fazendo apenas o que traria alegria e prazer. Em quinze dias antes do parto, as parturientes deviam ser banhadas em água com ervas, ele especifica que deviam ser: malvas, violetas, camomila, devia também ungir as coxas e a região da vulva com óleo de camomila e gordura de galinha (RCAS¹⁹⁹, p. 71-72).

Se tratando dos primeiros cuidados infantis ambos os físicos ensinam os procedimentos para cortar o cordão umbilical. Gordônio apresenta os procedimentos para cortar e curar: “Ser cortado o umbigo como quatro dedos, mas antes deve ser amarrado com lã torcida e untada com azeite de sésamo²⁰⁰. Após o corte, espalhe encima pó feito com mirra e sangue de dragão²⁰¹” (TNBG, p. 76).

Aldobrandino indica duas medidas se tratando do umbigo: a primeira muito parecida com a concepção de Gordônio seria: “Tem que lhe cortar o cordão umbilical, no comprimento de quatro polegares, e colocar por cima pó de sangue de dragão, sarcocola²⁰², de cominho e de mirra, e um pano de linho molhado com azeite, tal é o ensinamento de muitos filósofos”. A segunda indicação seria amarrar o umbigo com lã retorcida contendo óleo e deixasse essa mistura por quatro dias, então em seguida ele cairia sozinho sem ser necessário cortar (RCAS, p. 74).

Segundo Oliveira (2007, p. 100) os cuidados direcionados as crianças deviam ser feitos sempre com muito carinho e doçura, desde o banho, até as vestimentas quando elas tinham seus membros envolvidos em uma faixa de linho, a indumentária, até a amamentação, colocar para dormir, dar os primeiros alimentos sólidos, acompanhar os primeiros passos e todo o desenvolvimento da criança em sua infância.

Durante toda a abordagem do *Tratado de Los Niños y Regimiento de la ama* o autor fala sobre o banho apenas no primeiro capítulo quando diz sobre a importância da água morna para dar o banho e depois alongar todos os membros do corpo infantil, os braços e pernas. Percebemos a teoria aqui, como a compleição das crianças era quente e úmida ele sugeria banhos com água morna, a fria não era indicada porque era fácil das crianças adoecerem e a quente também não devido à constituição física dos bebês. Diferentemente, no *Regime du Corps* Aldobrandino dá mais ênfase a essa parte, dizendo:

Quando terá dormido o bastante, deve-se lavá-la, pois é a hora exata, e se pode fazer isso duas ou três vezes por dia, e se for no verão se tiver calor faça-se a água um pouco morna e se for no inverno, seja mais quente, e no banho, cuide que a água não lhe entre nos ouvidos (RCAS, p. 75).

¹⁹⁹ A sigla RCAS refere-se a obra *Regime du Corps* da autoria de Aldobrandino de Siena.

²⁰⁰ Azeite de sésamo também é conhecido como azeite de gergelim, tem propriedades anti-inflamatórias.

²⁰¹ Sangue de dragão - nome da seiva da árvore *Croton lechleri*/ dragoeiro, nativa do Marrocos e presente na Amazônia, que possui coloração vermelha intensa. Suas propriedades são: cicatrizante e anti-inflamatório.

²⁰² Sarcocola - goma extraída da árvore sarcocoleira (*Penaea sarcocolla*), tem usos medicinais.



Percebemos a diferença entre os autores, mas cabe ressaltar que *Regime du Corps* foi escrito a pedido da Condessa Beatriz de Saboia, seriam geralmente indicações direcionadas aos filhos de pessoas da nobreza, então essa quantidade de banhos entre duas a três vezes ao dia só seria possível para esse grupo de crianças que tinham água abundante e potável nos castelos e nas casas.

No medievo as condições de infraestrutura não facilitavam o asseio e cuidados higiênicos. A melhor higiene corporal infantil estaria entre os grupos privilegiados até porque as famílias tinham várias amas para ajudar nesses cuidados. Tomar um banho parece simples, mas naquela época em alguns lugares o abastecimento de água era insuficiente, o que fazia essa prática diária quase impossível (CABRERA SÁNCHEZ, 2006, p. 15).

Após o banho e a limpeza de cada parte do corpo, Gordônio recomendava colocar as crianças para dormir em um ambiente mais escuro: “Depois seja secado com panos delgados e suaves. Depois seja posto no berço e seja espalhado pó de menta e de nêveda²⁰³, rosas e sândalos²⁰⁴. Depois seja coberto e o aposento escuro...” (TNBG, p. 76). A claridade agredia os olhos das crianças, e o vento fazia mal a saúde, por isso essa indicação de um ambiente mais fechado como proteção, e tranquilo para proporcionar o sono e descanso.

Aldobrandino segue o mesmo padrão, após o banho e a vestimenta colocada corretamente, ele indica:

E quando terá amarrado, os braços, as mãos em direção aos joelhos, e a cabeça levemente amarrada e coberta, deixe-a dormir no berço, mas que não seja cheio de coisas duras e ásperas, mas de coisas que a protejam do frio e não lhe deem muito calor; e cuidem que a cabeça esteja mais alta que o corpo, e durma reto, que o corpo não se incline de um lado e a cabeça do outro, nem algum dos outros membros. E a casa onde dormirá seja escura, mas sem exagero, pois a grande claridade poderia danificar sua visão. (RCAS, p. 75).

Nem sempre as crianças dormiam bem, algumas tinham insônia, demoravam pra pegar no sono, e para esse problema, Gordônio também tinha remédio, ele faz indicações, apesar deste problema não ser considerado propriamente uma doença, é um incômodo no qual ele dizia:

As crianças costumam ficar sem sono e para isto seja posto na testa e nas têmporas panos molhados no leite de mulher, azeite rosa e farinha de papoula²⁰⁵ e se for grande a necessidade, seja acrescentado com estas coisas, suco de alface, de beldroega²⁰⁶ com um pouco de ópio (TNBG, p. 79).

²⁰³ Nêveda – erva proveniente das azeitonas, ramosa, de folhas pequenas, ovadas, aromáticas. A infusão das suas folhas é muito empregada como estimulante do aparelho digestivo, nos embaraços gastrointestinais.

²⁰⁴ Sândalos - Madeira rara e valiosa. É utilizada sobretudo em perfumaria e em farmácia, com propriedades anti-inflamatórias, antioxidantes e diuréticas.

²⁰⁵ Planta muito utilizada na Grécia Antiga pelos médicos, serve para tratar diarreia, queimaduras, sangramentos no nariz, dores de dente e desempenha função sedativa podendo dar sonolência principalmente se consumida em excesso.

²⁰⁶ É uma planta de origem europeia, muito utilizada na preparação de saladas, pois possui o sabor semelhante ao espinafre, não é tóxica, tem propriedades benéficas no tratamento de acidentes domésticos e cura de órgãos comprometidos, alivia dores, combate vermes.

A amamentação fonte de alimentação primordial dos recém-nascidos também é analisada nos tratados. Gordônio dedica a esse tema o capítulo dois completo, visando estabelecer primeiramente o quanto era importante que as mães amamentassem e em seguida dando indicações e normas sobre o rigor para as famílias que fariam a escolha das amas de leite, que deviam observar além dos critérios físicos, os morais que seriam muito importantes. Ele reuniu dezessete condições sobre elas, contendo a idade que seria boa para uma ama, seus costumes, sua alimentação, as regras sobre evitar o coito durante o momento que estava amamentando e outras regras (TNBG, 77-79). Cabe ressaltar que no medievo através do leite seriam passadas toda a herança genética, tanto traços físicos, quando de caráter e temperamentos, então era importante que a ama fizesse tudo correto para não deixar a criança enferma, principalmente se tratando da alimentação que geraria consequentemente, o leite.

As mães não conseguiam amamentar seus filhos todos os dias em um período tão longo, então era conveniente ter amas. Aldobrandino indica como elas deviam ser: a idade, a forma, os costumes, as mamas, se o leite era bom, há quanto tempo ela tinha dado à luz. A mulher devia ter a idade entre 25 anos, pois era a idade em que o calor natural era mais forte para gerar bons humores. Se ela fosse parecida com a mãe isso era muito bom, que não fosse gorda nem magra demais, e que fosse sã, pois as amas doentias fazem mal também as crianças. Os costumes aprendidos devem ser bons, também ter boa índole e bom temperamento. A forma das mamas também devia ser observada, que sejam um pouco duras, que não sejam muito grandes nem pequenas, pois aquelas que são muito grandes achatam o nariz da criança. (RCAS, p. 76-77).

Na concepção de Aldobrandino era natural amamentar até os dois anos, depois dessa idade devia retirar, especialmente quando nascessem os dentes da frente, no início da dentição não podiam mastigar coisas duras, mas cabia a ama começar a introduzir uma alimentação mais sólida de maneira gradativa, dar a elas pão mastigado, mingau de migalhas de pão, mel, leite. Poderiam dar caldo de carne e após o tempo certo que comessem a mastigar tudo, elas deviam fazer tortas, de pão, de açúcar e tâmaras (RCAS, p. 78).

No *Tratado de Los Niños e regimento de la ama* são citadas duas autoridades da medicina medieval: o médico romano Galeno (século II d. C.) e o árabe Avicena (980-1037). “Segundo Galeno, a criança deve mamar por sete anos e segundo Avicena, três anos inteiros. Se for menina, convém que mame dois anos e o menino dois anos e meio” (TNBG, p. 78). Percebemos que Galeno acreditava que o período de amamentação para ambos os gêneros devia ser de sete anos, já Avicena confirma que três anos inteiros era o tempo suficiente. O posicionamento de Gordônio é outro, apesar de não discordar de nenhuma das afirmações, ele acreditava que um bom tempo para amamentar seria de



dois a dois anos e meio, assim como Aldobrandino de Siena. Nesse período de tempo a ama não se desgastaria e tudo ocorreria normalmente sem o leite diminuir ou surgirem outros problemas.

Quando a criança começasse a caminhar, a movimentar-se e a sentar-se, era natural o temor e o cuidado dos pais, devido o risco de entortar as pernas, nesse momento deviam ser retiradas e afastadas todas as coisas pontiagudas e cortantes, assim como vara ou faca e outras coisas semelhantes para que os pequenos não se machucassem (TNBG, p. 79).

Quando fossem dados os primeiros passos a criança devia caminhar em um lugar macio e agradável, e evitasse colocar os pés em coisas duras. Para os responsáveis, era indicado que tomasse bastante cuidado, para que a criança não ficasse com uma perna mais alta que a outra, não devia deixá-las andar demais ou ficar encima das pernas por um longo tempo, porque era perigoso se quebrarem facilmente. (RCAS, p. 78).

O principal conselho era para que os pais deixassem seus filhos andarem sozinhos por volta dos dois anos de idade, quando já soubessem controlar algumas necessidades, e falasse algumas palavras. Os primeiros passos seriam dados com a ajuda de um andador, geralmente uma espécie de carrinho com rodas e também era fundamental a presença da mãe nesta primeira fase da aprendizagem (NÚÑEZ, 2008, p. 7-8).

Apesar das obras terem sido compostas em séculos diferentes, respectivamente nos XIII e XIV, a preocupação fundamental dos físicos acaba sendo a mesma, a proteção das crianças através da prevenção, e a promoção de saúde. Os pensamentos são em grande parte parecidos, podemos ainda, levantar a hipótese de que os escritos de Aldobrandino possam ter inspirado a prática e a escrita de Gordônio em seu tratado. Os médicos buscavam sempre mantê-las saudáveis e vivas desde o ventre até quando ficavam maiores, evitando o frio para não ficar doente, usando ervas para curar o umbigo e diversos outros medicamentos naturais para curar as enfermidades. É uma mistura da dietética e da terapêutica visando o bem estar infantil.

Com base nas leituras realizadas, é possível afirmar que na medicina medieval, os cuidados com os recém-nascidos centravam-se nas coisas simples, mas era preciso respeitar as indicações cotidianas, para que a saúde continuasse equilibrada. Bernardo de Gordônio juntamente com Aldobrandino de Siena foram um dos precursores na abordagem deste assunto, e a partir deles, vários autores começaram a perceber que era relevante e necessário estudar a saúde e retratar a vida infantil. Unindo o seguimento das indicações médicas de acordo com a compleição das crianças, tudo ficaria bem.



FONTES

GORDÔNIO, Bernardo de. *Tratado De Los Niños*. In: Merídies, Revista de História Medieval, 9, 2011, p. 76- 86.

SIENA, Aldobrandino de. *Regime du Corps*. In: Bibliothèque Nationale et de la Bibliothèque l'Arsenal, 1911, Arquivo digitalizado em 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABRERA SÁNCHEZ, Margarita. *La transmisión del saber médico: La vida infantil em la edad media através de los tratados pediátricos y de otras fuentes de la época*. In: *Merídies*, VIII, ISSN: 2445-2378, 2006, p. 7-36.

GUARDO, Alberto Alonso. El autor y su entorno cultural. In: Los pronósticos médicos em la medicina medieval: El “Tractatus de Crisi et de Diebus Creticis” de Bernardo de Gordônio. *Linguística y Filología*, no. 54. Valladolid, Spain: Universidad de Valladolid, 2003, p.15-28.

NÚÑEZ, Maria Del Carmen Arjona. *Nacimiento y vida infantil en la Edad Media*. In: *A Criança*. Granada, 2008, p. 1-11.

OLIVEIRA, Rodrigues Ana. *A criança na sociedade medieval Portuguesa*. Lisboa: Editora Teorema, 2007.

PEÑA, Carmen e GIRÓN, Fernando. *La prevención de La Enfermedad em La España Bajo Medieval*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2006.

PERÉZ, Magdalena Santo Tomás. El uso terapêutico de la alimentacion en la Baja Edad Media. In: ARIZAGA BOLUMBURU, B. e SOLÓRZANO TELECHEA, J. A. (Orgs.). *Alimentar la ciudad en la Edad Média*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, p. 468-470.

**DO ERRO AO USO LIBERAL:
SENTIDOS POLÍTICOS NA FENOMENOLOGIA POLÍTICA DE HANNAH ARENDT
NAS FOLHAS D'O ESTADO DE SÃO PAULO**

Álvaro Ribeiro Regiani²⁰⁷

RESUMO

O presente ensaio, questiona os percursos e os usos políticos da tradução brasileira de *A condição Humana* (1951) da filósofa judia-alemã, radicada nos Estados Unidos, Hannah Arendt. Procurou-se compreender os motivos pela opção de palavras na definição dos conceitos de “labor” e “trabalho” em seu contexto de produção e circulação. Bem como o porquê dessa tradução ser veiculada no jornal O Estado de São Paulo de modo que transparecesse a existência de um vínculo liberal no pensamento da filósofa. Desse modo, analisou-se a relação entre a tradução e as estratégias discursivas veiculados pela mídia impressa, por meio de artigos publicados ao longo da década de 1980. Neste sentido, objetivou-se demonstrar os aspectos pedagógicos da imprensa na valorização e divulgação do ideário liberal no Brasil em discursos que iam da filosofia à política.

Palavras-chave: Hannah Arendt; Liberalismo; Imprensa.

Em 1981, *A condição humana* foi traduzido no Brasil por Roberto Raposo, e publicado pela editora Salamandra/Forense Universitária. Com o passar da década, graças a essa versão, a filósofa judia-alemã foi popularizada nos círculos universitários e suas ideias passaram a ser frequentemente divulgadas em grandes jornais do país. Contudo, já em 1984, uma crítica contumaz à versão brasileira aparece entre os estudiosos de Hannah Arendt, feita pela filósofa Theresa Calvet de Magalhães, em um seminário destinado a alunos de doutorado e, posteriormente, publicado na Revista Ensaio em 1985 (MAGALHÃES, 2006, p. 1).

No artigo de Theresa Calvet de Magalhães, “A categoria de trabalho [labor] em Hannah Arendt”²⁰⁸, ela critica, sobretudo, a tradução de “labor” e “work”. Na versão brasileira ocorreu um falso cognato, “labor” ficou como labor e “work” tornou-se trabalho, o que segundo a filósofa “não nos ajuda, mas apenas dificulta, confunde e até impede a compreensão desta distinção” entre “trabalho [labor], obra [work] e ação [action] (MAGALHÃES, 2006, p. 2). Magalhães, ainda chama

²⁰⁷ Doutorando em História - PPHIS-UFG; alvaro.regiani@ueg.br; Orientador Rafael Saddi.

²⁰⁸ Uma recente revisão foi feita pela autora em 2006 e publicada na revista *Ética & Filosofia Política* da Universidade de Juiz de Fora sob o título “A atividade humana do trabalho [labor] em Hannah Arendt”. Utilizo aqui essa última versão.

a atenção para os graves problemas de compreensão no terceiro e no quarto capítulos de *A condição humana*:

Ao traduzir por labor e trabalho (?) a distinção proposta por Arendt entre trabalho [*labor*; *Arbeit*] e obra ou fabricação [*work*; *Werk* ou *das Herstellen*], Roberto Raposo deturpa o sentido desta distinção e o leitor inevitavelmente ficará confuso ao abordar em particular o terceiro e o quarto capítulos desta obra. (MAGALHÃES, 2006, p. 6).

Theresa Calvet de Magalhães, ainda faz uma breve menção ao colaborador da edição brasileira e questiona “também [a] Celso Lafer na sua Introdução a esta obra, “A política e a Condição Humana”, que, em nota, estranha a aceitação dele sobre a opção feita pelo tradutor: “O que é bastante surpreendente já que num ensaio anterior, ‘A trajetória de Hannah Arendt’ (texto revisto em 1979 e publicado no seu livro, Hannah Arendt: Pensamento, Persuasão e Poder, Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 21-38), Celso Lafer tinha explicitado essa distinção”. (MAGALHÃES, 2006, p. 6).

Na recente revisão da tradução de *A condição humana*, feita pelo filósofo Adriano Correia, o “*labor*” foi transliterado por “trabalho” e “*work*” por “obra”. Correia explica que essa “intervenção no texto”, já vinha sendo apontada por estudiosos do pensamento da autora por anos, em particular por Theresa Calvet de Magalhães. Ao contrário da antiga opção de palavras, a distinção entre *labor* e *work* retomou o seu centro. Isto, permite a vários estudiosos se interrogarem sobre as noções, conceitos e categorias formuladas em oposição à modernidade, sem, contudo, transparecer que Hannah Arendt estabeleceu contrapontos por ser antimoderna e/ou antimarxista.

Como mais uma vez expôs Adriano Correia, a discussão em torno dessa tradução de conceitos, também permite observar um dos objetos de investigação da análise de Arendt, a “progressiva indistinção entre os dois termos [*labor* e *work*] na era moderna”. Assim, com um maior acerto, traduzir *work* por *obra*, igualmente, possibilita localizar várias nuances do pensamento de Arendt sem esbarrar em sua compreensão original: “o fato de a palavra *labor*, como substantivo, jamais designar o resultado final da atividade de trabalhar, para o qual frequentemente são empregados termos afins a *work*, mesmo nos casos em que a forma verbal corresponde a esses termos tenha se tornado antiquada”(ARENDT, 2020, p. VII).

Embora se possa fazer um estudo sobre as opções dadas e os sentidos pretendidos por Roberto Raposo ou mesmo pelo silenciamento de Celso Lafer²⁰⁹, os efeitos da tradução brasileira, apontam para um caminho em que esses desacertos serviram para usos políticos. Se por um lado, como argumenta o historiador Roger Chartier, “o leitor é, sempre, pensado pelo autor, pelo comentador e

²⁰⁹ É importante ressaltar que a tradução recente de *A condição humana* foi feita a partir do texto de Roberto Raposo e que Celso Lafer auxiliou no esclarecimento de certas passagens durante a revisão de Adriano Correia (Cf. ARENDT, 2020, p. X).

pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, a uma leitura autorizada”. Nesta “tensão fundamental” entre a ‘leitura autorizada’ e a ‘irredutível liberdade’ do leitor, há “a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la” (CHARTIER, 2002, p. 123).

Neste jogo de possibilidades interpretativas, uma tradução funciona em uma discursividade quando, no mínimo, produz um efeito de conhecimento sobre o discurso original. Contudo, neste caso e longe de ser movida pela equivalência correta da tradução, o discurso veiculado a partir da versão de Roberto Raposo, teve como efeito alguns usos políticos, exemplificados em na publicação do subitem “A sociedade dos consumidores” do capítulo III, do livro *A condição humana*, em 12 de abril de 1981, no suplemento literário Cultura do jornal O Estado de São Paulo.

No artigo de Hannah Arendt, publicado pelo O Estado de São Paulo, à exceção das notas de rodapé, manteve-se a redação original da tradução brasileira. Na chamada da matéria, anunciava-se, o lançamento do livro pela editora, bem como uma frase de efeito de Arendt que dava ideia que ela faria uma crítica ao consumismo e aos operários:

“Quanto mais fácil se tornar a vida numa sociedade de consumidores ou de operário, mais difícil será preservar a consciência das exigências da necessidade que a impele”. Esta é uma das conclusões a que chega Hannah Arendt, no capítulo, que aqui reproduzimos, do livro “A Condição Humana”, a ser brevemente lançado pela Editora Salamandra (ARENDT, 1981, p. 6).

Na segunda folha, havia uma fotografia de um homem de costas com os braços arqueados e na cintura, olhando para uma vitrine cheia de produtos eletroeletrônicos. Não havia uma mercadoria em evidência e, sim, bonecas, ao lado de relógios, de despertadores, de cafeteiras, de fornos, de aparelhos de rádio e tv, dentre outros. Pelo ângulo e pelos braços do homem, a imagem reforçava as consequências de um consumismo desmedido, já que na disposição havia produtos novos misturados aos obsoletos. No texto escrito por Hannah Arendt, o “labor” era definido como “dois estágios de um só processo, imposto ao homem pelas necessidades da vida, isto é o mesmo que dizer que vivemos numa sociedade de operário (“*laborers*”), ou seja, de homens que “*laboram*”²¹⁰ (ARENDT, 1981, p. 6).

Nesta justaposição entre a imagem e o texto de Hannah Arendt, o “labor” representava o fundamento da sociedade de consumo, ligado ao processo vital e a produção. Mas, sua valorização, em especial, a feita por Karl Marx, também seria um risco a ordem liberal da sociedade de consumo: “Esta sociedade não surgiu em decorrência da emancipação das classes trabalhadoras, mas resultou

²¹⁰ Utilizo aqui a tradução da época para manter o seu sentido.

da emancipação da própria atividade do labor, séculos antes da emancipação política dos trabalhadores”²¹¹ (ARENDT, 1981, p. 6).

A dubiedade em apontar que a atual sociedade não foi feita pelo trabalho e sim por homens que laboram tem uma dimensão particular na sociedade brasileira desse período. Em um contexto de descontrole da inflação e de política recessiva, “desenhou-se naqueles anos um quadro de “estagflação”, combinado estagnação econômica e inflação” (FAUSTO, 2002, p. 279). Neste sentido, a opção brasileira de rearranjar os conceitos de Hannah Arendt deixava de ser um problema de tradução e passava a ser uma transcrição, acrescida de sentidos pelo contexto social. De forma inesperada, o cenário político-econômico engrossava as camadas de sentido sobre o labor e, este, tornava-se parte de discursos que destacam os riscos da emancipação da classe trabalhadora ou de submissão pela necessidade:

O risco de que a emancipação do labor na era moderna não deixe de trazer nova era de liberdade para todos nós mas, ao contrário, submeta à necessidade, pela primeira vez, toda a raça humana, já havia sido, claramente percebido por Marx, quando ele insistiu em que o objetivo da revolução não podia ser a emancipação das classes trabalhadoras já alcançada, mas sim a emancipação do homem em relação ao trabalho. À primeira vista, este objeto parece utópico - o único elemento utópico nos ensinamentos de Marx (ARENDT, 1981, p. 6).

No final de 1980 e ao longo de 1981, explica o cientista social Alvaro Bianchi, a “abrupta queda do PIB” e a tentativa do ditador João Figueiredo em “minimizar tais indicadores” após, a equipe econômica liderada por Delfin Neto, realizar um “conjunto de medidas” para “reduzir a necessidade de divisas internacionais” produziu um quadro recessivo no país. Por meio da “contração salarial”, do “controle das despesas públicas e dos investimentos das estatais”, do “aumento da arrecadação tributária”, do “enxugamento violento da liquidez real e do crédito baseado na liberação das taxas de juros dos empréstimos bancários”, o governo militar esperava sair da crise do modelo desenvolvimentista baseado na substituição de importações, mas “o ajuste voluntário promovido pelo governo não solucionou o problema da dívida externa e o desequilíbrio na balança de pagamentos” (BIANCHI MENDEZ, 2010, pp. 167-168).

Anos antes, em 1978, a crise econômica, já era sentida por grupos mais expostos às incertezas do mercado que demonstravam suas insatisfações e expectativas através de greves operárias que tomaram a cena do pólo industrial brasileiro. Essas manifestações trouxeram novos atores políticos, em especial, a liderança de Luiz Inácio “Lula” da Silva à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (FERREIRA: FORTES, 2008, pp. 277-278).

²¹¹ Na versão recente, lê-se: “essa sociedade não surgiu em decorrência da emancipação das classes trabalhadores, mas resultou da emancipação da própria atividade do trabalho, que precedeu em vários séculos a emancipação política dos trabalhadores” (ARENDT, 2020, p. 156).



As incertezas com a economia somadas as expectativas políticas inquietavam também o horizonte político, com a extinção do bipartidarismo em 1979, novas legendas partidárias passaram a disputar o eleitorado operário em crescente oposição ao governo ditatorial. Mesmo com a reativação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e com a fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), as demandas de trabalhadores passaram a ocupar um novo espaço na política nacional. O “novo sindicalismo” não se formou por bases congressuais ou parlamentares e, sim, por meio de ações grevistas até a criação formal do Partido dos Trabalhadores (PT) que congregou várias demandas sociais em sua bandeira (FERREIRA: FORTES, 2008, pp. 277-278).

Neste contexto, de grandes incertezas econômicas e, igualmente, de grandes expectativas na transformação do cenário político brasileiro, não foi somente o interesse pela filosofia ou pela divulgação editorial do livro de Hannah Arendt, que explica a publicação de “A sociedade dos consumidores” pelo O Estado de São Paulo, mas, sim o argumento que aproxima o “labor” da “emancipação dos operários”: “cem anos depois de Marx, sabemos quão falaz é esse raciocínio: as horas vagas do animal laborans jamais são gastas em outra coisa senão em consumir; e quanto maior é o tempo de que ele dispõe, mais ávidos e insaciáveis são os seus apetites” (ARENDT, 1981, p. 7).

Neste específico momento da história brasileira, a publicação desse artigo que em suas primeiras linhas, introduziu uma semelhança entre o “labor”, a “emancipação das classes trabalhadoras” e o “consumismo”, espelhava aos anseios e medos com o futuro político-econômico por parte da elite política, empresarial e midiática. Mas, também poderia ser lido com grande expectativa por parte significativa da população brasileira. Para o público-leitor, a divulgação feita pelo O Estado de São Paulo, proporcionou um contato direto com as ideias e conceitos trabalhados por Hannah Arendt, sem, uma aparente, mediação de seus interlocutores. Contudo, como já dito, através de um grave problema de tradução.

Mesmo que a linha editorial do jornal O Estado de São Paulo, fosse liberal-conservadora, os múltiplos aspectos abordados no artigo de Hannah Arendt, poderiam sugerir variadas leituras. Contudo, havia na matéria do jornal quatro *boxes* e, no interior de cada um, havia um busto em miniatura de Arendt acompanhada por frases de efeito da autora. Os textos e a imagem destacados nas folhas do jornal chamam a atenção do leitor por resumir um conteúdo ou parte do assunto tratado, o que em parte direciona a leitura.

Nos dois primeiros *boxes* da página 6, estava escrito “o trabalho é a arte de ganhar dinheiro” e, no segundo, “libertar o homem do trabalho, uma utopia?” (ARENDT, 1981, p. 6). Nestes dois quadros, há uma distância entre a direção da leitura feita pela editoração do jornal e os sentidos desejados por Hannah Arendt. Sobre a primeira frase contida no *box* e de acordo com a autora, há um



desnível entre a glorificação do trabalho na era moderna e as atividades da *vita activa*. Arendt buscou dialogar com Platão, para “dissipar a plausibilidade dessa autointerpretação do homem moderno” de que “toda atividade não relacionada com o trabalho torna-se um “passatempo”, por isso ela argumenta que: “a “arte de ganhar dinheiro (*techne mistharnetike*) não tem relação alguma com o verdadeiro conteúdo mesmo de artes como a medicina, a navegação ou a arquitetura, que eram acompanhadas por recompensas monetárias (ARENDT, 2020, p. 158).

De modo contrário ao discurso no *box* do artigo, o ‘trabalho e a arte de ganhar dinheiro’, a referência que Hannah Arendt faz da *República* de Platão, era um diálogo sobre a distinção entre a arte do assalariado, da medicina e de pilotar um navio. Estas, são definidas pelas atividades que realizam e, assim, “buscam obter vantagem para aquilo que têm como seu objetivo” (PLATÃO, 2006, p.31 [346d]). Neste sentido, o objetivo das artes para os artífices, seria que eles “buscassem algo de bom ou uma boa vida, mas como se estivessem diante de algo que não podem evitar e como se pudessem entregá-lo a alguém melhor que eles ou a um igual” (PLATÃO, 2006, p. 32 [347d]).

Ainda em diálogo com Platão, Hannah Arendt definiu uma arte sobre todas as demais que buscava ser livre das necessidades impostas pelo trabalho: “Essa arte adicional não é vista absolutamente como o elemento de trabalho [labor] existente em artes que, em tudo o mais, seriam livres, mas, pelo contrário, é tida como a única arte que permite ao “artista”, o operário profissional, como diríamos hoje, manter-se livre da necessidade de trabalhar” (ARENDT, 2020, p. 158).

Neste exemplo, a correlação entre as frases em *box* e a fenomenologia política de Hannah Arendt como uma leitura autorizada apresenta-se frágil do ponto de vista da compreensão filosófica de sua obra. Mas, não da linha editorial do jornal. Durante os anos de chumbo, a censura deu credibilidade aos jornais brasileiros, tornando a mídia impressa um espaço de denúncia contra o autoritarismo. Entretanto, com o lento processo de abertura, O Estado de São Paulo, assim outros jornais, procurou construir uma nova imagem em um horizonte pós-censura.

Ofuscava-se assim, o “próprio lugar do poder político” e de suas tensões, o que deslocou temas de interesse público para o interesse geral que “estão de fato ligados na administração estatal e na política” (COELHO, 2007, p. 338). Mesmo tendo se posicionado a favor de pautas políticas e econômicas no período ditatorial, durante a transição O Estado de São Paulo, procurou se afastar do personalismo autoritário, embora mantivesse a “crença de que o peso da máquina do Estado deveria ser reduzido a seu limite mínimo”, conforme interpreta o historiador Francisco Fonseca: “no limite, para OESP parece preferível que um país seja “livre” economicamente, e autoritário em termos políticos, do que o inverso, tal como, aliás, sustentaram figuras como Hayek e Friedman” (FONSECA, 2003, p. 31).



O direcionamento da leitura destacado nos *boxes*, ainda permite uma leitura mais ampla das estratégias discursivas dos jornais, um comprometimento implícito com a ordem de mercado feita nas redações. A interposição do texto por essas chamadas, a primeira com uma ligeira adaptação²¹², a segunda e a terceira sem uma autoria definida e a última contendo uma frase de Hannah Arendt, indicaria uma possível filiação ideológica voltada à criticar a emancipação pelo trabalho. No terceiro box, na informação destacada havia a frase: “horas vagas dedicadas apenas ao consumo”; e, no quarto: “a natureza grande provedora das “coisas-boas” (ARENDT, 1981, p. 7). Desse modo, o direcionamento da leitura indicava que “labor”, o consumo e a emancipação dos trabalhadores aumentam de proporção e assumiram um “caráter devorador da vida biológica”: “o ritmo das máquinas aumentaria e intensificaria enormemente o ritmo natural da vida, mas não mudaria - apenas tornaria mais destruidora - a principal característica da vida em relação ao mundo, que é de minar a durabilidade” (ARENDT, 1981, p. 7).

Os sentidos definidos pela linha ideológica do jornal na compreensão do artigo de Hannah Arendt, cabe várias hipóteses, mas de modo geral, pode-se afirmar que a tradução de Roberto Raposo, gerou uma transcrição que, convenientemente, foi satisfatória na publicação feita pelo O Estado de São Paulo. De certo, as várias possibilidades de leitura a partir dessas passagens ficam em abertos, mas ganham uma estrutura discursiva maior quando acompanhada por outros artigos com a mesma temática.

Dois anos depois, o livro *A condição humana* ganha outra chamada na seção, O Livro da Semana, que “descobre o labor e o trabalho”, conforme escreve o jurista e colunista Gilberto de Mello Kujawski, no artigo, “A condição humana”, publicado em 16 de janeiro de novembro de 1983, no suplemento Cultura do Jornal O Estado de São Paulo. Em diálogos da filosofia com a política, passando pelo direito, Kujawski interpreta “a diferença entre o labor e o trabalho já se prenuncia na tradicional discriminação entre trabalho improdutivo e trabalho produtivo”. Antes, ele explica que Hannah Arendt conhece “a fundo a trajetória da filosofia moderna, é com todo o direito que trata de igual para igual os clássicos de todos os tempos, pois ela própria já pertence à sua constelação” e, em uma crítica polida o colunista, narra que “suas notas de rodapé multiplicam-se com tanta frequência que desorientam um pouco o fio da leitura, embora pareçam indispensáveis” (KUJAWSKI, 1983, p. 12).

Os argumentos apresentados por Gilberto de Mello Kujawski, partiam da perspectiva de político-jurídica de Celso Lafer, deixando claro ao leitor, que ele era uma autoridade em Hannah

²¹² No primeiro box, na frase “o trabalho e a arte de ganhar dinheiro” foi acrescido o “e”, no próprio texto publicado a frase de Hannah Arendt era “concordando com Platão que ‘a arte de ganhar dinheiro’” (ARENDT, 1981, p. 6).

Arendt: “Foi seu aluno, e prossegue como um de seus mais prestigiosos discípulos o prof. Celso Lafer, que contribuiu com elucidativa introdução para esta edição brasileira de *The Human Condition*”. Mas, Kujawski não avançava no texto e, logo, chega nas mesmas conclusões de seu amigo jurista (KUJAWSKI, 1983, p. 12).

Gilberto de Mello Kujawski, ao retomar a discussão de Celso Lafer, identifica qual seria o principal problema levantado pelo “competente e zeloso introdutor” que “lembra que H. Arendt tenta compreender ‘as origens do isolamento e do desenraizamento, sem os quais não se instaura o totalitarismo, entendido como forma básica de governo e dominação, baseada na organização burocrática de massas, no terror e na ideologia’”. Neste âmbito, a centralidade do “discurso” e da “ação” como “atividades coevas e paralelas”, tornam-se um princípio político e jurídico:

‘Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da polis característicos do lar e da vida em família, na qual o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era frequentemente comparado à organização doméstica’ (p. 36)²¹³. Os estudiosos do Direito Romano deveriam sublinhar tais palavras de modo a destacá-las para sempre. Pois só elas oferecem um princípio de explicação para algo que tem intrigado e revoltado a posteridade: o direito de vida e morte (*ius vitae et necis*) do pater-famílias sobre seus filhos e escravos. Agora já sabemos: é que a vigência do direito e da liberdade começava, na Antiguidade, fora das paredes do lar, no espaço público da polis ou da civitas (KUJAWSKI, 1983, p. 12).

Nesta justaposição entre a filosofia e o direito, às ideias de Hannah Arendt não estariam distantes de grande parte da teoria jurídica sobre a constatação de que a política não poderia ser autônoma da esfera judiciária. Mas, entrelaçada nas relações e hierarquias entre indivíduos, pois somente, através da organização social haveria a possibilidade de superar o domínio da necessidade e alcançar a liberdade e/ou igualdade:

O lar era a esfera da necessidade, suprida pelo labor dos escravos no cultivo e preparo dos alimentos, e pela mulher no labor do parto. A polis, ao contrário, era a esfera da liberdade. Ser livre, explica a autora, significa ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outrem, e também não comandar. Nem domínio, nem submissão, mas igualdade. Esta não estava relacionada com a justiça, mas com a liberdade, notando-se que o ambiente privado, ou doméstico, era o reino das piores desigualdades (KUJAWSKI, 1983, p. 12).

²¹³ Nesta citação Gilberto de Mello Kujawski não citou as palavras iniciais de Hannah Arendt, o que dá a entender um certo essencialismo político dos gregos sobre os impérios asiáticos. Na versão mais recente lê-se: “Ser político, *viver em uma pólis*, significava que tudo era decido mediante palavras e persuasão, e não força e violência. Para os gregos, forçar pessoas mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram *modos* pré-políticos de lidar com as pessoas, *típicos da vida fora da pólis*, característicos do lar e da vida em família, em que o chefe da casa imperava com poderes incontestes e despóticos, ou da vida nos impérios bárbaros da Ásia, cujo despotismo era frequentemente comparada à organização doméstica (ARENDR, 2020, p. 32, *grifos nossos*).

Ao analisar as relações políticas na esfera doméstica e pública, Gilberto de Mello Kujawski formula sua compreensão por meio do “labor”, tal qual apresentado na versão corrente da década de 80 de *A condição humana*. A reprodução da fenomenologia política de Hannah Arendt, atrelada ao campo da filosofia jurídica e a veiculação, sem grandes problemas, da tradução de Roberto Raposo, fundamentam os argumentos de Kujawski. Desse modo, ele explica que para Arendt, “o isolamento impossibilita o homem para a política, a faculdade de agir em seu sentido próprio e original (*práxis*)” (KUJAWSKI, 1983, p. 12).

Entretanto, e, por mais que Gilberto de Mello Kujawski, partisse de uma referência empírica recolhida da leitura direta do livro de Hannah Arendt, a dimensão dada ao “labor” distinta do “trabalho” pelo colunista, definiu um parâmetro político para os temas em questão, ou seja, um lugar privilegiado para a crítica ao marxismo:

‘No labor o produto do trabalho destina-se ao consumo; no trabalho, ao uso. A moderna sociedade consumista transforma o trabalho em labor. Vivemos hoje numa sociedade de operários (“Laboreres”), ou seja, de homens que “laboram”, na qual os produtos são consumidos com velocidade crescente. Ao inverso de que esperava Marx, as horas vagas conquistadas pelo animal laborans não são empregadas em transformá-lo num homem superiormente produtivo. As horas vagas do operário são gastas, exclusivamente, em consumir. Ao contrário dos que mencionam volta e meia a “sociedade de consumo” sem saber o que dizem (como se existisse alguma sociedade não dedicada a consumir)’, a mesma expressão adquire nas páginas de H. Arendt um significado preciso e controlável. Sociedade de consumo é aquela em que o trabalho perde a primazia para o labor, consumindo o produto, em vez de preservá-lo duravelmente no uso (KUJAWSKI, 1983, pp. 12-13).

A associação entre o labor como reino da “necessidade” e da “futilidade da fisiologia corporal”, indicava que esta atividade, de forma alguma, poderia ser um movimento derivado da “produção”. Gilberto de Mello Kujawski, ainda aponta que a “diferença entre o labor e o trabalho já se prenuncia na tradicional discriminação entre trabalho improdutivo e trabalho produtivo”,²¹⁴ conforme anunciado na chamada do artigo (KUJAWSKI, 1983, p. 12). Contra essa interpretação, mais uma vez, a tradução de Theresa Calvet de Magalhães confere outro sentido,

Em nenhum momento, no original inglês, encontramos a expressão “*productive work*” quando Arendt se refere a Adam Smith e a Karl Marx, mas sempre “*productive labor*”. Ao traduzir “*labor*” ou “*Arbeit*” por labor, e “*work*” ou “*Werk*” por trabalho -uma tradução não apenas infeliz, mas incorreta - Roberto Raposo ficou sem saber como traduzir a expressão “*productive labor*” e preferiu traduzi-la por *trabalho produtivo*, mas, uma vez que ele próprio convencionou traduzir “*work*” por trabalho (quando deveria ter traduzido esse termo por obra ou fabricação), o leitor fica aqui sem saber se Hannah Arendt, ao usar essa expressão, está se referindo à sua própria concepção do trabalho [*labor* ou *Arbeit*] ou à sua concepção da obra [*work* ou *Werk*] (MAGALHÃES, 2006, p. 7).

²¹⁴ Indo contra essa perspectiva, Hannah Arendt afirma que Adam Smith e não Karl Marx que “Smith chama de “trabalho improdutivo” todas as atividades relacionadas com o consumo, como se se tratasse de um aspecto acidental e irrelevante de algo cuja verdadeira natureza fosse ser produtivo” (ARENDR, 2020, p. 127).

Novamente, as opções de palavras feitas pela tradução brasileira, deixam em suspenso algumas possibilidades de interpretação. Mas, ao se costurar um conceito de forma a torná-lo aceitável, em um contexto de produção intelectual e, mesmo que esse não fosse, integralmente, válido, seus efeitos tornam-se uma realidade possível. Desse modo, o *animal laborans*, associado apenas aos operários e, supostamente, convencidos ideologicamente por Karl Marx, contrastaria com o, *homo faber* liberal, apresentado por Gilberto de Mello Kujawski:

O animal laborans é ainda servo da natureza e da Terra; só o homo faber se porta como amo e senhor de toda a Terra, porque é senhor de si mesmo e de seus atos. Na medida em que é homo faber, instrumentalizava todas as coisas às categorias de meio e acarreta a perda de seu valor intrínseco e independente, até mesmo da esfera da terra e da natureza. ‘A esfera pública do homo faber é o mercado de trocas, no qual ele pode exhibir os produtos de sua mão e receber a estima que merece’ (KUJAWSKI, 1983, p. 13).

Ao reificar, o *animal laborans* e o *homo faber* como dois tipos-ideais, Gilberto de Mello Kujawski os definia pelos meios e pelos os fins de suas ações. Enquanto o primeiro “laborava” apenas para consumir, o *homo faber* produzia para expôr seus ‘produtos’ no ‘mercado de trocas’. Amparando-se na frase de Hannah Arendt, Kujawski não vê limitação nesse objetivo, mas ao contrário, ele define esse caminho como algo a ser trilhado, tanto individualmente quanto coletivamente:

O homo faber produz sempre no isolamento, necessário para dominar a “ideia”, ou a imagem mental da coisa que irá existir. Este isolamento em relação aos outros é a condição de vida necessária a todo mestrado. Os artistas, os poetas, os historiográficos, os escritores representam o homo faber em uma categoria mais alta, autores de obras de suma permanência, necessárias para que sobrevivam os feitos realizados pelos homens que agem e falam, isto é, os homens de ação (KUJAWSKI, 1983, p. 13).

Ao dispor desse modo, o mercado de trocas se igualaria ao domínio público e o *homo faber* como os homens de ação, sendo o único tipo de homem que pode agir, falar e trocar os seus produtos, sem se reduzir ou diminuir o seu trabalho ao consumo. Desse modo, Gilberto de Mello Kujawski construía novos sentidos para as ideias de Hannah Arendt, de valorização do trabalho produtivo em oposição ao labor. Ainda no argumento de Kujawski, há uma inconsistência radical, uma vez que Arendt não pensou a distinção entre *animal laborans* e o *homo faber* em termos da utilidade:

A vitória final não caberia ao homo faber, mas ao animal laborans, não à produção e sim ao consumo, pois a crença na utilidade, levada às últimas consequências, subjugando cada coisa em meio para outra, termina por desvalorizar o mundo dos objetos, roubando-lhes a subsistência e volatilizando-lhe a durabilidade. O hedonismo consumista, alargado na felicidade do maior número de pessoas, substitui o princípio da utilidade anterior (KUJAWSKI, 1983, p. 13).

Nas disposições dos conceitos de Hannah Arendt, apresentados por Gilberto de Mello Kujawski, de “*animal laborans*”, “*homo faber*”, “ação” e “fala”, o diálogo com a autora diminui quando é tematizada a “permanência” e a “durabilidade”. Embora empregue o conceito de ‘durabilidade’, para distinguir do ‘hedonismo consumista’, não há um ‘princípio da utilidade’ delineada na discussão arendtiana sobre o uso e o consumo. Distante de Arendt, Kujawski, evoca pela ‘permanência’ e pela ‘durabilidade’, uma ideia sempre presente na intelectualidade liberal brasileira, a criação de um modelo de cidadão que, neste caso, seria o *homo faber*:

Para consolo final do leitor, H. Arendt encerra o livro assinalando que a atividade de pensar ‘ainda é possível’ e ocorre onde os homens vivam em condições de liberdade política. O futuro do homem depende do número de pessoas cada vez menor dedicado a pensar. Engano seria crer que o pensamento é a negação da atividade. ‘Quem quer que tenha alguma experiência nesta particular sabe o quanto eram verdadeiras as palavras de Catão - Nunquam se plus agere quam nihil cum ageret, nunquam minus solum esse quam cum solus esset. “Nunca ele está mais ativo do que quando nada faz, nunca está menos só quando a sós consigo mesmo’ (KUJAWSKI, 1983, p. 13).

A oposição entre os homens que pensam e o animal que labora, define um status para o *homo faber*. Este, assume a condição de cidadão liberal que age de acordo com o mercado de trocas, compete livremente, utiliza o seu pensamento de acordo com sua atividade de produção ou de troca e, principalmente, não se deixa enganar pelo marxismo porque confia na tradição moderna:

Atenção! Estas palavras respondem a Marx com dois mil anos de antecipação (‘Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente; cabe agora transformá-lo’ - Teses Contra Feuerbach). Cabe indagar, pedindo desculpas pela argumentação ad hominem, na esteira das palavras de Catão, lembradas por H. Arendt - Quem transformou mais o mundo, Marx, com O Capital ou Descartes que lançou o Cogito como o fiat do mundo moderno? Lenin, com sua impetuosa capacidade de ação, ou Kant, com sua silenciosa “revolução copernicana” do pensamento, fazendo-se o responsável direto por todas as revoluções importantes a partir do final do século XVIII? Engels, ou Rousseau, o promeneur solitaire, que educou sentimentalmente sua geração e todas as gerações posteriores? Catão o disse - o pensador nunca está mais ativo do que quando nada faz (KUJAWSKI, 1983, p. 13).

Na conclusão de Gilberto Mello Kujawski, há duas considerações a serem feitas, a primeira, é a subordinação do imperativo político-econômico que impõe um antagonismo ao que não é liberal. A segunda, é o reforço da imagem de Hannah Arendt, como pensadora da livre-iniciativa. Como exposto, Kujawski não faz essa inferência direta, mas em seus argumentos fica claro que a separação entre o *homo faber* e o *animal laborans*, por meio da confusão conceitual entre labor e trabalho, propiciou no âmbito político, ainda que aparentemente irrelevante para os estudos filosóficos, uma associação entre Arendt e o liberalismo.

O artigo de Gilberto Mello Kujawski é exemplar, pois é possível explorar a fenomenologia política de Hannah Arendt que se popularizou no Brasil por esses mediadores. Em sintonia com a



interpretação de Theresa Calvet de Magalhães, “a distinção entre trabalho [*labor*], obra [*work*] e ação [*action*] deveria ser examinada acentuando o ponto de vista temporal da durabilidade dessas diferentes atividades humanas” (MAGALHÃES, 2006, p. 2). Neste aspecto, a introdução dos conceitos de “durabilidade” e de “permanência” por Hannah Arendt, indicam que as posições entre o *animal laborans* e o *homo faber*, não seria a de modelos de homens liberais ou socialistas. Mas, sim de condições inerentes ao ciclo vital (trabalho) e ao mundo humano (obra) (ARENDT, 2020, p. 123).

De forma assertiva, a distinção entre o trabalho e a obra, na fenomenologia política de Hannah Arendt, não prescrevia um modelo de homem liberal ou socialista. Mas, por meio dos conceitos de durabilidade e de permanência, Arendt separava o uso do consumo e o processo vital e das obras produzidas no mundo. Assim, por meio dessas distinções, a autora percebia, principalmente, o ofuscamento da ação política e do domínio público pela indistinção do trabalho da obra. Nesses termos, a vitória do *animal laborans*, seria a valorização do trabalho (*labor*) e o alargamento do domínio social. No diálogo que Arendt estabelece, não só com Marx, mas também com Locke e Adam Smith, a indistinção entre o trabalho e a obra, leva a valorização do trabalho para a constituição de uma sociedade de consumidores/trabalhadores.:

Na perspectiva de Hannah Arendt, o trabalho (*labor*) nas sociedade moderna e contemporânea, transformou todos em trabalhadores e consumidores, o que traria um “perigo” para a esfera dos negócios humanos, pois “deslumbrada pela abundância de sua crescente fertilidade e presa ao suave funcionamento de um processo interminável, já não seria capaz de reconhecer a sua própria futilidade”. Ao concluir esse argumento, ela citava uma frase de Adam Smith: “a futilidade de uma vida que ‘não se fixa nem se realiza em assunto algum que seja permanente, que continue a existir depois de terminado [seu] trabalho’” (ARENDT, 2020, p. 167).

Para Theresa Calvet de Magalhães, repensar a tradução de *A condição humana* “nos obrigaria a escrever um outro tipo de trabalho, que não se limitaria a apresentar, de maneira crítica, um capítulo de sua obra, mas que tentaria explicitar o pensamento político de Arendt” (MAGALHÃES, 2006, p. 53). Entretanto, interpreta-se que essa proposição não satisfaria certos leitores, jornalistas, colunistas e intelectuais no Brasil da década de 1980. A centralidade, dada ao “labor”, no artigo de Gilberto de Mello Kujawski, por exemplo, não teria motivo algum para ir contra a opção de palavras feita pelo tradutor de Arendt.

O argumento em torno do labor de Gilberto de Mello Kujawski, seguia próximo ao ‘silenciamento’ de Celso Lafer e da linha editorial do O Estado de São Paulo. A disposição das palavras, na versão em português de *A condição humana*, tinha uma certa conveniência ideológica.

Desse modo, um dos motivos para a aceitação da transcrição das ideias de Hannah Arendt, foi que, em maior ou menor escala, todos estes acreditavam em certos aspectos da discursividade liberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. A condição humana. Tradução Roberto Raposo; revisão técnica e apresentação Adriano Correia. 13º ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

ARENDT, Hannah. A sociedade dos consumidores. Estado de São Paulo, São Paulo, 12 abr. 1981. Ano IV - Número 44. Suplemento Cultura.

BIANCHI MENDEZ, Alvaro Gabriel. Um ministério dos industriais: A federação das indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

CHARTIER, Roger. A história cultural: Entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª ed. Lisboa: Difel, 2002.

COELHO, Marcelo. Fatos, argumentos, versões: a política da notícia. In. NOVAIS, Adauto (org.). O esquecimento da política. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FORTES, Alexandre. Memórias do PT: As vozes de seus construtores. In. FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAÚJO, Maria Paula; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). Ditadura e democracia na América Latina: Balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FONSECA, Francisco. A grande imprensa e a constituição da agenda ultraliberal na “Nova República”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº31, p. 83-105.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. A condição humana. Estado de São Paulo, São Paulo, 16 nov. 1983. Ano VI - Número 136. Suplemento Cultura.

MAGALHÃES, Theresa Calvet de. A atividade humana do trabalho [labor] em Hannah Arendt. Ética & Filosofia política. Juíz de Fora, no v. 9, n.1, jun, 2006.

PLATÃO. A República. Tradução Anna Lia Amaral de Almeida Prado; Revisão técnica e introdução Roberto Bolzani Filho. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

DOGMA 95: ENTRE A VANGUARDA E O PÓS-MODERNISMO²¹⁵

Felipe Monteiro Pereira de Araujo²¹⁶

RESUMO

O presente artigo busca refletir sobre o movimento cinematográfico dinamarquês Dogma 95, criado no ano de 1995 pelos cineastas Lars von Trier e Thomas Vinterberg, sob uma ótica histórica, buscando problematizar de que forma ele se associa aos movimentos de vanguarda ou ao pós-modernismo no campo das artes. Para realizar tal reflexão, buscaremos traçar alguns aspectos centrais tanto da vanguarda artística, tais como a sua premência por uma poética do choque e sua crítica aos valores estabelecidos, quanto do pós-modernismo, tais como o seu aspecto paródico e sua reflexão autoconsciente, a fim de perceber como o Dogma 95 se insere (ou não) em cada um deles, apresentando as inconsistências que compõe a categorização do movimento como pertence a um destes dois e demarcando a nossa posição no que tange à discussão apresentada.

Palavras-chave: Dogma 95; vanguarda; pós-modernismo.

ABSTRACT

This paper seeks to reflect on the danish film movement Dogme 95, created in 1995 by the filmmakers Lars von Trier and Thomas Vinterberg, from a historical perspective, seeking to discuss how it's associated with avant-garde movements or postmodernism in the arts field. To carry out this reflection, we will seek to trace some central aspects of both the artistic avant-garde, such as its urgency for a poetics of shock and its critique of established values, and postmodernism, such as its parodic aspect and its self-conscious reflection, in order to understand how Dogme 95 fits (or not) in each one of them, presenting the inconsistencies that make up the categorization of the movement as it belongs to one of these two and demarcating our position regarding the discussion presented.

Keywords: Dogme 95; avant-garde; postmodernism.

INTRODUÇÃO

O Dogma 95 é um movimento cinematográfico dinamarquês criado no ano de 1995 pelos cineastas Lars von Trier e Thomas Vinterberg, que buscava restaurar uma essência da arte cinematográfica que, segundo os correligionários do movimento, havia se esvaído após o centenário da sétima arte. Para realizar esta restauração, o Dogma 95 propôs no seu manifesto de fundação, o manifesto Dogma 95, uma série de regras – intitulada Voto de Castidade – que os pertencentes ao

²¹⁵ O presente texto é uma parte da reflexão realizada na pesquisa de mestrado em andamento do autor, sob a orientação do Dr. Julierme Sebastião Morais Souza, que conta com o suporte financeiro da FAPEG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás).

²¹⁶ Mestrando em História pelo PPGHIS/UEG. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4863736106054270> Correio eletrônico: feh_mj@hotmail.com



movimento deveriam seguir para alcançar este objetivo. Se o cumprimento ou não destas regras de fato restaura esta essência, não é nosso objetivo no presente texto.

Pretendemos compreender, no entanto, de que forma o Dogma 95 se associa (ou não) aos movimentos de vanguarda e o pós-modernismo nas artes e, portanto, qual seria aquela que entendemos ser a melhor classificação para o movimento dinamarquês frente a este cenário. Para tal, dividimos nossa discussão em três partes: no primeiro momento, traçaremos alguns aspectos centrais daquilo que compõe os movimentos de vanguarda artística; em um segundo momento, apresentaremos alguns elementos fundamentais do pós-modernismo nas artes; por último, concluiremos refletindo a respeito de que forma o Dogma 95 se insere nessa discussão.

MODERNISMO E VANGUARDA: AS BASES DE UMA HISTÓRIA

O recorte temporal relacionado ao conceito de modernidade possui abundantes abordagens, de modo que é sempre um desafio se inserir no tratamento desta questão. Isto posto, evitaremos entrar no centro deste debate, visto que a nossa proposta não se relaciona de maneira direta com este conceito em si. Frente a isto, cabe apenas colocar que o período histórico a que aqui iremos nos referir ao abordar os movimentos de vanguarda modernistas e correlatos diz respeito ao período de virada do século XIX para o XX, período no qual tais movimentos artísticos ascenderam e trouxeram um novo paradigma para os teóricos da arte. Nesse sentido, pode-se afirmar que “[...] foi entre o final do século XIX e principalmente nas primeiras décadas do século XX que o termo ganhou centralidade nos debates intelectuais, transformando-se em um verdadeiro paradigma da modernidade” (GALVÃO, 2015, p. 139).

Este paradigma diz respeito, fundamentalmente, à maneira com a qual os indivíduos apreendem um impacto sensorial e psicológico distinto nos seus aparelhos perceptivos, de modo a denotar um fluxo de experiência característico propriamente daquele período localizado. Neste sentido, ancorada nos pressupostos do sociólogo alemão Georg Simmel, Galvão (2015, p. 140) observa

Convencido que os fatores socioculturais contribuem para moldar as nossas capacidades perceptivas, Simmel (1973, 1997) acreditava que o ambiente das grandes metrópoles repercutia sobre os fundamentos sensoriais da vida psíquica do sujeito, submetendo-o a choques constantes.

A partir disto, pode-se abstrair que o sujeito moderno é interpelado por uma conjuntura de relações que atribuem um novo rumo para a experiência destes indivíduos, agora marcado por um fluxo de rotatividade e velocidade que predominam sob a lógica temporal, impondo uma ordem



complexa de fatores que levam este sujeito a um estado de paroxismo constante. Tal conjuntura é representada de maneira acentuada pela ascendência da Sétima Arte, que traz à baila a tentativa de culto às bases desta percepção do moderno (XAVIER, 1978). Na mesma linha, o filósofo marxista Walter Benjamin também contribui com este argumento, quando afirma que

O cinema é a forma de arte correspondente aos perigos existenciais mais intensos com os quais se confronta o homem contemporâneo. Ele corresponde a metamorfoses profundas no aparelho perceptivo, como as que experimenta o passante, numa escala individual, quando enfrenta o trânsito, e como as experimenta, numa escala histórica, todo aquele que combate a ordem social vigente. (BENJAMIN, 1987, p. 192)

A partir disto, podemos perceber como o próprio cinema, em seus anos iniciais, possuía em seu entorno este paradigma moderno ligado ao choque. Neste período, a dificuldade de compreender receptivamente os elementos diegéticos produziam uma sensação de impacto nos espectadores, que os colocavam em uma posição de estranheza. O choque seria, portanto, um imperativo formal da própria constituição da expressão cinematográfica nos seus anos iniciais. A presença deste paradigma do choque, contudo, tem no cinema apenas um prenúncio circunstancial, pois é nas vanguardas artísticas que ascendem neste período – em especial o movimento dadaísta – que há uma verdadeira categorização, embora extremamente caótica e desordenada, de uma poética do choque como fundamento sensorial e psicológico da percepção. Sobre isto, prossegue Benjamin (1987, p. 191)

Os dadaístas estavam menos interessados em assegurar a utilização mercantil de suas obras de arte que em torná-las impróprias para qualquer utilização contemplativa. Tentavam atingir esse objetivo, entre outros métodos, pela desvalorização sistemática do seu material. Seus poemas são “saladas de palavras”, contêm interpelações obscenas e todos os detritos verbais concebíveis. O mesmo se dava com seus quadros, nos quais colocavam botões e bilhetes de trânsito. Com esses meios, **aniquilavam impiedosamente a aura de suas criações**, que eles estigmatizavam como reprodução, com os instrumentos da produção. [...] **O comportamento social provocado pelo dadaísmo foi o escândalo.** Na realidade, as manifestações dadaístas asseguravam uma distração intensa, transformando a obra de arte no centro de um escândalo. **Essa obra de arte tinha que satisfazer uma exigência básica: suscitar a indignação pública. De espetáculo atraente para o olhar e sedutor para o ouvido, a obra convertia-se num tiro.** Atingia, pela agressão, o espectador. (grifos nossos)

Este paradigma moderno da poética do choque, relacionado às vanguardas artísticas, impuseram novos debates para os teóricos e produtores da arte, que defronte ao “aniquilamento da aura” da obra artística, como propalado por Walter Benjamin, redirecionaram os fundamentos da discussão, a partir dos questionamentos levantados por tais movimentos, no intento de colocar em xeque as instituições artísticas da época²¹⁷. Como explica Bürger (1993, p. 131) “o choque procura-

²¹⁷ Pode-se citar o exemplo, novamente, do movimento dadaísta, que, segundo Bürger (1993, p. 51-52) “já não critica as tendências artísticas precedentes, mas a instituição arte tal como se formou na sociedade burguesa. Com o conceito de



se como estímulo para uma alteração de comportamento; é o meio indicado para acabar com a imanência estética e iniciar uma transformação da práxis vital dos receptores”. A partir desta alteração de paradigmas, tal cenário produziu uma série de manifestações posteriores, que ganharam ramificações abundantes no transcorrer do século XX, de onde emergiram muitos artistas herdeiros desta tradição. Sobre isto, pode-se perceber que

O desejo de irritar a audiência e gerar uma experiência de choque se materializou como uma estratégia estética em contextos tão diferentes quanto os vários movimentos artísticos de vanguarda no século XX (o Surrealismo em particular, que considerava o filme um meio eminente para práticas subversivas), o filme montagem soviético, o cinema experimental dos anos 1960 e 1970, o romance internacional dos anos 1990 e 2000 (Jay McInerney, Bret Easton Ellis, Michel Hoellebecq) e, por fim, a **Nova Onda de Excesso**. (GRONSTAD, 2012, p. 9 apud GALVÃO, 2015, p. 149, grifo nosso)

Esta “Nova Onda de Excesso” de que fala Gronstad constitui-se em um grupo de cineastas que assumiram para si e suas obras a formulação deste paradigma da poética do choque, conduzindo-o às suas maneiras. Dentre tais cineastas, pode-se apontar como herdeiros desta tradição o cineasta polonês Michael Haneke, o argentino Gaspar Noé e também – aquele que nos interessa neste estudo – o dinamarquês Lars von Trier, um dos fundadores do movimento Dogma 95. É com relação a esta poética de choque que a ligação do Dogma 95 com a vanguarda, guardadas as suas especificidades, começa a se delinear, principalmente sob a luz do seu principal realizador, o cineasta Lars von Trier, como discutiremos mais à frente. Antes de fazer isso, no entanto, consideramos pertinente sinalizar com maior profundidade as consequências da introdução deste paradigma para a ascendência da noção de pós-moderno.

ARTE E PÓS-MODERNISMO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Quando trouxemos à baila o paradigma da poética do choque anteriormente, delineamos que a sua retórica gira em torno de uma organização caótica e desordenada da obra de arte. Esta poética arregimenta um efeito de choque, que conduz o espectador a uma sensação de estranheza frente o objeto artístico, tornado ininteligível pelas premissas retóricas da ideologia vanguardista. Nesse sentido, “a única alternativa para compreender a obra passa a ser adotar um novo esquema interpretativo, desta vez voltando-se para o desvendamento do seu princípio de construção, um princípio no qual a própria contradição é incorporada” (GALVÃO, 2015, p. 158).

instituição arte, refiro-me tanto ao aparelho de produção e distribuição da arte quanto às ideias dominantes em arte numa época dada e que determinam essencialmente a recepção das obras. A vanguarda dirige-se contra ambos os momentos: contra o aparelho de submissão a que está submetida a obra de arte e contra o status da arte na sociedade burguesa descrito pelo conceito de autonomia”.



Em decorrência disto, a essência do que configura o objeto artístico, neste cenário, é transposta de um valor objetivo para uma investida de transgressão que se insere em um universo de esquemas de recepção por parte do espectador. Ante o exposto, ergue-se a pergunta levantada pelo filósofo britânico Roger Scruton (2013, p. 107): “se tudo pode ser considerado arte, qual o propósito e o mérito de conquistar esse título?”. Considerando-se, hipoteticamente, a inexistência de um valor objetivo e, portanto, a sua subjetividade perene, incorrer-se-á na consequência de que, por fim, não existe um imperativo essencialista que define uma determinada obra como artística ou não.

A partir disto, pode-se perceber que a lógica dos movimentos de vanguarda conduz a um esmaecimento da essência artística (ou aniquilação da aura, para retomar a prerrogativa benjaminiana), que configura um cenário de vazio nas instâncias de atribuição de sentido do período. Este cenário, fundamentalmente, é o que potencializa, de maneira breve, o tão controverso e combatido pós-modernismo. Nesse sentido, ao teorizar sobre o conceito, Hutcheon (1991, p. 19) argumenta que “o pós-modernismo é um fenômeno contraditório, que usa e abusa, instala e depois subverte os próprios conceitos que desafia”. Logo, há uma fluidez de tratamento que subsiste de maneira constante ao conceituar o termo.

Ao tratar mais especificamente da relação do pós-moderno com as vanguardas artísticas, contudo, a autora estabelece alguns pontos de reflexão a fim de delimitar o espaço de aproximação e de distanciamento entre estes dois pólos. Considerando isto, a autora define o modernismo como uma escola que primou pela crítica desordenada das estruturas dominantes da vida social e da arte de seu tempo, propugnada por uma narrativa política e crítica. O pós-modernismo, por outro lado, aproxima-se da vanguarda modernista a partir do momento que também é imbuído de um fluxo de atuação pautado na crítica e reflexão, mas se distingue pelo modo como lida com o seu objeto de reflexão. Sobre o modo

A vanguarda também é considerada como uma crítica à cultura dominante e como sendo alienada em relação a essa cultura de uma maneira pela qual o pós-modernismo não se aliena, em grande parte por reconhecer seu inevitável envolvimento com ela. Ao mesmo tempo, é claro, ele ataca criticamente e explora essa dominação. Em suma, o pós-moderno não nega tanto (o passado) nem é tão utópico (quanto ao futuro) como, pelo menos, a vanguarda histórica ou modernista. Ele incorpora seu passado dentro do próprio nome e procura, parodicamente, registrar sua crítica com relação a esse passado. (HUTCHEON, 1991, p. 72)

Desta forma, o pós-modernismo traz à baila a figura do ex-cêntrico, a partir do momento que retira do cerne do fluxo da vida e da arte as narrativas-mestras (ou metanarrativas), impingindo um questionamento com relação a identidade fixa destas mesmas. Pode-se dizer, portanto, que “o desafio da certeza, a formulação de perguntas, a revelação da criação ficcional onde antes poderíamos ter aceitado a existência de alguma ‘verdade’ absoluta – esse é o projeto do pós-modernismo”



(HUTCHEON, 1991, p. 73). A partir disto, portanto, o que a autora argumenta é que a lógica da teoria pós-moderna é que por detrás dos discursos e narrativas existe uma intencionalidade formulada a partir do indivíduo e do seu confronto com a vida social.

Diferentemente das vanguardas que, portanto, se enveredaram na crítica às estruturas dominantes, mas estavam imbuídas de um devir holístico, a teoria pós-moderna se clarifica justamente por possuir este caráter paradoxal e questionador, condicionando-se pelas margens ao invés de pelo centro. Este caráter questionador dentro da teoria pós-moderna e nas artes de modo geral se aplica na prática através da paródia, que a autora define como “uma repetição com distância crítica que permite a indicação irônica da diferença no próprio âmago da semelhança” (HUTCHEON, 1991, p. 47). Nesse sentido, o pós-modernismo é definido por trazer o olhar de sua crítica para dentro de si, de modo a imbuir esta crítica de um caráter irônico para, a partir dele, salientar as especificidades não-totalizantes que formularam as bases do objeto a que se refere. Em suma, pode-se afirmar que “é a introversão paródica auto-reflexiva sugerida por uma volta ao passado estético que, em si mesma, possibilita uma intervenção ideológica e social” (HUTCHEON, 1991, p. 56).

Ante o exposto, percebe-se que a poética do pós-modernismo, tal como postula a autora, é pautado por uma relação de contestação crítica auto-reflexiva, que se dá por meio da paródia e que incorpora o discurso e a narrativa em um *logos* de intencionalidades, de modo que “torna problemáticas a negação e a afirmação da referência” (HUTCHEON, 1991, p. 187). Essa poética é apropriada em diversos âmbitos de estudo e pesquisa, criando ramificações referentes às suas particularidades. No que tange ao interesse do presente estudo, que se relaciona a discussão envolvendo a – mais precisamente, a sétima – arte, as palavras da autora sintetizam a formulação que aqui se atribuirá à noção de pós-modernismo. Diz ela

[...] o pós-modernismo é um empreendimento fundamentalmente contraditório: ao mesmo tempo, suas formas de arte (e teoria) usam e abusam, estabelecem e depois desestabilizam a convenção de maneira paródica, apontando autoconscientemente para os próprios paradoxos e o caráter provisório que a elas são inerentes, e, é claro, para sua reinterpretação crítica ou irônica em relação à arte do passado. Ao contestar implicitamente, dessa maneira, conceitos como a originalidade estética e o fechamento do texto, a arte pós-modernista apresenta um novo modelo para demarcação da fronteira entre a arte e o mundo, um modelo que atua a partir de uma posição que está dentro de ambos e, apesar disso, não está inteiramente dentro de nenhum dos dois, um modelo que está profundamente comprometido com aquilo a que tenta descrever, e apesar disso ainda é capaz de criticá-lo. (HUTCHEON, 1991, p. 43)

Ante o exposto, cabe-nos apontar a seguir as possíveis articulações e distanciamentos que o movimento Dogma 95 possui com a vanguarda e a teoria pós-moderna. De modo geral, o enfoque aqui se encontra em que pontos que o Dogma 95 se insere em cada um destes pólos, a partir do seu

próprio arcabouço discursivo, a fim de compreender se, portanto, cabe ao movimento dinamarquês o rótulo de um movimento de vanguarda, pós-moderno ou mesmo nenhum dos dois.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Para discutir de maneira mais específica a ligação do Dogma 95 com a vanguarda²¹⁸ e a teoria pós-moderna, utilizaremos de um diálogo com um estudo precedente realizado por Jan Simons (2007), no qual seu enfoque se volta justamente para as possíveis aproximações e distâncias entre o movimento dinamarquês e os dois objetos de discussão que aqui esboçamos de maneira breve. Nesse sentido, a primeira consideração a respeito dessa interligação diz respeito ao caráter paródico presente no manifesto *Dogma 95*, confesso pelos seus próprios idealizadores. Diz ele

A confissão subsequente de von Trier e Vinterberg de que o manifesto fora redigido em 25 minutos e “sob contínuas gargalhadas” contribui muito para confirmar a impressão de que o manifesto e o Voto de Castidade não passavam de um gesto irônico, um pastiche pós-moderno da tradição do manifesto modernista – dos quais Paris, que havia a chamado de “a capital do século XIX” e que era amplamente considerada no século XX como a capital do cinema, era o berço. (SIMONS, 2007, p. 12)

Nesse sentido, o que o autor argumenta é que o efeito da ironia paródica coloca o Dogma 95 e, mais especificamente, o seu manifesto, em uma posição alocada dentro da discussão envolvendo a teoria pós-moderna, dada a ironia crítica trazida por ele em relação à cultura fílmica dominante de seu período. Além disso, para ressaltar isto de maneira mais acintosa, a própria opção pela utilização de uma tradição característica do objeto de denúncia perpetrado pelo movimento dinamarquês constitui, per si, um *modus operandi* inerentemente pós-moderno, vide a ironia paradoxal da adoção deste comportamento. Nesse sentido, pode-se dizer que o “[...] Dogma 95 não emula o modernismo no cinema, mas o parodia e abertamente o rejeita” (SIMONS, 2007, p. 14). Não obstante, essa aproximação com a teoria pós-moderna, segundo o autor, começa a esmaecer a partir do momento em que as diretrizes do manifesto tomam forma e se materializam em suas primeiras obras, respectivamente *Dogma #1: Festa de Família* e *Dogma #2: Os Idiotas*. Apesar deste esmaecimento, contudo, o tom de ironia não desaparece completamente, sempre servindo de base para o aparato discursivo do movimento dinamarquês.

²¹⁸ No próprio texto do Manifesto os autores brincam com a presença do elemento vanguardista nas suas linhas, quando afirmam que “quanto mais acessível se torna a mídia, mais importante é a vanguarda. Não é por acaso que a palavra ‘avant-garde’ tenha conotações militares. Disciplina é a resposta... nós devemos colocar nossos filmes em uniformidade, porque o filme individual está definitivamente em decadência.” (TRIER; VINTERBERG, 1995).



Nesse sentido, o autor infere que muitas críticas foram feitas em relação ao Dogma 95 no sentido de sua aproximação com a vanguarda modernista, em especial no que tange a relação do movimento dinamarquês com as mídias digitais e o processo de produção do filme. Com isto, tais críticas teriam redirecionado a discussão no sentido de apontar para a aproximação do Dogma 95 com a estética de destruição que ficou marcada no movimento de vanguarda. A premência pelo néscio constitui, dentro desta lógica, um fundamento para apresentar o choque como um elemento poético e infundir a reflexão a partir da afetação do espectador frente a isto. Contrariando esta posição, Simons (2007, p. 20) argumenta que

[...] Vinterberg diz que “os dois instrumentos mais essenciais para o diretor [são] a ‘história e o talento do ator’”. Portanto, o Dogma 95 está menos interessado na “realidade” ou “verdade” do processo de produção do filme em si do que na “verdade” de “personagens e cenários”, “história e talento do ator”.

Tal concepção, contudo, parece-nos contraditória, de forma que há uma clara intenção por parte do manifesto Dogma 95 em determinar uma política de coerção com relação ao filme que demarca um *logos* comportamental para o diretor que, envolto à discussão da teoria pós-moderna, constitui uma espécie de narrativa-mestra na determinação do fazer fílmico do movimento, que é reafirmado pelos próprios procedimentos burocráticos que envolvem a legitimidade de um filme pertencer ao movimento dinamarquês.²¹⁹

Ainda sobre esta negação de um sentido diretivo por parte do Dogma 95, o que se argumenta é que “a maioria das estéticas clássicas e modernas questionam ‘o que é o filme?’ e usam a resposta para determinar como o filme deve ser. Uma definição ontológica do filme é usada para derivar uma deontologia que prescreve os dispositivos estilísticos que o cineasta deveria idealmente usar” (CASETTI, 1993, p. 15-16 apud SIMONS, 2007, p. 20). Nesse sentido, a esfera de atuação do Dogma 95, segundo o autor, estaria distante desta característica tipicamente modernista, pois ela opera de maneira não-ontológica, dissociando-se da pergunta “o que é o cinema?”. Contrário à perspectiva do autor, contudo, entendemos que a aparente indiferença do Dogma 95 pela questão ontológica da referência em um filme não o exime de intencionalidades que estão inerentes na sua proposta, posto que, como já falamos, suas regras impõem uma lógica determinada que deve ser seguida (mesmo que, por vezes, uma ou outra regra seja desobedecida). Essas regras, portanto, demarcam um discurso que orienta uma poética fílmica particular, considerando as suas especificidades.

²¹⁹ A categorização de um filme como pertencente ao Dogma 95 impunha a necessidade da outorga de um diploma que era concedido pelos correligionários do movimento ao filme em questão, quando checado que a obra preenchia os requisitos necessários para tal, ou seja, que o filme seguia as regras estabelecidas pelo Voto de Castidade, o conjunto de regras estabelecida no texto do manifesto.



É partindo desta última reflexão que, em suma, a interpretação de Jan Simons nos parece ganhar uma reflexão mais interessante, posto que o autor fecha sua argumentação demonstrando como o movimento dinamarquês conduz a um tipo de purificação processual da produção fílmica, abrindo margem para um alargamento de possibilidades no modo de produção do filme. De fato, o ponto-chave do Dogma 95 é que ele “[...] tem um efeito terapêutico em cineastas profissionais que querem se purificar das práticas cinematográficas convencionais, abrindo caminho para um conceito de filme aceitável mais amplo do que o que prevalece hoje” (SIMONS, 2007, p. 22). A partir disto, portanto, o autor elabora que o que o Dogma 95 faz é elaborar a si mesmo como um jogo, cujo funcionamento é constituído a partir da sua base discursiva e demarca uma posição numa arena de possibilidades do fazer fílmico.

Por fim, considerando a discussão a que nos propomos, não nos parece muito precisa a configuração do Dogma 95 como um movimento essencialmente pós-moderno, da mesma forma como a sua configuração como um movimento de vanguarda também não nos parece ter base lógica. Mais válido é considerar que, dentro da lógica discursiva elaborada pelo movimento dinamarquês, os elementos ligados à vanguarda (como a fundamentação de uma narrativa-mestra que conduz a lógica discursiva do movimento) e o pós-moderno (a denúncia irônica perpetrada a partir das próprias características do objeto de denúncia – um simulacro) coexistem em uma releitura de ambos os conceitos, interligando-se a partir dos elementos que ambos imputam ao Dogma 95 no conflito que protagonizam. Nesse sentido, por fim, as palavras do autor sintetizam a discussão, quando diz

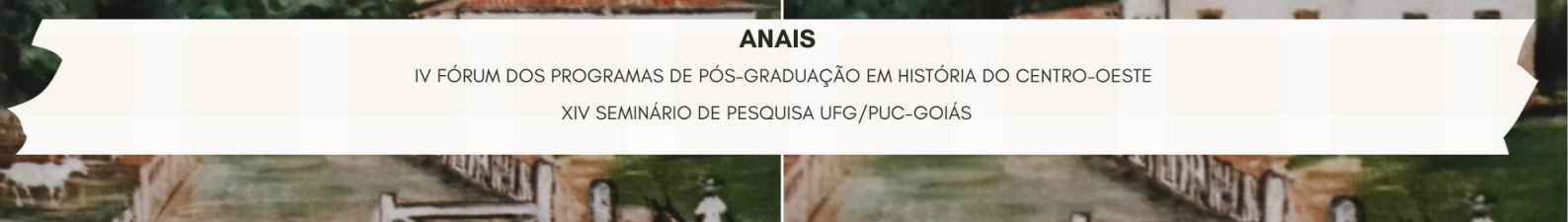
As visões e os objetivos específicos dos movimentos modernistas de filmes dos quais o Dogma 95 deseja ser a continuação, a reiteração e a crítica ao mesmo tempo são – e esse é o ponto principal do Dogma 95 – apenas importante na medida em que eles funcionam como um meio para o próprio padrão virtual. É isso que distingue o episódio Dogma 95: a arena é deslocada do domínio da representação para o do simulacro e da simulação, e o problema da relação entre filme e realidade é transformado no problema da relação entre filme e virtualidade. (SIMONS, 2007, p. 30)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Obras Escolhidas. Vol. I. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 165-196.

BÜRGER, Peter. **Teoria da vanguarda.** 1ª ed. Lisboa: Vega, 1993.

GALVÃO, Emília Maria da Conceição Valente. **O efeito choque e os problemas da afetação do espectador no cinema de Lars von Trier.** Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2015.



HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

SCRUTON, Roger. **Beleza**. Trad. Hugo Langone. São Paulo: É Realizações, 2013.

SIMONS, Jan. **Playing the waves**: Lars von Trier's game cinema. Amsterdã: Amsterdam University Press, 2007.

XAVIER, Ismail. **Sétima arte**: um culto moderno. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FONTES

TRIER, Lars Von; VINTERBERG, Thomas. **Manifesto Dogma 95**. 1995. Disponível no sítio eletrônico: <http://www.dogme95.dk/dogma-95/>. Acesso em: 15/06/2022.

EDUCAÇÃO EM TEMPOS NEOLIBERAIS: O DISCURSO DO TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

*Amanda Canedo Pimenta*²²⁰

RESUMO

O movimento político-econômico neoliberal se faz cada vez mais presente nas instituições no Brasil e no mundo, tomando conta de espaços nos quais os processos produtivos deveriam se limitar à valores quantitativos, como a educação. Tendo em vista esse movimento, busco analisar no artigo quais são as formas em que o neoliberalismo se estruturou na educação e na escola, principalmente após a década de 1990 transformando o trabalho um propósito para ‘libertação’, através do discurso de emancipação por meio do mesmo. Em primeiro instante, mostro como o trabalho condiciona as intenções no contexto escolar, e como isso está ligado às demandas estruturais da escola, além de causar a sensação de autonomia pelo trabalho. Em segundo instante, dentro do contexto de acumulação de capital, faço uma reflexão sobre a relação entre a escola e conhecimento no qual trago uma comparação com a escola unitária de Gramsci (2004) ao perceber que as escolas do modelo neoliberal permitem a manutenção do capitalismo e são capazes de fabricar discursos de caráter hegemônicos. Logo em seguida, busco mostrar que o fim emancipatório e autônomo defendido pelo discurso do trabalho idealiza e mantém uma sociedade de exploração e acumulação de capital.

Palavra Chave: trabalho, educação, emancipação

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que o trabalho orienta as demandas educacionais, no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases (LDB -Lei nº. 9.394/96) garante que o trabalho à serviço da sociedade apresenta-se como cerne para que se elabore o sistema de ensino nas escolas e suas estruturas. Na verdade, a questão do trabalho estrutura a maneira em que o sistema educacional se organiza na medida em que o capitalismo avança e suas demandas se inferem.

Neste artigo busca-se discutir a ideia de emancipação vendida dentro dos muros das escolas, por meio do trabalho amplamente anunciado pelo discurso hegemônico de ‘autonomia’ na área da informação, tecnologia, ciência e industrialização que supostamente irá facilitar os âmbitos de vida. Em minha análise, procuro ver que esses discursos se estabelecem de forma contraditória já que se mostram a serviço do capitalismo, e não da educação.

²²⁰ Mestranda em História pelo PPGH-UFG. Endereço eletrônico: amanda.canedo@discente.ufg.br



Neste sentido, busco apontar que a educação tem o seu papel emancipador de fazer com que se rompa a lógica do capital e que permita que os indivíduos possam construir sua própria subjetividade, a educação e o ensino possuem poder de mobilizar e transformar comportamentos o que significa a possibilidade de uma educação que não seja destinada para a formação de mão de obra, e que leve em consideração o contexto histórico social e cultural.

Para entender o contexto, é importante destacar que o neoliberalismo é uma resposta a crise do capitalismo de 1970²²¹ tendo influência de ordem mundial no qual busca fortalecer a classe dominante. No contexto neoliberal as políticas sociais são subordinadas às leis do mercado, já que nessa perspectiva o Estado é responsabilizado pela crise. O discurso neoliberal vende a ideia de liberdade, autonomia e emancipação no qual abraçam as instituições sociais que exercem o mundo do trabalho, a escolha não fica alheia a isso.

Assim, a educação pode ser compreendida dentro dessas relações de poder como uma moeda de disputa das classes dominantes, já que ela é uma forma de se perpetuar e garantir a manutenção das classes através dos discursos formados de acumulação de capital e manutenção de privilégios. Por outro lado, há lutas e resistências que buscam sistematicamente uma educação pública, livre e de qualidade para todas as classes tenham ingresso em todas as fases do ensino, e que o amplo acesso venha a se tornar políticas públicas.

O trabalho desenvolvido faz parte da dissertação desenvolvida que trata dos avanços do neoliberalismo na educação do Estado de Goiás através do processo de integralização do ensino. Grande parte das influências neoliberais, se dão devido ao discurso de emancipação e liberdade que são vendidos por meio da aproximação das dinâmicas de ensino com o trabalho.

O TRABALHO E O CONTEXTO ESCOLAR

A sensação de que a educação oferece autonomia por meio da conquista do trabalho, e que esta só é possível através dela, difunde o ideal neoliberal e empresarial de forma naturalizada. Entende-se que o trabalho e a educação estão estrategicamente articulados, principalmente a partir dos anos 1990, quando as políticas neoliberais se expandem de forma generalizada no Brasil, a educação escolar se molda para garantir a formação de um trabalhador apto a produção de lucro.²²² No contexto brasileiro, as orientações neoliberais se expandem para o campo legal ao serem

²²¹ O neoliberalismo, por sua vez, se refere a um projeto de classe surgido na crise do capitalismo de 1970 que, desde então, busca fortalecer o poder da classe dominante, com um discurso sobre liberdade individual, autonomia, livre-comércio e concorrência, entre outras “virtudes do capitalismo”.(CARDOZO, pag. 13795, 2017)

²²² (SILVIA e SOUZA pg. 782, 2009).

incorporadas como políticas públicas dentro das áreas da saúde, segurança, educação dentre outros. Ou seja, serviços que são direitos sociais e econômicos são colocados como dependentes dos interesses do capital.

Assim, a educação e o ensino se estruturam e se moldam pelas exigências do capital, atendendo as demandas do mercado, enraizando o neoliberalismo e aproximando cada vez mais a relação entre educação e trabalho. Graças a esse movimento de subordinação, os discursos vendidos dentro das escolas em relação ao trabalho ganham destaque nas massas populares, fazendo a manutenção das classes.

Através da visualização do materialismo histórico, o pensamento vai além do indivíduo enquanto ser biológico, já que estabelece as estruturas sociais e humanas bem como a formação e mudanças dessas mesmas estruturas a partir do seu caráter histórico. A perspectiva do materialismo histórico ajuda a perceber o indivíduo e sua relação com o meio no qual está inserido a partir das relações de produção, Almeida mostra que

O ponto de partida para conceituar indivíduo, a partir do pensamento marxista, é eliminar a ideia de homem abstrato, isolado da sociedade. Ao contrário, o homem é um ser social, e é na sociabilidade e na história que se torna humano (ALMEIDA, pg.253, 2010).

Tendo em vista isso, o homem então é produto da sociedade na qual ele está colocado e subordinado a formação material e histórica da sociedade de seu contexto. Essa concepção ajuda a entender o ser humano enquanto ser histórico e sua relação com as estruturas materiais, inserido nas relações de produção. Mas qual o papel da educação dentro dessas relações de produção? Para romper com a lógica do capital, é preciso que a educação não seja vista como composição de uma estrutura de mercado para integrar a lógica do trabalho e produção social.

Não é necessário ir muito longe para compreender esse processo, a base para a condição social dos indivíduos está no trabalho, o que mantém a divisão de classes e reforça de forma simples e objetiva a organização da sociedade capitalista. Foi a partir da divisão social do trabalho²²³ e logo do surgimento das classes sociais que o produto do trabalho se desprende do indivíduo e passa a ser de outro, daquele que explora. Dentro dessa lógica, o educador passa a ser visto como produtor de mercadoria e o aluno como produto capaz de gerar e garantir a manutenção do sistema capitalista. Dessa natureza, deve-se observar que a escola pode ser vista como cerne da manutenção entre a

²²³ “A divisão social do trabalho indica o grau de desenvolvimento de uma nação, determinando as relações dos indivíduos entre si. A partir desse momento, as relações de trabalho passam a ser contrastantes, quando o produto do trabalho não pertence ao trabalhador que o produziu, porque agora o trabalho é o meio de sobrevivência deste, ocasionando um afastamento entre o trabalhador e o trabalho”(ALMEIDA, R, N. pag. 254, 2010).

dinâmica do trabalho e educação como elementos intrínsecos e que se complementam para garantir o funcionamento no interior da ordem capitalista.

Assim, acerca dessa discussão, a visão materialista do mundo externo e isso inclui a educação, traz para o debate o conceito de alienação no qual Marx aquece o debate já que mostra que a produção do trabalho alienado faz com que o homem se distancie cada vez mais de sua essência, Silva mostra que

A alienação em Marx é entendida como a relação contraditória do trabalhador com o produto de seu trabalho e a relação do trabalhador ao ato de produção, um processo de objetivação, tornando o homem estranho a si mesmo, aos outros homens e ao ambiente em que vive: “A apropriação surge como alienação, e a alienação como apropriação” (Marx, 2002, p.122). Ele não pertence à natureza, aos deuses, mas a alguém distinto do trabalhador, ou seja, ao capitalista. O trabalhador ao fabricar uma mercadoria, ele se torna uma, reduzindo-o em instrumento de riqueza de outros homens. O homem, ao produzir uma mercadoria, ele mesmo se torna uma mercadoria, reduzindo-o a uma coisa.(SILVA, pg.104, 2005).

Com o trabalho alienado e logo a divisão social do trabalho se dá o aparecimento da propriedade privada na qual dentro da perspectiva capitalista, constitui a ordem social de mercado, dessa forma o trabalhador compõe as engrenagens que mantêm essa ordem, nesse contexto a alienação é mantida como meio de garantir a relação entre o trabalho e os modos de produção.

O surgimento da propriedade privada, do capital e da mercadoria o trabalho deixa de ser um produtor de valor de uso e passa então a ter dois pólos, ele tem então a funcionalidade de produzir mercadorias e manter o capital²²⁴ Tumolo enfatiza que o trabalho está para além da visão positiva de valor de uso, ela também se estabelece no mundo com uma imagem contraditória. Quando se trata do contexto escolar,²²⁵ Pode-se considerar o professor como um trabalhador no qual seus produtos são os alunos, pensando assim os alunos são composição do mercado e da ordem capitalista, nesse sentido, o aluno é um produto do trabalho que podem converter aos interesses da burguesia. O papel do professor se contradiz já que ao mesmo tempo em que é oprimido pela burguesia, se submete a reproduzir sua lógica de produção.

²²⁴ “Na chamada perspectiva ontológica do trabalho, está presente apenas sua dimensão de positividade, e não a de negatividade, porque a história ainda não havia reunido as condições para a alteração desse caráter unitário do trabalho. Somente com o surgimento da propriedade privada, da mercadoria e, decisivamente, do capital é que o trabalho passa a se constituir como unidade contraditória de seus dois polos, positividade e negatividade. A partir daí, e sobretudo no capitalismo, o trabalho deixa de ser apenas produtor de valores de uso – embora continue sendo – e passa a ser produtor de mercadorias e, principalmente, de capital, o que lhe imprime, em seu fundamento, a marca indelével da contradição. Isso quer dizer que, na forma social do capital, a condição de contradição do trabalho é ineliminável ou, em outras palavras, não se pode considerar apenas uma de suas dimensões, a de positividade ou de negatividade.”(TUMOLO, Paulo Sérgio, pag. 469, 2011).

²²⁵ Silva analisa que “As relações sociais do aluno e professor são, assim, correlacionadas internamente, havendo uma contradição inerente no caso, porque um professor não é apenas um produtor, mas também um empregado daqueles que desejam reproduzir a sociedade, isto é seu status quo”(SILVA, João Carlos da, pag. 105, 2005);



Acerca das mudanças na reestruturação da educação aos moldes neoliberais, Cardozo afirma que “muitos trabalhadores e trabalhadoras não conseguem perceber o quanto estão sendo fluxo, instrumento e mecanismo da precarização que está colocada à classe.”(CARDOZO, pág.13800) tais mudanças revelam que a organização do próprio sistema de ensino se adapta para que seja sutil a forma com que o trabalho se torne um propósito nas atividades e currículos escolares e passa naturalizado dentro do trabalho na escola.

Um dos pontos importantes que gera resultados das práticas neoliberais na educação são as práticas do desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos e alunas, muitas vezes por meio da competitividade em sala de aula. Esse é um exemplo claro que gera nos alunos o sentimento de superioridade por meio do incentivo a competições e premiações. Cardozo trás que “formação fundamentada na competência e na meritocracia, implicadas por influências sócio históricas no processo de trabalho e na organização da produção, tem levado até aos fundamentos psicopedagógicos da prática educativa”(CARDOZO, 2017).

Este tipo de prática pedagógica causa segregação dentro das salas de aulas, e muito mais que isso, Cardozo mostra que a lógica liberal causa mecanismos de qualificação cada vez mais exigentes o que ultrapassam as limitações humanas, fazendo com que excluam os mais pobres de conhecimentos mais elaborados.(CARDOZO, 2017).

ESCOLA E CONHECIMENTO

Uma sociedade cujo é mediada pela lógica do capital, o conhecimento e sua reprodução se inserem nesse processo. Tendo em vista a relação de trabalho e de educação que estendem desde o século XX, a instituição escolar se ampliou como instrumento de reprodução burguesa, a partir disso, será então possível visualizar a escola dentro da lógica empresarial? Segundo Gramsci

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado.(Gramsci, pag 19. 2004).

A função dos intelectuais²²⁶ e do conhecimento na manutenção da sociedade burguesa é expressiva, já que é a partir desse campo que cria-se elementos para a organização de uma sociedade

²²⁶ Gramsci reforça a importância que é colocado uma sociedade instruída “O país que possuir a melhor capacitação para construir instrumentos destinados aos laboratórios dos cientistas e para construir instrumentos que verifiquem estes instrumentos, este país pode ser considerado o mais complexo no campo técnico-industrial, o mais civilizado, etc. O

sistematizada e alienada ao trabalho. Por isso, é preciso uma refinada instrução desde o primeiro ensino na escola. Para Gramsci, as escolas profissionalizantes nada mais estariam que reproduzindo as estratificações sociais ao invés de dar condições para o aluno de se tornar um ser autônomo.²²⁷

Na sociedade de mercadoria, o conhecimento torna-se produto no qual é cada vez mais especializado e técnico, as manifestações intelectuais partem do processo de produção na qual o aluno não tem controle sobre o produto de seu conhecimento. O que pretende-se dizer é que o conhecimento dentro da lógica liberal começa então a alcançar extremos de controle fora de seu produtor e passa a fazer parte de um processo de compra e venda. A escola torna-se uma instituição capaz de permitir esse processo de vender o conhecimento de forma modular.

Por essa perspectiva, as últimas décadas em especial no Brasil vem sendo visto a expansão do neoliberalismo pelo objetivo da acumulação do capital, isso implica na privatização e burocratização do trabalho, o que também inclui a educação e a escola. A escola como um aparelho de Estado, pode servir para moldar valores e condutas a fim de garantir a reprodução do capital por meio do conhecimento controlado pelos donos de produção²²⁸. É então nesse momento em que o ensino passa a ser instrumento para a manutenção da sociedade capitalista e da política neoliberal.

Os discursos do trabalho estão concretizados por toda a sociedade capitalista e neoliberal, as engrenagens educacionais se formam para atender as demandas empresariais e de mercado, o aluno se torna trabalhador desde que se integra ao corpo discente e seus resultados é produto do seu trabalho, é um processo de produção constante submetido a relações alienado as necessidades humanas.

O FIM EMANCIPATÓRIO

A escola unitária ou de formação humanista (entendido este termo, “humanismo”, em sentido amplo e não apenas em sentido tradicional), ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa.(GRAMSCI, pg,36, 2004).

mesmo ocorre na preparação dos intelectuais e nas escolas destinadas a tal preparação: escolas e instituições de alta cultura são similares”(GRAMSCI, 2004, pg. 19)

²²⁷ Gramsci conclui que as escolas profissionalizantes, sobretudo quando destinadas à formação inicial da juventude, nada mais estariam fazendo que perpetuar as estratificações sociais: ao invés de tornarem o educando um ser capaz de pensar e se tornar em condições de escolher seus dirigentes ou mesmo de se tornar também um dirigente, estariam educando apenas para uma determinada função social específica e cristalizadora.(ZORZAL, page. 7, 2006).

²²⁸ A educação, como qualquer trabalho, também possui caráter potencialmente emancipador, assim como pode servir para aumentar a desigualdade social (ROUSSEAU, 1991, p. 172-173) e para “internalizar” valores e formas de conduta (MÉSZÁROS, 2005, p.44) adequados à reprodução do modo de produção capitalista.(SOUZA, pag. 2009).



Para falar de emancipação e autonomia na educação, recorreremos ao modelo escola unitária no qual Gramsci supera o modelo de escola burguesa tradicional, que se encontrava em ascensão para defender uma escola ativa e profissional que vincula o conhecimento intelectual e o conhecimento prático, como se fosse uma escola democrática, permitindo que todos tivessem acesso à profissão e ao conhecimento, desde o ensino primário até uma especialização. Gramsci mostra que por meio da educação os grupos reproduzem eles mesmos

A escola tradicional era oligárquica já que destinada à nova geração dos grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino. Não é a aquisição de capacidades de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se se quer destruir esta trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige.(GRAMSCI, pag. 49, 2004)

Fica claro que as escolas tradicionais reproduzem e multiplicam seus sistemas de escola profissional e técnica, principalmente quando estão na educação inicial, fazendo com que o aluno não tenha capacidade de controlar seu próprio conhecimento futuro e seja incapaz de conduzir seus próprios discursos e escolhas. Desse modo a escola tradicional molda e forja a sensação de emancipação do jovem para uma escolha profissional pré estabelecida pelos donos de produção, ou seja, quem detém a produção do conhecimento. A escola unitária de Gramsci (2004), vem com a proposta de humanizar o ensino como uma contraproposta à escola tradicional burguesa.

Ao contrário do que se verifica, os indivíduos atuais se sentem cada vez mais livres e emancipados na medida em que a educação se torna cada vez mais especializada e técnica, ou seja, há cada vez menos seres humanos na reestruturação capitalista devido às necessidades de qualificações. Essas contradições são vistas de formas positivas trazendo ao mundo do mercado e da educação competitividade as camadas trabalhadoras. A sensação de emancipação é vendida como uma farsa dentro desse processo, a autonomia, o progresso e a liberdade se dá no meio disso tudo como uma moeda de troca através do trabalho, isso só é possível por meio da educação especializada e do desenvolvimento das habilidades através de cursos específicos. Cada ano que passa, a educação e o trabalho dentro da lógica capitalista estreitam laços e exigem do ser humano que ele seja menos humano, e coloque o seu produto à venda para a manutenção do capitalismo.

Invisivelmente a educação *mecaniza* os processos produtivos, naturalizando de forma burocrática e meritocrática as dinâmicas de ensino em sala de aula, fazendo com que elas se tornem

formas de abordagem pedagógicas, assim intensifica cada vez mais a necessidade de qualificação e especialização para o mundo do trabalho dando abertura ao neoliberalismo cada vez mais intensificado como política pública e educacionais, legitimando assim a consolidação da conjuntura da acumulação de capital e na reprodução das desigualdades.

Este princípio é o que se pretende desmanchar, desestruturar a reprodução das desigualdades por meio do rompimento da educação de mercadoria que vende discursos que o trabalho é a única opção para se alcançar a liberdade e autonomia diante o mundo do capital, pois isso só mantém a degradação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as análises feitas, considera-se que a relação entre trabalho e educação produz discursos de caráter hegemônicos que forjam a ideia de autonomia e emancipação pelo trabalho por meio da educação. Esse caminho sustenta e faz a manutenção do neoliberalismo dentro das paredes das instituições escolares, legitimando os processos de privatização do ensino, precarização e degradação das escolas.

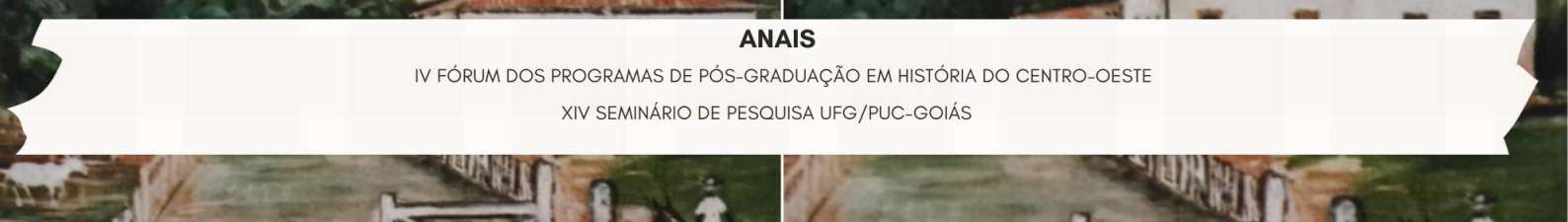
A análise que se seguiu foi apenas um traço do debate sobre os diversos impactos que se seguem com o trabalho como princípio educativo. O trabalho não se traduz nessa perspectiva de análise. Como uma alternativa emancipadora, o trabalho é uma seria uma forma de externalizar a subjetividade, o trabalho precisa estar para além da lógica do capital, assim como a educação, assim como o ser humano.

A história da educação no Brasil é um caminho de mudanças, conflitos, conquistas e muitos desses movimentos são reflexos das políticas e demandas neoliberais que orientam ordens de caráter mundial. A reflexão aqui desenvolveu-se na busca de contribuir na defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade com ambientes educativos e práticas que não sejam vazias de motivações e conteúdos para atender demandas de ordens econômicas.

Em resumo a perspectiva educacional na qual ultrapasse as demandas e a lógica do capital é aquela que possibilita aos sujeitos a construção de sua autonomia de forma subjetiva considerando os indivíduos e suas singularidades enquanto seres sociais para além do capital.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, N. R. *Educação para além da formação do trabalhador alienado*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 251-258, 2010. Editora UFPR. Acesso em: 22 de julho de 2021



CARDOZO, Edna de Nazaré Ribeiro; MIRANDA, André Luis Ferreira; SOUZA, Mateus Souza dos; PESSOA, Leilane de Nazare Fagundes. *Educação e Neoliberalismo Em contexto Brasileiro: Elementos Introdutórios à discussão*. EDUCERE, XIII Congresso Nacional de Educação, 2017.

GRAMSCI, Antonio. “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais” (Caderno 12)”. *Cadernos do Cárcere*, volume 2. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

SAVIANI, Dermeval. *Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos* Trabalho encomendado pelo GT – Trabalho e Educação, apresentado na 29ª Reunião da ANPEd no dia 17 de outubro de 2006, em Caxambu. Acesso em: 22 de julho de 2021

SILVA, João Carlos da. Revista *HISTEDBR* On-line, Campinas, n.19, p.101 - 110, set. 2005

SILVIA, Maria Vieira. SOUZA, Silvana Aparecida de. *Educação e responsabilidade empresarial: “novas” modalidades de atuação da esfera privada na oferta educacional*. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 779-798, out. 2009

SOUZA, Silvana Aparecida de, *EDUCAÇÃO: Teoria e Prática* - v. 19, n.32, jan.-jun.-2009, p.73-88.

TUMOLO, Paulo Sérgio. *Trabalho, educação e perspectiva histórica da classe trabalhadora*. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 201

EDUCAÇÃO ESCOLAR EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DE MATO GROSSO

*Lilian Santos de Andrade*²²⁹

*Bruno Pinheiro Rodrigues*²³⁰

A pesquisa de doutorado está em fase inicial, portanto, ainda não possui resultados expressivos. Temos objetivo analisar os saberes e práticas mobilizados por professores do ensino fundamental II, com o lócus de pesquisa em duas escolas municipais localizadas em comunidades quilombolas da zona rural de Poconé, Mato Grosso. A pesquisa será desenvolvida por meio de fontes orais (entrevistas com professores) e fontes documentais tais como leis, diretrizes e orientações curriculares nacionais, estaduais, municipais e documentos escolares e bibliografia sobre o tema. Lançaremos mão da entrevista oral baseada nos procedimentos da história oral temática para construir um diálogo entre os registros orais e as fontes documentais. Basearemos a investigação na abordagem qualitativa somada a perspectiva teórica intercultural crítica e os estudos decoloniais. Nossas inquietações dizem respeito a pensar as realidades educacionais e sociais desses espaços. Ou seja, quais saberes e práticas têm sido mobilizados, como tem ocorrido a (de)colonização dos saberes na educação básica, o que tem sido feito para combater racismo, preconceito e exclusão social dos negros para que haja reconhecimento desses sujeitos que historicamente não têm sido reconhecidos na modernidade/colonialidade.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola; Saberes e Práticas Docentes; Decolonialidade.

A pesquisa está em fase inicial e não possui resultados expressivos. Nossa proposta é analisar os saberes e práticas mobilizados pelos professores do ensino fundamental II de duas escolas municipais localizadas em comunidades quilombolas da zona rural de Poconé/MT. Especificamente, as únicas em territórios quilombolas da cidade que atendem até o 9º do ensino fundamental (COSTA, 2017; DUARTE; 2016; PEREIRA; 2017). As preocupações da pesquisa serão em torno dos objetivos em analisar como tem sido a (des)construção dos saberes nas instituições, observar a permanência ou não de representações eurocêtricas, bem como o que tem sido feito para combater o racismo, o preconceito e a exclusão social dos negros. Atentaremos para os modos de fazer, pensar, ensinar, e para as temáticas e conteúdos ensinados.

²²⁹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Mestra pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHIST na Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT e licenciada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, e-mail: andradelilian51@gmail.com

²³⁰ Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Campus Cuiabá. Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, e-mail: professorbrunorodrigues@yahoo.com.br



Nessa tarefa, pretendemos estudar fontes orais e fontes documentais: legislações nacionais e estaduais, documentos escolares e bibliografias que versem sobre Educação Escolar Quilombola, ensino das relações étnico-raciais e da história e cultura da África, dos afrodescendentes na educação básica. Através das diferentes fontes de pesquisa buscaremos analisar os processos educativos nas escolas em territórios quilombolas a partir dos saberes e práticas mobilizados por professores.

Utilizaremos a abordagem qualitativa em educação, pois se trata de um estudo a respeito das complexas redes de práticas, saberes, significados e representações de um ambiente escolar (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Somada a perspectiva a perspectiva teórica intercultural crítica e os estudos decoloniais têm o potencial de permitir a compreensão de diferentes vozes e percepções, o que pode evidenciar a pluralidade de ideias, sentidos, representações e concepções sobre o tema estudado (WALSH, 2007).

Para o registro das vozes dos colaboradores utilizaremos a entrevista oral, baseando-se nos procedimentos da história oral temática (MEIHY; HOLANDA, 2007). Utilizaremos a história oral temática para construir um diálogo e comparações entre os registros orais e as fontes documentais, tais como, leis, PPPs, diretrizes escolares e demais documentos a serem analisados. Assim, poderemos analisar seus saberes e práticas, pensando o diálogo com outros saberes e sujeitos, bem como com o que tem sido proposto pelas legislações para a Educação Escolar Quilombola.

As comunidades quilombolas são parte constituinte da experiência histórica da sociedade brasileira. Suas populações lutam até os dias atuais por direitos e por outro modelo de sociedade. Essa luta ocorre em diferentes âmbitos, inclusive, no dos saberes. No caso específico desse projeto, chamamos atenção para as lutas que dizem respeito à Educação Escolar Quilombola. Diferentes pesquisas, setores da sociedade e dos movimentos negros denunciam as desigualdades no acesso a educação entre crianças, jovens e adultos quilombolas. Podemos citar: a dificuldade de acesso as escolas longe das comunidades, a falta de escola em seus territórios, escolas em condições precárias e a falta de diálogo dos saberes escolares com os dos estudantes e suas comunidades (LARCHERT; OLIVEIRA, 2013; FERREIRA, 2014; MACÊDO, 2015; MOREIRA, 2019; CORDEIRO, 2021).

Resultantes dos longos processos de resistências e reivindicações por direitos dos movimentos sociais, especialmente, dos movimentos negros, há conquistas importantes nas políticas públicas para a educação das relações étnico-raciais e quilombola. Entre elas: a Lei Federal n. 10.639/03, que versa sobre obrigatoriedade de ensino na educação básica sobre a história e cultura Africana e afro-brasileira; a aprovação do Parecer CNE/CEB 07/2010 que inclui a Educação Escolar Quilombola como modalidade da Educação básica; e em 2012 a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.



O Estado de Mato Grosso é considerado o pioneiro no debate e articulação de propostas de políticas públicas para a Educação Escolar Quilombola. Em 2007, o estado criou a Gerencia da Diversidade e organizou o I Encontro de Professores Quilombolas, em Poconé/MT; em 2008 criou o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-racial no Estado; na transformação do Plano Estadual de Educação (2006) na Lei n. 8.806/08 a educação quilombola é citada; Nas Orientações Curriculares para a Educação Básica de 2010 há um item de Educação Escolar Quilombola inserido no capítulo das “modalidades/especificidades atendendo às diversidades” (OLIVEIRA, 2013).

Há um retrocesso na legislação educacional regional em 2015, pois quando estabelece as normas para a Educação Básica na Normativa nº 002/2015/CEE-MT não reconhece a Educação Escolar Quilombola como modalidade de ensino e sim como especificidade. O não reconhecimento dessa modalidade significa também uma forma de negar os saberes e especificidades históricas, socioculturais e políticas das diferentes comunidades quilombolas. É um caminho oposto às reivindicações históricas dos movimentos sociais, em especial, o quilombola (CARVALHO, 2016). Visto que a Educação Escolar Quilombola deve:

- a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional.
- b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local.
- c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo.
- d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados.
- e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas.
- f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização
- g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica (BRASIL, 2011, p. 9).

Após as pressões dos movimentos sociais, nas DRC/MT de 2018, a Educação Escolar Quilombola aparece novamente como uma modalidade de ensino, a partir das DCNs para a Educação Escolar Quilombola que define como tal “I) escolas situadas em territórios quilombolas e, II) escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas” (MATO GROSSO, 2018, p. 89). O documento pontua que essa modalidade se inscreve



em um pressuposto que transcende os objetivos formais da educação escolar tradicionalmente conhecida, mas abarca a finalidade de reescrever e afirmar as tradições ou traduções culturais dos quilombos; recuperar suas histórias suprimidas e reprimidas; reunir estilhaços de suas identidades; reinscrever sua comunidade e libertar as pessoas das amarras calcificantes dos estereótipos e de todos os negativismos impostos, resgatando sua autoestima e autoconfiança [...] tem por objetivo ofertar uma educação que respeite a cultura, a história, a memória, o território, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas (MATO GROSSO, 2018, p. 89-90).

Sabemos que a história não é linear e progressiva, por isso a necessidade do estudo das realidades dos processos de ensino com atenção a sua historicidade nas complexas relações de força e poder em que estão inseridas (FOUCAULT, 1979; 2016). No que se refere à Educação Escolar Quilombola, “a luta em favor do reconhecimento dessa Modalidade Específica e Diferenciada de ensino se confronta com outros interesses governamentais paralelos, voltados para uma educação universalista e mercantilizada” (FERREIRA, 2015, p. 34).

Com suas especificidades, os quilombos contemporâneos do município de Poconé/MT estão inseridos no cenário descrito anteriormente (MOREIRA, 2019). Vale ressaltar que das 79 comunidades quilombolas de Mato Grosso, o município possui em seu território 29, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Um município cuja população é majoritariamente formada por afrodescendentes. Assim como o próprio Estado do Mato Grosso, é um território multiétnico e multicultural. Ao todo são cerca de 83 comunidades, entre elas, povos que se reconhecem como quilombolas, comunidades tradicionais, assentamentos, ribeirinhos e pantaneiros. Segundo Martine (2019, p. 53),

Diversas comunidades datam destes longínquos tempos da exploração do ouro, [...] como é o exemplo do quilombo Laranjal, outras surgidas após a Guerra do Paraguai (1870), [...] e outras relativamente recentes [...]. Elas carregam tradições, costumes, normas, concepções oriundas de uma cultura tradicional de seus antepassados [...] a cultura destas comunidades foram se fortalecendo em traços e práticas singulares da região.

De acordo com o IBGE (2010-2019) a porcentagem de pessoas negras no Mato Grosso é de aproximadamente 60%. Por sua vez, no município de Poconé/MT representam cerca de 81% da população. No Brasil os números caem para 56% por cento. Esses dados evidenciam a presença expressiva e majoritária da população negra²³¹ e/ou quilombola na cidade estudada. É também,

²³¹ Para isso foram agregadas as categorias de pertencimento de cor/raça preta e parda. A categoria negra como unificante se refere ao exposto por autores como Munanga (1999). No Brasil foram criados diversos mecanismos para diminuir a solidariedade e união daqueles que sofrem as consequências diretas do racismo. Esses mecanismos se referem às possibilidades dos negros, em especial os de pele clara, afastarem-se de sua negritude, tais como a criação do termo pardo. Entretanto, estudos evidenciam como pretos e pardos estão submetidos as consequências do racismo estrutural.



segundo o IBGE o segundo município do Estado com maior incidência da pobreza²³², atrás de Peixoto de Azevedo.

No que se refere à educação escolar, apenas cinco comunidades quilombolas da cidade possuem escolas: a do Chumbo, a de São Benedito, escolhidas como lócus de pesquisa, a do Laranjal, a do Pantanalzinho e a do Rodeio. Nessas três ultimas, as escolas ofertam até o 5º ano do ensino fundamental em salas multiseriadas. Portanto, as escolas escolhidas como lócus de pesquisa atendem estudantes de outras comunidades próximas, pois são as únicas que atendem até o 9º do ensino fundamental. Ainda assim, para concluir seus estudos, os estudantes precisam se deslocar, com muitas dificuldades, para a zona urbana ou para a Escola do Campo localizada no distrito de Cangas (MOREIRA, 2019). Há também salas anexas da Escola do Campo de Cangas em algumas comunidades quilombolas, mas sua oferta e existência são sempre incertas e destinadas a Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Apesar das importantes políticas públicas do Estado Brasileiro, especialmente na primeira década desse século voltadas para diminuição das desigualdades, estas ainda se fazem marcantes. Considerando a totalidade da história do Brasil e o passado colonial, pouco foi feito no sentido de alterar as estruturas sociais. Após o fim da escravidão não houve políticas de reparação que garantissem uma vida e futuro digno para aqueles que foram libertos. Os ex-escravizados e seus descendentes não apenas foram jogados a própria sorte, como enfrentaram diversas relações estruturais e mecanismos de segregação, dominação, controle e exploração que tem garantido até hoje a perpetuação das desigualdades raciais e, portanto, a permanência da grande maioria dos não-brancos brasileiros um lugar subalternizado na hierarquia social (ALMEIDA, 2018, HASENBALG. 2005). Um exemplo da permanência e atualização das estruturas de subalternização no presente são as dificuldades no acesso a educação, bem como a outros direitos básicos vivenciados pelas comunidades quilombolas de Poconé²³³, bem como do país.

Acreditamos que em razão do racismo estrutural a sociedade é organizada de maneira excludente para com os negros, e no caso específico dessa pesquisa, com os povos quilombolas (ALMEIDA, 2018). Dessa maneira, a escola, como um espaço social, é permeada pelas relações de saber e poder desiguais, e pode reproduzir práticas e visões de mundo limitadas a respeito dos diferentes povos e culturas que constituem o país. Mas, é preciso lembrar que nas complexas relações de força e poder há espaço para a ruptura (FOUCAULT, 1988). A escola é um território em disputa, e assim, um espaço potente, onde diferentes sujeitos e saberes se fazem presentes de forma que

²³² Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/pocone/panorama>. Acesso em: 15/06/2022.

²³³ Aspectos evidenciados em muitas pesquisas, cf.: Duarte (2016), Campos (2017), Costa (2017), Pereira (2017), Bertencello (2018) e Moreira (2019).



pode inspirar processos educativos contra hegemônicos para demais modalidades de ensino (SOUZA, 2016; ARROYO, 2018). No que diz respeito aos quilombos e a educação, a cultura quilombola é

potencializadora de elaboração e criação de conteúdos educacionais escolares, fornecedora de referenciais para a compreensão da realidade e dos significados de vida das experiências da comunidade [...], por isso, o ensinar e o aprender no quilombo devem selecionar conhecimentos acerca da ancestralidade, da oralidade e da memória, fortalecendo os processos educativos oriundos do seu povo (LARCHERT; OLIVEIRA, 2013, p. 8-9).

A despeito das diferentes conquistas em âmbito nacional e local no que se refere ao ensino das relações étnico-raciais e à Educação Escolar Quilombola nas últimas décadas, diferentes estudos evidenciam que ainda há um longo caminho para complexificação das práticas, narrativas e representações sobre as culturas e identidades afro-brasileiras nas escolas brasileiras, inclusive, nas localizadas em territórios quilombolas. Esse cenário pode ser percebido através da formação inicial e continuada dos professores, da organização escolar, do currículo, dos projetos, dos materiais didáticos, dos planos de ação e atividades escolares e da distância entre o que propõe as diferentes políticas públicas e as realidades locais (LARCHERT; OLIVEIRA, 2013; FERREIRA, 2014; MACÊDO, 2015; MOREIRA, 2019; CORDEIRO, 2021).

Apesar das dificuldades em romper com práticas e saberes hegemônicos que organizam a sociedade e as instituições sociais, acreditamos que é importante a ação docente estar fortemente preocupada em romper práticas e concepções limitadas sobre diferentes povos e culturas, bem como a forma como os diferentes sujeitos e saberes dialogam. Os ambientes formativos, como a escola, são ambientes de conflitos e permanências, é preciso analisá-los. Essa pesquisa pode contribuir para análises que ajudem a compreender a realidade do ambiente escolar, em especial, sobre os processos educativos em escolas quilombolas.

Há um pensamento de longa tradição no ocidente acentuado a partir da colonização que retrata os povos indígenas, africanos e afrodescendentes em diferentes narrativas – inclusive a historiográfica – de forma pejorativa, inferior (OLIVA, 2003). A presença nesse pensamento não ocorreu a partir de um reconhecimento do outro e suas especificidades históricas e culturais. Um exemplo são as teorias raciais que serviram de justificativa para a exploração desses povos e seus territórios. Nelas são retratados como atrasados, preguiçosos, povos sem história, entraves à colonização e ao desenvolvimento (FANON, 1968). Essas abordagens estiveram e estão presentes até hoje em diferentes medidas nos manuais didáticos, nos currículos escolares e na memória coletiva. São representações que retiram dos indígenas, dos africanos e dos afrodescendentes sua condição de *ser humano* e suas múltiplas identidades. Portanto, representam desafios e possibilidades no ensino de



história e no próprio ambiente escolar, no que diz respeito à necessidade de construção de novas leituras, abordagens e visões de mundo.

A partir da década de 1990 há uma mudança nas perspectivas na educação básica, como, por exemplo, a partir da ideia de diversidade e pluralidade. No interior dessa transformação é lançada a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais). Ambos versam sobre a necessidade do ensino, em especial o de História, proporcionar o conhecimento dos diferentes povos e culturas presentes na formação do povo brasileiro, evidenciando sua complexa diversidade e especificidade. Após essas políticas públicas (conquista das pressões dos movimentos sociais) de garantia da igualdade, há uma crescente produção de material didático que tratam dos “outros” sujeitos tradicionalmente silenciados nas narrativas hegemônicas. Houve ainda a criação da Lei Federal n. 10.639/03 que coloca como obrigatória na educação básica a temática afro-brasileira e africana desde uma perspectiva do ensino das relações étnico-raciais.

O processo de educar para as relações entre as pessoas de diferentes grupos étnico-raciais tem início com mudanças no modo de se dirigirem umas as outras, a fim de que desde logo se rompa com o sentimento de inferioridade e de superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades sociais e raciais. A educação para as relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos [...] empenhados em promover em condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos os direitos de ser, viver, pensar próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive a participação nos espaços públicos. Isto é, em que se formem homens e mulheres comprometidos com e na discussão de questões de interesse geral, sendo capazes de reconhecer e valorizar visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que tem formado a nação bem como negociar prioridades, coordenando diferentes interesses, propostas, desejos, além de propor políticas que contemple efetivamente a todos (SILVA, 2007, p. 490).

Mesmo após esses diferentes avanços nas políticas públicas para a educação básica, muitas pesquisas evidenciam que na educação básica, e no ensino superior – como espaços que se retroalimentam –, os espaços escolares ainda demonstram poucos avanços na produção de análises e diálogos complexos no que se refere às culturas e identidades afro-brasileiras. Ainda é marcante a presença do preconceito, discriminação, estereótipos e silenciamentos sobre a história e a cultura afro-brasileira. Desse modo, consideramos de suma importância investigações sobre como tem sido a (des)construção dos saberes e práticas nos espaços escolares, sobre a permanência de representações eurocêntricas, sobre o diálogo entre os saberes e sujeitos que se fazem presentes, bem como o que tem sido feito para o combate ao racismo, o preconceito e as diversas formas de subalternização dos afro-brasileiros. Questionamentos caros aos movimentos sociais, em especial, ao movimento quilombola.



Podemos citar como questões importantes nesse projeto: Quais saberes, experiências e concepções foram apreendidas e produzidas pelos profissionais ao longo de sua carreira docente nas escolas em questão? Quem são esses professores? O que pensam, fazem e enfrentam em relação à questão étnico-racial em seu ambiente escolar? O que mudou na organização da escola após legislações específicas para o ensino das relações étnico-raciais e para a Educação Escolar Quilombola? Como os saberes e práticas das comunidades quilombolas são inseridos no ambiente escolar?

A sensibilidade e interesse no estudo dessa temática aumentou com minha atuação como docente em Poconé, uma cidade formada majoritariamente por negros. Em um país que passou por processos coloniais como o Brasil, é impossível não nos defrontarmos com o racismo e as desigualdades cotidianamente. Na escola não é diferente, e essas inquietações se tornam cotidianas, assim como o desejo de transformação social, na medida em que é perceptível a permanência de práticas coloniais nos espaços escolares. A luta contra a desigualdade racial deve ser uma luta coletiva e fundamental para a docência e a pesquisa.

Os quilombos contemporâneos de Poconé têm sido objetos de importantes estudos²³⁴, inclusive, sobre a educação escolar. Porém, ainda são escassas as pesquisas que se debruçaram especificamente sobre a problemática do presente projeto. Sendo assim, ressaltamos a relevância prática, intelectual, política e social dessa pesquisa devido à importância da história, cultura africana e afro-brasileira e do ensino das relações étnico-raciais, principalmente a partir das legislações específicas para a Educação Escolar Quilombola e ao ensino das relações étnico-raciais no país.

A relevância do presente projeto se justifica ainda por se tratar de uma pesquisa sobre Educação Escolar Quilombola em um Estado multiétnico e multicultural, como o Estado do Mato Grosso. E, em especial, em um município com uma quantidade expressiva de quilombos e cuja população é composta majoritariamente por afrodescendentes. Refletir sobre os processos de ensino nesses espaços educativos significa pensar sobre os desafios colocados para a educação no combate as desigualdades raciais nesse espaço, bem como sobre as demandas políticas e sociais ainda necessárias. Por isso pensar questões como a práticas e saberes dos docentes, o diálogo entre os sujeitos escolares e seus saberes, as transformações ou permanências nos conteúdos, nos PPP's, nas atividades escolares e nas ações pedagógicas.

A legislação referente à Educação Escolar Quilombola e as que a precedem, apontam para o que já tem sido proposto pelos(as) autores(as) dos chamados estudos pós-coloniais, subalternos e

²³⁴Cf.: Duarte (2016), Santos (2016), Campos (2017), Costa (2017), Pereira (2017), Bertoncello (2018), Martine (2019) e Moreira (2019).



decoloniais: a urgência do trabalho para restituir a humanidade da população afro-brasileira, que foi (e de certa forma ainda é) colonizado pela hegemonia branca (FANON, 2008). As leis expuseram a necessidade de mudanças teóricas e políticas tanto nos cursos de formação inicial, quanto nos cursos de formação continuada, assim como nos currículos, nos conteúdos, nas práticas e nos saberes escolares, seja no ensino superior ou na educação básica pública e privada do país, não apenas nas escolas em territórios quilombolas.

Decolonizar os saberes se trata também de restituir a humanidade dos povos afrodescendentes e indígenas sem produzir uma unicidade no conceito de humano. A noção moderna (ocidental) definiu o homem de forma normativa (razão, transparência e afastamento do mundo). É preciso trazer elementos do humano que são considerados imperfeitos pelo discurso do humano universal moderno. A retomada da ancestralidade e saberes africanos e afro-brasileiros são parte importante desse trabalho. É urgente reconhecer o sujeito como ancorado no mundo, e por isso, passível de crítica, ao contrário da ideia de sujeito de essência transcendental de razão pura que desconsidera os lugares de produção dos discursos. Todo sujeito existe a partir de certas condições de possibilidade e experiências que o constituem e, conseqüentemente, interferem na forma como esse pensa, enxerga o mundo, dentre outras coisas (DJAMILA, 2017; SPIVAK, 2010; FOUCAULT, 2016; BUTLER, 2015).

Para a crítica efetiva da tradição ocidental eurocêntrica (branca, masculina, cristã e heteronormativa) é muito importante que outros saberes e visões de mundo constituam o ambiente escolar. E para isso, é fundamental, que saibamos como esses saberes têm sido trabalhados/mobilizados e se estão sendo. O que passa por discutir as violências, os valores, as crenças, os estereótipos, os discursos na construção e ensino dos saberes no ambiente escolar. E então pensar qual ética queremos que oriente nossos trabalhos e nossa ação no mundo. Em suma, o que fazemos e o que queremos fazer em relação ao outro.

Consideramos indispensável nessa tarefa escutar e registrar as vozes dos professores, refletir sobre os saberes e práticas pedagógicas mobilizados no trabalho dos professores. Poderemos perceber o tratamento e a relevância atribuída à história e à cultura dos afro-brasileiros nos diferentes processos formativos dos sujeitos envolvidos, temáticas historicamente silenciadas pelas diferentes instituições de ensino no país. Poderemos compreender questões como os métodos, os recursos pedagógicos, os modos de pensar e fazer, as potências, os desafios, os problemas e alternativas realizadas pelos docentes nas escolas em territórios quilombolas estudadas. Refere-se assim a luta para que haja uma abertura para novas epistemologias, novas formas de ser e ver o mundo e para um reconhecimento de

sujeitos que historicamente não têm sido reconhecidos. Passos fundamentais na garantia do direito a educação dos grupos subalternizados no país.

Em suma, acreditamos que essa proposta de pesquisa poderá contribuir para políticas públicas em educação voltadas para a diversidade étnico-racial, seja diretamente na educação básica através de recursos didáticos, diretrizes educacionais ou nos cursos de formação inicial e continuada de professores, em especial nas escolas do município de Poconé/MT. Na luta por uma democracia radical (SANTOS, 2016), consideramos que

A história, como formadora de subjetividades, é um saber e uma prática inseparável de discussões éticas e políticas. O ensino e a escrita da história implicam sempre a tomada de posição política e a defesa de valores, mesmo quando não se está atendo para esses aspectos. A história [...] parece ter hoje a função social de nos ensinar a conviver com a diversidade, a respeitar a alteridade e a diferença, que é a condição exata do mundo em que vivemos. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012, p. 33).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval M. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: **Qual o valor da história hoje**. (orgs) GONÇALVES, Mária de A... [et al.], Rio de Janeiro. Editora FGV, 2012.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, Outras pedagogias**. 2º Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2014.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Trad. Rogério Bettoni. 1ºed. Belo Horizonte. Autentica Editora, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE). **Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação escolar quilombola**. Brasília, DF: CNE, 2011.

BERTONCELLO, Jucieli. **Conflitos socioambientais e mudanças climáticas sob o olhar das juventudes camponesas de Poconé-Mato Grosso**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2018.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

CAMPOS, Jocimar Jesus de. **As narrativas míticas da comunidade quilombola de Morrinhos/Poconé/MT e os fazeres escolares**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2017.

CORDEIRO, Albert Alan de Sousa Cordeiro. **“Por que você ainda fica falando sobre isso?”: Um estudo decolonial da relação entre educação escolar e cultura popular na Amazônia brasileira**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

CARVALHO, Francisca Edilza B. de A. **Educação Escolar Quilombola na Comunidade de Baixo** – Barra do Bugres/MT: avanços e desafios. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2016.

COSTA, Benedita Rosa da. **Comunidade Quilombola Tanque do Padre: Memórias, Narrativas e Vivências**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2017.

DUARTE, Gisele Soares Dias. **Os saberes tradicionais da comunidade São Benedito, Poconé, Mato Grosso**: Revelando múltiplos olhares. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Engenharia Florestal, Programa de Pós-Graduação em Ciências Florestais e Ambientais, Cuiabá, 2016.

DJAMILA, Ribeiro. **O que é lugar de fala?** Ed. Letramento. 2017.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Bahia: Ed. EDUFBA, 1º ed., 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 1º ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13º ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **As Palavras e As Coisas**. São Paulo, Martins Fontes, 10ª ed., 2016.

FERREIRA, Augusta Eulália. **Educação Escolar Quilombola: Uma perspectiva Identitária a partir da Escola Estadual Maria de Arruda Muller**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2015.

FERREIRA, Antônio. **O Currículo em Escolas Quilombolas do Paraná**: a possibilidade de um modo de ser, ver e dialogar com o mundo. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2014.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2º ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

LARCHERT, Jeanes Martins; OLIVEIRA, Maria W. de. Panorama da educação quilombola no Brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 44-60, 2013.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Documento de Referência Curricular para o Mato Grosso** – Concepções para a Educação Básica. 2018. Disponível em: <https://sites.google.com/view/bnccmt/educa%C3%A7%C3%A3o-infantil-e-ensino-fundamental/documento-de-refer%C3%Aancia-curricular-para-mato-grosso>. Acessado em: 10/06/2022.

MARTINE, Rafael. **As alterações ambientais e culturais em comunidades do Cerrado do Pantanal, Poconé, Mato Grosso**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2019.

MEIHY, José Carlos S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. **Educação em Comunidades Quilombolas do Território de Identidade do Velho Chico BA**: Indagações acerca do diálogo entre as escolas e as comunidades locais. Tese (Doutorado). Universidade do Estado da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2015.

MOREIRA, Nivalci Leite de Magalhães. **"Nós aqui é o espaço dos sem vez"** - Quilombolas e educação em Poconé/MT. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidades nacionais versus identidade negra. Petrópolis, RJ. Vozes, 1999.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos afro-asiáticos**. Ano 25, n. 3. 2003. p. 421-461.

OLIVEIRA, Suely Noronha de. **Diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola**: o caso da Bahia e o contexto nacional. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2013.

PEREIRA, Luciano da Silva. **Trajetória de vida, estratégias de resistência e protagonismo de professoras quilombolas da comunidade de Chumbo/Poconé/MT**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Zizele Ferreira. **Situações Juvenis: Juventudes e Políticas Públicas no Quilombo Morrinho em Poconé/MT**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG. 2010.

SILVA, Petronilha Beatriz G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez., 2007.

SOUZA, Marinaldo Fernando de. **Além da Escola**: reflexões teórico-metodológicas com base na análise de práticas educativas alternativas descobertas em áreas rurais da região de São Carlos S.P. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica/Pedagogia decolonial: In: **Memórias del Seminario Internacional "Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad"**, Bogotá: Universidade Pedagógica Nacional 17-19, abril, 2007.

ENSINO DE HISTÓRIA E SEXUALIDADE: ANÁLISE DE NORMATIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E DE PROJETOS ORIUNDOS DE SETORES CONSERVADORES DA SOCIEDADE CIVIL 1996 – 2017

Geovana Carla Santana Arantes²³⁵

RESUMO

O presente trabalho é uma proposta de projeto de mestrado, que perspectiva, realizar um estudo sobre aspectos do processo de formação, por meio, de análises da forma como o Ensino de História está presente em diferentes documentos escolares como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular; a Cartilha Escola sem Homofobia e o projeto Escola sem Partido. Busca-se analisar a perspectiva de formação apresentada, bem como a percepção do ensino de História em cada um deles. O recorte temporal da pesquisa é 1996 – 2017, tendo como sujeitos os alunos/as/es do ensino Fundamental II. O objetivo da pesquisa é compreender a natureza dos sentidos de orientação histórica, as formas de alinhamento de sentidos históricos, e consequente compreensão de futuro que os diversos materiais trazem e disponibilizam para a formação da sociedade brasileira. Dessa forma, se espera compreender a dinâmica do ambiente escolar e como os/as discentes e os rumos da sociedade são percebidos, tendo a escola como componente social, que contribui diretamente na vivência e perspectiva de vida dos/as estudantes.

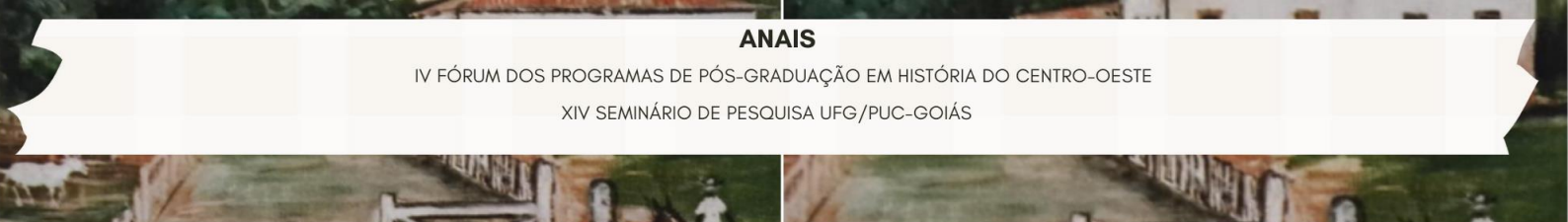
Palavras-Chave: Ensino de História, Formação, Orientação Histórica, Cidadania.

ABSTRACT

The present work is a proposal for a master's project, which intends to carry out a study on aspects of the formation process, through analyzes of the way in which the Teaching of History is present in different school documents such as the National Curricular Parameters and the National Curricular Common Base; the School without Homophobia booklet and the School without Party project. It seeks to analyze the training perspective presented, as well as the perception of History teaching in each of them. The time frame of the research is 1996 - 2017, having as subjects the students of Elementary School II. The objective of the research is to understand the nature of the historical orientation senses, the ways of aligning historical senses, and the consequent understanding of the future that the different materials bring and make available for the formation of Brazilian society. In this way, it is expected to understand the dynamics of the school environment and how the students and the directions of society are perceived, having the school as a social component, which directly contributes to the students' experience and life perspective.

Keywords: History teaching, Formation, Historical orientation, Citizenship.

²³⁵ Graduada em Licenciatura em História – UFG. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação e Mestrado Profissional em História-UFCAT. Email: gekarla98@gmail.com



INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca compreender as mudanças que ocorreram acerca das interpretações sobre a temática – sexualidade – nos documentos escolares, para que seja possível compreender esses processos e mudanças, serão desenvolvidas análises sobre as normatizações governamentais e projetos que remetem se a educação brasileira, que serão utilizadas como fontes para se somar as perspectivas de desdobramento que se propõe a escrita.

Inicialmente têm-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) – Temas Transversais - como ponto de partida, visto que, nas demandas apresentadas pelo documento encontra-se no volume dez a temática - pluralidade cultural e orientação sexual -. Posteriormente, no ano de 2004, surge a cartilha - Escola sem Homofobia - e o projeto de lei - Escola sem Partido -, os quais serão melhor tratados no decorrer da pesquisa. Em 2017 tem-se a consolidação do primeiro documento governamental nacional intitulado - Base Nacional Comum Curricular – que se torna vigente a partir do ano de 2018.

As normatizações governamentais e projetos originários de setores que compõe a sociedade civil mencionados acima, serão as fonte utilizadas, a fim de, nortear as discussões que serão propostas para melhor entendimento sobre a importância do ensino de História e como o mesmo pode proporcionar aos alunos, alunas e alunes ferramentas que permitam se reconhecerem enquanto sujeitos históricos capazes de intervir e realizar escolhas, por meio, da consciência histórica desenvolvida.

Ao trabalhar a consciência histórica e formação dos/as jovens e adolescentes, Rüsen contribuirá por meio de sua escrita, pois, aponta aspectos fundamentais para compreensão, sustentação e desenvolvimento do conceito de consciência histórica, prientação histórica e formação serão abordados ao longo da pesquisa. Rüsen (2007, 95 p.), destaca que, “Formação” significa o conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprio, que articula o máximo de orientação do agir com o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim, o máximo de auto-realização ou de esforço identitário.

O ambiente escolar aqui entendido enquanto um espaço de formação de cidadãos e cidadãs, têm o papel de propiciar discussões que, por conseguinte, leve os alunos, alunas e alunes a refletirem e compreenderem o social o qual integram e a si mesmos, perspectivando o ensino, por meio do que Rüsen caracteriza como formação. Acredita-se que ao se descobrirem enquanto sujeitos históricos, outras demandas de compreensão de si mesmos surgem, sendo uma delas, as discussões acerca da temática – sexualidade -.



Considera-se de extrema importância a compreensão de si em sua totalidade e pluralidade, para que a partir de tal entendimento se sintam de alguma forma seguros/as/es e integrados/as/es no ambiente escolar. Por meio das normatizações governamentais e projetos apresentados, pretende-se analisar, como a educação está sendo pensada e disposta em tais documentos, apresentando assim, os aspectos os que integram e fundamentam.

Esta proposta de investigação se destina a pesquisa bibliográfica e documental, por meio de fontes primárias, deliberadas para o entendimento das normatizações governamentais e de projetos oriundos de setores da sociedade civil que compreende o espaço temporal de 1996 – 2017. A pesquisa pretende compreender, de que maneira os documentos se estruturam e disponibilizam ferramentas e critérios para serem implementados no sistema educacional, sendo assim, a busca por compreender como é pensado o meio escolar e no que se fundamentam se faz presente.

Pretende-se realizar uma discussão bibliográfica que propicie reflexões e inquietações sobre as normatizações governamentais e projetos dispostos, realizando por conseguinte, um estudo sobre aspectos disponibilizados nos documentos, bem como suas análises, considerações e interpretações sobre a temática – sexualidade - na escola. Ou seja, por meio de análises da forma como a História está presente nas normatizações governamentais e projetos, como Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular, a Cartilha Escola sem Homofobia e o projeto Escola sem Partido.

A proposta é apresentar tais normativas e projetos governamentais e a partir disso elaborar e discutir sobre a necessidade de debates sobre a temática – sexualidade -, bem como, a percepção do ensino de História presente em cada um deles. Essa disposição de pesquisa propõe, dentre outros o debate que levará os/as discentes a uma desconstrução, construção e inquietação que pode agregar uma convivência saudável entre os diferentes modos de pensar e se reconhecer, além de que, discussões como essas podem gerar conquistas e espaços para os membros da comunidade LGBTQIAP+.

Por meio das discussões realizadas, será possível a construção da proposta final da pesquisa. O objetivo final da pesquisa é construir um material de apoio pedagógico que possa ser disponibilizado para comunidade, a fim de que, possa servir de instrumento para os professores e professoras que o compreenderem como um material relevante. Espera-se que as análises realizadas no decorrer da pesquisa permitam a construção do material que auxilie e norteie discussões sobre a temática – sexualidade – no ensino fundamental II, em especial no nono ano.

JUSTIFICATIVA

O interesse pelo estudo das normatizações governamentais e projetos tidos como fonte foi concebido, por meio da pesquisa realizada para elaboração da monografia, do curso em Licenciatura em História, intitulada, “*DISPUTAS DE PODER E FORMAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: a tentativa da imposição da sexualidade heteronormativa, a consciência histórica e cidadania plena*”. A monografia trabalha conceitos, perspectivas e discussões sobre as perspectivas que são propostas para formação dos/as estudantes, trazendo a questão da sexualidade, orientação sexual, etc, para compreender o movimento que se constroí e desconstrói nos documentos, assim sendo, minha busca enquanto pesquisadora ocupa um lugar de resistência e persistência em defender a liberdade e a autonomia de ser quem se é nos espaços escolares.

O objetivo da pesquisa deu-se por meio da análise das propostas contidas nas normatizações governamentais e projetos: Parâmetro Curricular Nacional e a Base Nacional Comum Curricular, em especial, no que diz respeito à temática da sexualidade e ensino de História; interpretar as diferenças de pensamentos elaborados nos seguintes documentos: cartilha Escola sem Homofobia de 2004 e o documento Escola sem Partido do mesmo ano.

Considera-se que no interior da proposta analítica, visa-se perseguir os principais elementos que designam um determinado percurso, uma combinação de orientação social, e mesmo temporal, que busca captar a historicidade dos documentos utilizados como fonte histórica e as suas diferentes proposições, discussões e mesmo as modificações que ocorreram ao longo do tempo, bem como suas análises, considerações e interpretações sobre a temática – sexualidade e orientação sexual - nas escolas.

Os diferentes materiais escolares, por certo possuem matizes e lógicas de encaminhamentos de suas compreensões de sociedade, mas a questão da ordenação da sexualidade das próximas gerações pode passar despercebida, em meio aos conteúdos e escolhas políticas históricas. Para tanto, o produto final da pesquisa visa de alguma forma contribuir para que o número de materiais que se destinam a trabalhar com a temática sexualidade possa se expandir, auxiliando de alguma forma os leitores e leitoras a terem ferramentas que possam ser agregadas nos ambientes escolares.

Pretende-se dividir o material de apoio pedagógico em eixos temáticos que tragam para o debate não só discussões já realizadas, mas, propostas de roda de conversas e trabalhos que possam ser realizados no coletivo escolar, possibilitando maior afinidade, conhecimento e afeto entre os/as discentes e os docentes. Levantando perspectivas de vivências, de reconhecimento, descoberta, aceitação e apoio que perpassam esses corpos e corpas, tido como anormais/marginalizados por setores conservadores e normativos.



Perspectiva-se que o projeto possa contribuir e construir, discussões, colocações, percepções e construção de saberes sobre práticas que possam somar de modo positivo na educação dos/as jovens e adolescentes, somando assim, saberes e didáticas a serem trabalhadas.

OBJETIVOS

Analisar a disposição e estruturação das normatizações governamentais e projetos dispostos, bem como a disputa que perpassa tais documentos, a fim de, compreender a proposta realizada para perspectivar a formação dos alunos, alunes e alunas que integram as escolas públicas brasileiras. Compreender como a disciplina de História pode contribuir para o desenvolvimento da consciência histórica e orientação histórica na formação dos e das discentes como cidadãos e cidadãs.

Identificar aspectos e estruturações dos elementos que são propostos nos documentos compreendendo o que é relevante ou não a partir de uma análise crítica. Estima-se que o conjunto de aspectos positivos e negativos encontrados nos documentos, possam ser somados, a fim de, perspectivar um material que propicie em sua estruturação elementos que contribuam para o desenvolvimento da consciência histórica por parte dos/as estudantes.

Esquematizar didáticas que possam ser aplicadas de maneira que os alunos, alunes e alunas possam desenvolver a consciência histórica, trazendo suas vivências e experiências para o debate. Além disso, o material busca contribuir para construção de um ambiente escolar que compreenda a individualidade dos alunos, alunes e alunas, a fim de, serem integrados, acolhidos e obterem o conhecimento de si mesmos de forma integral, possibilitando assim sua existência, resistência e permanência no ambiente escolar.

PROBLEMÁTICA

Para o desenvolvimento da pesquisa, foram realizadas leituras das fontes que serão utilizadas para sua estruturação. O primeiro deles foi os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN 's -. A partir do material, foi possível identificar sua estrutura, fundamentos, posicionamentos, perspectivas de ensino e propostas. Identificando em sua estrutura a preocupação existente em relação às dificuldades que permeiam o ensino público brasileiro, que, interferem de forma direta ou indiretamente na implantação de um sistema de ensino de acordo com a demanda de cada localidade. No volume dez que foi aprovado em 1996, o documento traz o debate sobre pluralidade e orientação sexual, temática que será melhor desenvolvida no decorrer da pesquisa.



Em seguida, foi realizada uma análise do projeto de lei – Escola sem Partido -, material que possibilitou elencar aspectos que perspectivam nos/as jovens e adolescentes ideários neoliberais, além, da retirada da autonomia do docente perante os alunos, alunes e alunas. O projeto visa juntamente com a família implementar decretos que colocam o professor/a como inimigo dos pais e posteriormente dos seus filhos, filhas e filhas. Destinando o ambiente escolar a desenvolver os conteúdos de modo simplista, assimilacionista e tradicional.

No decorrer da leitura do - ESP - se percebe que o projeto impõe para o docente regras e limites de conteúdos e problematizações, a fim de que, os/as discentes não sejam críticos e conscientes. Seus precursores e defensores acreditam que, “É evidente que nenhum cidadão minimamente consciente jamais aceitará tal manipulação da infância, nem tampouco a implosão de toda a legislação pelo calculado esvaziamento dos conceitos jurídicos de homem e mulher.” (SCALA, 2019, 10 p.)

(SCALA, 2019) é um advogado e foi um dos contribuintes para a construção do Escola Sem Partido - projeto de lei -. O autor será trazido no decorrer do debate, a fim de, contribuir para a compreensão da sustentação do discurso conservador, religioso e contraditório. O modo como é intitulado a “Ideologia de Gênero” e suas perspectivas sobre a temática, cruza com o debate aqui proposto.

Por isso, ao implantar a ideologia de gênero para combater o preconceito seria como usar uma bomba atômica para matar uma formiga! Esta é a primeira consequência social, mas não é a única. Observando os intentos de se inserir tais perspectivas como diretrizes da educação, percebemos que não se quer apenas combater a repetidamente alegada discriminação, quer-se fabricar um novo tipo de indivíduo [...]. (SCALA apud SILVA, 2014, 9 p.)

No mesmo ano - 2004 - que surge o projeto mencionado acima, sucede a cartilha – Escola sem Homofobia -, que, traz ideias que contrapõe o projeto de lei. A cartilha Escola sem Homofobia, foi um projeto desenvolvido no intuito de ser levado e distribuído para todas as escolas públicas brasileiras, a fim de que, os/as docentes pudessem juntamente com os/as discentes estabelecer discussões sobre a temática – sexualidade -. Ao fazer análise da cartilha, percebeu-se o cuidado e critério com que foi escrita, cada atividade comporta uma faixa etária, além do que, o material permite que os/as discentes compartilhem suas inquietações e sentimentos, para compreenderem e acolherem quem são, como sentem e se entendem.

Outra fonte utilizada, foi a Base Nacional Comum Curricular do ano de 2017/18, em sua estrutura percebe se a influência dos debates que perpassam os documentos mencionados anteriormente, visto que, cronologicamente ela é a mais recente. Acredita-se que a BNCC se aproxima da discussão proposta no projeto de lei, Escola sem Partido, visto que, o ensino proposto pela mesma



não compreende a pluralidade dos ambientes escolares, além de, se apresentar enquanto uma base – designação utilizada para se referir à um conjunto de elementos que são tidos como essenciais para serem desenvolvidos e implementados, no ambiente escolar -, e ser organizada de uma maneira conteudista e mecanicista.

O ensino de História é pensado enquanto uma ferramenta que auxilie os alunos, alunes e alunas a desenvolverem consciência histórica, a fim de que, consigam se reconhecer enquanto sujeitos históricos, que atuam diretamente na transformação do meio, além de, propiciar autonomia aos/as discentes, gerando sentimento de pertencimento e conhecimento sobre si, compreendendo o social que pertencem de modo significativo, [...] sem a sexualidade não haveria curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender, tampouco para contribuir para transformar a educação num processo mais prazeroso, mais efetivo e intenso (SANTANA; LARCHET,. apud LOURO, 2021, 10 p.)

A proposta deste trabalho é analisar as normatizações governamentais e projetos tidos como fundamentais para estruturação do ensino brasileiro. O ensino de História aqui é entendido enquanto uma possibilidade para desenvolver juntamente com as escolas públicas uma participação ativa na vida dos/as discentes, de modo significativo, visto que, a escola integra o meio social. Pressupõe que o ambiente escolar seja um local de construção de sentimentos e conhecimentos, que ultrapassa o campo conteudista que compõe parcela das escolas tradicionais.

Pensando esse modelo de currículo tradicional, é possível destacar que não se percebe nas discussões curriculares a interseccionalidade, as discussões de diversidade sexual, os conceitos de juventudes e infâncias, e, cada vez mais, um afastamento da escola do mundo real no qual o aluno está inserido. (SANTANA; LARCHET,. 2021, 4 p.)

Longe da suposta assepsia moral, as escolhas dos conteúdos, os ângulos escolhidos, a sequência de apresentação, a disposição temática, dentre outros elementos compreendem chaves de força e de importância de sentidos históricos a serem transmitidos. Nesta direção, a disposição da pesquisa e do processo de formação dos/as discentes, sugere, dentre outros, uma posição política, pois, [...] a escola interfere na construção da sexualidade de cada aluno, a proposta do trabalho de Orientação Sexual é que ela reflita sobre o seu papel, abordando o tema de forma consciente e profissional. (MEIRA; et al. 2006, 6 p.)

O processo de formação desses/as jovens e adolescentes que é desenvolvimento no ambiente escolar e a maneira como o corpo, a presença e a descoberta de ser no mundo, as potencialidades, as proibições, as explorações, dentre inúmeros outros fatores que cercam a sexualidade, encerram um desafio a ser melhor tratado, visto que, as escolas tem a possibilidade de trazer aspectos do social

para serem dialogados com os conteúdos propostos, integrando os/as educandos/as em seu meio, de maneira integral e acolhedor.

Por meio das análises já realizadas e leituras feitas, o caminho que a pesquisa tem percorrido objetiva perceber como está disposta e organizada as fontes e questioná-las, no que se refere a questões sobre sexualidade e ensino de História. Existem discussões que propiciem o desenvolvimento da orientação histórica? De que forma a orientação histórica pode contribuir para compreensão de si mesmos de forma integral? O ensino de História pode juntamente com a cartilha Escola sem Homofobia contribuir de forma positiva na vida dos alunos, alunes e alunas, visto que o mesmo, pode propiciar a construção de identidades? Como as escolas e os documentos escolares se escondem no “armário”, silenciando vozes e sentimentos da comunidade LGBTQIAP+?

REFERENCIAL TEÓRICO

Essa proposta de pesquisa tem como objeto documentos escolares brasileiros, busca-se a compreensão sobre suas perspectivas de formação dos alunos/es/as no ensino fundamental II, tendo como ponto de partida, as discussões realizadas pelas fontes. Busca-se no decorrer da pesquisa perseguir os principais elementos que integram um determinado percurso, uma combinação de orientação social e temporal, que busca captar a historicidade dos documentos utilizados como fonte histórica.

Um dos papéis fundantes do ofício do historiador no campo da escrita, está vinculado às interpretações do real, sendo assim, sua narrativa é pautada na busca por respostas tanto do passado quanto do presente vivido pelos indivíduos. O que será colocado em debate, é o conceito de ideologia tanto pelo aparelho do estado que monta currículos para as escolas, quanto pelo discurso de doutrinação ideológica proposto pelo documento Escola sem Partido, e pela cartilha Escola sem homofobia que irá conceituar o que é ideologia de gênero e orientação sexual.

Para que seja alcançado o objetivo proposto na pesquisa, será analisado inicialmente o documento Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais - que apresenta propostas, e demonstra de forma explicativa o que seria o tema – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual -, os quais estão dispostos no volume dez do documento, além de pontuar, como seria delimitado à partir de cada série, que pode ser somado a cartilha Escola sem Homofobia – 2004 -, para pensar os eixos temáticos que se pretende desenvolver no material de apoio pedagógico.

A proposta apresentada pelo documento busca compreender os alunos e alunas enquanto cidadãos que estão inseridos na sociedade tendo a escola como parte desse social. [...] Nesse sentido,

os Temas Transversais propõem uma educação mais comprometida com a cidadania do seu povo, reforçando o texto da Constituição Federal, principalmente nos artigos 1º e 2º. (CILIATO; SARTORI. 2015, 68 p.)

Ao realizar a leitura dos PCNs percebe-se que o documento propõe os – Temas Transversais –, a fim de, trazer discussões decorrentes no campo social que perpassa o cotidiano dos alunos/as/es, a fim de, se perceberem enquanto sujeitos históricos. Os temas que são inseridos nos Temas Transversais sugerem uma parceria entre os professores e professoras para trabalhar o tema, não deixando específico para uma determinada área.

A autora Mara Regina Jacomeli, faz uma discussão sobre as mudanças que o documento aborda, apresentando em sua escrita, como a temática sexualidade está registrada, realizando uma análise crítica sobre como é colocado e delimitado o tema. A autora afirma que, se faz necessário, “[...] Entender os mecanismos dos quais a classe dominante se utiliza, por exemplo, pela via da política educacional, de maneira a acionar os meios de recomposição da sua hegemonia, em tempos de profundas crises pelos quais passam a sociedade capitalista.” (JACOMELI, 2007, 96 p.)

A cartilha Escola sem Homofobia menciona que, “Quando empregamos aqui a expressão orientação sexual, estamos, portanto, referindo-nos à atração que um indivíduo sente por pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou de ambos os sexos.” (28 p.). Ou seja, orientação sexual não é algo ensinado, mas pode ser melhor instruído através de informações qualificadas a fim de que, os alunos e alunas consigam se reconhecer, se perceber e saber lidar com seus sentimentos. “[...] Nos termos da lógica social que provê sentido à ação humana, os aspectos cognitivos, simbólicos e ideológicos não se apresentam, em qualquer situação, apartados.” (MARANHÃO, 8 p.)

Por conseguinte, qualquer decisão tomada pelo estado ou mesmo pela instituição de ensino vem carregada de intenções e simbologias.

METODOLOGIA

As fontes selecionadas para fundamentação da pesquisa são documentos oficiais do governo. Cada documento possui uma extensão de colaboradores, que estão articulados com o Ministério da Educação como também atendendo as demandas propostas pelo Plano Nacional do Livro Didático, com exceção do projeto de lei Escola sem Partido, visto que, o mesmo é proposto pela Câmara dos Deputados. Por meio de tais discussões, será apresentado outros autores e autoras que trabalham com temáticas afins, para melhor compreender tais documentos tidos como fonte na pesquisa.

A pesquisa irá se iniciar realizando o método crítico da História, visto que, a partir da seleção de fontes e documentos inicia-se a denominada “crítica histórica”. Por meio da seleção e coleta de dados realizados, será pontuado relações entre as normatizações governamentais e projetos apresentados, além da análise crítica de cada um deles, a fim de que, ao concluir essa etapa da pesquisa seja possível perspectivar a construção do material de apoio pedagógico, destinado ao nono ano do ensino fundamental II.

As fontes em que se fundamentam a pesquisa são intituladas como fontes primárias, sendo elas – Parâmetros Curriculares Nacionais; Escola sem Partido; Escola sem Homofobia; Base Nacional Comum Curricular -, por meio das leituras e análises realizadas se dará início às indagações que compreendem a crítica externa, no intuito de identificar ou não sua veracidade, se tratando das datações, edições e autores/as.

Certifica-se que grande parte da crítica interna já foi desenvolvida, visto que, ao realizar as leituras e análises das fontes primárias e bibliografias complementares os conteúdos propostos pelos documentos sobre o ensino de História e sexualidade, já foram feitas indagações que compreendem a identificação da escolha de temáticas carregadas de ideologias, visões conservadoras ou não, além de disputas que influenciaram na construção da escrita dos documentos.

Por meio da realização do método histórico, inicia-se a busca por relações existentes nas fontes e a busca por compreender e estruturar uma narrativa que consiga responder a proposta da pesquisa por meio do diálogo entre as fontes primárias e secundárias que serão realizadas no decorrer da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 04/jul/2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais**. v.10, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: 03/jul/2022.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de lei nº867 Escola sem partido**. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1707037&filename=P_L+2>. Acesso em: 03/jul/2022.
- CILIATO, Fernanda Langendorf Guedes; SARTORI, Jerônimo. **Pluralidade cultural: os desafios aos professores em frente da diversidade cultural**. Revista monografias ambientais – REMOA v. 14, 2015.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Escola sem homofobia**. 2004-2011.



JACOMELI, Mara Regina Martins. **PCN'S E TEMAS TRANSVERSAIS, uma análise histórica das políticas educacionais brasileiras.** Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007.

MARANHÃO, Helena Ponce. **A diversidade e seus sentidos nos parâmetros curriculares (5º a 8º séries do ensino fundamental): Questões prévias.** Rio de Janeiro.

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo *et al.* **Psicologia escolar, desenvolvimento humano e sexualidade: Projetos de orientação sexual em Instituições Escolares.** Revista Ciência em Extensão. Vol. 2, N°2, 2006.

RÜSEN, Jörn. **História viva:** teoria da história : formas e funções do conhecimento histórico / Jörn Rüsen ; tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 85 – 122.

SANTANA, Mauricio; LARCHET, Jeanes Martins. **A sexualidade “no armário” em documentos curriculares da educação básica.** Seminário Gepráxis, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, Vol. 8, N°. 9, p. 1-14, maio, 2021.

SCALA, Jorge. **Ideologia de gênero: neototalitarismo e a morte da família.** Editora Katechesis. 2016, 3 ed.

ENTRE CENAS E PROMESSAS: A PROPAGANDA POLÍTICA ELEITORAL TELEVISIVA E AS POSSIBILIDADES DE SEU USO NA HISTÓRIA

*Suellen Cerqueira da Anunciação de Souza*²³⁶

*Jonh Érick Augusto da Silva*²³⁷

RESUMO

As configurações contemporâneas da democracia, nos conduz inevitavelmente a pensar as relações entre mídia, política e poder. Nesta complexa dimensão, dentre as práticas que “alimentam” a democracia, o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral desponta como um elemento intermediário entre o cidadão e os candidatos que almejam gestar o Estado. Neste texto, nosso objetivo é tecer considerações entre a complexa e tensa relação entre mídia e política, como mecanismo fundamental para compreender os processos históricos no Brasil após a redemocratização, em 1988. Além de refletir sobre como a Propaganda Política eleitoral na televisão, pode vir a ser um “prato cheio” para historiadores compreenderem os processos históricos do período, sobretudo os processos eleitorais ocorridos.

Palavras-Chave: Política. Mídia. Propaganda

INTRODUÇÃO

A Democracia e suas configurações contemporâneas nos convidam a pensar a representatividade, como a expressão dos interesses de um grupo (BOBBIO, 1986).

No Brasil, em nossa recente Democracia, após o período sombrio de Ditadura Militar encerrado em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, foram aperfeiçoados e criados os instrumentos que acenam para a possibilidade da população escolher seus representantes em eleições presidenciais, estaduais e municipais.

Neste cenário, paralelamente à ampliação da representatividade no âmbito político, consolidou-se no Brasil uma moderna indústria da comunicação de massas, que é o principal veículo

²³⁶ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso (PPGHis – UFMT). Email: sucerqueira_86@hotmail.com. Professor orientador: Edvaldo Correa Sotana.

²³⁷ Doutorando do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso (PPGHis – UFMT). Email: johnaugusto@gmail.com

de informação (e entretenimento) de dezenas de milhões de pessoas. (MILGUEL,2000). Desde então, temos em nosso recente período democrático, a mídia como elemento determinante em diversos episódios de nossa história política, transformando e até mesmo mudando o rumo de eleições e influenciando as jogadas e movendo peças do tabuleiro político partidário.

Após 33 anos das eleições presidenciais de 1989, que Miguel e Biroli (2011) chamam de evento fundador do recente período de redemocratização brasileira, como processo de restauração da Democracia, **abertura política e reorganização das instituições democráticas**, e se torna um prato cheio para historiadores pensarem este curto espaço de tempo, e as transformações ocorridas em nosso país.

A questão democrática sob o prisma eleitoral nos últimos anos, nos conduz inevitavelmente à relação entre Democracia, Mídia e Política. Sem adentrarmos em genealogias e dicotomias sobre o conceito de Democracia, que renderia uma discussão mais específica, compreendemos que as reflexões de Bobbio (1986) podem nos atender provisoriamente, ao conceituar a democracia moderna como liberal, representativa e procedimental nas sociedades contemporâneas pluralistas.

O fato de Bobbio (1986) descrever a democracia como procedimental, implica considerar que existem as chamadas “regras do jogo”, que são os mecanismos de distribuição de poder político entre a maior parte da população. Trata-se do aspecto formal do funcionamento e organização do regime democrático através dos processos de representação. Para efeitos da análise aqui empreendida, podemos simplificar da seguinte forma: o poder pertence ao povo. O povo transfere este poder para representantes devidamente eleitos através dos sufrágios.

Sendo assim, temos formalmente no Brasil,(re) instituído o direito dos cidadãos brasileiros participarem dos processos decisórios a partir de 1989: de dois em dois anos, no primeiro domingo de outubro, o brasileiro é convocado a exercer a cidadania, escolhendo seus representantes: são as eleições.

Se torna inviável pensar o fenômeno social das eleições no Brasil após 1989, sem recorrer as reflexões que envolvem política e mídia, que segundo a avaliação de Miguel e Biroli (2011), os estudos com esta temática constituem “um campo disciplinar fronteira entre a comunicação e a ciência política” (MIGUEL E BIROLI,2011,p. 1)

O marco das eleições de 1989 é caracterizado por Miguel e Biroli (2011) como um momento inédito, pois estas icônicas eleições foram marcadas pelo aspecto singular do advento da televisão, como herança da Ditadura, que ampliou o sistema nacional de telecomunicações, e fez com que na década de 1990, 90% dos lares brasileiros tivesse televisão.



É interessante notar que a relação entre mídia e política no Brasil, sobretudo a massificação do acesso à televisão, tem reflexos no pleito eleitoral: em 1990 é eleito Fernando Collor de Mello, político profissional apoiado por tradicionais caciques políticos e grupos econômicos, e que “construiu sua candidatura a partir de golpes de marketing e da obtenção da simpatia dos grandes grupos de mídia; e destacou-se, na campanha, pelo uso mais moderno dos recursos de televisão”. (MIGUEL E BIROLI, 2011, p. 78)

Obviamente uma eleição não é uma equação simplificada em que é possível atribuir seu resultado a apenas um fator, pois envolve jogos de poder, interesses econômicos e toda uma gama de complexidades. Contudo, não se pode negar que a mídia brasileira, na expressão dos poderosos e hegemônicos conglomerados veículos de imprensa exerce grande influência sobre a escolha do voto no Brasil.

A mídia de massa funciona como um guia, um orientador, um grande influenciador na visão do mundo dos brasileiros, ou pelo menos funcionava até o final da década de 1990, pois o cidadão comum tem acesso a notícias e informações basicamente através dos telejornais. Tal fato, pode ser constatado na vida cotidiana das camadas pobres e trabalhadoras urbanas: após jornadas extensas do “combo” trabalho mais transporte público, muitas vezes saber o que “se passa no Brasil, e o que está acontecendo na política” é dado pelo filtro do Jornal Nacional na hora da janta. O que desejamos explicar, é que a mídia no Brasil, disputa no campo simbólico, a constituição de valores, imaginários e representações sociais, na medida em que reconhecem e legitimam pessoas e posturas. Ou seja, a mídia se torna um instrumento de orientação do comportamento social, nos termos explicitados por Bourdieu (2004) sobre o campo simbólico.

Explicar o voto, não é nossa intenção neste artigo. O que pretendemos, é tecer considerações e reflexões sobre a relação entre Mídia e Política na Modernidade, atentos para o fato de que tal relação é uma dimensão central no âmbito da sociedade e da democracia brasileira, e conseqüentemente nos processos políticos -eleitorais. Em um primeiro momento vamos abordar o conceito de modernidade e sua relação com a política, e em seguida vamos tecer algumas considerações sobre o Horário Gratuito de Propaganda eleitoral exibido na televisão.

No campo da História, investigar tal relação nos fornece pistas para buscar a compreensão e a explicação das transformações ocorridas sociedade brasileira do nosso tempo, e dos processos históricos.

MODERNIDADE E POLÍTICA

Para além da datação de uma época ou período histórico, a modernidade é um conceito amplamente revisitado por historiadores em busca de compreender suas experiências, seus ritmos, e como a modernidade se configura como objeto e como fenômeno.

Como fenômeno, a modernidade se associa a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial: século XVII, Europa. E refere-se ao estilo, costumes de vida e organização social que emerge neste tempo e lugar. (GIDDENS,1991)

As transformações nas Instituições públicas, no modo de vida, na forma de consumo, na relação sociedade e natureza, nas subjetividades humanas são marcas que caracterizam a modernidade e sua “nova “racionalidade imposta. Os produtos que emergem destas transformações são nossos “velhos “conhecidos: Ciência, Estado Moderno, tecnologia, razão, capitalismo.

Esses “produtos” da modernidade que supostamente nascem da Europa, enquanto centro do mundo e dos valores morais, se estabelecem como marcas do espírito moderno de livre uso da razão, marcada por uma suposta ruptura com a tradição.

O moderno (e seus produtos) se tornam imperativos, e a modernidade se situa dentro do horizonte da própria História como sentido ‘para a experiência do sujeito pautada na procura de princípios explicativos racionais para os fenômenos naturais, culturais, políticos e econômicos.

A experiência moderna, a própria modernidade como fenômeno tem sido um enorme desafio aos intelectuais no campo da História, que se preocupam em compreender e explicar este conjunto de transformações no mundo europeu no limiar entre o século XVII e XIX. Sua gênese, consequências e contradições no domínio político, ético e estético lotam milhares de bibliotecas ao redor do mundo.

Contudo, o debate sobre a modernidade, a configuração de seu conceito no campo da História não foi e não está pronto e acabado. A elaboração de mundo nos moldes modernos, e a estruturação da vida humana sob o exame crítico da razão é alvo de intensas discussões, pois o que produziu o moderno como fenômeno e como ideia conjugam noções amplas. Todavia, nos cabe explicar que tal concepção do tempo histórico é afluyente de um novo entendimento da história, a saber, a história em si, como um singular coletivo, que significa tanto a série de acontecimentos, como a sua narrativa. (GAIO,2009)

Compreender a modernidade como período de tempo em que ocorrem processos de transformação em escala global no espírito humano se mostra como um caminho atraente e perigoso. Atraente porque nos leva a generalizar e homogeneizar o homem e suas relações, como se fosse possível colocar tudo e todos na “centrifuga” da modernidade: saímos do sombrio tempo das trevas,



da religiosidade, misticismo e irracionalidade, para nos tornamos racionais, politizados, laicos e científicos. Obviamente, esta é uma interpretação reducionista, pois ao ignorarmos relações e interconexões existentes, dinâmicas internas, tendemos a reproduzir uma tendencia eurocêntrica na perspectiva de desenvolvimento global.

Esta interpretação também se mostra perigosa, na medida em que caímos na armadilha de conceber a modernidade como uma etapa hegemônica de desenvolvimento do Ocidente, como se o mundo estivesse sendo levado pelo “trem do progresso”, rumo as maravilhas da modernidade.

Ao apurarmos nosso olhar, podemos observar modernidades multifacetadas, que incluem mutabilidades no capitalismo, nas experiências vividas de acordo com as diferenças geográficas, e na interpretação do homem sobre a realidade. Vejamos um exemplo: a experiência da tal modernidade foi diferente de um homem que habitava a Paris das luzes no século XIX, para um homem que habitava o interior do Mato Grosso, no Brasil no mesmo período. O primeiro pode ter tido contato com a imprensa escrita, trens, máquinas industriais, novas formas de organização política. Enquanto o segundo nem poderia saber o que é um jornal, se deslocava utilizando animais de tração, e desconhecia máquinas industriais.

Nessa direção, podemos dizer que as luzes da modernidade não conduziram as massas ao progresso de maneira uniforme, e que é necessário pensar modernidades fragmentadas e multifacetadas em tempos e lugares diferentes. Sendo assim, o conceito de modernidade para a História é um constructo inacabado. Assim como o uso da modernidade enquanto período histórico merece investigação sob novas abordagens, novos problemas e novos objetos.

Democracia e política como produtos da modernidade, requer um olhar atento do historiador, sobretudo no que diz respeito ao rastreio destes elementos tão icônicos e simbólicos como “frutos do moderno”. A política como experiência moderna se ergueu sustentada no Estado Nação como ideal de organização, e na Democracia como promessa de igualdade e justiça, como narrativa evolucionária. Ao analisarmos a modernidade, nos cabe desconstruir esse enredo, e desmistificar os princípios unificadores de organização e transformação, identificando discontinuidades e fragmentações neste caráter da modernidade, sobretudo no aspecto político.

Para nossa abordagem, em termos teóricos, nos apoiamos no movimento de Renovação da História Política²³⁸, que requer dialogo com outras áreas, e dentre suas preocupações, se ocupa em investigar a participação na vida política e dos processos eleitorais. E que Le Goff orienta que deve

²³⁸ Este movimento de renovação de forma sintética, propõe uma abordagem nova e interdisciplinar da história para além do Estado e suas instituições, que avança a partir da década de 1960 e 1970 privilegiando estudos sobre movimentos sociais, grupos minoritários e cultura, dialogando com as Ciências Sociais e outras disciplinas.

ser “dedicada às estruturas, à análise social, à sociologia e ao estudo do poder” (Le Goff apud HILÁRIO, 2006, p. 145)

MÍDIA, POLÍTICA E OS PROCESSOS ELEITORAIS

Consideramos que a relação entre mídia e política, se insere neste movimento de Renovação, na medida em que nossa preocupação não se pauta em uma concepção do político como domínio privilegiado de articulação do todo social, distanciado da realidade, mas sim em uma atitude interrogativa, assimilando a ideia de que a política não é um atributo que esta na essência genética do homem, mas sim algo que se configura “entre os homens” (ARENDT, 1999).

O diagnóstico de Arendt sobre a modernidade como período histórico relacionado com a política, aponta para um reducionismo do exercício da política em suas determinações democráticas essenciais, ao afirmar que a modernidade reduziu a política ao plano da administração burocrática dos interesses econômicos da sociedade. (DUARTE, 2001)

Este reducionismo do exercício da política explicada por Arendt pode ser constatado na atual esfera democrática representativa. Supondo que o ideal democrático seria “todos na ágora propondo e votando decisões”, temos atualmente cidadãos que escolhem seus representantes, e estes representantes tomam as decisões em nome da grande massa.

O mesmo diagnóstico realizado por Arendt sobre a democracia também pode ser percebido nas reflexões de Rossanvallon (2010), apontando para uma dissolução do político, e os problemas atuais da democracia. Para o historiador, a democracia como via jurídica e institucional está presente e consolidada, porém a baixa/falta soberania popular implica em menor exercício da cidadania. Rossanvallon (2010), também descreve as causas do atual “desencantamento” pela democracia como sujeito histórico. É o sujeito que vive a espera de um “ideal” de democracia que nunca chega, a democracia como uma promessa que nunca se concretiza: esta promessa de futuro compartilhado, de bem estar social que nunca se realiza, em que os princípios de liberdade, igualdade não ocorre na vida prática cotidiana.

O diagnóstico de ambos autores converge com o atual desencanto com a Democracia como forma de governo pelas massas no limiar do século XXI. Este desencanto é visível na baixa taxa de adesão aos sufrágios, principalmente nos Estados Unidos e no Brasil. É visível também no desinteresse de jovens sobre política partidária.



Todas estas evidências nos mostram que o desinteresse é pela forma como a “política tradicional” se apresenta, que Remond (1996) chama de caráter superficial do político, isolado de outras dimensões da vida coletiva e dos outros aspectos da existência individual.

Seria um erro afirmarmos de forma genérica que as massas não se interessam por política e/ou não fazem política, pois a forma como entendemos política faz parte de uma dimensão mais ampla, que se conecta a inúmeros vínculos e aspectos da vida coletiva, e não se constitui como um setor separado e isolado, mas sim como uma modalidade da prática social. (REMOND,1996)

As eleições como prática contemporânea da política institucional estão no rol de interesse de historiadores, e como nos provoca Remond: como conceber uma história política sem dar às eleições um lugar central na análise de seus componentes?

Vamos aprofundar nossas reflexões e esta questão no próximo tópico, abordando o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, e como este pode ser utilizado por historiadores.

O HGPE: EVIDÊNCIAS SOBRE A CULTURA POLITICA

O HGPE (Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral) como componente das eleições nos interessa na medida em que consideramos possível obter um extrato de informações e representações que estão contidas de forma singular neste extraordinário instrumento da Democracia brasileira. Sim, o HGPE se mostra como uma fonte histórica rica e significativa, que nos mostra evidências sensíveis sobre o discurso político brasileiro no âmbito eleitoral, e como este discurso se pretende verdadeiro.

Consideramos que as cenas e imagens do HGPE no Brasil ao longo dos anos são fontes riquíssimas para historiadores que buscam apreender a cultura política de nosso país, que buscam analisar relações de poder, detectar regularidades e permanências nas relações que possam existir entre os comportamentos eleitorais e outros tipos de fatores (REMOND,1996). Ou seja, é um universo de possibilidades para análises, que se constitui como um fabuloso banco de dados (e como fontes) para historiadores que pretendem se lançar nas tramas do político, das representações políticas, e dos processos eleitorais como parte de explicações das transformações de nossa recente Democracia.

O HGPE como um campo a desbravar, nos permite investigar e interpretar singularidades no campo político, seja em âmbito regional ou global, tendo em vista que nos permite uma reflexão sobre os usos e sentidos do discurso político eleitoral a partir da interpretação das dramatizações forjadas nas performances dos candidatos nas propagandas eleitorais exibidas na televisão.

De acordo com Albuquerque e Dias (2007), os partidos políticos têm sido considerados como instituições centrais da vida política no Brasil após a redemocratização. Os autores consideram



que os partidos são intermediários privilegiados das relações que se estabelecem entre os cidadãos e o Estado.

Contudo, nas relações que se estabelecem entre cidadãos e Estado, temos outros elementos intermediadores: a mídia e os meios de comunicação, que se inscrevem em nossa Democracia como ferramentas poderosas, capazes de promover o “elo” entre o “cidadão comum” e os “homens da política”.

Nesta esfera, a instituição da Propaganda Política Eleitoral exibida na televisão, como instrumento de aperfeiçoamento e promoção da Democracia no Brasil, se torna a vitrine em tempos de eleições. Mais uma vez recorrendo à metáforas e analogias com base na vida cotidiana das camadas pobres e trabalhadoras, podemos dizer que o Horário Gratuito de Propaganda eleitoral (HGPE), é o cardápio de candidatos que é oferecido ao eleitor no “tempo da política”, interrompendo a programação entre o Jornal Nacional e a novela das oito.

A Propaganda Política Eleitoral no Rádio e na Televisão instituída pelo Código Eleitoral, na lei Nº 4.737, de 15 de julho de 1965, e atualmente, regulamentado pela Lei nº 13.165/201, que alterou a lei 9.504/97, fornece aos partidos políticos brasileiros, um espaço na programação das emissoras de rádio e TV, para efeito de divulgação de suas plataformas políticas e propagandas de seus candidatos às eleições. (CPDOC FGV, 2009)

A grosso modo, se trata da apresentação dos candidatos a determinado pleito informarem suas propostas e se apresentar ao eleitor através dos meios de comunicação em um horário pré estabelecido pela legislação em períodos de eleição.

Para Panke e Cervi (2011), o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) exibido ao longo do período de campanha eleitoral no Brasil, inaugura o “tempo da política” para o eleitor mediano, pois marca o momento em que a lógica do debate público se inverte da esfera pública para a esfera privada dos cidadãos. (PANKE E CERVI, 2011)

A partir desta constatação, podemos perceber a complexa relação do uso dos meios de comunicação como recurso político no Brasil. Tradicionalmente, esta relação juntamente com o estudo de partidos políticos, vem sendo objeto de estudo das Ciências Sociais para explicar o voto no Brasil, ao longo de seu período democrático.

O trato dos historiadores com a propaganda política eleitoral, seja como fontes ou como objeto em tempos e recortes históricos distintos, nos fornece evidências para se pensar elementos como cultura política no Brasil, e representações políticas.

A obra da professora Maria Helena Rolim Capelato, chamada *Multidões em Cena* (1993), analisa e compara as propagandas Varguistas e Peronistas produzidas pelos órgãos responsáveis pela



propaganda política estatal no período. A autora nos traz interessantes reflexões sobre a propaganda política tomando como ponto de partida os fenômenos modernos de propaganda pensados por Pierre Ansart, que busca compreender a produção de sentimentos políticos em outras bases: analisa a atuação dos atores ou agentes produtores, o papel dos meios de persuasão e a consequência das mensagens.

A partir de uma abordagem da História Política renovada, Capelato investiga as encenações do poder, as representações políticas e os imaginários sociais (constituídos por imagens, mitos, símbolos e utopias).

Obviamente o trabalho da historiadora se refere a outro momento e a outras circunstâncias de produção da propaganda política, mas o que nos permite tomá-lo como referência são as suas circunscrições, mediadas pelo pensamento de Bronislaw Baczko, que atribui significado do trabalho do imaginário na política, na medida em que:

[...] o controle do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças (CAPELATO, 1998, p. 47).

Operar uma pesquisa com a Propaganda Política Eleitoral, nos conduz a refletir sobre imaginário social, e também sobre a compreensão de sentimentos políticos, seus agentes produtores, meios de persuasão, e neste sentido, Schwartzberg (1978) nos auxilia a compreender alguns aspectos, pois compara a arena política a um espetáculo de teatro, quando predomina os personagens e os seus papéis.

Para o autor, cada personagem tem uma determinada função, e o Estado funciona como uma empresa teatral, em que o cidadão é o espectador de um poder em representação. Em nosso caso, o personagem é o candidato que busca o poder, e os espectadores, os eleitores.

Compreendemos que a espetacularização presente nas propagandas se estabelece na medida em que o campo da política se acomoda à lógica da mídia, pois os candidatos precisam mostrar suas intenções através de um discurso baseado nos mecanismos operatórios dos meios de comunicação de massa, especificamente a linguagem televisiva.

Para Gomes (2004), a espetacularização no campo da política enquanto uma arte de produzir representações positivadas, visando a chocar e a emocionar o público, aciona três subsistemas: o drama, a ruptura das regularidades e a diversão. O drama tem a ver com a criação de personagens, enredos que consigam envolver o público. A ruptura das regularidades busca trazer a ideia do novo, do surpreendente. Por fim, a diversão tem a ver com o aspecto lúdico e de entretenimento.



Albuquerque (1999) formula uma interessante alternativa teórica sobre o conceito de espetacularização, buscando a especificidade da situação política contemporânea, afirmando que a espetacularização ocorre através dos aparatos socio tecnológicos de comunicação, e concebe o espetáculo como “princípio organizador da vida política”.

Na dimensão pública da política, a mídia - especificamente a televisão - tornou-se o espaço privilegiado da luta política na atualidade. A partir desta compreensão, Rubim (2004, p. 207) afirma que a política vem apresentando alterações importantes em seu *modus operandi* pela necessidade de se adequar à dinâmica deste novo espaço eletrônico, configurado pelas redes de mídias, como suporte à nova dimensão pública da contemporaneidade. No caso do HGPE, esta adequação faz com que a peça da propaganda se aproprie da linguagem televisiva, ou seja, o candidato fala com o eleitor de modo dramático e teatral, o que confere à sua apresentação contornos de espetacularização.

Acreditamos que as contribuições de Schwartzberg (1978), Gomes (2004), Albuquerque (1994) e Rubim (2004) pode auxiliar o historiador no processo de análise das propagandas, que busca identificar a espetacularização como estratégia de visibilidade midiática arquitetadas em cada vídeo dos candidatos por meio de diversos componentes: figurino, cenário, discurso do candidato, recursos visuais empregados. Todo este enredo pode ser compreendido a partir do entendimento prévio da interação entre política e espetáculo, que pode nos servir como ponto de partida desse itinerário, a partir do entendimento da categoria representação.

A clássica e amplamente utilizada noção de representação de Chartier (1990) diz respeito ao modo como em distintos tempos e lugares, a realidade social é construída por meio de classificações, divisões e delimitações. Para Chartier, códigos, padrões e sentidos formam esquemas intelectuais que são compartilhados, porém sofrem mutação, devido ao fato de serem historicamente construídos e determinados a partir de correlações de força, conflitos e interesses de grupos sociais.

Definindo representações como operações mentais e históricas, Pesavento (2003) nos aponta essas operações como criadoras de sentidos ao mundo, de modo que são através das representações que o indivíduo age no mundo, constrói identidades, sendo assim essa representação opera como a própria realidade à medida que guarda relações de semelhança com os significados e atributos do real. Assumindo múltiplas configurações, as representações se expressam nos discursos, concorrendo e travando relações de poder

CONCLUSÃO

Pensar a relação entre mídia e política nos processos eleitorais nos permite observar o que está escrito, o que não está escrito, o que foi enunciado, o que foi omitido, buscando nas entrelinhas “o que se pretende parecer” no discurso político que se materializa nos enunciados da Propaganda Política eleitoral exibida na televisão.

Compreendemos que o HGPE pode ser uma chave analítica para pensar o fenômeno das eleições no Brasil, considerando as dimensões simbólicas e afetivas no estudo da política e poder, a partir do entendimento que este “poder” se revela na capacidade que cada candidato tem de investir em si mesmo na busca pela conquista de cargos, seja financeiramente, seja a partir de suas filiações e coligações partidárias e intelectuais, seja utilizando de seu capital econômico, social, cultural e simbólico em uma campanha. (BOURDIEU, 2004)

Concluimos que as possibilidades de estudos históricos utilizando o HGPE como fonte pode ser de grande valia para compreender o processo de redemocratização no Brasil nestes últimos 33 anos, or constituir-se como importante aspecto das campanhas eleitorais, os vídeos do horário eleitoral nos parecem formar um corpus de muita legitimidade para uma pesquisa sobre o imaginário político mobilizado nas eleições, além de ser bastante operacional para um pesquisador individual.

O historiador, ao analisar as estratégias políticas eleitorais através do HGPE pode descortinar um arcabouço de encenações, ritos, imaginários, representações, papéis, e máscaras sociais, presente na prática política eleitoral em nosso país.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. de, & DIAS, M. R. (2007). Propaganda política e a construção da imagem partidária no Brasil. *Civitas - Revista De Ciências Sociais*, 2(2), 309-326. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2002.2.104>

ALBUQUERQUE, Afonso de. ‘Aqui você vê a verdade na tevê’. A propaganda política na televisão. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação - MCII) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

ARENDT, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand, 1999, 2ª ed., p. 56.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política.** trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo.** trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOURDIEU, P. A economia das trocas simbólicas. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva; 2004
BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: **texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988**, com as alterações adotadas pelas emendas Constitucionais nos 12 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35ª. ed. Brasília : Câmara dos Deputados, edições Câmara, 2012.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Código eleitoral anotado e legislação complementar**. 10. ed. Brasília/DF: SGI/TSE, 2012.

CAPELATO, Maria Helena R: **Multidões em Cena. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo**. São Paulo: Editora Fapesp/Papirus, 1998.

CHARTIER, Roger. **História Cultural – Entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. História Cultural – Entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

CPDOC -Fundação Getúlio Vargas - FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Verbete Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral**.

DUARTE, André: HANNAH ARENDT E A MODERNIDADE: ESQUECIMENTO E REDESCOBERTA DA POLÍTICA. In: **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 24: 249-272, 2001

GAIO, Géssica Góes Guimarães: Sattelzeit: modernidade e história. In: **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais** Volume 1-Número 2- Dezembro de 2009.

GIDDENS, Anthony: **As conseqüências da modernidade**; tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

HILÁRIO, Janaína Carla S. Vargas. História política – cultura política e sociabilidade partidária: uma proposta metodológica. História Unisinos, São Leopoldo, v. 10, n. 2, p. 142-153, maio-ago. 2006.

MIGUEL, L. F., & BIROLI, F. (2011). MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA E ELEIÇÕES NO BRASIL: A INFLUÊNCIA SIMPLES À INTERAÇÃO COMPLEXA. **Revista USP**, (90), 74-83. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i90p74-83>

MIGUEL, Luís Felipe: Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil. **Revista Brasileira de História** [online]. 2000, v. 20, n. 39 [Acessado 23 Maio 2022] , pp. 191-199. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882000000100008>>.



PANKE, Luciana; CERVI, Emerson. Análise da comunicação eleitoral—uma proposta metodológica para os estudos do HGPE//Analysis of election communication: a methodological approach for studies of HGPE. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, v. 9, n. 3, p. 390-404, 2011.

PESAVENTO, Sandra Jathay. História e História Cultural. . 2º ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2003.

RÉMOND, René (org.): Uma história Presente. In:_____. Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora UFRJ / Editora FGV, 1996

ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. In:_____. Para uma história do político. São Paulo: Alameda, 2010. P. 65-101.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Comunicação e política: conceitos e abordagens. Editora Universidade Federal da Bahia, 2004

RUBIM, Antonio Albino Canelas; **AZEVEDO**, Fernando Antonio. Mídia e política no Brasil". In_____. *Lua Nova*. São Paulo, (43), p. 189-216, 1998.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard: **O Estado espetáculo ; ensaio sobre e contra o star system em política**. Rio de Janeiro : Difel, 1978

FLORESTAN FERNANDES E CLÓVIS MOURA: ALGUMAS QUESTÕES SOBRE INCORPORAÇÃO DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

Gustavo de Almeida Reis²³⁹

RESUMO

O presente texto trata sobre as diferenças fundamentais da incorporação da chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD) por dois autores importantes do pensamento Brasileiro, a saber: Florestan Fernandes e Clóvis Moura. Para isso, utilizaremos duas obras basilares dos respectivos autores: *A Revolução Burguesa no Brasil* (escrito entre 1966 e 1974), especificamente a terceira parte do livro que discorre sobre os traços fundamentais do capitalismo dependente; e *A Dialética Radical do Brasil Negro* (livro escrito em 1994) (FERNANDES;2020) (MOURA; 2014), assim como textos satélites dos autores citados, e outros que tratam da mesma temática. Enquanto em Moura na análise do capitalismo dependente, há uma clara tentativa de delimitação do campo revolucionário pelo bloco histórico liderado pela população negra brasileira, em Fernandes a sua apropriação da TMD está ligada à análise das consequências da entrada, no país, do capitalismo monopólico, não delimitando claramente o agente revolucionário.

Palavras-chave: Capitalismo dependente. Revolução Burguesa. Escravismo. Racismo Estrutural.

INTRODUÇÃO

Na década de 60 e 70 ficaram conhecidos alguns intelectuais que tentaram explicar o caráter do capitalismo no Brasil. Empreenderam uma análise sistemática através dos pressupostos ortodoxos da obra de Marx e desenvolveram o que ficou conhecido posteriormente como Teoria Marxista da Dependência (TMD). São eles, para citar alguns: Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos. Após o golpe de 1964 no Brasil, esses personagens se exilam em diversos países da América Latina e têm um papel de difundir a TMD para grande parte da esquerda latino-americana. Através das categorias de Trocas desigual, transferência de valor, Super-exploração do trabalho etc., esses autores avançaram qualitativamente na análise da formação econômica e social no Brasil e na América Latina, e mudaram substancialmente a avaliação sobre o caráter da revolução socialista em amplos espectros da esquerda no continente.

²³⁹Mestrando PPGH - UFG. Endereço eletrônico: gustavoreis@gmail.com



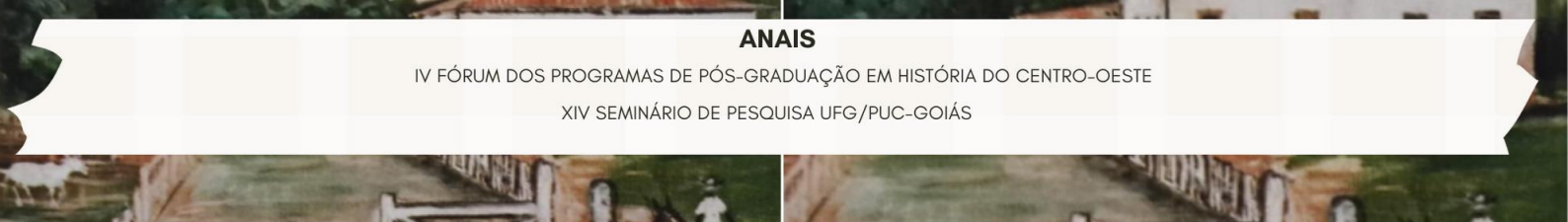
Florestan Fernandes, consagrado sociólogo brasileiro do século XX, incorporou importantes elementos da TMD na terceira parte de seu *A Revolução Burguesa no Brasil*, trecho em que destrincha a análise do capitalismo dependente brasileiro e da revolução burguesa no Brasil em três capítulos, nos quais discorre sobre a natureza da concretização do desenvolvimento capitalista no Brasil, a sua consequente integração monopólica ao capital internacional, as classes fundamentais ligadas a todo esse processo, e finalmente o caráter político que se desenvolve na superestrutura que, para o autor, é necessariamente autocrático (FERNANDES;2020).

Clóvis Moura, historiador e sociólogo que trata, em grande parte de sua obra, da história da escravidão e dos resquícios dela no Brasil, por sua vez, analisa o processo de construção do capitalismo dependente a partir do modo de produção anterior que se desenvolveu no Brasil desde a colonização: o escravismo. Para ele, esse modo de produção pode ser destrinchado em dois: Escravismo Pleno e Escravismo Tardio. A partir daí se coloca a problemática da transição que necessariamente foi autoritária e colocou à margem do processo societário a população negra no Brasil, que pela sua condição social, formará o bloco social revolucionário capaz de aglutinar em si os demais setores oprimidos. (MOURA; 2014)

A VISÃO DE CLÓVIS MOURA

Para o Clóvis Moura, só a partir da compreensão da luta entre duas classes fundamentais e antagônicas (senhores e escravos) é que podemos compreender concretamente a história do Brasil colonial e imperial, sendo as demais classes sociais formadas tardiamente (sobretudo a partir do século XVIII) pelo processo de complexificação econômica do Brasil, encaradas, na visão de Moura, como satélites das contradições fundantes. Nessa perspectiva, o negro com a sua resistência, e a formação de quilombos (aspecto, para o nosso autor, quase universal onde houve a escravidão) engendrou a dinamização da sociedade colonial brasileira ao mobilizar ideológica e tecnologicamente os aparatos sociais repressivos, e criou condições para a sua substituição em trabalho livre no final do século XIX. Já na segunda edição de *Rebeliões e Senzala* (1981), Clóvis Moura afirma:

O escravo, como classe social, constituía um dos pólos da contradição mais importante do Brasil durante a vigência do regime servil. Toda a nossa estrutura econômica, todos os elementos condicionantes da nossa formação tinham de inserir nos seus poros, diversos problemas que advinham disto. Senhores e escravos constituíam a dicotomia básica brasileira, como já dissemos. Outras que surgiam e que — em determinados momentos — apareciam como fundamentais à superfície, eram apenas reflexas ou se constituíam em contradições suplementares. O escravo, afirmaram inúmeros sociólogos, contaminava a sociedade da época. Mas, não era isto o que acontecia. O escravo era o esqueleto que sustentava os músculos e a carne



da sociedade escravista, porque era o produtor da riqueza geral, através do seu trabalho. (MOURA, 1981, p.14)

Essa análise é um dos fios condutores e um dos aspectos inovadores da interpretação histórica que empreende Clóvis Moura sobre a sociedade brasileira, estando presente do começo ao fim a sua obra. Posteriormente, esses contornos ganharão mais concreticidade na medida em que nosso autor avança nos seus estudos.

No capítulo sobre os *Escravos nos Movimentos Políticos*, ainda no livro *Rebeliões da Senzala*, Moura, como bem sugere o nome, vai descrever a participação decisiva dos escravizados nos mais diversos movimentos políticos e revoltas do Brasil colonial e imperial. Para ele, devemos levar em consideração determinado aspecto:

O elemento escravo durante as lutas armadas teve quatro formas básicas de comportamento: 1) aproveitou-se da confusão reinante e fugiu para as matas, debandando dos seus senhores; 2) aderiu ao movimento libertador para conseguir a sua alforria; 3) lutou por simples obediência aos seus senhores e 4) participou ao lado das forças portuguesas. (MOURA, 1981, p.73-74)

Em outro momento do mesmo livro, depois de analisar minuciosamente os movimentos de resistência dos negros escravizados no Brasil, Moura destaca:

Tudo isso mostra como os escravos não se deixaram dominar nas suas revoltas por simples paixões momentâneas que vinham à tona em movimentos inconsequentes, nas quais planejavam seus movimentos detalhadamente. Temos ainda a anotar que existiam rudimentos de uma hierarquia militar entre esses negros, embora fundamente mesclada — como não podia deixar de ser — à hierarquia religiosa. (MOURA, 1981, P. 244)

A preponderância e o relevo que Clóvis Moura dá em sua obra sobre a reação dos negros no Brasil à condição de escravizado, com suas revoltas, rebeliões e quilombos tem como objetivo desmistificar qualquer análise que coloque essas classes fundamentais em harmonia. Tais resistências históricas é designada por Moura em *História do Negro Brasileiro* (1989), como “Quilombagem”, que para ele significa:

[...] um movimento emancipacionista que antecede, em muito, o movimento liberal abolicionista; ela tem um caráter mais radical, sem nenhum elemento de mediação entre o seu comportamento dinâmico e os interesses da classe senhorial. Somente a violência, por isto, poderá consolidá-la ou destruí-la. De um lado os escravos rebeldes, de outro os seus senhores e o aparelho de repressão a essa rebeldia. [...] Entendemos, portanto, por quilombagem uma constelação de movimentos de protesto do escravo, tendo como centro organizacional o quilombo, do qual partiam

ou para ele convergiam e se aliavam as demais formas de rebeldia. (MOURA, 1989 p. 22-23)

Ainda sobre Quilombagem, Clóvis destaca seu caráter universal no regime escravista ao afirmar que:

[...] É um movimento abrangente e radical. Nele se incluem não apenas negros fugitivos, mas também índios perseguidos, mulatos, curibocas, pessoas perseguidas pela polícia em geral, bandoleiros, devedores do fisco, fugitivos do serviço militar, mulheres sem profissão, brancos pobres e prostitutas. Era um cadinho de perseguidos pelo sistema colonial. Era no quilombo ou nas demais manifestações da quilombagem que essa população marginalizada se recompunha socialmente. (MOURA, 1989, p.24-5)

Na Quilombagem, não só os negros se emancipavam na resistência ativa, mas todos os setores oprimidos pelo sistema colonial. Nesse sentido, os escravos passam de satélites de outros movimentos, incapazes de agir politicamente por conta própria, para ser o receptor universal, a classe que carrega em si a possibilidade de emancipação de todos os demais grupos explorados.

Entretanto, para entendermos as resistências que constituíam a “Quilombagem”, temos de entender o que na visão de Moura se definiu como modo de produção escravista. O autor em questão, dividiu tal categoria em duas: Escravismo Pleno e Escravismo Tardio em sua obra *Dialética Radical do Brasil Negro*.

Para Moura, o escravismo pleno que vai de meados do século XVI até 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, se define com os seguintes rasgos fundamentais:

- 1) Monopólio comercial da metrópole (1808).
- 2) produção exclusiva de artigos de exportação para o mercado mundial, salvo a produção de subsistência pouco relevante [...].
- 3) Tráfico de escravos da África de caráter internacional e o tráfico triangular como elemento mediador e mecanismo de acumulação na Metrópole
- 4) Subordinação total da economia de tipo colonial à Metrópole e impossibilidade de uma acumulação interna de capitais em nível que pudesse determinar a passagem do escravismo para o capitalismo não dependente.
- 5) Latifúndio escravista como forma fundamental de propriedade.
- 6) Legislação repressora contra os escravos, violenta e sem apelação.
- 7) Os escravos lutam sozinhos de forma ativa e radical contra o instituto da escravidão. (MOURA, 2014, p.82-83)

A transição para o escravismo tardio vai se dar de maneira a articular o modo de produção escravista com o capitalismo dependente. Seus rasgos fundamentais, segundo o autor são:

- 
- 1) Relações de produção escravistas diversificadas regionalmente de forma acentuada, localizadas na parte que dinamiza uma economia nova, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, onde se concentrará de forma preponderante a população escrava.
 - 2) Parcelas de trabalhadores livres predominando em algumas regiões, quer nas áreas decadentes, quer naquelas que decolaram com o café.
 - 3) Concomitância de relações capitalistas (de um capitalismo já subordinado ao capital monopolista) e permanência de relações escravistas [...]
 - 4) Subordinação, no nível de produção industrial, comunicações, transportes (estradas de ferro), portos, iluminação a gás, telefone etc. ao capital inglês; no nível das relações comerciais, subordinação ao mercado mundial e sua realização, internamente, em grande parte, por casas comerciais estrangeiras, o mesmo acontecendo no setor bancário e de exportações.
 - 5) Urbanização e modernização sem mudanças nas relações de produção fundamentais.
 - 6) Tráfico de escravos interprovincial substituindo o internacional. Aumento do seu preço em consequência.
 - 7) Trabalhador livre importado desequilibrando a oferta de força de trabalho e desqualificando o nacional.
 - 8) Empresas de trabalho escravo.[...]
 - 9) Influência progressiva do capital monopolista (estrangeiro) nesse processo [...]. (MOURA, 2014, p. 123-124)

O cruzamento de elementos capitalistas (de um capital Inglês cada vez mais monopolizado) com base em um modo de produção escravistas se dá no escravismo pleno de modo acentuado. Segundo Moura, tal período, que vai de 1850 até 1889, é caracterizado por uma modernização dinamizada por capitais externos, que se funde em uma estrutura social arcaica. (MOURA, 2014).

Por outro lado, a Lei de Terras impossibilita os egressos da escravidão de terem qualquer possibilidade de ascensão na nova forma capitalista que está se consolidando aos poucos, ao mesmo tempo em que o racismo é reestruturado na medida em que se adota a política de substituição da mão de obra escrava pela imigração de mão de obra europeia, com o claro objetivo de manter uma superpopulação relativa, um rebaixamento salarial, e o embraquencimento constante da população, endossado pelas teorias raciais da época. (MOURA, 2014).

Desse modo, no novo modo de produção capitalista dependente (consolidado a partir de uma mudança do bloco no poder em 1889), novos problemas são colocados e novos movimentos são engendrados. No livro *Brasil: Raízes do protesto negro* (1983), ao falar sobre o caráter do capitalismo dependente brasileiro já consolidado, Moura destaca:

Esse impasse histórico chegou, no momento atual, a uma situação crítica. [...] De um lado, sabemos que o capitalismo dependente tem possibilidades de manter-se durante muito tempo, quer mediante o agravamento da repressão, através de um aparelho de estado cada vez mais sofisticado e violento, e, também, através de uma estrutura política e administrativa subserviente, se não houver um movimento dinâmico/radical que o modifique. (MOURA, 1983, p. 26)

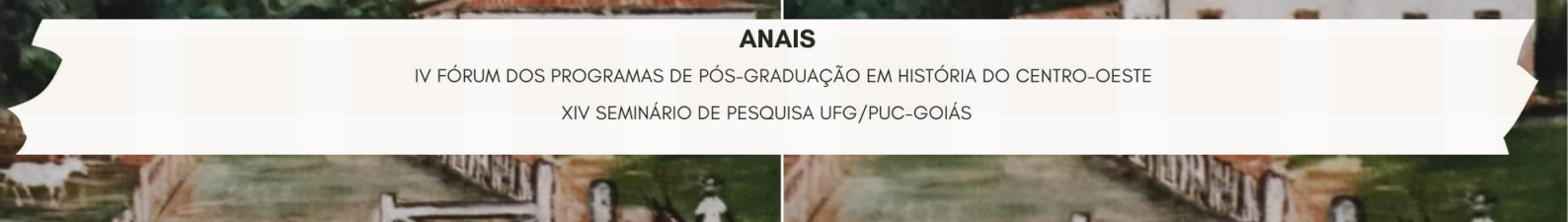
Sobre tal movimento, nosso autor continua:

Do ponto de vista econômico, a descapitalização continua em ritmo cada vez maior, e, ao mesmo tempo, a desnacionalização da economia interna determina o desaparecimento quase completo, como componente de uma política independente, de uma burguesia nacional capaz de liderar a revolução brasileira. Somente a plebe rebelde, composta de negros, mulatos, curibocas, brancos pobres, caboclos, mamelucos e índios, além de outros tipos de cruzamentos poliétnicos que sempre lutaram no passado contra o escravismo e estão lutando, agora, contra o modelo de capitalismo dependente e o seu suporte (o imperialismo) podera fazê-la. [...] E o negro, pela sua condição de duplamente oprimido será chamado a ser um dos líderes desta revolução. (MOURA, 1983, p. 27)

Desse ponto de vista, Moura desloca a categoria de “Quilombagem” utilizada anteriormente somente em referência ao período do escravismo para os dias de hoje, em que elementos do racismo são reestruturados para engendrar o capitalismo dependente. É importante destacar que aqui, Moura define sua problemática central: a sua análise do capitalismo dependente está ancorada na visão do que para ele seria o autor da revolução brasileira, ou o bloco histórico que a lideraria. Se no escravismo o Quilombo era o centro que engendrava uma formação social antípoda ao modelo da casa-grande, nos dias atuais, somente através da liderança dos descendentes de escravizados é que se pode contrapor radicalmente o capitalismo dependente, continuação direta, no caso do Brasil, do modo de produção escravista. (MOURA, 1983).

A VISÃO DE FLORESTAN FERNANDES

Florestan Fernandes submete toda a sua investigação histórica e sociológica em relação à análise da crise do capitalismo dependente brasileiro à época da escrita do livro. Ou seja, todo esse panorama investigativo serviria para dar conta da falta de forças da burguesia nativa de criar um âmbito autônomo de reprodução capitalista, e a necessidade, por parte desta, de dinamizar politicamente uma autocracia burguesa, que se consolida em 1964, dez anos antes da escrita do livro. Diferentemente de Clóvis Moura, que se pautava pela investigação dos problemas referentes à população negra no Brasil, e os resquícios da escravidão no capitalismo dependente. Fernandes buscava delinear as novas tendências engendradas pela penetração do capitalismo monopolista no Brasil, e as alternativas colocadas para a classe trabalhadora e os movimentos de seu tempo.(FERNANDES;2020) (MOURA; 2014)



Para Florestan Fernandes, as fase da sociedade competitiva capitalista no Brasil, que dissolve o escravismo, pode ser caracterizada da seguinte forma:

Consideradas de uma perspectiva global, as três fases do desenvolvimento capitalista mencionadas na história moderna da sociedade brasileira podem ser descritas da seguinte maneira: a) fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno; b) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo; c) fase de irrupção do capitalismo monopolista. A fase de eclosão do mercado capitalismo moderno é, na verdade, uma fase de transição neocolonial. Sua delimitação pode ir, grosso modo, da Abertura dos Portos até aos meados ou à sexta década do século XIX (tornando-se, como ponto de referência, as evidências históricas da crise estrutural irreversível do sistema de produção escravista). A fase de formação e expansão do capitalismo competitivo se caracteriza pela consolidação e disseminação desse mercado e por seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico. Ela compreende, pois, tanto o período de consolidação da economia urbano-comercial quanto a primeira transição industrial verdadeiramente importante; e vai, grosso modo, da sexta década ou do último quartel do século XIX até a década de 1950, no século XX. A fase de irrupção do capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista). Embora as tendências para essa evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 1950 e só adquire caráter estrutural posteriormente à “Revolução de 1964”.(FERNANDES, 2020, p.227-228)

Desse ponto de vista, o capitalismo monopolista é algo contemporâneo para Florestan Fernandes, que só se caracteriza depois da consolidação de duas fases qualitativamente distintas engendradas anteriormente. Para Moura, como vimos, o capital monopolista estava presente desde o escravismo tardio, e as mudanças históricas se delineiam para ele do ponto de vista quantitativo, ou seja, do nível de penetração e consolidação do capitalismo monopolista que já estava presente desde a transição.

É importante aqui ressaltar alguns pontos em comum, ao falar sobre o processo de exclusão e de concentração de riqueza da transição já referida, Florestan Fernandes destaca:

Em tal contexto e em vista dos fins econômicos visados, a articulação [de diferentes modos de produção] simplificou as coisas, na medida em que a existência de uma grande massa de excluídos (por causa da escravidão, da inatividade forçada e da pobreza geral) permitiu converter a urbanização em um processo ultrasseletivo e concorreu para estabelecer uma ligação indireta entre a escravidão e o desenvolvimento do capitalismo comercial dentro do país. A articulação da economia urbano-comercial com um sistema de produção escravista deixou, assim, de ser uma desvantagem para a evolução do sistema econômico global. [...] Os grupos de baixa renda, que se incorporaram ao processo (e que vinham predominantemente do exterior) [no caso os imigrantes], buscavam as oportunidades que as cidades-chave abriam ao trabalho livre, dentro de um mundo escravista - especialmente no comércio, em ocupações artesanais e em vários tipos de serviços (inclusive públicos), todos em crescimento moderado, mas oferecendo perspectivas de



mobilidade econômica e de ascensão social. Ao lado desses contingentes humanos, estavam os escravos, os forros e os vários tipos de libertos, que também sofriam forte atração por esse processo de urbanização de longa duração. [...] O liberto, por sua vez, encontrava na cidade chave, nas esferas das ocupações artesanais e dos serviços, muitas oportunidades de transição para o salário livre e de reclassificação social. Com frequência, só ele podia se ocupar de certos trabalhos, que eram rejeitados pelo artesão branco ou pelo branco pobre. (FERNANDES, 2020, p. 232-233)

Seria, portanto, falso insinuar que a exclusão do grande contingente de egressos da escravidão e escravizados na transição do escravismo para o capitalismo não ocupa papel importante para a explicação que oferece Florestan Fernandes. De modo semelhante a Moura, só se pode explicar o caráter excludente do capitalismo no Brasil, se levarmos em conta o racismo que foi redefinido nessa nova fase histórica.

Para Fernandes, assim como em Moura, o capitalismo brasileiro também teve seus dinamismos engendrados a partir de fora. Mas, como já foi dito anteriormente, esses mecanismos de dominação externa mudaram ao longo do tempo. Apesar das ditas alterações qualitativas, o que permanece, do ponto de vista de Florestan, é a chamada Dupla Articulação. Primeiro, uma articulação com o latifúndio, e segundo, uma articulação com o mercado externo, que, por falta de mecanismos internos de reprodução autônoma do capital, precisa intervir e controlar os mecanismos reprodutivos do metabolismo social do capital. É importante deixar claro a respeito da primeira articulação, que ela existiu por conta das impossibilidades da burguesia interna de extinguir com a classe senhorial, em parte porque a burguesia interna veio desta outra classe, em outra parte porque ela ofereceu os mecanismos de engendramento do mercado interno.(FERNANDES;2020) (MOURA; 2014)

Desse ponto de vista, para Fernandes, um capitalismo que mantém o grande latifúndio cuja classe social permanece com mentalidades escravistas, é um capitalismo que articula internamente dinamismos com estruturas sociais arcaicas. (FERNANDES;2020)

A impossibilidade da burguesia interna engendrar por si só um dinamismo e diferenciação econômica, fez com que essa classe se articulasse através do Estado. O Estado passou a ser o *locus* político por qual todas as mudanças substantivas ocorrem, e depois da transição, o Estado passou a atender exclusivamente aos interesses burgueses associados, fazendo com que na fase monopolista, a hegemonia burguesa ficasse completamente comprometida pela incapacidade interna da burguesia de integrar as demais classes, formando uma sociedade civil diferente da nação. Em suma, Florestan pontua:

Esse é, em resumo, o ponto culminante e o fato central da evolução do “Brasil moderno”, cenário e produto da transformação capitalista. Ao concretizar-se, a revolução burguesa transcende seu modelo histórico não só porque está superado. Mas, ainda, porque os países capitalistas retardatários possuem certas peculiaridades

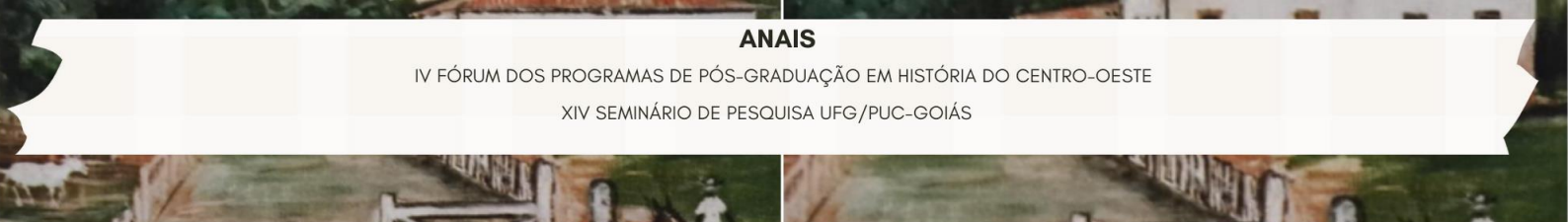


e se defrontam com um novo tipo de capitalismo no plano mundial. A burguesia nunca é sempre a mesma, através da história. No caso brasileiro, a burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo que nasceu da confluência da economia de exportação (de origem colonial ou neocolonial) com a expansão do mercado interno e da produção industrial para esse mercado (realidades posteriores à emancipação política e condicionante de nossa devastadora “revolução urbano-comercial”). No entanto, a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosivas, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em consequência, o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se (processo que, sem dúvida continuará, mesmo que encontre formas eficientes de dissimulação, como sucedeu com a dominação senhorial do Império) [ou seja, mesmo sob democracia se constitui uma autocracia]. Não só porque ainda não existe outra forma social, politicamente organizada, capaz de limitá-la ou de detê-la. Mas também porque ela não tem como conciliar o modelo neoimperialista de desenvolvimento capitalista que se impôs de fora para dentro, com os velhos ideais de Revolução Burguesa nacional-democrática. (FERNANDES, 2020, p. 223)

CONCLUSÃO

Clóvis Moura e Florestan Fernandes diagnosticaram, a seu modo, partindo de pontos de vistas e problemáticas diferentes um tipo de economia que tem como sua força motriz principal a articulação de elementos modernos com elementos arcaicos, e que estruturas antigas são amplamente ressignificadas para engendrar novos modos de dominação por uma burguesia que não foi capaz de completar seu ciclo hegemônico à maneira dos países centrais, e que por isso, tem suas formas de dinamismos calcado na dependência externa e na constante drenagem de recursos nacionais para o exterior. Tal problemática ainda perpassa os dias de hoje, o que ressalta a universalidade e a pertinência de ambos os autores para a análise da sociedade brasileira atual. (FERNANDES; 2020) (MOURA; 2014)

Se, no entanto, a preocupação do Florestan é de concretizar através da análise histórica, os problemas para as classes subalternas brasileiras no presente, com todas as suas peculiaridades e percalços, ele não concretiza societariamente o campo revolucionário, o bloco a ser formado em prol da revolução. Já Clóvis Moura, na tentativa de delimitar claramente a liderança no processo revolucionário, já bem clara para o autor desde a transição para o capitalismo dependente, não analisa a chamada “integração monopólica”, problema tão caro aos teóricos da TMD, na feitura das suas obras. Problemáticas diferentes, colocam resoluções contraditórias em todo o processo de escrita. (FERNANDES; 2020) (MOURA; 2014)



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAMBIRRA, Vania. O capitalismo dependente latino-americano. 4º Edição. Florianópolis: Editora Insular, 2019.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 6º Edição. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020

MOURA, Clóvis. Brasil: Raízes do protesto negro. São Paulo: Editora Global, 1983.

MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. 2º Edição. São Paulo: Fundação Maurício Grabois; Editora e Livraria Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, Clóvis. História do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. Rebeliões da senzala. 3º Edição. São Paulo: Lech Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1981.

FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI: PRESERVANDO MEMÓRIAS E HISTÓRIAS NA ANTIGA CAPITAL DE GOIÁS

Paulo Henrique Pereira Freitas²⁴⁰

RESUMO

O presente artigo apresenta parte da pesquisa de mestrado acerca da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, um “lugar de memória”, de valorização e de preservação do patrimônio cultural. A instituição está localizada na cidade de Goiás, município goiano tombado como patrimônio cultural mundial pela UNESCO, em dezembro de 2001. A entidade tem disponibilizado para a pesquisa, desde 1970, documentos de diferentes grupos da sociedade goiana e tem-se consolidado enquanto polo facilitador da Lei nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação, além de lugar de combate, frente aos esquecimentos da história em Goiás. Entre os documentos preservados está a Lei nº 548 de 1924, que instituiu o Código de Posturas na cidade de Goiás, o qual, além de normativa municipal, apresentava um dos impedimentos enfrentados pelas mulheres no exercício da profissão de lavadeira, diante do mundo do trabalho na cidade de Goiás. As lavadeiras e as carregadeiras de água, além de todos os dias terem que lidar com as barreiras do duro e escasso contexto para a realização do trabalho por parte das mulheres, também enfrentaram os impactos da vulnerabilidade socioeconômica, da intolerância religiosa e o preconceito racial, sem nos deixar, contudo, capazes de reconhecer os contextos de luta, de resistências e enfrentamentos dessas mulheres.

Palavras-chave: Lavadeiras. Carregadeiras de água. Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Memória.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, destaca-se que por décadas a Fundação Educacional da Cidade de Goiás – FECIGO, popularmente conhecida como Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem preservado documentos referentes a diferentes grupos da sociedade vilaboense, que permearam os contextos históricos da vida cotidiana de diferentes grupos, raças e classes sociais, favorecendo assim o acesso à história, à memória, à cultura e às tradições desses povos, inclusive os excluídos, esquecidos ou negligenciados do cenário cultural do município de Goiás, consolidando-se, assim, como um autêntico “lugar de memória” conforme a conjectura apresentada por Nora (1993).

²⁴⁰ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás, e-mail: paulodifer@gmail.com, Orientadora: Prof.^a Dr.^a Keley Cristina Carneiro.



A Fundação Cultural Frei Simão Dorvi uma instituição sem fins lucrativos, espaço de memória, de valorização e de preservação do patrimônio cultural local, tem desempenhado um importante papel de polo facilitador da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, norma federal promulgada durante o governo da então Presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff em 2011, que visa assegurar a população brasileira, o acesso à informação.

Por fim, destacaremos à luz da bibliografia encontrada na Fundação, os desafios e os preconceitos enfrentados pelas mulheres em vulnerabilidade socioeconômica, no desenvolvimento das antigas profissões de lavadeiras e carregadeiras de água, frente uma sociedade preconceituosa, de forma a instigar um olhar crítico sobre esses importantes enredos esquecidos da memória vilaboense, já que em Goiás, as políticas em torno do patrimônio cultural, se deu via a omissão “da memória das comunidades afro descendentes da participação na construção das identidades culturais por meio de uma herança patrimonial atraída, pouco confiável e de uma memória histórica marcada pela construção da segregação negra” (PRADO, 2014: 176-177),.

A FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI: UM LUGAR MEMÓRIA E INCLUSÃO SOCIAL EM GOIÁS

A Fundação Educacional da Cidade de Goiás popularmente conhecida como Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, em homenagem ao seu fundador, o religioso italiano-vilaboense (Giuseppe Dorvi²⁴¹) Frei Simão Dorvi, está localizada na rua da Abadia no centro histórico da Cidade de Goiás, compondo o conjunto arquitetônico tombado pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade em 2001 e tem buscado preservar, desde o ano de 1970, documentos históricos relativos às mais diferentes esferas do cotidiano social da antiga capital de Goiás.

No decorrer desses mais de cinquenta anos de funcionamento, a fundação tem-se consolidado, como um importante centro de pesquisa, de documentação e de preservação do patrimônio e da memória vilaboense, por fornecer acesso e exploração física de documentos históricos que datam a partir do ano de 1723, possibilitando assim, alcançar um dos principais objetivos da instituição, conforme destaca seu próprio Estatuto de criação (2017: 2), de “incentivar e desenvolver trabalhos no sentido de preservar o Patrimônio Histórico e Artístico da Cidade de Goiás, em estreita colaboração com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais”.

²⁴¹ Nasceu na Itália em 13/12/1907, desembarcou no Brasil em 1936, veio para a Cidade de Goiás na Semana Santa de 1938 com mais dois padres e assumem o Convento do Rosário fundado em 1883 pelos dominicanos franceses. Em 1972 recebe o Título de Cidadão Vilaboense pela Câmara Municipal de Goiás.

Estão preservados na instituição documentos relacionados a antiga Câmara Municipal de Vila Boa, fóruns cartoriais (civil, crime e família), além de documentos vinculados ao poder municipal local, como o Hospital São Pedro de Alcântara (1828 até 1969), Mercado Municipal, documentos religiosos: registros de irmandades, certidões de casamento, nascimentos e óbitos, batizados, testamentos, inventários, periódicos antigos variados, além de livros da história e da memória do estado de Goiás.

Figura 1: Fachada externa, biblioteca e arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi



Fonte:

Acervo pessoal, 2021.

Ao preservar uma gama tão diversa de documentos históricos relativos aos diferentes segmentos e vertentes da sociedade vilaboense, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi se concretiza como um “lugar de memória” por excelência, dentro da concepção apresentada por Nora (1993: 21), isto é “material, simbólico e funcional” os três simultaneamente. Na sua concepção esses lugares “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993: 22)



Nesse sentido, ao possibilitar aos habitantes da antiga capital e também do estado de Goiás um ambiente onde podem ser encontrados documentos relativos às suas raízes e de seus antepassados, se apresenta num espaço de grande simbolismo e de relevância especial para esta comunidade, a sua relevância se concretiza a partir da sua representação como referência para as pessoas, conforme nos frisa o IPHAN (2016: 31-32), “as edificações podem ser de diferentes épocas e estilos e servir para diferentes finalidades... Um lugar pode ser importante para uma comunidade por ser referência de seu dia a dia, de suas crenças, de atividades de trabalho”.

Nas reflexões acerca das concepções em torno das narrativas desses espaços de memória, Prado (2014: 176), relata que “observamos não só o lugar de memória, mas a *ausência* deste lugar de memória, encarado como signo da ação do campo de poder e controle presentes em Goiás e, capazes de manipular datas, acontecimentos, lembranças e a própria história”. Nessa conjuntura, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, na inexistência desses “espaços de memória”, ao propiciar o acesso à documentos relacionados a diversos grupos em apagamento, como os povos indígenas, os Kalungas, as lavadeiras e as carregadeiras de água, se credencia, dentre outros aspectos, a ser um espaço de resistência e de enfrentamento, no qual as vozes dissonantes de povos “esquecidos ou tendenciosamente negligenciados” se fazem presentes, inclusive os grupos étnicos ligados principalmente às matrizes afrodescendentes que ao longo do tempo sofreram com severos preconceitos de cor, raça e religião.

Nessa concepção, a fundação se coloca enquanto mecanismo de poder e combate, frente aos esquecimentos em Goiás, pois dedica grande parte de seu novo anexo denominado AR’QUICONGO a preservação das pesquisas voltadas aos povos quilombolas e povos indígenas originários do Centro-Oeste brasileiro, e desta forma não privilegia apenas a preservação da documentação relacionada aos grupos vinculados as esferas de poder, possibilitando assim, que os grupos em esquecimento encontrem voz e vez, pois durante décadas, o panorama acerca das políticas de preservação no território brasileiro segundo apresenta Oliveira (2019: 3), “em busca de uma identidade nacional única, a política de preservação cultural brasileira foi consolidada oficialmente sob a ausência das referências culturais dos povos indígenas e africanos escravizados, formadores da sociedade brasileira”.

Devido ao trabalho de preservação e a disponibilização à pesquisa, de seu rico e diverso acervo de documentos, referentes a diferentes enredos históricos e das identidades coletivas da antiga capital de Goiás, a fundação tem recebido ao longo dos últimos anos, um crescente reconhecimento por parte de pesquisadores que tem buscado compreender a história e as memórias coletivas locais, a partir de documentos da instituição. Frisa-se também que ONGs nacionais e internacionais tem

investido cada vez mais na manutenção do espaço, o que denota a seriedade e a magnitude do trabalho desenvolvido pela entidade.

Assim, ao preservar e possibilitar o acesso a diversas tipologias de documentos (principalmente documentos históricos) relacionados ao governo municipal e também estadual, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, supre uma importante lacuna existente nas instâncias institucionais brasileiras, a transparência e o acesso à informação, corroborando com a execução da Lei Nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação, sancionada em 2011 que regula entre outros, o acesso à informação na união, estados, Distrito Federal e nos municípios.

A FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI COMO POLO FACILITADOR DA LEI Nº 12.527 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA O CIDADÃO VILABOENSE.

A Lei nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação Pública (LAI) foi sancionada em 18 novembro de 2011, entrou em vigor em 16 de maio de 2012, durante o primeiro mandato da então presidenta da república Dilma Vana Rousseff, e tem representado um avanço histórico e significativo para o povo brasileiro, pois favorece o fortalecimento dos laços de cidadania nacionais, além de ser uma forma relevante e singular de consolidar o estado democrático de direito no qual vivemos, pois garante ao cidadão brasileiro, o acesso à informação. Conforme descrito a seguir, ficam subordinados ao regime desta lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público; II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres. (BRASIL, 2011)

Como vimos, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem possibilitado ao cidadão goiano o acesso à informação, desde o ano de 1970, porém faz-se importante salientar, que a instituição não está vinculada a nenhuma das esferas de poder municipal, estadual ou federal e apesar da possibilidade de se enquadrar na norma acima enquanto entidade sem fins lucrativos, conforme descrito no seu art. 2º, a instituição não recebe recursos direta ou indiretamente de nenhum dos setores governamentais atualmente.

Mesmo não se enquadrando claramente nos critérios descritos no caput e nos demais artigos previstos na Lei nº 12.527, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi por preservar e disponibilizar



documentos referentes à Prefeitura Municipal de Goiás, da antiga Câmara Municipal de Vila Boa, do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e de fóruns cartoriais, todas estas vinculadas a algumas das esferas de poder governamental ou que recebem recursos de algumas dessas esferas, tem contribuído efetivamente para que seja cumprido o direito constitucional de todo cidadão vilaboense de ter acesso à informação pública, se consolidando assim, em polo facilitadores da Lei nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação Pública em Goiás.

Após a entrada em vigência da Lei federal n. 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI, o povo brasileiro passou a contar com um importante instrumento facilitador da atuação do cidadão na esfera governamental, pois ela determina que o acesso às informações estatais seja a regra, e o sigilo, a exceção. (NASCIMENTO, 2016: 2)

Um fator relevante a ser levantado em relação a Fundação Frei Simão Dorvi enquanto polo facilitador da Lei de Acesso à Informação é o fato de a instituição, infelizmente, ainda não disponibilizar o acesso ao seu acervo de documentos e livros através de equipamentos e softwares de tecnologia da informação, o que compromete o atendimento pleno descrito na redação da lei nº 12.527, que prevê que esse acesso seja implementado e disponibilizado a toda a população através de sites, canais ou plataformas oficiais desses órgãos na internet.

Como a fundação é uma instituição sem fins lucrativos e nos últimos anos tem se mantido principalmente com recursos oriundos de ONGs, para ultrapassar este empecilho e caminhar para a implementação total da referida lei, seriam necessários investimentos de qualquer das esferas do poder público, não só aportes financeiros, mas também em recursos humanos, haja vista que atualmente somente a bibliotecária/arquivista da unidade tem prestado atendimento ao público.

Como vimos a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem trabalhado por muitas décadas no intuito de consolidar a preservação do patrimônio cultural local, voltada ao interesse do bem coletivo de toda a sociedade vilaboense, favorecendo diretamente o estabelecimento dos laços de cidadania, a preservação da história e das memórias locais, incluindo os grupos minoritários, esquecidos ou negligenciados e assim tem contribuído diretamente para a preservação do patrimônio local e a promoção da cultura, além de propiciar a implementação dessa importante política pública brasileira a Lei nº 12.527, que institucionaliza o direito ao acesso à informação no território brasileiro, através do seu rico conjunto documental preservado.



OS DESAFIOS E OS PRECONCEITOS DO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER POBRE E NEGRA NA CIDADE DE GOIÁS: AS CARREGADEIRAS DE ÁGUA E AS LAVADEIRAS DO RIO VERMELHO

Conforme frisado, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem preservado documentos da história de diversos grupos da comunidade vilaboense e um desses enredos correspondem a um considerável acervo referente às antigas profissões de lavadeiras e carregadeiras de água. Historicamente, o ofício de carregar água e lavar roupas à beira rio, se constituiu como umas das principais fontes de renda de muitas mulheres vulneráveis economicamente durante o processo de formação e desenvolvimento da cidade de Goiás.

Com os avanços tecnológicos das modernas máquinas de lavar e à implementação de políticas públicas de saneamento, que disponibilizou água tratada e esgoto nas residências, e assim, proporcionou aos conjuntos urbanos da cidade patrimônio um pouco de conforto do contexto de modernidade. Com isso, as profissões de lavadeiras e carregadeiras de água caíram em desuso, impactando diretamente o sustento de muitas famílias que dependiam do trabalho dessas mulheres, de Vila Boa, antiga capital de Goiás.

Na análise de Silveira (1991: 1), o ofício de lavadeira se constituiu desde a formação da Cidade Goiás, uma das primeiras profissões a serem “realizadas pela mulher, de maneira grupal desde a colonização” no município. O palco dessas importantes ocupações esquecidas pela modernidade e pelo contexto social vilaboense são as margens do Rio Vermelho, denominação recebida em virtude da coloração avermelhada, cor de barro, de suas águas em épocas de chuva, um rio dentro do “patrimônio”, que carrega histórias, mitos e memórias. Um rio que divide a cidade em duas, “do lado de lá do rio” ou “lá da matriz” e do lado “de lá do rio” ou do “lado da Igreja do Rosário”, conforme nos apresenta Tedesco (2009: 4).

Assim, se do lado “de lá do rio” ou “lá da matriz” predominam objetos que traduzem o modo de vida de pessoas mais abastadas, preocupadas com as normas e regras de etiqueta ligadas a Corte e com condições de adquirirem objetos em louça importada, do lado “de lá do rio” ou do “lado da Igreja do Rosário”, predominam os objetos feitos em cerâmica com fortes elementos africanos em sua decoração.

No contexto do mundo de trabalho na Cidade de Goiás, muitas lavadeiras e carregadeiras de água, na busca pelo sustento de suas famílias, além de enfrentarem as relações de trabalho severas e autoritárias, em que “as mulheres deveriam ser educadas, mas apenas para a maternidade e a esfera pública seria domínio exclusivo de uma cidadania masculina esclarecida”, conforme salienta Gilroy (2012: 77), sofriam também as proibições e o preconceito de raça e de gênero.



A poetisa e contista brasileira Cora Coralina, pseudônimo para Ana Lins dos Guimarães Peixoto, certamente uma mulher à frente de seu tempo, em sua longa trajetória de vida retratou e homenageou por diversas vezes, através de suas poesias, conforme o poema abaixo denominado “A lavadeira”, Coralina (1983: 208-209), as especialistas do ofício de lavar vestimentas às margens do Rio Vermelho:

Essa mulher...Tosca, Sentada, Alheada... Braços cansados descansando nos joelhos... olhar, parado, vago, perdida no seu mundo de trouxas e espuma de sabão – é a lavadeira. Mãos rudes, deformadas. Roupa Molhada. Dedos curtos. Unhas enrugadas. Córneas. Unheiros doloridos passaram, marcaram. No anular, um círculo metálico barato, memorial. Seu olhar distante, parado no tempo. À sua volta – uma espumarada branca de sabão. Inda o dia vem longe na casa de Deus nosso Senhor, o primeiro varal de roupa festeja o sol que vai subindo, vestindo o quaradouro de cores e multicores. Essa mulher tem quarentanos de lavadeira. Doze filhos crescidos e crescendo. Viúva, naturalmente. Tranquila, exata, corajosa. Temente dos castigos do céu. Enrodilhada no seu mundo pobre. Madrugadeira. Salva a aurora. Espera pelo sol. Abre os portais do dia entre trouxas e barrelas. Sonha calada. Enquanto a filharada cresce trabalham suas mãos pesadas. Seu mundo se resume na vasca, no gramado. No arame e prendedores. Na tina d'água. De noite – o ferro de engomar. Vai lavando. Vai levando. Levantando doze filhos crescendo devagar, enrodilhada no seu mundo pobre, dentro de uma espumarada branca de sabão. Às lavadeiras do Rio Vermelho da minha terra, faço deste pequeno poema meu altar de ofertas. (CORALINA, 1983: 207-209)

O poema acima da poetisa Cora Coralina, são descritos os enfrentamentos, as lutas, as dores, a pobreza, as doenças, as várias décadas de profissão e as angústias sofridas por essas profissionais, no desempenho perseverante de suas profissões, mulheres pobres, possivelmente viúvas e esteio de suas respectivas famílias.

É também através dos versos abaixo escritos pela poetisa Cora Coralina que percebemos a construção simbólica do papel feminino no contexto das ocupações de trabalho durante o século XX, diante de uma sociedade machista e preconceituosa nesse contexto de Goiás. Na poesia denominada “Todas as vidas”, Cora Coralina ao citar as várias profissões executadas pelas mulheres, inclusive o ofício de lavadeira, percebemos na composição da mesma o uso de termos como “cabocla velha de mau-olhado”, “bota feitiço”, “macumba”, termos que claramente nos apresentam indícios dos preconceitos de cor, raça e religião, principalmente contra as religiões de matriz africana, enfrentados pelas mulheres pobres e negras no desempenho de suas respectivas funções.

Vive dentro de mim uma cabocla velha de mau-olhado acororada ao pé do borralho, olhando pra o fogo. Benze quebranto. Bota feitiço... Ogum. Orixá. Macumba, terreiro. Ogã, pai-de-santo... Vive dentro de mim a lavadeira do Rio Vermelho, Seu cheiro gostoso d'água e sabão. Rodilha de pano. Trouxa de roupa, pedra de anil. Sua coroa verde de são-Caetano. Vive dentro de mim a mulher cozinheira. Pimenta e cebola. Quitute bem feito. Panela de barro. Taipa de lenha. Cozinha antiga toda pretinha. Bem cacheada de picumã. Pedra pontuda. Cumbuco de coco. Pisando alho-sal. Vive dentro de mim a mulher do povo. Bem proletária. Bem linguaruda, desabusada, sem preconceitos, de casca-grossa, de chinelinha, e filharada. Vive



dentro de mim a mulher roceira. Enxerto da terra, meio casmurra. Trabalhadeira. Madrugadeira. Analfabeta. De pé no chão. Bem parideira. Bem criadeira. Seus doze filhos. Seus vinte netos. Vive dentro de mim a mulher da vida. Minha irmãzinha...tão desprezada, tão murmurada...Fingindo alegre seu triste fado. Todas as vidas dentro de mim: Na minha vida – a vida mera das obscuras (CORALINA, 1983: 45-46)

Em relação aos preconceitos, uma das figuras mais emblemáticas do ofício de carregadeira de água na Cidade de Goiás e também uma das principais personagens a sofrer com a discriminação e as marcas do racismo na sociedade vilaboense durante o século XX é Maria do Rosário Gonçalves do Espírito Santo. Conhecida antigamente por todos os cantos da antiga capital de Goiás, Maria do Rosário Gonçalves do Espírito Santo, popularmente conhecida como “Maria Macaca”, sofreu por muitos anos com esse apelido que se configura como estereótipo fortemente racista e muito utilizado para proferir preconceitos contra as pessoas negras. Conforme nos confirma Prado (2016: 243), ao analisar a obra poética de Regina Lacerda, “chamada por Maria Macaca, denominação característica da força do racismo em Goiás, Maria do Rosário é uma das carregadeiras destacadas nas muitas memórias que reportam tal ofício”.

Preta, magra e alta, cheirando a coentro, vestindo chita, saia de babado, Pano na cabeça, enrodilhado E em cima, lata d’água e cuia dentro. Remexe os quadris em rebolado, Pula aqui e acolá, no chão pedrento Ginga e se sacode em balanceado, Qual “Ford” sem parafuso de centro! “Benzinho” pra aqui, pra ali “benzinho”, “Tu tá bão, como tu tá neguinho?” Remeleixo mais das ancas faz! Viveu muito a nossa retratada, Sempre alegre, querida, estimada CARREGADEIRA D’ÁGUA DE GOYAZ” (SOUZA FILHO, 1987: 109).

Nota-se em relação ao poema acima no qual Eduardo Henrique retrata a personagem de Maria do Rosário Gonçalves do Espírito Santo, “Maria Macaca”, no poema denominado Tipos de Goyaz, que para descrevê-la aparecem além do termo preta, a expressão “cheirando a coentro”, palavra com a qual Prado (2016) questiona, em sua análise da obra de Regina Lacerda, uma possível relação dessas profissionais de carregamento do líquido indispensável à vida com as religiões de matriz africanas.

Figura 2: Carregadeira de água - Maria do Rosário Gonçalves do Espírito Santo, sem data.



Fonte: Acervo de Elder Camargo de Passos.

Outro aspecto do poema acima no qual retrata a personagem de Maria do Rosário Gonçalves do Espírito Santo, é a representação da mulher afro-descendente enquanto mulher objeto, como podemos observar nos trechos: remexe os quadris em rebolado, remeleixo mais das ancas faz e ginga e se sacode em balanceado, termos que reafirmam as considerações levantadas por Conduru (2007: 58) acerca da construção dos mitos sociais em nosso país, no qual elege a “*mulata como paradigma de beleza nacional, com elegias pictóricas às mulheres afro-descendentes, subvertendo, por um lado, os padrões estéticos ocidentais impostos pela cultura artística, mas, por outro, insistindo na objetificação sexual da mulher negra*”, e retrata as múltiplas dimensões da arte afro-brasileira na produção artística do artista *Di Cavalcanti*.²⁴²

No desempenho das ocupações, essas profissionais não tinham a opção de estabelecer sua própria carga horária ou os dias em que descansavam. Conforme ressalta Parreira (2010: 103), “elas lavavam roupas ‘de ganho’ todos os dias da semana. Aos domingos, às vezes iam ao rio para lavarem as roupas de suas famílias”. Para garantirem o seu sustento e o dos seus familiares, repetiam a mesma tarefa a quantidade de vezes necessárias para entregarem a encomenda a tempo. Não escolhiam lugar nem tempo destinados a almoçar, após lavar as roupas no rio, conforme podemos perceber no relato abaixo:

Levavam as roupas limpas, molhadas e torcidas para secar em suas casas, ação que poderia se repetir até três vezes ao dia. Na maioria das vezes, quando dava tempo, faziam o almoço em casa, de madrugada, e o levavam para ser comido ali mesmo, na beira do rio [...] era uma atividade constante de mulheres pobres, em sua maioria viúvas, para as quais a cidade não oferecia outra alternativa. Às cinco da manhã já de pé, preparava o ‘de comer’ para os filhos que ficavam e levavam o seu quinhão

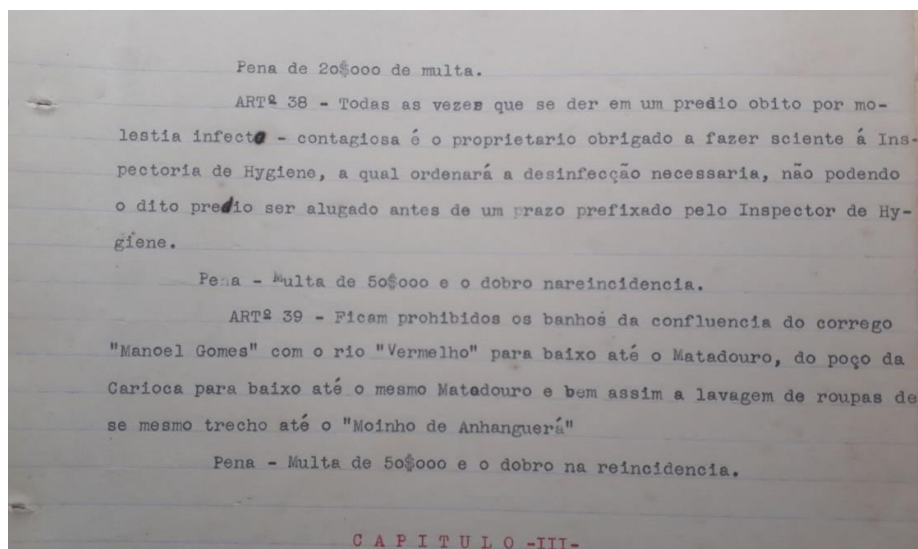
²⁴² Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque Melo (1897-1976), foi um pintor, desenhista, ilustrador, muralista e caricaturista brasileiro. Foi um dos idealizadores da Semana de Arte Moderna de 1922.

para sustentá-la à beira do rio, em uma pequena marmita de (ALBERNAZ, 1992: 30).

Historicamente, não se sabe exatamente quantas vezes essas profissionais foram impedidas de desempenhar a sua profissão à beira rio, mas fontes informais relatam que em pelo menos três ocasiões, as lavadeiras foram proibidas de exercer seu ofício e consequentemente de conseguir levar sustento às suas famílias, o que pode ter significado uma enorme violência contra essas mulheres, pois eram inexistentes para o Estado a adoção de políticas de assistência social, deixando essas profissionais e seus entes à mercê do destino.

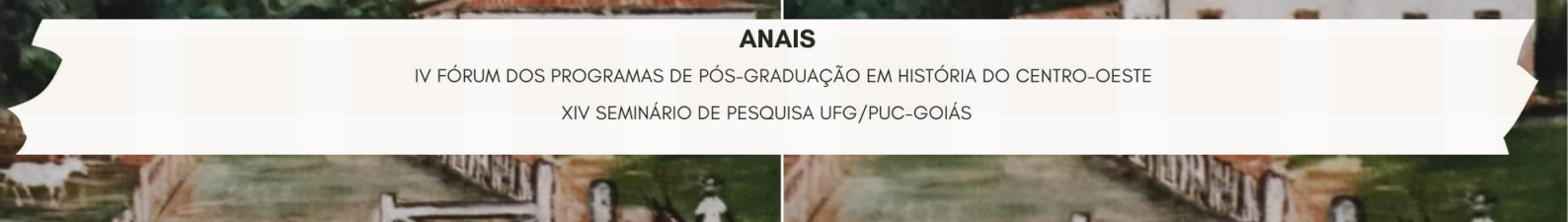
Um dos registros destas proibições nos quais as lavadeiras foram impedidas de desempenhar o seu ofício está preservado na instituição e ocorreu, conforme nos apresenta o documento abaixo, durante a implementação da Lei nº 548, no qual era implantado o Código de Posturas do Município de Goiás, em 11 de outubro de 1924. O art. 39 da referida lei, impactava severamente na principal fonte de renda das famílias das profissionais de lavar vestimentas, deixando-as em séria vulnerabilidade econômica na cidade de Goiás.

Figura 3: Código de Posturas do Município de Goiás: Lei nº 548, de 11 de outubro de 1924.



Fonte: Acervo Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2021.

Como percebemos, na labuta diária pela sobrevivência na antiga capital de Goiás, as lavadeiras e as carregadeiras de água, além de todos os dias terem que lidar as barreiras do duro e escasso contexto para a realização do trabalho por parte das mulheres, também enfrentaram os impactos da vulnerabilidade socioeconômica, a intolerância religiosa e o preconceito racial, sem nos deixar, contudo, capazes de reconhecer os contextos de luta, de resistências e enfrentamentos dessas mulheres aos desafios cotidianos e estruturantes dessa sociedade. Mulheres que elaboraram estratégias de resistências as subalternizações impostas a si e aos seus diante de um território



marcado por relações de poder e de opressões. Ainda é muito presente nas memórias e nas narrativas da comunidade local, as imagens, as biografias e a obstinação dessas mulheres, que foram protagonistas na luta pela sobrevivência apesar de toda força que se impunha, a partir do recorte de classe, de gênero e de raça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como percebemos, foram grandes os desafios, os preconceitos e as violências sofridas pelas lavadeiras de rio e carregadeiras de água, na verdade, por parte das mulheres na cidade de Goiás. Porém, ressalta-se contudo, que esse processo histórico de luta pelo exercício de suas profissões diante do mercado de trabalho severo e preconceituoso vilaboense, não foi efetuado sem enfrentamento e lutas, o que nos reafirma que as histórias e as memórias vinculadas a essas mulheres e suas obsoletas profissões devem ser preservadas, pois, conforme nos ressalta Conduru (2007: 51), infelizmente no território brasileiro, a relevância destacada as “questões culturais afro-descendentes foi de segundo grau, em boa parte estimulado e filtrado pela valorização europeia das culturas entendidas então como primitivas, além de não estar isento de preconceitos, nem imune a mitificações e cerceamentos”.

O município de Goiás, uma autêntica cidade patrimônio, em seus quase três séculos de fundação, tem preservado certamente inúmeros museus e consagrado bens culturais diversos, como igrejas e monumentos construídos essencialmente em “pedra e cal”. Mas em seu contexto histórico e urbano, pouquíssimas são as instituições e os espaços preservados onde podem ser encontradas fontes documentais conservadas, em que são contadas as narrativas históricas, a memória e as tradições desta antiga capital. Por isso, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi além de polo de preservação de fontes documentais de diferentes contextos socioculturais da cultura local e de polo facilitador da informação registrada, tem possibilitado o contato e a percepção aos habitantes da Cidade de Goiás, da existência de outros patrimônios, para além daqueles “conhecidos” e encontrados comumente em espaços musealizados.

Lamentavelmente, ainda não é possível mensurar os impactos proporcionados pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi como polo facilitador da Lei nº 15.527 - Lei de Acesso à Informação, em relação à sociedade vilaboense. Porém, podemos afirmar com veemência que esta instituição tem se consolidado ano após ano, como espaço de luta, de resistência e também de oposição, diante dos esquecimentos das memórias e o apagamento das tradições em torno do patrimônio cultural em Goiás,

favorecendo diretamente a construção de uma nova relação entre a sociedade e os seus bens culturais locais.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Ondina de Barros. **Reminiscências**. Goiânia: Kelps, 1992.

CONDURU, Roberto. **Arte afro-brasileira**. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 4 ed. São Paulo: Global, 1983.

CORALINA, Cora. **Vintém de cobre: meias confissões de Aninha**. Goiânia: Ed. UFG, 1983.

FLORENCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. 2. Ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora 34: UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GOIÁS (Estado). Fundação Educacional da Cidade de Goiás – FECIGO. **Requerimento** [s. n], de 12 de maio de 2017. Requerer o registro, arquivamento e averbação do Estatuto da Fundação Educacional da Cidade de Goiás. Goiás: FECIGO, 12 de maio de 2017.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Superintendência do Iphan no Distrito Federal. **Terreiros do Distrito Federal e Entorno: Inventário Nacional de Referências Culturais**. Coordenação: Gorge Bessoni, Rodrigo Ramassote e Marcelo Reis. Brasília, DF: IPHAN, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventario_entorno.pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.

NASCIMENTO, Deijeison Tiago Rios; PARCA, Túlio da Luz Lins. A importância da Lei de Acesso à Informação no desenvolvimento da cidadania participativa e no controle da res publica. **Caderno Virtual IDP**. V.1, n.33, 2016. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/1200> . Acesso em: 29 jun. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 28 jun. 2022.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. A cultura afro-brasileira como patrimônio cultural: reflexões preliminares. Salvador: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2019. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111688.pdf> . Acesso em: 26 dez. 2021.

PARREIRA, Selma Rodrigues. **Memórias azuis e um Rio Vermelho**. Goiânia, 2010. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal de Goiás, 2010. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/459/o/2010_Selma_Rodrigues_Parreira.pdf . Acesso em: 05 jul. 2022.

PRADO, Paulo Brito do. Cantilenas de Goiás: memórias, gênero e patrimônios das culturas negras na obra de Regina Lacerda. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 235-250, maio 2017. ISSN 1983-7801. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4962/3011>. Acesso em: 27 dez. 2021.

PRADO, Paulo Brito do. Patrimônio inquirido: por uma história de memórias subterrâneas nos sertões de Goiás em 1930. **Em Tempo de Histórias (PPGHIS - UnB)** n. 24. Brasília, Jan-Jul 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14832> Acesso em: 05 jul. 2022.

SILVEIRA, Divina Paiva. **Análise do discurso das lavadeiras de rio da Cidade de Goiás**. Goiânia, 1991. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, 1991.

SOUZA FILHO, Eduardo Henrique de. **Canteiro de Saudades: evocações e memórias**. Goiânia: Poligráfica, 1987.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. Do lado de lá e do lado de cá de Vila Boa de Goiás: fronteiras culturais e espaciais entre negros e brancos no século XIX. **IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba, maio, 2009. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/gislainevalerio.pdf> . Acesso em: 28 jun. 2021.

GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO SALVAGUARDADO NO NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS: UMA PERSPECTIVA DE CONSERVAÇÃO E USO SOCIAL DAS COLEÇÕES EM LOUÇA SÉCULO XVIII E XIX

Síntia de Cássia Gomes Pereira Cavalcante²⁴³

RESUMO

O patrimônio arqueológico se designa pela constituição de todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, bem como da vida e dos seres humanos, em que a sua preservação e estudo nos permitam traçar dados importantes na história da humanidade (COSTA, 2013). Sabendo disso, este trabalho tem como objetivo discorrer sobre a importância da preservação, da memória e das ações de gestão do acervo arqueológico em louça dos séculos XVIII e XIX existente no Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás, NARQ/UEG, proveniente de escavações arqueológicas realizadas no Sítio Arqueológico Histórico e Urbano Vila Boa de Goiás. Desse modo, será dando ênfase para o modelo de gestão para a reserva técnica do Núcleo de Arqueologia dessa Universidade por meio da normativa nº196, 18 de maio de 2016, no que se refere à manutenção, conservação e extroversão dos bens arqueológicos, considerando a necessidade de normatizar as atividades para promover a guarda e a pesquisa do Patrimônio arqueológico. O numeroso acervo em louça que está sob guarda do NARQ/UEG ainda carece de um levantamento minucioso, sistêmico para que possa atender a normativa 196 em vigor e acolher em sua dependência a comunidade acadêmica, a comunidade na prática da extroversão do patrimônio salvaguardado.

Palavras-Chave: Núcleo de Arqueologia. Gestão de acervo arqueológico. Normativa nº196

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo discorrer sobre a importância da preservação, da memória e da construção identitária dos grupos que viveram em Vila Boa de Goiás, através das ações de gestão do acervo arqueológico em louça dos séculos XVIII e XIX existente no Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás, NARQ/UEG, proveniente de escavações arqueológicas realizadas no Sítio Arqueológico Histórico e Urbano Vila Boa de Goiás.

Desse modo, se afirma que serão analisados nessa pesquisa a normativa 196, 18 de maio de 2016 que propõe manutenção, conservação e extroversão dos bens arqueológicos. A pesquisa

²⁴³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás, e-mail scgpcavalcante@hotmail.com, Orientadora: Professora Dra. Gislaíne Valério de Lima Tedesco.



arqueológica na cidade de Goiás teve início em 2000 durante as obras de adequação da cidade ao Título de Patrimônio da Humanidade. Ela foi uma ação pioneira no Brasil, principalmente por ter sido realizada em todo seu Centro Histórico e também em áreas adjacentes ao centro. Foram escavadas e acompanhadas todas as áreas do sítio que sofreram impactos durante a realização da obra Tedesco (2009: 12).

O Levantamento, Resgate e Monitoramento das intervenções perduraram de forma contínua de 2000 a 2002, nos anos seguintes deu-se continuidade à medida que a obra avançava até a sua última paralização no ano de 2016. Dessa pesquisa resultou um acervo de aproximadamente 140.000 fragmentos de cerâmica, vidro, louça metal e ossos de animais e 2 esqueletos humanos Tedesco e Carvalho, (2018:8).

Com um expressivo acervo e artefatos arqueológicos do período do ciclo da mineração, principalmente das pesquisas no Sítio Arqueológico Histórico Urbano de Vila Boa de Goiás, do Centro Histórico de Pirenópolis, Natividade (TO), bem como do período Pré-Colonial da região Centro Norte e Sudeste do Estado de Goiás, o Núcleo de arqueologia da UEG tem uma magnífica amostragem de artefatos arqueológicos de riquíssimo valor cultural para história da região central do país.

A RELEVÂNCIA DO ACERVO ARQUEOLÓGICO

Em uma linha do tempo, notamos que à construção da historicidade cultural no Brasil, reserva espaço de pouca visibilidade para os vestígios desvelados pela Arqueologia, apresentando um verdadeiro abandono, ora apontado pela fragilidade de um sistema amortizado, em outro tempo por uma vaga capacidade das instituições responsáveis com o patrimônio cultural que não assumiram ações sistemáticas e sistêmicas para com o patrimônio cultural brasileiro²⁴⁴.

Grande parte dos acervos coletados em pesquisa é salvaguardada em instituições de reserva técnica. Porém, apenas uma pequena parcela desse patrimônio é acessível à população. Isso porque em sua maioria, as instituições de guarda e pesquisa não possuem características socio-museológicas ou espaço de extroversão do patrimônio. Deixando assim “sepultado” os artefatos coletados nas pesquisas.

As funções que as reservas desenvolvem estão diretamente ligadas à definição que lhes é atribuída. No manual *Museum Handbook*, por exemplo, a reserva técnica é considerada um espaço, mas também um processo contínuo que atende à tarefa de

²⁴⁴ Maria Cristina Oliveira Bruno, Professora Titular em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Musealização da Arqueologia caminhos percorridos.



proteger e organizar as coleções enquanto estão armazenadas (PEREIRA, 2017:4, apud CUMBERLAND; FLORAY, 2012: 71).

Diante dessa problemática, faz-se necessário atentar nossos olhares para essa situação, o patrimônio arqueológico coletado nas pesquisas, herança cultural tem ficado ocultos dentro das reservas técnicas, alheios ao processamento de dados e subjugados aos olhares da população.

Para isso, pensamos o quanto os desafios de extroversão do patrimônio arqueológico podem possibilitar a utilização desse espaço e designar uma função social às instituições de guarda. Sabendo que os bens arqueológicos possuem um papel social e compõem a história de determinados grupos, cabendo à gestão desse patrimônio para a inserção do conhecimento a comunidade.

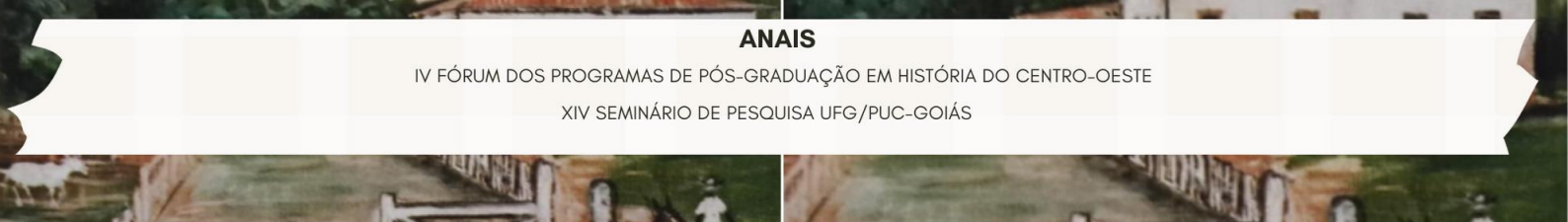
A extroversão alcança o espaço da reserva técnica quando busca uma diferenciação da concepção de patrimônio cultural e de suas funções. (VARINE-BOHAN, 2008:14) refere-se a uma falsa percepção de mudança construída pelo anseio de apresentar uma “democratização cultural” que, em seu cerne, apresenta mudanças rasas de estrutura. De fato, muito se tem falado em democratizar o acesso ao patrimônio arqueológico, porém as estruturas restritivas mantêm-se como dogmas. A extroversão dos bens arqueológicos precisa ultrapassar o simples tornar disponível, precisa criar mecanismos que gerem mudanças profundas na forma como o patrimônio é percebido nas diferentes esferas da sociedade (PEREIRA, 2017: 3, apud VARINE-BOHAN, 2008: 14).

Os espaços possuem finalidades que são atribuídas aos grupos sociais tanto com uma função social, ou lugares de memória. Neste sentido, Cardini (1988: 3): sintetiza a concepção de lugar segundo analogia de Halbwachs,(1990: 55), como lugar de memória coletiva nos processos históricos;

(...) a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido. (HALBWACHS, 1990: 55)

A transformação social dos lugares, a utilização do espaço pelos grupos e comunidades regionais e a designação da funcionalidade do lugar, reitera alguns sentimentos de apropriação de história ou das histórias vivenciadas nesses espaços e o fortalecimento do sentimento de pertencimento desse grupo. Desse modo, nota-se que:

A lembrança é reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento, na medida em que porta o "sentimento do já visto". É reconstrução, principalmente em dois sentidos: por um lado, porque não é uma repetição linear de acontecimentos e vivências do passado, mas sim um resgate destes acontecimentos e vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais; por outro, porque é diferenciada, destacada da massa de acontecimentos e vivências evocáveis e localizada num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais (HALBWACHS, 1990: 4).



A memória e a construção da identidade de determinados grupos são fortalecidas a partir do momento que a comunidade utiliza seus elementos, seus bens e sua trajetória histórica e cultural para construção de sua identidade social. Neste contexto, se afirma que a memória consiste em

um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992: 5).

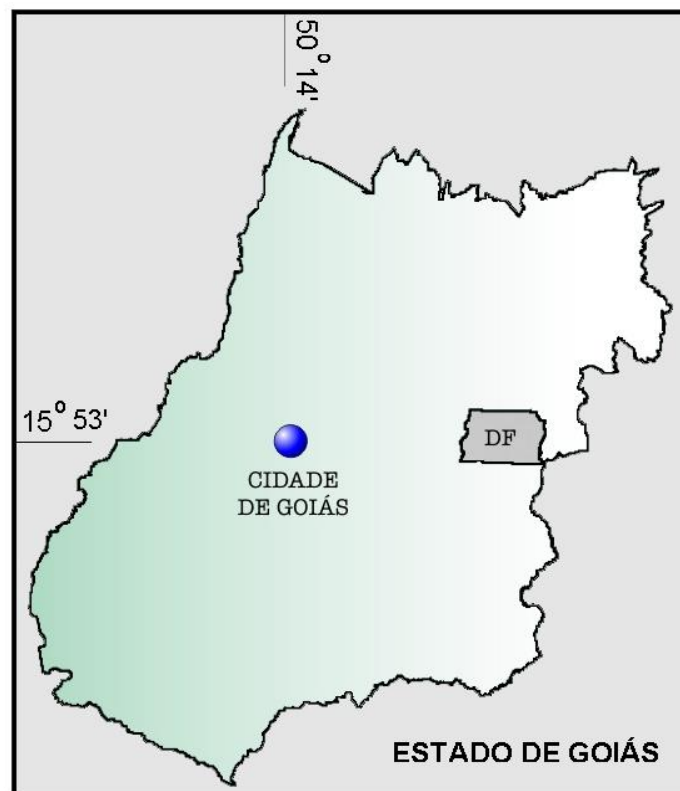
Entendemos que a extroversão do patrimônio, a funcionalidade das reservas técnicas e a utilização do espaço como lugar de memória, a construção social da identidade cultural da comunidade e a apropriação dos bens como parte do processo evolutivo cultural que fortalece a busca de reforçar o sentimento de pertencimento. Logo, a memória ao ser vista como uma operação coletiva dos “acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra em tentativas de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades” (POLLAK, 1989: 3).

A valorização do espaço, a reprodução social e as relações de pertencimento construídas pelas vivências do indivíduo, reafirma que o processo de construção cultural e identitários dos grupos sociais, pois os “espaços que vêm assim a funcionar como suporte de comunicação, de inter-relação, de organização de sentido e, enfim, de fecundidade e ação” (CHUVA, 2007: 51).

A instrumentalização das instituições, e a gestão do acervo como prática de socialização da cultural para os grupos sociais da comunidade, permiti que o indivíduo se veja e reveja através dos artefatos arqueológicos, guardião do passado, sua história e suas raízes culturais, construindo assim a valorização da identidade e memória.

A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA, AÇÕES DE GESTÃO DO ACERVO ARQUEOLÓGICO EM LOUÇA DOS SÉCULOS XVIII E XIX NO NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, NARQ/UEG

O Sítio Arqueológico Histórico Urbano da Cidade de Goiás, se localiza a 132 km de Goiânia, capital do Estado de Goiás, sendo sua via de acesso à Rodovia GO-070. Em 2001, a cidade recebeu o Título de Patrimônio Histórico da Humanidade em função da preservação de seu centro histórico e singularidade de seus testemunhos arquitetônicos (NARQ/UEG, 2003: 18).

Mapa 01 – Localização do Sítio

Fonte: NARQ/UEG, 2003.

O acervo histórico acolhido no NARQ/UEG dispõe de artefatos do século XVIII, XIX e XX dentre louças, cerâmicas, objetos em metais (armamentos militares, brasões), vidros, restos alimentares em osso e duas ossadas humanas. Conta ainda com um acervo em menor quantidade de artefatos do homem Pré-colonial dentre eles machadinhas, raspadores, vasilhames em cerâmica de grupos que habitaram a região central do país antes da chegada do colonizador, principalmente grupos nômades de coletores e agricultores (TEDESCO; PEREIRA; SOUZA; 2004: 11).

Com um potencial de artefatos do século XVIII e XIX provenientes da pesquisa em ruas e quintais foram possíveis durante as escavações encontrar bolsões em fundo de quintais, nas valas abertas em becos, ruas e também em pontos de lixeiras coletivas um grande quantitativo de fragmentos de louças que chamou atenção tanto pela sua expressividade e pelas particularidades que apresentaram. Com base nessa informação, faz-se necessário, discorrer sobre a importância da preservação da identidade e da memória do acervo em louça do Sítio Arqueológico Histórico Urbano da Cidade de Goiás para que ele, possa ser utilizado na comunidade científica em pesquisas e nas ações educativas e sociais da cultura material salvaguardada no NARQ/UEG com a comunidade.

Neste sentido, convém salientar que conforme (NARQ/UEG, 2003: 27), tendo em vista a alta densidade de material arqueológico que foram coletado durante as escavações realizadas na

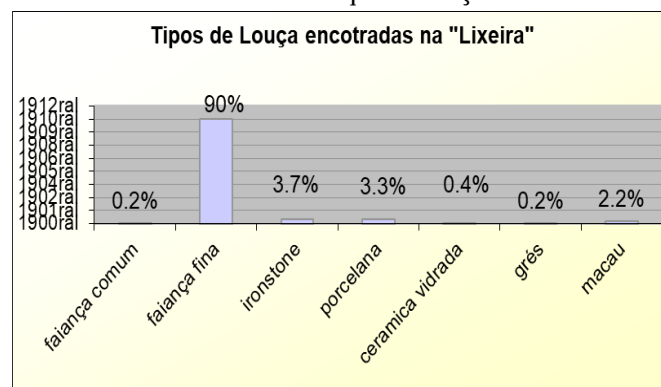
cidade de Goiás, especificamente no período de 2000 a 2002, foram selecionadas amostragens, as quais foi possível observar que tanto, na análise do material quanto nos perfis das escavações, a distribuição espacial referente ao material arqueológico “é bastante irregular, onde observa-se áreas com baixa, média e alta densidade de material arqueológico. As variações nas densidades estão intimamente relacionadas à utilização do local onde os objetos foram descartados”.

Além disso, é pertinente destacar que de acordo com os pesquisadores, a louça encontrada em contexto arqueológico consiste nos principais vestígios exumados de sítios arqueológicos históricos. E isto, se deve a.

Alta densidade, diversidade de formas, decorações e pastas, este material apresenta um enorme potencial interpretativo que vem sendo explorado por arqueólogos de diferentes orientações teóricas e em uma ampla gama de vias de pesquisa, fundamentadas em problemáticas distintas, como relações de poder, gênero, discursos ideológicos, construções de identidade, análise de classes e status socioeconômicos (NARQ/UEG, 2003: 14).

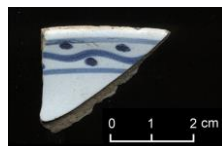
Ainda de acordo com o Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás (2003) na Vila Boa de Goiás, a presença da louça nas escavações releva uma alta densidade, pois, a sociedade tem si mostrado preocupada com os padrões de comportamento ditado pelos europeus, sobretudo, pelos franceses.

Gráfico 01 - Fonte: Fichas de quantificação e análise da louça



Fonte: NARQ/UEG, 2021.

Como se pode perceber no gráfico acima dentre a louça coletada nas escavações que foram realizadas na cidade de Goiás e na lixeira da Avenida do Prudêncio, a que predomina é a faiança fina (90%).

Figura 1: Tipos de louças encontradas no sítioFragmento de Malga em
Faiança Fina Século XIXFragmento de Xícara em
Faiança Fina Século XIX**Fonte:** NARQ/UEG, 2021.

As louças encontradas no sítio, servem como fonte de pesquisa para a comunidade vilaboense. Todo material arqueológico coletado nas escavações passou por processo de curadoria, foram higienizados, numerados, catalogados, registrados em ficha, acondicionando em embalagens com etiquetas, guardadas em caixa arquivos, bem como foram produzido ficha de quantificação. O acervo cerâmico foi analisado, assim como o acervo em vidro contribuindo assim com os estudos da cultura material da população que viveu na Vila Boa de Goiás nos séculos passados.

Diante disso, se nota que é importante que seja realizada a conservação das louças presentes no sítio para que possam manter viva a memória e a identidade da comunidade vilaboense. Desse modo, ao se tratar da preservação do patrimônio histórico e cultural, é necessário que se compreenda os principais conceitos relativos ao uso dos espaços, bem como, da sua relevância como lugares de memória. Para Paula e Tedesco, 2012, a memória consiste em um elemento crucial para que se possa compreender a construção e até mesmo, a reconstrução das identidades dos grupos sociais.

Conforme (Samanski, 1998: 5)

Sabe-se que a Memória e identidade estão ligadas. A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente o conjunto da memória e da identidade, que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. (SAMANSKI, 1998: 5).

Diante disso, percebe-se que preservar a memória é sobretudo, manter viva a identidade de um povo no decorrer da história. Neste sentido, por falar da importância da conservação de um acervo para a preservação da memória, convém salientar que a portaria nº196 de 18 de maio de 2016, agrega



subsídios para conservação, manutenção do patrimônio arqueológico, o inventário e a extroversão desses bens para a comunidade.

Diante dessa realidade de normatização das instituições de guarda e pesquisa, seria interessante que se desenvolvesse uma modelo gestão para o acervo em louça proveniente da pesquisa arqueológica na cidade de Goiás, que está sob guarda do Núcleo de Arqueologia da Universidade Estadual de Goiás.

O acervo abrigado no NARQ/UEG já passou por todo processo de curadoria, quantificação e análise, no entanto após a nova normatização dos acervos salvaguardados nas instituições de guarda permanente, o NARQU/UEG ainda encontra se inadequado como sugeri a portaria nº196 ao enfatizar que:

A instituição não deverá se limitar a guardar os acervos, deverá incentivar e promover a pesquisa do acervo, bem como a sua extroversão, por meio de exposições, publicações, ações educativas etc.; No caso de exposição do acervo, apresentar o significado dos objetos dentro do seu contexto original e as etapas da pesquisa arqueológica, desde a coleta até as atividades de análise e guarda; o espaço destinado à exposição deverá ser acessível para públicos com necessidades especiais, e será sempre desejado que tenha monitores/facilitadores. (BRASIL, 2016: 4).

Desse modo, percebe-se que a elaboração de uma coleção de referência e a extroversão de um patrimônio arqueológico para uma comunidade consiste em uma estratégia de uso e socialização das coleções protegidas nas instituições. A saber, que a comunidade merece uma devolutiva dos resultados das pesquisas realizadas em seu território, os objetos em louças por exemplo, podem ofertar a comunidade informações sobre o seu passado, que poderá sanar algumas especulações sobre os grupos sociais que viveram na cidade de Goiás nos séculos passados, haja vista que as louças possam datar o período de uso por sua população, desmitificado o isolamento social da antiga Vila Boa.

O acervo arqueológico necessita de manutenção periódica, para garantir a integridade e conservação dos objetos que estão abrigados na instituição de guarda permanente. A partir disso, entende-se que a elaboração do inventário portaria nº196, seja um instrumento que contribuirá, para avaliação do estado de conservação dos bens arqueológicos, pois a gestão do acervo torna se uma ferramenta que possibilitara identificar os possíveis problemas quanto à conservação e preservação dos artefatos assinalando as medidas a serem tomadas pra que o acervo salvaguardado esteja protegido, porque:

O patrimônio cultural está inserido no espaço de vida das pessoas, a sua construção e conformação devem considerar as referências culturais e os diferentes saberes existentes nas comunidades onde esse patrimônio está inserido, bem como as



distintas visões dos sujeitos detentores e produtores dessas referências. Isso requer, necessariamente, que as práticas educativas sejam dialógicas e democráticas, partindo do pressuposto de que o patrimônio cultural é dinâmico e histórico-socialmente determinado pelos sujeitos que lhes atribuem sentidos e significados (TOLENTINO, 2014: 4).

Desse modo, percebe-se que as atividades cotidianas de grupos humanos, estando relacionado à produção e reprodução sociais, comportamento de consumo e socialização no decorrer dos tempos, através da preservação de um bem cultural, fazem parte da preservação da memória e da identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acervo arqueológico se configura como sendo um patrimônio nacional que coloca em pauta a experiência humana, em sua imensa diversidade. Ele é responsável por produzir acúmulo de registros, os quais testemunham e ao mesmo tempo, são responsáveis por indicar os possíveis caminhos a serem trilhados em prol da memória e da cultura de um povo. O conhecimento em torno do acervo é crucial para os diversos segmentos social ou até mesmo, para as instituições para que se construa sua identidade e possa definir a sua atuação em relação a sociedade em que se vive e estabelece as suas práticas cotidianas.

Atualmente, muito se fala sobre a importância da conscientização em relação à preservação do patrimônio histórico, bem como o artístico e o cultural, de modo a reconhecer e a valorizar os acervos que são mantidos nos museus até mesmo, nas instituições afins. Entretanto, ao se analisar o relatório da NARQ/UEG, se percebe que de acordo com a normativa nº196, seria interessante que fosse implementado no Sítio arqueológico da cidade de Goiás, um modelo de gestão periódica do acervo, pois a criação de uma coleção de louças, são ferramentas indispensáveis que possibilitara a comunidade acadêmica e a população vilaboense ter acesso aos artefatos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Portaria N°. 196, DE 18 de maio de 2016. Dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Disponível em: [file:///D:/Documents/Downloads/Portaria_n_196_de_18_de_maio_de_2016%20\(1\)%20\(1\).pdf](file:///D:/Documents/Downloads/Portaria_n_196_de_18_de_maio_de_2016%20(1)%20(1).pdf). Acesso dia 20 de jul. de 2021.

CHUVA, Márcia. **Por uma noção da história do patrimônio cultural no Brasil**. Revista do Patrimônio Histórico e artístico nacional, n. 34, 2012, p. 147 – 166.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A Problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

HALBWACHS, M. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.

HENRIQUES, Márcio. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares**. São Paulo, 2013. Artigo Disponível em: <https://pesquisafacomufjf.wordpress.com/2020/03/03/entre-memoria-e-historia-a-problematica-dos-lugares-por-marcio-henriques/>. Acesso dia 20 de jul. de 2021.

NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS, NARQ-UEG. Goiás, 2003.

PAULA, Zueleide Casagrande; TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. **O patrimônio arqueológico urbano brasileiro: o caso da cidade de Goiás**. Polifonias do Patrimônio. 337 ed. Londrina: Edel, 2012, v. único,

PEREIRA, Daiane; Extroversão do patrimônio arqueológico salvaguardado: reserva técnica do laboratório de arqueologia peter hilbert *Rev. Arqueologia Pública* Campinas, SP v.11 n.2 p. 66 novembro/2017 ISSN 2237-8294

POLLAK, Michael; **Memória e identidade, Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michael; **Memória, Esquecimento e Silêncio; Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, '01. 2. n. 1, 1989, p.].

SAMANSKI, Luis Cláudio P; **Espaço privado e vida material em Porto Alegre século XIX**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima; PEREIRA, Sântia de Cássia Gomes; SOUZA, Cristiane Loriza Dantas. **Arqueologia Histórica: cotidiano e Cultura Material em Vila Boa de Goiás, Séculos XVIII e XIX**. Site Universidade Estadual de Goiás, Site UEG, 2004.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. **Do lado de La e do lado de ca de Vila boa de Goiás:Fronteiras culturais e espaciais entre negros e brancos no século XIX**. In: **4 encontros Escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2009**, Curitiba. 4 encontros Escravidão e liberdade no Brasil Meridional, 2009. v. 1.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima; CARVALHO, Héllen Batista. **Arqueologia para quem? Gestão do patrimônio arqueológico no sítio histórico urbano da cidade de Goiás - Goiás, Brasil Patrimônio Mundial**. In: João Pedro Bernardes; Carlos Etchvarne; M. Conceição Lopes; Carlos Costa. (Org.). **Arqueologia Urbana em Centros Históricos**. 1 ed.Algarve: Universidade de Algarve, 2018, v. 1, p. 136-147.

TOLENTINO, Átila. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática**. Caderno 5. São Paulo, 2014. Disponível em:http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso dia 2 de agosto. de 2021.

HISTÓRIA E ARTE FUNERÁRIA DOS CEMITÉRIOS AMAPAENSES AO LONGO DO SÉCULO XX

*Tiago Varges da Silva*²⁴⁵

RESUMO

A história e arte funerária dos cemitérios do estado do Amapá, construídos ao longo do século XX, é o tema central deste artigo, que tem por objetivo apresentar em linhas gerais os desdobramentos da pesquisa que ora desenvolvemos no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. O conjunto dos cemitérios amapaenses é formado por uma diversidade de tipologias cemiteriais que está ligada aos processos históricos de ocupação e formação do Amapá, dentre eles os cemitérios ribeirinhos e municipais são os mais singulares. Estes espaços funerários, são constituídos por uma pluralidade de túmulos, caracterizados por sua arte funerária vernacular, bastante diversificada no uso de materiais como madeira, alvenaria e pedra, empregados em sua construção e adorno. Dentre as diversas tipologias tumulares encontradas nos cemitérios amapaenses, a modalidade de túmulos castilhos é a mais representativa. Os castilhos são túmulos pré-moldados colocados em sepulturas, tanto de adultos quanto de crianças. Tomando como base o levantamento fotográfico, propomos o estudo das categorias cemiteriais e tumulares a partir da análise de imagens destes espaços.

Palavras-chave: Cemitérios; Arte funerária; Túmulos castilho; Amapá.

CEMITÉRIOS AMAPAENSES: A CONSTRUÇÃO DO OBJETO

Os cemitérios têm constituído num importante conjunto de fontes históricas especialmente no âmbito da História Cultural, corrente historiográfica que tem ampliado as fontes e metodologias com o objetivo de investigar as representações simbólicas produzidas pelos seres humanos ao longo do tempo. Como aponta Chartier (1988), a História Cultural busca entender a cultura como algo construído pelos seres humanos para se explicar o mundo, uma forma de expressão e tradução da realidade. Dessa maneira os cemitérios passam a ser cada vez mais espaços de investigação histórica. No entanto, ao observar a historiografia, percebe-se que os cemitérios, tais como os encontrados no estado do Amapá, cemitérios pequenos, vernáculos, de cunho popular, ainda são pouco estudados em

²⁴⁵ Doutorando em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás-UFG. Orientado pela Profa. Dra. Maria Elizia Borges. E-mail: tiagovarges@gmail.com



detrimento dos cemitérios monumentais²⁴⁶, que possui uma arquitetura erigida com materiais nobres como mármore e bronze.

Entretanto, essas pesquisas têm abordado novos contextos culturais e geográficos, considerados até então periféricos, como o interior dos estados amazônicos. Cemitérios quilombolas, rurais, ribeirinhos e cemitérios municipais localizados em zonas urbanas periféricas, passaram a ser estudados como espaços que possuem arte funerária, e que por muito tempo foi ignorada como elemento artístico ou visto como uma arte “marginal”, “secundária”. A arte funerária “[...] é um tipo de construção repleta de simbolismo facilmente assimilado pelo grande público. A maioria da simbologia adotada concentra-se nos tipos de adornos utilizados [...] para completar a feitura do túmulo” (BORGES, 2017:244).

Posto isto, o presente texto abrange os cemitérios construídos no decorrer do século XX no atual estado do Amapá. Esse período em tela, foi historicamente um momento de profundas mudanças políticas, econômicas e sociais. O Amapá, como pontua Santos (2001), enquanto estado, é bastante recente, uma vez que, até 13 de setembro de 1943 o seu território pertenceu ao estado do Pará, sendo a partir dessa data desmembrado e criado o então Território Federal do Amapá, condição que vigorou até 1988, quando foi elevado à condição de estado da Federação, com a aprovação na Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

A criação do Território Federal do Amapá, ocorreu no contexto da política de ocupação da Amazônia, empreendida pelo presidente Getúlio Vargas “[...] ligadas ao incremento populacional e a valorização econômica dos chamados sertões” (LOBATO, 2019:23). Essa circunstância possibilitou um acelerado incremento populacional e consequente a fundação de diversos cemitérios que foram construídos a partir da década de 1940 em um processo de interiorização do território amapaense, sobretudo, feito pelas margens de seus rios, formando comunidades ribeirinhas e, consequentemente, a edificação de cemitérios²⁴⁷.

Nesse sentido, estabelecemos marcos temporais para balizar o recorte que abarca o período que vai de 1932 a 1997, pois foi durante este período que foram estruturados oficialmente os

²⁴⁶ São cemitérios que possuem conjuntos de mausolés e túmulos suntuosos, com esculturas em mármore e bronze. Estes cemitérios surgiram na Europa no início do século XIX, no Brasil começaram a ser construídos a partir na segunda metade do XIX, em substituição às práticas de sepultamento dentro das igrejas ou a sua volta. Tal movimento de mudança dos cemitérios é chamado de “secularização dos cemitérios” foi estudado por autores como: Ariès (1981), Volvelle (1997), Reis (1991), Borges (2002, 2017) e Rodrigues (2005).

²⁴⁷ Cabe aqui ressaltar que alguns cemitérios públicos das sedes dos municípios do Amapá têm suas origens em cemitérios ribeirinhos, como é o caso do Cemitério Municipal de Itauba e o Cemitério da Paz, em Porto Grande. Essa característica está ligada ao processo de formação destas cidades enquanto sedes dos seus respectivos municípios. Com o desenvolvimento das dinâmicas econômicas e sociais, estes espaços foram transformados em cemitérios públicos, passando as suas infraestruturas a contar com muros, portões e em alguns casos com capelas. A entrada do cemitério, que antes era voltada para o rio, se volta para a cidade, que cresceu ao seu redor. Ao analisar os túmulos mais antigos destes cemitérios é possível perceber as suas orientações voltadas para o rio.

cemitérios públicos do Amapá. Em 1932 foram finalizadas as infraestruturas da mais antiga necrópole pública do Estado, o Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição, até a inauguração do último cemitério público do Estado, até o momento, Cemitério Municipal São Francisco de Assis, que ocorreu em 1997, ambos na capital Macapá. Após esta data, foi construído apenas um novo cemitério no Estado, o Cemitério Parque Coração Eterno, inaugurado em 2018, empreendimento privado que integra a tipologia de cemitério parque²⁴⁸, a qual não será abordada nesta pesquisa.

O recorte temporal se faz necessário ao objetivo da pesquisa, pois, a presente análise dar-se a partir da história dos cemitérios, da arte funerária presente nestes espaços e as relações desta sociedade com a morte. Ariès (1981) adverte sobre os problemas de recortes temporais demasiados curtos para estudos sobre a morte em uma determinada sociedade, uma vez que corre-se o risco de atribuir equivocadamente fenômenos como características de determinado momento histórico, mas que na verdade, são muito mais antigos do que se pensa. Este pressuposto tem guiado as pesquisas no campo dos Estudos Cemiteriais da morte, sendo recorrentes em diversas pesquisas que abordam cemitérios ou ritos funerários de uma região ou estado da federação como fez Vailati (2010), Santos (2011) e Coimbra (2021).

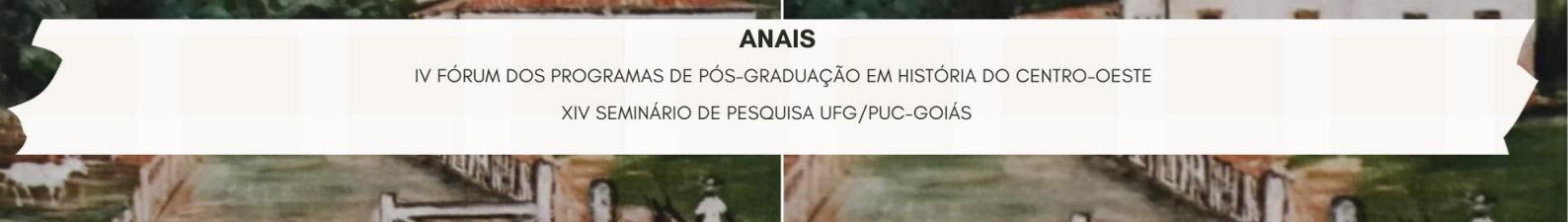
Dessa maneira, entre os anos de 2016 e 2022²⁴⁹, realizamos o mapeamento de 55 cemitérios ativos e inativos, localizados nas zonas urbanas e rurais dos 16 municípios que formam o atual território do estado do Amapá, com o objetivo de localizar e catalogar os espaços cemiteriais, os seus túmulos e os rituais que, por ventura, são praticados nestes ambientes. Foram escolhidos 25 cemitérios (Tabela – 01) para compor o conjunto de análise da pesquisa, considerando as suas características e singularidades.

Tabela - 01 Cemitérios que integram o conjunto de análise

	CEMITÉRIO	MUNICÍPIO	CATEGORIA		TIPOLOGIA
			Público	Comunitário	
01	Nossa Senhora da Conceição	Macapá	X		Municipal
02	São Joaquim - Mazagão Velho	Mazagão		X	Ribeirinho
03	Primeiro Cem. Israelita de Macapá	Macapá	X		Judeu
04	São Francisco de Assis	Macapá	X		Municipal
05	Primeiro Cemitério do Curiaú	Macapá		X	Quilombola
06	Cemitério Municipal de Santana	Santana	X		Municipal

²⁴⁸ Os cemitérios parques, segundo Santos (2015), podem ser definidos com uma configuração em que os túmulos não possuem nenhuma construção ao nível do solo, apenas uma lápide padronizada. Essa tipologia cemiterial é caracterizada pelo gramado verde, inspirado no *lawn cemetery* britânico e estadunidense.

²⁴⁹ No ano de 2016 iniciei o mapeamento do conjunto cemiterial do estado do Amapá, com o objetivo de construção do projeto de pesquisa, que foi aprovado no Processo Seletivo de 2020 do PPHG-UFG.



07	Cemitério do Cumarú	Santana		X	Ribeirinho
08	Nossa Senhora de Assunção	Mazagão	X		Municipal
09	Cemitério São Benedito	Mazagão		X	Municipal
10	Cem. Municipal Santa Rosa	Laranjal do Jari	X		Municipal
11	Cem. Municipal Débora Macena	Laranjal do Jari	X		Municipal
12	Cem. Comunidade Santo Antônio	Laranjal do Jari		X	Ribeirinho
13	Cem. Terra Preta de Vitória do Jari	Vitória do Jari		X	Ribeirinho
14	Cemitério da Paz	Porto Grande	X		Municipal
15	Cem. Municipal de Pedra Branca	Pedra Branca	X		Municipal
16	Cem. Municipal de Serra do Navio	Serra do Navio	X		Municipal
16	Cem. Municipal de Ferreira Gomes	Ferreira Gomes	X		Municipal
18	Cemitério Municipal de Cutias	Cutias	X		Municipal
19	Cem. Municipal São José (Amapá)	Amapá	X		Municipal
20	Cem. Municipal de Calçoene	Calçoene	X		Municipal
21	Cem. Municipal de Oiapoque	Oiapoque	X		Municipal
22	Cem. Novo de Tartarugalzinho	Tartarugalzinho	X		Municipal
23	Cem. Municipal de Pracuúba	Pracuúba	X		Municipal
24	Cem. Mun. de Itaubal	Itaubal	X		Municipal
25	Cem. do Carmo do Macacoari	Itaubal		X	Quilombola

Fonte: Autor (2022)

O levantamento consistiu em fazer o registro fotográfico destes espaços mapeando a sua localização, dimensões para confecção de plantas baixas e localizar documentos escritos e iconográficos desses cemitérios em arquivos regionais²⁵⁰, para posteriormente, estudar os elementos artísticos e históricos que compõem o conjunto funerário, ou seja, os seus túmulos. O inventário fotográfico constitui, pois, fonte fundamental para o estudo desses túmulos já que este “[...] é um método para resguardar as informações presentes nos sítios e acervos funerários [...]” (CASTRO, 2017:39).

Por conseguinte, foram estabelecidas duas etapas para o levantamento: a primeira foi localizar e mapear o espaço cemiterial e a segunda inventariar os seus túmulos mais significativos. Considerando o vasto campo, com cemitérios em cidades, distritos e em comunidades distantes das sedes dos municípios com acesso dificultado por precárias vias de terra ou em regiões de mata fechada, com acesso por rios. Tais especificidades impostas pela natureza amazônica, em alguns casos, em cemitérios da zona rural, constitui uma tarefa laboriosa, pois uma parte destes não

²⁵⁰ No Amapá: Arquivo da Câmara Municipal de Macapá, Arquivo do Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição, Seção de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado do Amapá Elcy Lacerda. No Pará: Seção de Obras Raras (Acervo Digital) da Biblioteca Pública Arthur Viana, em Belém.



possuíam qualquer registro ou informações acerca da localização, sendo necessário recorrer a moradores da região para localizá-los. E esta busca foi realizada de acordo com as condições, ou melhor, com a “permissão” da natureza amazônica.

Nem sempre é possível acessar estes cemitérios a qualquer momento do ano, o acesso depende da estação climática. Essa foi uma das primeiras lições que aprendemos na prática sobre pesquisar cemitérios amazônicos em pontos distantes dos centros urbanos. Algumas frustrações em relação ao acesso aos cemitérios, como supracitado, deve-se às situações relacionadas ao clima, em decorrência das chuvas torrenciais que danificaram as vias de acesso e/ou da falta delas, que faz baixar a vazão dos rios, impossibilitando a navegação em alguns pontos em que o acesso é feito por vias náuticas.

A região Amazônica possui duas estações climáticas: o inverno, que é o período chuvoso entre os meses de janeiro e junho; e o verão, o período de estiagem que vai de junho a dezembro. Geralmente a recomendação para o trabalho de campo em cemitérios é que seja realizado em períodos secos. No entanto, se o acesso a estes locais depender da navegação, nem sempre essa regra é válida, pois é a vazão das águas que vai possibilitar ou não o acesso. Essa característica é recorrente para cemitérios mais antigos ou inativos, em comunidades afastadas da malha rodoviária²⁵¹.

OS CEMITÉRIOS DO AMAPÁ E OS SEUS TÚMULOS CASTILHOS

Os cemitérios do estado do Amapá podem ser divididos em duas categorias tipológicas: cemitérios públicos e cemitérios comunitários. O primeiro grupo é composto pelos cemitérios ribeirinhos e quilombolas e o segundo grupo pelas necrópoles municipais, que, no caso de Macapá, agregam, também sob a gestão da prefeitura, os cemitérios israelitas²⁵² com túmulos que datam do final do século XIX. Estes cemitérios públicos estão presentes em todos os municípios amapaenses.

A palavra cemitério (do grego Koimetérion, de Kiomão, eu durmo e do latim Coemeterium) designava, a princípio, o lugar onde se dormia, quarto dormitório, poética para os peregrinos, foi sobre a influência das ideias cristãs que tomou, nos primeiros séculos de nossa era, o novo sentido de campo de descanso após a morte, onde se esperava a ressurreição quando soar hora do Juízo Final. A palavra cemitério aplica-se, propriamente,

²⁵¹ A malha rodoviária do estado do Amapá é composta por 3 rodovias: a BR – 153 que corta o estado de norte a sul, e a oeste pela BR- 210 (Perimetral Norte), a leste pela rodovia AP - 070 (Rodovia Estadual do Curiaú).

²⁵² No estado do Amapá existem dois cemitérios israelitas, todos em Macapá, e são anexos aos cemitérios municipais. O primeiro cemitério israelita foi construído no Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição, no centro, e, de acordo com Wolff (1983), esta necrópole está entre os cemitérios sefarditas mais antigos e importantes do Brasil, com sepulturas datadas de final do século XIX; o segundo está no Cemitério Municipal São José, na Zona Sul. Até o ano de 2020 um terceiro cemitério israelita estava em fase de construção, anexo ao Cemitério Municipal São Francisco de Assis, na Zona Norte da cidade, mas em virtude da emergência da Pandemia de Covid-19 que demandou novos espaços para sepultamento, a área foi requisitada pela Prefeitura e prontamente aceita pela Comunidade Judaica do Amapá, visto que os seus dois cemitérios mais antigos possuem espaços consideráveis para sepultamentos.



a um lugar em que é dada a sepultura por inumação por enterramento direto no solo. (LOUREIRO, 1977:28).

Os cemitérios ribeirinhos, como os quilombolas, fazem parte dos Cemitérios Comunitários. Esses pequenos sítios funerários estão presentes em todos os municípios do Amapá. São feitos e cuidados pelos integrantes das comunidades. Essas comunidades são caracterizadas historicamente pela atividade extrativista ao longo dos rios Amazônicos, como aponta Mendonça et. al., (2007)

As populações tradicionais não-indígenas na Amazônia caracterizam-se, sobretudo, por suas atividades extrativistas, de origem aquática ou florestal terrestre, onde vivem em sua maioria, à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas. Quando as chuvas enchem os rios e riachos, esses inundam lagos e pântanos, marcando o período das cheias que, por sua vez, regula a vida dos ribeirinhos (MENDONÇA et. al., 2007: 94-95).

Os cemitérios ribeirinhos estão entre os sítios funerários não indígenas mais antigos do Amapá. Estão às margens dos rios e são pequenos cemitérios construídos geralmente em uma elevação, para preservar o campo das cheias do extenso período chuvoso amazônico. Não há delimitação física do espaço, ou seja, muros e cercas, o perímetro do cemitério é demarcado pela própria vegetação nativa, pois são construídos em *espaço clareira*, ou seja, uma área que é limpa, geralmente no formato de meia lua, cercada pela vegetação nativa e a frente é limitada pela margem do rio. Não há portão, a entrada principal é demarcada pelo cruzeiro fixado de frente para o rio, pois os rios são as principais vias de acesso das comunidades ribeirinhas do Amapá. O trapiche integra a estrutura do cemitério ribeirinho, tem a função prática de demarcar a frente do cemitério e a ligação com o rio.

Estes cemitérios são pequenos, pois serviam apenas à comunidade local. Cada comunidade ou localidade tem o seu próprio cemitério. É comum o uso de madeira, alvenaria e pedra como os principais materiais para construção e ornamentação dos túmulos e a cruz é o principal elemento simbólico.

A segunda tipologia que integra a categoria dos cemitérios comunitários são os cemitérios quilombolas, construídos em comunidades espalhadas pelo território do Amapá. De acordo com Gomes (1999) os primeiros quilombos amapaenses foram formados ainda no século XVIII por escravizados fugidos da vila de Macapá e de outras regiões da província do Grão-Pará²⁵³. Esses cemitérios são pequenos, estão localizados próximo às suas comunidades, geralmente tem formato quadrados cercados de madeira, arame ou muros de alvenaria, com portão ao colchetes; seu conjunto

²⁵³ No século XVIII o atual território do estado do Amapá, integrava a capitania do Grão-Pará que segundo Harris (2017), incluía também os atuais territórios dos estados do Amazonas e Pará e tinha Belém como capital.



sepulcral, em termos artísticos e tipológicos, não diferem de um cemitério ribeirinho, possuindo covas rasas com uma pequena cruz de madeira ou ferro em suas cabeceiras, sepulturas com amontoados de pedras, túmulos castilhos e em alvenaria e ao centro o cruzeiro de madeira, não possuem capelas, nem livros de registro de óbitos, a administração é feita pela comunidade.

Os cemitérios quilombolas mais antigos, estão em locais de difícil acesso, como é o caso do primeiro cemitério da Comunidade do Quilombo de São Joaquim do Curiaú²⁵⁴, que foi construído na Ilha do Cipó, no lago do Curiaú, o acesso é feito com dificuldades por intermédio de uma canoa, apenas no período chuvoso, quando é possível navegar nesta parte do lago, pois no período de seca as águas baixam, tornando o perímetro pantanoso, inviabilizando a navegação até à ilha. Este é considerado o cemitério quilombola mais antigo do Amapá, segundo a administração da comunidade os primeiros sepultamentos datam do século XIX e possuem por volta de 50 sepulturas²⁵⁵. Desde o ano de 2004²⁵⁶ o cemitério está oficialmente inativo, atualmente não recebem visitas para o ritual de Iluminação, nem manutenção em suas sepulturas, que estão tomadas pela vegetação nativa.

Os cemitérios ribeirinhos e os cemitérios quilombolas apresentam uma ampla variedade cultural, característica histórica da ocupação do território amapaense que, desde a colonização, recebeu povos de diversas culturas e religiões, como é caso dos europeus e africanos que, juntamente com a cultura indígena, foram agentes de um processo de hibridização cultural. Este conceito é definido por García Canclini (1997) como um sistema de interação de culturas que, combinadas, possibilitam o surgimento de novas estruturas, práticas e objetos culturais. Compreendemos os cemitérios como elementos deste processo de hibridização cultural, mas também como espaço influenciado pelas condições sociais, naturais e materiais do ambiente amazônico.

Esses cemitérios possuem uma arte funerária peculiar, gestada a partir do conhecimento popular, feito com materiais da região, madeira, pedra e alvenaria, confeccionados por mulheres e homens sem formação acadêmica, que se valem do conhecimento empírico, da experiência acumulada ao longo do tempo. Como define García Canclini (1977:182) “[...] el arte popular el que

²⁵⁴A comunidade quilombola do Curiaú, está localizada nas cercanias da cidade de Macapá, há aproximadamente 13 km do centro da capital. De acordo com Acevedo Marin et al. (2010), o quilombo do Curiaú foi formado por escravos que foram trazidos ao Amapá, no século XVIII, para trabalhar na construção da Fortaleza de São José de Macapá, construída entre os anos de 1764 a 1782.

²⁵⁵ Em visita realizada no dia 10/04/2022 foi possível contabilizar em meio a densa vegetação, 26 sepulturas e 1 túmulo de alvenaria revestido com azulejos brancos, em avançado processo de deterioração. O único túmulo em alvenaria, não possui mais identificação e apresenta rachaduras, com vegetação crescendo em suas fendas, essa característica é recorrente em cemitérios abandonados da região Amazônica, muitos túmulos são destruídos pela vegetação que cresce em meio as suas rachaduras e vão demolindo aos poucos a estrutura, o processo é intensificado pelo clima quente e úmido. O cruzeiro não possui mais os braços.

²⁵⁶ No ano de 2004 foi iniciada a construção do novo do cemitério do Curiaú, chamado de Cemitério São Joaquim, localizado atrás da igreja que possui o mesmo nome. No momento da última visita, 31/10/2021, o cemitério contava com aproximadamente 110 sepulturas, sendo que 76 possuem túmulos em alvenaria ou madeira. Informações levantadas pelo autor no dia 31/10/2021.



consume el pueblo [...] el que produce”. São expressões das suas crenças e dos seus dilemas do cotidiano.

Compreendemos os cemitérios do Amapá como um dos espaços de memória de grande relevância para a compreensão da História e formação da sociedade amapaense. O cemitério é, por sua vez, um espaço funcional, simbólico e material, conforme Pierre Nora (1993), é um lugar de memória.

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente material, somente em graus diversos. Muitos lugares de aparência puramente material [...] só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma áurea simbólica [...] só entra na categoria se for objeto de um ritual [...]. Os três aspectos coexistem sempre. É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e a sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por uma pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993:21-22).

Na cidade de Macapá, capital do estado, há três cemitérios públicos em atividade, são eles: Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição, Cemitério Municipal São José e Cemitério Municipal São Francisco de Assis. O Cemitério Municipal Nossa Senhora da Conceição, localizado no centro da cidade, foi inaugurado oficialmente na década de 1930 e é o primeiro cemitério público do estado, embora haja registro de sepultamento desde o final do século XIX²⁵⁷. Essa necrópole foi o primeiro espaço público construído e administrado pelo Estado destinado a inumações no Amapá.

Neste cemitério concentra-se o maior conjunto de túmulos e mausoléus em mármore do Amapá, com uma característica bastante eclética nos padrões tumulares, inclusive um pequeno conjunto de túmulos em *Art Nouveau* e *Art Decó*. Essas características fazem deste cemitério o mais tradicional da cidade de Macapá por seu pioneirismo e por ter em seus mausoléus, túmulos e sepulturas muitas das personalidades da história política e da cultura amapaense.

O cemitério revela esteticamente o próprio inconsciente da sociedade através de uma trama simbólica, estruturada e organizada à volta de certos temas e mitos unificados por esta tarefa: reforçar, depois do caos, o cosmo dos vivos e imobilizar o devir, mesmo que se tenha de recorrer ao contraste (ambíguo) da imortalidade com o curso irreversível do tempo e da vida. (CATROGA, 1999:19)

²⁵⁷ Não encontramos a data oficial de fundação deste cemitério, o túmulo mais antigo que encontramos data de 02-09-1909, pertencente ao Sr. Raymundo D' A. Coutinho. Nos arquivos do cemitério só constam os livros de registros de óbitos a partir do início do século XX. Na documentação estudada, pertencente ao Acervo da Biblioteca Pública Arthur Viana, em Belém-PA, localizamos uma fotografia deste cemitério datada de 1908, já com os muros atuais, mas sem os portões e a Capela, que só foram finalizados em 1932 na gestão do Prefeito Eliezer Levy. Cf. PARÁ. (*Governador 1901-1909: A Montenegro*). *Álbum do Estado do Pará*. Paris: Chaponet 1908. p. 106-107. Entretanto, encontramos um registro datado de 1874, escrito por Domingos Soares Ferreira Penna, que ao registrar informações gerais sobre a Comarca de Macapá menciona que a cidade possuía um cemitério espaçoso e bem cercado, mas não menciona se era com muros de alvenaria ou outro material. Cf. PENNA, Domingos Soares Ferreira. *Notícia geral das comarcas de Gurupá e Macapá*. Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874. p. 18.



A maior quantidade de túmulos feitos de madeira na cidade de Macapá é encontrada no Cemitério Municipal São Francisco de Assis, localizado na Zona Norte, região periférica da cidade. Foi inaugurado em 1997 e atualmente é o maior cemitério público do estado do Amapá. A abundância de madeira torna este material acessível e bastante utilizado na construção civil da região, igualmente na arquitetura funerária. Contudo, o uso da madeira, nestes casos, atende muito mais a uma necessidade econômica do que ao desejo pessoal pelo material, pois embora a preferência seja pela alvenaria, ornamentada com mármore e porcelanato, as limitações econômicas tornam a madeira a opção mais acessível, tanto na vida para construção da habitação, quanto na morte para a arquitetura tumular.

As cidades amapaenses possuem uma porcentagem considerável de suas construções feitas em madeira, pois esse material é mais barato em relação à alvenaria, e muitas dessas construções são feitas em etapas. No entanto, o objetivo dos moradores dessas residências é um dia poder construir uma casa em alvenaria: a madeira é provisória, o “sonho” é ter uma casa em alvenaria, sonho este que muitos nunca conseguem realizar. Outros vão construindo paulatinamente: desmancham primeiro a sala – cômodo da frente – e refazem-na em alvenaria; depois de um tempo, quando as condições financeiras permitem, seguem fazendo os demais cômodos da casa – é recorrente nunca concluir. As pessoas morrem e essa situação se repete no cemitério: primeiramente o túmulo em madeira, provisório, como a casa, pois o objetivo é um dia construir um túmulo em alvenaria. Às vezes, o “sonho” em habitar um recinto em alvenaria só acontece na morte, para outros seguem o improviso.

O cemitério, como afirma Cymbalista (2002), reflete a cidade dos vivos, pois ela é feita pelos vivos e para os vivos, logo, a cidade dos mortos é muito parecida com a cidade dos vivos: mesmos materiais, técnicas de construção e adorno, inclusive os problemas são recorrentes também. Em decorrência da fugaz durabilidade da madeira, é comum a substituição dos túmulos em períodos regulares por túmulos pré-moldados em madeira, prontos para serem usados, nas cores azul para homens e rosa para mulheres. Estes túmulos são chamados popularmente de castilhos. Em determinadas datas, como o Dia de Finados, são retocados pelos familiares ou substituídos por completo. Geralmente são colocados após o sétimo dia da inumação em caráter provisório, pois a intenção é fazer um túmulo em alvenaria. Aqueles que não dispõem de recursos financeiros para construir o túmulo definitivo substituem-nos em datas especiais quando a madeira está deteriorada.

Estes túmulos pré-moldados estão presentes em quase todos os cemitérios do estado, mas em maior quantidade na cidade de Macapá e na região sul do estado, com destaque para os municípios do Laranjal do Jari e Vitória do Jari. Os túmulos apresentam características bastante interessantes



sobre a vida do inumado, elementos culturais e sociais como, por exemplo, a visão binária de homem e mulher, que identifica o gênero a partir da cor: azul para masculino e rosa para o feminino. Simbologias religiosas, como a cruz latina para o católico, a Bíblia para o evangélico. A cruz latina é o elemento simbólico preponderante em todos os cemitérios do Amapá.

Simboliza a paixão de Cristo. Conforme a tradição, representa o local em que Cristo foi crucificado e é o símbolo da sorte e da esperança. Muito usada em todos os tipos de túmulo, é atributo de inúmeros santos como Santa Helena, Santa Úrsula, São Jorge e São João Batista. (BORGES, 2017: 414-415)

O castilho simples (Figura 01) é o modelo de túmulo mais comum, está presente em todos os municípios do estado do Amapá, tanto na zona rural, quanto na zona urbana. Trata-se de uma estrutura retangular que cobre toda a extensão da sepultura, com aproximadamente 15 a 30 cm de altura, pode ser usada tanto para adultos quanto para crianças. No interior dos túmulos são plantados pequenos arbustos ou são preenchidos com flores artificiais, terra, cascalho, areia, pó de serragem colorido, como pode ser observado na Figura 01. As flores artificiais são bastantes utilizadas e são colocadas em datas comemorativas, especialmente no Dia de Finados e Dia das Mães, pois no Dia dos Pais e das Crianças os cemitérios amapaenses são pouco visitados.

Os castilhos simples, em sua maioria, são feitos de tábuas de *Virola*²⁵⁸, madeira de baixa durabilidade, quando exposta ao ar livre e, conseqüentemente, de baixo valor comercial. Cabe aqui ressaltar, que este processo de deterioração é acelerado, considerando as características do clima amazônico, predominante quente e úmido. Entretanto, o uso de uma madeira de pouca durabilidade, para a confecção de castilhos simples, necessariamente, neste caso, não está ligado apenas a questão econômica, mas sim ao ciclo que este túmulo cumpri, como já mencionado, trata-se de um túmulo provisório, sua função, a priori, é demarcar e guardar a sepultura, até o momento em que as condições do solo permitem a construção de um túmulo fixo em alvenaria sobre a sepultura, em torno de 9 meses a 1 ano. No entanto, nem sempre, após este ínterim, o túmulo fixo é construído, o que implica, a sua substituição por novo túmulo castilho simples, gradeado ou trançado.

²⁵⁸ De acordo com Leite et al. (2006), tal planta possui o nome científico de *Virola surinamensis*, pertence a espécie da família *Myristicaceae*. Trata-se de uma madeira leve utilizada sobretudo na indústria de compensados.

Figura 01: Túmulo *castilho simples*. Cemitério Municipal São Francisco de Assis,



Fonte: Acervo do autor (2021).

Figura 02: Túmulo *castilho gradeado* Cemitério da Paz, Porto Grande-AP.



Fonte: Acervo do autor (2017).

Figura 03: Túmulo *castilho trançado*. Cemitério Municipal Débora Damascena, Laranjal do Jari - AP.



Fonte: Acervo do autor (2017).

Há, ainda, singularidades significativas de uma região para outra, na maneira como os túmulos são construídos. Os castilhos gradeados (Figura 02) são mais frequentes nos municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari, Mazagão, Porto Grande e Pracuúba, em Macapá, no Cemitério São Francisco de Assis. São armações em madeira, em formato retangular, que não seguem um padrão, mas geralmente possuem 180 cm de comprimento por 60 cm de largura e 70 cm de altura, quando se trata de um túmulo para adultos. A cabeceira é demarcada por uma pequena cruz, na qual é registrado o nome do inumado, a data de nascimento e de morte, caso seja católico. E, para o evangélico, uma Bíblia, na qual são registradas as mesmas informações.



Os castilhos trançados (Figura 03) são encontrados em maior quantidade nos municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari. De uma feitura mais elaborada, a estrutura retangular tem os seus lados preenchidos por filetes de madeira delicadamente sobrepostos, formando os trançados. Alguns possuem cobertura de madeira, zinco ou telha de fibra de amianto em formato plano ou de telhado de duas águas. Essa prática de cobrir o túmulo está presente em toda região norte do Brasil e serve como proteção do túmulo e seus adornos contra a severidade do clima amazônico, como observa Borges (2005).

Esses túmulos são produzidos de forma artesanal ao longo de todo o ano, por carpinteiros e artesãos da região que também empregam esta técnica na construção de moradias, móveis e pequenas embarcações. Os trançados são utilizados nas construções residenciais com objetivos estéticos e para climatização, pois permitem uma melhor ventilação dos ambientes. Essa tipologia tumular, diferente do castilho simples que pode ser confeccionado até mesmo dentro do cemitério, são feitos por artesãos em suas oficinas e sob encomenda específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Amapá, os primeiros cemitérios foram construídos à revelia do poder público, por iniciativa popular, sendo edificadas de acordo com as dinâmicas históricas de ocupação do espaço. Provavelmente os cemitérios ribeirinhos são a origem de muitos dos atuais cemitérios públicos das sedes dos municípios amapaenses. O desinteresse do poder público em construir cemitérios delegou à população a tarefa de preparar e ornamentar os espaços onde repousariam seus mortos. A falta de recursos financeiros contribuiu para que fossem empregados na arquitetura e arte funerária os materiais que estavam acessíveis à população: madeira, pedra e alvenaria, que também eram empregadas na construção de casas, mas que ao mesmo tempo, foram usados para externar os elementos simbólicos do imaginário acerca da finitude.

Os túmulos castilhos, ao primeiro olhar, podem se apresentar como estruturas aparentemente simples, considerando as suas formas, mas este artefato funerário ao ser depositado sobre a sepultura adquire valores simbólicos importantes, pois trazem em suas formas elementos das atitudes dessa sociedade diante da morte e do morrer. Essa relação de cuidado constante com a sepultura, observado na confecção dos gradeados e trançados coloridos e nas diversas datas em que tais espaços são visitados e cuidados, revela-se como parte importante da cultura e da arte funerária da sociedade amapaense.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth et al. Quilombolas do Curiaú: conflitos socioambientais não resolvidos com a criação da APA do Curiaú. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: UEA, 2010. p. 170-178. (Cadernos de debates nova cartografia social, n. 2).

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Trad. Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. (Coleção Ciências Sociais, v. 1)

BORGES, Maria Elizia. **Arte funerária no Brasil (1890-1930):** ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto = Funerary art in Brazil (1890-1930): italian marble caver cra in Ribeirão Preto – bilíngue 2. Ed. – Goiânia: Gráfica UFG, 2017.

_____. **Expresiones artísticas de cuño popular en cementerios brasileños**. In: VIÑUALE, Rodrigo Gutiérrez (diretor). *Arte latino-americano del siglo XX. Otras historias de la Historia*. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2005.

_____. **Arte funerária no Brasil (1890-1930):** ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto = Funerary Art in Brazil (1890-1930): italian marble carver craft in Ribeirão Preto. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2002.

CANCLINI, Néstor García. **Arte popular y sociedad en América Latina**. México: Grijalbo, 1977.

_____. **Culturas híbridas. Poderes oblíquos**. In: *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASTRO, Elisiana Trilha. **O patrimônio cultural funerário catarinense**. Florianópolis: FCC, 2017 - (Coleção Horizontes do Patrimônio Cultural; v.1). - Coleção Horizontes do Patrimônio Cultural. Florianópolis: FCC, 2017.

CATROGA, Fernando. **O céu da memória: cemitério romântico e culto cívico dos mortos**. Coimbra: Minerva, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Trad. De Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CYMBALISTA, Renato. **A cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo**. Editora Fapesp; 2002.

COIMBRA, Glauce Rocha Santos. **Cemitérios rurais e rituais de morte na região de Barro Alto no sertão da Bahia – séculos XX – XXI**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2021.

GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e Mocambos: O Protesto Negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Amazônia Brasileira – séculos XVIII/XIX**. Belém: Ed. da UFPA, 1999.

HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no Norte do Brasil, 1798-1840**. Campinas: Ed. Unicamp, 2017.

LEITE, Helio Garcia; GAMA, João Ricardo Vasconcellos; CRUZ, Jovane Pereira da and SOUZA, Agostinho Lopes de. **Função de afilamento para Virola surinamensis (Roll.) Warb.** Rev. Árvore [online]. 2006, vol.30, n.1, p.99-106.

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964).** Belém: Paka-Tatu, 2019.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. **Origem histórica dos cemitérios.** São Paulo: Secretaria de Serviços e Obras da prefeitura do município de São Paulo, 1977.

MENDONÇA, Maria Silvia de, FRANÇA, José Ferreira, OLIVEIRA, Andréia Barroncas, PRATA, Ressiliane Ribeiro, AÑEZ, Rogério Benedito da Silva. Etnobotânica e saber tradicional. In FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto, PEREIRA, Henrique dos Santos, WITKOSKI, Antônio Carlos. (Orgs.) **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais.** Manaus: EDUA, 2007.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História, São Paulo, v.10, p. 7-28, dez. 1993.

PARÁ. **(Governador 1901-1909: A Montenegro). Álbum do Estado do Pará.** Paris: Chaponet 1908.

PENNA, Domingos Soares Ferreira. **Notícia geral das comarcas de Gurupá e Macapá.** Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX).** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **O processo de dessacralização da morte e a instalação de cemitérios no Seridó, séculos XIX e XX.** 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, 2011.

SANTOS, Aline Silva. **Morte e Paisagem: Os Jardins de Memória do Crematório Municipal de São Paulo.** 2015. 349 f. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Fernando Rodrigues. **História do Amapá.** 6ª ed. Valcon. Macapá, 2001.

VAILATI, Luiz Lima. **A morte menina. Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo).** São Paulo: Alameda, 2010.

VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história – fantasmas e certezas nas mentalidades desde a Idade Média até o século XX.** Tradução Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1997.

WOLFF, Egon e Frieda. **Sepulturas de Israelitas – II. Uma pesquisa em mais de trinta cemitérios não israelitas.** Rio de Janeiro; 1983.

HISTÓRIA E MEMÓRIA: CAMINHOS E POSSIBILIDADES DA PESQUISA HISTÓRICA SOBRE FOLIA DE REIS EM IPORÁ-GOÍÁS.

Kelli Cristina Alves de Sousa²⁵⁹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo discutir questões ligadas à História e Memória, voltadas para a pesquisa que está sendo desenvolvida no Programa de Mestrado em História, que visa analisar a Folia de Reis no município de Iporá- Goiás a partir do grupo de foliões intitulado Folia dos Lourenço. Ao tomar a História cultural como ponto de partida para o estudo, espera-se contemplar conceitos fundamentais como memória, identidade e memória coletiva, analisando assim seus papéis e relevância no contexto do objeto de pesquisa. Na pesquisa científica o historiador precisa analisar as fontes históricas e definir metodologias a serem desenvolvidas, neste caso a história oral, análise de documentos e de obra memorialista, formam o fio condutor para a compreensão da importância da história, cultura e memória de um grupo unidos pela fé e pela tradição. Os principais autores utilizados são Chartier (1995); Pesavento (2014); Rüsen (2007); Halbwachs (1990); Hampate Bâ (1982); Candau (2011); Seixas (2004), dentre outros. A busca por clareza teórico metodológica, permite ao pesquisador trilhar um caminho seguro e o alcance de respostas amparadas pela cientificidade, podendo assim deixar contribuições relevantes junto ao que se propõe.

Palavras Chave: História; Memória; Pesquisa; Folia de Reis.

A pesquisa científica é desafiadora e ao se pensar em história e cultura, nos deparamos com um campo vasto de possibilidades de investigação. Nessa busca pelo conhecimento, procura-se entender os caminhos e os processos constitutivos da história e da experiência humana. A proposta de estudo a partir da temática “Folia de Reis” de ante mão já trouxe grandes desafios, dentre eles pode-se citar em específico, a necessidade de se estabelecer um recorte teórico e encontrar fontes de pesquisa acerca de um tema tão rico, mas, ao mesmo tempo com discussões um tanto quanto recentes na historiografia. Se por um lado isso abre um leque de possibilidades para a pesquisa, ao por outro, cria uma tarefa desafiadora ao pesquisador que é a busca por informações, estudos e teorias que possam dar suporte à pesquisa.

²⁵⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás, Campus Sul, Sede Morrinhos-GO. Orientadora: Ordália Cristina Gonçalves Araújo. Aluna Bolsista do Programa de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). kellialvessousa@gmail.com



O interesse do estudo é fazer uma análise da Folia de Reis no município de Iporá, que se destaca como manifestação cultural religiosa, praticada pelos adeptos e simpatizantes do catolicismo popular. Almejando compreender essas festividades no sentido de enfatizar sua relevância na cultura popular e na religiosidade daqueles que vivenciam tais experiências e que carregam estas manifestações como parte de sua história.

Para análise das informações a serem obtidas sobre a Folia de Reis, partiremos da abordagem teórico metodológica da História cultural, discutindo a princípio o que é cultura popular, como este conceito foi sendo construído e como diferentes autores trabalham com tal definição

PORQUE A HISTÓRIA CULTURAL?

Ancorado na perspectiva da história cultural, o interesse em pesquisar o resultado da junção de cultura e religiosidade popular, se pauta no argumento de Silveira e Reimer ao afirmarem que, “A cultura passou a ser vista de forma ampla, englobando, além das materialidades históricas, também ideias, mentalidades, representações, maneiras de ser e de sentir” (2012: 65)

Chartier (1995) em seu artigo, “Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico”, discute essa força que é a cultura popular, se trata de um sistema simbólico coerente e autônomo, vinculado a religiosidade e que pode facilmente ser percebido através das manifestações festivas que expressam e misturam tais elementos.

Pesavento em sua obra “História & História Cultural”, faz um profundo estudo sobre a historiografia da história cultural, onde levanta diferentes abordagens, linhas de pesquisa, campos temáticos e possibilidades de fontes. A autora corrobora as citações anteriores ao afirmar que a História Cultural “Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.” (2014: 15). Afirmações essas que consolidam o entendimento de que o caminho escolhido para direcionar a pesquisa no aspecto teórico metodológico neste caso deve seguir na perspectiva da História Cultural.

A História Cultural permite vários vieses de pesquisa e dentre eles, seguir-se-á pelo campo da Memória e Historiografia. Segundo Pesavento:

Para o historiador que trabalha com a Memória, seja por meio dos registros escritos desta, transformados em narrativas de cunho memorialístico, seja pelo recolhimento ao vivo, pela oralidade, das lembranças daquele que rememora, há que levar em conta as múltiplas mediações nesse processo. (2014: 95)



O historiador precisa em primeiro lugar, levar em conta a temporalidade transcorrida entre o tempo vivido e o tempo lembrado e narrado, Pesavento afirma que é preciso analisar que “a memória individual se mescla com a presença de uma memória social, pois aquele que lembra, rememora em um contexto dado, já marcado por um jogo de lembrar e esquecer.”. Ela ainda destaca que “não é possível tudo lembrar, pois a Memória é seletiva, tal como a matéria do esquecimento também é objeto de processos que ultrapassam a escala do inconsciente”. (2014: 95)

A autora destaca, que Paul Ricoeur apresenta como solução para tal problemática, justamente com a aproximação da História à Memória. Pois ao se pensar sobre as aproximações e distanciamentos entre as duas formas de representação do passado e suas maneiras de relacionar-se com o real, somente a História, teria a capacidade de cumprir com o pacto com a verdade do acontecido, algo que é próprio da disciplina. (PESAVENTO, 2014: 96).

AS FONTES HISTÓRICAS

Para o historiador, é primordial distinguir o que são e quais serão suas fontes históricas, como e onde encontrá-las para a construção do trabalho científico. Barros (2019), de uma maneira geral, apresenta o conceito de fonte histórica e aponta a relação necessária entre ela e o problema em uma pesquisa historiográfica. O autor nos apresenta o seguinte conceito de e destaca que:

“Fonte Histórica” é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história (2020: 01).

Tal definição é bastante elucidativa, porém o autor não tem como objetivo em seu artigo, fazer um debate mais profundo acerca do conceito, seu trabalho se direciona à discussão dos diferentes tipos, a expansão considerável de variedades, a organização e classificação das fontes históricas.

Jorn Rüsen, em sua obra “Reconstrução do passado -Teoria da História II”, faz uma análise mais aprofundada sobre a História como ciência. Fala do contexto de contestação da cientificidade histórica e que o método é capaz de responder a tais questionamentos por meio da pesquisa, das fontes e do trabalho metodológico. O autor apresenta as três fases da pesquisa histórica, que são, a formulação da pergunta, o direcionamento dessas perguntas às fontes e a discussão das informações obtidas como respostas às perguntas através da construção de uma narrativa.

Rüsen aponta um modelo metodológico, pautado em três pilares: Primeiramente a *heurística*, que seriam os questionamentos, a seleção, coleta e a classificação das fontes para a obtenção dos



dados empíricos que a partir das concepções teóricas e ideológicas levarão às hipóteses. Aqui ele reforça o papel do historiador, destacando o seu poder de seleção das fontes. Em seguida o autor fala da *crítica* que é o momento de obtenção e apuração das informações contidas nas fontes, é quando “(...) a pesquisa histórica pisa no chão seguro da facticidade do conhecimento histórico” (2007: 123) e o historiador irá refletir criticamente sobre as informações, historicizando-as através de sua conformidade com outros fatos, fontes e teorias. Por fim, destaca a *interpretação*, que é o trabalho de síntese, a relação entre as hipóteses e as fontes, o momento em que o passado se faz manifesto no presente e as fontes se transformam em fatos históricos.

Qualquer pesquisa somente se sustenta a partir de levantamentos bibliográficos, estruturada em autores que discutam importantes teorias e fontes de pesquisa que possam trazer as respostas almejadas pelo pesquisador. No caso específico deste estudo, *a priori* a fundamentação teórica se faz acerca da religiosidade, cultura e história. Como fontes históricas de pesquisa, as possibilidades giravam em torno de fontes orais e produções locais que buscam manter viva a história e a tradição de pessoas que tem na religião, na cultura e na tradição não apenas uma expressão de fé, mas um contexto de vida e de identidade como sujeitos históricos.

A história oral é uma perspectiva importante para a produção de um trabalho que envolve história e cultura popular, pois existe um amplo campo a ser desbravado neste caminho que permite acesso a fontes e informações que são primordiais na construção de uma pesquisa. Tal levantamento de fontes se faz imperativo e a produção de documentos a partir de entrevistas realizadas com os sujeitos que vivenciam e mantém a tradição e expressão de fé entre a comunidade é o que nutre um estudo voltado para essa abordagem.

O interesse inicial da proposta era fazer uma análise da Folia de Reis no município de Iporá, que se destaca como manifestação cultural religiosa, praticada pelos adeptos e simpatizantes do catolicismo popular. Almeja-se compreender essas festividades no sentido de enfatizar sua relevância na cultura popular e na religiosidade daqueles que vivenciam tais experiências e que carregam estas manifestações como parte de sua história.

Em específico, a pesquisa visa dar enfoque à Folia dos Lourenço, que é vista por seus integrantes como exemplo de resistência cultural, de celebração da fé e renovação de laços de amizade e vizinhança, como destaca o Senhor Dorivaldo Lourenço, autor da obra “Folia dos Loureço 1944-2013”, que registra importantes informações e que impressiona pela riqueza de detalhes no resgate histórico e cultural.

O autor do livro, não teve a pretensão de escrever uma obra acadêmica com discussões teóricas ou metodologia científica, mas sim o intuito de organizar, registrar e divulgar informações que lhes são caras em seu contexto de vida cultural, social e principalmente religiosa.

O livro possui características de uma obra memorialista, segundo Domingues:

Entendemos como memorialistas escritores que utilizam diversas ferramentas e fontes em seus textos - às vezes resultando em textos de cunho autobiográfico, nos quais o autor utiliza, a sua experiência de vida e a tradição oral, da cidade sobre a qual escreve, para construir a narrativa histórica -, sem que para isso se utilizem das normas metodológicas e teóricas da escrita acadêmica sobre história. Muitas vezes esses escritores realizam e realizaram pesquisas de fôlego, debruçando-se durante anos sobre arquivos apesar de quase sempre não divulgarem quais foram os arquivos pesquisados, não utilizarem referências, e, às vezes, na escrita, misturarem o que é de sua autoria com citações de documentos consultados ou de autores lidos. Esses escritores partem muitas vezes de textos de historiados, mas seguem caminhos totalmente diferentes dos acadêmicos. (2011: 01)

Vieira, Peixoto e Khoury (2007) ao discutir a pesquisa em História falam da ampliação da noção de documento, da utilização do método como garantia de objetividade e da utilização do documento como expressão da experiência humana. Ao tomar o livro como peça chave nesta etapa da pesquisa, foi preciso primeiramente compreender qual seria seu papel como fonte histórica e como a pesquisadora iria se relacionar com o mesmo, estabelecer limites acerca do que é apresentado no livro, fazendo as perguntas adequadas à experiência analisada e à experiência do analista.

A partir daí, pensar a produção do conhecimento histórico não como aquele que tem implicações apenas com o saber erudito, com a escolha de um método, com o desenvolvimento de técnicas, mas como aquele que é capaz de aprender e incorporar essa experiência vivida, é fazer retornar homens e mulheres não como sujeitos passivos e individualizados, mas como pessoas que vivem situações e relações sociais determinadas, com necessidades e interesses e com antagonismo. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2007: 17-18)

Partindo desses pressupostos, procura-se lançar luzes de maneira reflexiva sobre formas de manifestações religiosas e culturais que organizam a experiência de vida dos sujeitos. Dar voz e visibilidade social e histórica aos grupos e indivíduos por vezes ignorados por narrativas totalizantes.

O PAPEL DA MEMÓRIA NOS ESTUDOS HISTÓRICOS

As pesquisas sobre cultura, religião e tradição se tornam cada vez mais presentes e relevante nos estudos históricos, principalmente a partir das perspectiva da História e Memória, pois permite um olhar voltado para especificidades que compõem o cotidiano de comunidades, que por muito



tempo estiveram apartadas do processo histórico, mas que agora possuem visibilidade no meio acadêmico e principalmente podem se reconhecer como agentes históricos, que participam e fazem a história de um povo, a partir de suas manifestações de fé e tradição. Ao discutir cultura, religiosidade e tradição espera-se contribuir não apenas com o registro histórico de tais manifestações, mas principalmente fortalecer a temática nas discussões acadêmicas.

Halbwachs, em sua obra “A memória coletiva”, discute alguns aspectos primordiais acerca da memória coletiva, relacionando o termo à memória individual e à memória Histórica. Para ele, memória coletiva é algo que se configura quando o sujeito evoca acontecimentos que tiveram lugar na vida de um grupo, o qual considerou ou ainda considera no momento em que se lembra de algo. Se trata dos pensamentos, dos atos e de lembranças que reaparecem porque são recordadas por outros, que mesmo não presentes materialmente se fazem presentes e se explicam pela sua natureza de ser social. (1990: 36).

Em suas reflexões sobre o que seria memória individual e qual o seu papel diante da construção histórica, o autor afirma “[...] que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.” (HALBWACHS, 1990: 51). Para o autor, mesmo as lembranças mais pessoais se fundamentam e se explicam a partir não apenas de experiências pessoais e individuais, mas possui relações profundas com os diversos meios coletivos e as transformações desses meios.

A memória coletiva envolve as memórias individuais, mas não podem ser confundidas. A memória coletiva está em constante processo de evolução, segundo suas próprias leis, e na ocorrência de lembranças individuais penetrarem nela, deixam de ser individuais e passam a fazer parte de um outro conjunto que não é mais uma consciência pessoal. A memória individual não está isolada, passa pelo seu próprio passado, mas também pela necessidade de se fazer um apelo às lembranças de outros, a referências estabelecidas pela sociedade. (HALBWACHS, 1990: 53-54).

O autor distingue dois tipos de memória, uma que ele classifica de interior/pessoal/autobiográfica e a outra de exterior/social/histórica. Ambas se relacionam na medida em que a primeira se apoia na segunda, mas a segunda seria naturalmente bem mais ampla, porém representa o passado “sob uma forma resumida e esquemática, enquanto que a memória de nossa vida nos apresentaria um quadro bem mais contínuo e mais denso” (HALBWACHS, 1990: 53-54).

Partindo deste panorama, busca-se entender quais fatores internos e externos contribuíram para que houvesse o interesse em registrar, memórias individuais e coletivas em documento de cunho histórico. Reunir informações, compilá-las e produzir uma obra que muito além da produção de



memória histórica, se trata de algo que compõe a identidade de um povo, que carrega sua cultura, tradição e religiosidade como algo primordial para sua própria existência e sua participação na sociedade.

Por muito tempo a humanidade transmitiu suas histórias e tradições através da oralidade, as pessoas se recordam dos fatos da maneira como lhe foram narrados ou em caso de uma experiência própria, eles mesmos narram e compartilham as experiências vividas. Essa reflexão é realizada pelo autor Amadou Hampaté Bâ em seu texto “A Tradição Viva” em que aborda questões relativas à oralidade ao discutir a metodologia e pré-história da África. O contexto histórico e historiográfico do autor é diferente do nosso, porém essa linha de reflexão nos cabe, por tratar justamente da vida, da história, da religiosidade do homem do povo, reforçando a compreensão da importância da palavra, da fala na transmissão de informações de geração a geração. Nossa análise busca não ser ingênua e não se deixar cair na tentação de romantizar a transmissão histórica através da oralidade, com a crença de que ela se manteria intacta e resistiria aos novos rumos que as sociedades veem tomando por conta da modernidade. Também é sabido que os documentos escritos não são detentores da verdade e que nem sempre se mantiveram fora do alcance de falsificações ou alterações, sejam elas intencionais ou não. A prova escrita não é sinônimo de fidedignidade, mas em muitos casos é vista como um relato de realidade mais fiel do que o testemunho oral e “[...] a escrita pouco a pouco vai substituindo a palavra falada, tornando-se a única prova e o único recurso”. (1982: 168).

Lourenço (2016), em seus agradecimentos pela produção e publicação de sua obra, menciona, o aprendizado e conhecimento oriundo de sua própria vivência e também faz alusão às preciosas anotações dos roteiros da folia. Isso nos mostra que a prática de realizar registros através da escrita, de datas, pessoas participantes e realização dos eventos é algo anterior à publicação do livro e que ele nasce como maneira de compilar as informações, publicizar e deixar para a posteridade relatos tão preciosos para a sua comunidade.

Candau, ao tratar da memória e identidade, discute as capacidades memoriais humanas e aponta que o homem nunca está satisfeito com seu cérebro como única unidade de estocagem de informações memorizadas, acabando assim por recorrer a extensões da memória, formas de armazenar e assegurar que não se percam ou sejam totalmente descaracterizadas. Aponta a importância da escrita para o armazenamento de memórias, não apenas como uma forma de compartilhar conhecimentos e informações com outrem, mas para além disso, destaca o valor dos registros para a formação de uma identidade que reforce sua existência e pertencimento (2011: 107).

Auxiliar de uma memória forte, a escrita pode, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforçar a metamemória.



Assim, o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado, oferece ao grupo a possibilidade de reapropriar-se desse passado através dos traços transcritos (CANDAU, 2011: 109).

As lembranças exercem um papel identificador no interior do grupo e mobiliza deliberadamente a memória autorizada de uma tradição, além de assegurar uma continuidade fictícia ou real entre o passado e o presente. Candau nos traz essa reflexão e afirma que “O ato de memória que se manifesta no apelo à tradição consiste em expor, inventando se necessário, ‘um pedaço de passado moldado às medidas do presente’ de tal maneira que possa se tornar uma peça do jogo identitário.” (2011: 122).

É consenso entre os estudiosos levantados até agora, o papel transcendente da memória, tanto individual quanto coletiva para a construção histórica, seja ela perpetuada através da oralidade ou da escrita. Mas, para Halbwachs, existem algumas ressalvas, para ele “(...) a memória coletiva não se confunde com a história e que a expressão ‘memória histórica’ não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto.”. Para ele, um dos objetivos da história é lançar uma ponte entre o passado e o presente e restabelecer a continuidade interrompida. Pois no seu entendimento essa “necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e mesmo de uma pessoa, desperta somente quando eles já são muito distantes do passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo de si muitas testemunhas que dela conserva alguma lembrança.” (1990: 80)

Seixas também estabelece um debate acerca dessa relação de oposição entre memória e história, ela apresenta argumentos apontados por Halbwachs ao dizer que:

A memória coletiva, sendo sobretudo oral e afetiva, pulveriza-se em uma multiplicidade de narrativas; a história é uma atividade da escrita, organizando e unificando numa totalidade sistematizada as diferenças e lacunas. Enfim, a história começa seu percurso justamente no ponto onde se detém a memória coletiva. (SEIXAS: 2004: 40)

A oposição entre memória e história se apresenta mais radicalmente acirrada nas reflexões propostas por Pierre Nora apresentadas por Seixas (2004: 40-41). Ela afirma que para ele, a memória seria a tradição vivida, é espontânea e afetiva, já a história se trata de uma operação profana, uma reconstrução intelectual, que demanda análise e explicação, sempre problematizadora, sistemática e crítica do passado e que no final das contas, a memória já não existe mais.

Seixas ainda levanta algumas proposições reflexivas da historiografia anglo-saxônica recente, que diante do debate das questões relativas à memória e a história busca conferir maior autonomia à memória. Neste esforço de compatibilizar memória e história, o que ocorre na verdade é uma

dificuldade de distinção clara entre memória e história, criando-se assim uma nítida politização e busca pelo controle e reforma do passado, via gestão das memórias com a função de servir à história. “Ao querer abolir a relação dicotômica entre memória coletiva e história (o ‘tudo as opõe’ de Nora), elas são aproximadas em demasia de tal forma que a memória, essencialmente seletiva, reveste-se por inteiro dos traços atribuídos à história.” (2004: 42)

Seixas, aponta dois efeitos desta apropriação da memória pela história. Primeiramente, sua extrema operacionalidade e produtividade que foi a raiz de movimentos identitários sociais e/ou políticos de afirmação de novas subjetividades, que buscam dar conta da complexidade de fenômenos contemporâneos da memória. E como segundo efeito, seria a vulnerabilidade teórica, por não se discutir mecanismos de produção e reprodução da memória, seja ela coletiva ou histórica. E por fim aponta aspectos que segundo ela são pouco considerados, que seria a reflexão sobre as relações entre memória e história, acreditando “(...)ser necessário iluminar a memória também a partir de seus próprios refletores e prismas; necessário, portanto, incorporar tanto o papel desempenhado pela afetividade e sensibilidade na história quanto o da memória involuntária” (2004: 44-45).

Essa perspectiva da subjetividade da memória, aliada às dificuldades também observadas em relação às fontes e à seleção de documentos são questões que só podem ser superadas a partir da objetividade do conhecimento histórico e garantida pelo método. O historiador pode fazer uso da intencionalidade na definição do tema, na seleção dos documentos, mas principalmente na escolha do método, responsável pela cientificidade do seu trabalho. “Por outro lado, a intencionalidade dos sujeitos históricos fica relegada a segundo plano e nesse caso o documento é usado como ilustração da vontade e competência do pesquisador”, como afirma Vieira, Peixoto e Khoury (2007: 16)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, trata-se de um passo inicial diante de uma longa jornada no processo de produção da pesquisa histórico científica. Aqui buscou-se estabelecer e analisar alguns caminhos a serem percorridos. Partindo do nosso campo de estudo, a metodologia que se mostra mais apropriada e condizente com a proposta é o método histórico que segundo Mendonça; Rocha; Nunes:

Consiste em investigar os acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar sua influência na sociedade de hoje. Parte do princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições, os costumes têm origem no passado, sendo, portanto, importante pesquisar suas raízes, para melhor compreender sua natureza e função. (2008: 43-44)

A abordagem teórico metodológica mais apropriada se dá na perspectiva da História Cultural, aqui amparada pelas discussões propostas por Roger Chartier e Sandra Pesavento, devemos salientar que é sabido que tal reflexão pode e deve ser muito mais profunda e produtiva por isso se faz necessário salientar que aqui nos dispomos a fazer apenas uma análise inicial. Sendo necessário ainda, identificar e analisar outras teorias utilizadas por outros pesquisadores sobre o fenômeno a ser pesquisado.

As fontes de pesquisa é parte primordial da pesquisa conforme define Barros e Rusen, as fontes históricas previamente selecionadas partem do levantamento bibliográfico, de entrevistas para levantamento de informações e observação das festividades culturais e religiosas em uma comunidade específica. Diante de algumas intempéries a princípio a análise de documentos e de produção de material escrito de cunho memorialístico.

Sobre os conceitos a serem utilizados, afirmamos que eles devem estar em sintonia com a corrente teórica escolhida. Portanto, a memória que é um elemento muito debatido dentro da historiografia e que faz parte do contexto teórico escolhido, compõe a essência das reflexões. Aqui tomou-se por base algumas discussões estabelecidas por Halbwaches, que argumenta acerca da memória coletiva e individual e sua relação com a história, mas, vale ressaltar que, não nos limitaremos a apenas sua abordagem.

Refletir sobre os caminhos da pesquisa histórico científica se mostra uma tarefa árdua, mas ao mesmo tempo instigante e enriquecedora. Os resultados aqui presentes não visam a apresentação de respostas prontas, mas sim expor parte de uma investigação científica, até mesmo por se tratar de um trabalho ainda incipiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, José. A. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.
- _____. *Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos*. Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 02, p. 03-26, jul./dez. 2019
- CANDAU, Joël. Jogos sociais da memória e da identidade I e II. In. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CHARTIER, Roger, *Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico*. Revista Estudos Históricos: Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995.



DOMINGUES, Viviane P. *Especificando a validade do estudo sobre memorialistas através do uso da teoria da consciência histórica*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011

HAMPATÉ BÂ Amadou. A tradição viva. In: KIZERBO, J. *História Geral da África: Metodologia e pré-história*. São Paulo: Ática, Paris: UNESCO, 1982. P.167-212.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Biblioteca Vértice, 1990.

LOURENÇO, Dorivaldo. *Folia dos Lourenço – 1944 a 2013*. Goiânia: Mundial Gráfica, 2016

MENDONÇA, Alzino F de; ROCHA, Cláudia R. R.; NUNES, Heliane P. *Trabalhos Acadêmicos: planejamento, execução e avaliação*. Goiânia: Faculdades Alves Faria, 2008.

PESAVENTO, Sandra J. *História & História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 3ª. Ed. 1ª reimpressão, 2014.

RICOEUR, Paul. “Objetividade e subjetividade em história”. In: _____. *História e verdade*. Rio de Janeiro: Forense, 1968, p. 23-44.

RÜSEN, Jörn. “Metodologia – as regras da pesquisa histórica”. In: *Reconstrução do passado – Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica*. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. da UNB, 2007, pp. 101-168.

SILVEIRA, J. P.; REIMER, H. Prolegômenos para uma história cultural das religiões. In: REIMER, H; SILVEIRA, J. P.; PROTO, L. V. P. (Orgs.). *Primeiros Diálogos: uma introdução a reflexão histórica*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos de memórias em terras de História: Problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 37-58.

VIEIRA, Maria do Pilar, PEIXOTO, Maria do Rosário, e KHOURY, Yara Aun. *A Pesquisa*

IMPRESSIONES DE VIAGENS DE DUNGA RODRIGUES

*Viviane Gonçalves da Silva Costa*²⁶⁰

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as impressões de viagens dentro e fora do Brasil de Dunga Rodrigues e as bizarras vivenciadas. Cabe lembrar que, pessoas e paisagens são culturalmente construídas e representadas nos relatos de viajante, refletir sobre tais representações implica tencioná-las nos campos da História e Literatura. Dunga Rodrigues é considerada ícone da literatura e pioneira na difusão da cultura escrita em Mato Grosso. Viajante em busca de aventuras e aquisição de novos saberes. Através de viagens por “terra, céu e mar” vislumbra-se o desejo de compreender sua realidade, Cuiabá e sua gente, propondo melhorias aos inúmeros desafios da cidade, baseando-se em comparações e representações do mundo por ela descoberto.

Palavras-chave: Dunga Rodrigues. Diários. Viagens. Cuiabá-MT.

O objetivo deste trabalho é discorrer sobre as impressões de viagens dentro e fora do Brasil de Dunga Rodrigues e as bizarras vivenciadas. Através de viagens por “terra, céu e mar” vislumbra-se o desejo de compreender sua realidade, Cuiabá e sua gente, propondo melhorias aos inúmeros desafios da cidade, baseando-se em comparações e representações do mundo por ela descoberto.

O que nos chamou à atenção acerca das impressões de viagens foi a ênfase dada aos detalhes: a partida, os meios de transporte, o cuidado com a higiene pessoal, o local de hospedagem, o tratamento dispensado aos hóspedes, bem como, o registro de forma poética dirigida aos companheiros de excursão e aos guias, a importância dada às manifestações artísticas, as vantagens e desvantagens do comércio (de luxo), feiras e artesanato, os diferentes estilos de moradias, o turismo e a receptividade local. De fato, é capital aos viajantes apreciar os sons incomuns e inusitados, registrar os costumes e a rotina dos habitantes, além do ver e deleitar-se, compreender aspectos sociopolíticos, econômicos e sobretudo as minúcias do âmbito privado.

Diante do exposto, temos como objeto de análise o livro “Os Vizinhos”²⁶¹ e uma breve descrição dos “Diários de viagem” por alguns países da Europa, América, Ásia e África. “Os Vizinhos” (1977), traz à tona comparações entre Cuiabá e o Rio de Janeiro. Os Diários de Viagem são manuscritos, inéditos, digitalizados e integram “Acervo da Família Rodrigues”, Arquivo da Casa

²⁶⁰ Aluna regular do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso. Orientadora Profa. Dra. Thaís Leão Vieira. Endereço eletrônico: vivigsilva@gmail.com

²⁶¹ “Os Vizinhos” é parte da seção memórias, Cadernos Cuiabanos 3, programa do Departamento de Cultura e Turismo, integrado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Prefeitura Municipal de Cuiabá.

Barão de Melgaço. Refletem andanças e representações da escritora sobre diferentes espaços geográficos.

“Diário de viagem ao Nordeste do Brasil” (1975)²⁶². Excursão com saída do Rio de Janeiro (de ônibus), passando por Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco e Sergipe. Em Minas Gerais, o tour foi por Muriaé, Caratinga, jantar e pernoite em Governador Valadares, Hotel “O Augustus”, de estilo colonial, considerado “muito limpo, bom, com lanche farto e barato”.²⁶³ Na Bahia, o percurso foi Jequié, Feira de Santana e Salvador. Observa-se satisfação com comércio local. Destaca-se o passeio nas praias, aspectos históricos de igrejas, museus, devoção ao candomblé e a base culinária baiana: azeite de dendê e camarão seco. Da Bahia até Pernambuco foram percorridos 84 km, 12 horas de viagem de ônibus.

“Diário de Viagem aos Estados Unidos da América do Norte” (1981).²⁶⁴ Dunga e Olga deixaram o Rio de Janeiro, Aeroporto Internacional do Galeão²⁶⁵, às 9h45mim da noite, do dia 8 de julho de 1981, DC10 da Varig²⁶⁶, com parada em Lima, Peru. No dia seguinte, às 8h da manhã já estavam em Los Angeles, às 10h30mim hospedadas no Hotel Los Angeles Hilton...

De resto, nesse dia, comi o que catei da Varig, que é uma companhia muito farta. Porque o grupo todo, só se reuniu mesmo às 6h da tarde desse dia, quando houve reunião com a guia, que se chama Neide. As pessoas foram chegando aos poucos, em vôos diferentes. [...]. Os que vieram pela Panam, acharam o tratamento péssimo, uma miséria. [...] resolvemos [...], ir ao teatro assistir o musical Evita Peron. Ótimos cantores, tudo sobre a Argentina de Peron. Balé moderno, montagem, iluminação, música perfeita! [...]. Saímos à 1h e meia da noite fomos ao Hotel Piazza, [...] no hall desse hotel nos misturamos com um pessoal muito chic, chiquérrimo mesmo, que fora no Piazza ao show da artista negra Daiana Ross, que já esteve em S. Paulo. Ela é bonita, de traços finos e vestia preto e casaco de seda com losango de strass prateado, super chick e dava autógrafos. Eu estava de Melissa e um pé de meia abaixado, outro levantado, igual barata tonta, querendo ver tudo de perto.²⁶⁷

Dia 10 de julho, passeio pelo Studio da Universal. Depois, Beverly Hills, local de encontro com artistas de cinema e as casas dos grandes costureiros: Maison Dior, Valentino etc. Em seguida,

²⁶² RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao Nordeste do Brasil*. fev. 1975. Disponível em: <https://www.familiascasabarao.com.br/producao-publicada-dr/diarios/item/2181-dunga-pi-344>. Acesso em: 13 jul. 2022.

²⁶³ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao Nordeste do Brasil*. fev. 1975.

²⁶⁴ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao Estados Unidos da América do Norte*. jul. 1981. Disponível em: <https://www.familiascasabarao.com.br/producao-publicada-dr/diarios/item/2182-acbm-dunga-pi-343>. Acesso em: 13 jul. 2022.

²⁶⁵ O Galeão era o principal aeroporto internacional brasileiro, de onde partiam praticamente todos os voos internacionais.

²⁶⁶ Em 1974 a Varig passou a utilizar os DC-10, em substituição dos Boeing 707. Foi o primeiro jato (dois corredores) utilizado por uma companhia da América Latina. Por sua elevada autonomia e velocidade, foram colocados nas rotas de maior curso da empresa, como Nova Iorque, Frankfurt, Paris, Roma, Londres e Tóquio, com escala em Los Angeles.

²⁶⁷ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao Estados Unidos da América do Norte*. jul. 1981. Acervo da Família Rodrigues, Casa Barão de Melgaço. (Transcrição).

compras no bairro mexicano para. Dia 11, passeio pela Disneylândia (pela 4ª vez). Dia 12, sobrou um ticket para a Disney que foi oferecido ao motorista...

O chauffeur foi logo dizendo que era solteiro e perguntou se eu também o era, para onde eu ia, se voltava, se tinha um noivo, ou se era casada. Resumindo, em menos de 10 minutos me pediu em casamento. Como eu lhe disse que pretendia voltar em julho próximo, para ir ao Japão, passando por Los Angeles. Então ele me deu o seu endereço e pediu-me que lhe escrevesse e que viesse antes de julho; que ele mandaria passagem para eu ir em fevereiro. Por fim pediu que eu fosse passar um fim de semana em setembro em Los Angeles. E disse que iria telefonar para os hotéis em que eu passasse, nesta excursão. Achei isso interessante, porque todos os anos me acontece uma média de 2 a 3 pedidos de casamento. Não os levo a sério não sei por quê? E também não gosto de contar para ninguém, porque acho uma ação muito indigna, zombar de sentimentos alheios.²⁶⁸

Seguiram viagem por Las Vegas. City Tour por São Francisco, Golden Gate, maior que o Central Park de New York. Dia 17 de julho, sexta-feira, chegaram em Nova York, no coração de Manhattan. Dia 23, Dunga e Olga separaram-se do grupo, rumo ao Canadá, percorreram por Toronto, Ottawa e Quebec. Retornando ao Brasil em 30 de julho.

“Diário de Viagem ao México e Japão” (1982).²⁶⁹ São Paulo, 14 de julho de 1982,

Frango à la Varig

Sáimos hoje de manhã de Santos às 10 h. Éramos três mulheres até chegarmos à Rodoviária. Lá entraram mais duas, sendo que aquela que ficou no meio, chegou reclamando do lugar. Por fim acomodou-se e tomou conta da tribuna.

[...]. A conversa era dirigida a uma moça muito bonita e suave, que viajava com um filho de colo. Esta falou pouco, mas disse uma frase muito bonita: “lá se escuta o silêncio”. Só mesmo quem mora numa cidade ruidosa como São Paulo, pode valorizar a quietude de outro lugar. - Escutar o silêncio! ... Em Cuiabá, passamos 250 anos escutando o silêncio. Um dia iremos valorizar esta época. Voltemos a viagem, quando dissemos o nosso destino – Aeroporto, a mocinha disse a oradora do carro que íamos para Tóquio. Recebemos aos efusivos e subimos, ou melhor ganhamos status. Ao descermos, recebemos votos de boa viagem e vários sorrisos. Quinze minutos após encontramos-nos com a Eutila, que chegava do Rio para formar um trio que, por um tris não passou de três patetas. [...]. Após os mijos da chegada fomos checar as passagens no balcão da Varig. A moça apertou os botõezinhos de uma maquininha mágica chamada computação, que pergunta e responde para qualquer parte do mundo, a resposta era sempre não. [...]. A beira do embarque, apagaram os nossos nomes: disqui qui... Sáimos desse trauma, agora pela 2ª vez, em São Paulo, e pegamos um chauffeur, que nos deixou, em frente, na 1ª espelunca – Bela Viagem, muito bom, no dizer do dito cujo. Eu fiquei aguardando as malas as pulgas e um friozinho incômodo, enquanto as duas partiram para a luta. [...]. Não descansamos, apenas tomamos um banho *sui-gêneris* impublicável.²⁷⁰

²⁶⁸ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao Estados Unidos da América do Norte*. jul. 1981.

²⁶⁹ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982. Disponível em: <https://www.familiascasabarao.com.br/producao-publicada-dr/diarios/item/2184-acbm-dunga-pi-353>. Acesso em 13 jul. 2022.

²⁷⁰ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.

Dia 15, saída de São Paulo ao Rio, embarque DC10 da Varig: “O dia começou à meia noite. Após a ceia o aeromoço serviu para as cinco ocupantes da fileira, [...], uma torta excelente, de 1ª classe, de amêndoas, chocolate e cereja no licor e champanha. Nós cinco cantamos parabéns para mim mesma”.²⁷¹ Escala em Miami às 6h20min da manhã, novo embarque pela Panam, às 7h30min, em direção ao México, por fim, hospedagem no Fiesta Palazze Hotel, no hall havia uma exposição de “homem pensante de Rodin”, foram ao espetáculo no Teatro de Belas Artes e assim foi festejado o aniversário de Dunga. Dia 16, tour pelas pirâmides da Lua e do Sol, Igrejas, Palácio Nacional com afrescos de Diego Rivera, Chapultepec Parque. “Eu caí na cama toda encatarrada e dormi. [...]. Amanheci bem melhor, mas resolvi não sair. É preferível perder um dia que o resto da excursão”.²⁷²

Um pouco de bizzaria: “Eu fiquei com meus catarros, expelindo essa porcaria que me dá vontade de vomitar. Liguei o rádio e fiquei escutando música mexicana e de vez em quando saia um Roberto Carlos”²⁷³, chegou-se à conclusão de que as músicas não se diferem, são românticas e melosas. Dia 18, decolaram para Acapulco, com estadia no Hotel Solaris Hyatt Regency, ambiente que lembrou os dias ensolarados de Cuiabá. Dia 20, retorno a Los Angeles. Cabe registro, pela 3ª vez, em anos consecutivos, em Los Angeles, nas três partes em que se divide o centro dos bancos, o comercial e o cívico, incluindo a Disneylândia. Seguiram em passeios por Las Vegas e São Francisco. Dia 27 estavam em Honolulu, Havaí.

Dia 29, partiram do Havaí para Osaka, centro comercial, ilha japonesa de Honshu e de ônibus seguiram rumo a Kyoto, antiga capital japonesa.

De Osaka viemos de ônibus até Kyoto e ficamos em Kyoto Hotel. Neste hotel, no banheiro, das mulheres, há privada de vaso comum e umas no chão, como comadre, porque há mulheres que também mijam em pé. Aqui a direção do carro é do lado direito. O quarto do hotel é bem modesto. Achamos 3 pares de chinelos, mas não achamos os kimonos prometidos. Eu estava doida para sair de kimono. [...]. Ficamos loucas com as compras. Aqui recebemos um carnezinho com direito a 2 refeições por dia. [...]. Ótimo. Na 1ª refeição, peguei 2 pedaços de pão com um ovo para o que der ou vier.²⁷⁴

Em Kyoto visitaram palácios, parques, comércio, em templos budistas e observaram que a comida é farta e as pessoas respeitosas e amigáveis,

Aqui em Kyoto, onde esperávamos passar fome e é onde comemos melhor. E desde que chegamos aqui no Japão, [...]. O café da manhã é farto. Sistema self-service. Eu

²⁷¹ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.

²⁷² RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.

²⁷³ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.

²⁷⁴ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.



pego uma bandeja, apanho um ovo, salada de mandarine e uma tangerina pequeníssima muito gostosa. Salada de pêsego, 2 croissant, um pãozinho, um pãozinho de sanduíche, manteiga, suco de laranja ou abacaxi, geleia, café com leite. O ovo e os pães eu coloco na sacola e levo nos passeios, como lanche. No hotel fornecem guarda-chuva para você sair, é só assinar e pôr o número do quarto.²⁷⁵

De Kyoto partiram para a cidade Nara.²⁷⁶

Mal fomos ao quarto, trocamos de roupa, porque chovia muito e fomos a um grande magazin de enlouquecer, onde há de tudo – são umas 8 quadras do hotel e chama-se Takashimaya. [...]. Quando saímos do grande magazin, ainda havia outras lojas abertas, porque apesar de hoje ser domingo, eles trabalham nas lojas até mais tarde no sábado e no domingo, porque são os dias em que as famílias têm mais tempo para comprar.²⁷⁷

Dia 02 de agosto em Tóquio, Hotel Tokyo Princess, visitaram a primeira casa das pérolas e vislumbraram com o cultivo para obtê-las,

Vestimo-nos apressadamente porque deveríamos assistir a um espetáculo às 7 da noite. Nesta noite a guia mandou-nos vestir melhor. Eu pus o meu vestido verde. Aliás, eu trouxe pouca roupa. [...]. Assim estou comprando coisas para mim. O teatro, [...], era num cabaret de luxo chamado Mikado, tradução do Guilherme “Micago”. O prédio era luxuoso e os números muito bons de malabarismo, mas achei curtíssimo. Só meia hora. Daí tomamos o ônibus e fomos visitar uma Casa de Chá.²⁷⁸

Nas palavras de Dunga Rodrigues, Tokio pode ser comparada a Nova Iorque, ocidentalizada e moderna,

Chovia torrencialmente. [...], há muito viaduto e prédios modernos. Eles estão demolindo as casas velhas e erguem prédios moderníssimos. Aqui está para surpresa minha muito ocidentalizado. Na rua vi apenas quatro japoneses de kimono. E vim louca para vestir um kimono e sair por aí. [...]. Mas Tókyo é uma cidade imensa, extraordinária. Com casas enormes de comércio como as de Nova Iorque, com todo o tipo de mercadoria. [...]. Os símbolos deles são outros.²⁷⁹

²⁷⁵ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.

²⁷⁶ Os monumentos da antiga Nara ilustram de maneira singular um período crucial do desenvolvimento cultural e político do Japão. O período Nara, no século VIII, representa uma mudança no rumo cultural e político do país, que tomou a partir de então uma nova direção, como mostram os monumentos históricos de Nara. Em relação aos templos, há seis que foram declarados como Patrimônio Mundial, sendo cinco deles budistas e um xintoísta. Visão das Artes no Japão – Templos de Nara. Disponível em: <http://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/252280>. Acesso em 18 jul. 2022.

²⁷⁷ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.

²⁷⁸ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.

²⁷⁹ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.



Cabe registro, o Takarazuka, o teatro de mulheres, revolucionou a história do teatro japonês com elencos formados exclusivamente por mulheres, mesmo nos papéis masculinos. A companhia Takarazuka também foi responsável por levar obras ocidentais para o Japão, introduzindo um novo estilo de arte para a população, visto que, os espetáculos misturam elementos ocidentais e orientais,

O palco é imenso. Foi uma surpresa magnífica. O teatro é só de mulheres. [...]. Abriram o espetáculo com dúzias de bailarinas super bem-vestidas dançando e cantando músicas brasileiras – As águas vão rolar. Foi emocionante. [...]. Se não entendíamos o que diziam, compreendia-se o enredo. Para se ter uma ideia dos cenários, houve um quadro de tempestade. Atrás as ondas subiam e desciam e havia o marulho do mar. As folhas se desprendiam das árvores e caíam uma a uma. Ventava forte e chovia. [...]. As luzes são feéricas, parece Las Vegas. [...]. Valeu a viagem este monumental espetáculo. Só mulheres participavam, como homens também.²⁸⁰

Dia 04, de trem, partiram para Nikko²⁸¹, cidade turística que reflete a arquitetura tradicional japonesa. Ao longo do percurso, vislumbra-se campos de arroz como um relvado e se prolongam até a zona rural. “O dia estava quente, como tinham de tirar os sapatos, foi um cheiro de chulé, dentro do templo, que não aguentei. Daí fomos almoçar, a comida, como sempre no Japão, é excelente”.²⁸² Com diz o ditado, “Quem vem ao Japão e não vê Nikko, não viu nada de bonito”.²⁸³

“Diário de Viagem à Europa” (1983).²⁸⁴ Estadia em Roma, Nápoles e Milão, na Itália. “Diário de Viagem à Europa” (1985).²⁸⁵ Descrição minuciosa de Paris, França; Bruxelas, Bélgica; Holanda; Alemanha; Estocolmo, Suécia; Copenhague, Dinamarca. Diário de Viagem ao Japão, China, Tailândia, Índia e Egito (1986).²⁸⁶

²⁸⁰ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.

²⁸¹ Os templos de Nikko, declarados como Patrimônio da Humanidade pela Unesco, se encontram no Parque Natural de Nikko e se tornaram a principal atração turística da cidade. Se trata de 103 estruturas sagradas num complexo que abriga dois santuários xintoístas e um templo budista. Disponível em: <https://www.tudosobretoquio.com/nikko>. Acesso em 19 jul. 2022.

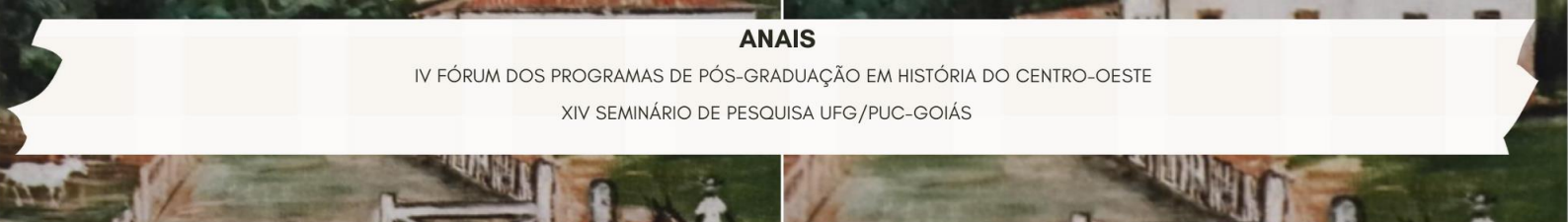
²⁸² RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.

²⁸³ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.

²⁸⁴ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem à Europa*. 1983. Disponível em: <https://www.familiascasabara.com.br/producao-publicada-dr/diarios/item/2188-acbm-dunga-pi-351>. Acesso em 13 jul. 2022.

²⁸⁵ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de viagem à Europa*. 1985. Disponível em: <https://www.familiascasabara.com.br/producao-publicada-dr/diarios/item/2185-acbm-dunga-pi-5>. Acesso em 13 jul. 2022.

²⁸⁶ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Diário de Viagem ao Japão, China, Tailândia e Egito*. 1986. Disponível em: <https://www.familiascasabara.com.br/producao-publicada-dr/diarios/item/2186-acbm-dunga-pi-89>. Acesso em: 13 jul. 2022.



AS BIZARRIAS VIVENCIADAS EM CUIABÁ E NO RIO

“Os Vizinhos” é apresentado como expressão do “processo histórico-cultural cuiabano” e as interações Porto\Cidade; Cuiabá\Rio\Exterior e Dunga Rodrigues como “autêntica geratriz” da cuiabania. Fazendo-se prudente explicar que,

Nas páginas que seguem, seu humor fino, sua atenta e longamente curtida observação da vida cuiabana revelam-nos com força suave e despojada, os becos e avenidas de nossas idiossincrasias coletivas.

E dá-nos a rara oportunidade de rirmos de nós mesmos. Oferece-nos um reencontro.

287

“Explicação” introduz a obra, é sucinta e objetiva, através dela temos a descrição e interpretação do fazer memória e da escrita de si, sendo possível conjecturar sobre Dunga Rodrigues interpretada, legitimada e os mecanismos para que se compreenda obra e autoria:

É praxe que se introduza toda a escrita que se enfeixa em livro. Não estamos fazendo um prefácio, pois nem sabemos classificar anotações, categorizando-as no rol das composições literárias ou culturais, que na verdade, elas não chegam a sê-lo. O nosso dever é explicar, a quem tiver a paciência de lê-las, que jamais tivemos pretensão ou veleidades literárias ou culturais. O nosso objetivo foi apenas captar uma **nesga do tempo**. Um tempo em que, nesta cidade, todos se conheciam.²⁸⁸

Primeiro, a expressão “nesga do tempo” sinônimo de fragmento do tempo anterior ao que chamamos de “aceleração do tempo”, ou ainda, uma fissura vista através do que está entreaberto. Trata de uma noção de tempo de proximidade entre pessoas, compreensível entre as fissuras do cotidiano característico em “Os Vizinhos”. Segundo, procura-se compreender como as práticas do fazer literário corresponde ao que ela nomeou de “veleidades literárias”. A noção de nesga do tempo se contrapõe à de “aceleração do tempo” perceptível na construção narrativa a seguir,

Aqui ainda não havia engarrafamento de veículos, não havia este movimento tumultuado, nem super-mercados, nem escolas superiores, nem asfalto. A população sentava-se pacatamente a porta para esperar o entardecer. As tempestades físicas e políticas, nos chegavam amortecidas e inacreditáveis, pois os jornais diários das grandes cidades, não nos traziam as notícias, na horinha, como acontece. E, assim como aquelas novas esmaecidas, num breve amanhã, se esvanecerão as lembranças deste período que pretendemos

²⁸⁷ ROSA, Carlos. Apresentação. In: RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). *Os vizinhos*. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1977, p. 2. (Cadernos Cuiabanos, 3).

²⁸⁸ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). Explicação. In: *Os vizinhos*. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1977, p. 5. (Cadernos Cuiabanos, 3). Grifo da autora.



delinear, nestas páginas. Justificamos pois o nosso intento, apresentando as mãos à palmatória, se em êrro estivermos incorrendo.²⁸⁹

Dunga Rodrigues buscou conectar-se ao passado de sua infância e juventude à Cuiabá em processo de modernização dos últimos anos de sua vida. Com os “Os Vizinhos” enfatiza-se o uso da memória como traço indelével da produção intelectual da escritora, visto que, ao elaborar um perfil autoral e suas intenções ao escrever, provocando reflexões e comparações entre Cuiabá e o Rio de Janeiro. Ao escrever, escolhe dar um sentido mais pedagógico que literário às suas criações.

Para decifrar Cuiabá de outrora, é fulcral pensarmos que seus personagens são referências poéticas humanizadas pelo calor da vizinhança. Cuiabá nasceu das águas da bacia do Paraguai, entre Pantanal e Cerrado. Edificada sobre territórios indígenas. Arquiteta como Vila de vielas tortuosas e caminhos de rios e riachos e na confluência das águas do Paraguai, às margens do Cuiabá. Espaço fronteiro entre contatos e conflitos.

A TRAJETÓRIA DE TOTÓ PEREIRA

Totó Pereira é cuiabano de nascença, criado nas adjacências da “Rua Grande, que se estendia da travessa Senador Metello ou Beco do São Gonçalo, de um lado, e do outro, o Beco da Polícia, até a beira do rio”²⁹⁰ o Cuiabá, rua do Porto Geral, Distrito de São Gonçalo de Pedro II, atual Bairro do Porto, “[...], a Rua 15 avançou sobre a Avenida, engolindo o Bar Caramba, nos limites do Liceu S. Gonçalo, antigo Colégio dos Padres.”²⁹¹

Totó pereira foi um menino tímido de verdade. Muito prestativo e incapaz de ofender alguém, era requisitado por toda a vizinhança para levar recados, buscar viandas, comprar coisas na venda, enfim prestava todo tipo de serviço para todos. Na sua rua havia dois totós. O outro era **totó cachorro**, muito enxotado, enquanto êle, muito solicitado.²⁹²

Pertencia à Irmandade de São Luiz de Gonzaga, “que reunia a fina flor dos alunos do Colégio dos Padres”²⁹³. Durante os dias de procissão, sua a intenção era ser visto, a fim de encontrar uma moça de “boa família”.

²⁸⁹RODRIGUES. 1977, p. 5.

²⁹⁰ RODRIGUES, Dunga. A Rua Grande. In: RODRIGUES, Dunga; MÜLLER, Maria de Arruda. *Cuiabá ao longo de 100 anos*. Cuiabá: FIEMT, 1994, p. 8.

²⁹¹ RODRIGUES, 1994, p. 8.

²⁹² RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). Adolescência. In: *Os vizinhos*. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1977, p. 11. (Cadernos Cuiabanos, 3). Grifo da autora.

²⁹³ RODRIGUES. 1977, p. 12.

Conforme padrões à época, um bom partido era um sujeito de família, abastada e influente, ter formação no Rio de Janeiro, para vir a ser um doutor, por lá mesmo deveria se casar. Totó Pereira não apresentava tais requisitos, o pobre era de família humilde, com diploma de quinta (5ª série) e escriturário no Arsenal de Guerra.

Campo Grande tinha conquistado ares de cidade desenvolvida, moderna e progressista. “E um belo dia... bomba! lá se foram generais, com suas medalhas e patentes se instalar em Campo Grande.”²⁹⁴ Nas bandas de cá, aboliu-se o Arsenal da Marinha, no Porto Geral, sob alegação de contenção de gastos, por ora, transferida para Ladário.

Verdade, verdade, é que, mesmo contra a vontade, foram tratando de arrumar as malas e ir seguindo os destinos que lhes foram impostos. Muitos funcionários se classificaram nos Correios e Telégrafos, outros na Delegacia Fiscal, tanto a maioria que viajar, rumo às novas colocações. Pois bem, [...], Totó Pereira, [...], se remordia de tristeza, pensando como viver tão longe, naquele Rio de Janeiro movimentado e estranho.²⁹⁵

Embarcaram na Chalana, no Porto Geral do Rio Cuiabá, verão, lusco-fusco à beira rio, cenário belo e contemplativo. Entretanto, sua despedida foi uma grande balbúrdia, atropelo, reboliço e patética,

Mas o crepúsculo na paisagem de um rio, na ardência do verão canicular, é tristíssimo e incomodativo. Ninguém, porém, se entrega ao estado contemplativo, porque os pernilongos não deixam você parar nem com os pés, nem com as mãos. Todos distribuíam tapas, que surpreendiam os mosquitos em pleno ataque. Por um lado, foi bom. Quando a lanchinha se pôs em movimento. [...]. Felizmente a viagem de descida era rápida. [...]. Seis a sete dias para acompanhar as voltas intermináveis do rio, até Corumbá, o próximo pôrto. [...]. O imprevisto, [...], estava por vir. Era a passagem do Uacurutuba. Um estreitamento do rio, lugar onde os galhos do barranco invadiam a lancha, [...]; os formigões vermelhos não respeitavam epidermes; [...]. Vencida com difíceis manobras essa crucial passagem, todos respiravam com alívio, [...]. Transporta a etapa fluvial, a Noroeste os levou aos trancos e barrancos e uma poeirinha de quebra até a Estação da Luz, [...]. – São Paulo, que lonjura, meu Deus. Pensava Totó Pereira. [...]. Dormiram num hotel barato próximo à Estação, por medo de perderem outro trem que os levaria ao destino final, o **Rio de Janeiro**.²⁹⁶

Como não amar o Rio? “Cidade grande”. “Moderna”. “Iluminada”. Nada comparável à modernidade de São Paulo, ocasião em que os novateiros puderam conhecer e ter “o primeiro contato com o verdadeiro progresso”²⁹⁷. Após longa viagem, Cuiabá, Corumbá, São Paulo, Rio de Janeiro,

²⁹⁴ RODRIGUES, Maria Benedita Deschamps (Dunga Rodrigues). O telegrama. In: *Os vizinhos*. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1977, p. 14. (Cadernos Cuiabanos, 3). Grifos da autora.

²⁹⁵ RODRIGUES. 1977, p. 15. Grifos da autora.

²⁹⁶ RODRIGUES, Dunga. A viagem. In: *Os vizinhos*. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1977, p. 16-17. (Cadernos Cuiabanos, 3). Grifo da autora.

²⁹⁷ RODRIGUES. 1977, p. 17.

repleta de desafios, bizarras e descobertas, finalmente, acostaram-se ao seu destino, a capital federal republicana.

Hospedaram-se num quarto térreo do casario de Dona Nezinha, próximo ao centro, o aluguel à preço razoável e dividido entre eles, escolheram uma “pensão barata” para realizarem as refeições e seguirem por um longo percurso até aos Correios,

Até que o Rio não era mau. O centro com seus altos edifícios, as lojas tão limpas, com a mercadoria todas etiquetada, bem arrumadinha, que dava gosto perder horas a fio a olhar aquelas vitrines. E o mar? [...]. Um encanto de lugar.²⁹⁸

Nas agências dos Correios e Telégrafos, havia muitos trabalhadores de Mato Grosso e entre eles, muitos cariocas. Para os cariocas, o linguajar cuiabano eram fonte de divertimento,

– Olhe, Totó, você precisa namorar e casar com uma carioca, que o ensine a falar bonito e a andar desempenado perdendo a figura arcada, de quem carrega todos os pecados do mundo. Como lhe custou habituar-se com a expansividade e o humor carioca! Sentia-se como um pinto, que só dificilmente conseguiria sair da casca.²⁹⁹

Ante ao registro, como não se sentir envergonhado, embaraçado e desgostoso, diante da expansividade e do humor carioca “rino no tchá cara”³⁰⁰, nudez provocada pelas palavras ditas em cuiabanês e trejeitos “grocothó”³⁰¹ de Totó Pereira. Pois bem, não seria de todo ruim arrumar um “catcho”³⁰², “cotxá”³⁰³ e formar família. Contudo, essa situação de encontrar-se distante do seu mundo, de sua gente, dos seus costumes e afetos, causava-lhe um certo desgosto. “Agora quando!?”³⁰⁴ Qual o problema de ser cuiabano? “Cânhaém”.³⁰⁵

²⁹⁸ RODRIGUES, Dunga. O primeiro estágio. In: *Os vizinhos*. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1977, p. 17. (Cadernos Cuiabanos, 3).

²⁹⁹ RODRIGUES. 1977, p. 16-17.

³⁰⁰ Rindo na presença de alguém. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/cultura/dicionario-cuiabano/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

³⁰¹ Pessoa mole, doente, desanimado. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/cultura/dicionario-cuiabano/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

³⁰² Namoro, paquera, amante. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/cultura/dicionario-cuiabano/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

³⁰³ Relação sexual. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/cultura/dicionario-cuiabano/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

³⁰⁴ Interjeição de dúvida. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/cultura/dicionario-cuiabano/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

³⁰⁵ Expressão usada para discordar. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/cultura/dicionario-cuiabano/>. Acesso em: 27 fev. 2022.



A “londjura”³⁰⁶ fez com que ele refletisse sobre suas origens e rememorasse sua Cuiabá, “Em Cuiabá as mães se preocupavam: – Saia do sol! saia do sol! No Rio: – Vão para o sol! Vão para o sol!”³⁰⁷ Vejamos às comparações entre Cuiabá e o Rio,

Depois da espanhola, deram para curar gripe à base de frutas cítricas. Aqui prá nós, por muito tempo, atribuíram-se muitos malefícios a todas as frutas ácidas. A fruta é **fria**, diziam, e faz levantar a febre. Havia muitas frutas **frias**, outras quentes e colíquias. Melancia nem se fala. Chupavam nas escondidas, pois era veículo de febre tifo. Aliás, conhecemos algumas pessoas de certa localidade do Rio Grande do Sul, com êstes mesmos preconceitos. Jaboticabas, pretinhas e madurinhas da silva, só se comia com mil recomendações, para não engolir os caroços e ficar entupigaitada. Mangas, só após as primeiras chuvas. Traziam mil consequências as premissas, tão desejadas e gostosas. Caju, muito recomendado hoje como dieta depurativa e para o mal da diabetes, só recomendavam o doce. A fruta irritava a garganta e às vezes favorecia o crupe. Só o mamão, do qual se fabricava em casa poderoso xarope para curar coqueluche, era aconselhado e até forçado as crianças comerem. Tudo neste Rio maluco era diferente.³⁰⁸

O Rio de Janeiro, feiticeiro, era antítese de Cuiabá. Viver no Rio, como os cariocas, era o sonho de consumo de muitos cuiabanos. No entanto, para Totó Pereira, tudo era muito diferente, por hora um pesadelo, pois, a saudade de estar entre a vizinhança portenha era imensa,

Tudo neste Rio maluco era diferente. Porém, nele precipitavam, ao primeiro abalo da saúde, atrás das sumidades da medicina. Enquanto as gentes de posse iam até Nápoles, Vichy, ou mesmo Suíça, pra curar o mal do peito, ou complicações do fígado e febres indolentes. – Se Deus quiser este Rio feiticeiro não me enredará em suas tramas. Resistir – era a palavra de ordem. E já ia normalizando a angústia dessa aventura, quando a carta veio espicaçar-lhe os sentimentos adormecidos, e a saudade jorrou com ímpeto, aflorando as doces reminiscências do lar, da vizinhança, dos costumes da terra.³⁰⁹

“A carta” de tia Dália, descrita nas minúcias, trazia notícias palpitantes ao seu sobrinho, a fim de fazê-lo lembrar da maior festança cuiabana, o Senhor Divino.

Os festejos do Senhor Divino prolongavam-se por vários dias do mês de maio. O bando divulgava o início das festividades. “Este bando se compunha de cavaleiros que, por categoria, se agrupavam em três tipos de fantasiados: os de luxo, os remediados, com roupas mais simples, e os mascarados.”³¹⁰ Os componentes do bando atiravam panfletos pelas vias e vilesas de Cuiabá, tecendo

³⁰⁶ Distância. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/cultura/dicionario-cuiabano/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

³⁰⁷ RODRIGUES, Dunga. O primeiro estágio. In: *Os vizinhos*. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1977, p. 20. (Cadernos Cuiabanos, 3).

³⁰⁸ RODRIGUES. 1977, p. 20.

³⁰⁹ RODRIGUES. 1977, p. 20-21.

³¹⁰ RODRIGUES, Dunga. A carta. In: *Os vizinhos*. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1977, p. 22. (Cadernos Cuiabanos, 3).

críticas aos políticos, aos poderosos, das pessoas comuns e até mesmo aos “paus-rodados indesejáveis.”³¹¹

Bandas de música do exército e da polícia duelavam durante o tradicional “rebuça e chuça”. Bandas de promessa, como a de João Marinho, não deixava a dança entre os mais jovens esfriar. As esmolos ao Divino, o auge da festa, o comercio e órgãos públicos fechavam. Os pianos (alemães) de Dona Astrogilda e de Dona Zulmira Canavarros, concedidos ao Santo, faziam parte dos bailes e dos arrasta pés.

Na madrugada, havia a queima de fogos. “Rojões que acordavam porto e cidade.”³¹² E o delicioso chá com bolo de queijo e de arroz saído do forno, especialidade de Dona Maria Murtinho, filha de negra mina forra, agregada da família Murtinho. Na sequência, o leilão. Seguido do hasteamento da bandeira. Após, a procissão ao som do hino do Espírito Santo. Os festejos, iniciavam com missa, novena e terminava com missa, às nove horas, domingo, na matriz. O Divino estava encarregado de um fardo moral, fazer casar viúva, suprir a vontade das namoradeiras e dar um jeitinho de apagar o fogo das casadas.

DO RIO À CUIABÁ: A REMOÇÃO

“Como é que pode ficar tão besta em tão pouco tempo? Totó Pereira estava até pegando um jeito de carioca, ao se surpreender com a remoção. Bem feito. Pediu que pediu, teve o que quiz.”³¹³ A saudade já era coisa do passado. Viver no Rio tornou-se um sonho.

Totó pereira, recebeu a notícia de sua remoção de modo abrupto, “justamente na hora em que só ia lapidando as arestas provincianas e já gostando daquela oportunidade que lhe permitia desfrutar de um legítimo **banho de civilização**.”³¹⁴ Inclusive, sua namoradina, “que o adestrava no **flirt**, ficou de olhos marejados com a notícia.”³¹⁵ Na volta ao lar, tratou de revestir-se dos trejeitos carioquês. Isso lhe rendeu piadinhas e ridicularizando-o entre os conterrâneos.

Prontamente, o dito cujo, cortejou Hermínia. “Só vendo a bruta tábua que o coitado levou! Também, ele tossiu e sumiu. Foi parar na Serra da Chapada. Lugar pitoresco e milagroso para curar males do peito e do coração.”³¹⁶ Deixou a poeira baixar e desceu a serra no lombo de um burro.

³¹¹ RODRIGUES. 1977, p. 22.

³¹² RODRIGUES. 1977, p. 23.

³¹³ RODRIGUES, Dunga. O casamento. In: *Os vizinhos*. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1977, p. 28. (Cadernos Cuiabanos, 3).

³¹⁴ RODRIGUES. 1977, p. 30.

³¹⁵ RODRIGUES. 1977, p. 30.

³¹⁶ RODRIGUES, Dunga. O casamento. In: *Os vizinhos*. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1977, p. 30. (Cadernos Cuiabanos, 3).

Antonina, dezoito anos, morena cor de jambu, olhos de jaboticaba e lábios de sapoti, foi a saída resolver os entraves da vida. “Que moça janeleira o era!”³¹⁷ Não queria ficar solteira e estava pronta para fisgar o primeiro peixe que caísse na rede. Pois bem, Antonina e Totó Pereira uniram-se em matrimônio,

Era de praxe, às vésperas do Natal, ao redor da mesa do almoço, Totó Pereira perguntar aos filhos os seus desejos para o grande dia. – Não se aborream e não comecem com esses pedidos que não valem vintém. Eu os levarei um dia para ver a Avenida Central.³¹⁸

Sonhava acordado com sua volta ao Rio de Janeiro...

REFERÊNCIAS

RODRIGUES, Dunga. *Os vizinhos*. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1977. (Cadernos Cuiabanos, 3).

Dicionário Cuiabano. Disponível em: <https://www.cuiaba.mt.gov.br/secretarias/cultura/dicionario-cuiabano/>. Acesso em: 27 fev. 2022.

RODRIGUES, Dunga; MÜLLER, Maria de Arruda. *Cuiabá ao longo de 100 anos*. Cuiabá: FIEMT, 1994.

RODRIGUES, Dunga. *Diário de viagem ao Nordeste do Brasil*. 1975.

_____. *Diário de viagem ao Estados Unidos da América do Norte*. 1981.

_____. *Diário de viagem ao México e Japão*. 1982.

_____. *Diário de viagem à Europa*. 1983.

_____. *Diário de viagem à Europa*. 1985.

_____. *Diário de Viagem ao Japão, China, Tailândia e Egito*. 1986.

³¹⁷ RODRIGUES. 1977, p. 31.

³¹⁸ RODRIGUES, Dunga. Uma casa ao lado. In: *Os vizinhos*. Cuiabá, Prefeitura Municipal, 1977, p. 9. (Cadernos Cuiabanos, 3).

INTERPRETAÇÕES E USOS NA OBRA DO DRAMATURGO DE JORGE ANDRADE

Sandra Rodart Araújo³¹⁹

Resumo

A proposta desta apresentação é a compreensão da obra teatral do dramaturgo Jorge Andrade a partir do seu ciclo de peças publicadas no volume “Marta, a árvore e o relógio”. Para tanto, o recorte desta análise é aproximar as reflexões do filósofo Jacques Rancière às questões estéticas propostas por Andrade. Noutras palavras, como as análises conceituais empreendidas por Rancière foram inspiradoras para a análise da obra andradiana.

Palavras chave: Teatro, narrativa, história.

Não se trata de dizer que tudo é ficção. Trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre razão dos fatos e razão da ficção, e que esses modos de conexão foram retomados pelos historiadores e analistas da realidade social. Escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade.

Jacques Rancière

A discussão que ora se apresenta tem o intuito de compreender as influências estéticas na construção da obra teatral de Jorge Andrade, fundamentalmente na elaboração do ciclo *Marta a árvore e o relógio*, documento principal de análise desta pesquisa de doutorado. A propositura de defesa de uma tese de doutorado desenvolvida neste programa com o título **Labirinto de tempos perdidos: experimentações estéticas e interpretações históricas no ciclo dramaturgico Marta, a Árvore e o Relógio de Jorge Andrade (1951-1969)**, tinha por intuito a defesa de uma ideia de que a arte é capaz de antecipar os debates. Noutras palavras, ao estudar as obras e o encaminhamentos teóricos de Andrade foi possível compreender, num primeiro momento, como o autor se posicionava diferente dos seus contemporâneos na produção do teatro brasileiro. Ficava claro que as concepções/influências estéticas de Andrade se pautava por leituras filosóficas, estéticas e literárias imbuídas das transformações ocorridas nos processos de narrativas principalmente a partir do séc. XVIII. Assim, a proposta deste texto/apresentação é, a ainda incipiente, aproximação das reflexões de Jacques Rancière sobre estética e as relações entre a escrita da história e narrativa na compreensão das questões suscitadas pela obra do dramaturgo.

³¹⁹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da UFG. Orientanda do Professor Roberto Abdala Junior. Professora da Universidade Estadual de Goiás.



A defesa desta ideia/tese de antecipação dos debates na e, a partir da arte, foi de certa forma instintiva a partir da perseguição dos processos de leituras citados por Andrade. Por exemplo, a leitura de “Os Thibault” de Roger Du Gard apresentou-se como um importante panorama das escolhas políticas em torno das ideias comunistas, dos interesses e do papel da burguesia, da transformação daquele mundo de antes... a partir, obviamente de uma realidade francesa. A carreira do dramaturgo Jorge Andrade apresentou características instigantes a partir dos seus primeiros trabalhos na década de 1950. Por um lado, o autor foi considerado reacionário e conservador pelos temas colocados no palco, por outro, desde o Golpe Militar de 1964, o dramaturgo passa a ser perseguido e seus textos censurados. É preciso lembrar que, a partir de 1950, novos espaços teatrais se configuram a partir do “Teatro Paulista do Estudante” e se concretiza mais tarde com a formação do “Teatro de Arena de São Paulo”. Por este viés, as peças do dramaturgo, encenadas principalmente no “TBC (Teatro Brasileiro de Comédia)” eram consideradas irremediavelmente elitistas. Nas palavras do seu personagem *Vicente*:

Como um autor pode criar se precisa pensar em número de personagens, temas proibidos, censura, intolerância política? [...] No governo passado, eu era aristocrata... um fascista! Agora sou subversivo! Minha obrigação, como escritor, é denunciar o que está errado, é dizer a verdade, Lavínia. Doa a quem doer!³²⁰

A compreensão dos seus posicionamentos ficou bastante clara a partir do momento em que compreendi suas escolhas estéticas. Andrade elegeu como tema do seu teatro o homem comum, o homem nos diferentes tempos históricos. Esse homem comum era parte dele próprio. A leitura de “Os Thibault” foi, portanto, fundamental nesse entendimento. Os caminhos dos irmãos franceses se fizeram em um pano de fundo de uma sociedade francesa marcada pelas escolhas políticas de suas respectivas classes e/ou segmentos tanto de esquerda quanto conservadores. A intuição mencionada anteriormente foi a partir da percepção de que as obras lidas por Andrade, como no exemplo da obra de Du Gard, ensinavam, antecipavam, apontavam soluções que pareciam óbvias. Ou seja, no caso dos encaminhamentos da esquerda brasileira é como se os erros de análise cometidos pelo PCB³²¹

³²⁰ ANDRADE, Jorge. **Marta, a árvore e o relógio**. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 659. Apud: MAGALDI, Sábato. Um painel histórico: o teatro de Jorge Andrade, p. 659/660.

³²¹ O Golpe Militar de 1964 abortou todo um processo de transformações sociais e culturais por todo o país. Jogou na clandestinidade o principal partido político de esquerda, PCB (Partido Comunista Brasileiro), e mergulhou o país em dezessete anos de autoritarismo. A esquerda brasileira se viu diante de dificuldades até então não enfrentadas. Até este momento o PCB assumia uma posição em que o fundamental era as alianças em nome do bem-estar da nação. As alianças com a burguesia industrial visavam proteger o país do capital internacional e fortalecer a nação em um só ideal: o desenvolvimento e independência do país. Contudo, esta aliança era mais frágil do que pressupunha o Partido e para uma classe burguesa emergente esta aliança *nunca pesaria mais do que a oposição entre as classes proprietárias, em bloco, e o perigo do comunismo*” (SCHWARZ, 2001, p. 12) – ainda mais, quando se vislumbrava uma revolução popular (visto que as manifestações populares tomavam cada vez mais corpo antes de 1964). Assim, as ideias de progresso e

fossem, de certa forma, passíveis de previsão. A arte já os tinha antecipado. Nesse caso as desventuras de *Jacques*, o personagem de Du Gard, tinham sido exemplares.

Mas, de que forma os escritos de Rancière se relacionam com esta ideia de antecipação da arte? Como iluminam a compreensão dos textos teatrais do dramaturgo paulista Jorge Andrade, publicados no livro/ciclo *Marta, a Árvore e o Relógio*? A opção do dramaturgo por temas presentes na sua memória familiar e, portanto, a partir de uma vivência rural, das fazendas de café até a industrialização de São Paulo por meio do drama dos seus personagens se diferenciava das características das produções teatrais do seu momento, voltadas na sua totalidade para as questões do presente imediato, com temas políticos e de protestos sociais. Posto isso, como o dramaturgo escreve suas peças? Seria correto dizer que Andrade incorpora a Revolução da narrativa pensada por Rancière?

Para Rancière, o Regime Estético inaugura uma nova forma de narrar e uma nova escrita sendo a literatura a promotora desta revolução narrativa. Assim, esta nova narrativa ao dar voz as “coisas mudas” promove uma revolução nas categorias dos gêneros. O surgimento destes novos personagens acontece tanto na literatura como na história. As narrativas se transformam. No caso da história/historiografia essa transformação é sentida de formas diferentes e muito mais lenta. Andrade, ao trazer para o texto teatral o homem comum a partir de temas considerados conservadores dialoga exatamente com esta nova narrativa. Ele coloca nos textos e no palco o drama desses personagens em todas as suas complexidades, até aqueles que o seu tempo não quer ver. Ao pensar especificamente na linguagem teatral, a partir das questões impostas por esse novo drama, assim Rancière coloca a questão:

O teatro se torna, assim, um lugar exemplar não para ver a verdade, mas seus efeitos, e para tornar visível, pelo jogo desses efeitos, a mentira do modelo da ação controlada. A estrutura – teórica e prática – desse lugar é, então, necessariamente paradoxal. O que merece ser apresentado no teatro é a vida em sua verdade que ultrapassa por todos os lados os limites do organismo funcional e da ação conduzida pelos fins. A vida não é contada em discursos, ela deve se manifestar sensivelmente. Mas essa manifestação encontra rapidamente sua contradição. Pois a verdadeira vida justamente é o que foge da percepção manifesta. São os pensamentos não mais como expressão das intenções dos personagens, mas como fantasmas que vêm assombrar seus cérebros, como visões que os espectadores não veem (...) O que o palco deve mostrar é o invisível de onde vêm e onde vão se perder os pensamentos e os atos do qual ele é o lugar. O teatro é, a partir daí, o lugar que deve tornar sensível seu fora-do-espço, que deve se mostrar habitado, estruturado por esse fora-espço. Ele deve

desenvolvimento foram questões que permearam, tanto discussões de esquerda como de direita, o país comungava de buscas comuns para fins diferentes, por isso se justifica as Alianças e “*este engano esteve no centro da vida cultural brasileira de 1950 pra cá, e tinha a tenacidade de seu sucesso prático*”. (SCHWARZ, 2001, p. 12). Diante disso o Golpe de 1964 mostra-se como uma dura realidade para os setores de esquerda. O PCB a partir deste momento é obrigado a rever seus posicionamentos e as dissidências dentro do Partido tornam-se cada vez mais frequentes. Para saber mais: CARONE, E. O PCB (1964/1982). São Paulo: Difel, 1982.



ser modelado em relação ao invisível de seu entorno, pelas paredes, pelas portas e pelas janelas através das quais o desconhecido faz efeito. (RANCIÈRE, 2017, p. 138)

Assim, a análise da organização destas influências nos textos teatrais do dramaturgo é visível. É interessante notar que o produto editorial (livro) foi, todo ele, elaborado e organizado por Jorge Andrade, sendo lançado em 1970 pela Editora Perspectiva e composta de dez peças do dramaturgo além de textos analíticos de renomados críticos do teatro. As peças foram escritas entre 1951 a 1969. A mobilização de conceitos, caros à História, são organizados por Jorge Andrade na vasta investigação feita, tanto no que diz respeito aos processos históricos determinantes da constituição do país, quanto daqueles constitutivos da sua própria memória individual, apontando inevitavelmente o encontro destes dois caminhos por meio de mecanismos conceituais e formais. Neste sentido, as investigações do passado empreendidas por Andrade foram engendradas por meio de suas escolhas formais. A organização do livro, segue o intuito de produzir um ciclo da História Paulista e Mineira agrupando os diferentes temas/ciclos trabalhados ao longo da sua dramaturgia como: o do apresamento do índio, do ouro, do café e da industrialização. Ao contrário da proposta editorial (sumário), as peças foram escritas em ordens diferentes, sendo que o volume foi pensado a propiciar uma leitura mais cronológica dos acontecimentos históricos. Assim, interessa-nos tanto o porquê da disposição empreendida na composição de *Marta, A Árvore e o Relógio* quanto interessam os processos de criação dos textos.

Não obstante, a qualidade estética de suas peças, que por si só explicitariam as heranças historiográficas e estéticas da formação do autor, Jorge Andrade publicou em 1978 o romance autobiográfico *O Labirinto*, primordial para a compreensão da sua obra. No livro, o caminho individual e o rememorar do autor dão o tom para um instigante processo criativo. Assim, o romance apresenta-se como documento fundamental no entendimento das propostas formais/conceituais do dramaturgo. *O Labirinto* possui fortes traços biográficos (ou seria todo ele biográfico?), o autor estabelece um interessante diálogo com a produção da sua obra, principalmente com as peças de *Marta, a árvore e o relógio*. Os personagens criados, ao longo de duas décadas pertencem efetivamente ao caminho pessoal percorrido por ele. Não é possível separá-los dos “eventos reais” vividos. Na passagem que se segue é possível compreender a força dos personagens em avaliação *a posteriore* dos caminhos até ali;

Foi com a inabalável determinação de Fernão Dias que aprendi a encontrar o que procurava: O sentido de tudo! Compreendi com ele que não merecemos paz, se não procuramos até o fim. Eu estava preso a um passado que me sufocava. Não pertencia mais ao mundo dele, nem me deixava pertencer a outro. Quando nos perdemos em nossa procura não enxergamos mais nada, nem os erros que começamos a cometer em nome dela. Em 1929, meu avô tirou o relógio da parede da fazenda, mudando-se



falido para Barretos. Presenciei tudo! Foi quando comecei a procurar em toda parte e em mim mesmo. Aí nasceu o sentimento de mundo perdido, agora reencontrado. No fim de tudo, só vão restar meus filhos, Helena e meu trabalho. Poderei dizer: Olhei à minha volta, vi como as pessoas viviam, compreendi como tinham o direito de viver e escrevi sobre a diferença. (ANDRADE, 2008, p. 185)

Realidade e ficção misturam-se, por toda a obra, compondo o caminho engendrado na sua longa procura. É como se o autor explicasse as suas procuras, encontros e desencontros detalhadamente, desde sua infância até a sua juventude, na construção das suas personagens e, por fim, na junção do menino, moço e homem em elementos dramáticos. A investigação da obra joga luzes nos meandros da memória ordenados por Andrade. Por meio das obras e autores citados por ele. Tais como Érico Veríssimo, Nietzsche, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior é possível compreender muitas das elaborações estético/históricas empreendidas na escrita do romance.

VISÕES E REVISÕES DO CICLO *MARTA, A ÁRVORE E O RELÓGIO*

Assim, a análise do ciclo é a percepção de como os exames historiográficos de Andrade, mesmo apontando para os temas, autores e interpretações clássicas da historiografia conseguem “burlar” uma ideia de tempo linear. Em outras palavras, ao conectar suas memórias familiares a partir de recuos no passado, principalmente por meio das peças autobiográficas e por meio da metalinguagem, o que o autor traz à tona é um novo olhar para a compreensão do passado. Interessante notar que os elementos estéticos que propiciam as voltas ao passado, a partir das reminiscências dos personagens, dos objetos de cenário ou das rubricas são aprendidos não pela história/historiografia, mas pela arte. Fundamentalmente pela literatura. É este novo Regime Estético o impulsionador da elaborada forma estética andradiana ao encenar o tempo. Andrade compartilha assim da recusa da literatura às “grandes formas de articulação entre temporalidade e causalidade que estruturavam a ficção aristotélica”. (RANCIÈRE, 2017, p. 12)

Desta feita, a compreensão da obra se dá tanto pelas interpretações do ciclo, feitas pelo dramaturgo e pelos críticos, como pelo entendimento dos temas presentes em cada uma das peças. Assim, de um lado as elaborações formais e históricas de cada um dos textos teatrais e de outro a intenção do dramaturgo de organização de uma obra única. O intuito é propor uma análise deste processo criativo, compreendendo como os caminhos de uma autoanálise pela escrita, termo utilizado por Andrade – ou seja, a memória individual – seguem um caminho inverso ao da análise histórica – tentativa de fixação de uma memória histórica, que se pretende coletiva – mas que se encontram, fundem como um círculo que se fecha n’O *Sumidouro*.

A organização do livro, desenvolve um ciclo da História Paulista agrupando os diferentes temas/ciclos trabalhados ao longo da sua dramaturgia como, o do apresamento do índio, do ouro, do café e da industrialização. Como dito, ao contrário da proposta editorial (sumário), as peças foram escritas em ordens diferentes, sendo que o volume foi pensado a propiciar uma leitura mais cronológica dos acontecimentos históricos. Assim, interessa-nos tanto o porquê da disposição empreendida na composição de *Marta, A Árvore e o Relógio* quanto os processos de criação dos textos.

Sobre a ordem de escrita Anatol Rosenfeld apresenta a sequência a seguir e, as datas são recuperadas ora, a partir das entrevistas do autor ora, nos trabalhos sobre suas peças e assim aparecem: *O Telescópio* (1951); *A Moratória* (1954); *Pedreira das Almas* (1957); *Vereda da Salvação* (1957-1963); *A Escada* (1960); *Os Ossos do Barão* (1962); *Senhora da Boca do Lixo* (1963); *Rastro Atrás* (1966); *As Confrarias* (1968) e *O Sumidouro* (1969). Mas, sobre as datas Jorge Andrade ao longo das entrevistas concedidas vai mostrando aspectos que desconstroem estas cronologias, principalmente ao mencionar as inspirações e argumentos para a escrita de cada um dos textos. Como exemplo, o longo período de escrita de *Vereda da Salvação* que demandou um aprofundado estudo sociológico sobre os acontecimentos de Malacacheta, fato real, que inspirou o texto. Assim, *Vereda* nasce como ideia antes de *Pedreira das Almas*, mas esta é terminada antes. Pode-se ainda mencionar o argumento decisivo na construção de *O Sumidouro*: as leituras das Atas da Câmara de São Paulo onde o dramaturgo se depara com temas que permearão o texto dramático. Essas questões serão desenvolvidas ao longo deste capítulo. Por ora, é importante frisar que sua carpintaria teatral nas décadas de 1950 e 1960 obedecia a um duplo sentido: a criação de cada uma das peças e a necessidade de pensá-las enquanto uma história única.

Em 1963, ao escrever o texto constante no programa da peça *Os Ossos do Barão*, Jorge Andrade apontava a intenção de escritura de um ciclo sobre a História Paulista "Trata-se de formação de toda a estrutura social daquilo que podemos chamar de 'civilização paulista', estrutura erguida sobre três ciclos: do ouro, do café e da máquina."³²² Desta feita, o autor aponta, já em 1963 suas propostas de ciclo, ainda como germe, com peças que não foram desenvolvidas ou que não fizeram parte de *Marta, a Árvore e o Relógio*:

Na organização do volume, em 1970, o autor traz para um primeiro plano uma proposta cronológica a partir destes três acontecimentos capitais. No intuito de explicar a grande derrocada de

³²² ANDRADE, J. *Os Ossos do Barão*. Programa da peça, 1965. Também publicado em *Cadernos de Teatro*, n. 23, set. 1963, assinado por Van Jafa e fazendo referência ao *Correio da Manhã*. In.: AZEVEDO, E. R. & MARTINS, F. & NEVES, L. O. & VIANA, F. (orgs). op. cit. p. 40.



uma classe as primeiras obras determinam sua origem, ou seja, a linhagem dos *Junqueiras*, os fazendeiros de café descendentes daqueles homens e mulheres que deixam o sul de Minas Gerais com o declínio do ouro em busca de novas terras. Neste aspecto, por meio da ordem dos textos na obra, o autor explica o auge e o fim do ouro com *As Confrarias* e *Pedreira das Almas* que originarão o ciclo do café com *A Moratória* e *O Telescópio*. Na continuidade desta proposta insere *Vereda da Salvação*, próxima peça do ciclo. *Vereda* tem a função de estabelecer um fim para este grande tema: formação e queda de uma classe, este fechamento traz à tona as relações de poder existentes ainda nessa grande propriedade rural, ainda, em ascendência. Neste caso, o olhar é mediado pelos homens espoliados, o olhar volta-se para os explorados. A quebra desta sequência dramática estabelece/localiza a saga familiar dos *Junqueiras*, criando assim o pressuposto dramático para a escrita – ou, nesse caso, organização no ciclo – das peças urbanas, ou daquelas que descendem os *Almeida Prado*. A escrita das peças *Senhora da Boca do Lixo*, *A Escada* e *Os Ossos do Barão* estabelece, no ciclo, a visão urbana/paulistana do dramaturgo. Com esses textos Jorge Andrade desloca o olhar para uma outra linhagem de famílias que contam/constroem a história de São Paulo: os quatrocentões. Como menciona, a escrita destes textos marca o momento do seu casamento com Helena de Almeida Prado e a tentativa de compreensão da constituição da cidade paulista.

Por fim, as duas últimas peças do ciclo procuram a síntese, fecham o indivíduo no seu coletivo ao passo que o personagem *Vicente*, constante nas duas peças, retorna para uma descida às suas origens. Em um primeiro momento com *Rastro Atrás* o escritor/dramaturgo *Vicente* volta ao seu lugar de nascimento para um acerto de contas com o seu passado. Na continuação e finalização do círculo *Vicente* já adulto, com 43 anos, faz um último acerto de contas. Sua descida neste último texto: *O Sumidouro*, é tanto nos seus dramas individuais quanto em uma tentativa de retorno ao passado histórico. Noutras palavras, é somente com o reconhecimento desse passado histórico, perseguindo-o num rastro atrás impiedoso que ele se reconhecerá, se encontrará. Só assim seus próprios fantasmas serão expurgados.

A proposição dessa explicação para a ordenação do ciclo evidencia o lugar de *O Sumidouro*, pois duas questões poderiam ser apontadas. O porquê de a peça não figurar como a primeira do ciclo, antecedendo *As Confrarias*, já que as bandeiras paulistas seriam histórica e cronologicamente anteriores à descoberta do ouro. A resposta a questão poderia apontar o fato de que a peça não apresenta a origem dos *Junqueiras* mas, dos quatrocentões *Almeida Prado*. O que nos leva a segunda questão. Porque a peça não se apresenta logo após *Vereda*, determinando assim a origem do plano urbano. Contudo, sua função no ciclo abarca também a continuidade de um diálogo autobiográfico iniciado com *Rastro Atrás*, penúltima peça do livro. Assim, o fim do ciclo, no livro, se organiza pela



retomada das origens em *Rastro Atrás*, já que *Vicente* é um *Junqueira* e é para aquele mundo rural que retorna para compreender suas raízes. Ao compreender as raízes o *Vicente* adulto estabelece um retorno histórico por meio do seu personagem *Fernão Dias*, antepassado dos *Almeida Prado*. O *Sumidouro* mostra-se como a síntese deste longo levantamento histórico. Nas palavras de Jorge:

(...) a linha dos homens da terra, onde o cavalo e o cão são os maiores companheiros, raça de caçadores que despreza a cidade, as honrarias e os baronatos. São os que vieram do sul de Minas, descendentes de *Pedreira das Almas*, que se estabeleceram no planalto, em 1842. Típicos desta linhagem são os personagens de *A Moratória*, *O telescópio* e *Rastro Atrás*. A outra linha provém de uma tradição urbana, aristocrata de corte, com curso na Europa e erudição francesa - os quatrocentões. São de São Paulo, Itu e Campinas. *Noêmia* de *A Senhora da Boca do Lixo* e o velho *Antenor* de *A Escada* são típicos dessa linhagem que veio com a caravela de Martin Afonso de Souza, de que fala *Os Ossos do Barão* e que descende de *Fernão Dias*. A minha família, os *Junqueira*, está presa à primeira linhagem. Na segunda estão os *Almeida Prado*, família da minha mulher. (ANDRADE, 2012, p. 146)

Neste sentido, ao efetivar esta “história da civilização paulista” como a nomeia o dramaturgo, como ela se ordena? A partir de que visão temporal o autor organiza *Marta, a Árvore e o Relógio*? A história de São Paulo apresenta-se a partir de uma ideia de passado, presente e futuro no ciclo? Ao contrário, procura estabelecer a síntese dos tempos. Entendendo como síntese o lugar d’O *Sumidouro* no ciclo, que não determina um futuro ou aponta para um porvir, mas retorna, funde estas tantas temporalidades. O presente (escritório de *Vicente*) faz retroceder/presentifica o mais longínquo passado (floresta das esmeraldas de *Fernão Dias*), não para pensar em propostas de um futuro, mas para se conectar de fato com a histórica narrada e finalizada. Um retorno às origens. Um retorno às origens históricas e pessoais tornando-as um único problema a ser resolvido. O indivíduo se integra no coletivo ao reconhecer/entender sua história. Tanto o é que *Vicente* não vislumbra o futuro termina extenuado esse retorno, percebe que a sua tarefa consistia exatamente nesta escavação do passado e só! Essa era a sua tarefa e ainda é preciso escrever, escrever... Assim como para *Fernão*, procurar, procurar...

Neste sentido, filiar o dramaturgo em uma única herança histórica ou metodológica seria insuficiente pois, ao mesmo tempo que o autor embarca na questão de uma memória histórica dada, ele estabelece novas temporalidades. Como, por exemplo, ao pensar essa proposta de organização do ciclo. Não há um dever, um futuro, mas um retorno. Neste sentido, as concepções dos sentidos do tempo, para o dramaturgo, não se organizam por meio do conhecimento historiográfico (pelo menos não a partir das leituras mencionadas por ele), mas por meio de elementos estéticos presentes na revolução estética inaugurada pelo Regime Estético da arte, como nos indica Rancière. Assim, é

interessante retomar as ideias de Rancière a partir do ponto de que a Literatura inaugura uma narrativa que mobiliza novos temas, mas também novas formas de contar estes temas.

Assim, a última peça do ciclo *O Sumidouro* se apresenta como um dos pontos centrais da análise. A “radicalização estética” empreendida pelo autor e a utilização dos elementos épicos foram essenciais para a materialização artística dos conceitos históricos pretendidos. Ou seja, a experimentação estética elaborada em *O Sumidouro* é o que torna possível o mais bem acabado diálogo passado/porvir elaborado pelo dramaturgo. A “volta” empreendida pelo personagem *Vicente* até o tempo histórico vivido do também personagem *Fernão Dias* e sua última Bandeira traz à tona um passado rico em possibilidades. Mas um passado visceralmente conectado ao presente. Neste sentido, sua dramaturgia apresenta não só um retrospecto histórico da sociedade brasileira, mas a maneira de um estudo historiográfico, Jorge Andrade percebe permanências, recuos, momento em construção de fatos no passado e ainda a interferência daquelas escolhas históricas, nos desdobramentos do presente.

A investigação histórica em *O Sumidouro* apresenta um passado aberto em contradições, pronto a ser interpretado à luz do que o aflige no presente. Os elementos épicos da peça foram fundamentais para a materialização artística do passado interferindo nas questões do presente. A diluição dos tempos da ação e a não linearidade do texto são fortemente evidenciados pelos slides, referências e imagens cinematográficas presentes nas rubricas. Os recursos trazem à tona um passado que vai sendo esmiuçado aos nossos olhos. Estes efeitos podem ser verificados também em “Rasto Atrás” em que o também *Vicente* procura rasto atrás³²³ seu próprio passado. Aqui, *Vicente* é colocado no palco em quatro idades aos cinco, quinze, vinte e três e quarenta e três anos (no seu presente). Desta forma, acompanhamos seus dramas simultaneamente ao seu reencontro com o pai e com ele mesmo

O autor torna o passado “vivo” no presente com a volta dos outros *Vicentes*, assim, nesse “[...] processo de fusão e supressão dos tempos mercê do qual o público é por assim dizer forçado a experimentar a presença torturante do passado no momento atual.”³²⁴ Os recursos cênicos na retomada/materialização do passado podem também ser percebidos em “As Confrarias”, a personagem *Marta* rememora passagens da atuação de seu filho *José* como maneira de não aceitar que sua morte foi em vão. Carregando o cadáver insepulto de *José* ela traz à tona momentos do passado imprescindíveis para a compreensão da trama desenvolvida naquele presente.

³²³ Esta expressão muito utilizada na peça e que lhe dá o título, é um termo usado nas caçadas. Quando o animal despista o caçador dando voltas rasto atrás. Esta explicação aparece tanto no “Labirinto”, quanto na própria peça.

³²⁴ ROSENFELD, Anatol. Visão do ciclo. In: ANDRADE, Jorge. **Marta, a árvore e o relógio**. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 615.

Neste sentido, a construção formal dos textos no intuito de rememorar o passado é uma constante nas três peças: “O Sumidouro”, “Rasto Atrás” e “As Confrarias”. Poderíamos compreender os personagens nestes textos, apresentados ora como narradores, como no caso de *Vicente*, ora assumindo papel central como *Marta*. Dramaticamente assumem características que perpassam os três textos: voltam/utilizam-se do passado com olhos no presente, buscando intervir nos seus momentos históricos. Os personagens/narradores/historiadores por pertencerem à posteridade assumem uma postura distanciada, dispõe de informações acerca do processo histórico que os determinam como “privilegiados” na análise do passado, como aponta Resenfeld:

Só um narrador, no caso encoberto, pode manipular dois níveis de tempo, fazendo com que as personagens vivam simultaneamente em ambos. Na dramaturgia tradicional em que não há esta possibilidade, as personagens avançam irremediavelmente para o futuro, como na realidade, inseridas no decurso linear do tempo, podendo apenas evocar o passado pelo diálogo, nunca cenicamente. (ROSENFELD, 2008, p. 614)

Outro viés que perpassa os textos é sem dúvida a visão dialética pretendida por Andrade, este caminho foi explorado por Rosenfeld na análise de “O Sumidouro”: “[...] entretanto, a peça é sumamente dialética. A verdade de *José Dias* é apenas parcial, também as razões do pai merecem respeito: a verdade está no todo, como diria Hegel”³²⁵. Por esta via, na relação de *Vicente* e *José Dias* (“Rasto Atrás”), esta verdade dialética também se manifesta dolorosamente na fala da tia *Etelvina*:

Etelvina: Você disse bem: fizemos um saque contra a morte. Foi o que nos restou de tudo. Moramos numa casa, comemos em louças e bebemos em cristais que já não nos pertencem. Só temos o corpo. Nossos vestidos de filhas de Maria, livros de missa, santinhos e os caminhos da igreja e do cemitério. Foi só isto que você e seu pai nos deixaram. Consumiu-se tudo numa incompreensão odienta. A sua verdade! A sua verdade é a nossa agonia. É tudo e todos desta casa. Você fez da sua inclinação o mesmo que seu pai, das caçadas: um meio de fugir para um mundo só de vocês. (ANDRADE, 2008, p. 31/32)³²⁶

Como dito, os processos de leituras do dramaturgo impunham uma organização estética e consequentemente formal, diferente do que se produzia naqueles momentos históricos no Brasil. Uma compreensão da Arte como expressão da vida. Colocando assim Jorge Andrade como herdeiro de um processo filosófico/estético localizado, principalmente no século XIX. Como se vê, a organização do tempo histórico a partir das temáticas elencadas pelo dramaturgo é urgente na compreensão de seus

³²⁵ Ibid, p. 616.

³²⁶ ANDRADE, Jorge. *As Confrarias*. In: **Marta, a árvore e o relógio**. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 31/32, 32/33.

textos. E a estetização desse tempo se organiza, fundamentalmente, pelas suas influências estéticas. A compreensão de Andrade sobre a ideia de processo histórico é assim evidenciada:

Durante a noite, espiei tudo: abri portas impunemente. Vi como pessoas que choram têm fome e sede, passando do riso ao choro, ou vice-versa. No quintal, sob a paineira florida, homens contam caçadas, discutem política xingando Getúlio Vargas: nenhum percebe o processo histórico que coloca meu avô no caixão pobre; como acabará colocando-os também. A maioria depende de moratória, não do governo, a do tempo inexorável. Ninguém se dá conta da morte de épocas e princípio de outras. Para eles, basta derrubar Getúlio e tudo voltará como antes: caçadas, festas matrimoniais que duram três dias, o fio de barba como assinatura, a palavra – a própria honra, leis agrárias ditadas pela sabedoria dos avós, crédito só para os do mesmo partido... e quem não era parente ou casado com um, era gatinha. (ANDRADE, 2008, p. 123)

O dramaturgo empreende, portanto, questões teóricas complexas para a criação dos seus textos. Neles não se verifica uma concepção de história como sucessão de acontecimentos que pressupõe causas e consequências, ao contrário, a temporalidade é vislumbrada sob outras perspectivas. O passado para o autor é entendido como encaminhamento de decisões que chegam ao presente; e o presente é resultado das práticas deste passado.

Portanto, a compreensão do ciclo pode ser entendida a partir de dois planos. Em um primeiro momento o plano da memória individual que segue ao longo da obra, fundamentalmente pelo processo de criação das obras. Neste sentido *O Telescópio*, sua primeira peça escrita marca a localização da crise individual. Apresenta esta família rural por meio da desesperança, da perda iminente da tradição. Esta apresentação é necessária para a elaboração do seu drama principal, a materialização da *Pietá Fazendeira*, a escrita de *A Moratória* onde o menino tem sete anos e descobre todo o problema de uma classe. Esta marca o indivíduo/dramaturgo carrega ao longo do seu processo de criação. Neste sentido, a alegorização do seu drama interior segue linearmente com a escrita de *Rastro Atrás*, momento que o dramaturgo se desnuda em diferentes idades, em uma tentativa de a partir daquele primeiro drama, aos sete anos, voltar para a compreensão das suas origens. Neste sentido, a escrita de *O Sumidouro*, foco desta análise, é a representação do dramaturgo no plano do presente, aos 45 anos, e ele tenta fechar esse martírio, essa procura no seu embate com *Fernão Dias*. *O Sumidouro* funciona como redenção dessa memória individual.

Neste sentido, ao voltarmos para as peças que tratam dos temas históricos, o autor promove o exato contrário. Enquanto na expurgação dos dramas individuais ele segue no seu processo de psicanálise, na investigação histórica ele sempre volta rastro atrás. Escreve *O Telescópio* e *A Moratória*, localizando seus grandes temas e promove depois disso as descidas explicativas escrevendo em seguida *Pedreira das Almas*, antepassados do *Joaquim*. Nesse compasso, a escrita de *As Confrarias* é feita posteriormente, como que para explicar *Pedreira*. *O Sumidouro*, um novo passo rastro atrás determina a origem deste ciclo da história. Assim, *O Sumidouro* funciona como um elo

que fecha o círculo/ciclo empreendido pelo autor, tanto no que tange à memória quanto no ciclo da história. Ao acompanhar a fala do dramaturgo é possível perceber como a memória individual se transforma em memória coletiva a partir do enfrentamento da História,

Eu acho que não se pode negar um tempo que passou. E, sim, aceitar esse tempo, para poder criticar um presente, que é sempre um fruto de um passado. Eu acho que a crítica só é realmente política quando ela não é partidária, mas sim, quando há a compreensão de uma realidade imediata. Então é uma vivência, porque eu pertenço a esse tipo de família; mas não pertenço mais. Eu vejo esse tipo de família por dentro e ao mesmo tempo por fora - expulso deste meio, estrangeiro neste meio. (ANDRADE, 2008, p. 38).

Como tudo isso caiu em 1929, em 1929 eu tinha sete anos de idade, presenciei toda essa tragédia. de certo eu tinha uma sensibilidade diferente e registrei tudo isso. Quer dizer: presenciei, registrei e sofri. E vinte e tantos anos depois, fui mostrar, em A Moratória, a queda dos homens do café; e a decadência do homem do campo, mostrei em Vereda da Salvação. Essa infância se reflete no teatro que faço. (ANDRADE, 2012, p. 45)

Por fim, a análise destes aspectos da dramaturgia andradiana influenciada pelas leituras de Jacques Rancière foram um primeiro momento de enfrentamento destas questões. Os debates estéticos desenvolvidos pelo filósofo foram importantes para a compreensão dos temas das peças estudadas. Assim como, no entendimento do lugar do dramaturgo no seu tempo histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Luís Humberto Martins. **Teatro da Memória**: história e ficção na dramaturgia de Jorge Andrade. São Paulo: AnnaBlume/Fapesp, 2001.

ARANTES, Luís Humberto Martins. **Teatro e Memória**: no texto e na cena de Jorge Andrade. Uberlândia: Edufu, 2008.

ARANTES, Luiz Humberto Martins. Quando o teatro tece a trama – apontamentos históricos na dramaturgia de Jorge Andrade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 457-481, 2001.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Jorge Andrade: dramaturgo de São Paulo. In: _____. **Metrópole e Cultura**: São Paulo no meio do século XX. São Paulo: Edusc, 2001.

BENTLEY, Eric. **O Dramaturgo como Pensador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BOAL, Augusto. **Hamlet e o filho do padeiro**. São Paulo: Record, 2001.

CARONE, E. O PCB (1964/1982). São Paulo: Difel, 1982.

GARCIA, Silvana. **O Teatro da Militância**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GUIDARINI, M. **Jorge Andrade na contramão da história**. Florianópolis: UFSC, 1992.

GUZIK, Alberto. **TBC: crônica de um sonho (O Teatro Brasileiro de Comédia – 1948-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

KOTT, Jan. **Shakespeare nosso contemporâneo**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

KUSNET, Eugênio. **Ator e Método**. Rio de Janeiro. Serviço Nacional de Teatro, 1975.

PRADO, Décio de Almeida. **O Teatro Brasileiro Moderno**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários. Arquivos do sonho operário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Tradução de Monica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.

RANCIÈRE, Jacques. **Et tant pis pour les gens fatigués : entretiens**. Paris : Éditions Amsterdam, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **Figuras da história**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. **La palavra muda: ensayo sobre las contradicciones de la literatura**. Buenos Aires: Eterna Cadencia Editora, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. O conceito de anacronismo e a verdade do historiador. Tradução de Monica Costa Netto. In: SALOMON, Marlon (org.). **História, verdade e tempo**. Chapecó, SC: Argos, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **O fio perdido: ensaios sobre a ficção moderna**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história: ensaio de poética do saber**. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **Política de la literatura**. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **Políticas da escrita**. Tradução de Raquel Ramallete et alii. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

ROSENFELD, Anatol. **O Teatro Épico**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

ROUBINE, Jean-Jacques. **A Linguagem da encenação teatral**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANT'ANNA, Catarina. **Metalinguagem e Teatro**. Cuiabá: EdUFMT, 1997.

SCHWARTZ, Roberto. **Cultura e Política**. São Paulo: Paz e Terra.

SZONDI, Peter, **Teoria do Drama Moderno (1880-1950)**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

SZONDI, Peter. **Teoria do drama burguês (século XVIII)**. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **Tragédia Moderna**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS E A VALORIZAÇÃO MERCANTIL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO SETOR CENTRAL DE GOIÂNIA (GO)

Jordana Gouveia e Silva³²⁷

RESUMO

Por meio deste artigo, buscou-se debater sobre os processos de revitalização de espaços públicos urbanos ocorridos a partir do final do século XX até os dias atuais. Ancorados em teóricos dos estudos urbanos e do patrimônio cultural, buscamos analisar as intervenções urbanísticas, cujo interesse foi vinculado principalmente a bens e patrimônios culturais. Utilizando como metodologia a revisão teórico-conceitual, inicialmente abordou-se a temática do patrimônio cultural; em seguida foi proposto o estudo de caso do projeto de requalificação da Praça Cívica, localizada no Setor Central de Goiânia-GO. Para a análise foram utilizadas também entrevistas realizadas virtualmente com moradores e frequentadores do bairro. Tendo em vista se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, observou-se que as intervenções em curso no Setor Central podem se encaixar no *modus operandi* do culturalismo de mercado. Nesse sentido, o planejamento urbano e as políticas públicas adotadas, em muitos casos, transformam a paisagem urbana em um cenário-espetáculo: a cidade e o patrimônio cultural se fundem em um produto a ser consumido pelo mercado global, impactando diretamente os sujeitos que já habitavam e frequentavam tais espaços da cidade antes da realização das reformas urbanas.

Palavras-chave: intervenções urbanas; patrimônio cultural; Praça Cívica; Setor Central.

INTRODUÇÃO

A cidade, quase que como um organismo vivo, está em constante modificação. Dentre as variadas mudanças, no contexto atual, destacam-se os planos de intervenções urbanas em áreas centrais e locais de interesse patrimonial. Esses projetos, em sua maioria, buscam transformar determinados espaços da cidade por meio da reabilitação/requalificação urbana.

No caso de espaços patrimonializados e históricos da cidade, tais como os centros históricos ou núcleos pioneiros, essas intervenções, muitas vezes, objetivam a transformação do espaço, da paisagem urbana e dos símbolos existentes – presentes nas construções, elementos, lugares, pessoas – em um cenário-espetáculo (SERPA, 2018).

³²⁷ Arquiteta e Urbanista. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), E-mail: arq.jordanagouveia@gmail.com, Orientadora: Professora Dra. Luana Nunes Martins de Lima. Bolsista UEG.

Essas intervenções podem acontecer de diversas formas, por e para diferentes atores sociais. Quando a motivação se dá em função de atender interesses políticos e/ou financeiro, essa intervenção urbana pode acarretar processos de gentrificação e especulação imobiliária; o espaço urbano, sobretudo a paisagem urbana, se torna parte de um produto a ser comercializado (SERPA, 2018).

O processo de mercantilização do patrimônio e da cidade surge no mesmo momento que se dá o boom da preocupação com a preservação da memória do coletivo, no contexto pós-guerra; porém vem se intensificando nos últimos anos, sobretudo com o avanço do consumo a nível global, estimulado pelo sistema capitalista neoliberal (HARVEY, 1992).

Em escala local, esse processo pode ser percebido no Setor Central, núcleo pioneiro cidade de Goiânia-GO, que vem tendo diversos espaços revitalizados ou requalificados tendo como referência bens culturais e/ou patrimônio cultural material, mas que seguem atrelados a questões legislativas urbanas e políticas. Após o tombamento³²⁸ a nível federal do núcleo pioneiro da cidade, ocorrido em 2003, os projetos de “resgate” do Centro se multiplicaram, permanecendo presente até os dias atuais no discurso da administração pública e de iniciativas privadas. Citam-se entre eles a criação do Grupo Executivo de Revitalização do Centro - Gecentro (2004), projeto “Vem Pro Centro” (2017), bem como o projeto “ReViva Goiânia” (2018).

Para tanto, o presente estudo busca perceber reflexos desses processos na cidade de Goiânia atualmente, a partir do estudo de caso da Praça Cívica (requalificada no ano de 2016), no Setor Central de Goiânia-GO. Ressalta-se que este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento, cujo foco se dá em todo o Setor Central e analisando intervenções urbanas ocorridas no bairro entre os anos de 2010 e 2020, no intuito de compreender as transformações urbanas a partir dos sujeitos que se apropriam e se relacionam com os espaços no dia a dia citadino.

Foram utilizados os dados resultantes da pesquisa de campo³²⁹ realizada para o mestrado, em específico as entrevistas feitas por meio de questionário virtual³³⁰. O questionário foi criado utilizando a ferramenta *Google Forms* e é composto por 19 perguntas que indagam acerca das memórias pessoais que os indivíduos têm do Setor Central, bem como opiniões sobre as transformações urbanas ocorridas no bairro e sobre o patrimônio cultural local. As respostas neste citadas foram recebidas em maio de 2022.

Três cidades em uma só: cidade-atração, cidade-empresa-cultural e cidade-mercadoria

³²⁸ Por meio da Portaria N° 507, de 18 de novembro de 2003 núcleo pioneiro de Goiânia foi tombado pelo IPHAN – ao todo foram escolhidos 21 bens edificados e o traçado urbano dos núcleos pioneiros dos bairros Setor Central e Campinas (IPHAN, 2003).

³²⁹ Ressalta-se que a pesquisa de campo (entrevistas e questionário) foi iniciada após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UEG em 21/09/2021, conforme Parecer Consubstanciado n° 4.989.115.

³³⁰ O questionário encontra-se disponível no link: <<https://forms.gle/QwtZZ1At1A5Q3RX68>>.



Nas últimas décadas, as cidades vêm passando por diversas reconfigurações espaciais e sociais: criação de novas centralidades, novas formas de apropriação dos espaços públicos, novos modelos de mobilidade, embates entre diferentes grupos de indivíduos, adensamento desorganizado, entre outros. Para diversos teóricos, com a evolução do capitalismo e o avanço do liberalismo atrelados ao processo de globalização, a sociedade passou cada vez mais a ser voltada para o consumo; a cidade, conseqüentemente, refletiu a sociedade (HARVEY, 1992).

Da mesma forma que a sociedade e as relações sociais, o espaço urbano foi sendo modificado, se adaptando e sendo influenciado pelo ideal de consumo. Segundo Arantes (2013), é no contexto de uma sociedade voltada para o consumo que surgem os projetos de revitalização e requalificação urbana, muitas vezes mascarados pelos atributos de planejamento estratégico e de intervenções urbanas em busca de uma nova imagem para as cidades (ARANTES, 2013).

Ambos os temas – revitalização e reabilitação – utilizados cada vez mais na promoção de novos projetos urbanísticos na contemporaneidade, muitas vezes se confundem em significado, sendo necessário diferenciá-los. Para Pelegrini (2009: 33), revitalização diz respeito ao processo de junção entre a reabilitação dos centros históricos e a revalorização das atividades urbanas desses espaços. Logo, a requalificação seria a ferramenta pelo qual o processo de revitalizar a cidade é possível: são as estratégias de gestão que requalificam por meio de intervenções urbanas.

Retornando a Arantes (2013), por meio do viés cultural – sendo a cultura também transformada em mercadoria – as cidades seguem sendo adequadas para o ideal do mercado. Sob a ótica neoliberal da globalização, a cidade e o patrimônio se tornam produtos: é o culturalismo de mercado (ARANTES, 2013: 16).

E assim por diante, vão as grandes corporações multinacionais, tratando de nos persuadir de que os verdadeiros protagonistas da cena mundial são – quem diria... – as cidades, ou melhor, cidades cuja configuração seja propícia à valorização patrimonial que mais interessa a tais firmas no presente estágio de transnacionalização produtiva. Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana – sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar neste universo dos negócios, a senha mais prestigiosa – a que ponto chegamos! (de sofisticação?) – é a cultura. (ARANTES, 2013: 30-31)

A abordagem das cidades brasileiras sob a ótica do patrimônio cultural passou por diversos momentos, segundo Sant’Anna (2017): da “cidade-patrimônio” da década de 1930; passando pela “cidade-monumento” nas décadas de 1960 e 1970; pela “cidade-documento” da década de 1980; até à “cidade-atração” das décadas de 1990 a 2000. Esta última, a cidade-atração, é a mesma denunciada por Arantes (2013: 30) como a “cidade-empresa-cultural”. Para as autoras, esse modelo de gestão

urbana objetiva a gentrificação dos espaços, em busca da rentabilidade ocasionada pela especulação imobiliária (SANT'ANNA, 2017).

Jacques (2003: 33) corrobora com ambas, ao trazer conceito da “cidade-mercadoria”, no qual a paisagem urbana é uma imagem de marca da cidade-produto que, ao ser anunciada internacionalmente, deve competir com outras cidades-produtos para conquistar o mercado global.

Inicialmente, no Brasil essa gentrificação importada, ao mirar nos espaços centrais das cidades, não obteve tanto sucesso, uma vez que os consumidores brasileiros tinham hábitos diferentes do mercado internacional (SANT'ANNA, 2017). Segundo a autora, esse modelo de planejamento urbano apoiado no viés cultural foi aplicado nas cidades brasileiras através de programas nacionais de preservação e financiamento: o Programa Monumenta, de 2000 a 2009, e o Programa de Aceleração de Crescimento - Cidades Históricas (PAC-CH), até o final da década de 2010.

Os últimos anos se caracterizaram, assim, pelo aperfeiçoamento dos instrumentos financeiros, legais e urbanísticos destinados a concretizar os objetivos de reprodução e de acumulação do capital por meio de projetos urbanos que articulam patrimônio e produção imobiliária de alto padrão. (SANT'ANNA, 2017: 152)

Através desses projetos, em 2010 Goiânia-GO foi uma das cidades pleiteadas com recursos do PAC-Cidades Históricas para preservação de patrimônios urbanos. Por meio do programa, foram requalificadas a antiga Estação Ferroviária e Praça Cívica, ambas localizadas no Setor Central (CGU, 2016).

Na perspectiva do planejamento urbano, Costa (2012) sintetiza a problemática que envolve desenvolver políticas públicas urbanas de intervenção na cidade contemporânea, tendo em vista todo o contexto socioeconômico, mesmo que sendo uma possibilidade difícil:

Surge como desafio urbanístico, na era da patrimonialização global, da dialética da memória e da fragmentação articulada do território urbano, a forja de novos centros, mais complexos, onde possam se juntar o trabalho, a moradia, a cultura e o consumo, além do esporte e do lazer – um esforço de pensamento e de prática de planejamento em busca de antigas mobilidades e circulação urbanas. Essa perspectiva possibilita a tomada mais ampla da cidade por parte de seus residentes, e a requalificação urbana, nesse movimento, pode constituir um instrumento de classes e não da classe dominante. (COSTA, 2012: 99-100)

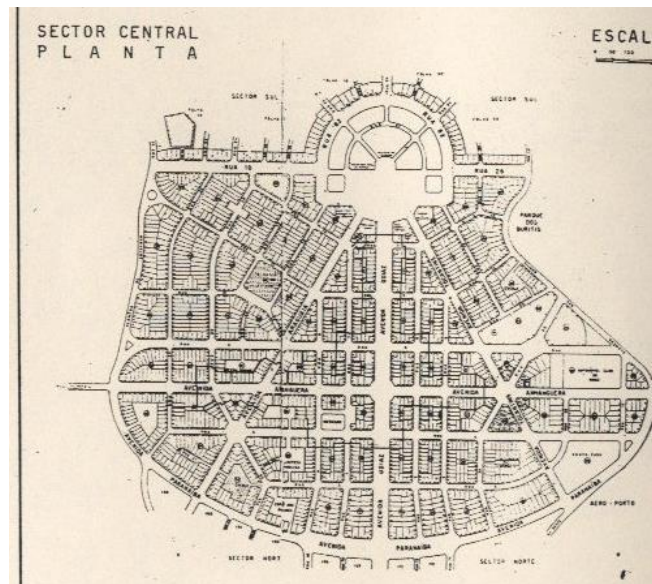
O estudo de caso proposto a seguir demonstra que, no caso de Goiânia, os diversos projetos e propostas de revitalização/requalificação do Setor Central trouxeram melhorias do ponto de vista de infraestrutura e arquitetônica. Todavia, seguem tratando o bairro de forma pontual, desenvolvendo ações focais e que não integram o bairro com o restante da cidade – seja pela pouca criação de atrativos urbanos, como habitações coletivas, modais de transporte acessível e novos espaços; ou ainda pela inexistência de uma agenda cultural no bairro, proposta em diversas legislações, porém nunca efetivada.

O PATRIMÔNIO EM CARTAZ: INTERVENÇÕES URBANAS NO SETOR CENTRAL E O CASO DA PRAÇA CÍVICA

A cidade de Goiânia-GO foi uma das cidades planejadas brasileiras, tendo sido construída na década de 1930, inserida no contexto histórico da Revolução de 1930 e do governo getulista. Segundo Chaul (2009), os anos iniciais de Goiânia foram marcados pelas disputas políticas e econômicas e pelo conflito desencadeado pela mudança da capital do estado da antiga Vila Boa (atual cidade de Goiás) para uma nova localidade, tendo em vista o discurso à época de que coloca então capital como “atrasada” e sem condições de se desenvolver.

Destarte, o ideal de modernização e progresso simbolizado pela nova capital se refletiu no estilo escolhido para as edificações, o Art Decó, e principalmente em seu plano urbanístico (figura 1), projetados originalmente pelo urbanista Atílio Correa Lima e, após a saída deste, pela firma Coimbra Bueno & Pena Chaves Ltda. (empresa contratada pelo então interventor do estado, Pedro Ludovico Teixeira) e pelo engenheiro Armando Augusto de Godoy (contratado como consultor técnico), conforme identificado por Diniz (2007).

Figura 1. Planta do Setor Central, presente no Plano de Urbanização de Goiânia (1938)



Fonte: ÁLVARES, 1942. Adaptado por SEPLAM, 2009.
Ainda, segundo Chaveiro (2007)

Goiânia resulta de um discurso moderno embora constituída na trama política da oligarquia agrária local aliada à ditadura nacional do Estado Novo; foi projetada perante o urbanismo de vanguarda, em que pese tivesse, no desenho, traços da tradição monárquica proveniente do mundo desenvolvido e foi constituída num imaginário de uma nação que queria encontrar a sua originalidade no Sertão, tido até

então como “vazio geográfico sedento de história”. Por isso a sua constituição era – na ótica de quem a propugnava – justificada pelas categorias “integração”, “progresso”, “desenvolvimento”, “marcha”, “colonização”, “captura do oeste”, “desenvolvimento do capitalismo na periferia da nação” etc. (CHAVEIRO, 2007: 16)

Um dos primeiros espaços públicos da cidade, a Praça Cívica (figura 2) – originalmente Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira – foi projetada quando do plano inicial para a nova capital goiana, sendo de autoria de Correa Lima (DINIZ, 2017). A praça e seu conjunto de prédios históricos são tombados a nível federal e municipal como patrimônio cultural.

Figura 2. Contexto geográfico da Praça Cívica e do Setor Central



Fonte: Imagem de satélite fornecida pelo *Google Earth*. Elaborado pela autora, 2022.

Mesmo passando por diversas reconfigurações espaciais e adquirindo novos usos ao longo dos anos, o espaço segue como um dos espaços mais simbólicos da capital, tendo sido palco para diversos eventos sociais e cívicos importantes para a cidade (REZENDE et al., 2018).

O projeto de requalificação (figura 2), realizado em conjunto pela prefeitura municipal e pelo governo estadual e de autoria do escritório Grupo Quatro Arquitetos Associados, teve como justificativa “resgatar as atrações importantes da configuração original do espaço” (GRUPOQUATRO, 2017). A reforma realizada em 2016 compreendeu: a troca e elevação do piso da praça ao nível do calçamento, de modo a facilitar o acesso para os pedestres e impedir o trânsito de veículos, a restauração das fontes luminosas, a realocação do Monumento à Goiânia (conhecido popularmente como Monumento às Três Raças), reforma de quiosques existentes, instalação de novos mobiliários urbanos e elementos de iluminação.

Figura 2. Comparativo da Praça Cívica antes e após as obras, 2008 e 2018.



Fonte: Barbieri + Gorski (2018)

Em entrevistas realizadas de forma virtual em maio de 2022, dos oitenta participantes que responderam ao questionário, trinta e sete pessoas (46% do total) citaram a Praça Cívica como um dos espaços simbólicos e/ou marcantes do Setor Central. Quando questionados sobre quais os aspectos positivos e negativos das intervenções urbanas ocorridas no Setor Central, muitos participantes citaram a requalificação da praça como um exemplo positivo de obra urbana, todavia destacam a falta de atividades culturais e ainda a atual reforma do espaço para implantação do sistema BRT, iniciada em 2021:

Amei a revitalização da Praça Cívica, voltou a ter muita gente no fds só relaxando na sombra, praticando esporte, passeando com a família, tem vendedores de pipoca, é uma delícia! Acho que a criança vai criando uma imagem mais afetuosa com o centro e que carrega pra resto da vida, sai desse imaginário de "local distante e perigoso". O do início da Goiás também, porque é a maior referência de art deco que temos... Deveríamos fortalecer ainda mais, inclusive, porque é uma graça e valoriza demais a estética do centro. A parte negativa da praça cívica está agora com essas obras longas, espero REALMENTE que traga melhoras no transporte, porque só pegava ônibus muito lotado lá no final do dia. (Participante S. G. O., 27 anos, advogada)

Positivo projeto original ter dado esperança que a praça voltaria ao seu aspecto original. Negativo obra demorou muito tempo para finalizar e não foi totalmente recuperada os espelhos de água não funcionam os jardins não foram recuperados. Iluminação é precária, falta segurança valorização com iluminação dos prédios históricos na praça. (Participante D.B.C., 34 anos, auxiliar administrativo)

Positivo foi a revitalização da antiga estação ferroviária. Negativo é a demora na intervenção na praça cívica para acesso ao eixo norte/sul. (Participante D. I de C., 31 anos, engenheira civil)

Revitalização da praça como positivo, como negativo a não inclusão a convivência nos espaços públicos (Participante P.H.B.M., 48 anos, pedagogo)

Quando questionados se as obras ocorridas no Setor Central interferiram no modo como frequentam e/ou utilizam o bairro, trinta e três participantes (41,3%) responderam “SIM”. Ao serem indagados de que forma houve tal interferência, muitos citaram que os novos espaços como atrativos, porém a insegurança, a dificuldade de mobilidade e de trânsito são alguns dos impeditivos:

Quando está tudo novinho é prazeroso passear, quando inaugura um cafe ou pizzeria em algum casarão antigo eu acho otimo ir conhecer. (Participante M.E.N., 52 anos, psicóloga)

As intervenções permitiram o pedestre a se apropriar dos espaços (principalmente nas praças). (Participante F. C. de S. P., 33 anos, engenheiro florestal)

Para Santos (2020), a não apropriação da praça pelos goianienses se deve ainda a conflitos entre o partido urbanístico do projeto original, de Attilio Correa Lima em 1933, e o seu redesenho de revitalização, de autoria do Grupo Quatro Arquitetos Associados em 2016. Para a autora, tal projeto também desconsiderou o sentido inicial administrativo e monumental para o qual a praça foi projetada uma vez que “Tal fato remete à questão alertada ao longo deste item: os envolvidos nos projetos de requalificação da Praça devem atentar-se às ideias iniciais de sua criação” (SANTOS, 2020: 48).

Nesse sentido, surge então um questionamento: essa intervenção seria um exemplo da “mercantilização” do patrimônio cultural urbano, identificada por Jacques (2003)? A essa indagação, soma-se o fato de que poder público, em conjunto com a iniciativa privada, objetiva a criação de um complexo cultural no local: no ano de 2017, após a inauguração da praça, o governo estadual lançou o “Circuito Cultural Praça Cívica Dr. Pedro Ludovico Teixeira”, que seria executado em parceria com o IPHAN e previa a restauração e a requalificação dos prédios históricos, em *Art Déco*, que integram o conjunto arquitetônico da praça. O complexo cultural contará, segundo a gestão estadual, com diversos museus, bibliotecas, um centro audiovisual, um restaurante e uma cafeteria, no intuito de receber uma programação de atividades, como feiras, exposições e práticas educativas.

No caso de Goiânia, as políticas públicas e a legislação urbana, muitas vezes, surgem atreladas a interesses financeiros. Para Grande (2014) e Santos (2020), a cidade sucumbe ao poder do capital especulativo e ao mercado imobiliário:

Goiânia pouco tem ainda da cidade planejada, original, já que as modificações que foram introduzidas fragmentaram a cidade. A lógica urbana que existia “na Goiânia de Atílio”, foi substituída por várias colagens, à medida que os Coimbra Bueno “lotearam” a cidade alinhados aos seus interesses econômicos. (...) Muito dos mecanismos políticos do passado estão presentes nas ações de urbanização e de especulação imobiliária atuais na capital goiana. Ainda prevalecem os interesses econômicos sobre os interesses técnicos (...) do pouco que restou do plano original. (SANTOS, 2020: 56)

Segundo os autores, esses agentes sociais vendem uma cidade-produto, através de intervenções urbanas realizadas desconsiderando a memória coletiva de seus habitantes e objetivando, possivelmente, a construção de uma nova identidade urbana para Goiânia, inserida em um circuito turístico e econômico nacional.

Para Serpa (2018), esse modelo de planejamento urbano se replica em diversas cidades, que são “reinventadas a partir da reutilização das formas do passado, gerando uma urbanidade que se baseia, sobretudo, no consumo e na proliferação (desigual) de equipamentos culturais” (SERPA, 2018: 107). Da mesma forma, segundo Gonçalves (2015: 220), essa abordagem se estende também ao discurso do patrimônio cultural:

O mercado, seja como adversário, seja como aliado, sempre esteve presente, de modo implícito ou explícito, nos discursos e políticas de patrimônio. Mas, nas últimas décadas é possível perceber uma intensificação dessas relações, especialmente no que se refere ao turismo. (...) Observa-se a existência de uma extensa rede de mercado associada aos discursos e políticas de patrimônio (...) (GONÇALVES, 2015: 220)

Tal visão é reforçada pelo crescente interesse da iniciativa privada em fazer a gestão do Setor Central, ao exemplo da proposta de revitalização do Setor Central feita pela Associação Comercial e Industrial do Centro (ACIC), entregue em 2020 à Prefeitura Municipal de Goiânia. A proposta explicitamente tem um viés comercial e se baseia em uma Operação Urbana Consorciada³³¹ (OUC), conforme afirmado pelo presidente da associação em entrevista cedida ao Jornal O Popular (2021):

É um projeto com *viés comercial*, que conta com o apoio de grandes empresários e investimento privado. O que pedimos da Prefeitura é benefício fiscal e a outorga do espaço”, diz Manzan. No caso, o Paço reduziria a taxa de 5% de Imposto Sobre Serviços (ISS) para as empresas do Centro para 2% e concederia isenção de IPTU,

³³¹ O Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/2001), legislação específica referente ao planejamento urbano nas cidades brasileiras, estabelece a definição e diretrizes para as Operações Urbanas Consorciadas. Segundo o documento, em seu Art. 32: “§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental”. Um exemplo recente de OUC é o caso do Projeto Porto Maravilha, no Rio de Janeiro-RJ, finalizado em 2014.



além de *passar a administração do bairro para os empresários*. Ou seja, os custos de iluminação, segurança, coleta de lixo, limpeza urbana e regularização seriam do empresariado. “Nossos *maiores problemas* são os moradores de rua, os ambulantes, falta de iluminação e insegurança. (O POPULAR, 2021, grifo nosso)

Segundo Costa (2017), no caso das cidades latino-americanas

As classes dominantes, com apoio de certas classes políticas, adotam estratégias (para a maior opressão dos territórios de exceção) que vão do controle de acesso aos espaços públicos ao impedimento do livre comércio, prestação de serviços mais básicos, atuação esquizofrênica do mercado imobiliário e demandas direcionadas de equipamentos urbanos. (COSTA, 2017: 65)

Tal visão é reforçada no contexto local pelo interesse da iniciativa privada em fazer a gestão do Setor Central e materializado na crescente especulação imobiliária que acarreta imóveis no bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções urbanas focadas em atender principalmente o mercado, transformam o espaço urbano em um produto para consumo turístico, segundo visto no primeiro momento desta reflexão. Esse processo acaba por corroborar com a sedimentação da cidade e das relações sociais no tecido urbano, seja através da gentrificação e especulação financeira desses espaços, seja pela perda do sentimento de pertencimento e de identificação das pessoas com a cidade.

Em um processo ainda em andamento, o caso da requalificação do Setor Central em Goiânia apresenta indícios de que caminha no sentido da cidade-produto, modelo identificado por diversos autores a partir do século XX. A análise inicial aqui feita e que, no decorrer da pesquisa de mestrado, irá se estender aos demais espaços públicos do Setor Central que passaram ou estão passando por intervenções urbanas, trouxe inquietações sobre os futuros possíveis para a cidade de Goiânia.

Tendo em vista o tenso momento sociopolítico atual brasileiro – no qual as instituições de salvaguarda e os direitos à cidade vêm sendo constantemente atacados, em um projeto sistemático de tomada (a força) de poder por agentes autoritários e interesses capitalistas e individuais se sobrepõem à coletividade – é no mínimo preocupante perceber a existência de propostas como a elaborada pela Associação Comercial e Industrial do Centro, que defende explicitamente a privatização de um bairro inteiro da cidade.

Nesse sentido, uma visão de planejamento urbano que leve em consideração as dimensões social e cultural do espaço da cidade, de forma multidisciplinar e que englobe em seu processo metodológico os sujeitos que compõem e produzem a urbe, é parte importante para a efetivação de uma nova visão sobre o desenvolvimento das cidades na América Latina, (COSTA, 2021).

O planejamento urbano pensado a partir dos sujeitos que se apropriam e vivenciam os espaços da cidade no cotidiano, para além de um utopismo urbanístico, é algo factível e presente na legislação brasileira. Todavia, se faz necessário que ocorra de fato na prática nas políticas públicas em todas as esferas de governo – municipal, estadual e federal, garantindo a todos, sobretudo, o direito à própria cidade.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. B. F. **Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas.** In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (Orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013, p. 11-74.

CHAUL, N. F. **Goiânia: a capital do sertão.** Goiânia: Revista UFG, v. 11, n. 6, p. 100-110, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48235/23591>>. Acesso em: junho/2022.

CHAVEIRO, E. F. **Ver a cidade com o Professor Scarlato: um passeio nas entrelinhas urbanas.** In: COSTA, E. B; OLIVEIRA, R. S. O. (Orgs.). *As cidades entre o "real" e o imaginário: estudos do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular. 2011a. p. 49-65.

CGU - Controladoria Geral da União. **Relatório nº: 201603222.** Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/13178.pdf>>. Acesso em: junho/2022.

COSTA, E. B. da. **Intervenções em centros urbanos no período da globalização.** Presidente Prudente: Revista Cidades, n. 9, 2012: 86-117. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12029>>. Acesso em: junho/2022.

_____. **Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia.** Bogotá, Colombia: Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía, 26, n. 2, Jul-Dez 2017: 53-75. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/2818/2/81852304004/html/>>. Acesso em: junho/2022.

_____. **Planificación urbana posible, imaginario, existencia y cultura.** São Paulo: Tempo Social - Revista de Sociologia, 33, n. 1, 2021: 91-120. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/164522/170818>>. Acesso em: junho/2022.

DINIZ, A. **Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935) - Ideal estético e realidade política.** Brasília: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, 2007.

GONÇALVES, J. R. S. **O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição.** Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 28, n. 55, 2015, p. 211-228. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/55761>>. Acesso em: junho/2022.

GRANDE, I. O. de; BOAVENTURA, D. M. R. **Da praça ao shopping: mudanças no espaço público do centro de Goiânia.** Chapecó: Revista Grifus, v. 23, n. 36/37, 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/2777>>. Acesso em: junho/2022.

GRUPOQUATRO, Arquitetos Associados. **Requalificação da Praça Cívica**. Goiânia: portfólio profissional, 2017. Disponível em: <<http://grupoquatro.com.br/portfolio/requalificacao-da-praca-civica/>>. Acesso em: junho/2022.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.

JAQUES, P. B. **Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?** In: Revista de Urbanismo e Arquitetura. Salvador: UFBA, v. 06, n. 01, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3229/2347>>. Acesso em: junho/2022.

O POPULAR. **Paço fracassa há 20 anos em revitalização do Centro de Goiânia**. Goiânia: Grupo Jaime Câmara, reportagem veiculada em 04/07/2021. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/pa%C3%A7o-fracassa-h%C3%A1-20-anos-em-revitaliza%C3%A7%C3%A3o-do-centro-de-goi%C3%A2nia-1.2278943>>. Acesso em: junho/2022.

PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Cultural: Conhecendo um pouco mais**. In: Patrimônio Cultural: consciência e preservação. SP: Brasiliense, 2009, p.19-41.

REZENDE, M. D. S.; MÁXIMO, P. H.; FROTA, J. A. D.; BARBOSA, L. J. M. **Patrimônio ou espetáculo? O caso da revitalização da praça cívica de Goiânia**. Anápolis: Revista Mirante, v. 11, n. 7, junho de 2018. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/mirante/article/view/7989>>. Acesso em: junho/2022.

SANT'ANNA, M. **A cidade-patrimônio no Brasil: lições do passado e desafios contemporâneos**. In: SCHLEE, A. DE A. IPHAN: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35, 2017, p. 139-155. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf>. Acesso em: junho/2022.

SANTOS, R. S. dos. **A plasticidade na interação entre sujeito e lugar – Estética em um sítio patrimonial: o caso da Praça Cívica em Goiânia**. Brasília: Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/39183>>. Acesso em: Julho/2021.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2018.

LIGAS CAMPONESAS EM DIANÓPOLIS-TO

Camila de Jesus Silva³³²

RESUMO

As ligas camponesas se formaram na década de 1950, como uma resposta às arbitrariedades sofridas por camponeses que viviam no Engenho Galileia, situado no município de Vitória do Santo Antão, em Pernambuco. O movimento se espalhou rapidamente devido às péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos lavradores nordestinos, ganhando adeptos igualmente em outras regiões do Brasil, como a região Centro-Oeste. Rapidamente, o levante sofreu influência das teses disseminadas pela Revolução Cubana, passando, então, a defender uma reforma agrária radical, perante o lema *Reforma agrária na lei ou na marra*. Em Dianópolis foi instalado um acampamento para treinamento de guerrilha, composto, majoritariamente, por jovens estudantes, recém vinculados às Ligas Camponesas. No início da década de 1960, a reforma agrária e as Ligas atraíram outros setores, como estudantes e operários. Nesse processo, importantes lideranças estudantis do estado de Goiás tiveram contato com os ideais das Ligas Camponesas, tomando a iniciativa de organizar um acampamento guerrilheiro na região, em função do movimento, no município de Dianópolis, que atualmente faz parte do estado do Tocantins.

Palavras-chave: Ligas Camponesas; reforma agrária; Revolução Cubana; esquerda.

O texto em questão é um fragmento de nossa tese de Doutorado, intitulada *A experiência das esquerdas que lutaram contra a Ditadura Militar em Goiás (1960-1972)*. Foi preciso rememorar esse evento histórico, para entendermos como, devido a ele, Goiás teria se tornado um polo de atração para os partidos de esquerda, tanto tradicionais, quanto os que integraram a chamada Nova Esquerda Brasileira. Em nosso trabalho, estudamos a experiência dessas esquerdas em todo o território goiano, nos limites geopolíticos do recorte temporal de nosso objeto, ou seja, desde o início da década de 1960 até 1972, quando foram completamente desarticuladas pelo aparato repressivo do Regime Militar. Atualmente o município de Dianópolis faz parte do estado do Tocantins.

No que se refere à base teórico-metodológica, nosso trabalho é pautado pelo materialismo histórico-dialético, formulado por Marx e Engels. Antes de conceituarmos, minimamente, tal visão a respeito da história, é importante entendermos o conceito de *consciência* e *luta de classes*, a ele diretamente relacionado. Segundo o *Manifesto do Partido Comunista* (2004: 45): “A história de todas

³³² Professora de História na Rede Estadual do Mato Grosso (SEDUC-MT). Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Goiás. E-mail de contato: camilajesilva@gmail.com.

as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes [...]”. Então, todas as transformações sociais seriam motivadas pela constante oposição entre exploradores e explorados, seja de forma implícita ou explícita. Consideram que a história é o processo de criação, recriação e satisfação contínuas das necessidades dos seres humanos em sua relação com o mundo, produzindo a sociedade, de forma contínua. Nesse sentido, a concepção materialista da história define que:

[...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (MARX & ENGELS, 2007: 94).

Na visão materialista histórica, a história da sociedade de classes é o produto das relações contraditórias entre as forças produtivas e as relações de produção, manifestadas na luta de classes. Segundo Marx e Engels, a consciência é determinada pela relação com mundo material e não o contrário. Nosso trabalho, que tem por objeto as organizações de esquerda, foi construído segundo os princípios do materialismo histórico. Ao buscarmos compreender tais tendências políticas, procuramos não nos limitar meramente às diretrizes teóricas, ou às formas de luta previstas. Partimos do debate sobre os modos de produção existentes no Brasil, este que permeou todas as organizações da esquerda tradicional e da Nova Esquerda brasileira nos anos 50, 60 e 70.

As Ligas Camponesas tiveram início em 1954, em reação às ameaças de expulsão de famílias que viviam no Engenho Galiléia, situado no município de Vitória do Santo Antão, em Pernambuco. O movimento se expandiu rapidamente devido às condições precárias pelas quais passavam os trabalhadores rurais do Nordeste brasileiro, principalmente devido à ameaça de extinção dos *foreiros*³³³, que compunham a base social do movimento nessa época (SAUER, 1999: 14-15).

O aparecimento de teses desenvolvimentistas no Nordeste, primordialmente por meio do Congresso de Salvação do Nordeste, ocorrido em 1955, ampliou o espaço político de atuação das forças populares. Vários setores da sociedade daquela região, inclusive bispos da Igreja Católica, passaram a defender a necessidade de transformações nas condições de vida dos trabalhadores agrícolas. O Encontro dos Bispos do Nordeste, que se deu em 1966, deu ênfase aos problemas do setor rural, denunciando a desigualdade de desenvolvimento entre as regiões Sul/Sudeste e Nordeste do Brasil, reivindicando a expansão da indústria para a região. Com as denúncias das condições precárias dos camponeses da região, ficou clara a situação de marginalidade do Nordeste no processo de expansão do capitalismo. O clima político que se percebeu, a partir de 1955, colocava como

³³³ A palavra *foreiro* remete às famílias que residiam e trabalhavam nos engenhos nordestinos pagando o *foro*, relação de trabalho semelhante ao arrendamento de terras.



urgente a necessidade de se tomar medidas para solucionar a situação. O resultado disso foi a criação de espaço político favorável às mobilizações camponesas e à manifestação de suas reivindicações (SAUER, 1999: 15).

Os líderes que surgiram vinculados a essas lutas, José dos Prazeres e Francisco Julião, aproveitaram o momento para organizar outros grupos, ampliando a base social do movimento e seu alcance. As Ligas Camponesas, então, expandiram-se pelo Nordeste, também filiando outros tipos de trabalhadores, o que provocou transformações no projeto político inicial. O movimento arregimentou principalmente arrendatários, posseiros e pequenos proprietários de terras, que fizeram parte das Ligas até o início da organização dos sindicatos (SAUER, 1999: 15).

A luta contra o *cambão*, dia de trabalho gratuito para aqueles que arrendavam as terras, uma relação de trabalho de tipo servil ou semiescrava, tornou-se uma das principais bandeiras do movimento. Por sua vez, a luta contra o latifúndio evoluiu da luta pelo direito de permanência na terra para a demanda de uma reforma agrária radical. No início da década de 1960, as Ligas Camponesas foram impulsionadas, criando federações em dez estados brasileiros e obtendo suporte nacional. Foi lançada a campanha nacional pela reforma agrária por meio do documento intitulado *Dez mandamentos das Ligas Camponesas para libertar os camponeses da opressão e do latifúndio*. Nesse texto havia a proposta, entre outras reivindicações, de medidas enérgicas contra a concentração da terra, manifestando a tese de uma reforma agrária radical e expropriatória (SAUER, 1999: 15).

Essa mudança provocou intensa divergência entre as Ligas e o PCB (Partido Comunista Brasileiro), que, até então, era o principal partido em apoio ao movimento. A polêmica surgira em decorrência da divergência a respeito da ênfase da luta. As Ligas tinham a reforma agrária como objetivo principal, enquanto o PCB subordinava essa bandeira à luta anti-imperialista, considerando a burguesia nacional como progressista e aliada dos camponeses no processo de consolidação no mercado. Essa divergência foi alvo de muitos debates no congresso da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), de 1961 (SAUER, 1999: 15).

Ao final da década de 1950 existiam várias associações de trabalhadores espalhadas pelo país. A realização do congresso da ULTAB, que reunira organizações políticas existentes, tinha por objetivo discutir os problemas do campo e elaborar um programa comum. Os líderes das Ligas Camponesas, mesmo estando em minoria nesse evento, impuseram sua perspectiva e ganharam os debates. Por fim, aprovou-se uma reforma agrária radical, contra medidas graduais defendidas por outros partidos e organizações (SAUER, 1999: 16).

No I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Brasil, realizado em novembro de 1961, o tema da reforma agrária acabou por atrair outros setores, como estudantes e trabalhadores do



setor industrial. A *Declaração de Belo Horizonte*, documento final do congresso da ULTAB, enfatizava a urgência de profundas transformações na estrutura fundiária do país. Diante disso, o grande latifúndio deveria ser substituído pela propriedade camponesa individual, associada ou pela propriedade estatal. Era reivindicado igualmente a posse e o uso da terra por aqueles que tivessem interesse em trabalhar nela (SAUER, 1999: 16).

No congresso de Belo Horizonte percebeu-se a participação de importantes lideranças estudantis, inclusive do estado de Goiás. Tarzan de Castro era um desses estudantes. Ele fora presidente do Grêmio do Colégio Lyceu de Goiânia, entre 1957 e 1958, presidente da Uges (União Goiana do Estudantes Secundaristas) por duas vezes seguidas, e naquele momento havia sido eleito vice-presidente da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). O mesmo havia feito uma viagem a Cuba no segundo aniversário da Revolução Cubana e, segundo ele, voltara muito entusiasmado e reforçando seu engajamento. Tarzan de Castro conta, em depoimento fornecido ao projeto *Memórias Transcritas*, de 2013, que aquela experiência em Cuba o influenciou profundamente: “Essa ida a Cuba acaba me moldando dentro daquele ideário revolucionário romântico, salvador da humanidade, contra as injustiças humanas e engajado em um processo de luta latino-americana” (CASTRO, 2013: 446).

Naquele período Castro teria sido procurado, devido à sua participação em congressos estudantis, pelos principais líderes das Ligas Camponesas: Diniz Cabral, Clodomir de Moraes, ex-deputado de Pernambuco e um dos principais dirigentes, e o próprio Francisco Julião. Esses importantes integrantes também estavam ligados a Cuba e, naquele processo, Tarzan foi recrutado para as Ligas Camponesas, que, além de ter se tornado um movimento radical pela reforma agrária, também tinha como objetivo fazer uma revolução no Brasil. Nesse sentido, tornou-se o presidente do Conselho Estadual das Ligas Camponesas, do estado de Goiás, este que era composto em sua maioria por jovens, também dessa mesma linha, que hoje ele considera *radical*, em contraposição à linha do PCB, mais adequada para aquela conjuntura, segundo avaliação recente (CASTRO, 2013: 447).

Posteriormente recebeu a informação que além da parte política, de fato havia um movimento militar com campos de treinamento de guerrilha. Tarzan de Castro comenta que essa notícia foi impactante para ele:

[...] imaginava que a revolução realmente estava chegando. A ideia que se tinha era que com cinco focos de guerrilha, como feito em Cuba, você poderia pipocar com o restante do país que viria atrás. Como se houvesse um clima revolucionário generalizado, como se o país estivesse todo pronto para repetir aquela façanha cubana (CASTRO, 2013: 448).



Principalmente a *Primeira e Segunda Declaração de Havana*, proferidas por Fidel Castro, respectivamente em 1960 e 1962, teriam repercutido amplamente nas organizações da nova esquerda latino-americana, bem como as Ligas Camponesas, desde o início daquela década. O seguinte trecho, referente à segunda declaração, surtiu reações mais apaixonadas, que levaram principalmente aos mais jovens a uma atuação política permeada de espontaneísmo, que podemos chamar de *voluntarismo revolucionário*: “O dever de todo o revolucionário é fazer a revolução. Sabemos que a revolução será vitoriosa na América e no mundo, mas é indigno de um revolucionário sentar-se na porta da sua casa e esperar que passe o cadáver do imperialismo” (CASTRO, 1962 apud LÖWY, 2012: 46).

Os quadros que se formaram nas Ligas Camponesas, a partir do Congresso de Belo Horizonte, eram vinculados ao chamado Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Os grupos organizados em torno dessa linha, compostos, em sua maioria, por estudantes, se articulavam em acampamentos pelo interior do país, em prol da reforma agrária, sob a liderança de Francisco Julião e com o apoio de Cuba. O objetivo dessas etapas era promover treinamentos guerrilheiros, ao mesmo tempo em que possibilitava a arregimentação de militantes no meio rural. Segundo Élio Cabral, que foi um militante de expressão do movimento estudantil, em Goiânia, e posteriormente, filiou-se ao PCdoB: “Tínhamos sete dispositivos armados. Eram sete, mas dois nem vingaram, só começou e já acabou. Tinha um aqui em Goiás, em Dianópolis; outro em Serranópolis, no Mato Grosso; outro na Bahia, onde eu estive e comandava 30 homens com armas e tudo” (SOUZA, 2013).

O relatório de IPM instaurado em 1966 contra militantes do PCdoB (Partido Comunista do Brasil) no Distrito Federal e em Goiás levantava informação sobre as diversas atividades tidas como “subversivas”, que vinham ocorrendo naqueles anos particularmente no Distrito Federal e no estado de Goiás. Sobre as Ligas Camponesas e o Movimento Radical Tiradentes, que tiveram adeptos naquelas regiões, o documento oficial relatava:

Em Goiânia, registra-se o denominado Movimento Tiradentes, chefiado por Francisco Julião e que consistia em recrutar simpatizantes para treinamento de guerrilhas. Em fins de 1961, seguiram para a Fazenda Santa Fé, situada entre Jataí e Cuiabá, várias pessoas ligadas a esse movimento, como Diniz Gomes Cabral Filho, João Garcia Barbosa, a testemunha Sebastião Tavares de Moraes. Diniz era quem fazia o recrutamento. No campo de guerrilha praticava-se esportes, treinamento de tiro ao alvo, combate simulado, construção de armadilhas, de bombas, assim como aulas teóricas de guerrilhas baseadas em livros de Guevara e Mao. Esses treinamentos encerraram-se em princípio de 1962 (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 418-419).

No Congresso dos Trabalhadores Rurais de Belo Horizonte, Tarzan de Castro, que segundo ele também fora eleito para o Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil, recebera a

determinação de enviar jovens para um campo de treinamento específico. A partir então, teria dado início à tarefa de recrutamento, em Goiás, inclusive com o apoio de José Porfírio, principal líder do movimento de posseiros sob a orientação do PCB, em Trombas e Formoso:

Recrutei várias pessoas, inclusive do Formoso porque Zé Porfírio tinha uma grande simpatia e eu tinha uma imensa amizade com ele. Ele era do Partido Comunista, mas tinha seus momentos de confronto e inclusive me ajudou a recrutar de dentro do Formoso vários ex-resistentes. Nessa situação o partido também aproveitou e mandou alguns para saber o que estava acontecendo nesse campo de treinamento. Foram pessoas para o campo de treinamento do Mato Grosso. Tinha campo de treinamento no Paraná, na região de Cascavel; na fronteira de Minas com a Bahia; tinha no Maranhão e no norte de Goiás (CASTRO, 2013: 449).

O escritor Hugo Brockes (2013), que na época era funcionário da Secretaria Particular do governador Mauro Borges e fora atuante no movimento estudantil secundarista de Goiânia, tendo estudado no Colégio Pedro Gomes e depois no Lyceu, também foi convidado para integrar as Ligas Camponesas, por Ataliba e Tarzan de Castro. Em entrevista concedida ao projeto *Memórias transcritas*, Brockes contou que participara do treinamento de guerrilha, ocorrido em Rondonópolis-MT, mais precisamente na Serra da Saudade³³⁴, a partir de novembro ou dezembro de 1961 e ficou durante uns seis meses. Ali haviam estudantes vindos da região nordeste e norte de Goiás, esta última que hoje faz parte do estado do Tocantins. Entre eles quatro camponeses vindos de Formoso.

O acampamento era comandado por um nordestino de nome Adalto Freire, que ameaçava de morte àqueles que se aventurassem a fugir: “Eu sei que já havia uma ameaça, o nordestino ameaçava, olha quem sair daqui, tentar ir embora, é *teco*! Está morto, nós matamos. E era sempre essa ameaça de *teco*”. Segundo Brockes, o comandante não sabia nada de guerrilha, nem de armas. Ao mesmo tempo descumpria as regras estabelecidas, pois tomava cerveja no boteco da beira da estrada, onde faziam compras, enquanto no acampamento era proibida bebida alcoólica:

Certo dia eu cheguei lá e, conversando com a dona do estabelecimento, ela falou assim para mim: você não quer tomar uma cervejinha da geladeira do senhor Adalto? Eu perguntei que geladeira? Ela disse: eu faço um buraco em baixo do balcão, coloco as garrafas de cerveja lá no buraco, tampo com terra e jogo água. Então, quando ele chega, eu tiro do chão, lavo a garrafa e elas estão friazinhas. Ele gosta de uma cervejinha, de um rabo de galo. Eu disse, tá bom! (BROCKES, 2013: 182-183).

Sabendo dessa transgressão, comprara muita bebida alcoólica e levou para o acampamento, a fim de festejar com os companheiros. Em afronta ao comandante ele dizia:

³³⁴ A Serra da Saudade faz parte da Serra da Petrovina, atualmente integrada ao município de Pedra Preta, em Mato Grosso.



Então, hoje vamos cair na gandaia, vamos encher a cara. Só tomem cuidado para não ficar bêbados e não cair lá no precipício. Lá na frente tinha um precipício. A gente ficava instalados em um platozinho, descia a serra e aí tinha um platô; tinha um rancho, tinha umas bananeiras plantadas de lado e na frente era um buracão, rocha (BROCKES, 2013: 183).

A partir desse episódio, Hugo Brockes tornou-se inimigo do comandante e logo decidiu fugir do acampamento, sendo seguido pelos jovens de Trombas e Formoso e outros colegas. O escritor comentou que os rapazes de Formoso foram mandados para lá sem saber direito do que se tratava:

O pessoal do Formoso na época que estava no acampamento foi para lá enganado. Disseram que eram fieis ao Partidão, e as Ligas não tinham nada a ver com o Partidão. O Partidão era contrário àquele movimento do Julião. Lá eles se manifestavam, eram uns quatro de Formoso, e eram olhados com certa desconfiança pelo comandante. Então, chegamos a Goiânia e a primeira coisa que eles fizeram foi procurar o Partidão para contar o que estava havendo (BROCKES, 2013: 186).

Segundo Brockes, não havia sentido fazer um movimento clandestino em pleno governo de João Goulart. O acampamento teria acabado logo depois de sua saída, e em seguida teriam sido os de Indianópolis e do Paraná.

Como já vimos, depois do congresso de Belo Horizonte, Tarzan de Castro passara a recrutar jovens para os campos de treinamento, também participando das decisões a nível nacional das Ligas Camponesas. Porém, mesmo engajado em ações fora da legalidade, ele era assessor especial de Mauro Borges, sendo pessoa de confiança em seu governo. Alguns meses depois de ter encaminhado integrantes para os acampamentos de treinamento de guerrilha, como o de Rondonópolis, no Mato Grosso, fora procurado por Clodomir de Moraes, alegando que estavam com problemas em Goiás e ele precisava resolver a situação. Havia sido instalado um campo de treinamento guerrilheiro na cidade de Dianópolis, região que hoje faz parte do estado do Tocantins, e alguns moradores do local estavam desconfiados com o movimento, porém era difícil tirar os rapazes da região sem levantar maiores suspeitas (CASTRO, 2013: 449).

Os líderes das Ligas tinham enviado jovens intelectuais do nordeste para lá. Eram jovens universitários, alguns recém-formados. Compraram um terreno no meio da região do Rio da Conceição e instalaram os militantes ali. Tarzan de Castro fora até o acampamento se encontrar com os rapazes e descobriu que eram como ele próprio – muito idealistas, e que não tinham nada a ver com a guerrilha. Segundo ele, o armamento também era muito obsoleto, descrevendo-o como “cacarecos velhos que diziam ser fuzis 1908” (CASTRO, 2013: 450). Castro ficou responsável por dar apoio ao grupo, a fim de que este fosse mantido. Deveria conversar com a população local e convence-los de que eram uma cooperativa de criação de animais, que traria empregos e beneficiaria



enormemente a região. Porém, para o então assessor de Mauro Borges e líder estudantil: “a essa altura, como a cidade de Dianópolis era pequena, já estava tudo furado e já havia virado de conhecimento público” (CASTRO, 2013: 449).

Quando voltara para a cidade, haviam pichado nos muros: “Fora Julião Mirim! Fora comunistas!”. Um parente seu que residia na cidade o informara que de que o exército já havia ido ali várias vezes. Teriam feito o levantamento e constataram que ali haviam comunistas e logo fariam o ataque. Então, Tarzan de Castro voltara rapidamente ao Rio de Janeiro, onde residia devido à presidência na Ubes, a fim de conscientizar os dirigentes da situação e pedir que retirassem com urgência os militantes do local. Além da ameaça militar, disse também que as condições em que os rapazes do acampamento se encontravam eram diferentes da que eles pensavam:

Disse ainda que aquela história de campo de guerrilha era uma brincadeira, que aquilo era uma piada, que não havia campo de guerrilha; o que tinha era um pessoal bebendo cachaça e tocando pandeiro, pois não tinham o que fazer e que tudo iria explodir (CASTRO, 2013: 451).

No entanto, segundo ele, o alerta não surtiu o efeito esperado, pois Clodomir de Moraes, em vez agir em prol da retirada dos estudantes, teria ido a Pernambuco solicitar reforços para Dianópolis: dois jipes contendo 4 ou 5 pessoas. Castro teria tentado avisar a embaixada cubana, porém o avião que transportava seu relatório ao Comitê Central da Executiva do Partido Comunista, em Cuba, caiu na região do Peru e não tempo de se fazer nada. A Polícia Federal, que na época se chamava Departamento Federal de Segurança Pública, logo atacou a região, prendendo um militante chamado “Gilvan”. Os demais teriam conseguido fugir pela mata.

Como Tarzan de Castro disse, o acontecimento rapidamente tornou-se de conhecimento público. Mauro Borges o procurou contando que já sabia de tudo, porque Érides Guimarães, seu secretário do trabalho, o havia informado. O governador dera um ultimato a Castro: se não rompesse definitivamente com as Ligas Camponesas teria de sair de seu gabinete. O então presidente da Ubes e militante das Ligas, preferiu desfazer seu vínculo com o governo do estado de Goiás, por volta dos anos de 1962 e 1963 (CASTRO, 2013: 450). Àquela altura, o governador Mauro Borges já havia expedido um mandado de prisão a Tarzan de Castro.

A imprensa igualmente já detinha informações sobre o grupo instalado na cidade de Dianópolis. Em 22 de dezembro de 1962 a revista *O Cruzeiro*, do Rio de Janeiro, publicara uma matéria de título *Goiás, viveiro de guerrilhas*, denunciando a ação de um movimento da esquerda socialista, que dessa vez fugia aos meios legais, “ameaçando” a democracia brasileira:



O que está sendo denunciado com insistência pelos homens de consciência democrática, como uma vasta conspiração contra a democracia no Brasil, já vai um pouco além das simples palavras. Em Dianópolis, no estado de Goiás, como em muitos outros pontos de nosso território, treinam-se guerrilheiros e trabalha-se, objetivamente, pela implantação de um “governo popular revolucionário”, moldado à semelhança do regime dos Castros e Guevaras. É uma conspiração que se arma, com as características de uma sublevação rural. O caso de Dianópolis mostra que Sierra Maestra está de mudança para o sertão brasileiro (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 191).

Após o Golpe, por autoria dos serviços de informação instalados em Goiás, no ano de 1964, foi expedido um relatório de IPM, descrevendo alguns detalhes sobre o “Treinamento de guerrilhas” das Ligas Camponesas, instalado em Dianópolis no início da década de 1960. É importante ressaltar que boa parte dos dados apresentados fora obtida em decorrência da recuperação do relatório ditado por Tarzan de Castro à embaixada cubana:

Na documentação apreendida no Peru quando da queda de um avião naquele país, encontra-se um relatório sobre as atividades dos guerrilheiros de Dianópolis. Esses documentos são objeto da Informação Especial nº 2 (Documentos apreendidos no Peru) do SFICI, datado de 14 jan 1963. A versão peruana dos documentos, mostra que pelo menos um deles é tradução de um manuscrito de autoria de Tarzan de Castro (ARQUIVOS REVELADOS, 2013: 193).

De acordo com Tarzan de Castro, só foi possível recuperar o relatório, porque o mesmo fora guardado em mala diplomática, feita de ferro para suportar possíveis incêndios. Tal maleta teria chegado primeiro às mãos da CIA (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos), que a repassou para o jornal *O Estado de São Paulo* e o fato veio a público. O jornalista Carlos Lacerda, vinculado à UDN (União Democrática Nacional) e um dos principais opositores do governo João Goulart, teria levado aqueles documentos à Câmara dos Deputados. Para Castro, a denúncia a nível nacional dos treinamentos de guerrilha desenvolvidos pelas Ligas Camponesas, no Brasil, teriam sido um dos pretextos para a deflagração do Golpe Militar, em março de 1964: “isso era pano quente para o golpe de Estado. Na realidade, isso foi ajudando” (CASTRO, 2013: 452).

O relatório de IPM sobre o Campo de Dianópolis, informava que em novembro de 1961 chegou à cidade um grupo de doze indivíduos, que adquiriu três fazendas: Catingueiro; Antônio Alves e Boqueirão Cascavel, a setenta e dois quilômetros de Dianópolis. Segundo o documento, era um terreno “muito difícil, escarpado, com mata fechada, com grotas profundas, na Serra Geral”. A partir de então, deram início ao processo de arregimentação de camponeses, e, segundo o registro, um dos atrativos era o salário, o dobro do usualmente pago na região. Devido a isso, supostamente, no ano seguinte o grupo já contava com 50 integrantes.



No ano de 1962, além de terem feito “ruidosas manifestações” em data do aniversário de Carlos Prestes, receberam a visita de Francisco Julião. O documento descreve que, a partir da instalação do acampamento, houve uma alta movimentação de pessoas e cargas para a região dessas fazendas, o que demonstra a fragilidade do sistema de segurança do movimento:

Os chefes do movimento viajavam frequentemente, de avião, para Belo Horizonte, Goiânia e Recife. O encarregado do aeroporto e o rádio telegrafista do DCT passaram a trabalhar para os mesmos. O segundo recebendo e transmitindo mensagens com frequência. Por avião chegavam caixas e caixotes muito pesados para seu tamanho. Construíram um campo de pouso na fazenda Catingueiro (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 192).

O relatório, por sua vez, tentava vincular a todo custo o movimento instalado em Dianópolis ao governador Mauro Borges, principalmente em razão de Tarzan de Castro ser oficial de gabinete e um dos chefes das Ligas Camponesas:

Os integrantes do movimento se diziam pertencentes se diziam pertencentes às Ligas Camponesas e tinham o apoio do governador do estado, diziam. Distribuíam livros sobre o comunismo. Um dos chefes do movimento, Tarzan de Castro, era oficial de gabinete do governador. O elemento de ligação era João Neder, igualmente oficial de gabinete do governador (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 192).

Em novembro de 1962 já havia sido instaurado um inquérito pelas Autoridades Policiais de Dianópolis. Em seguida foi decretada a prisão preventiva de João Neder, Tarzan de Castro e 24 outros integrantes do acampamento. No entanto, somente João Neder chegou a ser preso. Tarzan de Castro estava foragido no Rio Grande do Sul e, depois de alguns meses, voltou a Goiás. Foi preso rapidamente, segundo ele pelo fato de ser muito conhecido, mas foi uma prisão rápida, porque não interessava ao “Governo do Mauro”. Quem interveio na sua soltura teria sido Cristóvão do Espírito Santo, deputado estadual eleito pelos estudantes e funcionário do governo (ARQUIVOS REVELADOS, 2016: 192; CASTRO, 2013: 453). Tarzan de Castro foi preso novamente em 1964, na iminência do Golpe Militar, porém já como integrante do PCdoB (Partido Comunista do Brasil, dissidência do PCB). Discorreremos melhor sobre sua prisão mais adiante.

Experiências como a das Ligas Camponesas, chamaram a atenção das organizações da Nova Esquerda brasileira para Goiás. Isso se levamos em consideração que, no recorte temporal trabalhado, os limites geopolíticos do estado de Goiás compreendiam também o estado do Tocantins. Segundo a análise de ex-militantes da Nova Esquerda brasileira, como Edmilson de Souza Lima (ALN) e Aldo Arantes (AP) e do historiador e professor titular da Universidade Federal de Goiás, David Maciel, publicada no jornal *O Popular* (2014), a *Tradição de luta no estado atraiu guerrilhas*



rurais durante a ditadura militar. Foi na região que se viu o desenrolar de focos de resistência rural ao Regime, como a Guerrilha do Araguaia, ocorrida na localidade do Bico do Papagaio (O POPULAR, 2014).

Segundo David Maciel, após o Golpe, Goiás parecia ser uma das melhores opções para se colocar em prática o projeto da luta armada no meio rural: “Aqui era uma região conflagrada antes do golpe e por isso atraiu tantas organizações. Outra razão é a proximidade de Brasília, um dos centros do poder” (O POPULAR, 2014). O ex-deputado Aldo Arantes, que também foi militante da Ação Popular (AP), concorda que a região teve muita expressividade, no período: “Goiás sempre jogou um papel importante nesse aspecto. Goiás tem essa tradição de luta” (O POPULAR, 2014). Nesse sentido, a matéria cita a experiência dos posseiros da região de Trombas e Formoso, liderada por José Porfírio, que aderiu à luta armada e foi bem-sucedida. Como vimos anteriormente, durante o governo Mauro Borges, a vitória dos posseiros frente aos grileiros foi consolidada, tendo os camponeses recebido os termos de propriedade.

Eventos como este se tornaram fonte de inspiração para os movimentos de esquerda. Ao mesmo tempo, os militantes foram influenciados por teorias que pregavam a guerrilha rural “como forma de sufocar a cidade com a força das massas camponesas” (O POPULAR, 2014). Essa era a tese do *cerco da cidade pelo campo*, recebida ora pela linha cubana, muito difundida a partir de 1966 por meio do livro *Revolução na Revolução*, de Régis Debray, ora pela linha maoísta. Exemplos de organizações que transitaram por essas teorias foram o PCdoB e a AP, que igualmente tiveram muito interesse pelo interior goiano.

REFERÊNCIAS

ARQUIVOS REVELADOS. **A Ditadura Militar em Goiás**: transcrições de relatórios dos órgãos da repressão: IPM's, sentenças de tribunais militares, certidões, depoimentos, artigos, imagens e reportagens. v. 1. Goiânia: Anigo/ Gráfica UFG, 2016.

BROCKES, Hugo. Depoimento. In: ALVES, Célia M.; CÔRTES, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 179-196.

CASTRO, Tarzan de. Depoimento. In: ALVES, Célia M.; CÔRTES, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 439-466.

LÖWY, Michael. Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina In: **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**, Org. LOWY, Michael. 3 edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012, pag. 9-64.



MARX, K.; & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial: 2007.

O POPULAR. Tradição de Luta no estado atraiu guerrilhas rurais. Política. **O Popular**, Goiânia, 31 mar. 2014. Disponível em: <
<https://www.opopular.com.br/noticias/politica/tradi%C3%A7%C3%A3o-de-luta-no-estado-atraiu-guerrilhas-rurais-1.509813>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SAUER, Sérgio. Reforma Agrária e o sindicalismo rural: a luta pela terra no “entorno” de Brasília. Cartilha. **Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura** – CONTAG. Brasília, 1999. Disponível em:<
<http://www.contag.org.br/imagens/f783cartilhaprojetocutcontagalutapelaterranoentornodebrasilia.pdf>>. Acesso em 25 jun. 2020.

SOUZA, Elio Cabral de. Depoimento. In: ALVES, Célia M.; CÔRTEZ, Vera (Orgs.). **Memórias transcritas**: depoimentos. Goiânia: ANIGO/ NDH-UFG, 2013, p. 97-126.

MATO GROSSO EM REGISTRO: APONTAMENTOS PARA ANÁLISE DO JORNAL “O MATTO-GROSSO” (1918-1935)

*Sandra Miria Figueredo Sousa*³³⁵

RESUMO

Pretende-se, com esta apresentação, demonstrar uma análise sobre o jornal cuiabano “O Matto-Grosso”, que, devido sua dilatada circulação, se deterá ao período de 1918 a 1935. Optou-se por esse recorte por acreditarmos que este marco temporal enfeixa questões cruciais para a compreensão dessa fonte, em sua intersecção com o universo político mato-grossense. Dessa maneira, pretende-se demonstrar, também, sua relação com outros órgãos impressos em circulação na capital durante esse período, no intuito de situar este órgão na teia que se configurou a história da imprensa cuiabana nas três primeiras décadas do século XX.

Palavras-chaves: O Matto-Grosso; imprensa cuiabana; política; Cuiabá.

INTRODUÇÃO

Este texto inscreve-se no processo de reflexão e pesquisa sobre o jornal cuiabano “O Matto Grosso”, que circulou na capital do estado homônimo de 1897 a 1935. Devido a sua dilatada temporalidade de circulação, optou-se por circunscrever o período de investigação entre os anos de 1918 a 1935. Esse período, repleto de acontecimentos (Caetanada, Primeira Grande Guerra, Revolução Russa de 1917, governo Dom Aquino, Coluna Prestes, “Revolução” de 1930, Movimento Comunista de 1935, início do Estado Novo), impôs um recorte temporal e escolhas sobre eventos/datas a serem contemplados. Por isso, optou-se em privilegiar o período de 1918 a 1930.

O período escolhido para a análise compreende as três primeiras décadas do século XX, circunscrevendo a República Velha (ou Primeira República) e os anos iniciais da Era Vargas. Tem como centro de investigação sua capital, Cuiabá. Essa quadra histórica congrega acontecimentos que são considerados cruciais para a compreensão das décadas subsequentes e, também, por introduzir elementos novos para se pensar na dinâmica política, econômica e social mato-grossense, expressos, claramente, em sua imprensa, especificamente a cuiabana.

³³⁵Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), orientada pelo professor dr. Edvaldo Correa Sotana. E-mail: miriasousa@gmail.com



Seu último quartel ensejou ocorrências com repercussões importantes para a reorganização das forças políticas estaduais, como o tenentismo, os discursos sobre a necessária readequação social e urbana de sua capital, o desenvolvimento econômico e social desigual entre as regiões Sul e Norte e o descompasso econômico e tecnológico nortista em relação aos centros decisórios brasileiros. Sendo, essa percepção, marcadamente matizada pelas representações do moderno, do novo, do futuro, que irradiava dos intelectuais e dirigentes localizados na capital federal e em São Paulo.

No Estado de Mato Grosso, o processo de modernização, característico de alguns estados, deve ser analisado a partir das nuances de seu fazer histórico, e não somente como reflexo do seu “atraso” histórico em relação a outras capitais brasileiras. Situado entre o fremente desenvolvimento dos grandes centros urbanos e de sua realidade concreta, o estado foi retratado como símbolo dos atrasos a serem superados, distante da civilização e imerso na barbárie. Assim, no imenso “sertão”, “a-histórico” – conforme as representações difundidas pelos jornais que circulavam na capital federal –, reinava o caos violento das disputas políticas, do atraso econômico e cultural e da resistência de seus habitantes em desenvolverem hábitos “civilizados”.³³⁶

Nesse Brasil desigual, as representações homogeneizadoras, elaboradas em outros centros, incidiram fortemente no fazer político das áreas que não comungavam do mesmo desenvolvimento político, econômico e social, repercutindo, visivelmente, no seu fazer histórico. Foi o caso do estado do Mato Grosso, analisado através de seu epicentro político, sua capital Cuiabá.

Esse aspecto foi abundantemente reproduzido nas folhas locais, acentuando a importância do uso dos periódicos para pesquisa histórica. Em Cuiabá, durante o período abordado, 1918 a 1935, a circulação de folhas e revistas mostrou-se profícua. De várias matizes, com a circulação e a periodicidade irregular, a “arte de fazer jornais” marcou o fazer da elite cuiabana. Inseridos em uma rede política, familiar e intelectual, esses órgãos, além de delimitarem, visivelmente, um *status* social, fortaleciam relações de pertencimentos, de ressentimentos e de afetos.

Neste texto, empregaremos a definição de “imprensa artesanal” em referência à imprensa cuiabana, pois acredita-se que ela, ainda, não vivenciava o aspecto empresarial e o expressivo

³³⁶ Sobre esse assunto consultar dentre outros: GALETTI, L. de S. G. **Sertão, Fronteira, Brasil**: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá: EDUFMT; Entrelinhas, 2012; BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Esperando o trem: sonhos e esperança de Cuiabá**. São Paulo: Scortecci, 2005. CASTRO, Maria Inês Malta. **O preço do progresso: a construção da Estrada de ferro Noroeste do Brasil**. Dissertação de Mestrado. IFCH-Unicamp, Cuiabá, 1992; SEVCENCKO, N. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: SEVCENCKO, N.; NOVAIS, F. A. (Org.) **História da vida privada no Brasil. Da Belle Époque à Era do Rádio**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; MACIEL, L. A. **A Capital de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992; _____ **Nos confins da Civilização**: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

desenvolvimento tecnológico de suas irmãs cariocas. Em Cuiabá, as folhas refletiram a “arte de fazer jornal”.³³⁷

Em Cuiabá, a imprensa, nas primeiras décadas do século XX, pode ser descrita como artesanal, com revistas e jornais produzidos de forma descontínua; e com uma linguagem sóbria, claramente destinada à elite que os produzia. Nesses espaços, a elite cuiabana deixou registrada suas opiniões sobre os assuntos que consideraram pertinentes. Em uma cidade que carecia de espaços socioculturais, a imprensa – geralmente produto de ligas, grêmios e partidos – revelou-se como um espaço de sociabilidade intelectual (SIRINELLI, 2012).

Muitos se vincularam aos dois partidos políticos que disputavam a hegemonia estadual – o Partido Republicano Conservador (posterior Partido Democrata) e o Partido Republicano Mato-Grossense (posterior Partido Liberal) –, expressando, visivelmente, o compromisso com seus líderes; outros divulgaram sua independência partidária sem, todavia, se apartar das disputas e discussões políticas.³³⁸ Houve, ainda, os que, por breves lapsos temporais, alteraram sua trajetória editorial colocando-se como porta-voz de uma agremiação partidária; esse foi o caso do decano dos jornais cuiabanos, “O Matto-Grosso”. Entretanto, não se trata de um caso singular, pois a proximidade desses órgãos com a política partidária estadual mostrou-se inquestionável.

O Órgão familiar, fundado nos estertores do Império em 1877, empunhou a bandeira liberal no Mato-Grosso, defendendo-a até o falecimento de seu fundador, Emílio Calhaó, em 1935. Durante sua trajetória, o jornal demarcou espaços, fortaleceu alianças com os usineiros, manteve proximidade com a Igreja Católica e, também, ferrenha oposição ao avanço de ideias que contradiziam sua visão de mundo. Suas páginas foram franqueadas a governadores, a senadores e a deputados federais e estaduais, sendo seu proprietário um deles; porém, era interdita aos trabalhadores “capturados” e/ou “escravizados” (e seus porta-vozes) pelos usineiros.

³³⁷ Aproprrio aqui da definição utilizada por Nelson Werneck Sodré, e posteriormente aprofundada por Ana Maria Martins, para diferenciar a imprensa produzida em locais distantes do eixo Rio-São Paulo e que se caracterizava pela ausência do mecanismo empresarial a definir sua publicação. Ver: SODRÉ, N. W. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977; MARTINS, A. L. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República**. São Paulo: Edusp, 2001.

³³⁸ A proximidade de alguns jornais cuiabanos com as agremiações partidárias era visível. Ao analisar o alinhamento dos periódicos locais com os principais partidos no período entre 1918-1935, observa-se que as principais folhas perfilavam a uma dessas associações. Ao Partido Republicano Conservador constata-se a afinidade do jornal “Republicano” (a partir de 1920 “O Republicano”) que circulou de 1916 a 1926. Em 1926 alterou-se a denominação partidária para Partido Democrata e suas ideias passou a ser defendido pelo periódico “O Democrata” publicado entre 1929 a 1930. Coube a defesa do Partido Republicano Mato- Grossense inicialmente “O Matto-Grosso” entre 1918 a 1920; a partir desse ano o “Correio do Estado” assumiu essa função perdurando até 1926 quando encerrou suas atividades. Houve outros que foram fundados para exercerem oposição a um governo como por exemplo “A Reacção” publicado entre 1928 e 1929 para fazer denúncias do governo Mario Correa da Costa (1926-1929); houve ainda os que se colocavam como neutros, porém uma leitura mais acurada revela suas rejeições a determinados personagens políticos, como a demonstrada por Agrícola Paes de Barros em relação a Pedro Celestino registrada nas folhas sem que colaborava (“A Luz” 1924; “A Capital” 1924-1926; “A Semana” 1924-1927; “Plebe” 1927-1930) ou que era proprietário (“O Fifó” 1924-1925).



O jornal expressou total adesão e defesa da “revolução” de 1930, mas silenciou-se sobre o tenentismo e as revoltas sociais do período. Defendeu, ferrenhamente, o Partido Mato-Grossense, especialmente Pedro Celestino, contudo, tornou-se porta-voz do governo conservador, ainda que de Conciliação, de D. Aquino Correa. Nesse universo, prenhe de contradições, busca-se capturar o modo como esse jornal se inter-relacionou com a política estadual e como ela marcou sua trajetória impressa, resultando na forma singular com que registrou os acontecimentos relevantes do período, enquanto registrava sua própria história.

Dessa forma, ressalta-se que, apesar dessa ligação ser forte e visível, os periódicos cuiabanos expressam mais do que isso; eles proporcionam uma fresta, uma abertura, pela qual é possível compreender como a elite local se colocou diante dos problemas e adversidades vivenciadas pelos cuiabanos daquele período. Demonstraram quais imagens e símbolos emergiam por meio de suas falas, propiciando, assim, uma análise preciosa sobre a relação da imprensa com a sociedade que a alimentava e lhe dotava de voz e representatividade. Em suma, por meio desses jornais, percebe-se os dilemas, as alegrias e os sonhos que tais homens registraram nas páginas dos jornais que circularam em Cuiabá nas primeiras décadas do século XX e que tão arduamente defenderam, enquanto espaço de luta e representação (CHARTIER, 1990).

Nesse caminho, talvez, convenha refletir sobre a proeminência dos discursos políticos nos jornais cuiabanos. Para, assim, evidenciar sua proximidade com as agremiações partidárias, que movimentaram o universo político da capital no período.

QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A IMPRENSA CUIABANA

A pesquisa inicial, desenvolvida em 2020, restringiu-se, devido ao isolamento imposto pela pandemia, a pesquisas *online*, realizadas no acervo da hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital. Nesse percurso, constatou-se lacunas na publicação de “O Matto-Grosso”, compreendendo cinco anos (1923, 1924, 1925, 1926 e 1927), assim como irregularidades nos anos posteriores, resultando em perdas importantes sobre o posicionamento desse órgão diante de acontecimentos marcantes para a história estadual, como a irrupção do movimento tenentista e a chegada de Mario Correa da Costa (inimigo assumido do proprietário de “O Matto-Grosso”) ao governo estadual.

A quebra em sequência impôs outras folhas cuiabanas à pesquisa, que dialogaram e interpuseram-se com “O Matto-Grosso”, ampliando, assim, o universo impresso analisado. Passou-se para a leitura preliminar de folhas irmãs, como “A Reacção”, “O Correio do Estado” e “A Cruz”; e também os seus antípodas, como “O Republicano” e seu sucessor “O Democrata” e a “Penna



Evangélica”. Como esses jornais estabeleceram um circuito constante de críticas, réplicas e tréplicas, que se retroalimentaram, sucessivamente, em várias publicações, foi possível suprir, ainda que de forma parcial e indireta, as lacunas registradas.

Nesse cotejamento, emergiram periódicos que se inseriram indiretamente no embate impresso; foi o caso dos periódicos redigidos e publicados pelo médico agrícola Paes de Barros, “O Fifó”, “A Plebe”, e em colaboração com outros redatores, como “A Semana”, “A Capital” e “A Luz”. A partir das leituras propiciadas pelos últimos, constatou-se uma disparidade na imprensa cuiabana quanto ao registro e à divulgação de determinados episódios e problemas estaduais. Esse viés acentua-se quando se analisa os registros jornalísticos publicados em jornais cariocas e como ocorria sua seleção para veiculação nos periódicos estaduais; assim como em escritos dos políticos mato-grossenses, publicados nos jornais do Rio de Janeiro, em que se enfatizava a violência partidária estadual, legitimando o “estigma” de selvageria política que perpassava a visão de outros estados sobre o Mato Grosso.

Ampliando a trama tecida por essas folhas, a questão social e trabalhista ganhou destaque, assim como o mandonismo como exercício do poder, a subsistência de práticas escravistas nas relações trabalhistas, a forte presença de militares nas posições elevadas da sociedade e a emergência do discurso divisionista. Além disso, também houve destaque para o ocaso das oligarquias estaduais, a instauração de uma nova correlação de forças na política mato-grossense e para como os jornais podem ter se colocado a serviço da política, auxiliando no desenvolvimento de uma cultura política local.

Ao tomar os periódicos como fonte e objeto de estudo, os historiadores necessitam desenvolver técnicas e habilidades específicas para seu manuseio e leitura. Nesse processo, o olhar crítico perante o impresso mostra-se imprescindível, distanciando-se da postura que apreende o jornal como espelho da sociedade que o produziu. Para tanto, faz-se necessário inserir esse artefato impresso em uma série que lhe reveste de historicidade, analisando, detalhadamente, seu projeto editorial, sua composição gráfica, a linguagem utilizada e o público que pretendeu alcançar (LUCA, 2005).

Somente por meio de um lento trabalho de cruzamento de fontes foi possível identificar, parcialmente, alguns desses escritores; sendo que alguns cruzaram o céu, como um brilhante cometa que desapareceu fugazmente (MORGADO, 2011). O que os caracterizou foi a proficuidade com que escreveram e a tenacidade com que defenderam seus grupos de interesses nas páginas impressas que circularam na cidade.

Quanto à remuneração, fica impossível estabelecer seu valor ou de que forma era efetuada. Em Cuiabá, ao contrário do Rio de Janeiro, ou mesmo de São Paulo, não parece que escrever nos

jornais tenha assumido um caráter eminentemente comercial e/ou profissional; ao menos, no período aqui analisado.

Observando por esse prisma, talvez isso explique o fato de esses órgãos assemelharem-se mais à porta-vozes de interesses de grupos políticos, ideológicos e culturais do que um espaço propriamente econômico e profissional. Isso não equivale dizer que tais órgãos não possuísem organização, disciplina e compromisso com seu fazer. Defende-se aqui que eles não vivenciaram, nesse momento, a emergência do jornalismo enquanto profissão, que se constituiria formalmente nas décadas posteriores, respaldando-se na imparcialidade perante a informação e a neutralidade na maneira de narrar os fatos (BELTRÃO, 1980). Tal distanciamento que colocou-se como apanágio do jornalista moderno, não se vislumbrava nos cronistas locais.

Foi comum ler em um jornal a resposta a um artigo publicado em outro jornal, sendo esta, tanto um contraponto, como uma crítica, um elogio ou uma convocação para uma “guerra de ideias”; e isso acontecia ocupando os números subsequentes em inesgotáveis artigos crivados de ironias e insultos. Esse aspecto revela que os periódicos configuravam espaços de troca de opiniões e serviam de local para externar angústias, indignações e projeções, na certeza que seriam ouvidas nos espaços decisórios e de poder. E, por fim, cabe ressaltar que, quando se assumem como porta-vozes da opinião pública, ela se restringiu a seu grupo de interação. Raramente, percebia-se a divulgação de interesses e reivindicações dos grupos excluídos da imprensa, das projeções e inquietações desses indivíduos.

Impressiona a quantidade e diversidade dos periódicos em circulação em Cuiabá naquele momento. Em sua grande maioria, eram produzidos localmente, porém, houve periódicos cariocas, paulistas e os produzidos nas cidades do sul de Mato Grosso; sendo hebdomadários em sua maioria, bissemanal e raros os diários. Eles eram impressos na capital, com publicidade híbrida (local e nacional), diagramação semelhante e caracterizaram-se por sua efemeridade.

Interessante registrar que determinados anúncios eram encontrados em quase todos os jornais da capital. Desse modo, possuíam tamanho, número de páginas e diagramação similares; uso de fotografia quase inexistente, exceção a um raro reclame no final da década de 1920³³⁹; e preços e assinaturas quase semelhantes nos mais diversos órgãos.

Sobre sua distribuição para os outros municípios do Mato Grosso, acredita-se que os periódicos percorreram o mesmo itinerário dos demais passageiros em suas viagens³⁴⁰. Seu

³³⁹ O uso de fotografias como ilustração publicitária foi pouco utilizada até o final da década de 1920 nos jornais cuiabanos, agradável exceção é o registro de página inteira de um automóvel Ford T em 29 de junho de 1930, p. 2 do jornal “O Matto-Grosso”.

³⁴⁰ Mato Grosso vivenciava, nesse período, sua interação com as outras unidades da federação por meio das viagens fluviais (SILVA, 2004) e do telégrafo (MACIEL, 1997). Quanto à ferrovia, sonho longamente acalentado pela elite nortista, que se concretizaria, parcialmente, com a ligação da parte sul do estado a São Paulo, pela Noroeste do Brasil, conferir: Castro (1992), Borges (2005) e Fanaia (2010). Sobre o cotidiano das viagens fluviais, ver: Silva (2004).



deslocamento intercalava várias formas de transporte. Inicialmente, eram transportados em navios, que partiam de Cuiabá duas vezes por semana, com destino a Corumbá. A partir daí, seguia por via férrea (na parte Sul do estado) ou terrestre, por caminhos que interligavam quase todo o estado. Utilizando navios, ferrovias e animais, procurou-se vencer as distâncias geográficas que separaram as cidades mato-grossenses³⁴¹. Todavia, mesmo aproximando áreas tão afastadas, esse extenso percurso retirava dos jornais seu caráter de ineditismo, pois, ao chegarem ao seu destino, várias informações haviam se transformado em notícias antigas.

Com a análise do jornal “O Matto-Grosso” e da imprensa cuiabana, pretende inserir-se na vertente da História Política Renovada e da História Social e Cultural da Imprensa (BARBOSA, 2010). Nessa perspectiva, as ideias e os valores que o periódico divulgava não eram neutros e/ou descarnados, e sim resultavam das ações e intencionalidades dos indivíduos que compõem esse campo de disputa e de poder. Dessa forma, o olhar sobre esse artefato exige uma observação aprimorada, objetivando capturar esse espaço tenso, afetivo, agregador e conflituoso. Como todo campo, o impresso requer que se explicita sua dinâmica interna (com outros órgãos impressos) e externa (com a sociedade que lhe alimenta) para que as relações estabelecidas nesse campo ganhem inteligibilidade (BORDIEU, 1998).

Durante as análises dessas folhas, destacou-se o amplo espaço destinado ao registro do fazer político e partidário mato-grossense. Visando melhor compreensão desse processo, aproximou-se da abordagem proposta por René Rémond e Jean-François Sirinelli (SIRINELLI; RÉMOND, 2003), que, ao relacionar a imprensa e a história política, descortina um fértil universo de pesquisa; aprofundando essa análise, buscou-se dialogar com Jean-François Sirinelli (SIRINELLI, 2012), Pierre Ansart (ANSART, 2000), Maria Stela Bresciani (BRESCIANI, 2001) e Sege Bernstein (BERNSTEIN, 1996; 1998), introduzindo, dessa maneira, novos elementos para se refletir sobre os espaços dos afetos, dos ressentimentos, das redes e dos espaços de sociabilidade intelectuais como contribuições instigantes para a reflexão da história e da cultura política mato-grossense.

Portanto, está investigação situa-se na fronteira entre a história da imprensa e a nova história política. Assim, tem como fonte e objeto de pesquisa o jornal “O Matto-Grosso” em seu diálogo com outros órgãos impressos cuiabanos.

³⁴¹ Sobre a distribuição dos periódicos, não se possui uma informação precisa. Para reconstituir o percurso citado, foram utilizadas as indicações dos periódicos e as memórias de escritores cuiabanos que registraram seus deslocamentos pelo estado. Como os meios de locomoção também consistiam em formas de viabilizar a entrega de cargas e de correspondências, acredita-se que os periódicos tenham sido distribuídos dessa maneira.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imprensa cuiabana há muito serve de fonte para distintas análises. Frequentemente, priorizam-se os jornais mais longevos, como “O Matto-Grosso” e “A Cruz”, utilizando seus opostos, “O Republicano” e “A Penna Evangélica”, para melhor compreensão do tema em questão. Todavia, existem jornais inexplorados e que se revelam fundamentais para a percepção dessa quadra histórica.

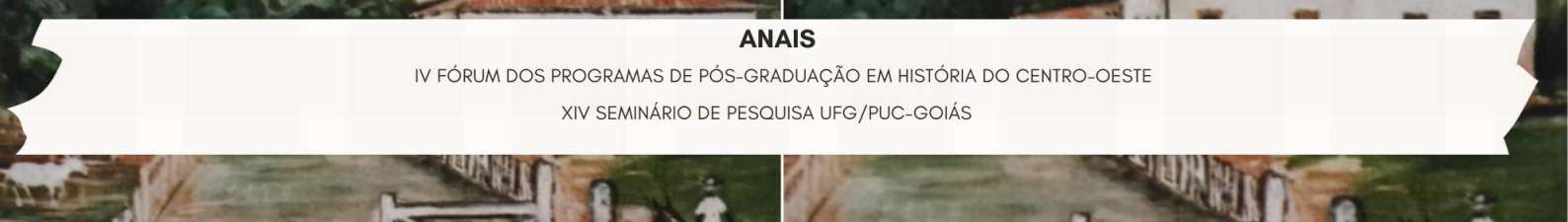
No universo impresso restrito, e quase exclusivo, a elite masculina cuiabana e as ideias políticas se destacaram. Essa primazia induz o pesquisador celerê a definir esses espaços como homogêneos, instigando uma análise singular sobre o período e sobre as relações políticas partidárias expressas nos jornais. Essa pretensa uniformidade sublima suas diferenças (editoriais, políticas e técnicas) que irrompem em determinadas folhas, rasgando, assim, a similaridade antevista fortuitamente.

Isto posto, convém jogar luz para outros aspectos da política partidária que, tão acentuadamente, marcou a história do Mato Grosso durante as três primeiras décadas do século XX; ressaltando o papel fundamental desempenhado pela imprensa cuiabana, não somente como porta-voz, mas como gestora, executora, agregadora e difusora de determinado projeto político e social. Ao trazer à luz temas e folhas, até então secundarizados, recupera-se, ainda que parcialmente, suas falas, capturando seu registro histórico e sua singularidade impressa.

Esses indivíduos ocuparam as páginas dos diversos impressos que circularam na capital e no estado, ao mesmo tempo em que ascendiam espaços políticos em funções militares, executivas, legislativas e no judiciário; ou como profissionais liberais, como advogados, engenheiros, comerciantes e, também, em funções religiosas. Em grande parte, planejaram, interferiram, conduziram e legitimaram projetos, presentes e futuros, de intervenções políticas, econômicas, culturais e sociais desenvolvidos pelos dirigentes políticos.

Mesmo que ocupando organizações partidárias divergentes, irmanaram-se no fato de pertencerem à elite cuiabana. Esse pertencimento os dotava de uma memória comum, que foi compartilhada por meio dos periódicos, fomentando uma gama de referenciais políticos, históricos e culturais similares.

Destacou-se, nestas páginas, a violência que permeava as relações políticas naquele período e a transferência desse arsenal belicoso para as páginas impressas. Logo, defronta-se com a violência real e simbólica que esses órgãos sofreram e a que se submeteram na relação ubíqua e tumultuada da imprensa com a política partidária.



Para tornar tais vozes distantes audíveis, tornou-se necessário situar esse periódico na intricada rede impressa que constituía a imprensa cuiabana, situando-o na situação relacional com as outras folhas; assim, outros contornos ganharam vida. Como perceber os vestígios da história dessa imprensa, que se entrevê passando esquiva, fortuita, pela janela entreaberta de um periódico amarelado e desgastado pelo tempo e pelas inúmeras leituras que resultaram em outras histórias?

Reconstruir essas pegadas, restituir de história esses fragmentos que, facilmente, se decompõem exige, além de rigor metodológico, a sensibilidade em transformar as pistas em fios que se entrelaçam como guias, possibilitando a saída do intrincado labirinto. Eis o desafio!

REFERÊNCIAS

ANSART, P. Em defesa de uma Ciência Social das paixões políticas. **História: Questões & Debates**, v. 17, n. 33, p. 145-164, 2000.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Esperando o trem: sonhos e esperança de Cuiabá**. São Paulo: Scortecci, 2005

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CASTRO, M. I. **O Preço do Progresso**: a construção da estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1992.

CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações sociais**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

FANAIA, J. E. A. **Elites e práticas políticas em Mato Grosso na Primeira República (1889-1930)**. Cuiabá: EdUFMT/Fapemat, 2010.

GALETTI, L. S. G. **Nos confins da civilização**: sertão, fronteira e identidade nas representações. Imagens de Mato Grosso no mapa da civilização. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACIEL, L. A. **A Capital de Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Estudos Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

_____. **Nos confins da Civilização**: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

MARTINS, A. L. **Revistas em revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo: Edusp, 2001.

MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MORGADO, E. M. O. (Org.). **Catálogo de jornais, revistas e boletins de Mato Grosso, 1847-1985**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

NEVES, M. M. R. N. **Elites Políticas**: competição e dinâmica Partidário-Eleitoral (caso de Mato Grosso). Rio de Janeiro: IUPERJ; São Paulo: Editora Vértice, 1998.

PORTELA, L. V. S. **Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores**: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930). 2009. 152 p. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

RÉMOND, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SEVCENCKO, N. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. In: SEVCENCKO, N.; NOVAIS, F. A. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. Da Belle Époque à Era do Rádio. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, E. P. **O cotidiano dos viajantes nos caminhos fluviais de Mato Grosso 1870-1930**. Cuiabá: Entrelinhas, 2004.

SIRINELLI, J-F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 231-269, 2012.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1977.

SOUSA, S. M. F. **Entre tipos, tintas e prensas a história se fez impressa**. Considerações sobre o periódico livre-pensador “A Reacção” (1909 1914). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DAS VESTES DA PROCISSÃO DO FOGARÉU NA CIDADE DE GOIÁS

Denize Maria dos Santos Freitas³⁴²

RESUMO

Expressando um significado próprio, a renovação das vestes da Procissão do Fogaréu, que se abre para a presente discussão, está concentrada na dinâmica da (re)invenção da Procissão do Fogaréu “da e na” Cidade de Goiás. Abrindo-se para a valorização do patrimônio, a renovação das vestes do ato paralitúrgico, pensada para atender a complexa modalidade da atração, não se reduz ao mero dado estético, mas desperta para a necessidade de se preservar um patrimônio pouco investigado, suficientemente capaz de dialogar com a comunidade ao ponto de traduzir fatos e acontecimentos, envolvendo a Procissão do Fogaréu e a própria Cidade de Goiás. Nesse prisma, compreender e aceitar que o processo de renovação do objeto têxtil da procissão se abre, tanto para a preservação da alegoria visual da tradição quanto para a preservação do objeto original de Goiandira do Couto, partilhado como extensão do patrimônio cultural imaterial na cidade de Goiás desde o final dos anos 1960, suscita e faz pensar “Como e Por quê” as vestes do ato paralitúrgico contribuíram para que o farricoco se transformasse em emblema, signo minemônico necessário à memória coletiva.

Palavras-chave: Patrimônio, Fogaréu, Têxtil, Farricoco.

ABSTRACT

Expresando un significado propio, la renovación de las vestiduras de la Procissão do Fogaréu, que se abre para la presente discusión, está concentrada en la dinámica de la (re)invenção de la Procissão do Fogaréu "da e na" Cidade de Goiás. Abriéndose a la valorización del patrimonio, la renovación de las vestiduras del acto paralitúrgico, pensada para atender la compleja modalidad de la atracción, no se reduce al mero dato estético, sino que despierta la necesidad de preservar un patrimonio poco investigado, suficientemente capaz de dialogar con la comunidad al punto de traducir hechos y acontecimientos, envolviendo la Procissão do Fogaréu y la propia Cidade de Goiás. En ese prisma, comprender y aceptar que el proceso de renovación del objeto textil de la procesión se abre, tanto para la preservación de la alegoría visual de la tradición como para la preservación del objeto original de Goiandira do Couto, compartido como extensión del patrimonio cultural inmaterial en la Cidade de Goiás desde finales de los años 1960, suscita y hace pensar "Cómo y Por qué" las vestiduras del

³⁴² Bacharel em Administração com Habilitação em Hotelaria pela Universidade Estadual de Goiás, Tecnóloga em Design de Moda pela Universidade Estadual de Goiás, Especialista em Docência do Ensino Superior Pela Faculdade Batista de Minas Gerais, Aluna (em caráter regular) da Pós-graduação em Modelagem do Vestuário pelo Instituto Federal do Sul de Minas Gerais, Aluna (em caráter regular) do Mestrado Profissional em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio da Universidade Estadual de Goiás, Campus Cora Coralina. E-mail: demasantos05@gmail.com, Orientadora: Dra. Raquel Miranda Barbosa.

acto paralitúrgico contribuyeron para que el farricoco se transformara en emblema, signo minemónico necesario a la memoria colectiva.

Palabras clave: Patrimonio, Textil, Farricoco.

INTRODUÇÃO

Por se tratar de arte visual aplicada, o vestuário promove reflexos e reflexões múltiplas. Como elemento da criatividade humana, detentora de uma linguagem simbólica e artística, a roupa oportuniza uma leitura das implicações culturais, políticas, econômicas e sociais, dada a sua capacidade de romper com a hegemonia da linguagem verbal e de despertar a sensibilidade estética e criativa do indivíduo.

Sob a ótica do patrimônio, a relação da Cidade de Goiás com os têxteis é anterior à (re)invenção da Procissão do Fogaréu. Conforme registros encontrados no Museu das Bandeiras, existem evidências de que na primeira metade do século XIX teria havido em Goiás uma fábrica de tecidos que, também, confeccionava fardamentos.

Houve em Goiás uma fábrica de tecidos. Em 1818, durante o Governo de Fernando Delgado Freire de Castilho (1809-1820), a sua administração foi arrematada por João Duarte Coelho. Localizava-se na Rua Cambaúba - hoje Bartolomeu Bueno, possuía 19 teares onde eram confeccionados, além de outras peças, os fardamentos das antigas milícias (vide, Aviso Régio dirigido ao Governador sobre o estabelecimento da fábrica de Fiação e Tecelagem. Cx. 190, vol. IV, fls. 107, 24/07/1818, 04.02.007 - Ordens Régias, Fundo Brasil Colônia, Arquivo Museu das Bandeiras). Essa fábrica foi levada pela enchente do Rio Vermelho em 1839, não tendo prosseguimento ((MUBAN, 2020).

A partir do exposto, é importante considerar que a Cidade de Goiás foi uma das poucas, dentro do território nacional, a possuir uma fábrica têxtil até meados do século XIX. Segundo Braga e Prado (2004), até o ano de 1860 havia no Brasil apenas nove fábricas têxteis, quadro que mudou de 1866 a 1885, passando para 48 - onde 33 estavam na região Sudeste. A fábrica da cidade de Goiás esteve em funcionamento entre os anos 1818 a 1836 e a produção de fardamentos teria ocorrido antes do surgimento da lei de 12 de agosto de 1844, conhecida por tarifa Alves Branco, lei que possibilitou a produção de tecidos de melhor qualidade aqui no Brasil. A grosso modo, a existência de uma fábrica de tecidos na Cidade de Goiás, nesse período da história, refuta a ideia do suposto “atraso”, usado como desculpa para a promoção da mudança da capital do Estado.



Ainda sobre os têxteis vilaboenses e os elos histórico-culturais que os conectam, o Museu das Bandeiras apresenta em seu acervo tipologias diversas identificadas como sendo dos séculos XVIII, XIX e início do século XX, dentre as quais encontra-se a coleção de indumentária, sendo constituída de fardamentos e acessórios de fardamento, indumentária feminina, objetos de auxílio e toucados; coleção esta que concentra a maior parte dos objetos têxteis da instituição.

Embora alguns tratem o tema com desdém e mantenham uma relação informal com os têxteis, por achar que o processo de se vestir é frívolo, é importante salientar que esses objetos não são auto-referentes. Pelo contrário, dialogam com diversas áreas - história, filosofia, sociologia, arte - ao ponto de se transformar em fonte de consultas.

O Museu de Arte Sacra da Boa Morte e a igreja D'Abadia também possuem um acervo têxtil de paramentos litúrgicos compostos por estolas, casulas, dalmáticas, entre outros.

De um modo geral, para os que possuem interesse em localizar as suas produções científicas na seara do patrimônio têxtil, a Cidade de Goiás se apresenta como um campo aberto à pesquisa desses objetos, que não cessam de ser vitrina do tempo, para a produção do conhecimento.

Nesse prisma, a renovação das vestes da Procissão do Fogaréu é um convite para refletir sobre a necessidade de se preservar o patrimônio têxtil da Cidade de Goiás, e de igual modo, uma invitation para se pôr em prática diretrizes que garantam a permanência desses objetos no tempo e espaço. Para tanto, os detalhes que se seguem darão conta de como o farricoco de Goiandira foi formulado para a constituição dos sentidos, da intencionalidade de seus autores e guardiões, e do trabalho humano investido para a construção e permanência das vestes como veículo de transmissão de conteúdo cultural, fatores que precisam ser descortinados tanto para que se compreenda os motivos da substituição dos trajes, quanto para que se justifique as razões para a sua preservação.

Visando unificar uma comunidade que passara a contestar as ações excludentes do Estado e, ao mesmo tempo, validar a pluralidade cultural existente no território – que constituía a essência do povo vilaboense -, a (re)invenção da Procissão do Fogaréu e a imagem do farricoco foram vistas, pelos membros da Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), como ferramenta capaz de criar narrativas para abrigar o passado mas, ao mesmo tempo, dar significação ao projeto de modernização da cidade. Escapando daquilo que lhe era próprio, o ar penitente, o farricoco tornou-se um mantenedor da ordem capaz de demonstrar que a Cidade de Goiás, enquanto berço da cultura goiana, era um espaço que tratava da ocupação da região centro-oeste e da busca por riquezas minerais, mas que, também, se debruçava nas relações sociais estabelecidas na região, salvaguardando memória, história, acervo arquitetônico e patrimônio imaterial, por meio de um



diálogo que recuperava trechos da vida e das tradições de seu povo, ao passo que também atuava como ilustrador de que “o futuro da cidade, era o passado”.

Nesse aspecto, a materialização da (re)invenção da procissão, oportunizada pelo suporte têxtil de seus três primeiros portadores, corroborava tanto com a ideia de que o futuro de Goiás era o passado ao ponto de não serem encontradas justificativas que impedissem a multiplicação do número de encapuzados, passando de três para dez, depois vinte, até se alcançar o número de quarenta e agora, como assim se pretende, sessenta farricocos; um a um estruturados como produto do tempo. Ressalte-se que, embora o ato paralitúrgico tenha sido (re)inventado por Goiandira do Couto e Elder Camargo, a criação e concepção do guarda-roupa da Procissão do Fogaréu, assim como do Descendimento da Cruz, ficou sob os cuidados de Goiandira que, além de artista plástica, era modista na cidade.

[...] A procissão começou apenas com três farricocos. Com a evolução da cidade o espetáculo foi crescendo e sofrendo algumas adaptações. Os farricocos passaram de três para dez, depois vinte e agora são quarenta. Os moldes de suas roupas foram confeccionados pela pintora Goiandira Ayres do Couto. As roupas são de cores vivas para os farricocos se destacarem em meio da multidão. Apenas um farricoco se veste de branco, o que segura o estandarte durante a procissão (BRITO, 2008, p. 163).

Elder Camargo, por sua parte, conta que para a fabricação das vestes da Procissão do Fogaréu e do Descendimento da Cruz foram angariados fundos junto à comunidade e que a ação teria sido encabeçada por um de seus membros:

As primeiras roupas para o Fogaréu e para as demais cerimônias da Semana Santa foram feitas através de recursos doados por moradores da cidade. A prefeitura ajudou também, mas foi a população quem doou a maior parte dos recursos. Quem fez isso foi Davininha, ela quem saiu angariando dinheiro para as festividades (BRITO, 2008, p. 200-201).

Transpondo a ausência de um mecenato que pudesse proporcionar os recursos financeiros necessários à aquisição de insumos para a elaboração das vestes dos farricocos, o tecido failete, usado para a fabricação dos trajes da Procissão do Fogaréu, adquirido graças a doações de pessoas comuns que se sentiam convidadas à colaboração, estruturava o modelo elaborado por Goiandira do Couto, conformando a beleza dos processos criativos da artista, como obra destinada à valorização cultural.

Valendo-se da arte e da moda para promover o seu discurso, a modista, em entrevista que compõe o livro “Luzes e Trevas”, traz informações sobre a elaboração do traje dos encapuzados:

Como era modista, já possuía experiência, fiquei responsável por criar e confeccionar as roupas. Fiz o cone, experimentava o tamanho, colocava em mim, olhava. Quando Elder estava aqui eu colocava o capuz nele, experimentava para ver o tamanho, a abertura para os olhos, a posição dos babados e fui criando. [...]



Consultei aqueles livros históricos, religiosos, para criar os desenhos. A partir daí, desenhei todas as roupas (BRITO, 2008, p. 206).

Sobre as informações trazidas por Goiandira, cumpre registrar que, na galeria das ferramentas usadas para a composição da Procissão do Fogaréu, a indumentária do farricoco, além de expressar o pensamento de sua idealizadora, ao ser fabricada e posta sobre o seu primeiro voluntário e, anos depois, em todos os encapuzados - um total de quarenta farricocos -, traduziria desejos e sentimentos de Goiandira do Couto, Elder Camargo e demais membros da OVAT, além de cumprir um importante papel no imaginário de uma comunidade interessada em aceitar o patrimônio cultural como fato social.

A criação do farricoco e a (re)invenção da Procissão do Fogaréu pode ter sido entendida, por alguns, como a legitimação de uma narrativa que sugeria que o patrimônio imaterial vilaboense constituía uma linha contínua, como se a história dos primeiros farricocos, legitimasse a dos novos. No entanto, o farricoco idealizado por Goiandira do Couto não se traduz por uma versão mimetizada do patrimônio, mas vai além, assumindo características próprias, a exemplo das cores vibrantes das vestes, operando emulações capazes de superar, além das questões imagéticas, os sentidos e significados do encapuzado junto aos moradores da Cidade de Goiás. Por sinal, a própria autora e “mãe dos farricocos”, ao narrar as ações para o restabelecimento das tradições vinculadas à Semana Santa na Cidade de Goiás, dá detalhes de como o processo de criação do farricoco teria ocorrido:

Decidimos recuperar a Semana Santa, recuperar antigas procissões, atrair a atenção das pessoas. Surgiu, assim, a idéia [sic] da Procissão do Fogaréu com os farricocos, homens encapuzados. Procurei no dicionário, nele existia uma figura pequena do farricoco – não me recordo mais em qual dicionário era. Encontrei no dicionário e a partir daquela figura elaborei as roupas para a Procissão do Fogaréu (BRITO, 2008, p. 206).

Assim, na vitrina dos tempos, a (re)invenção da Procissão do Fogaréu e, em especial, a imagem dos encapuzados, acabou por se tornar um símbolo vilaboense. Sem que se soubesse, o farricoco se estruturava, cotidianamente, como relíquia do povo, signo dos processos de partilha cultural, elemento mesclado à paisagem, cujas cores, assim como o próprio patrimônio imaterial vilaboense, refaziam-se à medida em que as frinchas de luz se propagavam por todos os cantos, velando e desvelando patrimônios num jogo de luzes e trevas.

Camargo (2018), comunicando as características do traje do farricoco, salienta a intencionalidade em relação às cores das vestes e dos capuzes, visando a produção de beleza cênica para o ato:



Os Farricocos ou Encapuzados vestem túnicas de várias cores, portando capuzes cônicos com acabamento em babado sobre os ombros, também da mesma cor, para efeito de beleza cênica. Na cintura, carregam faixas largas na cor bege, sendo que o encapuzado com vestes na cor branca usa faixa vermelha, diferenciando-se dos outros, pois será ele quem carregará o estandarte representando o Cristo, por ocasião de sua prisão (CAMARGO, 2018, p. 420).

Ainda que modestos em suas formas, conforme se pode abstrair pelo trecho em tela, uma vez contrastados pelas labaredas das tochas, num circuito comunicativo e formativo, vestes e capuzes cumpriam com o propósito a que se propunham, dando vida aos farricocos e brilho ao patrimônio imaterial vilaboense.

Buscando superar a visão fragmentada dos processos de produção do vestuário, para oportunizar um design único à imagem do encapuzado, incorporando valor ao objeto têxtil, Goiandira do Couto lançou mão dos elementos cor e forma para articular o desenvolvimento do patrimônio imaterial vilaboense. Assim, tendo em vista que o processo de avistar o detalhamento das peças poderia ser dificultado pelas trevas e pelos relampejos das luzes das tochas, o observador teria uma visão clara da proposta da modista por meio tanto das cores roxo, vermelho e azul, (cores dos três primeiros trajes), quanto da forma do chapéu cônico do farricoco, que conferia uma silhueta triangular ao usuário depois de vestidos traje e toucado. As vestes amplas, por sua vez, foram contrabalanceadas por meio da evidência da linha da cintura (dividindo a silhueta em uma forma superior e outra inferior, mediante o uso do cordão de Santo Antônio) criando assim, a sensação de equilíbrio e harmonia visual.

Com o passar dos anos, Goiandira e Elder, idealizando a performance e buscando novas maneiras de utilizar os elementos de design que já haviam se tornado conhecidos, ao multiplicarem o número de farricocos e, por consequência o número de vestes, ampliaram a cartela de cores para articular o desenvolvimento do produto do fogaréu. Ao fazerem isso, buscavam excitar o observador.

Embora, segundo Elder Camargo, não tenham um significado específico, as cores do farricoco coordenam o espetáculo. Como discordar que as cores claras das vestes atraem o olhar e as quentes e claras, ainda mais? Como não se sentir atraído por um farricoco de cor vermelha, pela intensidade da cor que irrita os olhos, dificultando a fixação no encapuzado por mais do que uns poucos segundos? Como não ter os olhos ofuscados pelo brilho dos encapuzados das cores laranja e amarelo, fazendo com que seja necessário buscar um conforto imediato nas cores das vestes azuis marinho e turquesa e nas de cor verde (cana, musgo e folha)? Como não perceber, intuitivamente, a diferença entre os tons de verde musgo, que fazem lembrar as folhas secas, rugosas e o tom de verde folha, que dão a impressão de coisa acetinada?



Segundo Kandinsky (1996) a cor pode produzir dois efeitos no observador: o primeiro se refere ao ponto de vista físico, onde o olho sente a cor e o segundo sugere que quanto mais cultivado for o espírito, maior e mais profunda será a emoção provocada pela cor. Diante do que Kandinsky levanta, tem-se que, ainda que não intencionalmente, as cores do farricoco expressam uma ideia, mesmo que esta fique a cargo do observador. Assim, ao se sentirem excitados pelas cores dos farricocos, primeiro porque as cores, em especial, as quentes como o amarelo, laranja e vermelho atraem, irritando os olhos logo em seguida, os sujeitos sentiam-se tocados pela esperança de ver a cidade ganhar notoriedade e reconhecimento através do encapuzado; seria essa a sensação dos moradores da Cidade de Goiás. Daí os olhos fixados na figura que proporcionava a mudança.

Quanto ao turista, só a imaginação bastaria para o estabelecimento de um contato com todos aqueles farricocos, porque a cor muda tudo o que está a sua volta, dando sentido até para aquilo que parecia não ter sido pensado para ter sentido. Eis o que a trama da re(invenção) causava no forasteiro.

Com efeito, a presença do caráter atrativo da Procissão, bem como das demais ações chamativas da Organização Vilaboense de Artes e Tradições, pode ser percebida através do pensamento de um de seus fundadores; Passos (2018), narrando sobre as ações desenvolvidas para movimentar o turismo local, faz apontamentos sobre quando a Procissão do Fogaréu teria sido reintroduzida na cidade de Goiás, e de como o ato é conduzido nos dias atuais:

Em 1965, um grupo de jovens vilaboenses, sentindo a necessidade de investir em mais atrações chamativas para desenvolver o turismo local, criou a OVAT – Organização Vilaboense de Artes e Tradições – visando levantar, reorganizar e divulgar as manifestações culturais da cidade [...] Dentre elas, estava a Semana Santa, que sempre havia sido realizada com certa pompa, ligada à religiosidade e à fé popular, para então, em 1966, ser reintroduzida a Procissão do Fogaréu [...] A procissão forma-se à porta da Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, aos primeiros minutos da Quinta-Feira Santa, seguindo dali até a igreja de São Francisco do Rosário, onde acontece a primeira parada. Depois vai até a Igreja de São Francisco de Paula, fazendo uma segunda parada e retornando ao ponto de partida, onde é encerrada. Acompanham-na um coral local, que executa motetos do século XIX, e também um grupo de rapazes com tambores que fazem a marcação da caminhada, com toques especiais para o ato. Abrem o cortejo quarenta farricocos, com formação em quatro alas, munidos de grandes tochas acesas, andando em passos rápidos. O povo acompanha, atrás do grupo de tambores, portando tochas menores também acesas (PASSOS, 2018, p. 417).

Nesse ponto, a relação estabelecida com os farricocos faz pensar que à comunidade cabe não apenas o papel de utente, mas de mantenedora do bem cultural, que luta e se responsabiliza pelo seu futuro. Para tanto, os que estiverem dispostos a empreender e se envolver nos processos de preservação desse patrimônio, devem fazê-lo.



Pelegrine (2009: 23) salienta que “os bens culturais tomados como ‘legado vivo’ que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, reúnem referenciais identitários, memórias e histórias - são suportes preciosos para a formação do cidadão”. Pela citação retro, tem-se que a conexão da população com a figura do farricoco fica ainda mais evidente quando se observa o alinhamento dos voluntários da comunidade (que se predispunham, e ainda o fazem, a realizar o percurso da procissão vestindo-se de farricoco), às aspirações da OVAT. Percebendo que o fio cultural da organização é resistente à tração, a comunidade se permite entrecruzar com a história da procissão e do farricoco, a fim de vestir-se para o patrimônio e produzir a renovação das memórias daqueles que com eles tiveram ou tenham vínculo, ao passo que também cria os meios para formar as reminiscências das gerações recém-chegadas, o que para Hall (1997: 43) constituiria um processo de regulação através da cultura, onde a estratégia é a de “alinhar as motivações e aspirações pessoais e subjetivas de cada sujeito às motivações da organização”.

O discurso bem orquestrado de seus idealizadores, que apresentava um farricoco - cujo aparato indumentário tornara-se veículo de transmissão de conteúdo, fazendo de personagem e suporte têxtil elementos indissociáveis para a exposição do patrimônio imaterial “da e na” Cidade de Goiás somada ao exercício do ir e vir de moradores e turistas em meio às ruas de pedra, portando tochas que projetavam facho de luz sobre a figura do(s) farricoco (s) - o que os tornava ainda mais evidentes -, constituía-se em locus da construção de saberes, um legado vivo recebido do passado, marco de referência à identidade e elemento a ser transmitido às gerações futuras. Daí a necessidade de atuar em diferentes frentes para preservar o seu aparato indumentário, trabalhando com afinco na difusão de ações que valorizem o direito de memória e história através dos trajes do farricoco.

Se por um lado, enquanto ferramenta que remonta as transformações culturais da cidade e do próprio Estado de Goiás, a imagem dos farricocos e seu aparato indumentário promovem o interesse de moradores locais e visitantes, por outro, desperta os guardiões da tradição para o problema da preservação. Assim, púidos, rasgos, manchas e deformidades, justificariam o interesse da OVAT em substituir o guarda-roupa da Procissão do Fogaréu, na tentativa de preservar o patrimônio imaterial em suas visualidades materiais e imagéticas.

Trabalhando com afinco a mais de meio século na difusão de ações que valorizam o direito de memória e história local, a Organização Vilaboense de Artes e Tradições, achou-se diante de um entrave para a fruição cultural no ano de dois mil e vinte, dadas as circunstâncias em que o país se encontrava em relação à pandemia do Coronavírus, bem como das orientações apresentadas pela Organização Mundial de Saúde e pelos governos federal, estadual e municipal, visando a contenção da disseminação da COVID-19.



Assim sendo, no dia 18 de março de dois mil e vinte, através de nota oficial, a instituição comunicou a decisão de não promover a Procissão do Fogaréu, bem como todos os demais trabalhos relativos à preparação e organização de cerimônias, celebrações, manifestações e procissões de sua responsabilidade, decisão que também foi mantida no ano subsequente. Como forma de manter o distanciamento social nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte um, a Organização Vilaboense de Artes e Tradições (OVAT), juntamente com a Prefeitura Municipal de Goiás, Diocese de Goiás, Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos e a Câmara Municipal de Goiás, disponibilizaram de forma pública, através da rede mundial de computadores, uma sequência de vídeos e imagens referentes à Semana Santa, registrados em anos anteriores na Cidade de Goiás.

Planejando novas maneiras de alcançar a visibilidade necessária, a trama fabricada pela OVAT durante o período de enfrentamento à pandemia do Coronavírus produziria esforços de proteção e preservação em relação à Procissão do Fogaréu, capazes de reconstruir o seu itinerário por meio de diferentes vieses; dessa vez, através de tecidos, moldes e costuras. Assim, convenções que antes impediam as tesouras e agulhas de serem movidas, abririam espaço para as pences da renovação cultural, por meio do incremento de vestes e toucados, a fim de corrigir quaisquer desajustes que pudessem impedir a organização de atualizar-se aos tempos, para manterem-se as tradições.

Impondo-se como objeto portador de memória que projeta os encapuzados e a Cidade de Goiás para o mundo, o artigo que viabiliza a manifestação do patrimônio imaterial, transformando o farricoco em símbolo de emancipação e emblema necessário à memória coletiva, dada a sua condição de objeto que, experienciando a dinâmica do tempo, suportou questões relativas à destruição, passará por substituição. Refutando a noção de vestuário como objeto problemático, contextualizando a aceitação das roupas como fonte documental e salientando a importância dos têxteis da Procissão do Fogaréu para a manifestação das tradições, a proposta de reanimação da arte, mediante a renovação das vestes do farricoco é um convite para se pensar em processos de preservação a serem operados sobre o bem, tanto do ponto de vista físico, seja através dos processos de conservação preventiva ou restauro do objeto, conservação que “é a atividade que consiste em adotar medidas para que um determinado bem experimente o menor número de alterações durante o maior tempo possível” (VIÑAS, 2003, p. 19, tradução nossa), ou do ponto de vista jurídico, a exemplo da possibilidade de tombamento do bem têxtil utilizado na composição da Procissão do Fogaréu, e que, conforme Soares (2009: 311) “é um instrumento que serve para tutelar os bens imateriais que integram o patrimônio brasileiro”, caracterizado pelo tombamento do suporte material do bem imaterial, a fim de que seja reconhecido que o bem é portador de valor cultural ligado à memória da comunidade local, ou ainda do ponto de vista sociocultural, observadas as possibilidades da destinação social e pública do acervo;



discussões engendradas na fabricação de mecanismos que inviabilizem os silêncios, apagamentos e esquecimentos do objeto.

Destarte, na tentativa de proporcionar uma reflexão sobre a relevância do objeto e da necessidade de sua prudente tutela, visando o impedimento da caducidade do bem, assim como o descarte de sua utilidade cultural, faz-se necessário discutir sobre a salvaguarda e destinação do acervo de têxteis em processo de substituição, antes que este seja lançado em uma sepultura comum, onde se encontram depositadas as antiguidades fadadas ao esquecimento. Nessa direção, pontuar os avessos dessa renovação pode contribuir para evitar tais apagamentos, tendo em vista que, independentemente das circunstâncias, as peças elaboradas por Goiandira do Couto se transformaram em documento histórico e parte integrante do patrimônio; e que contribuíram para a formação de reminiscências individuais e coletivas, ajudando a construir um sentido para a comunidade vilaboense.

Oportunizando uma feição concreta e desfrutável do patrimônio, cumpre enunciar a realidade dos têxteis que revestem o farricoco. Embora os trajés estejam sempre limpos, sendo lavados logo depois do seu uso na Quinta-feira Santa, para evitar que o querosene das tochas manche os tecidos, e que tenham suportado os processos anuais de passadoria por mais de meio século, encontram-se amarrotados, dobrados e ensacados. Seu acondicionamento, que nada tem a ver com os processos de guarda a que devem ser submetidos os bens patrimoniais, mesmo os que se encontram em atividade, revelam a existência de um ambiente desfavorável para os têxteis.

Cabe destacar que, ao discutir os têxteis da Procissão do Fogaréu, não se pretende conscientizar ou educar a comunidade sobre a necessidade de se preservar o bem; se assim o fosse, o fato de que nem todos tem interesse por esse suporte e patrimônio estaria sendo desprezado. Sobre isso, Tolentino (2016: 40) sublinha que, ao afirmar que é necessário alfabetizar o outro culturalmente, educando-o para o patrimônio, “não reconhecemos o outro como produtor e protagonista de sua própria cultura”. De certo modo, isso ajuda a compreender o fato de a Organização Vilaboense de Artes e Tradições ainda não possuir um parecer sobre a destinação do bem e contributo material de Goiandira do Couto.

À luz dessas discussões, percebe-se que, ao associar os têxteis da Procissão do Fogaréu ao patrimônio cultural e ao discutir sobre a fabricação de mecanismos que inviabilizem seus silêncios, apagamentos e esquecimentos, alguns refutam a ideia de que as vestes e toucados configuram-se no próprio farricoco. Considerando o patrimônio tal como Brito (2014: 978) o considera, “um texto que suportou, ao longo do tempo, seleções, inclusões, exclusões, baseadas em diretrizes e interesses”, o que se pretende é fazer com que a discussão sobre a preservação do acervo de têxteis da Procissão do



Fogaréu permita uma aproximação com as questões da destruição, mudanças de sensibilidade e ação do tempo, a fim de que sejam estabelecidos critérios para que este permaneça vivo e se converta em renovação da memória daqueles que por ele um dia mostraram interesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por representações de um passado que pudesse alavancar a Cidade de Goiás acabou por possibilitar o retorno das tradições envolvendo a Procissão do Fogaréu. Após mais de meio século rompendo com a hegemonia da linguagem verbal para despertar a sensibilidade estética e criativa dos indivíduos propiciando uma leitura das implicações culturais, políticas, econômicas e sociais, captando as flutuações e mudanças do ar dos tempos e consagrando as tradições, os têxteis que ajudaram a dar forma ao atávico farricoco passarão por substituição, onde as quarenta vestes atuais serão trocadas por sessenta novos trajes.

Restando demonstrado que, ao imporem-se como objetos portadores de memória e artigo que viabiliza a manifestação do patrimônio imaterial “da e na” Cidade de Goiás, as vestes e toucados elaborados por Goiandira Ayres do Couto projetaram os encapuzados e a Cidade de Goiás para o mundo, transformando o farricoco em símbolo de emancipação e emblema necessário à memória coletiva, percebeu-se que, concomitantemente à substituição dos trajes da Procissão do Fogaréu, faz-se necessário levantar um debate acerca da regulamentação de atos formais para a sua preservação e prudente tutela.

Logo, considerando o objeto têxtil no processo de formação da identidade da figura folclórica do farricoco, espera-se encontrar respostas sobre “Como e Por quê” as vestes do ato paralitúrgico contribuíram para que o farricoco se transformasse em emblema, signo minemônico necessário à memória coletiva e, por conseguinte, como o processo de renovação do guarda-roupa da Procissão do Fogaréu, como prática que evoca a necessidade de se preservar as visualidades materiais e imagéticas do Patrimônio Imaterial, pode oportunizar a preservação do bem cultural e contributo material da artista plástica Goiandira Ayres do Couto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, João; PRADO, Luís Andre do Prado. **História da moda no Brasil**: Das influências às autorreferências. São Paulo: Pyxis Editorial, 2011.

BRITTO, C. C. A terceira margem do patrimônio: o rio Vermelho e a configuração do habitus vilaboense. **Diálogos**, v. 18, n.3, p. 975-1004, set.-dez./2014. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/33914/pdf>. Acesso em: 25 de abr. de 2022.

BRITTO, C. C. **Luzes e trevas:** estudos sobre a Procissão do Fogaréu da Cidade de Goiás. Rio de Janeiro: Coriféu, 1ª edição, 2008.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação e Realidade, v. 22, n.2, 1997, p.15 – 46. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em 19 de maio de 2022.

KANDINSKY, Wassily. **Do Espiritual na Arte e na pintura em particular**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MUBAN. Site do Museu das Bandeiras. Disponível em: https://museusibramgoias.acervos.museus.gov.br/museu-das-bandeiras/tear/?perpage=12&order=ASC&orderby=meta_value&metakey=81804&pos=311&source_list=collection&ref=%2Fmuseu-das-bandeiras%2F. Acesso em: 25 de maio de 2022.

NORA, Pierre, Entre memória e História. A problemática dos lugares. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, out. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 20 de abr. de 2022.

PASSOS, Elder Camargo de. **Goyaz:** de arraial a patrimônio mundial. Goiânia: Kelps, 2018.

PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio cultural:** consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009, 136 p.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Direito ao (do) Patrimônio Cultural Brasileiro**. Belo Horizonte: Forum, 2009.

TOLENTINO, Átila. **O que não é educação patrimonial:** cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: BRAGA, E. O.; TOLENTINO, A. (Org.). Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. IPHAN-PB: Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016, p.12 – 24. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/caderno_tematico_educacao_patrimonial_05.pdf. Acesso em 20 de maio de 2022.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría Contemporánea de La Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003.

MOVIMENTOS PELA PATRIMONIALIZAÇÃO E O JÓQUEI CLUBE DE GOIÁS

Natane Rincon Azevedo³⁴³

RESUMO

O Jóquei Clube de Goiás é um clube esportivo elitizado que quase foi demolido em 2017. Localizado no centro de Goiânia, o clube foi inaugurado antes do batismo cultural da cidade. Assim, quando em 2017 os principais jornais de Goiânia noticiaram que o Jóquei Clube poderia ser vendido e demolido, surgiu um movimento social urbano, nomeado nas redes sociais de #salvejóquei, com o objetivo de “salvar” o prédio da destruição. Simultaneamente, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO), cuja vice-presidente era líder do movimento, também entrou com o pedido de tombamento do edifício junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Partindo da premissa de que os movimentos pela patrimonialização de bens culturais são uma ramificação dos movimentos sociais urbanos, este trabalho propõe analisar a relação entre o Jóquei Clube de Goiás e o espaço urbano goianiense, buscando compreender o que moveu parte da população a se mobilizar para salvá-lo e transformá-lo em um patrimônio cultural.

Palavras-chave: Jóquei Clube de Goiás, patrimônio cultural, movimentos sociais urbanos.

INTRODUÇÃO

O Jóquei Clube de Goiás quase foi vendido no final de 2017 e a sua sede corria o risco de ser demolida. Para salvar o prédio, o movimento joqueano surgiu em resposta, nomeado nas redes sociais de #salvejóquei. A liderança do movimento, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) entrou com um processo para o tombamento da sede esportiva. Em parte por conta do movimento, mas principalmente por causa de outro processo jurídico da Prefeitura de Goiânia, a venda foi cancelada.³⁴⁴ Esses eventos receberam uma ampla cobertura dos principais jornais de Goiânia, *O Popular*, *Diário da Manhã* e *Jornal Opção*. A minha Dissertação de Mestrado tem como objetivo analisar a representação do movimento joqueano e do processo de tombamento do Jóquei Clube de Goiás pelos jornais *O Popular*, *Diário da Manhã* e *Jornal Opção*, e como essa representação

³⁴³ Formada em Jornalismo (FASAM), especialista em História e Cultura (UFG), atualmente mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob orientação do prof. Dr. Yussef Campos. Bolsista FAPEG.

³⁴⁴ A Procuradoria Geral do Município de Goiânia entrou na justiça pela suspensão da venda, porque a alienação da propriedade poderia ser considerada fraude à execução fiscal enquanto houvesse débitos do Jóquei Clube de Goiás junto à municipalidade.

se relacionaria com a história das lutas pela patrimonialização dos bens culturais no Brasil e em Goiânia.

Assim, a dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro capítulo dedica-se ao tópico dos movimentos sociais pela patrimonialização. Como Rodrigues (2001), trabalhamos com a hipótese de que um dos principais objetivos desses movimentos é a gestão urbana coparticipativa. Além disso, o pedido de tombamento aparece constantemente como um “instrumento” percebido pelos movimentos como a maneira mais eficaz de proteger o bem cultural a curto prazo. Assim, o capítulo também analisa o parecer para o tombamento do Jockey Clube de Goiás e o documento do Iphan indeferindo esse pedido.

Já o segundo capítulo analisa as mudanças nas práticas sociais no espaço urbano de Goiânia ao longo do século XX e início dos anos 2000. Também verifica como essas mudanças afetaram a relação da cidade com o seu patrimônio cultural e com o Jockey Clube de Goiás especificamente. A sede original do clube fora demolida na década de 1970, dando lugar a um novo edifício com projeto do renomado arquiteto paulista Paulo Mendes da Rocha. Na época, a demolição também causara indignação em parte da população. Embora não tenha resultado em uma mobilização, essa indignação se juntaria a insatisfação social crescente da população com a perda dos monumentos que remeteriam a origem da cidade.

Enquanto isso, o terceiro capítulo pretende enfocar a representação do movimento para salvar o clube na mídia goianiense. Com essa finalidade, optou-se pelos três jornais impressos mais significativos: *O Popular*, *Diário da Manhã* e *Jornal Opção*. A estrutura da dissertação busca trilhar um caminho que primeiro conceitua teoricamente os movimentos pela patrimonialização no Brasil e em Goiânia, em seguida busca compreender a relação do Jockey Clube de Goiás com o espaço urbano goianiense, para então finalmente chegar na sua destinação: a representação jornalística do movimento social para salvar o Jockey Clube. Quais aspectos foram destacados pelos jornais? Como é representada a relação desse bem cultural com a história e a memória da cidade? Afinal, com base em Fonseca (2017), um patrimônio cultural é uma narrativa – ou um discurso – construído sobre o passado.

Assim, seguindo o trajeto da pesquisa, esta comunicação aborda os dois primeiros capítulos: os movimentos pela patrimonialização, sobretudo em Goiânia, e a relação do Jockey Clube de Goiás com o espaço urbano da capital goiana. Esperamos demonstrar que a relação do clube com a história da patrimonialização brasileira antecede em várias décadas o movimento ocorrido em 2017. Afinal, tal como o Jockey Clube remete à origem da cidade, também esteve presente no começo da preocupação com o patrimônio cultural de Goiânia.



MOVIMENTOS SOCIAIS PELA PATRIMONIALIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS

De acordo com Viana (2016), um movimento social é sempre composto por um grupo social. Portanto, há na sua base um conjunto de pessoas que compartilhariam semelhanças advindas de sua corporeidade, situação ou cultura, que formariam um movimento quando se mobilizassem a partir de alguma insatisfação social. No caso dos movimentos pela patrimonialização, esses seriam compostos pelos moradores das cidades e dos bairros em que os bens culturais alvos de reivindicações estão inseridos. Dessa maneira, a base desse movimento seria um grupo social situacional. As características necessárias para que haja um movimento social, ainda com base em Viana (2016), são: um grupo social se mobilizando; a situação social que gera a insatisfação social; o senso de pertencimento ao grupo e os objetivos em comum. Os movimentos sociais tendem a gerar ramificações, como ONGs, protestos, entre outros atos, que são uma “manifestação” desse movimento maior. Dessa forma, os movimentos pela patrimonialização seriam um desdobramento de um movimento maior de “moradores”: os movimentos sociais urbanos.

Segundo Guimarães (2015), a enorme segregação espacial é um dos principais problemas das cidades brasileiras atualmente. Essa segregação resulta em pessoas despejadas de suas casas e no isolamento da elite “em verdadeiros guetos de luxo” (GUIMARÃES, 2015: 724). Para a autora, as reivindicações dos movimentos sociais urbanos historicamente têm como primeiro interlocutor as estruturas governamentais. Assim, as conquistas dos movimentos sociais urbanos, “ora expressam demandas essencialmente jurídicas e institucionais, ora se confundem com os processos de luta gerados, ponto de encontro/confronto de interesses distintos e antagônicos na condução da política pública urbana” (GUIMARÃES, 2015: 730). Os políticos, muitas vezes, atuam como intermediários entre as reivindicações que se originam nesses movimentos e o poder público. Essas figuras podem se colocar como “protetoras das comunidades locais”, percebendo-as como uma base eleitoral em potencial. Os problemas do espaço urbano são particularmente interessantes para essas figuras, pois haveria um perfil de eleitor determinado, com base na categoria de problemas urbanos que lhe aflige, podendo adequar mais facilmente o discurso para essa base.

Em que ponto o patrimônio cultural passou a ser alvo de reivindicações populares? De acordo com Rodrigues (2001), a percepção do patrimônio cultural como um direito social foi fundamental para que surgissem as mobilizações pelos bens culturais urbanos no Brasil. “Na segunda metade da década de 1970, já surgiam manifestações da sociedade através de movimentos populares pela melhoria da qualidade de vida e da urbanização dos bairros” (FONSECA, 2017: 143). A crise econômica e de legitimidade do regime militar teria levado também a uma crise da modernização



implantada pelo regime. Durante o período da redemocratização, a Constituição de 1988 ampliou a definição de patrimônio cultural no art. 216. “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, as primeiras mobilizações pela patrimonialização ocorreram em São Paulo (SP) nas últimas décadas do século XX. Segundo Rodrigues (2001), uma parcela significativa das lutas pelo tombamento teve origem nas associações de bairros, principalmente de classe média e classe média/alta. A autora lista três bases da cidadania presentes na estruturação dessas mobilizações sociais: gestão urbana coparticipativa, retomada da esfera pública e território como seu *locus* preferencial. As mobilizações e a difusão da causa preservacionista foram impulsionadas pelo processo de democratização do patrimônio cultural nas últimas décadas do século XX. Assim, haveria também quatro orientações permeando o discurso preservacionista: “1) Urgência de salvaguarda; 2) Retorno ao passado; 3) Refúgio identitário; 4) Legitimidade cultural” (RODRIGUES, 2001: 16).

A urgência da salvaguarda é a disseminação da consciência patrimonial, que colocaria não preservar como um “sacrilégio”. Essa ameaça, real ou imaginária, do esquecimento ou da destruição dos bens culturais ou naturais, moveria as pessoas a se mobilizarem para salvá-lo. Dessa maneira, “o tombamento surge, muitas vezes, como um recurso extremo a fim de garantir a manutenção de marcos e referenciais urbanos significativos” (RODRIGUES, 2001: 39). Assim, podemos apontar duas características principais dos movimentos pela patrimonialização: a insatisfação social que gera o movimento geralmente é o risco da perda de um bem cultural; como o objetivo é impedir a perda, o pedido de tombamento aparece como um instrumento eficaz para a manutenção do bem a curto prazo. Além disso, esse é o único papel reservado ao movimento e à sociedade civil no processo de patrimonialização junto aos órgãos públicos, limitando-se a solicitação da abertura do processo de estudo de tombamento e a divulgação da sua luta (RODRIGUES, 2001).

Em Goiânia e Goiás, José Mendonça Teles³⁴⁵ se sobressaiu como o grande defensor do patrimônio cultural goiano nas últimas décadas do século XX. Inspirado pelos intelectuais de outros estados, o escritor, jornalista, historiador e agente estatal José Mendonça Teles contribuiu para a legislação estadual e municipal. “Em Defesa de Goiânia comprova as lutas de quem nunca se omitiu e sempre soube mobilizar opiniões, reunir esforços, conjugar ideais, abrir canais, construir pontes para a defesa de uma cidade. (SAMPAIO, 2011: 10) O prefácio do livro *Em Defesa de Goiânia*,

³⁴⁵ José Mendonça Teles (1936-2018) foi jornalista, professor e historiador, Secretário de Cultura de Goiânia e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.



ênfatiza que Teles não agia sozinho. Embora não seja possível afirmar que houveram “movimentos sociais pela patrimonialização” nesse período, as crônicas, artigos e editoriais de Teles – publicados em jornais da capital, como *O Popular* – influenciaram uma parcela da população local a se preocupar com a causa preservacionista.

Segundo Oliveira (2015), da década de 1960 em diante, Goiânia passou por um intenso processo de desenvolvimento urbano, especulação imobiliária e crescimento desenfreado. Assim, o traçado inicial da cidade, concebido pelo urbanista Attilio Corrêa Lima na década de 1930, resistiu apenas até 1950. No mesmo período, a cidade também cresceu verticalmente, com a construção de prédios. “A Goiânia de Attilio Corrêa Lima começava, então, a se desvanecer diante dos novos impulsos modernizantes” (OLIVEIRA, 2015: 62). Esse processo viria a se agravar durante a Ditadura Militar, pois as escolhas dos sucessivos governantes nomeados pelo regime ocasionaram em intensas alterações no espaço urbano.

O estado deteriorado das edificações históricas do núcleo inicial da cidade justificaria “sua eliminação em nome do bem-estar coletivo, [...] configurando-se como mais um revés oriundo da renovação do discurso progressista que, agora, vitimizava a história da cidade que ele mesmo ajudou a criar” (OLIVEIRA, 2015: 67). Assim, no final da década de 1970, a destruição do Coreto da Praça Cívica causou revolta na população, consequentemente isso fez o poder público recuperar as características originais do monumento “após uma série de apelos populares” (OLIVEIRA, 2015: 67). Dessa década em diante, surgiram as primeiras iniciativas para a preservação “dos testemunhos materiais da construção da capital. A motivação para essas ações partiu da reação à demolição de alguns edifícios do núcleo pioneiro da cidade, como a antiga sede do Jôquei Clube, a Santa Casa de Misericórdia e residências pioneiras da Rua 20” (OLIVEIRA, 2015: 90-91).

Nesse contexto, José Mendonça Teles foi convidado pelo então presidente da Fundação Cultural de Goiás, Jacy Siqueira, a elaborar um projeto que se tornaria a Lei nº 8.915, de 13 de outubro de 1980, dispondo sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico estadual de valor excepcional. Porém, a preocupação com os bens culturais de Goiânia o estimulava a fazer um pronunciamento em sua defesa no Conselho Estadual de Cultura, em 2 de setembro de 1981 (TELES, 2011). Desse pronunciamento resultaria o despacho nº 1.096, de 1982:

Governo do Estado de Goiás *Processo do CEC nº 302/81 (2100-2299/82), em que JOSÉ MENDONÇA TELES propõe o tombamento de bens imóveis de inestimável valor histórico. DESPACHO Nº 1.096/82* – Face aos pronunciamentos e informações constantes dos autos, resolvo, nos termos do art. 32 da Lei nº 8.915, de 13 de outubro de 1980 e demais disposições pertinentes, determinar o tombamento dos seguintes bens: Praça Cívica, Prédio do Grande Hotel, Relógio da Avenida Goiás, Liceu de Goiânia, Teatro Goiânia, Prédio da Justiça Federal, que abrigou a



Faculdade de Direito da rua 20, Lago das Rosas, Casa de Pedro Ludovico Teixeira, Ateneu Dom Bosco, Estação Ferroviária, Prédio do antigo Grupo Escolar “Modelo”, Igreja do Sagrado Coração de Maria, Igreja do antigo Seminário dos Padres Redentoristas, Sede do Fórum e da Prefeitura Municipal de Campinas, Prédio da Escola Técnica Federal de Goiás, todos descritos no expediente de fls. 2/6. Para as devidas providências, encaminhe-se o processo à Fundação Cultural de Goiás. Goiânia, 18 de outubro de 1982 Ary Ribeiro Valadão GOVERNADOR DO ESTADO (Teles, 2011: 31).

Todos os pedidos de tombamento feitos por Teles foram acatados. Entretanto, em “1998, ocorre uma segunda leva de tombamentos estaduais em Goiânia, por intermédio do Superintendente de Memória e Patrimônio Cultural da Secretaria de Cultura do Estado, Adovaldo Fernandes Sampaio. Trata-se do Decreto nº 4.943/1998” (OLIVEIRA, 2015: 103). Essa leva também incluiu itens da primeira leva de tombamentos, sob alegação de falta de validade jurídica do despacho. Por fim, o Núcleo Pioneiro de Goiânia e Campinas foi tombado pelo Iphan em 18 de novembro de 2003, tornando-se um patrimônio cultural nacional sob o discurso de possuir um acervo arquitetônico de *art déco*, diferindo-se do discurso de Teles, que focava na ameaça de destruição desses bens culturais e na sua relevância para a história da cidade.

JÓQUEI CLUBE DE GOIÁS

Como vimos, a perda da primeira sede do Jockey Club de Goiás causou uma insatisfação social em parte da população, que contribuiu para que houvesse uma reação para a possível destruição de outros bens culturais do Núcleo Pioneiro de Goiânia. Contudo, quais seriam as causas para o “abandono” da segunda sede, construída na década de 1970? Primeiramente, o Automóvel Clube de Goiás teve o lançamento da sua pedra fundamental em 28 de agosto de 1935. Em julho de 1943, passou a se chamar Jockey Club de Goiás. Esse era um clube social da elite, que fazia festas fechadas e tinha como frequentadores funcionários públicos, políticos e alguns fazendeiros. Por exemplo, Cirano de Bergerac³⁴⁶, no *Jornal de Notícias (GO)*, apelidou o clube de “O Aristocrático”. O Jockey “foi o ponto de encontro da elite social de Goiânia. Ser sócio desse clube era uma marca distintiva de status social. Ele também servia para discriminar a população de Campinas, impedida de participar dos famosos bailes de carnavais da época” (OLIVEIRA, 1999: 45).

Ainda segundo Oliveira (1999), Goiânia seria uma cidade culturalmente provinciana até a década de 1960. “Provinciana” relaciona-se aos conceitos de tradição, de comunidade e de cidade

³⁴⁶ Jovecy Fleury de Amorim escreveu na coluna “Gente bem” do *Jornal de Notícias (GO)* sob o pseudônimo de Cirano de Bergerac.



pequena. Portanto, Goiânia até esse momento era uma cidade em que todos se conheciam; em que membros da elite usavam as dependências do Jockey Clube de Goiás para apresentar as filhas para a “sociedade”; quando as pessoas iam de mesa em mesa cumprimentar uns aos outros nas festas. Os eventos do Jockey divulgados na coluna de Cirano de Bergerac eram variados: apresentações musicais; bailes de caridade; concursos de beleza feminina e de homens mais influentes; manhãs e “jantares-dançantes”.

Além disso, o clube teve algumas questões políticas. Por exemplo, a Prefeitura de Goiânia o convocou “amigavelmente” a pagar uma dívida de Cr\$14.400,00 do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), em 29 de março de 1959, por meio de uma nota no *Jornal de Notícias (GO)*. Em 1954, um requerimento na Assembleia Legislativa do deputado Lisboa Machado (UDN) questionou o descumprimento do orçamento estadual pelo governo e um possível uso eleitoreiro na distribuição dos lucros líquidos da Loteria do Estado. Na ocasião, o Jockey Clube poderia receber Cr\$ 200.000 do governo estadual, o que foi criticado pelo deputado. Em 1957, o Jockey recebeu uma doação de terras por parte do governo estadual e da empresa Coimbra Bueno. Em 5 de janeiro de 1957, nas dependências do clube, o governador de Goiás, José Ludovico de Almeida³⁴⁷, e o engenheiro Abelardo Coimbra Bueno assinaram a doação das terras. Rememorando esses eventos, *O Popular* (2017) e o *Jornal Opção* (2018) apontariam que a área doada fora de cerca de 22 mil metros quadrados.

Porém, na década de 1960, novos clubes sociais reduziram o brilho do Jockey Clube de Goiás. “Do período que vai de 1964 a 1974, Jockey Clube ficou em reforma, perdendo a população de Goiânia o seu principal local de encontro” (OLIVEIRA, 1999, p. 68). Portanto, a demolição da primeira sede levou a população de Goiânia a procurar o lazer em outros clubes sociais e em outras atividades. Focando apenas nos clubes sociais e esportivos, a maioria contava com ambientes mais modernos, maior área física e programas mais amplos de lazer. Assim, em 1962, a diretoria fez um concurso nacional para arquitetos projetarem uma nova sede social para o Jockey (JORDANO, 2017). Os arquitetos Paulo Mendes da Rocha (1928-2021) e João Eduardo de Gennaro (1928-2013) ganharam o concurso. O prédio original foi demolido e o clube ficou fechado entre 1964 e 1974 (OLIVEIRA, 1999).

Como mencionado anteriormente, de acordo com Oliveira (1999), a cidade passou por mudanças nas práticas sociais da população entre 1960 e 1980, por causa do crescimento demográfico acentuado; da maior complexidade na divisão de trabalho; das novas formas de moradia, lazer e dos novos meios de transporte. A partir de 1980 até pelo menos 2020, quando a pandemia da Covid-19

³⁴⁷ José Ludovico de Almeida era pai de Francisco Ludovico de Almeida, então presidente do Jockey Clube de Goiás.



alteraria o cenário cultural da cidade,³⁴⁸ o espaço urbano goianiense seria marcado por uma intensificação na relação de Goiânia com o interior de Goiás e pelo acidente radioativo do Césio-137. Além, é claro, do período da redemocratização, que também afetaria os hábitos culturais da população. Após o acidente radiológico, a “mudança de imagem de Goiânia em direção à ecologia foi responsável pela recuperação da imagem positiva da cidade, externamente abalada após o acidente radioativo em 1987” (OLIVEIRA, 1999: 141). A população goianiense buscava “qualidade de vida” e lazeres ligados à natureza, viajando para o interior do estado nos períodos das férias, do carnaval e do ano novo, datas significativas para o Jóquei Clube, que era conhecido pelas festas de ano novo e de carnaval.

Nesse período, o comércio varejista do Setor Central perdia o seu público para os *shoppings center*. As classes altas abandonavam o centro da cidade, comercial e culturalmente. Essas mudanças também ocorreram nas formas de moradias dos habitantes, por meio dos condomínios horizontais fechados e das moradias “verticais”. De acordo com Romualdo (2018), as torres de apartamento se popularizaram em Goiânia nos anos 1950, surgindo primeiro nos setores Central, Oeste e Sul. Porém, em 1960 e 1970, os prédios se expandiriam para outros setores, como Marista e Bueno, até finalmente se espalharem por toda a cidade. “Segundo o PDIG – 2000 [...] foram construídos, entre 1975 e 1985, 4.304 edifícios de apartamento, sendo que, no Setor Central essa produção ultrapassa em poucas unidades a inicial de 1953 a 1975” (ROMUALDO, 2018: 60).

Os condomínios verticais de luxo também aumentaram entre as décadas de 1980 e 1990. Em pouco tempo esses setores se saturaram, o que faria o mercado imobiliário procurar outra tipologia de habitação de luxo, em condomínios horizontais, que “além de guaritas, circuitos internos de TV, eles contam com áreas verdes e de lazer” (SILVA, 2003: 56). Esses locais representariam uma nova forma de habitar a cidade e de fazer uso dos seus espaços urbanos, pois ofereceriam segurança, tranquilidade e qualidade de vida. Esses locais contavam com equipamentos esportivos, quadras e campos para práticas de esportes, pistas de *cooper*, áreas verdes, farmácias, supermercados, etc. sem sair de casa. Eles seriam como “minicidades” dentro do espaço urbano. Em 2003, já haviam quatorze condomínios fechados regularizados em Goiânia, oferecendo formas de lazer para a elite dentro de seus espaços.

Consequentemente, na segunda metade do século XX, o público-usuário do Jóquei Clube passaria por um lento processo de alteração, com uma maior presença da classe média. Entretanto, o

³⁴⁸ A pandemia alterou os hábitos da população por causa das regras de isolamento social. Vários eventos culturais passaram a ser transmitidos *online*. Por exemplo, o Jóquei Clube de Goiás criou um canal no *Youtube* para transmitir as corridas de cavalo no Hipódromo da Lagoinha. O canal continua ativo em 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/JoqueiClubedeGoi%C3%A1s>>.



clube continuou visando à elite como público-alvo e tentou afastar as classes baixas de suas dependências. Realizou reformas na década de 1980, que “buscavam, sobretudo, adequar o clube às novas demandas, solicitadas pelo seu público frequentador, que já temia que o ainda elitista clube sofresse o mesmo processo de popularização que atingia o Setor Central” (BOAVENTURA et al, 2016: 149). Uma dessas alterações foi a criação de um estacionamento privativo, com um muro separando o clube do espaço urbano da cidade. No caso dos condomínios fechados, o “isolamento, por meio do muro e por meio de todos os equipamentos e medidas de segurança, materializa essa divisão social e evita perigosas misturas de pessoas de diferentes classes sociais” (CARVALHO, 2017: 51). Possivelmente o muro do Jóquei Clube de Goiás representaria a mesma função de afastar as classes populares física e simbolicamente das suas dependências.

Além disso, o histórico de inadimplência do clube aumentou consideravelmente na década de 1990 e início de 2000. Má-administração e reformas caras foram outros motivos para a crise financeira do clube. “Eu fui vendo a decadência, porque, antigamente, quando tinha eleição para escolher presidente, era um evento na cidade. Depois foi aquela coisa: parece que ninguém queria mais” (BOAVENTURA et al, 2016: 150). Em 2010, o Jóquei Clube de Goiás fez uma polêmica parceria com a Faculdade Padrão, que utilizaria as dependências do clube como um estacionamento. Uma decisão judicial anulou o acordo, pois o juiz Jair Xavier Ferro, da 10ª Vara Cível, entendeu que o estatuto do clube foi desrespeitado com a negociação de 2,2 mil títulos para a Padrão em troca de que assumisse a dívida, em torno de R\$ 7 milhões na época. Essa dívida chegaria a R\$ 40 milhões em 2017, quando foi cogitada a venda do terreno da sede social do clube para a Igreja Universal (O POPULAR, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O JÓQUEI CLUBE DE GOIÁS pode ser DEMOLIDO! O edifício histórico da sede social, obra prima do modernismo de Paulo Mendes da Rocha, vencedor dos maiores prêmios da Arquitetura Mundial, está sendo vendido por seus associados, após anos de má-administração, com um aparente motivo de sanar as dívidas do clube. Empresários do ramo atacadista disputam a venda com a Igreja Universal. Pretende-se então demolir esse patrimônio arquitetônico e cultural da cidade para construir no lugar um Templo de Salomão ou um grande Atacadão, ambos em seus moldes tipicamente megalomaniacos. O Ministério Público e o IPHAN já estão sendo acionados em nível estadual e federal e devem se posicionar em breve à respeito. Demolir o Jóquei é apagar não só um patrimônio, mas parte da nossa história e identidade! É ignorar um grande potencial equipamento de lazer no Centro da cidade que pode fomentar inúmeras atividades esportivas e culturais à toda população goianiense, tão carente de espaços como esse. NÃO PODEMOS PERMITIR! NOSSA MEMÓRIA NÃO PODE SER DEMOLIDA! O JÓQUEI É NOSSO PATRIMÔNIO! Assine este manifesto e participe do Ato em defesa do patrimônio:



DOMINGO 03/12 em frente à Sede Social do Jóquei Clube. Acompanhe tudo pela página Salve Jóquei no facebook www.facebook.com/salvejoquei “Uma cidade sem seus velhos edifícios é como um homem sem memória” #SALVEJÓQUEI (AVAAZ, [2017])³⁴⁹

Quando a mídia local anunciou a possível venda e subsequente demolição do Jóquei Clube de Goiás no final de 2017, o movimento #salvejóquei criou uma página no *Facebook*, uma petição online para salvar o clube, realizou manifestações na sede social e deu entrada no pedido de tombamento do Jóquei Clube de Goiás. O Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) encomendou o parecer para o arquiteto e urbanista Lucas Jordano, professor da Universidade Federal de Goiás. Estes são os principais argumentos do parecer para o tombamento:

sustentar-se-á, por meio de quatro argumentos, que o edifício em questão deve ser considerado como bem imóvel de excepcional valor artístico e, por isso, deve ser inscrito no Livro de Tombo das Artes Aplicadas, como meio de proteger um patrimônio brasileiro. O primeiro argumento refere-se a inserção do edifício no cenário mundial, representante de um estilo difundido após a Segunda Guerra, e nacional, como experiência importante na construção de um “discurso” ético dentro de um conjunto de ensaios arquitetônicos brasileiros. O segundo argumento visa apontar a divulgação do edifício do Jóquei Clube de Goiás em publicações internacionais, de modo a evidenciar o reconhecimento de sua qualidade diante da heterogeneidade cultural do mundo. O terceiro argumento é o do reconhecimento, também internacional, do principal autor do projeto arquitetônico do edifício, a saber, Paulo Mendes da Rocha, por meio da outorga de condecorações que destacam a importância de sua visão de arquitetura em um cenário global. Por fim, o quarto argumento intenta apresentar a solução ecológica do projeto como paradigma de ação urbana para a cidade de Goiânia. (JORDANO, 2017: 9).

Os argumentos privilegiam a relevância arquitetônica da sede social, não a sua relação com a história e a memória de Goiânia. A ênfase está em um dos arquitetos responsáveis pelo projeto da sede, o paulista Paulo Mendes da Rocha. Andrey Rosenthal Schlee assinou o parecer técnico nº 4, referente ao processo de tombamento do Jóquei Clube de Goiás, para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Com relação ao primeiro argumento, a relevância do Jóquei na obra do arquiteto, “a Sede do Jóquei Club [SIC] de Goiás não faz parte dos edifícios fundamentais ou “paradigmáticos”, como estamos chamando, o que justificaria uma proteção nacional” (SCHLEE, 2019: 9-10).

Os segundo e terceiro argumentos, centrados no reconhecimento internacional do edifício e do arquiteto, receberam como resposta “que o IPHAN não trabalha com tal critério para o acautelamento de bens patrimoniais” (SCHLEE, 2019: 10). Afinal, não haveria “identificação de

³⁴⁹ Em 2022, a petição conta com 1.482 assinaturas.

valores atribuídos ao bem que justifiquem o tombamento federal. Não sendo o “reconhecimento internacional” um valor a considerar” (SCHLEE, 2019: 10). O quarto argumento teve uma resposta mais favorável, porém o Iphan afirma que o Jóquei Clube possui um valor “absolutamente local” (SCHLEE, 2019: 10). O parecer técnico também se posicionou contra o tombamento casuístico, “aquele que se faz não em função precípua do bem a proteger, mas sim como consequência de empreendimento que se deseja impedir” (SCHLEE, 2019: 11). Por fim, o parecer recomenda que caso haja vontade constitucional, caberia ao município de Goiânia ou ao estado de Goiás analisar a possibilidade de acautelamento desse bem. Assim, encerramos este trabalho com um questionamento: dado tudo que foi apresentado nesta comunicação, quão justo é acusar o movimento #salvejóquei de ser motivo por um desejo de impedir a construção da Igreja e não pela proteção do Jóquei Clube de Goiás?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVAAZ. Salve o Jóquei Clube! Disponível em: <https://secure.avaaz.org/community_petitions/po/Populacao_do_municipio_de_Goiania_Brasil_Salve_o_Joquei_Clube/?aCcyBib=&s=1&experiment_source=ajax_fbcb_chk> Acesso em 22 jul. 2022.

AZEVEDO, N. R.. O patrimônio cultural e o espaço urbano: os casos Jóquei Clube de Goiás e estádio Antônio Accioly. In: III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, Resistência e Direitos, 2022, Fortaleza-CE. **Anais do III Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural** [recurso eletrônico]: Patrimônio, Resistência e Direitos, 04 a 08 outubro de 2021.. Fortaleza-CE, 2021.

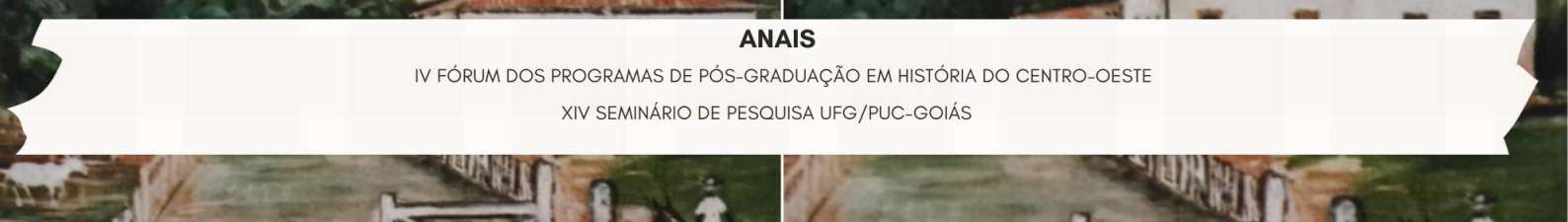
BOAVENTURA, Carolina R., FIACCADORI, Fabrício S., BOAVENTURA, Deusa M. Espaços memoráveis e esquecimento: o Jóquei Clube de Goiás na paisagem do Centro de Goiânia. **REVISTA MIRANTE**, Anápolis (GO), v.9, n.1, jun. 2016.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, Adriana F. **Privê Atlântico – de conjunto habitacional a condomínio**: um caso incomum de valorização imobiliária. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Projeto e Cidade, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.

GUIMARÃES, Maria C. R. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015.



JORDANO, Lucas. Parecer para solicitação de tombamento do edifício sede do Jockey Clube de Goiás. Goiânia, 2017.

JORNAL DE NOTÍCIAS (GO). Edições disponíveis em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>> Acesso em 1 jan. 2022.

OLIVEIRA, Eliézer C. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.

OLIVEIRA, Irina A. **Avenida Goiás: lugar, monumento e memória**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Projeto e Cidade, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2015.

RODRIGUES, Cíntia Nigro. **Territórios do patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

ROMUALDO, Elana. **Edifícios habitacionais em altura no Setor Central de Goiânia (1953-1975): análise tipo-morfológica**. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura – Projeto e Cidade, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018.

SAMPAIO, Adovaldo F. **Cavaleiro sem temor nem jaça**. In: TELES, José Mendonça. **Em defesa de Goiânia**. 2 ed. Goiânia: Kelps, 2011.

SCHLEE, Andrey R. **PARECER TÉCNICO nº 4, DEPAM: Processo de tombamento número 1846-T-18, referente ao Jockey Clube de Goiás, no município de Goiânia, Estado de Goiás**. Proc. 01516.900398/2017-95. Brasília, 17 jun. 2019.

SILVA, Rosana F. da. **Condomínios horizontais fechados em Goiânia**. Um caso: Privê Atlântico. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2003.

TELES, José Mendonça. **Em defesa de Goiânia**. 2 ed. Goiânia: Kelps, 2011.

VIANA, Nildo. **Os movimentos sociais**. Curitiba: Primas, 2016.

MULHERES E O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: UMA BREVE DISCUSSÃO A PARTIR DO FILME *QUE HORAS ELA VOLTA?* (2015)

Jackeline Kojima Matias Ikuta³⁵⁰

RESUMO

Esta comunicação tem como intuito realizar uma breve discussão sobre a representação das mulheres no filme *Que horas ela volta?* (2015), da diretora Anna Muylaert, com enfoque na personagem da trabalhadora doméstica. O filme aborda em seu enredo discussões e questionamentos sobre as relações de poder coloniais envolvendo a vida de mulheres que exercem essa função, principalmente sua subalternização e exploração. Restritas de ações no ambiente público, a representação no filme do trabalho doméstico reflete a anulação da importância que a mão de obra reprodutora é para sociedade patriarcal. Diante disso, objetiva-se refletir sobre o papel da mulher na sociedade contemporânea brasileira e as relações estabelecidas entre a patroa, a trabalhadora doméstica e a filha da trabalhadora que são apresentadas no filme. Espera-se que esses debates proporcionem a desnaturalização sobre a atuação das trabalhadoras domésticas na contemporaneidade, desconstruindo discursos que reafirmam estereótipos de inferiorização

Palavras-chave: História das mulheres; Cinema; Gênero; Trabalhadora doméstica.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação é um recorte do meu projeto de mestrado em História intitulado “*COMO SE FOSSE DA FAMÍLIA*: representação da trabalhadora doméstica a partir do filme *Que horas ela volta?* (2015)”. No trabalho, a discussão se propõe analisar a representação da mulher na produção cinematográfica *Que horas ela volta?* (2015) da diretora Anna Muylaert, com enfoque na protagonista, uma empregada doméstica, migrante do Estado de Pernambuco.

Os debates sobre a atuação de mulheres em espaços públicos e privados tem se tornado frequente, principalmente como pauta dos movimentos feministas a partir da década de 1980. A história das mulheres é propulsora de novos posicionamentos e críticas em relação a produção dos discursos que marginalizavam os grupos considerados “minorias”, em relação aos homens descritos

³⁵⁰ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – MS. Orientada pela professora Dr.^a Ana Maria Colling. Bolsista Capes. Email: jackeline.ikuta@gmail.com.



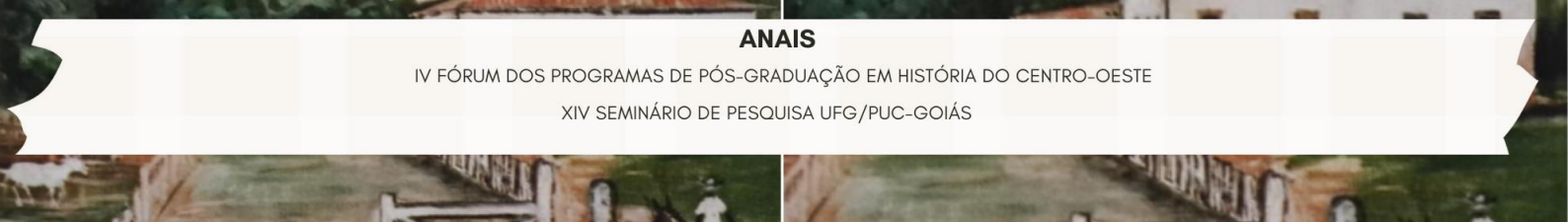
como padrão universal (brancos, europeus, heterossexuais, casados, comerciantes). Silenciadas e invisibilizadas, as mulheres eram descritas enquanto “naturalmente” inferiores em relação aos homens, e seu lugar social era destinado ao doméstico.

O filme *Que horas ela volta?* lançado no ano de 2015, possui um enredo crítico a sociedade brasileira e as relações de poder coloniais que perpassam a vivência de múltiplas mulheres. A obra, possibilita a reflexão sobre a estrutura hierárquica de gênero, raça e classe, envolvendo três mulheres com experiências e oportunidades de vida diferentes (a patroa Bárbara, a empregada Val e sua filha Jéssica). Além da desigualdade subentendida e explorada na relação entre a patroa versus a trabalhadora, a trama apresenta Jéssica, a filha da trabalhadora, que assim como a mãe deixa seu filho no Estado de Pernambuco e migra para São Paulo em busca de uma “vida melhor”. A personagem de Jéssica representa a oportunidade em uma possível quebra dessa estrutura, ela não se conforma com as desigualdades e se opõe de forma crítica.

O longa-metragem, ganhou 19 prêmios ao redor do mundo, sendo dois deles o Festival de Sundance e o Festival de Berlim, além de contar com mais de 30 indicações. A diretora e roteirista, Ana Luiza Machado da Silva Muylaert ou Anna Muylaert, se formou na Escola de Comunicações e Artes (ECA) na USP. Traçou uma carreira com posicionamentos críticos e quebras de estereótipos sendo expressados principalmente através de seus filmes.

O primeiro longa-metragem produzido pela diretora foi *Durval Discos* de 2002, através dele recebeu indicações e prêmios de melhor roteiro no 20º Festival de Torino e melhor filme, diretora e roteiro no 30º Festival de Gramado. Posteriormente foi produzido *É proibido fumar* de 2009, *Chamada a cobrar* de 2012, *Que horas ela volta?* de 2015, e *Mãe só há uma* de 2016. Além disso, no início de sua carreira realizou curtas-metragens, críticas sobre cinema em jornais e revistas e participou no roteiro e criação de programas da TV Cultura como *Castelo Rá-Tim-Bum* nos anos de 1994 a 1997, e *Mundo da Lua* de 1991 a 1992.

Nesse sentido, a discussão dessa proposta de comunicação oral se direciona enquanto recorte de análise do filme e as relações sociais que configuram afetividade e subalternidade entre as mulheres que se apresentam no enredo. Sendo uma delas, o ponto crítico de “mostrar” o que há muito tempo estava “invisível” nos cotidianos portas-adentro das grandes casas paulistanas que contratam o serviço das mulheres trabalhadoras domésticas.



HISTÓRIA DAS MULHERES: CINEMA, GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE

A história das mulheres vem reivindicando novos posicionamentos e olhares para a construção de discursos que rompem com o padrão eurocêntrico de poder, em que os homens constituem o centro de representação da humanidade. A primeiro momento, pesquisadores e pesquisadoras priorizaram análises que as tirassem do “enclausuramento” do ambiente doméstico, a desnaturalização da inferioridade biologicamente instituída em relação aos homens e o posicionamento crítico diante da luta por igualdade de direitos.

A historiadora Michelle Perrot em *Minha História das Mulheres* (2007) retrata que por séculos as mulheres foram deixadas no anonimato. Suas ações e criações não tiveram lugar na história como as dos homens. Quando se “ouvia” falar de mulheres, era por um olhar masculino que as enquadravam basicamente enquanto seres inferiores. Pesquisar sobre a temática nos leva a novas interpretações, perspectivas em que o silenciamento causado pelas ações dos discursos naturalizados através do tempo sejam questionados.

Nesse sentido, reconhecer que as mulheres são sujeitas ativas da história, que possuem historicidade, ressaltando o caráter discursivo do campo historiográfico que as deixaram às margens das narrativas, não apenas torna “visível” metade da humanidade, mas proporciona reflexões sobre as estruturas e relações de poder consideradas inatas, desestabiliza identidades e proporciona compreender a complexidade e multiplicidade da categoria mulheres.

A História enquanto ciência, ao que se refere ao século XIX, era produzida majoritariamente por homens historiadores. Dessa forma, eles davam sentido às suas produções através de uma perspectiva de um “sujeito único universal masculino”, e às mulheres, confinadas nessas representações, não haviam possibilidades de expressar suas experiências e singularidades. Incluir as mulheres na história, de acordo com a pesquisadora Ana Maria Colling (2019), é um ato que não apenas as incluem aos discursos, mas uma ação que afeta a humanidade e sua construção social.

Neste sentido, os estudos de gênero possibilitam um aprofundamento aos discursos perpetuados ao longo do tempo que construíram e legitimaram a condição social de inferioridade das mulheres em relação aos homens. As desigualdades que se reafirmaram por instituições de poder, consolidaram as discriminações em termos binários hierarquizados socialmente, em que os homens foram vistos enquanto a razão e as mulheres como seres irracionais.

Desta forma, a partir da pesquisadora Joan Scott, gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p. 86), sendo necessário compreender, nesta perspectiva de



gênero, sobre a produção de linguagens e mecanismos simbólicos que (re)produzem as relações sociais que ainda valorizam uma estrutura hierárquica patriarcal.

Joan Scott (1995) cita que as/os historiadas/os devem “mudar alguns hábitos de trabalho”, entender como e porque foram dadas essas representações ao decorrer do tempo. Que simbologias elas representam para a sociedade e na construção do ser mulher. Que relações de poder essas interpretações consolidam. A partir disso ampliar os olhares para as novas perspectivas, a mulher enquanto personagem ativo em que seja incluída na política e economia. A autora parte então do pressuposto que essas análises abrem o leque para que não fique restrito esses estudos a apenas o sexo, mas a classe e raça.

Dessa forma, não apenas relacionada com o gênero, as diferentes formas de opressão se interseccionam a raça, classe, geração, entre outros. As mulheres em geral, não configuram um único grupo em que são “encaixadas”. Mas, são diversas, plurais, que transitam e reinventam suas identidades. Cada qual com sua individualidade, particularidade, experiências e vivências, que são importantes de serem analisadas.

Neste sentido, a discussão proposta para o trabalho de dissertação que está em desenvolvimento reflete sobre o cotidiano de uma empregada doméstica, protagonista do filme *Que horas ela volta?* (2015), roteirizado e dirigido por Anna Muylaert. O enredo, crítico a sociedade brasileira que ainda reflete relações de poder coloniais e patriarcais de patrões/as com suas/o empregadas domésticas, discute também a inserção da população pobre e marginalizada do país em ambientes considerados exclusivamente de uso da classe média alta.

O filme, protagonizado pela personagem Val, uma empregada doméstica interpretada pela atriz Regina Casé, é uma migrante do Estado de Pernambuco. Em São Paulo, ela consegue emprego na casa do casal Bárbara e Carlos, onde trabalha por treze anos e praticamente cria o único filho do casal, Fabinho. Sendo mãe, ela deixa a filha Jéssica aos cuidados da tia em Pernambuco e envia dinheiro todo mês para o sustento da filha.

Nesse sentido, *Que horas ela volta?* (2015) é considerado um dos primeiros filmes a retratar o universo das trabalhadoras domésticas como enredo principal da trama, Anna Muylaert apresenta o mundo pouco glamoroso dessa realidade, enfatizando como as relações domésticas no Brasil ainda são embasadas em uma pirâmide misógina e desigual, com profundas raízes no patriarcado e na sociedade escravagista. A obra cinematográfica ainda possibilita a reflexão sobre como as experiências e realidade de vida são diferentes entre as três mulheres presentes no enredo, sendo elas a patroa, Bárbara, a empregada doméstica, Val, e a filha da empregada doméstica, Jéssica.



Dessa forma, ressalta-se que as mulheres que desempenham a função de trabalhadoras domésticas remuneradas no Brasil, na maioria das vezes, se diferenciam das realidades vivenciadas por mulheres que contratam os seus serviços. Realidades de vidas diferentes que se entrelaçam no serviço prestado.

Nesta perspectiva, as questões que envolvem as relações de gênero devem ser consideradas enquanto atravessadas por outras categorias de discriminação social. A autora Kimberle Crenshaw entende que mulheres sofrem subordinações interseccionadas entre gênero, raça, classe, etnias, dentre outras. Segundo Crenshaw, *“a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”* (CRENSHAW, 2002, pág. 177).

Nesta dinâmica, compreendemos como um importante marcador social para a pesquisa, a trajetória migratória de mulheres da região nordeste para o sudeste em busca de trabalho, novas perspectivas de vida e sustento para família, que se interrelaciona com as demais categorias. Sendo assim, não se trata apenas de especificar as variadas formas de discriminações existentes, mas considerar as construções estruturais que classificam, vulnerabilizam e marginalizam grupos sociais, não considerando apenas uma forma de opressão, mas sim, como elas se relacionam.

Propomos salientar nessa discussão, que a autora Lélia Gonzalez já inseria a discussão de gênero, raça e classe no Brasil em 1982. Em seu texto no *Jornal Mulherio* *“E a trabalhadora negra, cumé que fica?”* (1982), ela questionou o lugar das trabalhadoras negras na sociedade brasileira, e quais marcas sociais e estruturais ainda carregavam após quase 100 anos da abolição. Situações que possivelmente podemos perceber que ainda são vivenciadas por mulheres negras e periféricas nos dias atuais.

No que se refere a uma obra cinematográfica, no sentido de trabalhar com um objeto de arte, há a necessidade de delimitar a compreensão de realidade e verdade. Uma vez que, a busca pela verdade na história segue outro rumo, segundo Sandra Pesavento (2005), o historiador não mais busca relatar fatos em que estejam pautados na verdade absoluta, mas se lançar a um campo de possibilidades de interpretações e análises. Cabe assim, compreender a verdade do simbólico, a realidade figurativa da obra, assim como as representações construídas.

O filme, neste sentido, pode ser visto enquanto um Artefato Cultural que permite tecer reflexões da condição social que atravessa o cotidiano das mulheres trabalhadoras domésticas brasileiras. Enquanto produtor de sentidos, práticas e representações como um ato criativo, ele é percebido como um “objeto de análise crítica e científica do real” (ITUASSU, In HALL, 2016, p.

11), do contexto que a diretora está inserida e como as relações de poder atravessam sua forma de “ver o mundo”.

Convém ressaltar, que por estar inserida em uma profissão considerada majoritariamente masculina, Anna Muylaert descreve que houve muita resistência e discriminação por parte dos colegas de profissão, no sentido de que querem que as “mulheres façam sucesso, até certo ponto”³⁵¹. Sendo ainda no Brasil, um campo ainda que gera invisibilidade às mulheres que dirigem filmes em relação aos homens, com ênfase na exclusão quando o assunto é mulheres negras ou indígenas (BESSA, 2019).

Com o lançamento do filme *Que horas ela volta?* (2015), neste sentido, a diretora foi considerada o grande nome do cinema brasileiro. O filme foi aclamado pelo público e crítica, ganhou 19 prêmios ao redor do mundo, sendo dois deles o Festival de Sundance e o Festival de Berlim, contou com mais de 30 indicações e foi a obra indicada pelo Brasil para concorrer ao Oscar de melhor filme estrangeiro naquele ano (KANITZ, 2019).

Anna Muylaert tem a característica em seus filmes de priorizar o protagonismo de mulheres. Nos filmes *É proibido fumar* (2009), *Chamada a cobrar* (2012) e *Mãe só há uma* (2016) ela tece o enredo envolvendo contextos e histórias distintas, mas com enfoque nas personagens femininas. A diretora possibilita analisar em seus filmes, uma construção narrativa subversiva ao mundo existente, que abre pontos para críticas por não delinear romances, e principalmente por deixar nítida à população uma realidade repleta de desigualdade que boa parte das pessoas omitem viver.

Em entrevistas concedidas a jornais e revistas, Muylaert deixa explícito seu posicionamento político e a crítica a sociedade brasileira³⁵². Reflete-se que a diretora produz suas obras na intenção de ser um meio de aproximar público receptor com as desigualdades e discriminações existentes, causar incômodos, gerar inquietações e questionamentos e se colocar diante dos movimentos de mudança no país.

Dessa forma, o cinema não é visto apenas enquanto mero entretenimento. Atualmente, pode se refletir sobre um maior consumo da sociedade por mídias televisivas, cinematográficas, fotográficas, redes sociais, fontes relacionadas com imagens e sons. O historiador Marcos Napolitano, reforça que estudar fontes audiovisuais envolve analisar os discursos de linguagem e representação

³⁵¹ LIMA, Daniela. O futuro redescoberto: um olhar feminista sobre “Que horas ela volta?”. **Blog da Boitempo**. 05/10/2015. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2015/10/05/o-futuro-redescoberto-um-olhar-sobre-o-filme-que-horas-ela-volta/>>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

³⁵² Em relação às entrevistas, Anna Muylaert declara as discriminações que vive no campo cinematográfico por ser mulher. C.f.: <https://mulhernocinema.com/entrevistas/anna-muylaert-sofri-muitos-boicotes-e-rasteiras-machistas/>; <https://www.ocafezinho.com/2015/09/18/entrevista-com-anna-muylaert-diretora-de-que-horas-ela-volta/>; <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/11/anna-muylaert-as-pessoas-nao-entendem-a-mulher-em-um-papel-de-lideranca>.



da realidade que as constituem além de “*aprender o propósito consciente e inconsciente mediante o qual foi produzido*” (2008, p. 239). Neste sentido, um objeto de arte, possibilita uma análise das sensibilidades e sentidos que estão intrínsecos nas relações humanas, possibilitando um outro olhar para as questões sociais e culturais.

Que horas ela volta? (2015), é um filme que constitui uma crítica a condição social das mulheres trabalhadoras domésticas no Brasil. Lançado no ano de 2015, em que a Lei complementar nº 150, de 01 de julho de 2015 era sancionada pela presidenta Dilma Rousseff regulamentando o trabalho doméstico, a obra será analisada no trabalho de dissertação, como um caminho a ser percorrido de reflexão sobre a luta e resistência contra a desvalorização e exploração dessa mão de obra.

Neste contexto, de acordo com Cardoso e Mauad (1997), a produção de uma obra está intrinsecamente relacionada a um pensamento de época, dando, portanto, condições de estabelecer uma análise do social, econômico e político do recorte temporal ao qual se propõe compreender. O filme, nesse sentido, possibilita refletir as relações e conflitos que envolvem a vida da empregada doméstica, os padrões sociais e hierarquias de poder que delimitam o “permitido” e o “proibido”.

Sendo o cinema uma fonte que possibilita múltiplas formas de análises, é necessário se considerar que, de acordo com o historiador Alexandre Valim, o cinema além de uma prática social, também é gerador de práticas sociais, “além de ser testemunho das formas de agir, pensar e sentir de uma sociedade, é também um agente que suscita certas transformações, veicula representações ou propõe modelos” (p. 285), e a resistência que ocorrem a mensagens ou significados dominantes possibilitam novas leituras e modelos de apropriação do cinema.

Desse modo, os filmes podem reproduzir estereótipos ou suscitar novas formas de mudanças sociais. O filme *Que horas ela volta?* (2015), é permeado de sentidos e representações, e conseqüentemente, se torna produtor de novos sentidos e novas significações sociais. A película, fonte da discussão do trabalho de dissertação em andamento, tem possibilitado a ampliação de novas perspectivas que se apresentam os conflitos gerados em sociedade.

Além disso, promove reflexões e questionamentos sobre a realidade cotidiana de mulheres que desempenham a função de trabalhadoras domésticas, “invisível” e desvalorizado. E como ainda esse trabalho pode ser associado a um período da sociedade brasileira, que há muito tempo se diz “abolido”.



ALGUMAS REFLEXÕES

Em geral, esta discussão, como já ressaltai anteriormente, é parte do projeto de mestrado em História que está em andamento. Compreende-se nesse sentido, que o filme suscita múltiplos debates que não tem como intuito ser esgotado, nem aqui, nem no resultado final da dissertação. Considerando que um objeto de arte é um mecanismo de grande relevância para refletir sobre os aspectos do cotidiano e da sociedade que se insere.

Além disso, a partir dos Estudos de gênero e interseccionalidade, a obra cinematográfica possibilita refletir sobre as discriminações que perpassam as realidades de vida das mulheres de formas múltiplas. Vidas que são atravessadas em um ambiente comum da casa, entre patroa e empregada doméstica, mas que as insere na estrutura hierárquica de poder em posições que diferentes.

Portanto, o esforço realizado na produção dessa discussão se concentra mais na importância das teorias e ferramentas de análise na proposta de pesquisa da dissertação. Refletindo que o filme *Que horas ela volta?* (2015), através das discussões que perpassam os conceitos de gênero e interseccionalidade, proporciona que seja realizado uma análise crítica da condição social que se inserem as mulheres trabalhadoras domésticas na sociedade brasileira e a desconstrução de estereótipos que ainda estigmatizam tal função na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESSA, Karla. Quando um gênero enquadra outras visões. In: LUSVARGHI, Luiza; SILVA, Camila Vieira da. *Mulheres atrás das câmeras: As cineastas brasileiras de 1930 a 2018*. 1 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion. MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1997.

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. Núcleo de Estudos de Gênero - Caderno Espaço Feminino. v. 28. n. 2. Uberlândia. Jul./ Dez., 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/34170>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2020.

_____. *Tempos Diferentes, discursos iguais: a construção histórica do corpo feminino*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2019.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 10, 2002. <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 14 de setembro de 2021.

Gonzalez, L. (1982). E a trabalhadora negra, cumé que fica? *Jornal Mulherio*, São Paulo, 2(7), nº 7. Maio-junho. 1982.

ITUASSU, Arthur. Hall, comunicação e a política do real. In: HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Tradução: Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

KANITZ, Mônica. O cinema popular de Anna Muylaert. In: LUSVARGHI, Luiza; SILVA, Camila Vieira da. *Mulheres atrás das câmeras: As cineastas brasileiras de 1930 a 2018*. 1 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

LIMA, Daniela. O futuro redescoberto: um olhar feminista sobre “Que horas ela volta?”. **Blog da Boitempo**. 05/10/2015. Disponível em: < <https://blogdaboitempo.com.br/2015/10/05/o-futuro-redescoberto-um-olhar-sobre-o-filme-que-horas-ela-volta/>>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes Audiovisuais: a História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto. 2008.

PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre: v 20. n. 2. jul/dez, 1995.

VALIM, Alexandre Busko. História e cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (Orgs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 2012

Filmografia

QUE horas ela volta?. Direção de Anna Muylaert. São Paulo: Pandora Filmes. 2015. (114 min).

MULHERES QUE BENZEM: HISTÓRIA DE CUIDADO E FÉ NO OFÍCIO DAS BENZEDEIRAS

*Kelenn Souza Lima*³⁵³

RESUMO

Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado em memória, cultura e patrimônio que trata do ofício das benzedeira. Nele consta uma reflexão teórica sobre memória, patrimônio cultural imaterial e a cerca do ofício de saber fazer das benzedeadas. Falar em benzedeadas é mergulhar em um universo cultural rico em detalhes e singularidades, visto que a cura e a benção são saberes populares vinculados à religiosidade, ao mundo mágico e à cura pela fé. A história nos mostra a sobrevivência ao longo do período colonial brasileiro que ato de benzer ou rezar se mantém presente em nossa cultura. Destacando como estes saberes aprendidos com os antepassados e com a cultura ancestral foram repassadas para as gerações seguintes e como essas práticas foram sendo ressignificadas e reconstruídas ao longo do tempo, e qual sua permanência e eficácia na contemporaneidade..

Palavras-chave: Benzedeadas, memória e patrimônio cultural imaterial.

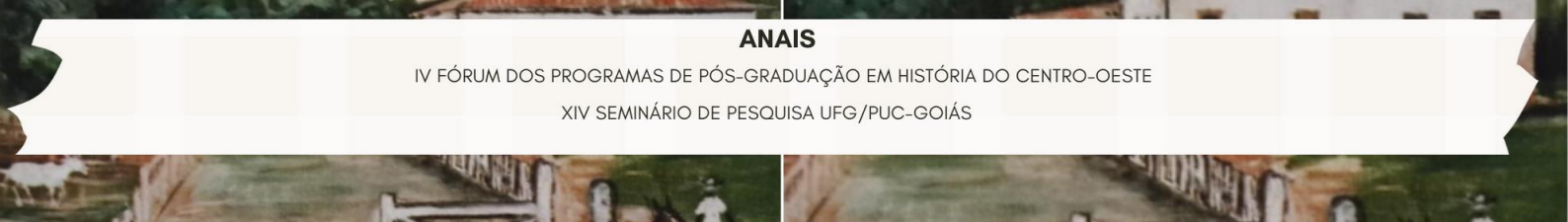
INTRODUÇÃO

As práticas religiosas populares brasileiras, envolvendo benzimentos, têm origem no período inicial da colonização e se mantiveram, principalmente, sobre uma base cultural religiosa mista presente em comunidades rurais. Detentoras de um grande saber religioso as benzedeadas são capazes de, por meio das rezas e dos rituais, curar males e devolver o equilíbrio emocional e físico àqueles que as procuram.

A história nos mostra a sobrevivência ao longo do período colonial brasileiro que ato de benzer ou rezar se mantém presente em nossa cultura.

“Benzer é abençoar, solidarizando-se ao mesmo tempo com os deuses e com os sujeitos socializados. É suplicar aos santos para que eles produzem benefícios concreto aos homens” (Oliveira, 1985)

³⁵³ Mestranda em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio- PROMEP-UEG.
E-mail:kelennlima.psi@gmail.com, [Orientador](#) Cristiano Alexandre dos Santos



Fundamentada em práticas indígenas, africanas e europeias, os rituais de benzimento traz em sua prática os fundamentos da medicina popular associado às práticas religiosas.

Elda Rizo de Oliveira descreve as benzedeiras como

Geralmente uma mulher casada, mãe de alguns filhos, pobre, que conheça rezas, ervas, massagens, cataplasmas, chás e simpatias, que tenha um quê de mistério, que lide com a magia, feitiçaria e bruxaria. E essa imagem corresponde àquilo que é a benzedeira. Ela é tudo isso e um pouco mais. Ela é uma cientista popular que possui uma maneira muito peculiar de curar: combina os místicos da religião e os truques da magia aos conhecimentos da medicina popular (OLIVEIRA, 1985, p.25).

Detentoras de um saber milenar as benzedeiras estão saindo das margens, e se apropriando a cada dia dos seus conhecimentos. Nesse sentido, a pesquisa em andamento busca a necessidade de resgatar diferentes histórias e momentos das benzedeiras e o que estas personagens contribuem na cultura e imaginário social. Sob esse prisma, verifica-se que a preservação da memória é fundamental para fortalecer a sensação de pertencimento de uma cultura e identidade de um povo com conhecimentos tão preciosos. Verifica-se que os ofícios das benzedeiras estão pautados em saberes passados de geração para geração. Esses saberes estão agregados nas memórias vividas e devem ser conservados.

MEMÓRIA: INDIVIDUAL E SOCIAL

Ao estudar memória, não só estudamos o passado, mais também a subjetividade do que a memória nos vincula. Maurice Halbwachs, em sua obra *A memória coletiva* (2006), elucida a diferença entre memória coletiva e memória individual, de acordo de como o passado é organizado sob a forma de lembrança. Se o passado for resguardado em torno de uma determinada pessoa, que vê esse passado do seu ponto de vista, trata-se de uma memória individual, interior ou pessoal. De outro lado, se as lembranças se distribuem dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais, trata-se de uma memória exterior ou social. Quanto a memória individual diz Maurice Halbwachs (2006):

...Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2006, p. 72).



Isso demonstra que a memória individual não é bloqueada, e sim recebe influências de outras memórias, no entanto, também da sociedade. A memória individual pode ser entendida, assim, como um ponto de vista sobre a memória coletiva, mas este pode se alterar de acordo com o lugar em que se ocupa em determinado grupo e condiciona às relações que mantém com outros ambientes. Por outro lado, “se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo”(HALBWACHS, 2013, p. 69). Cada membro do grupo percebe essa massa de lembranças transportadas pela memória coletiva com maior ou menor intensidade, partindo de seu próprio ponto de vista. A memória coletiva, por sua vez, engloba as memórias individuais, mas não se confunde com elas, evoluindo conforme suas leis.

Em consonância Michael Pollak, em seu ensaio *Memória, Esquecimento, Silêncio* (1989), compreende a relação do homem com o passado em meio a conflitos entre a dimensão individual e a coletiva da memória, partilhando com Halbwachs, portanto, que a memória individual se produz na interação com o coletivo.

Nesse sentido Pollak afirma que a memória é uma “operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar” (POLLAK 1989, p.9) Em outro ensaio, intitulado *Memória e identidade social* (1992), Pollak aponta três elementos constitutivos da memória, quais sejam: os acontecimentos vividos pessoalmente e os “vividos por tabela”; pessoas e personagens e, por fim, lugares. Para o autor a memória, então, se estrutura em torno desses três aspectos, com os quais o sujeito pode ter entrado em contato diretamente ou indiretamente (POLLAK, 1992, p. 3).

Le Goff (1998) expõe a memória coletiva como um mecanismo de manipulação que deve ser ora lembrada, ora esquecida, o que nos permite refazer, reforçar ou até mesmo extinguir identidades sociais, dependendo unicamente do interesse de quem detém o poder. No contexto da sociedade, a memória coloca-se como uma questão necessária, justamente porque ela representa “fragmentos” que estão relacionados intimamente com identidade social.

A aproximação observada entre identidade e memória é elucidada por Le Goff (1984, p. 46) “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”. Desta forma, constata-se que a memória é o mecanismo responsável por proporcionar no indivíduo ou grupo, um sentimento de pertencimento, bem como, ressignificar dependendo do contexto dos fatos e acontecimentos do passado. Uma vez que, a memória configura, uma reconstrução do presente para o passado.

Pollak (1992) também traz uma conceituação acerca de memória social enfatizando seu laço estrito com a identidade, considerando a memória em todas as esferas como um fenômeno construído social e individualmente, e que ao discorrer acerca de memória herdada, constata-se a relação fenomenológica intensa existente entre ela e o sentimento de identidade.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado em seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros (POLLAK, 1992, p. 5).

Dessa forma, pode-se considerar a memória como “um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 5).

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL GUARDIÃO, PAI OU UMA PONTE QUE MANTÉM A MEMÓRIA COLETIVA VIVA?

A palavra patrimônio vem do latim '*pater*', que significa pai. É um conceito atrelado à noção daquilo que é passado como herança entre as gerações. Portanto, o significado de patrimônio cultural diz respeito a uma herança compartilhada entre os cidadãos, que carrega em si aspectos referentes a identidade daquela sociedade. (<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/dicas/o-que-e-patrimonio-cultural>)

Seria o Patrimônio Imaterial o guardião das memórias culturais? Um pai que “materializa” a memória em histórias? Ou seria uma ponte para a memória está sempre viva?

No Brasil o reconhecimento do patrimônio imaterial é recente, tendo em vista que, nas últimas décadas, as pessoas, associadas a suas atividades sociais e culturais comunitárias, passam a ser reconhecidas, sendo capaz de contribuir para composição e a permanência da tradição e da cultura através de suas experiências de vida.

Opondo-se ao sentido da variabilidade, a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu art. 216, elenca os bens que podem ser compreendidos como patrimônio cultural brasileiro:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à



identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, sp).

Segundo o IPHAN, Patrimônio Imaterial é definido como:

Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. (http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf)

Com a necessidade de se criarem formas que o viessem priorizar os bens culturais de natureza imaterial elaborou-se o Decreto nº 3551, criado em 4 de agosto de 2000, que significou uma tentativa de preservar a memória nacional, a existência de bens culturais de natureza imaterial que constituem Patrimônio Cultural Brasileiro.

O Decreto no 3551, de 4 de agosto de 2000, deu início ao registro dos bens imateriais que constituem o patrimônio cultural brasileiro, criando-se para isso 4 livros de registro desses bens:

- I - Livro de Registro dos Saberes, em que são inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- II - Livro de Registro das Celebrações, em que são inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- III - Livro de Registro das Formas de Expressão, em que são inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
- IV - Livro de Registro dos Lugares, em que serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletiva.

Além da conquista do Decreto nº 3551, foi desenvolvida a política de salvaguarda do patrimônio imaterial, que para preservar o patrimônio cultural brasileiro segundo Marcia Sant'Anna (2006):

“significa fortalecer e dar visibilidade as referencias culturais dos grupos sociais em sua heterogeneidade e complexidade. Significa promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais para a sua preservação e para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Significa também compartilhar as responsabilidades e deveres dessa preservação e promover o acesso de todos aos direitos e benefícios que ela gera. (http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf)

Segundo Pierre Nora, e, sua obra *‘Entre memória e história’* (2014) apresenta uma provocação entre memória e história, para este autor, o que chamamos de memória já é história, e que a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e neste sentido ela está em permanente evolução. Diferentemente da história que:

... A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história é uma representação no passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história. Porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória estala na lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. (NORA, 1993 - v. 10 JUL./DEZ. HISTÓRIA E CULTURA)

O Iphan, vem desenvolvido ações pertinentes e revolucionárias em relação aos patrimônio cultural imaterial, e em suas estratégias de salvaguardas de políticas, pode-se observar que há um intuito do Patrimônio Cultural Imaterial, ser esta ponte que não deixa a memória morrer. Em um trecho da RESOLUÇÃO nº 001, de 03 de agosto de 2006, elaborado pelo o presidente do conselho consecutivo do Iphan, contém uma consideração que elucida a atuação do Patrimônio Cultural Imaterial com ponte em manter a memória viva:

“CONSIDERANDO que, para os efeitos desta Resolução, toma-se tradição no seu sentido etimológico de dizer através do tempo, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado (http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf)

Maurice Halbwachs (2006) cita em seu livro *Memórias Coletivas* que:

“A história não é todo o passado e também não é tudo aquilo que resta do passado. Ao lado de uma história escrita, há uma história viva, que se perpetua ou se renova através dos tempos e onde é possível encontrar um grande número dessas correntes antigas que haviam desaparecido somente na aparência.” (HALBWACHS, 2013, pg 66.)

Através desta citação de Halbwachs, podemos ver as nuances presente deste conceito, na missão do Patrimônio Cultural Imaterial, que busca resgatar a memória, o saber fazer, as tradições e costumes de forma que estes elementos não sejam esquecidos e que dentro do conceito de memória continua viva, progredindo e evoluindo, sendo assim uma ponte entre passado e presente, firme que se renova em cada geração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As benzedeadas estão presentes nos costumes religiosos tradicionais. O reconhecimento das benzedeadas por seu ofício e saberes tradicionais, como representantes do patrimônio imaterial é justo e necessário para evidenciar a existência dessa prática enraizada na cultura oral e em plena vitalidade nestes estados e entre outras muitas localidades urbanas e rurais do país.

Desse modo, pretende-se preservar as memórias e saberes de indivíduos que detêm um conhecimento muito significativo e contribuirá para a preservação e valorização das práticas de benzedura, sendo que esta é considerada um patrimônio imaterial pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IPHAN:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImaDiv_ORegistroPatrimonioImaterial_1Edicao_m.pdf

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. p. 207-233, 419-476.

NORA, Pierre. **Entre memória e história – a problemática dos lugares**. Trad. Yara Aun Khoury. Revista Projeto História, São Paulo PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Elda Rizzo. **O que é Benzeção**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PELEGRIINI, Sandra C.A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009,

QUINTANA, Alberto M. **A ciência da benzedura. Mau olhado, simpatias e uma pitada de Psicologia**, Bauru SP, EDUSC, 1999.

SALLES, Gilka V. **Saúde e Doenças em Goiás {1826-1930}**. In: CASTELLO, Lena; Freitas, Branco F. *Saúde e doenças em Goiás*. Goiânia: UFG, 1999. p. 63-119.

SOUZA, Wanna Célli da Silva, 1990- **Cura, saberes e modos de vida na prática do curandeirismo em Bragança-Pa / Wanna Célli da Silva Sousa**. - 2014

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz – feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

POLLAK, M. **Memória e identidade social. Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992

REVISTA PUC <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>

MUSEU, PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIAS: UM ESTUDO SOBRE O MUSEU CASA DE CULTURA EM ITABERAÍ-GO (1993 – 2022)

Rodrigo Lúcio de Almeida³⁵⁴

RESUMO

A proposta deste estudo é apresentar uma análise sobre o Museu Casa da Cultura, no município de Itaberaí, Goiás, criado em 1993 e localizado na antiga casa do Coronel João Elias da Silva Caldas. Por meio da pesquisa de revisão bibliográfica, documental e de campo, fez-se um levantamento do público alvo e das atividades desenvolvidas por essa instituição museológica, bem como análise da entrevista oral realizada com integrantes ligados ao ofício do museu. Dentre os visitantes, a comunidade escolar representa a maior parte do público de frequentadores. Na percepção da guia, essa proporção é resultado de parcerias feitas com as instituições públicas e privadas de educação. Considerando assim, que as atividades e as manifestações culturais mobilizam a participação da comunidade escolar. Assim, as iniciativas desenvolvidas pela equipe do museu devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local.

Palavras-chave: Museu Casa de Cultura; Memória; Patrimônio Cultural.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como proposta analisar o Museu Casa da Cultura de Itaberaí-GO enquanto um lugar de memória e um espaço de ações educativas. O museu em estudo, criado em 1993 e localizado na antiga casa do Coronel João Elias da Silva Caldas, expõe a história itaberina a partir de seu rico e bastante diversificado acervo, constando com cerca de cinco mil peças disponíveis para exposição.

A preservação do acervo, bem como dos móveis e da casa em si, ambos considerados patrimônios culturais, identificam mais que características que adjetivam o museu, mas fazem com que o mesmo seja uma referência na região. A instituição possui valor simbólico entre os moradores,

³⁵⁴Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG) da Universidade Estadual de Goiás, rodrigoohistoriador@gmail.com. Orientadora: Professora Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes.



por ser uma das poucas residências com arquitetura do século XIX e por possuir um acervo que permite que os visitantes conheçam ou rememorem outros momentos históricos da cidade.

Este texto foi estruturado em três partes. Na primeira, *Museu Casa de Cultura: história e acervo* são apresentados o objeto deste estudo, um pouco de sua história e a composição do seu acervo. Na segunda parte intitulada *Museu Casa de Cultura enquanto lugar de memórias e patrimônio cultural itaberino*, o foco é a abordagem do museu como espaço de memória e patrimônio cultural local. Por fim, na terceira parte, *Museu Casa de Cultura: espaço de saberes e fazeres da comunidade vivifica* a experiência do espaço museal, reconhecendo seu público e as formas de integração social promovida pelo museu em relação à comunidade local.

A HISTÓRIA E O ACERVO DO MUSEU CASA DE CULTURA

O Museu Casa da Cultura foi criado em 1993 e está localizado na Praça Sinhô Pinheiro no centro de Itaberaí em Goiás (na antiga residência do Coronel João Elias da Silva Caldas), figura marcante por fazer parte do cenário político e comercial local. Rememorar sua biografia que se entrelaça com a itaberina permite entender a historicidade que permeia a ação humana sobre o tempo, bem como perceber que museus biográficos eternizam mais que memórias, mas a condição de construir saberes e fazeres inerentes aos bens patrimonializados. O museu em estudo representa um espaço de patrimonialização de bens materiais e imateriais, que dialogam durante a visita e oferecem espaço para que os visitantes construam seus saberes e consequentemente influenciem seus fazeres, na compreensão que sua cultura é mais que prática, mas histórica.

Desde o início, "Curralinho" chamou a atenção dos primeiros a se aventurar na lavoura e na criação de gados, por ser um lugar de boas terras e águas e próximo à Vila Boa (atual cidade Goiás). Portanto, esse lugar que posteriormente foi denominado de Itaberaí surgiu através da pecuária, diferenciando de outras localidades que originaram pela mineração aurífera. A esse respeito Pinheiro afirma que: "Com o declínio da atividade mineradora, muitos mineiros dedicaram-se à agropecuária. Requereram sesmarias para plantar e criar, dando início ao povoamento sedentário da região do Rio das Pedras" (PINHEIRO, 2009:7).

Na primeira metade do século XIX, quando Johann Emmanuel Pohl, integrante da Missão Austríaca no Brasil³⁵⁵ de 1817-1822, esteve algumas vezes na capitania de Goiás, no ano de 1818 passou no arraial de Curralinho e dessa ocasião deixou por escrito suas observações:

³⁵⁵A Expedição Austríaca ao Brasil foi uma grande expedição de investigação científica que explorou o Brasil, com destaque nas áreas de Botânica, Zoologia e Etnografia. Foi organizado e financiado pelo Império Austríaco e funcionou de 1817 a 1835.



Este lugarejo completamente decadente foi fundado por alguns habitantes da região, que arrotearam, para suas plantações, a grande selva de Mato-Grosso, a sete léguas de distância de Vila Boa. Ficam sobre uma colina, ao pé da qual, passa na direção do Sul para o Norte, o Rio das Pedras, de uns quatro metros de largura, que deságua no Rio Uruú. **No meio da povoação, numa praça espaçosa, mas inteiramente coberta de ervas**, fica a pequena igreja de barro de Nossa Senhora da Abadia, filial de Vila Boa. A aparência exterior, é melhor que a interior, apesar de terem construído uma escada por fora para penetrar-se no púlpito, dentro da igreja. **Dezoito cabanas constituem a povoação. São de barro e madeira, mal construídas e cobertas de palha. Todas se acham em quase completa decadência [...]**. (POHL, 1976:149 apud PINHEIRO, 2003:94, grifo nosso).

Em 1824, o modesto Curralinho já era um povoado contando com 52 casas, localizadas em duas ruas, com uma grande praça e a capela de Nossa Senhora D'Abadia. Embora que em seis anos poucas coisas mudaram, em uma dessas casas, residiu Coronel João Elias da Silva Caldas, que nasceu no dia 20 de outubro de 1868. Filho do Capitão José Manuel da Silva Caldas e Jacintha Luíza do Couto Brandão (Mãe Cintha), esta natural da Cidade de Goiás, nascida na Casa da Ponte e tia de Cora Coralina. O coronel João Caldas, herdou do pai a habilidade política, reconhecido por ter sido um homem influente, respeitado, comunicativo, abastado, visionário, considerado a frente do seu tempo e sempre em busca do progresso. Foi o primeiro morador da cidade a possuir um automóvel em Itaberaí (PINHEIRO, 2009: 15).

O casarão, que também fica na região onde surgiu o arraial, foi construído pelo próprio Coronel João Elias da Silva Caldas, em 1903, sob o privilégio de ter no quintal a nascente de um pequeno córrego. Além de servir como residência, foi seu escritório político e espaço para sua loja comercial até o ano de 1955, quando da sua morte, e continuou habitada por Dona Deolinda, sua esposa, até 1963, quando também veio a falecer. O casal, João Elias da Silva Caldas e Deolinda da Silva Baylão, tiveram 12 filhos, dos quais, assim como o pai e avô, contribuíram para a política e na área social de Itaberaí (VIEIRA; PINHEIRO, 2011: 20).

Antes de se tornar museu, após a morte de dona Deolinda, o imóvel possuiu só uma moradora. Após muito tempo fechado, em 1993, o espaço foi destinado para a criação do museu, após ser cedida pelos seus mais de 15 herdeiros e passar por uma reforma. E, em 1997, foi inaugurado como Casa da Cultura Coronel João Caldas. Sendo então, considerada um museu-casa.

Os museus-casas são criados ou por “interesse histórico ou pela importância de seus donos” sendo preservadas como “registros de sua época”. Assim, no museu em análise, busca um diálogo entre o acervo e as peças expostas, que abordam também a biografia da comunidade itaberina (QUEIROZ, 2013:12).



Para Gonçalves (2007:50), geralmente, está por trás dos motivos e interesses que move os idealizadores de uma instituição museológica, é que "uma determinada concepção da temporalidade, na qual a história é vista como um processo incontrolável de destruição, devendo as “culturas”, as “tradições” serem “resgatadas”, “preservadas” [...].”

Os espaços físicos, como a Casa de Cultura, compreendem os papéis de apresentar à sociedade memórias compartilhados pelos objetos e pela história que os envolvem. Assim, podem ser compreendidos como o fio condutor de informações verbalizadas nas suas especificidades. Possui desta forma a função de mediar a transmissão de informações. Na concepção de Bittencourt (2008), faz-se necessário haver uma mediação para haver ordem, neste caso, uma lógica de ideias em ordem cronológica ou não, mas que, minimamente, demonstre o trajeto das situações que foram sendo vivenciadas, explanando implicitamente o envolvimento de ambas e de seus resquícios na atualidade.

Em 2017, a casa que já atravessava mais de cem anos de existência, passou por uma restauração mais abrangente, devido ao fato do teto ter desabado. Dados os ajustes algumas partes da sua estrutura original foram alteradas. Mas à Casa da Cultura João Caldas resilientemente, é responsável por representar o modo característico da sociedade itaberina, principalmente as perspectivas que construíram as ações e relações sociais influenciadas pelo Cel. João Caldas.

O museu em estudo é característico do interior em que o acervo exposto é diversificado, variando desde aos utensílios, móveis, objetos pessoais, entre outros, muitos do século XIX oriundos das primeiras famílias itaberinas. No museu, encontram-se móveis e utensílios do primeiro consultório odontológico da região e contém um espaço destinado à amostra da literatura tendo como autores os próprios moradores do município. O acervo é composto por: cédulas antigas, bicicletas, ferros à brasa, estátuas, bules, máquinas de tear, baús, carpetes, espingardas, quadros com fotos dos antigos prefeitos da cidade, entre outros, expostos nos quartos, salas e cozinha da residência. Em relação à estrutura, observa que a maior parte dos cômodos da residência é destinada à exposição do acervo. Além disso, tem um espaço com os móveis utilizados pela guia na administração da instituição e uma sala destinada às da AILA (Academia Itaberina de Letras e Artes), com espaço para a participação dos integrantes e vários livros que comportam a biblioteca do espaço.

O Museu Casa de Cultura conta com uma variedade significativa de peças como: baús, rádios, bonecas, notas de dinheiro, ovos de avestruz, fotos de prefeitos, cama estilo Dona Maria I bacias de banho, baús, espingardas, rádio, carpetes, armário de cozinha, xícaras, talheres, pratos e tachos, consultório médico, cadeiras destinadas ao tratamento odontológico, ferros à brasa, câmeras antigas, a urna de um índio com seus restos mortais, cadeiras escolares, livros de época, máquinas de tear, dispostos nos seguintes cômodos da casa: 1ª Sala do lado esquerdo (sala maior); 2ª Sala do lado



esquerdo (sala menor); Quarto lado esquerdo; Sala do fundo (interligada à cozinha); Quarto do lado direito (menor); Quarto do lado direito (maior).

Diante cenário que perpassa as paredes da Casa de Cultura, o processo de seleção dos objetos do acervo irá caracterizar a forma como a história será internalizada pelos visitantes. Na medida em que os objetos ganham destaque em vitrines, estantes e expositores passam a serem vistos de uma nova forma, como instrumentos relevantes e significantes para a comunidade, pertencente às fontes primárias de seus costumes.

MUSEU CASA DA CULTURA ENQUANTO LUGAR DE MEMÓRIAS E PATRIMÔNIO CULTURAL ITABERINO

Até 1993, Itaberaí, não tinha uma entidade oficial dedicada às manifestações culturais locais. Esse contexto propiciou a criação do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas denominado pelos itaberinos como Museu Histórico de Itaberaí. A comunidade se fez presente na doação de grande parte do acervo. O museu Casa da Cultura representa mais que um local com objetos expostos relacionados à história da cidade, simboliza um “lugar de memória” e consequentemente, promove um emaranhado de conhecimentos por intermédio de diversas atividades promovidas e visando manter uma relação com a comunidade.

Os objetos que compõem os acervos de museus quando são patrimonializados, devem se localizar na região da qual são oriundos. Essa medida se justifica, pois assim “classificados e coletivamente reconhecidos, esses objetos desempenham uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço” (GONÇALVES, 2007: 28).

Patrimonializar memórias decorre de patrimônio imaterial, do qual se exemplifica por registrar a existência de costumes, crenças, comemorações, danças, culinária, formas de expressão. Por meio da exposição museológica do museu supracitado, percebemos que este guarda a memória não somente das famílias pioneiras do município, mas também das diversas profissões dos itaberinos do passado: lavradores, marceneiros, barbeiros, floristas, fotógrafos, bordadeiras, dentistas, boiadeiros, comerciantes diversos, professores, ceramistas (potes e vasilhas diversas). Profissões estas presentes no museu por intermédio dos objetos expostos nos acervos. Essa memória biográfica itaberina, exposta nos aposentos da antiga residência do Cel. João Caldas, apresenta objetos que poderiam ter sido deixados ao esquecimento, mas que ao serem musealizados preservam a memória local, correlacionando passado e presente.



O acervo do Museu Casa da Cultura compreende uma diversidade de bens materiais, tanto referentes à biografia do Cel. João Caldas, quanto da comunidade itaberina no geral. Os objetos variam desde peças religiosas, como esculturas, além de notas de dinheiro, camas, baús, talheres, fotos de antigos prefeitos, literatura. Como bens de natureza imaterial, a mais fluente seria as festividades religiosas. Gonçalves (2007) aponta que os bens relacionados ao patrimônio imaterial não são propriamente tombados, mas “registrados”, como forma de eternizar costumes, necessitando de acompanhamentos, verificando sua permanência e transformação.

Compreende-se que os museus apresentam em seu acervo, resquícios de tradições culturais. Estes vestígios são advindos das mais diversas comunidades que sofreram processos de transformação, devido à existência de novas crenças e perspectivas inerentes ao presente, em âmbito individual e/ou coletivo. Esses diversos saberes e fazeres compostos pelo passado e presente, além de influenciados por perspectivas futuras, são condicionados, na maioria das vezes, por interesses de classes dominantes.

Nesse sentido, há necessidade de espaços físicos para que a memória seja lembrada e fortalecida, pois trespassa o sentido somente de exposição, mas de um processo dialético e educativo, individual e coletivo que caracteriza as perspectivas e opiniões hoje prevalecidas. “A relação entre memória e história se fortalece nesse período, desenvolvendo-se uma “cultura da memória” baseada na “musealização da realidade”, ou seja, no resgate do passado” (ABREU; SANTOS, 2015:04).

A materialidade descreve significativamente um passado de influências, diversos tipos de histórias, individuais ou coletivas que podem ser construídas e eternizadas pelo público no decorrer de uma exposição, os museus passam a ser considerados como “lugares de memória”.

Os lugares da memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. (...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993:12- 13).

Na concepção de Pierre Nora (1993:12), os museus são lugares de memória, “restos” deixados pelos condutores da história, como se momentaneamente fossem cristalizados e desta forma estagnados sem qualquer interferência, para que pudéssemos revivê-los na íntegra. Em sua concepção, carecemos de objetos que despertem nossas memórias, pois se estivéssemos em permanente rememoração não haveria a necessidade de tais espaços físicos. O risco de extinção da memória faz que os indivíduos criem diversos meios de relembrem fatos marcantes, fazendo com



que sejam mais que lembradas, mas revividas. São memórias que possivelmente cairiam no esquecimento, originárias da difusão e evolução dos conhecimentos presentes (NORA, 1993:12-13).

A cultura humana preservada em espaços físicos como os museus dialoga sobre resquícios de aspectos dominantes ou não, da valorização ou não de diversas culturas. A exposição dos objetos, bem como o diálogo estabelecido, discute dialeticamente sobre a posição social frente a tais questões. Posteriormente, nos conduziremos a discutir “O arquivo pessoal e a exposição museológica”, discorrendo sobre a forma como o diálogo acontece entre estes dois temas no Museu Casa da Cultura, objeto de estudo da presente pesquisa, considerado um “lugar” que rememora a memória itaberina.

O prédio do museu em si já suscita a recordação ao passado. O casarão, típico do estilo colonial (contendo suas janelas largas e grandes, piso de madeira, porão entre outras características de residências da época) nos convida a uma viagem ao passado e relembrar a vida das pessoas do século XIX.

O museu Casa da Cultura, concebido como um patrimônio cultural itaberino, abriga centenas de documentos, histórias e memórias contadas através do seu acervo. Nessa perspectiva, é um instrumento importante de preservação da memória cultural do povo itaberino, tendo a finalidade de salvaguardar e disseminar informações culturais.

MUSEU CASA DA CULTURA: ESPAÇO DE SABERES E FAZERES DA COMUNIDADE

Os museus representam mais que um espaço destinado à rememoração de lembranças que foram selecionadas, destinadas à preservação, tomando forma de patrimônio. Eles vivificam saberes e fazeres produzidos inerentes à visitação realizada pelo público. O público pode ser oriundo não somente das localidades daqueles que fizeram parte direta ou indiretamente para a composição do acervo, mas de outros locais que na busca por aprendizado, encontram motivação, criatividade, propulsão para questionarem sobre novos horizontes.

Os museus deixam unicamente de revelar seu papel de estimulador à preservação dos costumes e tradições culturais existentes, e passam a impulsionar os visitantes a transformarem por meio de suas particularidades e experiências, novas formas de pensar e atuar sobre o mundo. “É preciso [...] associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados” (FLORÊNCIO, 2015:23), pois as crenças existentes são frutos de toda uma historicidade envolvida nos mais diversos setores sociais, ao percorrer dos anos.

Tais espaços condicionam à preservação da memória e contribuem aos novos saberes e fazeres culturais construídos pelas vivências corriqueiras e atuais. Aprendizados e conceitos são fundamentados pelas visitas aos museus. Ao realizarmos uma atividade deste tipo, somos movidos



tanto por objetivos quanto por justificativas (individuais e/ou coletivas) que são diretamente influenciadores de aprendizagem.

Por isso, a procura por desvelar os princípios existentes sobre a escolha de uma visita ao museu, bem como o aprendizado nele desenvolvido condiciona a necessidade de se entender o tipo de público. Compreender os fatores que motivam essa visita possibilita que estas instituições, segundo as discussões no Portal do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), desenvolvam medidas associativas e acolham da melhor maneira possível a comunidade. Assim, os museus descobriram que podem planejar melhor sua programação e direcionar adequadamente sua divulgação se conhecerem mais a fundo seu visitante (CARVALHO, 2005:25).

Uma forma de compreender o tipo de público dos museus é a partir da análise da contagem e registro do perfil presente nos livros de visitas. A contagem do público tem sido alvo de várias pesquisas e projetos realizados pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Nesse sentido, para compreender o perfil do público do Museu Casa da Cultura, além da análise do caderno de visitas, realizou-se entrevista com Maria Lúcia de Oliveira Sá, a guia do museu já citado. Na análise, percebe-se que a comunidade escolar ocupa o primeiro lugar, que mais frequenta o museu para fins educativos, seguido da comunidade local e ocupando o terceiro lugar, temos as pessoas de municípios vizinhos e de outros estados.

O principal público do Museu, a comunidade escolar, representa cerca de 80% do público visitante. Ressalta a guia do museu-casa, que o crescimento desse público se deve “pela parceria que o museu fez com as escolas públicas e privadas, mais especificamente com os professores das disciplinas de História, Arte, Geografia e Letras, para desenvolverem ações educativas dentro do próprio museu”.

Os museus possuem variadas possibilidades de integrar a comunidade com atividades culturais, relacionando conhecimentos contemporâneos aos de décadas passadas, confirmando seu papel de preservação e de difusor de conhecimentos, valorizando a diversidade cultural. As ações educativas ou educação patrimonial permitem interações entre os agentes presentes nos museus, bem como as relações diretas sobre o tipo do acervo exposto. Conhecer e compreender a relevância do patrimônio cultural, visando à importância da preservação de espaços físicos - históricos, bem como das memórias por meio de bens imateriais, propicia ao público construir conhecimentos não somente sobre a história contada pelos objetos, mas da relevância em existir instituições do tipo. Nesta perspectiva, “As atividades desenvolvidas nos museus compreendem ações e programações que envolvem a participação da comunidade em práticas educacionais e culturais.” (IBRAM, 2011:38).



As ações educativas são estratégias que permitem ao visitante entrar em contato com a perspectiva daqueles que conceberam a exposição; mas também permitem construir seus próprios significados sobre aquilo que se vê. Os educadores, por meio de suas ações e estratégias, têm o importante papel de dialogar com os diferentes públicos, negociando sentidos e ajudando na compreensão de novas perspectivas (NAVAS; CONTIER; SOUZA, 2013:34).

Sobre as atividades propostas pelo Museu Casa da Cultura, destacam-se: as “Semana de Museus”, Primavera dos Museus, Visitações reservadas pelas escolas, Eventos para lançamentos de livros, Festas culturais, folias, entre outros. Essas atividades exemplificam a inserção do museu na comunidade, como instituição educativa.

No que se refere à participação da comunidade, esta gera aprendizado, pois as iniciativas educativas “devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente” (IPHAN, 2014:20).

Para que o aprendizado de fato seja construído, os espaços museológicos devem estar inseridos no cotidiano da comunidade, não somente fisicamente como uma opção de lazer e aprendizado, mas fazendo parte dos instrumentos materiais e imateriais que consideram como relevante. Assim, a história contada por intermédio das exposições e das visitas educativas e mesmo a forma como se conta revela grandemente os valores expressados pela política do museu e influência o conhecimento gerado.

Diante as percepções geradas até momentos, são de que existe no Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, mais que um local com objetos expostos relacionados à história da cidade de Itaberaí, representa um “lugar de memória” e conseqüentemente, que em meio ao emaranhado de conhecimentos, promove diversas atividades que visam manter uma relação com a comunidade. E de certa forma mantém um contato com seu público, também por meio de seu perfil na rede social *Facebook*, onde faz divulgação de eventos, palestras, encontros virtuais, homenagens, entre outras divulgações. Da análise do público que frequentam o museu nos anos, de 2017 até junho de 2019, ao todo foram de 7.300 pessoas. Destes 3% não são moradores de Itaberaí, o que também é interessante, visto que na comunidade, o museu tem essa finalidade de mediar e reverberar trocas culturais com seus visitantes.

As visitas, as festividades, os eventos promovidos permitem compreender que o Museu Casa da Cultura está inteiramente envolvido na rotina dos cidadãos e se preocupa com o envolvimento da comunidade com o seu patrimônio cultural. Assim, é uma instituição que propicia que a comunidade tenha a oportunidade de rememorar seus costumes e tradições. Essa valorização motiva as ações governamentais para a restauração tanto do espaço, por ser considerado um museu-casa e a



consequente relevância da preservação de seus cômodos, bem como dos objetos que variam e representam especificidades do povo itaberino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do trabalho abordado se baseou em apresentar o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, discutindo a memória expostas em seus aposentos. Na procura por caracteriza-lo, percebemos que se enquadra como um museu biográfico visando dialogar sobre a história do Cel. João Caldas bem como da comunidade itaberina, ainda podendo ser considerado um museu-casa, por se localizar exatamente na antiga residência do Coronel supracitado, conservando-se os cômodos da casa e alguns móveis que foram utilizados pela família.

Assim, nesta constante interação entre presente, passado e futuro, essas instituições por intermédio desses eventos envolvem a comunidade social e escolar nesse tipo de reflexão por meio de ações que os façam participar e indagar seus costumes e tradições. Nesse sentido, o museu contribui para a valorização dos saberes e fazeres locais, oferecendo momentos/ações educativas para que a comunidade esteja envolvida e participe inteiramente.

REFERÊNCIAS

Escritas

Estatuto da Academia Itaberina de Letras e Artes (AILA). Acessado no ano de 2018.

Livro de Visitações do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas. Acessado no ano de 2019.

Orais

Entrevista com Maria Lúcia de Oliveira Sá, (Guia do Museu Casa da Cultura) Itaberaí – GO, entrevista concedida em 19 de abril de 2022.

Entrevista com Antônio Cesar Caldas Pinheiro, (Historiador) Itaberaí – GO, entrevista concedida em 23 de maio de 2022.

Bibliográficas

ABREU, L. L. R. de; SANTOS, S. R. dos. **Nos braços de Mnemosine: o espaço do museu como lugar de memória e educação**. EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Paraná, 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18551_8073.pdf>. Acesso em:

BITTENCOURT, José Neves. **Cadernos de diretrizes museológicas 2: mediação em museus: curadorias, exposições, ação educativa.** Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, Superintendência de Museus, 2008.

BOAVENTURA, D. M. R. **Urbanização em Goiás no século XVIII.** São Paulo: FAU-USP, 2007.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. **As transformações da relação museu e público: a influência das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual.** Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Ciência da Informação da Escola da Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Derval Alves de. **Annaes da Comarca do Rio das Pedras.** São Paulo, Casa Duprat, 1993.

CHAGAS, Mário. **Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação.** Educação patrimonial: educação, memórias e identidades / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Átila Bezerra Tolentino (Org.). – João Pessoa: Iphan, 2013.

CHUVA, Márcia. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil.** In: História e Patrimônio; Org. Márcia Chuva. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 34 / 2012.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. **Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais.** In: Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro. – Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios.** Rio de Janeiro, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **História, memória e patrimônio.** In: História e Patrimônio; Org. Márcia Chuva. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 34 / 2012.

IBRAM. **Museus em Números.** Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

IPHAN. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Histórico, conceitos e processos.** 2014.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.

Martins (Org.). Projeto realizado com o apoio do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Cultura, Programa de Ação Cultural, 2013.

NASCIMENTO, G. R. do. **Modos de ver a iconosfera da arquitetura colonial goiana: cultura visual e processos de mediação na construção de sentidos.** Orientador: Prof. Dr. Thiago F. Sant'Anna e Silva. 2018, 164 f. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Goiânia, Goiás.

NAVAS, Ana Maria; CONTIER, Djana; SOUZA, Maria Paula Correia de. **Que público é esse? Formação de públicos de Museus de Centros Culturais.** Luciana Conrado.

NORA, Pierre. **Entre memória e história a problemática dos lugares**. Tradução Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

PINHEIRO, Antônio Cesar Caldas; PINHEIRO, Zanoni de Goiaz. **Tronco e Vergôntecas**. Goiânia/GO, Ed. Bandeirante Ltda, 2002.

PINHEIRO, Antônio Cesar Caldas. **História de Itaberaí, desfazendo enganos**. Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2009.

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, Eneida Quadros. **O desafio biográfico e os museus-casa: Eufrásia Teixeira Leite e o Museu Casa da Hera**. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Revista Eletrônica Ventilando Acervos, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-31, nov. 2013.

Sites

VIEIRA, Benedito Magno; PINHEIRO, Antônio Cesar Caldas. **Casa de Cultura Coronel João Caldas - sede da AILA**. Facebook, Itaberaí, 11 de março, 2015. Disponível em: <https://m.facebook.com/ailaitaberaí/photos/a.523701994436782/523702634436718/?type=3&local_e2=pt_BR>. Acesso em 01/05/2022.

NOTAS DE REFLEXÕES TEÓRICAS NA HISTÓRIA DA LOUCURA ATRAVÉS DOS PROCESSOS DE INTERDIÇÃO

Letícia Luchese Yoshida³⁵⁶

RESUMO

O Código Civil de 1916 considerava todos os loucos como absolutamente incapazes (classificação pela Teoria da Incapacidade de Savigny). A “proteção” jurídica dada era a curatela, esta dependia de prévio processo de interdição. Este processo avaliava a capacidade do sujeito em reger sua vida e administrar seus bens; era decretado exclusivamente por juiz, ouvindo profissionais. Neste sentido, este texto aborda reflexões teóricas sobre a pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em História na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, intitulada *O lugar da loucura nos processos de interdição na Comarca de Goiânia (1940-1969)*. Busca-se enfatizar a história da loucura, entendida como um campo discursivo e os processos de interdição que misturam o poder estatal com a medicina.

Palavras-chave: Interdição Judicial; Loucura; Código Civil de 1916.

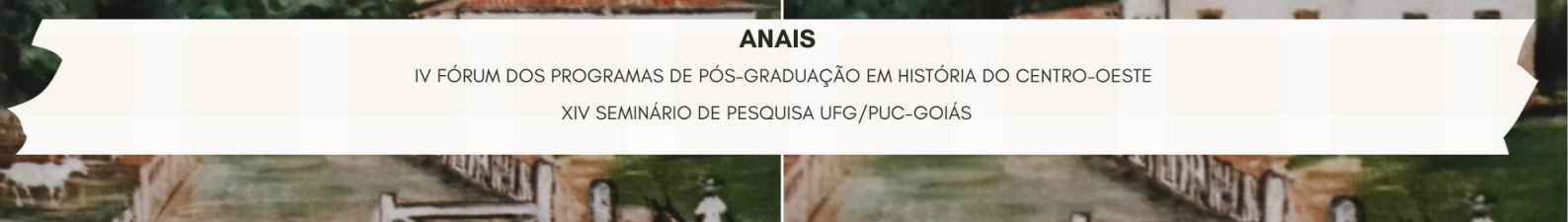
INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta um debate teórico do meu projeto de pesquisa *O lugar da loucura nos processos de interdição na Comarca de Goiânia (1940-1969)*, em desenvolvimento, no programa de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. As discussões giram em torno da construção do personagem “louco” e de como o Estado retira dele os direitos em reger sua vida e administrar seus bens, por meio das ações de interdição.

O objetivo do trabalho é no sentido de compreender como a loucura foi operacionalizada no Poder Judiciário do Estado de Goiás, com o estabelecimento da Comarca de Goiânia, nos anos de 1940 a 1969. Assim, busca-se entender as relações históricas através das experiências, resistências e interesses que vislumbro encontrar nos processos de interdição.

A pesquisa tem como cenário e recorte temporal a recém criada capital do Estado de Goiás. A pedra fundamental foi lançada em 24 de outubro de 1933, entretanto somente com o Decreto nº

³⁵⁶ Mestranda em História pela PUC Goiás. Especialista em Saúde da Família. Graduada em Fisioterapia na Universidade Estadual de Goiás. Servidora Pública no Tribunal de Justiça de Goiás. E-mail: leticialyoshida@gmail.com. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Sugizaki.



327, de 2 de agosto de 1935, que se formalizou o nome de Goiânia; e, neste mesmo decreto, foi criada a Comarca da capital. A transferência definitiva da capital se deu em 1937 com o Decreto nº 1819.

Também neste período, estava vigente o Decreto nº 24.559 de 3 de julho de 1934, de âmbito nacional, que visava regulamentar a assistência às pessoas com transtornos mentais e que trouxe em seu corpo uma nova definição para o conceito de capacidade.

Ao traçar os caminhos da pesquisa vários questionamentos surgiram: como os doentes mentais eram vistos pelo Poder Judiciário? Como os sujeitos se relacionavam com o conjunto de normas que ordenam os aspectos de vida? Como o Código Civil vigente à época tratava as pessoas com transtornos mentais? Quais as etapas eram postas ao enfermo antes de lhe retirar seus direitos de administrar seus bens? A partir destes questionamentos, direcionou-se o estudo à área cível, que desemboca nos processos de interdição.

Um novo mundo se abria, e tento olhar como o poder vigente dirigia/administrava, em especial as práticas de cuidados e assistência aos doentes. Neste sentido, para alcançar os objetivos propostos, foi preciso uma base teórica sobre a história da loucura e sobre o instituto da Interdição Judicial, que passo a tratar nos próximos tópicos.

O CAMPO DISCURSIVO DA HISTÓRIA DA LOUCURA

O campo discursivo da história da loucura tem como precursor a obra *História da Loucura* na idade clássica de Michel Foucault, escrita em 1961. Esta referência, não traz a ideia acabada do que seria loucura, mas sim a mostra como uma experiência. Focada principalmente entre a Renascença e a Idade Clássica (séculos XVII e XVIII), nos conta como as percepções sobre a loucura mudaram; primeiramente representada livre e sábia na Renascença, e que se transforma em desrazão na idade clássica, passando a ser excluída da sociedade. O autor ressalta o pensamento que permitiu o grande internamento e como o louco assume o lugar antes endereçado aos leprosos.

A loucura na Renascença ascende com o declínio do simbolismo gótico, como se esse mundo “começasse a se embaralhar, deixando aparecer figuras cujo sentido só se deixa apreender sob as espécies do insano” (FOUCAULT, 1978: 23). A loucura fascina o homem do séc. XV, por sua animalidade e também por ser um saber: “enquanto o homem racional e sábio só percebe desse saber algumas figuras fragmentárias — e por isso mesmo mais inquietantes —, o Louco o carrega inteiro em uma esfera intacta” (FOUCAULT, 1978: 26). Tal saber nasce do delírio, porém ele que já existia, apenas estava oculto; num confronto entre consciência crítica e experiência trágica.



De acordo com Batista (2014: 393), dois momentos na obra marcam a mudança no pensamento referente à loucura. O primeiro é a criação do Hospital Geral em 1656 que deu início a grande internação dos pobres e onde os loucos também encontraram seu destino; e o segundo momento, citado por Foucault, é a libertação dos acorrentados de Bicêtre em 1794. Neste momento, os loucos se destacam da massa heterogênea que até então ocupavam os espaços do Hospital Geral, para então, serem aprisionados nos asilos.

A criação do Hospital Geral em 1656 ocorreu após uma reorganização administrativa de diversos estabelecimentos. O Grande Internamento, como descrito por Foucault, não se restringe ao banimento, tem conotações políticas, sociais, religiosas, econômicas e morais.

Nessas instituições também vêm-se misturar, muitas vezes não sem conflitos, os velhos privilégios da Igreja na assistência aos pobres e nos ritos da hospitalidade, e a preocupação burguesa de pôr em ordem o mundo da miséria; o desejo de ajudar e a necessidade de reprimir; o dever de caridade e a vontade de punir; toda uma prática equívoca cujo sentido é necessário isolar, sentido simbolizado sem dúvida por esses leprosários, vazios desde a Renascença mas repentinamente reativados no século XVII e que foram rearmados com obscuros poderes. O Classicismo inventou o internamento, um pouco como a Idade Média a segregação dos leprosos; o vazio deixado por estes foi ocupado por novas personagens no mundo europeu: são os "internos" (FOUCAULT, 1978: 60-61).

“Não é importante para nossa cultura que o desatino só tenha podido tornar-se objeto de conhecimento na medida em que foi, preliminarmente, objeto de excomunhão?” (FOUCAULT, 1978: 119). O desatino sustentou a permanência da instituição do internamento. A partir dele foi possível compreender o louco e constituir no século XIX a alienação mental. A “liberação” que veio da grande Internação é simbolizada pelo encontro do homem que formulou a existência do desatino com o homem positivista que ouvia as vozes patológicas da loucura.

O momento da libertação dos acorrentados de Becêtre em 1794, os lunáticos e insanos são colocados em locais específicos, demonstra que estes haviam recebido o status de doentes, com o respectivo tratamento - essa foi a base do que viria a ser aplicado no século XIX.

E quando a experiência social passa para o conhecimento científico, esse saber é apoderado pela medicina no início do séc. XIX, culminando no nascimento da psiquiatria. “E aos poucos esta primeira percepção se teria organizado, e finalmente aperfeiçoado, numa consciência médica que teria formulado como doença da natureza aquilo que até então era reconhecido apenas como mal-estar da sociedade” (FOUCAULT, 1978: 91).

As práticas psiquiátricas não foram apenas respostas às condições sócio-históricas, elas se desenvolvem também como uma mudança na percepção social da loucura. Parte de uma necessidade



da sociedade capitalista para sanear e ordenar os espaços urbanos e também, para disciplinar corpos e mentes (PASSOS; BEATO, 2003: 139).

Segundo Sugizaki (2020: 8), o livro conta como a sociedade divide e classifica os sujeitos; “o internamento da Idade Clássica foi a modalidade da exclusão de todo aquele que não se adequava à implantação da disciplina da sociedade da mais produção. Foi isso a *déraison*. ”.

A obra questiona os saberes, poderes e processo de objetivação e subjetivação que ocorreram dentro do processo de internamento. A loucura, neste prisma, não é vista como doença mental e nem como patologia, mas sim como produção social e política.

Assim, nos dizeres de Sugizaki (2020):

Foi a densidade e o alcance da reflexão filosófica de História da Loucura que lhe deram uma herança, reservando-lhe o destino de tornar-se o marco de abertura de um campo de novos discursos, discussões e escritos, formando uma malha, uma teia, onde os diálogos desdobram-se para novos alcances, mas sem que certos enlaces se percam. Essa abertura e essa herança merecem o nome de campo discursivo da história da loucura (SUGIZAKI, 2020: 8).

Outras obras seguiram nesta temática e trouxeram grandes contribuições como *A Ordem psiquiátrica: A Idade de Ouro do Alienismo* (1978) de Robert Castel. Logo no prefácio, o autor nos mostra os elementos e instâncias que estão interessados no controle da loucura e que atuaram e atuam desde o final do século XIX até os dias de hoje, são eles: o contexto político, o surgimento de novos agentes (como juristas e medicina), a atribuição de status de doente ao louco e a constituição de uma nova estrutura institucional.

De acordo com Batista (2014), movimento semelhante ocorreu no Brasil, entre os séculos XVI a XVIII, a loucura permanecia no convívio social, no início do século XIX passa a ser vista como desordem e perturbação, e se inicia a exclusão nas Santas Casas de Misericórdia e nas prisões públicas. E foi a articulação médica, junto ao provedor da Santa Casa, José Clemente Pereira, que visaram a criação de locais específicos, com objetivo terapêutico: os hospícios. Sendo o primeiro criado em 1841.

Os trabalhos sobre a loucura no Brasil também prosperaram. Dentre eles temos nomes como Maria Clementina Pereira Cunha, que na obra *O espelho do mundo: Juquery, a História de um Asilo* marca o movimento de disciplinarização da sociedade do final do século XIX tendo como palco a cidade de São Paulo; em outro trabalho da mesma autora, utilizando prontuários do Juquery, mostra a relação feita entre loucura e mulheres. Outra obra de destaque é *Os delírios da Razão* de Magali Gouveia Engel (2001) que mostra o desenvolvimento da psiquiatria no Brasil por meio das vivências

na cidade do Rio de Janeiro entre 1830 a 1930. O trabalho avalia o processo de construção da loucura como doença mental e sobre os mecanismos de controle social, como a medicalização da loucura.

Embora se tenha como tema a loucura, o objeto de estudo é a interdição, focada nos sujeitos que num determinado momento entraram em contato com os dispositivos judiciais.

INTERDIÇÃO JUDICIAL

Segundo Gonçalves (2016) o direito nasce para gerar condições de equilíbrio na vida em sociedade. O direito positivo se traduz em conjunto de princípios que regulam a vida social de um determinado povo num determinado tempo. A divisão clássica entre direito público e direito privado tem sua origem no direito romano, no qual o direito público visa proteger os interesses da sociedade e o direito privado os interesses particulares; divisão que se tornou insuficiente levando em consideração que às vezes se torna difícil delimitar qual o interesse protegido. O direito civil encontra-se como ramo do direito privado; trata-se de um direito comum a todos os homens, disciplinando os modos de ser e agir.

Em janeiro de 1916 foi aprovado o primeiro Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916, com influência dos códigos francês de 1804 e alemão de 1896. Um trecho da obra de Gonçalves (2016) assim dispõe:

Elogiado pela clareza e precisão dos conceitos, bem como por sua brevidade e técnica jurídica, o referido Código refletia as concepções predominantes em fins do século XIX e no início do século XX, em grande parte ultrapassadas, baseadas no individualismo então reinante, especialmente ao tratar do direito de propriedade e da liberdade de contratar. Como assevera Francisco Amaral, foi um código de sua época, elaborado a partir da realidade típica de uma sociedade colonial, traduzindo uma visão do mundo condicionado pela circunstância histórica física e étnica em que se revelava (GONÇALVES, 2016: 39-40).

Após 86 (oitenta e seis) anos, o Código Civil foi reestruturado e revogado pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Contudo, o tempo da pesquisa se passa entre o período que vai do Estado Novo ao início da abertura democrática do Regime de 1964, portanto, quando o Código de 1916 ainda se encontrava vigente. Desta forma, as análises seguintes se atrelaram a esta norma.

O Código Civil de 1916 foi dividido em Parte Geral, que trata das pessoas e dos bens. E em parte especial, dividido em direito da família, direito das coisas, das obrigações e das sucessões.

Um ponto que demanda atenção na Parte Geral é sobre o reconhecimento da condição de pessoa e sobre a atribuição de personalidade jurídica a todos aqueles que nascem com vida. “Já a

capacidade jurídica é o atributo jurídico da personalidade, dando à pessoa o direito de exercer, por si só, os atos da vida civil” (SOUZA, 2015: 114).

De acordo com Silva e Nascimento (2018), o Brasil adotou neste ordenamento a Teoria da Incapacidade Civil de Savigny (existente já no século XIX), dividindo os sujeitos em plenamente capazes (aptos a praticar atos negociais e econômicos), relativamente incapazes (assistidos) e absolutamente incapazes (representados).

Art. 5. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- I. Os menores de dezesseis anos.
- II. Os loucos de todos o gênero.
- III. Os surdo-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade.
- IV. Os ausentes, declarados tais por ato do juiz.

Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

- I. Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.
- II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.
- III. Os pródigos.
- IV. Os silvícolas.

Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País.

(BRASIL, 1916).

Como se percebe nestes artigos, a escolha legislativa alocou as pessoas com transtornos mentais no rol dos absolutamente incapazes. E ante a incapacidade civil era necessária uma representação exercida pela figura do curador para o exercício dos atos da vida.

Adentrando nos institutos da curatela e tutela, segundo Souza (2015), eles estavam presentes como proteção aos que não tinham a capacidade plena desde o Direito Romano, em ambos os casos não havia uma prévia interdição, uma declaração formal de incapacidade. Pontes de Miranda (2000) apud Souza (2015: 122-123) nos ensina que: “[...] o direito romano e germânico não conheciam verdadeira interdição dos insanos. A interdição constitutiva vai encontrar-se no velho Direito francês (desde 1499, pelo menos, sob Luis XII), tratando ao louco como ao pródigo.” Como dito anteriormente, o Código Brasileiro teve influência do código francês de 1804.

A interdição se encontra dentro da parte especial do Código Civil, no Livro I: Do direito de família, no Título VI: Da tutela, da curatela e da ausência, em específico no Capítulo II: Da curatela. Tutela e curatela são dispositivos que visam a proteção de incapazes, sendo a tutela direcionada aos menores de idade e a curatela voltada aos seguintes sujeitos de acordo com o art. 446, da Lei nº 3.071 de 1916:

Art. 446: Estão sujeitos à curatela:

- I. Os loucos de todo gênero;

- 
- II. Os surdos-mudos, sem educação que os habilite a enunciar precisamente a sua vontade;
 - III. Os pródigos.

Os loucos até então eram considerados como absolutamente incapazes. No entanto, com o advento do Decreto nº 24.559 de 3 de julho de 1934, que *dispõe sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção à pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências*. No seu art. 26, instituiu que os psicopatas são absoluta ou **relativamente** incapazes. Deste modo, aos psicopatas passou-se a admitir a curatela parcial ou total e não apenas a total. Este decreto foi o segundo³⁵⁷ ordenamento estabelecido que propunha proteção ao doente mental, no entanto, acaba por reafirmar a ideia de incapacidade do doente mental e reforça a institucionalização e o instituto da interdição.

Os sujeitos da curatela possuem maioridade legal, no entanto, por certas circunstâncias são considerados incapazes para exercer seus direitos civis. A curatela dependia de prévio processo de interdição. O art. 447 descreve quem deve propor essa ação, chamado de requerente, sendo: Pai, mãe ou tutor; cônjuge ou parente próximo; e também, o Ministério Público.

A interdição é decretada exclusivamente por juiz, que antes de decretá-la examinará pessoalmente o requerido, “ouvindo profissionais”. Decretada a incapacidade do sujeito, será nomeado um curador.

Quanto às etapas do processo, inicia-se pela petição inicial, interrogatório, exame pericial e sentença (artigos 447 a 453, CC 1916). Essas etapas passaram a ser reguladas pelo Código de Processo Civil 1939 (Decreto-Lei nº 1.608 de 18 de setembro de 1939), nos artigos 606 a 620. Após este, foram decretados mais dois códigos, a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 e a Lei 13.105, de 16 de março de 2015 vigente até os dias de hoje.

Do exposto, tentar-se-á fazer um paralelo da aplicação da norma aos loucos da recém criada capital de Goiás. Análises práticas que já foram realizadas na Paraíba nos anos de 1830-1930 por Junqueira (2016), em Guarapuava-PR de 1940 a 1950 por Petrini (2013) e em Salvador-BA de 1889-1930 por Santos (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste texto foi traçar um debate teórico sobre os temas que serão tratados na dissertação do Mestrado em História ainda em desenvolvimento. Essa base teórica irá permitir

³⁵⁷ O primeiro foi o Decreto n. 1.132, de 22 de dezembro de 1903, que regulamentou a assistência ao alienado.

analisar a loucura em sua relação com a instituição do Poder Judiciário e os papéis formados a partir dessa relação.

Assim, o estudo sobre loucura e Interdição Judicial, em especial curatela aplicada aos “loucos de todos os gêneros” gera um arcabouço para análise dos processos que se quer realizar. Mas antes de tratar sobre evolução jurídica, sobre o saber-poder da psiquiatria; o que se busca é a história sobre a loucura. Sobre as pessoas que ficaram invisibilizadas nos processos de interdição. Quem eram elas? Qual o destino destes indivíduos? Como a interdição sobre sua capacidade civil interferiu em suas vidas?

Por fim, busco compreender como a loucura foi operacionalizada no Poder Judiciário do Estado de Goiás, com o estabelecimento da Comarca de Goiânia, nos anos de 1940 a 1969, através dos processos de interdição. Como o poder médico se mistura ao saber jurídico para decidir sobre a capacidade ou não. Permite deste modo, decifrar as relação de poder, dominação e resistência que se estabelecem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Micheline Dayse Gomes. **Breve história da loucura, movimentos de contestação e Reforma Psiquiátrica na Itália, na França e no Brasil.** Política & Trabalho Revista de Ciências Sociais. João Pessoa, n. 40, p. 391-404, abr. 2014.

BRASIL. Código Civil: Lei n. 3.071, de 1º de Janeiro de 1916. **Código Civil dos Estados do Brasil.** Diário Oficial da União: Seção 1, ano 1916, p. 133, 5 jan. 1916.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de Setembro de 1939. **Código de Processo Civil.** Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, 31 dez. 1939.

BRASIL. Decreto n. 1.132, de 22 de dezembro de 1903. **Reorganiza a Assistência a Alienados.** Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, 22 dez. 1903.

BRASIL. Decreto nº 24.559, de 3 de julho de 1934. **Dispõe sobre a profilaxia mental, a assistência e proteção á pessoa e aos bens dos psicopatas, a fiscalização dos serviços psiquiátricos e dá outras providências.** Diário Oficial da União: Rio de Janeiro, RJ, 3 jul. 1934.

CASTEL, Robert. **A Ordem Psiquiátrica: A idade de ouro do Alienismo.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Loucura, Gênero Feminino: As Mulheres do Juquery na São Paulo do Início do Século XX.** Revista Brasileira de História. São Paulo, 1989, v. 9, n. 18, p. 121-144, ago/set. 1989.

ENGEL, Magali Gouveia. **Os delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

GOIÁS (Estado). Decreto n. 327, de 2 de agosto de 1935. O Governador do Estado de Goiaz, usando das atribuições que lhe são conferidas a tendo em vista o Relatório apresentado pela Comissão nomeada pelo decreto n. 3.804, de 18 de setembro de 1933. Diário Oficial: Goiás, GO, 3 ago. 1935.

GOIÁS (Estado). Decreto n. 1.816, de 23 de Março de 1937. Transfere para Goiânia a Capital do Estado de Goiaz. Diário Oficial: Goiás, GO, 25 mar. 1937.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva Educação, v. 1, 14 ed., 2016.

JUNQUEIRA, Helmara Giccelli Formiga Wanderley. **Doidos(as) e doutores: A medicalização da loucura na Província/Estado da Parahyba do Norte 1830-1930**. Recife: Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

PASSOS, Izabel Christina Friche; BEATO, Mônica Soares da Fonseca. **Concepções e práticas sociais em torno da loucura: alcance e atualidade da História da Loucura de Foucault para investigações etnográficas**. Psychê Revista de Psicanálise. São Paulo, ano VII, n. 12, p. 137-158, jul. dez. 2003.

PETRINI, Abigail Duarte. **Interdito: Jogos de loucura, saber e poder nos processos de Interdição de Guarapuava-PR (1940-1950)**. Marechal Cândido Rondon: Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2013.

SANTOS, Bruna Ismerin Silva. **Loucura em família: Interdição judicial e o mundo privado da loucura. Salvador-Bahia (1889-1930)**. Salvador: Tese (Doutorado em História) Universidade Federal da Bahia, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 Ed. São Paulo: Cortez editora, 2010.

SILVA, Nicolas Master de Farias; NASCIMENTO, Luciana Rodrigues Passos. **Uma releitura da Teoria da Incapacidade Civil no Brasil face ao Novo Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Ideias & Inovação. Aracaju: v. 4, n. 2, p. 23-32, mai. 2018.

SOUZA, Iara Antunes de. **Revisão de Interdição e da Curatela: uma proposta baseada na revisão da teoria das incapacidades à luz do Biodireito e da saúde mental**. Belo Horizonte: Tese (Doutorado em Direito) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2015.

SUGIZAKI, Eduardo. **O Campo Discursivo da História da Loucura**. Revista Expedições. Morrinhos: v. 11, Fluxo Contínuo, jan. dez. 2020.

WADI, Yonissa Marmitt. Uma história da loucura no tempo presente: Os caminhos da assistência e da reforma psiquiátrica no Estado do Paraná. **Tempo e Argumento**, V. 1, p. 68-98, 2009.

O “ABRASILEIRAMENTO” DA GUARÂNIA E DA POLCA PARAGUAIA: O HIBRIDISMO CULTURAL QUE CRIOU O RASQUEADO

Henrique Rodrigues Jabur Maluf³⁵⁸

RESUMO

Este artigo tem a meta de analisar o surgimento do gênero musical Rasqueado no Brasil, mais precisamente, na fronteira oeste, contrapondo a sua constituição histórica a partir do fim da Guerra do Paraguai, a separação do estado de Mato Grosso e as novas práticas musicais que parecem insurgir como resultado desse processo. Pretende-se analisar, com este trabalho, um Estudo Cultural em face da cultura musical paraguaia e sua influência no Brasil, especialmente nas décadas de 1940 e 1950. Para analisar o “atravessamento” dessa música, serão utilizados os conceitos de culturas híbridas em Nestor Garcia Canclini e identidade em Stuart Hall. Objetivamos delinear um diagnóstico quanto ao rasqueado, suas hibridações e poéticas a partir de sua transposição histórica em face dos gêneros musicais paraguaios denominados Guarânia e Polca. Espera-se, sobretudo, compilar informações culturais e fonográficas da trajetória musical e histórica da música na fronteira oeste do Brasil, a fim de apresentar as características do Rasqueado a partir do seu surgimento enquanto gênero musical.

Palavras-chave: Guarânia, Polca Paraguaia, Rasqueado, Hibridez Cultural

Nosso anseio neste artigo é apontar o processo histórico/cultural que culminou no surgimento de um gênero musical brasileiro, o Rasqueado. Percorreremos os caminhos que foram feitos pela música paraguaia, especialmente a Guarânia e a Polca Paraguaia, no seu processo de “atravessamento” das fronteiras, para se chegar ao que hoje entendemos como Rasqueado. Para isso temos que trazer algumas contribuições sobre a Hibridez Cultural, para, a partir dela mergulharmos nas raízes platinas, que mudariam por completo a música brasileira.

³⁵⁸ Mestrando em História – Fronteiras, Identidades e Culturas (UFMT). Licenciado em Música (UFMT). E-mail: herojama@gmail.com.br



O RASQUEADO

Mario de Andrade, em seu Dicionário Musical Brasileiro, assim define o rasqueado:

Diz-se dum toque de viola, em que se arrastam as unhas ou só um polegar pelas cordas, sem as pontear [...] Em vez de dedilhar corda por corda, o tocador com os dedos ajuntados ou o polegar, esfrega as pontas dos dedos perpendicularmente nas cordas, produzindo acordes em glissandos rápidos. (ANDRADE, 1989, p. 427).

Silva (2019) aponta que a palavra deriva do espanhol, mais especificamente do verbo “rasguear”, que significa “*tocar o violão ou outro instrumento roçando várias cordas ao mesmo tempo com as pontas dos dedos*”. No Brasil, a palavra “rasguear” foi transformada em “rasquear”, e continua dizendo que “*surgiu a partir do aparecimento das guitarras espanholas, principalmente as castelhanas e catalanas de 5 (cinco) cordas, nas quais a maneira de tanger os dedos sobre as cordas, produzem sons do tipo “rasgado”*”. (SILVA, 2019, p. 4)

Rossini Tavares Lima explica essa técnica necessária para obter resultado ao executar uma melodia ou acompanhamento constituído pelo “*tanger*” os dedos sobre as cordas de forma rasqueada: “*o movimento mais ou menos rápido da mão direita, para baixo e para cima, de forma tal que as unhas firam várias cordas ao mesmo tempo. O resultado do rasqueado é sempre harmônico. Isto é, acordal.*” (LIMA, 1963, p. 34-35).

Para discutirmos um bem cultural precisamos perpassar pelas noções básicas de Cultura, contudo, suas narrativas constitutivas entram em contrariedades semânticas e dificuldade analítica. Em seu livro *A ideia de Cultura*, o filósofo britânico Terry Eagleton diz que “*se cultura significa cultivo, um cuidar, que é ativo, daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o que o mundo nos faz.*” (EAGLETON, 2005, p. 11) Sua dubiedade não finda por aí, pois, o “*cultural é o que podemos mudar, mas o material a ser alterado tem sua própria existência autônoma, a qual então lhe empresta algo da recalcitrância da natureza*”; além do que, “*cultura também é uma questão de seguir regras, e isso também envolve uma intenção entre o regulado e o não-regulado*” (Ibid., p 13). Eagleton termina seu livro dizendo que

A cultura não é unicamente aquilo de que vivemos. Ela também é, em grande medida, aquilo para o que vivemos. Afeto, relacionamento, memória, parentesco, lugar, comunidade, satisfação emocional, prazer intelectual, um sentido de significado último: tudo isso está mais próximo, para a maioria de nós, do que cartas de direitos humanos ou tratados de comércio. (Ibid., p 184).

O historiador britânico Edward Palmer Thompson aponta que a

Cultura é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais de hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho. (THOMPSON, 1998. p. 22).

Ao tratarmos sobre os aspectos históricos e culturais de Mato Grosso – tendo aqui uma manifestação cultural como objeto, o Rasqueado Matogrossense –, primeiramente temos que levar em conta a divisão do estado de Mato Grosso, resultado de um longo e tenso processo que durou cerca de um século de história. A região sul e a região norte do estado sempre estiveram em posições políticas opostas. A respeito Ferrari (2014, p. 58) escreve que:

O “Movimento Divisionista” perdurou por mais de cento e quarenta anos, por meio de campanhas, abaixo-assinados, criação de jornais, de comissões, de manifestações, apoiados na defesa de que a divisão seria fator de progresso rápido para as duas unidades (sul e norte). [...] No dia 11 de outubro de 1977, o presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, assinou a Lei Complementar nº 31, desmembrado de área do estado de Mato Grosso, criando o estado de Mato Grosso do Sul, com a capital em Campo Grande.

Assim, a divisão do estado foi um fato que ocorreu devido a uma polarização entre “os do norte” e “os do sul” que, ao longo dos anos, resultou na construção de diferentes identidades matogrossenses, ainda que como um estado único, mas com diferentes viveres sociais/culturais. No sentido da construção das identidades, Macedo (2016) aponta Cuiabá como uma cidade cosmopolita, a cidade do ouro, e Campo Grande, como uma cidade mais voltada à pecuária e agricultura, devido a falta do ouro.

Há hoje diversas discussões sobre a origem do gênero musical Rasqueado e, de uma forma geral, autores como Nepomuceno (1999), Higa (2013), Gonçalves (2014) afirmam que se trata de uma maneira de se tocar os ritmos platinos/paraguaios. Sobre a origem do Rasqueado no Brasil, Gonçalves (2014, p. 41) afirma que o “*rasqueado não passa de uma adaptação da polca paraguaia e da guarânia*”. Conforme Higa (2013), esse é o mesmo fenômeno que aconteceu com o gênero musical Chamamé³⁵⁹, porém, mesmo “*mantendo muitas semelhanças estruturais e identitárias com a música do Paraguai*”, optamos por não aprofundarmo-nos no gênero pelo fato do mesmo

³⁵⁹ O chamamé é um gênero musical surgido na década de 1930, na região nordeste da Argentina – fronteira com o Paraguai – e pode ser considerado como uma “nacionalização” da polca paraguaia naquele país, com a qual compartilha muitas semelhanças estruturais e identitárias. (HIGA, 2013, p. 21)

representar uma “*“argentinização” da polca paraguaia e da guarânia, sendo associado à identidade nacional da Argentina e não do Paraguai.*”

Entendendo que o Rasqueado é o “abrasileiramento” da Polca Paraguaia e da Guarânia, precisamos compreender os gêneros, afim de apontar as semelhanças, diferenças e o processo que foi o “atravessamento” das fronteiras paraguaias, para que se consolidasse um “novo” gênero musical brasileiro.

A POLKA PARAGUAIA E A GUARÂNIA: A FORÇA DA MÚSICA PARAGUAIA INVADE O BRASIL

De acordo com Gonçalves (2014), a música paraguaia vinha sendo construída desde os tempos da colonização espanhola no século XVI, *“quando chegou ao continente os primeiros instrumentos ancestrais do violão, instrumento de origem árabe-islâmica e que foi introduzido na Espanha pelas mãos dos mouros”*. (GONÇALVES, 2014, p.17)

A chegada das danças de salão da Europa foi importante também para a formulação da música tradicional paraguaia. A polca³⁶⁰ foi uma delas. Higa (2006, p. 2), aponta que a polca paraguaia surgiu *“da dialética do encontro dessa influencia hispânica-europeia com o repertório campesino do Paraguai – lentamente configurado nas zonas rurais”*.

De acordo com Gonçalves (2014) a *“febre da polca”* chegou à região do Rio da Prata por volta de 1845 e se alastrou pelos países da América do Sul, no ano de 1858 que se tem o primeiro registro da citação do nome “polca” em um jornal paraguaio, referindo-se a um baile popular que aconteceu em 27 de novembro daquele ano em Assunção. *“Durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864/1870) a música se mantinha a serviço do exército do presidente Solano Lopez, com as bandas militares (...) seguindo os soldados paraguaios até as batalhas finais”*. (GONÇALVES, 2014, p. 17-18).

Uma das polcas mais populares (se não for a maior expoente do gênero), a música Galopera³⁶¹, composta pelo violonista e flautista Mauricio Cardozo Ocampo (1907-1982) a canção teve e tem uma

³⁶⁰ Ela nasceu por volta de 1830 na Bohemia e conquistou rapidamente os salões da Europa por ser uma dança alegre. (ibid)

³⁶¹ Segundo o próprio Mauricio Ocampo, sua composição foi inspirada nos bailes do antigo bairro de Chacarita que fazia parte do território de Pedro Juan Caballero, que curiosamente faz fronteira com Mato Grosso do Sul. Hoje essa música é mundialmente conhecida e gravada em vários idiomas como alemão, italiano, inglês, português, iugoslavo, grego, hebreu e japonês. BORBA, Júlio César Matos. **Galopera: música instrumental paraguaia no Brasil. Revista do Programa de Pós Graduação em Música da Universidade Federal do Paraná - Música em perspectiva.** v.10 n.2, dezembro 2017 p. 117-134. Disponível para audição em: <https://www.youtube.com/watch?v=GyPyhg1Wq9U>



grande repercussão no Brasil, fato ocorrido pela gravação feita pela dupla sertaneja Chitãozinho e Xororó, como aponta Borba (2017).

O pesquisador Evandro Higa, tem importantes pesquisas em torno da música paraguaia, e, de acordo com o autor, a guarânia é um gênero de música popular urbana paraguaia que surgiu a partir da década de 1930, *“com seu ritmo – derivado da polca paraguaia – a guarânia representa para o Paraguai um sentido identitário que foi sendo construído à medida que o nome de Jose Asunción Flores”* (a quem é atribuída sua criação) ganhava destaque na luta ideológica travada contra o Estado totalitário, convertendo-se em um dos mais *“vigorosos símbolos do que se costuma denominar “alma guarani”*. (HIGA, 2013, p. 18). A guarânia *“Índia”³⁶²* é uma das mais difundidas pelo mundo, foi composta entre 1926 ou 1929, e é uma das responsáveis pela grande invasão da música paraguaia no Brasil.

Uma das diferenças mais evidentes entre a guarânia e a polca paraguaia não estão apenas no andamento (que confere à polca um caráter dançante e festivo), *“mas tem a ver também com a dicotomia dos universos urbano e rural e o caráter ideológico que direcionou a criação da guarânia enquanto gênero musical”*. (ibid, p. 188)

A diáspora dos paraguaios motivada por dramáticas migrações fez com que a cultura paraguaia, especialmente em suas configurações musicais, fosse reterritorializada em regiões de fronteira (...) sendo que sua inserção bem sucedida no campo da música sertaneja brasileira aponta para a existência de indícios de que provavelmente deveria haver muitos paraguaios estabelecidos – provavelmente de forma clandestina – em grande parte do território centro-sul do Brasil. (Ibid, p. 44)

Conforme Higa (2013) a dinâmica que possibilitou que a música paraguaia entrasse no Brasil e fosse ressignificada, dependeu de um movimento não só geográfico, com os agentes atravessando fronteiras e longos deslocamentos espaciais, mas também de uma *“trama reticular que foi envolvendo o universo simbólico de populações distantes entre si em um processo de apropriação e ressignificação que envolveu negociações e lutas simbólicas”*. (Ibid., loc. Cit.). Herom Vargas (2004, p.4) nos coloca que *“o potencial híbrido é patente quando focalizamos a música popular latino-americana”*, seja em *“misturas de escalas, ritmos, instrumentos, formas de execução, materiais, novos nomes para gêneros, etc.”*, porém, é importante apontar que essas hibridações respondem antes a um complexo – e sutil – processo de luta simbólica.

³⁶² Jose Asunción Flores (Asunção, 1908 – Buenos Aires, 1972) e recebeu duas letras: a primeira do poeta Rigoberto Fontao Meza (Tape Ka'aty, 1900 – Assunção, 1936) e a segunda – que se tornou mais popularizada – do poeta Manuel Ortiz Guerrero (Villarrica, Guairá, 1897 – Sucuru'á, 1933) (...) ganha a famosa versão brasileira feita por José Fortuna em 1952 (HIGA, 2013, p. 119-122). Disponível para audição em: <https://www.youtube.com/watch?v=4fKV1nHDxbw>

Refletindo essa luta simbólica a luz do que o sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall nos coloca, abordaremos os processos de introdução da polca e da guarânia no Brasil. Ao abordarmos gêneros musicais que transitam entre dois Estados-nação vizinhos, separados por uma geopolítica vulnerável ao jogo de identidades e de cultura fica evidente a complexidade do objeto. Os conflitos identitários e culturais são constantemente negociados e colocados à prova nos campos de luta simbólica, pois: “as comunidades migrantes trazem as marcas da diáspora, da “hibridização” e da *différance* em sua própria constituição.” (HALL, 2009, p.79).

SONHOS GUARANIS (Paulo Simões)

*Mato Grosso encerra em sua própria terra, Sonhos guaranis
Por campos e serras a história enterra uma só raiz
Que aflora nas emoções, E o tempo faz cicatriz
Em mil canções, Lembrando o que não se diz
Mato Grosso espera esquecer quisera, O som dos fuzis
Se não fosse a guerra, Quem sabe hoje era um outro país
Amante das tradições de que me fiz aprendiz
Em mil paixões sabendo morrer feliz, E cego é o coração que trai
Aquele voz primeira que de dentro sai, E as vezes me deixa assim ao
Revelar que eu vim da fronteira onde, O Brasil foi Paraguai³⁶³*

A canção supracitada faz menção a região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai num período que se entende como conflituoso: “*se não fosse a guerra, quem sabe hoje era outro país*”. A respeito dessa fronteira marcada por guerras, Higa (2006, p. 2-3) aponta que três guerras foram contundentes nesse processo migratório, “*movidos pela extrema pobreza*” sendo a “*Guerra da Tríplice Aliança (século XIX), Guerra do Chaco (1932-1935) e Guerra Civil de 1947*”. Muitos paraguaios buscaram abrigo nas fronteiras dos países vizinhos, para o sul de Mato Grosso, vieram especialmente para “*trabalhar na colheita da erva-mate e nas lides com o gado, trazendo suas heranças culturais e, principalmente, sua música que logo conquistou destacado espaço no cotidiano da população*”.

Concebida como um gênero musical urbano do Paraguai, a guarânia começou a ser gravada – no Brasil – por músicos paraguaios em 1935 “*ano que marca o fim da Guerra do Chaco entre o Paraguai e a Bolívia*” ano em que Jose Asunción Flores iniciava sua atuação política e artística no

³⁶³ SIMÕES, Paulo. Sonhos Guaranis. In: SATER, Almir. Domas, Som Brasil/RGE – 1982, Faixa 5 – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ByEEDj3WFm4>. Acesso: 26 de junho de 2022

exílio em Buenos Aires. (HIGA, 2013, p. 254). A polca paraguaia e a guarânia se incorporaram ao universo brasileiro “*através de sua adoção pelos intérpretes e compositores de música sertaneja e sua inserção no mercado fonográfico*” (Ibid, p. 3).

Dois momentos foram cruciais nesse processo, que mudaria por completo a música sertaneja brasileira, o primeiro aconteceu nos anos de 1943 e 1944 quando músicos paulistas fazem uma turnê pela região fronteira entre o Brasil e Paraguai e “*ressignificam a música paraguaia criando gêneros como o rasqueado e a moda campera*”³⁶⁴ (Ibid, p. 44).

A respeito, Ferrari (2014) nos contextualiza, quando Ariovaldo Pires, o Capitão Furtado, convida o sanfoneiro Mário Zan, Nhô Pai e Nhá Fia a assinarem contrato com a Empresa Teatral Peduti³⁶⁵, para realizarem uma série de shows em cinemas existentes nas várias cidades do sul de Mato Grosso “*Mário se deparou com ritmos diferentes e se encantou. Compôs a música: **Três Lagoas**, que muito sucesso fez por todo Brasil. Em Porto Esperança, compôs **Seriema**, em Corumbá **Chalana** e em Maracaju **Cidades de Mato Grosso**.*” (FERRARI, 2014, p. 58-59)

A música Chalana é considerada o Rasqueado de maior sucesso, “*recebeu letra de Arlindo Pinto, gravada por vários artistas, como Tônico e Tinoco, foi tema da novela Pantanal na voz e viola do sul mato-grossense Almir Sater*”. (GUAPO, 2010, p. 61)

CHALANA (Mário Zan e Arlindo Pinto)

*Lá vai uma chalana, bem longe se vai.
Navegando no remanso, do rio Paraguai.
Oh! Chalana sem querer, tu aumentas minha dor,
nessas águas tão serenas, Vai levando meu amor.*

*E assim ela se foi, nem de mim se despediu.
A chalana vai sumindo, na curva lá do rio.
E se ela vai magoada, eu bem sei que tem razão.
Fui ingrato, eu feri, o seu meigo coração.*³⁶⁶

³⁶⁴ Moda Campera é um gênero musical surgido no Brasil na década de 1940 em paralelo com o Rasqueado, porém as referências às fronteiras são substituídas “*principalmente por representações gauchescas*”. É possível notar a relação com o imaginário gaúcho em títulos que associam esse “*gênero aos campos do sul: “Gaúcho guapo”, “Adeus Rio Grande”, “Boiadeiro gaúcho”, “Ca gaúcho”, “Catarinense”, “De São Paulo ao Rio Grande”, “João gaiteiro”, etc.*” (HIGA, 2013, p. 116-117)

³⁶⁵ Empresa Teatral Peduti – Na década de 1944, com sede na cidade de Botucatu, interior de São Paulo, sob a direção de Emílio Peduti, a empresa trabalhava no ramo de Cinemas. (FERRARI, 2014, p. 58)

³⁶⁶ Música composta por Mário Zan (...) em 1944 e por solicitação do autor em 1954, foi composta letra pelo poeta Arlindo Pinto, seguido referência/narrativa também de Mário Zan (Ibid, p. 74) - Versão Cantada com Duo Brasil Moreno

Sobre essa turnê, a pesquisadora Rosa Nepomuceno em seu livro “Música Caipira da Roça ao Rodeio” aponta que a trupe “*percorreram rios, atravessaram pastos em carros-de-boi e em caminhõezinhos de mudança, segundo as lembranças de Mário Zan*”. A viagem ainda tomara um rumo inesperado, de Porto Murtinho, na fronteira, Nhô Pai e Nhá Fia “voltaram para casa”, porém o Capitão Furtado e o sanfoneiro Mario Zan

entraram rio adentro num naviozinho que não tinha como atracar, parando próximo às barrancas e baldeando os passageiros para as chalanas (...) Nele viajava a comitiva do presidente do Paraguai, Higino Morinigo. A camaradagem entre eles mudou os planos da dupla. “Ao invés de irmos direto para Assunção (...) fizemos com o presidente uma viagem por todo o país.” Voltando dessa aventura, Mário Zan lançou uma safra de músicas inspiradas nos sons e ritmos da região, e com Nhô Pai reivindicou a introdução do rasqueado na música brasileira. (NEPOMUCENO, 1999, p. 129-130).

A canção *Cidades de Mato Grosso*, sintetiza em sua letra um pouco da viagem do grupo às terras fronteiriças, em algumas das cidades pelas quais a caravana passou. *Cidades de Mato Grosso*³⁶⁷ (Mário Zan e Arlindo Pinto)

*Chego até ficar maluco com o rasqueado apaixonado
Essa música penetra no meu peito amargurado.
Faz lembrar o Paraguai, essa boa terra irmã
Faz lembrar Porto Esperança, faz lembrar Ponta Porã.*

*Meu prazer seria ouvir, rasqueado a vida inteira.
Prá lembrar as noites lindas que passei lá na fronteira.
Lembro então Porto Murtinho, Bela vista e Corumbá
Três Lagoas, Campo Grande, Aquidauana e Cuiabá.*

De acordo com Higa: “*Na década de 1940, diversos compositores brasileiros de música sertaneja se apropriaram da guarânia que, ressignificada, possibilitou o surgimento do rasqueado.*” (HIGA, 2013, p. 254) De acordo com o autor: “*O primeiro rasqueado gravado e lançado em 1940 no Brasil foi “Paraguayta”*³⁶⁸, de Cunha Jr. com interpretação de Nhô Nardo e Cunha Jr.”, “*No ano seguinte, Nhá Zefa e Nhô Pai gravara a primeira guarânia brasileira: “Morena murtinhense”*”³⁶⁹. (Ibid, p. 67). A música paraguaia atravessou as fronteiras nacionais “*na bagagem de músicos*

- Gravação de 1952. Disponível para audição em: <https://www.youtube.com/watch?v=H3TZ-URnlow> Acesso em: 26 de junho de 2022.

³⁶⁷Versão instrumental por Mario Zan – Disponível para audição em: https://www.youtube.com/watch?v=pc0_kNhNzCM Acesso em 25 jun. 2022. – Versão cantada, por Duo Irmãs Celeste– Disponível para audição em: <https://www.youtube.com/watch?v=ui0zZ3MSeEc> Acesso em 25 jun. 2022

³⁶⁸ Disponível para audição em: https://www.youtube.com/watch?v=6_hXWRu6EQ Acesso em 28/06/22.

³⁶⁹ SANTOS, João Alves dos (Nhô Pai). **Morena Murtinhense**. In: Nhá Zefa E Nhô Pai – Odeon - Nº 11973, Lado A – 1941 – *Não encontrado para audição* (grifo nosso)

itinerantes em busca de trabalho. A apropriação (...) da guarânia pelos músicos sertanejos, (...) implicou em um processo de hibridação e ressignificação que deu origem à criação do rasqueado” (Ibid, p. 256).

Ainda nos apontamentos de Higa sobre a dinâmica de introdução da polca e da guarânia no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950, o segundo momento crucial foi quando os gêneros foram introduzidos *“no circuito de gravações fonográficas do Brasil, tanto por músicos paraguaios quanto por brasileiros, sendo que estes preferencialmente através de versões para o português”*. Essas versões surgiram no âmbito da música sertaneja, em um *“processo de apropriação e ressignificação de seus componentes estruturais e simbólicos”* e rapidamente ganham espaço quando passam a ser *“divulgada em programas radiofônicos e através das práticas musicais a cargo de músicos paraguaios e brasileiros”*. (Ibid, p. 18-19)

As versões para o português de guarânias paraguaias, a incorporação do rasqueado na maneira de tocar a viola e a composição de canções com base de acompanhamento ternário feito pelos músicos “caipiras” brasileiros não apenas trouxe visibilidade à música do Paraguai, mas legitimou a vinculação dessa música à região sul de Mato Grosso com seus campos, suas fazendas, suas pequenas cidades isoladas do resto do país e suas fronteiras por onde o intercâmbio cultural desencadeou um processo identitário bastante singular. (HIGA, 2006, p. 6)

Ferrari (2014, p. 23) ainda afirma que *“Por meio de seus acordes, as belezas dessa terra foram cantadas e ouvidas em outros rincões. Um traçado imaginário do oeste brasileiro foi desenhado na cabeça de cada ouvinte das emissoras de rádios, na capital e no interior do estado de São Paulo”*. Se as guarânias e rasqueados fronteiriços já estavam presentes desde a década de 1940, foi também na década de 1950, principalmente a partir de 1952, com o lançamento do disco de Cascatinha e Inhana, pela gravadora Todamérica. No lado A havia a versão brasileira de “Índia”³⁷⁰, e no lado B estava uma música intitulada “Meu primeiro amor”³⁷¹, que se tratava de uma versão canção “Lejanía”³⁷², de Herminio Giménez, a versão original *“mistura os idiomas guarani e espanhol”*, ambas canções tendo suas versões brasileiras feitas por José Fortuna”, como cita o autor,

³⁷⁰ FORTUNA, Jose. **Índia** In: Cascatinha e Inhana, Todamérica – 1952, Lado A – Disponível para audição em: <https://www.youtube.com/watch?v=awqFLVsV80I> . Acesso 27 jun 2022.

³⁷¹ FORTUNA, Jose. **Meu primeiro amor**. In: Cascatinha e Inhana, Todamérica - 1952, Lado B - Disponível para audição em: <https://www.youtube.com/watch?v=sBspfdOy3rQ>. Acesso 27 jun 2022.

³⁷² Las cronologías de Armando Almada Roche y José Fernando Talavera, biógrafos del músico y compositor, coinciden en que Lejanía apareció en 1937. <https://www.ultimahora.com/lejanía-meu-primeiro-amor-n280217.html> - **Nas pesquisas não dectamos o ano de lançamento e sua versão original** (grifos nossos) – GIMENEZ, Hermínio. **Lejanía**. In: Hermínio Gimenez y su Orquesta. Álbum: La Cancion sin Fronteras. 1979. Disponível para audição em: <https://www.youtube.com/watch?v=o2ZDDGyZToI> Acesso 27 jun 2022.

com o “*estrondoso sucesso retumbante*” do disco, ali fez-se o marco das versões brasileiras de guarânias e polcas paraguaias. (HIGA, 2013, p. 67-71)

As gravações desses gêneros fronteiriços se tornaram ainda mais numerosas, “*extrapolando o segmento da música sertaneja e sendo apropriada também por outros setores da música popular*” (Ibid, p. 254), como o caso da guarânia “*Recuerdos de Ypacarai*”³⁷³ que “*a partir de 1952 se tornou uma das guarânias mais populares, tendo sido difundida em muitos países (...) No Brasil, teve nove gravações diferentes no período compreendido entre 1955/57*”. (Ibid, p. 129). O autor apresenta os principais nomes dos músicos e compositores responsáveis por esse movimento de entrada da música paraguaia no Brasil: “*Mário Zan*”, “*Nhô Pai, Nhô Fio*”, “*Cascatinha e Inhana*”, “*Tonico e Tinoco*”, “*Raul Torres e Florêncio*”, “*Capitão Furtado*”, “*Irmãs Galvão*”, “*Duo Brasil Moreno*”, “*Serrinha e Caboclinho*”, “*Conjunto Folclórico Guarany*”, “*Duo Estrela D’Alva*” (Ibid, p. 138 et seq.).

Quanto a instrumentação usada nas gravações dos discos dos supracitados compositores, podemos notar a presença constante do “*violão como instrumento de rasgueio*”, também “*o acordeão funcionando como espécie de elo entre os universos culturais do sertanejo brasileiro e a música paraguaia*” e a presença das harpas paraguaias, que “*foram incorporadas com mais frequência, o que nos leva a inferir que a presença de harpistas paraguaios no Brasil passou a ser mais constante*”. (Ibid, p. 183-184).

A influência dos gêneros platinos sobre a música sertaneja se aprofundou de tal forma nos anos 50 e 60, que constituem um marco importante na memória musical de toda uma geração. “*Canções como “India”, “Meu Primeiro Amor” e “Colcha de Retalhos” ou o rasqueado “Chalana”, tornaram-se clássicos da música sertaneja, atingindo, inclusive, um público que lhe era externo*”. (OLIVEIRA, 2009, p.299).

O ESTABELICIMENTO DA INFLUENCIA PLATINA NO BRASIL: O RASQUEADO

Partindo de um entendimento pacífico de que o Rasqueado é a forma brasileira de se tocar os gêneros platinos/paraguaios, em especial a Guarânia e a Polca Paraguaia, conforme a revisão bibliográfica até aqui apresentada, podemos afirmar que esse fenômeno tem como resultado o surgimento de um novo gênero musical – o rasqueado-.

³⁷³ Uma guarânia bastante popular composta por Demetrio Ortíz (Pirebebuy, 1916 – Buenos Aires, 1975) e Zulema de Mirkin (Buenos Aires, 1923 – Buenos Aires, 2012). (...) A música teria sido feita por Demetrio Ortiz na cidade de Córdoba, Argentina, em 1948 e a letra em 1950. (Ibid, p. 128) *Nas pesquisas não dectamos sua versão original* (grifos nossos) ORTÍZ, Demetrio; MIRKIN, Zulema de. **Recuerdos de Ypacarai**. In: Rafael Acosta Vallovera. Sonidos de mi tierra - CD 1. Disponível para audição em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pf6wH9LdvY4> Acesso 27 jun 2022.



Gêneros musicais são categorizações de práticas que, convertidas em representações de identidade e de espaço – no sentido da manutenção de territórios simbólicos – estabelecem um campo de lutas condicionado pelas determinações da dialética entre o espaço social compartilhado e os *habitus* constituídos de seus agentes. Suas armas principais são as apropriações, as ressignificações e os processos de hibridização. (HIGA, 2013, p. 211).

Esse é um processo complexo – a construção de gêneros musicais – há uma série de representações, práticas, estratégias, táticas e atribuições de significados em que *“componentes estruturais e semânticos de gêneros já existentes são apropriados, ressignificados e categorizados”* – em grande parte numa relação assimétrica de poder – *“constituindo como resultado um novo bem cultural”* que tem sido chamado de híbrido. (Ibid, p. 30). O objetivo dessa pesquisa contempla, pois, a exemplo de Piedade refletir sobre a *“questão da mudança e a transformação nos gêneros musicais, bem como a da permanência de elementos e figurações musicais que, por sua vez, carregam consigo nexos sócio-culturais e históricos que, de alguma forma, são experimentados pelos músicos e audiências”* (PIEADADE, 2011, p. 104).

Retomando os postulados de Stuart Hall (2009, p.71), o sociólogo nos coloca que a noção de hibridismo, utilizada para *“caracterizar as culturas cada vez mais mistas e diaspóricas”*, por vezes tem sido mal interpretada:

Hibridismo não é uma referência à composição racial mista de uma população. É realmente outro termo para a lógica cultural da tradução. Essa lógica se torna cada vez mais evidente nas diásporas multiculturais e em outras comunidades minoritárias e mistas do mundo pós-colonial. [...] O hibridismo não se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os “tradicionais” e “modernos” como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade.” (Ibid., loc. cit.).

Entendido que *“as nações modernas são, todas, híbridos culturais”* (HALL, 2003, p.62), e que *“no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural”* (Ibid., p.47).

Canclini (2008, p. 29), defende o uso do termo “hibridação” para *“designar as fusões entre culturas de bairro e midiáticas, entre estilos de consumo de gerações diferentes, entre músicas locais e transnacionais, que ocorrem nas fronteiras e nas grandes cidades (não somente ali)”* bem como *“as combinações de elementos étnicos ou religiosos, [e também] de produtos das tecnologias avançadas e processos sociais modernos ou pós-modernos”*. Refletindo o emprego das palavras “fusões” e “combinações”, Canclini parecem indicar que as hibridações têm um caráter pacífico e integrador, como se as relações de forças nesse processo fossem equiparadas e dependentes entrei,

entregues a “*atividades solidárias ou cúmplices*” (Ibid., p.347 et seq.). Para o autor, as próprias palavras “hegemônico” e “subalterno” são consideradas “*palavras pesadas, que nos ajudaram a nomear as divisões entre os homens, mas não a incluir os movimentos do afeto*”.

Em “Culturas híbridas”, Canclini encerra seu discurso afirmando que:

As hibridações descritas ao longo deste livro nos levam a concluir que hoje todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento. (Ibid., p. 348)

Canclini deixa evidente que, na teia cultural, a perda das territorialidades é equilibrada pelas hibridações que garantem “*comunicação e conhecimento*”.

A luz dessas dinâmicas da Híbridez Cultural que envolvem a transformação dos gêneros musicais paraguaios – guarânia e polca paraguaia – no novo gênero brasileiro, o Rasqueado, entendemos que esse processo histórico, social e cultural, foi um marco na música brasileira, as canções paraguaias e o seu “abraseileiramento” mudaram a música sertaneja em definitivo.

Em Mato Grosso o Rasqueado foi um fenômeno, tornando-se símbolo de Mato Grosso pela Lei 8.203³⁷⁴, porém foi na Baixada Cuiabana³⁷⁵ que o gênero tomara grandes proporções de popularidade e representatividade, tanto que recebeu o nome de “Rasqueado Cuiabano”, e é uma das grandes referências na formação da identidade de ser um cuiabano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mário de. **Dicionário Musical Brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1989.

BORBA, Júlio César Matos. **Galopera: música instrumental paraguaia no Brasil**. **Revista do Programa de Pós Graduação em Música da Universidade Federal do Paraná - Música em perspectiva**. v.10 n.2, dezembro 2017 p. 117-134. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/musica/article/view/61656/40796> Acesso: 25 de junho de 2022.

BRASIL, Governo Federal do. **Sistema de Informações Territoriais**. 2015. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_016_Baixada%20Cuiabana%20-%20MT.pdf. Acesso 02 jul 2022.

³⁷⁴ MATO GROSSO. Lei nº 8.203, de 11 de novembro de 2004. Declara o rasqueado como ritmo musical símbolo de Mato Grosso. Disponível em <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/rasqueado-ritmo-musical-simbolo-de-mt/visualizar> Acesso: 24 de junho de 2022.

³⁷⁵ A Baixada Cuiabana é composta por 14 municípios: Acorizal, Barão de Melgaço, Campo Verde, Chapada dos Guimarães, Cuiabá, Jangada, Nobres, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger e Várzea Grande. (BRASIL, 2015, p.1)

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**; tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa; tradução da introdução de Gênese Andrade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

FERRARI, José Francisco. **Mário Zan: Um arauto da música de fronteira em Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, Programa de Pós-Graduação

GONÇALVES, Rodrigo Teixeira. **O lugar da música tradicional paraguaia no cenário cultural de campo grande (MS)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós graduação em Comunicação – Mídia, Identidade e Regionalidade, Campo Grande, 2014.

GUAPO, Milton Pereira de Pinho. **Remedeia co que tem**. Cuiabá: Edição do Autor, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org.). Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HIGA, Evandro. **A assimilação dos gêneros da polca paraguaia, guarânia e chamamé no Brasil e suas transformações estruturais**. Trabalho apresentado no VII Congresso IASPM Rama Latino-americana (Havana, Cuba), 2006.

_____. **Para fazer chorar as pedras: o gênero musical guarânia no Brasil, décadas 1940/50**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Programa de Pós-Graduação em Música, do Instituto de Artes, São Paulo, 2013.

LIMA, Rossini Tavares. **Estudo sobre a viola**. Revista Brasileira de Folclore. n. 5, 1963.

MACEDO, Daniel Almeida de. **Mato Grosso: governo, política e sociedade (1977-2010)**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós- Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2016.

MATO GROSSO. **Lei nº 8.203**, de 11 de novembro de 2004. Declara o rasqueado como ritmo musical símbolo de Mato Grosso. Disponível em <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/rasqueado-ritmo-musical-simbolo-de-mt/visualizar> Acesso: 24 de junho de 2022.

NEPOMUCENO, Rosa. **Música Caipira da Roça ao Rodeio**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

OLIVEIRA, Allan de Paula. **Miguilim foi pra cidade ser cantor: uma antropologia da música sertaneja**. (tese de doutorado). Florianópolis: Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, 2009

PIEIDADE, Acácio. **Perseguindo fios da meada: pensamentos sobre hibridismo, musicalidade e tópicos. Per musi**, Belo Horizonte, n. 23, p. 103-112, June, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-75992011000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 jun. 2022.

SILVA, Silbene Corrêa Perassolo da. **O RASQUEADO CUIABANO: Estudo sobre as interações entre paraguaios e cuiabanos na construção da identidade mato-grossense (1864 a 1940)**. Tese de

Doutorado – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação em História, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARGAS, Herom. **O enfoque do hibridismo nos estudos da música popular latino-americana**. In Actas del V Congreso Latinoamericano de la Asociación Internacional para el Estudio de la Musica Popular. Rio de Janeiro, 2004.

O ANHANGUERA E O MITO FUNDADOR: USOS E ABUSOS DA MEMÓRIA

*Rafaela Cavalcante Gonçalves Souza Melo*³⁷⁶

RESUMO

O presente artigo busca apresentar as diferentes configurações de memória para a formação do imaginário e da identidade goiana, utilizando como objeto de análise a figura do bandeirante, Bartolomeu Bueno da Silva, o filho. Os conceitos de memória individual, memória coletiva, lugares de memória, seus usos e abusos, além dos processos de manipulação que retratam o método como regionalidades são formadas também serão explorados na pesquisa. De forma breve será considerado como a figura mítica do Anhanguera fora construída ao longo da história de formação do estado de Goiás e como séculos mais tarde continua influenciando a imaginação do povo goiano e como este se enxerga no tempo e espaço. E por fim como o poder centrado nas mãos de poucos estabelece narrativas específicas, para ganho pessoal, no meio social.

Palavras-chave: memória. história. identidade. poder.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo investigar os aspectos responsáveis pela concepção popular dos Bandeirantes como figuras heroicas, tendo no centro dessa análise a figura de Bartolomeu Bueno da Silva, filho, conhecido popularmente como Anhanguera ou Diabo-Velho, sendo este um dos responsáveis pelas tropas expedicionárias paulistas que adentraram o território em busca de ouro e riquezas. Compreender como tal criação fora essencial para a formação tanto do território goiano, quanto dos próprios cidadãos que até hoje, mesmo que de maneira bem resumida, o conhecem.

Além deste aspecto a ser elaborado é importante compreender como a memória influência na construção da identidade de um povo. Tratando-a não apenas como individualizada mas coletiva. Na primeira parte desse artigo será exposta, brevemente, a formação e a influência do bandeirante na formação territorial e identitária. Para isso será utilizado os escritos de Joël Candau, com a obra *Memória e Identidade* (2011), que analisará a concepção memorialística quanto a formação de um

³⁷⁶ Acadêmica de mestrado no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Orientanda do Professor Dr. Breno Mendes. Bolsista CAPES. E-mail: rafaelamelo@discente.ufg.br



grupo social. Além dele autores como Bronislaw Baczko, com *A Imaginação Social* (1985) e Nasr Fayad Chaul, serão utilizados para que haja maior compreensão do que está sendo proposto.

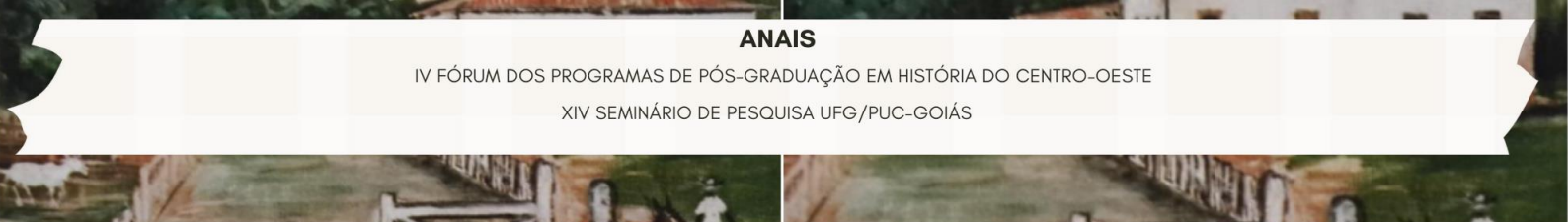
Já a segunda parte terá como base os trabalhos de filósofos, historiadores e sociólogos, franceses, como Paul Ricoeur, Pierre Nora e Maurice Halbwachs: quanto aos usos e abusos da memória, lugares de memória, memória individual e coletiva, respectivamente. Para isso será utilizado *História, Memória e Esquecimento* (2007), *Entre Memória e História: Lugares de Memória* (1983) e *Memória Coletiva* (2006), seguindo a ordem de citação dos autores. Uma análise que Ricoeur traz em suas obras, assim como Baczko, é quanto ao ensino e aprendizado, e será exposto como esse imaginário social é construído, desde os primeiros anos escolares.

GOIÁS: O MITO COMO FORMADOR DE UMA IDENTIDADE

A maneira como uma sociedade é constituída parte de inúmeras nuances e a forma como ela se enxerga e se expressa em seu meio vai além, pelas múltiplas concepções estabelecidas. A forma como esses indivíduos agem e agirão como agentes sociais, equivale a maneira como foram habilitados ao longo de sua formação tanto individual quanto coletiva. É interessante analisar a construção histórica de uma região e como sua idealização concebe indivíduos que carregarão marcas por toda vida e por gerações.

Durante os anos escolares, é aprendido como grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador foram estruturadas e se tornaram lugares de importantes narrativas para a formação e desenvolvimento do país. Entretanto, nesses anos iniciais, pouco se estuda acerca da história de Goiás, e apenas alguns conhecerão de maneira aprofundada a temática. Na disciplina de história o estado é citado quando os conteúdos Expedições e Ciclo do Ouro são apresentados. De maneira bem resumida, é apontado como os bandeirantes deixaram o litoral para explorar o interior do país, durante o período colonial, em busca de ouro, prata e outras riquezas e que foram importantes para a expansão territorial além dos limites estabelecidos no Tratado de Tordesilhas.

A imagem do Bandeirante está atrelada a territorialidade goiana. Quando se visita a capital do estado, é comum encontrar monumentos, como a estátua de Bartolomeu Bueno da Silva, na Praça Atilio Correia Lima, conhecida popularmente como Praça do Bandeirante, no centro da cidade; avenidas, tal qual a Avenida Anhanguera com seus 14 km; ruas; lojas; praças, como a Praça Fernão Dias; escolas; além de sua imagem estar estampada na bandeira da capital e compor parte do Hino do



Estado de Goiás (1919)³⁷⁷. Dentre os citados, a personagem de Bartolomeu Bueno, filho, é ainda evocada e celebrada na capital, pela constituição de um mito, sendo este engendrado sobre a fundação.

Essa representação heroína advém de muito antes da criação da cidade, em 1933. É possível notar uma celebração por parte dos seus conterrâneos, paulistas, contemporâneos à sua época. Segundo Silva e Souza, importante escritor historiográfico goiano, em suas descrições Bartolomeu, é tido como uma pessoa astuciosa e afoita. Esse exercício memorialístico seria voltado para um passado glorioso que ligaria figuras masculinas grandiosas ao heroísmo, sendo aqueles que compreenderiam por fim os valores de determinado tempo.

É possível fazer uma alusão a estátua do Bandeirante na Avenida Anhanguera, já que fora proposta pelo *Centro Acadêmico XI de Agosto*, da Faculdade de Direito de São Paulo. Permitindo, dessa forma, que haja uma manutenção histórica de um determinado poder. Um exemplo inteligível, seria quanto a forma como a República Brasileira foi e é retratada em diferentes instâncias. Em tal caso, há exaltação de personalidades distintas e instituições (militares) e não do momento em si. Em síntese, seria a afirmação simbólica das elites regionais, reforçando continuamente o poder hegemônico.

Quando a esta última análise, Bronisław Baczko, filósofo e historiador polonês, em *A Imaginação Social* (1985), defende que os detentores do poder (ou agentes dominantes) exercem sobre o povo uma afirmação excessivamente simbólica ao se apropriarem dos emblemas, ritos e monumentos. Ele afirma que esse processo “imaginativo” gera na mentalidade coletiva, noções mitológicas sobre eventos específicos que irão se sobrepor ao que de fato aconteceu. Dessa maneira o acontecimento é posto de lado.

A associação entre *imaginação* e *poder* continha algo de paradoxal, ou mesmo de provocatório, na medida em que um termo, cuja acepção corrente designava uma faculdade produtora de ilusões, sonhos e símbolos, e que pertencia sobretudo ao domínio das artes, irrompia agora num terreno reservado as coisas “sérias” e “reais”. (1985, p.296).

O professor e historiador Nasr Fayad Chaul reflete quanto as análises do processo de construção da sociedade goiana, pensada no futuro e no passado nunca no presente “futuro não de possibilidades, mas determinado, a priori, pelo modelo de desenvolvimento dos países ditos modernos, progressistas, desenvolvidos” (Chaul, 2010, p. 82). O autor questiona o que se tornou o

³⁷⁷“No coração do Brasil,/ domínio da primavera/ se estende a terra goiana/ que nos legou Anhanguera/ O bandeirante atrevido/ Desbravador do sertão/ Em cada pedra abalada/ Deixou da audácia um padrão.” Letra de Antônio Eusébio de Abreu e melodia de Custódio Fernandes Góes. O hino foi composto em 1919 e em 2001 fora substituído por outro.

povo goiano, posto que por tanto tempo viveram às sombras da história do centro-sul. Ele apresenta regionalismos que são de perceptível compreensão, como a nordestinidade e a mineiridade, e questiona quanto a goianidade³⁷⁸

Em Goiás, caminhando pelos relatos dos viajantes, cronistas, governadores e historiadores, a distância de cada olhar se torna maior que o caminho das interpretações. As picadas e trilhas formaram, ao longo do processo histórico, um mapa quase invisível de latitudes interiores, por onde Bartolomeu Bueno, o filho, procurou-se guiar e os historiadores de toda cepa procuraram nos remeter, dando nos rótulos, estigmas e heranças imerecidas de como deveríamos ser ao olhar do outro. Com o esgotamento do ciclo aurífero, criou-se um estigma de decadência que passou a permear todas as análises que foram feitas sobre a história de Goiás. (CHAUL, 2011, p. 42).

E ainda completa que

(...) será a partir da rediscussão das ideias de “decadência” e de “atraso” que vislumbraremos a construção da ideia de modernização enquanto progresso, buscando a identidade goiana, a goianidade, que permeou toda a história de Goiás após o movimento de 30. (...) Compreendendo historicamente nossa goianidade estaremos entendendo melhor o sentido cultural do sertão, do cerrado goiano, da ideia síntese que nos deu Vila Boa de como se manter quase intacta para ser moderna, como se preservar para ser eterna, como sendo tão antiga ficou maior que seu algoz, Goiânia. (2011, p.43).

A construção da identidade se dá através do sentimento de pertencimento de um grupo, ou seja, onde a identidade goiana foi baseada na vida cotidiana das pessoas. O processo identitário está em constante mudança, construída e reconstruída em um processo de socialização que define as características de cada grupo social. Joël Candau (2011) apresenta que

em todo ato de memória, a referência às origens se faz sempre selecionando e escolhendo. (...) os membros do grupo depositam para seus próprios usos, a imagem de seu passado mais conveniente às suas necessidades comuns. Daí o desafio de pureza da transmissão e da autenticidade do que é transmitido desde as origens, pois essas duas qualidades (...) vão condicionar a representação de uma identidade 'essencial', 'pura' e autêntica. (CANDAU, 2011, p. 97-98)

O filósofo francês Paul Ricoeur (2007), faz uma análise quanto ao processo ideológico, caracterizando-o como uma estrutura de poder, definindo que há seletividade de narrativas

É mais precisamente a função seletiva da narrativa que oferece à manipulação a oportunidade e os meios de uma estratégia engenhosa que consiste, de saída, numa estratégia de esquecimento quanto da rememoração. (...) Contudo, é no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se vêem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação (...)

³⁷⁸O autor expõe que “(...) goianidade” abrange uma época em que se procura mesclar o “velho” e o “novo”, fundir o “antigo” e o “moderno”, envolver o rural e o urbano e confluir o “atraso” e o “progresso” pelos caminhos da história.” (2011, p.42).



não se limita a coerção física. (...) De fato, uma memória exercida é, no plano institucional, uma memória ensinada: a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício para rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração. (RICOEUR, 2007, p. 98)

O historiador alemão Reinhart Koselleck, em *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos* (2006), faz uma análise similar quando expõe que o ato de lembrar dependeria de uma seleção considerável daquilo que é digno de ser lembrado. Outro autor que abordara sobre assuntos similares, mas quanto a identidade e memória, é Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas* (2008), quando o autor defende que comunidades imaginadas, se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo como são lembradas.

MEMÓRIA E HISTÓRIA: USOS E ABUSOS

Segundo a ciência médica, memória é um processo cognitivo que obtêm e rememora experiências e informações. É a maneira como o cérebro as armazena, sendo uma das funções mais complexas do organismo humano. Essas podem ser auditivas, visuais, olfativas ou táteis. É a faculdade humana responsável por assimilar e preservar fatos (e experiências) do passado, para que assim haja a difusão destes tanto para o presente, na formação da identidade pessoal, quanto para as próximas gerações.

Para tanto, estabelece influências no meio político, cultural e urbano. Nesse amplo sentido, há dois tipos de memória: a individual e a coletiva. A memória individual tem como foco as vivências do ser, de suas próprias realizações. Neste contexto o indivíduo acredita que esta é construída a partir de si mesmo, porém esse pensamento não está correto, já que este está inserido em grupos sociais. A memória coletiva é, então, o emaranhado de conhecimentos e experiências vividas por todo um círculo social, que acaba sendo tomada como memória oficial da sociedade. A memória é constituída pelos indivíduos em constantes interações.

Paul Ricoeur (2007), especificamente no capítulo dois, defende que lembrar é um ato que está em constante exercício, o fazer história seria então, o “fazer memória” e tal exercício sofre abusos. Na obra o autor traça três planos (ou níveis) que evidenciam a vulnerabilidade da memória, apresentando a ausência do que é lembrado e como tal é representado. Esses são: patológico-terapêutico, prático e ético-político

No plano patológico-terapêutico serão evidenciados os distúrbios de uma memória impedida; no plano propriamente prático, os da memória manipulada; no plano ético-político, os de uma memória abusivamente convocada, quando comemoração rima com rememoração. Essas múltiplas formas do abuso salientam a vulnerabilidade fundamental da memória, que resulta da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma da representação. A alta problematização dessa relação representativa com o passado é essencialmente evidenciada por todos os abusos da memória. (2007, p. 72).

No primeiro nível o autor aborda patologias discutidas no campo da psicanálise, utilizando-a quanto memória coletiva. Expõe uma *memória impedida*, na qual é possível encontrar as feridas, cicatrizes e traumas. Nessa parte ele nos apresenta uma análise quanto aos processos de *Rememoração, repetição e perlaboração* e de *Luto e Melancolia*, segundo Sigmund Freud, para enfatizar os processos de lembranças traumáticas, os recalques, o processo do luto e da repetição. Posto que esse nível/plano enfatiza a memória coletiva. Ricoeur apresenta que, esse plano é “fundamental da existência coletiva” (2007, p.92), pois apresenta a relação entre história e violência³⁷⁹ compreendida como essencial no surgimento das nações.

Outro ponto interessante nesse plano, é a análise quanto abuso de memória ou abuso de esquecimento, posto que para o autor a comunidade não possui criticidade já que não conseguem realizar o trabalho de rememoração.

O excesso de memória lembra muito a compulsão de repetição, a qual, segundo Freud, nos leva a substituir a lembrança verdadeira, pela qual o presente estaria reconciliado com o passado, pela passagem ao ato: quantas violências no mundo valem como *acting out* “no lugar” da lembrança. Pode-se até falar, caso queira, em memória-repetição a respeito dessas celebrações fúnebres, mas apenas para acrescentar que essa memória-repetição resiste à crítica e que a memória lembrança é fundamentalmente uma memória crítica. (RICOEUR, 2007, p. 92-93)

O segundo plano, e provavelmente o de maior confluência com o que está sendo proposto nesse artigo, é o *prático* ou a *memória manipulada*. Aqui é exposto o desafio de dois mecanismos da memória: seu uso e seu abuso. O excesso de memória, consistiria em um abuso assim como a insuficiência de memória. Tais são manipulados por grupos sociais que ocupam posições de destaque. Além de abordar a coletividade, o autor revela a influência sobre o indivíduo. Ele diz que “é na

³⁷⁹Segundo Ricoeur, o filósofo inglês Thomas Hobbes afirma que “a filosofia política nasce de uma situação originária na qual o temor da morte violenta impele o homem do “estado de natureza” aos vínculos de um pacto contratual que garantirá inicialmente sua segurança” (2007, p.92). E reitera que o que foi glória para uns corresponderia a humilhação para outros. Para reforçar essa análise, o autor Benedict Anderson (2008), afirma que “(...) é imaginada como uma comunidade (...) foi essa fraternidade que tornou possível, nestes últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas.” (2008, 34).

problemática da identidade que se deve agora buscar a causa da fragilidade da memória assim manipulada” (2007, p. 94), quanto a nos enxergar apenas na individualidade e não no coletivo.

Além de Paul Ricoeur, há outros autores que abordam a mesma temática. Pierre Nora, é um deles. Importante historiador francês conhecido pelos seus trabalhos sobre memória e identidade, associado à Nova História, compreende a memória como viva, carregada por grupos sociais e por conta disso encontra-se em constante evolução, pois está aberta a “dialética da lembrança e do esquecimento (...) vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações” (NORA, 1993, p.9) Já em relação a história afirma que está em permanente reconstrução problemática e incompleta, do que não mais existe. Defende que a memória constitui-se por um episódio sempre recente, sendo que não se acomoda³⁸⁰ diferente da história que traz uma representação do passado, desempenhando uma extensa análise e criticidade. “A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica.” (1993, p.9).

Quando Nora, evidencia a memória como viva podemos realizar uma sucinta análise quanto a construção do mito fundador, no caso o Anhanguera. Pode ser que haja questionamentos quanto a sua importância nos dias atuais. Como fora exposto a busca pelas origens conservaria essa memória e a revitalizaria de acordo com o tempo e com as necessidades. Goiânia fora planejada sobre o princípio da modernização, na urgência de se desprender da velha Goiás, na tentativa de romper com a tradição coronelista que constitui o estado goiano. Se o plano de Pedro Ludovico Teixeira era o de deixar o passado para trás e se desvincular do antigo, qual a lógica de inúmeras representações desse “mito” na nova capital?

O professor e doutor Eduardo Gusmão de Quadros, apresenta uma resposta para esse questionamento: a identificação de Pedro Ludovico com Bartolomeu Bueno da Silva. O historiador diz que jornais da época o relacionavam como uma pessoa atrevida, um idealista e como o novo Anhanguera. Quanto a monumentalização, o autor expõe que

Uma homenagem ao bandeirante era pensada desde os primeiros anos da cidade (...) No ponto de encontro entre as avenidas Tocantins, Araguaia e Goiás, haveria um “monumento comemorativo das bandeiras, descobertas e das riquezas do Estado, figurando como homenagem principal a figura do Anhanguera” (...) A construção da nova capital teve diversos problemas financeiros (...) Notando a ausência da homenagem ao ilustre paulista, eles resolvem doar, para o ano da inauguração, o monumento a Anhanguera. Sua nova posição será na base do triângulo, no ponto de intersecção com a Avenida Goiás, que se dirige ao Palácio onde fica o interventor. Da Praça Cívica era possível avistá-lo. Anhanguera, entretanto, não olha para o governo. Fora colocado mirando a Cidade de Goiás. Estabelece, destarte, a correlação simbólica – o símbolo é uma presença que substitui uma ausência - da antiga com a nova capital. (GUSMÃO, 2015, p.38-40)

³⁸⁰É promovido por lembranças vagas e particulares, muitas vezes simbólica.

Outro autor de suma importância sobre a temática memória, que Nora evidencia em sua obra, é Maurice Halbwachs³⁸¹ que explicitou como há tantas memórias, sendo elas múltiplas, plurais ou individualizadas, em demanda da quantidade de grupos sociais existentes. A memória não é resultado de eventos reais, mas fundamentadas nas interações vivenciadas com o todo. Essa troca de memória, pode ocorrer em diversas instituições, sendo uma delas no âmbito familiar.

(...) a adequação da história e da memória. (...) Se habitássemos (...) não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. (1993, p.8)

Para o autor os lugares de memória “são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade” (1993, p.13). Constituem focos privilegiados de uma história. Sendo que se essas memórias não estivessem ameaçadas não haveria a necessidade de construção desses marcos. Nora defende que se acreditassem efetivamente nessas lembranças, não haveria a necessidade de existir esses espaços, pois seriam, assim, inúteis. Além disso o autor expõe que a relação *história-memória* encontra-se presente neste aspecto já que sem a observação crítica da história esses pontos não se tornariam lugares de memória.

Pierre Nora afirma que “o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar.” (1993, p.14). Compreende que esses lugares abrangem três sentidos: o material, em relação a ação que se insere nesse ambiente (depósitos de arquivos); o funcional, se categorizado como um objeto (um testamento); e por último o simbólico, em relação a lembrança em si³⁸². Finaliza que é a memória que dita e a história escreve. Desde que haja rastro e mediação, não estamos mais dentro da memória, mas dentro da história. “A necessidade de memória é uma necessidade da história”³⁸³, está frase demonstra que uma depende da outra, sendo um eterno vai-e-vem para a constituição de cada uma.

Um ponto interessante e que chama a atenção é a forma como essas estruturas de rememoração são lembradas e explicitadas no cotidiano. Ricoeur (2007), irá falar sobre a memorização, que tal

³⁸¹Foi um sociólogo francês, ligado a escola durkheimiana, se destacando pelos seus trabalhos acerca da memória coletiva.

³⁸²Os exemplos citados entre parênteses foram propostos pelo próprio autor e se encontram na página 21 e 22. O autor defende que “É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número, uma maioria que deles não participou.” (NORA, 1993, p.22)

³⁸³NORA, 1993, p. 14

poderá ser considerada uma memória-hábito. Quando fala em *manipulação* ele não está querendo destacar um abuso. O autor fala sobre a *paideia* e a estrutura de ensino que ainda é difundida: a lição decorada. O autor diz que essa maneira não é de todo mau “essas artes exigem, de seus praticantes, um penoso treinamento da memória, com base numa repetição obstinada e paciente, até obter uma execução ao mesmo tempo fiel e inovadora, em que o esforço prévio se faz esquecer sob a aparência de uma improvisação feliz” (2007, p.75).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível verificar que há diferentes análises quanto a temática memória, mas que todas precisam ser abordadas em conjunto para uma compreensão abrangente. De forma breve e resumida, fora apresentado aspectos que constituem cada tipo de memória e como cada autor as propõe. E como tais influenciam no processo de construção identitária de um povo, dos perigos de seus abusos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. In: ANAIS do XIII Encontro de História da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 2008.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRAIS, Cristiano Alencar; SANDES, Née Freire. História e Memória em Goiás no Século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. Varia História, Belo Horizonte, v. 29, nº 51, p. 847-861, set/dez 2013.

BARROS, José D’Assunção. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. MOUSEION, vol.3, n.5, jan/jul, 2009.

BACZKO, Bronislaw. “A imaginação social” In: Leach, Edmund et Alii. Anthropos-Homem. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BERTRAN, Paulo. A memória consútil e a Goianidade. In: Ciências Humanas em Revista, v.5, nº.1. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

CANDAU, Joël. Memória e Identidade. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CHAUL, Nasr Fayad. A identidade cultural do Goiano. Cienc. Cult. São Paulo, v. 63, n. 3, p. 42-43, jul. 2011.

_____. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. UFG, 2010.

GOFF, Jacques Le. História e Memória. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

HOLBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

PALACÍN, Luís. Quatro tempos de ideologia em Goiás. Goiânia: Cerne, 1986.
SILVA, Rogério Chaves da. Reflexões sobre o “fazer histórico”: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990). (Tese, Doutorado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2015.

PÊCHEUX, Michael. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. Papel da memória. 3.ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições. (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.

RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. São Paulo: Editora Unicamp, 2018.

ROSSI, Paolo. O Passado, a Memória, o Esquecimento. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

SANDES, Noé Freire. Memória e história de Goiás. In: ____ et. all. Memória e Região. Coleção Centro-oeste de Estudos e pesquisas. Brasília/Ministério da Integração Nacional/UFG, 2002.

SOUZA, Rildo Bento de Souza. “A História não perdoa os fracos”: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. (Doutorado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2015.

O CALVINISMO E A SOCIEDADE BRASILEIRA: MUDANÇAS

Dayvison Santos³⁸⁴

RESUMO

A relação entre calvinismo e sociedade brasileira é mediada pela história dos protestantes no Brasil. A presente comunicação tem por objetivo refletir preliminarmente sobre o comportamento dessa teologia calvinista, que chega ao Brasil em meados do séc. XIX através de missões protestantes norte-americanas, em relação às dinâmicas da sociedade nacional. Intenta pensar como essa teologia lhe dá com à sociedade brasileira e seus rumos sociais, políticos e culturais. Nesse sentido, verificamos que, nas primeiras décadas do protestantismo aqui essa teologia assumiu uma postura marcadamente conversionista, individualista e indiferente à sociedade, à cultura e à política brasileiras; e que, apesar de certas alterações nesse *ethos* ocorridas na altura dos anos 1950 e 1960, esse posicionamento foi retomado até pelo menos o limiar do séc. XXI, quando no Brasil começa a ter espaço um outro calvinismo, chamado de neocalvinismo holandês, o qual defende a atuação intencional de protestantes na formatação da sociedade, da cultura e da política brasileiras em todas as suas especificações, o que pode já estar trazendo consequências históricas importantes para uma acurada interpretação do Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Calvinismo, Neocalvinismo, Teologia, Mudanças.

Durante toda a história do Brasil, a religião foi inegavelmente importante. Desde análises relativas ao Brasil colonial até análises dos dias atuais, ela tem sempre grande relevância para a compreensão adequada da história desta sociedade. No Brasil colonial, tivemos a presença jesuítica colaborando de forma absolutamente central para a dominação do território, assim como para a constituição de uma cultura nacional, especialmente na difusão e inculcação dum *ethos* católico. Em relação ao Brasil imperial, temos a religião cristã católica romana, por exemplo, controlando as instituições civis da sociedade, como no caso dos registros de nascimento e casamento, e também de cemitérios (MENDONÇA, 2003).

A participação intencional do catolicismo nas dinâmicas da história da sociedade brasileira é amplamente reconhecida. Nas últimas décadas do século XX, no entanto, surgiu um fenômeno relativamente novo e surpreendente. Nos referimos à guinada do cristianismo evangélico, principalmente do ramo pentecostal, em direção a intervenção social, cultural e política na sociedade

³⁸⁴ Doutorando em História, no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sob orientação do Prof. Dr. Cândido Moreira Rodrigues.



brasileira (SANTOS, 2005). Esse fenômeno é novo porque historicamente os evangélicos tinham uma relação de distanciamento com a sociedade em geral, e com a política de forma especial (SILVA, 1996; MENDONÇA, 1984); ele é também surpreendente porque dentro de pouco tempo os evangélicos assumiram postos de influência sociocultural e política muito relevantes para a organização da sociedade (CAMPOS, 2002).

Já muito se falou sobre esse giro no que tange ao ramo evangélico pentecostal (MARIANO, 2019; PIERUCCI, 1996; CAMPOS, 2002). Porém, pouca atenção tem sido voltada ao grupo do protestantismo histórico ou tradicional, o qual mais recentemente tem também sofrido transformações em suas relações com a sociedade e política brasileiras (ALENCAR, 2018). E diferentemente dos pentecostais, que vêm assumindo uma postura reativa (CAMPOS, 2002; MARIANO, 2009), primeiro às tentativas de reocupação do espaço político pelo catolicismo, depois ao progressismo ou a um avanço de pautas político-culturais que contradizem valores cristãos pontuais, tais como descriminalização/legalização de drogas ou do aborto, legalização do casamento homoafetivo, educação para a diversidade sexual e de gênero nas escolas, dentre outras; além disso, também defendem interesses institucionais e denominacionais. Nesse sentido, os protestantes históricos, principalmente os de tradição calvinista (especialmente, conquanto não somente, batistas e presbiterianos), têm agido de modo propositivo, tentando lançar uma alternativa ideológica de reforma da sociedade por inteira, conforme padrões advindos do cristianismo calvinista ou mais precisamente neocalvinista de base holandesa (CARVALHO, 2006).

De acordo com a historiadora Elizete da Silva (1996), o protestantismo³⁸⁵ chega ao Brasil em 1819. Os primeiros protestantes, no entanto, estavam interessados apenas em prestar serviços religiosos a comunidades imigrantes, especialmente de origem inglesa (Igreja Anglicana) e alemã (Igreja Luterana). Por isso, esse primeiro momento de instalação do protestantismo no Brasil é denominado de protestantismo de imigração ou colonização (MENDONÇA, 2003). Neste sentido, afirma Silva acerca das primeiras atividades protestantes em solo brasileiro: “destinavam-se, essencialmente, à manutenção dos serviços religiosos freqüentados pelos colonos alemães e comerciantes ingleses” (SILVA, 1996, p. 132). A propósito, as línguas utilizadas nos cultos eram as de origem dos imigrantes, isto é, o alemão e o inglês. O que indica, além da ausência, por assim dizer,

³⁸⁵ Usaremos aqui a terminologia *Protestantismo* no mesmo sentido atribuído por Mendonça (2003), pelo qual se entende *protestantes* como cristãos evangélicos de tradições não católicas, ligados diretamente à reforma protestante do século XVI, entre os quais se encontram luteranos, anglicanos, episcopais, congregacionais, presbiterianos, metodistas, batistas, etc., distinguindo-os no Brasil de evangélicos pentecostais e neopentecostais. Já o termo *Evangélicos* e seus correlatos será reservado a uma definição mais genérica de cristãos brasileiros não católicos, envolvendo protestantes, pentecostais e neopentecostais.

de proselitismo, o desinteresse desses protestantes pelas questões sociais e políticas pertinentes à realidade brasileira de forma mais direta.

A partir da segunda metade dos oitocentos, uma nova modalidade de protestantismo adentra o Brasil. Enquanto protestantismo de imigração tinha origem europeia, o protestantismo de missão ou de conversão tem raízes estadunidenses (MENDONÇA, 1984, 2003). Esse tipo de protestantismo é representado especialmente pelas denominações congregacionais, presbiterianas, metodistas e batistas, de descendência histórica direta da reforma protestante do século XVI. A relação desse segundo grupo com questões de natureza social, cultural e política era um pouco diferente. Eles encaravam essas esferas e seus detalhes como uma decorrência da condição pecaminosa da humanidade. Portanto, tinham até alguma intenção de afetá-las, como assinala Campos (2002: 3), porém estritamente através da conversão de indivíduos ao protestantismo (LÉONARD, s/d). Desta forma:

A intervenção nesse mundo/sociedade perdida tem que ser espiritual, através da conversão pessoal de cada homem. “*Converta-se o homem e a sociedade se transformará*”, é a máxima pietista e individualista que permearia a ética social do protestantismo brasileiro, na sua primeira fase. Os problemas sociais, como, a fome, a miséria e a corrupção são frutos do pecado individual, portanto devem ser resolvidos através da mensagem evangélica que atinge e transforma as almas e não com um programa político-estrutural para a sociedade. (SILVA, 1996: 134, grifo nosso).

Ressalte-se a ausência de um programa político-estrutural ou ideológico evangélico para a sociedade, da parte dos protestantes desse período inicial, ainda que no calvinismo (ramo importante do protestantismo) um projeto sociopolítico e cultural já fosse difundido na Europa, principalmente na Holanda, desde o século XIX pelo menos. O que marca os protestantes de missão durante a maior parte de sua história no Brasil, conseqüentemente, é uma opção teológica, mas também ideológica: a incursão sobre os indivíduos, jamais sobre a sociedade de modo direto, a qual é lida como um epifenômeno do comportamento individual. Vale mencionar, a propósito, que os processos de independência das principais denominações protestantes brasileiras, como a igreja presbiteriana e a igreja batista, em relação às missões internacionais, foram permeados por disputas em torno de qual seria a correta relação da igreja com a sociedade brasileira, disputas vencidas pela perspectiva conversionista e individualista (LÉONARD, s/d).

Daí a afirmação do historiador Silas Luiz de Souza (2011: 157-158) de que essa fase do protestantismo brasileiro, que vai pelo menos até o início da década de 1950, tinha afinidades claras com o liberalismo político e econômico, altamente individualista. Leonildo Campos (2002: 3-4), por sua vez, vai indicar a inexistência de um projeto de participação política entre os evangélicos brasileiros de modo geral, o que passará a mudar apenas a partir de 1970 com o neopentecostalismo

(MARIANO, 2009). E em nossa visão, haverá um refinamento ideológico/teológico a partir do século XXI, com a difusão progressiva do neocalvinismo holandês no Brasil.

Se essa rejeição religiosa do mundo – para lembrar Weber (2002) – por parte dos protestantes de missão era relativa à sociedade em geral, revelava-se mais acentuada ainda quando se tratava da esfera política:

Se a sociedade é representada como o “mundo” perdido, o lugar privilegiado do pecado, a política enquanto atividade “mundana” era tida como a própria concretização das “tentações” que deveriam ser evitadas. (SILVA, 1996: 136).

“Crente não se envolve com política”, diziam os evangélicos em geral até pelo menos os anos 1970, segundo Alencar (2018: 105). Destarte, a intervenção protestante em questões de tipo político só ocorria quando o funcionamento pluralístico da esfera religiosa fosse afetado de alguma forma, especialmente por avanços do catolicismo sobre o Estado, após a secularização política dada pela proclamação da república em 1889. Por exemplo, no avanço da igreja católica sobre o Estado na era Vargas (CAMPOS, 2002). E também quando valores religiosos fossem colocados em voga no âmbito político. De resto, o posicionamento dos protestantes em relação ao Estado e as dinâmicas políticas brasileiras era sempre elogioso ou indiferente (SILVA, 1996).

É sabido, entretanto que, a partir dos anos 1950 até o período militar, o protestantismo brasileiro teve uma guinada em direção a preocupações de natureza política e social o que inclusive os aproximou de setores católicos da teologia da libertação (BARRETO JR, 2010). Essa guinada estava baseada teologicamente em desdobramentos da teologia liberal, que enfatizavam o caráter histórico e também ético-político do evangelho (MENDONÇA, 2003). Após os fenômenos totalitários europeus da primeira metade do século XX, criticou-se o posicionamento individualista assumido pelo protestantismo ocidental, que voltando-se apenas para o além mundo e para o indivíduo, desprezando desta forma a vida terrena, a sociedade e seus rumos, oportunizava o avanço de aberrações como o nazismo.

Nesse período, ventilou-se entre teólogos e lideranças protestantes brasileiras a necessidade responsabilização social e política dos cristãos, o que demandava, além de reflexão acurada sobre a realidade social brasileira, ações diretas no sentido de mitigar, também através da política, os males sociais. É claro que toda essa consciência social que sempre é mediada por teorias teológicas, também tem a ver com desenvolvimentos particulares da sociedade brasileira nesse período, já que a segunda metade do século XX é palco de uma nova onda de urbanização e modernização do Brasil, o que certamente faz com que problemas sociais, principalmente urbanos, ensejem novas formas de compreender e encarar a vida social, inclusive para os protestantes.



Esse pensamento teológico-social brasileiro, que surge em meados de 1950, com alta consciência de dinâmicas coletivas, no entanto, não organizou uma ideologia sistematizada que orientasse a intervenção do protestantismo e do cristianismo em geral na sociedade e na cultura. Representou, portanto, uma conscientização social e política da igreja, a qual prescrevia respostas da mesma natureza. As respostas da época, todavia, não foram caracterizadas por qualquer sistematização ideológica propositiva. (DIAS, 2012; BARRETO JR, 2010).

É esse tipo de conscientização que resultará na criação do Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI)³⁸⁶ da Confederação Evangélica do Brasil (CEB)³⁸⁷, que promoverá encontros para o engendramento de diretrizes – muito influenciadas pelas ciências humanas e sociais, a propósito, para atuação social e política consciente e responsável dos protestantes brasileiros (BARRETO JR, 2010).

Esse movimento de intervenção social em favor dos pobres e oprimidos por parte dos protestantes, contudo, foi atingido pelo contexto internacional da guerra fria. Desta forma, os protestantes sociopoliticamente engajados foram postos junto da esquerda política comunista, entendida como inimiga da fé e associada de algum modo ao liberalismo teológico. Estigmatizado, assim, este movimento se esvaziou quase que completamente com a ascensão da ditadura civil-militar, tendo em vista que as igrejas protestantes, de modo geral, apoiaram a tomada de poder pelos militares (MENDONÇA, 2003).

A partir da redemocratização brasileira, como já assinalamos, os pentecostais deixam de lado sua postura alheia à política e à cultura e entram nessas esferas de forma praticamente definitiva. Apesar disso, os setores protestantes em geral mantiveram (ou retomaram) sua posição estritamente conversionista, que também compreendia a mudança da sociedade como uma obra de Deus, mediada apenas pela conversão de indivíduos ao evangelho. Todavia, no século XXI, temos no Brasil a entrada e a difusão, especialmente por via de publicações literárias de editoras ligadas a denominações calvinistas brasileiras (ALMEIDA, 2019), de um tipo de pensamento teológico, tradicionalmente ligado a igrejas protestantes de linha reformada ou calvinista (em geral, batistas e presbiterianas), que se propõe a transformar a sociedade e a cultura de modo integral. Nos referimos ao neocalvinismo de base holandesa.

³⁸⁶ O Setor de Responsabilidade Social da Igreja (SRSI) foi um departamento da Confederação Evangélica do Brasil, atuante até 1963, que tinha como objetivo promover a reflexão, bem como o engajamento das igrejas evangélicas brasileiras, sobre questões de natureza social, econômica, política e cultural da nação brasileira.

³⁸⁷ A Confederação Evangélica do Brasil (CEB) foi uma entidade surgida em 1934 e atuante até a década de 1970, que reuniu diversos grupos protestantes (Igreja Presbiteriana do Brasil, Igreja Presbiteriana Independente, Igreja Metodista, Igreja Episcopal, Igreja Luterana, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja O Brasil Para Cristo), com intuito de promover a cooperação entre igrejas evangélicas do Brasil. Ela foi marcada, entre outras coisas, pelo seu intenso interesse em justiça social, além de temas educacionais, socioeconômicos e políticos, nacionais, o que gerou conflitos com setores protestantes conservadores e também com as autoridades estatais.



Essa corrente teológica que, apesar de ter origem no século XIX, chegou ao Brasil no início do séc. XXI (ALMEIDA, 2019) tem grandes afinidades com as ciências humanas e sociais, bem como com a filosofia, e faz uso corrente de seus conhecimentos para a organização de seu pensamento social de transformação integral. De modo geral, sua proposta dita sobre uma releitura total da realidade de acordo com preceitos cristãos estruturados de modo teórico-social, psicológico, econômico, pedagógico e filosófico. Ou seja, tal pensamento se estabelece sob regras eminentemente humanistas, no sentido de que a sociedade, para ele, se estrutura a partir da ação humana concreta, entendendo o cristianismo como uma cosmovisão cultural entre outras, motivadoras das ações humanas, o que conduz a uma lógica de guerra cultural, que ocorre mediante instrumentos humanamente compreensíveis e manipuláveis (CARVALHO, 2006). Esse pensamento entra em fácil harmonia com o cenário sociopolítico brasileiro atual, onde temos ampla propagação, especialmente em âmbitos de ideologia conservadora e reacionária, de ideias de guerra cultural, a qual se espraia para o campo político, demandando e legitimando a participação de atores religiosos.

Trata-se, portanto, de uma alternativa teológica que compreende o cristianismo como uma doutrina de reforma total do mundo, através de ações claramente humanas, ou seja, que dão preponderância a potencialidades humanas, conquanto discursivamente terem revestimento religioso. É nesse sentido que alguns começaram a falar em projeto de poder ou de dominação evangélica no Brasil (GUSTAVO, 2019; BURITY, 2018). É no bojo desse movimento e dessa teologia/ideologia que no governo Bolsonaro vamos ter dois ministros de Estado pastores presbiterianos, isto é, de tradição calvinista: André Mendonça (Justiça e Segurança Pública) – hoje ministro do Supremo Tribunal Federal – e Milton Ribeiro (Educação), hoje envolvido em investigações policiais de corrupção. É digno de nota lembrar que falou-se muito sobre a relação de Bolsonaro com pentecostais e neopentecostais, porém pouca ênfase se dá a sua relação com protestantes tradicionais calvinistas, que já emplacaram dois ministros de Estado em seu governo, sem contar cargos de menor poder dentro destes mesmos ministérios ou em outros, como no da Cidadania, onde Sérgio Queiroz, pastor presbiteriano calvinista, é secretário especial de Desenvolvimento Social.

Tais transformações da teologia calvinista, assim como o campo religioso brasileiro, e suas relações com a sociedade e a política são evidentemente tema de interesse da ciência histórica, especialmente à história do tempo presente, no sentido de apreendê-las sob uma perspectiva atenta à espessura temporal dos fatos. É altamente relevante, portanto, refletirmos sobre que razões históricas deram suporte para as transformações na teologia calvinista brasileira, principalmente no tocante à introdução e difusão da corrente neocalvinista de origem holandesa, no que diz respeito a atuação sociocultural e sociopolítica de evangélicos no Brasil do século XXI; para também pensarmos acerca

de que implicações podem ter esses desenvolvimentos teológicos para a compreensão de processos históricos como os de secularização, laicidade e liberdade religiosa no Brasil. Ademais, avaliar criticamente quais podem as consequências de tal pensamento para a composição institucional e política do Brasil, sem desconsiderar a mudança demográfico-religiosa pela qual passa o Brasil do séc. XXI, com crescimento explosivo do grupo dos evangélicos por um lado, e do grupo dos sem religião, por outro, como apontam estudos históricos e científico-sociais (SPYER, 2020).

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Gustavo de. **Evangélicos e a nova direita no Brasil**: Os Discursos conservadores do neocalvinismo e as interlocuções com a política. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFJF, v. 13, n. 2, Dezembro, 2018.

ALMEIDA, Vinnícius Pereira de. **O projeto ético-político do kuyperianismo**: apontamentos históricos, teológicos e seu processo de recepção no Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Diretoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2019.

ARRUDA, Glair Alonso. **Sempre haverá pobres na terra**: os desafios da pobreza na América Latina dentro do novo paradigma de missão cristã segundo o Pacto de Lousanne e o *Gaudium et Spes* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

BARRETO JR, Raimundo C. **O movimento ecumênico e o surgimento da responsabilidade social no protestantismo brasileiro**. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 13, n. 1 e 2, p. 273-323, 2010.

BURITY Joanildo A. **Religião, política e cultura**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, pp. 83-113, v. 20, n. 2, novembro, 2008.

BURITY, Joanildo Albuquerque. **O suposto projeto de poder dos “evangélicos”**. Disponível em: <https://medium.com/instituto-mosaico/o-suposto-projeto-de-poder-dos-evang%C3%A9licos-3fad45301e33>. Consultado em: 10/05/2021.

CAMPOS. Leonildo Silveira. **Os “políticos de Cristo” – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil**. GT Religião e Sociedade, XXVI ANPOCS, Caxambu, outubro de 2002.

CARVALHO, Guilherme Vilela Ribeiro de (Org.). **Cosmovisão cristã e transformação**. Viçosa, MG: Ultimato, 2006.

DIAS, Agemir de Carvalho. **A conferência do nordeste e a crise do movimento ecumênico evangélico no Brasil**. REFLEXUS - Revista de Teologia e Ciências das Religiões - Ano VI, n. 7, (1), pp. 101-115, 2012.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da constituinte ao impeachment**. Tese de Doutorado (UNICAMP), Campinas-SP, 1993.

GIUMBELLI, Emerson. **O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

GUSTAVO, Túlio. **Como eu descobri o plano de dominação evangélico – e larguei a igreja**. The Intercept Brasil, 31 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/31/plano-dominacao-evangelico/>. Consultado em: 10/05/2021.

LÉONARD, Émile. **O Protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE, s/d.

MARIANO, Ricardo. **Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e o ativismo político de evangélicos conservadores**. Revista USP • São Paulo • n. 120 • p. 61-76 • janeiro/fevereiro/março, 2019

MARIANO, Ricardo. **Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública**. Civitas, Porto Alegre, v. 11, n. 2, pp. 238-258, mai-ago, 2011.

MARIANO, Ricardo. **Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista**. In: Debates pertinentes: para entender a sociedade contemporânea [recurso eletrônico] / org. Hermílio Santos. – Dados eletrônicos.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1984.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **República e pluralidade religiosa no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.59, p. 144-163, setembro/novembro, 2003.

MONTES, Maria Lúcia. **As figuras do sagrado: entre o público e o privado**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (Org). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo, Companhia das letras, 1998.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. **Pluralismo e multiplicidades religiosas no Brasil contemporâneo**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 23, n. 2, p. 261-279, maio/ago. 2008.

PACHECO, Ronilson. **Quem são os evangélicos calvinistas que avançam silenciosamente no governo Bolsonaro**. The Intercept Brasil, 4 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/02/04/evangelicos-calvinistas-bolsonaro/>. Consultado em: 10/05/2021.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **A benvinda politização dos pentecostais**. Contexto Pastoral, n. 33, ano VI, julho-agosto, 1996.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **De olho na modernidade religiosa**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 2. São Paulo: novembro, 2008.

PIERUCCI, Antônio Flavio. **Reencantamento e dessecularização: a propósito do auto-engano em sociologia da religião**. Novos Estudo, CEBRAP, N. 49, pp. 97-117, novembro, 1997.

PIERUCCI, Antônio Flavio. **Secularização em Max Weber:** Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 37 São Paulo, junho, 1998.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Religião como solvente** — uma aula. Novos Estudos CEBRAP, 75, pp. 111-127, julho 2006.

PRANDI, Reginaldo. **Converter indivíduos, mudar culturas.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 2, novembro, 2008.

PRANDI, Reginaldo; SANTOS, Renan William dos. **Mudança religiosa na sociedade secularizada:** o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 5, n. 2, pp. 351-379, jul.-dez. 2015.

SANTOS, Alberto Pereira dos. **Cultura evangélica no território brasileiro.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, Elizete da. **Protestantismo e questões sociais.** *Sitientibus*, Feira de Santana, n.14, p.129-142, 1996.

SPYER, Juliano. **Povo de Deus:** quem são os evangélicos e por que eles importam. São Paulo: Geração Editorial, 2020.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 4 Ed. São Paulo: Enio Matheus & Cia. LTDA, 1985.

WEBER, Max. **Ciência como vocação.** In: BOTELHO, André (Org.). *Essencial sociologia.* São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2013.

WEBER, Max. **Rejeições Religiosas do Mundo e Suas Direções.** In: WEBER, Max. *Ensaio de sociologia.* 5ª Ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científico Editora S.A., 2002.

O CONTROLE DA MEMÓRIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS PELA ORDEM FRANCISCANA: UMA ANÁLISE DAS HAGIOGRAFIAS DE TOMÁS DE CELANO E SÃO BOAVENTURA (1228-1263).

Mayara Stephane Gomes³⁸⁸

RESUMO

A Idade Média, assim como a Antiga continuam sendo importantes, relevantes, não apenas em relação à temporalidade, mas porque diz respeito à história humana, e os eventos que se dão com os homens a partir do tempo. No presente artigo pretende-se analisar duas obras hagiográficas e objetivar a tese que discute o controle da memória de Francisco a partir das hagiografias de Tomás de Celano (1200-1260) e São Boaventura (1221-1274), na tentativa de demonstrar um processo de construção de uma memória com a habilidade de projeção para o futuro. A memória, nesse sentido, não é uma operação que nos liga exclusivamente ao passado, ao pretérito dos eventos finalizados, a memória é antes um mecanismo que opera no presente e que tem como pressuposto elementos do presente que orientam a chamada “busca” do tempo perdido e que oferece intencionalidade de quem ou grupo que a projeta, no qual, nesse *locus*, salienta a disputa pelo poder no interior da Ordem Franciscana.

Palavras-chave: Memória. Poder. Franciscanismo.

INTRODUÇÃO

O período da Baixa Idade Média³⁸⁹ foi marcado por grandes transformações sociais, intelectuais, políticas, bem como religiosas, nesse sentido, se viu nascer lentamente uma nova espiritualidade³⁹⁰ e novos anseios de religiosidade que emergiram, essencialmente, no mundo urbano. A partir do século XI, com o renascimento urbano, começa a surgir um ambiente que possibilita atividades manufatureiras, e comerciais, proporcionando uma vinculação do povo aos ofícios, o que gerou adesão ao urbano em detrimento do campo. Souza (2016:11) interpreta que aqueles que migravam para este ambiente buscava a possibilidade de se libertar dos laços senhoriais.

³⁸⁸ Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH- UFG) e bolsista FAPESP. A pesquisa tem como orientadora a Profa. Dr. Armênia Maria de Souza. E-mail para contato: mayarastephane@discente.ufg.br.

³⁸⁹ Período compreendido do século XI à XV.

³⁹⁰ Para André Vauchez (1995: 7) ‘Espiritualidade’ é um conceito que começou a ser utilizado a partir do século XIX, e que pode ser definido como uma unidade dinâmica do conteúdo de uma fé, a qual foi vivida na Idade Média de formas distintas por homens historicamente determinados, inclusive pelos leigos.

Concomitante, surgem às primeiras universidades, nomeadamente, Bologna (1088), Paris (1150) e Oxford (1167), tornando-se locais de grande apreço filosófico, com enfoques no crescimento intelectual, todavia, com o destaque tomado pelas cidades, também gerou problemas que influenciou o líder do movimento franciscano³⁹¹ que surgiu neste momento.

A importância de Francisco de Assis para seu tempo, a História Medieval e por seguinte, a Igreja Católica é inegável, o mesmo prendia um ideal de vida simples, em comunidade praticando a caridade aos pobres e vivendo do necessário ao corpo, uma vida itinerante marcado pela pobreza material, um estilo de vida semelhante à vida de Cristo, e dos Apóstolos. Francisco defende uma vida humilde, de devoção ao senhor e o utiliza como modelo de vida. O texto que fundamenta a doutrina franciscana é adquirido no próprio evangelho de Mateus (Mt 16:24): “Se queres ser perfeito, vai, vende tudo que tens e segue-me”. A efetivação do ideal de perfeição cristã intercala com o ideal de pobreza, objetivando que para ser perfeito e seguir como Cristo é necessário fazer o uso da pobreza³⁹². A exemplo pode-se referir a questão das acomodações que segundo S. Francisco deveriam ser o mais simples possível. A Regra Bulada (1223) dos franciscanos afirma que

Os frades de nada se apropriem, nem casa, nem lugar, nem coisa alguma. E como peregrinos e forasteiros (cfr. 1Pd 2,11) neste século, servindo ao Senhor em pobreza e humildade, vão por esmola confiadamente, e não devem envergonhar-se, porque o Senhor se fez pobre por nós neste mundo (cfr. 2Cor 8,9). Esta é aquela eminência da altíssima pobreza que vos constituiu, caríssimos irmãos meus, herdeiros e reis do reino dos céus, vos fez pobres de coisas e sublimou em virtudes (cfr. Tg 2,5). (REGRA BULADA, 1991: 134)³⁹³

Este era o ideal de uma vida perfeita tanto para S. Francisco, como para seus seguidores, uma vida de amor fraterno e oração na pobreza e penitência. No que diz respeito ao que foi escrito sobre

³⁹¹ O movimento filosófico chamado de escola franciscana e iniciado pelos frades franciscanos surgiu no século XII. De acordo com a historiografia de Francisco de Assis (1182-1226), fundador da Ordem Franciscana, que ele nunca teve a intenção de fundar uma Ordem de estudiosos, catedráticos, doutores ou intelectuais, mas que soube reconhecer seu papel e de seus companheiros neste momento de reflorescimento urbano (MOORMAN, 1968:3).

³⁹² É importante salientar que alguns religiosos vivenciavam a pobreza, como é o caso dos monges que se caracterizavam por uma renúncia individual, ou seja, não havia obrigatoriedade em dispensar os seus bens materiais coletivamente, não havia exigência como no caso dos Franciscanos, os monges vivam uma pobreza a partir da sua visão, partia da consciência individual dos mesmos. Já na Ordem Franciscana, S. Francisco cria um modelo de reforma na prática religiosa, o ideal de Francisco não era apenas dar aos pobres, mas viver como pobre, ser pobre, somente sob essa convicção viveríamos como Cristo. O movimento franciscano vivenciava uma pobreza radical, colocando este modo de vida acima de tudo, se desvinculando dos bens materiais e seguindo Cristo, o que foi feito por Francisco, Pedro Valdo e tantos outros. Segundo Magalhães (2016) “a aspiração desses líderes e de seus seguidores foi decisiva, no sentido de estabelecer um ponto de viragem, uma mudança fundamental para a fé cristã ao longo dos anos subsequentes”.

³⁹³ REGRA BULADA, capítulo VI: Fratres nihil sibi approprient nec domum nec locum nec aliquam rem. Et tamquam peregrini et advenae (cf 1Petr 2,11) in hoc saeculo in paupertate et humilitate Domino famulantes vadant pro eleemosyna confidenter, nec oportet eos verecundari, quia Dominus pro nobis se fecit pauperem in hoc mundo (cf 2Cor 8,9). Haec est illa celsitudo altissimae paupertatis, quae vos, carissimos fratres meos, heredes et reges regni caelorum instituit, pauperes rebus fecit, virtutibus sublimavit (cf Jac 2, 5).

Francisco, sua historiografia é imensa, assim como as narrativas hagiográficas que circundam sua vida e santidade, como é o caso das hagiografias de Tomás de Celano e São Boaventura.

Buscamos prescrutar acerca da memória pois concordamos com Pierre Nora (1993:22) ao interpretar que a memória não pode ser esquecida, nem corrompida, a memória é registradora, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela. O projeto seria um dispositivo de memória: material, simbólico e funcional. Entretanto, será que a memória poderia ser influenciada? Sabe-se que após a morte de Francisco muitos dos escritos sobre o santo foi perdido e que houve disputas no interior da Ordem em estabelecer uma imagem do verdadeiro Francisco. Portanto, por mais que pareça fácil situá-lo no contexto disposto acima, parece haver uma insegurança no que tange a construção de sua memória, uma vez que a mesma foi moldada no seio de disputas de poder³⁹⁴. Consta como propõe Pollak que “o passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à Ordem estabelecida” (POLLAK, 1989: 11-12), a memória se mantém de referências culturais, literárias ou religiosas (COSTA, 2021:194), mas e se essa memória que até então sobrevive for produzida e controlada, visando à obtenção de poder?

Pensando nisso, traçamos como principal objetivo discutir sobre o controle da memória de Francisco a partir das hagiografias de Tomás de Celano e São Boaventura, na tentativa de demonstrar um processo de construção de uma memória com a habilidade de projeção para o futuro, portanto a memória opera-se no presente projetando para o futuro, sobretudo no que diz respeito à coletividade. A memória coletiva nesse sentido produz a identidade, no caso em questão, da Ordem Franciscana.

A despeito disso, conforme Walter Benjamin (1996:), pensamos na importância de se repensar os consensos. Esse foi o exercício projetado por Benjamin e reflexionado por nós: escovar a história - e os discursos eclesiásticos-, à contrapelo. Trazendo essa questão como instrumento para a análise de nosso objeto, pretende-se demonstrar que obras aparentemente doutrinárias/ canônicas, são ferramentas fulcrais para o Medievalista no hodierno. Partimos da premissa de que elas são produtos de dissensões e concordâncias/ conciliações políticas que emergiram na experiência histórica a partir da segunda metade do século XIII e, portanto, são textos produzidos com intenções bem delimitadas. Nesse sentido, pensamos não ser possível dissociar a problemática dos escritos hagiográficos de Francisco de Assis de sua dimensão política, como mecanismos de produção de memória que se alinham muito menos a um passado do que a um projeto em vigor no presente com implicações para o futuro, sugerindo elementos de disputas pelo poder.

³⁹⁴ Se trata das disputas no interior da Ordem Franciscana, a saber, pelas correntes que surgiram no interior da Ordem dos Frades Menores, os Conventuais ou também chamados de Comunidade, os moderadores em relação a Regra e os Espirituais, frades que defendiam um maior rigor quanto à observância da Regra elaborada por Francisco de Assis. Ambas defendiam posições opostas no tocante ao *modus vivendi* do *Poverello*, bem como de sua Regra, sobretudo no que tange ao aspecto da pobreza.



FRANCISCO DE ASSIS, A LUZ DOS DOCUMENTOS HAGIOGRÁFICOS (1228-1263)

Em aproximadamente 1181 e 1182 como sugere Le Goff (2011:43), nasce Giovanni di Pietro de Bernardone, em Assis, região localizada na Úmbria. Sua mãe, Mônica tinha origem nobre de Provença e seu pai, Pietro Bernardone, vendia tecidos. Giovanni se tornou conhecido como Francisco de Assis, no qual foi fundador da Ordem dos Frades Menores com ideais que se expandiriam para a grande Europa e mundo, posteriormente.

A vida do *Poverello* de Assis foi exposta principalmente nas hagiografias³⁹⁵ escrita por Tomás de Celano³⁹⁶ e São Boaventura³⁹⁷, seus escritores oficiais. Essas hagiografias escritas a partir do séc. XIII, entre elas, a *Vita Prima* escrita em 1228 e a *Vita Secunda* de 1247 de Tomás de Celano, a *Legenda Maior* de São Boaventura escrita em 1263, dentre outras, são fulcrais para compreender a vida de S. Francisco, assim como a construção de sua memória, uma vez que existem intenções nos discursos hagiográficos que demonstram a propagação de um novo santo, diferente dos anteriores, visto que São Francisco é o primeiro a receber os estigmas corporais, tal fato foi evidenciado na *Vita Prima* de Celano³⁹⁸, ou seja, é possível perceber que os autores que desenvolviam as hagiografias faziam propagandas, portanto, formas de legitimar que ele, Francisco, é um santo novo, bem como de propagar novas regras do contexto religioso como é o caso da obrigatoriedade das confissões³⁹⁹.

Por meio das narrativas hagiográficas são perceptivas as parcialidades que fecundam a elaboração de tais escritos, as designações de preferências se dão através das posições sociais, religiosas, e políticas que os hagiógrafos ocupavam no período em que efetivavam a escrita. Desta forma, possível compreender o pensamento de Michel de Certeau ao destacar que “o estudo histórico

³⁹⁵ A palavra hagiografia, etimologicamente, é composta por dois termos gregos, *hagio*, que quer dizer santo e/ou sagrado, e *grafia*, que se refere àquilo que foi escrito, onde um personagem santo é registrado ou quando uma escritura sagrada explora a vida de um indivíduo que possui vínculo com o sagrado. Segundo Maria de Lurdes Rosa as hagiografias tem como intuito “apresentar a vida de um santo, narrando o encontro humano com Deus”. (ROSA, 2001-2002: 370).

³⁹⁶ O franciscano Tomás de Celano que compôs a pedido de altas personalidades eclesiásticas a primeira vida de Francisco. Famoso pela elegância de seu estilo escreveu em primeiro lugar por solicitação de Gregório IX uma vida de São Francisco, a *Vita prima*, terminada em 1228. (LE GOFF. 2011: 40).

³⁹⁷ Boaventura de Bagnoregio foi um dos grandes intelectuais do século XIII. Nasceu em 1221, em Civita, hoje distrito de Bagnoregio, na parte central da Itália. Tem o nome de batismo de João de Fidanza. Foi Ministro Geral da Ordem dos Frades Menores e Cardeal da Igreja, dentre suas obras se destacam o *Itinerarium Mentis in Deum*, o *Collationes in Hexaëmeron*, e duas vidas de Francisco de Assis, a *Legenda Maior* e a *Legenda Menor*, considerada um resumo da primeira, ambas de 1263 (MAERKI, 2013: 65).

³⁹⁸ “sua inteligência, não tinha chegado a nenhuma clareza, mas seu coração estava inteiramente dominado pela visão, quando, em suas mãos e pés começaram a aparecer, como vira pouco antes no homem crucificado, as marcas de quatro cravos” (VITA PRIMA, 1997: 246).

“Cumque liquido ex ea intellectu aliquid non perciperet et multum eius cordi visionis huius novitas insideret, coeperunt in manibus eius et pedibus apparere signa clavorum, quemadmodum paulo ante virum supra se viderat crucifixum” (VITA PRIMA, 2017: 94).

³⁹⁹ Foi no IV Concílio de Latrão, em 1215 que fixou obrigatoriedade de confissão auricular (individual), as hagiografias como as de Tomás de Celano, faziam propagandas ao ato confessional como uma das formas de salvação.



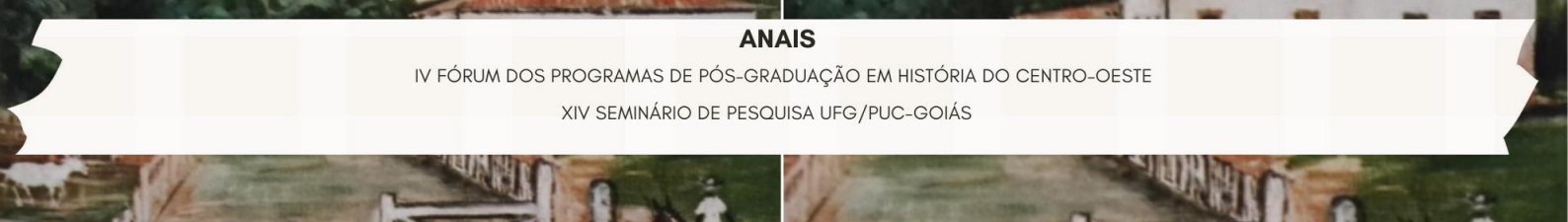
está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada. É o produto de um lugar” (CERTEAU, 1982:72).

Como já apontado, um exemplo foram os estigmas no corpo de Francisco, em Tomás de Celano, a estigmatização de Francisco de Assis é o exemplo de maior semelhança entre Francisco e Cristo, por isso o apresenta como o “novo crucificado”. Sob esta perspectiva, o hagiógrafo o considera um “segundo Cristo”, pois, segundo o autor, Francisco de Assis: “possuía Jesus de muitos modos: levava sempre Jesus no coração, Jesus na boca, Jesus nos ouvidos, Jesus nos olhos, Jesus nas mãos, Jesus em todos os outros membros” (VITA PRIMA, 1997: 263)⁴⁰⁰. Já em Boaventura, os estigmas representam que Francisco tornou-se “Espelho de Cristo”, no qual também configurava Francisco ser o “novo Cristo”: “o selo que fez dele a imagem do Deus vivo, isto é, do Cristo crucificado, o selo impresso em seu corpo, não por uma força natural nem por algum recurso humano, mas pelo poder admirável do Espírito do Deus vivo” (LEGENDA MAIOR, 1997: 462)⁴⁰¹.

A *Vita Prima* de Celano tinha como intenção a construção da santidade de São Francisco, uma vez que Francisco foi canonizado logo após sua morte, o que não era usual, sendo assim, o enaltecimento do santo, os milagres semelhantes aos de Cristo, as tentativas de chegar a todos os âmbitos em milagres: natureza, cura, libertação, fazem parte da escrita hagiográfica. O produto de lugar se dá pela propagação da união com o sagrado, sobretudo, como não houve registro de pessoas estigmatizadas antes do século XIII e o primeiro caso registrado é o de São Francisco de Assis, por volta de 1224, à hagiografia se traduz em memória que também a configura em poder, como invoca a professora Maria Filomena ao dizer que o “poder é como uma influência sobre uma matriz de possibilidades de ação, de resultados e de orientações dentro da qual ocorre a interação social” (ANDRADE, 2000: 71). A memória construída de Francisco da margem a uma maior aproximação do recém-santo a Cristo o que dentro do contexto em questão é de extrema significância, já que os outros santos não possuíam os estigmas, desta forma os escritos irradiavam a força do fundador de uma Ordem que modifica a Igreja em pedra, e sua instituição. Assim, “a criação das ordens mendicantes é um dos aspectos mais marcantes dessas transformações. Para começar, evocar-se-á a figura de São Francisco, personagem ao mesmo tempo singular e revelador das tensões de seu século” (BASCHET, 2006: 207).

⁴⁰⁰ “Multa illi utique cum Iesu, Iesum in corde, Iesum in ore, Iesum in auribus, Iesum in oculis, Iesum in manibus, Iesum in reliquis membris semper portabat” (VITA PRIMA, 2017: 115).

⁴⁰¹ “signaculum similitudinis Dei viventis, Christi videlicet crucifixi, quod in corpore ipsius fuit impressum, non per naturae virtutem vel ingenium artis, sed potius per admirandam potentiam Spiritus Dei vivi” (LEGENDA MAIOR, 2017: 2).



ENTRE ESPIRITUAIS E CONVENTUAIS: A MEMÓRIA DE FRANCISCO

Sabe-se que hagiografia de São Boaventura se tornou oficial, mesmo os escritos hagiográficos de Tomás de Celano sendo anteriores a produção da Legenda Maior, tal fato remonta a ideia de construção da memória de São Francisco. A hagiografia de Boaventura veio com o objetivo de não haver mais divergências sobre a imagem do santo, portanto, foi redigida com o objetivo de construir uma imagem una, serena, e que minimizasse os conflitos no interior da Ordem como afirma Le Goff (2007). Tal fato corrobora a construção da memória de Francisco no sentido de como a comunidade franciscana quer ser vista, quer ser pensada e quer ser lembrada enquanto experiência política e social.

Francisco de Assis não falava de si em seus escritos, a fonte exposta pelo santo em que demonstra a sua própria interpretação sobre sua vida é o *Testamento* o mais “autobiográfico” de seus escritos, no qual Francisco frisa a importância de se ele lembra que sempre procurou trabalhar com as próprias mãos, servindo de espelho para o restante da Ordem: “E eu trabalhava com as minhas mãos, como quero trabalhar; e quero que trabalhem todos os outros irmãos, com trabalho honesto” (A. BENVENUTI PAPI¹⁹⁷⁷: 595-608). O que reafirma sua vontade de ser modelo de vida para seus seguidores. Por outro lado, um dos seus escritos mais importantes é a primeira “Regra”, escrita em 1209 ou 1210 para seus irmãos, contudo, a mesma se perdeu⁴⁰², o que dificulta a encontrar o “Francisco verdadeiro”, ainda mais pelas tensões e disputas no seio da Ordem, essencialmente com a querela das Regras de 1221 e Regra de 1223⁴⁰³.

Doravante a morte de S. Francisco em 3 de outubro de 1226 essas disputas se intensificaram ainda mais, a corrente dos franciscanos Conventuais buscava promover a memória de Francisco mais próxima a seus ideais, assim como os franciscanos da corrente dos Espirituais procuraram fazer o mesmo, portanto aproximar a memória do *Poverello* a suas interpretações. Tal ação reflete na proposta construída por Halbwachs ao concluir que indivíduo que possui a lembrança está inserto na sociedade na qual possuem grupos de referência, ou seja, memória é construída em grupo, no coletivo sendo que “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”, como se pode

⁴⁰² Sabemos um pouco pelo próprio Francisco e por São Boaventura, tal regra era curta e simplória, e que eram compostas, principalmente por passagens do Evangelho.

⁴⁰³ Resumidamente, os franciscanos pertencem a uma Ordem religiosa, estruturada por uma Regra de Vida (espelho a ser seguido), que foge a todas as outras normas e Regras religiosas. Mesmo com Francisco em vida, e com o crescimento da Ordem dos Frades Menores, as correntes franciscanas já possuíam posições diferentes e até mesmo conflituosas. Francisco, em 1221, escrevesse a Regra, que ficou conhecida como *Regula non Bullata* pois não foi aprovada em Bula papal um grupo de franciscanos a consideram-na árdua e rigorosa demais, e ainda por possuir ideais não defendidos pela Igreja, dessa forma, Francisco foi levado a escrever uma nova Regra em 1223, que retirava parte do rigorismo em relação ao *modus vivendi*, bem como aproximava os ideais defendido pelo fundador à ortodoxia. No entanto, a *Regra bullata* (1223), aprovada por Gregório IX expressava um subjetivismo jurídico que ampliava interpretação que gerou, posteriormente, conflitos entre as correntes.

ver, o trabalho do indivíduo que lembra e que opera o mecanismo de rememoração não é isento de influências, uma vez que as “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30). Portanto, a memória de Francisco foi construída em grupo, mas, neste caso, por grupos que disputavam sua memória na tentativa de validar suas convicções e desejos.

No caso dos Conventuais, os moderados, convencidos da necessidade de adaptar o ideal da pobreza à evolução de uma Ordem de frades cada vez mais numerosa, de não recusar a influência exterior, as multidões sempre mais densas que se voltavam para os Frades Menores, e da necessidade de ver na Santa Sé a fonte autêntica da verdade e da autoridade numa Igreja de que a Ordem era uma parte integrante, já os radicais Espirituais, exigiam dos Frades Menores a observância pobreza, seja coletiva ou individual, a recusa a todo aparato na liturgia dos ofícios da Ordem, assim nas igrejas como nos conventos, e a guardar distância da cúria romana, visto que a própria já hostilizava os ideias dos franciscanos Espirituais (LE GOFF, 2011: 45).

Sob este contexto de disputas no interior da Ordem e suas intenções bem definidas, e, em certos casos, chegando a ações de cunho heréticas como os ideais dos *Spirituali*⁴⁰⁴ que o capítulo geral de 1260 nomeou a São Boaventura, que era o então Ministro Geral da Ordem desde 1257, o cuidado de escrever a vida, morte, milagres realizados por São Francisco, uma vez que os franciscanos das duas correntes tinham acrescentados mais versões na biografia de Francisco e atribuído interpretações a Regras e as ações do mesmo.

A hagiografia da vida oficial de São Francisco por São Boaventura é considerada a escrita oficial pela Ordem. A Legenda⁴⁰⁵ foi aprovada pelo capítulo geral de 1263, e em curso de 1266 foi decidido à proibição de frades utilizarem outras vidas de São Francisco, mesmo que para leitura ou estudo e, destarte, ordenou que destruíssem todos os escritos anteriores que referenciavam a vida e santidade de São Francisco. Tal decisão buscava por um fim nas tensões no interior da Ordem, sobretudo nas divisões internas, mas a ação ia contra o que Francisco deixou em seu *Testamento* no que tange o respeito à palavra: “O ministro-geral e todos os outros ministros e os custódios estão obrigados, por obediência, a não acrescentar nada nem nada cortar destas palavras. Antes, tenham este texto sempre consigo junto com a Regra, leiam também estas palavras” (LE GOFF, 2011:71).

⁴⁰⁴ Os franciscanos da corrente dos Espirituais foram muito perseguidos por algumas figuras máximas eclesiásticas, um exemplo é o papa João XXII que perseguiu alguns franciscanos dessa corrente como é o caso de Guilherme de Ockham no século XIV. O mesmo acreditava que o rigorismo e as críticas a Igreja beirava a heresia.

⁴⁰⁵ “Chamada Legenda maior para distingui-la de uma Legenda menor, resumo sob a forma de lições litúrgicas compostas por Boaventura para uso do coro” (LE GOFF, 2011: 39)



Existem ainda alguns problemas no tocante a Legenda escrita por São Boaventura, primeiramente, pouco é registrado sobre a vida de Francisco e seus milagres, por esse motivo devem-se ser consultados outros documentos para um trabalho científico. Por mais que São Boaventura fosse devoto e possuisse profunda veneração a São Francisco, seu trabalho mediador foi baseado em documentações anteriores autênticas, mas que ignora a vida burguesa que Francisco tinha antes de sua conversão. Boaventura elaborou uma obra que ignora os elementos da ciência histórica, por ser tendenciosa e fantasiosa. Le Goff salienta que seria fantasiosa, porque “combina elementos às vezes contraditórios tomados de fontes diferentes sem nenhuma crítica e tendenciosa, porque silenciava quanto ao que mostraria que a Ordem Franciscana se tinha desviado de algumas das intenções de São Francisco” e, em alguns casos, em pontos fulcrais como, “a ciência e o ensino, o trabalho manual, as visitas aos leprosos, a pobreza das igrejas e dos conventos”. De fato, esse São Francisco mediador como foi elaborado pelo Ministro da Ordem, representa mais os Conventuais do que os Espirituais (LE GOFF, 2011: 39-40). Vale lembrar que foram os franciscanos da corrente dos moderados que elevaram São Boaventura a Ministro Geral da Ordem.

As narrativas hagiográficas de Celano e Boaventura expõe um S. Francisco diligente e evidenciam sua influência no meio social no século XIII, e evocam sua influência viva em espírito na posterioridade, demonstrando sua santidade e virtudes próprias de um santo. Quanto aos conflitos internos da Ordem, as hagiografias prolongaram as diferenças de interpretação dos franciscanos no que refere as intenções do fundador, chegando a produzir disputas que premeditariam nos séculos seguintes entre a própria Ordem e a Cúria Romana⁴⁰⁶. Destarte, estes conjuntos das narrativas produzidas e reproduzidas pela Ordem Franciscana ao longo do seu primeiro século de existência praticam uma reconstrução da vida de Francisco com base no apagamento de suas origens e experiência burguesas, assim como a correção da vida do santo, moldando uma memória, exemplo é a memória corrigida de Francisco que até o século XIX foi considerada o verdadeiro São Francisco, ou seja, o santo da narrativa hagiográfico de São Boaventura e ainda a imagem de Francisco escrita por Bartolomeu de Pisa na primeira metade do século XIV, imagem esta, aprovada pelo capítulo geral de 1399, texto este, que representa um São Francisco insosso. As críticas atribuídas por historiadores e pela própria história moderna promovera ao do século XIX uma revisão do São Francisco tradicional⁴⁰⁷.

⁴⁰⁶ Pode-se destacar o caso de Álvaro Pais, franciscano e bispo de Silves (1270-1349) e o franciscano da corrente dos Espirituais e filósofo, Guilherme de Ockham (1285-1347).

⁴⁰⁷ “A celebração do sétimo centenário do nascimento de São Francisco em 1882 pode ser entendida como prefácio dessa revisão, além da edição, nessa ocasião, da encíclica *Auspdatum concessum*, de Leão XIII. Mas o autêntico ponto de partida da busca do verdadeiro São Francisco é a obra fundamental do protestante Paul Sabatier, em 1894” (LE GOFF, 2011: 40).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Paul Ricoeur a memória constitui nosso último referencial na busca pelo que um dia se passou, por um acontecimento que tenha sido uma realidade num momento pretérito. E também esse voto de confiança e de reconhecimento dado à memória deve se estender ao campo da historiografia, devolvendo a memória ao seu lugar de matriz da História, pois o esquecimento pode gerar distorções da memória que afetam sua própria credibilidade. Mas é quando não podemos confiar na memória por esta mesma ser construída por um grupo, ou ainda modelada? No que tange a memória de Francisco, a maior parte dos documentos oficiais alinham-se em volta de duas correntes, uma, representada por meio dos franciscanos moderados, e outra, o franciscanos rigoristas. Ao analisar as fontes, é visível que se encontraram mais manuscritos do grupo dos Conventuais do que os do grupo oposto, levando em consideração as disputas que envolvem as duas linhagens da Ordem dos Menores e principalmente as distorções e construção de um Francisco que as representasse, observa-se um desequilíbrio em relação à memória de Francisco. Vale lembrar as narrativas hagiográficas que trabalham a santidade eram lidas em público e em voz alta, não era uma leitura intimista e pessoal, é certo que a memória dos registros era passada para muitos e quem os escreviam possuía intenções claras que correspondem no alcance do poder, uma vez que na Idade Média a relação religião e política eram conciliares.

A memória, nesse sentido, tem o poder de resignificar experiências, indivíduos e grupos ao exercer atos contínuos de desconstrução e construção. A ordem de aplicação é esta, se desconstrói em primeiro momento para em seguida construir. Desconstrução de um suposto real, precedendo a construção de um discurso. Um discurso sobre o real, neste caso, o real e verdadeiro São Francisco. O controle da memória de Francisco pela Ordem se relaciona com o mecanismo da *mimésis* da realidade, converte a memória em *poiesis* (criação, produção cultural), a memória, portanto, não é apenas um mecanismo de recordação, mas um ato cultural, voluntário e que possui intencionalidade no seu presente, mas que também visualiza o futuro, na propagação desta memória.

Em suma, a produção hagiográfica franciscana foi impregnada pela luta política em que a Ordem se encontrava após 1226, data da morte do *Poverello*. As disputas dos Espirituais e Conventuais foram os grandes norteadores da escrita da vida de São Francisco de Assis, que precisou passar por um enquadramento institucional para tornar-se um Santo da Igreja, logo às dições de suas atitudes foram dispostas como em defesa de seu projeto. A hagiografia segue padrões e modelos antes estabelecidos, no caso da vida de São Francisco possuía como representação a experiência de Cristo, dessa forma muitos fatos foram abordados por ambos os hagiógrafos, diferindo apenas as intenções

de seus escritos o que nos levar a refletir que não existe inocência no relato ou como a memória se forma após a morte do personagem.

FONTES

BÍBLIA DE JERUSALÉM. 4. ed. S. Paulo: Paulus, 2002.

BOAVENTURA, São. Legenda maior e Legenda menor (Vida de São Francisco). Petrópolis: Vozes-Cefepal, 1979.

CELANO, Tomás de. Vita Prima e Vita Secunda de São Francisco (I e II). Frei José Carlos Pedroso. In-Escritos e biografias de São Francisco de Assis/Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano. Seleção e organização: Frei Ildefonso Silveira, O.F. M e Orlando dos Reis. 8º edição, Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Tratado dos milagres do bem-aventurado Francisco. In Fontes biográficas franciscanas. Disponível em: <https://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/sine-data,_AA_VV,_Fontes_Biograficas_Franciscanas,_PT.pdf

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Filomena. A beatitude no feminino: modelos de santidade e formas de poder. Discursos: língua, cultura e sociedade. ISSN 0872-0738. S. 3, nº 2, Abril 2000, p. 71-84.

BASCHET, Jérôme. Introduction: l'image-objet. In: _____. SCHMITT, Jean-Claude. et BASCHET Jérôme. L'image. Fonctions et usages des images dans l'Occident médiéval. Paris: Le Léopard d'Or, 1996, p. 7-26 (tradução: Maria Cristina C. L. Pereira).

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COSTA. Alex Silva. Religiosidade medieval e Franciscanismo. Vozes, Pretérito & Devir Ano VIII, Vol. XIII. Dossiê Temático ISSN: 2317-1979. 2021.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

LE GOFF, Jacques. São Francisco de Assis. Tradução: Marcos de Castro. 10º ed. Rio de Janeiro: Record. 2011.

MAERKI, Thiago de Oliveira. Hagiografia e literatura: um estudo da Legenda Maior Sancti Francisci, de Boaventura de Bagnoregio. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem: Campinas, 2013.

MAGALHÃES, A. P. T. Os espirituais franciscanos. In. Os Franciscanos e a Igreja na Idade Média: A Abor vitae crucifixae iesu de Ubertino de Casale. 1. Ed. São Paulo – USP – programa de Pós-graduação em história social: intermeios. 2016.

_____. Guerra e paz na Ordem Franciscana: o discurso da pobreza como elemento de disputa. In: Baccega, Marcus (org.) Combates e Concórdias: temporalidades do conflito e da conciliação na tradição medieval. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018, pp. 69-82.

MOORMAN, John. A History of the Franciscan Order. From its Origins to the Year 1517. Oxford: Clarendon Press, 1968.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: < encurtador.com.br/fkLU9 >. Acesso em: 05 Jan. 2020.

RICOUER, P. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ROSA, Maria de Lurdes. A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajectos de vida. Lusitania Sacra, 2a série, 13-14 (2001-2002), pp. 369-450.

SABATIER, Paul. Vida de São Francisco de Assis. Trad. Frei Orlando A. Bernardi; apresentação à edição brasileira de Frei Vitório Mazzuco. – Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco: Instituto Franciscano de Antropologia, 2006, p. 80-95.

SOUZA, Armênia Maria de. O pontificado de João XXII (1316-1334). In. SOUZA, José António de C.R.; AZNAR, Bernardo. (Eds.). Igreja e Estado: Teorias Políticas e Relações de Poder no Tempo de Bonifácio VIII e João XXII. 1. Ed., Braga: Axioma - Publicações da Faculdade de Filosofia, 2016, Filosofia 41, pp. 211-253.

VAUCHEZ, André. A Espiritualidade na Idade Média Ocidental: séculos VIII a XIII. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

O DECORO RETÓRICO E A REPRESENTAÇÃO DO POVO NAS NARRATIVAS HISTORIOGRAFICAS DOS SÉCULOS XVII E XVIII

José Alves de Oliveira Júnior⁴⁰⁸

RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar a representação do povo em textos historiográficos militares dos séculos XVII e XVIII. No Antigo Regime, a história militar configurava-se como gênero submetido aos preceitos da retórica antiga, tendo a ideia de decoro como pressuposto básico para a seleção e a representação dos personagens históricos na narrativa. O *decorum* estabelecia modos específicos de representação conforme os gêneros e as hierarquias, determinando lugares retóricos apropriados para os personagens nobres e comuns. Por meio desse procedimento retórico, os heróis militares, ou “grandes”, figuravam como sujeitos dignos e centrais da historiografia, porque se considerava que estes conduziam os acontecimentos relevantes na política e na guerra e decidiam o destino da sociedade. A escrita da história militar expressava seu comprometimento com uma noção de sociedade baseada na desigualdade dos seres e com um conceito de história que determinava que o povo era indigno de memória.

Palavras-chave: Historiografia, Retórica, Representação, Povo, Plebe.

As Guerras de Restauração em Portugal e no Brasil do século XVII tiveram grande impacto na produção letrada do período, de modo que os historiadores da época tornariam esses temas como especiais em sua historiografia durante e depois dos conflitos. A partir do contexto de guerra, surgem diversos trabalhos de natureza histórica que se propuseram a narrar os acontecimentos bélicos em Portugal e na América portuguesa. Podemos destacar obras como *O Valeroso Lucideno* (1648), de Frei Manuel Calado, *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* (1654), de Duarte de Albuquerque Coelho, *Epanaphoras de Vária História Portuguesa* (1660), de D. Francisco Manuel, *Nova Lusitânia – História da Guerra Brasílica* (1675), de Brito Freire, *O Castrioto Lusitano* (1679), de Frei Rafael de Jesus. Além dessas obras, também se destacam as diversas relações que narram a Guerra de Restauração em Portugal, como a *Relação de tudo que se passou na felice aclamação do mui alto e mui poderoso Rey Dom João o IV Nosso Senhor*, de Nicolau Maia de Azevedo, publicada em 1641,

⁴⁰⁸ Doutorando do PPGH-UFG, sob a orientação da professora Dra. Raquel Campos. E-mail: juniorhagrid@hotmail.com
[Bolsista Capes.](#)



a *Relação da aclamação que se fez na capitania do Rio de Janeiro ao Rey Dom João o IV*, também de 1641, o *Mercúrio Portuguez com as novas da Guerra entre Portugal & Castela*, publicados entre os anos de 1663 até 1667 por Antônio de Souza de Macedo, a *História de Portugal Restaurado* (1679-1698) de D. Luís de Meneses, Conde de Ericeira, além de outros textos diversos em gêneros e extensão.

A *História de Portugal Restaurado* (1679-1689) pertence a uma tradição historiográfica dedicada ao ramo da história política e militar a serviço da casa reinante portuguesa e das demais casas nobres. Escrita por D. Luís de Meneses (1632-1690), Conde de Ericeira e membro do Conselho de Estado, a obra narra os acontecimentos políticos e bélicos entre a coroa portuguesa e a de Castela no contexto da Guerra de Restauração (1640-1668). A narrativa do Conde de Ericeira foi publicada primeiramente 1679, tendo seu segundo volume impresso em 1698. A obra teve grande repercussão na tradição historiográfica portuguesa até o século XVIII, sendo reimpressa também em 1751 e 1759. A *História de Portugal Restaurado* seria produzida conforme as convenções clássicas da arte histórica, um conjunto de procedimentos retóricos presentes nos meios letrados que regulavam a representação historiográfica.⁴⁰⁹ Dentre as referências “antigas e modernas” de Ericeira estavam Aristóteles, Cícero, Tito Lívio, Tácito, o historiador português Manoel Faria e Sousa, além dos “preceitos históricos de Mascardi Italiano e do Padre Mene Francez” (MENESES, 1679). Uma das grandes referências usadas por Ericeira é o tratado italiano *Dell’Arte Histórica* (Sobre a Arte Histórica) de Agostinho Mascardi, publicado em 1636. *Dell’Arte Histórica* é uma preceptiva retórico-poética-historiográfica do século XVII que reúne preceitos de Cícero e de Luciano de Samósata, além de outras autoridades do gênero histórico no Seiscentos (SINKEVISQUE, 2005, p. 12).

De modo geral, a historiografia seiscentista e setecentista seria entendida como *ars historica* (arte histórica) submetida às *auctoritas* de Aristóteles, Cícero, Quintiliano, Tucídides, Tito Lívio, Tácito e outros. O conceito de “arte” não possui aqui ainda o seu significado moderno e autonomizado como expressão de subjetividade romântica ou gênio criador. Significa exclusivamente uma técnica prescritiva, que, por sua vez, estendia-se ao universo das artes discursivas (os gêneros oratórios, poéticos e historiográficos) e das artes pictóricas (os gêneros de pintura e escultura). Desse modo, por arte histórica entendia-se um aglomerado de técnicas retóricas antigas, modelos e gêneros gregos, romanos e cristãos que eram interminavelmente imitados na escrita da história e na pintura histórica. A prosa histórica seiscentista e setecentista era uma técnica, “um fazer” (*téchne*), pela exigência de

⁴⁰⁹ Para o pesquisador Felipe Charbel (2008), embora a história tenha alcançado sua maior expressividade no mundo antigo com Heródoto e Tucídides, os gregos jamais chegaram a definir a história como um gênero retórico-poético. A discussão acerca da concepção retórica de história deve-se à Cícero no livro II do diálogo *De Oratore*. Segundo Charbel, o entendimento ciceroniano de história como uma construção de fatos e palavras enfatiza tanto o seu caráter retórico quanto o seu compromisso com a verdade.

habilidade do historiador na narração das ações sucedidas e particulares em verossimilhança a muitos casos idênticos conhecidos pelo público (invenção), no ordenamento cronológico dos argumentos (disposição) e na ornamentação do discurso conforme o decoro apropriado (elocução) (SINKEVISQUE, 2000, p. 122). De modo geral, a elaboração de títulos, dedicatórias, prólogos introduções, a organização dos capítulos, o modo de apresentação dos acontecimentos e dos sujeitos históricos eram regulados por procedimentos retóricos.

A narrativa histórica do Conde de Ericeira foi escrita em oferecimento ao príncipe D Pedro II de Portugal em apoio à aristocracia bragantina no contexto da Guerra de Restauração. Com o título *História de Portugal Restaurado: Oferecida ao Sereníssimo Príncipe Dom Pedro Nosso Senhor, Escrita por Dom Luís de Menezes Conde da Ericeira, do Conselho de Estado de S. Alteza, seu Vêdor da Fazenda, & Governador das Armas da Província de Trás os Montes*, a obra enquadrava-se nas formas de mecenato vigente no século XVII. Ericeira, que serviu como general durante a guerra e participou de diversas batalhas, também almejava angariar honras por meio da atividade letrada com sua obra historiográfica. Na dedicatória da obra, parte obrigatória da retórica para captar a benevolência e a atenção do leitor, Ericeira deixa expresso o cunho aristocrático de sua narrativa:

[...] no generoso espírito de Vossa Alteza quis a Providência divina dar a Portugal um Príncipe de ações tão reguladas e virtuosas, que não depende de exemplares para o acerto delas, e Vossa Alteza uns Vassallos tão igualmente ornados de todas as virtudes morais, que, como a Via Láctea entre as Estrelas, corre no Campo Celeste desta história a glória de referi-las, sendo o movimento principal de seus valorosos impulsos e maravilhosos sucessos, o brilhante Sol que amanheceu esta monarquia, em sobre todos Excelente Monarca o senhor D. João o Quarto de imortal memória, Soberano herói, que o benévolo influxo dos Astros concedeu por Pai a Vossa Alteza (MENESES, 1679).

Ao narrar os “valorosos impulsos e maravilhosos sucessos” dos reis e da nobreza, a obra de Ericeira também expressa a relação de proximidade entre história e elogio. Conforme os preceitos retóricos, a história servia para produzir um repertório de exemplos virtuosos que deveria servir para orientar pedagogicamente. Para isso, a tradição clássica prescrevia que a *história magistra vitae* deveria ser escrita como gênero demonstrativo da retórica (gênero responsável pelo elogio e pela censura), na medida em que a censura ou o louvor produz ou a excelência, que deveria ser imitada, ou a baixeza do objeto da narrativa.⁴¹⁰ Vale ressaltar que a história como coleção de exemplos

⁴¹⁰ Em sua *Retórica*, Aristóteles divide os gêneros retóricos em três grupos, segundo as categorias dos seus destinatários e as situações de causa com referências ao tempo. Por exemplo, o gênero judiciário (que acusa ou defende), que é próprio dos tribunais, cujos ouvintes pronunciam vereditos sobre fatos situados no passado; o deliberativo (que aconselha ou desaconselha), que é particular das assembleias populares e políticas, em que o auditório manifesta-se sobre assuntos futuros da vida civil; e o epidítico ou demonstrativo (que louva ou censura) que é estabelecido para as cerimônias públicas e rituais religiosos ou políticos, atentos à situação presente, que induz ao louvor ou à censura por parte de quem pronuncia, cabendo aos ouvintes o papel de espectadores e julgadores da habilidade do autor (SOUZA, 1999, p.8).

e “mestra da vida”, cunhado por Cícero, pertence ao contexto da oratória. Nesse caso, a oratória empresta um sentido de imortalidade à história como instrução/imitação para a vida, de modo a tornar permanente o seu conteúdo de experiência (KOSELLECK, 2006, p. 43).

Segundo Jacques Rancière (2009, p. 31-42), o que define um gênero nas Belas-Letras/Belas-Artes não é um conjunto de regras formais, e sim a natureza do que se representa, do que constitui o objeto ou tema. Este princípio, estabelecido na *Poética* de Aristóteles, definia que o gênero de um poema – epopeia ou sátira, tragédia ou comédia – estava ligada em primeiro lugar a natureza do que se representa. Assim, existiam dois tipos pessoas e ações que se imitavam: os grandes e os pequenos, duas classes de gentes que se imitavam: os espíritos nobres e os comuns, e duas maneiras de imitar: uma que exalta o objeto imitado e outra que o rebaixa. Os imitadores dos espíritos nobres escolhem representar ações admiráveis, grandes personagens, heróis e deuses, e escolhem representá-los com o mais alto grau de perfeição formal, convertendo-se em poetas épicos ou trágicos. Os imitadores de menor virtude, que elegem tratar de pequenas histórias de gente de pouca importância e reprovam os vícios dessas pessoas medíocres, convertem-se em poetas cômicos ou satíricos. De modo geral, o princípio do gênero estava ligado à uma escala de valores que definia a dignidade dos temas e a hierarquia dos gêneros. Epopeia e tragédia para os heróis e nobres, comédia ou sátira para a plebe (RANCIÈRE, 2009, p. 31; CAMPOS, 2009, p. 90). Incluídos na hierarquia de gêneros estavam também os gêneros historiográficos, que procuravam eternizar os assuntos grandes e elevados, as ações dos reis, nobres, militares e homens ilustres dignos de imitação. Segundo o Conde de Ericeira, em sua *História de Portugal Restaurado*, a Guerra de Restauração da monarquia portuguesa e o fim do “pesado jugo” da coroa de Castela formam assuntos dignos de serem historiáveis:

O maravilhoso efeito que produziu esta resolução, determino escrever, se não como eloquência e erudição, que pedem assunto tão levantado (que nenhum dos Historiadores antigos logrou melhor emprego) com tão sólida e independente verdade, que não achem os especulativos que contradizer (MENESES, 1679).

No regime retórico, os temas representados relacionavam-se ao gênero com uma das modalidades fundamentais do discurso: o elogio ou a censura, lugares preceituados para o gênero história. Determinado pelo tema, o gênero definia também os modos específicos de representação. O princípio da conveniência, ou decoro, impõe ações e discursos adequados aos sujeitos representados correspondentes ao gênero que se filia. Com isso, cabia ao princípio do decoro atribuir ao homem ilustre o comportamento virtuoso, que deveria ser imitado, e ao homem comum, o lugar vulgar a ser censurado (RANCIÈRE, 2009, p. 31-42). Na *História de Portugal Restaurado* o comportamento virtuoso é próprio da nobreza civil e militar. Isso é percebível já no início da obra, que, embora trate dos acontecimentos políticos e militares de 1640 até 1668, começa com narrativa da formação do



reino e com o elogio dos reis e “varões insignes”: “para formar perfeitamente o corpo desta obra, é necessário fazê-lo luminoso, mostrando os princípios da monarquia portuguesa” (MENESES, 1679). Na narrativa do Conde de Ericeira, coube aos príncipes portugueses, e a nobreza, todos os progressos e glórias do reino português desde a sua formação, concentrando nesses personagens todo o centro e força do movimento histórico. A história de Portugal seria uma coleção de ações memoráveis de monarcas que se inicia com a conquista de Portugal, no reinado de D. Afonso, “O católico”, até o processo que levou a crise de sucessão em 1580, com a morte do rei D. Sebastião e, posteriormente, do rei D. Henrique. Além dos príncipes, os varões insignes do reino também seriam os responsáveis pela glória de Portugal em sua história. Dentre os ilustres listados por Ericeira estavam D. Paio Correia, que conduziu campanhas militares contra os Mouros no século XIII, D. Nuno Alvares Pereira, general que teve papel importante na defesa da coroa portuguesa na crise de 1383 e 1385, D. Vasco da Gama, que comandou as primeiras viagens marítimas à Índia na época dos Descobrimentos, além de vários outros nomes. Quando trata da Guerra de Restauração no século XVII, principal objeto de sua narrativa, Ericeira elege os “Varões portugueses” como protagonistas do processo que restituiu a independência de Portugal da coroa de Castela.

A *História* de Ericeira fundamentava-se numa partilha do sensível que distribuía para alguns os lugares virtuosos e dignos de historiáveis. Em sua narrativa, as virtudes associadas aos príncipes e à nobreza são os lugares retóricos da coragem, cristandade, justiça, generosidade, prudência e piedade. Ao historiador, cabia a tarefa de produzir uma narrativa em que os personagens deveriam ser dignos de imitação, sendo necessário, por vezes, dissimular alguns fatos impróprios para não os rebaixar. Ericeira defende essa ideia utilizando um preceito de Quintiliano, que dizia que o pintor Apelles precisou representar Antígona de perfil para esconder seu olho perfurado (CERQUEIRA, 2015, p. 6) Ao descobrir defeitos de interesse público, o historiador não deveria mostrá-los, porque estes serviriam aos leitores mais para o estímulo do que para a correção.

Nessa distribuição hierárquica dos valores, aqueles que não possuíam as “virtudes” e “ações” memoráveis estavam excluídos ou rebaixados na narrativa histórica. Na obra de Ericeira, o povo, por exemplo, aparece como pano de fundo ou como contraponto das ações e virtudes da nobreza. Vale ressaltar que o conceito de povo é polissêmico no século XVII. Na narrativa de Ericeira a palavra povo aparece denotando dois sentidos, um como totalidade e outro como parte. O primeiro é o de habitantes, povoação ou população de um reino. Significa a totalidade do corpo social, o conjunto de súditos das três ordens sob a autoridade do rei. Essa carga semântica aparece também no uso do plural “povos”, que denota uma reunião de todos os membros de uma sociedade naturalmente organizada. Em segundo, a palavra povo denota uma parte do social, a plebe, a população, os populares,

contrapondo-se aos grupos sociais clero e nobreza e assumindo o sentido de classe social (PEREIRA, 2016, p. 61-81). Na *História de Portugal Restaurado* o povo/plebe é rebaixado na narrativa. Ao tratar dos tributos lançados pela coroa de Castela aos habitantes de Lisboa, Ericeira destaca:

Os ministros castelhanos que assitiam em Lisboa também lançavam tributos: foi um deles mandarem que os barcos não saíssem a pescar sem contribuir, tirando com mais certas redes, que as dos pescadores, o primeiro lanço, livres do perigo das tempestades. Exasperou este desconcerto de forte o ânimo dos populares, que gritando liberdade, profanaram com pedradas as janelas do Paço: porém faltando-lhe a alma da Nobreza de que só se animam, sossegaram o impulso; porque entregues naquele tempo os de maior qualidade uns às esperanças do governo de Castela, outros à desconfiança de abatê-lo, tratavam de servir e de obedecer sem controvérsia (MENESES, 1679, p. 46).

Na obra, a representação da guerra está fundada numa partilha que definia que a plebe não possuía os valores necessários para gerar o movimento de Restauração. Na narrativa de Ericeira, o povo não possui a “alma” da nobreza, suas virtudes, e por isso é associado aos lugares do excesso e da desorganização. Nessa ordem representativa, a *diferença* fundamentava o modo de representação dos grandes e pequenos, dos nobres e não nobres. Nos trechos abaixo, o historiador narra a reação do povo quanto aos tributos lançados e a sua ira contra os fidalgos que tentavam acamá-lo:

O Juiz do Povo que era resoluto, vendo-se ameaçado e o perigo eminente, chegou a uma janela que caía na praça, onde o Povo estava junto, e pedindo-lhe em altas vozes socorro, dizendo que morriam pela liberdade da pátria, e por livrar o Povo das opressões dos Ministros Del Rei. A estas palavras mal explicadas entre o rumor e de todos entendidas pelos antecedentes, toda aquela multidão de vozes unidas em uma só voz, gritaram que morresse o Corregedor. Seguiu-se em um instante ao clamor a ira, e a ira a execução, e ministrando o furor instrumentos, ardendo o Povo em cólera, ardeu a casa em fogo. [...] A fúria do Povo não parou com a liberdade do Juiz e Escrivão, antes acendendo-se com a notícia de que o Corregedor era fugido, investiram desordenadamente muitas casas da Cidade, e despejando-as das melhores alfaias, não dando lugar a fúria a outra consideração, as queimavam na praça (MENESES, 1679, p. 63-64).

[...] Se arrojou o Povo às casas do Arcebispo: porém obrigados da reverência não entraram dentro, indignamente satisfeitos de tirar com pedras às janelas, acompanhado as desconcertadas vozes, que não ferem com menos força. Mais atrevidamente procedeu outro tropel com a casa do Conde de Basto entrando sem respeito dentro do seu pátio: o Conde ouvindo o rumor o desfez com muita generosidade: mandou a seus criados acender tochas, saiu à escada aonde já chegava o Povo, e com a autoridade que inculcavam os seus anos e o seu respeito, disse em altas vozes: *Povo de Évora o que me quereis? Sou vosso natural, três vezes governei este reino sem vos fazer agravo, aqui me tendes: Se para a vossa quietação serve a minha morte, matai-me e sossegai-vos: se quisermos poupar-me a vida para vos ajudarão remédio que vos convém, obrai como vos parecer, mas não vos esqueças de que sois portugueses, onde nunca se conheceu mancha de deslealdade.* Vendo a D. Diogo de Castro parou a multidão confusa, ouvindo-o se retirou arrependida[...]. Contra os mais fidalgos não intentou o Povo movimento algum de que se originou a suspeita de haverem dado calor à sua desordem. As religiões faziam muito por aplacar a inquietação, mas todas as diligências eram sem fruto, porque os do Povo começaram a gloriar-se do que empreendiam [...] (MENESES, 1679, p. 63-64).

Neste último fragmento observamos o uso do decoro na representação dos nobres e do povo. O “tropel de povo”, ao se dirigir a casa do Conde de Basto, entra “sem respeito” em seu pátio, tendo o nobre que lidar com a multidão. Este se dirige aos populares para desfazer o rumor com “muita generosidade”, “autoridade” e “respeito”, dizendo que oferecia sua vida em troca do sossego do povo e que ajudaria no “remédio que vos convém”. Aqui, enquanto o Conde é elogiado por sua ação prudente, sua coragem e respeito ao lidar com a situação, o povo é rebaixado a um tropel (multidão de cavalos) desordenado e desrespeitoso.

Em outro fragmento Ericeira trata da conduta do povo diante da execução dos condenados, como o Marquês de Vila Real. O nobre, ao ser preso em 1641 numa conjura contra o novo rei D. João IV, demonstra arrependimento e pede perdão ao povo no cadafalso pela ofensa contra o reino. A multidão, pela sua falta de discernimento, não entendeu que seu perdão não era para se livrar da execução, assim repete impiedosamente que o marquês morra:

O Algoz, que coberto o rosto fez a execução, lhe ligou os braços e os pés a cadeira em que estava sentado: nesta horrenda forma mandou pedir ao Povo, que em grande número assistia no Rocio que lhe perdoasse a ofensa que havia feito ao Reino. Entendeu este cego e desatinado Monstro, que o perdão que pedia era da vida, e com grande fúria repetiu três vezes: Morra. (MENESES, 1679, p. 285).

No próximo trecho, o povo se altera e castiga cegamente os fidalgos que ficaram na cidade de Lisboa por causa dos traidores que fugiram:

Logo que estes fidalgos se passaram para Castela, contou a El Rei que frei Manoel de Macedo fora medianeiro da cega determinação que tomaram: mandou prendê-lo, e depois de alguns anos o embarcaram para a Índia, e acabou a vida em Angola arrependido de sua temeridade. Tanto que se divulgou pelo Povo de Lisboa o sucesso referido, levado do fervor a que se incita sem discurso este monstro cego, costumando a encarecer com desconcertos os seus afetos, unido no Terreiro do Paço e nas mais ruas da Cidade, determinou castigar nos fidalgos que ficaram o delito dos que fugiram; não se lembrando de que poucos dias antes haviam sido Autores da fortuna que celebravam e da liberdade que defendiam. Atalhou El rei este primeiro impulso chegando à janela e mandando a Martim Afonso de Melo que dissesse da sua parte ao Povo, que nenhum delinquente ficaria sem castigo (MENESES, 1679, p. 123).

Em outra passagem, Ericeira trata das alterações do povo da França durante a Guerra das Frondas, ocorrida na mesma época da Guerra de Restauração:

O Povo, que só deseja a revolução para conseguir latrocínios e vinganças, sendo o do Reino de França um dos *mais ardentes por natureza*, investiu a casa do Parlamento, e achando-a cerrada, juntaram lenha e lhe puseram fogo. (MENESES, 1679, p. 771).

No próximo fragmento, o historiador português trata da fúria do povo na prisão de Francisco de Lucena, acusado de traição:



Antes que Francisco de Lucena chegasse ao Limoeiro, se divulgou pelo Povo o seu novo delito, e concorreu com tal fúria sobre a carroça em que ia, que lhes tiraram a vida, se a não defendera uma companhia que levava de guarda, para a perder com maior afronta. O Povo continuando a fúria começada, se alterou de sorte contra a Nobreza, que foi necessário El Rei grande diligência para o aplacar (MENESES, 1679, p. 443).

Na *Relação de tudo que se passou na felice aclamação do mui alto e mui poderoso Rey Dom João o IV Nosso Senhor*, o autor imprimiu sua visão aristocrática sobre a atuação dos fidalgos e do povo diante do movimento de restauração:

Enquanto a Nobreza, afligida e estimulada com os rigores de Miguel de Vasconcelos, se queixava da força que se lhe fazia, os confederados iam com novo alento continuando, e fizeram grandíssimas diligências por ver se podiam, com o segredo devido, atrair a si o Povo, pela qual razão o padre Nicolau da Maia deu parte de tudo o que estava ordenado aos juizes do Povo, aos escrivães, aos vinte quatros e aos misteres, e a muitos oficiais capazes de se fazer deles a confiança que o caso pedia. Porém, como o exemplo do mau sucesso de Évora lhes fazia recear o castigo, todos se recolhiam temerosos, mas pôde tanto o zelo e o afeto do padre Nicolau da Maia que – ainda que com muito trabalho – os reduziu e os levou a casa de D. Antão de Almada, donde assentaram que o Povo estaria prevenido para seguir a Nobreza quando fosse necessário, com condição que os fidalgos traçariam o negócio de tal modo e fariam que o empenho fosse tão grande que, uma vez metidos nele, não pudessem tornar atrás (AZEVEDO, 1641).

Era o infeliz homem, por sua maldade, tão aborrecido de todos, que este miserável espetáculo e lastimoso milagre da Fortuna, em vez de enternecer, provocou a ira e excitou a cólera dos circunstantes de tal modo que, como se houvera ali ainda que matar, concorreram todos ao precipitado cadáver, e competindo sobre quem seria o primeiro no rigor, e sobre quem lhe faria a maior afronta, executaram nele vários e estupendos modos de inclemência: um lhe tirava os olhos, outro lhe arrancava a barba, este, a coices despedaçando lhe o rosto, o fazia mais enorme, aquele despojando-o do vestido mostrava aos cães e às aves o mantimento que a Fortuna ali lhe oferecia. Dentre a vingativa plebe saiu furioso um mouro que havia sido seu cativo, e sentado no peito, dizendo-lhe temerárias injúrias, causou riso geral, e deu entretenimento grande ao auditório. Ficou desta maneira o triste corpo largado ao cego ímpeto da plebe, e não havia já parte alguma em todo aquele horizonte donde o belicoso estrépito não soasse (AZEVEDO, 1641).

No Seiscentos, a representação historiográfica da guerra está fundada numa partilha que definia que o povo/plebe não possuía os valores necessários para gerar os movimentos da história. Na narrativa do Conde de Ericeira sobre a Guerra de Restauração, o povo não possuía a “alma” da nobreza, suas virtudes, e por isso é associado aos lugares do excesso e da desorganização. As categorias de discreto e vulgo, estudadas por João Adolfo Hansen, não se referem apenas aos tipos de destinatários que possuíam ou não possuíam perícia técnica para compreender e avaliar intelectualmente textos. Nas práticas de representação, o discreto e o vulgar também são convenções retóricas que prescrevem estilos e valores adequados conforme cada um (HANSEN, 1991, p. 33-40). É por isso que sempre havia desprezo pela “vulgaridade” da plebe, vistos como aqueles de “gosto fraco” sempre levados pelas paixões e confusos pelas aparências. Na *História de Portugal*

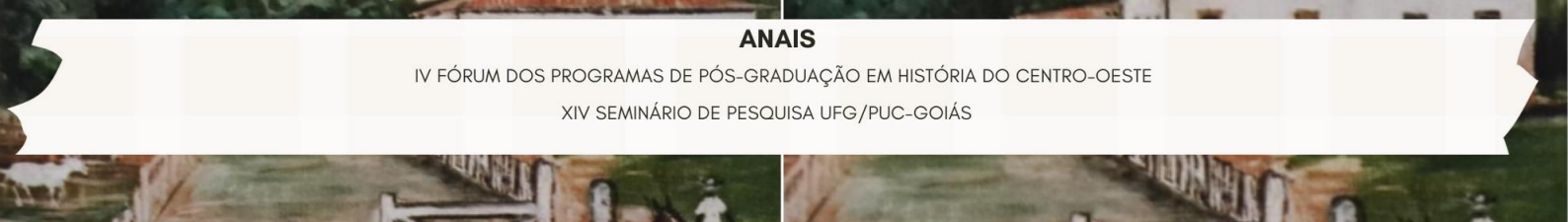


Restaurado, o povo é furioso, colérico, desordenado, desconcertado, desrespeitoso, vingativo, uma multidão confusa que age com excessos e as vezes se altera contra a nobreza. O povo é rebaixado a um “cego e desatinado monstro”, que não possui prudência em suas ações e precisa ser sempre guiado, aplacado ou reprimido pelos “grandes”. É um grupo que não possui discernimento, “inclinado sempre a mover-se com qualquer novidade”. Em diversos momentos da narrativa se faz referência às “inconstâncias” e “alterações” do povo, tendo a nobreza muitas vezes que acalmá-lo e conduzi-lo. Na *Relação de tudo que se passou na felice aclamação do mui alto e mui poderoso Rey Dom João o IV Nosso Senhor* a plebe tem um “cego ímpeto”, sendo o espectador que assiste os acontecimentos impulsionados e movidos pelos fidalgos. Destaca-se a inclemência da “vingativa plebe” diante do corpo de Miguel de Vasconcelos, ao arrancarem seus olhos e sua barba em meio aos coices que despedaçavam seu rosto. Na narrativa, o povo não age no movimento, é apenas aquele que “espera a Restauração da Pátria” e é sempre impelido a “seguir a Nobreza quando fosse necessário”, tornando-se cenário ou pano de fundo. De modo geral, o decoro determinava que os personagens humildes, ou episódios de pouca monta, eram indignos de aparecerem ou se destacarem na historiografia porque não tinham o peso (*gravitas*) suficiente para gerar os movimentos da história. Nas práticas de representação, eram os personagens ilustres que conduziam os acontecimentos relevantes e o destino da sociedade era decidido na política e nas batalhas dirigidas por monarcas, nobres e generais.

Com a revitalização dos pressupostos estéticos clássicos, “neoclássicos”, no século XVIII, a retórica e a poética receberiam novo folego nas práticas de representação, perpetuando a noção de decoro na historiografia do Setecentos. Não somente atentos às novas demandas metodológicas, a cultura letrada continuaria exigente quanto ao estilo e seus modos específicos de representação hierárquica. Atentos aos preceitos da retórica, os historiadores setecentistas continuariam respeitando a conveniência conforme a “grandeza” da matéria militar, produzindo diversas histórias bélicas em que o povo permaneceria condenado.

Nos *Desagravos e Glórias de Pernambuco*, de 1757, Domingos Loreto Couto rebaixaria a plebe colonial a um “grande animal, do qual é preciso conhecer as manhas para saber como há de ser tratado” (COUTO, 1757, p. 226). No capítulo “Da plebe de Pernambuco”, o historiador retoma a comparação que Platão fez do vulgo a um animal que precisa ser amansado para não se tornar furioso, que precisa de um guia para saber por onde andar, e que se torna terrível quando não tem medo:

Sendo a Nobreza a alma de uma República, o seu corpo se compõe de homens mecânicos, assim chamados das artes mecânicas, ou servis, que exercitam como carpinteiros, pedreiros, Alfaiates etc., e de povo miúdo, que é a gente Popular, Plebe e Povo. Compara Platão ao vulgo com um grande animal, do qual é preciso conhecer as manhas para saber como a de ser tratado, que se não tem este animal quem o amanse faz-se furioso, se o não guião não sabe por onde anda, é terrível se não tem



medo, começando a temer se perturba, e foge. Nas matérias da sua própria conveniência não distingue as aparências das verdades (COUTO, 1757, p. 226).

Na narrativa historiográfica de Loreto Couto, o povo, ou plebe, não possuía juízo e discernimento próprio, se altera cegamente com qualquer novidade e precisa ser controlado e guiado sempre pela nobreza, a “alma da República”. É aquele que não possui autonomia e movimento próprio, acostumado sempre a ir conforme estímulos de outros agentes. Dotados de “pouco juízo”, o povo naturalmente não servia para a arte do governo ou qualquer participação no mundo político. O historiador rebaixa o povo europeu e americano aos lugares da insolência, da temeridade, da fúria, da precipitação, do atrevimento e da vaidade:

Que de grande freio necessita este grande animal, por que cegamente corre após as novidades, e que é grande fortuna, que tenha pouco juízo, porque que seria do mundo se ele se governara a si próprio. Disse Cipião, que o vulgo era como o mar; imóvel por sua natureza, mas segundo os ventos, que o agitam quieto, ou proceloso. Outros disseram que o vulgo era como a água, que sustenta as cousas leves, e mete a pique as pesadas. Disse Catão, que o povo era uma carneirada, e que assim como nenhum carneiro obedece a pessoa alguma, mas todos juntos seguem o pastor, do mesmo modo faz aquele. Disseram outros: que a multidão das cabeças, que o compõem era como canas, ou espigas de trigo, que não tem outra inclinação, que a que lhes dão os ventos, ora por uma parte, ora por outra. Ao Povo de Portugal chamam insolente, ao de Castela temerário, ao de França furioso, ao de Alemanha precipitado; e ao de Inglaterra atrevido; e nós podemos dizer que entre o povo de todas as nações, o de Pernambuco se levantou com o título de vaidoso (COUTO, 1757, p. 226).

De modo análogo ao de Loreto Couto, o *Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que houve nas Minas no ano de 1720*, atribuído ao Conde de Assumar, e que retrata o levante de Vila Rica, representa o povo das Minas utilizando como autoridade Tertuliano em sua descrição dos povos do Ponto Euxino. Segundo o autor, as Minas são habitadas de “gente intratável, sem domicílio, e ainda que está em contínuo movimento” (ASSUMAR, 1994, p. 59). Quando descreve o modo como se formam os motins e como o povo se envolve neles, destaca que está na natureza do vulgo seguir tudo que é contra a razão, a piedade e o agradecimento. Para o Conde de Assumar, o vulgo nunca está contente, favorece as rebeliões e sempre ajuda no mal intento dos sediciosos:

Estes jamais se fazem senão pela meia-noite adiante, no maior silêncio dela; e esta é bastante prova de que o povo, nem agora, nem nas sublevações passadas, cuidou nunca em levantar-se, ainda que, depois de excitados à força pelos cabeças, parece que por seu gosto sustenta o tumulto. Tal é a natureza do vulgo, que, para se alegrar e folgar com o seu próprio mal, basta ser novidade e sem-razão, porque tem, como por hombridade e capricho, seguir tudo o que vem contra a razão, contra a piedade, e contra o agradecimento. Se não é que havemos de dizer que, posto que os homens sejam muito desiguais em desejos, se conformam todos em uma coisa, que é não estar nunca contentes, e anelar sempre mudanças, não deixando jamais de favorecer as rebeliões e ajudar o mau intento dos sediciosos: pois se não pode negar que não há quem se entenda com o povo, porque ao mesmo tempo se enfada da paz e aborrece as perturbações; se vive oprimido, rompe em queixas, e se logra descanso, brota em desordens (ASSUMAR, 1994, p. 84).

No Seiscentos e Setecentos, o povo ou plebe é aparece na historiografia como aparecia em uma tela, como pano de fundo em uma narrativa em que as ações memoráveis e virtuosas convergiam para o centro, este ocupado por um ilustre personagem, um rei, um militar, um nobre. O povo, com seu “cego ímpeto”, sua ausência de discernimento, prudência e juízo não eram próprios para a arte de governar a si e aos outros. Retomando as palavras de Loreto Couto, que recicla a noção platônica de sociedade, a nobreza formava a “alma de uma República”, a responsável por pensar e conduzir o governo porque este era o seu lugar social próprio definido naturalmente. O “povo miúdo”, ou simplesmente plebe, por sua vez, formava o corpo da república por meio da ocupação nos serviços “mecânicos”, e por este motivo não possuía as virtudes e o tempo para a participar ou discutir as decisões políticas. No discurso do Conde de Assumar, o povo não costuma encabeçar motins porque estas seriam formados e organizados “senão pela meia-noite adiante, no maior silêncio dela; e esta é bastante prova de que o povo, nem agora, nem nas sublevações passadas, cuidou nunca em levantar-se”. Assim, a falta de tempo, devido os seus ofícios mecânicos, não permitia que o povo utilizasse o seu horário de descanso para estruturar rebeliões. Contudo, segundo o Assumar, isso não excluía o fato de que depois de organizados os levantes pelos “cabeças”, o povo nunca deixava de “favorecer as rebeliões e ajudar o mau intento dos sediciosos”. De modo geral, o decoro determinava que o povo não possuía qualidades, talentos e tempo para a participação política, portanto, estava fadado a ser governado, controlado e conduzido em sua representação historiográfica.

REFERÊNCIAS

ASSUMAR, Conde de. *Discurso Histórico e Político sobre a Sublevação que houve nas Minas no ano de 1720*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994. p. 59.

AZEVEDO, Nicolau Maia. “Relação de tudo que se passou na felice aclamação do mui alto e mui poderoso Rey Dom João o IV Nosso Senhor”, in: *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, vol. XXI, n.p.1996-1997.

CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. *Entre Ilustres e anônimos: a concepção de história em Machado de Assis*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

CERQUEIRA, André Sekkel. “Análise retórica dos textos preambulares de História de Portugal Restaurado”. *XXVIII Simpósio Nacional de História*, Santa Catarina, pp.1-8, 2015.

COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e glorias de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, vols. 24 e 25, 1902-1903.



HANSEN, João Adolfo. “Discreto e Vulgar: Modelos Culturais nas Práticas da Representação Barroca”. *Revista de Estudos Portugueses e Africanos*, Campinas, v. 17, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/ Educ, 2006.

MENESES, Dom Luís de. *História do Portugal Restaurado*. Lisboa: Oficina de João Galram, 1679-1698.

PEREIRA, Luísa Rauter. *O povo na história do Brasil*: Linguagem e Historicidade no Debate Político (1750-1870). Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2016.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2009.

_____. *La palabra muda* (Ensayo sobre las contradicciones de la literatura), tradução de Cecilia Gonzáles, Buenos Aires: Eterna Cadência, 2009.

SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e política*: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII – Introdução a um debate de gênero. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2000.

_____. *Doutrina seiscentista da arte histórica*: discurso e pintura das guerras holandesas (1624-1654). Tese (Doutorado) FFLCH/USP, São Paulo, 2005.

SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. *O Império da Eloquência*: Retórica e Poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro/Niterói: EDUERJ/EDUFF, 1999.

TEIXEIRA, Felipe Charbel. “Uma construção de fatos e palavras: Cícero e a concepção retórica da história”, *Varia hist.* Minas Gerais, vol.24, n.40, p.551-568, 2008.

O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E INDÍGENAS: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA ⁴¹¹

Esdranne da Silva Santos ⁴¹²

THE TEACHING OF AFRO-BRAZILIAN AND INDIGENOUS HISTORY AND CULTURES: PERSPECTIVES FOR AN ANTI-RACIST EDUCATION

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de problematizar e refletir sobre o ensino da História e culturas afro-brasileiras e indígenas, instituído pela Lei nº 11.645/08 que o torna o ensino obrigatório nas escolas públicas e privadas. O objetivo do artigo é ampliar o debate sobre a educação com relação à questão étnico-raciais, no sentido de contribuir para a construção de diálogos a partir de uma educação antirracista, em combate ao preconceito e às intolerâncias. Para melhor fundamentar o tema, será feita uma discussão sobre as questões políticas a partir da questão identitária e de reconhecimento cultural. O referencial teórico-metodológico para a produção do trabalho, conta com a análise crítica da Lei nº 11.645/2008 e a problematização de textos de diferentes autores que discutem a temática.

Palavras-chave: Lei nº 11.645/08, Educação Antirracista, Interculturalidade, Cultura Afro-brasileira e Indígena.

ABSTRACT

This article intends to problematize and reflect on the teaching of History and Afro-Brazilian and indigenous cultures, established by Law nº 11.645/08, which makes it mandatory in public and private schools. The objective of the article is to broaden the debate on education in relation to the ethnic-racial issue, in the sense of contributing to the construction of dialogues based on an anti-racist education, in the fight against prejudice and intolerance. To better substantiate the theme, a discussion will be made on political issues from the issue of identity and cultural recognition. The theoretical-methodological framework for the production of the work relies on the critical analysis of Law No. 11,645/2008 and the problematization of texts by different authors that discuss the theme.

Keywords: Law nº 11.645/08, Anti-racist Education, Interculturality, Afro-Brazilian and Indigenous Culture.

⁴¹¹ Artigo científico apresentado a Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO, no Programa de Pós-Graduação em História: Cultura e Poder

⁴¹² Mestranda em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-GO. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás, (FAPEG). Possui graduação em História, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. PUC-GO (2020), esdranne_santos@hotmail.com



INTRODUÇÃO

Os processos da educação brasileira foram constituídos a partir de uma visão eurocêntrica, como um instrumento de submissão desenvolvida por uma ordem religiosa, cujo objetivos visavam a evangelização cristã e a civilização dos povos nativos. De acordo com Aníbal Quijano (2005) esse processo dá início a um novo padrão de poder mundial baseado numa classificação social sustentada pela crença na existência de “raças” configurando a chamada colonialidade do poder, do ser e do saber. Na abordagem da raça como categoria histórica em relação ao colonialismo, constituiu-se uma estrutura, cuja relações foram fundamentadas na superioridade branca, europeia e patriarcal.

As raízes históricas constituídas nos períodos de colonialismo e imperialismo, desenvolveu várias formas de desigualdades, nas áreas econômicas, sociais e raciais, que evidenciam a violência física, psíquica, o racismo e a invisibilidade de grupos subalternizados. No decorrer da história do Brasil fica evidente a exclusão e a negação dos direitos sociais, e da existência das diversidades ético-raciais, onde o negro e o indígena ainda se encontram em uma situação marginalizada.

Diante desse processo que desumaniza os povos e culturas, destacamos a abolição da escravatura (1888), definida como a Lei Áurea, em 13 de maio. Lei esta que decretou o fim da comercialização dos negros para o trabalho escravo, de acordo com, Guimarães-Iosif (2009) o fim da escravatura em 1888 não contempla os negros com o acesso aos serviços públicos e aos direitos de cidadania, o que fica marcado é a abolição inconclusa da escravatura, não extingue as diferenças causadas por uma sociedade racista, sem reparação a população escravizada, excluída do processo educacional, da vida econômica, política e social.

Após o período de redemocratização, distintos grupos sociais, vem conquistando e ocupando os espaços sociopolíticos, e para que esse processo de reconhecimento e valorização das diferentes identidades étnicas e culturais, aconteçam, são necessárias à implementação de políticas públicas que correspondam aos direitos sociais específicos, em atuação no campo educacional.

Nos termos constitucionais a educação passa por um longo processo de organização, com leis e ações, como na Constituição de 1988, que representou a aspiração de um novo recomeço, e assim a educação seria direito de todos e dever do Estado e da família, houve significativos ganhos no reconhecimento da educação, materializada, na Lei de Diretrizes e Bases Lei nº 9.394/96, que estabelece diretrizes para acesso à educação básica, viabilizando a permanência na escola. Novos componentes curriculares foram sendo incluídos no texto da LDB/96, a Lei nº 10.639/2003, que incluía nos currículos a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira com redação alterada pela Lei 11.645/2008, que garante o estudo da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.



É importante salientar que as ações afirmativas buscam um processo de conscientização, tendo a educação emancipatória como um instrumento para formação política e social, com a educação antirracista, multicultural, coletiva, cooperativa, que preserva a territorialidade em respeito as diversidades. Nessa perspectiva o objetivo do trabalho é ampliar o debate sobre a educação com relação à questão étnico-raciais, no sentido de contribuir para a construção de diálogos a partir de uma educação antirracista, em face da necessidade de realizar um trabalho pedagógico em busca da equidade racial, em combate ao preconceito e às intolerâncias.

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE RAÇA E RACISMO

O empreendimento colonial, marcou profundamente a história do Brasil, dos povos que aqui viviam, e as que foram sendo constituídas a partir dos padrões de colonização, processo esse que inaugurou a utilização do conceito de raça como instrumento de dominação, compreendida no pensamento eurocêntrico, que também definia a raça em sua superioridade branca. De acordo com Almeida (2019) o termo raça está atrelado a circunstâncias históricas que geraram conflito, poder e decisão, o autor inicia sua reflexão destacando a compreensão que sociedade contemporânea precisa levar em consideração sob o termo de raça e racismo, nesse contexto ele aborda o iluminismo no século XVIII, que apresentava ideias situadas no centro de justiça, igualdade e distribuição de saberes para a criação de um sujeito histórico racional, autônomo e livre. Almeida destaca:

A novidade do iluminismo é o conhecimento que se funda na observação do homem em suas múltiplas facetas e diferenças “enquanto ser vivo (biologia), que trabalha (economia), pensa (psicologia) e fala (linguística)”. Do ponto de vista intelectual, o iluminismo constituiu as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais (ALMEIDA, 2019, p. 19).

Nessa concepção o iluminismo surge com a valorização da razão, como instrumento para o conhecimento, em um projeto de civilização com base na liberdade e igualdade, porém esse processo não era favorável a todos, o iluminismo marcou com grandes revoluções liberais com o objetivo de extinguir as instituições absolutistas e o poder da nobreza, Almeida (2019) ressalta a Revolução Haitiana, em que o povo buscavam serem contemplados com as ideias iluministas de liberdade e igualdade universais, “tornou-se evidente que o projeto liberal iluminista não tornava todos os homens iguais e sequer faria com que todos os indivíduos fossem reconhecidos como seres humanos (p. 20). É possível notar que as mudanças no âmbito das reformas políticas, promove um projeto de modernidade para a universalização, econômica, social e cultural com o intuito de obter a ordem

social condizente com a ideologia burguesa, partindo do discurso de igualdade e liberdade, porém seu desenvolvimento não abrangia a todos, tornando-se uma ideia excludente.

Diante desta contextualização Almeida (2019) aborda raça como classificação dos seres humanos em uma noção construída pela modernidade, ou seja, o homem se torna objeto científico da Biologia e da Física, dessa forma raça opera a partir de dois registros: a característica biológica (a identidade atribuída pelos traços físicos) e característica étnico-cultural (a identidade associada a geografia, linguagem). De acordo com Giralda Seyferth (1995) o termo raça possui múltiplos conteúdos de esquemas classificatórios, produzidos por cientistas ou imaginadas pelo senso comum em destaque: “A cor da pele foi a característica classificatória que se impôs, tanto nas taxonomias científicas como nas concepções mais populares sobre as raças humanas (p. 176). Desse modo, tanto os atributos biológicos, quanto as características étnico-culturais, determinaram as potencialidades dos sujeitos na discussão de raça. Embora a inexistência de raças humanas tenha sido comprovada, raça continua sendo uma categoria política utilizada para justificar as desigualdades existentes, nesse sentido destacamos a questão do racismo que exerce força desde o século XIX, Segundo Giralda

no âmbito de uma “ciência das raças” produzida por antropólogos, psicólogos, sociólogos, ensaístas, filósofos etc., cujo dogma afirmava a desigualdade das raças humanas e a superioridade absoluta da raça branca sobre todas as outras. Racismo é palavra surgida na década de 1930, segundo Banton (1977), para identificar um tipo de doutrina que, em essência, afirma que a raça determina a cultura. As crenças que levaram à afirmação da superioridade dos brancos e da determinação biológica da capacidade civilizadora, estão profundamente arraigadas no pensamento ocidental, por mais que a ciência do século XX tenha procurado destruí-las. Seu peso nas ideologias nacionalistas dos mais diversos matizes, e mesmo em muitas ideologias de classe, é incontestável e, por isso mesmo, as características raciais continuam produzindo significados sociais (Seyferth, 1995, p.178).

A prática da discriminação racial é fundamentada nas relações de poder que determinados grupos detêm, o racismo fica efetivado em estruturas de estereótipos, que marginaliza a população negra, considerando uma população violenta e responsável por diversas mazelas. Nessa concepção Almeida (2018, p. 24) afirma; “O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. - e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais.

Almeida (2019) aborda em sua obra três formas que o racismo age, individualista, institucional e estrutural. Segundo o autor a concepção individual do racismo, é pontuada como uma ideia patológica, que ocorre por meio da discriminação racial, em interesses e ideias pessoais, que afetam as relações interpessoais com ofensas e estereótipos, Almeida (2019) reforça que esta categoria individualista, “[...] pode não admitir a existência de “racismo”, mas somente de “preconceito”” (p.

25). Já o racismo institucional, “[...] o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (Almeida, 2019, p. 27). Diz respeito aos efeitos ocasionados pelo funcionamento das instituições, ou seja, pode ser visto em processos e comportamentos que causam desvantagens dificultando a ascensão de negros no mercado de trabalho, na ocupação de importantes cargos, serviços na área educacional ou na área da saúde, esses mecanismos de cunho discriminatório, vão sendo sutilmente naturalizado, podemos perceber que há conexão entre o racismo individual e o institucional, juntos eles ganham formas para que grupos dominantes se justifiquem.

Desse modo, se é possível falar de um racismo institucional, significa que a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente – com todos os conflitos que lhe são inerentes –, o racismo que essa instituição venha a expressar é também parte dessa mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (ALMEIDA, 2019, p. 31).

Nota-se que o racismo faz parte da estrutura social, histórica e política, dessa maneira, são os indivíduos que reproduzem o discurso racista nas instituições. Assim o racismo estrutural está ligado a um processo histórico e social, que está enraizado na sociedade, que representa condições de desvantagens e privilégios a determinados grupos que se qualificam com superioridade.

HISTÓRIA DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA

É importante destacarmos que a educação no Brasil, nunca teve a devida atenção merecida, por parte de nossos governantes. Avançamos em alguns aspectos, em termos constitucionais, na ampliação de Leis e reformas que defende a educação como direito de todos, mas é importante refletirmos, o tempo que leva para a implementação de ações que elevem o sistema educacional, podemos refletir que muitas das mazelas que vivenciamos poderiam ser extinguidas se nosso sistema educacional, fosse valorizado, agindo de forma democrática, emancipatória e em respeito as diferenças de cada indivíduos.

Nesse sentido destacamos a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), documento que passou por diversas fases de implementação e reajustes. A proposta para o documento é regulamentar o sistema educacional, com diretrizes norteadoras da estrutura educacional brasileira, deste modo, foram realizadas discussões sobre as

necessidades da educação, entre professores e demais profissionais da área, tanto do âmbito público quanto privado (BRASIL, 1996).

A educação básica a partir da LDB/1996 apresenta uma grande inovação para as políticas educacionais, esse período de transformações que eclodiu no Brasil, é parte do governo de Fernando Henrique Cardoso, que buscou alinhar a educação conforme a instauração da política neoliberal e pela participação dos organismos multilaterais, em decorrência aos avanços da globalização e do neoliberalismo. Guimarães-Iosif (2009), relata que as políticas públicas mundiais, exigia do Brasil uma educação mais efetiva para a população, visando os interesses econômicos.

A LDB/1996 incorporou nos currículos do ensino fundamental e médio, uma parte diversificada que incluía 2 artigos direcionados aos povos nativos, os artigos 78 e 79 do título VIII das disposições gerais prevê uma atenção especial para a oferta de educação escolar bilingue e intercultural, no art. 78 tem os seguintes objetivos:

- I - Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências;
- II - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas (BRASIL, 1996).

Já no art. 79 a LDB se dispõe no desenvolvimento de programas educacionais para os indígenas:

Art. 79. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural a comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa. §1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas. §2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos Planos Nacionais de Educação, terão os seguintes objetivos: I – fortalecer as práticas sócio-culturais e a língua materna de cada comunidade indígena; II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas; III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado (BRASIL, 1996).

A LDB que dispõe de uma parte diversificada, aborda as questões dos povos indígenas de maneira insuficiente. A trajetória da educação indígena é marcada pelo desrespeito à cultura e aos costumes dos indígenas, pois, por muito tempo, os povos indígenas foram obrigados a negar sua identidade e integralizar-se aos costumes da elite branca, o que caracteriza também a exclusão da cultura, identidade e da diversidade.

Na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o país alcançou uma das mais importantes ações governamentais para a comunidade negra, que foi a Lei nº 10.639/2003, essa Lei, altera a

LDB/96 para incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática: História e Cultura Afro-Brasileira, no capítulo II da educação básica, Art. 26-A diz:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 2003).

Observamos que essa abertura na LDB/96 de alteração, demandou muito tempo, para ser incluída ao documento, é importante ressaltar que reivindicações de militantes de vários movimentos sociais, como as do Movimento Negro, lutou anos pela incorporação da disciplina de história da África e outras manifestações da cultura negra, exigindo um espaço de expressão nos currículos escolares. A inclusão da Lei 10.639/03 para os currículos da educação básica, foi um avanço que possibilitou mudanças na estrutura de educação proveniente de um modelo europeu, contribuindo para o reconhecimento e a valorização das identidades, e das culturas.

Nessa perspectiva o documento de diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais, ressalta:

[...] é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos. A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática (BRASIL, 2004).

O objetivo das ações afirmativas no âmbito das políticas públicas, é enfrentar um problema social, nesse sentido a educação étnico-racial busca o reconhecimento e a reparação da dívida social da história brasileira no que se refere a população negra.

A alteração feita no documento da LDB, substitui a Lei 10.639/2003 e acrescenta, o ensino da história da cultura afro-brasileiras e indígenas: Lei nº 11. 645/2008, a renovação da lei surge com um divisor de águas, contra o silenciamento da história do Brasil, reconhecendo os povos indígenas como parte da sociedade. Nesse sentido a Lei também contribui para o fortalecimento da diversidade e das identidades no Brasil em promover a valorização das matrizes culturais brasileiras. Referente a alteração do Artigo:

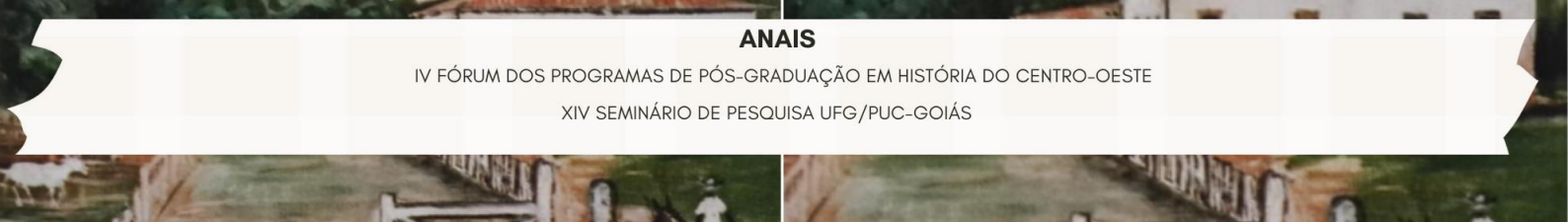
Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

A inclusão da história cultural dos povos indígenas, foi um impacto positivo, nos currículos das escolas públicas e privadas, os povos indígenas durante muito tempo vêm resistindo contra todas as formas de tentativas de silenciamentos e apagamento de suas participações na construção da sociedade e identidade nacional. Dessa forma, a lei representa um grande avanço, que contribui para a sociedade indígena e não indígena.

Milton Moura (2010) problematiza a questão do projeto de dominação construída pela homogeneização, em que os povos indígenas e africanos ficam submetidos ao domínio do colonizador português, que os reconhece como o índio e o negro, o autor referido destaca que:

As crianças e adolescentes brasileiros aprendem, de forma simplificada e aparentemente não problemática, que havia índios por aqui e que vieram negros da África. Os brancos, por sua vez, eram portugueses heróicos, desbravadores, trazendo a língua, a religião, a civilização (MOURA, 2010, p. 343).

Essa concepção de colonização como descoberta do Brasil ou salvação, ainda é muito discutida, pelo fato de não reconhecermos nossas ancestralidades, nossas origens, e ter uma educação em bases eurocêntrica, que provoca o apagamento da nossa história, que configura nos problemas que temos em relação a discriminação, e ao preconceito, que gera o racismo, que acredita que os povos indígenas são preguiçosos, vagabundos, que a demarcação territorial indígena é cômoda, a uma população que não agrega. Segundo Sparemberger (2008, p. 126) “A ocupação do território brasileiro pela metrópole portuguesa, localizada fundamentalmente nos latifúndios monocultores e na exploração de mão-de-obra escrava, trouxe profundos reflexos a formação da sociedade local”. Nesse sentido, é importante destacar a Lei nº 11.645/2008 que reforça a luta do movimento negro e dos povos indígenas pela garantia de direitos, visibilidade e reparação histórica.



EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A proposta para a educação antirracista, tem a perspectiva de abordar as demandas raciais em reconhecimento das diferenças, e da nossa própria raiz afro. Na concepção de Tomaz Tadeu (2000) a identidade e as diferenças, fazem parte de uma relação social que se encontram em um processo de poder, é válido destacar, que as diferenças precisam ser abordadas compreendendo suas particularidades, e diversidades, para que seja possível construir diálogos.

Segundo Almeida (2019) para se combater o racismo institucional é necessário políticas de ação afirmativa, nesse sentido ele destaca:” a) as instituições são conflituosas e sua coesão depende da capacidade de absorver conflitos, tanto ideológica quanto repressivamente; b) a instituição precisa se reformar para se adaptar à dinâmica dos conflitos sociais, o que implica alterar suas próprias regras, padrões e mecanismos de intervenção” (p. 29, 30). Desta maneira, as ações afirmativas deveriam ser constituídas a partir de políticas públicas, com o objetivo de aumentar a representatividade das “minorias”.

Em nosso país a luta pela igualdade racial é luta de muitas nos, porém podemos afirmar que infelizmente a discriminação racial está cada vez mais presente na sociedade, Almeida (2019) relata a importância das Leis que criminaliza a prática de racismo:

Em 1951, a Lei Afonso Arinos tornou contravenção a prática da discriminação racial. A Constituição de 1988 trouxe as disposições mais relevantes sobre o tema, no âmbito penal, ao tornar o crime de racismo inafiançável e imprescritível, disposição que orientou a Lei 7716/89, dos crimes de racismo, também conhecida como Lei Caó, em homenagem ao parlamentar Carlos Alberto de Oliveira, o proponente do projeto de lei. [...] artigo 215 –, além de estabelecer o dever de salvaguardar as terras indígenas e quilombolas – artigo 231 da Constituição e artigo 68 do ADCT, respectivamente. Por fim, a Lei 9.459/1997 acrescentou o §3º ao artigo 140 do Código Penal para que constasse o tipo penal da injúria racial ou qualificada (ALMEIDA, 2019, p. 89).

É de grande importância ter Leis que ampara a sociedade, em relação a discriminação, como já havíamos discutido anteriormente, sobre o que é raça e racismo, e as formas de racismo que são presentes na sociedade, podemos dessa maneira destacar, que a nova abordagem de injúria racial (injúria qualificada), o racismo gera uma das discriminações mais fortes no Brasil, pois impacta no campo social, cultural e institucional; trata-se de uma violência estrutural sobre a vida da população negra, fruto da má distribuição de renda, uma vez que o Brasil está entre um dos piores países nesse quesito, é um dos mais desiguais do mundo, que negligência a questão do racismo e nega a existência do racismo no Brasil pluriétnico.



Mas o que devemos fazer para combater o racismo? Já não temos Leis que criminaliza a prática? E a Lei nº 11. 645/2008 não é suficiente na abordagem? Bom, esses questionamentos certamente, fazem parte de grupos que acreditam que o racismo não existe e faz parte da nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões pedagógicas relacionadas a implementação do ensino da história da cultura afro-brasileiras e indígenas, nos mostra que ainda temos um longo caminho a percorrer, compreendendo que os currículos precisam ser aprimorados para que provoquem impactos na educação básica. Nesse sentido a importância do debate acerca das questões étnico-raciais é de grande contribuição, para as reflexões e análises em respeito aos processos histórico-educacionais e dos povos e nações indígenas, negras e ribeirinhas.

As leis 10.639/2003 e 11.645/2008 desempenham um papel muito importante para a educação, na busca da valorização da história e cultura do povo negro e indígena, o objetivo do trabalho é ampliar as discussões a partir das relações étnico-raciais, e as práticas educativas. Para podermos combater a discriminação racial, o preconceito e os estereótipos, é importante estarmos atentos na educação básica, a escola sendo um espaço de encontro com as diversidades, deve abordar as questões que construa uma educação antirracista. Para Ângela Davis (filósofa, escritora, professora e ativista estadunidense) numa sociedade racista, não basta não ser racista, ou ter um amigo, parente ou namorado negro, é necessário ser antirracista.

REFERÊNCIAS

Almeida, Silvio Luiz. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

COLARES, Anselmo Alencar; COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; GOMES, Antonio de Oliveira. **História e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas**: uma reflexão necessária. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p.197-213, jun.2010.

Brasil. **Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa civil, 2003

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GUIMARÃES-IOSIF, Ranilce. **Contexto social e político da educação brasileira:** entrelinhas de uma história de negligência e exclusão. Brasília: [s. n.], 2009. ISBN 978-85-98843-89-6.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**, 11ª edição. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. DP&A, Rio de Janeiro, 2006.

MOURA, Milton. **Cultura e Diversidade.** Considerações sobre a multiplicidade das manifestações. 2010, p. 321- 343.

MBEMBE. Achille. **Necropolítica, biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** 2018.

Paulo Freire. **Educação como prática da liberdade.** Paz e Terra; 2000.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. 2005.

SEYFERTHS, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico/93.** Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: vozes, 2000.

O IMAGINÁRIO SOCIAL NA CIDADE DE GOIÂNIA: UM ESPETÁCULO OU UMA PARANOIA?

THE SOCIAL IMAGINARY IN THE CITY OF GOIÂNIA: A SHOW OR A PARANOIA?

*Ilana Mara Borges Barreto dos Santos*⁴¹³

RESUMO

As cidades no século XXI são multiculturais, pois abarcam uma coexistência de experiências tumultuosas. Considerando a diversidade no espaço urbano, buscou-se refletir, em uma perspectiva qualitativa, guiada por uma abordagem histórica e dialética, por meio de revisão crítica bibliográfica, acerca da instituição do eurocentrismo como emblema da modernidade e o surgimento do pós-colonialismo em contraponto a esse pensamento. A seguir, lançou-se um breve olhar sobre a “construção” da América Latina a partir da visão de zona periférica, destacando-se os imaginários e as representações culturais nas cidades, na perspectiva de Néstor Canclini, mediante sua caracterização em cidades-espetáculo e cidades-paranoicas. Trazendo a discussão para o Brasil, analisou-se a cidade de Goiânia, tendo em vista sua influência na rede urbana do centro-oeste brasileiro. Por conseguinte, considerando o projeto arquitetônico original de Goiânia, que teve suas bases lançadas sobre os modelos urbanistas francês e inglês, viu-se que a presença do imaginário eurocentrado na capital ainda é preponderante, já que sua paisagem urbana permanece sendo projetada como símbolo de civilização e modernização. Por fim, fez-se uma breve análise sobre as construções imaginárias e representativas de Goiânia e qual o seu impacto em sua construção ora como cidade-espetáculo, ora como cidade-paranoica.

Palavras-chave: imaginário e representação cultural; Goiânia; cidade-espetáculo; cidade-paranoica.

ABSTRACT

The Cities in the 21st century are multicultural, as they embrace a coexistence of tumultuous experiences. Considering the diversity in urban space, we sought to reflect, in a qualitative perspective, guided by a historical and dialectical approach, through a critical bibliographic review, about the institution of Eurocentrism as an emblem of global modernity and the emergence of post-modernism. colonialism in contrast to this thought. Next, a brief look at the “construction” of Latin America was launched from the point of view of the peripheral zone, highlighting the imaginaries and cultural representations in cities, from the perspective of Néstor Canclini, through his characterization in spectacle cities and paranoid cities. Bringing the discussion to Brazil, we proposed to analyze the city of Goiânia, in view of its influence on the urban network of the Brazilian Midwest. Therefore, in view of the original architectural project of Goiânia, which had its bases laid on the

⁴¹³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História (PPGH), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Orientada pela Professora Doutora Sandra Catharinne Pantaleão Resende.

Especialista em Direito Público, com ênfase em Gestão Pública para o Ensino no Magistério Superior, pela Faculdade Damásio. Graduada em Fonoaudiologia pela PUC-GO. Analista Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO). E-mail: ilana.mara@hotmail.com.

French and English urbanist models, it was seen that the presence of the Eurocentric imaginary in the capital is still preponderant, since its urban landscape remains being projected. by social agents as a symbol of civilization and modernization. Finally, a brief analysis was made of the imaginary and representative constructions of Goiânia and their impact on the construction of the city either as a spectacle city, or as a paranoid city.

Keywords: imaginary and cultural representation; Goiania; show city; paranoid city.

INTRODUÇÃO

Até meados do século XX, a cidade era vista meramente como oposta ao campo, ou como um agrupamento denso e extenso de indivíduos socialmente heterogêneos. Todavia, nas últimas décadas, têm sido incluídos na caracterização do urbano os processos culturais e os imaginários de seus habitantes (CANCLINI, 2008).

A América Latina foi construída a partir de um capital cultural heterogêneo, sendo relevante a análise dessa hibridez intercultural contemporânea no continente. Assim, na compreensão da atual conjuntura latino-americana, é necessária uma perspectiva pluralista, que considere a fragmentação e as múltiplas combinações existentes entre tradição, modernidade e pós-modernidade (ESCOSTEGUY, 1997).

Trazendo a discussão dos estudos culturais para o Brasil, propõe-se analisar a cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, tendo em vista sua influência na rede urbana do centrooeste brasileiro, sendo importante olhar para sua dinâmica interna e observar como seu estado de contínua expansão tem refletido a disputa pelos espaços sociais. Assim, entendendo a cidade enquanto um espaço de luta, questiona-se se Goiânia tem sido imaginada ou representada, nas palavras de Canclini (2008), como cidade-espetáculo ou cidade-paranoica.

Ainda, considerando que as bases da capital foram lançadas sob influência dos modelos urbanistas francês e inglês, trazidos como símbolo de civilização e modernização, questiona-se se os traços da visão eurocentrada persistem no imaginário cultural contemporâneo da cidade (SILVA, 2012; SILVA, 2013; PERES, 2009; PANTALEÃO; VILARINHO; MARTINS, 2020).

Neste cenário, as pesquisas de Néstor Canclini (2008) sobre imaginários e representações culturais são o importante ponto de partida no presente estudo, que se propõe a discutir o processo de disputa dos espaços goianienses à luz dos estudos decoloniais, uma vez que este debate não se encontra encerrado, mas, ao contrário, em constante (des)construção.

Com uma abordagem qualitativa, utilizou-se o método de investigação histórico e

dialético, mediante o levantamento e revisão bibliográfica de alguns estudos pós coloniais e decoloniais recentes, analisados de forma crítica.

Por conseguinte, a pesquisa se justifica pela importância em se debater o lugar enquanto espaço de poder. Como um conceito preciso sobre imaginários e representações culturais na cidade ainda não foi definido, é importante dar continuidade na discussão sobre este assunto, que tem ocupado papel de destaque junto aos diversos sujeitos coletivos e espaços institucionais em várias cidades do Brasil e do mundo.

AMÉRICA LATINA: IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES CULTURAIS

A colonialidade originou-se e mundializou-se a partir da América Latina, uma vez que, mediante sua formação, o poder capitalista emergente se tornou global, eurocentrado, e a colonialidade se instalou como eixo constitutivo do padrão de poder, universo mais tarde denominado como modernidade (QUIJANO, 2009).

Desde o século XVIII, o modo de conhecimento mundial foi, pelo seu caráter e origem, eurocêntrico, tendo sido imposto e admitido como emblema da modernidade e como a única racionalidade válida no conjunto do mundo capitalista. Assim, o eurocentrismo constituiu a perspectiva cognitiva não somente dos dominantes do capitalismo mundial, como também dos educados sob a sua hegemonia, consolidando, assim, uma compreensão de humanidade em que a população mundial foi diferenciada em “inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos” (QUIJANO, 2009: 74).

Os estudos pós-coloniais têm buscado alternativas para a desconstrução da antinomia West/Rest, tratando-se não apenas de “dar voz ao oprimido”, mas visando à diluição dos essencialismos e das fronteiras culturais legadas tanto pelo colonialismo, quanto pelas lutas anticoloniais (COSTA, 2006). Grosfoguel (2009) afirma que os conceitos de capitalismo global e de “sistema-mundo” precisam ser descolonizados a partir de uma epistemologia que assuma abertamente uma geopolítica de conhecimentos descoloniais.

O antropólogo Nestor García Canclini (1939) é um dos principais investigadores contemporâneos acerca dos estudos culturais na América Latina. Com foco na pósmodernidade, o autor estuda as intersecções entre as múltiplas culturas, etnias e referências midiáticas, trabalhando conceitos como hibridação, comunicação, imaginário e representações culturais na cidade (ESCOSTEGUY, 1997). Diante da impossibilidade de se estabelecer com exatidão o que é uma cidade, Canclini (2008: 15) defende a importância de se refletir sobre “o pensamento urbano que vê as cidades em tensão entre o que são e o que queríamos que fossem”.



Para Canclini (2008), os centros urbanos são caracterizados por uma tensão chave entre as totalizações do saber, produzidas pela rigidez das ciências sociais, e as destotalizações, que abrangem as ações imprevistas. Assim, ao analisar as configurações imaginárias que projetam possíveis futuros no espaço urbano, Canclini (2008: 17) analisa “a cidade da informação e do conhecimento; a do espetáculo; a do reconhecimento; e a do desconhecimento”, fazendo referência às “micrópoles” construídas dentro das grandes urbes como fragmentos para as subjetividades e ações de pequenos grupos.

Por conseguinte, Canclini (2008) questiona se as cidades têm sido transformadas pelo conhecimento e pela cultura, ou convertidas em espetáculo cultural, sem modificar as desordens estruturais. O autor relata que a espetacularização do social existe há séculos; todavia, sua hipertrofia em uma época de industrialização da cultura potencializa o risco de desvios da satisfação de necessidades sociais, uma vez que a redução da cidade a espetáculo se relaciona ao predomínio do marketing e à atração de investimentos que se sobrepõem às significações sociais dos bens materiais e simbólicos.

Em um mundo onde o consumismo e a indústria da cultura e do conhecimento são aspectos principais da economia política, vê-se a experiência urbana revestida com uma conotação de liberdade de escolha – contudo, desde que se tenha poder aquisitivo para adquirila (GUIMARÃES, 2010). Nota-se, dessa forma, um processo de segregação socioespacial, o que consolida o sentido de mercadoria ao solo urbano (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016).

Os direitos humanos precisam ser incorporados no campo da governança das cidades, para que as formas de gestão e as políticas públicas resultem na eliminação das desigualdades sociais e práticas de segregação de indivíduos, grupos sociais e comunidades em razão da localização dos assentamentos e tipo de moradia em que vivem (SAULE JÚNIOR, 2005).

Carlos (2020) afirma que as possibilidades de realização concreta da sociedade são observadas, de fato, no espaço, onde o mundo se revela em suas contradições. Nele surgem os conflitos, os quais reproduzem as relações sociais no atual estágio do capitalismo e ganham visibilidade nos espaços públicos, locais de manifestação dos movimentos sociais conscientes do processo de alienação atual.

Dessa perspectiva, ao descrever sobre a diferença entre os imaginários produzidos em relação a cidades de primeiro mundo e as urbes latino-americanas, Canclini (2008) as distingue como cidades-espetáculo e cidades-paranoicas. As cidades-espetáculo são turísticas, consideradas emblemas da globalização, caracterizadas por inovações urbanísticas, concentração de elites na arte e na ciência e intensa atuação de empresas transnacionais. Já as cidades-paranoicas são referidas pela mídia como



paisagens catastróficas, repletas de temor e insegurança, arruinadas por assaltantes, narcotraficantes, catadores de papel e sem-tetos.

No contraste entre cidades-espetáculo e cidades-paranoicas, nota-se a esquematizada e pouco consistente oposição entre a prosperidade do norte e as penúrias do sul. Canclini (2008) destaca, por exemplo, que a cidade de Buenos Aires, considerada a cidade “mais europeia” da América do Sul, foi – para alguns – “lacionamericanizada”, pela presença de vendedores ambulantes, meninos de rua e violência. Esse discurso amedronta turistas europeus e norteamericanos, aos quais se desaconselha a percorrer tais metrópoles. Todavia, sabe-se que, enquanto em muitas cidades norte-americanas e europeias há – também – insegurança, sem-tetos e pobreza, algumas cidades latino-americanas têm passado por planos de reabilitação e reordenamento urbano (às vezes para que se pareçam europeias) (CANCLINI, 2008).

GOIÂNIA: UMA CIDADE ESPETÁCULO OU PARANOICA?

Trazendo a discussão sobre o imaginário e as representações sociais para o centro-oeste brasileiro, questiona-se se o município de Goiânia, capital do estado de Goiás, tem sido visto ou evidenciado como cidade-espetáculo ou cidade-paranoica.

A cidade de Goiânia, criada em 1935, adveio da “Marcha para o Oeste”, projeto amplamente divulgado como símbolo da ruptura do tradicional em busca da modernidade, visando à legitimação, no imaginário popular, por meio de símbolos, como um projeto essencial à nação (SILVA; MOURA; CAMPOS, 2015; PANTALEÃO; VILARINHO; MARTINS, 2020), em nome da denominada “missão civilizadora” (GROSFOGUEL, 2009). Seu projeto arquitetônico foi concebido por dois urbanistas, com distintas referências: Atilio Correia Lima, que se apoiou na escola francesa de urbanismo; e Armando Augusto de Godói, que lançou mão dos modelos das cidades-jardim inglesas para construção da nova capital (SILVA, 2013).

Assim, a veiculação da paisagem urbana moderna sustentava o imaginário social, com a visão de uma cidade exitosa e geradora de oportunidades. Eis o esforço da mídia para anunciar e apresentar a cidade de Goiânia como “cidade promissora” e “capital de sucessos” aos seus residentes e visitantes, às grandes empresas e aos mercados de capitais (SILVA, 2012: 248).

Goiânia foi constituída como uma cidade planejada; contudo, a falta de regulamentação de seu plano diretor original, em conjunto com a inefetividade de políticas públicas, ocasionou a ocupação de áreas não previstas originalmente nos documentos oficiais, trazendo os mesmos problemas que outras grandes cidades em relação à administração do solo urbano e à adequada

solução dos problemas sociais (RODOVALHO, 2008; PANTALEÃO; VILARINHO; MARTINS, 2020; SOUZA; BOAVENTURA; MORAES; MOYSÉS, 2019).

Rodvalho (2008) cita a ocupação desordenada, desde a década de 1930, pelos operários que se deslocaram em busca de oportunidades de trabalho e se instalaram às margens das bacias dos córregos Botafogo, Capim Puba e adjacências – áreas antes destinadas à captação de água para abastecimento da capital, reconhecidas hoje como setores Vila Nova e Leste Universitário. Planejada para 50.000 habitantes, Goiânia apresentou, desde o princípio, elevados índices de crescimento populacional. Em 1940, apenas sete anos após o início de sua construção, a capital goiana já apresentava 48.166 habitantes (SOUZA; BOAVENTURA; MORAES; MOYSÉS, 2019).

Na década de 1950, Goiânia passou por um acelerado processo de expansão horizontal ocasionado pelo parcelamento do solo, o que culminou em desigualdades sociais crescentes. Ao final da década de 1950, o projeto urbanístico original da cidade encontrava-se totalmente deformado, devido à expansão para novas regiões, com loteamentos populares clandestinos em áreas distantes da malha urbana central, o que deu início ao processo de periferização da cidade (BORGES; BARREIRA; COSTA, 2017). Entre 1950 e 1964, a nova capital foi marcada por “invasões” em áreas públicas ou terrenos considerados ociosos, por parte de quem buscava melhores condições de vida e não possuía condições de adquiri-las pela compra (BORGES; BARREIRA; COSTA, 2017).

Na década de 1980, o processo de segregação foi conduzido pelo poder público, mediante a criação de bairros populares nas regiões afastadas da cidade, desprovidas de infraestrutura, como é o caso da Vila Mutirão, na região noroeste (CORREA, 2010). Já na década de 1990, Correa (2010) aponta os agentes imobiliários como os principais responsáveis pela promoção da segregação/valorização nas regiões sul, sudoeste e leste da capital. Correa (2010) destaca, ainda, o crescente número de condomínios horizontais fechados, a partir de 1990, que proliferou na região sudeste da capital nos anos 2000, em decorrência de transformações socioespaciais, como o Shopping Flamboyant e o Estádio Serra Dourada.

O acelerado processo de crescimento populacional tornou Goiânia, apesar de jovem, uma cidade complexa, segregadora e com problemas básicos de serviços e habitação comuns de outras metrópoles há muito consolidadas (BORGES; BARREIRA; COSTA, 2017; CORREA, 2010). Considerando o fato de apresentar uma estrutura espacial seletiva e segregada, Silva (2012) destaca que sua topografia pouco acentuada mascara a visibilidade das condições de moradia contraditórias existentes nas diversas regiões do espaço metropolitano.

A aprovação de loteamentos sem nenhum critério conduziu a um processo de especulação imobiliária, cujos reflexos são ainda percebidos na estrutura da cidade (RODOVALHO, 2008). Os



agentes imobiliários são um dos principais atores no processo de expansão urbana, por criarem localizações privilegiadas (novas centralidades), resultando na valorização do solo em determinados locais da cidade.

Nesse processo, o exercício do poder de regulação/organização do espaço pelo Estado deveria contribuir para a redução na falta de moradia, evitando a ocupação de áreas públicas que criam a cidade ilegal (CORREA, 2010). Entretanto, conforme expõe o autor, por meio da funcionalização do espaço urbano, o poder público goianiense beneficia a classe de maior poder aquisitivo, garantindo a valorização do solo em áreas bem equipadas, limpas e organizadas, em contraponto aos bairros distantes, onde vive a classe popular que luta por melhores condições.

Segundo Canclini (2008), na cidade-paranoica, não há uma regulação formal dos usos de espaços públicos. As distinções entre espaços residenciais, comerciais, industriais e de serviço encontram-se desgastadas pelos usos especulativos do solo, pelo elevado índice de autoconstrução e pelos processos corruptos de parcelamento do território, caso em que há uma acumulação de submissões do espaço público aos fins privativos. Diante da disputa entre as camadas sociais, vê-se a monopolização do ordenamento da capital pela classe abastada, a fim de se manter o seu poder, resultando na configuração de uma cidade bem planejada e ordenada, que oculta a realidade do sistema urbano precário, predominante na maioria dos lugares (CORREA, 2010).

Diversas características físicas, paisagísticas e socioculturais compõem representações variadas, produzindo diferentes Goiânias (SILVA, 2012). Ao analisar as representações, significados e identidades na capital goiana, Silva (2012: 5) cita alguns destaques midiáticos, como “capital art déco”, “cidade dos parques”, “capital da melhor qualidade de vida do Brasil”, “cidade country” e “capital dos eventos”, afirmando que as identidades de Goiânia são construídas em uma relação dialética entre autoatribuição dada por seus moradores e a alteratribuição imposta por agentes sociais e sustentadas pelo trabalho da mídia.

A arquitetura art déco, empregada para criar e desejar Goiânia como cidade moderna, foi utilizada como símbolo da civilização do sertão. Atualmente, novos ícones da paisagem surgem como base material para a representação do moderno e do progresso no imaginário de seus habitantes. Todavia, mesmo com o surgimento de novas representações e identidades, os moradores continuam destacando “a vida rural ou interiorana, a culinária e o gosto pela música sertaneja” como características marcantes nos goianienses, havendo uma mescla entre as tradições e as novas práticas culturais surgidas na metrópole (SILVA, 2012: 252).

Goiânia é vista por seus moradores como “cidade acolhedora”, sendo a hospitalidade, generosidade, simplicidade e amizade, destacadas fortemente dentre os atributos constantes na



autorrepresentação das identidades do goianiense (SILVA, 2012). Outro aspecto destacado por Silva (2012: 233) é a sensação de pertencimento dos moradores, caracterizada por sua ligação afetiva com a cidade, bem como pela visão da capital como “cidade tranquila” e “boa para se morar”, o que representa nela aspectos interioranos. Silva (2013) explica que a demarcação das linhas de pertencimento e a constituição de identidades decorrem do contato com os signos de uma cidade, mediante a criação de novos sentidos. Isso propicia o surgimento de novos micropoderes como forma de resistência para descentrar e deslocar poderes hegemônicos.

A caracterização de Goiânia como cidade tranquila decorre do fato de ela ser formada por muitos migrantes da zona rural, havendo uma continuidade do modo de vida interiorano em bairros da capital, marcados pelas relações de vizinhança, festas, costumes e solidariedade entre as famílias. Contudo, Goiânia é estereotipicamente representada pela mídia e por pessoas de outros estados como uma “cidade atrasada”, atrelando a ideia de atraso à vida rural; um contraponto entre a “modernidade” e as “representações de sertão” (SILVA, 2012: 238). Isso faz com que os moradores destaquem seus monumentos arquitetônicos como símbolo de modernidade, para demonstrar que Goiânia não é uma capital “atrasada”.

Silva (2013) ressalta que a cidade de Goiânia expressa, em sua paisagem arquitetônica, poucas referências aos traços sertanejos da população e aos costumes ligados às atividades rurais goianas. Por conseguinte, seus moradores enxergam como símbolo de modernidade quando valorizam determinados elementos de sua paisagem urbana, como os condomínios horizontais em voga e os novos viadutos da Avenida 85 (SILVA, 2012). Assim, reforça-se a ideia original de Goiânia como cidade moderna no imaginário urbano, compreendida a partir da estética e estilística de seus recursos arquitetônicos, demonstrando que as transformações do espaço refletem a atuação de forças econômicas, sociais e políticas no processo de apropriação da cidade (SILVA, 2012).

Condomínios fechados de luxo valorizam a região, estimulam a especulação imobiliária e privatizam espaços públicos conforme as leis de mercado (CORREA, 2010). Com o pretexto de se preservar contra violência, ocorre na cidade uma organização compartimentada, encerrando áreas com condomínios fechados que se utilizam da tecnologia para vigiar e excluir, gerando pequenas cidades do desconhecimento (CANCLINI, 2008).

Outro destaque é a presença de praças, bosques e parques espalhados nos diversos bairros da capital, o que confere a ela a condição de “cidade jardim” (SILVA, 2012: 114). Neste cenário, Borges, Barreira e Costa (2017: 132) ressaltam o fato de Goiânia ser chamada popularmente de “a capital verde” do país. Em 2009, recebeu o título de “capital brasileira com melhor índice de qualidade de vida” da Organização Mundial de Estados, Municípios e Províncias (OMEMP). Desde 2011 faz parte



da rede UBERLAC de cidades sustentáveis (que integra a lista da Comissão Europeia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID).

Em contrapartida, Goiânia foi apontada como “a 10ª cidade mais desigual do mundo e mais desigual do Brasil” pelo relatório “O Estado das Cidades no Mundo 2010/2011: Unindo o Urbano Dividido”, da Organização das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU Habitat), que teve por base a “avaliação de indicadores de desigualdade de renda (índice de Gini)” (BORGES; BARREIRA; COSTA, 2017: 132).

Para Silva (2012), a constituição e a caracterização de áreas verdes na capital se dão em conformidade com os interesses dos gestores da esfera pública, cuja representação é cristalizada pela mídia, que reforça este processo, ao publicizar tais espaços como cartões postais e locais turísticos que estruturam as novas representações.

A autora aponta os espaços verdes - considerados nobres - como objetos de interesse urbanístico e especulativo, resultantes da valorização e verticalização de seus entornos. Simultânea e contraditoriamente, destaca a inexistência de infraestrutura básica e segurança apropriada aos residentes da periferia social. Assim, nota-se incoerente a qualidade de vida propagandeada na cidade, tanto pela segregação socioespacial produzida, quanto pelos problemas ambientais resultantes do adensamento de empreendimentos imobiliários no entorno dessas áreas verdes (SILVA, 2012; PERES, 2009).

Peres (2009) observa que tais empreendimentos promovem a imagem dos parques como espaços maravilhosos, ao permitirem, como garantia de qualidade de vida, a ligação dos moradores com a natureza. Desse modo, vê-se uma metaforização e fetichização, que transformam tais espaços em uma mercadoria. Os espaços verdes da cidade são paisagens emblemáticas evidenciadas pela mídia, ao mesmo tempo que são símbolos asseguradores da imposição dos ideais de poder e difusão da administração pública. Tais espaços se constituem como lugares que se opõem à sociabilidade para alguns grupos, gerando valorização fundiária desigual e segregação socioespacial de áreas públicas – um espetáculo urbano destinado apenas à estética (SILVA, 2012).

Inspiradas nos parques implantados na Europa e nos Estados Unidos, as áreas verdes de Goiânia são propagandeadas como espaços de prazer, usurpação e socialização da vida cotidiana. Conforme o modelo urbanista racionalista francês, os parques urbanos são espaços importantes para a conservação dos elementos naturais, atuando na prevenção de danos ambientais (PERES, 2009). Todavia, o produto desse processo, assevera a autora, é a venda da imagem de uma cidade bem administrada e naturalmente bela, o que introduz formas modernas de dominação e técnicas de



manipulação cultural, que mascaram uma consciência ecológica usufruída, sobretudo, por usuários que dispõem de elevada renda.

O cenário contraditório em tela nos permite relativizar a ostentação de títulos que, na verdade, expressam a capacidade de agregação de valor a determinadas áreas da cidade, em detrimento de outras localizadas na periferia (BORGES; BARREIRA; COSTA, 2017: 133). Consequentemente, diante da dificuldade de se construir alternativas entre a paisagem contraditória e excludente da cidade, surgem grupos e movimentos que objetivam reelaborar as relações entre conhecimento e vida urbana, combatendo o acesso desigual à cultura (CANLINI, 2008).

Silva (2012) destaca alguns monumentos – como a estátua do Bandeirante, no centro da capital – que, além de objetos estéticos, são intencionalmente dotados de sentido político, permitindo diferentes interpretações sociais, como celebração, memorialização e contestação. Para a autora, em decorrência da carga de significados que tais monumentos ostentam, o seu valor simbólico ou ideológico se apresenta não como resultado de uma construção social constituída cotidianamente por quem se relaciona com esta paisagem, mas como consequência das representações de determinados grupos dominantes.

Neste cenário, vê-se que a análise do imaginário deve ultrapassar o que meramente nos é entregue como imagens. Para tanto, é necessária a confrontação das concepções e ideias préconstituídas, bem como a observação dos usos do espaço, do tempo e dos saberes, os quais podem sofrer múltiplas e variadas formas de combinações e construções, formando outras imagens conforme a capacidade humana de imaginar e (re)inventar (PERES, 2009). Assim, é imprescindível a participação da sociedade na formulação e estabelecimento da política urbana, por intermédio de institutos como audiências e consultas públicas, conselhos gestores e conferências sobre temas urbanos nos três níveis de governo (TRINDADE, 2012).

Tendo em vista a crescente influência do rádio, televisão e Internet na cidade, os meios de comunicação ocupam cada vez mais lugares de intermediação e deliberação social, já que múltiplos setores se conectam de forma imediata e irrestrita. Assim, permite-se a participação social nos debates sobre a esfera pública (CANCLINI, 2008). Para Santos (2011), o indivíduo deve ser um sujeito coletivo que interfere diretamente na política e na estrutura social, tendo suas ações potencializadas por intermédio das redes sociais e dos meios de comunicação.

Conforme Correa (2010: 16), “Goiânia é uma cidade que já nasceu segregada”. Sua segregação socioespacial é marcante, decorrente da diversidade de locais contraditoriamente compartilhados por diferentes grupos sociais. Um exemplo é o condomínio horizontal de luxo Aldeia do Vale, localizado nas proximidades do setor Vale dos Sonhos, cuja ocupação é irregular. Outro



exemplo é o bairro Jardim Goiás, que abriga uma classe de alto poder aquisitivo, ao mesmo tempo em que possui áreas de ocupação clandestina (CORREA, 2010).

O centro e as novas áreas de centralidade (como os setores Oeste, Bueno, Marista, Nova Suíça e Jardim Goiás) são dominados pela classe abastada, e o “não-centro” compreende uma periferia não apenas espacial, mas social (CORREA, 2010). Rodovalho (2008) destaca que tanto a existência de ocupações irregulares, quanto o surgimento de manobras políticas oportunistas, aliadas à ação de especuladores imobiliários, favoreceram a constituição de espaços na cidade que geram a exclusão social.

Silva (2012) conclui que a construção das representações na vida urbana é uma via de mão-dupla, uma vez que a influência da mídia impacta diretamente a construção das representações e identidades da cidade, mas, em sentido contrário, os próprios moradores, a partir de suas vidas cotidianas, (re)elaboram suas autorrepresentações. Assim, como cada indivíduo pensa e representa a cidade de forma particular e diversa, a cidade de Goiânia tem sido concebida ora como cidade-espetáculo, ora como cidade-paranoica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma breve reflexão sobre a origem do eurocentrismo como emblema da modernidade, com fulcro nos estudos de Quijano, Grosfoguel, Canclini e Costa, destacou-se o surgimento do pós-colonialismo como fomentador da desconstrução e ressignificação das concepções dominantes de modernidade e globalização. Ressaltou-se que a América Latina foi construída a partir da visão de zona periférica, sendo que essa forma de “construção” do continente acarretou um capital cultural heterogêneo, trazendo intersecções diversas que impactaram o imaginário e as representações culturais em suas cidades.

Foi trazido o pensamento de Canclini (2008), para quem as cidades têm sido convertidas em espetáculo cultural, acarretando uma sobreposição às significações sociais dos bens materiais e simbólicos. Dessa forma, destacou-se, conforme o autor, dois tipos imaginários produzidos: as cidades-espetáculo (cidades de “primeiro mundo”) e cidades-paranoicas (urbes latino-americanas, referidas como paisagens catastróficas).

Posteriormente, viu-se que Goiânia, capital influente na rede urbana do centro-oeste brasileiro, é marcada tanto pela espetacularização de sua paisagem (sendo o patrimônio arquitetônico uma das âncoras de suas representações midiáticas), quanto pelo delírio (sendo uma “marca” para a cidade sustentada na retórica dos agentes urbanos, quando a arquitetura não define o real universo identitário

de seus moradores). Considerando as questões abordadas no presente artigo, verificou-se, na história da capital goiana, a existência de diversas práticas exercidas pelos poderes público e privado que corroboraram para a caracterização do imaginário e representação da cidade ora como cidade-espetáculo, ora como cidade-paranoica.

Do exposto, destacou-se como o conjunto de ações urbanísticas e especulativas tem construído diferentes identidades para Goiânia. Isso porque, em que pese a imposição imagética advinda dos agentes sociais, endossada pela mídia, caracterizando Goiânia como uma cidade espetacular, na prática, existem percepções divergentes nos discursos dos moradores quanto à forma de estruturação segregacional da cidade, o que acarreta uma visão da paranoia cotidiana.

Ademais, nota-se a necessidade de uma constante ressignificação do imaginário cultural na capital, uma vez que, desde o seu projeto arquitetônico original, que teve suas bases lançadas sobre os modelos urbanistas francês e inglês, viu-se que a presença do imaginário eurocentrado é preponderante, materializado por sua paisagem urbana, que permanece sendo projetada como símbolo de civilização e modernização até os dias atuais.

Aponta-se que são necessárias pesquisas que considerem o uso que as classes sociais fazem da cidade e analisem como as políticas públicas e atuação dos Poderes promovem a formação de imaginários e representações culturais urbanas. Este debate é um mediador entre o presente e o futuro social, pois objetiva o alcance das próximas gerações a um sistema urbano melhor que o atual, motivo pelo qual devem ser continuadas as reflexões acerca deste tema.

REFERÊNCIAS

BATTAUS, Danila M. de Alencar; OLIVEIRA, Emerson Ademir B. de. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. Lua Nova, São Paulo, 97: 81-106, 2016.

BORGES, Elcileni de Melo; BARREIRA, Celene Cunha Monteiro; COSTA, Eduarda Pires Valente da Silva Marques da. Habitação social e desenvolvimento urbano sustentável: o caso da região metropolitana de Goiânia. Geo UERJ, Rio de Janeiro, n. 30, p. 122-144, 2017. CANCLINI, Néstor García. Imaginários culturais da cidade: conhecimento / espetáculo / desconhecimento. In: A cultura pela cidade, Iluminuras, p. 15-31, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: e espaço, a cidade e o “direito à cidade”. Revista Direito e Praxis. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 01, p. 349-369, 2020.

CORREA, Elaine Alves Lobo. Lugares centrais e lugares periféricos de Goiânia: diversidade e complexidade. Geografia (Londrina), v. 9, n. 2, 2010.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), São Paulo, v. 21, n. 60, p. 117-134, fev. 2006. ESCOSTEGUY, Ana

Carolina D. Néstor García Canclini: notas sobre um autor latinoamericano. *Comunicação e Sociedade*, v. 27, p. 103-120, 1997.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global, *Revista Periferia*, v. 1, n. 2, p. 41-91, jul./dez., 2009.

GUIMARÃES, Nathália Arruda. O direito à cidade culturalmente preservada: os planos diretores municipais e a tutela do Patrimônio Cultural Imóvel no Brasil. Tese de doutoramento. III Programa de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. 2010.

PANTALEÃO, Sandra Catharinne; VILARINHO, Luana Chaves; MARTINS, Ana Clara Pires. Uma abordagem historiográfica de Goiânia: dinâmicas territoriais e estruturação urbana. VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ). Brasília, 2020.

PERES, Maria de Lourdes Corsino. Imaginário, paisagens e urbanização em Goiânia: os parques Vaca Brava e Flamboyant. Dissertação de mestrado em desenvolvimento e planejamento territorial. Universidade Católica de Goiás – Pró-reitoria de graduação e pesquisa. 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses. *Epistemologias do Sul*. Edições ALMEDINA. Coimbra, 2009.

RODOVALHO, Márcia Oliveira. Análise do planejamento urbano e efetividade dos planos diretores de Goiânia. 2008. Dissertação de mestrado em desenvolvimento e planejamento territorial. Universidade Católica de Goiás – Pró-reitoria de graduação e pesquisa. 2008.

SANTOS, Hortência Nepomuceno. Políticas culturais e inteligência coletiva. *Contemporânea*, ed. 17, vol. 9, n. 1, p. 36-45, 2011.

SAULE JÚNIOR, Nelson. O Direito à Cidade como paradigma da governança urbana democrática. Instituto Pólis, mar. 2005.

SILVA, Clarinda Aparecida da. Goiânia(s): representações sociais e identidades. Tese de Doutorado. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012.

SILVA, Valéria Cristina Pereira da. Goiânia – um mosaico imaginário: modernidades e microtempo-territorialidades. *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente*, n. 35, volume especial, p. 6-25, 2013.

SOUZA, Dayane Lino de; BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues; MORAES, Lúcia Maria de; MOYSÉS, Aristides. Região Mendaña: o novo espaço do mercado imobiliário em Goiânia, Goiás. *Desenvolvimento Regional em Debate, Universidade do Contestado*, vol. 9, núm. esp. 1, pp. 43-61, 2019.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. *Lua Nova*. São Paulo, 87: 139-165, 2012.

O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOBRE O OUTRO: UMA PROPOSTA DE PESQUISA HISTÓRICA NA PERSPECTIVA INTERCULTURAL

*Carla Maria Monteiro de Souza*⁴¹⁴
*Adriana Aparecida Pinto*⁴¹⁵

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar parte das reflexões que vem sendo desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em História da UFGD, cuja documentação de estudos incide sobre o livro didático e suas representações sobre outro, através de uma proposta intercultural, tendo como principal objetivo a fundamentação de uma pedagogia decolonial, que pense em um modelo de educação plural. Foi realizado levantamento bibliográfico do período de 1954 a 2019, o texto situa-se no âmbito da pesquisa, Livro didático, Ensino de História, Representações, Identidades e Interculturalidade. Selecionamos para a produção do presente artigo, nove livros, um ensaio, dois artigos, uma revista e o Plano Nacional. As literaturas pesquisadas apontam que no Brasil há uma extensa lacuna no que se refere as representações nos livros didático que contribuam de forma positiva para a descolonização do conhecimento, assim como para um processo (re) construção de Identidades dos estudantes, sobretudo dos afrodescendentes. Com isso, se faz necessário um estudo mais amplo acerca da temática proposta, tendo como principal fundamento a sua contribuição para um modelo de educação decolonial, pautada em uma pedagogia intercultural.

Palavras chaves: Livro didático – Ensino de História – Representações – Identidades – Interculturalidade.

INTRODUÇÃO

Só através da prática da liberdade, é possível fazer com que qualquer um possa aprender, como nos diz Bell Hooks (2013). Pensar a educação a partir do outro, é o mesmo que possibilitar um diálogo diverso e multicultural dentro das instâncias educacionais. A noção de alteridade que possui uma perspectiva plural e híbrida, uma vez inseridas nesses espaços “obrigatórios”, faz dessa filosofia

⁴¹⁴ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História/PPGH/ da Universidade Federal da Grande Dourados. Membro do GEPEHED – Grupo de Pesquisas Ensino, História e Educação e do corpo editorial da REHR – Revista Eletrônica História em Reflexão.

⁴¹⁵ Professora Associada I dos cursos de Graduação em História e no Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Doutora em Educação Escolar/UNESP Araraquara. Estágio de Pós-Doutorado em História – UNESP/Assis. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Ensino, História e Educação – GEPEHED, certificado pelo CNPq. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8878108728944572> Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-6496-3744> E-mail: adrianaaparecida@ufgd.edu.br



o trajeto para a superação de preconceitos e xenofobias. O que podemos compreender através do filósofo Emmanuel Lévinas, quando o outro é visto como alteridade, ele torna-se absoluto, infinito e não mais na subjetividade do eu.

Pela insurgência de pensar em uma educação outra, que atenda as pluralidades que cercam o modelo tradicional da educação, discutir as questões raciais dentro do material didático que tem sido um manual de uso constantes entre professores e estudantes, torna-se uma carência a ser pensada. Analisar os livros didáticos de forma minuciosa, indagar a sua relação com as editoras, principais responsáveis pela distribuição dos conteúdos sob este material, é o ponto chave para o rompimento desse modelo de educação elitista e racista predominante no Brasil, diante da realidade social, política e racial do país, ter um modelo de educação pautada apenas na concepção de um conhecimento eurocêntrico, exclui uma parcela da sociedade desses espaços de aprendizagem. As lacunas existentes nos materiais didáticos, a falta de representatividade, a história contada de forma distorcida sobre os povos originários e afrodescendentes do país, tem causado uma grande evasão nos espaços escolares do ensino básico. É nessa perspectiva, que proponho a apresentação desta temática sob um olhar atento a possibilidade de pensar uma pedagogia decolonial, que reavalie o material didático (eurocêntrico) posto nas escolas.

O LIVRO DIDÁTICO, SUAS REPRESENTAÇÕES E O ENSINO DE HISTÓRIA

De acordo com Rüsen (2010), para além de pensar a história como matéria a ser ensinada e aprendida, se faz necessário nortear a sua aplicabilidade como uma das formas de orientação para a vida. Compreender as demandas e as burocracias que perpassam as instituições escolares, é apenas um dos desafios enfrentados por educadores das mais diversas áreas.

Tratando-se do/a professor (a) de história, além das estruturas, escolhas didáticas e mediação do conhecimento, este/a educador (a) encontra em seu caminho os percalços e as encruzilhadas nos conteúdos da disciplina. O livro didático, um dos principais materiais de apoio ao docente e discentes, encontra-se encurralado na educação. É nesse contexto, que o/a professor(a) de história depara-se com um ensino “encastelado”, cheio de lacunas. Portanto, propomos como principal objetivo analisar a importância desse material no ensino de história, uma vez que este deve estar vinculado a lógica da escola e da sociedade onde está inserido, ou seja, as questões de representatividade local devem ser tratada como prioridade nos materiais didático de cada região.

Diante do exposto, como proceder diante de questões tão delicadas e necessárias no ambiente escolar, se não há representatividade em um dos principais materiais de apoio ao/a professor (a)?

Quais alternativas podemos buscar para preencher as lacunas culturais desses impressos? Precisamos refletir nos interesses que norteiam as editoras que se dedicam exclusivamente ao mercado de publicação do livro didático, e no MEC como principal distribuidor desse material. Com tudo, fica evidente que o LD não tem atendido as necessidades do ensino de história. Percebemos que se faz necessário analisar as dificuldades que ocorrem entre o professor de história, as práticas escolares, a sua relação com as instituições e com os seus livros didáticos.

Compreender as lacunas existentes e os poucos mecanismos que podiam ser utilizados para ampliar o conhecimento e a criticidade do estudante no ambiente escolar, sempre foi um desafio para o educador. A partir do estudo dos processos históricos e da funcionalidade do livro didático, sob a perspectiva do saber histórico escolar, depreende-se que durante a ditadura militar, o processo de compra e distribuição do livro didático, recebeu tratamento específico do poder público, atravessados pela censura e ausência de democracia. Além disso, o cenário político mostrava o interesse econômico do governo pela história ensinada, na medida que os governos militares estimularam investimentos no setor editorial, dos livros didáticos, Miranda e Luca (2004).

Pensando na história do surgimento do livro didático no Brasil, como este ganha força e destaque no ensino, precisamos levar em conta o seu surgimento na Europa no século XVI, como relata Moreira (2019). Ele surge com a criação da escola moderna, em que no início o LD foi pensado para servir de suporte ao professor e aos poucos, torna-se literatura básica para os estudantes. A autora vai nos dizer ainda, que é no século XVII, que a instituição escolar torna-se objeto de disputa entre o Estado, católicos e protestantes, cada um visando seus interesses e temores sobre o “melhor” modelo educacional a ser pensado. Moreira (2019), afirma que no Brasil as apurações em livros didáticos, perpassa pela relação entre esses periódicos e as editoras, pois as edições é resultado de contextos políticos, demográficos e institucionais.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985 com intenção de promover melhorias na educação básica, foi um marco nas políticas relacionadas ao material didático, outorgando o professor, o direito de selecionar esse material. Os materiais, são distribuídos pelo MEC, as escolas de educação básica do país, desde que estejam inscritas no PNLD. Os livros, antes de serem enviados pelo MEC, contam com a participação de uma comissão técnica, para a apuração do material didático, antes destes serem distribuídos para as escolas. Desde a sua implementação, o PNLD tem passado por modificações em sua estrutura, ocorrendo mais especificamente entre os anos de 1999 a 2017 com o decreto 9.099, de 18 de julho de 2017, que unificou as ações e distribuições de livros didáticos, passando a incluir outros matérias de apoio à prática educativa e tornou-se o Programa Nacional do Livro e do Material Didático.



Desde o gesto de análise do livro didático, até a possibilidade de escolha do material a ser usado pelo professor, depreende-se que os conteúdos da disciplina foram previamente filtrados. O livro didático, organizado por meio do PNLD, quanto veículo privilegiado para a introdução de valores e como peça ideológica fundamental na educação básica, tem um papel estratégico na formação da nacionalidade. Sendo assim, pensando no conceito de nação e como se deu a representação do povo brasileiro na história, se faz necessário um levantamento histórico mais apurado sobre as representatividades e a aparição do negro nos livros didáticos.

Pensar o material didático em uma perspectiva intercultural, é o mesmo que nos levar para um construção de conhecimentos baseado naquilo que Emmanuel Lévinas chama de, Alteridade. Compreender as diversidades, a importância dos recortes, romper com antigos moldes eurocêntricos, de um conhecimento histórico apenas da perspectiva dos ditos “grandes heróis” e olhar para os “subalternizados”, como aquele que se vê e os reconhece, com intuito de dar-lhes vozes, é a saída para pensar uma educação antirracista e inclusiva. Os livros didáticos, ao longo da história, reproduziram uma visão mítica sobre os grandes heróis, o que nos leva a refletir como foi construído o imaginário da sociedade brasileira.

Pela resistência do indivíduo a modificar suas categorias mentais em meio da vida e a substituir os símbolos que lhe são caros, ainda quando reconheça a conveniência da mudança, pode-se concluir que a tarefa de renovar imagens coletivamente idealizadas não deve ser dadas mais simples (MOOG, 1985, p.139).

Desconstruir um modelo do imaginário de uma sociedade, é um processo que requer tempo, pesquisa e políticas públicas, que insiram novos recortes, nos contando o processo histórico de uma nação a partir de um outro ponto de vista, e não esse que por muitos anos tentou apagar a história de diversos povos. É necessário que materiais didáticos que acompanhem o ensino básico, sejam reformulados dentro de uma perspectiva que ressalte figuras históricas que foram apagadas por muitos anos, fazendo um resgate da memória do Brasil, para que haja destaques das representações daqueles que nunca tiveram voz e foram por muitos anos silenciados.

Spivak (2010), diz que aqueles que não estão no lugar de subalternos, deve trabalhar “contra” a subalternidade, propiciando caminhos nos quais o subalterno possa falar e, conseqüentemente possa ser ouvido, e não falar por ele. Desta forma, compreendemos que a representatividade nos livros didáticos, é um caminho que nos permite construir nos estudantes uma autoestima positiva, através de um processo de (re) construção de identidade, assim como, uma visão crítica a respeito das diversidades sociais, sobretudo no que tange a “racialização” posta no Brasil, que através de discursos de superioridade e inferioridade das “raças” excluiu negros e indígenas dos destaques da formação do povo brasileiro.



O livro didático como instrumento de ensino, pode ser visto como um facilitador no processo de aprendizagem do aluno. Também utilizado como um norteador para os docentes de uma instituição escolar, contribui para a formação das estratégias de ensino. Esse instrumento tão empregado no âmbito escolar, tem função norteadora para o educador, o que impede que ocorram lacunas no processo de aprendizagem entre professor e aluno, por ser considerado um dos recursos mais aplicado como fonte confiável de consulta, além de ser, em muitos casos, o único material de leitura que o estudante e seus familiares possuem. Porém, ainda que este seja um importante suporte para o professor, o educador possui a autonomia para construir a sua aula dentro da sua dinâmica, buscando sobretudo aquilo que chamamos de descolonização do saber.

Diante do exposto, cabe ao profissional de educação, analisar o seu material didático, não limitando-se apenas a ele, mas investigar caminhos que o conduza para uma pedagogia decolonial, em busca de resultados para um modelo de educação antirracista e intercultural.

Partindo do pressuposto que os nossos livros didáticos ainda são elaborados através de uma perspectiva eurocêntrica, os processos de análises do professor sob esse material, deve ser ainda mais minucioso, para que não haja um apagamento da história e da sua real veracidade:

[...] O eurocentrismo torna-se, portanto uma metáfora para descrever o colonialidade do poder, na perspectiva da subalternidade. Da perspectiva epistemológica, o saber e as histórias locais europeias foram vistas como projetos globais, desde o sonho de um *Orbis universalis christianus* até a crença de Hegel em uma história universal, narrada de uma perspectiva que situa a Europa como ponto de referência e de chegada. (MIGNOLO, 2003, p. 41)

De acordo com autor, podemos dizer que a reprodução do conhecimento e cognição, nos foi imposta como uma hegemonia epistêmica, política e historiográfica, determinando a colonialidade do saber. Aquilo que Mignolo (2005) afirma ser marcado por uma violência epistêmica, conduziram também a uma geopolítica linguística, ocorrendo também uma geopolítica do conhecimento, através das imposições culturais e de ideias de conhecimento.

Professores e alunos poderão num processo de construção coletiva do conhecimento, usar tais livros, transformando-se, assim, em sujeitos da história (dimensão política que deve ser desenvolvida no ensino da história) e sujeitos do conhecimento (dimensão epistemológica).

Tendo em vista que os livros didáticos em sua grande maioria refletem a ideologia das classes dominantes, se faz necessário um maior acompanhamento destes pelos professores designados para lecionarem na área, a fim de mediar o conhecimento dos alunos do ensino fundamental. Tendo como principal objetivo, a tentativa de entender que a realidade histórica é relativa, provisória e está sempre em construção e que não há verdades absolutas na história.



(RE) CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

A nação além de uma identidade política- Estado, ela é um sistema de representação cultural. Desta forma, ela é composta por símbolos e representações que fundamentam a construção de uma identidade. As culturas nacionais produzem sentido com as quais podemos nos identificar como estórias, memórias e imagens que servem de referências, servindo de anexo para a construção de identidade da nação.

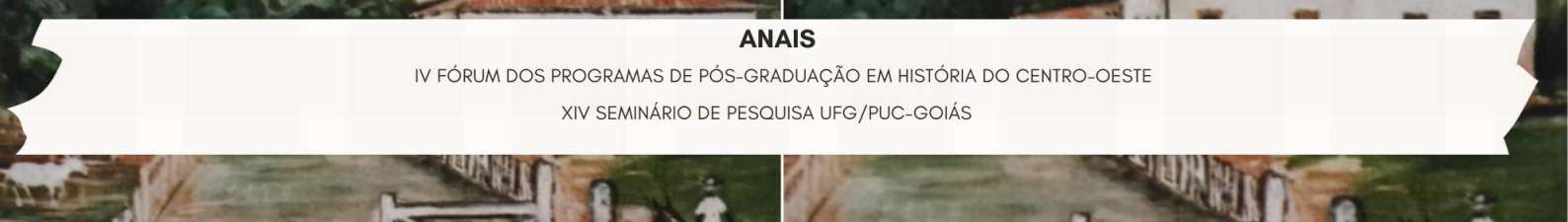
Tendo em vista que algumas representações sociais ganham maior visibilidade e passam a ser consideradas como padrão social. Na sociedade brasileira, assim como em outras, as representações que prevalecem são construídas por discursos hegemônicas, que condicionam um grupo social em detrimento de outros. Dessa forma, essas representações sociais foram construídas a partir da óptica eurocêntrica, que institui sentidos de “normalidade” e “anormalidade”, estabelecendo como norma padrão o homem, branco, heterossexual, cristão. Os indivíduos que não correspondem a esse padrão são vistos como desviantes, abjetos, e excluídos socialmente.

Dentro desse quadro de especificidades na sociedade brasileira observamos a busca de identidade de grupos que foram historicamente submetidos à escravidão e exploração por outros que se consideravam superiores.

Falar de identidade no Brasil pressupõe a existência de várias identidades tendo em vista seu contexto, sendo assim, vivemos em um país que tem o seu multiculturalismo. No Brasil, quando se fala em identidade negra, devemos ter em análise primeiro instante a sua história, tendo em vista que a história do povo negro até então era contada pelo olhar do colonizador engendradora de preconceitos, não foram analisadas e contadas de forma positiva afim de que os descendentes pudessem se reconhecer e se orgulhar da história dos seus antepassados, foi uma história que deveria ser apagada ou encoberta.

O primeiro fator constitutivo desta identidade é a história. No entanto, essa história, mal a conhecemos, pois ela foi contada do ponto de vista do “outro”, de maneira depreciativa e negativa. O essencial é reencontrar o fio condutor da verdadeira história do Negro que o liga à África sem distorções e falsificações. A consciência histórica, pelo sentimento de coesão que cria, constitui uma relação de segurança mais, sólida para cada povo.(MUNANGA,2012 ,p.10).

Como já fora argumentado por outros historiadores, tal silêncio se explica em parte pelo racismo da elite brasileira. Essa tradicional elite se negava a reconhecer o legado da escravidão e da cultura afro-brasileira na formação do caráter nacional. A República carecia de legitimidade, almejada por um regime simultaneamente moderno e progressista, e arraigado numa tradição



republicana brasileira. A escravidão era, pois, a prova de um atraso nacional do qual se queria esquecer, pois que contrariava o projeto modernizador que se então queria instituir no país republicano.

Segundo Reis (2009) a abordagem da escravidão a partir do escravo tem uma carência de fontes. Documentações diretamente produzidas por escravos parecem ter sido muito pequenas, apesar de que esses homens e mulheres na medida de suas possibilidades resistiram a se tornar meros objetos de um sistema para inventarem o seu viver. Desta forma qualquer indicio que revele a capacidade dos escravos de conquistar espaços ou de ampliá-los segundo seus interesses deve ser valorizado. Evidencia-se um modelo precursor convencional que considera a transcrição de documentos que privilegia o estudo das elites e não o dos excluídos da história, os referenciais sobre a cultura negra, africana e de construção de identidade ainda é marcada pelos referenciais britânicos funcionalistas.

Por isso, se faz necessário uma construção histórica, baseada em símbolos que nos apresente uma narrativa de superação das ditas minorias, dos destaques e das suas contribuições positivas, para que haja uma formação de sociedade mais democrática, que vislumbre a inclusão dos subalternizados, com intuito de (re) construir a identidade do povo brasileiro a partir de um modelo de educação étnico – racial.

O ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES ÉTNICOS RACIAIS, A INTERCULTURALIDADE COMO UMA PRÁTICA EDUCATIVA:

Pensar a educação no Brasil, é ter em mente que precisamos enfrentar as fronteiras do passado que alicerçaram e fundamentaram teorias que foram construídas através do conceito de nação, no imaginário da sociedade do país. Lima (2015), diz que a noção de identidade nacional é uma “comunidade imaginada”, vivida na imaginação, na maioria das vezes. Isso se deve pela sua construção através das culturas nacionais na medida que constroem discursos revelados em memórias e histórias que são contadas sobre essa nação.

Sabemos que os modelos baseados em culturas hegemônicas sempre foram norteadores para que educadores (as), estruturassem suas ideias e até mesmo o modelo das suas aulas. No que tange o ensino de história, ainda que possua uma fundamentação teórica mais plural, se faz necessário uma busca pelo caminho do meio. O ensino da disciplina, precisa ser repensado através de uma ótica que priorize as diversidades da sociedade, rompendo com o determinismo eurocêntrico, que sempre nos apresentou um único modelo a ser pensada sobre a nossa história.



A escola é um espaço plural, onde se encontram sujeitos com múltiplas identidades, que passam a ser sujeitados a condição do outro, que não os vê através da ótica da alteridade, mas através dos olhares eurocêntricos, desejosos pela docilização dos seus corpos, para que não confrontem os espaços hierarquizantes. Descobrir que os corpos podem ser moldados, treinados e controlados, tornou-se um dos principais interesses do “poder”, que através de técnicas de dominação, controlam no espaço e no tempo os que sempre foram tratados à margem da sociedade. A grande máquina de produção, vê esses corpos como mais um produto, prontos para serem confinados até estar acabado e encaixados nos moldes impostos pela sociedade. Isso ocorre primeiramente com a relação familiar, escolas, instituições religiosas, entre outros.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) [...] a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e a dominação acentuada”. (Foucault, 1987, p.).

Compreender que esses corpos estão sendo “controlados” por essa máquina pública, é também entender que estes possuem cor, raça e etnia. Ainda que a ideia de controle seja universal, diante das escalas de poder social, a exclusão está para um grupo dito minoria, que são tratados como subalternizados. Sendo assim, para combater essa máquina pública a alternativa que se mostra mais eficaz é pensar uma pedagogia anticolonialista.

Lima (2015), ressalta que a escola teve um papel central na moldagem das mentes e corpos, já que em nossa formação básica do conhecimento sabemos pouco ou quase nada a respeito da diversidade cultural do Brasil, tendo em vista que herdamos dos jesuítas, os primeiros professores da sociedade, um único modelo de fé e de conhecimento e de língua, gerando um certo tipo de genocídio epistemológico.

Como educadores /as, devemos ter o compromisso de olhar através da ótica que nos é apresentada por Bell Hooks (2013), quando afirma que a educação aumenta a nossa capacidade de ser livres. Também devemos nos questionar, se esta foi pensada para receber estudantes negros (as), que diferem daquilo que é imposto através da história pautada nos grandes heróis? Precisamos rever as narrativas históricas, pensar um outro modelo que atenda a todas as pessoas, através de um processo de inclusão na educação.

Sendo assim, a interculturalidade é um caminho que nos leva a compreender sua posição intermediária, o encontro, a reciprocidade e a interação, para formar uma rede intercultural na educação. Maria Laura Mendéz (2013), afirma que a interculturalidade deve ser pensada em uma lógica multívoca, e não apenas com a lógica do Um. Para ela, a interculturalidade é uma série de

gestos, práticas que supõem sempre uma situação plural nos pontos de vista, sem que nenhum prevaleça sobre o outro.

Portanto, o meu maior interesse e desejo na educação, é pensar uma nova subjetividade para crianças negras e racializadas. Não desejo para elas os embates e dificuldades que encontrei pelo caminho, mas a possibilidade de se ver pertencentes e sujeitos da história, onde suas vozes possam ser escutadas, seus cabelos acarinhados e seus corpos respeitados. Desejo uma educação onde crianças não se sintam inferiores e nem preteridas que haja igualdade, consciência, respeito, tudo isso construído através de um modelo de educação intercultural e antirracista.

MÉTODOS E TÉCNICAS

Com o intuito de reunir e analisar conhecimentos produzidos sobre o livro didático no Brasil, é que buscamos desenvolver esse artigo. Para tanto, adotamos a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico.

De acordo com Bittencourt (2003, p. 33), autoridades governamentais e órgãos internacionais tem feito dos livros didáticos, seu objeto de preocupação, fato que vem ocorrendo desde a Segunda Guerra Mundial. Moreira (2019), diz que formas de controle e intervenção são acometidas aos materiais didáticos, norteados sua produção e circulação. O que nos leva a acreditar que todo esse material é elaborado sob o controle de um grupo institucional, que condiciona a seleção dos conteúdos postos nos livros didáticos.

Serviram-nos como fontes a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e algumas referências bibliográficas. A pesquisa, desenvolvida durante o primeiro semestre de 2021, organizou-se ao redor das palavras-chave presente nos títulos, Livro didático, Ensino de História, Representações, Identidades e Interculturalidade. Foram analisados trabalhos publicados entre (1954) e (2019). Deste modo, o corpus da análise foi constituído por 14 documentos, entre os quais encontram-se 9 livros, 1 ensaio, 2 artigos, 1 revista e o Plano Nacional. O conjunto de materiais encontrados nos levou a organizar sua divisão em três agrupamentos.

A visão histórica, sociológica, apresentada no primeiro agrupamento enseja justamente repensar o livro didático e a sua relevância para o processo de aprendizagem dos estudantes do ensino básico, assim como um material de apoio ao professor, através da outridade. O objetivo é romper com as estruturas eurocêntricas que fundamentam o ensino de história, com intuito de promover um conhecimento plural, decolonial e antirracista.



No segundo agrupamento, os trabalhos que abordam mais profundamente as questões sobre identidade, busca analisar o Brasil e os seus afrodescendentes, isso implica na inevitabilidade de análise e compreensão do conceito de identidade na formação social do povo brasileiro. Desse modo, evidenciam um conjunto de conceitos, ideias e valores implícitos que, buscam tratar de um processo de (re) construção de identidade da população negra do Brasil.

Por fim, no terceiro agrupamento, procuramos mostrar um ensino de história em que a interculturalidade esteja como uma prática educativa, rompendo com as culturas hegemônicas que sempre foram as bases estruturantes do conhecimento no Brasil. Para isso se faz necessário repensar o ensino de história, através de uma ótica que priorize as diversidades sociais, que rompam com os determinismos eurocêntricos, para que torne-se possível a construção de um conhecimento intercultural / inclusivo.

As investigações históricas apresentadas figuram apenas os primeiros passos de estudos exploratórios sobre um universo que demanda atenção, diante das amplas perspectivas abertas. No tocante a pesquisa sobre o livro didático de história e suas representações sobre o outro, uma proposta pedagógica na perspectiva intercultural, podemos dizer que são ainda numerosas as questões a perscrutar. Entre elas: a dificuldade de encontrar referencial teórico que interpelem o tema em questão, outro fator o não interesse de tratar de fontes históricas nos livros didáticos, como por exemplo a representação do negro nesses periódicos e por fim, a imagem da mulher negra sempre animalizada ou objetificada, na história.

Diante da pesquisa realizada após o levantamento de dados, foi possível perceber que há uma lacuna deixada nas abordagens históricas, apresentadas nos livros didáticos de história, no Brasil. A história do negro, sobretudo das mulheres negras, escravizadas, que possuem grande relevância na formação do povo brasileiro, é pouco mencionada nesses materiais e quando encontramos alguns relatos, estes sujeitos são apresentados como pano de fundo da historiografia.

Os relatos e pesquisas realizadas sobre a escravidão no período colonial, ainda é visto na perspectiva da dominação e exploração do homem branco, senhor de engenho, que mantinha o controle dos povos africanos, trazidos à força como escravos, em uma conotação de poder e superioridade. No tocante, a figura das mulheres que na grande maioria são vistas apenas como subalternas ao longo de todo o processo histórico, nessa conjuntura, não seria diferente.

Tratar da temática apresentada, tem como objetivo fazer um resgate da memória do país em seu processo de “formação”, contrariando o olhar do “outro”, que neste caso é o colonizador, com o intuito de levar ao entendimento as diversas influências culturais que permeiam a história do Brasil.

Muitas das abordagens encontradas nas referências bibliográficas não demonstram o quanto mulheres negras, por exemplo, foram essenciais na formação da sociedade, influenciando e se constituindo como sujeito através de resistências e contribuições culturais que podem ser vistas nas estruturas da sociedade contemporânea.

Com tudo, os resultados do presente trabalho corroboram, para a amplitude de conhecimento e discussão sobre o livro didático e a sua importância quanto material de apoio aos estudantes e professores, que precisa ser pensado a partir da ótica da outridade, para que jovens afrodescendentes sintam-se representados e pertencentes na história e com isso, possamos (re) construir suas identidades tendo como resultado, uma autoestima positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado da arte reforça a importância de investigações sobre a temática no campo educacional, ao mesmo tempo em que oferece subsídios provenientes de outros campos das humanidades. Tais contribuições indicam caminhos a serem percorridos para um processo de (re) construção de identidade do povo brasileiro. Ao mesmo tempo em que realça a relevância do tema, que nos leva a indagar porque existe uma lacuna nos referencias teóricos de história e educação acerca do negro, cuja relevância social poder ser transformadora na autoestima da população afro-brasileira?

Tendo em vista que a história é contada por um modelo factual, e a constituição da sociedade brasileira é formada por um modelo patriarcal, a participação de sujeitos subalternizados, como mulheres negras, africanas, escravizadas, vem para romper com os conceitos pré-definidos sobre a participação feminina na historiografia brasileira. Vinda de uma cultura matriarcal estas mulheres levaram para a formação da sociedade colonial, suas contribuições culturais linguísticas e afetivas que contribuíram para a formação do Brasil.

Desta forma, encontrar essas representações nos livros didáticos de história, pode ser o caminho para um processo de ruptura de modelos hegemônicos que estão centralizados no ensino de história, fazendo com que a disciplina saia das torres dos castelos do conhecimento, e torne-se acessivo para todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, C.M.F. (2003). “**Disciplinas escolares:** História e pesquisa”, in: Oliveira, Marcus A. Taborda de e RANZI, Serlei M. Fischer (orgs.) História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF.

BRASIL, Ministério da Educação. Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, 2017.

FOUCAULT, Michel. **F86v Vigiar e punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

Hooks, Bell. **Ensinando a transgredir**: educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LIMA, Maria Nazaré Mota de. **Relações étnico – raciais na Escola**: o papel das linguagens. Salvador: EDUNEB. 2015.

MÉNDEZ, M.L. & Puget, J. (2013). Mesa de abertura. In: Congreso de FLAPAG. Clínica de la diferencia e interculturalidad. *Anais...* Buenos Aires, Argentina: (não publicada).

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais/projetos Locais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. **A colonialidade de cabo a rabo**: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber*: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, p. 71-103, 2005.

MOOG, Clodomir Vianna. **Bandeirantes e Pioneiros**. Paralelo entre Duas Culturas, 4a ed. Porto Alegre, Editora Globo, 1954.

MOREIRA, Kênia Hilda. **A república no livro didático de história do Brasil**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2019.

MUNANGA, K. **Negritude e Identidade negra ou Afrodescendente: um racismo ao avesso?** Revista da ABPN • v. 4, n. 8 • jul. –out. 2012 • p. 06-14

Reis, João José e Silva, Eduardo. Negociação e conflito. **A resistência negra no Brasil escravista**. Companhia das Letras, SP, 2009.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: Teoria da história III** – formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

SPIVACK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa- Belo Horizonte: Edt. UFMG. 2010.

O USO DA MEMÓRIA POR PARTE DOS MISSIONÁRIOS PROTESTANTES

Camila Aparecida De Souza⁴¹⁶

RESUMO

O presente artigo consiste em realizar uma análise da obra *Bandeirantes da Bíblia no Brasil Central* a partir do uso do conceito de memória, pensando a forma como missionários protestantes traduziram para si próprios a memória do bandeirante enquanto desbravador no interior de Goiás e a forma como isso impactou os seus relatos sobre seu trabalho enquanto agentes portadores de uma palavra da “salvação”.

Palavras-chave: protestantismo, memória, bandeirantes, missionários

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa gira em torno do protestantismo em Goiás nas primeiras décadas do século XX. Muitos foram os missionários protestantes que adentraram o país através de organizações missionárias, cujos objetivos se destacavam principalmente a evangelização através da pregação de uma palavra de “salvação”, comercialização de bíblias e também da distribuição de folhetos religiosos.

Ao longo desse artigo, destacaremos o trabalho do missionário protestante Archibald Tipple, inglês que veio para o Brasil através da organização missionária *Evangelical Union of South American (E.U.S.A)*⁴¹⁷, sendo responsável pela fundação de igrejas no estado goiano. Tipple era membro de uma igreja anglicana em Londres antes de iniciar o seu trabalho como missionário. Através de seu contato com o Dr. J. Stuart Holden, então presidente da E.U.S.A, formalizou sua inscrição para trabalhar em campos missionários pelo mundo sendo escolhido para o campo missionário brasileiro chegando em São Paulo por volta de junho de 1914. Um ano depois de sua

⁴¹⁶ Programa de Pós-graduação em História (UEG/Morrinhos)

historiadoracamilasouza@gmail.com

Orientador: João Paulo de Paula Silveira

⁴¹⁷ A *Evangelical Union of South America* (E.U.S.A), em português conhecida como União Evangélica Sul-Americana (UESA), com sede em Londres, foi resultado da união da organização missionária *South American Evangelical Mission* (fundada em 1985) à *Regions Beyond Missionary Union* em 1911, ambas de origem inglesa.



estadia em São Paulo, Tipple fora enviado para Goiás, conduzindo um trabalho missionário por várias cidades goianas, entre elas Pouso Alto (atual Piracanjuba), Goiatuba, Morrinhos e Campinas (Goiânia).

Assim como outros missionários, Tipple também publicou um livro onde relata suas viagens, suas experiências como missionário. A obra intitulada *Bandeirantes da Bíblia no Brasil Central*, inicialmente fora publicada na Inglaterra em 1965 e posteriormente traduzida e publicada no Brasil em 1972 pela Casa Editora Aplic.. Segundo Tipple, tal edição visava celebrar os mais de 50 anos de trabalho missionário no Brasil, até a data de lançamento do livro. O próprio título se destaca, nos indicando sumariamente, parte da visão deste missionário sobre o seu trabalho e a perspectiva de seu olhar sobre o povo com quem tem contato.

Segundo indicação da própria obra, os textos seguem fiéis ao estilo de escrita do autor. A obra fora publicada pela editora Casa Editôra Aplic que era uma associação voltada para literatura cristã. Conforme relata em sua obra, Tipple a publica visando inspirar as novas gerações a fim de que elas pudessem realizar feitos maiores que aqueles realizados por ele e outros missionários que passaram pelo campo missionário brasileiro.

Seu livro é dividido em 29 capítulos e a cada capítulo, Tipple relata suas experiências nas missões realizadas no Brasil narrando também, alguns fatos ocorridos durante o período em que esteve na Inglaterra e que apresentavam ligações com o serviço missionário realizado por ele.

Por seu relevante trabalho como missionário e as experiências relatadas em sua obra, é que propomos uma análise a parte, pensando o modo como esse missionário traduz uma memória histórica no processo de inserção do protestantismo em Goiás.

Diante disso, José D'Assunção Barros em seu trabalho intitulado *Fontes Históricas*, nos fornece ferramentas necessárias para nossa análise e problematização do tema proposto ao discutir sobre o conceito de “dialogismo implícito”, fontes que “dão voz a indivíduos ou grupos sociais pelas suas margens, pelos seus contracantos, ou mesmo através de seus silêncios e exclusões” (BARROS, 2019, p. 294). Nesses relatos de viagens, há o encontro de duas culturas diferentes e a partir disso, o autor dos escritos pode deixar de forma explícita ou não, detalhes importantes para serem trabalhados, margem esta que nos permite pensar sobre seus usos de memórias.

Através das discussões promovidas por Pierre Bourdieu em *Gênese e Estrutura do Campo Religioso*, *A memória coletiva* de Maurice Halbwachs, *Memória* de Jacques Le Goff, *Religiosidade Popular no Brasil Colônia* de Laura de Melo e Souza, pretendemos lançar mão da discussão sobre como o conceito de memória se associa ao nosso tema de pesquisa, e de que forma podemos

compreender a forma como missionários protestantes traduziram uma visão heroicizada do bandeirante para suas ações evangelísticas no estado goiano.

Como mencionado anteriormente, utilizaremos como fonte, a obra em português de Archibald Tipple, *Bandeirantes da Bíblia no Brasil Central*, lançado pela Casa Editora Aplic., cabe a nós ressaltar que, recentemente houve o lançamento de uma nova edição desta obra, porém, para efeitos de análise deste artigo, trabalharemos exclusivamente a obra lançada em 1972.

BANDEIRANTES PROTESTANTES?

A começar pelo título de sua obra, Archibald Tipple ao utilizar o termo “bandeirantes”, nos permite analisar o modo como ele evoca essa memória, utilizando-a para descrever seu trabalho missionário. Através das discussões de Halbwachs sobre o uso da memória coletiva, podemos observar o fato de Tipple utilizar uma memória que se encontra externa a si mesmo, ou seja, não faz parte de sua própria memória. No contexto de sua obra, em nenhum outro momento o autor cita ter encontrado uma pessoa que possa ser considerado um bandeirante, algo ou alguém com que ele pudesse ter contato direto. Posto isso, a evocação dessa memória sobre o bandeirante através do título de sua obra, pode ser entendida se não por leituras externas e posteriores que Tipple realizou, assumindo para si lembranças que nunca foram suas. Da mesma forma como evocamos o processo de independência do Brasil sem termos presenciado os acontecimentos, por exemplo. Podemos afirmar, mediante essas sumárias análises, que a obra apresenta camadas de intertextualidades, nas palavras de José D’Assunção Barros, um “dialogismo implícito” evocador de memórias.

Seus relatos porém, nos permitem perceber, uma consciência daquele homem herói, que é desbravador, e caminha por lugares difíceis a fim de preparar o terreno para os próximos que virão. Veja, “[...] em quantos lugares de terras secas e duras o *colporteur* andava, preparando o solo e semeando a Precisa Semente, para o missionário, ou obreiro brasileiro, depois desfrutar os resultados” (TIPPLE, 1972, p. 17). A “Preciosa Semente” é a palavra de “salvação” e o missionário, o desbravador. Além disso, é interessante observar o modo como o autor destaca a experiência em se trabalhar no que ele nomeia como “terras virgens”.

É uma experiência muito inspiradora semear a Boa Semente em terras virgens. Não se podia esperar ordem nenhuma, nas primeiras reuniões entre pessoas que não conheciam o Evangelho. [...] Acontecia às vezes que o pregador deixava um povo bem interessado, com um convite para voltar, logo, mas passado muito tempo antes de poder voltar, por causa do seu campo ser tão vasto, reencontraria-os outra vez, ouvintes frios e até inimigos, pois o “inimigo” tinha semeado a jôio no meio do trigo, durante a ausência. Mas mesmo assim, ele receberia um convite por meio de uma criança qualquer, para visitar uma certa casa onde encontraria uma família sedenta para ouvir mais. Os pontos de pregação começaram assim. (TIPPLE, 1972, p. 39)

As “terras virgens” ao qual o autor menciona, seriam aqueles locais onde nenhum missionário protestante havia passado. Locais estes em que a palavra de “salvação” ainda não havia chegado. Em uma roda de conversas, um ou outro comentaria a respeito da pregação do missionário dizendo: “Isto é o caminho certo; como é que os padres não nos contam estas coisas?”⁴¹⁸. As “terras virgens” seriam aquelas que, mesmo diante da presença de alguma forma de manifestação religiosa, se a “Boa Semente” ainda não tivesse sido semeada, esta por sua vez seria propícia para o trabalho.

Outro detalhe importante sobre uso da memória, nesse aspecto, seria o fato do missionário associar os fatos externos aos acontecimentos bíblicos. Quando o autor se apresenta como semeador da palavra de “salvação”, ele estaria de certa forma, evocando para si e aos acontecimentos a sua volta o mesmo que ocorre nas narrativas bíblicas, nesse caso como semeador, seria especificamente a “parábola do semeador” no livro de Mateus 13:1-30.

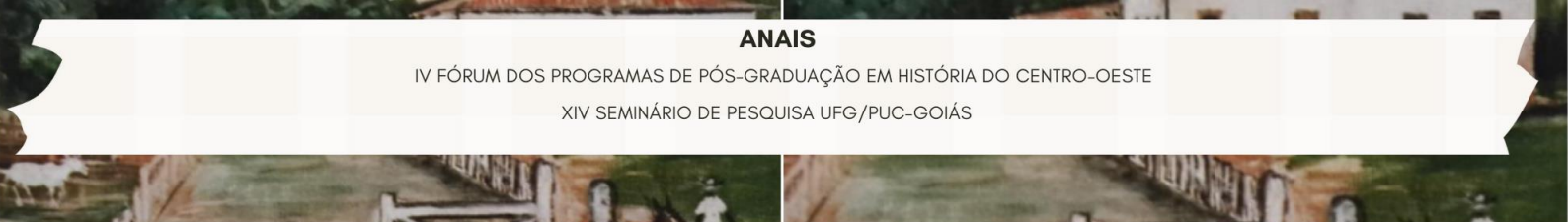
É importante ressaltar que esses missionários não ficavam em um mesmo local por muito tempo. Em constante movimentação, o autor nos indica que, para que outro missionário protestante ou ele próprio retornasse aquele determinado local levaria muito tempo. É mediante esses tempos consideráveis que o autor cita a atuação do “inimigo”, neste caso, podendo ser representado pelos padres católicos ou outras manifestações religiosas locais.

Nesse processo de trocas de experiências e relações pessoais entre o missionário e os grupos com os quais ele tem contato, aspectos da cultura inglesa também são compartilhados. Trazendo para o contexto do uso da memória, esses grupos locais assumem para si, fragmentos de memória desse agente protestante.

Logo os rapazes das principais famílias da cidade me pediram para lhes ensinar jogar futebol, coisa que ajudou muito a quebrar os preconceitos contra nós. Sabiam muito bem que eu não jogava aos domingos. Também logo desistiram do costume de resolver qualquer questão com o revólver. Tornaram-se meus amigos, embora alguns crentes achassem um pouco estranho que seu pastor fosse tão frívolo. (TIPPLE, 1972, p. 45-46).

Podemos perceber que essas trocas não se restringiam apenas no aspecto religioso, mas também no social. Como Pierre Nora afirma sobre a memória, “ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções” (NORA, 1993, p. 9). Da mesma forma que a memória é múltipla, coletiva, plural, ela também é individualizada. Esses relatos tornam-se muito mais do que apenas lembranças, se tornam lugares de memória.

⁴¹⁸ TIPPLE, 1972, p. 39



Os missionários carregavam consigo ideias e sentimentos originárias dos grupos aos quais pertenciam. Assim como Halbwachs⁴¹⁹ afirma em seu trabalho, aos olhos destes missionários, o local por onde passavam, as pessoas, os grupos com quem interagiam adquiriam novos valores até então desconhecidos para aqueles que os acompanhavam pelo caminho.

A idéia que representamos mais facilmente, composta de elementos tão pessoais e particulares quanto o quisermos, é a idéia que os outros fazem de nós; e os acontecimentos de nossa vida que estão sempre mais presentes são também os mais gravados na memória dos grupos mais chegados a nós. Assim, os fatos e as noções que temos mais facilidade em lembrar são do domínio comum, pelo menos para um ou alguns meios. (HALBAWCHS, 1990, p. 49)

Nesse sentido, as lembranças que o missionário traz a respeito de seu trabalho, de suas viagens, perpassam esse “domínio comum” que engloba missionários que vieram antes dele e também após a sua chegada. A impressão que o autor traz sobre o povo “sertanejo” em sua obra, estaria ligada as influências dos grupos mais próximos a ele que seriam aqui representados pela visão do inglês europeu, ou seja, suas origens, suas memórias, suas lembranças trazidas através de sua jornada até aqui.

Discutindo sobre a memória coletiva e memória individual, Halbwachs nos permite clarear um pouco sobre essa visão do missionário sobre os locais e sobre o povo com quem ele passa a ter contato pensando especificamente sobre a aplicação da memória individual nesse caso.

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 1990, p. 51)

Se a memória individual muda conforme os lugares que se ocupa no espaço, e também suas relações com o meio, podemos entender a perspectiva de Tipple ao afirmar em um de seus relatos, sobre o modo como ele teria que, de certa forma, se “adaptar” ao meio.

Não era fácil, especialmente para um estrangeiro, acertar os caminhos dentro de um vasto Estado, onde não existia estrada alguma. Logo descobri que seria necessário aprender outra língua: a do sertanejo. Frases como: “quebrar a mão esquerda”, ou “depois de passar um resfriado”, ou “logo que se chegue a um capão, dobre a direita”, ou “ande seis braços e o senhor verá um capitão”, eram estranhas para mim. Eu não queria tomar um resfriado, nem tão pouco quebrar a mão esquerda. Capitão eu conhecia como o de navio, ou então, de um time de futebol. Capão para mim era um cavalo estéril. Quando era mulher que me ensinava, invariavelmente indicava com a mão esquerda para entrar a direita. Eu ficava um pouco perplexo. (TIPPLE, 1972, p. 35)

⁴¹⁹ HALBWACHS, 1990, p. 33



Quando Tipple relata essa necessidade de aprender “outra língua”, demonstrando o modo como ele entendia as expressões do “sertanejo”, estamos diante da manifestação de sucessivas lembranças carregadas por ele. Ora, o homem ao evocar dentro dele o seu passado, trazer a memória aquilo que ocorreu, traçar pelo papel acontecimentos passados, ele “se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade” (HALBWACHS, 1990, p. 54), diante desse aspecto, a forma como ele apresenta os outros em seus escritos, nos revela muito além dele próprio, mas também de um grupo social a qual ele pertencia.

Ao chegar a São Paulo, o início de sua jornada, nas primeiras páginas, em nenhum momento, Tipple chega a referir-se dessa necessidade de “adaptação”. Porém, ao iniciar sua jornada pelo estado de Goiás, passagens como essa descrita logo acima, passam a estar mais presentes. Isso também nos permite identificar um certo contraste entre a experiência vivida em São Paulo e sua experiência no interior do Brasil. O contato com o “sertanejo” e o “Brasil Central”⁴²⁰ traz a tona, uma experiência única a qual ele nunca havia experimentado: “era minha primeira viagem a cavalo e, com o calor do dia e não sendo acostumado a montar, eu já estava sofrendo bastante” (TIPPLE, 1972, p. 18).

Nesse âmbito de experiência única é que o missionário, autor dos relatos, se encontra como testemunha do passado e como tal, sua escrita, sua representação do passado será sempre sua verdade. Nas palavras de Traverso, “a memória é uma construção, sempre filtrada por conhecimentos adquiridos posteriormente, pela reflexão que se segue ao acontecimento, por experiências que se sobrepõem à primeira e modificam a recordação.” (TRAVERSO, 2012, p. 23). Como se trata de uma construção baseada em experiências e conhecimentos adquiridos, é fato que por si só, mesmo que inconscientemente, o autor tenha relatado fatos, testemunhos que possam ter ocorrido de forma diferente mas, ainda assim, não deixam de ter o seu valor.

Como Enzo Traverso discute em seu trabalho intitulado “O Passado, modos de usar – História, Memória e Política”, enquanto historiadores, precisamos apresentar um olhar crítico sobre nosso objeto de análise, e se tratando da memória, precisamos ir além. Entendemos que existe uma clara diferença entre aqueles que testemunham os fatos e aqueles que não passam de meros expectadores enquanto observam por exemplo uma fotografia ou realizam a leitura de um livro.

No caso de nossa análise, é significativo ressaltar que a memória, seja ela individual ou coletiva, como sendo uma visão do passado, passa pelo filtro do presente, ou seja, a obra por si só trilha o caminho por esse filtro visto que sua escrita tenha sido realizada anos posteriores aos acontecimentos. O autor tem como base para escrita, apenas as suas lembranças. É nesse crivo do filtro do presente que, nós enquanto historiadores, devemos procurar em nossas análises fugir de

⁴²⁰ Ao longo de seus relatos, Tipple faz referência ao estado de Goiás como sendo o Brasil Central.

possíveis armadilhas, nos levando a uma crítica e análises errôneas da obra. São esses cuidados que podem tornar a memória mais clara, muito mais nítida a fim de compreender os acontecimentos passados.

Segundo Traverso,

Nesse sentido, história e memória se encontram separadas. Assim como vimos em Halbwachs, Traverso reafirma a influência do meio nas recordações. A respeito dessa influência, do modo como a memória transita por esses espaços, grupos coletivos, destacamos que as referências do autor ao redigir a sua obra, todas são resultantes de ambientes permeados pelo protestantismo. A própria motivação à escrita de seu livro, revela a preocupação de Tipple com missionários protestantes que pudessem, assim como ele, trabalharem no campo missionário. É nesse contexto, portanto, que as autobiografias estão inseridas.

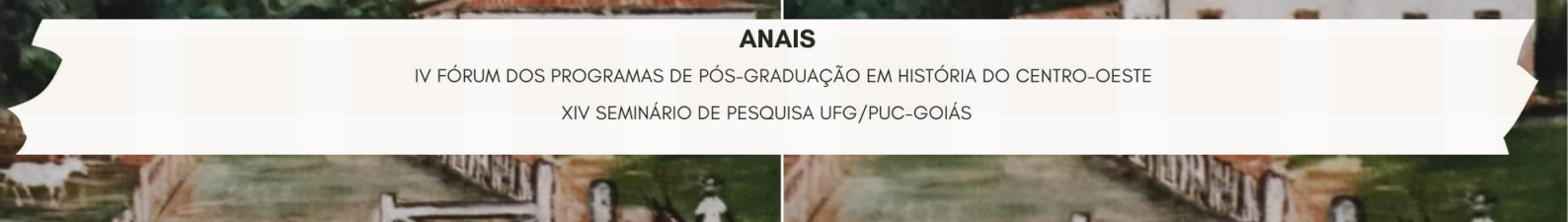
Se podemos redigir sobre a perspectiva do autor de suas experiências vividas em contato com o povo “sertanejo”, o inverso também não poderia ser verdadeiro? Quando lemos os seus relatos, Tipple também apresenta sua versão sobre a reação das pessoas que entravam em contato com ele, inicialmente e posteriormente sua esposa também.

Daisy foi muito bem recebida pelos crentes, que logo mostraram um grande amor por ela, porém, quando a encontraram pela primeira vez, não acreditaram que fosse inglesa e sim estivesse com algum truque, pois afirmaram que nunca tinham conhecido uma inglesa de cor morena e olhos pretos. Estavam certos de que ela fosse brasileira e que fingisse não falar a língua. (TIPPLE, 1972, p. 50)

Da mesma forma que Tipple traduz seus sentimentos em relação ao povo “sertanejo”, ao longo da obra ele traz para o leitor uma janela para visualizar de alguma forma, sentimentos, reações, experiências do povo “sertanejo” em relação a eles próprios.

Tirei as botas e pulei em cima da cama, mas Daisy ficou esperando que o pessoal saísse da sala para ela se deitar. Sorrindo com o seu dilema, expliquei-lhe que talvez estivessem esperando que ela se deitasse para levarem a luz. “Então vou-lhes ensinar”, disse ela, e soltando seu cabelo preto e muito comprido, começou a escová-lo e penteá-lo. Tal espetáculo eles nunca tinham visto e foram chamar o resto do pessoal da casa para assisti-lo também. Ela me deu um olhar de desespero, foi apagar a luz e pulou em cima da cama também. Mais uma lição. (TIPPLE, 1972, p. 49)

Tais relatos poderiam nos fazer pensar em partes, sobre o encantamento promovido por esses missionários. Ao longo da narrativa, Tipple nos apresenta a momentos em que hora eles eram recebidos com devoção e adoração, quando a comunidade já possuía em seu meio, pessoas “crentes” e em outro momento, mal recebidos, tidos como aqueles que vieram confrontar os padres católicos com suas bíblias protestantes.



Isso nos leva a pensar também, na forma como essas comunidades foram afetadas e como o “campo missionário” de Goiás, se encontrou permeado de uma multiplicidade de nuances em seu aspecto cultural, religioso.

Um dos destaques na obra de Tipple, é sem dúvidas, a descrição de vários momentos em que, segundo ele, houve perseguição religiosa.

Nunca me esqueço das vezes que, depois de horas carregando malas pesadas de livros, debaixo de um sol muito quente, chegando à porta de uma casa, ouvíamos palavras de abusos, sendo as portas bruscamente fechadas. Mas que alegria quando chegávamos à porta de uma família crente que nos recebia como “anjos do céu”, em vez de “filhos do diabo”. Como festejávamos! Que amor fraternal! Dentro em breve chamavam outros crentes e pessoas interessadas e fazíamos um culto. (TIPPLE, 1972, p. 16)

Podemos entender que dentro do espaço goiano, havia também uma certa disputa pelo campo religioso. Poderíamos aqui traçar os aspectos dessa disputa, discutindo alguns conceitos apresentados por Max Weber, entretanto, trabalharemos essa análise de disputas em outro momento.

CONCLUSÃO

Conforme analisamos, mediante a aplicação do conceito de memória ao nosso objeto de estudo, fica claro para nós que os missionários protestantes, particularmente nessa análise, o Archibald Tipple, faz uso de uma memória sobre os bandeirantes que desbravam o interior do Brasil em busca de novas terras, traduzindo-a para si próprio, se colocando como aquele desbravador do “Brasil Central” em busca de “terras virgens” as quais ele possa espalhar a palavra de “salvação” para aqueles que estão em meio aos enganos do “inimigo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

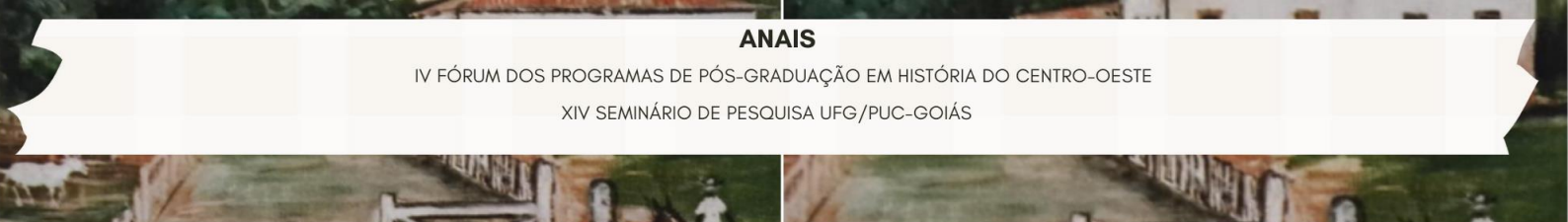
BARROS, José D’Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda, 1990.

NORA, Pierre. **Entre memória e História**: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993.

TIPPLE, A. **Bandeirantes da Bíblia no Brasil Central**. Goiânia: Casa Editora Aplic, 1972.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Lisboa: Unipop. 1ª Edição, 2012.



USO POLÍTICO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA COMO ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL DE COMBATE À SUBVERSÃO DURANTE OS ANOS DE CHUMBO (1964-1985)

Tattiussa Martins⁴²¹

RESUMO

Enranhada em nossa cultura com respaldo da colonialidade e do patriarcado, a masculinidade hegemônica, simbolizava/simboliza a manutenção dos pilares socioculturais e da ordem na sociedade brasileira. No contexto da Ditadura Militar (1964-1985) houve exaltação da masculinidade hegemônica pelas instituições militares, traços inerentes a sua filosofia institucional e, que se estendeu a população civil, com a finalidade de que “os cintos fossem apertados” nas relações familiares, em outras palavras, que os chefes de família impusessem com mais vigor o seu domínio. Entendemos que, a euforia na exacerbação da masculinidade hegemônica tornara-se uma arma militar ideológica no combate a subversão.

Palavras-chave: masculinidade hegemônica, arma ideológica, subversão.

A colonização deixou marcas profundas na sociedade brasileira e ainda subsiste na contemporaneidade pelo processo histórico e cultural da colonialidade, fenômeno que transcende a experiência colonial. No que tange a questão sociocultural, o colonialismo se apoia no sistema social patriarcal, uma engrenagem de difícil conceituação em decorrência de seus múltiplos tentáculos, influências e conjunturas históricas distintas. Compartilhamos das ideias de Raewyn Connell (1990), que considera:

“necessário reconhecer que a “teoria do patriarcado” está longe de ser um sistema lógico bem estruturado. Ela é, em vez disso, uma rede de *insights* e argumentos a respeito de relações entre várias coisas (p. ex., *a relevância da estrutura da família para a reprodução do capitalismo, da produção da masculinidade para a estrutura da família*). Seu escopo, a qualquer momento dado, é definido pela extensão dessa rede de argumentos.

E isto corresponde à sua história. A análise contemporânea do patriarcado não foi estabelecida por um grande espírito que tenha revelado um novo objeto de conhecimento. *Ela se desenvolveu, em vez disso, a partir de um complexo movimento de pensamento, de uma luta para identificar padrões e conexões, para desenvolver formas de vê-los e para inventar formas de falar a seu respeito*”. (CONNELL, 1990, p. 85) (grifos meus)

⁴²¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Linha de Pesquisa: Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História. Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Carolina Eiras Coelho Soares. E-mail: tattiussa@gmail.com

Em poucas palavras, o colonialismo e o patriarcado elegeram como modelo sociocultural representativo de ambos os sistemas, aspectos baseados na família mononuclear centrada na figura do chefe familiar; de orientação religiosa cristã; na heteronormatividade compulsória, onde todos os sujeitos devem ser considerados heterossexuais para serem reconhecidos como indivíduos normais; na masculinidade hegemônica, que agrega os princípios da virilidade, do domínio, do mando. As mulheres são nesta ótica, sujeitos sem protagonismo político, submissas, devotadas ao lar, ao esposo e submetidas a maternidade obrigatória, onde gerar filhos era/é um dever.

Quando trabalhar for para as mulheres das classes menos favorecidas um imperativo de sobrevivência, essas mulheres devem expressar as características patriarcais possíveis, como a dedicação a seus entes, o respeito devotado ao marido e o seu compromisso com a moralidade cristã. Quanto aos homens, o provimento e o comando familiar, o zelar pelos valores morais, pelo cumprimento das ordens. Em caso de a remuneração não ser suficiente para sustentar o lar sem a contribuição da esposa, o chefe de família deve se empenhar para que, na medida do possível, o seu domínio seja mantido. O controle familiar deve ser concentrado em suas mãos.

As orientações de gênero⁴²² elegidas para encenar a sociedade moderna burguesa, limitam-se ao feminino e ao masculino, desestabilizando as expressões fluídas, se constituindo igualmente em uma relação primária de poder e de domínio, que corrobora para a consolidação da colonialidade e do patriarcado. No entanto, como relembra Joan Scott (1995):

A ideia de masculinidade repousa na repressão necessária de aspectos femininos - do potencial do sujeito para a bissexualidade - e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino. Os desejos reprimidos estão presentes no inconsciente e constituem uma ameaça permanente para a estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade, subvertendo sua necessidade de segurança. Além disso, as ideias conscientes sobre o masculino ou o feminino não são fixas, uma vez que elas variam de acordo com as utilizações contextuais. (SCOTT, 1995, p. 82) (grifos meus)

A subjetividade dos sujeitos pode distanciar os indivíduos das normatizações tidas como adequadas para simbolizar a nação. A vigilância era/é necessária em todos os campos culturais, políticos e sociais. Assim, os valores morais de orientação patriarcal, tidos como conservadores e tradicionais, foram legitimados como as expressões culturais desejáveis para contribuir com o progresso do país. Os papéis sociais específicos, pertencentes e diferenciados para o gênero feminino

⁴²² Joan Scott (1995), ao comentar sobre a perspectiva das feministas americanas, aponta a discussão de gênero como uma categoria relacional, onde “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado”. (SCOTT, 1995, p. 72). Scott (1995) concebe o gênero como uma categoria útil de análise histórica, neste sentido, o gênero é entendido como uma construção social que atende a expectativas de determinado contexto histórico, não sendo uma categoria fixa e imutável.



e masculino são bem-marcados neste contexto histórico. A resistência a essa padronização imposta, aberta ou velada, existiu/existe, porém os sujeitos reconhecidos como cidadãos, que podem desfrutar de liberdade e representatividade, principalmente nas esferas políticas e judiciais, são os que se submetem às normas sociais preconizadas para exprimir os anseios da elite dominante, onde a ordem é compreendida como um pilar necessário ao desenvolvimento do país. Manter a ordem sociocultural significa, neste contexto, a sujeição dos sujeitos femininos e masculinos a todos os parâmetros outrora elencados.

Como estratégia de legitimação, tais características foram exaltadas em discursos presidenciais ao longo do período republicano, constituindo o alicerce das práticas políticas, judiciais e científicas e, culminaram por serem introjetadas na lógica popular como valores representativos dos cidadãos ilibados. O que se afastava dessa prerrogativa era/é categorizado como indivíduos desviantes, desordeiros, subversivos. O Golpe de 64, ou conforme ideologia da caserna, a Revolução de 64, refutou quaisquer inovações que desestabilizassem os princípios socioculturais referendados como ordeiros. Reforçar a associação entre política e religião conjugada com o caráter de proteção dos “cidadãos de bem” e execução das leis por parte das Forças Armadas, era um imperativo necessário para melhor controlar a população e mantê-la dentro dos princípios desejáveis da ordem.

No contexto da Ditadura Militar, o conservadorismo se torna elemento essencial a ser ativado pelo discurso político, porque estava/está contido como um dos componentes presentes nas práticas sociais, atuando no sentido de margear as zonas permitidas e interditadas às mulheres, assim como, o incentivo ao recrudescimento da masculinidade hegemônica, exacerbando o autoritarismo masculino. A conduta dos agentes repressivos em todos os níveis da hierarquia militar fora categórica. De natureza masculinizada, as Forças Armadas exprimiam todo o grau oriundo do patriarcado, que conferia ao sujeito masculino primazia no exercício do poder. No contexto da Ditadura Militar, esse poder fora revestido pela empregabilidade da violência, da rudeza, da estupidez, da ignorância e da falta de humanidade, alicerçada como política de Estado.

A afirmação do polêmico General Newton Cruz⁴²³, militar de alta patente que ocupou cargos importantes durante a Ditadura Militar, afirma que para ter respeitabilidade “você tem que *falar com voz de chefe, com voz de macho*”⁴²⁴. Em várias situações *a postura de macho* do General Newton Cruz fora empregada. Em uma entrevista o General se irritou com o repórter. Dono de uma rispidez que se tornou sua marca registrada e lhe rendeu o título de General linha-dura, Gal. Newton Cruz aos berros tenta intimidar o repórter proferindo a frase “Deixa eu falar!”. De modo educado, o repórter

⁴²³ Ver FGV CPDOC <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/newton-de-araujo-de-oliveira-e-cruz>

⁴²⁴ (NETO, 2012, 0:36- 0:40)

responde, “Pode falar General” e recebe como resposta “Então cala a boca!”⁴²⁵. O tom de voz agressivo e semblante sisudo, incitava o medo.

“Repórter: O senhor inspirava medo durante o regime militar. General em regime militar existe também para dar medo?

Gal. Newton Cruz: *Se vc é espontâneo no seu modo de agir com isso você inspira algum medo e o medo facilita o cumprimento da missão, até é bom. Se a cara feia, somente ela ajudou a cumprir a missão, bendita cara feia!*” (NETO, 2012, 14:48 – 15:14) (grifos meus)

Quando questionado a respeito da agressão a um repórter, o Gal. Newton Cruz afirma que não agiu com violência. Neste momento a sua entonação de voz usada para relatar o ocorrido ao entrevistador Geneton Neto (2012), Gal. Newton Cruz usa um tom brando e é questionado por Neto. Ao responder a indagação de Neto, o General faz questão de reafirmar a sua masculinidade:

Repórter: O senhor não falou nesse tom de voz. *Falou em um tom de voz agressivo.*

Gal. Newton Cruz: Eu falei, eh mais você fez o favor de me irritar (voz mansa). Eh claro, né! *Você tem que falar com voz de chefe com voz de macho. Muito bem, o que eu acho que eu sou. Não tenho dívida não. Se alguém quiser comprovar aí estou à disposição*”. (NETO, 2012, 18:54 – 19:17) (grifos meus)

A postura do General Leônidas Pires Gonçalves⁴²⁶, vai ao encontro do perfil do General Newton Cruz. Em entrevista concedida ao repórter da Globo News, Geneton Moraes Neto, em 26 de abril de 2013, a respeito dos supostos abusos cometidos no regime militar brasileiro, o Gal. Leônidas afirma em tom ríspido que,

“Nós não somos bandidos, nós somos soldados de luta. Ninguém foi preso impune não! Vocês não dão repercussão nisso. Essa é a nossa mágoa, hein. O soldado é um cidadão de uniforme com o exercício cívico da violência. No mundo inteiro, historicamente. Quer guardar a frase?” (NETO, 2013, 0:44-0:56) (transcrição e grifos meus)

Nas palavras do General Leônidas, “quem começa a guerra não pode lamentar morte. É duro de ouvir é? É duro de ouvir? Quem começa a guerra não pode lamentar a morte. Nós não começamos guerra nenhuma”⁴²⁷. No decorrer de sua entrevista é perceptível que quando ele se refere a palavra guerra, o termo tem um sentido mais amplo do que simplesmente o confronto direto. “Quem começa

⁴²⁵ *Ibidem*, 16:01-16:04

⁴²⁶ Ver CPDOC FGV <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonidas-pires-goncalves-1> Acesso em: 04/09/2021

⁴²⁷ (NETO, 2013, 13: 47 – 14: 03)

a guerra”, se referia a todos os que ingressaram na subversão, que trilharam caminhos opostos aos ditados pelo regime militar. E “não pode lamentar a morte”, se referia a não ter direito de questionar os métodos empregados pelos agentes da repressão para conter a subversão. As retaliações militares as reações dos militantes políticos são consideradas por ele como “medidas altamente civilizadas”⁴²⁸ e, portanto, necessárias.

A fala do Coronel José Carlos Acampora de Paula Machado, em seu depoimento a Comissão Nacional da Verdade (CNV), ilustra o quão internalizada são os valores simbolicamente conferidos ao sujeito masculino na ideologia da caserna. O Coronel José Carlos se gaba de que não era um “homem frouxo”, por ter comparecido a CNV e, se disposto a elucidar as perguntas que se referissem a acontecimentos presenciados por ele na época em que servia ao DOI-CODI⁴²⁹ de Recife, afirmando que, “eu sempre fui um homem disposto a morrer pelo que eu acredito. (...) *Agora frouxo aí não! Aí é problema meu. É honra*”⁴³⁰.

As posições políticas contrárias, as transposições arbitrárias desses limites é o que caracterizava a subversão. O conservadorismo adquire aos olhos da oficialidade, neste momento, um sentido positivo, que assegura o equilíbrio e a normalidade social, conforme parâmetros desejados pela elite. Alejandra Estevez (2015) ressalta que,

“Logo após a instauração do regime militar, a Igreja oficialmente forneceria apoio ao novo bloco histórico, demonstrando a hegemonia do bloco conservador no interior da instituição católica. Nesses primeiros anos, tem lugar uma cooperação entre as hierarquias militar e eclesiástica. Pode-se falar, portanto em uma proximidade de objetivos – manutenção da ordem e da disciplina e defesa da autoridade e do capitalismo – e de ideologia – rejeição de qualquer experiência socialista ou comunista e colaboração entre as classes”. (ESTEVEZ, 2015, p. 212)

Em modo positivo, a legitimidade da moral cristã é reafirmada como condutora ideal dos comportamentos sociais. As mulheres e os homens que seguem esses princípios são eleitos como exemplo de representantes idealizados pela política nacional. Se reconhecer nos preceitos positivos transmite a ideia de “inclusão dos sujeitos à coletividade”⁴³¹ e é um importante “gesto de pertencimento”⁴³². O povo é selecionado dentre os que expressam as características idealizadas para

⁴²⁸ (NETO, 2013, 3:24 – 3:27)

⁴²⁹ DOI-CODI Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna.

⁴³⁰ (AUDIÊNCIA PÚBLICA, 2014, 21:54-22:07) (grifos meus)

⁴³¹ (BRANDÃO, 2017, p. 46)

⁴³² *Ibidem*, p. 46



*participar*⁴³³ do governo. Aos escolhidos a associação estabelecida, por exemplo, entre as Forças Armadas, o povo e o discurso político dominante, são reconhecidos como autênticos.

No entanto, o governo necessitava de reforços que operassem no plano do cotidiano, para que suas ações fossem mais certeiras. O exemplo das Forças Armadas eram importantes, mas não eram suficientes. Uma arma empregada para promover o desestímulo ao ganho de novos aspirantes e, um meio indireto de recomendar o recrudescimento da masculinidade hegemônica, fora enaltecer a figura do chefe de família e o seu poder de domínio no espaço familiar, usada pelo Estado, em suas narrativas discursivas, como arma de contenção a proliferação das ideias e práticas entendidas como subversivas. Aos sujeitos masculinos, cabiam neste contexto, não permitir que seus familiares engrossassem os quadros da resistência contra o governo militar. Aos sujeitos femininos, a figura da dona de casa é louvada como símbolo da mulher ideal, desencorajando o envolvimento de mulheres nas questões políticas. O empenho do Estado em inflamar o ego dos chefes de família não fora de todo frutífera.

As células familiares poderiam apresentar relações entre seus membros mais soltas e menos rígidas. A presença de homens e mulheres entre os adeptos das ideias comunistas, foram imagetivamente atribuídas, a existência de chefes de família que não detinham controle sobre sua prole, sendo taxados pejorativamente de homens frouxos. Em especial, a participação das mulheres nos quadros da resistência coloriu com cores mais sombrias, a antipatia da elite aos movimentos de esquerda. No senso comum, essas mulheres eram um péssimo exemplo para a grande maioria dos sujeitos femininos que se conformavam com o que lhes era imposto goela abaixo geração após geração. Urgia-se extirpar a banda podre que as contaminavam.

O governo mira na contenção da oposição e das práticas que o Estado julgava inadequadas. Dentro desse rol, as ideias comunistas e anarquistas circulam como o principal mal a ser combatido. Os que não se encaixavam nos exaltados cívicos são descritos como desordeiros, assim “... o povo brasileiro constitui-se apenas pela parcela daqueles que não se deixaram influenciar pelos profissionais da desordem, pelos conspiradores impenitentes e pelos inimigos da paz social, nem caíram no engodo das promessas nem nas tentações da corrupção”⁴³⁴. A estampa pernicioso do comunismo é construída e impressa no imaginário popular.

Na dimensão da representação, Rodrigo Motta (2002) transita pela construção da imagem maléfica do comunismo. Discursos oficiais e imagens apelativas, pintavam não só os comunistas

⁴³³ Não obstante, a participação desejada pelo Estado, geralmente se reduz ao plano discursivo. Um apoio requisitado em momentos cruciais. Quando a política dominante conclama o povo para fortalecer suas investidas a ação é positiva. Quando o povo se revolta contra a política dominante a ação é desqualificada.

⁴³⁴ (BRANDÃO, 2017, p. 60)



como os movimentos de esquerda, em cenas diabólicas. As representações tradicionais do mal, ambientes escuros, expressões faciais agressivas, imagens de crucifixos despedaçados, cenas pecaminosas à moral cristã, foram coladas no imaginário popular como representativas fiéis do ser comunista. Nessa perspectiva, “traição, ódio e sangue” definiam seus adeptos. No plano simbólico esse discurso dividia nitidamente a sociedade entre o bem e o mal, uma bipolaridade rígida que não permitia uma interação entre as partes, como bem constatou Eric Hobsbawn (1995). A infiltração dos comunistas em sociedades capitalistas, a adesão das massas aos seus ideais, o medo da revolução por parte das classes dominantes, associado a propaganda difamatória como meio de conter o crescimento exponencial de adeptos à sua causa, são os fatores que criaram e solidificaram o anticomunismo no meio social.

Os adeptos da vertente comunista e seus colaboradores sofreram um processo de descidadanização. Os corpos subversivos tornaram-se corpos suscetíveis de atrocidades cruéis. Era necessário destituir de cidadania os indivíduos que se aliavam a essas ideias, era necessário expô-los como antipatriotas, como corrompidos pelo ateísmo, fazia-se necessário enquadrá-los como irrecuperáveis para que a atuação do Estado fosse justificável e aceita como necessária. Para os que escapavam vivos, da clandestinidade ao exílio, a penitência de ter seus rostos estampados nos panfletos de procurados pela polícia, rotulados de terroristas, marginados e, as mulheres, mais do que nunca estigmatizadas com a amoral alcunha de *putas comunistas*. A exposição delas na imprensa policial consagra a sua reprovação social e, as *desnuda do véu da inocência* que tradicionalmente as cobria. No começo do regime militar, elas eram poupadas e seu envolvimento com os ideais da esquerda, entendidos como, *aproveitamento da candura do sexo frágil pelos terríveis comunistas*. Com a participação na resistência, houve uma ressignificação do universo feminino de inocentes a pervertidas, de manipuladas a descabeçadas, de mulheres para casar a mulheres para desfrutar, despudoras e sem fé.

O AI-5 despojou as mulheres esquerdistas de quaisquer *benefícios* vinculados a questão de gênero. O AI-5 foi o marco temporal, que se não instalou um novo procedimento das forças da repressão em relação as mulheres, claramente regulamentou uma mudança de postura em relação a elas, que passaram a serem reconhecidas como perigosas em potencial, engrossando as listas dos terroristas a serem não somente indiciadas, mas também presas e submetidas a todos os mecanismos usados contra os indivíduos tidos como marginados, sem distinção. O AI-5 dilui a fronteira sociocultural que, por padrões tradicionais isentava as mulheres de punições mais rigorosas e, as equipara aos *homens de conduta reprovável*, designação fortemente amparada na orientação política do acusado.



Em 1969, o recrudescimento das condutas militares em relação às mulheres e ao repúdio a figura paterna que não era eficiente em controlar seus rebentos, se faz ainda mais evidente quando expomos em tela os casos de Tereza Cristina Cavalcanti, estudante, solteira, de 22 anos de idade e, Vera Wrobel, menor de idade à época de seu indiciamento. Ambas romperam drasticamente a redoma tradicional em que mulheres jovens deveriam estar casadas ou se preparando para o matrimônio e constituição familiar, envolvendo-se fortemente com assuntos políticos. Suas condutas também escancaram uma masculinidade contra hegemônica, mais permissiva e menos autoritária, o que igualmente contrariava as recomendações do poder estatal. Inquéritos Policiais Militares (IPM's) foram instaurados para que elas fossem submetidas a julgamentos. Mediante conduta imprópria, a justiça militar se via na obrigação de responder à altura, deixando em segundo plano a possibilidade de considerar tais ações irrelevantes, como outrora de costume.

“No dia 13 de novembro de 1968, cerca das 19:30 horas, *a denunciada se encontrava distribuindo panfletos subversivos*, de porta em porta, as pessoas residentes à rua Horácio Silva, (...), conforme informam as testemunhas, (...), *e, ainda, confessa a própria denunciada*, (...).

Com efeito, os panfletos distribuídos pela denunciada, como as vê, (...), constitui, sem dúvida, *propaganda subversiva, atentatória à segurança nacional*, mormente, porque tinha a finalidade de *influenciar o eleitorado* a apresentar “VOTO NULO” nas eleições de vereador, realizadas no mês de novembro, daquele ano, bem como, produzir opiniões adversas ao atual sistema político, instituído pela restauradora Revolução de Março de 1964, e, finalmente, *provocar animosidade do povo contra as Forças Armadas*, (...).”

(INQUÉRITO POLICIAL MILITAR DE TEREZA CRISTINA CAVALCANTI, 1969, p.01-02) (grifos meus em itálico) (caixa alta destaque conforme documento original)

O interessante no IPM contra Tereza Cristina, a nosso ver, refere-se ao fato de que pelo relato a estudante tinha consciência de que os panfletos tinham conteúdo subversivo e, representavam na visão militar, uma ameaça à ordem e a segurança nacional. A sua confissão da prática, a retira da pureza feminina e a expõe a culpabilidade de alguém que tinha plena consciência do ato praticado. O horário em que os panfletos foram distribuídos, também era considerado impróprio para uma jovem desacompanhada estar perambulando pela rua, dados que corroboram o descontrole de alguns pais em relação as suas filhas. A recomendação do andamento do processo para seu julgamento, coroa as atitudes de Tereza com uma punição, ato que deveria concomitantemente desonrar sua família, pelo desleixo com o comportamento da filha, tido oficialmente como impróprio para uma mulher. A situação de Vera Wrobel nos parece um pouco mais complexa. A sua menoridade é acompanhada de uma falta descrita como grave pelas autoridades militares:



“1. Tendo chegado ao conhecimento da Comissão Geral de IPM por mim presidida, fatos de natureza grave que comprometem a Segurança Nacional e a Ordem Pública, como comprovam os documentos em anexo, copiados dos autos de *prisão em flagrante* em que figura como *indiciada a menor Vera Wrobel*, solicito a Vossa Excelência que, a respeito, seja instaurado pelo Comandante da Brigada de Infantaria com sede em Niterói, o competente IPM *para apurar os fatos em toda sua profundidade e extensão*, inclusive quanto à *origem do dinheiro* encontrado em poder da indiciada”. (INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL MILITAR DE VERA WROBEL, 1969, p. 01) (grifos meus)

A gravidade do caso de Vera Wrobel, não a poupou em sua menoridade e, pode ser sentida pelas próprias disposições dos trâmites de seu processo. Encaminhada do Presidente da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar para o Comandante do I Exército, com cópia de processo instaurado pela Delegacia de Polícia Política do Estado do Rio de Janeiro, com a advertência de que sejam apuradas em profundidade a “extensão no território Nacional, pois há indícios de ramificações nos Estado de Minas Gerais e Espírito Santo”⁴³⁵. O caso também evidencia a incompetência de seu pai ou familiares, de lapidar o comportamento da jovem dentro do que era considerado oficialmente como ideal, para ser expresso por ela. O alerta contra as mulheres militantes já estava ligado e não haveria mais benevolência em poupá-las por se tratar de sujeitos femininos.

Clandestina durante os governos de Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979), Jussara Ribeiro de Oliveira, conforme pesquisas de Carolina Scarpelli (2010), era militante do “Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi para a clandestinidade com a ajuda da Política Operária (POLOP), tornou-se operária no ABC paulista, ficando clandestina de janeiro de 1970 a 1978”⁴³⁶. Para Jussara a clandestinidade foi uma questão de sobrevivência, mediante o desmonte da organização a qual ela integrava. Jussara se correspondia constantemente com seu pai Jurandyr e, essa coleção de missivas demonstra, que o reforço da masculinidade hegemônica como estratégia do Estado para aniquilação da subversão, não era unânime. Havia insurgentes.

Embora Jurandyr não consentisse com os rumos que Jussara dera a sua vida, seus familiares não a renegaram, ao contrário, até enviaram numerários para que a clandestinidade não fosse tão árdua, como consta nos relatos de seu pai, que a apoiava mesmo consciente de que burlava a radicalização das autoridades militares, quanto a forma em que conduziam as situações de insubordinação as determinações do governo. O discurso militar se concentrava no incentivo a formação de cidadãos patriotas, gerados e criados por *mulheres de boa índole*. Não seria contraditório supor que na concepção militar a família de Jussara havia falhado em sua formação, favorecendo a

⁴³⁵ (INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL MILITAR DE VERA WROBEL, 1969, p. 01)

⁴³⁶ (SCARPELLI, 2010, p. 04)

sua inclinação para o comunismo. A conduta acertada na ótica oficial seria denunciá-la aos órgãos responsáveis pela contenção dos revoltosos.

Frustrando os imperativos do governo autoritário, Jussara não fora entregue às autoridades por sua família, tampouco excluída do meio familiar por conta de suas opções. Ao contrário, Jurandyr faz votos de que “tudo se acomode e que um dia nossos caminhos voltem a se encontrar e que tudo seja lembrado como um pesadelo”⁴³⁷. E reforça, “quero que tenha a convicção de que você está permanentemente na minha lembrança e saudade”⁴³⁸. Se despedindo carinhosamente não como um patriarca sisudo, mas sim como “amigo e pai saudoso”⁴³⁹. O acolhimento familiar resistia as intempéries dos mandatários do poder. A família bem quista aos olhos do governo, era a família monogâmica e cristã comandada pelo chefe familiar, que forneceria a base para o desenvolvimento de perfeitos patriotas, adestrados para não questionarem a mesa posta, como expõe o presidente militar Emílio Garrastazu Médici:

“Chefe de família, quero dizer aos muitos iguais a mim a minha compreensão de que a família é o universo onde se realizam e se sublimam as formas essenciais do amor: amor entre o homem e a mulher, o amor pelos filhos, o amor dos filhos, o amor dos irmãos, o amor de Deus.

Encontro na família as sementes da continuidade, da educação de base e da promoção da pessoa humana, atento ao anseio de perpetuação do indivíduo e da comunidade à criação de hábitos indispensáveis à vida social e à plenitude psíquica e biológica com que a paternidade e a maternidade completam a realização integral do ser.

Encontro na família brasileira a vocação da solidariedade e da justiça, da serenidade, do consenso e da paz, com que o nosso homem haverá de dar a sua contribuição para o nosso tempo e o mundo em que haja menos egoísmo e discriminação, instabilidade, conflito e agressão”. (MÉDICI, 08 de dezembro de 1970, p. 11) (grifos meus)

Às demais famílias? Aquelas que não se encaixavam nos padrões? Essas pagariam com a perda da liberdade, com o martírio de ter seus filhos perseguidos pelas forças policiais. Carregariam o peso de fazerem parte da parcela de degredados, cuja permanência cassada de seus entes queridos marcaria o fracasso de seu empreendimento familiar. O empenho governamental em coibir forças contrárias, não impediram, contudo, que famílias seguissem seus próprios caminhos. As cartas entre Jussara e Jurandyr, fornecem algumas informações preciosas que nos permitem inferir que a militante fora criada dentro de vínculos familiares menos conservadores, o que pode ter sido determinante para

⁴³⁷ (FUNDO POLÍTICA OPERÁRIA -POLOP. Correspondência. Cartas trocadas por Jussara Ribeiro de Oliveira e seu pai Jurandyr Ribeiro de Oliveira, entre 1970 e 1972, 08/03/1972, p. 40)

⁴³⁸ (FUNDO POLÍTICA OPERÁRIA -POLOP. Correspondência. Cartas trocadas por Jussara Ribeiro de Oliveira e seu pai Jurandyr Ribeiro de Oliveira, entre 1970 e 1972, 08/05/1972, p. 42)

⁴³⁹ (FUNDO POLÍTICA OPERÁRIA -POLOP. Correspondência. Cartas trocadas por Jussara Ribeiro de Oliveira e seu pai Jurandyr Ribeiro de Oliveira, entre 1970 e 1972, 31/07/1972, p. 44)

que as relações familiares fossem mantidas. Jussara não gostaria que o elo afetivo fosse quebrado por conta do caminho que ela escolhera e se esforçara por mantê-los:

Para desgosto dos espíritos conservadores, o pai, após muito relutar, parece se conformar com a decisão e a firmeza da filha. A permanência na clandestinidade seria muito mais infrutífera se não contasse com o apoio familiar. Jurandyr contribuía financeiramente. Em alguns momentos escreve que estava “lhe enviando numerário, o quanto no momento posso dispor”⁴⁴⁰, não que esse suporte se prolongasse indefinidamente. Jurandyr a pressiona para que Jussara encontre meios de prover suas necessidades sozinha, como nesta passagem, “creio que já é tempo de você se dedicar seriamente na luta pela subsistência. Não quer ser advogada, seja o que entender, mas a situação em que se encontra não deve continuar. Preciso ter com você uma conversa objetiva (...)”⁴⁴¹. Jurandyr não esconde a sua frustração em não vê-la advogando, “já desisti de vê-la trabalhando na profissão que você legalmente estaria habilitada, e para a qual cursou uma Faculdade. Mas espero que você não aumente as suas dificuldades, com soluções de impossível explicação”⁴⁴².

Quando Jussara lhe comunica que havia conseguido emprego, Jurandyr retruca, “recebi finalmente a sua carta, tão e tão esperada. Fiquei, em parte, tranquilizado. Espero que você esteja feliz no seu emprego, ou na sua atividade, e que consiga paz de espírito”⁴⁴³. Mas como um pai preocupado, não se esquivava de ajudá-la caso necessário, “se precisar de algum numerário, avise-me”⁴⁴⁴, ou, “tenho procurado saber se você precisa de alguma contribuição minha. Tenho possibilidade de mandar algo que complete as suas necessidades. Por favor, avise-me, ou mesmo diga que não se opõe a que eu remeta”⁴⁴⁵.

Os discursos presidenciais somaram-se às ideologias e práticas militares durante os Anos de Chumbo, para reforçar os laços patriarcais entranhados nos aspectos socioculturais da sociedade brasileira, que neste contexto, essas personagens julgavam ameaçados pelo perigo comunista. Pautados no tradicionalismo e no conservadorismo, características tidas como ideais pela oficialidade para impulsionar o progresso do país, qualquer atitude que escapasse a essas premissas eram entendidas como subversivas e antipatrióticas. A escalada do ingresso de jovens, em especial de mulheres, na resistência ao regime, acendeu o alerta de que medidas mais rígidas e em frentes diversas, seriam necessárias para desestabilizar os opositores.

⁴⁴⁰ (OLIVEIRA, 27/04/1971, p. 36)

⁴⁴¹ (OLIVEIRA, 08/06/1971, p. 37)

⁴⁴² (OLIVEIRA, 13/07/1971, p. 38)

⁴⁴³ (OLIVEIRA, 08/03/1972, p. 40)

⁴⁴⁴ *Ibidem*, p. 40

⁴⁴⁵ (OLIVEIRA, 06/04/1972, p. 41)

O entusiasmo em referendar a masculinidade hegemônica, pode ser entendido como uma tentativa de impedir o crescimento do número de insurgentes. Ao ser reforçada, esse modelo estampado no sujeito masculino, põe em descrédito os homens que não se encaixavam nesse padrão, que eram mais sensíveis e que compõe a categoria das masculinidades contra hegemônicas. Ao tentar tirar proveito das relações familiares, os militares se depararam com a força desses vínculos, os quais se mostraram superiores às suas determinações, frustrando as suas expectativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM RECIFE (PE) – **Depoimento do Coronel José Carlos Acampora de Paula Machado**. 20/10/2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GGffXKw_rFE
Acesso em: 04/09/2021 (21:54-22:07)

BRANDÃO, Renata. **A construção dos sujeitos brasileiros na enunciação presidencial de Getúlio Vargas: uma análise semântica de seus discursos de posse de 1930 e 1951**. Redis: Revista de Estudos do Discurso. Nº6. 2017.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Livraria Sá da Costa Editora. Lisboa. 1977.

CONNELL, Raewyn. **Como teorizar o patriarcado**. Educação e Realidade. Vol. 16. Nº 02. Porto Alegre. 1990.

ESTEVEZ, Alejandra. **Relações Igreja-Estado em uma cidade operária durante a ditadura militar**. Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 35. Nº69. 2015.

GOMES, Camila. **Gênero como categoria de análise decolonial**. Dossiê Gênero e sexualidade. Civitas. Porto Alegre. RS. V. 18. Nº1. jan/abr 2018.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Companhia das Letras. São Paulo. 1995.

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR. Denúncia referente a Teresa Cristina Cavalcante. Dossiê. 1969. Disponível em:
https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=&v_fundo_colecao=1013285&Pages=2 *BR DFANBSB AAJ.0.IPM.82 - denúncia referente a teresa cristina cavalcante. - Dossiê* Acesso em: 07/03/2022.

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL MILITAR DE VERA WROBEL, 1969. Arquivo Nacional. Fundo Delegacia de Polícia Política do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: BRAN,BSBA AJ.IPM.37 Acesso em: 06/03/2022.

MÉDICI, Emílio. **As sementes da continuidade**. Mensagem do Presidente Emílio Garrastazu Médici, lida em rede de rádio e televisão, no Dia da Família. 08/12/1970. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/28/@@download/file/28.pdf> Acesso em: 27/02/2022.



MOTTA, Rodrigo. **Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964).** Editora Perspectiva. FAPESP. 2002.

NETO, Geneton. **Entrevista do General Leônidas Pires Gonçalves a Globo News.** 26 de abril de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JDEtTsrQhYw> Acesso em: 31/05/2022.

NETO, Geneton. **Dossiê Globo News Newton Cruz.** 16 de março de 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZKher45QBIU> Acesso em: 31/05/2022.

OLIVEIRA, Jussara. **Cartas trocadas por Jussara Ribeiro de Oliveira e seu pai Jurandyr Ribeiro de Oliveira entre 1970-1972.** Fundo Política Operária. Disponível em: [https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=&v_fundo_colecao=1030825_BR_RJANRIO_F3.0.0.13 - cartas, trocadas por jussara ribeiro de oliveira e seu pai jurandyr ribeiro de oliveira, entre 1970 e 1972. - Dossiê](https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp?v_pesquisa=&v_fundo_colecao=1030825_BR_RJANRIO_F3.0.0.13_-_cartas_trocadas_por_jussara_ribeiro_de_oliveira_e_seu_pai_jurandyr_ribeiro_de_oliveira_entre_1970_e_1972_-_Dossiê) ARQUIVO.: BR_RJANRIO_F3_0_0_0013_d0001de0001.pdf Acesso em: 08/03/2022.

SCARPELLI, Carolina. **Vidas Clandestinas: a Ditadura Militar Brasileira e as Memórias da Clandestinidade.** X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: História e Política. Recife, 26-30 de abril de 2010. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270410148_ARQUIVO_VidasClandestinas-TrabalhoCompleto.pdf Acesso em: 09/03/2022.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade. Vol. 20 Nº 02. 1995.

FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI: PRESERVANDO MEMÓRIAS E HISTÓRIAS NA ANTIGA CAPITAL DE GOIÁS

Paulo Henrique Pereira Freitas⁴⁴⁶

RESUMO

O presente artigo apresenta parte da pesquisa de mestrado acerca da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, um “lugar de memória”, de valorização e de preservação do patrimônio cultural. A instituição está localizada na cidade de Goiás, município goiano tombado como patrimônio cultural mundial pela UNESCO, em dezembro de 2001. A entidade tem disponibilizado para a pesquisa, desde 1970, documentos de diferentes grupos da sociedade goiana e tem-se consolidado enquanto polo facilitador da Lei nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação, além de lugar de combate, frente aos esquecimentos da história em Goiás. Entre os documentos preservados está a Lei nº 548 de 1924, que instituiu o Código de Posturas na cidade de Goiás, o qual, além de normativa municipal, apresentava um dos impedimentos enfrentados pelas mulheres no exercício da profissão de lavadeira, diante do mundo do trabalho na cidade de Goiás. As lavadeiras e as carregadeiras de água, além de todos os dias terem que lidar com as barreiras do duro e escasso contexto para a realização do trabalho por parte das mulheres, também enfrentaram os impactos da vulnerabilidade socioeconômica, da intolerância religiosa e o preconceito racial, sem nos deixar, contudo, capazes de reconhecer os contextos de luta, de resistências e enfrentamentos dessas mulheres.

Palavras-chave: Lavadeiras. Carregadeiras de água. Fundação Cultural Frei Simão Dorvi. Memória.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, destaca-se que por décadas a Fundação Educacional da Cidade de Goiás – FECIGO, popularmente conhecida como Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem preservado documentos referentes a diferentes grupos da sociedade vilaboense, que permearam os contextos históricos da vida cotidiana de diferentes grupos, raças e classes sociais, favorecendo assim o acesso à história, à memória, à cultura e às tradições desses povos, inclusive os excluídos, esquecidos ou negligenciados do cenário cultural do município de Goiás, consolidando-se, assim, como um autêntico “lugar de memória” conforme a conjectura apresentada por Nora (1993).

⁴⁴⁶ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP) da Universidade Estadual de Goiás, e-mail: paulodifer@gmail.com, Orientadora: Prof.^a Dr.^a Keley Cristina Carneiro.



A Fundação Cultural Frei Simão Dorvi uma instituição sem fins lucrativos, espaço de memória, de valorização e de preservação do patrimônio cultural local, tem desempenhado um importante papel de polo facilitador da Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527, norma federal promulgada durante o governo da então Presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff em 2011, que visa assegurar a população brasileira, o acesso à informação.

Por fim, destacaremos à luz da bibliografia encontrada na Fundação, os desafios e os preconceitos enfrentados pelas mulheres em vulnerabilidade socioeconômica, no desenvolvimento das antigas profissões de lavadeiras e carregadeiras de água, frente uma sociedade preconceituosa, de forma a instigar um olhar crítico sobre esses importantes enredos esquecidos da memória vilaboense, já que em Goiás, as políticas em torno do patrimônio cultural, se deu via a omissão “da memória das comunidades afro descendentes da participação na construção das identidades culturais por meio de uma herança patrimonial atraída, pouco confiável e de uma memória histórica marcada pela construção da segregação negra” (PRADO, 2014: 176-177),.

A FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI: UM LUGAR MEMÓRIA E INCLUSÃO SOCIAL EM GOIÁS

A Fundação Educacional da Cidade de Goiás popularmente conhecida como Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, em homenagem ao seu fundador, o religioso italiano-vilaboense (Giuseppe Dorvi⁴⁴⁷) Frei Simão Dorvi, está localizada na rua da Abadia no centro histórico da Cidade de Goiás, compondo o conjunto arquitetônico tombado pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade em 2001 e tem buscado preservar, desde o ano de 1970, documentos históricos relativos às mais diferentes esferas do cotidiano social da antiga capital de Goiás.

No decorrer desses mais de cinquenta anos de funcionamento, a fundação tem-se consolidado, como um importante centro de pesquisa, de documentação e de preservação do patrimônio e da memória vilaboense, por fornecer acesso e exploração física de documentos históricos que datam a partir do ano de 1723, possibilitando assim, alcançar um dos principais objetivos da instituição, conforme destaca seu próprio Estatuto de criação (2017: 2), de “incentivar e desenvolver trabalhos no sentido de preservar o Patrimônio Histórico e Artístico da Cidade de Goiás, em estreita colaboração com os órgãos públicos federais, estaduais e municipais”.

⁴⁴⁷ Nasceu na Itália em 13/12/1907, desembarcou no Brasil em 1936, veio para a Cidade de Goiás na Semana Santa de 1938 com mais dois padres e assumem o Convento do Rosário fundado em 1883 pelos dominicanos franceses. Em 1972 recebe o Título de Cidadão Vilaboense pela Câmara Municipal de Goiás.

Estão preservados na instituição documentos relacionados a antiga Câmara Municipal de Vila Boa, fóruns cartoriais (civil, crime e família), além de documentos vinculados ao poder municipal local, como o Hospital São Pedro de Alcântara (1828 até 1969), Mercado Municipal, documentos religiosos: registros de irmandades, certidões de casamento, nascimentos e óbitos, batizados, testamentos, inventários, periódicos antigos variados, além de livros da história e da memória do estado de Goiás.

Figura 1: Fachada externa, biblioteca e arquivo da Fundação Cultural Frei Simão Dorvi



Fonte:

Acervo pessoal, 2021.

Ao preservar uma gama tão diversa de documentos históricos relativos aos diferentes segmentos e vertentes da sociedade vilaboense, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi se concretiza como um “lugar de memória” por excelência, dentro da concepção apresentada por Nora (1993: 21), isto é “material, simbólico e funcional” os três simultaneamente. Na sua concepção esses lugares “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993: 22)



Nesse sentido, ao possibilitar aos habitantes da antiga capital e também do estado de Goiás um ambiente onde podem ser encontrados documentos relativos às suas raízes e de seus antepassados, se apresenta num espaço de grande simbolismo e de relevância especial para esta comunidade, a sua relevância se concretiza a partir da sua representação como referência para as pessoas, conforme nos frisa o IPHAN (2016: 31-32), “as edificações podem ser de diferentes épocas e estilos e servir para diferentes finalidades... Um lugar pode ser importante para uma comunidade por ser referência de seu dia a dia, de suas crenças, de atividades de trabalho”.

Nas reflexões acerca das concepções em torno das narrativas desses espaços de memória, Prado (2014: 176), relata que “observamos não só o lugar de memória, mas a *ausência* deste lugar de memória, encarado como signo da ação do campo de poder e controle presentes em Goiás e, capazes de manipular datas, acontecimentos, lembranças e a própria história”. Nessa conjuntura, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, na inexistência desses “espaços de memória”, ao propiciar o acesso à documentos relacionados a diversos grupos em apagamento, como os povos indígenas, os Kalungas, as lavadeiras e as carregadeiras de água, se credencia, dentre outros aspectos, a ser um espaço de resistência e de enfrentamento, no qual as vozes dissonantes de povos “esquecidos ou tendenciosamente negligenciados” se fazem presentes, inclusive os grupos étnicos ligados principalmente às matrizes afrodescendentes que ao longo do tempo sofreram com severos preconceitos de cor, raça e religião.

Nessa concepção, a fundação se coloca enquanto mecanismo de poder e combate, frente aos esquecimentos em Goiás, pois dedica grande parte de seu novo anexo denominado AR’QUICONGO a preservação das pesquisas voltadas aos povos quilombolas e povos indígenas originários do Centro-Oeste brasileiro, e desta forma não privilegia apenas a preservação da documentação relacionada aos grupos vinculados as esferas de poder, possibilitando assim, que os grupos em esquecimento encontrem voz e vez, pois durante décadas, o panorama acerca das políticas de preservação no território brasileiro segundo apresenta Oliveira (2019: 3), “em busca de uma identidade nacional única, a política de preservação cultural brasileira foi consolidada oficialmente sob a ausência das referências culturais dos povos indígenas e africanos escravizados, formadores da sociedade brasileira”.

Devido ao trabalho de preservação e a disponibilização à pesquisa, de seu rico e diverso acervo de documentos, referentes a diferentes enredos históricos e das identidades coletivas da antiga capital de Goiás, a fundação tem recebido ao longo dos últimos anos, um crescente reconhecimento por parte de pesquisadores que tem buscado compreender a história e as memórias coletivas locais, a partir de documentos da instituição. Frisa-se também que ONGs nacionais e internacionais tem

investido cada vez mais na manutenção do espaço, o que denota a seriedade e a magnitude do trabalho desenvolvido pela entidade.

Assim, ao preservar e possibilitar o acesso a diversas tipologias de documentos (principalmente documentos históricos) relacionados ao governo municipal e também estadual, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, supre uma importante lacuna existente nas instâncias institucionais brasileiras, a transparência e o acesso à informação, corroborando com a execução da Lei Nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação, sancionada em 2011 que regula entre outros, o acesso à informação na união, estados, Distrito Federal e nos municípios.

A FUNDAÇÃO CULTURAL FREI SIMÃO DORVI COMO POLO FACILITADOR DA LEI Nº 12.527 – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA O CIDADÃO VILABOENSE

A Lei nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação Pública (LAI) foi sancionada em 18 novembro de 2011, entrou em vigor em 16 de maio de 2012, durante o primeiro mandato da então presidenta da república Dilma Vana Rousseff, e tem representado um avanço histórico e significativo para o povo brasileiro, pois favorece o fortalecimento dos laços de cidadania nacionais, além de ser uma forma relevante e singular de consolidar o estado democrático de direito no qual vivemos, pois garante ao cidadão brasileiro, o acesso à informação. Conforme descrito a seguir, ficam subordinados ao regime desta lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público; II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres. (BRASIL, 2011)

Como vimos, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem possibilitado ao cidadão goiano o acesso à informação, desde o ano de 1970, porém faz-se importante salientar, que a instituição não está vinculada a nenhuma das esferas de poder municipal, estadual ou federal e apesar da possibilidade de se enquadrar na norma acima enquanto entidade sem fins lucrativos, conforme descrito no seu art. 2º, a instituição não recebe recursos direta ou indiretamente de nenhum dos setores governamentais atualmente.

Mesmo não se enquadrando claramente nos critérios descritos no caput e nos demais artigos previstos na Lei nº 12.527, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi por preservar e disponibilizar



documentos referentes à Prefeitura Municipal de Goiás, da antiga Câmara Municipal de Vila Boa, do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e de fóruns cartoriais, todas estas vinculadas a algumas das esferas de poder governamental ou que recebem recursos de algumas dessas esferas, tem contribuído efetivamente para que seja cumprido o direito constitucional de todo cidadão vilaboense de ter acesso à informação pública, se consolidando assim, em polo facilitadores da Lei nº 12.527 - Lei de Acesso à Informação Pública em Goiás.

Após a entrada em vigência da Lei federal n. 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI, o povo brasileiro passou a contar com um importante instrumento facilitador da atuação do cidadão na esfera governamental, pois ela determina que o acesso às informações estatais seja a regra, e o sigilo, a exceção. (NASCIMENTO, 2016: 2)

Um fator relevante a ser levantado em relação a Fundação Frei Simão Dorvi enquanto polo facilitador da Lei de Acesso à Informação é o fato de a instituição, infelizmente, ainda não disponibilizar o acesso ao seu acervo de documentos e livros através de equipamentos e softwares de tecnologia da informação, o que compromete o atendimento pleno descrito na redação da lei nº 12.527, que prevê que esse acesso seja implementado e disponibilizado a toda a população através de sites, canais ou plataformas oficiais desses órgãos na internet.

Como a fundação é uma instituição sem fins lucrativos e nos últimos anos tem se mantido principalmente com recursos oriundos de ONGs, para ultrapassar este empecilho e caminhar para a implementação total da referida lei, seriam necessários investimentos de qualquer das esferas do poder público, não só aportes financeiros, mas também em recursos humanos, haja vista que atualmente somente a bibliotecária/arquivista da unidade tem prestado atendimento ao público.

Como vimos a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem trabalhado por muitas décadas no intuito de consolidar a preservação do patrimônio cultural local, voltada ao interesse do bem coletivo de toda a sociedade vilaboense, favorecendo diretamente o estabelecimento dos laços de cidadania, a preservação da história e das memórias locais, incluindo os grupos minoritários, esquecidos ou negligenciados e assim tem contribuído diretamente para a preservação do patrimônio local e a promoção da cultura, além de propiciar a implementação dessa importante política pública brasileira a Lei nº 12.527, que institucionaliza o direito ao acesso à informação no território brasileiro, através do seu rico conjunto documental preservado.



OS DESAFIOS E OS PRECONCEITOS DO MERCADO DE TRABALHO DA MULHER POBRE E NEGRA NA CIDADE DE GOIÁS: AS CARREGADEIRAS DE ÁGUA E AS LAVADEIRAS DO RIO VERMELHO

Conforme frisado, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi tem preservado documentos da história de diversos grupos da comunidade vilaboense e um desses enredos correspondem a um considerável acervo referente às antigas profissões de lavadeiras e carregadeiras de água. Historicamente, o ofício de carregar água e lavar roupas à beira rio, se constituiu como umas das principais fontes de renda de muitas mulheres vulneráveis economicamente durante o processo de formação e desenvolvimento da cidade de Goiás.

Com os avanços tecnológicos das modernas máquinas de lavar e à implementação de políticas públicas de saneamento, que disponibilizou água tratada e esgoto nas residências, e assim, proporcionou aos conjuntos urbanos da cidade patrimônio um pouco de conforto do contexto de modernidade. Com isso, as profissões de lavadeiras e carregadeiras de água caíram em desuso, impactando diretamente o sustento de muitas famílias que dependiam do trabalho dessas mulheres, de Vila Boa, antiga capital de Goiás.

Na análise de Silveira (1991: 1), o ofício de lavadeira se constituiu desde a formação da Cidade Goiás, uma das primeiras profissões a serem “realizadas pela mulher, de maneira grupal desde a colonização” no município. O palco dessas importantes ocupações esquecidas pela modernidade e pelo contexto social vilaboense são as margens do Rio Vermelho, denominação recebida em virtude da coloração avermelhada, cor de barro, de suas águas em épocas de chuva, um rio dentro do “patrimônio”, que carrega histórias, mitos e memórias. Um rio que divide a cidade em duas, “do lado de lá do rio” ou “lá da matriz” e do lado “de lá do rio” ou do “lado da Igreja do Rosário”, conforme nos apresenta Tedesco (2009: 4).

Assim, se do lado “de lá do rio” ou “lá da matriz” predominam objetos que traduzem o modo de vida de pessoas mais abastadas, preocupadas com as normas e regras de etiqueta ligadas a Corte e com condições de adquirirem objetos em louça importada, do lado “de lá do rio” ou do “lado da Igreja do Rosário”, predominam os objetos feitos em cerâmica com fortes elementos africanos em sua decoração.

No contexto do mundo de trabalho na Cidade de Goiás, muitas lavadeiras e carregadeiras de água, na busca pelo sustento de suas famílias, além de enfrentarem as relações de trabalho severas e autoritárias, em que “as mulheres deveriam ser educadas, mas apenas para a maternidade e a esfera pública seria domínio exclusivo de uma cidadania masculina esclarecida”, conforme salienta Gilroy (2012: 77), sofriam também as proibições e o preconceito de raça e de gênero.

A poetisa e contista brasileira Cora Coralina, pseudônimo para Ana Lins dos Guimarães Peixoto, certamente uma mulher à frente de seu tempo, em sua longa trajetória de vida retratou e homenageou por diversas vezes, através de suas poesias, conforme o poema abaixo denominado “A lavadeira”, Coralina (1983: 208-209), as especialistas do ofício de lavar vestimentas às margens do Rio Vermelho:

Essa mulher...Tosca, Sentada, Alheada... Braços cansados descansando nos joelhos... olhar, parado, vago, perdida no seu mundo de trouxas e espuma de sabão – é a lavadeira. Mãos rudes, deformadas. Roupa Molhada. Dedos curtos. Unhas enrugadas. Córneas. Unheiros doloridos passaram, marcaram. No anular, um círculo metálico barato, memorial. Seu olhar distante, parado no tempo. À sua volta – uma espumarada branca de sabão. Inda o dia vem longe na casa de Deus nosso Senhor, o primeiro varal de roupa festeja o sol que vai subindo, vestindo o quaradouro de cores e multicores. Essa mulher tem quarentanos de lavadeira. Doze filhos crescidos e crescendo. Viúva, naturalmente. Tranquila, exata, corajosa. Temente dos castigos do céu. Enrodilhada no seu mundo pobre. Madrugadeira. Salva a aurora. Espera pelo sol. Abre os portais do dia entre trouxas e barrelas. Sonha calada. Enquanto a filharada cresce trabalham suas mãos pesadas. Seu mundo se resume na vasca, no gramado. No arame e prendedores. Na tina d`água. De noite – o ferro de engomar. Vai lavando. Vai levando. Levantando doze filhos crescendo devagar, enrodilhada no seu mundo pobre, dentro de uma espumarada branca de sabão. Às lavadeiras do Rio Vermelho da minha terra, faço deste pequeno poema meu altar de ofertas. (CORALINA, 1983: 207-209)

O poema acima da poetisa Cora Coralina, são descritos os enfrentamentos, as lutas, as dores, a pobreza, as doenças, as várias décadas de profissão e as angústias sofridas por essas profissionais, no desempenho perseverante de suas profissões, mulheres pobres, possivelmente viúvas e esteio de suas respectivas famílias.

É também através dos versos abaixo escritos pela poetisa Cora Coralina que percebemos a construção simbólica do papel feminino no contexto das ocupações de trabalho durante o século XX, diante de uma sociedade machista e preconceituosa nesse contexto de Goiás. Na poesia denominada “Todas as vidas”, Cora Coralina ao citar as várias profissões executadas pelas mulheres, inclusive o ofício de lavadeira, percebemos na composição da mesma o uso de termos como “cabocla velha de mau-olhado”, “bota feitiço”, “macumba”, termos que claramente nos apresentam indícios dos preconceitos de cor, raça e religião, principalmente contra as religiões de matriz africana, enfrentados pelas mulheres pobres e negras no desempenho de suas respectivas funções.

Vive dentro de mim uma cabocla velha de mau-olhado acorada ao pé do borralho, olhando pra o fogo. Benze quebranto. Bota feitiço... Ogum. Orixá. Macumba, terreiro. Ogã, pai-de-santo... Vive dentro de mim a lavadeira do Rio Vermelho, Seu cheiro gostoso d`água e sabão. Rodilha de pano. Trouxa de roupa, pedra de anil. Sua coroa verde de são-Caetano. Vive dentro de mim a mulher cozinheira. Pimenta e cebola. Quitute bem feito. Panela de barro. Taipa de lenha. Cozinha antiga toda pretinha. Bem cacheada de picumã. Pedra pontuda. Cumbuco de coco. Pisando alho-sal. Vive dentro de mim a mulher do povo. Bem proletária. Bem linguaruda, desabusada, sem preconceitos, de casca-grossa, de chinelinha, e filharada. Vive



dentro de mim a mulher roceira. Enxerto da terra, meio casmurra. Trabalhadeira. Madrugadeira. Analfabeta. De pé no chão. Bem parideira. Bem criadeira. Seus doze filhos. Seus vinte netos. Vive dentro de mim a mulher da vida. Minha irmãzinha...tão desprezada, tão murmurada...Fingindo alegre seu triste fado. Todas as vidas dentro de mim: Na minha vida – a vida mera das obscuras (CORALINA, 1983: 45-46)

Em relação aos preconceitos, uma das figuras mais emblemáticas do ofício de carregadeira de água na Cidade de Goiás e também uma das principais personagens a sofrer com a discriminação e as marcas do racismo na sociedade vilaboense durante o século XX é Maria do Rosário Gonçalves do Espírito Santo. Conhecida antigamente por todos os cantos da antiga capital de Goiás, Maria do Rosário Gonçalves do Espírito Santo, popularmente conhecida como “Maria Macaca”, sofreu por muitos anos com esse apelido que se configura como estereótipo fortemente racista e muito utilizado para proferir preconceitos contra as pessoas negras. Conforme nos confirma Prado (2016: 243), ao analisar a obra poética de Regina Lacerda, “chamada por Maria Macaca, denominação característica da força do racismo em Goiás, Maria do Rosário é uma das carregadeiras destacadas nas muitas memórias que reportam tal ofício”.

Preta, magra e alta, cheirando a coentro, vestindo chita, saia de babado, Pano na cabeça, enrodilhado E em cima, lata d'água e cuia dentro. Remexe os quadris em rebolado, Pula aqui e acolá, no chão pedrento Ginga e se sacode em balanceado, Qual “Ford” sem parafuso de centro! “Benzinho” pra aqui, pra ali “benzinho”, “Tu tá bão, como tu tá neguinho?” Remeleixo mais das ancas faz! Viveu muito a nossa retratada, Sempre alegre, querida, estimada CARREGADEIRA D'ÁGUA DE GOYAZ” (SOUZA FILHO, 1987: 109).

Nota-se em relação ao poema acima no qual Eduardo Henrique retrata a personagem de Maria do Rosário Gonçalves do Espírito Santo, “Maria Macaca”, no poema denominado Tipos de Goyaz, que para descrevê-la aparecem além do termo preta, a expressão “cheirando a coentro”, palavra com a qual Prado (2016) questiona, em sua análise da obra de Regina Lacerda, uma possível relação dessas profissionais de carregamento do líquido indispensável à vida com as religiões de matriz africanas.

Figura 2: Carregadeira de água - Maria do Rosário Gonçalves do Espírito Santo, sem data.



Fonte: Acervo de Elder Camargo de Passos.

Outro aspecto do poema acima no qual retrata a personagem de Maria do Rosário Gonçalves do Espírito Santo, é a representação da mulher afro-descendente enquanto mulher objeto, como podemos observar nos trechos: remexe os quadris em rebolado, remeleixo mais das ancas faz e ginga e se sacode em balanceado, termos que reafirmam as considerações levantadas por Conduru (2007: 58) acerca da construção dos mitos sociais em nosso país, no qual elege a “mulata como paradigma de beleza nacional, com elegias pictóricas às mulheres afro-descendentes, subvertendo, por um lado, os padrões estéticos ocidentais impostos pela cultura artística, mas, por outro, insistindo na objetificação sexual da mulher negra”, e retrata as múltiplas dimensões da arte afro-brasileira na produção artística do artista Di Cavalcanti.⁴⁴⁸

No desempenho das ocupações, essas profissionais não tinham a opção de estabelecer sua própria carga horária ou os dias em que descansavam. Conforme ressalta Parreira (2010: 103), “elas lavavam roupas ‘de ganho’ todos os dias da semana. Aos domingos, às vezes iam ao rio para lavarem as roupas de suas famílias”. Para garantirem o seu sustento e o dos seus familiares, repetiam a mesma tarefa a quantidade de vezes necessárias para entregarem a encomenda a tempo. Não escolhiam lugar nem tempo destinados a almoçar, após lavar as roupas no rio, conforme podemos perceber no relato abaixo:

Levavam as roupas limpas, molhadas e torcidas para secar em suas casas, ação que poderia se repetir até três vezes ao dia. Na maioria das vezes, quando dava tempo, faziam o almoço em casa, de madrugada, e o levavam para ser comido ali mesmo, na beira do rio [...] era uma atividade constante de mulheres pobres, em sua maioria viúvas, para as quais a cidade não oferecia outra alternativa. Às cinco da manhã já de pé, preparava o ‘de comer’ para os filhos que ficavam e levavam o seu quinhão

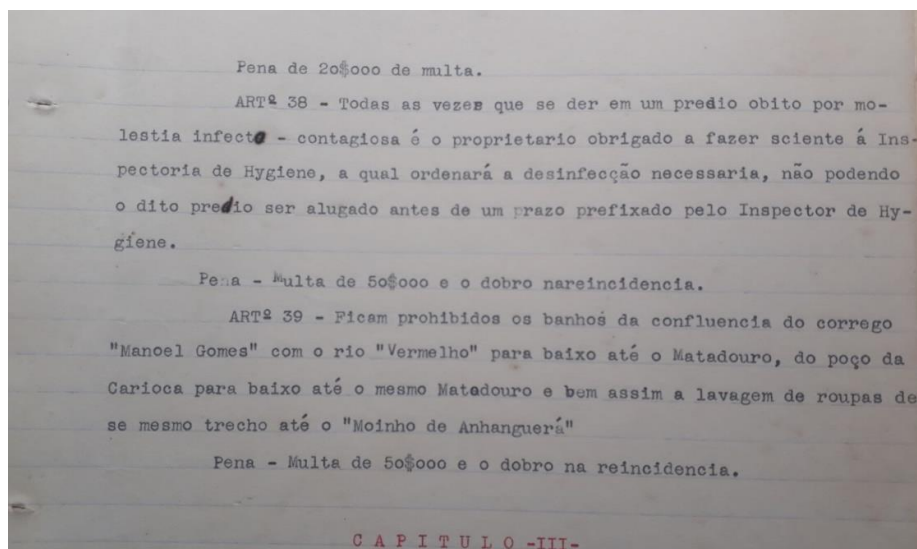
⁴⁴⁸ Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque Melo (1897-1976), foi um pintor, desenhista, ilustrador, muralista e caricaturista brasileiro. Foi um dos idealizadores da Semana de Arte Moderna de 1922.

para sustentá-la à beira do rio, em uma pequena marmita de (ALBERNAZ, 1992: 30).

Historicamente, não se sabe exatamente quantas vezes essas profissionais foram impedidas de desempenhar a sua profissão à beira rio, mas fontes informais relatam que em pelo menos três ocasiões, as lavadeiras foram proibidas de exercer seu ofício e consequentemente de conseguir levar sustento às suas famílias, o que pode ter significado uma enorme violência contra essas mulheres, pois eram inexistentes para o Estado a adoção de políticas de assistência social, deixando essas profissionais e seus entes à mercê do destino.

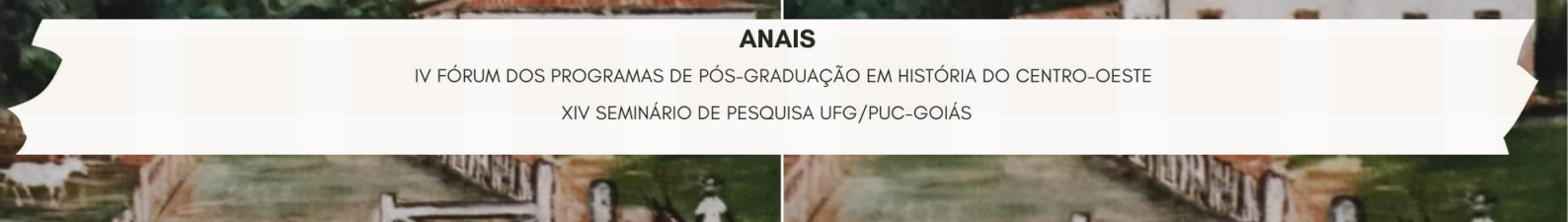
Um dos registros destas proibições nos quais as lavadeiras foram impedidas de desempenhar o seu ofício está preservado na instituição e ocorreu, conforme nos apresenta o documento abaixo, durante a implementação da Lei nº 548, no qual era implantado o Código de Posturas do Município de Goiás, em 11 de outubro de 1924. O art. 39 da referida lei, impactava severamente na principal fonte de renda das famílias das profissionais de lavar vestimentas, deixando-as em séria vulnerabilidade econômica na cidade de Goiás.

Figura 3: Código de Posturas do Município de Goiás: Lei nº 548, de 11 de outubro de 1924.



Fonte: Acervo Fundação Cultural Frei Simão Dorvi, 2021.

Como percebemos, na labuta diária pela sobrevivência na antiga capital de Goiás, as lavadeiras e as carregadeiras de água, além de todos os dias terem que lidar as barreiras do duro e escasso contexto para a realização do trabalho por parte das mulheres, também enfrentaram os impactos da vulnerabilidade socioeconômica, a intolerância religiosa e o preconceito racial, sem nos deixar, contudo, capazes de reconhecer os contextos de luta, de resistências e enfrentamentos dessas mulheres aos desafios cotidianos e estruturantes dessa sociedade. Mulheres que elaboraram



estratégias de resistências as subalternizações impostas a si e aos seus diante de um território marcado por relações de poder e de opressões. Ainda é muito presente nas memórias e nas narrativas da comunidade local, as imagens, as biografias e a obstinação dessas mulheres, que foram protagonistas na luta pela sobrevivência apesar de toda força que se impunha, a partir do recorte de classe, de gênero e de raça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como percebemos, foram grandes os desafios, os preconceitos e as violências sofridas pelas lavadeiras de rio e carregadeiras de água, na verdade, por parte das mulheres na cidade de Goiás. Porém, ressalta-se contudo, que esse processo histórico de luta pelo exercício de suas profissões diante do mercado de trabalho severo e preconceituoso vilaboense, não foi efetuado sem enfrentamento e lutas, o que nos reafirma que as histórias e as memórias vinculadas a essas mulheres e suas obsoletas profissões devem ser preservadas, pois, conforme nos ressalta Conduru (2007: 51), infelizmente no território brasileiro, a relevância destacada as “questões culturais afro-descendentes foi de segundo grau, em boa parte estimulado e filtrado pela valorização europeia das culturas entendidas então como primitivas, além de não estar isento de preconceitos, nem imune a mitificações e cerceamentos”.

O município de Goiás, uma autêntica cidade patrimônio, em seus quase três séculos de fundação, tem preservado certamente inúmeros museus e consagrado bens culturais diversos, como igrejas e monumentos construídos essencialmente em “pedra e cal”. Mas em seu contexto histórico e urbano, pouquíssimas são as instituições e os espaços preservados onde podem ser encontradas fontes documentais conservadas, em que são contadas as narrativas históricas, a memória e as tradições desta antiga capital. Por isso, a Fundação Cultural Frei Simão Dorvi além de polo de preservação de fontes documentais de diferentes contextos socioculturais da cultura local e de polo facilitador da informação registrada, tem possibilitado o contato e a percepção aos habitantes da Cidade de Goiás, da existência de outros patrimônios, para além daqueles “conhecidos” e encontrados comumente em espaços musealizados.

Lamentavelmente, ainda não é possível mensurar os impactos proporcionados pela Fundação Cultural Frei Simão Dorvi como polo facilitador da Lei nº 15.527 - Lei de Acesso à Informação, em relação à sociedade vilaboense. Porém, podemos afirmar com veemência que esta instituição tem se consolidado ano após ano, como espaço de luta, de resistência e também de oposição, diante dos esquecimentos das memórias e o apagamento das tradições em torno do patrimônio cultural em Goiás,

favorecendo diretamente a construção de uma nova relação entre a sociedade e os seus bens culturais locais.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Ondina de Barros. **Reminiscências**. Goiânia: Kelps, 1992.

CONDURU, Roberto. **Arte afro-brasileira**. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.

CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 4 ed. São Paulo: Global, 1983.

CORALINA, Cora. **Vintém de cobre: meias confissões de Aninha**. Goiânia: Ed. UFG, 1983.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; et al. **Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Brasília: IPHAN, 2016.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**. 2. Ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Editora 34: UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.

GOIÁS (Estado). Fundação Educacional da Cidade de Goiás – FECIGO. **Requerimento** [s. n], de 12 de maio de 2017. Requerer o registro, arquivamento e averbação do Estatuto da Fundação Educacional da Cidade de Goiás. Goiás: FECIGO, 12 de maio de 2017.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Superintendência do Iphan no Distrito Federal. **Terreiros do Distrito Federal e Entorno: Inventário Nacional de Referências Culturais**. Coordenação: Gorge Bessoni, Rodrigo Ramassote e Marcelo Reis. Brasília, DF: IPHAN, 2012. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventario_entorno.pdf. Acesso em: 04 jul. 2022.

NASCIMENTO, Deijeison Tiago Rios; PARCA, Túlio da Luz Lins. A importância da Lei de Acesso à Informação no desenvolvimento da cidadania participativa e no controle da res publica. **Caderno Virtual IDP**. V.1, n.33, 2016. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/1200> . Acesso em: 29 jun. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 28 jun. 2022.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. A cultura afro-brasileira como patrimônio cultural: reflexões preliminares. Salvador: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, 2019. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111688.pdf> . Acesso em: 26 dez. 2021.

PARREIRA, Selma Rodrigues. **Memórias azuis e um Rio Vermelho**. Goiânia, 2010. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Universidade Federal de Goiás, 2010. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/459/o/2010_Selma_Rodrigues_Parreira.pdf . Acesso em: 05 jul. 2022.

PRADO, Paulo Brito do. Cantilenas de Goiás: memórias, gênero e patrimônios das culturas negras na obra de Regina Lacerda. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 235-250, maio 2017. ISSN 1983-7801. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4962/3011>. Acesso em: 27 dez. 2021.

PRADO, Paulo Brito do. Patrimônio inquirido: por uma história de memórias subterrâneas nos sertões de Goiás em 1930. **Em Tempo de Histórias (PPGHIS - UnB)** n. 24. Brasília, Jan-Jul 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/emtempos/article/view/14832> Acesso em: 05 jul. 2022.

SILVEIRA, Divina Paiva. **Análise do discurso das lavadeiras de rio da Cidade de Goiás**. Goiânia, 1991. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) - Universidade Federal de Goiás, 1991.

SOUZA FILHO, Eduardo Henrique de. **Canteiro de Saudades: evocações e memórias**. Goiânia: Poligráfica, 1987.

TEDESCO, Gislaine Valério de Lima. Do lado de lá e do lado de cá de Vila Boa de Goiás: fronteiras culturais e espaciais entre negros e brancos no século XIX. **IV Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba, maio, 2009. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/gislainevalerio.pdf> . Acesso em: 28 jun. 2021.

JACQUES LE GOFF OPERACIONALIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO

Winicius Rosa Martins⁴⁴⁹

RESUMO

A análise do conceito de imaginário medieval nas obras de Jacques Le Goff (1924-2014) faz surgir um paradoxo, por vezes é tratado enquanto mentalidades, sensibilidades ou automatismos, todavia, refere-se ao coletivo social. Em obras como *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval* (1983) e *O imaginário medieval* (1985), o conceito de imaginário adotado pelo autor apresenta-se como uma categoria onde se encontram às representações, símbolos, ritos e costumes da sociedade medieval. Desse modo, problematizamos, se podemos entender o conceito de imaginário tratado pelo autor como um instrumento operacional para analisar o cerne cultural da sociedade medieval.

Palavras-chave: Jacques Le Goff; imaginário; sociedade; medieval.

INTRODUÇÃO

Somente em seus últimos escritos, *Heróis e maravilhas da Idade Média*, Jacques Le Goff propôs uma definição do conceito de imaginário, “como o sistema de quimeras de uma sociedade, de uma civilização que transforma a realidade em visões ardentes do intelecto” (LE GOFF, 2020, p.12). Podemos entender o imaginário enquanto sistema de símbolos e significados, onde os indivíduos se movem, buscam seu referencial e atribuem novos, preso ao não consciente do indivíduo o imaginário norteia suas relações com o coletivo, um reservatório simbólico construído coletivamente onde todos da sociedade possuem acesso. A proposta deste artigo restringe-se a operacionalização do conceito de imaginário para compreender o ethos⁴⁵⁰ cultural do medievo, presente em *O Maravilhoso e o Quotidiano no Ocidente Medieval* (1975) e *O imaginário medieval* (1985).

Desse modo, levantamos a seguinte hipótese, se para Jacques Le Goff no medievo o imaginário se apresenta como manifestação da encruzilhada cultural, entre o popular e o oficial, podemos considerar, portanto, a existência de dois quadros metaempírico⁴⁵¹, o sobrenatural e o maravilhoso, se sim, o conceito de imaginário seria o método de análise operacional adotado pelo

⁴⁴⁹ Mestrando em história pela Universidade Estadual de Goiás Campus Sul – Morrinhos-Go. Email: winiciusrosa40@gmail.com.

⁴⁵⁰ O termo de “ethos” utilizado neste trabalho é retirado da obra de Clifford Geertz, *A interpretação das culturas*. Compreende-se, o “ethos” de uma sociedade como sendo seu elemento central norteador da vontade, e da moral, coletiva.

⁴⁵¹ Apropriamos aqui do conceito de “quadro metaempírico” definido pelo autor Wouter J. Hanegraaf (2017).



autor para a compreensão do social. Enquanto aquele, o sobrenatural, está em outro plano supralunar céu, inferno, e próximo ao final do século XII, o purgatório, onde encontram-se as figuras do sagrado, os anjos, os santos, e os patriarcas. O maravilhoso está em outros espaços do cotidiano popular, uma floresta, um deserto ou às estradas, manifestam-se aí as criaturas antropomórficas, o homem selvagem, o lobisomem, as fadas, os seres místicos, os unicórnios, os dragões, e, por fim, os heróis e os ladrões. Entre o oficial e o popular revela-se seus interlocutores, no cristianismo medieval está presente a figura dos os profetas e dos sacerdotes, no popular está a figura do magico, interlocutor do místico.

A FORMULAÇÃO DE UMA HISTÓRIA DO IMAGINÁRIO

Vale ressaltar o imaginário enquanto uma construção cultural e, portanto, cada sociedade possui o seu. Sergio Miceli (2007, p. VIII), em referência a Bourdieu, salienta que apesar de ser abrangente o termo de “cultura” seria possível a sua distinção em duas principais posturas, por um lado encontra-se o postulado de Kante e “seus herdeiros Cassirer, Durkheim e Lévi-Strauss”, consideram a cultura e, portanto, todo os seus sistemas simbólicos como responsáveis pela forma “nodal” que uma determinada sociedade se apresenta e influência os seus membros. Para Max Weber (2009) a cultura e os sistemas simbólicos são instrumentos de poder, ou de legitimação do poder daqueles que já o exercem, logo, a cultura possui e precisa de seus interpretes principalmente no campo religioso.

Para Le Goff estudar o imaginário enquanto o centro “de uma sociedade é ir ao fundo da sua consciência e da sua evolução histórica. É ir a origem e a natureza profunda do homem” (LE GOFF, 1985, p. 16-17). O cultural se apresenta ao autor como o todo, é o direcionamento do seu olhar sobre o religioso em oposição ao popular no medievo que lhe permite encontrar a separação em dois grupos. Segundo Peter Burke⁴⁵², o conceito de imaginário aparece como uma quase apropriação do campo da antropologia pelos historiadores medievalistas do movimento dos *Annales*, a interdisciplinaridade possibilitará aos historiadores franceses maior aproximação com o método da sociologia e da antropologia. Para François Dosse (2003), é no encontro com essas duas disciplinas que Le Goff encontrou a possibilidade de estudar o comportamento, o pensamento e representações do passado

⁴⁵² Peter Burke (2010), apesar do título de “*A Escola dos Annales (1929-1989)*” prefere tratar pelo termo de “Movimento” a revista dos *Annales*, segundo ele, por não existir um modelo monolítico ideal a ser seguido à risca por poucos membros, e sim um movimento iniciado por Marc Bloch e Lucien Febvre que colocam a história enquanto a busca de respostas para um problema, interdisciplinar e global, com a participação de vários historiadores, sociólogos e antropólogos. É desse encontro para o autor que surge obras como as de Le Goff e Georges Duby tratando sobre o pensamento e comportamento dos homens no medievo.

soterradas pela superestrutura Braudeliana. Burke afirma que Le Goff é quem sofisticou o pensamento histórico em relação à sociologia e a antropologia.

Sua contribuição mais substancial, contudo, para a história das mentalidades, ou à história do “imaginário medieval”, como agora se denomina, foi realizada vinte anos depois com a publicação do *La naissance du Purgatoire*, uma história das mudanças das representações da vida depois da morte (BURKE, 2010, p. 97).

Em *O Nascimento do purgatório*⁴⁵³ (2017), o autor demonstra como as mudanças no social influenciaram diretamente a forma como é construído, ou transformado, o plano divino da sociedade medieval. Se esta transformação ao final do século XII está relacionada ao surgimento de uma nova classe, os comerciantes, os intelectuais e os banqueiros, acrescenta-se a consolidação da igreja e das estruturas sociais, os laços de dependência, neste livro Le Goff comprova a possibilidade do estudo dos campos mentais, do consciente e do não consciente, os automatismos do passado.

Neste sentido, Jacques Le Goff pratica uma história interdisciplinar ao se apropriar dos conceitos da antropologia, em especial do estruturalismo de Claude Lévi-Strauss⁴⁵⁴. Enquanto para Clifford Geertz (2008) a cultura se apresenta como uma teia de símbolos, aqueles procuram efetivar suas análises do social a partir das estruturas criadas pela cultura, a linguística, às religiões e o campo mental. Em ambos autores encontramos um consenso, pois, compreende-se que os indivíduos vivem sob as estruturas que eles próprios criam em sociedade. Para

Evelyn Patlagean (2005, p.40-403), “Jacques Le Goff prendeu-se, em toda a sua obra, à alternativa entre cultura erudita e cultura popular, à dialética cultural entre os clérigos e o povo durante a altíssima Idade Média, decifrou os desejos, as fantasias e as leituras das gerações”. O imaginário enquanto método operacional permite que o autor aprofunde sua pesquisa, a partir das representações simbólicas, é possível, portanto, dizer o que é idealizado por uma sociedade e o que faz parte do não consciente. O imaginário no medievo apresenta-se enquanto uma construção do social, deste modo, este método adotado pelo autor lhe permite chegar ao ethos medieval.

⁴⁵³ Para evitar a compreensão resumida do que está posto, faz-se fundamental a consulta do segundo capítulo de *O nascimento do purgatório* (2017, p. 195-316), nessa edição o autor apresenta anterior a este os lugares do além antes do surgimento do purgatório, em processo gradual Le Goff chega ao marco do nascimento do purgatório como sendo uma longa preparação da própria cristandade para este momento, algo já debatido entre os pais da igreja, que somente com uma transformação do social é viabilizado. Vale ressaltar que, não foi apenas um fator condicionante para a mudança estrutural do além cristão, e sim conjecturas complexas, que envolveram toda a hierarquia social.

⁴⁵⁴ Sobre a aproximação da história com o estruturalismo, ressalta-se a importância da leitura do capítulo *A história das estruturas* de Krzysztof Pomian, presente na coletânea *História Nova* (2005).

A OPERACIONALIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO

Sobre a cultura de uma sociedade, Geertz (2008, p.93,) define o ethos como “o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete”, esse tom normativo caracteriza-se no medievo como a religião católica. Contudo, em Geertz a religião pode ser entendida enquanto um sistema simbólico que atende a um determinado cerne social, e, portanto, estabelecem motivações e justificativas às ações dos indivíduos que dela compartilham. Para Wouter Hanegraaf (2005) um sistema simbólico é algo que “influencie as ações humanas, sendo esta capaz de moldar a organização social, cuja existência não pode ser negada ou comprovada por meios empíricos” (p. 195-239).

Outrossim, para Hanegraaf (2017) o quadro metaempírico de uma sociedade refere-se ao plano supralunar das religiões, espaço esse distante do mundo físico, a religião, portanto, seria um sistema simbólico dentro de uma instituição, essa por sua vez é quem legitima o quadro metaempírico do social, é ela quem lhe alimenta, sem este alimento, o culto, às divindades tendem a deixar de existir e o quadro metaempírico é apagado ou substituído por um novo. Neste trabalho, a instituição analisada é a igreja católica, portanto o quadro metaempírico são os lugares do além, o céu, o inferno e o purgatório, contudo, observamos que o popular apresenta a construção de um segundo quadro metaempírico, o maravilhoso. O oficial caracteriza seu quadro metaempírico como sobrenatural e advindo do além, entrando em contato com o indivíduo por intermediários ou por manifestações, bem como, o sacerdote, o profeta, os santos, anjos, e demônios, enquanto o popular representaria o seu quadro metaempírico, o maravilhoso, a partir de suas tradições e vivências cotidianas, daí surgem criaturas como animais e homens selvagens, antropomórficas e mágicas, como as fadas e unicórnios.

Jacques Le Goff ao tomar o imaginário enquanto método operacional, evidencia nas representações coletivas a ocupação do quadro metaempírico popular pelo oficial, a igreja católica se apropria dos símbolos, o alimento do quadro metaempírico, para legitimar seu domínio. Para Pierre Bourdieu (2007), ao longo do processo histórico as crenças que se designaram como cristãs, devem a sua sobrevivência ao fato de conseguirem se transformarem, isto é, mediante as transformações do social e das funções que esta, a igreja, lhe presta. Para tanto,

de um ponto de vista sincrônico, as representações e as condutas religiosas que invocam uma mensagem original única e permanente, devem sua difusão no espaço social ao fato de que recebem significações e funções radicalmente distintas por parte dos diferentes grupos ou classes (BOURDIEU, 2007, p.52).

A igreja católica no século XIII criou para si, uma falsa aurea de unicidade, a dominação da igreja não era total por não haver métodos de apagamento do imaginário social, mais sim de

assimilação, contudo a aceitação de imaginários diferentes sob seu manto não significava que esta era pacífica quanto às heresias, basta recorrermos a cruzada contra os albigenses ainda no século XIII. Contudo, segundo Bourdieu, quando uma sociedade perde sua pluralidade religiosa estrutural, própria aos seus diferentes grupos ou classes, uma nova estrutura se organiza a partir de duas posições.

1) os sistemas de práticas e de representações (religiosidade dominante) tendem a justificar a hegemonia das classes dominantes; 2) os sistemas de práticas e de representações (religiosidade dominada) tende a impor aos dominados um reconhecimento da legitimidade da dominação fundada no desconhecimento do arbitrário da dominação e dos modos de expressão simbólicos da dominação, (2007, p. 53).

Para Le Goff o imaginário medieval é o pano de fundo mental tecido a partir de um hibridismo cultural, deste modo, as representações de um grupo, ou classe, como a igreja católica, no coletivo seriam passíveis de inúmeras reinterpretações e de novas representações. No medievo a restrição do círculo do oficial sagrado, se apresenta a partir de quem pode ou não participar dos rituais, cerimônias, e de quem decide o que é importante ou irrelevante para o todo, sendo o profeta seguido do sacerdote. Fora dos espaços “sagrados simbolicamente”, o indivíduo faz sua própria representação de sagrado e do maravilhoso, portanto, esse contato entre o oficial e popular é a forja de novas representações.

Segundo Hilário Franco Júnior (2010, p. 45-47), o conceito de imaginário surge para Le Goff em *O Imaginário Medieval* (1985), como uma visão macro da sociedade medieval, de modo a abarcar as questões do religioso e do maravilhoso no medievo. Equivale-se a compreensão moderna de maravilhoso no medievo o termo *mirabilis*, no plural *mirabilia*.

No Ocidente medieval os *mirabilia* tiveram a tendência para organizar-se numa espécie de universo virado ao contrário. Os temas principais são: a abundância alimentar, a nudez, a liberdade sexual, o ócio. Parece-me poder dizer-se, sem exagerar, que o maravilhoso foi em última análise uma forma de resistência à ideologia do cristianismo (embora não tenha sido esta por certo a sua única função, mas uma das mais importante). (LE GOFF, 2020, p. 21-22)

Le Goff coloca sob o campo do imaginário todas as questões que envolvem o coletivo, seu pensamento, suas sensibilidades, hábitos, representações e símbolos, enquanto no popular as representações são espontâneas, no oficial existe rituais de legitimação do intérprete, dos signos, e das representações. Ao falarmos de intérpretes do campo religioso, Weber (1972, p. 303) observa ser fundamental a diferenciação do caráter profético e do sacerdotal, grosso modo, o sacerdote para o autor parece estar dentro da instituição e seguir as regras que já estão préanunciadas por outros, enquanto que o profeta parece carregar consigo um caráter inovador de preanunciação e como tal novas vertentes surgem de suas revelações, ele se transforma em um normatizador, dos conjuntos de regras a serem seguidas.



Sob a ótica de Weber, podemos caracterizar no medievo um enorme número de sacerdotes em oposição à poucos profetas, sendo os profetas aqueles que direcionam o rumo pelo qual a crença seguirá, apenas os pais da igreja parecem alcançar esse prestígio no catolicismo, como Clemente de Roma, Inácio de Antioquia, Agostinho de Hipona, Gregório o Grande e Ambrósio de Milão, norteadores da igreja no Ocidente diretamente ou indiretamente. Parece existir uma miríade de sacerdotes no medievo, Jacques Le Goff apresenta a figura dos sacerdotes como os eremitas, Pedro de Amiens o monge Francês e dos santos padres como o São Francisco de Assis. Para Weber, o sacerdote faz parte de uma instituição legitimadora do seu “poder”, o profeta e o mago atuam somente em virtude de seu dom pessoal, “o mago é frequentemente pregador de divinação, funciona comumente como oráculo” (p. 304). Le Goff caracteriza o mágico medieval na terminologia dada pelo oficial, “magia negra que tinha haver como diabo, mas também uma magia branca considerada lícita, *magicus* é, portanto, o sobrenatural maléfico, o satânico”, (2020, p. 19).

VISLUMBRE DO OFICIAL; APAGAMENTO DO POPULAR

Ademais, sendo a história do imaginário empregada por Jacques Le Goff, uma compreensão do pensamento e do comportamento, compreendemos que operacionalizar o conceito é ir buscar no social todos os seus elementos formadores e transformadores, isto é, se sob o campo de análise da história do imaginário estão as representações, os símbolos, ritos, costumes, gestos, as crenças, as religiões, os mitos, e a interação do indivíduo com o social, estudar o imaginário de uma sociedade é entender como todos esses quadros são construídos e transformados dentro dessa sociedade. Deste modo, A história do imaginário é uma história do pensamento social e de sua concretização no mundo real, para tanto, operacionalizar este conceito significa entender sua localização entre dois mundos o real e o imaginado, ambos criados pelo social.

Segundo Marcelo Cândido (2019), a cristandade no medievo era para os indivíduos sinônimo de pertencimento, isto é, da antiga Germânia a França ou dos reinos Ingleses a Itália, o indivíduo não se encontraria distante do cerne central de sua sociedade, continuaria imerso na cristandade, durante a baixa Idade Média o indivíduo era capaz de encontrar elementos significantes, representações, que o remeteria a um sentimento de pertencimento social, que seriam os próprios elementos da cristandade. São as estruturas estabelecidas pela igreja no medievo que restringiam a participação dos indivíduos nessa sociedade, o não batizado passa a ser excluído. A delimitação de pertencimento do homem medieval dentro do todo social a um imaginário específico, estava ligada a um determinado grupo, a uma cidade ou feudo. Para Bourdieu (2007), a existência de um pensamento hegemônico em

uma sociedade não significa o apagamento de todos os outros que não se assemelha, são as fissuras dentro desse “todo social” que revelam o comportamento hegemônico desta estrutura.

Em oposição ao religioso como cerne cultural de pertencimento, para Le Goff o maravilhoso medieval manifesta-se para seus membros de diferentes formas para cada grupo, através dos fenômenos da natureza, das criaturas, das florestas, dos seres humanos antropomórficos. Contudo, Le Goff (2020) salienta que o imaginário medieval perdeu sua pluralidade em função da singularidade do cristianismo, isto é, o cristianismo “restringe o maravilhoso porque o refere a um só autor: Deus”.⁴⁵⁵ Através das representações o religioso oficial passa a regulamentar o imaginário social, o maravilhoso da baixa idade média perde o seu caráter de imprevisibilidade, o quadro metaempírico do popular sofre uma invasão dos elementos do oficial, a pluralidade do maravilhoso é substituída pela “ortodoxia do sobrenatural”, e pelo uso de suas imagens.

Para Jacques Le Goff (2016) essa pluralidade, os seres fabulosos e os lugares imaginados, é substituída pela contemplação dos símbolos cristãos, um objeto que remetia a ligação com o divino, existiu aí um processo de assimilação do popular ao oficial⁴⁵⁶. Esse movimento de apropriação do oficial sobre o popular só é possível através de um longo processo de “cristianização”, e expansão da igreja católica pelo ocidente. Para Mircea Eliade desde o fim do antigo Império Romano o campo simbólico dos heróis ganha um novo método de ser transmitido, há uma transformação desde o final da antiguidade, sobretudo, na Alta Idade Média dos deuses ou heróis mitológicos em santos cristãos. Contudo a partir de Santo Agostinho o culto as imagens dos mártires praticadas pela igreja desde o século II passam por uma nova percepção.

Alguns bispos viam nessa veneração excessiva o perigo de uma recrudescência ao paganismo. Existe, de fato, uma continuidade entre as práticas funerárias dos pagãos e o culto cristão dos mortos; por exemplo, os banquetes celebrados ao pé do túmulo no dia do sepultamento e, todos os anos, no dia natalício. Entretanto, a ‘cristianização’ desse rito arcaico não tardou a se fazer sentir: para os cristãos, o banquete junto à sepultura era uma antecipação do festim escatológico no céu. O culto dos mártires prolongou essa tradição, com a diferença de que já não era uma cerimônia familiar, mas interessava a toda a comunidade e se processava na presença do bispo. (ELIADE, 2011, p.58)

A transformação é, não somente nos ritos fúnebres, segundo Le Goff (2016) o domínio do oficial sobre o popular se apresenta, principalmente, nos contos românticos e cavaleirescos, é a

⁴⁵⁵ O conceito de “autor único” na obra de Le Goff, em *O maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente medieval*, refere-se ao fato de todos os acontecimentos de cunho miraculoso no medievo, posterior ao imaginário pré-cristão, ainda que por intervenção de figuras sagradas, um santo, anjo, possuem em pano de fundo uma mesma divindade, que permite ou que estende o seu poder através do agente, o que no maravilhoso era uma pluralidade de causas é restringida pelo oficial a um único criador, (Le Goff, 2020, p. 18-23).

⁴⁵⁶ A exemplo os diversos cultos, às relíquias, aos santos, tendem a substituir todos símbolos ritualísticos do popular por uma ligação com a superestrutura religiosa, os solstícios, os festivais de colheitas são substituídos por datas que comemoram a data de um feito, ou nascimento de um determinado santo.



oposição do civilizado sobre o selvagem, do miraculoso⁴⁵⁷ sobre os *magicuns*, do sagrado sobre o monstruoso. A exemplo, o cavaleiro nos contos Arturianos se configuram como o elemento domesticador do selvagem, do bom cristão, esse como um homem comum em suas aventuras entra em contato tanto com as criaturas do maravilhoso quanto do sobrenatural cristão. O romance analisado por Jacques Le Goff, *Yvain le Chevalier au lion* escrito por Chrétien de Troyes em 1180. Yvain o cavaleiro do leão é o elemento civilizador, o quadro metaempírico do popular aparece quando este se perder na floresta, preconiza neste conto romântico os seres do cotidiano, os seres e os lugares mágicos, o homem selvagem, o boieiro, o vassalo, o eremita o monge que vivia na floresta.

Somente a floresta que todos os indivíduos têm acesso, já representa o mundo das criaturas selvagens, há também a floresta enquanto um outro espaço acessível pelos heróis dos contos, este existente apenas no imaginário. A floresta onde Yvain se encontra, após perambular pela floresta real, “não remete nem para a cultura, representada pelo mundo da corte e dos campos, nem para a natureza selvagem; estamos numa estepe, uma espécie de para lá do mundo, (LE GOFF, 1985, p. 114-115). Os romances cortesões são para o estudo sobre o oficial e o popular a evidência do hibridismo entre ambos, para o autor é uma das principais fontes escritas sobre o imaginário medieval, porém, o popular sempre se mostra dominado pelo oficial, neste sentido, evidenciam os quadros metaempíricos em metamorfose, são os padres e clérigos dominando o monstruoso, ou o cavaleiro domesticando o ser selvagem, Yvain salva o leão, e o leão aqui posto como o rei do mundo selvagem reconhece a soberania do cavaleiro, a sua submissão representa a dominação do civilizado sobre o selvagem.

Portanto, operacionalizar o imaginário é ir ao fundo da consciência e do não consciente de uma dada sociedade, o seu ethos cultural e sua pluralidade. É procurar a construção do oficial em oposição ao popular, sobretudo, é trazer à tona como este é representado, vivenciado e apagado. Revela-se a luz deste método a impossibilidade de falar de uma cultura ou de uma religião pura, sem o contributo de outras para sua formação, encontra-se fundamentação para essa afirmação ao fazer o levantamento das representações sociais simbólicas, dos ritos e gestos. O popular comprova não só os resquícios de uma outra cultura dentro do domínio do oficial, como também resistência, interpretação e formulação de novas representações.

Apesar da argumentação com outros autores e disciplinas, Jacques Le Goff não cunhou um termo definitivo para o que de fato seria o imaginário, deve-se a sua dualidade por natureza, pois, se o pesquisador direciona seu olhar sobre o imaginário de uma sociedade encontra todos os seus

⁴⁵⁷ Presente no livro *O Maravilhoso e o cotidiano no Ocidente medieval* o miraculoso refere-se no medievo, para Le Goff aos milagres, aos atos realizados por intervenção divina ou pelos santos, ou contato com os anjos.

vestígios e hábitos expressos de alguma forma. Sob o campo de atuação do conceito, estão os gestos, os ritos, as imagens e representações, desse modo, ao falar de oposição entre o popular e do oficial falamos de dois quadros metaempíricos, o maravilhoso e o sobre natural, ambos em contato e assimilação.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. São Paulo. Perspectiva, 2007.

DOSSE, François. *A História em Migalhas: Dos Annales À Nova História*. 1 ed. São Paulo: edusc, 2003.

ELIADE, Mircea. *História das crenças e das ideias Religiosas III: De Maomé à Idade das Reformas*. Tradução Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p.89-92.

FRANCO JR, Hilário. *A Eva Barbada: Ensaios de mitologia medieval*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. 1.ed., 13º.reimpressão. - Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HANEGRAAFF, Wouter J. Definindo a religião apesar da história. In: PLATVOET, Jan G. (Org.): MOLENDIJK, Arie L. (Org.). *A pragmática da definição de religião: contextos, conceitos e contestações*. Leiden: Brill, 1999, p. 337-378.

KRZYSZTOF, Pomian. A história das estruturas. In. LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução Eduardo Brandão. 5º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 130-153.

LE GOFF, Jacques. *Heróis e maravilhas da Idade Média*. Tradução: Stephania Matousek. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LE GOFF, Jacques. *O Imaginário Medieval*. Tradução: Manuel Ruas. Lisboa, Portugal: Rolo & Filhos - Artes Gráficas Lda, 1985.

LE GOFF, Jacques. *O Maravilhoso e o Cotidiano no Ocidente Medieval*. Tradução: António José Pinto Ribeiro. Portugal: Editora LTDA, 2020.

LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Tradução: Monica Stahel. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LE GOFF, Jacques. O Nascimento do purgatório. Tradução: Maris Ferreira. Petrópolis, RJ:Vozes, 2017.

MICELI, Sergio. A força do Sentido. In. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. São Paulo. Perspectiva, 2007, p. VII-LXI.

PATLAGEAN, Evelyne. História do imaginário. In. LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução Eduardo Brandão. 5º ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 393-420.

SILVA, Marcelo Cândido. *História Medieval*. São Paulo: Contexto, 2020.

WEBER, Max. Sociologia da religião: tipos de relações Comunitárias Religiosas. In: *Economia e Sociedade*: Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; 4º ed. Brasília: Editora, Universidade de Brasília, 2009, p. 281-320.

OS ANÔNIMOS E A HISTÓRIA: EXCLUÍDOS DA FALA

Matheus Fellipe Rodrigues Braga

O presente artigo tem como objetivo principal investigar as aproximações possíveis entre as reflexões de Jacques Rancière (1940) e Michel Foucault (1926-1984) no que tange à teoria da história. A partir da Escola dos Annales e das discussões historiográficas do século XX, a inclusão de novas fontes e questionamentos levaram os historiadores a repensarem o seu próprio ofício e as categorias da narrativa histórica, de modo que a História pôde alcançar, no século XXI, um status de ciência interdisciplinar.

Escapando ao que podemos chamar de “história tradicional”, tanto Rancière quanto Foucault parecem realizar, cada um a seu modo, uma história preocupada com os anônimos, os sujeitos e os modos de subjetivação no ocidente. E é no que toca essa consideração que persiste a contribuição desses autores para a teoria da história e o objetivo deste trabalho.

INTRODUÇÃO

A escrita da história, como bem sabemos, não operou sobre as mesmas regras e princípios na história da civilização ocidental. Desde a prevalência da retórica na antiguidade, passando pela história dos santos na Idade Média, as filosofias da história na modernidade, a cientificidade da História no século XIX e a Escola dos Annales no século XX, as maneiras de lidar com o passado e suas categorias de verificabilidade obedeceram a um certo regime e regras que tornaram possível o fazer historiográfico. Não se trata aqui, obviamente, de um progresso em relação à história da própria História⁴⁵⁸, mas de ocasiões em que, em certas épocas e contextos, determinaram as condições do ofício do historiador.

O discurso historiográfico, por muito tempo, valorizou as grandes narrativas e o papel das grandes personalidades na representação do passado. A inteligibilidade do tempo histórico estava, segundo essa perspectiva tradicional, nos grandes atores históricos, nos documentos de Estado, naquilo que é dito pelo rei, no pronunciamento captado de um político, na rainha que posa para um quadro, nos tratados de uma guerra e tudo aquilo que está vinculado ao que é oficial. Isso foi revisto

⁴⁵⁸ Adotamos, neste caso, a definição de “história”, com “h” minúsculo, como o passar do tempo e o desenvolvimento da humanidade. Por sua vez, “História”, com “H” maiúsculo, é entendida aqui como um saber especializado e científico das sociedades humanas.



criticamente no século XX com a Escola dos Annales e o desenvolvimento de uma “história-problema”, cuja crítica recaiu sobretudo às maneiras tradicionais de entender o objeto e as fontes em história. A historiografia ganha, com isso, um novo entendimento sobre o documento e novas disciplinas passam a prestar apoio às pesquisas históricas, como a antropologia, a psicanálise, a filosofia, a economia e a geografia.

No entanto, uma lacuna parece existir ainda no discurso historiográfico. Uma brecha que nem a história das mentalidades foi capaz de preencher: o surgimento dos anônimos e o aparecimento das palavras. O trabalho feito pela história das mentalidades, por vezes, recompõe um determinado quadro social e as disposições de uma cultura, um costume, uma tradição. Porém, parece manter as palavras dos anônimos na errância do discurso, longe do acontecimento e em certa medida como uma massa sem coerência e indecifrável. E disso deriva um problema não apenas epistemológico, mas também político, pois manter os anônimos como aqueles que “nada têm a falar” ou, se falam, são incoerentes, desarticulados, é excluí-los uma segunda vez da história.

Desse modo, a reflexão que se pretende fazer, a seguir, busca discutir essas questões à luz do pensamento de Rancière e Foucault. Na primeira parte, iremos analisar como o “povo” se torna uma preocupação filosófica e histórica na modernidade. Na segunda parte, discutiremos as implicações teórico-metodológicas quando os anônimos passam a desempenhar papel central na reflexão histórica.

A PAPELADA DOS REIS E O “POVO” NA HISTÓRIA

A definição de discurso que adotaremos, aqui nesta primeira parte, diz respeito a sua formulação mais clássica, como uma mensagem oral proferida por um agente, um pronunciamento, a articulação em palavras de uma ideia. Os discursos e pronunciamentos “interessam ao historiador por implicarem uma intervenção pública de alguém, uma saída à cena de um personagem que, com suas palavras, pretende causar algum tipo de feito, algum tipo de acontecimento”⁴⁵⁹. De acordo com essa categoria, a verdade de um argumento estava alojada no conteúdo daquilo que se diz, do conjunto de palavras mobilizadas em um determinado pronunciamento. O que interessava aos historiadores tradicionais era a verdade que um determinado discurso portava, independentemente de onde, quando e sob quais condições determinadas ideias foram formuladas.

Desde a antiguidade o discurso está no centro da reflexão filosófica. A Retórica, de Aristóteles, é um ensaio que demonstra a preocupação dos antigos com o domínio da argumentação,

⁴⁵⁹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. *A dimensão retórica da historiografia*. In: PINSKY, Carla; DE LUCA, Tania. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 225

cujo objetivo principal era persuadir o ouvinte sobre aquilo que se diz. E, como é sabido, na antiguidade, assim como em todos os períodos históricos, o regime da fala não é algo disponível a todos os membros de uma sociedade. Há sempre aqueles cuja palavra é legitimada e favorecida, mas existem também aqueles que são ignorados, repreendidos, afastados de qualquer possibilidade de manifestação do pensamento. Essa distribuição entre quem pode falar e quem não pode não é característica apenas de regimes tirânicos. Em nossa era democrática, o regime da palavra parece operar ainda sobre certas divisões entre aqueles que estão destinados a falar e aqueles cuja voz é silenciada devido a certas particularidades como, por exemplo, um indivíduo que trabalha e por isso não tem tempo para pensar, escrever, sonhar.

Michelet, historiador do século XIX, chamou a atenção para esse problema em sua obra “O Povo”, de 1846. Problematisando as interpretações do seu tempo sobre as camadas populares, que no livro estarão todas reunidos na ideia de “povo”, Michelet diz:

Desse mal-entendido resultou algo desagradável: eles produziram um efeito contrário ao que pretendiam. Escolheram, pintaram e narraram, para despertar nosso interesse pelo povo, justamente aquilo que devia nos afastar e assustar. “Como? O povo é assim?”, gritaram em uníssono os pusilânimes burgueses. “Rápido, aumentemos a polícia, armemo-nos, fechemos as portas, passemos o ferrolho!”⁴⁶⁰.

Essa passagem é interessante em muitos aspectos, pois aparece aqui, pela primeira vez na história do pensamento ocidental, um interesse especial pelo que podemos chamar de “povo”. Ainda que Michelet cometa alguns deslizes e caia futuramente em contradições, o fato de trazer o foco para essa categoria esquecida, ou, se lembrada, apenas de modo caricatural, faz dele um acontecimento inaugural para a historiografia. Inconformado com a imagem estereotipada dos intelectuais sobre esse grupo, Michelet se propõe a ir até as massas, interrogar o povo e resgatar suas vozes esquecidas. Um projeto muito interessante, sem dúvidas, mas prejudicado por um devotamento de Michelet à pátria, à França. Quando o historiador interrogava o povo, ele não estava movido por um interesse em resgatar as suas vozes, entender suas concepções sobre o mundo no qual viviam, mas por um capricho particular de convergir as narrativas do povo à sua própria narrativa. Todos eles, jovens, velhos, operários, camponeses, testemunham pela pátria, diz Michelet ⁴⁶¹.

Fazendo uma crítica aos estereótipos sobre o “povo”, Michelet parece criar, ele mesmo, uma imagem identificadora desse grupo social. Não são primitivos, inarticulados, rudes, são intérpretes da nação, cuja voz e a palavra dão testemunho em defesa da França. Se Michelet introduz os anônimos na história, não é por reflexão metodológica ou teórica, mas para reforçar a sua teoria da história de

⁴⁶⁰ MICHELET, Jules. *O povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988. p. 115-6

⁴⁶¹ *Ibidem*. p. 200



progresso da nação. Talvez seja por isso que, em toda a sua obra, ao evocar as testemunhas da nação, não vemos o conteúdo de suas confidências, os relatos coletados por Michelet. O importante, para ele, não é o que dizem, mas que suas palavras existem na medida em que representam o seu próprio pensamento.

Michelet não introduz o “povo” para o fazer falar, mas para poder, ele próprio, tornar as palavras dos anônimos as suas próprias palavras. Interesse não pelo conteúdo, mas pela apresentação⁴⁶².

Foi com ele, no entanto, que os anônimos viraram objeto de problematização e signo da história. Essas questões serão obliteradas, mais tarde, quando a transformação da História em ciência inaugurar uma discussão em torno de métodos e fontes da pesquisa histórica. Em defesa da objetividade, a História do século XIX acaba por se tornar um estudo dos Estados, um relato dos documentos oficiais preservados em instituições. As palavras dos anônimos, na ciência histórica do século XIX, simplesmente não existem. Isso porque o acontecimento em história não é feito pelas camadas populares, mas através dos grandes eventos e personalidades. O sujeito ainda não existe, mas apenas a guerra, os tratados, as instituições.

Um segundo aspecto desse processo diz respeito à ruptura entre história e literatura. O primeiro se torna sinônimo de fato, concreto, real, cuja análise dos arquivos permite a reconstrução do passado; o segundo, por sua vez, estará associado ao fictício, invenção, uma atividade completamente diferente do historiador, que tem como tarefa principal a elaboração de um discurso verdadeiro. Procurando se afastar de outros saberes — literário, biológico, matemático —, a História irá se afirmar como um campo especializado do conhecimento, realizando, em paralelo, um encastelamento de seu próprio saber, pois ignora a contribuição que as outras disciplinas fornecem ao estudo da sociedade. O século XIX significa, desse modo, o nascimento e a morte do “povo” na historiografia. Nasce, primeiro com Michelet, e morre, logo depois, com a afirmação da história enquanto ciência e a configuração de uma história “objetiva”, oficial.

O sujeito enquanto preocupação da historiografia irá aparecer apenas no século XX em decorrência dos debates e as reformulações das práticas de pesquisa em história. A crítica a uma história oficial, no entanto, não surge apenas com os *Annales* e o materialismo histórico-dialético. Nietzsche, no século XIX, já se mostra indignado a uma história que valoriza demais os grandes feitos do passado e ignora as dimensões da vida.

⁴⁶² RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 69



Questiona, certa vez, da falta de fazer uma história “daquilo que deu colorido à existência”⁴⁶³. Onde estaria, continua o filósofo, uma história do amor, da violência, da alimentação, da tragédia, da consciência, tudo aquilo que, de um modo ou de outro, contribuiu para o desenvolvimento da espécie humana? Começa a se delinear, nesses questionamentos, a possibilidade de uma história mais próxima dos sujeitos históricos, mais próxima da vida e do “povo”.

É claro que, como sabemos, a crítica de Nietzsche está situada dentro de um projeto filosófico maior: a crítica à modernidade e à tradição socrática-cristã. Ao avançar a leitura de seus textos, percebemos que ele não era tão próximo assim do “povo”. A única ideia do ser humano que ele era adepto era a famosa tese do “super-homem”. Isso não nos impede, ou pelo menos não deveria, de encontrar em sua crítica a formulação de um problema que ganhará mais força no século XX, que é a sua crítica ao ideal de objetividade e a uma história pautada nos grandes nomes. Uma crítica que, sem dúvidas, terá grande impacto nas novas discussões historiográficas do século XX, mobilizadas tanto por autores como Walter Benjamin, Michel Foucault, quanto a Escola dos Annales e a história cultural.

Até então, a continuidade histórica e as grandes personalidades era o que determinava a escrita da história. Uma história que progride, os tempos que se sucedem e o discurso dos grandes como um fator de legitimidade de um evento. Aconteceu desse modo porque as fontes dizem que funcionou assim. Dois movimentos serão responsáveis por operarem mudanças significativas na historiografia do século XX: a Escola dos Annales e o materialismo histórico-dialético. Cada um, a seu modo, suscitaram novas reflexões em torno dos objetivos e preocupações da história, a análise dos discursos e a incorporação de novas fontes e disciplinas às pesquisas históricas.

A Escola dos Annales, com Marc Bloch e Lucien Febvre, questionou decisivamente os princípios vigentes da escrita da história na primeira metade do século XX e contribuiu para o desenvolvimento de uma ciência menos rígida com o seu objeto de investigação. A Escola dos Annales representou, no pensamento histórico ocidental, uma revolução francesa da historiografia, segundo Peter Burke. Ampliando a noção de documento, outras fontes históricas foram incorporadas ao ofício do historiador, assim como o apoio de outras disciplinas para o estudo da sociedade. Se antes o documento era apenas aquilo que é oficial, preservado em instituições públicas, com os Annales teremos uma nova definição de documento, não mais direcionado apenas à papelada dos reis, mas às diversas possibilidades e vestígios do passado.

⁴⁶³ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 58



Se a Escola dos Annales efetuou uma mudança de paradigma na pesquisa histórica, foi o materialismo que, por sua vez, alterou a lógica de análise e interpretação do discurso. Essa nuvem de palavras, antes associada a uma verdade, à garantia do fato, irá designar, agora, uma elaboração de sentido cujas contradições se revelam ao olhar atento. O discurso não será mais visto como algo neutro, imparcial, mas que expressa determinados valores políticos e sociais. O papel da ideologia constituirá a análise dos discursos, pois estes são construídos sob a lógica burguesa para defender e perpetuar seus interesses. O discurso deixa de ser algo neutro para expressar um valor. O papel da historiografia marxista não é contrapor a esses discursos as palavras dos anônimos, mas desvendar os interesses burgueses nas palavras e mostrar suas contradições às massas, para que essas conheçam a verdade e se libertem da opressão.

O foco não é, portanto, os anônimos ou como eles reagem a esses discursos, à exploração, mas a relação entre verdade e ideologia. Ideologia, no sentido marxista de falsa consciência, camufla as contradições e impede que os trabalhadores alcancem a verdade e o conhecimento da exploração. Eles não conseguem pensar por si só, é o que basicamente sustenta essa concepção, apenas vendem a sua força de trabalho e são explorados. É preciso que alguém traga a boa nova, que desconstrua a lógica do capitalismo na frente dos trabalhadores e mostre a eles o caminho de uma sociedade justa e igualitária.

Podemos ver como que, no século XX, as discussões em torno do discurso e das fontes operaram mudanças importantes na historiografia. Os anônimos ainda não são pensados em sua singularidade, mas na medida em que integram uma sociedade, um costume, o capitalismo. As palavras e os sujeitos só irão efetivamente constituir objeto de investigação mais tardiamente, com Rancière e Foucault. E é sobre isso que discutiremos no próximo capítulo.

O EXCESSO DE PALAVRAS NA HISTÓRIA

O surgimento dos anônimos, como podemos ver, é algo recente em nossa historiografia. A questão que se coloca aos historiadores hoje, portanto, não é se os anônimos podem falar ou não, se são signos da história ou não. Uma vez que eles saem do porão para ocupar o palco, o problema que precisamos refletir é sobre as implicações teóricas e metodológicas resultantes desse aparecimento. E o objetivo deste tópico será discutir essas questões. Longe de atribuir à história um relativismo exacerbado, defendemos a ideia de que as palavras dos anônimos, quando consideradas sob certo rigor metodológico, promovem a possibilidade de elaborar uma nova noção de acontecimento no estudo do passado.



Por muito tempo se desenvolveu, em nossa forma de pensar e elaborar um sentido para o tempo histórico, uma necessidade de apreender o que se passou e reconstruir, com o apoio das fontes, aquele passado perdido, distorcido com o passar dos tempos. Resgatar a sua imagem, integrá-la em um discurso era o objetivo principal da historiografia até o século XX. Na tentativa de produzir uma xerox do passado, a narrativa histórica se concentrava unicamente em resgatar o sentido de um evento. Nietzsche denuncia esse problema em sua “Segunda consideração intempestiva”, quando afirma que “a guerra nem bem acabou e já se transformou em cem mil páginas impressas, já foi oferecida como o mais novo meio de excitação dos paladares cansados dos viciados em história” ⁴⁶⁴.

Na tentativa de reconstruir os eventos, os historiadores realizavam uma paradoxal tarefa: ao fazer uma história da guerra, não se preocupavam em encostar no sangue, no horror, no trauma, em sua própria racionalidade. Apenas as causas e consequências figuravam o acontecimento. Toda a violência, a dor, a perda, a morte, as paixões, os desejos, os sonhos, as palavras eram ignorados na pesquisa histórica, pois não constituíam o evento. Foucault foi um grande crítico dessa história tradicional, voltada aos grandes feitos, e dizia que o acontecimento precisa ser entendido não como uma batalha ou um tratado, mas “uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e outra que faz sua entrada, mascarada” ⁴⁶⁵.

O discurso ganha, nessa nova reflexão sobre a história, uma nova possibilidade de análise, muito mais complexa e inovadora. Não se olha mais o discurso através do seu conteúdo, o que diz e o que esconde, mas pelas condições que tornaram possíveis determinados discursos. O motivo pelo qual as palavras se associam a uma verdade, por um lado e, por outro, o fato de que certas palavras são proibidas, repreendidas, associadas ao falso, vulgar, incoerente. Essa análise permite entender a regularidade de um discurso, como ele se introduz e se reveste com as categorias do poder. O discurso passa a designar não mais apenas o que é dito, mas um certo sistema de pensamento de cada época, como o saber se organiza, se distribui, se legitima, assim como toda a palavra obedece a certos princípios de regularidade: aqueles que podem falar e aqueles cuja fala é inacessível ⁴⁶⁶.

Isso representa, para a historiografia do século XX, um avanço muito importante para o estudo do passado e dos discursos. Até os mais críticos de Foucault, com o tempo, passaram a considerar a sua contribuição e a relevância de seu pensamento para o estudo do passado. José Guilherme Merquior, na obra “Foucault – ou o niilismo de cátedra”, não economiza críticas ao filósofo. Contudo,

⁴⁶⁴ NIETZSCHE, Friedrich. *Segunda consideração intempestiva*: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 41

⁴⁶⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019. p. 73

⁴⁶⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007. p. 8



como um verdadeiro intelectual, Merquior destaca também as contribuições de Foucault para o pensamento do século XX. Para ele, Foucault “submeteu a história ao bisturi” ⁴⁶⁷ em busca de fazer uma história das ciências humanas e construir um “elegante edifício intelectual” ⁴⁶⁸. No rastro das discussões filosóficas, desde Nietzsche até o pós-estruturalismo, Foucault reflete os problemas filosóficos e elabora um pensamento inovador em vários aspectos. Tanto em torno da história quanto, mais especificamente, a definição de discurso, agora investigada sob as categorias de poder e controle.

O sujeito começa a se delinear na história, não mais como uma massa anômala, mas no centro de toda a preocupação filosófica. Como o sujeito se constitui historicamente? E como que, por meio das palavras, os indivíduos atribuem sentido à vida e ao mundo em que habitam? Essas perguntas, formuladas e investigadas por Rancière e Foucault, contribuem para pensar o futuro da pesquisa histórica e o papel dos anônimos na narrativa dos historiadores. Não como o faz Michelet, em incluí-los para silenciá-los, mas para explorar o potencial das palavras com o devido rigor metodológico, procurando recompor o quadro em que as palavras emergem e a sua busca em elaborar um sentido à existência.

Para a historiadora Arlette Farge, cuja produção tem se mostrado promissora no estudo dos arquivos judiciais do século XVIII na França, as palavras e os corpos são elementos importantes ao investigar o passado, pois não constituem dados fixos da sociedade, mas espaços em que o poder e o controle são exercidos. Segundo a autora:

Apreender essa fala e trabalha-la é responder à preocupação de reintroduzir existências e singularidades no discurso histórico e desenhar, a golpes de palavras, cenas que são de fato acontecimento. Não se trata a partir daí de acreditar que, graças a essas falas, detemos de fato o real, a realidade, mas de escutar um desafio: entrar através dessas palavras numa das moradas vivas da história, lá onde as palavras foram fraturas num espaço social ou imaginário particular⁴⁶⁹.

Levar essas palavras a sério é entender a complexidade que envolve o próprio evento. No conjunto dos espaços sociais, as palavras e os sujeitos não aparecem à margem, na sombra do rei, mas como possibilidade de se revelar como o próprio acontecimento. A fala de um operário, como ressalta Rancière, revela mais do que as condições de exploração e de trabalho. Indica também a reflexão sobre o espaço em que estão inseridos, as relações interpessoais, o desgosto com uma determinada conduta, o desejo de uma vida diferente. Trabalhadores que queriam ser poetas, pintores, músicos, e

⁴⁶⁷ MERQUIOR, José. *Foucault ou o nihilismo de cátedra*. São Paulo: É Realizações, 2021. p. 208

⁴⁶⁸ *Ibidem*. p. 82

⁴⁶⁹ FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 16



em suas horas de folga, que mesmo ínfima, gastavam o tempo com os seus pensamentos, ofícios ou bebedeira.

Esses traços do cotidiano revelam mais do que uma simples “fuga da realidade”, mas uma tentativa de elaborar um sentido a sua própria vida. As conversas em bar que resultam em conspirações contra o governo indicam a popularidade, a adesão, o descontentamento ou não a determinado regime por parte da população. Um rei que vende a sua imagem não controla a tagarelice dos pobres. Uma figura pública pode ter adesão, mesmo que aparentemente, do povo — os aparatos repressivos e comunicativos cuidam disso muito bem —, mas no interior dessa mesma sociedade pode se desenvolver, nos espaços possíveis de diálogo, uma cultura de resistência, seja à ordem política ou à ordem dos corpos. O aparecimento dos anônimos indica não apenas o surgimento de uma massa até então esquecida, mas a inclusão de novos modos de existência e identidade à narrativa histórica.

Lidar com a “tagarelice invasora dos pobres” ⁴⁷⁰ impõe certos limites ao historiador. A possibilidade de fazer história utilizando-se das palavras dos anônimos não pode se tornar, por outro lado, um faz de tudo com o passado. Nem tudo o que é dito revela o traço cultural de uma sociedade e nem tudo o que é dito não apresenta contradições. Por isso se faz necessário pensar as palavras em seu contexto social, político e cultural, a aproximação com outras falas e sujeitos, suas contradições, as interdições de um discurso, o controle dos corpos e das falas. É preciso conhecer bem o contexto em que uma fala é dita, pois nenhum discurso surge ao acaso, do vazio, mas de certas condições históricas e sociais. Se um migrante diz ir buscar melhores condições na metrópole, pois as grandes cidades são espaços de progresso e oportunidades, é preciso recompor a narrativa e investigar como se construiu o discurso de progresso, modernidade, e como os indivíduos reagem a ela.

O que o surgimento dos anônimos representa, para a historiografia, é a possibilidade de uma história que coloca como centro da narrativa o próprio sujeito. Não mais apenas como um excluído, um marginal, mas como um indivíduo capaz de atribuir sentido a sua própria vida e ao mundo que o cerca. As experiências da guerra contadas pelos documentos oficiais são diferentes das experiências sentidas pelos corpos. As palavras não apenas recompõem uma certa experiência histórica, mas mostram como que, no seio de um espaço social e cultural, elas funcionam como uma tarefa de se apoderar das coisas e produzir uma própria narrativa sobre vida, morte, trabalho, guerra, violência, razão.

Rancière, advertindo sobre a oportunidade oferecida pelos anônimos, afirma:

⁴⁷⁰ RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 92



Deixando se manifestar, ao menos uma vez, o pensamento dos que não estão "destinados" a pensar, talvez venhamos a reconhecer que as relações entre a ordem do mundo e os desejos dos que estão submetidos a ela apresentam um pouco mais de complexidade do que crêem os discursos eruditos. Talvez se ganhe uma certa modéstia no manejo das grandes palavras e na expressão dos grandes sentimentos. Quem sabe? ⁴⁷¹.

A questão não é mais se os anônimos podem falar ou não. O problema que aparece para a História do século XXI é a de lidar com os pobres e excluídos sem rejeitá-los, como faz Michelet, como seres que elaboram sentido por meio das palavras. Os anônimos não devem aparecer na narrativa para legitimar um determinado discurso sobre um período, um fato, mas devem aparecer através de suas próprias palavras, de como reagiram e sentiram a vida pesar sobre seus ombros. Apenas assim, rompendo a lógica que atribui um determinado lugar ao povo e lidando com o excesso de suas palavras, é que a História pode alcançar os diversos discursos que percorrem o acontecimento.

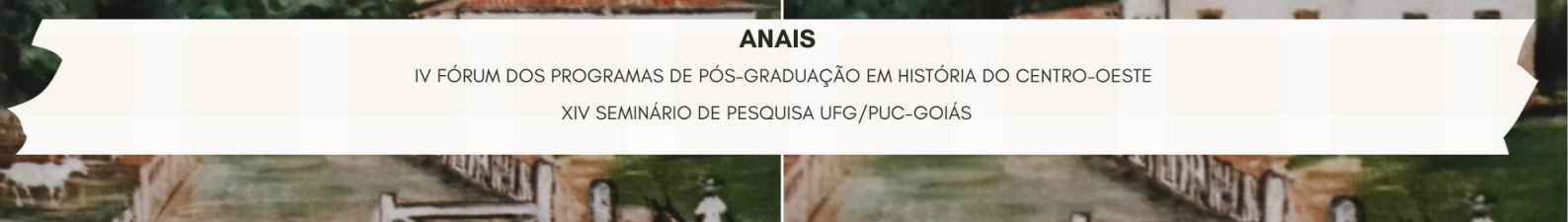
CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não foi nosso propósito, neste texto, produzir uma determinada resposta ao problema que percorremos. Pelo contrário, o nosso objetivo principal foi contribuir à reflexão de algumas questões a partir de certos autores. Rancière e Foucault, cada um a seu modo, contribuem para pensar o surgimento dos anônimos na história e como lidar com os discursos. A reflexão que propomos aqui foi pensar os caminhos possíveis da teoria da história quando os anônimos não ocupam mais o lugar a eles reservados, mas simplesmente inauguram um novo lugar: o espaço do acontecimento.

O problema do “povo” na história, como podemos ver, aparece primeiro com Michelet. Mesmo que ele tenha atribuído ao “povo” o lugar da testemunha da pátria, foi ele quem, pela primeira vez, formulou a reflexão sobre o papel dos excluídos na história. Isso, sem dúvidas, representou um avanço na forma de entender e lidar com os anônimos. Depois ofuscado pela ciência do século XIX, os sujeitos reaparecem no século XX e acendem o debate sobre a possibilidade da narrativa histórica se apoderar dessas palavras. Não como palavras que legitimam um lugar, um discurso, mas como o próprio evento, na medida em que elas funcionam e elaboram um sentido e um pensamento sobre o espaço em que estão inseridos.

Pensar a historiografia do século XXI é pensar também o papel dos anônimos na narrativa histórica. É reelaborar a própria noção de acontecimento e entender que os sujeitos não são apenas receptivos ao evento, mas produzem o próprio espaço em que a história se realiza. São eles que, nas palavras proferidas nas fábricas, nos bares e nas ruas, revelam certos comportamentos culturais, certos

⁴⁷¹ RANCIÈRE, Jacques. *A noite dos proletários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 13



desejos e sonhos de uma vida possível. Incluí-los, portanto, não é consequência apenas de certas discussões historiográficas, mas também do desenvolvimento político, pois se os indivíduos falam e opinam, isso se dá em determinada época e panorama social. Fazê-los falar e lidar com suas palavras é lidar com a própria história, com o próprio acontecimento e com a construção de um mundo no qual todos nós estamos inseridos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. *A dimensão retórica da historiografia*. In. PINSKY, Carla; DE LUCA, Tania. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2021.

FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

MERQUIOR, José. *Foucault ou o niilismo de cátedra*. São Paulo: É Realizações, 2021.

MICHELET, Jules. *O povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A gaia ciência*. Trad. Paulo César de Souza. 1º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

_____. *A noite dos proletários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

OS CURSOS DE HISTÓRIA DAS IES PÚBLICAS EM GOIÁS: UMA ANÁLISE DOS PPCS (2012–2019)

Ewerton Silva ⁴⁷²

RESUMO

Este texto é resultado da pesquisa mestrado em andamento, é um estudo dos cursos de história presenciais das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas no Estado de Goiás, para isso, serão analisados os projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) elaborados entre 2012 e 2019. O objetivo geral dessa pesquisa é fazer uma análise dos cursos de história presenciais em Goiás, conhecer o perfil desses cursos. Partindo do pressuposto que as ciências humanas contribuem para entender o mundo e a relações sociais, nos perguntamos: como os cursos de história estão formando seus discentes para isso? Qual visão de mundo eles apresentam? E como fazem isso? Objetiva-se conhecer o perfil dos(as) licenciados(as) e dos(as) bacharéis egressos(as) desses cursos; A respeito da metodologia desta pesquisa, o levantamento documental se deu através dos sites das IES, dos cursos, e também através de contato por e-mail com as coordenações dos cursos. Como referências teóricas, a pesquisa embasa-se no campo da Educação Histórica, e das discussões sobre Didática da História. Como resultados preliminares, a pesquisa destaca as semelhanças e diferenças na formação de licenciados e bacharéis.

Palavras-chave: Cursos de História, IES públicas, Goiás.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é um estudo dos cursos de história presenciais das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas no Estado de Goiás, para isso, serão analisados os projetos pedagógicos dos cursos (PPCs) elaborados entre 2012 e 2019. Até o momento dessa pesquisa, existem 17 cursos de história presenciais nas cinco IES públicas de Goiás, sendo as instituições: Universidade Federal de Catalão (UFCAT), com dois cursos; Universidade Federal de Jataí (UFJ), um curso; Universidade Federal de Goiás (UFG), dois cursos; Universidade Estadual de Goiás (UEG), onze cursos; Instituto Federal de Goiás (IFG), um curso.

Das justificativas que legitimam esta pesquisa, pode-se elencar que é auxiliar na compreensão sobre qual concepção de história e visão de mundo os cursos estão oferecendo. Pode contribuir na

⁴⁷² Mestrando pelo PPG-MP da Universidade Federal de Catalão, bolsista FAPEG ewerton.and.sil@gmail.com. Orientado pela profa. Dra. Eliane Martins de Freitas.



compreensão do impacto dos cursos na formação de seus egressos e como a atuação destes profissionais reflete no estado de Goiás, na região centro oeste e no Brasil. Outra possibilidade que a pesquisa pode realizar é tentar compreender alguns dos elementos que causam a distância entre a história escolar e a história acadêmica, pois, analisar os cursos de história passa necessariamente pela reflexão da formação inicial dos professores e professoras de história. Com a pesquisa também poderemos observar como estes cursos foram se constituindo e adaptando-se as diretrizes educacionais na última década. Segundo Fonseca

Dos historiadores espera-se que conheçam bem a historiografia, os pressupostos teórico-metodológicos que orientam seu trabalho, as técnicas de investigação, os procedimentos para o tratamento das fontes de pesquisa. Além de tudo isso, daqueles que são também professores de História, espera-se que conheçam os conteúdos, as práticas pedagógicas e os procedimentos didáticos. No entanto, não é usual esperar que eles conheçam, também, a história da disciplina que pesquisam ou que ensinam. Seria, porém, desejável que isso ocorresse. (FONSECA, T. 2011 p. 7)

Ferreira (2012) afirma que a institucionalização dos cursos de história e as redes de relações que isso envolve, ainda foram pouco exploradas pelos historiadores, e que esse tema “tem tido sua importância cada vez mais reconhecida para o avanço dos debates teórico-metodológicos que têm marcado a disciplina histórica nos últimos anos.” (2012, p. 613). Nessa linha encontra-se os trabalhos de Ferreira (1999; 2006; 2012) Lopes (2008; 2011), Roiz (2007) e Machado (2000), que pesquisaram as trajetórias de cursos de história no Rio de Janeiro e São Paulo, e também os trabalhos de Rodrigues (2002) e Borges (2006) que pesquisaram cursos de história de Goiás e do Rio Grande do Sul.

A pesquisa perpassa pelo tema da história desta disciplina, isso permite a oportunidade de conhecer e mapear algumas das influências epistemológicas presentes nos cursos de história das IES públicas de Goiás.

O objetivo geral dessa pesquisa é fazer uma análise dos cursos de história presenciais em Goiás, conhecer o perfil desses cursos. Partindo do pressuposto que as ciências humanas contribuem para entender o mundo e as relações sociais, nos perguntamos: como os cursos de história ajudam nisso? Qual visão de mundo eles apresentam? E como fazem isso?

Os cursos de história para além das leis e regulamentos educacionais, podem ser vistos como expressão de um corpo docente, e de suas posições ideológicas e políticas, e também de suas escolhas didáticas. Todo esse conjunto forma a identidade/perfil dos cursos, e este por sua vez corrobora para expressar uma ou mais, visão de mundo.

Outras questões instigam essa pesquisa são: Quais as diferenças significativas entre licenciatura e bacharelado? Até que ponto estão separados? Qual é a identidade/perfil de ambos? Como os cursos entendem a formação dos(as) professores(a)? e como entendem a formação do(a) bacharel? A relação



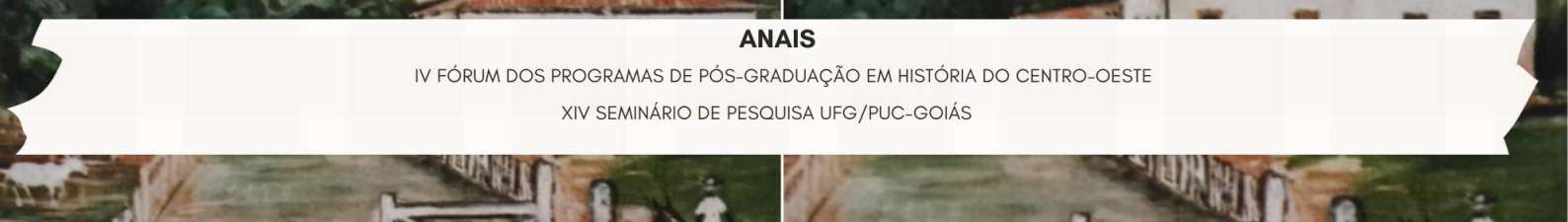
entre historiador(a) e professor(a) é um tema discutido na historiografia, pelo menos desde da década de 80 (FENELON, 2008).

Zamboni e Floresta (2008) ao tratar da formação de professores de História, e seu percurso histórico, abordam três temas: a) os cursos de licenciatura em Estudos Sociais e História; b) a dicotomia na relação entre licenciatura e bacharelado, entre teoria e prática, nos cursos de história; c) as diretrizes legais e curriculares estabelecidas para a formação de professores.

Ao pesquisar sobre os cursos de história em Goiás, podemos contribuir para as discussões sobre esses temas. Tomando como exemplo o curso de licenciatura da UFCAT, este tem como objetivo formar o professor(a)/pesquisador(a), assim compreende a docência em relação inerente a pesquisa. A pesquisa então tem como um de seus objetivos analisar como os cursos lidam com essas questões em sua estruturação, e por isso não limitamos o recorte apenas as licenciaturas, mas também o bacharelado precisa ser posto em perspectiva junto a licenciatura.

As questões levantadas nos parágrafos acima, perpassam pelas questões “o que é?” e “como se faz?” história, e também “como se ensina” história, levando isso em consideração, o objetivo específico desta pesquisa é analisar as disciplinas de teoria e metodologia da história, disciplinas que exploram tais questões. Nos perguntamos: qual o lugar da teoria e metodologia nos cursos nos cursos de história? pois entendemos estas disciplinas como as que embasam e dão fundamento para o entendimento das demais. Através dessas disciplinas supõem-se pode mapear as influencias epistemologias presente nos cursos, e analisar como essas influencias epistemológicas contribuí para a leitura da realidade social brasileira e mundial. Como objetivos específicos nos interessa, portanto: a) conhecer o perfil dos(as) licenciados(as) e dos(as) bacharéis egressos(as) desses cursos; b) verificar como a temática dos movimentos sociais contemporâneos são abordados nos PPCs; c) identificar as influencias epistemológicas presentes nos cursos, sobretudo nas disciplinas de teoria e metodologia.

A pesquisa abordará esses temas a esteira da historiografia disponível, com destaque para o campo da Educação Histórica, as discussões sobre Didática da História. A respeito da metodologia desta pesquisa, em primeiro momento se verifica o estado da arte sobre tema. Sobre os documentos, os principais serão os documentos oficiais produzidos pelas IES, com foco para os projetos pedagógicos dos cursos, documento este que reuni as matrizes curriculares, ementários, bibliografia e etc. O levantamento documental se deu através dos sites das IES, dos cursos, e também através de contato por e-mail com as coordenações dos cursos. Um dos critérios para a delimitação da pesquisa é a disponibilidade dos documentos, sendo assim o recorte temporal é de 2012 a 2019, por estar dentro desse período os PPCs disponíveis. No levantamento preliminar encontramos os PPCs de 13 cursos, e de 4 cursos da UEG não conseguimos acesso.



Embora alguns PPCs não estejam mais em vigência, e nos últimos anos alguns cursos estejam passando por uma transição para um novo PPC, não anula a importância desses documentos para uma análise retrospectiva de como os cursos estavam estruturados na última década. E por outro lado, pode contribuir para refletir sobre as mudanças atuais nas leis e regulamentos educacionais.

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS EM GOIÁS

A primeira instituição de ensino superior pública em Goiás, foi a Universidade Federal e Goiás, criada em 1960. A UFG assim como outras universidades federais é uma autarquia, entidade estatal com bens próprios e autonomia administrativa. Assim como propõem a constituição de 1988, é uma instituição laica, que como sabe-se na história do Brasil esse adjetivo começa a ser requisitado e reconhecido nas instituições públicas no século XX.

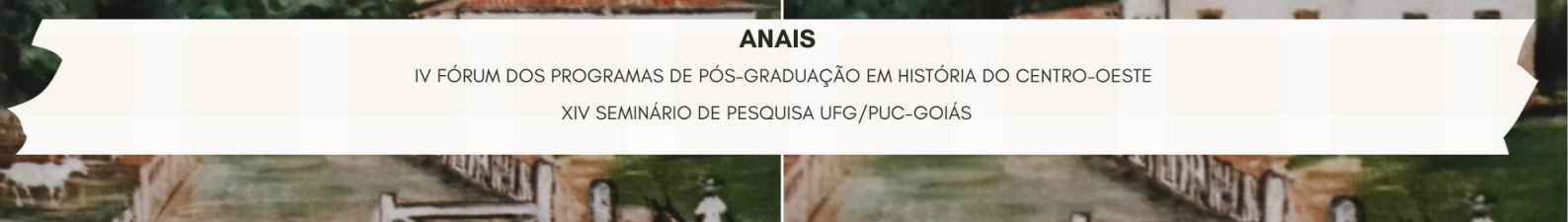
Assim como em outras universidades públicas pelo país, a UFG se apresentar como um espaço democrático, com pluralismo de ideias e respeito a diversidade. Por ser um ambiente que preza por esses valores, nas universidades encontra-se espaços para organizações de movimentos sociais, em especial dos estudantes, que levantam as bandeiras de luta de classes, raça, gênero e orientação sexual. A UFG desde seu início até hoje, mostra-se como um ambiente engajado na transformação social. A UFG possui 146, cursos. Além dos cursos de pós-graduação.

A Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e a Universidade Federal de Jataí (UFJ) eram até o ano de 2018 regionais da UFG, quando tiveram sua emancipação, e foram criadas as respectivas universidades por desmembramento, pela lei nº 13.634 e a lei nº 13.635.

A UFCAT surgiu primeiro como Unidade Acadêmica de Catalão, resultado de um convenio entre UFG e a Prefeitura municipal de Catalão, feito em 20 de dezembro de 1982, nas gestões do Prefeito Divano Elias e da Reitora Maria do Rosário Cassimiro.

Com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a UFCAT passou a ampliar seus câmpus, melhorando sua infraestrutura, construindo novos prédios que abrigam salas de aulas, laboratórios, biblioteca, etc.

Atualmente a UFCAT tem dois câmpus na cidade de Catalão e um total de 30 cursos de graduação, sete especializações, onze mestrados entre acadêmicos e profissionais, e três doutorados. A universidade ainda está passando pelo processo de transição, mas já funciona como uma universidade autônoma.



Assim como a UFCAT a UFJ foi primeiramente criada a partir de um convenio entre o município de Jataí e a UFG, ambas têm sua história ligada ao processo de ampliação e interiorização das universidades, que visavam o desenvolvimento e o atendimento das demandas nos interiores dos Estados. Hoje a UFJ possui dois câmpus, tem 25 cursos de graduação, cinco mestrados e um doutorado.

No processo de interiorização das IES a Universidade Estadual de Goiás (UEG) se destaca no estado de Goiás por ser a universidade com mais câmpus e unidades distribuídas pelo estado. Com oito câmpus e 33 unidades acadêmicas distribuídas pelo Estado de Goiás, são aproximadamente 140 cursos, incluindo a pós-graduação.

A quinta IES pública, o Instituto Federal de Goiás, também tem uma grande quantidade câmpus distribuídos pelo estado. O IFG tem 49 cursos superiores, além de mestrado e doutorados.

As cinco IES públicas, seguem princípios pedagógicos, que prezam pela democracia, pela pluralidade de ideias e por respeito aos direitos humanos, e também dentre seus princípios estão a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão, este considerado o tripe das IES públicas brasileiras.

BACHARELADOS E LICENCIATURAS: SIMILARIDADES

As IES UFG e UFCAT, são as únicas IES públicas de Goiás com cursos de bacharelado. Buscaremos nesse momento fazer uma análise comparativa entre os cursos dessas instituições, licenciatura e bacharelado, para explorar uma problemática que ao menos desde da década de sessenta está presente na historiografia sobre ensino de história, a questão da dicotomia professor(a)/pesquisador(a); ensino/pesquisa. Buscaremos observar como os PPCs lidam com essa questão, qual sua proposição para a superação dessa dicotomia. Esta seção busca também identificar as similaridades e as diferenças na formação de ambas habilitações. Para além de uma análise comparativa, faremos também uma análise qualitativa, busca-se caracterizar o perfil de cada habilitação.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), licenciatura e bacharelado, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) foram produzidos em 2013, quando a UFCAT ainda era ligada à Universidade Federal de Goiás (UFG). Os documentos possuem partes em comum. São fundamentados pela Resolução CEPEC Nº 733 de 07/12/2004; pelo Regulamento Geral dos Cursos de Graduação (RGCG) da UFG- Resolução CEPEC nº 1122/2012. Ambos os cursos são descritos como preferencialmente noturno e oferecem 50 vagas. No bacharelado a duração mínima é de 7

semestre, enquanto na licenciatura é de 8 semestre. No bacharelado a duração máxima é de 13 semestre, enquanto na licenciatura é de 14 semestre. A carga horaria no bacharelado é de 2440 horas, e na licenciatura é de 2824 horas. Os PPCs foram revistos para atender as leis:

leis 10639/2008 e 11645/2008 que regulamentam o ensino de História da África, dos Afrodescendentes e Indígenas; leis que instituem a obrigatoriedade de Libras nos cursos de Licenciatura (Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000); resolução CNE/CP Nº 01, de 17 de 2004, que institui diretrizes curriculares para o ensino de história das relações étnico-raciais e; resolução 999/2010 CEPEC/UFG, que inviabiliza o processo de conclusão de graus simultâneos nos cursos da UFG. (UFG, 2013a. p. 6)

Nestes documentos, é relatado o histórico do curso, apresentando suas especificidades e diferença em relação ao curso de história da UFG/Goiânia, sua relativa autonomia ao criar uma matriz curricular própria partir de 2005, neste ano as habilitações licenciatura e bacharelado foram separadas na UFG/Goiânia, porém em Catalão/UFG-UFCAT, que desde 1991 oferecia dupla habilitação, houve resistência à separação das habilitações, e uma permanência de um único curso com dupla habilitação, licenciatura e bacharelado. De acordo com o PPC do Bacharelado:

O Curso de História do CAC-UFG passou a oferecer a modalidade única de graduação em História com duplo grau acadêmico de licenciatura e Bacharelado em História, graus acadêmicos oferecidos simultaneamente ao longo de um período mínimo de 4 anos, em regime semestral, [...]. O curso funcionou desta maneira de 2005 a 2012, quando fomos interpelados pela PROGRAD no sentido de promovermos esta revisão a fim de separar a conclusão dos dois graus acadêmicos (Bacharelado e Licenciatura) para dar cumprimento às determinações da Portaria 999/2010 CEPEC/UFG. (UFG, 2013a. p. 9)

Mesmo após a separação das habilitações e a divisão do curso em dois, encontramos muitas similaridades nos dois PPCs. Em partes essa similaridade dos Projetos Pedagógicos dos cursos, pode ser explicada pela concepção de história que busca formar o(a) professor(a)/pesquisador(a), uma proposta de formação que não desassocia teoria e prática. No PPC da licenciatura lemos: “O Curso de licenciatura em História do Campus Catalão/UFG capacita ao exercício do trabalho de Historiador e Historiadora, em todas as suas dimensões, sem distinções entre professores e pesquisadores” (UFG, 2013b, p. 15). Essa concepção de formação nos traz algumas indagações: ao defender uma formação de professor(a)/pesquisador(a), há sobreposição de ênfase na pesquisa ou no ensino? Ou a formação encontra-se em balaço harmônico desses dois polos de atuação? Ao observar os objetivos descritos nos dois PPCs podemos começar esboçar possíveis respostas.

Nos objetivos gerais observamos a similaridade, porém com mudança de ênfases evidenciando as diferenças, notamos que sete dos objetivos específico são os mesmos nos dois PPCs, podemos

dizer que são objetivos relacionados a disciplina história enquanto ciência, comum as duas habilitações. É possível ver a especificidade de cada curso, em especial nos dois objetivos específicos da licenciatura, ligados ao ensino, que não encontram correspondência no bacharelado. Em relação ao objetivo específico “Adoção da pesquisa como uma dimensão da formação do trabalho docente”, o PPC da licenciatura acrescentar ainda na sua seção “A pratica profissional” que

Na atuação profissional deverá ser observado o diálogo e a interrelação entre o ensino e a pesquisa, entre a teoria e a pratica, para que no ambiente escolar o profissional ou a profissional de História seja parte do processo de produção do conhecimento histórico em conjunto com seus alunos e alunas. (UFG, 2013b p. 13)

A proposta de relacionar a pesquisa e o ensino, parece se aproximar das discussões do campo da Educação Histórica, onde busca pensar o ambiente escolar como um espaço para produção do conhecimento histórico, e não apenas como um lugar de transmissão de conhecimento. Também na seção A pratica profissional do PPC da licenciatura, faz uma relação com mercado de trabalho pra além da sala de aula, o que indica que curso de licenciatura busca formar um profissional que possa atuar em áreas diversas, não apenas no campo educacional

A prática profissional do licenciado e da licenciada em história, devido a sua formação também relacionada com o campo da pesquisa, poderá ser desenvolvida também na forma de assessorias culturais e políticas, gestão de patrimônio e arquivos históricos, assim como a avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação. (UFG, 2013b p. 13)

As disciplinas que parecem corroborar para uma formação em licenciatura em relação próxima com a pesquisa são as disciplinas ligada ao trabalho de conclusão de curso (TCC), elas são as mesmas disciplinas do curso de bacharelado, onde é exigida a produção de uma monografia como TCC: Pesquisa Histórica I, Pesquisa Histórica II, Seminário de Pesquisa, Monografia.

Essas disciplinas começam a ser ministradas para as turmas de licenciatura e bacharelado a partir do quarto período, sendo que para bacharelado segue sequencialmente até o sétimo e último período do curso de bacharelado, e enquanto na licenciatura pula-se um semestre, e retorna no oitavo e último. Entretanto na licenciatura espere-se que no sétimo período a pesquisa continue de forma autônoma com o diálogo entre discente e docente. As disciplinas Pesquisa Histórica I e II, são do núcleo comum as duas habilitações, e as disciplinas Seminário de Pesquisa e Monografia são do núcleo de especificas, embora as ementas e bibliografia sejam a mesma para ambas habilitações, o que nos leva a perguntar, porque parte do processo de elaboração da monografia é entendido como núcleo comum e outra parte como núcleo específico? Sendo que nos documentos não há diferença nas disciplinas.

Nas ementas é descrito o que se espera de cada disciplina, nas disciplinas de Pesquisa Histórica I e II, o(a) discente inicia seu processo de pesquisa conhecendo métodos e técnicas de pesquisa, ao(a)

discente é dada a liberdade para escolher tema de sua pesquisa, ao final da disciplina Pesquisa Histórica II, o(a) discente tem que estar com o um projeto de pesquisa completo, e convidar um(a) docente para ser orientador(a). Na disciplina Seminário de Pesquisa a pesquisa prossegue em desenvolvimento agora com um(a) docente orientador(a).

As reuniões de orientação deverão ser preferencialmente quinzenais ou semanais, a partir do 6º (sexto) período, podendo ser combinadas livremente, e ficam sob responsabilidade do orientador ou orientadora, que atentarão ao acompanhamento do orientando ou orientanda, servindo este processo como parte do processo avaliativo no momento da defesa final do trabalho. (UFG, 2013b p. 72-73)

Além do(a) docente orientador(a), a disciplina Seminário de Pesquisa, assim como também na disciplina Monografia, terá um(a) professor(a) responsável pela turma e a disciplina, a este fica responsável de promover as discussões sobre os andamentos das pesquisas entre os discentes, como também organizar os processos burocráticos de organização de qualificação e defesa da monografia. Tanto a qualificação como a defesa são compostas por uma banca de docentes escolhidos(as) pelo(a) o(a) orientador(a) e o(a) discente, geralmente composta de dois(duas) docentes mais o(a) orientador(a).

Observando a descrição da proposta para atividade de monografia, podemos fazer as seguintes questões: qual a posição da monografia na dicotomia teoria-prática, ensino-pesquisa? a monografia contribuir para sua superação ou a aprofunda? Sobre essas questões, de articulação entre teoria e prática, o PPC de licenciatura argumenta que

A pesquisa histórica monográfica possibilita situar na prática as condições de produção do conhecimento histórico, que do contrário seriam apenas transmitidos em sala de aula, o que permite a percepção de novas dimensões metodológicas e teóricas que de outro modo não poderiam ser percebidas. Desse modo, a prática torna-se o objeto de pesquisa permanente do licenciado ou licenciada em História durante sua formação e na futura atuação profissional. Esse enfoque permite a construção de pesquisa histórica que garanta o aprendizado dos conhecimentos históricos e a maneira como são produzidos e transmitidos. (UFG, 2013b p. 14)

A monografia na matriz curricular dos cursos da UFCAT parece ser a resposta do curso à dicotomia entre ensino e pesquisa. O curso busca uma formação sólida teórica e metodológica, como forma para superar a dicotomia ensino-pesquisa. O processo de monografia ocorre durante a toda a segunda metade do curso, quatro semestres (dois anos) na licenciatura e três semestres no bacharelado (um e meio). Todo esse processo assemelha-se com o processo de pesquisa no mestrado, claro que em proporções diferente, não se espera o mesmo do nível de graduação o que se espera do nível de mestrado. Déa Fenelon (2008) nos anos oitenta, criticava a dicotomia ensino/pesquisa, e os rumos da Academia enquanto instituições despolitizadas, e pontava a necessidade haver nos cursos de graduação em história a prática em pesquisa, a autora argumenta que



O conhecimento é visto como algo passivo, despolitizado e sempre intelectualizado, e a História que se produz dentro destes limites institucionais com esta perspectiva, não consegue mais do que formar profissionais que serão os reprodutores destas concepções, perspectivas, informações, saber, etc. Dentro da lógica do sistema e da política educacional é isto o que se separa da Universidade, haja vista as experiências que vivemos a respeito de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, etc. O que realmente se quer é a formação do profissional, sobretudo o professor como o “vulgarizador” do conhecimento, que portanto não precisa aprofundar ou aprender a refletir historicamente. De fato, dissociado da prática, o fazer História se torna abstrato e a História, enquanto disciplina, não faz mais do que reproduzir um conhecimento desarticulado, despolitizado, fragmentado, especializado, cada vez mais tomado como prática educativa destinada a desenvolver nos alunos o mito da “memória nacional”, com seus ritos e maniqueísmos de violões e heróis. (FENELON, 2008 p. 26)

Ao analisar o PPC da licenciatura da UFCAT, podemos perceber o quanto a perspectiva da formação em história avançou, a pesquisa na licenciatura ganha espaço. A intenção é formar um professor(a)/pesquisador(a) e domine a o conhecimento histórico e com ele é produzido. O PPC assim apresenta propostas para o rompimento da distância entre a formação pedagógica e a formação para pesquisa. Mas isso suscita outras questões, nessa forma de matriz curricular, a interação entre ensino e pesquisa se dá de forma harmônica e orgânica? Ou há uma sobreposição de ênfase? Ao abrir espaço para pesquisa na formação em licenciatura, ocorre uma valorização da imagem do(a) pesquisador(a) em detrimento da imagem do(a) professor(a)? Para analisar essas questões cabe evidenciar o que distingue licenciatura e bacharelado, exercício esse que prossegue na pesquisa de mestrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou de forma sintética apresentar os resultados parciais da pesquisa de mestrado em andamento. Na pesquisa, cuja o objeto são os cursos de história das IES públicas de Goiás, as temáticas giram em torno das histórias desses cursos, suas origens e desenvolvimento através do tempo, mas é principalmente da formação que esses cursos estão oferecendo que o artigo buscou tratar, nesse sentido, o presente artigo contém argumentações que estão sendo desenvolvidas na dissertação de mestrado.

Aqui objetivou-se apresentar as IES públicas do Estado de Goiás, e fazer uma análise comparativa entre os cursos de bacharelado e licenciatura, destacando os cursos da UFCAT e as similaridades que estes apresentam, com isso o artigo buscou contribuir com a discussão sobre a dicotomia entre ensino e pesquisa, entre a formação para ser professor(a) e a formação para ser pesquisador(a). Sobre os documentos utilizados para análise, os PPCs, vale lembrar que mesmo com as possibilidades de análise postas por esses documentos, existe a limitação por não poder explorar a

dimensão de sua aplicação, isto é, a realidade empírica das salas de aulas, o conhecimento empírico sobre as pessoas que fazem o curso funcionar, docentes, discentes e técnicos(as). Então estamos cientes de que a realidade, por vezes, transcende o que contém o documento.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

BARCA, Isabel. **Aula oficina: do projeto à avaliação**. In BARCA, Isabel (Org.), Para uma Educação Histórica de Qualidade. Atas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: CIED, Universidade do Minho, 2004, p. 131-144.

_____. Ideias chave para a educação histórica: uma busca de (inter)identidades. **História Revista**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2012. DOI: 10.5216/hr.v17i1.21683. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/view/21683>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. [S.l: s.n.], 2008.

BORGES, S. A. **Os cursos de história da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.

CAVALCANTI, Erinaldo V. A história encastelada e o ensino encurralado: reflexões sobre a formação docente dos professores de história. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 249-267, nov./dez. 2018.

CERRI, L. F. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

FENELON, Déa. “**A questão de Estudos Sociais**”. In: ZAMBONI, Ernesta (Org.) A prática do ensino de história. São Paulo: Vozes; Cedes, 1984.

_____. A Formação do Profissional de História e a Realidade do Ensino. **Tempos Históricos**: volume 12; 1º semestre 2008. p. 23-35.

FERREIRA, M. M. **Notas sobre a institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro**. In GUIMARÃES, M. L. S. (Org). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História ensinada**. 11.ed. Campinas (SP): Papirus, 2010.

_____. **Ser professor no Brasil: História Oral de Vida**. 3.ed. Campinas (SP): Papirus, 2006.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. **História & Ensino de História**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.



LINHARES, Maria Yedda Leite. **O lugar das disciplinas pedagógicas no curso de História.** In: SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR, 1., 1961, Marília (SP). Anais... São Paulo: FFCL-USP, 1962. p.161-187.

NASCIMENTO, T. R. “A formação do professor de História no Brasil: percurso histórico e periodização”. **Revista História Hoje**, vol. 2, número 4, 2013, p.265-304.

RODRIGUES, M. C. de M. **A institucionalização da formação superior em história: o curso de geografia e história da UPA/URGS – 1943-1950.** 2002 Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002

ROIZ, D. S. **A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956.** 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp, Franca, 2004.

ROSSATO, Luciana. “**Formação docente inicial no curso de História na Universidade do Estado de Santa Catarina: experiências e reflexões sobre o ensino de História**”. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (org.). Jörn Rüsen e o ensino de história. Curitiba: ED UFPR, 2011.

SILVA, Norma Lucia da; FERREIRA Marieta de Moraes. Os Caminhos da Institucionalização do Ensino Superior de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011.

VILLALTA, Luiz Carlos. “Dilemas da relação teoria e prática na formação do professor de História: alternativas em perspectiva”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26 p.223-232, set. 1992-ago. 1993.

ZAMBONI, E.; FLORESTA, S. G. (orgs.). **Espaços de formação do professor de História.** Campinas: Editora Papirus, 2008.

PATRIMÔNIO CULTURAL DE PORTAS FECHADAS? IGREJA SÃO FRANCISCO DE PAULA E IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ABADIA NA CIDADE DE GOIÁS

*Aline Cristina Pinheiro Barroso*⁴⁷³

RESUMO

Esta pesquisa busca trazer uma reflexão sobre o modo de gestão do Patrimônio Cultural da cidade de Goiás, no que diz respeito ao acesso da comunidade a esses bens que se encontram fechados. O enfoque será nas ações de preservação dos órgãos públicos, suas atribuições e como isso afeta a comunidade detentora deste Patrimônio. O objetivo é evidenciar sobre o uso e ausência de uso dos monumentos Igreja de São Francisco de Paula e Igreja de Nossa Senhora da Abadia, relacionando o histórico dos edifícios, a legislação, a fiscalização do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), expondo as dificuldades geradas e consequências da COVID-19, que complicaram ainda mais a abertura contínua desses espaços. Este trabalho manifesta sobre a necessidade de ações efetivas que tragam uso contínuo aos monumentos que se encontram fechados. A pesquisa faz um recorte focando nos monumentos da Igreja São Francisco de Paula e Igreja de Nossa Senhora da Abadia, em que a primeira se encontra em uso contínuo nos últimos anos em ação realizada pela Irmandade Bom Senhor Jesus dos Passos, e a segunda permanece fechada, sendo aberta somente na época da celebração de sua padroeira e na Semana Santa. O produto da pesquisa será o acesso às duas igrejas por meio de visita virtual através de um endereço na internet.

Palavras Chave: Cidade de Goiás, Patrimônio Cultural, Igrejas tombadas.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o desafio da conservação das igrejas tombadas da cidade de Goiás, com o foco na Igreja São Francisco de Paula, e Igreja de Nossa Senhora da Abadia, evidenciando sobre a importância de aplicação de uma gestão que permita o acesso a população, e o uso desses espaços durante todo ano, e não somente em dias específicos nos quais ocorrem as manifestações religiosas. Cabe ainda, ressaltar, os novos desafios que surgiram com a pandemia em decorrência da Covid-19. A proposta visa estudar a aplicação de uma gestão conservação por meio

⁴⁷³ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio – PROMEP/UEG
Orientadora: Profa Dra. Keley Cristina Carneiro.

da apropriação dos espaços, trazendo com isso, benefícios para estes monumentos que se encontram em processo de degradação gradualmente, por ausência de manutenção e ausência de uso contínuo.

De acordo com Rabello (2009), o Decreto Lei nº25/1937 ao referir-se ao seu objeto de preservação, entende-se que embora o bem a ser preservado que detém o valor, este valor se constitui de um bem susceptível de apropriação individual, por seu valor ser imaterial, e não econômico. “Os valores contidos nas coisas de interesse cultural formam, no seu todo, o “patrimônio histórico e artístico nacional”, que é uma universalidade que, como bem jurídico, interessa a toda coletividade, à sociedade nacional” (RABELLO, 2009: p.76). Desta forma, entende-se que se o bem é de interesse da coletividade, a comunidade e os cidadãos passam a ter o direito de tê-lo protegido.

Conforme Tanscheit (2017), a arquitetura permite transformar áreas construídas e espaços públicos em locais democráticos e de acesso a todos os cidadãos, podendo tratar questões sociais e até promover o desenvolvimento da economia local. Logo, ao refletir sobre o processo de conservação nesses espaços públicos, a pesquisa se torna fascinante e complexa. “Envolve uma série de outras disciplinas e contorna os mais diversos atores sociais e esferas de poder. Nada mais justo, afinal, a cidade é o espaço de atuação dos diversos atores sociais e dos conflitos e embates entre eles, é espaço de poder e é o produto material da cultura de uma comunidade”(OLIVEIRA, 2014, p.16).

Observando a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo nº216 parágrafo 1º, nota-se que a responsabilidade de proteção dos bens culturais é do poder público com a colaboração da comunidade:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 1988).



A Cidade de Goiás possui o maior conjunto arquitetônico e urbanístico tombado pelo IPHAN no estado de Goiás. Os primeiros edifícios selecionados foram os considerados de maior expressão do período colonial e o perímetro urbano entre o Chafariz e a Rua de Fundação, em 1950/1951. Foram tombados de forma isolada os monumentos da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, Igreja de Nossa Senhora D'Abadia, Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, Igreja São Francisco, Igreja de Santa Bárbara, Capela de São João Batista, Palácio Conde dos Arcos e Casa de Câmara e Cadeia. Em 1978, o conjunto urbano se expandiu e foi inserido no tombamento. Em 2001 foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial e, com isso, foi incluído no tombamento em 2004 os demais perímetros do período colonial, imperial e dos primeiros anos da República (IPHAN).

A área tombada pertencente ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da cidade de Goiás possui aproximadamente 800 imóveis abrangendo perímetro de 10665,77 metros lineares, e a área de entorno cerca de 2000 imóveis atingindo perímetro de 8883,62 metros lineares. (IPHAN)

Os monumentos tombados pertencentes ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Goiás ainda preservam suas características arquitetônicas, com sistemas construtivos tradicionais (adobe, taipa e pau-a-pique) e sua harmonia na paisagem, em que os imóveis se adaptam ao relevo local. (LIMA, 2008)

A IGREJA SÃO FRANCISCO DE PAULA

A Igreja São Francisco de Paula é tombada através do Processo nº345-T-42, e está inscrita no Livro de Tombo de Belas Artes, inscrição nº359, em 13 de abril de 1950. O Tombamento inclui o edifício e seu acervo (imagens, alfaias e móveis antigos entre outros).

De acordo com a documentação presente no arquivo histórico do IPHAN, a Igreja São Francisco de Paula foi a terceira construída em Goiás no ano de 1961, por Antonio Thomaz da Costa e “outros”. Encontra-se situado à Praça Zacheu Alves de Castro, estruturada sobre uma elevação em frente ao Rio Vermelho. Possui fachada plana, com cruzeiro de madeira no adro e torre sineira do século XIX separada do corpo da igreja. O acesso é feito de duas formas: “Pelo lado direito por dois lances de escada de pedra, e do lado esquerdo por um único, todo murado, que se encontram no patamar central ante um adro também com pisos de lajes de pedra, com tradicional cruzeiro. Dois portões de madeira, de treliça. Fecham o acesso.” (IPHAN)

Em documentação relativa à obra de conservação da Igreja no ano de 1980 (arquivo IPHAN), em projeto elaborado pela 7ª Coordenação Regional da SPHAN (atual IPHAN), e obra executada



pela empreiteira Construtora Aliança LTDA, em um convênio entre SPHAN E SUPLAN, o monumento é descrito:

As linhas arquitetônicas do templo traduzem a singeleza que caracteriza os monumentos de Goiás; seu largo e bem proporcionado frontispício, traduzido por um corpo central delimitado por pilastras e coroado por frontão retilíneo se expande para os dois lados, correspondendo aos corredores laterais à nave.

As folhas de segurança da porta central, das duas laterais (uma de cada lado). E das janelas rasgadas do coro são todas do tipo de calha.

As janelas do coro possuem guarda corpo de balaústre de madeira recortados.

Pequena janela sobre a porta lateral direita deixaria passar o som do sino dobrando.

A correspondente do lado esquerdo foi emparedada.

As pilastras da fachada se encimam por pináculos, e um óculo circular completa as características do conjunto.

De acordo com Coelho (2017), ao relacionar a Igreja São Francisco de Paula com os demais edifícios religiosos históricos da cidade de Goiás, nota-se que possuem características comuns, sendo a composição da fachada com um corpo central e janelas do coro limitadas por molduras de massa em relevo, e para-vento entalhado com balaústre de madeira recortada.

Compondo o conjunto da fachada, dois corpos laterais simétricos são formados internamente por duas salas cada um, apresentando acessos independentes da entrada principal, além de possuírem proporções que a destacam mais ainda. Sobre essas portas secundárias podem ser vistos, do lado do Evangelho, uma pequena janela que, segundo a tradição, serviria para deixar entrar o som dos sinos no templo. Do lado da Epístola⁴⁷⁴, que possui o telhado mais baixo, a falta da janela foi até pouco tempo suprida pela colocação de um emoldurado de massa nas mesmas medidas daquele que contorna a janela existente no lado oposto da fachada, o que constituía um elemento falso, mas de uso corrente, tendo a finalidade de manter o equilíbrio e proporções entre formas e medidas dos elementos decorativos, princípio básico da origem ou influência maneirista que tiveram tais edifícios. (COELHO, 2017: p. 21-22)

Conforme Coelho (2017), é uma das duas únicas igrejas que possuem forro com pintura, e a única que possui pintura também no forro de sua capela-mor. As pinturas tratam sobre a vida de São Francisco de Paula, e autoria é atribuída à André Antônio da Conceição. Segundo Etzel (1906), o forro foi pintado em 1869.

Segundo Etzel (1906: p.193), o altar mor⁴⁷⁵ é de linhas simples, porém possui duas volutas⁴⁷⁶ encimadas por uma concha, acima das cornijas⁴⁷⁷. “O sacrário também com talha muito simplificada,

⁴⁷⁴Lado da Epístola – expressão utilizada para designar o lado (nave, absidiolo) direito de um templo, quando observado da entrada principal. Fonte: <http://www.conventocristo.gov.pt>.

⁴⁷⁵Altar principal de uma igreja, localizado em ponto oposto à porta de entrada.

⁴⁷⁶ Ornato em forma de espiral que aparece nos capitéis de colunas clássicas, especialmente nas jônicas. Fonte: www.colegiodearquitetos.com.br.

⁴⁷⁷Conjunto de molduras que serve de arremate superior às obras de arquitetura. O elemento arquitetônico cornija é uma faixa horizontal que se destaca da parede, a fim de acentuar as nervuras nela empregadas. Fonte: www.colegiodearquitetos.com.br.



com uma cruz que originalmente foi pintada de vermelho. Não há douração primitiva. Hoje, apenas com purpurina dourada.” (ETZEL 1906: p.193). De acordo com Rosa (2020):

São Francisco de Paula é uma igreja simples, como todas as igrejas de Goiás, desprovida de alfaías trabalhadas, ouro e pedras preciosas. Porém é uma igreja rica em arte. E isso é automaticamente notado ao visitante que entra e olha para o teto. O céu da São Francisco é uma apoteose de uma vida mística. Um choque cinestésico. Algo que preenche todos os campos da percepção sensorial através da visão. O céu da São Francisco é uma epifania de cores retratando a vida de São Francisco de Paula e seus milagres. As pinturas se derramam do teto do altar mór ao teto da nave, em medalhões cheios de arabescos. Medalhões cartonários de tonalidades mais lúgubres, fechadas e sombrias no altar mór, e com tons mais pastéis, alegres e leves no corpo da Igreja. (ROSA, 2020: p. 129)

A Igreja São Francisco de Paula tem como proprietário oficial a Diocese de Goiás (IPHAN), e sua conservação é realizada pela Irmandade Bom Senhor Jesus dos Passos, instituída na cidade de Goiás pelo padre português Doutor João Perestello de Vasconcelos Spíndola, em 1745, que de acordo com Rosa (2012):

Tendo saudade das procissões de sua terra natal, implanta em Goiás o culto ao Senhor Bom Jesus dos Passos, com características semelhantes às cidades de Sevilha e Toledo na Espanha, também na Península Ibérica. A Irmandade foi criada com o objetivo de enaltecer a Semana Santa, o ápice da fé cristã. (ROSA, 2012: p. 18)

O uso contínuo é de grande importância para a conservação da Igreja São Francisco, tendo em vista que são realizadas missas periódicas, e limpeza semanal do monumento, a abertura das portas e janelas traz ventilação natural ao ambiente, além dos registros existentes de ações de manutenção do monumento realizados e custeados pela irmandade, como pintura, manutenção da cobertura, manutenção do piso, substituição de extintores, e limpeza contínua.

Além dos conflitos existentes entre comunidade e IPHAN, Rosa (2012) revela ainda a existência de conflitos entre a Irmandade e a Diocese de Goiás:

A ação cultural da Irmandade é uma forma de resistência que tem relevância exatamente pelo mesmo motivo que ela se estabeleceu no passado: a manutenção de uma tradição, um costume, o que, no século dezoito, por exemplo, era notoriamente uma preocupação de toda a sociedade cristã. Diante da modernização do cenário social e cultural, diante da desvalorização da maioria das tradições, manter uma por séculos ironicamente tornou-se algo de uma minoria que tem de resistir a ataques constantes de outras tendências, discursos e práticas culturais. A intervenção da Igreja oficial no funcionamento da Irmandade é um exemplo prático de como isso tem acontecido durante os séculos e é um conflito revelador, no sentido de mostrar que há interesses diferentes entre a Igreja e a Irmandade, e mostra que a Igreja tolera a ação da Irmandade e a mantém dentro de sua supervisão, enquanto a Irmandade mantém sua ação apesar das tentativas de 64 modificação e proibição da Diocese, que inclusive, é a proprietária oficial da sede da Irmandade, a Igreja de São Francisco de Paula. O seu mobiliário, a imagem do Santo, os documentos e outros instrumentos



artísticos e processionais são da Irmandade, passando à Diocese apenas em caso de extinção da organização. (ROSA, 2012: p. 63).

No arquivo histórico do IPHAN se encontram documentos que revelam diálogos, solicitações de informações, e trâmites relativos à Igreja São Francisco de Paula, conforme figura 11 abaixo. Em janeiro de 1988 o provedor da Irmandade Bom Senhor Jesus dos Passos encaminha ofício à diretora regional responsável pelo Escritório Técnico do IPHAN em Goiás, no qual solicita reunião para tratar sobre obra de restauração que acontecia naquele momento.

Em março do mesmo ano o provedor cita uma reunião, e aponta que a irmandade contratou a restauradora Terezinha Amancio Costa para acompanhar a obra, indicando que a mesma possuía especialização pelo Centro de Conservação-Restauração de Bens Culturais (CECOR) em Belo Horizonte solicita celeridade quanto à restauração do forro. A obra foi realizada com recurso do Ministério da Cultura, sendo Cz\$ 36.400,00 cruzeiros para a Restauração do forro, e Cz\$ 25.000,00 cruzeiros a serem destinados para a instalação da Oficina de Conservação e Restauração de Bens Imóveis.

De acordo com Rosa (2020), a Igreja São Francisco de Paula além de guardar patrimônio material e imaterial, também abriga uma enorme produção cultural e artística, tendo em vista que a mesma abriga um dos cenários mais marcantes da Semana Santa em Goiás: o ápice da Procissão do Fogaréu simboliza em que o Jardim das Oliveiras, em que se dará a prisão de Cristo.

Além da importância para cidade de Goiás no âmbito histórico e no que diz respeito às celebrações religiosas, de acordo com Rosa (2012) a Irmandade Bom Senhor Jesus dos Passos realiza atividades de forma contínua: É importante ressaltar que a Irmandade tem atividades por todo ano e reúne-se nas primeiras sextas-feiras do mês, na sua sede, a Igreja de São Francisco de Paula, mas é na Quaresma que se intensificam as suas atividades culturais e religiosas.

De acordo com o processo nº 01516.000058/2018-43, com acesso disponível através do SEI (Sistema Eletrônico de Informação) disponibilizado no site do IPHAN (link de acesso: <https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/>), pode-se acessar os documentos e trâmites relativos a Igreja de São Francisco de Paula, com ofícios direcionados à Diocese de Goiás (proprietária), e relatórios de fiscalização com fotos identificando o estado de conservação do monumento. A documentação disponível neste processo está entre os anos de 2017 e 2019.

Os relatórios da Igreja São Francisco de Paula apontam problemas decorrentes de umidade, provenientes da ação natural do tempo tendo em vista a alvenaria de terra e as esquadrias em madeira que possuem necessidade de manutenção constante, entretanto, o estado de conservação é considerado bom, e o monumento passa por monitoramento constante e correções, através do cuidado

da irmandade Bom Senhor Jesus dos Passos, no que se refere à pintura, manutenção do telhado, extintores em dia, e uma obra de conservação realizada em 2019, com manutenção do piso, pintura, manutenção das esquadrias, dentre outros.

Em 08 de abril de 2022 foi realizada a visita na Igreja de São Francisco de Paula, para gravação das imagens que compõe o produto final desta pesquisa. Na ocasião se pode constatar que há problemas provocados por umidade ascendente e descendente, apodrecimento de trecho de uma das janelas, pintura soltando, e reboco soltando de alguns trechos que aparentemente foram realizados recentemente com argamassa que não se associou à antiga.

A IGREJA DE NOSSA SENHORA DA ABADIA

A Igreja de Nossa Senhora da Abadia é tombada por meio do Processo nº345-T-42, e está inscrita no Livro de Tombo de Belas Artes, inscrição nº358, em 13 de abril de 1950. O Tombamento, assim como a Igreja de São Francisco, inclui o edifício e seu acervo (imagens, alfares e móveis antigos entre outros).

De acordo com Etzel (1906), a Igreja de Nossa Senhora da Abadia foi construída em 1790, e é a mais recente das igrejas históricas da cidade de Goiás e foi construída com esmolas do povo. A igreja é semelhante a uma capela, em razão de sua extensão de 17 metros de comprimento, localizada em um lote de esquina, na Rua da Abadia.

Conforme Coelho (2017) a construção foi realizada pelo padre Salvador dos Santos Batista, que naquele momento ela seria “pobre, pequena, e possuidora de um campanário com um relógio executado pelo competente e preguiçoso artífice José da Maia” (COELHO, 2017, p. 45). O autor cita ainda que embora o monumento tenha sua fachada simples, a boa qualidade do acabamento pode ser observada desde o seu frontispício⁴⁷⁸ até o interior, um dos mais requintados da região. Segundo Etzel (1906), a igreja de Nossa Senhora da Abadia é:

A jóia das construções religiosas de Vila Boa, sobretudo pela harmonia de proporções de um barroco modesto mas bem distribuído. [...] O interior é fascinante, o arco cruzeiro de madeira, com capitéis e cornijas de madeiras, tendo o corpo vertical liso de secção triangular. Este arco emoldura a capela-mor onde se vê um altar de barroco simplificado, com 4 colunas lisas e telha enfeitando a base, incluindo o sacrário todo trabalhado. O nicho profundo é emoldurado por fina talha; no arco superior do retábulo, há, além da talha, 04 florões que dão acabamento às colunas. Já no corpo da igreja, destaca-se a beleza da mesa de comunhão, com colunas de recorte e um pequeno confessionário do mesmo estilo. Notável ainda o púlpito, cuja frente é toda enfeitada de talha rendada de pouco relevo. (ETZEL, 1906: p.194)

⁴⁷⁸ É um elemento arquitetônico constituído, genericamente, pelos elementos decorativos da parte frontal de uma construção, sobretudo na área da fachada. Fonte: <https://educalingo.com/pt/dic-pt/frontispicio>.

Conforme documentação contida no arquivo histórico do IPHAN, a igreja se situa em meio a harmonia do casario do século XVIII predominantemente térreo, alinhada a testada do lote, que conservam em sua maioria as características originais. O conjunto não possui afastamentos laterais, inclusive a igreja e o imóvel vizinho.

A Igreja de Nossa Senhora da Abadia possui paredes externas em taipa-de-pilão, e internas de adobe e pau-a-pique. O piso da nave e coro são em madeira, e na capela mor parte em madeira e em mezaneta. Há uma porta de acesso comunicando a capela-mor e a rua lateral, o que não se encontra em nenhuma outra construção religiosa do estado de Goiás. “ O único templo em todo estado a apresentar arco cruzeiro chanfrado e o acesso ao púlpito feito por escada retrátil. A tribuna sobre a sacristia é aberta para o interior da nave e um pequeno corredor faz acesso ao coro”. (IPHAN)

Conforme Etzel (1906), o forro da nave é decorado com pintura que representa Nossa Senhora do céu entre anjos. O autor é desconhecido, e apresenta policromia “de belo efeito, com restos da douração” (ETZEL, 1906: p.194) De acordo com Coelho (2017) o forro se apresenta em três esteiras, com uma pintura que

[...] pelo requinte do acabamento, destoa de todos os outros forros pintados encontrados no Estado. Apresenta como tema central Nossa Senhora da Abadia, circundada por outras figuras celestes, entre tronos, púlpitos, colunatas e arcos, em um bem elaborado trabalho de perspectiva de características barrocas. (COELHO, 2017: p.46)

No arquivo histórico do IPHAN se encontra documento datado de 04/02/1949 no qual prefeito da cidade de Goiás Augusto Fleury encaminha correspondência à Rodrigo Melo Franco de Andrade, informando sobre a importância da Igreja de Nossa Senhora da Abadia e informa que a mesma se encontra em estado de ruína, pedindo providências. Em 20 de junho o prefeito municipal em exercício encaminha correspondência agradecendo pelo envio do recurso com imagens da Igreja restaurada. Nas pesquisas do arquivo histórico do IPHAN, nota-se que em maioria da documentação mais antiga, as tratativas relacionadas à igreja são feitas entre IPHAN e Prefeitura Municipal de Goiás.

De acordo com o processo nº01516.000141/2018-12, com acesso disponível através do SEI (Sistema Eletrônico de Informação) disponibilizado no site do IPHAN (link de acesso: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0), pode-se acessar os documentos e trâmites relativos a Igreja de Nossa Senhora da Abadia, inclusive Ofícios direcionados à Diocese de Goiás (proprietária), e relatórios de



fiscalização com fotos identificando o estado de conservação do monumento. Nos relatórios, percebe-se a ausência de manutenção e danos decorrentes de falta de uso do espaço, com imagens que mostram as patologias e as legendas que indicam o problema pontual exposto, como infiltração, reboco soltando, extintores vencidos, dentre outros. A documentação disponível neste processo está entre os anos de 2018 e 2019.

Em 08 de abril de 2022 foi realizada visita ao monumento, no qual foi aberta a Igreja exclusivamente para a gravação e produção do produto desta pesquisa. O cenário encontrado é semelhante ao identificado nos relatórios do IPHAN encontrados no site para acesso público, entretanto nota-se que os danos estão se agravando com o passar do tempo, indicam problemas graves como infiltração descendente, extintores vencidos, pulverulência, a vegetação se alastrou no quintal impossibilitando a passagem até os banheiros existentes, telhas quebradas, vegetação na cobertura, muitas sujidades, teia de aranha, e poeira no piso e nos bens integrados, e os paramentos existentes estão danificando, tendo em vista estar sob ponto de infiltração descendente se encontra infestado de fungos. Nota-se que a massa corrida citada no documento, não foi retirada, e que foi realizada pintura externa do monumento com tinta inadequada, que se encontra descascando haja vista a incompatibilidade com a técnica construtiva tradicional, e a pintura que existe na camada inferior, sendo pintura à cal.

O IMPACTO DA PANDEMIA DO COVID 19 NAS IGREJAS DA CIDADE DE GOIÁS

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de corona vírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou o corona vírus uma emergência de saúde pública de âmbito internacional. O setor cultural foi gravemente afetado pela pandemia em todo o mundo, com o cancelamento de eventos, celebrações, e fechamento dos espaços públicos e privados, de modo a evitar aglomerações, e promover o distanciamento social. O fechamento dos espaços e cancelamento de eventos também chegou na cidade de Goiás, tendo seu primeiro decreto publicado pelo município em 16 de março de 2020 no qual determina o cancelamento de atividades:

Art. 12 –[...] determina-se a suspensão, pelo prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes atividades: I – Realização de eventos e atividades com presença de público superior a 50 (cinquenta) pessoas, ainda que previamente autorizados, que envolvam aglomeração de pessoas, tais como: eventos desportivos ou não, apresentações artísticas e culturais, feiras, eventos científicos, cavalgadas, comícios, passeatas e afins; II – atividades coletivas religiosas, cinema, teatro, reuniões, assembleias ou qualquer outra atividade que envolva aglomeração de pessoas; [...]

Em 18 de março de 2020 a Prefeitura Municipal de Goiás publicou decreto nº23 no qual instituiu fechamento de todos os estabelecimentos comerciais

bares, restaurantes, casas de eventos, academias, clínicas estéticas, clubes, cinemas, inclusive os improvisados, e outros estabelecimentos como museus, bibliotecas, teatros e centros comunitários, bem assim a suspensão de programas e atividades municipais que possam ensejar a aglomeração de pessoas. (DECRETO MUNICIPAL DE GOIAS, nº 23 de 18/02/2020, p.02)

Em 18 de março de 2020, a Diocese de Goiás publica nota acerca da pandemia do Corona vírus, no qual resolve “adiar até nova determinação, as reuniões, retiros em grupo, catequese, novenas, encontros das comunidades, via-sacra, festa de padroeiros, procissões e outras manifestações religiosas.”

Desta forma, o cenário que já era há um tempo complicado e delicado no que diz respeito a falta de uso e manutenção da maioria das igrejas tombadas, com a pandemia a situação ficou ainda pior. As celebrações da Semana Santa de 2020 e 2021 foram canceladas, sendo realizadas somente transmissão on-line pelo canal da Prefeitura Municipal de Goiás.

Ao realizar a pesquisa e vivenciar as experiências representando o órgão fiscalizador do Patrimônio Cultural da cidade de Goiás, nota-se o quanto o tema é complexo, e envolve diversas perspectivas relacionadas a legislação, métodos de proteção e intervenção, trajetória histórica sobre a atuação do IPHAN. Este trabalho está sendo realizado com referências exclusivamente documentais, envolvendo minha experiência durante os anos de trabalho no Escritório Técnico do IPHAN em Goiás, relaciona os monumentos fechados com a vida da comunidade, a história, e experiências, impactando sentimentos e emoções.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Desta forma, entende-se que o acesso ao bem tombado e ao Patrimônio Cultural é direito de todos, e ao visitar as igrejas em seu interior, nota-se o quanto a falta de uso tem afetado seu estado de conservação de forma extremamente danosa. Entretanto, é preciso ter cautela quanto às intervenções a serem realizadas, considerando que uma destinação incompatível pode aumentar o risco de destruição. “A função deve ser entendida dentro da perspectiva do campo disciplinar da restauração, devendo-se avaliar qual uso seja mais compatível para a efetiva preservação a partir de um estudo crítico de caso a caso. (RODRIGUES; CAMARGO 2010: p. 22)



Tendo em vista que o mundo ainda se encontra em alerta e vivenciando a pandemia da Covid-19 e suas consequências, não é possível ter certeza sobre a segurança dos acessos presenciais nos monumentos, mesmo com as medidas de segurança utilizadas no dia a dia (máscaras e álcool gel), e ainda a dificuldade da gestão entre os órgãos de fiscalização e responsáveis pelos monumentos no que se refere a abertura diária e/ou periódica dos monumentos, pretende-se criar um produto on-line que alcançará a comunidade sem colocar suas vidas em risco.

Deste modo, o produto deste trabalho tem como instrumento a criação de uma plataforma on-line, em que o cidadão poderá acessar de forma gratuita o interior dos monumentos por meio de um link disponível na internet em formato de 360º em que o visitante consegue visualizar o local em sua totalidade. Será criado um QR-CODE, a ser instalado na entrada principal de acesso às edificações, para que o visitante possa acessar o link. O QR-CODE também será divulgado por meio de cartazes nas escolas e comércios da cidade de Goiás.

Considerando que o formato on-line para atualidade é acessível à maioria da população, o produto proposto terá seu uso prático, intuitivo e didático, com propósito de levar à comunidade e a rede escolar de ensino uma visita virtual à Igreja de São Francisco de Paula e Igreja de Nossa Senhora da Abadia, com imagens e textos com linguagem simples, informativa e instrutiva.

Para tanto, esta pesquisa traz um alerta à comunidade e aos responsáveis pelos monumentos que se encontram fechados na cidade de Goiás, expondo os danos decorrentes da falta de uso e falta manutenção, indicando os caminhos para melhor conservação desses espaços e promovendo através de um produto que traz o acesso livre e gratuito aos espaços em que se refere esta pesquisa, despertando o sentimento de interesse e apropriação pelo patrimônio que se encontra perdido, desaproveitado, e em processo de degradação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 de julho de 2022.

COELHO, Gustavo. **Arquitetura religiosa Setecentista em Vila Boa**. Goiânia-GO: Trilhas Urbanas, 2017.

DECRETO MUNICIPAL DE GOIAS, nº 23 de 18/02/2020.

ETZEL, Eduardo, 1906. **O barroco no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

LIMA, Elder Rocha. **Guia Afetivo da Cidade de Goiás**. Brasília, DF: IPHAN, 2008.

OLIVEIRA, Karine Camila. **Parâmetros Urbanísticos e a Preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Goiás**. Rio de Janeiro, 2014.

RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação de Bens Culturais**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RODRIGUES, AngelaRösch; CAMARGO, Mônica Junqueira de. O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo. Revista CPC, São Paulo, n. 10, p. 140-165, maio/out 2010.

ROSA, Rafael. **A irmandade dos passos e a formação da identidade cultural da cidade de Goiás**. Goiânia, 2012.

ROSA, Rafael. **A irmandade dos passos e a formação da identidade cultural da cidade de Goiás**. Em: SILVA, Fernando... [et.al.] (org).Tecituras Interdisciplinares Diálogos entre Educação, Arte e História da Cultura, 1.ed, Curitiba: Appris, 2020.

TANSCHKEIT, Paula. **Espaços Públicos: a transformação urbana com a participação da população**. Disponível em: <<http://thecityfixbrasil.com/2017/06/28/espacos-publicos-a-transformacao-urbana-com-a-participacao-da-populacao>>. Elaborado em 28/06/2017. Acesso em: 12 de janeiro de 2019

**PELO MENOS AGORA TU ARRUMOU UM EMPREGO, NÉ? EMPREGO NÃO,
ESTÁGIO: VIOLÊNCIA, COMUNIDADE FRATURADA E AUSÊNCIA DE CIDADANIA
EM CIDADE DE DEUS (2002), DE FERNANDO MEIRELLES E KÁTIA LUND**

Felipe Biguinatti Carias⁴⁷⁹

RESUMO

A cinematografia brasileira da década de 90 e início dos anos 2000, de acordo com a crítica acadêmica, foi interpretada como obras que reforçam o ressentimento, a estetização da violência, a distopia e o pragmatismo social. A eficácia estética hollywoodiana, segundo essa perspectiva, sobrepõe a dimensão ética e política. Por exemplo, o filme *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles e Kátia Lund, lido como obra que estetiza o corpo negro e valoriza o pragmatismo social da saída individual. À vista disso, analisaremos o filme a partir de outra metodologia, o conceito de produção de presença de Hans Ulrich Gumbrecht para expor a relação entre ausência de cidadania/atomização social e o aumento da violência urbana em decorrência da violência policial e ignorância nacional (na imagem de Buscapé) ao acreditar na saída individual da sociedade de consumo.

Palavras-chave: Cidade de Deus; Atomização social; Violência urbana; Produção de presença.

A obra *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles e Kátia Lund, embora tenha sido um grande filme para o público leigo, foi recebido com certo ceticismo pela crítica especializada, ora pela via da espetacularização, segundo Ivana Bentes (2002), ora por um certo pragmatismo e distopia nas lentes de Ismail Xavier (2006) e Lúcia Nagib (2006). Nesse sentido, o que explicaria o desencontro entre público e crítica? O binômio baixo público-cinema de arte *versus* alto público-cinema alienante seria o suficiente para explicar essa dessincronia? Há outra possibilidade de interpretar a obra que não caia nessa dicotomia? E em que medida o lugar social dos críticos não contribui para a permanência da polarização? Uma vez que todos eles, durante as suas trajetórias acadêmicas, pesquisaram filmes de arte e o cinema moderno⁴⁸⁰. Como não é possível adentrar na especificidade de cada um devido ao

⁴⁷⁹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso sob orientação da professora Dra. Thaís Leão Vieira. Bolsista pela CAPES desde o início da pesquisa em 2019.

⁴⁸⁰ Ivana Bentes, em 1997 conclui o doutoramento em Comunicação pela UFRJ com a tese “Cartas ao Mundo: Teoria e Biografia na obra de Glauber Rocha”. Ismail Norberto Xavier termina o doutorado em 1982 pela Universidade de Nova York com a notória pesquisa “Alegoria do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal” e Lúcia Nagib, sob orientação de Ismail Xavier, finaliza o doutoramento pela USP em 1994 com a pesquisa “Nascido das cinzas – autor e sujeitos nos filmes de Oshima

limite espacial da comunicação, debateremos somente a leitura de Ismail Xavier e o seu impacto na crítica cinematográfica brasileira. A escolha do autor possui motivação metodológica, uma vez que Xavier, de acordo com Tunico Amâncio (2019), contribuiu diretamente na estruturação dos cursos de cinema e na concepção de estética cinematográfica ao longo do país⁴⁸¹.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA TEORIA CINEMATOGRAFICA POR ISMAIL XAVIER

A formação de Ismail Xavier compõe uma raríssima peculiaridade, durante o mestrado em cinema foi orientado por Paulo Emílio Salles Gomes e no doutorado por Antonio Candido. Dois nomes fundamentais para a contribuição da erudição e preocupação com o debate público e nacional do crítico, que, desde muito cedo, recebeu a “missão” de apresentar ao mundo a importância artística do cinema nacional. Segundo Carlos Augusto Calil.

No plano acadêmico, Ismail recebeu de Paulo Emílio a missão de inserir o cinema brasileiro no quadro das legítimas interpretações do Brasil, superando o complexo de inferioridade em relação à literatura, ao teatro, à música, para legitimar o estatuto de arte culta. Aceito o repto, desponta lentamente no pupilo uma ponta de rebeldia; Ismail marca posição, reivindica autonomia. Seu autêntico interesse por teoria, combinado com uma visada internacional que o mestre superara, numa reação extremada à perda de identidade que o acometera, definiram os traços do perfil intelectual do moço. (CALIL, 2019: 21).

Sob orientação de Paulo Emílio, Ismail Xavier já demonstrava certo domínio e preocupação com a publicização do conhecimento cinematográfico nacional e internacional. Com a dissertação de mestrado “A procura da essência do cinema: os caminhos da vanguarda e as iniciações brasileiras”⁴⁸², obtida em 1975, o autor busca compreender as críticas de cinema de vanguarda entre os anos de 1910 e 1930 na França, e a revista Klaxon e os cineclubes Chaplin Clube e Cinearte no Brasil. Nos anos seguintes, depois de retornar da pesquisa *Fullbright* na Universidade de Nova York, publica o livro “O discurso cinematográfico: A opacidade e a transparência”, em 1977 pela editora Paz e Terra. Obra

⁴⁸¹ Até a década de 1970, os estudos cinematográficos eram exercidos majoritariamente pelos cineclubes e suas revistas. A postura acadêmica iniciará somente após a profissionalização dos primeiros formandos da ECA/USP. “Durante esse período, outras lutas tiveram lugar, e um delas, onde militamos lado a lado, agora como professores de instituições públicas, foi a intensa mobilização nacional para a consolidação do campo acadêmico dos estudos cinematográficos. Essa movimentação, que vinha desde os anos 1970, agrupava as principais escolas de cinema do país sob a denominação de Enercs (Encontros Nacionais de Cursos de Cinema) e orquestrava a união institucional e a articulação interna dos cursos, discutindo os currículos, o perfil da equipe docente, os intercâmbios possíveis e as medidas para a oficialização do ensino em nível superior, já que nem todas as instituições tinham essa relação oficial (caso do MAM e outros). O movimento passou a se chamar Enec em 1985 e em 1987 participamos do evento. Lembro-me apenas de ter acompanhado Ismail na 19ª edição do Festival de Inverno da Universidade Federal de Minas Gerais, realizado em Outro Preto. Engajado também nessa luta, Ismail participou de vários outros encontros, em uma militância necessária e constante, que acabou rendendo para o campo o reconhecimento oficial. (AMÂNCIO, 2019: 164 – 165).

⁴⁸² Em 2017 a editora Sesc publica a dissertação com o nome “Sétima arte, um culto moderno: o idealismo estético e o cinema”.

de suma importância para entender a crítica brasileira por ser um dos primeiros livros em português a sistematizar o debate cinematográfico europeu, dando maior destaque ao posicionamento francês e a teoria do Dispositivo protagonizada pelas revistas *Cinéthique* e *Cahiers du Cinéma*.

Em 1983, na publicação da antologia “A experiência do cinema”, também pela Paz e Terra, o autor traduz e interpreta os textos resumidamente com maior ênfase novamente na teoria do Dispositivo. Os textos de maior notoriedade são “Cinema: efeitos ideológicos produzidos pelo aparelho de base” (1970), de Jean-Louis Baudry; os escritos de Christian Metz e as produções de Laura Mulvey e Mary Ann Doane. Apesar da publicação das duas autoras serem pela revista *Screen*, elas ainda dialogam com a teoria do Dispositivo.

Como é possível observar, desde o início da carreira acadêmica de Ismail Xavier há um interesse maior pela teoria do Dispositivo ao invés de outras, por exemplo, a teoria do sujeito ou da recepção da revista *screen-theory* a partir da segunda fase em 1975. Basicamente, a teoria do Dispositivo defende que a câmera cinematográfica ao mesmo tempo que apresenta uma imagem transparente entre o espectador e o mundo diegético, ela recalca a sua presença. Dá a entender ser um olhar “neutro” e “despretensioso”. Ao anular a sua mediação, o dispositivo provoca um sujeito transcendental narcísico no espectador que se identifica com o olhar da cena como se fosse o próprio olhar, se esquecendo que o que ele vê é a escolha ideológica do dispositivo. De acordo com Jean-Louis Baudry.

O espectador identifica-se, pois, menos com o representado – o próprio espetáculo – do que com aquilo que anima ou encena o espetáculo, do que com aquilo que não é visível, mas faz ver, faz ver a partir do mover que o anima – obrigando-o a ver aquilo que ele, espectador, vê, sendo esta decerto a função assegurada ao lugar (variável – de posições sucessivas) da câmera. (BAUDRY, 2018: 322).

Nesse sentido, o sujeito transcendental de Baudry seria um sujeito passivo, desprovido de participação crítica diante da obra. Xavier argumenta no livro que Baudry e Metz não teorizaram com base no sujeito real, do espectador na sala escura, mas a partir do sujeito ideal, do sujeito perfeito para a decupagem da obra. Mesmo com essa ressalva, a teoria na prática de análise, em alguns casos, anulou o sujeito real, como aponta a teoria do sujeito da *screen-theory*. Fernando Mascarello faz o seguinte balanço da segunda fase da *screen-theory*.

Segunda fase produtiva da *screen-theory*, a dialética do sujeito de Heath e MacCabe representa os derradeiros esforços do modernismo político no sentido da resolução dos impasses entre o textualismo que o define e sua intenção de promover uma historicização da concepção de espectador. Os dois autores reelaboram sua reflexão pós-brechtiana sob a influência do desmoronamento internacional do pensamento althusseriano, o que lhes permite intensificar tanto quantitativa como qualitativamente a presença do lacanismo em suas bases teóricas. Isto vem configurar uma verdadeira segunda etapa do trabalho psicanalítico modernista-político, sucessora da teoria do dispositivo de Baudry, Metz e Mulvey, e pautada



pela idéia de um sujeito sempre em movimento, e portanto jamais passível de um absoluto posicionamento pelo texto fílmico. (MASCARELLO, 2001: 21).

Ainda que o debate teórico entre as duas perspectivas tenha se adensado na segunda metade da década de 1970, no Brasil, a teoria da recepção ganhará maior força somente na década de 1990 com a tese “O canibalismo dos Fracos: História/Cinema/Ficção – um estudo de Os Inconfidentes (1972, Joaquim Pedro de Andrade)”, de Alcides Freire Ramos, concluída em 1996 pela Universidade de São Paulo e a tese de Fernando Mascarello “Os estudos culturais e a espectralidade cinematográfica: uma abordagem relativista”, defendida em 2004 também pela USP. Produções recentes do ponto de vista histórico. Nesse momento, o debate traduzido por Ismail Xavier e a possibilidade de interpretação de uma passividade do espectador diante da obra narrativa já estava espalhada por grande parte dos cursos de cinema.

Diante disso, analisaremos o filme *Cidade de Deus* dando menor ênfase na teoria do Dispositivo e maior atenção à teoria da recepção de Gumbrecht e o conceito de *Stimmung*, e como ele nos ajuda a entender os sentimentos em torno da sociedade de consumo, fragmentação social, violência e crise das instituições sem esvaecer a potência coletiva do filme.

GENERALIZAÇÕES DA CULTURA MUNDIALIZADA

Fernando Meirelles e Kátia Lund, antes de enveredarem na direção do filme, eram mais conhecidos pelas produções televisivas do que cinematográfica. Meirelles, por exemplo, consolidou a sua carreira no ramo da publicidade, principalmente com os comerciais da Brastemp. O diretor diz o seguinte na biografia produzida por Maria do Rosário Caetano.

Estávamos em 1988. Nessa época, a publicidade já começava a dividir nossa atenção e roubar nosso tempo. De uma hora para outra, minha carreira de diretor de publicidade começou a decolar. E isso aconteceu por causa de duas campanhas: uma da Semp Toshiba (*Os nossos japoneses são mais criativos que os dos outros*) e outra para a Brastemp (*Não é assim uma Brastemp...*). Esse bordão pegou e com ele a minha carreira de diretor de publicidade. Em 1989, eu já contava com alguns clientes fiéis, alguns prêmios e comecei a achar que estava me envolvendo na área mais do que o planejado. Resolvi então aceitar um convite do Roberto Oliveira, então diretor da TV Cultura, para criar e dirigir uma série infantil de 180 episódios de 30 minutos. Parei com a publicidade sem titubear. Mais uma vez abandonando o que estava dando certo.” (CAETANO, 2007: 101 – 102).

Por outro lado, Kátia Lund, apesar de não ter uma relação íntima com a publicidade, carregava um repertório significativo no âmbito da estética televisiva ou “MTV”, como aponta Ivana Bentes, ao participar da produção do vídeo clipe da música “They Don’t Care About Us” (1996), de Michael Jackson; dirigir o vídeo clipe “Minha Alma” (1999), da banda O Rappa, e o documentário “Notícias

de uma guerra particular” (1999) ao lado de João Moreira Salles. Bagagem de fundamental importância para o eficiente diálogo com o público. Não é por acaso, que um dos poucos aspectos a serem valorizados pela crítica é a atuação do elenco dirigido por Kátia Lund, Fátima Toledo e o grupo *Nós do Morro*. Artur Xexéo, em matéria ao jornal O Globo, faz o seguinte apontamento.

O filme de Kátia Lund é irrepreensível. Poucas vezes se viu no cinema nacional um elenco tão bom. O fato de eles serem não atores torna tudo melhor ainda. Não há, por parte do público, nenhuma premissa de como aquela gente deve atuar. A credibilidade é total. Há apenas duas participações mais conhecidas: a de Mateus Natchergale e a de Seu Jorge. Talvez o melhor de “Cidade de Deus” seja o rendimento do elenco. (XEXÉO, 2002).

O comentário de o elenco ter o melhor rendimento do filme também aparece na pena de outros autores. Em alguns casos, o comentário até serve para criar uma divisão no interior da obra, como se o elenco fosse eficiente, mas o filme questionável como um todo. No entanto, essa divisão só ocorre quando não há uma interpretação conjunta entre elenco e obra, uma vez que a proposta política do filme é aproximar o espectador pelo elenco e jogá-lo numa posição crítica diante das fraturas sociais que acontecem durante a passagem de uma década para a outra.

Todavia, não podemos eclipsar o interesse comercial e de globalização dos diretores com a sua estética ágil, dinâmica e cômica⁴⁸³. Críticos e jornalistas internacionais, durante a corrida ao Oscar em 2004, compararam a estética do filme com as produções de Quentin Tarantino, Martin Scorsese⁴⁸⁴ e outros grandes nomes da Nova Hollywood. Interesse de interlocução com o globo presente no conceito de mundialização cultural de Renato Ortiz.

As corporações transnacionais, com seus produtos mundializados e suas marcas facilmente identificáveis, balizam o espaço mundial. Biscoitos Nabisco, iogurte Danone, chocolate Nestlé, cerveja Budweiser, tênis Reebok mapeiam nossa familiaridade. Sem essa modernidade-objeto, que impregna os aeroportos internacionais (são idênticos em todos os lugares), as ruas do comércio (com suas vitrinas e mercadorias em exposição), os móveis de escritórios, os utensílios domésticos, dificilmente uma cultura teria a oportunidade de se mundializar. É a esta presença cheia, de um espaço desterritorializado, que Enzensberger se refere. (ORTIZ, 2007: 7, 8).

⁴⁸³ Fernando Meirelles, ávido pelo reconhecimento nacional e internacional, tenta a todo momento justificar o motivo de Kátia Lund não ter sido nomeada para a categoria de melhor diretor junto com ele no Oscar de 2004. “Meirelles disse ainda que não existe nenhuma polêmica em relação a não-indicação de Kátia Lund, co-diretora de “Cidade de Deus”, para o Oscar. “Acho engraçado que esta polêmica só exista na imprensa. Meu contrato com ela é claro. É como a relação do piloto com o co-piloto. O piloto faz o vôo e o co-piloto é o segundo homem em comando. Com a Kátia a relação foi essa”, explicou o diretor. “Passei quatro anos envolvido no filme, enquanto ela ficou 11 meses. Ela trabalhou só na área do elenco, sem envolvimento com edição, locações e câmera, por exemplo.”(TORTORIELLO, 2004).

⁴⁸⁴ Stephen Holden foi um dos primeiros críticos internacionais a apontar essa aproximação publicamente. “Stephen Holden, um dos principais críticos do jornal “The New York Times”, compara o estilo do diretor brasileiro a ninguém menos do que Martin Scorsese. Diz que “suas cenas panorâmicas e brigas de rua evocam ‘Gangues de Nova York’ – que estréia no Brasil dia 7 de fevereiro – e que “o tom e a estrutura estão mais próximos de ‘Os Bons Companheiros’ com o qual compartilha a mesma atitude de impetuosa franqueza e gosto por histórias de alto impacto”. (Reuters, 2003).



É notável que a preocupação do autor, apesar de negar a homogeneização ao longo do livro, é com a análise dos elementos de uma cultura mundializada. Características que foram percebidas em *Cidade de Deus* ao ser comparado com as produções de Scorsese. No entanto, a leitura macro não é o suficiente para compreender o debate particular da obra e a questão entre violência policial/estatal e a fragmentação social, fenômeno responsável pelo agravamento da violência urbana tematizada no filme através da estética veloz, ágil e cômica. Artifício necessário para a produção de presença e angústia de perda ao ver o assassinato de personagens cativantes.

ZÉ PEQUENO E A ENCARNAÇÃO DO MAL OU HISTORICIZAÇÃO PELA ALTERIDADE?

Diferente do livro homônimo de Paulo Lins, o filme é estruturado pela narração de um protagonista chamado Buscapé (Alexandre Rodrigues). A personagem também faz parte do universo do livro, porém, apresenta uma composição mais nuançada do que a personagem moralista do filme. De certo modo, o moralismo cumpre um efeito duplo na obra, ao passo que conecta o espectador jovem da virada do século que também deseja mudar de vida, ela mostra que a saída da sociedade de consumo está longe de resolver o problema da violência urbana.

O filme inicia com a aparição inquietante de Zé Pequeno (Leandro Firmino) sorridente e armada em meio ao samba e churrasco. A alegria de Zé Pequeno contrasta com o desespero da galinha na fila do abate. Enquanto último ato de sobrevivência, porque naquela comunidade todos estão em situação limítrofe, a galinha desamarra o nó do barbante e foge malandramente⁴⁸⁵ entre as vielas. Numa mistura de comicidade e medo, Zé Pequeno exige que as crianças peguem em armas para “sentar o dedo na galinha” (sic). A atitude mostra ao espectador alguém sádico e ávido por adrenalina, perseguição e violência. Os primeiros apontamentos para criar a imagem da “encarnação do mal”. Durante a cena frenética de perseguição, Buscapé, o polo moral do filme, aparece em conversa com o amigo Barbantinho (Emerson Gomes) sobre as possibilidades de sair da favela através do emprego no jornal. O contraste entre as personagens é perceptível até mesmo na montagem, pois ao invés de sequências rápidas entre planos, temos um plano sequência estável e linear.

Para o azar da personagem, a corrida atrás da galinha faz com que os dois polos se encontrem, de um lado Zé Pequeno e seu bando, no meio a galinha e do outro lado Buscapé. Por exigência de Zé Pequeno, Buscapé se posiciona como um goleiro para pegá-la, mas o ensaio de captura é interrompido pela chegada da polícia. Agora Buscapé assume a posição da galinha e fica no meio do conflito, o

⁴⁸⁵ Malandragem na acepção da capoeira, de astúcia diante do perigo.



que suscita à seguinte conclusão “se correr o bicho pega e se ficar o bicho come” (sic). Para compreender aquela situação de crise, Buscapé retorna no tempo, agora distanciado e seguro da ação, como aponta Ismail Xavier, para contar a história da Cidade de Deus tendo os personagens como pano de fundo.

O narrador conta a história da Cidade de Deus através de três décadas, 1960, 70 e 80, sendo que cada década possui uma característica e um sentido de coesão particular. A década de 1960 é marcada pelo banditismo social e o samba na imagem do trio Ternura, composto por Cabeleira (Jonathan Haagensen), Alicate (Jefechander Suplino) e Marreco (Renato de Souza). Nesse momento, o banditismo social cumpre a função de levar segurança e bens de consumo para a comunidade, ora divertindo as crianças com a euforia da bala, ora assaltando o caminhão de gás para compartilhar com os moradores.

No entanto, tal modo de organização social não se sustenta por muito tempo e entra em crise após o assalto no motel organizado por Dadinho (Douglas Silva), fase infantil de Zé Pequeno. Durante o assalto, o trio foge sem cometer nenhum assassinato, mas logo aparece na imprensa a informação de uma chacina no motel. Segundo o trio, só há uma possibilidade, os policiais mataram todos e agora os culpabilizam para extorquir o dinheiro do assalto. Futuramente descobrimos ser Dadinho o mentor do crime. Ele simulou a presença da polícia com o objetivo de ter acesso livre para matar. Todavia, a perseguição policial desencadeada pelo assalto levanta uma hipótese cara aos antropólogos da época em relação à violência urbana. Do ponto de vista científico, a violência não está ligada somente à pobreza, mas ao imaginário escravocrata que a cada período formula novas maneiras de negar a cidadania à população negra e periférica. A polícia, ao invés de investigar o caso e depois levar para instâncias superiores, espetaculariza ao lado da imprensa sensacionalista para tirar proveito financeiro e político. Alba Zaluar, no seu notório livro “Condomínio do Diabo”, aponta essa relação entre adensamento do crime e violência policial.

Com a polícia, a população local mantém uma relação ao mesmo tempo de medo e hostilidade disfarçada, desconfiança e bajulação, reação à postura repressiva adotada por aquela. Esta postura se expressa no próprio andar do policial, na maneira de olhar para os moradores, no modo de dirigir-se aos que se encontram naquilo que os policiais definem, quase que por exclusiva autodefinição, como seu campo de intervenção, bem como na fama que já adquiriram por ali de torturadores, matadores etc. “Quem faz o bandido é a polícia” ouvi de muitos jovens vivendo a crise que antecede a opção entre a vida de trabalhador e a vida criminoso. Esta afirmação nunca me foi desenvolvida por nenhum deles, mas o sentido dela me era indicado pelo processo da repressão-medo-revolta do qual vi espocarem inúmeros exemplos diante dos meus próprios olhos. Uma simples festa local, em que um destacamento da polícia militar participou exibindo seus cães amestrados, serve de ilustração para isso. Nela, os cães pastores adestrados pela PM obedeciam imediatamente às ordens que seus instrutores lhes passavam de atacar “indivíduos suspeitos” (representados na ocasião por jovens de aparência desleixada, cabeludos ou vestidos pobremente)



para descobrir-lhes, pelo olfato, os pacotes de tóxico e imobilizá-los com os dentes até que os policiais os prendessem. (ZALUAR, 1994: 15, 16).

Inseridos num mundo de ausência de cidadania, a dúvida entre o trabalho e o crime é respondida ao ver sucessivas formas de atomização social pela polícia com o objetivo de dominar e exercer o seu poder. Perseguidos injustamente, o trio Ternura acaba com a saída de Alicate para igreja, Marreco assassinado por Dadinho (o espectador descobre somente mais tarde) e Cabeleira morto pela polícia enquanto fugia com a sua esposa Berenice (Roberta Rodrigues). O casal compõe a presentificação da cultura do samba na comunidade, uma vez que grande parte dos seus diálogos são estruturados pelo jogo de pergunta e resposta, prática comum das culturas de matrizes africanas, por exemplo, samba, rap, capoeira etc.

A cena do assassinato de Cabeleira ao som de Cartola compõe a lista das cenas mais marcantes do filme, instante de aproximação do espectador com a obra e angústia ao ver a injustiça e a brutalidade com um personagem tão cativante que, metaforicamente, condensa uma geração e o sentimento de transgressão em prol da comunidade⁴⁸⁶. Em meio ao acontecimento, Buscapé, através da cena e da narração, comenta que do dia da morte de Cabeleira só lembra da multidão e da câmera fotográfica disposta na mão do jornalista sensacionalista. O comentário de Buscapé escancara uma contradição gigantesca, ao contrário de se comover com o fim de uma geração que tinha a comunidade como horizonte de expectativa, lembra apenas do primeiro encontro com o seu objeto máximo de consumo, o artefato capaz de tirá-lo daquele mundo, a máquina fotográfica. O objeto de desejo prevalece diante da ausência de cidadania e dá o tom do agravamento da violência na década posterior, agora dominada pelo tráfico de drogas (boca de fumo de Zé Pequeno e Sandro Cenoura (Matheus Nachtergaele)) e a moralização do trabalho como sentimento de coesão social. O samba e a malandragem não são mais eficientes para evitar a violência policial.

Mediante a aproximação entre obra e espectador, o filme mostra como a atomização social é um dado preponderante para a escalada da violência urbana. No entanto, é ofuscada pela ilusão fantasiosa, ou globalização como fábula⁴⁸⁷, segundo Milton Santos, da sociedade de consumo. Buscapé carrega, no âmbito social, a característica da classe popular que ascende no começo dos anos 2000 e se isenta de qualquer debate coletivo e público porque acredita fundamentalmente no esforço individual para a transformação social.

⁴⁸⁶ A cena foi interpretada a partir do conceito de produção de presença de Gumbrecht. Não há um efeito de representação do passado, mas a produção de uma ambiência calcada na hermenêutica entre o eu e outro.

⁴⁸⁷ No livro “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, Milton Santos disserta sobre três tipos de globalização, como fábula, perversidade e possibilidade.



Do ponto de vista da obra, por meio de Buscapé, quanto mais individualistas nós nos tornamos, maior é o grau de violência. Não à toa, durante o assassinato de Bené (Phellipe Haagensen), única família de Zé Pequeno, temos a presença da câmera fotográfica novamente enquanto objeto de disputa e desejo. Graças ao olhar fixado no objeto, junto com a montagem fragmentada da boate, Zé Pequeno e Bené não percebem a presença de Neguinho (Rubens Sabino), deixando-o livre para tentar a vingança contra Zé Pequeno. Sem êxito, mata o “malandro mais responsa da Cidade de Deus”, como define Sandro Cenoura. Repetidamente a morte de um personagem cativante destrói o laço de coesão social, a moral do trabalho (formal e do tráfico) e a música *Black* da década de 70. Fragmentação na comunidade responsável pela radicalização total da violência, a vingança pela vingança da década de 1980.

O falecimento de Bené expõe a importância da família, na acepção de sentido social, para a contenção da violência física e simbólica. Propositamente, a personagem mais violenta e destituída de sentido é Dadinho/Zé Pequeno, o único sem passado, história e família. Surge na película tão-só como uma substância indesejável. Assim como Sandro Barbosa do Nascimento apareceu para os cidadãos cariocas na tragédia do ônibus 174 em 12 de junho de 2000. A “encarnação do mal” sem história e sentido. Até que em 2002 José Padilha e Felipe Lacerda apresentaram publicamente em formato de documentário o passado desumano de Sandro. Uma trajetória vivida por sucessivas destruições familiares executada pela violência policial, a começar pela chacina da Candelária.

No caso de Zé Pequeno, a historicização não se dá pela narração do seu passado por outrem, mas através das semelhanças com os meninos da Caixa Baixa. Ausentes de família (precisam se juntar para sobreviver), são vistos como a encarnação da violência e da banalidade (roubam qualquer um, até o padeiro pobre da comunidade), e o seu extermínio é entendido como a única solução para a segurança pública. A historicidade de Zé Pequeno acontece nesse olhar de alteridade entre ele e os meninos da Caixa Baixa, que a todo momento expõem a admiração que sentem por Zé Pequeno, apesar do desejo de vingança por ter assassinado uma criança do seu bando. A estratégia não é progredir lentamente até se tornarem os donos do morro, mas fazer igual ao traficante, “passar geral” (sic).

A morte de Zé Pequeno, após o conflito entre ele e Sandro Cenoura, os dois “chefes do morro”, está longe de representar o fim da violência. Somente cria um vácuo no poder dando lugar para as crianças da Caixa Baixa. Já Buscapé, o flanco moralista do filme, durante a guerra entre as gangues, consegue tirar duas fotografias, uma do suborno da polícia depois de prender Zé Pequeno e a outra com a imagem de Zé Pequeno morto após o “ataque soviético” (sic) dos meninos da Caixa Baixa. A primeira fotografia traria fama e insegurança, já a segunda um reconhecimento ameno, uma vaga de



estagiário no jornal e a segurança. Com medo das consequências do questionamento político, opta pela fotografia mais segura e sensacionalista. Ao passo que Buscapé sai da favela ao lado de Barbantinho ao narrar os seus feitos e a conquista do estágio (não um emprego), os meninos da Caixa Baixa caminham em direção ao interior da favela contando os nomes que precisam “passar” (assassinar) ou que já passaram. Através da mudança de olhar pelo plano sequência percebemos que a saída individual de Buscapé pela sociedade de consumo está longe de contribuir para uma mudança social e estrutural, pelo contrário, ela reforça uma vez que no futuro será o jornalista responsável pelas fotografias sensacionalistas dos meninos da Caixa Baixa. O ciclo se repete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a crítica acadêmica, o filme *Cidade de Deus* não passa de “Cosmética da fome” ou obra que valoriza o pragmatismo social através da saída individual. No entanto, ao olhar para outras produções e as características do capitalismo financeiro da época, percebemos que a preocupação central do filme é trabalhar a relação entre atomização social e a radicalização da violência urbana. A passagem de uma década para a outra acontece pelo assassinato brutal de uma personagem que condensa os sentimentos de um período, seja o samba e a malandragem em Cabeleira, ou o gingado da música *Black* e o diálogo com todas as culturas em Bené. De acordo com a obra, para uma sociedade sem sentido e ausente de laço comunitário, resta somente a violência vingativa da década de 1980. Para o sucesso dessa empreitada, a estética imersiva foi fundamental, dado que a presença no espaço explora ao máximo o sentimento de alteridade e a angústia da fragmentação. Entendemos presença à luz do conceito de produção de presença e *stimmung* de Gumbrecht. Segundo a metodologia do autor, a preocupação do pesquisador deve ser em perceber a atmosfera de uma época impregnada na linguagem.

Este livro assume o compromisso de lutar contra a tendência da cultura contemporânea de abandonar, e até esquecer, a possibilidade de uma relação com o mundo fundada na presença. Mais especificamente, assume o compromisso de lutar contra a diminuição sistemática da presença e contra a centralidade incontestada da interpretação nas disciplinas do que chamamos “Artes e Humanidades”. Se é verdade que se pode descrever a moderna cultura ocidental (incluindo nela a cultura contemporânea) como um processo gradual de abandono e esquecimento da presença, também é verdade que alguns “efeitos especiais” produzidos hoje pelas tecnologias de comunicação mais avançadas podem revelar-se úteis no re-despertar do desejo de presença. A satisfação desse desejo, porém, não deverá acontecer por meio de uma simples substituição do sentido pela presença. Em última análise, o que este livro defende é uma relação com as coisas do mundo que possa oscilar entre efeitos de presença e efeito de sentido. No entanto, só os efeitos de presença apelam aos sentidos – por isso, as reações que provocam não têm nada a ver com *Einfühlung*,



isto é, com imaginar o que se passa no pensamento da outra pessoa. (GUMBRECHT, 2016: 15).

O objetivo da análise não foi defender uma empatia com as personagens, seja com Cabeleira ou Buscapé, mas como a imersão possibilita sentir a atmosfera do período, a vivência nas periferias do Brasil do terceiro milênio, incrustrada na linguagem⁴⁸⁸. O diálogo com a estética televisiva não tem o objetivo de espetacularizar, mas trazer o espectador para refletir sobre a relação entre a negação da cidadania, permanências da escravidão e o adensamento da violência urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÂNCIO, Tunico. Mister Ismail Xavier e o avatar da academia. In: LUNARDELLI, Fatimarlei; SILVA, Humberto Pereira da; PINTO, Ivonete (org.). *Ismail Xavier: um pensador do cinema brasileiro*. – São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

BAUDRY, Jean-Louis. Cinema: efeitos ideológicos produzidos pelo aparelho de base. In: XAVIER, Ismail. (org.). *A experiência do cinema* (antologia). 1ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo. Paz e Terra, 2018.

BENTES, Ivana. *Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome*. Revista Alceu – v.8 – n. 15 – p. 242 a 255 – jul/dez. 2007.

CAETANO, Maria do Rosário. *Fernando Meirelles: Biografia Prematura*. 2ª ed. São Paulo. Imprensa Oficial, 2007.

CALIL, Carlos Augusto. Professor de cinema. In: LUNARDELLI, Fatimarlei; SILVA, Humberto Pereira da; PINTO, Ivonete (org.). *Ismail Xavier: um pensador do cinema brasileiro*. – São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.

COELHO, Marcelo. *A vitória de Lula e uma nova onda cultural*. Folha de São Paulo/Ilustrada. São Paulo, quarta-feira, 30 de outubro de 2002.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung: um potencial oculto da literatura*; tradução Ana Isabel Soares – 1. ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC Rio, 2014.

⁴⁸⁸ A crítica da época de Marcelo Coelho ajuda a compreender esse fenômeno. “É verdade que o rap dos “Racionais” é feito por moradores da própria periferia, ao passo que “Cidade de Deus”, por exemplo, é um filme feito por um publicitário bem-sucedido profissionalmente. Mas não é só no assunto, no tema, que essas diferentes manifestações culturais convergem. Não se trata de engajamento político rigoroso, nem mesmo, creio, de pura denúncia social. Pode-se fazer denúncia social mostrando a população como vítima, tratando-a “na terceira pessoa”: olha, eles vivem assim etc. Um teatro político de excelente qualidade, como o da Companhia do Latão, é muito mais “de esquerda” do que um livro como “Estação Carandiru”, de Dráuzio Varella. Mas, ainda que “Estação Carandiru” tenha sido escrito por um médico, e não por um detento, os personagens ali retratados falam com sua própria voz, ou, pelo menos, estão a ponto de apropriar-se da narração. É também o que vemos em “Cidade de Deus”. O filme é contado “de dentro para fora”, por assim dizer. O foco da obra está na “primeira pessoa”; e não apenas porque Buscapé, o narrador, toma a palavra para explicar os fatos ao espectador. (COELHO, 2002).

_____. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*; tradução Ana Isabel Soares. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.

MASCARELLO, Fernando. *A screen-theory e o espectador cinematográfico: um panorama crítico. Grupo de Estudos sobre Práticas de Recepção a Produtos Mediáticos* – ECA/USP – Novos Olhares. – n. 8 – 2ª semestre, 2001.

NAGIB, Lúcia. *A utopia no cinema brasileiro: matrizes, nostalgia, distopias*. São Paulo, CosacNaify, 2006.

RAMOS, Alcides Freire. *Canibalismo dos fracos: cinema e história no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. – 20ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

XAVIER, Ismail. *Corrosão social, pragmatismo e ressentimento: vozes dissonantes no cinema brasileiro de resultados*. In: Novos estudos – CEBRAP, n. 75, p.139-155, jul. 2006.

XEXÉO, Artur. *Na co-direção, quem dirige o quê? Primeiras impressões sobre “Cidade de Deus”, o filme brasileiro mais esperado do ano*. Jornal O Globo. Página 8. Segundo Caderno, Matutino, 21 de Agosto de 2002.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo* / Alba Zaluar. – Rio de Janeiro : Revan : Ed. UFRJ, 1994.

POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL E ANTIRRACISTA

Millena Gonçalves Magalhães Brandão¹

*Desperto um belo dia no mundo e me atribuo um único direito:
exigir do outro um comportamento humano.*

(FANON, 2008)

RESUMO

O Estado permanece com a visão colonizadora europeia, os governantes são herdeiros da aristocracia moderna e seus valores etnocêntricos. Os que não carregam seus princípios, características (cor de pele), religião e “virtudes” são exóticos, estranhos, diferentes, atrasados, indignos. Exemplo disso são as invasões de territórios indígenas por garimpeiros e fazendeiros com o aval ou o silêncio do poder público. A decolonialidade apresenta-se como um importante modelo a ser seguido no sentido de reafirmar a ideia de uma sociedade plural que se abre para pensar uma compreensão do conhecimento, do mundo com um olhar diferente do colonizador e corrigir erros históricos, vendo e ouvindo as minorias (negros, indígenas), que na verdade compõe uma parcela significativa da população brasileira, mas apresentam-se no campo das minorias por estarem à margem de um Estado de direitos, possam gozar de outros espaços que não aqueles oportunizados pela lógica colonial. Que suas histórias, suas vivências, culturas e direitos sejam reconhecidos.

Palavras-chave: educação, decolonial e antirracista.

INTRODUÇÃO

A leitura do artigo *Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil*, de Luiz Fernandes de Oliveira e Vera Maria Ferrão Candau, nos fez refletir sobre a atuação do grupo Modernidade/Colonialidade, onde vários intelectuais latino-americanos discutem o Círculo Decolonial, e em especial (para mim), a possibilidade de uma educação decolonial, antirracista, tendo como sujeitos as várias culturas invisibilizadas, esquecidas, deixadas de lado.



Nossa perspectiva é compreender as discussões ético-raciais no campo da epistemologia e da epistemologia da educação no Brasil, do processo de colonização, de colonialidade e decolonialidade.

A colonização é impositiva, exploradora, seus objetivos finais são para o enriquecimento e bem-estar do impositor. Desse processo, decorrem inúmeros problemas, como a negação da existência, história e cultura de povos locais anteriores a vinda do colonizador, a aculturação desses através de princípios e valores do invasor, que deformarão as estruturas sociais, os costumes e religiões dos povos colonizados.

De acordo com Prado, a colonização que ocorreu no Brasil manterá a postura mercantilista de outras efetivadas pelos europeus: “será a empresa do colono branco, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados” (Prado, 1942).

Os recursos naturais são extraídos de qualquer forma, para suprirem as necessidades da Europa e enriquecimento da coroa portuguesa. E os povos nativos e negros africanos (logo depois) serão utilizados como mão-de-obra escravizada responsável pelo trabalho.

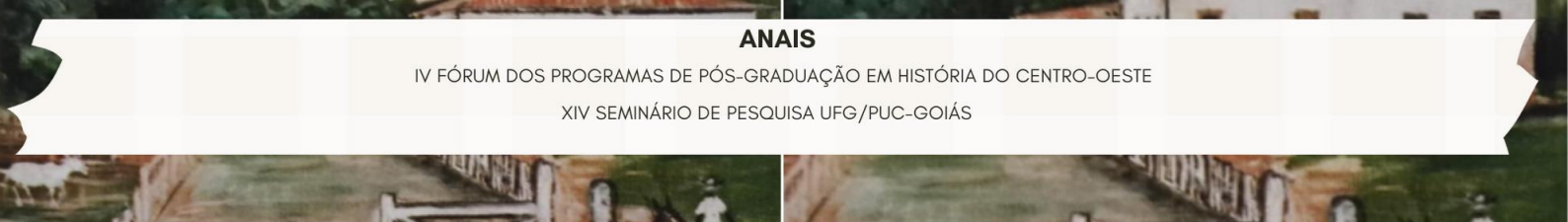
Para progredirmos, é necessário entender o significado de colonização. Segundo Mariani (2004, p.23), “supõe um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos”. As feridas deixadas nos povos expropriados se mostram nos valores, estruturas e relações sociais que se forjam em todo território brasileiro.

COLONIALIDADE

É o sistema que se refere ao colonialismo, ou seja, sistema político, econômico, social e ideológico no qual tanto o domínio político quanto o econômico de um território (localidade) ou país é mantido, na forma de colônia, por outra nação.

Pois bem, a colonialidade está ligada a concepção de desenvolvimento e ascensão da modernidade, geralmente associada a construção do pensamento cartesiano e a ciência moderna como única forma de conhecer a verdade objetiva. Associada também, a eventos europeus como o Renascimento Cultural, o Iluminismo, a Revolução Industrial, que emanam desde os centros europeus como: França, Inglaterra, Itália e Alemanha.

Como o próprio texto nos informa, modernidade e colonialismo (vice-versa) são as duas faces da mesma moeda, a ideia de modernidade instaura princípios e autoriza a execução do sistema de invasão, controle e autoridade sobre um espaço territorial ocupado por povos nativos (oriundos da terra) com suas culturas e modos de vida.



A história do Brasil se faz alicerçada na colonização, na escravidão, no racismo, na segregação, concretizados nos hábitos, costumes e nas leis. Os conceitos e valores científicos do positivismo explicarão essa conduta evolucionista naturalizada pelos povos do velho continente, nas relações estabelecidas com outros povos e culturas.

Necessário se faz pensar a decolonialidade sendo a possibilidade de criticar o sistema colonial e suas consequências ampliando os horizontes, vendo entendendo as novas alternativas construídas que desmistificam, desconstroem fundações. O novo revela o outro (os outros), a diversidade e a multiculturalidade.

A interculturalidade se baseia no reconhecimento da diversidade e das diferenças culturais, com propostas de inclusão na estrutura social estabelecida, buscando o diálogo, a tolerância e a convivência. A interculturalidade na educação aparece como uma proposta pedagógica que busca desenvolver relações de cooperação, respeito e aceitação, entre diferentes culturas e sujeitos, visando dessa forma, preservar as identidades culturais, com o objetivo de propiciar a troca de experiências e o enriquecimento mútuo.

Mesmo na tentativa de uma perspectiva decolonial, nos deparamos com razões, ideias, preceitos coloniais entranhados quase que em nossa essência. Usamos termos preconceituosos, racistas, machistas e não percebemos a estruturação colonial forjada em nosso pensamento. Por exemplo: quando se diz que “a colonialidade é o lado mais escuro da modernidade”, por quê utiliza-se a terminologia “escuro, negro” no lugar de “negativo”?

Lutamos contra o racismo do europeu em relação ao não-europeu. Somos latino-americanos contrários ao racismo europeu, e entre nós nos diferenciamos de forma racista em relação aos não-brancos, no caso, aos povos indígenas, negros ou pretos.

O colonialismo é mais do que uma imposição política e econômica, ela chega as raízes mais profundas de um povo e sobrevive inclusive a sua emancipação. O que o grupo Modernidade/Colonialidade mostra é que apesar do fim dos colonialismos modernos, a colonialidade sobrevive.

A colonialidade cria estruturas subjetivas baseado em princípios e valores, também no imaginário, inviabilizando e subalternizando o mundo não europeu. Opera naturalizando o domínio do invasor e sua epistemologia como a única possível. Essa operação se realizou de várias formas, com a sedução pela cultura colonialista (eurocentrismo). O eurocentrismo não é apenas a perspectiva racional e cognitiva somente dos europeus, mas se torna também daqueles que são educados sob sua tutela.



Aníbal Quijano, deixa claro que o conceito de raça é uma abstração, é uma invenção que nada tem a ver com processos biológicos:

A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América. Talvez se tenha originado como referência às diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, mas o que importa é que desde muito cedo foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos. (Quijano, 2005)

É no séc. XVI que se cria a união entre cor e raça. Além disso esse conceito foi responsável pela hierarquização e inferiorização de grupos humanos. Os não europeus foram considerados primitivos, em estado de barbárie, até mesmo não humanos, sem cultura ou qualquer produção de conhecimento.

Em razão disso, Quijano refere-se a colonialidade do saber entendida como a repressão de outras formas de conhecimento negando o legado intelectual e histórico dos povos indígenas e africanos, reduzindo-os a categoria de primitivos e irracionais por pertencerem a outras raças.

A colonialidade opera afirmando as línguas faladas pelos colonizadores (latim, português, espanhol, francês, inglês) estabelece o monopólio linguístico desprezando e levando o anonimato as línguas e dialetos falados pelos povos colonizados. Isso se dá também nos valores, costumes, tradições, religiões, nas ideias e na visão de mundo. Os grupos humanos não europeus são subalternizados na divisão racial, no trabalho, na produção cultural e também no conhecimento.

Segundo Catherine Walsh,

[...] conceito de interculturalidade é central à (re)construção de um pensamento crítico-outro - um pensamento crítico de / desde outro modo-, precisamente por três razões principais: i) porque é vivido e pensado desde a experiência da colonialidade [...]; ii) porque reflete um pensamento não baseado nos legados eurocêntricos ou da modernidade; e iii) porque tem sua origem no sul, dando assim uma volta à geopolítica dominante do conhecimento que tem tido seu centro no norte global (WALSH, 2005, p. 25).

A partir de 2001 com a integração de intelectuais da Bolívia, Colômbia, Peru, Equador, Venezuela, Argentina, México e Estados Unidos se estabeleceu um intenso diálogo sobre a possibilidade de emancipação. A coexistência de diferentes formas de produção do conhecimento tanto nas universidades, quanto nos movimentos populares e sociais.

O conceito de modernidade se espalhou com a globalização estando presente em todos os cantos da terra. Nos dias atuais são vistas possibilidades que colocam em xeque o modelo europeu moderno entendendo como etnocêntrico, surge a perspectiva de introduzir conhecimentos inviabilizados pelo sistema moderno de colonialidade do poder. O que se busca são formas críticas

de pensamentos produzidos a partir da América Latina, assim como intelectuais de vários lugares do mundo. Numa perspectiva decolonial de vida, existência, conhecimento e poder.

A decolonialidade representa uma estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também criação e construção. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber. Decolonizar “tirar as correntes e superar a escravidão das mentes”, desafiar e derrubar as estruturas sociais e políticas. Criar e construir uma nova visão pedagógica que vai além dos processos de ensino e de transmissão do saber.

Walsh, cita como inspiração e referência para o seu desenvolvimento as ideias e práticas educacionais do professor Paulo Freire, além das teorizações de Frantz Fanon sobre a consciência do oprimido e a necessidade de humanização dos povos subjugados.

É POSSÍVEL DESENVOLVER UMA PEDAGOGIA DECOLONIAL, INTERCULTURAL E ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA HOJE?

Sim, é possível. Participamos dessa construção. A Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã) é uma divisa para reorientar o papel de influência do continente africano na construção da nacionalidade brasileira. Nos artigos 215 e 242 o reconhecimento da pluralidade étnica da nossa sociedade e a garantia no ensino das contribuições das diferentes etnias na formação do povo brasileiro.

A Lei 10.639/2003 diz no artigo 26-A diz: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Por se tratar de buscar reconhecer a importância de povos e culturas não hegemônicas, a lei provocou inicialmente intensa polêmica: imposição, concessão ou reconhecimento? Ações do Ministério da Educação, de educadores e dos movimentos negros vem conquistando espaços como uma ferramenta da luta antirracista presente na realidade vigente da sociedade brasileira.



Ideias, valores, preceitos, publicações começam a ser produzidos no mundo acadêmico, em revistas científicas e na mídia. Projetos culturais têm tomado fôlego no mundo artístico brasileiro reproduzindo a ideia de igualar os diferentes depois de quase quatrocentos anos de servidão, desumanização, escravidão do povo negro em todo o território brasileiro.

Descendentes de escravizados, relegados as periferias das cidades, da dignidade e do conhecimento acadêmico formal. Nada mais justo que ações afirmativas para decolonizar o racismo estrutural vigente em nossa sociedade.

A verdadeira história da África possibilita uma nova epistemologia. Segundo SILVA, “onde atualmente localiza a Nigéria desenvolveu-se uma civilização que em 1.800 a.C já utilizava o ferro e praticava comércio com outros povos. A cultura desse povo é chamada de Nok”. (SILVA, 2008)

Também a Lei nº 9.394/1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da educação, baseada nos princípios da igualdade de condições, respeito a liberdade e a tolerância, pluralismo de ideias, entre outros, traz a importância de um modo democrático e aberto de pensar, educar e construir.

CONCLUSÃO

Conclui-se que é possível uma pedagogia decolonial e uma educação antirracista baseada no conhecimento produzido para além do continente europeu. No Brasil ferramentas como a Lei 10.639/2003 são necessárias para decolonizar, conhecer a nossa história e a partir daí formar uma sociedade plural e intercultural.

Outro fator importante que foi tratado, o racismo epistêmico começa a ser confrontado no meio acadêmico através de pesquisas científicas nas áreas da História, Antropologia, Geografia, Biologia e outras ciências.

Por fim, entendemos que a proposta do Grupo Modernidade/Colonialidade tem feito frutos no Brasil em particular nas universidades proporcionando o debate, a contraposição de ideias numa perspectiva de construção de outra base epistemológica para se pensar e produzir ciência.

REFERÊNCIAS

WALSH, Catherine. Interculturalidad Crítica/Pedagogia decolonial. In: Memórias del Seminário Internacional “Diversidad, Interculturalidad y Construcción de Ciudad”, Bogotá: Universidad Pedagógica Nacional 17-19 de abril de 2007.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A África, a educação brasileira e a geografia. In: BRASIL MEC/SECAD. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 167-184.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BRASIL. Parecer 03/2004 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de educação. Brasília: MEC, 2004a.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004b.

BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la ‘invención del otro. In: LANDER, E. (Org.) La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 189-186.

COSTA E SILVA, Alberto da. Como os africanos civilizaram o Brasil. In: “Vozes da África”, Biblioteca Entrelivros. São Paulo: Duetto Editorial, edição especial n. 6, p. 64- 69, mar. 2007.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. Disponível em: . Acessado em 15 de dezembro de 2008.

FANON, Frantz. Peles negras, máscaras brancas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EdUFBA, 2008.

FANON, Frantz. Los condenados de la tierra. México: Fondo de Cultura Económica, 2003.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Tradução de Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert Lederer; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-251.

FREIRE, P. (1967) Educação como prática da liberdade. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, P. Pedagogia da tolerância. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. (1978) A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GROSGOUEL, Ramon. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. In: Ciência e cultura. São Paulo: v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007.

HALL, Stuart. Identidades culturais na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.) El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

Mariani, Bethânia. *Colonização linguística*. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas: Pontes, 2004.

MIGNOLO, Walter. Histórias Globais/projetos Locais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103.

MOORE, Carlos Wedderburn. Novas bases para o ensino da história da África no Brasil. Brasília: In: BRASIL MEC/SECAD Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 133-166.

MOORE, Carlos Wedderburn. O racismo através da história: da antiguidade à modernidade, 2007. Disponível em: . Acessado em 8 de dezembro de 2008)

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Elisa Larkin Introdução à História da África. In: MEC. Educação, Africanidades Brasil. Brasília: MEC, 2006. p. 33-51.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Concepções docentes sobre as relações étnico-raciais em educação e a lei 10.639. In: Anais da 30ª Reunião da Anped. GT: Didática. 2007.

PEREIRA, Amauri Mendes. Três faces do desafio acadêmico à implementação da Lei 10.639/03: a face filosófica, a face teórica e a face epistemológica. In: GONÇALVES, M. A. R. (Org.) Educação, arte e literatura africana de língua portuguesa. Rio de Janeiro: Quartet, 2007. p. 59-86.

PEREIRA, A. A.; VITTORIA, P. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amílcar Cabral e Paulo Freire. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 50, p. 291-311, jul./dez. 2012.

PRADO JR., Caio. "Sentido da Colonização". Formação do Brasil Contemporâneo. 1942

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Org.). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-277

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTROGÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá



del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-126.

QUIJANO, Anibal - Colonialidade, Poder, Globalização e democracia. Revista Novos Rumos, No. 37, Ano 17, 2002. (p. 1-25).

SAID, Edward. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. SILVA JR, Hédio. Do racismo legal ao princípio da ação afirmativa. In: GUIMARÃES, A.; HUNTLEY, L. Tirando a máscara. Ensaios sobre o racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. p. 359-387.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2010). A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez.

SILVA, André Marcos de Paula e. História e cultura afro-brasileira. Curitiba: Expoente, 2008.

WALSH, Catherine. La educación Intercultural en la Educación. Peru: Ministerio de Educación. (documento de trabalho), 2001.

WALSH, Catherine. Introducion - (Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. In: WALSH, C. Pensamiento crítico y matriz (de)colonial. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abyayala, 2005. p. 13-35.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial". In: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 21-70.

PRÁTICAS MÉDICAS E SAÚDE NA REVISTA DE EDUCAÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE - DE 1937 A 1946

*Maraísa Aparecida de Lima*⁴⁸⁹

O interesse por esse tema se deu devido às produções acadêmicas que utilizam a mesma fonte, serem direcionadas para a área da educação, não dando enfoque para a abordagem acerca da saúde e da medicina. Além de não associar a sua produção e disseminação com a construção de Goiânia e a busca pela capital perfeita, moderna e limpa. Entre os anos de 1930 e 1945, o Brasil teve como chefe de Estado, o presidente Getúlio Vargas. Que possuía uma política higienista e uma preocupação com a educação sanitária muito forte, assuntos que serão discutidos neste trabalho. Intenta-se propor uma discussão a respeito da influência das Revistas de Educação nas práticas médicas e de saúde dos goianos, no período que compreende a sua primeira fase, de 1937 até 1946, momento em que dá uma pausa em suas atividades⁴⁹⁰. Como referencial teórico do trabalho, ir-se-á utilizar Butler (2019), Boltanski (2004), e Foucault (2010). Pode-se perceber que existiram determinadas preocupações que eram inerentes de sua época. Mas todas centradas no ideal de nacionalidade e de salvaguardar as crianças, bem como sua nutrição e desenvolvimento eram importantes para a edificação da pátria. Palavras-chave: Saúde, Educação, Política higienista.

CONTEXTO HISTÓRICO

Entre os anos de 1930 e 1945, o Brasil teve como chefe de Estado, o presidente Getúlio Vargas. Que possuía uma política higienista e uma preocupação com a educação sanitária muito forte, assuntos que serão discutidos neste trabalho. Intenta-se propor uma discussão a respeito da influência das Revistas de Educação nas práticas médicas e de saúde dos goianos, no período que compreende a sua primeira fase, de 1937 até 1946, momento em que dá uma pausa em suas atividades. Quando de sua criação em 1933, o título era Revista Goyana de Educação e Historia (RGEH), mas quando passa a circular pelo território goiano em 1937, o nome passa a ser Revista de Educação. A partir de 1945, intitulou-se como Revista de Educação e Saúde, retornando ao título de Revista de Educação em 1949.

⁴⁸⁹ profhistmaraisalima@gmail.com

⁴⁹⁰ Quando de sua criação em 1933, o título era Revista Goyana de Educação e Historia (RGEH), mas quando passa a circular pelo território goiano em 1937, o nome passa a ser Revista de Educação. A partir de 1945, intitulou-se como Revista de Educação e Saúde, retornando ao título de Revista de Educação em 1949.



Duas áreas que começaram a ser alvo de preocupação por parte das entidades políticas foram a educação e a saúde. Como pode ser percebido nos seguintes fragmentos

Na área da educação também houve tentativas de reforma. A influência maior veio dos Estados Unidos, sobretudo do filósofo John Dewey. As propostas dos defensores da Escola Nova, entre os quais se salientavam Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, tinham um lado de pura adaptação do ensino ao mundo industrial, que se tornava cada vez mais dominador. O ensino devia ser mais técnico e menos acadêmico. Mas tinham também um lado democrático, na medida em que apontavam a educação elementar como um direito de todos e como parte essencial de uma sociedade industrial e igualitária. Num país de analfabetos, tal pregação apontava para um problema central na formação dos cidadãos (CARVALHO, 2002: 92-93).

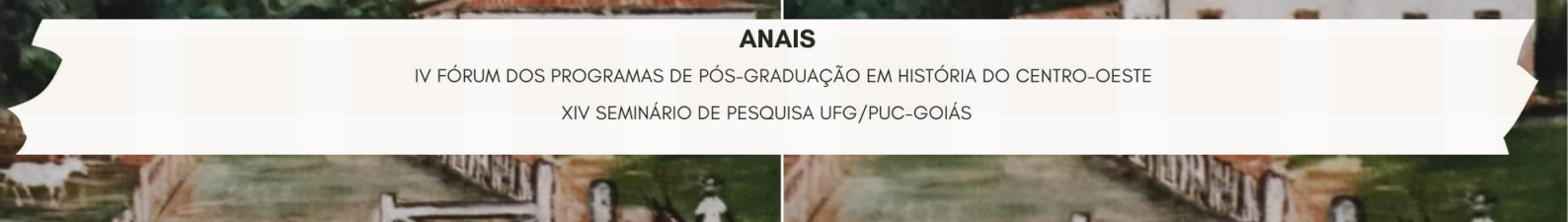
O reformismo atingiu ainda a área da saúde. A partir do saneamento do Rio de Janeiro, empreendido no início do século por Oswaldo Cruz, outros médicos sanitaristas levaram a campanha ao interior do país. Assim como Euclides da Cunha revelara o mundo a um tempo primitivo e heróico dos sertanejos, os sanitaristas descobriram um Brasil de miséria e doença pedir a atenção do governo. Tornou-se famosa a frase de Miguel Couto de que o Brasil era um vasto hospital. Os médicos envolveram-se, então, em campanha nacional a favor do saneamento do país como condição indispensável para construir uma nação viável. Todos os reformistas estavam de acordo em um ponto: a crítica ao federalismo oligárquico. Federalismo e oligarquia eram por eles considerados irmãos gêmeos, pois era o federalismo que alimentava as oligarquias, que lhes abria amplo campo de ação e lhes fornecia os instrumentos de poder. Desenvolveu-se nos círculos reformistas a convicção de que era necessário fortalecer novamente o poder central como condição para implantar as mudanças que se faziam necessárias (CARVALHO, 2002: 93).

Para Silva (2003), a grande preocupação com tais áreas pelo Governo se deu pela criação do Ministério da Educação e Saúde, além da proliferação de produções que tratavam das temáticas em questão, que eram representadas por panfletos, períodos, revistas, etc. O principal objetivo com isso era justamente ensinar e orientar os indivíduos com os cuidados higiênicos básicos, visto que, as doenças que mais preocupavam os órgãos governamentais eram as chamadas pestilenciais e as de massa.

Para Carvalho (2002:89), o golpe de 1930 foi um dos maiores marcos da história do Brasil desde a Independência. Momento em que o Presidente Washington Luís foi deposto em um movimento armado, empreendido pela tríade Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. De modo que, a Primeira República foi desmembrada, visando abolir o domínio das oligarquias regionais.

Segundo Pandolfi (2007), o período que antecedeu o Estado Novo demarcara um processo conflituoso e consequentemente disputado para as forças políticas vigentes, em detrimento da heterogeneidade de opiniões⁴⁹¹. A que salientar que esse grupo foi responsável pelo lançamento da

⁴⁹¹ Principalmente porque havia um conflito dentro forças da Aliança Liberal, onde haviam rebeldes, oligarcas dissidentes, que ansiavam por liberdade política e justiça social (PANDOLFI, 2007, p. 16)



candidatura de Getúlio Vargas. Tais aliancistas propunham a adoção do voto secreto, anistia aos presos políticos, adequação de salários, a regulamentação do ofício feminino, etc.

Quando da realização das eleições, Vargas foi derrotado, o que promoveu uma efervescente discussão entre oposicionistas e apoiadores, justamente pela prática de fraude eleitoral. Dessa forma, uma parte dos aliancistas se conformaram com a derrota, outros questionavam a veracidade do fato. Assim começou o processo de revolução dos anos 1930.

Vargas possuía apoio de militares e políticos civis, a eclosão varguista ocorreu em outubro e sua concretização no início de novembro, em que assumiu o poder, depôs os governos estaduais e municipais, fechou o Congresso Nacional, revogou a Constituição de 1891, sendo o Brasil governado por meio de Decretos-leis.

Com o início do Governo Provisório, aquelas forças divergentes que compunham a Aliança Liberal começara a travar discussões acerca do futuro político do país. De um lado haviam aqueles que queriam o estabelecimento da democracia de imediato e do outro, aqueles que acreditavam que deveria haver reformas sociais primeiro. Para a ala tenentista, a revolução não teria efeitos satisfatórios caso as estruturas oligárquicas enraizadas não fossem aniquiladas, sendo assim, se ocorre uma eleição haveriam fraudes como outrora⁴⁹².

Na concepção de Pandolfi (2007), para os estados norte e nordeste a situação era diferente. A Constituição de 1891 não lhes era favorável, por isso, defendiam a centralização do poder e o intervencionismo. Com o advento da Revolução e a diminuição das forças Centro-sul, haviam esperança para a sua participação política mais efetiva.

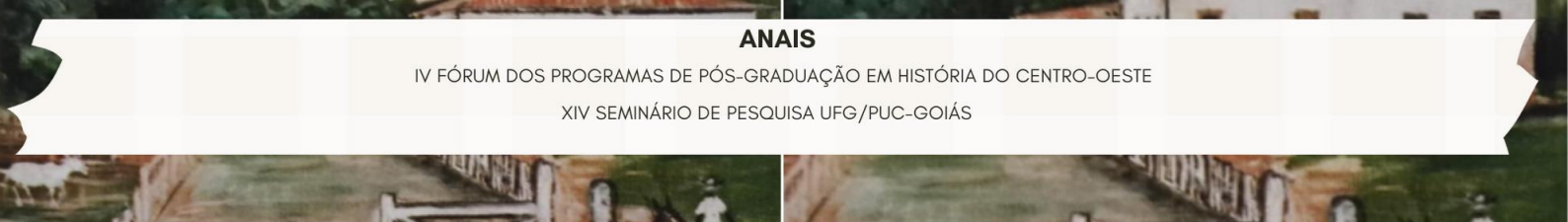
GOVERNO PROVISÓRIO

Mas afinal, quais medidas foram tomadas de antemão pelo Governo Provisório? Justamente aderindo às perspectivas tenentistas, suas atitudes foram intervencionistas e totalmente centralizadas. Passando assim, a nomear interventores em cada Estado, sendo que não era mais eleito por voto e muito menos próximos das elites dominantes. A que se considerar que os primeiros interventores foram vinculados ao tenentismo, o que culminou no fenômeno “militarização das interventorias”⁴⁹³.

Interessante observar que dos 92 interventores nomeados em 1930, permaneceram no cargo até 1932 foram: Flores da Cunha (RS), Carlos de Lima Cavalcanti (PE), Punaro Bley (ES), Olegário Maciel (MG), Magalhães Barata (PA) e, Pedro Ludovico (GO), (PANDOLFI, 2007:19).

⁴⁹² Além de haver uma forte tendência ao governo centralizado, para a promoção de uma nação forte e apartidária. Já a parte liberal queria completamente o oposto (PANDOLFI, 2007, p. 17-18).

⁴⁹³ Termo cunhado por Pandolfi (1980, p. 345) apud (PANDOLFI, 2007, p. 18)



Apesar de auxiliar e estimular tais forças locais, por outro lado, Vargas impunha seu poder acima dos estados. A exemplo disso, tem-se o Código dos Interventores, no qual se especificava que, os estados não poderiam adquirir empréstimos externos sem prévia autorização do governo federal, havendo ainda uma taxa máxima de gastos com os serviços de polícia militar, fixados em 10%.

TRANSIÇÃO PARA O GOVERNO CONSTITUCIONAL

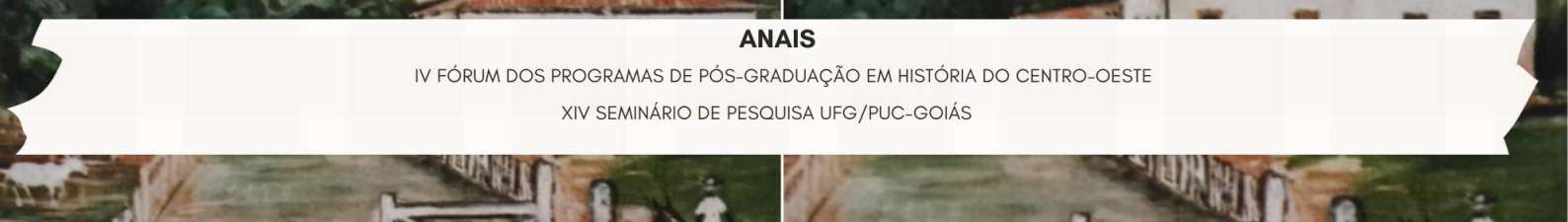
Esse período é demarcado por muitas agitações políticas e crises tanto por parte dos militares, quanto dos civis. Uma das primeiras ações empreendidas pelo Governo foi a edição do código eleitoral, instituindo-se a Justiça Eleitoral. Vargas instituiu um decreto que marcava as eleições da Assembleia Constituinte para 3 de maio de 1933, no entanto, as insatisfações com seu governo persistiam.

Quando da proximidade da Constituinte, se fez necessário a criação de novos partidos políticos, mas o que realmente se efetivou foi o nascimento de variados partidos estaduais, em sua maioria vinculados as interventorias. A Constituinte foi iniciada em 15 de novembro de 1933 e em sete meses a Constituição foi promulgada. Um dia após, Vargas foi eleito indiretamente como o Presidente da República. Com aspecto inovador, a nova Constituição apresentava a construção de uma política liberal democrática que representava aos anseios iniciais da Revolução. Em seu discurso, Getúlio deixou clara a sua insatisfação com o texto constitucional, por julgar que, a mesma afetava diretamente a ação do presidente.

GOVERNO CONSTITUCIONAL E O GOLPE DE 37

Como buscava apoio político, Vargas novamente voltou seu olhar para os militares, salientando sua tarefa de aniquilar as forças das oligarquias regionais. Sua estratégia era fazer a política do Exército, reprimindo movimentos contrários, protestos e aumentando o clima de solidariedade internamente.

Com o aval da Constituição, houveram muitas manifestações políticas contrárias, seu plano não era efetivo para atual situação do país. Após episódios de revoltas e rebeliões o clima entre varguistas e os comunistas ficou intenso, pois foram considerados como inimigos do regime e eram severamente reprimidos. Nesse ínterim, foi a porta de entrada para os novos ideais de repressão e censura.



O Executivo aprovou leis que lhe conferiam quase poderes ilimitados, conferindo ao país a situação de estado de guerra, o qual conseguiu estender até 1937. Por meio de veículos de imprensa, em setembro daquele ano, o presidente apresentou a sociedade o plano Cohen, taxado como um plano comunista para dominar o território nacional, mas não passava de uma mera criação, de modo que, o golpe fosse justificado.

ESTADO NOVO

Araujo (2000) caracteriza que o conceito “Novo” utilizado para demarcar as ditaduras desse período, representa a terceira via, entre o capitalismo liberal e o comunismo. Tal golpe de estado não representou um afastamento das práticas já iniciadas por Vargas, mas sim a demarcação do fechamento e a repressão de maneira mais incisiva. Getúlio possuía a fórmula perfeita, um plano governamental que pretendia levar ao desenvolvimento econômico, o intervencionismo, e a industrialização, além disso, no âmbito político, tinha a ditadura como uma espécie de trégua social, a fim de expandir o país sem interferências, por fim, demonstrava ter um inimigo em potencial, o temeroso comunismo, e justificava as atitudes que tomaria dali para frente. O mais impressionante é que o golpe contou com amplo apoio social, contava com civis e militares na retaguarda.

LUDOVICO E A REVISTA DE EDUCAÇÃO

Para delinear as perspectivas já mencionadas no trabalho acerca da nomeação de interventores, os quais deveriam ser afastados politicamente das elites oligárquicas, tem-se um diálogo apresentado por Souza (2021), quando do encontro do médico Pedro Ludovico com o então Senador Antônio Caiado, o primeiro foi questionado pelo político se ele o estava buscando combater, no entanto, Ludovico salientou ansiar apenas aniquilar a velha política, no entanto, sob tom de ameaça, o Caiado lhe disse que de tal forma, estaria mexendo com onça⁴⁹⁴ (SOUZA, 2021:21).

Vale salientar que Pedro Ludovico é uma importante figura para a história de Goiás e principalmente, de Goiânia, em que as ruas e o discurso histórico auxilia a validar. Considerado como um verdadeiro herói, e está presente nas narrativas cotidianas da memória coletiva.

Como sua presença é marcante nas fontes utilizadas no trabalho, se faz necessário o desmembramento de sua história no governo varguista. Inicialmente, segundo (SOUZA, 2021),

⁴⁹⁴ O autor descreve que o termo onça se refere a sua forma de ataque, silenciosa e pelas costas, demarcando um tom ameaçador (SOUZA, 2021, p. 22).

Ludovico estava realizando o trajeto de Rio Verde até a capital, quando foi avisado da vitória da revolução, e mais ainda, que os seus rivais políticos haviam se refugiado no entorno, assim iniciou um movimento político sob sua liderança. Tudo isso ocorreu em outubro, em novembro, já foi nomeado interventor do Federal no estado de Goiás.

Com tal poderio pôde idealizar a construção da nova capital, Goiânia, que demarcou uma forte oposição das então elites goianas, que contaram com requintes de ameaças físicas e políticas.

Durante o período da ditadura do Estado Novo, que se iniciou em 1937, Pedro Ludovico foi, mais uma vez, reconduzido como Interventor, ocupando o cargo até 1945, ou seja, de forma ininterrupta, esteve à frente do Poder Executivo do Estado de Goiás por quinze anos. Em 1937, transferiu definitivamente a capital do estado para Goiânia, que ainda estava em construção. A inauguração da nova cidade ocorreu no dia 5 de julho de 1942 num evento conhecido como Batismo Cultural (SOUZA, 2021:30).

A Revista de Educação se configura como um dos mecanismos de orientação pedagógico-social desenvolvidos pelo governo de Goiás, que esteve em circulação entre os anos de 1937 até 1962. Nesse ínterim, a Revista deixou de circular por três vezes, passível de reorganização por dois decretos⁴⁹⁵.

Segue-se o Decreto responsável por apresentar a supracitada revista para a sociedade e para a comunidade educacional:

DECRETO N.º 3482, 12 DE JUNHO DE 1933

(Publicado no C. O. de 19-6-933)

O Interventor Federal, neste Estado, atendendo à representação que lhe fez a Diretoria Geral do interior, e

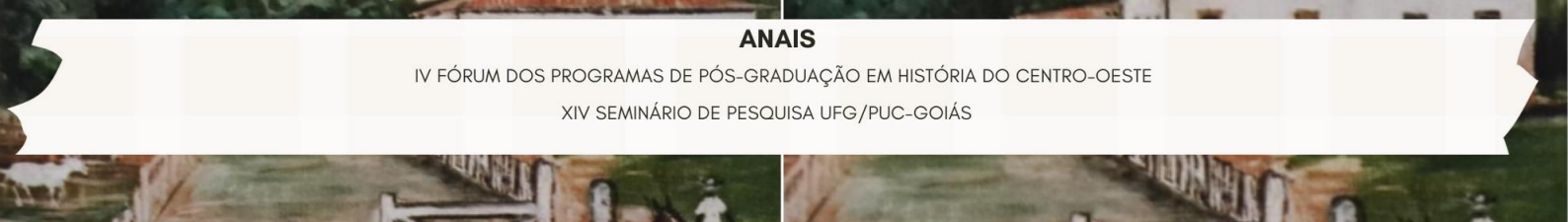
Considerando que se faz mistér, em nosso Estado, a criação de um órgão oficial do ensino que ventile as questões pedagógicas contemporâneas e dê curso a tôdas as resoluções oficiais que interessem a instrução primária, secundária e superior;

Considerando que é cada vez mais sensível a lacuna da inexistência desse órgão;

A revista demonstra a principal ação empregada pelo Estado em função de sua associação direta com os planos nacionais, a propagação dos ideais mais modernos do ensino e traga os questionamentos mais atuais na área pedagógica, mas que atendam as necessidades dos decretos oficiais.

Quando Interventor Federal em nosso Estado Dr. Pedro Lodovico Teixeira, a então Diretoria Geral do Interior, tendo à frente a inteligência brilhante de Dr. Vasco dos

⁴⁹⁵ Decreto-lei nº 186, de 24 de novembro de 1945; Decreto nº 490, de 02 de dezembro de 1958.



Reis Gonçalves⁴⁹⁶, fez publicar, de setembro de 1937 a junho de 1944, a **Revista de Educação**, sob os ns.º 1 a 21 (Revista de Educação, 1959:25).

Das 21 revistas citadas pelo autor que compreendem o período de 1937 a 1944, foram encontrados 14 números. Fato que evidencia a dificuldade de acesso às fontes referente a esse período, apesar de sua importância para a educação goiana e a refletem a realidade da política no período da Ditadura Vargas.

No informativo publicado em 1959, enumerado como edição n.º 37, foi apresentado uma editoração que explicava o surgimento da revista e os decretos que nortearam a sua existência até ali. A salientar que tal impresso surgiu em “suplemento ao Correio Oficial, surgia a **Secção Pedagógica**, criada pelo Professor José Cardoso⁴⁹⁷ (Revista de Educação, 1959:25.”

Ademais, o autor segue demonstrando a trajetória do periódico, supracitando que

“Foi essa Secção a precursora da **Revista de Educação e História do Estado de Goiás**, instituída pelo decreto n. 3.482, de 12 de junho de 1933, que, infelizmente deixou de circular depois de uma fase de divulgação educacional e histórica marcada pela colaboração de notáveis capacidades culturais e intelectuais” (Revista de educação, 1959:25).

O mais interessante no comentário tecido pelo autor é a sua admiração pelo trabalho desenvolvido pela imprensa pedagógica. Tanto no ambiente escolar, quanto nos lares dos goianos, pela influência positiva dos intelectuais no cenário sociocultural.

Esse estudo contempla o período de 1937 até 1946, com 18 revistas como fontes. O impresso começou a circular em 1937, na nova capital Goiânia. O título que estampa a capa é *Revista de Educação*, conforme exemplar de n. 1, o mais antigo. Tal periódico era um Órgão da Diretoria Geral do Interior, tendo como diretor o médico Vasco dos Reis Gonçalves e o redator, o professor Gentil Augusto Lino. Interessante já se perceber a associação entre a educação e a saúde nos planos de modernização de Goiás.

⁴⁹⁶ Nas-ceu Vas-co dos Reis Gon-çal-ves na be-la ter-ra dos “bu-ri-ti-zais sus-sur-ran-tes” de Leo Lynce, a po-é-ti-ca e evo-ca-ti-va Be-la Vis-ta de Go-i-ás, an-ti-ga Su-çu-a-pa-ra, em 05 de abril de 1901, nos al-bo-res do sé-cu-lo XX. Vi-nha ele de uma fa-mí-lia ilus-tre e abas-ta-da, fi-lho do po-lí-ti-co de des-ta-que em seu tem-po, Dr. Ma-no-el dos Reis Gon-çal-ves, co-rum-ba-en-se ilus-tre, nas-ci-do em 1857 e fa-le-ci-do em 1935 (<https://www.dm.com.br/opiniaio/2017/12/o-talentoso-e-inesquecivel-vasco-dos-reis-goncalves/>).

⁴⁹⁷ [...] os documentos evidenciam que ao final da década de 1920, mais precisamente no ano de 1929, os docentes goianos puderam contar com as contribuições dos integrantes da Missão Pedagógica Paulista, que eram técnicos em formação de professores, composta pelos professores Humberto de Souza Leal, chefe da missão e técnico em ensino normal; José Cardoso, técnico em métodos pedagógicos e diretor de ensino; e Cícero Bueno Brandão, especialista em educação física escolar. Vieram para o Estado de Goiás encarregados em assumirem por um período a administração da Escola Normal e reformar o ensino normal e o ensino primário (CAMARGO; et al, 2017, p. 4811).

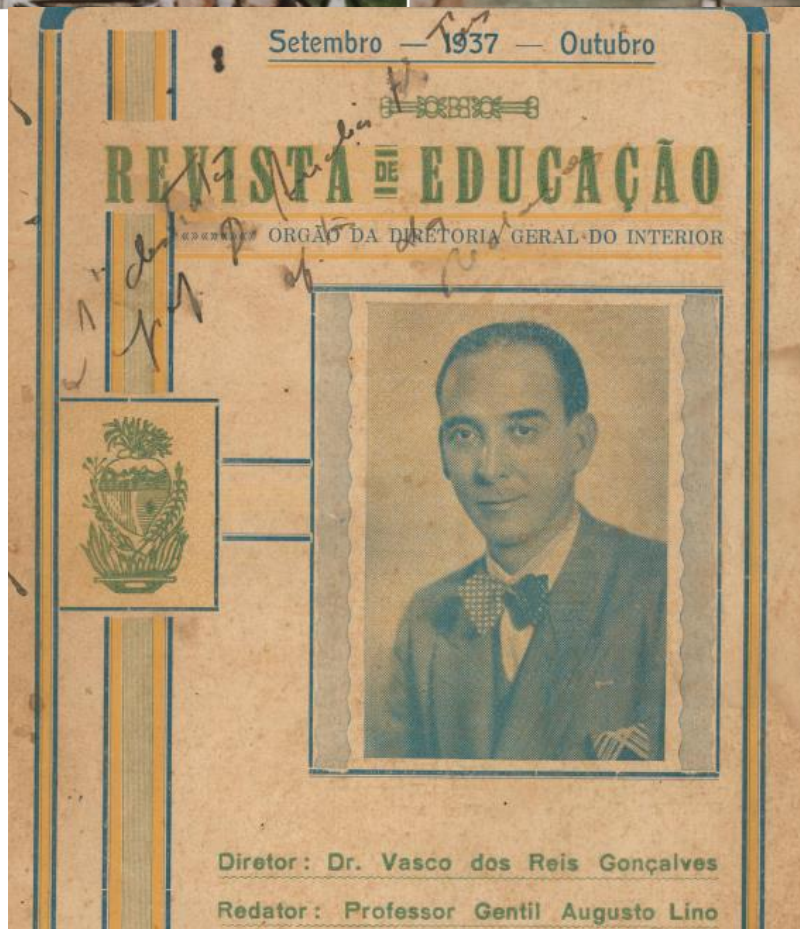


Figura 1 - Capa da primeira edição da Revista de Educação do Estado de Goiás (setembro - outubro - 1937)

A foto do interventor aparece tanto na capa quanto na folha de rosto, além disso, o professor Gentil, também tem seu rosto estampado na página subsequente. Fato que denota o caráter de importância que essas figuras representavam para a sociedade e a necessidade de inculcar suas ideologias na sociedade.

O professor Gentil Augusto Lino foi o redator da revista, designado pela Diretoria Geral de Interiores para dirigir o I Congresso de Educação de Goiás. Durante o evento, abordou os aspectos relativos à Escola Ativa. Na revista de número 2, o personagem é apresentado com todo o fulgor, em que sua importância é considerada imprescindível para o professorado goiano. Ademais, um aspecto muito interessante a ser destacado é imaginar o impresso como um mecanismo de apresentação das pesquisas científicas recentes, em que o professor era o responsável por apresentar as teses, que traziam as concepções da Escola Nova, conquistando assim a estima dos educadores (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1937, n. 2, p.15).

Em virtude do Decreto-Lei n. 186, de 24 de novembro de 1945, a antiga Revista de Educação e História passou a ser denominada **Revista de Educação e Saúde**. O



Interventor Federal, Desembargador Eládio de Amorim⁴⁹⁸, aprovou a reforma do Regulamento dessa revista, nomeando para dirigi-la a inteligente e culta Professora Floraci Artiaga Mendes⁴⁹⁹, Catedrática de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal Oficial do Estado, hoje, Instituto de Educação de Goiás. Essa professora publicou os magníficos números 22 a 32, todos durante o exercício de 1946 (Revista de Educação, 1959:25).

Dessa fase da revista, conseguimos encontrar os números 23-24, 27-28, 29-30, 31-32, restando apenas o número 22 para completar as publicações assinadas pela professora.

A partir de 1947 deixou de circular a Revista, órgão que tanto estimulára o professorado goiano e levára para outros Estados noticiário sobre as atividades educacionais desenvolvidas em Goiás.

A Revista de Educação reaparece em 1949, sob os números 33/34 e 35/36, no governo do Engenheiro Coimbra Bueno, sendo titular da Secretaria de Educação o Dr. Hélio Seixo de Brito, dirigida pelo Professor Benjamin de Jesus Roriz, depois do que se ausenta por um decênio (Revista de Educação, 1959:25).

O mais interessante do fragmento apresentado na revista é a de que, se apresenta o fato de que o impresso deixou de circular, mas não identifica a causa, mas, além disso, o autor expõe de forma muito rápida os novos titulares do secretariado de educação. A salientar que, a “órgão que tanto **estimulará** o professorado goiano e **levará** para outros Estados noticiário sobre as atividades educacionais desenvolvidas em Goiás”. Os grifos representam às duas ações mais latentes que eram atribuídas ao impresso pedagógico. Estimular os professores em suas atividades educacionais e levar para os demais estados aquilo que era desenvolvida no território goiano.

FONTES PRIMÁRIAS

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão da Diretoria Geral do Interior, n. 1, ano I, nov./dez./1937. 33 p.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretaria de Estado de Educação e Cultura de Goiás, n. 37, ano XVII, jan./fev./1959. 78 p.

⁴⁹⁸ Nasceu em Goiás em 1894. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1921. No estado de Goiás, foi juiz de direito em Silvânia, professor catedrático na Faculdade de Direito e desembargador do Tribunal de Justiça, que presidia em 1945. Com a queda de Vargas em 29 de outubro de 1945 e a consequente ocupação dos governos estaduais pelos chefes do Poder Judiciário local, substituiu Pedro Ludovico na interventoria em Goiás, exercendo o cargo de novembro de 1945 a fevereiro de 1946 (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amorim-eladio>).

⁴⁹⁹ A professora Floraci Artiaga Mendes foi uma das mais competentes mestras do magistério goiano. Cronista, estudiosa, pesquisadora, deixou obra espalhada por jornais e revistas, notadamente a Revista Oeste e Revista de Educação do Estado de Goiás, na época, dirigida pela Dra. Amália Hermano (<https://www.dm.com.br/opinioao/2016/09/relatos-cotidianos-em-cronicas-de-ternuras-e-relebrancas-do-chao-goiano/>).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Maria Celina Soares D'. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PANDOLFI, Dulce. **Os anos 1930**: as incertezas do regime. in: **O tempo nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Org: Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SOUZA, Rildo Bento de. **As raízes profundas do jequitibá**: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2021.

“QUE OS SÉCULOS CONTEMPEM O QUE TEU CORAÇÃO PRODUZIU”: HISTÓRIA, MEMÓRIA E OS SENTIDOS DO MONUMENTO EM HOMENAGEM A LÍGIA REBELO NO COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR PEDRO GOMES

*Vinícius Felipe Leal Machado*⁵⁰⁰

RESUMO

Este texto é um recorte da pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito do PPGH-UFG, para obtenção do grau de doutor em História, sob a orientação da professora Dra. Maria Elízia Borges, com o título provisório de “‘A dama da educação goiana’: a vida e o legado de Lígia Rebelo para o Colégio Pedro Gomes e além”. O presente excerto se propõe a apresentar nossa investigação sobre pontos que consideramos de interessante valor contributivo para o campo da História da Educação em Goiás, em tangência com o campo da História Social das Mulheres, visando, especialmente, o enriquecimento da produção acadêmica acerca da vida e da obra das mulheres que estão inseridas neste universo temático. Apesar deste texto não se debruçar sobre a História da Arte, nossa análise gira em torno de um elemento de valor artístico: uma estátua de Lígia Rebelo, erigida em 1961, no interior do colégio, e ali mantida por seis décadas, em destaque, até a presente data. Em busca de interpretar possíveis significados políticos, artístico-simbólicos e socioculturais investidos na homenagem, nos aprofundamos sobre a vida desta personagem, a professora e diretora que construiu uma imagem pública profundamente vinculada à do mais antigo colégio público de Campinas (Goiânia-GO).

Palavras-Chave: Escultura pública; Cultura Escolar; Colégio Pedro Gomes; Lígia Rebelo

INTRODUÇÃO

No pátio interno do antigo Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, situado no número 1245 da Avenida Sergipe, esquina com Benjamin Constant, no Setor Campinas, em Goiânia, atual CEPI⁵⁰¹

⁵⁰⁰ Discente do curso de doutorado em História, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás (PPGH-UFG). Orientadora: Professora Dra. Maria Elízia Borges. Endereço Eletrônico: viniciusmasterleal@hotmail.com.

⁵⁰¹ CEPI é o acrônimo para “Centro de Ensino em Período Integral”. A nomenclatura remete ao modelo pedagógico implantado em 2013 e vigente até o momento (2022). O Colégio Estadual Professor Pedro Gomes foi uma das 15 unidades da rede estadual, escolhidas para integrar o grupo inicial de escolas convertidas em CEPIS. No início do ano letivo de 2013, a SEDUC (Secretaria de Estado da Educação de Goiás), implantou o “Programa Novo Futuro” com o intuito de instalar e dar suporte a estas unidades escolares, sob a justificativa de suprir a crescente demanda social pela ampliação do tempo escolar com qualidade a fim de “atender estudantes do ensino médio na perspectiva da formação de um cidadão livre, solidário e qualificado”, em acordo com o art. 2 da Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96. Assim, segundo a SEDUC, os Centros de Ensino em Período Integral, inicialmente criados e regulamentados sob a Lei Estadual 17.920/2012, são pautados em um modelo pedagógico diferenciado no que tange ao currículo e à carga horária (expandida de 800 para 1.400 horas anuais). Os CEPIS iniciam suas atividades, de segunda a sexta, às 7h30, servem três refeições diárias, encerrando suas atividades às 17h, perfazendo um total de 45 aulas semanais mescladas em um currículo até então inédito



Professor Pedro Gomes, existe um objeto singular, relativamente incomum entre o mobiliário que compõe um ambiente escolar convencional, quando se pensa na maioria das escolas públicas contemporâneas a esta instituição em Goiás, datada de meados do século XX. Por esta razão, tal elemento chama atenção de quem adentra o ambiente e o percorre com os olhos de forma mais atenta. Trata-se de uma estátua. Descrevendo-a com base em sua aparência, até mesmo o mais superficial olhar notaria que a obra é um monumento estatutário em forma de busto, executado em estilo figurativo realístico, a fim de representar uma figura feminina de semblante aparentemente austero (Imagem 1). Este tipo de monumento, uma escultura pública, é comumente visto, pelo Brasil afora, em locais abertos, como praças, canteiros e até em obras urbanas de caráter funcional, como viadutos, geralmente demarcando logradouros que remetam, em algum sentido, à memória da figura homenageada em um espaço que oportunize a visualização da obra pelo grande público que por ali estiver de passagem.

Em um segundo momento de observação é possível perceber que a tal escultura, confeccionada em bronze, é mais que um ornamento decorativo introduzido aleatoriamente naquele ambiente. Como dito anteriormente, este tipo de retrato escultórico é carregado de funções específicas e valores simbólicos, alguns explícitos no próprio conjunto da obra, outros, implícitos nas intencionalidades embutidas em sua construção, instalação e manutenção. Todas as possibilidades que envolvem a análise deste tipo de objeto fazem dele uma espécie de totem, um marco espacial que confere fisicalidade a elementos intangíveis, situados no campo simbólico, de poder e memória.

Basta uma análise mais acurada do conjunto para conhecermos sua função original que, definitivamente, não é de embelezar o ambiente como uma peça meramente decorativa. Para que qualquer observador chegue a esta conclusão, basta ler a placa de ferro fundido que integra o monumento. Conforme a informação contida na placa afixada no pedestal, a presença da obra naquele lugar foi estabelecida a fim de prestar homenagem a Lígia Maria Coelho Rebelo (Imagem 2),

em Goiás, constituído por um Núcleo Básico Comum e um núcleo de disciplinas exclusivas ao modelo, denominado “Núcleo Diversificado”. Neste currículo, o Núcleo Básico Comum é formado pelas disciplinas “Língua Portuguesa”, “Arte”, “Educação Física”, “Inglês”, “Matemática”, “Física”, “Química”, “Biologia”, “História”, “Geografia”, “Filosofia” e “Sociologia”. O Núcleo Diversificado é composto pelas disciplinas “Prática de Laboratório”, “Avaliação Semanal”, “Preparação Pós-Médio”, “Estudo Orientado”, “Projeto de Vida”, “Protagonismo Juvenil”, “Espanhol”, “Eletivas” e “Práticas de Laboratório”. A SEDUC informa que o programa respondia, na época da implantação, às diretrizes do “Pacto pela Educação do Estado de Goiás”, “atendendo às unidades de ensino com melhoria da infraestrutura, valorização do profissional e ensino de excelência”. As palavras oficiais do órgão afirmam ainda que “tais modificações geram profundas transformações que, para se perenizarem na rede, necessitam de um processo de acompanhamento específico e especializado. O Programa Novo Futuro tinha por função estruturar os CEPs e garantir a implantação e acompanhamento do programa”. Atualmente, a Lei Estadual Nº 19.687, de 22 de junho de 2017, substitui as leis anteriores que regulamentavam as escolas implantadas em 2013 e 2014 e a denominação “Programa Novo Futuro” já não é mais utilizada pela SEDUC. O site da SEDUC informa ainda que, em 11 de maio de 2021, Goiás tem 203 Centros de Ensino em Período Integral (CEPIs) em funcionamento, sendo que 142 ofertam o Ensino Fundamental, 48 ofertam o Ensino Médio e 13 ofertam Ensino Fundamental e Ensino Médio (<https://site.educacao.go.gov.br/ensino-integral/>).



justamente a mulher retratada tridimensionalmente. Ao observarmos a data de inauguração da obra, abre-se precedente para uma série de questionamentos e hipóteses: “quem é a pessoa digna de tal homenagem?”; “quais razões podem ter levado à escolha desta personagem naquele momento?”; “qual o contexto político, social e educacional em que a obra fora erigida e o que ele poderia nos revelar sobre os sentidos históricos da presença deste objeto que, inevitavelmente, acabou tendo funções memorialísticas?”; “como o monumento contribui para a perpetuação e manutenção da memória da pessoa homenageada dentro daquele ambiente escolar, através do tempo e de distintas gerações de estudantes e profissionais que por ali passaram?”.

O trabalho de pesquisa do qual este texto é parte integrante - uma tese de doutoramento - pretende investigar pontos de interesse para a História da Educação em Goiás, bem como para a História Social das Mulheres inseridas neste campo, a partir das problemáticas supracitadas e de outras que a complementem colateralmente. Tendo em vista que este trabalho é um desdobramento de nossa pesquisa acerca da história da criação do Colégio Estadual Professor Pedro Gomes, desenvolvida inicialmente na dissertação “Um colégio para Campinas: educação e modernidade na cidade que virou bairro (1947-1961)”⁵⁰², continuamos considerando que o presente trabalho contribui, ainda, para o enriquecimento do subcampo da História das Instituições Escolares, uma vez que seu objeto guarda imbricada correlação temática com a história daquela escola.

⁵⁰² Esta pesquisa, produzida no âmbito do Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, investigou o processo de criação e instalação do primeiro colégio público estadual do bairro de Campinas, localizado em Goiânia-GO. Este trabalho foi conduzido sob a ótica fortalecida dentro do campo da História das Instituições Escolares, que pressupõe que as escolas inevitavelmente dialogam com a sociedade que a rodeia de maneira permanente, construindo, em si e em torno de si, uma cultura própria, que, em parte, reflete a realidade social circundante e, em parte, a transforma, emanando para a comunidade sua influência através de seus elementos constitutivos. Buscamos, portanto, compreender a situação cultural na qual se desenvolveu a instrução e a educação escolar na região de Campinas, desde que esta localidade era um pequeno povoado, até a criação do Ginásio Estadual de Campinas, em 1947. Instalado em 1950, o ginásio foi posteriormente denominado Colégio Estadual de Campinas e, por fim, rebatizado, em 1961, com o nome que o tornou famoso entre estudantes e famílias goianienses a partir daquela década: Colégio Estadual Professor Pedro Gomes. Nesse intuito, rastreamos, através da história de Campinas, a qual fora marcada por grande precariedade material na maior parte do tempo, os fatores condicionantes que fizeram da criação deste colégio um importante marco modernizador para a antiga cidade que cedeu suas terras para a edificação da nova capital do Estado. Assim, apresentamos uma visão baseada na interpretação de que a compreensão da história da fundação deste colégio passa, necessariamente, pela história de seu lugar, sendo os fatos ligados à construção de Goiânia, elementos centrais nesta narrativa. Este trabalho, apresentado em 05 de julho de 2019 como requisito para obtenção do grau de mestre conferido ao autor, foi desenvolvido sob a orientação do professor Dr. Leandro Mendes Rocha e contou com financiamento mediante bolsa fornecida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás. Encontra-se disponível em <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9866>.

A ESTÁTUA DE DONA LÍGIA REBELO COMO OBJETO DE INTERESSE HISTORIOGRÁFICO

As possíveis respostas para os questionamentos levantados perpassam pela compreensão da natureza deste tipo de construção cultural humana, entendido aqui, de antemão, como uma forma pragmática de expressão política que utiliza uma linguagem artística como meio para se afirmar publicamente. Inevitavelmente, perpassam, também, pela história de vida da pessoa homenageada. Partindo do que já sabemos, ou daquilo que está explícito, a pesquisa visa atingir aquilo que está oculto, além da superfície visível, em busca de elementos que possam ser interpretados como respostas. Como um rastilho de pólvora, que queima partindo do detonador em direção ao explosivo, o historiador deve, a partir de seu objeto, seguir uma trilha, mas de caminho inverso ao da pólvora, partindo do ponto final conhecido rumo ao início da cadeia de fatos que culminaram nele.

Neste caso, os primeiros elementos indiciários explícitos sobre o que levou à cristalização, em forma de monumento, de características específicas da trajetória e da personalidade da figura humana retratada, estão dados na própria obra analisada: infere-se uma exaltação de sua atividade profissional, especificamente ligada à educação, uma vez que o ambiente onde o monumento foi instalado é uma instituição de ensino e o texto gravado expõe “professores, funcionários e alunos” como promotores daquela ode à figura de Lígia Rebelo.

A partir deste ponto, conclui-se, preliminarmente, que Lígia Maria Coelho Rebelo foi, portanto, homenageada pela comunidade escolar do Colégio Pedro Gomes, ano de 1961, por seus feitos e realizações na área educacional, os quais tiveram impacto positivo para o desenvolvimento daquele recorte social que a homenageia. Seguindo esta linha de raciocínio, o fato de o monumento relacionar tais realizações ao coração da homenageada - no trecho inscrito na placa “seu coração produziu” – certamente constitui mais um rico elemento para análise.

O trecho, além de conferir um ar poético à homenagem, com uso de linguagem marcada por subjetividade tipicamente literária, explicitada através do emprego de metáfora, é coerente com o ambiente educativo de sua inserção e com a tipologia artística escolhida para a reverência: uma escultura assinada por um professor e artesão local, ativamente engajado na cena artística e cultural goiana à época de sua produção⁵⁰³. A escolha deste artifício de linguagem denota, ainda, a intenção de exprimir a existência, em Dona Lígia, de virtudes éticas e qualidades morais, socialmente valorizadas como atributos “vindos do coração”. O sentido da frase inscrita na placa coloca estes atributos subjetivos de personalidade como características promotoras do desempenho satisfatório

⁵⁰³ Abordamos as idiosincrasias relativas ao autor da obra, Antônio Peclat, no trabalho completo.

das atividades profissionais, correlacionado os dois universos de maneira a evidenciar a primazia dos primeiros elementos sobre os segundos. Assim, as esferas pessoal e profissional se fundem em uma aclamação pública que busca estabelecer tal entendimento. Os méritos que tornam a figura digna da homenagem seriam, em essência, frutos de seu caráter. A homenagem teria a missão de valorizá-lo através da declarada pretensão de “imortalizar” por “séculos”, não só a profissional Lígia Rebelo, mas a pessoa e sua humanidade, em todos os seus aspectos, inclusive emocionais.

Esta hipótese funciona como o pontapé inicial para chegarmos, através da investigação, a elementos que aprofundem tal entendimento e iluminem com mais precisão a relevância do papel social desempenhado pela personagem que recebeu reverência destacada.

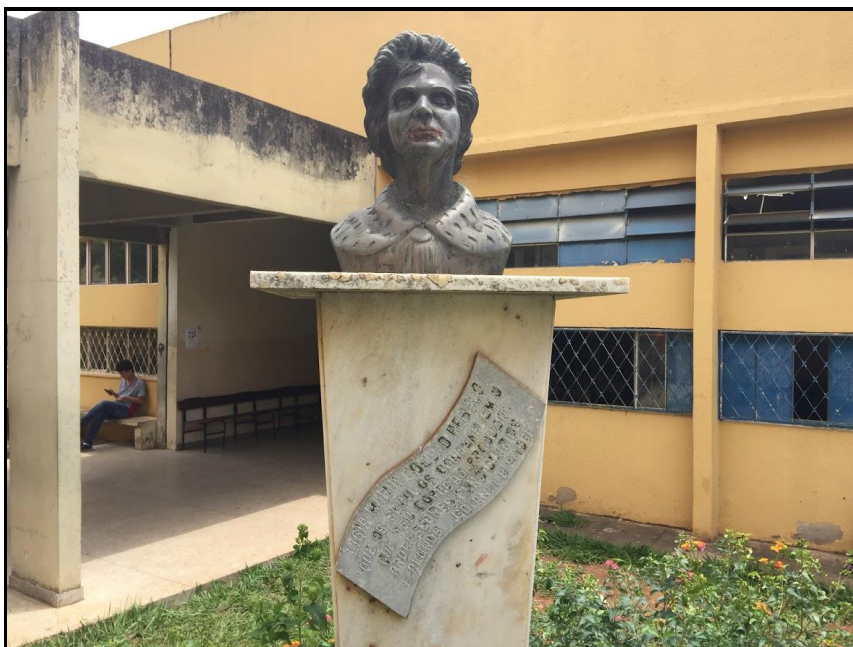


Imagem 1 – Busto em cobre com representação de Lígia Rebelo em pedestal de concreto revestido de mármore com placa metálica gravada. Fonte: acervo pessoal.



Imagem 2 – Detalhe da gravação em metal do pedestal. A peça traz os seguintes dizeres: “Lígia Maria Coelho Rebelo - ‘Que os séculos contemplem o que teu coração produziu’ – Professores, funcionários e alunos – Goiânia, 8-9-1961”.
Fonte: acervo pessoal.

“QUEM FOI LÍGIA REBELO?”: CONSTRUÇÃO DE NARRATIVA BIOGRÁFICA COMO FORMA DE INVESTIGAÇÃO DAS CAUSALIDADES DA HOMENAGEM A PARTIR DO HISTÓRICO DE VIDA PROFISSIONAL DA PESSOA HOMENAGEADA

Dona Lígia Rebelo foi diretora do Colégio entre os anos de 1956 e 1966, sendo a profissional que mais tempo permaneceu nesta função em toda a história do Colégio Pedro Gomes. A importância de sua gestão, certamente não se dá somente pela extensão de seu mandato, mas pelas relevantes ações conduzidas sob seu direcionamento, as quais contribuíram para a consolidação da instituição no panorama cultural relacionado à instrução escolar no Estado, construindo uma imagem positiva da escola junto à sociedade goianiense e contribuindo como um dos vários elementos simbólicos representantes de uma identidade ligada à orgulhosa comunidade tradicional do bairro de Campinas.

Investigar a permanência da memória de Lígia Rebelo vinculada ao Colégio Pedro Gomes, especificamente no que se refere à existência e manutenção do monumento em sua homenagem no interior da escola, como elemento componente da cultura escolar vivenciada por gerações, exige a (re)construção narrativa de uma detalhada teia de eventos que conduziu a personagem até aquele momento.

Primeiramente, faz-se necessária a busca de um fio condutor, o qual, desde o primeiro momento, coloca-se evidente: a educação (como trabalho). Ao mesmo tempo, buscamos compreender como nossa personagem se insere neste universo, entrelaçando sua vida pessoal com sua trajetória



profissional. Metaforicamente, nosso intento foi o de “descascar camadas” de um ser humano que desempenhou um papel social singular naquilo em que se envolveu. Assim, manejamos três camadas da personagem: a vida pessoal, tratando de elementos formativos de sua personalidade e suas conexões sociais primárias; a vida profissional, tratando do progressivo desenvolvimento de atividades diretamente ligadas à aquisição de seu status social de educadora, o qual a teria dignificado para as homenagens que recebeu; por fim, sua imagem pública, construída com base nas duas esferas anteriormente citadas, mas que as extrapola, em muito, em possibilidade de análises, uma vez que a esfera das relações sociais guarda, em si, múltiplos elementos políticos e culturais que permeiam o que pode ser chamado de “vida pública”.

Devido ao escopo de recorte específico ao qual este texto se propõe, dar-se-á ênfase na análise da vida profissional e na construção da imagem pública de Dona Lígia. O imperativo desta escolha ocorre em função das regras impostas para a publicação, limitando o tamanho do trabalho submetido e à natureza do evento em que ele está sendo apresentado, que visa publicizar pesquisas inconclusas.

A trajetória de Lígia Rebelo esteve, desde cedo, ligada ao trabalho na área da educação e teve, como fato culminante, o período em que esteve na direção do Colégio Pedro Gomes. Lígia Rebelo nasceu na Cidade de Goiás (GO) em 8 de setembro de 1917, filha do advogado Guilherme Ferreira Coelho e Elgiva Corrêa Coelho. Aos 16 anos concluiu o Curso Normal, no Colégio Sant’Anna, diplomando-se para o magistério em 1933. Naquele mesmo ano, ainda aluna, teve a oportunidade de atuar como professora substituta no colégio em que estudava. Esta foi sua primeira experiência profissional na educação. No ano seguinte, já formada, iniciou oficialmente sua carreira como professora no Grupo Escolar Municipal Professora Nhola, também na Cidade de Goiás, ocupando-se com a docência nos anos iniciais da vida escolar, empregando, deste modo, sua formação normalista nas etapas acadêmicas que os grupos escolares ofertavam. Sobre os anos iniciais de sua trajetória, a ex-secretária estadual de Educação Raquel Teixeira (1999-2001), que conheceu Dona Lígia pessoalmente e conviveu, como amiga, com seu filho Percival Xavier Rebelo Filho, relatou ter ouvido da própria Dona Lígia a contundente afirmação “Parece-me que ao nascer, comecei a trabalhar” (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de setembro de 2007), e segue narrando suas impressões sobre a ex-diretora:

Aos oito anos, deixou a casa dos pais para estudar interna no Colégio Santana, na Cidade de Goiás. A convivência de sete anos com as irmãs dominicanas, com certeza, foi decisiva para a formação de seu caráter, aprimoramento de sua inteligência, desenvolvimento de sua personalidade sensível e firme, e de sua fé em Deus. (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de setembro de 2007).

Em 1935, mudou-se para Piracanjuba (GO), à época denominada Pouso Alto, cidade em que havia cursado parte do ensino primário, até completar oito anos. Ali, por indicação do interventor



federal Pedro Ludovico, empenhou-se na fundação do Grupo Escolar João de Araújo, onde trabalhou como professora e também ocupou a função de diretora, pela primeira vez na carreira, entre abril de 1935 e agosto de 1937. Também em Pouso Alto, começou a atuar na formação de novos educadores, integrando o corpo docente do Curso Normal do Ginásio São José, em 1936, quando tinha 19 anos. Neste curso lecionou as disciplinas de Língua Portuguesa, Pedagogia e Psicologia. Para além da carreira, em Piracanjuba, Dona Lígia deu também um grande passo em sua vida pessoal, iniciando ali seu relacionamento com o também professor - além de advogado e farmacêutico - Percival Xavier Rebelo, que se tornaria seu cônjuge. “É lá que ela reencontra um amigo de infância, Percival, que se torna seu marido, companheiro e grande amor. Foram seis filhos os frutos dessa união, que hoje se multiplicaram em 22 netos e 23 bisnetos.” (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de setembro de 2007).

Em 1938, Dona Lígia mudou-se para Itumbiara, naquela época denominada Santa Rita do Paranaíba, onde exerceu brevemente a função de professora no Grupo Escolar Ruy de Almeida. Depois disso, se mudou com a família para Rio Verde, onde viveram por um longo período, de 1939 até 1951. Este período foi particularmente rico em experiências profissionais vivenciadas na cidade do sudoeste goiano. Foi professora de língua portuguesa no Grupo Escolar Eugênio Jardim e da Escola Profissional Rural, ambas em Rio Verde, de 1939 a 1947. Em 1941 fundou, na cidade, um curso preparatório para o processo seletivo de admissão do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, onde lecionou a mesma disciplina. Na Escola Normal Santa Rita de Cássia, lecionou as disciplinas de Português, Francês, Psicologia e História de Goiás, de 1944 a 1946. Entre 1945 e 1946, foi professora do Curso Noturno de Madureza de Rio Verde. Em seguida, ingressou no corpo de profissionais do Ginásio Estadual Martins Borges, onde, entre 1947 e 1951, atuou como professora de Língua Portuguesa e desenho, além de ter desempenhado a função de secretária, entre 1947 e 1948.

Em 1951, veio a mudança para Goiânia, motivada por novas oportunidades e desafios, entre os quais, algumas experiências notáveis, que acabariam se tornando os grandes momentos de sua carreira na área da educação. Sua primeira experiência como professora na nova capital ocorreu no Grupo Escolar Vasco dos Reis, antigo Grupo Escolar do Instituto de Educação de Goiás (IEG), de 1951 a 1953. Durante o ano de 1952, Lígia Rebelo assumiu a função de diretora do estabelecimento. Ao mesmo tempo, também em 1952, lecionou a disciplina de desenho, para turmas do período noturno, no Ginásio Professor Ferreira, onde permaneceu até 1955.

Foi no ano de 1952 que ela começou sua trajetória no Colégio Pedro Gomes, quando a instituição ainda não havia sido rebatizada com este nome, que seria, anos depois, associado à imagem pública de sua diretora, Lígia Rebelo. Nem mesmo as funções, o tamanho e o *status* de colégio, a instituição possuía naquele ano. Em seu ingresso no quadro de docentes, o futuro colégio que



atenderia aos anseios da população campineira ainda era chamado de Ginásio Estadual de Campinas, e, no ano estava sob a direção do professor Newton Paranhos. Até 1956, ano em que se tornou diretora da instituição, ela atuou como professora de Língua Portuguesa e Desenho na casa. Neste período, ela também cumpriu carga horária docente em outras escolas: no IEG, como professora das mesmas disciplinas para as turmas de 1^a, 2^a 3^a e 4^a séries, entre 1953 e o início de 1954. Depois disso, integrou o respeitável corpo docente da mais famosa e tradicional instituição pública de ensino secundário da capital e do Estado, por sua antiguidade e grandiosidade: o famoso Lyceu (grafia da época) de Goiânia, onde trabalhou entre 1954 e 1956, também como professora de Português e Desenho, desta vez para turmas do 1º e 2º ciclos. Depois de 1956, Lígia Rebelo, que recebeu a gestão do ginásio das mãos de Sebastião Veloso Peleja, foi agente ativa nas negociações políticas que culminaram na obtenção de benefícios que, certamente, ampliaram o impacto do colégio sobre a comunidade local:

“a empreitada de transformação do ainda modesto Ginásio Estadual de Campinas no, enfim, grandioso Colégio Estadual de Campinas, teve como principal artífice, a quinta diretora da instituição, desde sua fundação, e a primeira a dirigi-la como colégio, Lígia Maria Coelho Rebelo. Dona Lígia, como era conhecida publicamente, foi a diretora que mais tempo esteve à frente da escola, permanecendo entre 1956 e 1966. Foi durante sua gestão que eventos decisivos para a construção da imagem que se perpetuaria ao longo das décadas seguintes acerca do primeiro colégio de Campinas, ocorreram, entre as quais destacamos: condução da instituição durante a edificação do novo prédio, a transferência para da estrutura existente para o novo prédio, realização de obras de expansões prediais posteriores, como o auditório, e um segundo pavilhão, além do aparelhamento de laboratórios, conforme relatado nos arquivos da escola. Por tudo isso, esta diretora é associada à elevação do ginásio ao status de colégio, o colégio que Campinas tanto esperava. Outro aspecto que influenciou na construção simbólica da imagem que o colégio veio a consolidar entre a coletividade goianiense nos anos seguintes, foi trazida no mesmo ato em que ocorreu a elevação, como que coroando aquele momento: a adoção de um novo nome, “Professor Pedro Gomes”. (MACHADO, 2019: p. 164-165).

CONSIDERAÇÕES FINAIS A GUISA DE CONCLUSÃO: A ESCULTURA DE LÍGIA REBELO COMO MARCADOR SIMBÓLICO DE PODER, MARCO MEMORIALÍSTICO E ELEMENTO DE AFIRMAÇÃO PÚBLICA VINCULATIVA DE VALORES PESSOAIS E INSTITUCIONAIS

A instalação de monumentos artísticos representativos de indivíduos, assim como a atribuição de nomes de pessoas como topônimos de espaços públicos são escolhas, geralmente arbitrárias, dos grupos hegemônicos (nas esferas em que atuam) a fim de fortalecer simbolicamente o seu poder, celebrando valores relacionados com a personalidade ou ações da pessoa escolhida para a homenagem. São, portanto, demonstrações de força política, tanto de quem homenageia, quanto de quem é homenageado. Busca-se, por parte dos primeiros, a vinculação de ações do presente (à época



da homenagem) à memória que se pretende firmar coletivamente a partir da presença do monumento e aos valores simbólicos a ele atribuídos, inevitavelmente (pelo menos em intencionalidade) relacionados à figura retratada. O critério para que este objetivo se cumpra satisfatoriamente é a legitimidade de tais vínculos e sentidos atribuídos: a legitimidade cultural. A esse respeito, Míriam Escobar explica que “A legitimidade cultural é atributo vital da memória coletiva e da cidadania.” (ESCOBAR, 1998: p. 43). No mesmo sentido, Giulio Carlo Argan (1993: p. 12) afirmou: “O que diferencia um objeto artístico dos outros objetos produzidos por uma determinada cultura urbana é o valor que lhe é atribuído pela comunidade”.

Depreende-se, portanto, que para ter legitimidade de sentido, a obra precisa ter relação de proximidade com o conteúdo histórico e cultural que permeia o local de implantação. A potência dessa relação é o elemento que justifica a presença da obra, conferindo a ela significado que ultrapassa a simples estética ornamental e o caráter decorativo. O caso do conjunto em homenagem a Lúcia rebelo é exemplar desta premissa, principalmente quando nos avalizamos pelo argumento de Escobar: “De fato, nos casos de obras de escultura que são representações figurativas, a relação com o lugar de implantação é indicativa, direta e objetiva [...] Essa identidade entre obra e lugar é um valor de identidade”. (ESCOBAR, 1998: p. 23)

Assim, as estátuas e monumentos públicos que adquirem este *status*, em geral, possuem, também, finalidade pedagógica, servindo ao objetivo de educar, no sentido de garantir a possibilidade de rememoração permanente, visando instruir e informar acerca do que precisa ser lembrado - pelas novas gerações, inclusive. Esta premissa pode ser aplicada tanto no macro, quanto no microcosmo das relações de poder que permeiam as interações nas sociedades urbanas modernas. A educação, considerada como fenômeno social e, por consequência, a educação escolar, sua faceta instrumentalizada pelo Estado e, deste modo, estruturada como fenômeno político na modernidade, constitui-se como um palco preferencial para tais usos da memória e da arte. Isto ocorre, pois a escola é o espaço educativo por excelência, em nossa sociedade. Este espaço é, portanto, local privilegiado para a difusão de ideias e valores que se propagam para a sociedade de maneira ampla. Este processo vai muito além da sala de aula e dos conteúdos contemplados explicitamente nos currículos formais. O ambiente escolar e seu mobiliário são elementos investidos de intencionalidades que visam à construção de uma cultura escolar, que por sua vez, está inserida em uma cultura política, e exponencialmente, em múltiplas esferas de relações sociais interconectadas.

No Brasil, o ambiente escolar de uma escola pública foi, desde a instituição da república, especialmente depois da década de 1930, socialmente consagrado como um espaço de uso público, por excelência, devido à finalidade de sua utilização: o fornecimento de educação gratuita como



elemento de promoção da democracia por meio do acesso aos mais diversos saberes básicos. Ao teorizar sobre a relação que confere sentido de vinculação cultural entre espaços e monumentos públicos, Escobar afirma que “A instalação de uma escultura pode contribuir para a identificação de um lugar, quando seu tema está relacionado com os valores culturais contidos naquele espaço.” (ESCOBAR, 1998: p.23).

Nesse sentido, ao analisar o sentido de homenagens escultóricas públicas, Escobar ensina que “Para compreender a razão da escolha dos temas de homenagem civil [a professores, educadores, intelectuais e políticos] é necessário nos reportarmos ao contexto político”. (ESCOBAR, 1998: p.31). Logo, entende-se que, no discurso político, a educação sempre foi alvo preferencial da política republicana no Brasil, elevando seus agentes à condição de figuras com alto potencial de exploração no cenário político-cultural. Relacionar pessoas com o espaço de um edifício institucional voltado para a educação se tornou, ao longo do século XX, um poderoso instrumento simbólico para a construção e consolidação de valores desejáveis pelos grupos promotores da obra e uma forma eficiente de capitalizar politicamente sobre estes valores.

A escolha de Lúcia Rebelo para ser imortalizada, em 1961, na forma do único elemento estatuário situado no prédio da escola pública com o maior número de alunos do setor Campinas, se explica, a princípio, por sua história de atuação profissional como a mais longeva diretora daquela instituição já naquele ano. Isto seria o elemento estruturante central da legitimidade conferida ao monumento. Sobre este aspecto, Escobar pontua que, no âmbito da escultura pública, analisada como sujeito historiográfico e objeto artístico-arquitetônico investido de sentido e intencionalidade discursiva:

O sujeito individualizado corresponde inicialmente à presença de uma única escultura num determinado lugar. A individualização é o resultado de um processo de síntese das simbologias contidas numa obra de tema único: a escultura se torna o agente individual ou sujeito do discurso poético naquele lugar. (ESCOBAR, 1998: p. 23)

Nesse sentido, a individualização da homenagem contida naquele espaço escolar representa um discurso que visa sintetizar os elementos positivos oriundos da ação profissional atribuída à diretora que esteve à frente da construção da sede própria, das sucessivas expansões das suas dependências, do exponencial crescimento do número de matrículas e, principalmente, da elevação do nome da instituição a um grau de conhecimento público e respeitabilidade social comparável ao do Lyceu de Goiânia. Isto ocorreu mediante, principalmente, ao engajamento da instituição nos desfiles públicos promovidos nas celebrações cívicas comuns naquela época (Imagem 3). A edição de 8 de setembro de 1959 do Jornal de Notícias, publicado em Goiânia, destacou, com adjetivos que caracterizam explícito entusiasmo, a escolha do Colégio Estadual de Campinas (nome anterior do

Colégio Estadual Professor Pedro Gomes) como o “colégio que melhor se apresentou no desfile” exacerbando a relevância e o prestígio social do evento daquele ano junto à população:

“Revestiu-se de grande brilhantismo, alegria e entusiasmo a parada o dia 7 de setembro. Pela Praça Bandeirante, onde foi armado o palanque oficial e onde se concentrou enorme massa popular, desfilaram os diversos colégios e corporações militares [...]. Milhares de pessoas, apesar do calor e de um sol causticante assistiram e aplaudiram com entusiasmo, até o fim do desfile.” (JORNAL DE NOTÍCIAS, 8 de setembro de 1959)



Imagem 3 - Edição de 8 de setembro de 1959 do Jornal de Notícias (recorte).

Associada a eventos públicos de grande alcance popular e impacto político-cultural, um elemento importantíssimo relacionado ao sucesso da consolidação de uma identidade positiva da escola junto à sociedade goianiense, sem dúvidas foi sua banda marcial, que representava o nome, as cores e os valores associados ao colégio nos mais variados eventos, com especial empenho nos desfiles e paradas realizadas em comemorações de datas cívicas, como o destacado na nota jornalística acima. A banda marcial do Colégio Estadual de Campinas foi criada, sob o nome original de Fanfarra do Ginásio de Campinas em 15 de abril de 1950, regida, na ocasião, pelo Maestro Fábio Martini. Em 7 de setembro de 1960 a fanfarra foi transformada em Banda Marcial e rebatizada como “Banda Marcial Lígia Rebelo”, em homenagem à diretora em exercício. Esta homenagem foi, também, um marco na vida profissional da diretora, que a relatou orgulhosamente em seu memorial. Nos anos seguintes, a Banda Lígia Rebelo participou de competições regionais, nacionais e até internacionais, que promoviam a comparação de desempenho entre bandas marciais escolares.

Portanto, as homenagens, prestadas pela própria comunidade escolar a Dona Lígia, significavam, naquele momento, a coroação de uma rica trajetória pessoal como educadora, papel considerado relevante, em amplo sentido, naquela sociedade goiana que se urbanizava aceleradamente desde a fundação de Goiânia e, posteriormente, de Brasília. Este processo impactou fortemente sobre a comunidade de Campinas, aliás. Até chegar naquele momento, Lígia Rebelo havia atuado como professora responsável por lecionar várias disciplinas, no interior do Estado e em



Goiânia. Sua posição social, construída sobre uma rotina de trabalho forjada por boas relações sociopolíticas e familiares, e associada à grande capacidade de assumir desafios ligados à gestão educacional, consolidou uma imagem pública de eficiência, competência e confiabilidade, alçando-a à condição de personalidade política ativa, mesmo jamais tendo exercido, de fato, a política partidária. Nesse sentido, a profissional Lígia Rebelo foi homenageada.

O fato de Dona Lígia ser ainda a diretora quando recebeu as homenagens deve ser levado em consideração, uma vez que o exercício do poder gera interesses de muitas ordens, oriundos dos múltiplos agentes sociais que orbitam em torno dele. Entra aí, o caráter subjetivo da construção de uma homenagem pública, no qual se situam relações de admiração que eventualmente extrapolam a linha das interações profissionais. A mulher Lígia Rebelo também foi homenageada, uma vez que os promotores da homenagem consideraram suas realizações frutos não apenas de pragmatismo e de sua eficiência profissional, mas de sua benevolência, de suas emoções, enfim, de seu “bom coração”, que a teria guiado em seus empreendimentos. Nesse sentido, sua trajetória como mãe, esposa, mulher, incrementa os sentidos possíveis atribuídos simbolicamente à obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ESCOBAR, Míriam. *Esculturas no espaço público em São Paulo*. São Paulo: Gráfica Camargo Soares/ Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1998.

MACHADO, Vinícius Felipe Leal. *Um colégio para Campinas: educação e modernidade na cidade que virou bairro (1947-1961)*. 2019. 215 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

FONTES DOCUMENTAIS

CURRICULUM VITAE DE LÍGIA MARIA COELHO REBELO. Manuscrito. Goiânia: 26 de abril de 1989.

JORNAL DE NOTÍCIAS. Goiânia: Edição de 8 de setembro de 1959.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia: Edição do dia 17 de setembro de 2007.

RACISMO, POLÍCIA E SAMBA: CRÔNICA DE UMA VIOLÊNCIA COTIDIANA

*Lellison de Abreu Souza*⁵⁰⁴

RESUMO

Muitos são os exemplos de situações constrangedoras, ilegais e violentas que poderiam ilustrar a condição do negro na sociedade brasileira. Operações policiais, episódios de racismo, falta de condições de acesso a cidadania e altos índices de violência são situações que ilustram o cotidiano de milhões de brasileiros há décadas. Neste artigo abordaremos as relações entre racismo e ações policiais contra pessoas pobres e negras, notadamente a prisão e posterior processo enfrentados pelo sambista Ismael Silva, desde o momento de sua prisão aos detalhes revelados pelos documentos que registram seu périplo por instituições do aparato policial do Estado. O objetivo é analisar como tais episódios constituem janelas de observação de como práticas racistas estão entranhadas nas estruturas da sociedade brasileira, manifestando-se no cotidiano de pessoas e instituições.

Palavras-chave: Racismo, Polícia, Sambista

A figura-chave desta comunicação é o cidadão Ismael Silva, sambista nascido em 14 de setembro de 1905, na comunidade de pescadores da Jurujuba, em Niterói e falecido em 14 de março de 1978, aos 73 anos. Filho caçula de 5 irmãos e órfão de pai aos 3 anos, se mudou com a mãe para o bairro do Estácio de Sá no Rio de Janeiro, cidade que oferecia mais oportunidades de emprego. Aos sete anos passou a frequentar uma escola do bairro, tornando monitor ao destacar-se por seu desempenho.

Começou a compor aos 15 anos e foi amigo próximo de uma série de figuras conhecidas que atuaram no começo da profissionalização da atuação de compositores de samba, gênero que se constituía enquanto modalidade musical urbana, como Mano Edgar, Baiaco, Brancura, Nilton Bastos, Bide e Rubem Barcelos. Teve sua primeira composição gravada em 1925, um choro. Pouco tempo depois, em 1927, estabelece parceria com Francisco Alves, que mediante pagamento se tornava coautor dos sambas compostos por Ismael, prática bastante comum no Rio de Janeiro. Há uma controvérsia historiográfica sobre quando que Francisco Alves começou a gravar as canções de Ismael Silva, com registros diferentes apontando datas diferentes, seja 1927 ou 1928.

⁵⁰⁴ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília.



A atuação de Ismael Silva se destacou também por ter sido ele, junto com outros sambistas da região do Estácio, um dos fundadores da primeira escola de samba, a Deixa Falar, em 1928. Ismael gostava de propagar a versão de que ele mesmo teria criado a expressão “escola de samba” em referência a Escola Normal que funcionava no Estácio. A expressão também fazia referência ao fato dos sambistas do Estácio se declararem professores de samba.

Em 1954 esteve entre os homenageados no Primeiro Festival da Velha Guarda, promovido pelo jornalista, cantor e compositor Almirante e no ano seguinte gravou seu primeiro disco como intérprete, lançando um segundo disco em 1957. Em 1964 se apresenta algumas vezes no restaurante e casa de shows Zicartola e em 1973 foi homenageado na Bienal do Samba realizada em São Paulo e lançou mais um disco. Deixou um importante depoimento registrado no Museu da Imagem e do Som.

Compôs em parceria com muitos parceiros, como Noel Rosa. É um compositor cujo trabalho foi revisitado várias vezes por diversos nomes da música popular brasileira, como Francisco Alves, Mário Reis, Carmen Miranda, Aracy de Almeida, Elizeth Cardoso, Elza Soares, Originais do Samba, Jair Rodrigues, Alcione, Clara Nunes, Gal Costa, Beth Carvalho, Martinho da Vila, Arnaldo Antunes e Gilberto Gil, tendo sido gravado em todas as décadas desde o a primeira composição gravada no final dos anos 1920.

Sua prisão em 11 de outubro de 1928 resultou no Processo 70.8665, atualmente sob guarda do Arquivo Nacional. Por conta da pandemia do coronavírus não me foi possível consultar o arquivo físico do processo. E devido à demora no retorno por parte da instituição, não pude confirmar se o processo se encontra digitalizado e em quanto tempo hábil eu poderia acessá-lo.

Todavia foi possível ter acesso às informações por outros caminhos. O primeiro foi a descrição bastante pormenorizada do processo, incluindo o auto de prisão, nomes das autoridades envolvidas e o caminho jurídico do processo, bem como o périplo de Ismael Silva por cadeias cariocas, que se encontra disponível na bibliografia (LIRA NETO, 2017, p. 177-180) e nela me baseei, com acréscimo de mais informações e minhas próprias análises, para descrever e analisar a prisão e suas consequências para o sambista.

Outro caminho foi o registro de admissão de Ismael Silva na Casa de Detenção do Distrito Federal, de número 2.498 datado do mesmo dia 11 de outubro, que está disponível online no site do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, e reproduz as informações essenciais contidas no processo 70.8665. Acessei e analisei esse registro, creditado nas Referências no final do artigo.

A prisão de Ismael Silva é mais um episódio na longa crônica de abusos e violações cometidos por forças policiais, sobretudo contra pessoas negras. Como falaremos de sambistas neste artigo, vale

a pena frisar que situações de violência constituem um eixo temático que aparece com frequência em composições de samba.

O conceito de violência denota “além da agressão física, diversos tipos de imposição sobre a vida civil, como a repressão política, familiar ou de gênero, ou a censura de fala e do pensamento de determinados indivíduos e, ainda, o desgaste causado pelas condições de trabalho e condições econômicas” (SILVA & SILVA, 2009, p. 413) e episódios que poderiam ser incluídos nessa definição foram temas de canções gravadas por inúmeros artistas, sendo Zeca Pagodinho, Fundo de Quintal, Noel Rosa, Aracy de Almeida, Paulinho da Viola e Wilson Batista exemplos mais conhecidos.

Ações da polícia já são abordadas em sambas desde aquele que comumente é considerado seu marco fonográfico inicial, a canção “Pelo Telefone”, gravada em 1917, que em alguns versos de sua letra original diz “O chefe da polícia / Pelo telefone / Mandou avisar...”. Contudo, uma dimensão específica da violência, a que é exercida pelas forças de repressão do Estado, sobretudo a violência policial, foi abordada com frequência por três sambistas: Bezerra da Silva, Moreira da Silva e Geraldo Pereira.

Muitas canções do repertório de Bezerra da Silva (1927-2004) têm como objetivo combater o estigma e os estereótipos de marginalidade das favelas, morros e outras comunidades periféricas da cidade do Rio de Janeiro. São canções que oferecem outras explicações para as mazelas sociais que atingem localidades pobres, buscando deslocar a responsabilidade para a ausência de ações por parte do Estado, que em geral se faz visivelmente presente sobretudo por meio de ações policiais.

Em livro onde faz uma análise biográfica e fonográfica do sambista, utilizando como exemplo uma de suas canções, a antropóloga Letícia Vianna afirma que “o povo aparece como evocação de uma identidade subalterna, excluída dos mecanismos de justiça social” (VIANNA, 1998, p. 77).

Dar visibilidade ao cotidiano desses subalternizados foi justamente a força motriz que orientou a produção fonográfica de Bezerra da Silva. Dentre as canções gravadas pelo sambista, constam diversos sambas que narram situações de abordagens policiais e comentam certas tendências perceptíveis em tais ações quando elas se realizam contra pobres e em regiões periféricas da cidade. Noutra canção, o sambista aponta a localização das delegacias cariocas, advertindo cuidado com elas e com os policiais

Antônio Moreira da Silva (1902-2000), o Kid Morengueira, teve uma carreira artística que abrangeu sete décadas e popularizou a partir de 1940 um estilo de samba chamado “samba de breque”, caracterizado por pausas no canto, por vezes longas, nas quais o cantor insere falas, histórias ou comentários. Adotando um visual habitualmente composto de terno de linho branco, chapéu e sapatos



sempre lustrosos, Moreira da Silva criou um estilo do qual poucos artistas, como Jorge Veiga, posteriormente se assumiram influenciados.

Em 1952, Moreira da Silva lançou um samba no qual, utilizando-se de humor, descrevia as violentas ações do delegado Deraldo Padilha, contumaz frequentador das páginas policiais dos jornais por promover espancamentos e situações de constrangimento, como cortar cabelos de homens cabeludos e cortar roupar que considerava impróprias. A música foi lançada em julho, pouco após uma onda de manchetes contra o delegado publicadas pelo jornal O Dia a partir de maio culminar na demissão do Padilha da Delegacia de Costumes e Diversões (AUGUSTO, 2013, pp. 105-106).

O terceiro sambista citado, Geraldo Pereira (1918-1955), ligado à Estação Primeira de Mangueira, foi um dos compositores que mais detidamente abordaram o tema da violência, sobretudo a exercida pela polícia. Como exemplo, observe uma canção sua gravada em 1952, “Polícia no Morro”, denunciando motivações espúrias para o suposto cumprimento da lei por parte das autoridades policiais: “A polícia tá no morro atrás do cabrito do doutor / Que o Bento matou e fez tambor / O comissário mandou dizer / Que a escola só sai se o cabrito aparecer / Fez ver a diretoria que toma a bateria / E encana o pessoal / Termina com a sujeira / Prende apito e a bandeira / Acaba com o Carnaval...”

Assim, é possível rastrear e constituir uma seleção de sambas que abordam a violência, sobretudo a violência policial. Entre os sambas mais conhecidos que possuem tal temática estão “Chico Brito” e “Nega Luzia” de Wilson Batista, “Cabritada Mal Sucendida” de Geraldo Pereira e “Delegado Chico Palha” de Nilton Campolino e Tio Hélio, que em alguns versos diz “Delegado Chico Palha sem alma nem coração / Não quer samba nem curimba na sua jurisdição / Ele não prendia / Só batia...”

As autoridades policiais dirigiam muito de sua atenção para as populações pobres, sobretudo as descendentes de escravizados, desde as décadas iniciais da Primeira República. Essa atenção, assinalada por meio de diversas medidas que caracterizavam efetiva perseguição policial, dava continuidade a uma prática já estabelecida, que remontava a décadas anteriores, quando, por exemplo, as autoridades proibiram a reunião de escravizados por considerá-las “perturbações da ordem pública” (KARASCH, 2000, p. 328).

Um exemplo de tais medidas são as portarias e regulamentos, editados no período que antecedia o Carnaval, sobretudo a partir de 1888, que procuraram progressivamente exercer um controle sobre as festividades populares e organizar meios de atrasar ou mesmo impedir a realização dos desfiles das diversas agremiações carnavalescas. Após compilar diversas destas medidas, a



jornalista e historiadora do carnaval Eneida de Moraes fala que “encontraremos uma verdadeira preparação bélica da polícia em todos os carnavais” (ENEIDA, 1987, p. 176).

O status das populações pobres da cidade do Rio de Janeiro pode ser medido pelo que o historiador Marcos Luiz Bretas descreveu como as principais preocupações da polícia carioca, a saber “a presença da Corte e a *ameaça* representada pelo grande número de escravos” (BRETAS, 1997, p. 43. Grifo nosso). Ou seja, a alta quantidade de negros na cidade representava um perigo para a cidade, na visão das autoridades policiais.

Ao comentar as estratégias de atuação da polícia nas primeiras décadas do século XX, o historiador Sidney Chalhoub afirma que a polícia “age a partir do pressuposto da suspeição generalizada, da premissa de que todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário e, é lógico, alguns cidadãos são mais suspeitos do que outros. (...) Os negros se tornaram suspeitos preferenciais” (CHALHOUB, 2011, pp. 23-24)

Nas primeiras décadas do século XIX era muito popular na cidade o jogo conhecido como “chapinha”, em que se tinha que adivinhar embaixo de qual chapinha (comumente tampas de garrafas de cerveja) estava uma bolinha de miolo de pão ou papel estava escondida. O jogo geralmente era uma espécie de golpe, pois a bolinha ficava presa embaixo da unha de quem comandava a banca do jogo. Aglomerações em torno desse tipo de banca eram comuns e chamavam atenção da polícia. Durante as rondas, a polícia prestava bastante atenção nos suspeitos preferenciais.

O jornalista e cronista João do Rio já na primeira década do último século já notara a obsessão policial, descrevendo assim seu comportamento público “os chefes de polícia são os alucinados permanentes das ruas” (RIO, 2008, p. 45). Em outra crônica, onde narra uma visita a um cortiço, João do Rio (que por todo o texto nos deixa entrever seus próprios preconceitos) relata o aviso solene que um delegado lhe deu, falando sobre os moradores do lugar “Não se emocione, disse o delegado. Há por aqui gatunos, assassinos, e coisas ainda mais nojentas” (RIO, 2008, p. 170).

Ou seja, sem investigação nem elementos que sustentassem sua afirmação, o delegado já concluía que tipo de pessoa habitava o lugar. Note-se que o próprio cronista frisa no mesmo texto que foi morar li por “falta de fortuna”, falta de sorte, não estando ali por opção, mas sim pela completa ausência de outra opção de moradia.

O delegado dava voz a um raciocínio bastante comum na época, segundo o qual “os pobres carregam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” (CHALHOUB, 2011, p. 22) Outro famoso cronista carioca das primeiras décadas do século passado, Luís Edmundo, projeta nas populações dos cortiços o estigma da violência e criminalidade, afirmando



que “Não se pode, na verdade, compreender um cortiço sem rolo. Rolo e complicações naturais com a polícia” (EDMUNDO, 2003, p. 244). O mesmo autor ainda atribui no mesmo texto, na página seguinte, como alguns dos fatores para a dinâmica dos cortiços “a doçura da ação policial, a frouxidão da Justiça na aplicação natural das leis”.

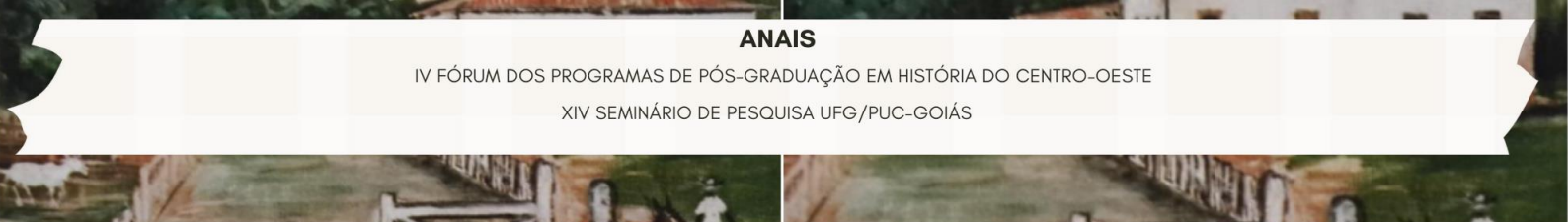
Nas ações policiais percebemos o caráter ideológico do uso do conceito de violência. As autoridades policiais usavam a noção de violência como justificativa para suas próprias ações violentas contra pobres e negros. Era uma situação que funcionava do seguinte modo: autoridades policiais esperavam comportamentos e atos violentos de seus suspeitos costumeiros (pobres e negros) e tendiam a descrever seus locais de moradia (favelas, cortiços e áreas do subúrbio) como espaços violentos. Quanto mais violência conseguiam atrelar à imagem dos pobres e negros e rodas de samba, mais legitimidade as autoridades policiais se arrogavam para justificar seus excessos.

Faço agora uma breve consideração sobre a polícia e a figura do policial na cidade do Rio de Janeiro no começo do século passado. Para os fins deste artigo levemos em conta que no raiar do século XX a polícia carioca já era dividida em duas forças, a polícia civil e a militar. O policial era um sujeito de quem não se esperava muita instrução formal. Somente a partir de 1901 passou a ser exigido que o cidadão que possuísse entre 18 e 40 anos e se voluntariasse no recrutamento fosse alfabetizado (BRETAS, 1997, p. 45).

No começo do século XX, não havia ainda uma noção de identidade profissional entre os policiais militares. Tal noção começa a se desenvolver a partir da publicação de almanaques policiais, onde era possível identificar os oficiais da polícia da cidade e com a criação da Revista da Polícia em 1903, a primeira publicação destinada aos praças (a patente mais baixa e na qual começavam os que não entravam na Força Policial como oficiais).

Em geral, a rotina dos policiais cariocas era marcada pela “realidade cotidiana dos baixos salários e da má qualificação” (BRETAS, 1997, p. 45). A reforma da então capital republicana levada a cabo pelo prefeito Pereira Passos também teve repercussões na polícia. Diminuir o máximo possível a possibilidade de surtos de doenças e de desordens sociais também foi um componente dos fatores que motivaram a feitura da reforma.

Numa cidade marcada por grandes contrastes sociais, alguns fatores influenciavam o modo dos policiais agirem. Estudando o exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro nas três primeiras décadas do século XX, período no qual surge o samba enquanto gênero musical urbano e começa a operar na capital brasileira um incipiente mercado de bens culturais (cinemas, estações de rádio, casas editoras de partituras e canções), Marcos Luiz Bretas busca responder a questões de grande importância, como o que levava um policial a ser mais ou menos rigoroso com quem infringia a lei.



O autor elenca a condição social e a aparência das pessoas como fatores determinantes para o policial escolher como proceder. Com relação a pessoas suspeitas de alguma infração, a postura policial era caracterizada pela desconfiança com relação a quem não conseguisse apresentar provas de possuir domicílio fixo e exercer alguma profissão.

Mas a lógica da polícia não se limitava a concluir que eram suspeitos aqueles que não tinham emprego ou residência; a recíproca também era verdadeira, e suspeitos não deviam ter ocupação e endereço, levando os comissários a esperar que as informações prestadas fossem falsas... O estigma de ser conhecido pelos policiais tinha consequências muito desagradáveis quando ela procedia à detenção dos suspeitos usuais, depois da ocorrência de um crime ou quando a cidade se aproximava de grandes festividades ou de outras ocasiões que implicavam a concentração de multidões nas ruas (BRETAS, 1997, pp. 131-134).

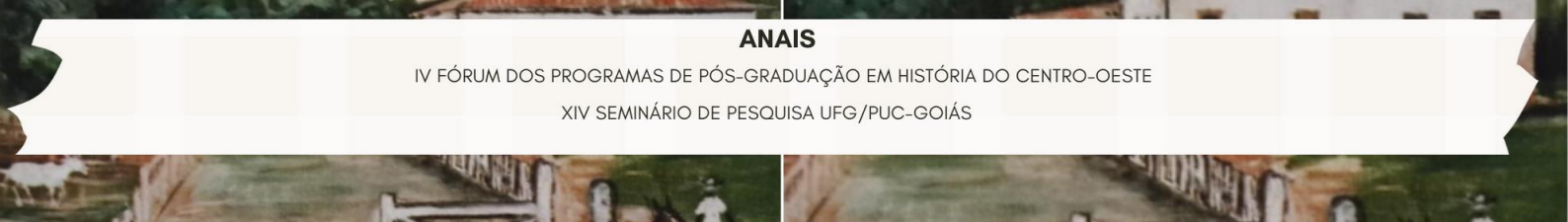
Numa abordagem típica sobre uma banca de chapinha, autoridades policiais prenderam próximo ao canal do Mangue (área localizada atualmente entre as avenidas Francisco Bicalho e Presidente Vargas, nos bairros de Santo Cristo e Cidade Nova) o sambista Ismael Silva. Aqui me refiro a ele como sambista não pela trajetória musical que desempenhou depois deste episódio, mas por ser Ismael Silva já conhecido no mundo musical da então capital federal, tendo canções gravadas, incluindo uma com Francisco Alves, tendo participado meses antes da fundação da primeira escola de samba, do Rio de Janeiro, a Deixa Falar.

No auto de prisão, o escrivão anotou

O acusado é vadio conhecido, vivendo de espertezas da mesma natureza, enganando as pessoas de boa-fé (...) Ele não tem profissão, arte, ofício ou ocupação da qual possa tirar, pelos meios honestos, o necessário à sua subsistência e manutenção, sendo, com frequência, encontrado no meio de indivíduos de maus antecedentes sempre à procura de uma vítima para explorá-la (LIRA NETO, 2017, p. 177)

Na delegacia seguiu-se o interrogatório, comandado pelo delegado Francisco Cristóvão Cardoso. O delegado se projetava como grande força mantenedora da ordem na região de sua delegacia, o Estácio de Sá. Durante a inquirição, Ismael Silva declarou ter 21 anos de idade, ser solteiro, trabalhar no comércio, morar no número 275 da rua Frei Caneca. E também declarou saber ler e escrever, informação essencial prontamente ignorada pelo escrivão, que o declarou “analfabeto”. Sendo assim, o sambista não teve o direito de ler o auto de prisão e a nota de culpa, sendo indiciado à revelia, não tendo tido a oportunidade de ler e eventualmente contestar o depoimento das testemunhas de acusação.

Na sequência Ismael Silva foi indiciado por violação ao artigo 399 do Código Penal (então vigente por meio do decreto 847 de 11 de outubro de 1890). Era um artigo de contravenção penal popularmente conhecido como “vadiagem” e era bastante utilizado para reprimir populações pobres



e negras⁵⁰⁵. A violação do artigo 399 era definida como “deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicílio certo em que habite, prover à subsistência por meio de ocupação proibida por lei e manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes”. A pena era de 15 a 30 dias de prisão. Porém, o artigo 400 estabelecia que em caso de reincidência a pena aumentava, em caso de condenação, para um período de 1 a 3 anos de prisão.

Os acervos policiais já digitalizados correspondentes às primeiras décadas da Primeira República são cheios de ocorrências que invocam a violação do artigo 399 como justificativa para a prisão. Inúmeros exemplos podem ser encontrados nos registros de presos da Casa de Detenção do Distrito Federal e outras instituições prisionais. Na ficha de Ismael constavam outras quatro passagens pela polícia, todas sob a mesma acusação de vadiagem. Sua ficha de admissão na Casa de Detenção do Distrito Federal descreve o sambista como “preto”, de escolaridade “nula” e por profissão “não tem”, tendo as duas últimas informações contrariado as alegações do sambista quando do interrogatório. Ou seja, a ficha de admissão naquela unidade prisional apenas reproduziu as mentiras declaradas no auto de prisão.

Enquanto o caso foi encaminhado para a 5ª Pretoria Criminal, Ismael Silva foi enviado para a Casa de Detenção do Distrito Federal, onde passou quase trinta dias. Então foi conduzido à presença do juiz Florêncio Aguiar de Matos e teve a chance de comprovar que era alfabetizado e protestar por não ter tido acesso ao inquérito policial. Esse dia é importante por ter sido nele que pela primeira vez os direitos de Ismael Silva foram respeitados, como o prazo previsto em lei para apresentar sua defesa.

Para defendê-lo, o sambista indicou o advogado Venceslau Barcelos, conhecido por aceitar casos que envolviam perseguições e abusos policiais no então Distrito Federal. De imediato o advogado solicitou a nulidade do processo, devido ao escrivão ter registrado Ismael Silva como analfabeto e por não haver testemunhas a não ser os próprios policiais que fizeram a prisão. O juiz não acolheu os argumentos da defesa e condenou Ismael Silva, cuja sentença de 15 meses de prisão na Colônia Penal de Dois Rios, na Ilha Grande, foi expedida em 8 de novembro de 1928.

O advogado Venceslau Barcelos recorreu na 1ª Câmara de Apelação e argumentando que Ismael Silva não tinha nenhuma condenação conseguiu persuadir os desembargadores e declarar a pena temporariamente suspensa, sob a condição de em até 15 dias o sambista comprovar um emprego estável. O emprego foi obtido com a ajuda do próprio advogado, que o auxiliou a obter emprego como servente num escritório de advocacia.

⁵⁰⁵ PRANDO, 2014: p. 165-191 analisa o histórico de aplicação dessa concepção de contravenção.



Do ponto de vista legal, o caso de Ismael Silva é exemplar na demonstração de uma série de violações de princípios básicos integrantes do próprio corpus jurídico utilizado para enquadrar, prender, processar e julgar a pessoa negra. Em certo sentido o negro, figura que até os dias atuais representa a grande maioria das vítimas de ações policiais e da população carcerária, justamente por ser visto é invisibilizado “O paradoxo da invisibilidade do negro está no fato de ele ser visto.” (BERNARDINO-COSTA, 2016, p. 512).

A própria materialidade do corpo negro confirma sua existência, que é em diversos sentidos ignorada e invisibilizada. O negro é visto, mas não reconhecido em sua humanidade e em sua condição de cidadão, o que ajuda a explicar a sistemática negação de direitos que o processo de Ismael Silva exemplifica, infelizmente, ainda com bastante atualidade. Tal atualidade confirma que “as formas estruturais de injustiça que permeiam toda a sociedade resistem às mudanças” (COLLINS, 2019, p. 439).

Ter informações essenciais conscientemente ignoradas pelos agentes da justiça significou a redução de Ismael Silva a um estereótipo de incapacidade comum na forma com que a sociedade olhava a pessoa negra. O olhar do branco detinha, e detém, grande poder de representar a pessoa negra.

O poder, ao que parece, tem que ser entendido aqui não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos e culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira – dentro de um determinado “regime de representação”. Ele inclui o exercício do *poder simbólico* (grifo do autor) através das práticas representacionais e a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica. (HALL, 2016, p. 193)

REFERÊNCIAS

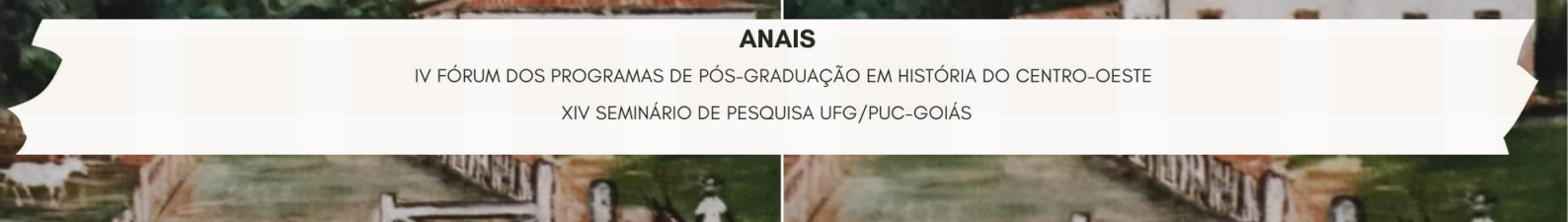
AUGUSTO, Alexandre. **Moreira da Silva – O Último dos Malandros**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Sonora Editora, 2013.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A Prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! In: **Civitas**, Porto Alegre, v.16, n. 3, p.504-521. jul.-set. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na Cidade – O Exercício Cotidiano da Autoridade Policial no Rio de Janeiro: 1907-1930**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril - Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.



EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do Meu Tempo**. Brasília: Senado Federal, 2003.

ENEIDA. **História do Carnaval Carioca**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC RJ, 2016.
KARASCH, Mary C. **A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LIRA NETO. **Uma História do Samba – As Origens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PRANDO, Camila Cardoso de Mello. A Contravenção Penal de Vadiagem no Rio de Janeiro (1900-1940): Legalismo e Prevencionismo nas Decisões Penais. In: AGRA, Giscard Farias; FONSECA, Ricardo Marcelo; SIQUEIRA, Gustavo Silveira (Orgs.). **História do Direito Penal I**. 1ª ed. CONPEDI, 2014, v. I, p. 165-191. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=df05dec7f743ab80>>. Acesso em: 27/06/2022.

RIO, João do. **A Alma Encantadora das Ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

VIANNA, Letícia C. R. **Bezerra da Silva – Trajetória e Obra de Um Sambista que Não é Santo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.



REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL: TEORIAS E OUTRAS POSSIBILIDADES

*Eneuda Ferreira da Silva Escarião*⁵⁰⁶

RESUMO

O presente trabalho aborda uma breve revisão teórica e marcos acerca da reforma psiquiátrica no Brasil, a fim de contextualizar o tema, recorro a discursos e práticas em diferentes momentos históricos, elaborando uma reflexão sobre a loucura e psiquiatria. Destaco as ideias e a contribuição de Paulo Amarante e outros autores na construção do pensamento e a luta por esta reforma, onde muitas observações do presente trabalho estão diretamente vinculadas a leitura desses autores. Apresento as fases que procurasse evidenciar as principais tendências e movimentos que forjaram as condições de possibilidades sociais e políticas de emergência bem como as organizações e lutas do conceito de cidadania como elemento central da legislação, tentando salientar a importância do novo modelo de atenção à saúde mental, ora construído no Brasil. A meu ver, essa revisão é extremamente importante para entendermos o cenário atual, onde é tão difícil desconstruir a lógica manicomial, mesmo nos atuais serviços substitutivos em saúde mental. De que forma esse olhar manicomial continua marginalizando, aprisionando, consentindo, violentando subjetividades, destituindo os sujeitos do poder sobre si mesmo?

Palavras chave: Reforma. Trajetória. Discurso. Saúde Mental. Evolução.

PSYCHIATRIC REFORM IN BRAZIL: THEORIES AND OTHER POSSIBILITIES

ABSTRAT

The present work deals with a brief theoretical review and milestones about psychiatric reform in Brazil, in order to contextualize the theme, I resort to discourses and practices in different historical moments, elaborating a reflection on madness and psychiatry. I highlight ideas and contribution of Paulo Amarante and other authors in the construction of thought and the Strule for this reform, where many observations of the present work are directly linked to the reading of these authors. I present the phases that sought to highlight the main trends and movements that forged the conditions of social and political possibilities of emergency as well as the organizations and struggles of the concept of citizenship as a central element of the legislation, trying to emphasize the importance of mental health care, now built in Brazil. In my view, this review is extremely important for us to understand the current scenario, where it is so difficult to deconstruct the asylum logic, even in the current substitutive mental health services. How does this asylum look continue to marginalize, imprison, consent, violate subjects of power over themselves?

Keywords: Remodeling. Trajectory. Speech. Mental health. Evolution.

⁵⁰⁶ Discente no Curso de mestrado em História – Cultura e Poder da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – Go). E-mail: adueneee@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

A “loucura” e os chamados "loucos" são assuntos que despertam curiosidade, por vezes intrigante, pois se tratar do misterioso campo da mente. Fascina e espanta pela sua própria complexidade. É complexo porque fala da existência do sujeito e de suas reais experiências. Ao longo da história, essas experiências adquiriram diferentes significados e denominações, de modo que a loucura é compreendida apenas como uma construção social, teórica, política e institucional.

A história louca segue a história humana. Daí o peso da loucura: o peso da discriminação, a segregação, o estigma, a prisão, o perigo, enfim, o peso da loucura numa sociedade estéril que não sabe conviver com a diferença. É importante compreender essa situação, que inclui movimentos de reforma psiquiátrica em desenvolvimento em todo o mundo que reconfiguram a forma como o conhecimento e a prática psiquiátrica são percebidos e expressos.

Em geral, esses movimentos são caracterizados por duras críticas e condenação de atos impróprios, abusivos e as contradições associadas aos saberes psiquiátricos tradicionais e seus dispositivos disciplinares relacionados, com especial ênfase na oposição ao asilo e ao manicômio, buscando apoio e coerência em um mundo marcado pelos horrores da guerra e também pelo autoritarismo exacerbado.

Amarante (1995:12), seguindo as etapas e definições propostas por Birman & Costa (1994:20), identificou os principais movimentos da reforma psiquiátrica: comunidade terapêutica e psicoterapia institucional, representando a crítica limitada à reforma manicomial; psiquiatria setorial e psiquiatria comunitária ou preventiva, forma de ampliar e superar a reencenação que se confinava aos espaços abrigados, como tentativa de romper com esses movimentos acima, que traz na sua expressão mais elevada de sua natureza social, política e cultural e criticando os dispositivos institucionais dos dispositivos médico-psiquiátricos, questionando a legitimidade de seus principais recursos.

Esse conjunto de ações crítica gera uma ampla gama de áreas problemáticas de debate e conflito social, político e epistemológico, se espalha pelo mundo e constrói novas perspectivas e novas formas de ação a partir de sua ideologia, de modo que várias proposições sobre esse paradigma giram em torno de articular, produzir, e implementar novos modos e modalidades de tratamento e soluções para problemas da loucura e loucos, estendendo o debate para além dos pressupostos tradicionais associados aos axiomas da psiquiatria.

No Brasil, a reforma psiquiátrica foi um processo largamente desencadeado no final da década de 1970, a partir de uma crítica conjunta ao subsistema nacional de saúde mental, aliada a uma crítica



estrutural às instituições psiquiátricas intelectuais e clássicas, dentro de todo o movimento de transformação político-social e a combinação de redemocratização (AMARANTE, 1995:24). Então é um processo que evolui em paralelo com a mudança no panorama econômico, político e cultural do país, no contexto da necessidade de mudanças políticas específicas e da proliferação de movimentos sociais.

Neste momento, haviam muitos debates em favor da democracia e da liberdade, oriundos dos movimentos sociais e um dos movimentos que trouxe à discussão e os debates acerca da saúde mental, foi a reforma sanitária, que trazia toda uma proposta de transformação no sistema de saúde para o Brasil, onde foram construídos debates importantes sobre a mercantilização do tratamento das pessoas acometidas de transtornos mentais, com bases capitalistas. Levando à luz naquele momento, muitas críticas e discussões sobre o “tratamento” das pessoas com transtornos mentais, as condições de trabalho dos trabalhadores da saúde a indignação da família daquelas pessoas, o modelo institucionalizado, precário, desumano, causador de tantos sofrimentos aos internos.

A partir de então, iniciou-se uma "trajetória de desinstitucionalização ou desconstrução/invenção" (AMARANTE, 1995:93) quando o processo de reforma psiquiátrica no Brasil tentou romper com a armação conceitual e as estratégias políticas e operacionais desenvolvidas e orientadas para formação de novos equipamentos e novos métodos para a implantação de instituições técnicas e assistenciais sob a premissa básica do respeito à cidadania do doente mental.

Vários autores têm apontado para novos problemas associados ao processo supracitado, como o enfraquecimento do processo desinstitucionalizado de reinstitucionalização (RODRIGUES, 2003:42), ou, nas palavras de Amarante, o “retorno” da reforma, em que “se está reduzindo todo o processo social complexo de reforma psiquiátrica a uma reorganização administrativa e tecnocrática de serviços” (AMARANTE, 2003:62-63).

Assim, ao observarmos a evolução das experiências para o tratamento e intervenção de políticas públicas no campo da saúde mental, originalmente pretendia mudar fundamentalmente a relação entre sociedade e loucura, hoje parece estar voltado para a clínica moderna e a psiquiatria mais nova, dimensionada institucionalmente de acordo com os parâmetros éticos e morais de hoje. Para investigações anteriores, procuramos identificar a política da verdade dentro de cada quadro e contexto estudados, tentando discernir "um conjunto de procedimentos normativos para produzir, distribuir e divulgar enunciados aos quais atribui transformação específicos de poder: o poder de serem aceitos como verdadeiros" (BRUNI, 1989:203).

BREVE HISTÓRICO E MOVIMENTOS DA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA

Tenório (2001:46) lembra que a psiquiatria se constituiu como uma instituição social responsável por lidar com a loucura, porque a sociedade não pode lidar com as diferenças. A resposta a este lunático, científica e socialmente legal, é a sua prisão e internamento. Esse isolamento atingiu níveis de desumanidade e violência em abrigos de armazéns, onde os lunáticos eram abandonados.

Nesse caso, o saber médico se apropria do discurso psicanalítico e o incorpora aos equipamentos institucionais psiquiátricos para sustentar e sustentar a prática manicomial. Os psicanalistas, distorcidos pela psiquiatria de interpretação de sinais sintomológicos, passaram a intervir para regular e acomodar comportamentos desordenados, adaptando sua prática a valores e pressupostos epistemológicos diferentes daqueles originalmente propostos (BIRMAN, 1980:89).

O hospital psiquiátrico confirmou a incompetência da psiquiatria, sua incapacidade de tratar a loucura, e Goffman (1961/2005:92), destacou mecanismos psiquiátricos institucionais alheios à doença e ao tratamento, que contribuíram para as crises ocorridas na psiquiatria. Além de não tratar, a psiquiatria ainda afeta os pacientes de forma diferente. O conceito de doença mental - tão acarinhado pelo positivismo médico - vem sendo gradativamente questionado, juntamente com o saber/poder e as instituições psiquiátricas.

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, as críticas ao modelo asilar se intensificaram. O pós-guerra foi marcado por profundas mudanças sociopolíticas culturais, favorecendo a tolerância às diferenças e minorias. Para Russo (2002:76), o pensamento trazido pela Segunda Guerra Mundial levou à substituição do aspecto médico da psiquiatria pelo aspecto psicológico: a psicanálise. Esse contexto histórico é importante porque deu origem às primeiras propostas mais sistemáticas de reforma na psiquiatria, bem como a outras formas de compreender a loucura.

Alguns países implementaram inovações e organizaram modelos diferentes de atenção mental, observadas o momento circunstancial e específico. Realizados na Inglaterra, os primeiros e mais importantes movimentos de reforma, incluíram a comunidade terapêutica e antipsicóticos; psiquiatria departamental e psicoterapia institucional, na França, e nos Estados Unidos, psiquiatria preventiva ou comunitária (RIBEIRO, 2007:123). Cada um desses movimentos contribuiu de alguma forma, mostrando pontos específicos de uma mudança de paradigma no cuidado (NUNES, TORRENTÉ, OTONI, MORAES NETO E SANTANA, 2008:84). Ainda de acordo com Nunes et al. (2008:47), todos esses movimentos denunciam a situação asilar e tentam superá-la. A psiquiatria social caracteriza esse esforço de atuação mais coletiva (BIRMAN & COSTA, 2004:65).



Os movimentos de reforma psiquiátrica podem ser divididos em três categorias. Primeiro buscou-se converter o abrigo em unidade terapêutica (comunidade terapêutica e psicoterapia institucional). Segundo assumiu que a comunidade era o centro do tratamento (psiquiatria departamental e psiquiatria preventiva). Por último, recomendou o fechamento do asilo como pré-requisito para a reforma (Antipsiquiatria e Psiquiatria Democrática Italiana) (DESVIAT, 1999:132).

O surgimento da comunidade terapêutica inglesa surgiu para humanizar o asilo. Esse movimento foi influenciado pela conjuntura da época, que exigia a rápida recuperação de um grande exército de ex-combatentes (SILVA, 2001). Tal proposta não extingue a estrutura hospitalar, mas propõe modificações internas, autoridade e descentralização. O hospital deve ser transformado em um espaço efetivo de reabilitação (sociopedagogia) com a participação da comunidade, principalmente das famílias dos presos.

A experiência da comunidade terapêutica é relevante porque evidencia pela primeira vez as contradições fundamentais da realidade institucional (BASAGLIA et al., 1994:94). Também inspira a preocupação com os outros e promove a democratização da escuta dos presos e suas opiniões. Para Rotelli (1994:145), porém, essa visão não conseguiu ir além do hospital psiquiátrico, então a exclusão continuou, na forma de tolerância e complacência. Segundo Basaglia et al. (1994:15):

[...] aquela que surgiu como uma exigência de renovação fundamental das instituições psiquiátricas, caiu no perigo de constituir-se, nas diversas atuações práticas e nas consequentes especulações teóricas, em um novo tipo de instituição, mais moderna, mais eficiente, portanto, aceita pelo sistema devido ao fato de que, neste, as relações de poder continuam as mesmas.

Para Fleming (1976, citado por AMARANTE, 2003:87), a explosão da psicanálise - após a guerra - levou a psicoterapias institucionais a tentar conciliar psiquiatria e psicanálise, em grande parte pela tradição lacaniana. Apesar das preocupações humanitárias, a psicoterapia institucional e a comunidade terapêutica permanecem confinadas aos hospitais e não enfrentam a exclusão social dos doentes mentais (AMARANTE, 2003:102).

As propostas em psiquiatria departamental e psiquiatria preventiva ampliam o conceito de reformas anteriores, mas ainda precisam superar os espaços abrigados. O Departamento Francês de Psiquiatria recomenda o tratamento dentro do ambiente social, cultural e familiar do paciente, tanto quanto possível, com a hospitalização limitada à fase de transição do tratamento (AMARANTE, 2003:103). Segundo Fleming (1976, citado por AMARANTE, 2003), a ideia é levar a psiquiatria à população, evitando o isolamento e isolamento dos sujeitos. A principal contribuição desta proposta é deixar de concentrar a internação. No entanto, limita-se a questionar a centralidade do manicômio



no tratamento dos sujeitos, ao invés de focalizar mais criticamente a existência do hospital como opção de tratamento.

O objetivo da psiquiatria preventiva ou comunitária na América do Norte é a prevenção primária da doença mental por meio da intervenção precoce na comunidade. Os objetivos atuais são: Identificar potenciais pacientes (“suspeitos”) na comunidade – ainda em estágio pré-sintomático – e encaminhá-los para tratamento; modificar as prováveis causas de doença mental nos mais diversos cenários para prevenir ações a longo prazo de internações hospitalares e reduzir custos. Além de sua natureza extremamente prescritiva, o modelo sofre de uma série de falhas teóricas e metodológicas. Há também um rígido controle social de pessoas com comportamento anormal, o que leva à falta de ajuda para os doentes mentais – um foco importante da psiquiatria. Para Tenório (2001:48), a principal contribuição da psiquiatria preventiva é a reinserção social dos sujeitos.

Os antipsicóticos do Reino Unido são as propostas mais radicais de reforma a surgir no campo da saúde mental. O conhecimento da psiquiatria médica é muito debatido e considerado incapaz de tratar a loucura. O valor intrínseco da psiquiatria, o tratamento de “doentes mentais” e a relação entre sociedade e loucura têm sido questionados. Os antipsicóticos propõem a loucura “clássica” não interventiva - uma experiência libertadora entendida como insanidade. As abordagens terapêuticas proporcionam a valorização do discurso, a “viagem” ou delírio do louco (AMARANTE, 2003:154).

Para Amarante (2003:44), “A antipsiquiatria busca um diálogo entre a razão e a loucura, vendo a loucura das pessoas e não sua loucura interior”. A proposta criticou amplamente a sociedade, o que gerou reflexões importantes em todas as áreas da sociedade. Trabalha também com a mudança no conceito de desinstitucionalização, agora entendido como desconstrução dos manicômios, e não apenas desospitalização (retirada de pacientes do hospital). Ao negar a psiquiatria, o asilo e a doença mental, a antipsiquiatria não cria novos espaços e outras formas de receber e ajudar as pessoas em sofrimento psíquico (AMARANTE, 2000:63). A dor nem pode ser considerada nesse conceito, pois a loucura é limitada às sociedades violentas e reguladas.

Assim, com os olhares sobre a necessidade e possibilidades de mudanças estruturais e legais, o movimento de reforma psiquiátrica brasileira se organizou de forma mais efetiva no contexto político histórico de combate aos estados autoritários representados pelo governo militar. Anteriormente, porém, no final da década de 1960, Tenório (2001:79) destacou duas experiências de reforma no Brasil: a comunidade terapêutica e a psiquiatria preventiva. Nenhuma delas teve impacto no atual modelo centrado no hospital. O modelo de comunidade terapêutica também atua como marketing para abrigos privados que não desejam mudanças específicas. É importante notar que o setor da saúde passou por um processo de privatização radical após o golpe militar de 64. A “indústria



louca” era responsável por grande parte dos “cuidados” psiquiátricos da época (AMARANTE, 2006:47).

No Brasil, a reforma psiquiátrica foi um processo largamente desencadeado no final da década de 1970, a partir de uma crítica conjunta ao subsistema nacional de saúde mental, aliada a uma crítica estrutural às instituições psiquiátricas intelectuais e clássicas, dentro de todo o movimento de transformação político-social e a combinação de redemocratização (AMARANTE, 1995:24). Em meados da década de 1970, a luta do Brasil pela redemocratização provocou uma série de críticas à ineficiência da saúde pública e seu caráter privatizado, observados e debatidos no seio das organizações ao final da ditadura militar brasileira. Os benefícios da mudança do modo de cuidar e gestão na prática em saúde, a proteção da saúde coletiva e o cuidado protagonista dos trabalhadores e usuários dos serviços de saúde no novo processo de gestão e produção, foram aos poucos incorporados nos discursos e defesas de causa. Ressaltamos ainda, que houve queixas sobre “ajudas” públicas de saúde mental, onde muitos dos grandes abrigos testemunham naquele momento, o abandono, a violência e os abusos sofridos por aqueles considerados loucos.

Embora concomitante à reforma sanitária, o processo de reforma psiquiátrica brasileira tem uma história própria, inscrita no contexto de mudança internacional na superação da violência manicomial.

No início da década de 1980, surgiu um novo momento, a chamada “trajetória sanitária”, mudanças consideráveis e expressivas no sistema asilar, com o surgimento das alternativas extra hospitalares que refletiam as experiências basaglianas na Itália. Esse modelo não se desenvolveu até a primeira Conferência Nacional de Saúde Mental, em 1987. Nesta conferência se discutiu amplamente sobre a Luta antimanicomial. Neste mesmo ano foi criado o primeiro CAPS- Centro de Atenção Psicossocial na cidade de Santos, São Paulo. Os militantes destas organizações civis, portanto, em consonância com as propostas de reinterpretação do conceito de cidadania no contexto do Estado à época, quando a proteção social era considerada uma obrigação do Estado e da sociedade como um todo, inclui-se o direito à saúde mental. Com isso, as propostas para esse período são mais fortemente pautadas por razões políticas, econômicas e operacionais, relacionada ao campo da saúde geral e agregam especificidades relacionadas à assistência psiquiátrica.

Destaco aqui, a homologação da atual Constituição Brasileira, em 1988, pois o SUS – Sistema Único de Saúde, foi criado e é sem dúvida, uma valiosa conquista para todos os brasileiros. Nesse contexto, o II Congresso dos Trabalhadores da Saúde Mental, realizado em São Paulo, delineou o início de uma nova direção para o movimento, a partir da explicitação do novo campo ético-político



como base do projeto de transformação, cuidados psiquiátricos: os direitos Civis para Pessoas com Transtornos Mentais, (LANCETTI, 1987:5).

Em 1990, O tratamento extra hospitalares foram disseminados no Brasil e a criação dos CAPS, RAPS E NAPS, que possibilitaram a implementação de atendimento, com novas possibilidades e acessibilidade de tratamento oferecidos através do SUS e também de acolhimento, inserção social, cultural e de convivência aos portadores de transtornos mentais.

A evolução do processo de reforma alterou profundamente a unidade de tratamento e o modelo de atenção psiquiátrica, havendo uma substituição gradual do modelo de atenção psiquiátrica interna por outros modelos caracterizados por serviços abertos, como CAPS e residências de tratamento. O projeto de lei 3.657, apresentado em 1989, foi finalmente aprovado após quase 12 anos de deliberação no Congresso Nacional em abril de 2001, formando a Lei 10.216, que articulava a limitar e submeter ao Ministério Público grande parte dos procedimentos vinculados as internações psiquiátricas.

Vários autores têm apontado para novos problemas associados ao processo supracitado, como o enfraquecimento do processo desinstitucionalizado de reinstitucionalização (RODRIGUES, 2003:42).

Com base na crise do modelo assistencial centrado no hospital psiquiátrico, por um lado, e na explosão dos movimentos sociais pelos direitos dos doentes mentais, o processo de reforma psiquiátrica no Brasil é maior do que qualquer conjunto de mudanças políticas. Governo e Serviços de Saúde. A reforma psiquiátrica tornou-se um processo político e social complexo, composto por atores e que atinge diferentes regiões, incluindo governos federal, estadual e municipal, universidades, mercados de serviços de saúde, conselhos profissionais e associações de pessoas com deficiência. Transtornos mentais e suas famílias, movimentos sociais, áreas do imaginário social e opinião pública.

Nesta conjuntura crítica, o movimento de reforma da saúde deixou claro que deseja desenvolver alternativas e redefinir o sistema nacional de saúde. No campo da saúde mental, as mudanças permearam tentativas de humanização dos abrigos, aprimoramento técnico dos profissionais, melhor gestão das instituições, criação de ambulatórios e ampliação do atendimento. Nenhuma dessas mudanças teve um efeito significativo na qualidade do atendimento nem modificação da hegemonia asilar. No entanto, o movimento sanitário alcançou uma importante conquista: a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), que garantiu o direito a assistência à saúde de toda a população brasileira (TENÓRIO, 2001:91).



Compreensível como um conjunto de mudanças na prática, no conhecimento, na cultura e nos valores sociais, avança no cotidiano das instituições, serviços de saúde e saúde mental e nas relações interpessoais, caracterizando-se por impasses, tensões, conflitos e desafios.

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental (MTSM) foi formado em 1978. O movimento denunciou as más condições de vida e de trabalho nos hospitais psiquiátricos e a completa desestrutura de atendimento digno, a falta de ajuda aos presos nesses locais. Defendeu os direitos dos "técnicos de saúde mental" e dos pacientes. O MTSM teve uma grande resposta, liderando as primeiras iniciativas e demandas de reforma psiquiátrica no Brasil, que mais tarde se tornou o "movimento nacional contra a luta manicomial" (AMARANTE, 2000:104).

Acima de tudo, o movimento, por meio de diversas esferas de luta, passou a ter um protagonismo e a partir desse período denunciou a violência do manicômio, a mercantilização da loucura, a hegemonia das redes privadas de ajuda e a co-construção dos chamados saberes psiquiátricos é uma crítica aos modelos centrados no hospital para ajudar pessoas com transtornos mentais.

Segundo Tenório (2001:75), três importantes processos do movimento reformista se consolidaram no país na década de 1980: a ampliação dos atores sociais envolvidos, as iniciativas de reforma legislativa e o surgimento de experiências exitosas de uma nova perspectiva sobre a saúde espiritual. Em 1987, dois eventos – a primeira Conferência Nacional de Saúde Mental e a Segunda Conferência Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental – marcaram a trajetória da reforma no Brasil. Deve haver formas desconstruídas de lidar com instituições malucas e formas arraigadas. Seguiu-se um "movimento nacional contra a luta pelo asilo", com importantes apoiadores de um novo protagonista: os usuários de saúde mental e seus familiares. Com o lema “Construindo uma sociedade sem abrigo”, o movimento reorganizou as necessidades do campo da saúde mental e agora é mais influenciado pelo movimento psiquiátrico democrático italiano (AMARANTE, 1994:153).

Em 1989, o deputado Paulo Delgado (PT/MG) apresentou o projeto de lei conhecido como Lei da Reforma Psiquiátrica. O projeto propõe regular os direitos das pessoas com sofrimento psíquico grave, eliminar gradualmente as instituições abrigadas e criar "recursos de assistência não abrigados" ao mesmo tempo. Amarante (1994:157) argumenta que com a introdução da Lei, as discussões sobre o tema se intensificaram, e a consequente democratização da causa da reforma impulsionou mudanças efetivas.

É esta intervenção repercutida nacionalmente que demonstra claramente a possibilidade de criação de uma rede de atenção que efetivamente substitua os hospitais psiquiátricos. Nesse período, foram implantados Centros de Atenção Psicossocial (NAPS) 24 horas, cooperativas, dormitórios de



pós-graduação hospitalar e associações na cidade de Santos. Esta é a primeira demonstração de que a reforma psiquiátrica, não apenas uma retórica, é possível e factível, e as repercussões são grandes.

Apesar de alguns contratempos, essa experiência é crucial para as reformas do processo de tratamento psiquiátrico e suas intervenções na vida das pessoas com sofrimento mental.

Na situação atual do Brasil, muitas leis têm reestruturado os modelos de atenção à saúde mental, priorizando a criação de redes alternativas fora do hospital. Essas leis são importantes, mas não o suficiente para produzir uma mudança efetiva - lacunas e lacunas nessas leis contribuem para isso. Assim, hospitais psiquiátricos e clínicas privadas – aparentemente santuários – convivem com serviços alternativos em hospitais gerais, ambulatorios e leitos psiquiátricos. Os hospitais psiquiátricos continuam sendo o principal recurso para a grande maioria dos pacientes, apesar de muitos avanços nas últimas décadas – o desmantelamento de hospitais e leitos e a criação de serviços alternativos.

O complexo processo social de reinstitucionalização da psiquiatria, por meio da implantação de novos serviços, modernizou e atualizou. Mas ainda há de se considerar que esses novos serviços assumam uma lógica diferente do ponto de vista da psiquiatria preventiva e comunitária quando integrados ao movimento de desinstitucionalização de inspiração basagliana, não podemos negar que estão em contato com o tecido urbano insano potencial de controle de censura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a loucura, sempre foi complicada por envolver nuances históricas, sociais, políticas e econômicas, que desde sempre legitimaram o preconceito e o poder. E também por envolver aspectos do próprio fenômeno da "loucura". Mergulhada em uma sociedade de intolerância e normas, a loucura representa a humanidade deixada para trás. Ao longo da história humana as práticas cruéis das intervenções sofridas pelas pessoas acometidas de transtornos mentais, em favor da razão e desrazão deram corpo ao lado estúpido do insano social.

A evolução dos estudos, experiências e práticas no construto da possibilidade de ingresso pleno das pessoas com transtornos mentais na sociedade como sujeito de direitos, acolhidos, emancipados ainda carrega sua história. Esta de poder, autoritário, e institucional. E ainda não alcançaram modelos satisfatórios inclusivos pautados no direto e na cidadania. Desconstruir séculos de opressão, desconstruir ideias socialmente estabelecidas e arraigadas, é muito difícil! Ser “louco” é estar excluído, marginalizado, desviado, não pertencer a lugar nenhum – nem mesmo a si mesmo.



Ao meu ver, a conexão cidadania/loucura é observada da antiguidade até os dias atuais. São conceitos que se comungam mutuamente, se influenciam e se restringem. Os dois conceitos se interligam no cotidiano. É na ocasião em que a sociedade está em efervescência, ávida pelo revolucionário, que as maiores mudanças são promovidas.

A Luta Antimanicomial é uma realidade que reflete uma causa emergente em que a sociedade de forma sutil tende a desviar no corpo do poder a necessidade de verdadeiras imposições de cidadania e respeito ao outro. Os modelos atuais da intervenção alternativa nos CAPS, NAPS E RAPS, muitas vezes estão reproduzindo essa dinâmica de forma sutil e encoberta por meio do controle social e exclusão.

Assim, os marcos legislativos e jurídicos relacionados às questões da loucura e a psiquiatria vão sendo institucionalizados ao Estado as estratégias de burlar as conquistas, vão sendo sutilmente incorporadas nas entre linhas da sociedade. Depois da luta, parece inconcebível que esses lugares existam. Mas eles estão aí! Ainda existem e refletem a sociedade em que vivemos. No caso dos atuais serviços alternativos, muitas vezes eles reproduzem essa dinâmica de forma sutil e encoberta por meio do controle social e da exclusão.

Redefinir a relação entre cidadania e loucura, produzir formas específicas de exercer e salvaguardar direitos, como resultado é uma ação /reflexão que exige comprometimento social e olhar o outro com reconhecimento de seus direitos. Vários direitos são reconhecidos, como a circulação, o acesso a cuidados médicos adequados, a liberdade de expressão e associação, o acesso à educação e a uma vida digna.

No entanto, além de serem limitadas pelo conceito de reserva e pela possibilidade de suspensão desses direitos com base na prática médica, novas formas de proteção foram pactuadas.

Embora a reforma psiquiátrica seja um direito conquistado e legitimado pela sociedade, ainda acontecem muitos imprevistos. Modelos contraditórios e teóricos de exclusão – manicomial e psicossocial – coexistem, o que impedem mudanças mais concretas e presentes no programa de atenção à saúde mental do país. As práticas atuais precisam ser repensadas, avaliadas e reformuladas para que possamos avançar nas propostas e superar os obstáculos observados. Progressos e retrocessos fazem parte do processo de mudança. As mudanças institucionais também são inevitáveis e frequentes

. Portanto, a reforma psiquiátrica no Brasil, precisa estar suficientemente consolidada para que as mudanças políticas não interfiram no trabalho em andamento. Por meio da participação ativa de movimentos sociais, comunidades, profissionais, familiares e usuários, é possível contribuir para a legitimidade do projeto grandioso no construto da rede de direitos da pessoa acometida de transtorno

mental, sua continuidade com garantia plena das políticas públicas setoriais no campo da saúde mental.

Nos encontros diários com a loucura, os envolvidos precisam se reinventar, repensar conhecimentos, práticas e relações cada vez mais, numa ação/reflexão/ação, que os levem a partir da criatividade, ver que é possível vislumbrar um caminho, trajetória, construção/reconstrução da história. É neste revidar da vida social, que a loucura é "tratada" porque é preconcebido através de sua construção social.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. S. N., Seidl, E. F., Schechtman, A., Silva, R. C. (1999). Reestruturação da atenção em saúde mental: situação atual, diretrizes e estratégias. Em Amarante, P. (Org.), **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

AMARANTE, P. (1994). Asilos, alienados e alienistas: pequena história da psiquiatria no Brasil. Em Amarante, P. (Org.), **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

AMARANTE, P. **Novos sujeitos, novos direitos: o debate em torno da reforma psiquiátrica**. Cadernos de Saúde Pública, v. 11, n. 3, p. 491- 494, 1995.

AMARANTE, P. (2000). **O homem e a serpente: outras histórias para a loucura e a psiquiatria**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

AMARANTE, P. (Coord.). (2003). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz

AMARANTE, P. (2006). **Rumo ao fim dos manicômios**. Viver Mente e Cérebro, 14(164), 30-35.

BASAGLIA, F., Ongaro, F. B., Casagrande, D., Jervis, G., Comba, L. J., Pirella, A., Schittar, L., Slavich, A. (1994). Considerações sobre uma experiência comunitária. Em Amarante, P. (Org.), **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

BEZERRA JR., B. Cidadania e loucura: um paradoxo? In: Bezerra Jr., B.; AMARANTE, P. (Orgs.). **Psiquiatria sem hospício: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

BIRMAN, J. A cidadania tresloucada: notas introdutórias sobre a cidadania dos doentes mentais. In: BEZERRA JR., B.; AMARANTE, P. (Orgs.). **Psiquiatria sem hospício: contribuições ao estudo da reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

BIRMAN, J.; COSTA, J. F. Organização de instituições para uma psiquiatria comunitária. In: AMARANTE, P. (Org.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de ações programáticas estratégicas. Coordenação geral de saúde mental. (2005). **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília: OPAS.

BRUNI, José Carlos. Foucault: o silêncio dos sujeitos. **Tempo Social: rev. Sociol.** v. 1, n. 1, p. 199-207, 1989.

CASTEL, R. **A ordem psiquiátrica**: a idade de ouro do alienismo. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

DAMATTA, R. Um indivíduo sem rosto. In: **Brasileiro**: cidadão? São Paulo: Cultura, 1992.

DESVIAT, M. (1999). **A reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

FOUCAULT, M. (2000). **Doença mental e psicologia** (6a ed.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (Trabalho original publicado em 1975).

GOFFMAN, E. (2005). **Manicômios, prisões e conventos** (7a ed.). São Paulo: Perspectiva. (Trabalho original publicado em 1961).

LANCETTI, A. (Org.). **Saúde mental e cidadania**. São Paulo: Mandacaru, 1987.

MACHADO, R. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MANZINI-COVRE, M. L. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MONDAINI, M. O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

MONTEIRO, R. A. P. **Do direito à participação**: considerações sobre a cidadania de crianças e jovens no contemporâneo. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

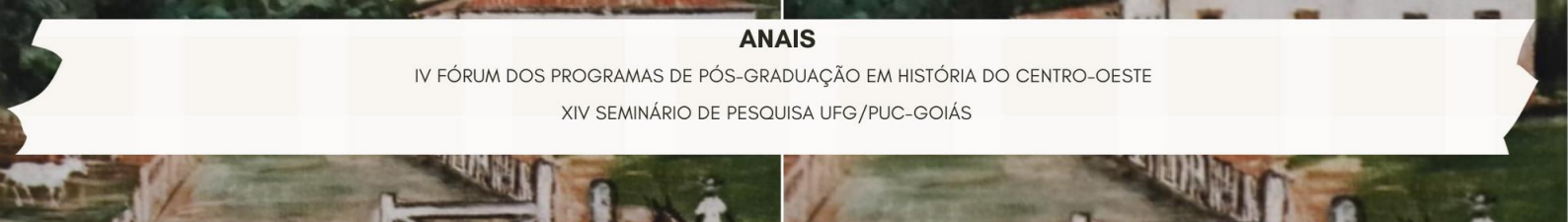
NUNES, M., Torrenté, M., Ottoni, V., Moraes Neto, V., Santana, M. (2008). A dinâmica do cuidado em saúde mental: signos, significados e práticas de profissionais em um Centro de Assistência Psicossocial em Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, 24(1), 188- 196.

ODALIA, N. A liberdade como meta coletiva. In: PINSKY, J.; PINSKY, C.B. (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2005.

PAIVA, I. L. (2003). **Em defesa da reforma psiquiátrica: por um amanhã que há de renascer sem pedir licença**. Dissertação de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

RIBEIRO, A. M. (2007). **Em busca de um lugar: itinerário de uma psicanalista pela clínica das psicoses**. São Paulo: Via Lettera.



ROTELLI, F. (1994). Superando o manicômio: o circuito psiquiátrico de Trieste. Em Amarante, P. (Org.), **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

RODRIGUES, H. B. C. Michel Foucault, as ‘marcas da pantera’ e a ‘pantera cor-de-rosa’: apontamentos sobre o processo de desinstitucionalização psiquiátrica. **Revista Vivência**, v. 32, p. 41-60, 2007.

RUSSO, J. (2002). **O mundo psi no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SILVA, L. B. C. (2001). **Doença mental, psicose, loucura: representações e práticas da equipe multiprofissional de um Hospital-Dia**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

TENÓRIO, F. (2001). **A psicanálise e a clínica da reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

RELIGIÃO, POLÍTICA E CARISMA: UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS PADRES JOÃO DA BOA VISTA (GOIÁS) E CÍCERO ROMÃO BATISTA (CEARÁ): 1844-1947

*Raylinn Barros da Silva**

RESUMO

Essa comunicação/pesquisa pretende historicizar e explicar, do ponto de vista de uma análise historiográfica comparativa, as trajetórias de vida de dois padres católicos brasileiros que viveram entre a metade do século XIX às primeiras décadas do XX: João da Boa Vista e Cícero de Juazeiro. Esses dois padres, cada um a seu modo e nos sertões em que viveram – o primeiro no extremo norte goiano e o segundo no cariri cearense – por suas atuações na esfera religiosa e política, ambos chegando a ocupar cargos públicos, despontaram como as maiores autoridades religiosas e políticas de suas épocas. Esses dois padres serão abordados de modo que possamos identificar de que forma ambos atuaram em suas regiões e contextos temporais tanto no campo religioso como político para, a partir dessa problematização, poder-se estabelecer a possível relação dessas atuações com a construção – na literatura – da imagem desses personagens como mitos nas regiões em que viveram e atuaram.

Palavras-Chave: Historiografia, Padres, Catolicismo, Biografias.

INTRODUÇÃO

Esta investigação, em andamento, visa historicizar e explicar, do ponto de vista de uma análise historiográfica comparativa, as trajetórias de vida de dois padres católicos brasileiros que viveram entre a metade do século XIX às primeiras décadas do XX: João da Boa Vista e Cícero de Juazeiro⁵⁰⁷. Esses dois religiosos, cada um a seu modo e nos sertões em que viveram – o primeiro no extremo norte goiano e o segundo no cariri cearense – por suas atuações na esfera religiosa e política, terminaram por se tornar as maiores referências das suas sociedades, ambos chegando a ocupar cargos públicos, despontaram como as maiores autoridades religiosas e políticas de suas épocas.

*Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás- UFG. E-mail: raylinnbarros@gmail.com. Pesquisa com a orientação do Prof. Dr. Cristiano Alencar Arrais e com apoio da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

⁵⁰⁷ Este estudo investigativo encontra-se em andamento e compõe o projeto de pesquisa fruto do doutoramento em História.



Cícero Romão Batista, nome de batismo de padre Cícero de Juazeiro, ou simplesmente “Padim Ciço” como é popularmente conhecido no nordeste brasileiro, nasceu no Crato – Ceará, no ano de 1844, faleceu em 1934 aos 90 anos de idade. Nesse ínterim, como religioso, foi vinculado, primeiro, à antiga Diocese do Ceará (atual arquidiocese de Fortaleza), depois à Diocese do Crato, sua cidade natal. Proprietário de terras, gado e de imóveis na região, Cícero Romão Batista exerceu influência sem medida na história do nordeste brasileiro da época. Pertencente à vida social, política e religiosa da sociedade conservadora cearense (CAVA, 2014).

Foi o primeiro o prefeito eleito de Juazeiro em 1911, foi também eleito deputado federal em 1926 (cargo que não veio a assumir) e vice-governador eleito. Como pertencente a sociedade conservadora do sertão do cariri, foi tido também como coronel local e também influenciador de outros coronéis da região. Chegou a ter ligação com o cangaço, visto que Lampião era seu devoto e costumava lhe ouvir como conselheiro. Após os controversos acontecimentos supostamente milagrosos envolvendo uma religiosa, que ao receber a hóstia católica em sua boca, a mesma teria se tornado sangue, sua fama de milagreiro se espalhou e despertou oposição dentro da cúpula da Igreja Católica da época (NETO, 2009).

Já João de Sousa Lima, nome batismal de padre João da Boa Vista, assim como padre Cícero de Juazeiro, foi um religioso católico que de igual forma marcou profundamente a religião, a política e a vida social do sertão do extremo norte goiano do final do século XIX às primeiras décadas do XX (mesmo recorte temporal de atuação do Padre Cícero no nordeste). Nasceu na antiga Boa Vista, hoje Tocantinópolis – extremo norte de Goiás, no ano de 1869, faleceu em 1947 aos 78 anos. Aos 11 anos de idade, ainda criança, foi para o seminário católico da Cidade de Goiás, então capital a convite do Bispo Dom Cláudio, anos depois, já sacerdote, retornou para sua cidade natal e iniciou seu trabalho como primeiro pároco de Boa Vista (PALACÍN, 1990).

Padre João, por sua liderança religiosa e política, encarnou um poder social sem precedentes na história da região, logo passou a ser identificado popularmente como Padre João da Boa Vista, a cidade, por sua vez, passou a se chamar Boa Vista do Padre João. Pertenceu primeiro à Diocese de Goiás e depois à Diocese de Porto Nacional. Exerceu o seu magistério como padre católico e concentrou poder religioso a ponto de os destinos de sua cidade e região em todos os aspectos passarem por sua influência. Era tido como coronel local – assim como padre Cícero no nordeste – vidente e conselheiro de todos, do mais pobre ao mais abastado morador de Boa Vista, consultado em tudo e por todos, logo começou a ocupar um espaço muito além da seara religiosa, mas também no campo político (CORREIA, 1975).



Sobre sua atuação na política da região, foi eleito deputado estadual por Goiás na legislatura de 1910 a 1914. Foi também prefeito de Boa Vista durante o ano de 1945. Para além desses dois cargos públicos que exerceu, tinha um comportamento político em quase todas as suas manifestações. Chegou a pegar em armas diversas vezes, com seu “exército” de homens, seus simpatizantes, quando da tarefa de defender a sua cidade daqueles que ele considerava inimigos (FOLI, 2001).

COMO OS PADRES SERÃO ABORDADOS NA PESQUISA

De forma geral, esses dois padres católicos, objetos desta investigação, serão abordados numa perspectiva comparada, de modo que possamos identificar de que forma ambos atuaram em suas regiões e contextos temporais tanto no campo religioso como político para, a partir dessa problematização, poder-se estabelecer a possível relação dessas atuações com a construção da imagem desses personagens como mitos nas regiões em que viveram e atuaram.

A delimitação espacial deste estudo tem algo em comum: o sertão interiorano do Brasil. No caso do Padre João da Boa Vista, o extremo norte goiano, no caso de Padre Cícero de Juazeiro, o sertão denominado de cariri cearense. Já a delimitação temporal também apresenta algo em comum: a segunda metade do século XIX até as primeiras décadas do XX. Não consideramos esses fenômenos como simples coincidência, mas como também pretendemos observar nesta investigação, é possível que ambos os padres, resguardada a diferença espacial, podem ser frutos de uma situação sócio-histórica, um contexto particularmente comum no interior sertanejo do país na época, lugares de predomínio do coronelismo e onde figuras com discurso religioso e práticas políticas arregimentam seguidores e dominam por seu caráter carismático.

O tratamento teórico que será dispensado neste estudo partirá de um diálogo com leituras no campo da história cultural, sobretudo abordagens que tem como foco a relação entre o catolicismo e seus personagens e a sociedade de forma mais ampla. Já quanto ao tratamento do ponto de vista metodológico, esta investigação partirá de uma análise comparada da trajetória religiosa e política desses dois sacerdotes católicos.

Nosso ponto de vista parte do princípio de que ao atuarem como lideranças religiosas em suas épocas e a partir desse campo religioso, esses dois sacerdotes atuaram também no campo político e, ao conciliaram essas duas dimensões da vida social, se tornaram possuidores de um carisma excepcional, condição que pode ter contribuído para que ambos se mitificassem no imaginário popular das populações de suas épocas como também na literatura produzida por pesquisadores que se debruçaram sobre a história desses dois sacerdotes.



Nesse sentido, os objetos deste estudo serão vistos sob o prisma teórico da história cultural e sobre o prisma metodológico de uma análise comparada onde, através ainda de um diálogo com conceitos como carisma, acreditamos poder historicizar esta investigação à luz de cruzamentos de leituras bibliográficas, descoberta e interpretação de fontes como documentos da época e processos diocesanos.

Uma observação mais atenta do comportamento religioso e político de Padre João da Boa Vista faz acreditar que ele não pode ser visto como um fenômeno isolado na história do país, mas por sua atuação como líder religioso e político em sua região e época, a chamada primeira república, época do coronelismo como prática política, vê-se que é possível estabelecer uma conexão desse fenômeno do antigo extremo norte goiano com outro sacerdote, padre Cícero Romão Batista, que entrou para a história como uma das principais figuras religiosas e políticas do nordeste brasileiro, que de Juazeiro no sertão do cariri cearense, se destacou por sua liderança regional ao conciliar poderes religiosos e políticos.

Ao colocar em tela algumas observações sobre a biografia religiosa e política desses dois sacerdotes católicos, um da região norte, outro da região nordeste do país e que viveram na mesma época, cremos que podemos colocar essas biografias numa perspectiva comparada como objeto de estudo historiográfico, para, a partir de levantamentos bibliográficos e via documentação produzida na época de ambos, comparar o comportamento deles na esfera religiosa e política e consequentemente buscar estabelecer a possível relação que essas atuações possuem com a construção desses dois sacerdotes como mitos em suas regiões. Essa é nossa justificativa intelectual.

De forma sucinta, o problema desta investigação consiste em estabelecer uma análise comparativa entre as trajetórias de vida desses dois sacerdotes católicos: João da Boa Vista em Goiás e Cícero Romão Batista do Ceará, com foco na observação do comportamento de ambos na esfera religiosa e política de suas épocas e a possível relação que esses comportamentos possuem com o processo de construção desses sacerdotes como mitos em suas regiões.

À luz da história comparada, vale refletir: como agiram no campo religioso padre João da Boa Vista e padre Cícero de Juazeiro? Como se comportaram na esfera política atuando como agentes políticos? Essas atuações no campo religioso e político fizeram com que concentrassem mais poder em suas regiões? Essas esferas em que atuaram contribuíram para que eles adquirissem um carisma excepcional diante de seus conterrâneos? Eles podem ser considerados como mitos em suas regiões? Se sim, qual a relação da construção deles como mitos com as trajetórias que eles construíram no campo religioso e político? Na literatura, nas documentações da época e processos diocesanos sobre os quais tiveram que responder, existe algum elemento que corrobora para essa possível relação?



A história das relações sociais entre líderes religiosos e o povo comum construída tendo como recorte espacial as regiões mais interioranas do país na maioria das vezes foi produzida pelo viés da história política e/ou econômica de caráter tradicional. A estrutura narrativa dessa historiografia obscurece, quase ao ponto de fazer desaparecer a preocupação de como foi construída a imagem de certos líderes religiosos, tanto por eles próprios como pelo povo comum.

No sentido de saldar em parte essa lacuna, este estudo visa contribuir para o avanço da historiografia regional por meio de uma releitura das fontes já trabalhadas por esta, tais como as fontes oficiais e as “obras de memória” bem como pela incorporação de fontes ainda não estudadas como a riquíssima literatura regional. Utilizaremos o suporte teórico da história cultural de forma geral, mais especificamente da história das relações entre Igreja e sociedade e, como abordagem metodológica, as contribuições da chamada história comparada no sentido de estabelecermos uma comparação entre as trajetórias de vidas dos dois padres, assim como uma comparação temporal e espacial.

Cremos ser, por meio deste viés, possível recolocar na cena histórica as tensões sociais obscurecidas por aquela historiografia tradicional no que tange às relações estabelecidas pelos líderes religiosos objetos desta investigação e o povo que com eles se relacionaram, reconstruindo uma história que problematize os dados estatísticos como sendo o resultado das ações humanas, e não apenas categorias analíticas, problematizando a dimensão política como palco das relações religiosas que foram construídas por todos os seguimentos e não apenas como obra e graça dos “padres mitos”.

Problematizar a possível relação entre a religião e a política praticada por esses padres com a construção da imagem deles como “mitos” pode ajudar a compreender as tensões entre os diversos grupos sociais uma vez que a cultura em suas mutações ora se vale de determinados costumes, valores e tradições no sentido de se reproduzir, ora necessita da desestruturação e/ou reestruturação desses costumes no sentido de implementar novas formas de exploração.

Significa, portanto, reinterpretar parte da história do extremo norte de Goiás – a partir da observação da trajetória de padre João – como também reinterpretar parte da história do cariri cearense – a partir da observação da trajetória de padre Cícero – historicização que coloque em cena sujeitos antes obscurecidos quando se trata da literatura sobre esses líderes religiosos: o povo comum, investigando as relações destes com os primeiros, sempre privilegiados pela historiografia tradicional, sejam eles vistos como padres, chefes políticos ou mesmo coronéis, ou outras denominações afins.

Este estudo ao propor discutir os comportamentos religiosos e políticos dos dois padres e por ter, naturalmente, a matriz religiosa como campo de pesquisa, considera-se a necessidade de lançar mão de uma análise teórica a partir da chamada história cultural. A importância de iluminar esta investigação tendo como referencial teórico a história cultural se mostra pelo fato de que ao



observarmos a influência ainda hoje tanto de padre João como de padre Cícero em suas sociedades, lançaremos mão de um panorama historiográfico que possibilite uma compreensão de como, desde o século XIX até o presente, o comportamento desses dois religiosos pode ter feito com que se mitificassem no imaginário popular de suas sociedades.

O exercício deste estudo à luz da história cultural é possível visto que ela “é também uma tradução cultural da linguagem do passado para a do presente, dos conceitos da época estudada para os de historiadores e seus leitores. Seu objetivo é tornar a ‘alteridade’ do passado ao mesmo tempo visível e inteligível” (BURKE, 1997:245). Ao lançarmos mão desse aporte teórico, cremos, será possível trazer para o tempo presente, elementos explicativos que ajudem a propor um panorama compreensível dos mecanismos pelos quais figuras religiosas e ao mesmo tempo políticas influenciam seu presente e contribuem para formação de um imaginário tanto em suas épocas como na posteridade, o tempo presente.

Do ponto de vista teórico, na abordagem desta investigação, os dois padres que foram ao mesmo tempo religiosos e políticos, tem ainda como uma de nossas preocupações a questão do espaço/cultura em que viveram como elemento que tanto pode ter contribuído para a “modelagem” de seus perfis como haver uma interação entre esses próprios espaços em que ambos viveram. Como a história cultural pode contribuir com esse exercício reflexivo de entender se os espaços em que padre João e padre Cícero viveram pode ter possuído para algum tipo de interação cultural? Peter Burke discorre, sobre a importância de pensar essa relação espacial com os objetos deste estudo quando escreveu que:

Se nenhuma cultura é uma ilha, nem mesmo o Haiti ou a Grã-Bretanha é, deve ser possível empregar o modelo de encontro para estudar a história de nossa própria cultura, ou culturas, que devemos considerar variadas em vez de homogêneas, múltiplas em vez de singulares. Afinal, como observou recentemente Edward Said: ‘a história de todas as culturas é a história do empréstimo cultural’ (BURKE, 1997:257).

Como inferiu Burke, ao privilegiarmos esse tipo de abordagem que ele chamou de “modelo de encontro”, cremos ser possível em consonância com as fontes e cruzamentos destas com leituras afins, identificar a interação entre esses espaços em que os padres viveram esses a partir de então, não vistos como homogêneos e múltiplos em sua formação cultural e que pode ter influenciado o comportamento religioso e político de ambos.

Quanto ao caminho metodológico que guiará esta investigação, o mesmo se dará a partir da chamada metodologia comparada. Vale dizer, a princípio, que esse tipo de abordagem metodológica não é novo na tradição historiográfica. Marc Bloch, cofundador da Escola dos Annales, por exemplo,



foi pioneiro nesse tipo de abordagem. Para ele “aplicar o método comparativo no quadro das ciências humanas consiste em buscar, para explicá-las, as semelhanças e as diferenças que apresentam duas séries de natureza análoga, tomadas de meios sociais distintos” (BLOCH, 1930:31). Como se observa, Bloch inaugurou um tipo de percepção no que tange à chamada metodologia da história comparada ao privilegiar o enfoque no que pode ser visto como semelhanças e diferenças nas abordagens comparadas.

Considerado um dos maiores na produção historiográfica ocidental, Bloch comparou na obra *Os Reis Taumaturgos*, a mentalidade que rondava o imaginário popular em torno da crença que de que os reis tinham o poder de cura de determinada doença, comparou essa mentalidade presente na França e Inglaterra medievais. Para Bloch, quando o historiador se propõe a trabalhar nesse caminho metodológico, ele se depara com “o eterno problema que se afigura quando encontram instituições semelhantes em dois países vizinhos, apresenta-se, portanto, também a nós: coincidência ou interação?” (BLOCH, 1993:85). Esse historiador em suas reflexões, quanto à metodologia comparada, acrescenta mais uma preocupação, que somada à questão da busca das semelhanças e diferenças, acrescenta o problema dos objetos desse tipo de estudo ser vistos como fenômenos que são frutos de coincidência ou que interagem entre si.

A partir dessas reflexões de Bloch, quais as semelhanças e as diferenças no comportamento dos padres João e padre Cícero? Por ambos terem se aventurado pela política de suas regiões e se despontado como líderes locais, isso foi uma coincidência ou há influência recíproca entre ambos visto serem contemporâneos? Foi uma coincidência ou existiu uma interação entre ambos e suas culturas, resguardadas as diferenças espaciais em que viveram? Ao colocarmos esta investigação sob o crivo metodológico de uma abordagem comparada, de uma forma geral, será possível entender para além da atuação político-religiosa de ambos os padres, a sociedade em que viveram, pois:

A comparação convida os pesquisadores a colocar em múltiplas perspectivas as sociedades, os contrastes, os excessos e o secreto, inicialmente, sem fronteiras de tempo ou de espaço. Isto porque, ao colocar em comparação várias experiências, produzem-se frequentemente espaços de inteligibilidade e de reflexão nova. Esta forma de comparação autoriza a análise de componentes de configurações vizinhas e cada uma, com seus traços diferenciais, permite entrever a clivagem entre uma série de possibilidades (THEML & BUSTAMANTE, 2007:11).

Além da preocupação com as sociedades em que padre João e padre Cícero viveram, a metodologia comparada nos ajudará a colocar eles próprios no centro da análise historiográfica, a partir das preocupações que já expomos, acreditamos, assim como o historiador José D’Assunção Barros, que:



A comparação se impõe como método. Trata-se de iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo (BARROS, 2007:5).

Como observa Barros, ao estabelecermos uma abordagem comparada como método, será possível “iluminar um objeto a partir de outro”, o que propomos realizar com os dois objetos deste estudo. De modo que ao estabelecermos diferenças e semelhanças em seus comportamentos político-religiosos, possamos iluminar a hipótese de que esses comportamentos terminaram por transformar os mesmos no que são considerados por muitos no tempo passado como no tempo presente.

AS FONTES

No que se refere ao tratamento das fontes sob a abordagem comparada, cruzaremos as documentações produzidas por ambos os padres e por aqueles que sobre eles escreveram, de modo que as informações contidas nessas fontes possam ser colocadas sob a perspectiva de um duplo campo de observação ou um campo múltiplo de observação. Ao crivar essas fontes através de uma leitura germinada e dupla, poderemos extrair o que é evidente nelas e o que elas por vezes possam querer nos omitir. Como realizaremos a análise das fontes sob a perspectiva comparada? Os historiadores Boris Fausto e Fernando Devoto aponta um caminho ao refletirem que devemos:

Perceber influências mútuas e buscar explicações para os diversos problemas para além das causas internas; identificar as falsas causas locais e diferenciar as verdadeiras das gerais; encontrar vínculos antigos e perduráveis entre as sociedades (FAUSTO & DEVOTO, 2004:37).

As fontes, em síntese, assim como os objetos de forma geral, ao serem colocadas sob a ótica da comparação, poderão nos oferecer um panorama analítico de como esses padres podem ter passado de simples figuras religiosas à figuras excepcionais em suas épocas.

Nessa intenção de colocarmos padre João da Boa Vista e padre Cícero de Juazeiro à luz da metodologia comparada, além de buscarmos as diferenças e semelhanças entre os comportamentos deles, buscar-se-á estabelecer se há relação com o que parece que eles se tornaram em suas regiões. Ainda mais além desses enfoques, pode ser ainda possível estabelecermos uma “ponte” analítica entre as duas sociedades em que viveram, buscando verificar se há alguma relação de influência ou interação cultural entre ambas.

OS CONCEITOS

O principal conceito que nos guiará nesta investigação será o de carisma, presente nas reflexões do sociólogo alemão Max Weber. Assim, a partir de Weber, a compreensão sobre o carisma parte da noção de que as pessoas percebem certas qualidades no indivíduo. Essas qualidades fazem com que o líder seja reconhecido como tal, daí passa a ser tido como detentor de poderes e qualidades sobrenaturais. É possível dizer que esses poderes estavam identificados nos religiosos aqui investigados, poderes que estavam circunscritos no campo religioso e político que eles exerceram cotidianamente.

Por que lançaremos mão do conceito de carisma de Weber? Porque assim como já exposto nas hipóteses, consideramos que padre João no extremo norte goiano assim como padre Cícero no cariri cearense, ao conciliarem poderes religiosos e ao mesmo tempo políticos, podem ter sido vistos como possuidores de um poder sobrenatural, possuidores de um carisma excepcional entre seus conterrâneos. Mas aparentemente, esses padres não teriam tido todo o poder que tiveram se esse mesmo poder não tivesse sido reconhecido por suas sociedades. Sobre essa relação infere Weber:

Se aqueles aos quais ele se sente enviado não reconhecem sua missão, sua exigência fracassa. Se o reconhecem, é o senhor deles enquanto sabe manter seu reconhecimento mediante ‘provas’. Mas, neste caso, não deduz seu ‘direito’ da vontade deles, à maneira de uma eleição; ao contrário, o reconhecimento do carismaticamente qualificado é o dever daqueles aos quais se dirige sua missão. (Weber, 1999:324).

A partir de Weber, percebe-se a relação do reconhecimento da comunidade da figura carismática como condição que faz com o que o sujeito carismático exerça sua liderança, sua dominação. Aparentemente, tanto padre João como padre Cícero tiveram esse reconhecimento em suas épocas e nas sociedades em que viveram. Mas o que fez com que suas comunidades os reconhecessem como líderes? Ao aplicar os estudos de Weber nas leituras das fontes sobre ambos os padres, assim como a literatura produzida por ambos, cremos ser possível entender essa relação: liderança, reconhecimento, carisma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, para a abordagem deste estudo, além das contribuições teóricas da história cultural, dos caminhos metodológicos de uma abordagem comparada e do conceito de carisma a partir

de Weber, outros conceitos podem ser pensados para a problematização dos objetos desta investigação. Conceitos como: autoridade, conflito, controle social, legitimidade, liderança e poder.

Esses conceitos podem contribuir para este estudo na medida em que ao estabelecer uma análise comparada sob o olhar conceitual seguro e em consonância com os objetivos que já vislumbramos anteriormente, encontraremos respaldo para nossas hipóteses que esperamos, sejam confirmadas a partir do exercício de análise a contrapelo das fontes que serão problematizadas neste estudo.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. História Comparada. In: Revista de História Comparada. Programa de Pós Graduação em História Comparada/UFRJ. Volume 1, Nº 1, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

BLOCH, MARC. Comparaison. In: Revue de Synthese Historique LXIX (boletim anexo): pp.31-39, 1930.

_____. Os Reis Taumaturgos. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BURKE, Peter. Variedades de História Cultural. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

CAVA, Ralph Della. Milagre em Joazeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CORREIA, Aldenora Alves. Boa Vista do Padre João. Goiânia: S/Editora, 1975.

FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.

FOLI, Teresinha de Jesus Nóbrega. Mosaico de Uma História. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2001.

NETO, Lira. Padre Cícero: Poder, Fé e Guerra no Sertão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PALACÍN, Luis G. Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

THEML, Neyde & BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História Comparada: Olhares Plurais. In: Revista de História Comparada. Programa de Pós Graduação em História Comparada/UFRJ. Volume 1, Nº 1, Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Imprensa oficial. 1999. V. II.

SALVE NOSSA SENHORA DA BOA MORTE! SALVE VEIGA VALLE: UM OLHAR MUSEOLÓGICO SOBRE A IGREJA DA BOA MORTE DA CIDADE DE GOIÁS

*Recírio José Guerino⁵⁰⁸
Edson Arantes Júnior⁵⁰⁹*

RESUMO

O presente trabalho, fruto de pesquisa em andamento, resgata a musealização⁵¹⁰ do Museu de Arte Sacra da Boa Morte da cidade de Goiás, antiga capital do estado, e a maneira como o seu processo de tombamento a partir de 1950, se edificou símbolo da memória histórica e religiosa na cidade de Goiás. Para tanto, foi utilizado como recurso metodológico pesquisa e análise de fontes bibliográficas, documentais e imagéticas. O levantamento de dados possibilitou uma contextualização histórica da cidade de Goiás no século XVIII e a construção da igreja de Nossa Senhora da Boa Morte em função das práticas religiosas. Foi identificado no processo de tombamento e musealização da referida igreja, uma busca pela valorização patrimonial e legitimação do espaço, que a partir de 1968, foi instituído Museu de Arte Sacra da Boa Morte. Essa busca em resgatar e resguardar o acervo em artes sacras do santeiro goiano Joaquim José da Veiga Valle, culminou na edificação museológica desta igreja também representativa da memória histórica local e cultural religiosa da Cidade de Goiás.

Palavras-chave: Museu da Boa Morte. Veiga Valle. Patrimônio Religioso.

IGREJA DA BOA MORTE DA CIDADE DE GOIÁS: DO CULTO AO PATRIMÔNIO

O surgimento de Goiás no séc. XVIII ocorreu dentro do contexto denominado como ciclo do ouro, e a descoberta deste metal pelo Bandeirante Bartolomeu Bueno (o filho) “e sua bandeira que, saída de São Paulo em 1722 e chegando ao sertão dos Guayazes, encontrou ouro às margens do Rio Vermelho em 1725” (PALACIN; MORAES. 2008:19). Posteriormente, houve um grande fluxo de

⁵⁰⁸ Aluno mestrando do Programa de Pós-Graduação em História (2021-2023) da linha de pesquisa: Cultura, Religião e Sociedade da UEG/ Morrinhos, GO. E-mail: reciriojose@hotmail.com.

⁵⁰⁹ Professor Doutor, orientador, discente efetivo do Programa de Pós-Graduação em História da UEG/Morrinhos, GO. E-mail: edson.arantes@ueg.br.

⁵¹⁰ A musealização designa o tornar-se museu ou, de maneira mais geral, a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural, em algum tipo de museu. A expressão “patrimonialização” descreve melhor, sem dúvida, este princípio, que repousa essencialmente sobre a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar, mas que não se aplica ao conjunto do processo museológico. DESVALLÉES, A. MAIRESSE, F. **Conceitos Chave de Museologia**. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. ICOFOM/ICOM Brasil. São Paulo. 2013:56-57.



povoamentos, a criação do arraial de Sant'Ana⁵¹¹ em 1727 e, para controlar a extração do ouro como também melhor organizar e explorar o território, “Estado e Igreja se uniram mediante diretrizes administrativas que objetivaram administrar a capitania, arrecadar os impostos, manter a ordem e construir edifícios religiosos” (BOAVENTURA, 2007:147).

Moraes (2012) reflete que em no século XVIII, a religiosidade foi um fator determinante para a sustentação do aparelho ideológico colonial. Dada a descoberta do ouro por verídica, foi necessário estruturar de forma administrativa a exploração desse metal, instituir os impostos, erigir arraiais a vilas. O arraial de Sant'Anta ganhou condição de vila a partir de 1736 e se expandiu adquirindo características urbanas com a construção de uma Casa de Câmara e Cadeia. Já “em 1727 foi erguida a capela (e depois Matriz) de Sant 'Ana em um lugar elevado nas proximidades do Rio Vermelho” (MORAES, 2012:28). Em 1818, a vila passa ao patamar de capital Vila Boa de Goiás.

A construção de arraiais a vilas se justificou pelo fato de que na região das minas se encontrava um maior número de pessoas em função do trabalho nas lavras e assim também “a criação de capelas e igrejas ocorreu paralelamente ao fator lucrativo” (BOAVENTURA, 2007:147). Nesse sentido, a Igreja fazia sua parte na ordenação ideológica da estrutura colonial, uma vez que foi o fator econômico, *a priori*, que impulsionou o empreendimento colonizador. Assim, de acordo com MORAES (2012:30): “o religioso foi secundariamente a força que sustentou a permanência de tantas pessoas no árduo trabalho das minas a erguerem arraiás e capelas; e a capela foi então o espaço sagrado que cimentou a permanência nos sertões do ouro”. Erguida a capela, solidificaram-se os laços de espiritualidade, de devoção, de caridade e de solidariedade de forma coletiva, e a Igreja se constituiu então, como a força que manteve a unidade na ordem social colonial.

A devoção religiosa cristã na Igreja colonial é fruto do culto católico de base romana, trazido pelos portugueses. Em várias capitanias do Brasil colonial foi adotada nas igrejas a celebração da liturgia romana católica e, juntamente, a introdução da devoção aos seus ícones do catolicismo (os santos) com a criação também de irmandades. Essa devoção se intensificou na vivência entre as irmandades leigas, núcleos que viviam uma forte espiritualidade, laços de sociabilidade e ao mesmo tempo se estruturaram em um *ethos* ordenativo na sociedade.

Hoornaert (1977), sobre este contexto no Brasil, entendeu que a religião se tornou uma estratégia para o funcionamento do sistema colonial, uniu “o pragmatismo econômico com a ideologia religiosa cristã, que passaram a viver perfeitamente integrados e inter-relacionados”

⁵¹¹ Entende-se por arraiá o local onde se formou as primeiras aglomerações populacionais de mineradores junto dos rios nas lavras e aluviões, as quais se dedicavam à procura e à extração de metais e pedras preciosas; como também onde mascates, teriam impulsionado o comércio local (MORAES, 2012:25). Optou-se, neste trabalho, por preservar a grafia “arraiaí” e “arraiaís” somente quando se tratar de citação direta de algum autor; nos demais casos é mantida a grafia formal.



(HOORNAERT,1977:69). Sendo a religião e a devoção católica, impostas na colônia brasileira de forma obrigatória, foi um mecanismo de controle ideológico e ao mesmo tempo utilitário: “as confrarias conseguiram manipular as finanças da classe comercial e proprietária, canalizando-as para as despesas do culto” (HHORNAERT, 1977:71). As irmandades conseguiram canalizar os lucros e o ouro para a religião. Isso pôde ser atestado no investimento na construção e estética das igrejas que no contexto tinham altares e tetos ornados de ouro. As procissões e festas também recebiam grandes investimentos da aristocracia colonial. Além do mais, esses grupos mais ricos, sentiam-se completamente motivados na prática da caridade, uma vez que criavam hospitais e orfanatos e todo um assistencialismo.

Muitas irmandades se originaram da devoção à Virgem Maria e dos santos católicos. Tal devoção gerou estreita e mística relação dos devotos com o santo. Conforme a crença, “os santos intercediam para os problemas do mundo dos vivos, para curar doenças, pestes no gado, trazer as chuvas, proteger mulheres nos partos e também cuidar da alma dos mortos” (BARBOSA, 2011:43) e, por conseguinte, festejar os santos padroeiros em procissões e festas era uma forma de louvá-los e agradecê-los. De forte tradição portuguesa, o culto a Nossa Senhora da Boa Morte no Brasil “remonta ao culto luso a Nossa Senhora D’Agosto” (BARBOSA, 2011:45.) e, conforme a tradição católica romana, a Virgem Maria após a sua morte foi elevada aos céus de corpo e alma e, assim, a liturgia católica passou a celebrar de forma festiva, no dia 15 do mês de agosto, a Assunção de Nossa Senhora. A crença em que a Virgem Maria adormeceu e morreu em santidade deu origem ao culto à boa morte da Mãe de Deus, a Nossa Senhora da Boa Morte (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 1993:232). Contudo, o crescimento do culto a Nossa Senhora da Boa Morte trazida pelos portugueses foi introduzido no período colonial pelos jesuítas, na mesma medida em que houve o crescimento de irmandades e confrarias por várias regiões da colônia” (MOARES, 2012:173). Essas irmandades, de acordo com suas devoções e características sociais, passaram a venerar e a prestar devoção à Virgem da Boa Morte.

Em Goiás, (na antiga capital), a irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte é datada da primeira metade do século XVIII, com base nos estudos de Moraes (2012:175-176):

Acreditamos, portanto, que os jesuítas chegados aos sertões dos Guayazes para atuar no processo de missionação do gentio instituíram a irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e construíram a sua primeira capela, anterior `a de 1751. A igreja atual, cuja construção é atribuída aos homens pardos, foi iniciada em 1762. Tal fato sugere, então, que desde os primórdios da ocupação havia uma irmandade de pardos devotos de São Gonçalo Garcia e uma capela da arquiconfraria de Nossa senhora da Boa Morte.



A irmandade, ou a arquiconfraria⁵¹² da Boa Morte, era integrada por grupos sociais diferenciados e “admitia homens” [e mulheres] “brancos, pretos, pardos forros e, também, crioulos livres” (MORAES, 2012:170), e “venerava e celebrava todos os anos uma pomposa festa para o sustento da igreja da Boa Morte” (MORAES, 2012:171). Se integravam ao principal ofício da igreja: instaurar o reino de Deus na terra, na vivência da fé, na devoção e oração aos santos, na caridade, solidariedade e na unidade. Assim, “o estado católico se constituiu na cabeça do corpo místico de Cristo e as irmandades formavam os membros e o coração indicava o verdadeiro caminho da salvação” (MORAES, 2012:271).

Ao final da segunda década dos oitocentos, a partir de 1770, a exploração do ouro em Goiás entra em decadência provocando mudanças econômicas e sociais. Segundo Palacín; Moraes (2008), a escassez desse metal levou a um decréscimo econômico, à redução da mão de obra, à queda do comércio interno, ao consumo de subsistência pela consolidação da ruralização social. Essa conjuntura de ineficiência, perdurou ao longo dos oitocentos e também no decorrer dos novecentos para um “desmantelamento economicamente decorrente do esgotamento do produto chave e o consequente empobrecimento sociocultural” e “a transição da economia extrativa mineral para a agropecuária” (SILVA, 2010:18). Contudo, a característica que marcou a região no início do século XX foi “a inexpressividade econômica, o atraso cultural e o isolamento regional” (SILVA, 2010:19).

É no século XX, nos anos que sucederam a Revolução de 1930, que um grande sentimento de abandono e isolamento decaiu sobre o povo goiano. A revolução de 1930 e os anos seguintes trouxeram novas determinações políticas para Goiás. A política de Getúlio Vargas e a vitoriosa Aliança Liberal possibilitaram uma derrocada das oligarquias antigas e restabeleceu um novo governo para Goiás. Assume como novo governo de Goiás o interventor Pedro Ludovico Teixeira, que traçou medidas modernizadoras para o estado. Uma delas, com o intuito de romper o isolacionismo regional e propiciar uma nova centralização de poder rumo ao progresso, foi a construção de Goiânia e a transferência do título de capital para a nova cidade, em 1937. E “a nova perspectiva espacial, a nova cidade capital foi uma resposta de Pedro Ludovico, em âmbito estadual, às demandas por um processo de modernização das relações produtivas” (SILVA, G.; MELLO, M. 2013: 58).

⁵¹² Segundo Moraes, essas associações religiosas, as irmandades e confrarias, se diferenciam na hierarquia. As irmandades, eram criadas diretamente por ordens religiosas ou uma congregação mediante uma aprovação eclesiástica na instrução devocional na prática do catolicismo. Já as confrarias, eram criadas por um grupo de irmãos que se comprometiam a desenvolver o culto público de determinado santo ou santa. Ambas tinham um caráter assistencialista e trabalhavam em função das práticas espirituais e do culto católico. MORAES, C.C.P. **Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capital de Goiás 1736- 1808**. Goiânia: Cegraf UFG, 2012.

Ganhava-se uma nova capital, porém houve o início de um “processo de mácula local e o desencadeamento de uma retórica histórica de si mesmos” (TAMASO, 2007:49). O sentimento de perda, abandono, isolamento e de atraso econômico pairou nos ares da antiga capital. Com a mudança para a nova capital, a instabilidade econômica era temida pelos vilaboenses. “A desvalorização pela perda do título de capital desvalorizava também propriedades, comércios, fazendas e os bens de valores públicos, com esta perda a cidade perdia também o seu valor simbólico em Goiás” (TAMASO, 2007:91).

Os vilaboenses também sentiam que a maior perda “não estava ligada a bens de quaisquer valores, mas sim os bens mais caros: a tradição, a soberania, o berço da cultura, as relíquias, os monumentos, as ruas antigas” (TAMASO, 2007:93). Destarte, a instituição de Goiânia como a nova capital, despertou então, na cidade de Goiás, novos olhares voltados para as suas tradições e bens culturais. A antiga Vila Boa, readquiria sentidos e significados para a memória e a história local.

A perda do título de capital, a sensação de abandono e ineficiência abriram espaço para o surgimento de um novo sentimento. A cidade guardava em si uma história, memórias de um passado, uma forte tradição cultural, construída ao longo de sua existência. As ruas e becos de pedra, as velhas casas, os monumentos e igrejas antigas se resignificavam. História, memória, e tradição cultural se imbricaram em uma grande construção de valores. Pensou-se na preservação e na proteção de todos esses sentidos. A cidade agora portava valores, era “objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida” (CHOAY, 2001 apud SOUZA, 2009, :19).

A cidade passou por um processo de apropriação dos seus valores tradicionais e culturais, caminhando para a evolução dos processos de musealização e da constituição dos seus lugares de memória⁵¹³. Ademais, na década de 1940, surgiram as primeiras ações voltadas para a valorização dos bens patrimoniais na cidade de Goiás. O SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em janeiro de 1948, o governador goiano Jerônimo Coimbra Bueno emitiu ofício⁵¹⁴ nessas intenções:

⁵¹³ Inferimos aqui “lugares de memória” segundo as concepções de Pierre Nora acerca dos lugares que se convertem como que em depósitos de memórias. Estes são os arquivos, os museus, monumentos representativos e simbólicos da memória coletiva tanto material como imaterial. Estes são criados para resguardar e manter as memórias em função do futuro. NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós - Graduação em História**, São Paulo:6-22, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso, maio 2022.

⁵¹⁴ Ofício emitido em 26 de janeiro de 1948 ao diretor do SPHAN Rodrigo Melo de Carvalho referente ao processo de tombamento de monumentos e edifícios históricos da Cidade de Goiás incluído nos autos do Processo de Tombamento N°r. 01450.006317/2004-56. Documento digitalizado N°r. 1336910, Vol. I:24. Arquivo: IPHAN, Processo de Tombamento N°r. 01450.006317/2004-56. Fonte: https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?iI3OtHvPArITY997V09rhsSkbDKbaYSyc



Ilmo. Snr.

Venho por meio deste, pedir a Vossa Excelencia,

Sejam declarados monumento histórico e nacional, os prédios da então capital de Goiás, Cidade de Goiaz: Chafariz, Cadeia Pública, Igreja da Boa Morte, Igreja da Abadia e Palácio do Governo.

Outrossim, ponho-me a disposição de vossa Excelencia para qualquer elucidação e prontifico-me a colaborar ativamente no que for necessário. Ao ensejo apresento-lhe os meus protestos de elevada estima e distinta consideração (IPHAN. Ofício dos autos do Processo de Tombamento N.ºr. 01450.006317/2004-56, fls 24, janeiro de 1948).

Concomitantemente nesta conjuntura, a elite vilaboense⁵¹⁵, composta por políticos, imprensa, membros da igreja católica e alguns moradores locais; desenvolveu profundo ressentimento com a perda do status quo, identificado no título de capital, na perda da soberania política, no fator econômico, como também representados na cultura e tradições locais. Esses grupos passaram a construir narrativas e discursos, enfatizando sua cultura e memória histórica, atuando como agentes do patrimônio⁵¹⁶, mobilizando iniciativas em resguardar, preservar suas relíquias e acervos de valor histórico e artístico, num processo de ressignificação, “simbolização, ritualização e reinvenção das tradições para servir a novos sentidos e valores de coesão social” (HOBSEBAWN, 2020:12-14). Tais ações, resultaram em um processo de apropriação cultural e patrimonial e em contrapartida, uma vez que a mudança da capital ao provocar desafetos, despertou novos sentidos e valores simbólicos relacionados à antiga capital, percebidos nos seus bens culturais materiais e imateriais.

Segundo Hartog (2013), em busca de construir narrativas acerca do seu passado histórico, as sociedades atribuem valores e formas de conceber suas vivências nas temporalidades. Nisto, entende-se que determinadas experiências no tempo podem ocasionar e conceber “ressignificações” e até “remodações” de sentidos apropriados sobre o passado. De forma que, o que foi vivido no passado, ao adquirir valores e significados, passa necessariamente a ser recomposto, idealizado, legitimado e até mesmo mitificado. Por uma operação na memória, não necessariamente o exercício de lembrar, mas como uma ação de inventariar, seletar, eleger o que foi bom e significativo. Uma busca em preservar, onde, de forma simbólica, ocorre a instituição de lugares representativos dessas memórias. Espaços, estes, que se materializam e são construídos e escolhidos em função do resguardo dessas

[OHqqF2xsM0IaDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsNWVIqQ-bFOi5jrl-9Vxv5g-6-W3_1nNuO2HyE--S2mjcktku](https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patrimonializa%C3%A7%C3%A3o). Acesso, julho 2021.

⁵¹⁵ Gentílico que nasce na Cidade de Goiás.

⁵¹⁶ Sobre este conceito: 1) Atribuição do estatuto de patrimônio a um bem material ou imaterial, reconhecendo-lhe interesse (cultural, histórico, etc.) para determinada região, país ou conjunto de países, com o objetivo de garantir a sua preservação, divulgação, etc. 2) Integração de algo no conjunto dos bens que se consideram como próprios. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/patrimonializa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso, maio 2022.



memórias para o presente e também para o futuro. Aqui, “lugar sagrado, história e tradição”, foram elementos apropriados no sistema cultural em função da construção “de um espaço de memórias”.

OS SENTIDOS DO PATRIMÔNIO E O RESGUARDO DO SAGRADO

Conforme (Nora, 1993:07): “A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a esse momento particular da nossa história”. Os lugares são carregados de memórias e, como que em um nível sagrado, esta; instala e materializa de forma simbólica muitas, experiências, lembranças, sensações vividas no tempo. Há sentidos e significados nos lugares. E essa assertiva, muito bem refletida por Pierre Nora é ponto central de nossa análise para este momento.

No campo da museologia, entende-se que “o museu é o lugar em que sensações, ideias e imagens de pronto irradiadas por objetos e referenciais ali reunidos iluminam valores essenciais para o ser humano” (IBRAM, 2019). No espaço do museu, a memória é acionada, o passado nos retorna e o apreciar nos desperta sensações. A construção de monumentos que evocam a memória histórica e cultural resulta de um processo valorativo com pretensões de se perpetuar valores atribuídos. De acordo com Alexia de Biase (2001), torna-se claro que “a edificação e valorização de construções arquitetônicas se configuram na fixação de monumentos representativos e também de identidades” (BIASE, 2001:173). Portanto, o museu se constrói sobre a valorização e perpetuação da memória e da configuração de um espaço de valores.

A singela e secular igreja de Nossa Senhora da Boa Morte se instituía no campo da musealização e se constituía num corpo de apropriações em que “uma relação de pertença na qual o corpo apropriado pela história se apropria, de maneira absoluta e imediata, das coisas habitadas por esta história” (BOURDIEU, 2000:83). Na tradição histórica vilaboense, como também goiana, a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte é espaço de muitas memórias. Silva e Souza (1849) em seus relatos sobre a história de Goiás apontou, alí: “fixou morada, o descobridor de Goiás, no lugar onde agora está fundada a capella de Nossa Senhora da Boa Morte” (SILVA E SOUSA, 1849:439), ao se referir sobre o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o filho. Ainda sobre esta igreja, também, evidenciou (CUNHA MATTOS, 1874:316): “este templo teve pinturas a fresco de alguma elegância”. Moraes (2012). de forma específica, detalhou sobre a religiosidade praticada na igreja da Boa Morte nos ofícios do provedor das capelas de Vila Boa, Manoel Joaquim de Aguiar Mourão. Ressaltou, que nesta igreja se venerava uma devota imagem de Nossa Senhora da Boa Morte com culto organizado por homens pardos congregados em uma grande irmandade erigida há mais de trinta anos e que “vinha com effeito sustentado com decência fazendo todos os annos huma solemne e



pomposa festividade” (ARQUIVO FREI SIMÃO DORVI: Documentos Avulsos: Compromisso de N.S. Boa Morte, Vila Boa, 1775 Apud MORAES, 2012:171).

A tradição religiosa na antiga capital é apontada nos estudos de Machado (2016), que observou a produção de uma imaginária religiosa, esta, identificada na devoção aos santos católicos, na produção da arte santeira e nas práticas produzidas a partir dessa tradição católica. Machado observou relatos da cultura religiosa feitos por viajantes europeus que passaram pela antiga capital. Dentre eles, destaca o de Pohl⁵¹⁷, naturalista austríaco, que relatou as comemorações da Semana Santa na antiga capital:

com todo esplendor e preferida pelos vilaboenses, é sem dúvida a Semana Santa, introduzida pelo pe. João Perestrello de Vasconcellos Spindola, austero padre espanhol que chegando a Goiás em 1745, acrescentou aos costumes religiosos, a Semana Santa segundo a liturgia de sua terra. Os fornicocos ou farricocos também chamados Encapuçados, estão presentes em Goiás e em Sevilha. Perestrello criou neste mesmo ano a Irmandade do Senhor dos Passos, que promovia a Semana dos Passos. [...] esta confraria era constituída pelos *senhores*. Tempos depois os pardos da igreja da Boa Morte organizaram a Semana das Dores, tentando sobrepujar em fausto e beleza as cerimônias dos brancos. Temos conhecimento que mais tarde esta Semana passou ao encargo das moças e senhoras brancas” ((RODRIGUES, 1982 Apud MACHADO, 2016:40).

A igreja da Boa Morte foi instituída a título de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural em um contexto de forte mobilização patrimonial coletiva. Considerando o contexto dos anos que sucederam o final do século XVIII, esta igreja começou a incorporar valores simbólicos. Em 1921, um incêndio destruiu parte do altar mor, forro e algumas imagens de madeira. Restaurada, surgiu a ideia de transferir para esta igreja o acervo da cúria diocesana de alfaia, prataria, móveis antigos, parâmetros e cerca de 160 objetos litúrgicos e religiosos. Faz-se ainda necessário identificar que em 1950 a igreja da Boa Morte obteve sua inscrição para tombamento conforme arrolado no seu Plano Museológico (ARQUIVO NORONHA SANTOS apud PLANO MUSEOLÓGICO MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE. 2009:32):

Edifício de arquitetura religiosa situado entre duas ruas, tendo sua fachada principal voltada para o Largo da Matriz, no centro histórico da cidade de Goiás. Construída em 1779, no local onde esteve a casa do descobridor de Goiás, pertencente à Confraria dos Homens Pardos da Boa Morte, tem paredes em taipa de pilão, telhado em telha de barro canal, planta de nave oitavada, frontispício decorado com volutas e elementos florais e torre sineira isolada do edifício em estrutura de madeira e cobertura em telha de barro canal. Tendo a matriz se arruinado no século XIX, a igreja se tornou a Sé da Boa Morte. Um incêndio, em 1920, destruiu telhados e parte dos retábulos, forros, etc. Reconstruída, permaneceu templo religioso até 1967. Em

⁵¹⁷ Johann Baptist Emanuel Pohl (1782-1834) era natural da Áustria, formado em medicina, geologia e botânica. Integrou a Missão Austríaca ao Brasil entre 1817 e 1822. Em expedição realizou uma viagem de quatro anos pelo interior do Brasil, passando pelo Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás (MACHADO, 2016:41).



1968 a Cúria transferiu sua coleção de alfaias, móveis antigos, paramentos e sobretudo imagens do escultor goiano Veiga Valle para a Igreja da Boa Morte, criando-se então o Museu de Arte Sacra da Boa Morte.

No mesmo ano de seu tombamento, a 13 de Abril de 1950 em esfera Federal, a igreja da Boa Morte “foi inscrita no livro de tombo das Belas Artes pelo DPHAN de caráter Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, processo 345- T-4, nº 356, fls.72” [e] “em esfera Estadual pela lei nº 8915 de 13/10/1980” (PLANO MUSEOLÓGICO MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE. 2009:32-33). Em 1958, em decorrência da visita do antiquário José Nobrega à cidade de Goiás, muitas imagens antigas de santos católicos foram obtidas. Ao saber do fato, o frade Dominicano D. Cândido Penso se dirigiu pessoalmente ao colecionador e resgatou as imagens de volta. Muitas delas eram obras datadas do século XIX e muitas feitas pelo escultor Joaquim José da Veiga Valle⁵¹⁸. Este, foi um santeiro de origem goiana que residiu em Vila Boa a partir de 1841, quando, a convite do Sr. José Rodrigues Jardim, ex-governador de Goiás, para dourar o altar-mor da igreja matriz de Sant’Ana.

De formação católica, já aos 14 anos de idade iniciou sua profissão artística como escultor por influência do Padre português Manuel Amâncio da Luz. A maior parte de suas obras ao longo de sua vida foram obras sacras. De acordo com SANTOS (2016:01):

A maioria das suas obras é composta de esculturas feitas em madeira cedro representando uma grande variedade de santos, destacando as Madonas, representadas principalmente por Nossa Senhora d’Abadia, da Conceição, da Guia, do Bom Parto, do Rosário, da Penha, das Mercês, do Rosário entre outras. Além das madonas, o artista produziu imagens de São Sebastião, Cristo em Agonia, São Miguel Arcanjo, São José de Botas, São Joaquim entre outros. As suas esculturas eram produzidas por encomenda pelos devotos católicos, o que explica a grande quantidade de esculturas de Meninos Jesus, elementos fundamentais da tradição vilaboense de se construir presépios na época de Natal.

As obras de Veiga Valle embelezaram requintados e dourados altares das igrejas goianas, tanto quanto capelinhas singelas e oratórios domésticos. Sua estética foi ricamente percebida e destacada por SALGUEIRO, 1983, apud MACHADO (2016:72):

As imagens veigavallianas podem ser reconhecidas com facilidade: características de estilo, forma e cor que singularizam a produção do artista, fugindo aos estereótipos que a sociedade conhece. Embora o estilo e o gênero, considerados historicamente, sejam codificados, a imaginária de Veiga Valle escapa ao serial da arte anônima que marca a maior parte da escultura religiosa. São as soluções

⁵¹⁸ José Joaquim da Veiga Valle (1806 -1874) escultor e dourador goiano que se consagrou ainda em sua vida na produção da arte sacra com destaque para a produção santeira de estilo barroco, de início na cidade de Meia Ponte (Pirenópolis) e, depois, em Vila Boa (Cidade de Goiás). SANTOS, F. M. Em torno de Veiga Valle (1806 – 1874): **Recepção e Construção da ideia de Patrimônio na Cidade de Goiás**. ANPUH Brasil - 30º Simpósio Nacional de História, Recife. 2019:1-17. [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564492867_ARQUIVO_EmtornodeVeigaValle\(1806-1874\)-recepcaoconstrucaoadaideiadepatrimonionacidadedeGoiias.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564492867_ARQUIVO_EmtornodeVeigaValle(1806-1874)-recepcaoconstrucaoadaideiadepatrimonionacidadedeGoiias.pdf). Acesso em julho, 2019.



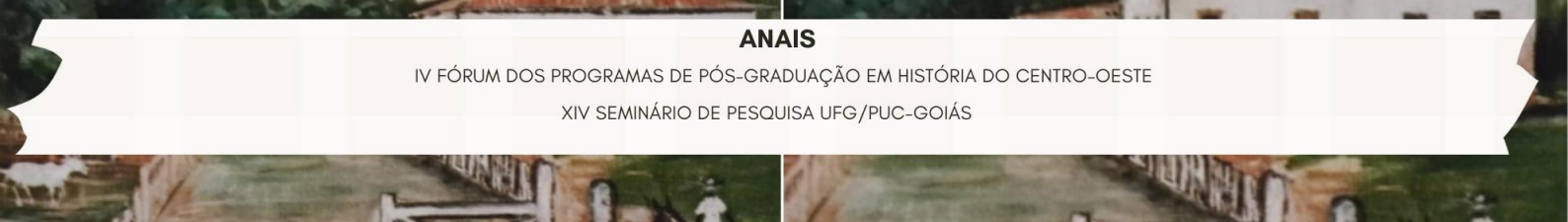
personais, tanto as da forma e artesanato, desenho, cromatismo, acabamento, quanto às da expressividade, atitudes e fisionomia que singularizam a obra veigavalliana. Singularidade que diferencia um *corpus* de imagens, para além de sua repartição entre o Rococó e o Neoclassicismo.

As obras do escultor também foram intituladas como “iluminadas, ele utilizava o ouro em pó no acabamento de algumas de suas esculturas e folhas de ouro por baixo da pintura, estas trazidas da Alemanha” (SALGUEIRO, 1983, apud MACHADO, 2016:74). Em 1969, foi firmado parceria entre a Diocese de Goiás e o Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) com a escolha do nome: “Museu de Arte Sacra da Boa Morte” (PLANO MUSEOLÓGICO MUSEU DE ARTE SACRA DA BOA MORTE. 2009:10). Ainda, por essa época, o Museu de Arte Sacra da Boa Morte comprou muitas imagens do artista Veiga Valle de particulares para expor no museu. Em igrejas também do estado de Goiás, imagens reconhecidas e identificadas de Veiga Valle foram levadas em custódia para o Museu da Boa Morte. É importante ainda destacar que em 2009 o museu também passou a ser administrado pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) em parceria com a Cúria Diocesana da Cidade de Goiás. Destaque-se ainda, que o museu possui um acervo com 923 peças, incluindo pratarias e indumentárias sacro-cristãs e as obras de Veiga Valle. É atualmente o único museu do Brasil a preservar o trabalho artístico deste santeiro. Por fim, entre santos, indumentárias, pratarias e procissões, o Museu da Boa Morte, tornou-se num afeto coletivo, pois preserva histórias, identidades e a memória religiosa, tão relevantes para a tradição e cultura goiana. Salve Nossa Senhora da Boa Morte! Salve Veiga Valle!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os sentidos e apropriações culturais mediadas no processo de tombamento e musealização da igreja da Boa Morte, foi percebido que a noção de Patrimônio Cultural pensada para tal mobilização, esteve totalmente articulada às concepções gestadas pelos órgãos do Patrimônio Cultural no Brasil, a partir da década de 1930. Momento este que caminhou em consonância com a criação do órgão de defesa do patrimônio artístico nacional, em 1937 com a criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Surge um olhar voltado para a construção de valores, identidades e memórias; direcionando estratégias e iniciativas no campo museal. Os museus eram entendidos como “lugares de memórias”, a partir da sua capacidade historicizante, monumental, informativa e didática, colaborando para com a construção do conhecimento histórico e científico.

Os estudos realizados em meio a pesquisas bibliográficas, documentais referente ao processo de tombamento da igreja da Boa Morte, possibilitaram o reconhecimento de um sistema patrimonial



concebido, a partir do sistema cultural e simbólico construído pela memória histórica local, sob os bens culturais materiais e imateriais, percebidos nas casas, monumentos e igrejas antigas, nas ruas e becos de pedra. Neste percurso de compreensão do reconhecimento do sistema patrimonial gestado, identificou-se que, paralelamente ao sistema patrimonial gestado, houve a edificação de uma memória coletiva, pautada no sentimento de afeto e pela busca da preservação da tradição cultural religiosa. Seja na sua monumentalidade arquitetônica ou no seu valioso acervo sacro, o seu reconhecimento e institucionalização museal é resultado de uma consciência patrimonial reconstruída na tentativa de superar o trauma da transferência da capital, em uma relação complexa e ambígua de preservação da memória coletiva. A cidade de Goiás e os vilaboenses, se reinventaram de muitas formas. A Igreja que virou museu é apenas um capítulo desta história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, M. Festa da Boa Morte. Salvador. **Cadernos do IPAC** 2, n.12, 2011:25-65. Disponível em: <https://dokumen.tips/download/link/festa-da-boia-morte-cadernoipac2>. Acesso em janeiro, 2019.

BIASE, A. Ficções Arquitetônicas para a construção da identidade. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre. vol.07, n. 16: 173-188.2001.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2000.

BOAVENTURA, D.M.R. **Urbanização em Goiás no séc. XVIII**. 2007. 280 p. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós - Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAUP-USP), São Paulo. 2007.

COELHO, G. N. **Guia dos Bens imóveis tombados em Goiás**. Ed. Trilhas Urbanas. Goiânia. 2001.
CUNHA MATTOS, R. J. Chorographia Histórica da Província de Goyaz. Rio de Janeiro: **Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethinoghráfico do Brasil**, 1874. T. 37, v. 48, pt. 1:213-398, 1874.

HARTOG, F. Memória, história, presente. In: **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica. 2013:133-191.

HOBSBAWN, E. J. A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E. J; RANGER, T (Orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1997:09-24.

HOORNAERT, E. HOORNAERT, E. **História da Igreja no Brasil**. Tomo II. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

IBRAM. **Os Museus**. Instituto Brasileiro de museus. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/>. Acesso em set. 2019.



MACHADO, R. S. **A imaginária religiosa de Goiás: O reconhecimento de Veiga Valle e o anonimato dos santeiros goianos (1820-1940)**. 2016. 276 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia. 2016.

_____. Representações da singularidade estética em Goiás a partir de Veiga Valle (1806-1874). **Revista Faces da História**, Assis. vl.01, n.01:203-223. 2014. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/99>. Acesso em setembro, 2019. Plano Museológico Museu de Arte Sacra da Boa Morte. Cidade de Goiás. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Plano-Museologico-do-Museu-de-Arte-Sacra-da-Boa-Morte.pdf>. Acesso, julho de 2019.

MORAES, C.C.P. **Do Corpo Mística de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capital de Goiás 1736- 1808**. Goiânia. Cegraf UFG, 2012.

PALACIN. L. MORAES. M.A.S. **História de Goiás**. Goiânia: Vieira/UCG editoras, 2008.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós - Graduados em História, São Paulo, 10: 6-22, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em maio 2019. Acesso, maio 2019.

PALACIN. L. MORAES. M.A.S. **História de Goiás**. Goiânia: Vieira/UCG editoras, 2008.

SANTOS. F. M. Da morte do homem ao nascimento do artista. **CEPE: III Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG**. Pirenópolis. 2016. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/download/7457/4949>. Acesso em julho, 2019.

_____. Em torno de Veiga Valle (1806 – 1874): Recepção e Construção da ideia de Patrimônio na Cidade de Goiás. **ANPUH Brasil - 30º Simpósio Nacional de História**, Recife. 2019:1-17. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564492867_ARQUIVO_EmtornodeVeigaValle\(1806-1874\)recepcaoconstrucaodaideiadepatrimonionaCidadedeGoias.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564492867_ARQUIVO_EmtornodeVeigaValle(1806-1874)recepcaoconstrucaodaideiadepatrimonionaCidadedeGoias.pdf). Acesso em julho, 2019.

SILVA, G. G.; MELLO, M. A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a marcha para o Oeste. **Cordis: Revoluções, cultura e política na América Latina**. São Paulo, n.11:57-89. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/19799>. Acesso em outubro, 2021.

SILVA, L. F. **A Mineração em Goiás e o desenvolvimento do estado**. 2010. 61p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Ciências Econômicas, Pontifícia Universidade Católica de Goiás- (PUC-GO), Goiânia. 2010.

SILVA, R.C. Revisitando os caminhos historiográficos de Luiz Palacin. **História Revista**. Goiânia. vol.13. n.1:249-266. 2008. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/521346224/Dialnet-RevisitandoOsCaminhosHistoriograficosDeLuisPalacin-4852244>. Acesso em outubro, 2021

SOUSA, L. A. S. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz (1849). **Revista Trimensal de História e Geographia - Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, tomo XII, 4º trimestre, Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva. 1872:429-510. Disponível em: [Memoria sobre o descobrimento, governo,](#)

população, e cousas mais notaveis da Capitania de Goyaz (Sousa 1849) - Biblioteca Digital Curt Nimuendajú (etnolinguistica.org). Acesso em março, 2022.

TAMASO, I. S. **Em nome do patrimônio: Representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás.** 2007. 787 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais – Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília (UNB), Brasília. 2007.

SPECULUM DOMINARUM E A CONSTRUÇÃO DO IDEAL DE GOVERNANTE CRISTÃ

*Lara Fernanda Portilho dos Santos*⁵¹⁹

RESUMO

Specula, speculum, exempla, exemplum, modelos de conduta, pedagógicos ou tratados da educação, estas são algumas das denominações atribuídas aos documentos que compõem o *corpus* da literatura espelhar e, a estes, são atribuídas as características instrutiva e moralizante na sociedade medieval a partir da criação e disseminação de modelos sociais. Disto, este trabalho busca compreender as qualidades de governante atribuídas à rainha cristã medieval, constantes no *Speculum Dominarum*, manual de conduta destinado à D. Joana de Navarra, rainha consorte da França. Ao primar pelo ideal ou o exercício de compreensão da natureza e do mundo humano como um reflexo indireto da esfera celeste, esta literatura foi um fenômeno que perpassou toda a cristandade medieval e, longe de ser uma compreensão nova daqueles homens, a prática remontava ao mundo antigo.

Palavras-Chaves: Feminino – Manuais de Conduta – Governante - Rainha

INTRODUÇÃO

Dentro do novo modelo de homem, de natureza e da concepção do divino, assim como os antigos, os padres da Igreja e o cristianismo buscaram respostas sobre Deus e o mundo a partir da natureza como um espelho celeste. Nas novas reinterpretações e adequações aos valores cristãos que foram construídos ao longo deste período, se em um primeiro momento o neoplatonismo da filosofia agostiniana consolidou as suas bases da literatura espelhar cristã foi, com a Filosofia Escolástica que o “modelo dos espelhos” alcançou um outro patamar de importância e fundamentou aquilo que se nomeou de “espelhos de príncipes”⁵²⁰.

⁵¹⁹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás sob orientação da Professora Dra. Armênia Maria de Souza. E-mail: larafportilho@gmail.com

⁵²⁰ Aqui damos destaque para o trabalho “Estudos sobre Tomás de Aquino” do Professor Emérito Luiz Alberto De Boni que conferiu especial destaque ao estado de felicidade do homem na filosofia aquinate. Se durante o período da Alta Idade Média, em consonância com o momento de elaboração e consolidação dos dogmas e valores cristãos, a literatura espelhar versou sobre o caráter transcendente da beatitude do homem que, para alcançar a Deus em sua plenitude, deveria apartar-se das preocupações e anseios mundanos e centrar seus esforços nos conhecimentos e vivências sagradas; para os pensadores escolásticos, a ação humana não é livre, mas imbuída de intencionalidade, a qual para ser boa, deve ser condicionada pela sabedoria - esta alcançada apenas com o conhecimento (a *ratio*). Apenas a sabedoria seria capaz de conduzir o homem a felicidade plena que é Deus, cujos atos seriam atos racionais e, portanto, sábios (DE BONI, 2018).



Com o advento da Escolástica, o agir humano e a busca pelo conhecimento das coisas se tornaram aspectos centrais daquela sociedade no contexto tardo-medieval – o que imprimiu novas marcas nas produções espelhares. O “conhecer” a natureza e, por consequência, a aquisição de sabedoria como viés restaurador e santificador do homem dialogaram com o contexto de renascimento cultural típico aos séculos XII e XIII, o que marcou profundamente as novas demandas e valores sociais que, sobremaneira, impactaram as concepções instrutivas e pedagógicas medievais a partir dali.

Como produto de um longo processo histórico, este movimento culminou na proliferação de diversos *specula* a demarcar o surgimento de um gênero até então inexistente: os *specula principis* (CIORDIA, 2009), o qual também se alargou às mulheres medievais como é o caso do *Speculum Dominarum* (Espelho das Damas). Obra produzida no início do século XIV (1305) pelo franciscano Durand de Champagne, escrito e dedicado a D. Joana de Navarra (1273-1305), esposa de Filipe, o Belo (1268-1314), rei da França, o documento versou sobre a edificação ética e moral não apenas da rainha, mas se destinava às demais damas do reino:

“(…) algumas palavras e sagrados exemplos das Escrituras Sagradas, livro santo, tentei compilar neste livreto, para a edificação e erudição da excelentíssima senhora Joana, pela Graça de Deus, ilustríssima rainha de França e Navarra, bem como a utilização comum à todas as damas⁵²¹ (...) [tradução nossa] (*SPECULUM DOMINARUM*, 2018, p. 86).

O objetivo-fim comum à literatura espelhar medieval fica tacitamente explícito já no prólogo da obra. Como citado acima, quando este se destina a edificação e erudição das demais damas a partir da própria D. Joana, o documento destaca o seu caráter ético-moralizante típico às *exemplas* das grandes narrativas teológicas medievais.

Em meio a dinâmica da sociedade tardo-medieval é mister destacar que os *Specula* como documentos oficiais são expressões de uma narrativa com intencionalidade declarada, o que sem dúvida nos impõe desafios em sua tratativa. Ao se ter em mente que o que se declara, se declara por um motivo, e o que se esquece também o faz com uma intenção, é entre as brumas do oculto e o declarado que se situa o nosso esforço historiográfico de pensar os limites e o leque de contradições que este tipo de documento nos permite vislumbrar.

Ao se pensar o modelo ideal de rainha deve-se considerar que uma perspectiva idealista não significa uma representação de resultados automáticos, desconsiderando, muitas vezes, a complexa relação dialética entre as condicionantes histórico-sociais e a totalidade histórica do objeto. Ao

⁵²¹ (...) aliqua verba et exempla salubria de scripturis sacris et libris sanctorum in hoc libelo compendiose studui compilare, ad edificacionem et erudicionem excellentissime domine Johanne Dei gracia illustrissime regine Francie et Navarre, necnon ad utilitatem omnium dominarum (...)



contrário disto, a operação histórica que aqui pretendemos encaminhar preconiza que esta não é a soma de fatos e fatores, mas é a relação dialógica entre os fatores determinantes e o objeto de estudo, sendo o próprio objeto composto por múltiplas determinações da realidade, ou seja, formada, determinada e condicionada por diversos fatores inerente ao seu tempo. O modelo ideal de rainha é antes de mais nada a própria expressão e produto histórico capaz de interferir naquela sociedade e, ao mesmo tempo, sofrer interferência dela.

Neste sentido, tentando contribuir com os debates sobre o tema e principalmente com a História das Mulheres medievais, buscamos neste trabalho compreender o ideal de rainha construído no *Speculum Dominarum* por entender que esta é uma questão chave a outras importantes problemáticas que tem nos acompanhado ao longo de nossa pesquisa (ainda em curso).

A RAINHA COMO MODELO SOCIAL AO MUNDO FEMININO MEDIEVAL

D. Joana de Navarra é uma rainha ainda pouco discutida pela historiografia e, por vezes, ficou ofuscada pelas disputas e polêmicas que envolveram o reinado de seu marido, Filipe IV da França junto ao Papado de Bonifácio VIII, Papado de Avinhão, ou mesmo a eclosão da Guerra dos Cem Anos. A governante quando compreendida como um modelo capaz de fundar, transformar e ressignificar práticas e valores naquela sociedade, nos permite vislumbrar indícios, perceber continuidades pertinentes às mulheres daquele tempo, bem como imaginar os limites do que se declara com o que se pratica.

Nos primórdios da antropologia medieval, alicerçado em um ponto de vista mítico, a mulher advinda da costela de Adão já significaria uma condição ontológica de sua submissão ao homem. Nas duas representações de mulheres primordiais – Eva e Lilith⁵²² – se traduziu os ideais do caos, pecado e luxúria, conformando a condição frágil do gênero feminino e a sua pouca capacidade de resistência às tentações demoníacas. A condição de pecadora original, veemente salientada na maioria das fontes medievais sobre as mulheres, eternizou o ideal de inferioridade em relação ao homem medieval que, como filhas de Eva, eram responsabilizadas pela infeliz condição e sofrimento humano.

Nos séculos XII e XIII houve a promoção de uma nova moral clerical para o mundo feminino, o que significou uma parcial reabilitação da mulher e da feminilidade naquela sociedade. Em diálogo com as demandas do contexto reformista e as aspirações de inclusão da sociedade leiga a uma vida

⁵²² A noção de pecado original atrelado às mulheres medievais se remonta aos primórdios da cristandade ocidental, aos quais eram comumente associadas ao desvio e ao caos, culpabilizadas pela queda de Adão, bem como a infeliz condição humana. Além de Eva, Lilith – a serpente da tentação no Éden também é um estereótipo vinculado às mulheres vistas como ferramentas do Diabo para tentar e desviar o homem de seu caminho com Deus. (SILVA, 2011).

religiosa mais ativa e participativa, resultaram, no caso das mulheres, em um processo de emancipação religiosa e a difusão da espiritualidade penitencial que às colocou no caminho da reparação e do sentimento de esperança de sua condição de pecadora natural.

A predileção pelos movimentos ascéticos, pelo eremitismo, o apreço à vida canônica e a busca pela santificação marcaram os séculos XIII e XIV, com destaque para participação das ordens mendicantes – especialmente os franciscanos – que impulsionou o aprofundamento da espiritualidade e religiosidade dos leigos. A veneração pela humilhação, peregrinação, o sucesso das confrarias penitentes⁵²³, a busca pela santidade leiga coadunou com a inserção maciça de mulheres na vida religiosa daquele contexto.

Se outrora a condição feminina estava vinculada essencialmente às figuras de Eva e Lilith, no contexto tardio – em especial a abrangência do culto mariano – ressignificou o sentido dos modelos de Eva e Maria, além da importância que o arquétipo de Madalena (a prostituta arrependida) adquiriu naquela sociedade. A partir do século XII, sobre o modelo de “Eva”, intensificou-se a visão diabólica; sobre o modelo de Maria, a Virgem, mãe do próprio Cristo se consolidou um novo ideal de maternidade⁵²⁴; com o arquétipo representado por Madalena, a arrependida, se instituiu a salvação feminina pela penitência, confissão e arrependimento, viabilizando que a vida de pecados duplos femininos – ser pecadora e ser mulher – desse lugar à esperança, ao temor e possibilidade de purgar o seus pecados (DALARUN, 2018).

Em acordo com as aspirações ascéticas típicas ao contexto tardo medieval⁵²⁵, a mulher encontrou uma parcial redenção e, sob essa égide, a rainha passou a representar o aspecto dual da condição da mulher cristã que, naturalmente portadora do pecado original e inferiorizada, encontrava esperança e reparação desta condição mediante o mérito de suas ações:

Prudente é a senhora que considera sua condição natural de insignificância e miséria, para que percebendo estas características, possa servir o reino dignamente (...)Ela também deve considerar o que é chamado de rainha, porque ela possui o nome não apenas de bom presságio, mas de fato de rainha. Rainha chamada pela decisão. Primeiro deve governar a si mesma e se atentar ao governo de si. Para quem será bom aquele que é mal para si (Eclesiastes 14,5)? Pois quem não sabe governar sua própria casa, como terá cuidado com a Igreja de Deus? (I Timóteo 3,5). Se não

⁵²³ Grupos de leigos de ambos os sexos que desejavam fazer penitência elevadas à um nível muito alto (VAUCHEZ, 1995).

⁵²⁴ Não maternidade no sentido contemporâneo, mas em relação ao fortalecimento do culto mariano e das concepções acerca da virgindade e maternidade divina ao ser: 1) Maria, mãe do próprio Cristo e, portanto, de todos os cristãos; 2) culto ao milagre da concepção imaculada.

⁵²⁵ Movimento fortemente influenciado pelas concepções do Novo Testamento como demonstrou André Vauchez (1998).



governa a si, como poderá ser governante?⁵²⁶ [tradução nossa]. (*SPECULUM DOMINARUM*, 2018, p. 104)

Do excerto acima é possível retirar dois pontos fundamentais à construção da rainha como modelo ideal: 1) A Prudência como virtude fundamental a ação da governante que, como mulher, reconhece a sua condição ontológica de inferioridade e, a partir disto envereda esforços para “governar a si mesma” e estar em acordo com os requisitos de seu alto posto; 2) a abrangência e importância das metáforas do corpo em um sentido político.

A virtude da *Prudentia* é a “*recta ratio agibilium*” (reta razão aplicada ao agir) que, na filosofia aquinate, é a maior virtude cardeal e o próprio critério para o discernimento que capacita o homem a tomar decisões corretas e racionais (LAUAND, 2019). *Virtude* para o filósofo, implicava na perfeição entre as potências do existir e do agir⁵²⁷. A alma humana é o elemento que agrega ao homem a condição exclusiva da intenção (em relação aos outros seres existentes). Intenção preconiza a ação e possibilidade de escolha para agir. Quando feita de forma virtuosa, ou seja, de forma perfeita, a sua finalidade sempre estará voltada para o bem. Ou seja, uma “*boa qualidade da mente pela qual se vive retamente, da qual ninguém faz mal uso e produzida por Deus em nós*” (OLIVEIRA, 2015, p. 79). Neste sentido, a prudência, justiça, temperança e fortaleza são chamadas de virtudes cardeais que, como as principais, evocam o princípio perfeito do conceito de virtude e se traduz na ação que requer retidão para atingir o bem a partir do exercício da própria boa ação.

Em consonância com os debates que animaram as discussões acerca dos limites e fortalecimento de poder dos reis medievais – demonstrando um esforço do poder civil de se libertar *iure* e de *facto* da tutela da Igreja em assuntos temporais. O contexto reformista foi palco das disputas entre as autoridades régias e clericais e naquele momento não faltaram intelectuais que a serviço de ambos as esferas, discorriam e produziam documentos sobre a superioridade do Papado em relação a governança régia; ou mesmo àqueles que defendiam a responsabilidade da ordem e da paz do reino atribuídas ao rei, contribuindo com os ideais de *ministerium* e *regnum*, condizentes com projetos de construção de unidade política iniciado pelo menos a partir do século XIII (ANDRADE FILHO, 2000)⁵²⁸.

⁵²⁶ *Viso qualiter prudens domina considerare debeat vilitatem et miseriam quam habet ex condicione nature, nunc videndum est qualiter attendere et servare debeat regiam dignitatem (...) Debet etiam pensare illa que dicitur regina, quod non solo omine sed revera regine nomen obtineat. Regina vero dicitur a regendo. Prius autem debet regere semetipsam et circa sui ipsius regimen prius et principalius intendere. Quia qui sibi nequam est, cui alii bonus erit [Eccli 14,5]? Et qui domui sue preesse nescit, quomodo Ecclesie Dei diligenciam habebit? [Tim 3,5] – hoc est: qui nescit vel non curat semetipsum regere, quomodo sciet vel poterit aut debebit alios gubernare?*

⁵²⁷ De base aristotélica, o pensamento aquinate se remete as concepções de ato e potência que Aristóteles defendia em sua metafísica que preconizava que ato era a existência presente/física e potência a ação.

⁵²⁸ Conscientes de que não estamos falando aqui de um Estado Moderno, destacamos para um tipo de “estado” que, apesar de manter ainda elementos tipicamente feudais, estava em vias de transformação consagrando muitas modificações e



O uso do corpo em um sentido metafórico e político ganhou destaque a partir do século XII. A utilização das metáforas organicistas de sociedade que remetiam ao corpo não foi um fato novo na sociedade ocidental, mas foi no contexto tardo-medieval, em específico às questões políticas. À luz da filosofia de base aristotélica, a concepção do homem compreendido como um universo em miniatura aliado à literatura enciclopédica e didática, garantiu seu lugar de destaque na compreensão de mundo daquela sociedade e, não por acaso, foi um tema frequentemente retomado pelos espelhos de príncipes a partir do século XIII (LE GOFF; TRUONG, ano, p. 166).

Os *specula principi*, como ficaram conhecidos, eram documentos que versavam sobre a construção da imagem perfeita do rei que, possuidor de virtudes cristãs e de modelo de bom governante, convertiam o monarca em um exemplo da imagem divina no mundo, cuja conduta o súdito deveria buscar se espelhar e seguir. A figura do rei compreendida como o *caput* (cabeça) da comunidade política foi sublinhada, o que consagrou o ideal de governante calcado pelos princípios de justiça e piedade.

Os espelhos de príncipes serviram à função de construir e consolidar o modelo do “*rex justus*”⁵²⁹ – condição fim reconhecida pela Igreja quanto aos poderes do rei na terra –, momento em que se sublinhou a função do bem governar para todos, além da condução da sociedade à salvação como objetos do ofício régio. Como esteio de referências às virtudes morais essenciais ao governante, este *corpus* de documentos está repleto de referências políticas que estabeleciam uma “constelação de virtudes cristãs” (BUESCU, 2016, p. 35) necessárias ao monarca, sempre representado como o governante perfeito.

Na metáfora corporal, o Estado em seu sentido político, passou a ser compreendido como um corpo e assimilou a perspectiva trifuncional de sociedade. No discurso clerical, o qual não negava a desigualdade mas a justificava através da reciprocidade de obrigações, as funções do sagrado, do guerreiro e do trabalhador foram transpostas para o conceito de *ordo* (ordem) que, segundo a hierarquização boa e justa do universo, percebia os “corpos sociais isolados dos demais” e investidos de responsabilidades específicas (FRANCO JR., 2001, p. 90). Nas representações simbólicas, a Igreja aparece como os olhos e a cabeça, que como tal ressaltava a condição superior dos clérigos em relação aos leigos. Aos nobres, encarados como o peito e os braços dava-se destaque à força que deveria

ressignificações daquele período como a gênese do Estado Moderno. Sobre esse assunto destacamos aqui os trabalhos de Ruy de Oliveira Andrade Filho que versou sobre os projetos de fortalecimento e construção de unidade política e administrativa na dinastia capetíngia.

⁵²⁹ O ideal de justiça, considerada por Tomás de Aquino como a “mestra de todas as virtudes”, é a que sustenta a ação humana em relação a outro ser humano, buscando ajustar suas ações conforme a razão (GILSON, 2002). Enquanto as demais virtudes da filosofia aquinate se ocupam de aperfeiçoar o homem em relação a si mesmo, é com a justiça, dentro da visão de corpo social, que se conflagra o princípio e a causa das demais virtudes. O modelo do *rex justus* seria, portanto, o ápice do governante virtuoso e plenamente capaz à boa condução do reino.



estar subordinada e pronta para defender a Igreja. À massa populacional, associadas aos membros inferiores, sua função era a de sustentáculo do corpo por inteiro e ser subordinada aos membros superiores.

A preocupação com a escolha da rainha também passou a ser demonstrada que, assim como o monarca, esta deveria ser a encarnação das virtudes cristãs. O modelo de governante sábia, piedosa, caridosa, capaz de somar à boa condução do *ministerium* era, no século XIV, uma demanda real e concreta, e somou-se muito bem ao ideal de tornar estes personagens como verdadeiros modelos vivos a serem seguido pelas demais pessoas.

“*Queenship*” é um conceito forjado no interior das correntes teóricas de estudos das relações de gênero, o qual versa sobre a atuação e legitimação do poder político das rainhas medievais. Surgido em meados da década de 1990, o termo foi cunhado em razão de problematizações da terminologia “*Kingship*” que representava e caracterizava o poder do rei.

O monarca, do ponto de vista analítico, ao longo da história, é um personagem privilegiado no qual se estrutura a maioria das análises sociais. Sob a égide das guerras, da função de administrador e jurista, da prosperidade de um reino e do papel sacerdotal que lhe atribuído pela sagração, infere-se em perspectivas que por vezes se esquecem da governante que, dentro da lógica de misógina medieval, também detém um poder representativo e simbólico para aquela sociedade e, como tal, também é uma peça importante da estrutura social. Mais que apenas um papel de reprodução linhagística oficial ou um “adorno da corte”, muitas delas detinham e usufruíam de bens e riquezas, terras, rendas, dependentes, além de ser um verdadeiro elo de ligação entre o rei e seus súditos por carregar consigo uma alta carga de poder simbólico (SANTOS-SILVA, 2018)

Ao lado do rei, a rainha deveria primar pela defesa dos pobres e miseráveis além de demonstrar o valor da piedade e o bom uso da razão na condenação dos injustos e repreensão do mal – como demonstrado abaixo. Ao ser a governante representante das maiores qualidades no reino, suas ações deveriam dar testemunho do seu estado elevado:

Ela também é poderosíssima na destruição de vícios, porque não é vencida por nenhuma tentação ou luxúria. Também faz seu trabalho com grande magnificência e execução régia. Que ela possa se unir ao rei terreno na concessão de favores, para que nada de acordo com a piedade ou a razão lhe seja negado. Que ela seja poderosa com o rei eternamente nas orações dos santos, para que a graça lhe seja conferida com seus méritos. Por fim, exerça seu poder na repreensão do mal, na promoção do bem, na repreensão dura dos ofensores, no castigo severo dos injustos, na defesa piedosa dos pobres e miseráveis. Considerando que todos os escritores escrevem a senhora rainha nos modos superlativos dizendo: <<mais famosa>>, <<mais ilustre>>, etc., para que ela entenda prudentemente que assim como ela está em um estado superlativo secular, ela deve estar em um nível espiritual superlativo, assim como seu estado está distante do estado de todas as outras damas, até agora todas as



virtudes nela estão distantes em alta perfeição das virtudes, graças e moral de todas as outras senhoras.⁵³⁰ . (*SPECULUM DOMINARUM*, 2018, p 105-106).

Na construção do ideal de governante em nossa fonte, os princípios da piedade e caridade são também características centrais à rainha cristã que dialogavam com o movimento feminino de aprofundamento da espiritualidade e religiosidade típicas ao contexto tardo-medieval. A gênese da “nova religiosidade” que inspirou as práticas ascéticas entre as mulheres fugia à institucionalização da Igreja (VAUCHEZ, 1995) e seu apreço ao ideal de fuga do mundo contribuíram para que os gestos de caridade se tornassem um verdadeiro ritual de combate ao pecado.

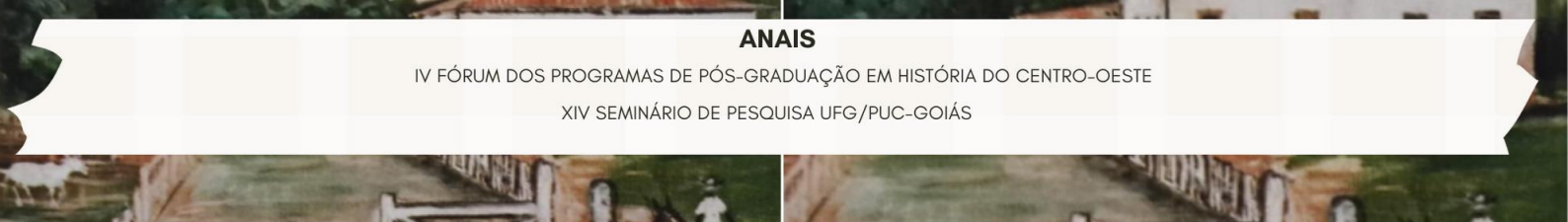
Desta aspiração eis que surge um novo ideal apostólico feminino em que espírito da pobreza e da caridade foram adotados como um estilo de vida e sinônimo de beatitude que contribuiu com o propósito restaurador da condição de pecadora da mulher medieval. O apreço pela santidade, bem como a valorização dos santos e mártires naquele contexto, quando alargado às esferas da nobreza/realeza, detiveram uma conotação política e se tornaram verdadeiros elementos propagandísticos de prestígio e poder que, em específico ao caso da realeza, aglutinava à dinastia características sobrenaturais e legitimatórias.

Às damas santificadas, conferia-se características ímpares, fundamentais e sacras ao cumprimento dos deveres inerentes ao seu posto. A rainha quando santificada, contribuía com a promoção e legitimação política, bem como servia à construção da governança régia. Não por acaso, no excerto acima, o poder da rainha se vincula à piedade em defender os indefesos, com destaque ao fortalecimento do ideal de virtude de sua condição de nobre, sábia, caridosa e virtuosa.

O uso político, propagandístico e legitimatório do ideal de santificação das damas e rainhas fica transcrito no arquétipo da “*beata stirpe*” – conceito que articula a excelência do nascimento à nobreza da *virtude* (a perfeição do agir em seu sentido aquinate). Neste sentido nossa fonte dá destaque à condição *preclaríssima* de D. Joana de Navarra:

Uns prescrevem nas saudações da senhora mais ilustre, outros a mais serena, outros a mais excelente, outros a mais poderosa. Portanto, para que não faça mentirosos todos os que lhe enviam cartas e os saúde com reverência, que ela (a rainha) se

⁵³⁰ *Sit tanquem potentíssima in expugnandis viciis, ut nulla temptatione vel concupiscencia superetur. Item in agendis operibus, ut magna magnifice et regaler operetur. Sit potens apud regem terrenum conjungem in impetrandis graciis, ut ei nichil pietati vel rationi consonum denegetur. Sit potens apud regem eternum in oracionibus sanctis, ut ei gracia cum meritis cumuletur. Denique potenciam suam exerceat in reprehensione malorum, promocione bonorum, dura increpacione delinquentium, severa punicione iniquorum, pia defensione pauperum et miserabilium personarum. Signanter considera quod omnes domine regine scribes modis predictis scribunt in supellativo dicentes: <<preclarissime>>, <<ilustrissime>>, etc., ut ipsa prudenter intelligat quod sicut est in supellativo statu seculari, sic debet esse in supellativo gradu spiritual, ut quantum distat status ejus a statu omnium aliarum dominarum, tantum omnes virtutes in ea distant in celsitudine perfectionis a virtutibus, graciis, et moribus omnium aliarum dominarum.*



esforce para ser o que é dito, a saber que, assim como ela é a mais distinta de sua espécie, ela é a mais distinta, e a memória de seus dignos progenitores é pela imitação de seus louváveis e dignos ancestrais⁵³¹ (*SPECULUM DOMINARUM*, 2018, p. 104)

Em um ato claro de legitimidade de linhagem e construção memorialística, pertencia a mais alta estirpe social, cuja função era dar continuidade ao seu passado de honra e dignidade. Filha de Henrique I de Navarra (1244-1274) e Branca de Artois (1248-1302), a Infanta de Navarra estava vinculada por descendência de sua mãe à Dinastia dos Capetos, da qual sua progenitora era sobrinha de Luis IX da França. Herdeira do trono navarrese – vale considerar a posição estratégica do reino de Navarra entre os reinos de França, Aragão e Castela –, bem como salientar que sua minoridade foi marcada por disputas políticas, e seu enlace marital uma verdadeira questão de estado⁵³².

Durante a tutela de Filipe III da França à D. Joana e sua mãe em razão da guerra de 1266 contra a Inglaterra, o reino de Navarra e o Condado de Champagne ficariam sob administração francesa, que em troca acertou os arranjos maritais com seu secundogênito. A aliança selada entre os reinos fronteiriços gerou inúmeras insatisfações externas e internas e consolidou os interesses franceses sobre o território navarrese.

Aos onze anos, D. Joana viu-se casada com Filipe IV da França, por intermédio de sua mãe, D. Branca de Artois, sobrinha de Luís IX da França e prima de Filipe III. Como esposa de Felipe, o Belo (1268 -1314) e rainha consorte da França, com a morte de seu pai em 1274 e sua coroação, Filipe IV da França recebeu o título de rei consorte de Navarra, e ficou conhecido como Felipe I de Navarra e Conde de Champagne e Brie - territórios de ocupação estratégicas para conter o avanço inglês em solo francês.

Durante seu casamento com o monarca e em contribuição aos projetos de fortalecimento político de Filipe, D. Joana de Navarra não mediu esforços em promover os valores linhagísticos e construir memórias de beatificação de si e dos membros da Dinastia dos Capetos. Além do próprio *Speculum Dominarum*, a governante solicitou a Jean Joinville (séc. XIV), Senescal de Champagne que escrevesse a obra *Histoire de Saint Louis* acerca da vida e feitos do rei Luís IX, avô de Filipe IV e tio-a vô da monarca, a qual o consagrou – nas palavras de LeGoff e Marília Branco – como um dos

⁵³¹ *Quidam enim in salutatione premittunt <<preclarissime domina>>, alii <illustrissime>>, alli <<serenissime>>, alii <<excellentissime>>, alii <altissime>>, alii <potentissime>>.*

Ne ergo mendaces faciat omnes mittentes sibi litteras et eam cum reverencia salutantes, nitatur esse quod dicitur, ut videlicet sicut est preclarissima genere, sic preclarissima sit, progenitorum suorum laudabilium et dignorum memoria preclara imitacione.

⁵³² Não faltaram pretendentes dos reinos vizinhos, bem como ocupações e ameaças armadas – como no caso de Castela e Aragão que, após a morte de seu pai, forçou rainha e a infanta à tutela e proteção de Filipe III, monarca francês e primo da rainha que, em contrapartida à proteção, casaria a herdeira com um de seus filhos. Por exigência papal, Gregório X proibiu o casamento entre os primogênitos, ficando D. Joana prometida ao secundogênito, Felipe, que ascendeu ao trono francês após a morte de seu irmão.



mais importantes reis franceses medievais, consolidando o arquétipo de rei peregrino e verdadeiro *Imitatio Christi*, responsável por expandir o reino de Deus na Terra. No rol de obras escritas a seu pedido ou em homenagem aos monarcas franceses destacam-se também a coleção de fábulas *Calila e Dimna* e a “*Arbre de filosofia d’ amor*” (Árvore da filosofia do Amor), dedicadas ao casal em 1298, pelo filósofo catalão Ramon Llull (1232-1316), encarados por muitos estudiosos hoje como “espelhos de principies” (DUCAY LACARRA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a mulher ao longo da História é, sem dúvidas, se deparar muitas vezes com uma narrativa de passividade e inércia da figura feminina, cujos usos ao longo do tempo foram cooptados para dar legitimidade as mais diversas formas de opressão – as quais ainda muitas se fazem presente. Em meio aos avanços teóricos e epistemológicos das teorias de relações de gênero, hoje é necessário afirmar: a categoria de gênero é uma ferramenta analítica necessária a quaisquer análises que busquem explicar as mudanças sociais.

O *Speculum Dominarum* de Durand de Champagne, fonte produzida em um contexto de profundas transformações sociais, nos permite lançar um olhar acerca da condição e construção idealizada da rainha no contexto tardo-medieval. Como elementos idealizadores, o modelo da rainha cristã está calcado nos princípios de piedade, caridade e prudência, contribuindo para uma nova visão de mundo acerca das mulheres. O novo ideal apostólico feminino e a busca por vivências ainda negadas a elas pelo patriarcado da Igreja, conferiu um movimento social laico e popular que refletiu na superestrutura e fomentou o processo de santificação das governantes e demais damas.

O arrependimento representado nos arquétipos de Maria Madalena inculcou na representação régia feminina o sentido de *exempla* da monarca como modelo social a ser seguido. Em meio a sociedade hierarquizada, a rainha como companheira da cabeça política e força adjacente, detinha a função de auxiliar o rei na boa condução da comunidade política, e se traduziu em um elo capaz de sintetizar as aspirações sociais em uma relação dialógica. Difusora de valores e costumes, criadora de modelos e padrões, a governante medieval é um sutil e rígido vínculo de ligação entre o mundo dos símbolos e suas práticas; de ações e representações da esfera governante com seus governados.

Neste sentido, auferir uma rainha medieval como uma governante com atos explicitamente políticos, diplomáticos e burocráticos, típicos à emissão de cartas, foros, concessões e etc., assim como compreende-la como o sustentáculo do poder de um monarca esteja exclusivamente nas mãos

dos reis é ao nosso ver, um erro analítico. A rainha medieval detém o sutil poder de influenciar e imprimir demandas diferentes daquelas impostas pelas armas e guerras de seus maridos.

Finalmente destacamos que trabalhar a literatura espelhar destinada às mulheres vem se demonstrando uma satisfatória tarefa. A amplitude que a busca pela normatização deste grupo social assumiu no contexto tardio do medievo, em caráter global, fica evidenciada neste tipo de documentação – haja vista o sensível aumento de produções e reproduções de *specula* femininos nos vários reinos, como é o caso do *Speculum Dominarum* -, e nos possibilitando analisar o urgente e imperioso esforço que homens, leigos e eclesiásticos, empreenderam para controlar e normatizar o mundo feminino que cada vez mais se autonomizava.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Maria F. **A beatitude no feminino**: modelos de santidade e formas de poder. *Discursos. Língua, cultura e sociedade*, n. 2, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 71-84, 2000.

ANDRADE FILHO, Ruy de Oliveira. **Notas sobre algumas concepções políticas e a França dos últimos capetos**: as ambiguidades e as origens medievais da monarquia teocrática francesa. *História Revista*, n. 5, v. 1, pp. 41-69, 2000.

BUESCU, Ana Isabel. **Um discurso sobre o príncipe**: a “pedagogia especular” em Portugal do século XVI. *Penélope*, n. 17, pp. 33-50, 1997.

CHAMPAGNE, Durand. *Speculum Dominarum*. In: FLOTTÈS-DUBRULLE, Anne (Org.). Paris: École des Chartes, 2018.

CIORDIA, Javier V. **Enciclopedismo especular en la Baja Edad Media**: la teoría pedagógica del espejo medieval. *AHg*, n. 18, pp. 295-309, 2009.

COSER, Miriam. **Jurisdições das rainhas medievais portuguesas**: uma análise de *queenship*. *Tempo*, n. 26, v. 1, pp. 230-247, 2020.

DALARUN, Jacques. **La mujer a ojos de los clérigos** In: DUBY, G.; PERROT, M. (Orgs). *Historia de las mujeres*. Barcelona: Espanha, 2018

DE BONI, Luiz A. **Estudos sobre Tomás de Aquino**. [recurso eletrônico] Pelotas: NEPFIL Online, 2018. Disponível em <<
[http://guaiaa.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6594/1/ESTUDOS SOBRE TOMAS DE AQUINO.p](http://guaiaa.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6594/1/ESTUDOS SOBRE TOMAS DE AQUINO.pdf)
[df](http://guaiaa.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/6594/1/ESTUDOS SOBRE TOMAS DE AQUINO.pdf)>> Acessado em março/2022.

DUCAY LACARRA, María Jesús. **“Calila e Dimna”**. In: TEODORO, Leandro Alves (Org.). O ensino da fé cristã na Península Ibérica (séculos XIV, XV e XVI). Banco de dados (Online). 2019. Disponível em: <https://umahistoriadapeninsula.com/uploads/site/entries/file/calila-e-dimna.pdf>
Acessado em Março/2022.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: o nascimento do Oriente**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001

GILSON, É. **El tomismo: introducción a la filosofía de San Tomás de Aquino**. 4ª Edição. Navarra: EUNSA, 2002.

LAUAND, Jean. **Quatro notas sobre a Ética em Tomás de Aquino**. *Scintilla*, v. 16, n. 2, pp. 45-64, 2019.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

OLIVEIRA, Elói M. de. **A Prudência na Suma Teológica de Tomás de Aquino**. *Kínesis*, v. VII, n. 15, pp. 75-87, 2015.

SANTOS-SILVA, Danielle de O. **Estas Senhoras Rainhas: trajetórias de Poder na Realeza Medieval Portuguesa (séculos XII ao XV): um estudo de *queenship***. *Tese de Doutorado*, Universidade Rural do Rio de Janeiro. 142 fls. Rio de Janeiro: 2018.

SILVA, Edlene O. **As filhas de Eva: religião e relações de gênero na justiça medieval portuguesa**. *Revista de Estudos Feministas*, n. 19, v. 1, pp. 35-51, 2011.

VAUCHEZ, André. **A Espiritualidade na Idade Média Ocidental (séculos V – XIII)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

VENTORIM, Eliane. **Misoginia e Santidade na Baixa Idade Média: os três modelos femininos no Livro das Maravilhas (1289) de Ramon Llull**. *Mirabilia*, v. 5, pp. 193-211, 2005.

TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO ESPAÇO E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO

Eduardo José Silva Lima⁵³³

RESUMO

As transformações na ciência histórica foram profundas durante todo o século XX e seguem durante o XXI, as reflexões referentes a estreita relação entre passado e presente interligados pela História e a ruptura da identificação desta com o passado sendo seu objeto oportunizou incríveis novas possibilidades para produção do conhecimento histórico. A comunicação entre épocas não se dá naturalmente, é um processo histórico, ainda mais quando pensamos em um período curto historicamente falando que é o nosso objeto de estudo. As disputas fundiárias da cidade de Palmas em sua primeira década de existência, quando a propagando oficial do estado era de uma terra de oportunidades e de uma cidade sendo construída sob a égide da modernidade do século que vinha a nascer tornam essa questão um meio de entendimento da própria história recente do Tocantins. Conflitos e contradições marcam as complexas características do sistema capitalista de produção, não que antes deste não existiam, contudo, a busca essencial pelo lucro e acúmulo de capital tornaram essas diferenças motoras do próprio sistema. A cidade se modifica dentro dessa perspectiva, se tornando, também, uma mercadoria a ser consumida. São essas questões expostas que estão sendo trabalhadas no decorrer desta pesquisa.

Palavras-chave: História Oral; Cotidianos; Luta pela moradia.

*E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce*

(Chico Science e a Nação Zumbi, 1994)

A cidade, enquanto objeto de estudo das ciências, é entendida das formas mais diversas e plurais possíveis. Independente de qual perspectiva uma premissa se faz fundamental, a cidade não é uma ação natural do tempo. Trata-se de um factício humano, uma construção sócio histórica do

⁵³³ Professor/pesquisador da Universidade Estadual do Tocantins; Estudante de doutorado em História da UFG; Orientado pelo Prof. Dr. Jiani Fernando Langaro; Contato: Eduardo.js@unitins.br



espaço onde se reverberam projetos de sociedade, mesmo que em temporalidades diversas e heterogeneidades de conflitantes.

Partindo do pressuposto da cidade como uma construção culturalmente díspar é peremptória a emergência de divergências entre projetos de sociedade. Estas, certamente, marcam a História Urbana do nosso país dos tempos coloniais, o império, repúblicas, ditadura e contemporaneidade. Será justamente nas bases dos desencontros, das contradições que este texto pretende se constituir. Analisar as transformações históricas dos espaços pensando na vulnerabilidade habitacional como um meio é o objetivo central das linhas que seguem.

O geógrafo Milton Santos entende a história urbana como a junção das ideias de forma e tempo como agentes formadores citadinos. Portanto, partimos da premissa fundamental de que o espaço físico, a constituição do mesmo, não trata-se de um processo natural, mas sim de uma ação humana que envolve escalas subjetivas da existência humana. A cidade de concreto não surge sem antes uma ideia e não vive se não há um sentido de existir. Traçados, edifícios e tijolos não carregam de forma inata as relações sociais e de poder que representam.

Ao citar a obra *Urbanismos: utopias e realidade* de Françoise Choay a historiadora Maria Stella Bresciani defende a ideia de que nenhuma cidade pode ser entendida como uma constituição ingênua, tampouco definitiva. Como também as interpretações das ações antrópicas no tempo e no espaço citadino são passíveis de interpretações infinitas pelas mais diversas formas de saberes científicos. Segue Bresciani:

Minha proposta vai exatamente em sentido contrário: a intenção é mostrar que, ao se tomar o urbanismo como objeto de estudo em sua configuração acabada, pode-se incorrer no anacronismo de tentar localizar o significado de uma ausência; ou de se ir em busca de uma origem determinante, ou pior ainda, de se resvalar para a positivação ou naturalização da questão urbana, acompanhando sua evolução através do tempo. (BRESCIANI, 2002)

Contra uma história única, engessada, da questão urbana a autora defende a pluralidade, inclusive na perspectiva de método.

Em seu texto que tem como objetivo analisar os processos de urbanização e modernidade no Brasil (1808-1945) o intelectual Nestor Goulart trata, em determinado momento, sobre os grandes planos de urbanização que chegam ao Brasil inspirados em ideias europeias, principalmente na Paris de Haussmann, sendo o Rio de Janeiro de Pereira Passos simbólico. Não temos intenção de afirmar que havia uma reprodução de projetos urbanísticos, mas sim uma adaptação desses projetos muito abalizados por algo maior, uma projeção societária. Os planos urbanísticos representam projetos de



sociedade que estavam sendo implantadas através de transformações estruturais e saberes modernos como a importância de saneamento, por exemplo.

Além de questões objetivas como tratamento de esgoto a partir de um saber médico, temos também pontos subjetivos frutos de uma mudança do horizonte cultural, como o ideal de circulação na cidade. Benchimol trabalha bem esse conceito em seu texto quando levanta a importância dessa perspectiva nas reformas ocorridas no centro do Rio de Janeiro. As novas exigências urbanas da cidade estimularam essas transformações para atender um novo modelo de sociedade. O transporte de pessoas passa a ser fundamental para produção industrial, para a rede de comércio e com isso o estado é provocado a propor soluções.

As projeções societárias são fundamentais para uma análise sócio temporal da questão urbana, a cidade é, de certa forma, uma representação destas. Em seu trabalho sobre as legislações urbanas na cidade de São Paulo a professora Raquel Ronik demonstra como as legislações referentes ao ordenamento urbano são fruto da tentativa de se criar uma cidade alinhada a um ideal moderno, contudo excludente, oriundo de um contexto social específico. Um exemplo dessa argumentação se dá quando Rolnik defende que:

A primeira preocupação da legislação municipal, além de redesenhar as ruas centrais, foi eliminar estas formas de ocupação da área mais valorizada, o centro da cidade. Com a proibição da instalação de cortiços, casas de operários e cubículos, proibiu-se genericamente a presença de pobres no centro da cidade, que no momento em estudo era o principal objeto de investimentos através dos chamados “Planos de Melhoramento da Capital”. (ROLNIK, 1997)

Mesmo se tratando de um estudo publicado em 1997 e com objeto de análise a cidade de São Paulo em um período histórico referente ao final do século XIX e início do século XX, não se trata de um horizonte de possibilidades tão distante de uma realidade de uma cidade planejada e construída entre o final do século XX, Palmas capital do estado do Tocantins.

Dentro de uma perspectiva histórica de urbanização discutiremos a questão da habitação como uma possibilidade de entender a constituição de uma urbanidade. Na verdade, a vulnerabilidade habitacional, sendo esta debatida por formas diversas, dentre desse contexto são levantados argumentos estruturais, legislativos, morais, sociais, mas pouco se debate o problema partindo de um horizonte teórico cultural. Dentre as necessidades básicas do homem contemporâneo está a moradia. Todavia, uma grande parcela da população não tem esse direito assegurado devido a condições sociais, econômicas e culturais. A cidade torna-se um grande campo de disputas em diversas esferas, nesse texto trataremos de como a luta pela moradia na cidade de Palmas demonstra conflitos socioculturais em uma cidade planejada e construída sob a égide neoliberal. Palmas se projetava, em

discursos, como símbolo da modernidade, uma cidade preparada para o século XXI que estava por vir, contudo poderemos observar que a prática divergiu muito da propaganda.

As transformações na ciência histórica foram profundas durante todo o século XX e seguem durante o XXI, as reflexões referentes a estreita relação entre passado e presente interligados pela História e a ruptura da identificação desta com o passado sendo seu objeto oportunizou incríveis novas possibilidades para produção do conhecimento histórico. O historiador francês Henry Rousso inicia seu livro “A última catástrofe” com uma reflexão em cima de “causo”, e certa forma anedótico, mas que permeia uma noção de história limitadora quando ouvimos a frase “Vocês não estavam lá”. Esse questionamento é por si só a histórico, pois se tal questão fosse premissa a ciência histórica seria inviável, mas o que chama atenção são as representações já que a história do tempo presente é marcada por tensões que ainda estão muito presentes na experiência histórica dos envolvidos.

Tais tensões se dão principalmente, porém não unicamente, na conexão entre memória e história. A comunicação entre épocas não se dá naturalmente, é um processo histórico, ainda mais quando pensamos em um período curto historicamente falando que é o nosso objeto de estudo. Tampouco, quando não há um interesse hegemônico nessa memória, já que como diz a epígrafe supracitada traz “nossa desgraça à luz” tocando nas disputas fundiárias da cidade de Palmas em sua primeira década de existência, quando a propaganda oficial do estado era de uma terra de oportunidades e de uma cidade sendo construída sob a égide da modernidade do século que vinha a nascer.

A lembrança está sempre sujeita a modificações e transformações, o presente re-significa essas memórias, pois tratam-se de subjetividades dos sujeitos e é com esse entendimento que precisamos trabalhar as fontes orais que são um dos pilares deste trabalho. Ao realizar a leitura do texto *Éramos pobres, mas... Narrar a pobreza na cultura apalachiana*⁵³⁴ (PORTELLI, 2010) do pesquisador italiano Alessandro Portelli percebemos muitas semelhanças com os relatos orais dos migrantes que vieram a habitar na embrionária Palmas dos anos 1990. Os testemunhos trazem consigo uma superação das dificuldades encontradas em um ambiente hostil para os chamados, pejorativamente, de orelhas secas⁵³⁵, uma cidade que se planejava para um tempo futuro, para uma população específica, mas que não lidava de forma inclusiva com seus problemas presentes e populares. Havia um planejamento físico da cidade, mas não houve uma planificação de como lidar com a imensa migração e crescimento populacional da capital do Tocantins o que gerou um problema que aflige o presente: vulnerabilidade habitacional.

⁵³⁵ Termo utilizado de forma pejorativa para referenciar trabalhadores braçais que serviram de mão de obra para construção da cidade de Palmas.



Dentre as necessidades básicas do homem contemporâneo está a moradia. Todavia, uma grande parcela da população palmense não tem esse direito assegurado devido a condições sociais, econômicas e culturais. A cidade torna-se um grande campo de disputas em diversas esferas, nesse texto trataremos de como a luta pela moradia na cidade de Palmas demonstra conflitos socioculturais em uma cidade planejada e construída sob a égide neoliberal. Palmas se projetava, em discursos, como símbolo da modernidade, uma cidade preparada para o século XXI que estava por vir, contudo poderemos observar que a prática divergiu muito da propaganda.

Conflitos e contradições marcam as complexas características do sistema capitalista de produção, não que antes deste não existiam, contudo, a busca essencial pelo lucro e acúmulo de capital tornaram essas diferenças motoras do próprio sistema. A cidade se modifica dentro dessa perspectiva, se tornando, também, uma mercadoria a ser consumida. O território da recente capital foi ocupado por diversos grupos sociais que tinham interesses e planejamentos diversos e, muitas vezes, divergentes para cidade. Essa pluralidade de sentidos marca a história da cidade de muitas formas, para esse trabalho utilizaremos como horizonte norteador as disputas da cidade no tocante à luta pela moradia.

Tais conflitos embora façam parte de nossa realidade histórica e estejam presente em constância não permitem naturalizações, planejar a cidade é pensar nas pluralidades articulando os vários segmentos no caso de Palmas poderia ter sido utilizado como guia a própria Constituição Federal de 1988. Palmas começou sua construção em 1989, após a CF, subentende-se que os direitos previstos pela constituição deveriam ser efetivados, dentre estes o direito à moradia previsto no Art. 6º, ainda mais com o planejamento urbanístico modernista na cidade, no entanto, mesmo com meios para prevenir agravamento em relação a condições de moradia no espaço urbano, a cidade é repleta de problemas habitacionais. Como pontua Brito (2010) Palmas não fugiu à regra da especulação imobiliária, o que gerou um espaço dominado por intervenção política.

Ao relatar sua experiência como recém-chegado a capital do Tocantins em 1993, à época como seminarista, Romeu conta como era a realidade de Palmas nos seus primeiros anos de vida. Seu primeiro local de moradia foi no bairro que se chama Vila União, oriundo de uma ocupação no centro da cidade que subverteu o projeto inicial da cidade que previa para região clubes aquáticos e mansões. Uma preocupação presente é desassociar as ocupações com práticas criminosas.

“Naquela vez a gente andava por tudo que lugar lá na Vila União nos bares, nas coisas que a gente frequentava. Meus colegas faziam umas passeatas, umas coisas lá



nos bares, passando num e outro e a gente nunca teve problema com violência, com nada. Mas agora tu tem! Mas naquela época nunca e tinham várias ocupações⁵³⁶”

Um cuidado pertinente já que havia uma tática do estado em coligar movimentos sociais com criminalidade no intuito de desmoralizar e enfraquecer a causa na sociedade civil. Em matéria publicada no Jornal do Tocantins em 13 de fevereiro de 2000 intitulada de *Invasões marcaram primeiros anos de Capital* o então presidente da Agencia de Desenvolvimento do Tocantins AD-Tocantins, Alexandre Ubaldo, afirma:

“Havia uma grande favela na região (Vila União) e um dia me avisaram que estava pegando fogo. Quando chegamos lá com o caminhão Pipa tudo já havia sido destruído pelo fogo, mas ninguém perdeu nada. Ou seja, foi uma armação para invadir toda a quadra já aberta anteriormente⁵³⁷”

Antes da fala de Ubaldo a matéria faz referência a um grande incêndio ocorrido em 1991 em uma comunidade denominada de Golfo Pérsico que trata-se de uma memória traumática para os remanescentes, pois muitos perderam tudo que tinha. Todavia, a notícia não deixa claro se o caso relatado por Ubaldo trata-se do incêndio no Golfo Pérsico ou um dos vários outros ocorridos em ocupações ao longo da história da cidade, porém há um questionamento necessário, pois a acusação de fraude é feita sem que seja apresentada nenhuma prova.

Vários foram os fatores que contribuíram para que o projeto original da construção de Palmas fosse alterado, atendendo a interesses diversificados. Como parte da cidade, as ocupações urbanas se tornaram o exemplo mais visível de resistência a processos como: grilagem de terras, especulação imobiliária, violência estatal, desigualdades estruturais e insuficiência de políticas habitacionais para população pobre. Quando o planejamento da cidade não inclui pessoas em vulnerabilidade habitacional, essas se unem em torno de movimentos sociais organizados, com objetivo de romper com uma lógica exclusivamente neoliberal da cidade, excluindo quem não tinha condições econômicas de pagar por habitação própria. Segregar via economicamente não é nenhuma novidade no capitalismo, tampouco na formação das cidades modernas, trata-se de um longo processo, a questão é que esse processo secular modificou cidades também seculares, já Palmas nasce em outro contexto histórico, mas dentro de uma epistemologia neoliberal que fez com que repetisse o mesmo padrão.

O processo de urbanização e habitação transpassa por algumas etapas até chegar a de industrialização. O filósofo francês Henri Lefebvre discute que a cidade tem um significativo papel diante da percepção capitalista quanto à acumulação de valor, o que faz com que as cidades sejam alvo de especulações de mercado como qualquer outra mercadoria. Além de produto a cidade passa a centralizar as operações econômicas, por conseguinte será um ambiente atrativo para quem busca

⁵³⁶ Entrevista realizada em 17/02/2021.

⁵³⁷ Jornal do Tocantins. 1755 a 1779. 1 a 29 de fevereiro. Palmas – TO. 2000. *Invasões marcaram primeiros anos de Capital*. Palmas, domingo, 13 de fevereiro de 2000.



oportunidades de trabalho de maior remuneração. Com a migração pessoas que moravam em regiões afastadas e rurais se mudam para as cidades, segundo Lefebvre:

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contem apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para as festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. (LEFEBVRE, 2008, pg. 20)

Esse núcleo urbano idealizado para promover o progresso e prosperidade acaba por conviver com práticas das quais não condizem com esse ideal de modernidade. De certa forma é na incongruência e na contradição que a ocupação dos territórios fomenta disputas entre os grupos sociais.

O conceito de lugar na contemporaneidade é entendido a partir de cidades que remetessem a ideia de utopia, moldando a um tempo significativo, e ainda hoje, a conformação de cidades e espaços. Ao tratar sobre o caso de Palmas o professor Glauco Coccoza discorre sobre haver uma contínua necessidade de debater sobre questões urbanas e em como os debates apresentados por escritores urbanistas se sobressaem de acordo com seus posicionamentos em relação à “prática da produção espacial” (COCOZZA, 2007).

As cidades contemporâneas são territórios múltiplos que impulsionam afinidades seletivas e complexas construindo também fronteiras além das espaciais que podem impedir passagens, costumes, práticas culturais dentre outros. Portanto, muitas contradições são insuperáveis, não há pretensão de busca pela homogeneidade territorial. Cidades, como Palmas, que passam por um surto migratório intenso crescendo demograficamente exponencialmente com a incorporação de muitas realidades estranhas entre si gera uma complexificação das relações sociais. Essa intrincada combinação poderia ser tratada por diferentes aspectos sendo aqui utilizado o fio condutor das disputas fundiárias que envolvem habitação.

Ocupar foi para muitos a única alternativa viável para uma moradia, pois os migrantes não contavam com uma estrutura basilar de apoio do estado para sua recepção. Ao ser indagado como se instalou ao chegar na cidade de Palmas em 08 de janeiro 1992 vindo do Pará o senhor Inácio respondeu:

“Quando eu cheguei, na rodoviária tinha uma barraqueira de lona. Ai uns caras chegaram e falaram: você veio pra ficar e tal? Ai eu falei que sim... de tardinha... não... eu cheguei o dia estava amanhecendo alias... ai eles disseram: olha hoje vai ter uma ocupação ali na 12, ali onde fica a igreja São Judas, nós vamos ocupar lá. Se você quiser ir ocupar lá, marcar um lugar. Ai eu falei, vamo. Para ver se arrumo alguma coisa. Só que chegando lá eu vi que a igreja São Judas era bem pertinho do Palácio ai eu fiquei com medo, falei... eu morava em Belém e lá em Belém a polícia



cacetava a gente lá, né? Quando ocupava qualquer lugar, quando invadia qualquer pedaço de hão a polícia vinha e metia o cacete. Ai falei não, não vou ficar aqui não. Ai ele falou: não tem outro lugar aqui bem pertinho, eu tenho um lote lá, eu te levo lá, ai eu vim mais ele, que é a 33, 307 norte, hoje é 33 de novo, lá tava sendo ocupado⁵³⁸.”

Esses casos, tão comuns, mostram que os sujeitos por vezes foram inseridos num movimento de ocupação assim que chegavam na cidade de uma maneira muito corriqueira para aquela realidade. Na fala do senhor Inácio é muito importante destacarmos a sua experiência vivida anteriormente no sentido de entender áreas que são negociadas, como por exemplo a distância do Palácio do governador, uma representação de poder, poderia se tornar um problema futuro para a ocupação do território.

O processo de construção de uma cidade é contínuo, pois tal fenômeno se dá pela mobilização das pessoas. As construções não têm significado a não ser o que damos a elas, portanto, somos nós que idealizamos no concreto uma função, uma identidade, uma representação. Assim, nos parece importante reconhecer que o espaço na condição original constitui-se em um campo de relações, posto que se trata da existência de coisas ou seres que estão em lugar e podem ser comparáveis. Por isso, a realidade do espaço é pertinente às relações entre objetos e ações.

Conflitos e contradições marcam as complexas características do sistema capitalista de produção, não que antes deste não existiam, contudo, a busca essencial pelo lucro e acúmulo de capital tornaram essas diferenças motoras do próprio sistema. A cidade se modifica dentro dessa perspectiva, se tornando, também, uma mercadoria a ser consumida. O território da recente capital foi ocupado por diversos grupos sociais que tinham interesses e planejamentos diversos e, muitas vezes, divergentes para cidade. Essa pluralidade de sentidos marca a história da cidade de muitas formas, para esse trabalho utilizaremos como horizonte norteador as disputas da cidade no tocante à luta pela moradia.

O campo cultural detém em sua constituição inter-relações bastante complexas, identificadas por sua dinamicidade dotada de múltiplas temporalidades. Aproximando essa questão do nosso problema de estudo, a cidade de Palmas, observamos as relações dos processos culturais, pois há uma cidade projetada sob a égide cultural liberal burguesa, mas que está inserida em um contexto histórico da Constituição de 1988 considerada como cidadã em diversos aspectos. Dentre esses a questão da moradia, identificamos uma cultura dominante muito ligada ao liberalismo, comércio de terras e especulação imobiliária que, na prática, altera diversas vezes o projeto de construção da cidade mais ligado a uma força emergente de justiça social e garantia de direitos constitucionais. Há ainda uma

⁵³⁸ Entrevista realizada em 29/04/2021



força residual que entende a terra como única fonte de produção de riqueza e que valoriza o acúmulo de grandes propriedades de terras, promovendo no imaginário social a propriedade privada da terra como garantia de controle dos meios de produção.

Em uma lógica capitalista não apenas a terra é compreendida como uma mercadoria, mas a própria habitação em si. Em um brilhante trabalho sobre a questão habitacional e o movimento operário as pesquisadoras Eutalia Lobo e Lia Carvalho fazem essa relação entre classe trabalhadora e a dificuldade da moradia na cidade do Rio de Janeiro entre 1880-1930. Segundo as autoras:

A centralização dos meios de produção, ocasionando, por um lado, a concentração de trabalhadores no mesmo espaço e a baixa disponibilidade pelo lado da oferta de moradia, refletir-se-ia nas condições de vida da cidade, determinando um aviltamento da qualidade no que se refere às classes trabalhadoras. (CARVALHO & LOBO, 1989)

Portanto, uma questão de cunho sócio econômico orientou uma elite decisória de como se daria o processo de habitação, de onde seria o local “ideal” para os diversos grupos sociais se concentrarem.

O acesso à propriedade da terra é uma questão econômica e social, todavia a perspectivas em torno da terra contém valorações culturais importantes. O significado da posse e a forma como ela é entendida dentro do imaginário social acarreta procedimentos práticos na esfera pragmática como, por exemplo, no planejamento urbano da cidade. Disputando a hegemonia da cidade de Palmas encontramos um grupo dominante que entende a cidade como uma expressão do modelo capitalista de produção, ou seja, a terra é uma mercadoria que se torna capital ou especulação para tal. Como posição emergente temos uma parcela da população que se inspira na Constituição que garante o direito à moradia e à cidade, esse grupo vai ao enfrentamento contra um planejamento urbano excludente que segue um horizonte teórico que guia as grandes cidades brasileiras onde moradia é um direito que só é garantido a quem é privilegiado economicamente. Em uma via residual identificamos uma elite agrária rural que pretende ter o monopólio da terra com fins agropecuários mesmo se tratando de uma zona planejada para ser uma cidade moderna. Esse elemento residual em muitos pontos converge com a perspectiva dominante, está ativo nesse processo cultural mesmo sendo ligado a um passado onde a economia brasileira estava majoritariamente no campo, na monocultura e na mão de obra escrava.

A cultura dominante e a emergente estão ligadas a um processo dinâmico de circularidade cultural almejando uma hegemonia, mas não podemos entender uma hierarquia nessa relação, mas sim interdependência transformadora. Como dominante entendemos a forma que perceber a terra



como uma mercadoria dentro de um mercado capitalista que transforma não só a terra em produto, mas como um meio de especulação criando um mercado além do real. Na perspectiva emergente temos a população em vulnerabilidade habitacional lutando pela garantia do direito à moradia recém adquirido por meio da Constituição de 1988, uma noção de cidade democrática e inclusiva que vai além do poder econômico. Todavia, além dos aspectos econômicos e sociais temos o valor cultural influenciando diretamente no planejamento urbano da cidade, da mesma forma que a cultura é um campo de conflito a cidade passa a ser palco de disputas culturais, mas também de luta por sobrevivência dentro da cidade.

O importante é ficar claro que aspectos culturais não estão dissociados das questões econômicas e sociais, portanto as disputas dentro da cidade são também de ordem cultural. Esta influencia no planejamento urbano de Palmas, quando esta se torna uma capital segregadora, mas força também sua participação quando organizações emergentes criam rupturas no planejamento urbano que as invisibilizavam. As formas de dominar e reagir são aspectos culturais relevantes para entender as estratégias dos grupos que disputam a cidade, pluralizar esses testemunhos é um caminho que vislumbra um entendimento diversificado do passado e do presente.

A história da cidade de Palmas vista sob o olhar dos que tiveram que lutar pela sua moradia é uma lacuna historiográfica para o Brasil, por vezes, omite-se que a cidade habitada pelas pessoas é sempre uma cidade repleta de memória. As experiências vividas no presente são fruto daqueles que participaram do seu processo de construção e, portanto, estão relacionadas ao que foi vivido no passado mesmo por pessoas que não participaram dessa experiência. Interessa-me questionar como uma cidade planejada para ser o exemplo de modernidade se transformou em um território segregador e antidemocrático.

O processo de construção de uma cidade é contínuo, pois tal fenômeno se dá pela mobilização das pessoas. As construções não têm significado a não ser o que damos a elas, portanto, somos nós que idealizamos no concreto uma função, uma identidade, uma representação. Assim, nos parece importante reconhecer que o espaço na condição original constitui-se em um campo de relações, posto que se trata da existência de coisas ou seres que estão em lugar e podem ser comparáveis. Por isso, a realidade do espaço é pertinente às relações entre objetos e ações.

Ao tratar a experiência como uma categoria analítica da construção humana, percebemos que a realidade sócio histórica é uma construção alicerçada em práticas culturais. Portanto, cultura e experiência se tornam elementos centrais de análise para a produção do conhecimento histórico. Uma forma de estudar essas categorias é através da coletividade, dar sentido as práticas, inclusive de



resistência, unem as pessoas em horizontes semelhantes, os identificando e possibilitando experiências emancipadoras.

É notório, diante tanto relatos e mídias/matérias jornalística, que há uma grande precariedade na implantação de recursos/equipamentos públicos, principalmente nas regiões mais distantes da centralidade da cidade, e mesmo que a habitação (loteamentos e casas) seja assegurada, os outros direitos que integram o da moradia não estão sendo efetivado, o que resulta em déficit habitacional. Rafael Gonçalves (2009) aponta que apesar da constituição promover avanços, os registros em relação a programas relacionados ao solo é negativo e que a efetividade de direitos está caminhando em curtos passos.

O projeto da capital do Tocantins, que objetivava uma boa qualidade de vida para os seus moradores, pretendendo atingir a flexibilidade, qualidade ambiental e viabilidade, idealizava uma cidade que remetesse a ideia de novo e tivesse ainda uma facilitação de acesso ao espaço urbano para toda população. Frente a todo o estudo e apresentações em relação à implantação da cidade, nota-se que essa facilitação de acesso à habitação e boa qualidade de vida não ocorrem para toda a população palmense, mas sim para uma porcentagem possuidora de um maior poder aquisitivo.

A história da cidade de Palmas vista sob o olhar dos que tiveram que lutar pela sua moradia é uma lacuna historiográfica para o Brasil, por vezes, omite-se que a cidade habitada pelas pessoas é sempre uma cidade repleta de memória. As experiências vividas no presente são fruto daqueles que participaram do seu processo de construção e, portanto, estão relacionadas ao que foi vivido no passado mesmo por pessoas que não participaram dessa experiência. Interessa-me questionar como uma cidade planejada para ser o exemplo de modernidade se transformou em um território segregador e antidemocrático.

Ao tratar a experiência como uma categoria analítica da construção humana, percebemos que a realidade sócio histórica é uma construção alicerçada em práticas culturais. Portanto, cultura e experiência se tornam elementos centrais de análise para a produção do conhecimento histórico. Uma forma de estudar essas categorias é através da coletividade, dar sentido as práticas, inclusive de resistência, unem as pessoas em horizontes semelhantes, os identificando e possibilitando experiências emancipadoras.

Entende-se que por mais que se tivesse um projeto para a implantação da cidade, o mesmo não fora seguido, acredita-se nisso devido tantos problemas habitacionais. Deduz-se ainda, através das fontes e relatos de moradores, que se objetivava executar uma forma de higienização social nas centralidades da cidade. A implantação da capital além infringir o projeto primeiro, desrespeita a constituição federativa de 1988 em relação a questão da moradia e direitos sociais . Em Palmas o

direito a moradia é de difícil efetivação, e mesmo quando efetivado o acesso à habitação para pessoas mais pobres, essa “acessibilidade” se dá em locais distantes e sem sua complementação, ou seja, sem infraestrutura, sem postos de saúde, escolas e muitas vezes sem até iluminação pública.

Quando o direito à moradia não é garantido, todos os outros direitos sociais são violados. Portanto, para que se garantam os demais direitos, configura-se fundamental o cumprimento do direito à moradia. Entende-se que não pode se analisar os problemas urbanos sem que haja a análise acerca da política social e econômica.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Francisco Otaviano Merli do. **Especulação imobiliária e segregação social em Palmas do Tocantins: uma análise a partir dos programas habitacionais no período de 2000 a 2008**. Brasília, 2009.

BARBOSA, Fábio. **A formação urbana no município de Palmas (1989-2012) e o direito de moradia**. Goiânia, 2012

Benchimol, Jayme Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDI, 1992

BEZERRA, Nilva Aparecida Pacheco. **A migração em Palmas/To: a felicidade no imaginário social**. 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2013.

Bresciani, Maria Stella. **Cidade e História**. In Lippi Oliveira, Lúcia (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

BRITO, Eliseu Pereira. **Planejamento, Especulação imobiliária e ocupação fragmentada em Palmas**. Caminhos de Geografia. Revista Online. Vol.11, n. 34. Uberlândia: Instituto de Geografia, UFU, 2010.

COCOZZA, Glauco de Paula. **Paisagem e urbanidade: os limites do projeto urbano na conformação de lugares em Palmas**. São Paulo, 2007.

Fridman, Fania. **Breve história do debate sobre a cidade colonial brasileira**. In Fridman, F.; Abreu, M.(orgs.). *Cidades latino-americanas. Um debate sobre a formação dos núcleos urbanos*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

GRUPOQUATRO. **Memória do projeto da capital do estado do Tocantins. Palmas/Plano Básico**. Goiânia, 1989 (Mimeo).

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5ª edição. Centauro editora. São Paulo.

Lobo, Eulalia; Carvalho, Lia; Stanley, Myrian. **Questão habitacional e o movimento operário**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 1989

Marx, Murillo. **Cidade no Brasil em que termos?**. São Paulo: Studio Nobel, 1999

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada**; Goiânia, Brasília e Palmas. 2. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

Morel, Marco. **As transformações dos espaços públicos. Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial. 1820-1840**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de História Oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

Reis Filho, Nestor Goulart. **Urbanização e modernidade: entre o passado e o futuro (1808-1945)**. In *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed.SENAC, 2000 (pgs. 83-118).

REIS, Patrícia Orfila Barros dos. **Modernidades tardias no cerrado – arquitetura e urbanismo na formação de Palmas**. Florianópolis. Insular. 2018.

Rolnik, Raquel. **A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997 (pgs. 28-58).

ROUSSO, Henry. **A Última Catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

Santos, Milton. **Técnica espaço tempo**. São Paulo:Hucitec, 1994 (capítulo 6: A forma e o tempo: a história da cidade e do urbano).

Silva, José Bonifácio de Andrade. **Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000 (pgs. 23-45; 47-77 e 97-103).

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: volume 1 : árvore da liberdade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.

UM RELATO DE VIAGEM JUDAICA MEDIEVAL: ANÁLISE DO ITINERÁRIO DE BENJAMIN DE TUDELA (SÉCULO XII)

Taís Nathanny da Silva⁵³⁹

RESUMO

Desde a antiguidade o homem manifesta o viajar como uma de suas necessidades. Isso não foi diferente no período medieval. Pelos mais diversos motivos, as viagens medievais puseram desde reis e mercadores, à peregrinos e pobres em movimento. Benjamin de Tudela se mostra como um espelho do viajante judeu medieval, que viaja entre dois mundos e cujo imaginário é preenchido no decorrer dos séculos dimensão simbólica associada aos espaços visos e descritos por ele. Nos propomos aqui a demonstrar um cordão de cidades seguido pelo judeu, sobretudo portuárias, que se explica pela necessidade de pontos seguros para uma navegação em etapas. Esse cordão de cidades vem acompanhado por uma série de estruturas que visam dar conta da recepção do viajante – com o objetivo de controlar o fluxo humano e mercantil, ou para fornecer suporte ao viajante, com seus próprios edifícios religiosos.

Palavras-chave: Benjamin de Tudela; Relato de viagem; Mediterrâneo.

Benjamin de Tudela é o viajante judeu mais conhecido, citado e traduzido da Idade Média. Paradoxalmente, porém, não temos informações pessoais sobre ele, exceto seu nome, o nome de seu pai, seu nascimento e residência em Tudela, cidade de Navarra, e seu retorno ao reino de Castela em 1172/1173. Essas poucas informações aparecem no prólogo do relato, que se refere a ele na terceira pessoa como falecido e fornece o título de *Sefer Masa'oth*⁵⁴⁰ à obra. Essa informação, especialmente a data de seu retorno, sugere que o prólogo foi composto pouco tempo depois da morte de Benjamin por um judeu de Tudela que presumivelmente o conhecia, no final do século XII ou início do século XIII.

O manuscrito original não sobreviveu⁵⁴¹. Cópias do relato de viagem aparecem apenas do século XIV em diante. O autor do prólogo afirma que "em cada lugar que [Benjamin] entrou, fez um

⁵³⁹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. E-mail: taisnathannydasilva@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

⁵⁴⁰ Doravante Itinerário

⁵⁴¹ A versão que analisamos dessa obra é uma tradução feita para o português por J. Guinsburg e publicada com o título O Itinerário de Benjamin de Tudela pela editora Perspectiva, em 2017. Guinsburg traduziu a obra baseado na tradução



registro de tudo o que viu, ou que lhe foi contado por pessoas dignas de confiança" (BENJAMIN DE TUDELA, p.37) e que "trouxe este livro com ele em seu retorno à terra de Castela" (BENJAMIN DE TUDELA, p.37). Alguns vestígios da versão preliminar do relato de viagem sobrevivem no texto existente, confirmando a hipótese de que Benjamin teria registrado as informações que obteve ao longo da jornada e que, portanto, seu *Itinerário* haveria sido baseado em notas escritas. Por exemplo, há duas avaliações diferentes da população judaica em Gebel "que é Baal-Gad, ao pé do Líbano" (BENJAMIN DE TUDELA, p.66) e duas passagens que tratam de El-Anbar no Eufrates tendo parcialmente o mesmo conteúdo (BENJAMIN DE TUDELA, p.92).

Há também evidências de que Benjamin fez acréscimos e revisões posteriores, seja no decurso de suas viagens ou depois de retornar a Tudela. Por exemplo, ele observa, em relação aos estudiosos talmúdicos e outros homens proeminentes de Tebas, que "não há ninguém como eles na terra dos gregos, exceto na cidade de Constantinopla" (BENJAMIN DE TUDELA p.58), uma cidade que ele visita posteriormente. Da mesma forma, em relação a Constantinopla, ele afirma que "não há outra [cidade] como ela no mundo, exceto Bagdá" (BENJAMIN DE TUDELA, p.61), uma observação adicionada após sua estadia na cidade em uma fase posterior de suas viagens. Evidências internas, portanto, lançam sérias dúvidas acerca da afirmação de que Benjamin não retornou a um rascunho para a escrita final de seu relato.

Há ainda boas razões para crer que o *Itinerário* não reproduz seu relato original. Existem sérias inconsistências e lacunas em sua narrativa. Além disso, existe uma evidente desproporção na quantidade de informações sobre as cidades que visitou. Algumas delas são descritas detalhadamente, a citar, Roma, Constantinopla, Jerusalém, Damasco, Bagdá e al Fustat (Cairo Antigo), chamado Mizraim. Outras como Alexandria e Palermo contam com descrições mais curtas. Nablus está ligada a uma longa informação sobre os samaritanos, e Teima a um relatório acerca dos judeus da Arábia. Em conjunto com dois longos episódios narrativos – sobre o falso messias David Alroy e a expedição do rei da Pérsia contra os Ghuzz (BENJAMIN DE TUDELA p.114-116) – o conteúdo narrativo que trata dessas cidades compõe mais da metade do texto, e em extensão supera as curtas descrições de cerca de duzentos outros lugares.

As evidências relacionadas ou sugerindo comércio e transporte marítimo são extremamente breves ou totalmente ausentes para alguns centros comerciais importantes. Não há referências a eventos políticos ou militares ocorridos durante a longa jornada de Benjamin. Além disso, não há uma única indicação sobre o meio de transporte que utilizou em terra ou no mar, perigos naturais ou

inglesa de Marcus N. Adler, de 1907, que publicou seu texto a partir da tradução de A. Ascher. A edição, por sua vez, foi republicada em 1840.



humanos que encontrou ao longo do caminho, condições de alojamento ou companheiros de viagem. Embora no início do relato Benjamin se refira a si mesmo na primeira pessoa, há apenas duas instâncias adicionais depois. Benjamin relata que um judeu que mora em Jerusalém, cujo nome ele menciona – R. Abraão – contou-lhe um milagre que aconteceu na cidade pouco antes de sua chegada (BENJAMIN DE TUDELA p.78-80), e em Ispahan (Isafahan) ele cita o nome do judeu local que lhe contou sobre a guerra entre o rei da Pérsia e do Ghuzz (BENJAMIN DE TUDELA p. 118-120). Finalmente, o relato de Benjamin é totalmente desprovido de emoções pessoais, embora estas sejam indiretamente transmitidas por sua descrição de pessoas e lugares.

Tendo em vista as características mencionadas acima, não há dúvida de que o relato original de Benjamin foi encurtado e editado, presumivelmente pelo autor do prólogo no final do século XII ou início do século XIII. É impossível determinar os critérios do editor para sua revisão do texto. Ele preservou "coisas que nunca se ouviu falar anteriormente na terra de Sefarad" (BENJAMIN DE TUDELA p. 37) como afirma no prólogo. Ele claramente compartilhava da mesma atenção de Benjamin às comunidades judaicas, locais sagrados, os túmulos dos sábios talmúdicos, eventos milagrosos e ao seu público potencial de judeus espanhóis. Em contrapartida, ao remover as expressões pessoais do relato, ele aparentemente pretendia aguçar o foco sobre os tópicos mencionados e fornecer um levantamento mais impessoal e objetivo das comunidades. A quantidade substancial de informações que ele descartou deve ter incluído referências ao massacre e escravidão de judeus na cidade egípcia de Bilbays, capturada pelo rei Amalrico de Jerusalém em 4 de novembro de 1168. Permanecem apenas algumas observações de Benjamin sobre a condição social inferior dos judeus, estando elas nas descrições de Constantinopla (BENJAMIN DE TUDELA p.63-64). Ao omitir eventos políticos e militares dolorosos, o editor obviamente pretendia fornecer uma imagem harmoniosa da vida judaica, uma característica particularmente enfatizada na descrição das comunidades "babilônicas" do Iraque e do oeste do Irã.

A última seção do *Itinerário* levanta algumas questões. Depois de deixar a Sicília, Benjamin chegou a Roma e Luca (BENJAMIN DE TUDELA p.145-146), que ele menciona apenas de passagem porque já os havia descrito em sua viagem de ida. O *Itinerário* prossegue então por longas distâncias através do território que conhecemos atualmente como passo alpino de Saint-Jean-de-Maurienne até Verdun, "que é o início da terra da Alemanha" (BENJAMIN DE TUDELA p.146), lista várias comunidades judaicas na Alemanha até Regensburg "na extremidade de Alemanha (...)" chamada Ashkenaz" (BENJAMIN DE TUDELA p. 147) , então trata de Praga, Kieff, e muda para "o reino da Francia que é Tzarfat, estende-se da cidade de Auxerre até Paris, a cidade grande (...)"



[pertencente] ao rei Luís⁵⁴²” (BENJAMIN DE TUDELA p. 147-148). O relato termina abruptamente neste ponto.

Supõe-se que Benjamin viajou até Kieff e voltou para casa de Paris. O argumento é sustentado de que o viajante estava em Paris é firmado no fato de ele elogia os judeus locais pelas generosas acomodações oferecidas, o que aparentemente lhe agradou, visto que os abençoa, o que não faz em relação a outras cidades. Seguiu então por terra pelos Alpes ou por mar no Atlântico para chegar a Castela. Esse construto é seriamente falho. A acomodação comunal para judeus estrangeiros é mencionada em outra parte do relato e não implica que Benjamin tenha se aproveitado dela, como veremos a seguir. Além disso, como perdemos a última etapa da viagem, não sabemos se Benjamin passou ou não por Barcelona.

Vale ressaltar que Benjamin segue um padrão fixo na descrição de seu itinerário. Ele geralmente começa indicando a distância e a localização geográfica da cidade que visita em relação à anterior e prossegue com os nomes dos líderes judeus locais e várias características e tradições urbanas. Este padrão está totalmente ausente da seção final do *Itinerário*, isso só pode ser explicado pela intervenção de um editor. Há boas razões para acreditar que o texto obtido pelo segundo editor foi truncado, ele não tentou completar a descrição da viagem de volta à Tudela, em vez disso, como o relato trata das comunidades judaicas do Mediterrâneo e do Oriente Médio, ele considerou útil e apropriado acrescentar algumas informações sobre as existentes em outras regiões. Talvez não seja mera coincidência que a sequência de Praga e Kieff lembre o relato de viagem de outro viajante judeu, Petachia de Regensburg, que viajou de Praga a Kieff na década de 1170.

Em suma, o relato de viagem original de Benjamin parece ter sofrido duas revisões, primeiro por um editor espanhol e depois por outro que supostamente francês. Há boas razões para acreditar que Shemuel Sarsa, o autor de *Sefer Mekor Hayim*, estava familiarizado com uma versão que circulava na Espanha. Não sabemos se estava completo, mas podemos presumir com segurança que faltava a seção final. Por outro lado, uma versão incompleta era conhecida fora da Espanha, à qual fora acrescentada uma seção que começava com a cidade de Verdun e tratava da Alemanha e da França⁵⁴³. Apesar da intervenção dos dois editores, várias passagens refletem o texto original de Benjamin.

A versão existente do relato, no entanto, levanta sérios problemas em relação ao *itinerário* de Benjamin, a cronologia de sua jornada, bem como suas motivações, atitudes e percepções como

⁵⁴² Rei Luís VII da França, 1137-1180.

⁵⁴³ É digno de nota que esta seção aparece no manuscrito mais antigo existente do *Itinerário*, a cópia da Biblioteca Britânica, datada do século XIV em escrita Ashkenazi, bem como nas cópias do século XV, incluindo Roma, Biblioteca Casanatense, ms. hebr. 3.097/1, localizada e datada na Itália em 1428.



viajante. Esses problemas foram agravados pela ausência de uma edição crítica confiável, bem como pelo fato de que poucos estudiosos souberam ou levaram em conta que o Livro das Viagens é uma versão editada do relato original de Benjamin. Além disso, muitos estudiosos não têm acesso direto ao texto hebraico e confiam em traduções, a maioria das quais é marcada por omissões, paráfrases, imprecisões e erros absolutos que deram origem a interpretações e conclusões errôneas.

Uma breve comparação com dois outros relatos de viagens judaicas do século XII destaca algumas de suas características particulares. A viagem de Jacob ben Netanel ha-Cohen à Terra Santa e ao Egito não pode ser datada com precisão. No entanto, como seu breve relato alude à presença de francos em Jerusalém e Hebron e a um cavaleiro da Provença em Tiberíades, ele pertence ao século XII antes da queda dessas cidades para Saladino em 1187. Embora mantenha características pessoais, a narrativa provavelmente foi editada e encurtada. Um breve prólogo foi adicionado e há várias transições repentinas de uma região para outra, que podem derivar em parte de omissões ou da perda de algumas seções. Assim, no final, o itinerário muda de Jerusalém para um evento milagroso no Monte Carmelo que o autor afirma ter testemunhado, seguido por informações sobre o Monte Sinai, e termina abruptamente. O relato afirma que o fogo queimando no topo do farol de Alexandria pode ser visto no Acre, na África e na Provence. Esta segunda referência à Provence, única região ocidental mencionada, sugere que o editor do texto pode ter residido ali.

O relato de viagem de Petachia de Regensburg é particularmente importante, pois a informação que ele contém coincide parcialmente com a oferecida por Benjamin de Tudela, e a complementa de várias maneiras. Petachia viajou de Praga a Kieff e ao Cáucaso, e depois de cruzar o Mar Negro chegou ao Oriente Médio, pouco depois de Benjamin. Seu relato de viagem menciona “o rei do Egito” como governante de Damasco – ele se refere a Saladino a partir de outubro de 1174 – chegou a Bagdá um ano após a morte do exilarca⁵⁴⁴, Daniel ben Hasdây, em 1176, e alude à presença latina em Jerusalém e Hebron, que cessou em 1187. Petachia tomou notas e coletou informações escritas e orais ao longo do caminho, mas aparentemente transmitiu sua experiência de viagem oralmente em Regensburg a um indivíduo anônimo que a compilou. Este processo é ilustrado pela pergunta do compilador ao viajante sobre a Arca de Noé e sua declaração de que “não há necessidade de registrar todas as cidades que ele [Petachia] nomeou [da Mesopotâmia a Hamât, Síria] e quantos dias ele viajava de um para o outro” (SIBUV, 266). Como o de Benjamin de Tudela, o relato de Petachia foi encurtado e editado, e um breve prólogo e epílogo foram adicionados. Uma versão do relato menciona que o rabino Judah, o Piedoso, que residia em Regensburg, recusou-se a gravar ou copiar a conversa de Petachia com um astrólogo judeu que previu o advento iminente do Messias,

⁵⁴⁴ Chefe dos judeus babilônicos

enquanto a versão de Varsóvia cita o diálogo na íntegra. Isso implica a intervenção de sucessivos editores na conformação do relato

A versão de Varsóvia também revela o nome do companheiro de viagem de Petachia e a recusa deste em prosseguir com ele do Iraque para o Egito “por causa da guerra” (SIBUV, 240-243). É impossível determinar se isso é uma referência à campanha militar de Saladino de 1176 na Síria, ou a campanhas posteriores naquela região e na Mesopotâmia ou contra os francos entre 1177 e 1187. Vale ressaltar que todas as características mencionadas acima como ausentes no Livro de Viagens aparecem no extenso e vívido relato de viagem contemporâneo de Ibn Jubayr, um muçulmano residente em Granada que realizou sua peregrinação a Meca, atravessou o Iraque e a Síria e retornou casa do Acre nos anos 1183-1185. Ibn Jubayr está sempre presente em primeiro plano, opinativo e às vezes altamente emocional em suas descrições de lugares, pessoas e eventos.

O relato de Benjamin reflete devidamente sua formação e perspectiva espanhola e foi claramente destinado a um público judeu na Espanha. Isso está implícito por seu uso do plural castelhano e equivalentes castelhanos para hebraico e outros nomes. Os habitantes da terra de Yavan, Grécia ou mais exatamente Bizâncio, são chamados de Grizianos ou Grigos, os Drusos são ateus ou paganos. Na sua descrição de Constantinopla, Benjamin sublinha que os sefarditas, ou mais propriamente habitantes da península ibérica, estão presentes entre os estrangeiros que fazem comércio na cidade, afirmação confirmada por outras fontes⁵⁴⁵. Os antecedentes e a abordagem do autor do prólogo eram semelhantes aos de Benjamin, como refletido em sua afirmação de que este registrou “coisas que nunca se ouviu falar anteriormente na terra de Sefarad” (BENJAMIN DE TUDELA p. 37).

Não surpreendentemente, Benjamin demonstrou considerável interesse pelas numerosas comunidades judaicas que encontrou no curso de sua jornada, fornecendo informações valiosas sobre muitas delas. Ele anota o número de judeus locais, registra o nome de seus líderes rabínicos e comunais, a presença de escolas talmúdicas, ocasionalmente acrescenta informações sobre a posição social e as ocupações dos membros da comunidade, e relata tradições locais com referências a tradições bíblicas, talmúdicas posteriores ou tradições populares ao lidar com locais reverenciados no Oriente Médio. O foco nas comunidades judaicas foi, sem dúvida, aguçado na versão resumida do “relato que chegou até nós.

Várias tentativas foram feitas para determinar o itinerário preciso e especialmente a cronologia das viagens de Benjamin. Como veremos a seguir, Benjamin não visitou todas as cidades e regiões

⁵⁴⁵ D. Jacoby, Benjamin of Tudela in Byzantium, in: P. Schreiner – O. Strakhov (Eds.), *Crusai Pulai / Zlataia Vrata: Essays presented to Ihor Sevcenko on his Eightieth Birthday by his Colleagues and Students* (Palaeoslavica 10/1 2002), 182-183.



listadas em seu relato. Regressou a Tudela em 1172/1173, como já referido, mas não sabemos quando partiu. É impossível, portanto, determinar exatamente quanto tempo durou sua jornada. Tampouco é possível reconstruir a cronologia detalhada de seu itinerário, pois Benjamin não informa quanto tempo passou em cada um dos lugares que visitou. Ele expressa principalmente distâncias entre localidades em dias ou tempo de viagem, para as rotas terrestres ele também usa medidas de comprimento em parasanga⁵⁴⁶ e em milhas. A informação sobre o tempo de viagem é digna de nota, mas de valor limitado visto que há ausência de indicações precisas sobre os meios de transporte e paradas ao longo do caminho. Mesmo se levarmos em conta o itinerário presumivelmente seguido por Benjamin, conforme descrito abaixo, o número total de dias que ele viajou não equivale a um único ano, mas em mais de uma década de ausência de Tudela. No entanto, a narrativa nos fornece algumas pistas cronológicas importantes, como os nomes de governantes ou outros indivíduos proeminentes e referências a eventos passados.

Como observado anteriormente, de acordo com o prólogo "em cada lugar que [Benjamin] entrou, fez um registro de tudo o que viu, ou que lhe foi contado por pessoas dignas de confiança" (BENJAMIN DE TUDELA, p.37). De fato, o viajante inclui em sua narrativa, evidências factuais experienciadas em primeira mão, bem como informações de boatos, incluindo histórias fantasiosas e tradições populares. Os líderes das numerosas comunidades judaicas, cujos nomes ele menciona, estavam entre os principais informantes de Benjamin, e em dois casos ele os cita como tais, porém, ele também obteve dados de comerciantes, como veremos a seguir. Além das fronteiras culturais, Benjamin e seus informantes judeus compartilhavam o hebraico como língua comum. Como resultado, ele tinha uma clara vantagem sobre os viajantes cristãos e muçulmanos contemporâneos, que em terras estrangeiras muitas vezes encontraram problemas linguísticos na comunicação com os moradores locais e tiveram que contar com intérpretes.

O registro de sua viagem de Benjamin foi destinado a um público judeu, mas também contém evidências abundantes e preciosas acerca de vários assuntos que não estão diretamente relacionados aos judeus. Como observado acima, ele fornece informações sobre as cidades de acordo com um padrão mais ou menos fixo. Ele começa principalmente por indicar a distância da cidade anterior que visitou, prossegue com a descrição de várias características geográficas e urbanas, debruça-se sobre grandes edifícios e santuários, que o impressionaram profundamente, e registra tradições relacionadas com eles. Sua descrição das condições políticas, sociais e culturais locais, edifícios, santuários e tradições é geralmente breve, exceto por alguns deles. Suas observações ocasionais sobre as condições políticas são geralmente precisas.

⁵⁴⁶ Uma antiga unidade de distância persa correspondente a cerca de 5,6 km.



É provável que muitos outros tenham sido apagados pelo editor que resumiu seu texto. Benjamin registra que Tarragona “foi construída por gigantes gregos” ou “tem edifícios gregos gigantes” (o texto não é claro naquele momento), e se refere a Barcelona como “uma pequena e bela cidade situada no litoral” (BENJAMIN DE TUDELA p.41). Ele observa que existem duas congregações judaicas em Marselha, “uma congregação habita embaixo, junto ao mar, a outra vive no castelo acima” (BENJAMIN DE TUDELA p.46), uma descrição que reflete a divisão política e territorial da cidade entre o visconde e o bispo, respectivamente senhores da cidade baixa e alta. Ele observa que Gênova é cercada por uma muralha, enquanto Pisa não tem nenhuma, ambas as cidades têm muitas torres e em tempos de conflito os habitantes lutam do topo das torres entre si. Ele acrescenta que essas cidades não são governadas por um rei, mas nomeiam juízes para governá-las (BENJAMIN DE TUDELA p.46-47). Essas características refletem o antagonismo entre os *consorterie* urbanos que possuem complexos fortificados com torres, bem como o sistema consular de governo nas duas cidades. Atingem Benjamin que vem de uma região governada por reis e senhores feudais.

Ao lado de muitas observações precisas, Benjamin também fornece algumas versões confusas das informações que obteve. Ele afirma que Corfu pertence ao reino da Sicília (BENJAMIN DE TUDELA p. 56), quando de fato foi ocupada pelas forças do rei Roger II apenas de 1147 a 1149, após o que foi recuperada por Bizâncio. A seção do relato que trata de locais bíblicos ligados ao êxodo das tribos de Israel do Egito contém informações errôneas sobre locais cristãos. Benjamin afirma que “um grande convento pertencente aos grandes monges chamados sírios” (BENJAMIN DE TUDELA, p.144) está localizado no topo do Monte Sinai, enquanto na verdade o mosteiro fica no pé da montanha e foi mantido por monges gregos. Benjamin afirma ainda que “ao pé da montanha existe uma grande cidade chamada Tur Sinai” (BENJAMIN DE TUDELA, p.144), que em de fato era um pequeno assentamento chamado Tur situado na costa do Mar Vermelho a cerca de 50 km oeste-sudoeste do Monte Sinai⁵⁴⁷.

O relato de viagem de Benjamin contém algumas informações confiáveis sobre questões econômicas não encontradas em outras fontes contemporâneas. Ele encontrou mercadores bizantinos e egípcios em Barcelona e Montpellier durante a primeira etapa de sua jornada, por volta de 1160, e afirma com razão que “gente de todas as nações é lá [em Montpellier] encontrada para fazer negócios por meio dos genoveses e pisanos” (BENJAMIN DE TUDELA, p.43-44). De fato, os comerciantes bizantinos e ocidentais que navegavam naquele período entre Constantinopla e o sul da França

⁵⁴⁷ O relato de Jacob ha-Cohen no século XII vai ainda mais longe, uma vez que afirma que uma mesquita fica no Monte Sinai



dependiam de transportadores genoveses e pisanos. Benjamin também oferece evidências para comerciantes do Marrocos em Montpellier e Alexandria, de Gênova em Halmyros, Tessália, no período entre 1160 e 1163, e da Espanha em Constantinopla. Suas breves referências à fabricação de tecidos de seda e à alfaiataria de roupas em Bizâncio são de considerável importância. Ele é o único a mencionar a produção de sedas na Tessalônica do século XII e sua nota sobre Tebas atesta a rápida recuperação da indústria local da seda após a deportação de trabalhadores locais para Palermo, ordenada pelo rei Rogério II da Sicília em 1147, referindo-se também à entrega compulsória de têxteis e vestuário de seda à corte imperial.

Benjamin coletou informações sobre regiões que não visitou e histórias relacionadas a elas. Uma parte considerável dessa natureza é dedicada a terras a leste do Irã, a saber, Ásia Central, Índia e Extremo Oriente. Até certo ponto, seu interesse por essas regiões estava relacionado à busca pelas Dez Tribos Perdidas de Israel. Porém, ele também foi estimulado por fatores econômicos. Benjamin menciona distintamente o Tibete, que ele localiza a leste de Samarcanda (BENJAMIN DE TUDELA p.119) e China (BENJAMIN DE TUDELA p.130), mais de um século antes de Marco Polo, e fala dos perigos que cercam a navegação no Mar da China. Comerciantes estacionados nos principais mercados e atuando como intermediários de mercadorias que circulavam entre o leste e o oeste da Ásia eram seus principais informantes sobre essas regiões. Ele os encontrou em Bagdá, que também era a sede do exilarca cuja autoridade se estendia sobre as comunidades judaicas dessas regiões, segundo Benjamin, e em Iḅfahân, onde “homens de Israel na terra da Pérsia” lhe falaram sobre pessoas e terras leste do seu país (BENJAMIN DE TUDELA p.98). É provável que ele também tenha obtido informações na ilha de Kisch, ponto de encontro de comerciantes da Índia, Iêmen e Irã (BENJAMIN DE TUDELA p. 125), bem como de judeus egípcios negociando com o Iêmen e a Índia.

Este breve estudo do *Itinerário de Benjamin de Tudela* está longe de ser exaustivo, visto que nos revela que o livro é uma fonte rica e multifacetada do século XII, mesmo na versão reduzida e editada do relato original. Ele se mostra confiável e, às vezes, de importância crucial, especialmente quando apresenta evidências derivadas de experiências pessoais ou não encontradas em outros lugares. No entanto, o relato é também um testemunho precioso da mentalidade do autor e de sua época. Às vezes, Benjamin exibiu uma abordagem crítica. Os judeus de Roma lhe contaram que as duas colunas de São João de Latrão – supostamente trazidas do Templo de Salomão – exsuda lágrimas no dia 9 de Ab (julho-agosto), em alusão ao dia em que o Primeiro e o Segundo Templo de Jerusalém foram destruídos, de acordo com a tradição judaica, mas a maneira como ele relata essa história sugere que ele duvidou de sua veracidade (BENJAMIN DE TUDELA p.51). Ainda assim, como seus

contemporâneos deslocados em um espaço e ambiente social estranhos, Benjamin constantemente percebia mirabilias além da realidade em lugares, estruturas e pessoas que ele avistava.

Embora provenientes de um meio cultural diferente, o *Mirabilia urbis Romae*⁵⁴⁸ e o *Narracio de mirabilibus urbis Rome*⁵⁴⁹ oferecem paralelos interessantes com o *Itinerário*. Como seus contemporâneos, Benjamin ficou consideravelmente impressionado e até fascinado pela exibição de riquezas principescas, pompa, cerimonial e festividades, seja no passado ou no presente. Como eles, ele era ávido de conhecimento histórico, tradições e histórias para fortalecer sua fé religiosa e sua compreensão – sendo excessivamente crédulo. Não havia fronteira entre fato e fantasia, que livre e constantemente se misturavam e se fundiam em sua mente. Em suma, Benjamin de Tudela foi um verdadeiro filho do seu tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHER, ed. e trad., *The Itinerary of Rabbi Benjamin of Tudela*, Londres 1840- 1841, II, Introdução, XVI-XVII.

BELGRANO, C. *Imperiale di Sant'Angelo* (Eds.), *Annali genovesi di Caffaro e de' suoi continuatori dal MXCIX al MCCXCIII*, Roma 1890-1929, I, 53-54.

GROUSSET, *Histoire des croisades et du royaume franc de Jérusalem*, Paris 1934-1936, II, 521-23.
GUINSBURG, J. (Org.). *O Itinerário de Benjamin de Tudela*. Tradução e notas de J. Guinsburg. SP: Perspectiva, 2017.

JACOBY, *Benjamin of Tudela in Byzantium*, in: P. Schreiner – O. Strakhov (Eds.), *Crusai Pulai / Zlataia Vrata: Essays presented to Ihor Sevcenko on his Eightieth Birthday by his Colleagues and Students* (Palaeoslavica 10/1 2002), 182-183.

JACOBY, *Byzantine Trade with Egypt from the Mid-Tenth Century to the Fourth Crusade*, in: *Qhsauriémata*, 30 (2000) 37-38, 59-60, repr. in: D. Jacoby, *Commercial Exchange across the Mediterranean: Byzantium, the Crusader Levant, Egypt and Italy*, Aldershot 2005, no. I.
Roth, *Benjamin of Tudela: the Last Stage*, in: *Annuario di Studi Ebraici*, (1969), 47-50.

The Travels of Ibn Jubayr, trans. R. J. C. Broadhurst, London 1952.

⁵⁴⁸ Texto latino medieval muito copiado que serviu a gerações de peregrinos e turistas como guia para a cidade de Roma . O original, que foi escrito por um cônego de São Pedro e data do século XII.

⁵⁴⁹ Guia medieval em latim para os esplendores de Roma, que foi escrito em meados do século XII por Mestre Gregoryde Oxford.

UMA ANÁLISE EM DOCUMENTOS JURIDICOS POLICIAIS: MERETRÍCIO NA CIDADE DE GOIÁS, ENTRE 1876 A 1880

*Naelma Mendes do Nascimento*⁵⁵⁰

RESUMO

Este ensaio tem por objetivo propor uma análise do meretrício na Cidade de Goiás no final do século XIX, por volta dos anos de 1876 a 1880. Onde se pretende discorrer sobre a experiência do meretrício, assim como, analisar como o Estado discute esse tema. Em um primeiro momento será feita uma descrição do espaço público da Cidade de Goiás, com a intenção de localizar a meretriz nesse ambiente. Em seguida iremos identificar quem são essas mulheres, indicando o grupo que elas eram enquadradas, pela sociedade e pela justiça; buscando compreender o cotidiano destas, se elas trabalhavam com outras coisas e quais grupos sociais pertenciam. Ao final, por meio da análise da vida cotidiana da prostituta, será abordado como acontece à experiência do meretrício. Este estudo foi realizado por meio da pesquisa em: jornais da Cidade de Goiás e que circulavam na época; documentos policiais, tais como termos de bem viver; processos crimes, códigos penal e de processo criminal.

Palavras-chaves: experiência do meretrício, termo de bem viver, mulher, trabalho.

Com o início do século XIX, paira sobre capital de Goiás um ar de mudança e organização, principalmente no espaço público, estas foram ensejadas desde o final do século passado. Eram da organização geográfica do espaço urbano até a criação de leis responsáveis por disciplinar o habito das pessoas.

O principal objetivo era organização e esvaziamento do espaço público de pessoas que, de acordo com as autoridades eram perturbadoras da ordem e da moral. Segundo Cristina Moraes:

“A cidade no XIX, tornou-se para os grupos que estavam no poder a imagem de uma reorganização das relações sociais, com multidões de pessoas desamparadas, desenraizadas e ameaçadora aglomeradas no espaço urbano que estava se tornando um local de comercio e conseqüentemente de limpeza”.⁵⁵¹

As mudanças aconteceram em diversos aspectos, no urbanismo da cidade, na elaboração de leis mais especificas, na criação de códigos de postura, dentre outras.

⁵⁵⁰ Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás- PPGH/UFG. Possui graduação em História pela mesma universidade (2018) e também é graduanda em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia. Email de contato : naelmamendes@hotmail.com

⁵⁵¹ MORAES. Cristina de Cássia Pereira. “As Estratégias de Purificação dos Espaços na capital da Província de Goiás - 1835-1843.” 1995.Dissertação (Mestrado)-UFG. Goiânia, 1995.p 30

As autoridades locais criaram diversos mecanismos com o objetivo de esvaziar os espaços como praças e ruas de pessoas que eram classificadas como perturbadoras da ordem e da moral. Danilo Rabelo⁵⁵² diz que faziam parte desse grupo, libertos, prostitutas, bêbados, negros e forros. Eram pessoas que viviam as margens da sociedade. Elas estavam classificadas também dessa forma em dispositivos legais, no artigo 280 Código Criminal de 1830.

Estes que estavam no poder, por meio da elaboração de leis exerciam um controle sobre o espaço público (promovendo o esvaziamento destes que perturbavam a ordem pública e a moral) e privado. Tinham o propósito de manutenção desses espaços limpos e organizados.

O Estado tinha um interesse em disciplinar o hábito dos populares, criavam leis e por meio delas fazia uma vigilância dos espaços comunitários, que eram as ruas e praças, e particulares, as tavernas, açougues e até mesmos as residências. A fiscalização era realizada através do patrulhamento de policiais e também dos fiscais que supervisionavam as posturas municipais.

As Rondas da cidade eram praticadas pelos policiais, elas aconteciam principalmente no período noturno, documentos indicavam que elas eram realizadas especialmente por volta das nove da noite. A vigilância das posturas ficava sob a responsabilidade dos seus fiscais, elas aconteciam diversas vezes na semana. Os fiscais eram pessoas indicadas por vereadores.

As posturas municipais eram elaboradas pela Câmara Municipal, faziam parte de um código que regulamentava o hábito das pessoas. Elas possuíam o peso de uma lei, que se descumpridas poderia acarretar a prisão.

Era um conjunto de ordens, normas e leis que disciplinaram e normatizaram o espaço urbano. Essas estabeleciam o bom funcionamento da cidade, [...] como cada coisa deveria funcionar e as punições que seriam aplicadas aqueles que descumprissem o decreto imposto.⁵⁵³

Organizar a cidade era o seu principal objetivo⁵⁵⁴. Os códigos de Posturas tentaram regulamentar o viver das pessoas, por meio de fiscalizações nos estabelecimentos e aplicação de punição a quem descumprisse. Ao estudar as posturas, uma legislação que buscava normatizar o espaço público, foi possível associá-las com algumas ocorrências do dia a dia que muitas vezes eram,

⁵⁵² RABELO, Danilo. Os excessos do corpo: a normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889). 1997. Dissertação (mestrado) – UFG, Goiânia, 1997. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/n/20854-ano-1997-dissertacoes> Acessado em: 07 ago. 2017.

⁵⁵³ Do Nascimento, N. M. (2020). Ensaio sobre as posturas municipais na cidade de Goyaz: 1831-1855. *Oficina Do Historiador*, 13(2), e37870. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2020.2.37870> Acessado em ; 02 de dez.2021. p 2.

⁵⁵⁴ SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de postura e regulamentos: Vigiar, controlar e punir. Vestígios do passado a história e suas fontes. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. p 6. Disponível em: http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1209158027_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

noticias de jornais. Logo, foi possível perceber as rupturas e permanências do viver cotidiano na sociedade.

Como o homem é um animal político, alimentar é um ato político, viver é um ato político podemos inferir que regulamentar os hábitos do dia a dia acaba sendo uma forma de criar esses arcabouços ideológicos para manter as pessoas dentro de determinados padrões sociais.

A investigação dos códigos de postura é capaz de elucidar ou denunciar esses viveres, essas rupturas e permanência dos viveres cotidianos das pessoas. As posturas são fundamentais para entendermos como é atuação do Estado no ambiente público e privado, pois elas juntamente com outros mecanismos legais foram usadas por grupos que estavam no para reorganizar as relações sociais.

No espaço público estavam sendo inseridas práticas normativas e disciplinares com o propósito de esvaziá-lo de elementos perturbadores da ordem e da moral, de pessoas que faziam parte de grupos subalternos. O objeto deste trabalho, a meretriz, faz parte desse grupo, de pessoas que eram inferiorizadas, consideradas, segundo as leis da época, como vadias. O vadio seria o homem ou mulher, pobre ou livre que exerce ocupação temporária por mais de 15 dias. O código Criminal de 1830 dizia que o vadio seria aquele que não toma para si qualquer ocupação honesta, e útil de que passa subsistir depois do advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente.

A PROSTITUTA

Quem seria a meretriz? “o catolicismo tratou de cuidar de estratégia de controle sexual, moralidade e ideal cristão de sociedade, criando um discurso para figura da meretriz”⁵⁵⁵. O discurso cristão é quem faz a construção da prostituta e este período é marcado pelo discurso de honra e moralidade, em que as mulheres teriam que estar sempre tutelada por um homem.

Alexandre Souza destaca que o termo honra era identificado de uma forma para os homens e para mulher de outra maneira diferente. Para a mulher era sinônimo de castidade, o que seria importante para ordem social, era uma garantia de uma filiação legítima no casamento. Para o homem significava caráter.

Em uma tentativa de tentar classificar essa mulher, até o momento, concluímos que a meretriz era a mulher desprovida economicamente, que recorria à prostituição como forma de complementar a sua renda, algumas eram negras, não eram natural da Cidade de Goiás e não eram alfabetizadas. Ela

⁵⁵⁵ SOUZA, Alexandre Rodrigues de. A prostituição em Minas Gerais no século XVIII: —Mulheres públicas!, moralidade e sociedade/ Alexandre Rodrigues de Souza; Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, orientador, Niterói, 2018. P. 48

sobreviva de serviços como lavar roupa, costura. Estava inserida em um grupo de pessoas marginalizadas.

Danilo Rabelo⁵⁵⁶ identifica algumas mulheres pretas como meretrizes, elas desempenhavam atividades do pequeno comércio e para complementar a renda se prostituíam. Por mais que elas tinham outras formas de sobreviver, ao se prostituir, toda a sua luta pela subsistência não era levada em consideração. A prostituição seria um instrumento de desclassificação dessas mulheres. Aquela que executar condutas que segundo a sociedade da época, defensora da moral e dos bons costumes, seria uma atividade não honesta, no caso das mulheres, seria designada como prostituta. Um trabalho que estava relacionado com a perturbação da ordem pública.

COMO ESTADO DISCUTE A EXPERIÊNCIA DO MERETRÍCIO?

Tem-se no decorrer do século XIX alterações importantes em relação às leis brasileiras. Ao se tornar independente de Portugal o Brasil detém a função de criar as próprias normas, que embora não sejam mais portuguesas ainda possuem raízes européias. Herdam-se muitos aspectos das leis lusitanas.

Após a segunda década do referido século, as modificações se tornam mais amplas. Nesse contexto, temos a reestruturação das Câmaras Municipais, que auxiliavam na administração das cidades, lhes sendo retiradas algumas responsabilidades e acrescidas outras, essas mudanças ocorrem graças a lei de 1 de outubro de 1828, trata-se do regimento das Câmaras. Devido a esse regulamento que possibilitou alterações regimentais destas casas, temos uma reorganização dos Códigos de posturas. Por volta de 1830, com a elaboração do Código Criminal, temos o nascimento do poder disciplinar no Império Brasileiro, o código foi base legal para tal. Nesse contexto é criado o termo de bem viver.

O termo de bem viver é um dispositivo legal que é produzido no código de 1830. Tratava de um “instrumento de punição do individuo de vida desqualificada”⁵⁵⁷. Era um meio utilizado pelo Estado para vigiar o dia a dia, agir e punir os mais pobres.

Documento regulador, que no seu texto descrevia qualquer conduta que fosse considerado perturbador da ordem e da moral. Era redigido na presença de um juiz ou chefe de policia e consistia

⁵⁵⁶ RABELO, Danilo. Os excessos do corpo: a normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889). 1997. Dissertação (mestrado) – UFG, Goiânia, 1997. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/n/20854-ano-1997-dissertacoes> Acessado em: 07 ago. 2017.

⁵⁵⁷ MARTINS, Eduardo. Vigiar para punir: os processos crimes de termo de bem viver. Espaço Michel Foucault. P.2. Disponível em : <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art09.pdf> Acessado em: 20 de jul de 2022.



em um interrogatório feito ao acusado. Durante a inquirição também estavam presente, diante do acusado, as testemunhas. As perguntas eram realizadas com o propósito de descobrir a veracidade dos fatos. Após o interrogatório o acusado assinaria um acordo em que afirmava que iria mudar o comportamento.

Eduardo Martins em *A invenção da vadiagem os termos de Bem Viver e a sociedade disciplinar no Império do Brasil*, diz a quem esses termos eram direcionados “referia para os acusados de qualquer ação que perturbasse a tranquilidade pública [...] os que fossem flagrados nessa situação tinha que se comprometer a mudar sua conduta nos termos definidos pelas autoridades”⁵⁵⁸. De acordo com Martins a pessoa ao assinar o termo de bem viver não era considerada criminosa, em linhas gerais ele era uma espécie de advertência. Seriam processados por quebrar o termo de bem viver se voltassem a realizar as condutas que os fizeram assinar o referido documento.

O Código de Processo criminal de 1832 no artigo 12, parágrafo segundo, diz quem são as pessoas que seriam obrigadas a assinar o documento, seriam os bêbados por hábito, os vadios, mendigos e as prostitutas, que perturbavam o sossego público e aos turbulentos por palavra. Este parágrafo reúne em um mesmo grupo, assim como classificou o Danilo Rabelo, pessoas que eram excluídas socialmente, faziam parte de grupos subalternos.

As meretrizes estavam inseridas nesse aglomerado por que eram perturbadoras. Suas ações eram observadas e analisadas como ofensivas e em vista disso eram obrigadas a assinar os termos. Em análises de documentos policiais é possível observar que a grande parte delas era presa por quebrar o termo assinado.

O que seria considerado como conduta perturbadora? Código Criminal de 1830 dispõe uma parte que fala sobre os crimes de ofensa a religião, moral e os bons costumes, são seis artigos, 276 a 281. A interpretação sobre quais condutas seriam ofensivas a moral publica e aos bons costumes poderia ser ampla, pois os artigos não apresentavam um rol, nem taxativo e muito menos um exemplificativo, de que ações seriam essas. Ao contrario, em sua redação ele diz que aquele que praticar “qualquer ação” em local público seria punido.

Analisando diversos documentos policiais da Cidade de Goiás, que indicavam a prisão de mulheres prostitutas, identificamos alguns comportamentos não aceitáveis que foram considerados por grupos que estavam no poder e também pela policia. Além disso, identificou-se em que locais que essas condutas eram praticadas. Em muitas situações, ao notificar a pessoas do cometimento do crime de ofensa, ele não havia sido praticado no ambiente público, como dizia o artigo 280 do Código

⁵⁵⁸ MARTINS, Eduardo. *A invenção da Vadiagem: os termos de bem viver e a sociedade disciplinar no Império do Brasil*/Eduardo Martins. -1.ed. – Curitiba, PR; CRV, 2011. P 103

Criminal. As pessoas eram advertidas por condutas que realizavam dentro de sua própria casa, um espaço privado.

Analisemos uma ocorrência na casa das filhas de José Joaquim de Moura, vulgo José das Cordinhas. Este tinha três filhas que eram prostitutas, elas moravam na mesma casa que seu pai. Na sua residência aconteciam reuniões noturnas na presença de escravizados, alcoólatras, pessoas que perturbavam o sossego e provocavam tumultos.

O Doutor Antônio Pereira de Abreu Jesuis, Chefe de Policia da Província.

Mando à qual quem official de justiça deste juízo, a quem este for apresentado, indo por mim assignado, que se dirija ao lugar que se residem Helena, Maria, Henriqueta e Bernada, filhas de José Joaquim de Moura (vulgo Cordinhas) e ahi as interesse para comparecerem nesta secretaria de policia, no dia primeiro de março próximo futuro, pelo meio dia, afim de assignarem o primeiro termo de bem viver pelo fato de (como) , prostitutas, bêbadas e turbulentas, por hábito, perturbarem o socego publico, offedendo por palavras e ações os bons costumes e a paz das famílias vivem visinhas, conforme reiteradas queixas apresentadas nessa mesma secretaria; e bem assim aos cidadãos Francisco Jose de campos, Iguaris Pereira do Lago, Francisco Xavier de Almeida e João José de Azevedo, para virem depor o que souberem á cerca dos factos à cima dito: o que cumpra. Secretaria da Policia em Goyaz, 29 de fevereiro de 1876. [...] Beraldo José de Araújo, Amanuense da Policia o escrevi.⁵⁵⁹

Os vizinhos denunciaram a policia o que acontecia na casa. Foram intimadas a comparecerem a secretaria de policia para assinar um termo de bem viver, pela primeira vez, por comportamentos realizados dentro de sua casa, por serem prostitutas, bêbadas, turbulentas, perturbarem o sossego público ofendendo por palavras a paz dos vizinhos. Mas o Código criminal não diz que as ações tinham que ser em espaço público?

As Posturas Municipais, outro instrumento jurídico-policia havia sido reorganizado, (podendo ser usada como complementação, a nível local, de uma lei que tinha competência em todo território brasileiro) trabalhando as ações das pessoas no espaço privado. Elas juntamente com o termo de bem viver era usadas pelo Estado para vigiar o comportamento dos mais pobres. Martins diz que a partir de 1830 os comportamentos que até então eram tolerados passaram a serem condenadas, as ruas, praças, becos, tabernas são vigiados. Práticas indesejadas de embriaguez, prostituição, vadiagem eram instrumento de correção pelos termos de bem viver.

⁵⁵⁹ AHEG, Caixa 257, documentos da policia- 1876

A EXPERIÊNCIA DO MERETRÍCIO NA CIDADE DE GOIÁS

No período pesquisado não havia na Cidade de Goiás bordeis, casas usadas especificamente para mulheres fazerem “mal uso de si”⁵⁶⁰, e zonas de baixo meretrício. As mulheres que viviam em busca do mínimo para sua sobrevivência atendiam os homens em sua própria residência.

As casas em Goiás no século XIX seguiam dois modelos que haviam sido implementados desde o século XVIII, eram as de meio morada e morada inteira. A estrutura de ambas era parecidas. Eram divididas pelos seguintes cômodos: uma sala, quarto e uma área na parte do fundo. Esses cômodos eram todos interligados a um corredor, que na meio morada ocupava a parte lateral da casa e no segundo modelo ocupava a parte central.

Os lotes menores tinham cerca de seis a oito metros⁵⁶¹. O imóvel era construído com o objetivo de aproveitar o Máximo possível às dimensões do terreno. O segundo modelo habitacional possuía o dobro da planta, comparado ao primeiro. A ordem dos cômodos é a mesma apresentada no parágrafo anterior.

As residências eram bem próximas uma das outras, eram chamadas de parede e meia. Logo todo e qualquer barulho era ouvido pelos vizinhos. Movimentações, como as descritas na casa das filhas de José das Cordinhas eram facilmente denunciadas, pois ser prostituta, de acordo com aquela sociedade, é sinônimo de provocação de desordem.

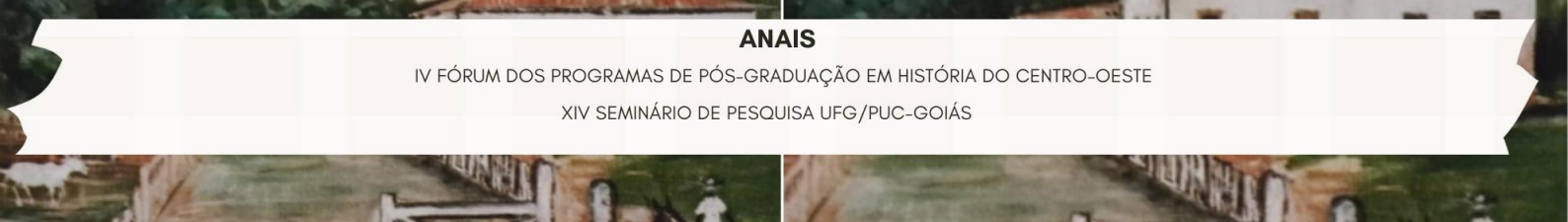
Nessas casas havia recebiam pessoas; realizavam ajuntamento de soldados até altas horas da noite, produzindo barulhos, com vozes obscenas e palavras impróprias. Na residência em que moravam as filhas de José das Cordinhas eram realizadas reuniões noturnas com escravizados, bêbados e outros perturbadores do sossego. Quanto ao teor dessas reuniões, nada se sabe.

Uma das filhas de José, a única que compareceu a secretaria de polícia, de acordo com o documento, para assinar o termo de bem viver, se chamava Maria. Não era alfabetizada, natural da Cidade de Goiás, era costureira, tinha 26 anos e não negou ser prostituta perante as autoridades. Fora acusada de diversas condutas inaceitáveis, no período.

As testemunhas que eram seus vizinhos, disseram perante as autoridades que a mesma tinha profissão que não era honesta e atribuíram a ela comportamentos que a mesma disse não ser verdade diante do juiz e do chefe de polícia. O que indica que a sociedade também era participativa ao tentar classificar os comportamentos indesejados praticados por essas pessoas. Agregavam a essas

⁵⁶⁰ Este termo se referia, de acordo com aquela sociedade, a pessoa que fazia mal uso do seu corpo. OLIVEIRA, Lisa Batista de. Devassas e “mal-procedia” : proatituiçÕ, concubinato e vivência religiosa nas Minas Gerais do século XVIII/ Lisa Batista de Oliveira – 1 ed- Curitiba: Editora Appris, 2019. P 79

⁵⁶¹ MELLO, Suzy de. Barroco mineiro. São Paulo: Brasiliense, 1985. P 50



mulheres, vários outros comportamentos que não eram tolerados. O crime não era ser prostituta, era não ter profissão.

Ter profissão e uma forma honesta de sobrevivência era algo bastante importante naquela sociedade. Autoridades consideravam como vadios as pessoas que estavam a mais de 15 dias sem trabalhar, realizando trabalhos temporários. O vadio, de acordo com o código criminal de 1830, assinaria o termo de bem viver e firmaria um compromisso de mudar seus hábitos, procurando uma forma honesta para sobreviver.

Nos documentos jurídicos policiais analisados constatou-se que as meretrizes em grande parte eram recolhidas na cadeia pública da cidade por descumprir o termo de bem viver. Facilmente são encontrados documentos em que relatam seu envolvimento em brigas na rua, em que falavam mal, proferiam palavras impróprias e causavam desordem.

Havia a todo instante uma tentativa em desclassificar a prostituta. Eram mulheres que encontravam no meretrício uma forma de complementação de renda. Não eram pessoas sem ocupação, batalhavam para garantir o mínimo para sua subsistência

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na capital de Goiás as meretrizes viviam de realizar serviços do cotidiano, lavar roupa, costurar, vender. A prostituição seria uma forma de complementar a sua renda, como uma tentativa de garantir o mínimo para sobreviver.

Essas mulheres ao serem identificadas como prostitutas eram desqualificadas quanto a sua existência e forma de viver. Estava exposta ao Estado e também a sociedade. Eram sempre associadas à desordem e a perturbação, também acusadas de atos não cometidos.

Foram incluídas em grupos que estavam sob uma constante vigilância do Estado, que a partir da terceira década do XIX passava a punir comportamentos até então tolerados. Eram acusações, muitas vezes, genéricas. Havia um esforço de atribuir a essas mulheres uma série de condutas apenas por que eram meretrizes. O crime era não ter uma profissão.

FONTES

Manuscritas

Arquivo Histórico do Estado de Goiás- AHEG - Caixa 257, documentos da polícia- 1876

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, Eduardo. A invenção da Vadiagem: os termos de bem viver e a sociedade disciplinar no Império do Brasil/Eduardo Martins. -1.ed. – Curitiba, PR; CRV, 2011. 193p

_____. Vigiar para punir: os processos crimes de termo de bem viver. Espaço Michel Foucault. P.2. Disponível em: <http://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/art09.pdf>
Acessado em: 20 de jul de 2022.

MELLO, Suzy de. Barroco mineiro. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MORAES. Cristina de Cássia Pereira. “As Estratégias de Purificação dos Espaços na capital da Província de Goiás - 1835-1843.” 1995.Dissertação (Mestrado)-UFG. Goiânia, 1995.

Do Nascimento, N. M. (2020). Ensaio sobre as posturas municipais na cidade de Goyaz: 1831-1855. *Oficina Do Historiador*, 13(2), e37870. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2020.2.37870>
Acessado em ; 02 de dez.2021.

OLIVEIRA, Lisa Batista de. Devassas e “mal-procedia” : proatituiçÕ, concubinato e vivência religiosa nas Minas Gerais do século XVIII/ Lisa Batista de Oliveira – 1 ed- Curitiba: Editora Appris, 2019. 276 p

RABELO, Danilo. Os excessos do corpo: a normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889). 1997. Dissertação (mestrado) – UFG, Goiânia, 1997. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/n/20854-ano-1997-dissertacoes> Acessado em: 07 ago. 2017.

SOUZA, Alexandre Rodrigues de. A prostituição em Minas Gerais no século XVIII: —Mulheres públicas, moralidade e sociedade/ Alexandre Rodrigues de Souza; Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, orientador, Niterói, 2018.

SCHMACHTENBERG, Ricardo. Código de postura e regulamentos: Vigiar, controlar e punir. Vestígios do passado a história e suas fontes. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. p 6. Disponível em: http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1209158027_ARQUIVO_CODIGOSDEPOSTURAS.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

UMA ANÁLISE FÍLMICA SOBRE A RELIGIOSIDADE EM ODIN NA SÉRIE VIKINGS ATÉ A MORTE DO PERSONAGEM RAGNAR LOTHBROK (COM SPOILERS)

Leonardo Gonçalves Vieira⁵⁶²

RESUMO

Este trabalho de análise fílmica estuda a série Vikings em todas as suas representações de religiosidade pagã na série, apresentadas em diversas cenas, desde o primeiro episódio “Ritos de Passagem” até o episódio 15 da temporada 4 “Todos os Seus Anjos” quando morre o personagem Ragnar Lotbrok, um dos personagens principais. Este recorte visa abordar a crença nórdica pagã viking pré-cristã aos deuses e a Odin toda a vez em que esta religiosidade é representada. Podemos perceber que na série Vikings, a religião é um componente fundamental de quase todos os episódios; a maioria do drama emocional depende de questões de fé e a noção de Valhalla e de uma boa morte, por exemplo, está presente em todo lugar. Tanto de uma perspectiva textual quanto visual em toda a sua intencionalidade, a série Vikings, com sua glorificação sem remorso do paganismo escandinavo nórdico, profere sua crítica amarga ao catolicismo apostólico romano saxão. De acordo com a história real do povo viking da Escandinávia Medieval, nós trazemos esta análise fílmica à luz do conhecimento histórico, recorrendo a diversos autores e analisando seus pormenores.

Palavras-chave: Análise Fílmica, Série Vikings, Paganismo, Odin.

INTRODUÇÃO

De acordo com SAUDERS (2014: 121-157) em “*Correspondences*” podemos perceber que na série Vikings, a religião é um componente fundamental de quase todos os episódios; a maioria do drama emocional depende de questões de fé. De acordo com o que um crítico da série relata, “A religião dos povos nórdicos [...] é apresentada não como uma fachada externa, mas como uma força dirigente em suas decisões — a noção de Valhalla e de uma boa morte, por exemplo, está presente em todo lugar”. Na cena de abertura do episódio 1 “Ritos de passagem”, Ragnar vê em um devaneio um Odin austero, o Pai-de-Todos, regente do panteão Asgardiano e deidade suprema do paganismo nórdico, vagando por um campo de batalha repleto de cadáveres ao leste da região báltica. Ele é

⁵⁶² Mestrando do Programa de Pós Graduação em História da PUC-Goiás, leonardo.gv1988@gmail.com ; Orientadora: Rosemary Francisca Neves Silva.



acompanhado no momento pelas valquírias fantasmagóricas, as quais reivindicam as almas dos heróis que tombaram em batalha.

Tanto de uma perspectiva textual quanto visual em toda a sua intencionalidade, a série Vikings, com sua glorificação sem remorso do paganismo escandinavo nórdico, profere sua crítica amarga do catolicismo apostólico romano saxão.

Nesta análise fílmica com spoilers sobre a série “Vikings” da Netflix, nós nos aprofundamos em apresentar e especificar nos pormenores diversas cenas, abordando em todas as suas representações de religiosidade pagã na série, apresentadas em diversas cenas, desde o primeiro episódio “Ritos de Passagem” até o episódio 15 da temporada 4 “Todos os Seus Anjos” quando morre o personagem Ragnar Lotbrok, um dos personagens principais da trama.

Esta análise fílmica descreve as cenas representadas ao longo do recorte e faz uma minuciosa interpretação histórica, com base em autores medievalistas como Johnni Langer, cena por cena, sempre que é representada a temática da religião pagã escandinava nórdica e seus costumes inerentes, à luz do conhecimento historiográfico sobre o povo viking real e seus costumes, remetendo ao período medieval na Era Viking no contexto da Escandinávia pagã pré-cristã.

PAGÃOS – DE VILÕES A HERÓIS

Há muito tempo nas representações fílmicas, pagãos têm servido como sendo o “Outro” em diversos filmes de ação e na decorrência da trama, têm sido destinados ao aniquilamento por um protagonista guerreiro trajando uma armadura brilhante. Conforme aponta o crítico de filme Ross Crawford, as representações de Hollywood da fé medieval geralmente lançam um protagonista ateu (ou anacronicamente secular), que em sua jornada trabalha contra as influências corruptas de hierarquias religiosas. Porém, Ragnar Lotbrok é genuíno — até fervoroso — em sua crença; dessa forma, “Vikings desafia o telespectador a se envolver com o contexto teológico de ambas as culturas”. Esse engajamento é particularmente interessante quando pagãos e cristãos são contrapostos diretamente, e o telespectador é encorajado a se identificar com o primeiro grupo devido à perspectiva protagonizada pelos heróis da narrativa.

Ao se empregar a análise midiática em seus pormenores, as reuniões religiosas vikings são demonstradas em cores quentes e receptivas, sugerindo alegria e camaradagem; por exemplo, a beleza com a qual Uppsala é filmada é representada propositalmente como um paraíso asgardiano, nada menos do que visualmente arrebatador. As funções religiosas cristãs, por outro lado, são retratadas cinza, solenes e frias. Atores, coadjuvantes e figurantes que representam os saxões são sempre



pálidos, inexperientes e quase que subnutridos em aparência (exceto por Aelle, que é retratado como um vilão gordo e suado); em contrapartida, os nórdicos são bronzeados, robustos e confiantes.

A partir de um ponto de vista ideológico, os cristãos — quando invocam sua fé — são apresentados como hipócritas, vaidosos e vingativos. Críticas da série reconhecem que o programa de fato desconstrói o tratamento padrão da fé medieval.

ODIN, SACERDÓCIO E SACRIFÍCIOS

A primeira cena da série logo no primeiro episódio, retrata uma batalha onde Ragnar e seu irmão Rollo derrotam um grupo de guerreiros no leste europeu. Nesse momento o protagonista tem devaneios no qual vê o deus Odin juntamente com um grupo de valquírias escolhendo os combatentes mortos na contenda. A representação de Odin condiz muito com os relatos das fontes literárias, as quais o descrevem como um velho caolho, com um chapéu de abas longas na cabeça, vestindo um manto azul ou preto com os corvos Hugin e Munin sobre os ombros, portando a lança Gungnir. Podemos encontrar as principais fontes escritas sobre o deus Odin contidas na Edda Poética, Edda em Prosa, *Ynglynga Saga*, *Volsunga Saga* e *Gesta Danorum*.

Ainda no tocante a religiosidade, a temporada 1 episódio 8 relata a visita ao templo de Uppsala na Suécia. A produção desta cena se baseia na obra *Gesta Hammaburgensis* de Adão de Bremem; seguindo o relato da obra, a série demonstra o templo adornado com ouro, as estátuas dos deuses Thor, Odin e Frey, demonstra também os sacrifícios tanto de animais como de humanos que eram feitos por enforcamentos realizados nas árvores ao entorno do templo, os ritos orgiásticos destinados a Frey e os rituais religiosos feitos pelos sacerdotes não profissionais os *goði*.

Segundo Maltauro (2015: 106) Dentre os problemas apresentados no episódio, inicialmente está sobre a própria veracidade não confirmada da existência do templo em Uppsala tal como descrito por Bremem, já que muitos pesquisadores hoje, não são unânimes em afirmar que ele realmente tenha existido, sendo que o próprio cronista não foi testemunha ocular dos fatos que descreveu. Os rituais apresentados no episódio, de maneira geral, são estereotipados e imprecisos, alguns lembrando em muito com missas e ritos cristãos. Uma das maiores imprecisões da série certamente são os próprios sacerdotes, tanto do templo quanto o residente na vila; os de Uppsala lembram muito com alguns monges cristãos, todos com a cabeça raspada e vestidos com roupas semelhantes a batinas, já o sacerdote da vila é apresentado como um ser monstruoso, sendo visivelmente uma cópia dos oráculos apresentados no filme 300 de Esparta.



O consenso entre pesquisadores é de que não havia uma classe profissional entre os nórdicos, sendo os cultos domésticos realizados pelo chefe da família e os públicos por líderes locais, exercidos pelos *goði* que consiste em um título dado a sacerdotes voluntários não profissionais que resolviam contendas legais e tinham o status de um sacerdote, sem que tivessem para isso ter que ser consagrada uma iniciação própria. Já as práticas divinatórias e magia eram exercidas tanto por homens como por mulheres versados nestas artes e descritos em grande quantidade nas sagas, muito embora fosse considerado covarde e até efeminado que um homem fosse versado em magia. Segundo Langer (2018: 637 – 638) citando o pesquisador Preben Sørensen existiriam três significados para o termo *arg/ragr*: Perversidade Sexual (ser penetrado analmente); versado em feitiçaria; covarde/efeminado.

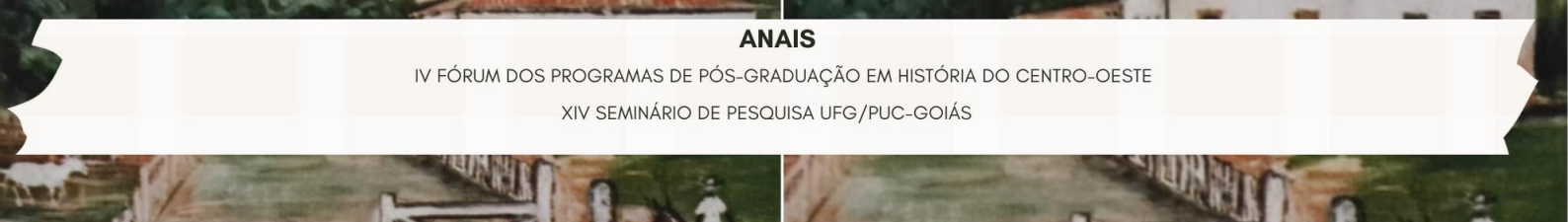
O último aspecto ligado à religiosidade que pontuaremos se refere aos rituais de sacrifício presentes na série. Rituais de sacrifício tanto de animais como humanos são bem atestados nas fontes escritas e arqueológicas, principalmente na Escandinávia durante a era do ferro. Os sacrifícios apresentados no templo de Uppsala e o feito por Lagertha, embora estereotipados, apresentam uma certa consistência.

CASAMENTO E MATRIMÔNIO

Na temporada 2 no episódio 6, é apresentado um casamento cristão ao mesmo tempo de que há um casamento pagão que é o casamento do personagem Floki. Podemos perceber que nos costumes do viking histórico nas duas religiões a mulher tinha papel social mais valorizado na sociedade pagã, assim como mais direitos matrimoniais. Em ambas as sociedades o casamento consistia em uma aliança entre duas famílias e uma comunhão de bens de ambas as partes que na série é simbolizada por duas espadas, uma representando a guarda do pai e a outra representando a guarda do marido, além da troca de alianças.

Segundo Langer (2018: 255 - 257) em seu livro *Dicionário de História e Cultura da Era Viking*, nos costumes escandinavos da vida real, o casamento era um acordo entre a família da noiva e a família do noivo. O cortejo poderia ocorrer de várias maneiras, como visitas do homem à casa da mulher, conversas com a mulher e até poemas de louvor à mulher em famílias mais abastadas. A família do noivo prometia pagar uma quantia chamada *mundr* (preço da noiva) para que fosse obtido consentimento para o casamento e sendo então, o pai dela declarava sua filha como prometida e comprometia-se a pagar um *heimangerð* (dote) no casamento.

Neste casamento, a ocasião era celebrada com elaborada festa com um banquete que durava vários dias que geralmente era celebrado na casa dos pais da noiva. Havia certa regra que dizia que o



casamento deveria ser obrigatório quando pelo menos seis testemunhas vissem o casal ir para a cama juntos.

Na Era Viking, o divórcio era realizado por qualquer uma das partes, simplesmente declarando o divórcio na frente de testemunhas. Uma vez que o casamento resultava na junção da riqueza de duas famílias, não é surpreendente que o divórcio muitas vezes resultasse em diversas disputas sobre como deveria ser dividida a riqueza do casal para que retornasse às famílias originais.

Um homem era considerado adulto depois de ter sobrevivido a quinze invernos, e as mulheres se casavam muito cedo, geralmente aos doze ou treze anos logo depois da menstruação. Até a idade de vinte anos, praticamente todas as mulheres estavam casadas.

FAMÍLIA E CRIANÇAS

Na temporada 2 no episódio 8, Ragnar Lothbrok e Aslaug tiveram uma criança com deformidade nos ossos das pernas, o que viria a se tornar o filho de Ragnar o Ivar Sem Ossos posteriormente. Ragnar tenta deixar o filho que era uma criança de colo em uma floresta, na margem de um rio, ao abandono exposto aos elementos para que morresse.

O que sabemos sobre aborto e abandono de crianças na sociedade viking no passado medievo da vida real? Segundo Langer (2018: 158 - 160) na era viking, quando uma criança nascia, ela era aceita em sua família por meio de um conjunto de rituais: a mãe demonstrava esta aceitação amamentando a criança no peito, e o seu pai, levando a criança ao seu joelho, dando um nome a esta e gotejando água em sua fronte. Uma vez em que esta criança fosse nomeada, também aspergida e amamentada, então as leis da herança familiar nórdica entravam em vigor e a criança garantiria sua herança e outros direitos dentro da família.

Uma criança que não fosse aceita por qualquer razão seria condenada à morte por exposição: ela era posta para fora da casa e exposta a toda a sorte de perigos ao relento, até sua morte. Isso geralmente acontecia no caso de deformidades no nascimento ou por severas dificuldades econômicas.

RITUAIS AOS VANES, OS DEUSES VANIARES

Em particular, uma cena da série *Vikings* (temporada 3, episódio 3: *Warrior's fate* O Destino de um Guerreiro) vem ocupando um particular interesse dos espectadores e mesmo do público ligado ao neopaganismo, por justamente conceder supostos detalhes de um ritual que é pouco conhecido



entre os nórdicos, os sacrifícios relacionados aos vanes (os deuses Vaniares). Anteriormente, a série já havia detalhado e exibido outros cultos, mais famosos, envolvendo o templo de Uppsala na Suécia.

No episódio, o acontecimento tem lugar em um assentamento nórdico da Inglaterra cristã, onde, após a primeira e bem sucedida colheita, os pagãos normandos resolvem realizar um culto ao deus Freyr para comemorar a colheita. Ao som de tambores e chocalhos, o culto é presidido pela personagem Lagertha, iniciado após um símbolo ser marcado com sangue em um bloco de pedra. Ao contrário da maioria das pessoas presentes na cerimônia, Lagertha porta uma indumentária totalmente branca e realiza uma invocação ao deus Freyr, afirmando que ele é a deidade da luz e da abundância, filho de Njord e é aquele que decide quando a luz e a chuva chegam e quando o solo será fértil. Uma procissão se aproxima portando diversas tochas acesas e reunindo-se em volta de um bovídeo cinzento, que é decapitado por um homem, sendo o seu sangue recolhido por diversas pessoas ao seu redor. Através do sangue sacrificado, ele deverá fertilizar a Mãe Terra com seu falo, fazendo com que o seu útero fecunde. Ao redor do sacrifício, uma estátua com figura antropomórfica aparece salpicada de sangue. Após isso, Lagertha regendo o ritual, molha os dedos com o sangue do animal, passando em diversas partes de sua face e peito, enquanto duas pessoas escorrem tigelas de sangue sobre seu corpo. Ela mesmo carrega outra tigela e, com ajuda de duas mulheres, borrija o líquido sacrificial sobre a terra, aberta com sulcos para a plantação. Também destacamos a presença de uma trilha sonora de coro rítmico com compasso ternário ao fundo, concedendo à cena um caráter ainda mais misterioso.

Segundo Langer (2016: 23) no artigo Dossiê Brindando aos deuses: Quanto a uma mulher presidir o ritual para o deus Freyr, apresenta-se como um detalhe equivocados. Justamente o simbolismo de virilidade e falicismo da deidade é algo exaltado nas fontes, seja pelo seu caráter de soberania, de poder militar ou de fecundidade, levando a maioria das descrições do *freysblót* (festejo sacrificial ao deus Freyr) a serem liderados e regidos por figuras masculinas (REAVES, 2008: 5). Quando surgem mulheres nas fontes, elas estão relacionadas a acompanhar uma procissão com uma imagem dessa deidade em uma carroça, realizando uma peregrinação na primavera para abençoar a terra de uma determinada comunidade (como em *Ögmundar þátttr*) e relacionadas aos simbolismos da hierogamia. A túnica branca utilizada por Lagertha também é fantasiosa. Justamente pelo contrário, a cor preta era relacionada a Freyr — segundo a *Gesta Danorum* 1, os animais imolados ao deus eram geralmente de coloração escura, o que não acontece na cena —, também identificada à alma e à fertilidade em outras tradições pré-cristãs (REAVES, 2008: 10).



O SUPLÍCIO DE FLOKI E O SUPLÍCIO DO DEUS LOKI

Na temporada 4 no episódio 2 Matem a Rainha, o personagem Floki é condenado por assassinar o padre Athlestan que era anteriormente um escravo dos vikings e de Ragnar Lothbrok mas foi liberto. Ele foi perseguido enquanto fugia e foi preso pelos vikings de Kattegat e sendo preso foi trazido para o povoado e julgado por assassinato. Então o personagem Floki foi preso em uma caverna, amarrado e posto sob uma goteira de água que o impedia de dormir, o que conhecemos como uma tortura com água. Sua esposa Helga ficaria lá para cuidar dele e o alimentar. Este suplício do personagem Floki se assemelha com o suplício do deus Loki nos contos nórdicos que em um dos contos foi condenado por ser responsável pela morte do deus Balder.

De acordo com Gaiman (2018: 245 - 260), na obra Mitologia Nórdica, Loki antes do ragnarok advir, foi condenado a um suplício semelhante à sentença de Floki, no qual foi preso em uma caverna com uma serpente dependurada no teto gotejando veneno em sua face e seus olhos. Sua esposa deusa casada com Loki a deusa Sigyn cuidava dele com uma tigela na mão para recolher o veneno da serpente respingando sobre sua face, e quando a tigela se enchesse, Sigyn se retirava para jogar fora o veneno da serpente, neste meio tempo mais veneno respingava sobre a face e os olhos do deus Loki e ele se contorcia fazendo toda a terra tremer. Logo em seguida Sigyn voltava para recolher mais veneno e cuidar de seu marido o deus Loki.

O referido conto mitológico narrado por Gaiman, “Os Últimos Dias de Loki” descreve conforme segue:

Os deuses entraram com Loki em uma caverna e com o deus da mentira amarrado entre eles, desceram para as profundezas da terra. O deus Kvásir com suas palavras rogando uma magia transformou o filho de Loki o garoto Vali em um lobo, e fez com que este matasse seu irmão, o filho de Loki chamado Narvi. O lobo puxou suas vísceras para fora, após isso deixou seu irmão moribundo diante da morte eminente e correu caverna afora.

Prenderam Loki e envolveram as entranhas de seu filho em torno de sua cintura e seus quadris, amarraram seus joelhos assim como pernas tão firme que ele mal conseguia se mexer. Os deuses com sua magia então transformaram os intestinos do filho morto de Loki em correntes tão apertadas e fortes que podiam ser feitas de ferro. Sigyns esposa de Loki assistiu sem ter o que fazer pelo ao marido ser amarrado com as entranhas de seu filho. Ela chorava pelo marido e pelos filhos desonrados.

A deusa Skadi esposa de Njord entrou então na caverna, ela carregava algo enorme nas mãos que se remexia e se contorcia. Skadi se debruçou sobre Loki e colocou o que era uma cobra venenosa em cima de Loki com o seu veneno gotejando sobre seus olhos. Loki o deus da trapaça estava



firmente amarrado e não conseguia se desviar do veneno gotejante da boca da serpente, ele não conseguia sair do caminho das gotas de veneno que ardiam seus olhos pois os grilhões feitos das vísceras de seu filho o prendiam firmemente.

Um a um os deuses que o trouxeram deixaram o local, os rostos marcados por uma satisfação terrível. Todos os deuses que puniram Loki se foram, até que somente restou Kvásir. Sigyn esposa de Loki perguntou então o que seria feito dela, o deus Kvásir disse que não era ela quem estava sendo punida, e que poderia fazer o que bem entendesse, e então deixou a caverna. Sigyn então pegou a maior vasilha que pode encontrar e ficou ali para pegar as gotas do veneno que caíam das presas da cobra sobre a face de seu amado.

Sigyn ainda aguarda ao lado de Loki, a tigela que ela carrega lentamente se enche de veneno, uma gota de cada vez. Só então que Sigyn se afasta de Loki para esvaziar a tigela. Enquanto Sigyn está longe o veneno da serpente cai no rosto e nos olhos de Loki, e ele se agita e tem convulsões, se torce violentamente e se retorce fazendo toda a terra tremer. Quando isso acontece, nós aqui em Midgard⁵⁶³ chamamos de terremoto. Dizem que Loki ficará ali, amarrado na escuridão sob a terra até a chegada do Ragnarok.

Este conto da mitologia nórdica narrado por Neil Gaiman é muito semelhante ao suplício de seu personagem quase homônimo chamado Floki que enclausurado em sua prisão subterrânea numa caverna é torturado por água gotejante que o impede de dormir e de ter qualquer tipo de descanso, ao mesmo tempo que é cuidado e alimentado por sua esposa Helga. Esta semelhança proposital da série Vikings com o mito do enclausuramento de Loki é intencionalmente semelhante, uma alusão ao mito da punição de Loki que assim como o personagem calvo Floki, ambos foram responsáveis pelo assassinato de alguém que era muito amado dentro de sua comunidade e por isso receberam uma punição terrível.

A AMEAÇA VELADA DE LAGERTHA CONTRA ASLAUG

Na temporada 4, episódio 12 (A visão) ocorre um ritual onde um sacrifício de um cervídeo, mas o ritual aparece de forma avulsa e não é mencionado o nome de nenhum deus, assim como a ausência de símbolos e referenciais semióticos capazes de associar o rito a algum deus Aesir ou Vanir. O que nos é levado a acreditar que era um ritual avulso qualquer que somente apareceu em circunstância para que a personagem Aslaug regendo o ritual, fosse afrontada e ameaçada de *vendetta* por Lagertha enquanto estava entorpecida pelo uso de algum tipo de droga cerimonial. A cena foi

⁵⁶³ Midgard é um termo usado na mitologia nórdica para se referir ao mundo dos mortais



construída somente para que Lagertha pudesse dizer então, que iria se vingar de Aslaug por ela ter roubado seu marido e o trono de Kattegat, pois a dama de escudos Lagertha acredita que Aslaug ao seduzir Ragnar, enfeitiçou seu ex-marido com algum tipo de encantamento ou feitiço.

RITOS FUNERÁRIOS: O FUNERAL DE ASLAUG

Em Vikings na temporada 4, episódio 14 Na Hora Incerta Antes da Manhã, após Aslaug a rainha de Kattegat esposa de Ragnar Lotbrok na ausência do rei seu marido ter sido assassinada por Lagertha com uma flecha nas costas, ela a matou por ter seduzido Ragnar por meio de bruxaria (segundo acusa ela) e roubado o trono e a vida da dama de escudos Lagertha. Após a morte de Aslaug, ocorre no mesmo episódio um funeral digno de uma rainha. No funeral um barco com o cadáver de Aslaug e com diversos tesouros e a cabeça de um cavalo sacrificado, juntamente com flores e honrarias é levado ao mar aberto enquanto cânticos são entoados. O barco aparentemente com líquido inflamável aspergido, é jogado ao mar e flechas de fogo o incendeiam em seu percurso como parte da cremação funerária de Aslaug. Mas o que sabemos sobre os ritos funerários da cultura Viking?

Segundo Langer (2018: 289 - 293) em Dicionário de História e Cultura da Era Viking, sabe-se muito pouco sobre as cerimônias fúnebres dos nórdicos antigos, tendo-se por escrito hoje como único relato, a descrição feita pelo árabe Ibn Fadlan, que assistiu ao funeral de um líder viking nas margens do Volga, em 922 e escreveu seu relato. De resto, podemos dispor apenas de alguns vestígios sob a forma de sepulturas e restos mortais de humanos e animais assim como oferendas, o que nos fornece uma janela direta para entendermos os costumes fúnebres. Já o produto final de cerimônias e outros gestos rituais nós desconhecemos.

A descrição escrita por Ibn Fadlan contém certos detalhes festivos quais não se encontram nas fontes nórdicas e é impossível descortina-las por via do registro arqueológico. Por exemplo, o texto do árabe relata sobre os dias de celebrações quais antecedem o ato funerário em si, que incluem atos sexuais. E ainda gestos rituais com uma escrava em específico que foi sacrificada para ser sepultada junto com o nobre, que antes de seu sacrifício, ela foi elevada acima de uma estrutura de madeira no momento em que ela diz ver seu senhor e ver o “paraíso”.

O uso de uma embarcação está amplamente registrado, incluindo sua deslocação para a terra. O que percebemos na série vikings e está ausente do texto de Ibn Fadlan é o recurso de haver uma proscrição fúnebre, talvez por não fazer parte dos costumes do grupo de vikings que ele encontrou no Volga, ou talvez porque as condições locais não o permitiam ou não justificavam. Mesmo assim, isto não significa que os funerais vikings antigos não incluíssem seus cortejos fúnebres, principalmente



nas cerimônias de mortos ilustres. Com os corpos e suas oferendas a serem exibidos e transportados para o túmulo em um espetáculo para honrar o defunto e para também veicular o seu estatuto social.

A ausência de fontes e de conhecimentos científicos de qualquer natureza também concerne ao significado fúnebre dos sacrifícios de animais. A mesma incerteza afeta o papel exato das vítimas humanas, supondo-se que tinham por objetivo acompanhar o defunto, talvez num papel de auxiliar, conjugue ou parceiro, mas também é possível que se pensasse na função destes servirem como guarda de túmulo.

Provavelmente o cerimonial fúnebre incluiria em suas cerimônias cantigas, orações, poemas ou discursos que lhe eram tradicionais. Mas a menos que surjam novas fontes, esse é um elemento que está infelizmente perdido de forma irrevogável.

O POÇO DAS SERPENTES E A MORTE DE RAGNAR LOTBROK

Em vikings temporada 4, episódio 15 (todos os seus anjos) o rei Ragnar Lotbrok é então capturado sobre a autoridade do rei Ælle da Nortúmbria e então sentenciado a morte, sendo mantido em uma jaula acima do chão sobre um poço de serpentes e então, em uma execução diante do público, eles abrem a jaula de Ragnar, arremessando-o sobre esse poço de serpentes venenosas.

Segundo Oliveira (2015: 65) no artigo “brindando aos deuses” descreve: O poço de serpentes, ou cova de serpentes, não consiste numa invenção do seriado, esta possui uma raiz histórica. É um suplício de condenação à morte, assim como outras formas de execução como a águia de sangue, a guilhotina ou a crucificação. Este suplício foi baseado na Ragnar saga Loðbrökar, e também descrito na Gesta Danorum. Em ambos os relatos medievais é dito que Ragnar, após ser capturado pelo rei Ælla II, foi condenado à morte de tal maneira.

Por mais que o rei Ælla II tenha sido uma pessoa real, governante do reino da Nortúmbria no século IX, podemos verificar que as referências históricas a ele associadas não fazem menção a que o monarca executasse seus inimigos, atirando-os numa cova de serpentes. Além disso, pouco se sabe acerca de sua vida e reinado, pois as fontes históricas, como as Anglo-Saxon Chronicles, pouco nos informam sobre o período de seu governo, restando as menções nas sagas a respeito de seu reinado, as quais estão imbuídas de um teor lendário (MCGUIGAN, 2015, p. 22).

No entanto, surge a segunda indagação: por que um poço de cobras? Seria uma invenção escandinava ou anglo-saxônica? Entretanto, verifica-se que além da Ragnar saga Loðbrökar, outras narrativas de origem escandinava também aludem à cova de serpentes. No poema Atlakvitha, na estrofe 17, o rei Atli (uma referência a Átila, o Huno) ameaça jogar seu inimigo Gunnar, rei dos



Burgúndios, num poço de serpentes venenosas. O diálogo entre os dois reis prossegue pelas estrofes seguintes até que, na estrofe 34, Gunnar é jogado dentro do poço e finalmente morre por intermédio deste suplício. No poema Atlimál, no final da estrofe 55, faz-se referência ao destino do rei Gunnar ter sido arremessado num poço de cobras, e ali seu coração foi devorado pelas víboras.

Além dessas fontes literárias, existem também fontes iconográficas, como por exemplo uma estela rúnica (runestone) uma pedra entalhada de Gotland, chamada Klinte Hunninge I, GFC C9286 (ver imagem 2), datada do século IX, a qual traz várias cenas nas suas gravuras. Mas a cena que nos interessa se encontra-se logo abaixo do navio, onde se percebe, no lado esquerdo, uma mulher olhando para um homem dentro de um “buraco” com cobras. Seria a representação de Gudrun vendo seu irmão Gunnar? (STAECKER, 2006: 365).

Além da estela Klinte Hunninge I, existem outras representações em pedra, madeira e pintura que mostram um homem dentro de um poço de cobras. Entretanto, seriam todas referências a Gunnar ou alguma destas poderia ser referente a Ragnar Lodbrok?

Entretanto, se na mitologia escandinava encontramos uma correlação entre as serpentes com a morte e o submundo (Hel e Nilfhel), Guðmundsdóttir (2012: 1023) também sugere em sua pesquisa que o poço de serpentes (ormagarðr) talvez não fosse algo concreto, ou seja, não seria um lugar com cobras propriamente falando, mas sim uma metáfora (kenning) para túmulo ou cova

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A série Vikings foi desenvolvida com sincronias e dissonâncias perante a realidade histórica, com fatos verídicos, mas não podendo ser tratada como um fiel e imparcial relato histórico de uma cena vivida ou supostamente vivida no contexto do medievo real. Muitos personagens são baseados em figuras reais e outros fictícios, a linearidade histórica é flutuante com eventos soltos entre diferentes períodos históricos, uns mais recentes e outros mais antigos. Alguns ritos e liturgias pagãs na série são mais, as vezes menos fieis aos relatos históricos e arqueológicos na historiografia real.

Todas as cenas que manifestavam qualquer conteúdo associado a religiosidade pagã dos povos vikings foram minuciosamente analisadas com todo o seu rigor, seriedade e importância. Estas cenas foram trabalhadas em uma comparação binária de dois fatores: A representação cinematográfica durante a série Vikings da Netflix por um lado, comparada com a realidade histórica do período Medieval da Era Viking do outro lado.

Tecemos algumas conclusões parciais sobre este estudo, considerando que esta obra cinematográfica é um material audiovisual consistente e relevante a ser trabalhado em



seus mínimos pormenores em cada cena específica, no nosso caso, as cenas de religiosidade pagã. Descrevemos neste percurso, desde casamentos, às estruturas dos núcleos familiares de pai, mãe e filhos, até aspectos como sacrifícios em nome da colheita abundante como exemplos. Revelamos diversos detalhes da cultura, mitologia e da religiosidade do homem do norte neste percurso, atingindo assim o objetivo de uma análise cinematográfica e histórica muito frutífera, abrangente e detalhista que expõe uma cultura fundamentada em leis, tradições orais, ritos e costumes permeados pela crença nas divindades e religiosidade em Odin.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GAIMAN, Neil. **Mitologia Nórdica** / Neil Gaiman; Tradução de Edmundo Barreiro. – 2.ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

GUÐMUNDSDÓTTIR, Aðalheiður. **Gunnar and the Snake Pit in Medieval art and Legend**. In: *Speculum*, v. 87, n. 4, 2012, p. 1015-1049.

LANGER, Johnni. “**Dicionário de História e Cultura da Era Viking**” Hedra, São Paulo, (2018).
LANGER, Johnni. “**Fé, exotismo e macabro: algumas considerações sobre a Religião Nórdica Antiga no cinema**”. In: *Revista Ciências da Religião*, 2016 (no prelo).

MALTAURO, Marlon Ângelo. Artigo do N.E.V.E. Os Vikings Invadem a tv: Algumas abordagens sobre história e ficção; agosto-dezembro, 2015.

MCGUIGUAN, Neil. *Ælla and the Descendants of Ivar: Politics and Legend in the Viking Age*. In: *Northern History*, v. 52, n. 1, 2015, p. 20-34.

OLIVEIRA, Leandro Vilar. Artigo do N.E.V.E. Malditas serpentes: um comentário sobre a cena do suplício do poço; agosto-dezembro, 2015.

REAVES, William. *The Cult of Freyr and Freyja*, 2008. Disponível em: <www.academia.edu/9715739>. Acesso em 26 jun 2022.

SAUDERS, Robert A. **Primetime Paganism: Popular- Culture Representations of Europhilic Polytheism in “Game of Thrones” and “Vikings”**. In: *Correspondences*, 2014, p. 121-157. Também disponível em: *Dossiê Brindando aos deuses*, 2015, p. 9.

STAECKER, Jörn. *Heroes, kings, and gods*. In: ANDRÉN, Anders; JENNBERT, 2006.

USOS E ABUSOS: *ESTRATÉGIAS E TÁTICAS* NOS DISPOSITIVOS DE CONTROLE EM GOIÁS (1825-1882)

Ruan Lucas Marciano⁵⁶⁴

RESUMO

A proposta desse ensaio visa analisar a relação entre os dispositivos de poder ao longo do século XIX, em Goiás, enfatizando o uso de ferramentas na Cadeia da Capital de Goyaz. Diante disso, utilizamos os seguintes teóricos: Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano: artes de fazer*, Michel Foucault em suas obras *História da Sexualidade I* e *A verdade e as formas jurídicas*, Erving Goffman na obra *Manicômios, prisões e conventos*. Da mesma forma, propomos o debate entre de pesquisas de dois autores: Sonia Maria Magalhães no artigo: *Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX* e Danilo Rabelo na dissertação: *Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na cidade de Goiás 1822-1899*, além de documentos presentes em arquivos, museus e na Hemeroteca digital. Portanto, objetivei a compreensão das dinâmicas entre os sujeitos submetidos à ordem jurídica e médica, e como a elite se apropria dos discursos de controle através dessas instituições.

Palavras-chave: Cadeia, Controle, Cidade de Goiás, Goiás.

INTRODUÇÃO

Este ensaio busca compreender a relação entre os dispositivos de poder ao longo do século XIX, em Goiás. Especificamente, pretendo relacionar as formas de controle de indivíduos marginalizados, afunilando gradualmente para a Cidade de Goiás, onde localiza-se o objeto de pesquisa do projeto de mestrado aceito pela Universidade Federal de Goiás, a Cadeia. Fundada em 1761, a cadeia de Goiás, durante esse período chamada de Casa de Câmara e Cadeia, foi responsável por ser o elemento punitivo da Coroa portuguesa em Goyaz, obedeceu quase fielmente à planta original de Portugal e manteve seu funcionamento até o século XX. Com o encerramento das atividades carcerárias, transformou-se no Museu das Bandeiras (COELHO, 2001: 26).

⁵⁶⁴ ruan_marciano@discente.ufg.br

Agência Financiadora – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
Orientador – Cristiano Nicolini



Por ser o estágio inicial da pesquisa, é *mister* a necessidade da compreensão dos dispositivos de controle e como são atrelados à cadeia. Dessa forma, os escritos abaixo, são formados por análises de fontes até o presente momento levantadas e autores que possibilitaram parte da compreensão moral punitiva que permeava o século XIX, em Goiás. Para tanto, não foi possível esmiuçar completamente as fontes que produzem sentido historiográfico para a Cadeia de Goiás. Mas, de toda forma, busquei relacionar as instituições com a cadeia, explorando os conceitos higienistas e elitistas desse período, considerando que são importantes na criação e elaboração de leis para controle de sujeitos.

No primeiro momento, esquematizei a formação das instituições totais do Império brasileiro, com a contribuição da pesquisa de Gonçalves (2016). São importantes observações no que tange às dinamicidades provinciais com as cadeias e demais instituições punitivas. Foi disposto também um pequeno atrelamento entre os códigos criminais do Império, para compreender a coesão entre eles e as províncias, já que também regulamentavam artigos municipais baseados nos códigos citados.

Ademais, os sujeitos punidos, moralmente excluídos pela elite, também são peças essenciais para entender o percurso tomado para o controle no século XIX. Dessa forma, os estudos de Rabelo (1997) e Silva (2021), são caros para nossa pesquisa, por evidenciarem a busca da exclusão moral de indivíduos marginalizados pelo império, e excluí-los dos espaços públicos. Complementei, neste trecho, algumas observações alicerçadas nos escritos de Certeau (2004) para reflexão quanto aos dispositivos de controle e reação desses sujeitos submetidos ao cárcere e relações forçadas pelo governo provincial. Por fim, relacionarei as dinâmicas entre duas instituições, o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara e Cadeia, ambos situados na Cidade de Goiás. Utilizarei as observações de Chalhoub (2006) e Magalhães (2004), para debater o higienismo social proferido pela elite no século XIX.

O ENTRELAÇAMENTO INSTITUCIONAL: APONTAMENTOS DOS USOS DOS DISPOSITIVOS DE CONTROLE SOCIAL NO SÉCULO XIX, EM GOIÁS

Uma instituição total⁵⁶⁵, termo cunhado por Goffman (1961), possibilita análises importantes para debatermos o controle de espaços sociais. Uma vez que ela representa não só o *modus* de controle

⁵⁶⁵ Goffman (1961) em uma breve definição do termo diz: “As instituições totais de nossa sociedade podem ser, *grosso modo*, enumeradas em cinco agrupamentos. Em primeiro lugar, há instituições criadas para cuidar de pessoas que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não-intencional; sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de

dos sujeitos com comportamentos desviantes da moral ocidental, se apropria das técnicas dessas instituições como ferramentas modulares do pensamento burguês⁵⁶⁶ sobre a população. Ou seja, as práticas punitivas são estendidas para outras instâncias sociais, elas refletem mais que o cotidiano do interior de prisões, fábricas, asilos etc., expressam, sobretudo, as relações de controle institucional. Os processos que deram início ao sistema punitivo brasileiro, a partir do código de 1830, seguem o pressuposto moral do trabalho como forma de correção.

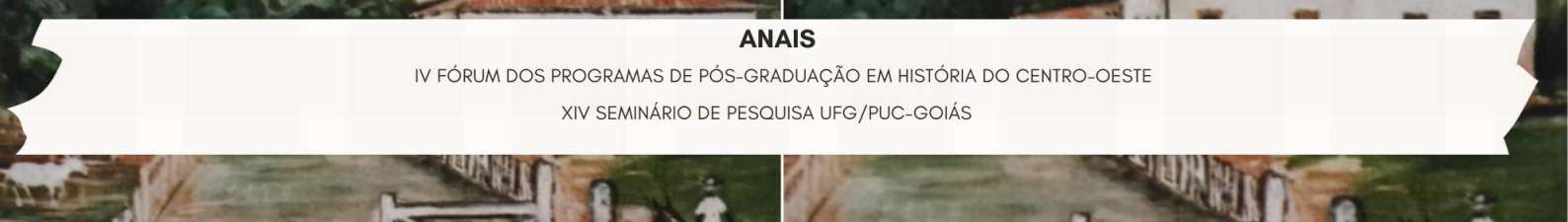
No entanto, os dispositivos de controle formados no século XIX, no Brasil, são nesse período marcados pela dinamicidade das províncias. Gonçalves em sua tese de doutoramento *O sistema prisional no Império brasileiro: estudo sobre as províncias de São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso (1838-1890)*, ressalta que as dinâmicas criadas pelas decisões das assembleias provinciais provocaram economias próprias de arrecadação de impostos, deliberação de reformas e melhoramento público. A pesquisa sobre as cadeias brasileiras nesse período, portanto, “deve necessariamente ser feita em nível provincial” (GONÇALVES, 2016: 32).

Nesse sentido, o Código Criminal do Império, em 1830, dá início à reforma prisional e à equiparação dos direitos civis. Gonçalves observa que no código “ficaram firmados os direitos civis dos cidadãos brasileiros, como o estabelecimento de leis conforme a utilidade pública” e insere a liberdade religiosa e de expressão, bem como, a ideia liberal de direito à propriedade (GONÇALVES, 2016: 22). A Cadeia, a partir do Código Criminal supracitado, “passou a ser um lugar próprio de punição”, uma vez que anteriormente sua função estabelecera-se no âmbito da reclusão temporária no século XVIII. Com efeito, as punições deveriam ser baseadas especificamente por esses princípios, considerando que “não haveria crime sem que houvesse uma lei que o qualificasse anteriormente” (GONÇALVES, 2016: 23).

Na província de Goyaz, as leis foram utilizadas para inibir e controlar o “corpo social”. Afunilando o escopo das observações para a cidade onde se encontra nosso objeto de pesquisa, Rabelo (1997) apresenta considerações convenientes no que tange o controle do corpo dos sujeitos na Cidade de Goiás e as leis do Código Criminal, Processo Civil e Regimentos. O autor afirma que:

realizar de modo mais adequado alguma tarefa, trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colônias e grandes mansões (do ponto de vista do que vivem nas moradias de empregados). Finalmente há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de tais instituições.” GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

⁵⁶⁶ Referencio, nesse ponto, as observações de Foucault no que tange à *Vontade de Saber* referindo o discurso a partir “das sociedades chamadas burguesas, e da qual talvez ainda não estivéssemos completamente liberados. [...] como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível.” FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p.21.



A Lei Regulamentar ou regimento das Câmaras Municipais de 1º de outubro de 1828 retirou as câmaras muitas de suas atribuições consolidadas desde o início do período colonial. Assim, as leis e deliberações das câmaras foram elaboradas de acordo com a Constituição de 1824, os decretos e leis Imperiais, o Código Criminal de 1830, o Código do processo Civil, de 1832, o Regimento de 31 de janeiro de 1842, entre outros. (RABELO, 1997: 70)

As práticas punitivas, dessa forma, são permeadas pelo policiamento com o objetivo de esvaziamento dos espaços públicos ou controle minucioso. Como é o caso dos *Juízes de Paz*, função que, segundo o pesquisador, acumulava cargos judiciários e policiais. De acordo com o Art.12 do Código de Processo Criminal de 1832, O *Juiz de Paz* era responsável por tomar conhecimento de pessoas que recentemente ingressaram no distrito, “desconhecidas, ou suspeitas” concedendo passaporte “às pessoas que lh’o requererem”⁵⁶⁷, fazer “assignar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por habito, prostitutas, que perturbam o socego publico”⁵⁶⁸ principalmente àqueles que supostamente prejudicam a “paz das famílias”, “obrigar a assignar o termo de segurança aos legalmente suspeitos da pretensão de commetter algum crime”⁵⁶⁹, dar prosseguimento ao corpo de delito para “formar culpa aos delinquentes”⁵⁷⁰, prender culpados no seu ou em qualquer outro distrito, conceder cartas de fiança⁵⁷¹, “julgar as contravenções ás posturas municipaes” e os crimes que não excedam “pena maior, que a multa até cem mil réis, prisão, degredo ou desterro”⁵⁷² e, por fim, dividir seu distrito em quarteirões “contendo cada um pelo menos vinte e cinco casas habitadas”⁵⁷³. Portanto, os Juízes de Paz foram sujeitos ativamente responsáveis pela justiça provincial durante o século XIX, com o intuito específico de controle do comportamento social de sujeitos marginalizados.

Apesar do cargo provincial, a documentação expressa que as ordens judiciais nesse período em Goyaz apoiavam-se em práticas deficitárias. De acordo com discurso do Presidente da Província de Goyaz, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, em 1837, a província de Goyaz reclamava pela falta de *Juízes de Direito* e *Juízes de Paz* formados, causando “hum progressivo mal” moral. Para tanto, o discurso apresenta extensas queixas quanto à impunidade dos criminosos. Os Juízes incumbidos dos cargos não foram inseridos nas faculdades de direito, tratando-se de sujeitos letrados, mas sem conhecimento técnico das leis criminais. O discurso do presidente vaga para a alegação de negligência

⁵⁶⁷ Artigo 12 §1º “Código do Processo Criminal” (1832).

⁵⁶⁸ Artigo 12 §2º “Código do Processo Criminal” (1832).

⁵⁶⁹ Artigo 12 §3º “Código do Processo Criminal” (1832).

⁵⁷⁰ Artigo 12 §4º “Código do Processo Criminal” (1832).

⁵⁷¹ Artigo 12 §6º “Código do Processo Criminal” (1832).

⁵⁷² Artigo 12 §7º “Código do Processo Criminal” (1832).

⁵⁷³ Artigo 12 §8º “Código do Processo Criminal” (1832).



dos sujeitos⁵⁷⁴. Os Juízes, a partir dos códigos de 1830 e 1832, são sujeitos importantes do maquinário burocrático de direito, responsáveis pelo controle, punição e julgamento dos indivíduos, obedecendo leis específicas para cada infração ou comportamento. A economia judiciária, se vê necessitada de *saber*⁵⁷⁵ para o aprimoramento das privações e controle dos sujeitos, punições mais severas dos casos e repressão nos espaços públicos acusados pelo referido discurso.

A REPRESSÃO E SUJEITOS MARGINALIZADOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Paralelo aos códigos criminais, o pensamento do século XIX, em Goiás, baseava-se no princípio do trabalho. Rabelo (1997: 61) ressalta que os sujeitos considerados *vadios* representavam trabalhadores livres que rompiam com o “contrato de trabalho”. Ou seja, o discurso representado pela elite alimentava a ideia de policiamento dos sujeitos marginalizados que, em grande parte, estava calcado na não ociosidade. Nos códigos que analisamos acima, o trabalho é desenvolvido como forma de reabilitação moral idealizada pela elite dos sujeitos marginalizados, podemos observar esta afirmação em duas situações enfáticas do código criminal de 1830, a primeira são os condenados à *Galés*⁵⁷⁶, sujeitos sentenciados ao trabalho forçado em obras públicas com calcetas (correntes) presas aos pés, a segunda refere-se ao sujeito condenado à prisão com trabalho; diferentemente dos *Galés*, o trabalho deveria ser realizado dentro dos recintos prisionais⁵⁷⁷.

Além dos aspectos elencados, a prisão foi uma das ferramentas utilizadas para a limpeza social, objetivada pela elite, e recolhimento de indivíduos que não cometeram crimes, mas, desviavam do padrão moral. De acordo com Silva, em seu artigo *A identificação do louco e da loucura em Goiás na segunda metade do século XIX*, a relação dos loucos em Goiás e a retirada desses sujeitos de locais públicos, demonstra que eram encarcerados nas prisões e hospitais. A autora afirma que “Esses procedimentos que se repetem, mostram o desacordo entre a legislação criminal do período que impedia a criminalização e a punição de crimes cometidos por indivíduos alienados”, tais práticas deslocavam esses sujeitos para as prisões pela carência de instituições específicas, sendo divididos entre a própria cadeia da Capital de Goiás e o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara (SILVA,

⁵⁷⁴ FLEURY, Luiz Gonzaga de Camargo (ed.). Discurso com que o Presidente da Província de Goyaz felz a abertura da Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislativa da Assembleia Provincial. In: CHAER, Laura. **Memórias Goianas**: relatórios dos governos da província de goiás 1835-1843. Goiânia: Ugc, 1996. p. 60-98.

⁵⁷⁵ Refiro ao que Foucault chama de “saber-e-poder, poder-e-saber”, que admite as formas de saber como ferramentas de controle social. Nas formas jurídicas, isso significa o domínio do direito como aprimoramento das técnicas de inquérito, investigação, abrangência das leis para que haja menos brechas judiciárias. Essas leis são destinadas àqueles que se quer excluir do corpo social. FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2005, p.48.

⁵⁷⁶ Artigo 44 “Código Criminal do Império do Brasil” (1830).

⁵⁷⁷ Artigo 46 “Código Criminal do Império do Brasil” (1830).

2021: 8). Foucault explora a relação entre o discurso médico e judiciário, o *patológico* é o limite do crime, “o crime não pode ser, em si, um ato que se arraiga na loucura”, ou seja, há a sobreposição da instituição judiciária pela instituição médica, a contenção do louco não anula o projeto de isolamento social, na realidade ele se intensifica inibindo esse sujeito socialmente, “no final das contas, a chance de sair de um hospital psiquiátrico não é maior que a de sair de uma prisão” (FOUCAULT, 2001: 39-40).

No código Criminal de 1830, os loucos, chamados também de mentecaptos na documentação, não poderiam ser julgados como criminosos e caso houvesse delitos por parte deles, seriam conduzidos às casas responsáveis pela contenção ou entregues a familiares. Nesse ponto, podemos observar a prática judiciária de Goyaz que, em 1851, no “Mapa Suppletorio dos julgamentos proferidos pelo jury na província” destaca a absolvição de um crime em decorrência do reo ter sido “julgado louco”⁵⁷⁸. Mesmo que houvesse a separação e obediência quanto ao processo de julgamento baseado no Código Criminal, os julgados loucos não seriam alocados de acordo com as regras imperiais. No entanto, mesmo sem o local apropriado para reclusão, os loucos deveriam ser encarcerados em nome da limpeza social objetivada e propagada pelas leis provinciais. O *patológico* fora julgado separadamente dos criminosos, mas sua presença em espaços sociais públicos se confundia com os *vadios*, tendo em comum a aversão da elite quanto a esses sujeitos.

As formas de controle do Estado se ramificavam conforme a necessidade, pensada pela elite, do controle da massa “ociosa” que deturpava o espaço público. Rabelo (1997), aponta estratégias do Estado para coibir roubos e, invariavelmente, inserir “mendigos, vadios e vagabundos”, uma delas é o trabalho, incumbindo sujeitos encarcerados a atividades diversas para o sustento, principalmente, de presos pobres (1997: 83). Com efeito, a construção sistemática de formas de controle foi suscitada pela expansão do poder do Estado, apoiados no direito e discurso jurídico emergente no século XIX, em Goiás. Alguns exemplos dessa afirmação são: “presídios, nos quais viviam criminosos e o gentio dócil e pacificado, havia lavouras cultivadas por criminosos e desocupados; nas obras públicas e lavouras; no alistamento obrigatório nas milícias e corpos militares” (RABELO, 1997: 84).

Pode-se denominar esses lugares (presídios, prisões, quartéis) de elementos compostos por *estratégias*, uma vez que são determinantes para manipulação de saberes e objetivos específicos de controle. Certeau (2004) formula a categoria estratégia como forma de ler o controle de *saberes*. Trata-se do “cálculo” e manipulação do espaço e das relações de força a partir de um “querer poder”, é o isolamento através de técnicas que denotam um “lugar próprio”, são relações de antecipação,

⁵⁷⁸ AHEG, Caixa 1 Goiás, Mappa Supletorio dos Julgamentos proferidos pelo Jury da Provincia de Goyaz, 1851.

considerando que o lugar é pensado e tomado para si. Resumidamente, a *estratégia* é o “Gesto da modernidade científica, política ou militar”⁵⁷⁹ (CERTEAU, 2004: 99-100).

Um exemplo material desses procedimentos no objeto de estudo proposto, é parte do regulamento das Cadeias da província de Goiás decretado em 31 de janeiro de 1842; o texto em questão trata-se do capítulo 2 do regulamento, destinado às atividades, deveres e punições aferidas caso o carcereiro não as cumprisse. O documento se divide em oito capítulos, sendo o segundo o maior deles com cinco de dezenove páginas destinadas às funções da carceraria. O carcereiro, nomeado pelo chefe de polícia, deveria ser de “confiança” do mesmo chefe, caso houvesse sua desvalorização moral perante o chefe de polícia, seria dispensado do cargo. Esse documento demonstra que o carcereiro fora responsável pela manipulação do cotidiano das Cadeias, considerando seu ofício de gerir os sujeitos responsáveis pela limpeza nomeando-os para tal papel, e quando não o fizesse, seria ele encarregado de tal função. Outro aspecto que o aproxima do cotidiano da Cadeia, é sua obrigação prescrita pelo Art. 9 do regulamento, em habitar a cadeia “e quando para isso haja a necessária comodidade e não havendo reSSIDirá a mais próxima que for possível à mesma Cadêa para que nella se ache sempre que for possível”⁵⁸⁰. Pressuponho que a figura mencionada (carcereiro), nos dará traços de informações importantes do cotidiano e da proximidade de sujeitos nesse espaço social. O regulamento, especificamente no capítulo 2, é uma das formas estratégicas de condução e cálculo do lugar, uma vez que o carcereiro manteria relações diretas com os presos.

Outro ponto que podemos refletir, ainda com base nos escritos de Certeau, é a contraposição à *estratégia*, descrita como *tática*. A *tática*, nasce no território do outro quando a convivência é intensificada por uma *estratégia*, ou seja, é a possibilidade de autonomia dos sujeitos, pode ser definida, nas palavras do autor como “a arte do fraco”⁵⁸¹ (CERTEAU, 2004: 101). A *tática* é marcada pelo jogo cotidiano, em meio a teias de relação que se expandem em um espaço reduzido, precisa-se, então, que as ações sejam pensadas antecipadamente, já que está em campo inimigo.

⁵⁷⁹ Nas palavras de Certeau: “Chamo de *estratégia* o *cálculo* (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A *estratégia* postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). Como na administração de empresas, toda racionalização “estratégica” procura em primeiro lugar distinguir de um “ambiente” um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios. Gesto cartesiano, quem sabe: circunscrever um próprio num mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro” CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p.98.

⁵⁸⁰ AHEG, Caixa 1 Goiás, Regulamento das Cadeias, 1842.

⁵⁸¹ Na definição do autor: “Chamo de *tática* a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A *tática* não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a *tática* é movimento “dentro do campo de visão inimigo”. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p.99.

Podemos notar essas relações encurtadas pela estratégia em alguns momentos até então levantados pela documentação analisada. No jornal *Correio Oficial* de 1868⁵⁸², nos artigos destinados à oficialidade pública da província, a presidência da província anunciava a transferência do sargento Jacyntho Caetano de Souza da prisão do quartel militar para a Cadeia pública da capital (Cidade de Goiás). A causa da prisão está baseada no Art. 125 do Código Criminal do Império⁵⁸³, no qual prevê pena de seis meses a dois anos de prisão para carcereiros ou qualquer outra pessoa responsável pela condução de presos que os tenha deixado fugir. Os dispositivos de controle, mesmo que alicerçados em estratégias que cobrissem o máximo possível do tecido social de sujeitos marginalizados, não eram capazes de controlar todas as relações no espaço social demarcado pela estratégia. Ainda considerando a figura do carcereiro, a proximidade e colocação desses indivíduos em situação de monitoramento constante, ou refletindo sobre os apontamentos de Rabelo (1997) quando discute o alistamento obrigatório, podemos observar que as estratégias causavam nos sujeitos encarcerados e nos demais a aproximação e, conseqüentemente, relações de interesse entre eles. Podemos inferir que o encarceramento ou alistamento compulsório não são sinônimos de inibição desses indivíduos, na realidade são intensificadores da dinamicidade entre eles.

Os presos da Cadeia da capital da província deveriam ser atendidos conforme as ordens de higiene propagadas pelo Império. Dessa maneira, a Cadeia mantinha relações com o hospital de Caridade São Pedro de Alcantara fundado em 1825, que de acordo com Magalhães (2004) no artigo *Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX*, a instituição era responsável pelo cuidado de pessoas livres, ou seja, não fornecia serviços diretos à Cadeia. Todavia, a relação do Hospital foi estendida em virtude das “mudanças em decorrência das suas necessidades e das peculiaridades locais, como aquelas de caráter sanitário e higiênico presentes no novo estatuto” (MAGALHÃES, 2004: 662).

A higiene, por sua vez, foi outro assunto ressaltado nos códigos criminais do Império, com o asseio das celas como mencionamos as atividades do carcereiro. O ideal higienista, nesse sentido, deve ser atrelado à higiene social que, de forma sintética é pensada como controle de indivíduos que eram considerados propagadores de doenças. Chalhoub (2006) afirma que:

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se produzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, na própria discussão sobre a repressão à ociosidade, que

⁵⁸² Hemeroteca Digital, *Correio Oficial*, 24/01/1868.

⁵⁸³ Artigo 44 “Código Criminal do Império do Brasil” (1830).



temos citado, a estratégia de combate ao problema é geralmente apresentada como consistindo em duas etapas: mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores. (CHALHOUB, 2006: 29)

A higiene pensada pela Elite, reforça elementos que conotam o benefício para si, ou seja, a tentativa de limpeza social não visava essencialmente o bem-estar populacional, mas a benesse dessas práticas para uma parte determinada da população. Podemos evocar algumas evidências que comprovam que os sujeitos encarcerados em sua grande parte, eram presos considerados pobres que, da mesma forma, precisavam de tratamento médico perante as más condições das instalações da prisão da Capital. O uso da higiene é relatado, principalmente nos artigos do *Correio Oficial* e relatórios dos presidentes da Província, nos quais são constantes os pedidos de reformas da Cadeia e porventura do Hospital. A exemplo, o relatório da província de 1840, proferido por D. Joze de Assiz Mascarenhas, onde expressa que a província de Goyaz carecia de novas Cadeias em alguns locais, enquanto em outros “estavam de tal sorte arruinadas que nenhuma segurança offerecião”⁵⁸⁴. A respeito do hospital, Magalhães (2004: 673) argumenta que um dos infortúnios da instituição era a baixa quantidade de leitos para o atendimento médico, em decorrência da quantidade de sujeitos doentes pobres na capital. Em relação à ajuda entre as duas instituições (Hospital e Cadeia), podemos evocar a dinâmica de atendimento do Hospital aos presos, em 1829. Neste ano, o “Hospital São Pedro de Alcântara emitiu a Relação das Despesas Diárias feitas com quinze presos”, sendo três deles Galés. O documento expressa a quantia utilizada na compra de alimentos para os presos doentes. A lista varia entre alimentos, como carne, feijão, e “feixes de linho para cozinhar as comidas dos mesmos”⁵⁸⁵, a precificação dependia da quantidade de presos internados no hospital variando entre treze e quinze enfermos, totalizando 23\$879. Presumo que os presos tenham permanecido no Hospital por trinta dias e, ao refletir sobre a base alimentar no hospital, os detentos careciam de comidas nas dependências da cadeia o que poderia levar à necessidade do consumo dos alimentos citados, principalmente a carne, tratando-se do elemento mais citado no documento.

CONCLUSÃO

As bases do controle proferido pela elite são dinamizadas e perpetuadas ao longo tempo, por instituições de cunho jurídico, hospitalar e religioso. Apesar de não termos explorado a última

⁵⁸⁴ MASCARENHAS, D. Joze de Assiz. Relatório que à Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1840 EXM. presidente da mesma Província D. Joze de Assiz Mascarenhas. In: CHAER, Laura (org.). **Memórias Goianas**. Goiânia: Ugc, 1986. p. 169-187.

⁵⁸⁵ MUBAN, Relação das despesas diárias feitas com quinze presos, 1829.



instituição diretamente, Rabelo (1997) explora o paralelo entre a religião e a educação durante o século XIX, na Cidade de Goiás, no qual afirma que a “nítida associação existente entre o governo e a Igreja era refletida na função do inspetor ou delegado paroquial, a quem competia fiscalizar as escolas, a frequência de professores e alunos etc.” (RABELO, 1997: 128). Por estar nas linhas iniciais da pesquisa, não pude confirmar uma relação explícita entre a cadeia e as instituições de ensino. No entanto, podemos encontrar alguns traços de práticas que poderiam se assemelhar na instituição (Cadeia), pelas Oficinas de Trabalho, mencionadas no jornal *Correio Oficial* em 1882, onde evoca o código Criminal do Império para a construção de um pátio para trabalho dos presos na cadeia da capital⁵⁸⁶. A percepção moral é posta em jogo, adiantando os benefícios da prisão com trabalho para os presos. O documento demonstra ainda que o trabalho seguiria regras específicas de silêncio e de anulação de interação entre os presos ali resididos.

Não explorei por completo este documento por desviar, de certo modo, da proposta deste texto, uma vez que objetivava a análise do controle dos indivíduos marginalizados durante o Império, em Goiás, afunilando o escopo pormenorizado à Cidade de Goiás. Os discursos explanados neste texto, denotam a interação direta entre as instituições totais e o controle dos indivíduos mencionados. Nota-se que as ações do governo provincial buscavam, principalmente, a anulação social de indivíduos, criando ramificações para a retirada dos espaços públicos aqueles que desviavam moralmente do padrão moral. A prisão de sujeitos “loucos”, vadios e prostitutas, são alguns exemplos que podemos perceber pela prisão. O alistamento obrigatório, parafraseando Rabelo (1997), foi a possibilidade de retirada de sujeitos livres da ociosidade, induzindo revoltas e relações forçadas entre os indivíduos, como foi o caso do sargento que auxiliou presos conduzidos a fugirem. O Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara foi utilizado para atendimento aos presos por insuficiência estrutural, pois, foi consolidado especificamente para o atendimento de sujeitos livres. Cabe ressaltar a precariedade das instituições de atendimento médico e prisões que, ao longo do século XIX, são relatadas as necessidades de reformas estruturais.

As discussões teóricas que propus foram importantes para identificarmos a dinamicidade desse espaço social. Acredito que foi possível analisar parte das dinâmicas entre os sujeitos submetidos à ordem jurídica e médica, tanto na cadeia quanto nos demais espaços da Cidade de Goiás durante o século XIX. No entanto, em futuras análises, tentarei evidenciar mais as relações cotidianas entre a cadeia e demais espaços públicos, por notar claramente a relação da cadeia com reformas públicas da capital (refiro diretamente às penas a Galés, prevista no código criminal de 1830). Depreende-se que nos próximos escritos debruçarei nos documentos diretamente ligados à cadeia,

⁵⁸⁶ Hemeroteca Digital, *Correio Oficial*, 23/12/1882.

em busca de sujeitos como os carcereiros, também citados acima, para captar as disputas e a relação desses indivíduos com o controle do governo provincial.

ARQUIVOS MENCIONADOS

Arquivo Museu das Bandeiras – Mubam.
Arquivo Histórico Estadual de Goiás – AHEG
Hemeroteca Digital

DOCUMENTOS GOVERNAMENTAIS

Código Criminal do Império do Brasil (1830)
Código do Processo Criminal de Primeira Instância (1832)

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COELHO, Gustavo Neiva. **Guia dos bens imóveis tombados em Goiás**: vila boa. volume i. Goiânia: Trilhar Urbana, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau, 2005. 48 p.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso do collège de france. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1961.

GONÇALVES, Flávia Maíra de Araújo. **O sistema prisional no Império brasileiro**: estudo sobre as províncias de São Paulo, Pernambuco e Mato Grosso (1835-1890). 2016. 377 f. Tese (Doutorado) - Curso de Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-10112016-143928/pt-br.php>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX. **História, Ciência, Saúde**, Manguinhos, v. 11, n. 661-83, p. 661, set. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/ctSPF6x6pQ6SzcY7zfC949z/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2022.

RABELO, Danilo. **Os excessos do corpo**: a normatização dos comportamentos na cidade de Goiás, 1822-1889. 1997. 215 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

SILVA, Leicy Francisca da. A identificação do louco e da loucura em Goiás na segunda metade do século XIX. **História Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 21, n. 1, p. 10-28, 10 jan. 2021. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/12115>. Acesso em: 20 jul. 2022.

MASCARENHAS, D. Joze de Assiz. Relatório que à Assembleia Legislativa de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1840 EXM. presidente da mesma Provincia D. Joze de Assiz Mascarenhas. In: CHAER, Laura (org.). **Memórias Goianas**. Goiânia: Ugc, 1986. p. 169-187.

FLEURY, Luiz Gonzaga de Camargo (ed.). Discurso com que o Presidente da Provincia de Goyaz felz a abertura da Primeira Sessão Ordinária da Segunda Legislativa da Assembleia Provincial. In: CHAER, Laura. **Memórias Goianas**: relatórios dos governos da província de goiás 1835-1843. Goiânia: Ugc, 1996. p. 60-98.

VERA VERÃO E OLGA DEL VOLGA: HUMOR, ESTÉTICA E TRAVESTISMO CÊNICO NA TV BRASILEIRA (1980 E 1990)

Nathally Almeida Sena

RESUMO

Este trabalho será apresentado como resultado parcial do projeto de pesquisa “De Jorge Lafond a Patrício Bisso: Travestilidade e Homoerotismo na TV brasileira. (Humor e estética entre as décadas de 1980 e 1990)”. Na perspectiva da História Social da Cultura a problemática aqui proposta diz respeito à transição existente entre o teatro e a televisão, entendendo-a como vetor da construção de um novo espaço cultural que emerge. Percebendo este espaço cultural relativamente novo, buscamos a compreensão a partir da trajetória de Patrício Bisso e Olga Del Volga como agente histórico, bem como tatear os liames existentes entre ator e personagem dentro de uma percepção acerca da inserção de assuntos que dizem respeito a um público que até então fora posto às margens sociais. Partindo desta observação é que indagamos ainda na presente problemática, a forma como neste momento histórico dentro do recorte temporal proposto sujeitos homossexuais estão se inserindo para o grande público.

Palavras- Chave: Televisão no Brasil; Humor; riso; programas de auditório

É diante das lutas de representação e visibilidade numa tentativa de construção de uma política identitária marcante nas décadas de 1960 a 1970, que se evidenciam temáticas relacionadas ao âmbito privado familiar como algo também político. Diversos grupos surgiram diante da nova perspectiva, advindos de manifestações de rua e tomam força de modo descomprometido com o modelo de engajamento anterior, que impunha uma onda nacionalista como “ideia- -força” para a cena cultural.

Diante desta conjuntura, no cenário artístico, os que se recusaram a traçar suas obras dentro das configurações institucionalizadas foram hostilizados e rotulados como desbundados e alienados, marcando lutas de representações que configuraram de um lado a resistência democrática e de outro os artistas ligados à perspectiva contracultural, trazendo as questões que relacionam o desejo como aspecto político.

Para Eder Sumariva Rodrigues (2010), a ideia de esvaziamento cultural que se dá na década de 1980 pode ser percebida a partir de uma ausência de referencial ideológico para os grupos teatrais,

aspecto que, pela sua capacidade de proporcionar um reconhecimento em nível nacional aos profissionais e maiores remunerações.

No entanto, é numa lógica contrária que se identifica que a década foi um período de intensa produção, como a exemplo da cena teatral que assume um novo momento, esquivando-se aos padrões conservadores. Cabe a nós aqui evidenciar que estes questionamentos permeiam diversos aspectos no âmbito público e privado, como a recusa aos clássicos e teóricos, o descompromisso e deboche presentes em cenas que retratam situações do cotidiano, como o sexo, uso de entorpecentes, teatro, prazer e relações com situações nas quais a moralidade também se faz presente, como no ambiente familiar em forma de comédia. Impulsionadas por um interesse mercadológico e pela liberação dos costumes, na década de 1980, as produções de temáticas que circundam o universo homossexual ou gay abordam o homoerotismo de forma aberta.

Alexandre Mate (2011, p. 17) aponta este movimento em duas perspectivas: Uma diz respeito ao reitamento de preconceitos e estereótipos e a outra como redimensionamento e humanização de uma tribo até então designada pela sigla GLS – Gays, lésbicas e simpatizantes. Compreendemos ainda que os artistas em questão (Jorge Lafond e Patrício Bisso) remetem à ambiência do processo histórico entre as décadas de 1970 e 1980, trazendo à tona a virada da moralidade dos costumes nos pondo ante as mudanças sociais sobre o público homoafetivo, como a exemplo da troca de termos para designar estes sujeitos passando de homossexualismo para homoerotismo, bem como a chegada do KY no Brasil, fator que nos aponta uma mudança no âmbito sociocultural. “Nos Estados unidos, o gel lubrificante KY (o famoso ‘queiui’) sempre teve alto consumo entre os homossexuais, sendo consagrado até por poetas que celebram seu tubinho de notória utilidade” (TREVISAN, 2000, p. 55).

O modo como os homossexuais deixam os guetos ao longo das décadas, ocupando as ruas, expandindo seus territórios, também para a TV como um novo lugar que de certo modo passa a ser “um novo gueto, na medida em que este espaço é apropriado em situações específicas e sazonalmente, a partir da máscara e do riso” (TREVISAN, 2000, p. 26).

Buscamos ainda pensar os fatores que mudam com relação à visibilidade dessas personagens não só pela caricatura do feminino, mas sob o deboche que envolve situações e dilemas do cotidiano homoerótico, colocando como evidência o modo como os sujeitos históricos se relacionam nestes entremeios estrategicamente.

Segundo Esther Hamburger, é na população que reverbera os ecos da indústria de fomento televisivo, encontrando assim seu lugar de prioridade de consumo nos lares. O meio de comunicação traz à tona diversos termos sociais e “em 1991, a televisão já alcança 99% do território e 74% dos

domicílios” (HAMBURGER, 1998, p. 4). A autora nos incita à compreensão acerca dos modos pelos quais as indústrias culturais irão dispor de uma ação efetiva sobre as transformações presentes no cotidiano, nas estruturas sociais, como também nas suas sensibilidades estéticas.

O embate com os setores tradicionais que por sua vez atacam em nome da família, faz transparecer um resultado avesso ao esperado sobre o momento de visibilidade. Miguel Rodrigues de Souza Netto (2011) aponta esta visibilidade como abertura de brechas específicas, constituindo assim um espaço de exclusão. “Tipos diversos de homossexuais foram produzidos socialmente e representados/conflituados na literatura, no cinema e na televisão” (SOUZA NETTO, 2011, p. 49).

Desde 1972, a teledramaturgia enuncia personagens homossexuais ou sujeitos que fogem à norma performativa heterossexual. No entanto, é em 1985, na novela *Um sonho a mais*, de Lauro César Muniz, com participação de Olga del Volga, criada pelo performer Patrício Bisso, que ocorre problemas com a censura por algo que se encaminharia para um beijo gay entre as personagens Anabela Freyre (Ney Latorraca) e Pedro Ernesto (Carlos Kroeber).

No mesmo ano, Jorge Lafond, na novela *Sassaricando* (de Sílvio de Abreu), interpreta Bob Bacall, um vilão “afetado” que conduzia a trama de modo divertido. Personagens como Stalislawa Grotowiska, Dona Roma, Anabela Freire, Florisbela Freire, Clarabela Freire, Olga del Volga, Buba, Sarita, Ninete, Rorô Pelada, Ramón/ Ramona, Bernardete/ Bernardo, que vividos por homens travestidos ou transexuais, sempre colocados em situações ou posições que se conduziam para o cômico, são levantadas pelo autor de modo a nos auxiliar a problematizar a televisão brasileira como produtora de ações sociais voltadas para o consumo.

No que diz respeito às produções e participações de Patrício Bisso e Jorge Lafond, os espaços existentes entre ator e personagem podem ser percebidos a partir das composições cênicas que envolvem os artistas em seus “lugares sociais” (CERTEAU, 2011) como sujeitos históricos. As personagens que interpretam são aqui vistas como resultado de intercâmbios de capital cultural que envolvem embates representacionais. A escolha destes dois agentes, presentes na cena televisiva brasileira, surge a partir do que diz respeito aos “lugares sociais” como humoristas, que coadunam suas trajetórias a partir de uma movimentação entre diversos meios culturais como teatro, cinema e televisão, sendo este último um meio que promove fluidez entre emissoras.

As participações em coadjuvância, em telenovelas e posteriormente em programas de auditório, trazem como ponto forte o peculiar, ao modo que abordam temáticas variadas a partir do baixo cômico. Desta feita, o conceito de “circularidade” (GINZBURG, 2006) irá auxiliar na historicização, na medida em que observamos o posicionamento desses agentes dentro do fluxo



produção, circulação e recepção, como sujeitos ativos dentro deste processo de pluralidade de vozes que os constituíram como performers de horizontes de expectativas individuais e coletivos.

Esta perspectiva faz sobrepujar os aspectos que compõem redes discursivas, ao passo que abre como possibilidade a compreensão do papel dos artistas que aderem em suas produções referências múltiplas. Compreendemos, a partir do debate levantado por João Silvério Trevisan (2000), que os dois artistas em foco, como homossexuais, sofrem influência maciça do que chama de esgotamento da moral.

A homossexualidade, vista como um alvo fácil de um novo fundamentalismo político-empresarial, torna-se bode expiatório desta mesma crise e é posta em espaço de vulnerabilidade ante um mercado em que as regras de consumo na sociedade global são generalizadas e radicalizadas. “O que importa é que nunca é o consumo, de modo que a própria moral passou, em certa medida, a depender do mercado – como mostram as incursões “avançadas” da TV Globo na área dos costumes” (TREVISAN, 2000, p. 19).

A pertinência desta proposta de pesquisa consiste em enfrentar as produções cênicas como obras populares em suas teias de embates representacionais no período de transição sociopolítica, entre a década de 1980 e 1990. Buscamos ainda uma pertinência na estética da “recepção”, compreendendo que “o receptor das mensagens também é sujeito no processo de significação” (TRINDADE, 2010), no que tange à historicidade de sua experiência, fator que nos auxilia na observação e análise das informações intrínsecas ao objeto, dando-se pelas vias comunicativas, produtivas e receptivas.

Desta feita pensamos a telenovela, na máxima de Welton Danner Trindade, como detentora de capacidade de mobilizar outros meios de comunicação no debate dos assuntos propostos. Vista como gênero televisivo de matriz narrativa popular, tem domínio ativador de competências e técnicas culturais.

É sob o viés da performance como categoria operacional que buscamos investigar as obras às quais os atores/personagens Jorge Lafond / Vera Verão e Patrício Bisso / Olga del Volga em sua dualidade se apresentam. Para o historiador Herculano Lopes (2011), como área de estudos nos limites entre ciência e arte, o enlace entre performance e História está na desconstrução do que se entende como ao vivo ou observável para o registro etnográfico, sendo estes dois aspectos parte constituinte do próprio ato performático.

Compreendendo o uso da noção de ideia-força de performance nos estudos da cultura, evidencia-se um novo olhar sobre fenômenos que já foram enxergados sob diversos prismas. De acordo com seu momento histórico, indivíduos se colocam em posições e constroem representações



de si em diversas nuances no que diz respeito ao público e, desta forma, “contribuem para a construção de identidades coletivas que ao mesmo tempo refletem e influenciam o curso dos eventos” (LOPES, 2011, p. 7).

Na perspectiva de Walter Benjamin, é que o autor nos traz o que se monta ao real lacaniano, que tensiona a performance diante do registro, sendo a primeira uma janela elusiva para esse momento de realidade, reproduzindo a vida ao vivo e representando por meio do presente uma apresentação. Para Márcio Pizarro Noronha (2005), a performance está imbricada de modo geral com uma teatralidade do corpo do artista que visualmente direciona-se ao público, como a exemplo dos experimentos dadaístas no século XX, deste modo, tem oscilado seus objetivos desde a década de 1960, como a exemplo da Arte “efêmera, da arte povera, da arte abjeta, de práticas teóricas afinadas aos movimentos da arte conceitual” (NORONHA, 2005, p. 132).

Entre teoria e prática, num formato multicultural e multidisciplinar, irá sempre possuir um corpo como suporte plástico e conteúdo da arte, caracterizando-se como embodiment da cultura e abrindo caminhos para novas chaves interpretativas. Noronha ressalta ainda o corpo matérico humano como vetor de signos que estão contidos em sua própria tradição artístico-cultural e portador de grupos imagéticos que figuram questões da corporeidade do próprio humano nos tempos atuais.

No caso das personagens Vera Verão (Jorge Lafond) e Olga del Volga (Patrício Bisso), o uso da performance se dá aos modos que se configuram suas presenças em espaços midiáticos devidamente registrados em formato audiovisual. A cenicidade destes registros coloca em evidência os aspectos performáticos, temáticos e estéticos a serem analisados, bem como proporciona abertura de diálogo com a recepção.

A compreensão do objeto artístico sob análise da história pode ser pensada a partir das premissas de Roger Chartier (2002), que nos impulsiona à percepção acerca dos movimentos de reconhecimento do tipo de linguagem utilizada no processo de construção. Deste modo, há a possibilidade de imprimir uma perspectiva histórica analítica acerca dos códigos e as bagagens políticas e culturais que os circundam, revelando-se de suma importância no que diz respeito à escolha de obras cênicas como objeto.

Patrício Bisso foi figurinista, cenógrafo e ator, com vasta atuação no cinema: 1979, Maldita coincidência (Sérgio Bianchi); 1982, Das tripas coração (Ana Carolina); 1982, O homem do pau-brasil (Joaquim Pedro de Andrade); 1983, Onda nova (José Antonio Garcia); 1984, A estrela nua (José Antonio Garcia); 1985, Além da paixão (Bruno Barreto); 1985, O beijo da mulher aranha (Héctor Babenco), interpretando a personagem Greta; 1987, Brasa adormecida (Djalma Limongi Batista); 1989, Dias melhores virão (Cacá Diegues); 1991, Naked tango (Leonard Schrader); em 1978

participa como ilustrador no jornal Lampião da esquina, jornal homossexual brasileiro que circulou entre 1978 e 1981.

No entanto, é na televisão – entre 1983 e 1984, Abril Vídeo (TV Gazeta) – que sua trajetória fica marcada com a personagem Olga del Volga, que participa como repórter, fazendo cobertura de eventos culturais. Posteriormente, o ator faz uma participação na novela Um sonho a mais, em 1993, com a mesma personagem, criando a seguinte biografia:

Com Olga ainda bebê em um carrinho que despenca por aquelas escadarias fantásticas do filme “O Encouraçado Potenkim” durante a revolução Russa. Seu estranho destino começa aí: depois das escadas ela vai parar entre ciganos que despacham, mais tarde, para uma granja coletiva. Olga fica mocinha e vai para a faculdade, faz curso de psicologia e torna-se a primeira psicóloga da União Soviética. Um dia foge de Moscou para conhecer Sigmund Freud, apaixona-se por ele e torna-se uma dissidente soviética. Leva uma vida atribulada e cheia de confusões até chegar ao Brasil e fundar as “Casas Olga” e reinar, absoluta, entre meias e soutiens (LOBATO, 1988, p. 1).

A biografia da personagem trata-se de um esboço do que viria a ser a introdução do seu filme que não obteve fundos para ser desenvolvido. A trajetória do ator é vasta, no entanto, é com a sexóloga Russa que obtém um destaque nos diversos meios culturais, tanto no teatro e na TV, quanto no cinema, com o jargão “Não adianta tentar afogar as mágoas, porque elas já aprenderam a nadar”. Resulta, ainda, na produção musical Louca pelo saxofone, em 1980, com o grupo os Bokomokos.

Diante destes trabalhos realizados pelo ator, podemos perceber a forma como se dá a sua memória histórica, a partir do levantamento de matérias de jornais e entrevistas registradas por audiovisual, a saber, materiais jornalísticos até aqui colhidos que descrevem sua trajetória relacionando-a à personagens travestidas.

Em meio à sua trajetória artística, explicita insatisfação com os papéis que lhes são designados: “No cinema, não dou sorte. Me chamam para travestis paraguaias ou coisa parecida. [...] e acho que vou parar de fazer papel de mulher, vou dirigir, desenhar. Hoje já estou me vendo muito velho com os mesmos problemas que uma mulher velha teria” (ABIRACHED, 1989, p. 3).

A trajetória de Jorge Lafond, ator, comediante, dançarino e drag queen brasileiro, se dá na televisão inicialmente em 1974, com o Corpo de bailarinos do Fantástico; 1981, Viva o gordo; 1983, Plunct, plact, zuuum, como “dançarino do espaço”; 1983, Voltei pra você, como “Zé dos Diamantes”; 1987, Sassaricando, como “Bob Bacall”; 1992 a 2003, A praça é nossa, como “Vera Verão”; 1989, Kananga do Japão, como “Madame Satã”; 1990 e 1991, Os trapalhões, como “Divino”; 1993, Adjeci Soares em Focus, como “Jorge”; 2000 (exibido em 2004), Meu cunhado, como “Verônica”.

Já no cinema, atuou em: 1982, Rio Babilônia, como “dançarino da boate”; 1983, Bar Esperança, como “Luis”; 1984, Bete Balanço, como “Jorge Lafont”; 1987, Leila Diniz, como “Waldeck”; e em 1991, com Os trapalhões, consolida-se como “Vera Verão”. Em entrevista para o jornal O Estado de São Paulo, explica:

A Vera Verão surgiu no meu primeiro convite do Wilton Franco nos Trapalhões, em um quadro que era o bingo do Mussum e o empresário do Michael Jackson. Eu fazia um personagem que saiu do morro da Mangueira e foi pros [sic] Estados Unidos, super machão. Quando voltava, era todo desmunhecado. Quando eu abria a porta do apartamento, o Mussum falava: ‘Zecão! Zecão! O que aconteceu com você, Zecão?!’. Aí eu gritava: ‘Zecão, não, meu amor! Meu nome agora é Vera Verão!’ Depois, a gente apagou, porque veio outras coisas. Quando veio o convite do Carlos Alberto pra ir pro SBT, ele falou que queria um personagem assim e assado. Falei: ‘Posso dar um nome?’. Ele falou: ‘pode’. Eu disse: ‘Vera Verão’. Ele achou meio ‘assim’, mas conclusão: já há 10 anos que o Brasil inteiro grita esse nome [por] aí afora! (ZORZI, 2018).

De 1992 até 2003 participou do programa humorístico A praça é nossa, do SBT e fez sucesso com o bordão “Êpa! Bicha não! Eu sou uma quase...”. A partir da popularização do seu personagem em TV aberta em nível nacional, Vera Verão se torna um termo para se referir a sujeitos homossexuais afeminados. A análise parcial das fontes que foram produzidas durante sua carreira mostra as vias sob as quais se dava a carreira de Lafond.

Sempre citado como sujeito polêmico e engraçado, o ator facilmente é misturado à personagem Vera Verão. Em suas memórias póstumas, materiais jornalísticos até aqui colhidos descrevem também sua trajetória o relacionando à personagem Vera Verão. As fontes apontam ainda os preconceitos sofridos pelo ator, evidenciando sua homossexualidade como algo negativo, como a exemplo de sua expulsão do teatro Sesc, onde não foi permitida sua permanência em cartaz por ser um espetáculo gay.

Sobre este fato, em entrevista, o ator diz: “Isso é uma forma de discriminação boba. Foi por minha causa que os teatros do Sesc São João de Meriti e Madureira tiveram excelentes bilheterias. [...] cheguei a fazer sessões extras. Fui para ficar 15 dias e fiquei 4 meses em cartaz” (SETTA, 1991). Jorge Lafond produziu ainda uma autobiografia intitulada Vera Verão: Bofes & babados (1999), em que ameaça dizer os nomes de pessoas famosas com quem costumava se relacionar às escondidas.

O ator se torna ícone polêmico no carnaval, dentre as escolas de samba, como a exemplo do ano 2000, quando desfilou com a temática “Alice no país das maravilhas”. Desta forma, buscamos uma investigação acerca das “representações” (CHARTIER, 2002) humorísticas do homoerotismo e travestilidade presentes no sistema televisivo brasileiro nas décadas de 1980 e 1990, a partir das personagens Vera Verão (Jorge Lafond) e Olga del Volga (Patrício Bisso).



No que diz respeito a Bisso, nos propomos a analisar suas participações. Em 1983 e 1984, na Abril Vídeo (TV Gazeta), ele apresenta quadros como repórter dentro do programa São Paulo na TV, representando a sexóloga Olga del Volga. Em 1985, trabalha na telenovela Um sonho a mais, com autoria de Daniel Más e Lauro César Muniz, colaboração de Mário Prata e Dagomir Marquezi, dirigida por Roberto Talma, Mário Márcio Bandarra, Carlos Magalhães e Luca de Castro, que foi exibida de 04 de fevereiro a 03 de agosto, com o total de 153 capítulos, dos quais dez tiveram a participação de Patrício Bisso.

Participou também do musical Louca pelo saxofone, que resultou em um CD, apresentado com uma banda de homens travestidos ao estilo del Volga. O CD possui dez faixas, destacando a participação especial em faixas separadas por vinhetas, com Wanderléia, Rita Lee, Tony Campello e Lolita Rodrigues. Quanto a Jorge Lafond, nos propomos a analisar suas participações em Viva o gordo, programa apresentado por Jô Soares, dirigido Cecil Thiré, Francisco Milani, Walter Lacet; Redação: Max Nunes, Afonso Brandão, Hilton Marques, José Mauro, Luis Fernando Verissimo, Carlos Ferreira e Armando Costa.

O programa foi exibido de 09/03/1981 a 15/12/1987, nas segundas, às 21h10, na TV Globo. Em 1988, O sassarico da nega, dirigido pelo próprio Lafond, foi um show dividido por esquetes trazendo diversos personagens e temas que variavam de acordo com as notícias mais recentes, passando por turnê por todo Brasil e países como Canadá e Portugal; 1988 e 1991. Participou no programa de auditório A praça é nossa, de 1992 a 2002, de cunho humorístico, baseado em A praça da alegria, de Manuel de Nóbrega. Dirigido por Marcelo de Nóbrega, com produção de Edimilson Gatti, Moacir Firmino, Karen Di Tullio e Natália Lima, apresentado por Carlos Alberto de Nóbrega, no Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

E, por fim, analisamos ainda sua autobiografia Vera Verão: Bofes & babados (1999), Editora: CCeP, Edição: 1. Partindo desta observação, é que indagamos ainda, na presente problemática, a forma como nesse momento histórico, dentro do recorte temporal proposto, sujeitos homossexuais estão se inserindo para o grande público. De que forma os agentes em suas trajetórias artísticas trazem consigo o debate sobre a homossexualidade no Brasil? Como as cargas da moral, tão presentes e marcadas como meio político dos anos anteriores, influenciam a posição que esses artistas/ personagens ocupam neste novo espaço cultural?

Entende-se que por mais que os artistas Jorge Lafond e Patrício Bisso não tragam como proposta, carregam consigo debates sobre o homoerotismo e todas as cargas que o envolvem, como a exemplo dos preconceitos acerca destes indivíduos marcados pelo alastramento da Síndrome da



Imunodeficiência Adquirida (AIDS) no Brasil, além da carga moral cristã de subjugação aos assuntos que envolvem o corpo e a sexualidade.

A memória histórica construída pelas fontes bibliográficas e documentais posicionam estes artistas aos seus personagens ao longo de suas trajetórias, neste caso Jorge Lafond / Vera Verão representa assim o lugar da “travesti marginal”, caracterizado pela habitual agressividade, e Patrício Bisso / Olga del Volga com toques de “perfeição” de uma travesti superfeminina ante as produções sobre sujeitos homoeróticos que representam de forma caricaturada o homoerotismo.

Ao ponto que é observado aqui como modo de negociação para uma inserção no meio cultural televisivo, percebe-se a ideia cristalizada de que a televisão é meio de cooptação, no entanto, é em contraposição a esta narrativa que percebemos os referidos sujeitos históricos em posição de “liminaridade”. Ao modo que se observa a televisão como espaço de debate, em extremo oposto, encontra-se a ojeriza do movimento GLS como público representado (recepção), que aponta a forma como as personagens gays morrem nas novelas de modo negativo, assim compreendemos que os sujeitos históricos posicionam-se neste entremeio, apresentando o cômico como estratégia de permanência.

É sabido que a crítica à sátira em relação ao universo das moralidades está posta desde o século XIX, no entanto, é no bojo da contracultura que encontramos um desdobramento de ligação direta com o movimento LGBT no Brasil. A partir das premissas de João Silvério Trevisan (2000) e James Naylor Green (2000) é que evidenciamos o desejo como algo político, uma espécie de plataforma de luta para o movimento GLS no Brasil na década de 1970.

Salientamos o posicionamento sobre os artistas – sujeitos históricos – como parte ativa neste processo, valendo-se do escracho, caricatura e deboche, que serão aqui identificados sob o viés da “performance” e da “estética”. Assim, hipoteticamente afirmamos, a partir da perspectiva da tragédia contemporânea (EAGLETON, 2013), que a não consagração do lugar dos comediantes Patrício Bisso e Jorge Lafond se dá ante uma utopia social patriarcal sobre a moralidade, em que se imprime normas aos corpos.

No caso aqui problematizado, o trágico contemporâneo é colocado esteticamente aos agentes históricos vistos nestes entremeios sociais midiáticos, não como heróis, mas como a personificação da própria tragédia. Por serem sujeitos que, a partir do cômico, trazem à tona ao popular tudo o que é considerado tabu e a sociedade deseja esconder em nome de uma ordem coletiva, vêm personificar o rompimento com esta austeridade e a falha de uma utopia. Visto que nas entrelinhas deste processo encontram-se os debates acerca de uma conjuntura sociopolítica do Brasil dentro do Recorte temporal proposto.

REFERÊNCIAS

- ABIRACHED**, Milton. 'A louca do sax'. O Globo. 15 de fevereiro de 1989. Rio de Janeiro. Segundo caderno, p. 3.
- CERTEAU**, Michel de. A escrita da história. Tradução: Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica: Arno Vogel. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- CHARTIER**, Roger. À beira da falésia: A história entre certezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002. **EAGLETON**, Terry. Doce violência: A ideia do trágico. Tradução: Alzira Allegro. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- GINZBURG**, Carlo. O queijo e os vermes. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GREEN**, James Naylor. Além do carnaval: a homossexualidade no Brasil no século XX. São Paulo: Unesp, 2000.
- HAMBURGER**, Esther. "Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano". In: **SCHWARCZ**, L. M. (Org.). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LOBATO**, Elaine. O riso solto de Bisso. O Globo, 27 de março, 1988, Matutina, Segundo Caderno, p. 1.
- LOPES**, Antonio Herculano. Performance e história (ou como a onça, de um salto, foi ao Rio do princípio do século e ainda voltou para contar a história). Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.
- MATE**, Alexandre. O teatro adulto na cidade de São Paulo na década de 1980. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MOURA**, Roberto Murcia. Sobre cultura e mídia. Irmãos Vitale, 2001. **NAPOLITANO**, Marcos. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 28, 2001.
- NORONHA**, Márcio Pizarro. Imagens do corpo e embodiment das imagens. A circulação da imagem corporal em uma perspectiva histórica (artística) e antropológica (estética). Revista Sociedade e Cultura. v. 8, n. 2. Goiânia: UFG, 2005
- RODRIGUES**, Eder Sumariva. A dinâmica da produção teatral de Ruth Escobar: Entre estética e poder, arte e resistência. Dissertação (Mestrado em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Artes. Florianópolis, 2010.
- SENA**, Nathally Almeida. Já podemos rir? Novas questões em cena por meio da trajetória do Asdrúbal Trouxe o Trombone (1970 – 1980). 2018. 147 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018.
- SETTA**, Luciene. Lafond: Sassarico em Bangu. O Globo. 21 de julho de 1991. Rio de Janeiro. **SOUZA NETTO**, Miguel Rodrigues de. Homoerotismo no Brasil contemporâneo: representações,

ambiguidades e paradoxos. Uberlândia, 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. **TRINDADE**, Welton Danner. Os efeitos de personagens LGBTs de Telenovelas na formação de opinião dos telespectadores sobre a homossexualidade. 2010, 167 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. **ZORZI**, André Carlos. 'Êpa! Bicha, não!' - 15 anos sem Jorge Lafond, a Vera Verão. O Estado de São Paulo, São Paulo 11 de janeiro de 2018.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, A LEI MARIA DA PENHA E AS VULNERABILIDADES SOCIAIS⁵⁸⁷

O DIREITO E A HISTÓRIA: UM DIÁLOGO PARA O ENTENDIMENTO DAS VULNERABILIDADES DA CONDIÇÃO DA MULHER FRENTE AO FUNCIONAMENTO DA LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

*Jeanne Silva.*⁵⁸⁸

*Pâmela Cassimiro S. Macedo*⁵⁸⁹

RESUMO

Em razão do isolamento social e do confinamento aos quais a população está submetida, decorrentes da Pandemia do COVID-19, os órgãos de Segurança Pública e aqueles vinculados ao Poder Judiciário, têm observado um aumento significativo dos casos de violência doméstica inclusive, algo que já vem sendo noticiado em diferentes veículos de comunicação. As mulheres, em diversas situações e contextos sociais tem sofrido com o stress, o cansaço, o aumento da jornada de trabalho e em diversos momentos com o aumento da violência doméstica. Este artigo tem o objetivo de realizar uma reflexão histórico-jurídica sobre a questão da violência contra as mulheres e realizar apontamentos de pesquisas e trabalhos realizados que busca analisar a temática, e pensar alternativas educacionais de conscientização para a formação educacional das novas gerações, apresenta resultados de pesquisa científica desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional, Linha de Pesquisa História, Sociedade e Práticas Educativas no Instituto de História e Ciências Sociais, da UFCAT – Universidade Federal de Catalão.

Palavras chaves: Ensino de História, Lei Maria da Penha, Violência doméstica, Constituição Federal.

⁵⁸⁷Artigo apresentado para VI FÓRUM DOS PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO CENTRO OESTE.

⁵⁸⁸Professora do Instituto de História e Ciências Sociais, da UFCAT – Universidade Federal de Catalão, participante do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional, Linha de Pesquisa História, Sociedade e Práticas Educativas. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis-GO. Graduada, Mestre e Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail institucional de contato: jeanne16@ufcat.edu.br

⁵⁸⁹Mestranda e participante do Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional, Linha de Pesquisa História, Sociedade e Práticas Educativas, desenvolvendo a pesquisa temática: “História(s) de Maria(s). BOLSISTA FAPEG. Graduada em Direito pelo CESUC – Centro de Ensino Superior de Catalão e Graduação em História pela FAVENI- Faculdade Venda Nova do Imigrante. E-mail de contato: pcassimiro21@gmail.com.



De forma ampla e muito imprecisa, os direitos das minorias são direitos individuais normais aplicados aos membros de “minorias” de raça, de etnia, de classe, às minorias religiosas, linguísticas ou sexuais; e também os direitos coletivos concedidos a grupos minoritários. A Declaração Sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a “Minorias” Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas foi adotada pela Assembleia Geral em 18 de dezembro de 1992, pela Resolução 47/137.

É necessário a abordagem e a escolha do termo “minoria” para entendermos em como os conceitos linguísticos, escamoteiam e dissimulam o uso político da linguagem. “Minorias” referem-se a grupos humanos ou sociais que estejam em situação de “vulnerabilidades”, em situações de inferioridade ou subordinação em relação a outro, considerado dominante ou majoritário. A contradição vem exatamente porque a “minoria” (dada aos grupos oprimidos, marginalizados, fragilizados) são numericamente a “maioria”. Grupos que estejam em posição de fragilidade, vulnerabilidade pode ter fundamentos em diversos fatores, que vão desde o sócio econômico, o legislativo, o étnico ou o religioso.

A identidade social construída pelo uso do termo Minorias também é algo que interessa aos historiadores. Pois os conceitos são históricos. Sob outra perspectiva e adotando outros termos, esse foi um problema que preocupou Gramsci. Ao discutir a ideologia nos seus cadernos da prisão, o autor vê sua “filosofia espontânea comum a todas as pessoas” derivada de três fontes, sendo a primeira delas “a própria linguagem”, que é um conjunto de determinadas noções e conceitos. Essas noções não são apenas as apropriações realizadas por um indivíduo, mas provem de experiências compartilhadas em várias situações, no trabalho, na relações sociais como um todo. Isso o conceito abre para dois aspectos que podemos encontrar mencionados por E.P.Thompson⁵⁹⁰: vários aspectos para uma mesma realidade. De um lado uma conformidade com o status quo, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e jogar de acordo com as regras impostas pelos dominantes ou “Maiorias”; de outro, o “senso comum” derivado da experiência de exploração, dificuldades, repressão e carências decorrentes de se fazer parte desse grupo intitulado de “minorias”.

Conforme documento do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, conferência Nacional e Políticas Públicas, grupos minoritários são os

Grupos que historicamente não tiveram seus interesses representados no processo político brasileiro. Isso seria particularmente verdadeiro no caso de grupos sociais minoritários organizados em torno do compartilhamento de uma identidade cultural, seja ela pautada por definições de gênero, raça, orientação sexual, ou outro modo de

⁵⁹⁰THOMPSON, E.P. Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional. Cia das Letras. 1998.



vida compartilhado que impõe demandas por políticas específicas, como é o caso das pessoas com deficiências e dos idosos⁵⁹¹ (IPEA, 2012)

A discussão de tais políticas públicas, deixa claro que os grupos vulneráveis são então considerados: “os jovens e idosos, as mulheres, as minorias raciais, as pessoas com pouco suporte social, pouco ou nenhum acesso à educação, baixa renda e desempregados”. Questionando a realidade brasileira atual, é fácil entender que o termo “minorias” é uma cilada linguística, pois, de fato, a maioria da população brasileira encontra-se em alguma dessas condições.

Questionado o uso do termo, as mulheres encontram-se dentro desse grupo de minorias vulneráveis. As mulheres dispõem de um estatuto, que é a Lei “Maria da Penha” que regulamenta, no âmbito criminal, processual e administrativo seus direitos na situação de violência doméstica. Destaca-se, ainda, no âmbito processual, a possibilidade de decretação de prisão preventiva para assegurar o direito da mulher (art. 313, inc. II do CPP). Civilmente, destaca-se a proteção da mulher gestante, notadamente por meio de alimentos gravídicos. No âmbito penal, há crimes mais severamente punidos quando praticados contra a mulher, em que se destaca o feminicídio (art. 121, IV), a frustração de direito trabalhista (art. 203 do CP), aliciar trabalhadores para outra localidade (art. 207 do CP)³⁴ e, ademais, a Lei 10.778/0323 estabelece a necessidade de notificação compulsória nos casos de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos e privados. Por fim, no âmbito trabalhista, são amplas as normas jurídicas de proteção à mulher em respeito aos limites físicos (limite no carregamento de peso), proibição de discriminação, além de proteção à gestação e também à amamentação no ambiente de trabalho, estabelecidos sobretudo nos artigos 389 e seguintes da CLT⁵⁹². Nossa discussão aqui não se pretende exaustiva, e nos concentraremos nas reflexões que circunscrevem-se a Lei Maria da Penha, de violência doméstica contra a mulher.

Vamos nos deter em um questionamento da existência e da operacionalização da lei, já que inúmeros trabalhos tem sido realizados sobre o conteúdo da mesma. Pensamos numa certa relação entre as Ciências História e o Direito. A violência doméstica é fruto de uma sociedade machista e patriarcal que reproduz e perpetua um papel determinado socialmente para a mulher e que a mantém refém de velhas estruturas, preconceitos e valores.

Muitos consideram que a “Lei” por si só não resolve conflitos; por outro lado, a existência delas abre espaços de luta, onde essas Minorias possam lutar por mais direitos e fazer avançar a

⁵⁹¹Conferência Nacional e Políticas Públicas. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Thamy Pogrebinski. Rio de Janeiro, Junho de 2012. Endereço Eletrônico para Consulta https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1741.pdf. Acesso em 09/02/2022.

⁵⁹²BITTAR. C. M. L. Vulnerabilidade Legislativa de Grupos Minoritários. Endereço Eletrônico de Consulta: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QjTxmhdVTNvtN8YNGvx7d8N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 09/02/2022.



Ciência Jurídica. A Lei é entendida, na condição de realidade material entre homens e mulheres, que não está isenta das relações hierárquicas dominantes de gênero e nem da capacidade de mobilização dos grupos. Daí elas abrangerem tanto as leis acumuladas e em vigência como a luta por novos direitos e abordagem transformadora das realidades, pois, através das mudanças histórico-sociais, as leis também precisam avançar, modificarem-se e se adequarem às novas exigências sociais, à medida que os costumes e valores sociais também vão se alterando.⁵⁹³ Com a promulgação da Lei n. 11.340/06, graças à luta de feministas e às pressões exercidas junto ao Estado brasileiro, a violência em face da mulher vem sendo enfrentada de forma mais séria, com medidas mais efetivas, embora saibamos que na prática ainda há um caminho longo a ser percorrido por todos os agentes históricos envolvidos.

O Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado Profissional, do Instituto de História e Ciências Sociais, da UFCAT – Universidade Federal de Catalão, através da Linha de Pesquisa História, Sociedade e Práticas Educativas, vem desenvolvendo, Pesquisas que buscam instrumentalizar seus participantes a refletirem sobre os espaços ocupados pelas práticas educativas formais e informais nas disputas colocadas no contexto de diferentes dinâmicas de funcionamento da sociedade em diversos espaços e temporalidades, a partir de uma perspectiva que considere múltiplas dimensões da existência social, tais como: de classe, de gênero, étnicas e religiosas, lidando com os diferentes tipos de registros da memória social e partindo de um pressuposto que pensa as relações constituintes desta dinâmica como relações políticas. Refletir sobre como a educação participa nas disputas estabelecidas nas relações diárias de luta pela sobrevivência, nas lutas acerca de valores e costumes, nas diferentes formas de organização dos vários setores sociais e também nas formas de organização do estado, desvelando problemas e projetos intrínsecos aos modos de educar.⁵⁹⁴

Nesse sentido várias pesquisas vem sido realizadas especificamente nesse tema de discussão do avanço histórico da legislação contra a violência doméstica sobre as mulheres.

A pesquisadora Maria Leônia, com Mestrado concluído em 2019, com a dissertação intitulada: “Violência doméstica em Pires do Rio – estudo de casos – poder construído que magoa, fere e mata”⁵⁹⁵. É uma pesquisa que aborda as questões femininas tão presentes em nosso cotidiano. Embora trabalhado com estudos de caso da cidade de Pires do Rio, interior de Goiás, faz-nos ampliar o olhar de que esta é uma realidade vivenciada em muitas de nossas cidades brasileiras, quer sejam do interior ou dos grandes centros urbanos. Analisa a violência doméstica em Pires do Rio (GO), no intuito de identificar e discutir instrumentos jurídicos que respaldam a mulher, como o determinado na Lei n.

⁵⁹³THOMPSON. E. P. Costumes em Comum.

⁵⁹⁴Página do Mestrado Profissional. Endereço eletrônico de acesso: https://mestrado_historia.catalao.ufg.br/p/6246-linhas-de-pesquisa

⁵⁹⁵Dissertação disponível na página do Mestrado de História. Endereço eletrônico: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9513>

11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha. Fundamentado no estudo de inúmeros inúmeros processos judiciais da Comarca de Pires do Rio.

A participante do Programa de Mestrado e pesquisadora Pâmela Cassimiro S. Macedo⁵⁹⁶ vem desenvolvendo, nessa mesma linha de trabalho com processos jurídicos, a pesquisa temática: “História(s) de Maria(s), se concentrando na violência psicológica contra as mulheres. É um trabalho que apresenta como objetivo central mapear a violência psicológica sofrida por mulheres em diversos processos criminais regidos pela Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Apresenta como metodologia diversos estudos de casos, pesquisa bibliográfica, análise da legislação em vigor, análise de dados disponibilizados por órgãos governamentais e não governamentais, análise de processos criminais regidos pela Lei Maria da Penha. Aponta os aspectos sócio-históricos que sustentam a prática da violência contra as mulheres na sociedade brasileira, principalmente no quesito da violência psicológica e busca servir como instrumento de conscientização feminina e social na prevenção de outras situações. Um trabalho de grande relevância no contexto educacional, visto que permite uma interação com as/os discentes e novas gerações, referente a um tema que envolve a complexidade das relações afetivas e construção identitária; além de proporcionar a conscientização social e discussão de um tema que interessa à sociedade como um todo, na construção de relações familiares mais saudáveis e menos violenta. A pesquisa apresenta como proposta retratar as histórias de várias Maria(s), ficcionais na narrativa, mas construídas e advindas de história(s) de Mulheres reais, baseadas nos relatos processuais criminais. Transformando em Literatura, possível de ser discutida por um público escolar, Histórias de Violência Doméstica sofrida por muitas Marias, contidas em Processos Jurídicos reais.

Quando falamos sobre a violência doméstica contra a mulher se torna imprescindível que analisemos os dados estatísticos referentes a esta temática, pois este tem o papel fundamental, além de ser uma efetiva ferramenta para nos demonstrar a realidade que nos cerca proporcionando também a tomada de decisões.

O site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, traz dados recentes referentes a violência doméstica contra a mulher no ano de 2021, bastando digitar na caixa de pesquisa este assunto.

Assim dispõe:

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública se baseia em informações fornecidas pelas secretarias de segurança pública estaduais, pelas polícias civis, militares e federal, entre outras fontes oficiais da Segurança Pública. A publicação é uma ferramenta importante para a promoção da transparência e da prestação de contas na área, contribuindo para a melhoria da qualidade dos dados. Além disso, produz conhecimento, incentiva a avaliação de políticas públicas e promove o debate de

⁵⁹⁶BOLSISTA FAPEG.



novos temas na agenda do setor. Trata-se do mais amplo retrato da segurança pública brasileira. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021)

Logo, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021, disponibilizado no site do Fórum Brasileiro de Segurança Pública se torna uma importante fonte para que esta pesquisadora possa realizar o seu trabalho de investigação sobre a violência doméstica contra a mulher. Pois, além de ser rico em detalhes, proporciona interpretar os vestígios dessa violência que se perpetua ao longo dos anos.

Analisando estes dados disponibilizados, de acordo com o anuário brasileiro de segurança pública, os números de denúncia de violência doméstica contra a mulher, neste ano marcado pela pandemia da Covid 19, são assustadores, equivale a dizer que:

230.160 mulheres denunciaram um caso de violência doméstica em 26 UF, sendo o Ceará o único estado que não informou. Isto significa dizer que, ao menos 630 mulheres procuraram uma autoridade policial diariamente para denunciar um episódio de violência doméstica. (Anuário Brasileiro de Segurança pública, 2021: 01)

Os dados de chamados de violência doméstica às Polícias Militares no 190 também indicam crescimento, com 16,3% mais chamadas no último ano. Foram ao menos 694.131 ligações relativas à violência doméstica, o que significa que a cada minuto de 2020, 1,3 chamados foram de vítimas ou de terceiros pedindo ajuda em função de um episódio de violência doméstica. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021: 02)

Muitas mulheres e meninas que foram mortas neste contexto, tiveram a vida, seu direito fundamental principal, retirado por questões de ódio, ou seja, por simplesmente serem mulheres. Ao analisar os dados podemos verificar a concretização deste fato:

Em números absolutos, 1.350 mulheres foram assassinadas por sua condição de gênero, ou seja, morreram por ser mulheres. No total, foram 3.913 mulheres assassinadas no país no ano passado, inclusos os números do feminicídio. (Anuário Brasileiro de Segurança pública, 2021: 02)

Ainda neste diapasão:

A própria definição de feminicídio, dada pela lei 13.104/2015 afirma que, considera-se que o crime foi praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino em duas hipóteses: 1) quando o crime envolve violência doméstica e familiar; 2) quando envolve menosprezo ou discriminação à condição de mulheres. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021: 04)

Os altos índices de violência doméstica perpetrado contra mulher, na maioria dos casos, possuem como agressor o parceiro íntimo da vítima ou ex-companheiro, assim podemos observar tal fato abaixo:

Apesar da definição legal, e dos limites impostos pela base de dados, o fato é que 14,7% dos homicídios femininos tiveram como autor o parceiro ou ex-parceiro íntimo da vítima, o que deveria torná-los automaticamente um feminicídio. Isto significa dizer que cerca de 377 homicídios de mulheres praticados no ano passado



são, na realidade, crimes de feminicídio. (Anuário Brasileiro de Segurança pública, 2021: 04)

Já os dados de feminicídio indicam que 81,5% das vítimas foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro íntimo, mas se considerarmos também demais vínculos de parentesco temos que 9 em cada 10 mulheres vítimas de feminicídio morreram pela ação do companheiro ou de algum parente. (Anuário Brasileiro de Segurança pública, 2021: 04)

72,8% dos autores das violências sofridas são conhecidos das mulheres, com destaque para os cônjuges/companheiros/namorados (25,4%), ex-cônjuges/ex companheiros/ex-namorados (18,1%); pais/mães (11,2%), padrastos e madrastas (4,9%), e filhos e filhas (4,4%), indicando alta prevalência de violência doméstica e intrafamiliar. (RELATÓRIO VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL, 2021: 12)

Analisando o contexto racial, podemos verificar o aumento da violência contra a mulher negra em relação a mulher branca, verificamos através dos dados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública que:

Entre as vítimas de feminicídio no último ano 61,8% eram negras, 36,5% brancas, 0,9% amarelas e 0,9% indígenas. Entre as vítimas dos demais homicídios femininos 71% eram negras, 28% eram brancas, 0,2% indígenas e 0,8% amarelas. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021: 06)

Analisando o locus delicti commissi, ou local do crime, podemos verificar que a maioria do ato delituoso de feminicídio ocorreu em casa, veja:

O local do crime é outra variável útil para compreendermos o contexto da morte violenta. Nos casos de feminicídio mais da metade das vítimas morreram dentro de casa, ao passo que dentre os demais homicídios femininos 1/3 ocorreram em via pública. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021: 06)

É importante destacar também a arma utilizada para a prática de crimes de homicídio e feminicídio, sendo que as armas brancas, ganham destaque em relação a este. Observe os dados do Anuário Brasileiro de Segurança pública:

A diferença mais significativa na comparação entre os feminicídios e os demais assassinatos de mulheres se dá em relação ao instrumento empregado. Enquanto armas de fogo respondem por 64% de todos os demais assassinatos de mulheres, semelhante à média nacional, a maioria dos crimes de feminicídio ocorrem com a utilização de armas brancas como facas, tesouras, canivetes, pedaços de madeira e outros instrumentos (55,1%) que podem ser utilizados pelo agressor. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021: 07)

Segundo o Anuário Brasileiro levando-se em consideração um estudo realizado nos Estados Unidos da América, a relação existente da violência contra a mulher tem proporção direta e agravada pelo acesso do agressor a portes de armas, com o aumento do registro no SINARM, passamos a verificar uma situação preocupante, visto que pode custar a vida da vítima.

Além da crise sanitária que enfrentamos no Brasil neste momento, há outra crise que nos assola e que também retira a vida de mulheres que é a violência doméstica contra elas.

As crises sanitárias acabam expondo as desigualdades existentes e as exacerbando-as, principalmente no quesito de gênero.

Corroborando este entendimento:

A experiência de epidemias recentes, como as dos vírus da Zika (2015) e Ebola (2013), indicam que crises sanitárias exacerbam desigualdades já existentes, incluindo aquelas baseadas em status socioeconômico, idade, raça e gênero das pessoas (UN WOMEN, 2020; UNFPA, 2020) (Relatório visível e invisível: A vitimização de Mulheres no Brasil, 2021, p. 8)

Os dados aqui apresentados nos revelam que a crise sanitária só torna o seu enfrentamento ainda mais difícil: mulheres convivendo mais tempo com seus agressores, perda de renda familiar, aumento das tensões em casa, maior isolamento da mulher e consequente distanciamento de uma potencial rede de proteção (ONU MULHERES, 2020; RAUHAUS et al, 2020). (RELATÓRIO VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL, 2021: 09)

Sendo assim, é importante destacar alguns dados que foram tragos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Observe:

1 em cada 4 mulheres brasileiras (24,4%) acima de 16 anos afirma ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de covid-19. Isso significa dizer que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. (Relatório visível e invisível: A vitimização de Mulheres no Brasil, 2021: 10)

73,5% da população brasileira acredita que a violência contra as mulheres cresceu durante a pandemia de covid-19. 52,6% afirmam que permaneceram mais tempo em casa. 48,0% afirmam que a renda da família diminuiu. Para 44,4%, o período da pandemia de covid-19 significou também momentos de mais estresse no lar. 40,2% informaram que os filhos tiveram aulas presenciais interrompidas. 33,0% perderam o emprego. 30,0% tiveram medo de não conseguir pagar as contas. (Relatório visível e invisível: A vitimização de Mulheres no Brasil, 2021, p. 10)

14,4% da população afirma ter passado a consumir mais bebidas alcoólicas no último ano, valor ligeiramente superior à média foi observado entre os homens (17,6%). O dado preocupa já que o consumo abusivo de bebidas alcóolicas é fator de risco em situações de violência doméstica. (RELATÓRIO VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL, 2021: 11)

Ainda analisando os dados temos que:

4,3 milhões de mulheres (6,3%) foram agredidas fisicamente com tapas, socos ou chutes. Isso significa dizer que a cada minuto, 8 mulheres apanharam no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus. O tipo de violência mais frequentemente relatado foi a ofensa verbal, como insultos e xingamentos. Cerca de 13 milhões de brasileiras (18,6%) experimentaram este tipo de violência. 5,9 milhões de mulheres (8,5%) relataram ter sofrido ameaças de violência física como tapas, empurrões ou chutes. Cerca de 3,7 milhões de brasileiras (5,4%) sofreram ofensas sexuais ou tentativas forçadas de manter relações sexuais. 2,1 milhões de mulheres (3,1%) sofreram ameaças com faca (arma branca) ou arma de fogo. 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento (2,4%). (RELATÓRIO VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL, 2021:11)

Observe os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – Relatório Visível e invisível, (2021:12): “Em relação ao perfil racial, mulheres pretas experimentaram níveis mais elevados de violência (28,3%) do que as pardas (24,6%) e as brancas (23,5%)”.

Desta forma, observa a necessidade da criação pelo Estado de políticas públicas que favoreçam a proteção da mulher negra no que diz respeito a violência doméstica.

Analisando outro dado importante e ao mesmo tempo preocupante observamos através do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – Relatório Visível e invisível, (2021:12), que: “44,9% das mulheres não fizeram nada em relação à agressão mais grave sofrida”.

Ou seja, a mulher permanece em silêncio após a agressão, o que escancara a realidade de muitas brasileiras. Isso demonstra que elas podem sentir medo de que o agressor volte a repetir o ato, sendo que em alguns casos elas dependem financeiramente dele, não sendo tão fácil sair dessa relação abusiva. E outro fator considerável é que muitas mulheres acreditam que seus parceiros/agressores irão mudar.

Logo, a violência doméstica contra a mulher é considerada uma doença de alta frequência, note:

A violência de gênero é hiperendêmica no Brasil. A expressão, no vocabulário da saúde pública, descreve doenças persistentes e de alta incidência. Mais do que uma epidemia, portanto, em que uma enfermidade avança de forma expressiva, não esperada e delimitada no tempo, esse problema é melhor descrito no país pelo conceito de hiperendemia, que se refere à manutenção, em patamares altos, de uma doença social que já se manifesta com frequência. A despeito de sua gravidade, a violência de gênero vem se tornando mais nítida aos olhos da sociedade brasileira somente no passado recente, o que também reflete o avanço das pesquisas e o amadurecimento do debate público em torno do tema. (RELATÓRIO VISÍVEL E INVISÍVEL: A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL, 2021:11)

Quanto ao Estado de Goiás, fora realizada uma pesquisa no site do Legisla Goiás, utilizando como palavra-chave o termo “violência doméstica”. O levantamento nos permitiu identificar o total de 41 (quarenta e um) dispositivos normativos que tratam sobre a temática.

Após realizar uma análise minuciosa desta tabela verificamos que em 2006 entrou em vigor a Lei Maria da Penha que afirma em seu artigo 41 que não se aplica aos casos de violência doméstica contra a mulher a lei do juizado especial criminal, ou seja, a lei 9099/95, mesmo assim, após dois anos de vigência desta norma, em 2008, o Estado de Goiás estabelece através da lei 16.435/2008 a competência mista de até 02 (dois) juzizados especiais criminais da entrância final para processar e julgar com exclusividade ações decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Logo em seguida, em 2011, o Supremo Tribunal Federal declara a constitucionalidade do artigo 41 da Lei Maria da Penha, com votação unânime sobre o Habeas Corpus nº 106.212/2011, mesmo assim em 2012, através da Lei 17.541/2012, o Estado de Goiás continua ampliando a

competência do Juizado especial criminal para julgar causas decorrentes da prática da violência doméstica e familiar contra a mulher. Somente no ano de 2018, as comarcas de Aparecida de Goiânia, Anápolis e Luziânia passam a ter o juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher. Destacando que o ano de 2018, foi o ano que o governo de Goiás mais realizou atos normativos que beneficiaram as mulheres.

No caso do Estado de Goiás podemos notar uma grande dissonância na aplicação prática da Lei Maria da Penha, no que diz respeito ao artigo 41. Observa-se então uma lacuna entre aquilo que deveria ser e o que realmente é.

De acordo com a Cartilha do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, organizada pela Desembargadora Sandra Regina Teodoro Reis:

Somente no Estado de Goiás tramitam cerca de 62.000 processos. A Secretaria de Segurança Pública informou que, de janeiro a julho de 2018, foram registrados 15 feminicídios em todo o Estado. No mesmo período do ano passado, foram 13 casos, o que resulta num aumento de 15%. Em Goiânia, ocorreram 4 casos nos primeiros sete meses de 2018, número igual ao mesmo período de 2017. A Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) registrou 1.874 ocorrências de violência contra a mulher, de janeiro a julho de 2018. (REIS, 2019:13)

Os altos índices apresentados na estatística somente reforçam a violência contra a mulher. Trata-se de um fenômeno mundialmente difundido.

Ao analisarmos as taxas de feminicídio no Estado de Goiás de acordo com a Secretaria de Segurança Pública, podemos notar que no ano de 2019 tivemos o total de 40 (quarenta feminicídios). No ano subsequente esse número aumentou para 43 (quarenta e três feminicídios), e no ano de 2021, referenciando o primeiro semestre, temos o total de 22 (vinte e dois feminicídios).

De acordo com Heileieth Saffiotti, (2015:24): “As mulheres são treinadas para sentir culpa”. Ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem em uma civilização de culpa, para usar a linguagem de Ruth Benedict (1988)”.

Partimos então do pressuposto que a educação se torna o instrumento principal para a desnaturalização da violência contra a mulher, rompendo com os costumes e culturas até então impostos. A educação é a forma que temos para mudar a realidade de muitas que permanecem no silêncio e no anonimato.

É necessário a quebra de paradigmas culturais, comportamentais, estruturais, sociais e históricos para que a situação da mulher possa ser modificada. Em uma sociedade que se preocupasse de fato com a situação dessas mulheres seria importante termos delegacias femininas que efetivamente funcionem, que as mulheres possam receber apoio de moradia e amparo em situações de perseguições e/ou ameaças, que possam existir creches e escolas para que tais mulheres possam

deixar suas crianças para procurarem trabalho ou mesmo para se qualificarem para algum trabalho. E essas ainda são situações e realidades que nossas legislações ainda não alcançaram. Então, por gentileza, não venham simplesmente “culpabilizar” as mulheres com frases simplistas do tipo “rompam com esse relacionamento”. O que o efetivamente é território da Lei, e o que efetivamente é realizado em termos de políticas públicas para se defender as “Minorias”?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2021. Disponível em Anuário Brasileiro de segurança pública. 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/6-a-violencia-contrameninas-e-mulheres-no-ano-pandemico.pdf>. Acesso em 30 de ago. 2021.

ESTATÍSTICA DE FEMINICÍDIO DO ESTADO DE GOIÁS (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS) 2019 - 2021. Governo do Estado de Goiás. Disponível em <https://www.seguranca.go.gov.br/estatisticas>. Acesso em 27 de out. de 2021.

REIS, Sandra Regina Teodoro. Educação e Justiça – Lei Maria da Penha na Escola. **Poder Judiciário do Estado de Goiás**. Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. 2019. Disponível em tjgo.educacaojusticaescolas.pdf (amb.com.br). Acesso em 26 de out. de 2021.

Relatório visível e invisível: A vitimização de Mulheres no Brasil. **Fórum de Segurança Pública** – 3º edição – 2021. Disponível em relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf (forumseguranca.org.br). Acesso em 01 de set de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. / Heleieth Iara Bongiovani Saffioti. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.